

Banco Santander, S.A. e empresas do Grupo Santander

Demonstrações Financeiras Anuais
Consolidadas correspondentes ao exercício
anual findo em 31 de dezembro de 2017

GRUPO SANTANDER
BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2017, 2016 E 2015
(Milhões de euros)

ATIVO	Nota	2017	2016 (*)	2015 (*)
CAIXA E DEPÓSITOS EM BANCO CENTRAL E OUTROS BANCOS		110.995	76.454	77.751
ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO		125.458	148.187	146.346
Derivativos	9	57.243	72.043	76.724
Instrumentos de patrimônio	8	21.353	14.497	18.225
Instrumentos de dívida	7	36.351	48.922	43.964
Empréstimos e adiantamentos		10.511	12.725	7.433
Bancos centrais	6	-	-	-
Instituições de crédito	6	1.696	3.221	1.352
Clientes	10	8.815	9.504	6.081
<i>Promemória: emprestados ou entregues como garantia com direito de venda ou penhora</i>		50.891	38.145	34.026
ATIVOS FINANCEIROS DESIGNADOS EM VALOR JUSTO COM ALTERAÇÕES NOS RESULTADOS		34.782	31.609	45.043
Instrumentos de patrimônio	8	933	546	630
Instrumentos de dívida	7	3.485	3.398	3.717
Empréstimos e adiantamentos		30.364	27.665	40.696
Bancos centrais	6	-	-	-
Instituições de crédito	6	9.889	10.069	26.403
Clientes	10	20.475	17.596	14.293
<i>Promemória: emprestados ou entregues como garantia com direito de venda ou penhora</i>		5.766	2.025	-
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA		133.271	116.774	122.036
Instrumentos de patrimônio	8	4.790	5.487	4.849
Instrumentos de dívida	7	128.481	111.287	117.187
<i>Promemória: emprestados ou entregues como garantia com direito de venda ou penhora</i>		43.079	23.980	26.742
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS		903.013	840.004	836.156
Instrumentos de dívida	7	17.543	13.237	10.907
Empréstimos e adiantamentos		885.470	826.767	825.249
Bancos centrais	6	26.278	27.973	17.337
Instituições de crédito	6	39.567	35.424	37.438
Clientes	10	819.625	763.370	770.474
<i>Promemória: emprestados ou entregues como garantia com direito de venda ou penhora</i>		8.147	7.994	1.697
ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	7	13.491	14.468	4.355
<i>Promemória: emprestados ou entregues como garantia com direito de venda ou penhora</i>		6.996	2.489	-
DERIVATIVOS – HEDGE ACCOUNTING	11	8.537	10.377	7.727
ALTERAÇÕES DO VALOR JUSTO DOS ITENS COBERTOS DE UMA CARTEIRA COM COBERTURA DO RISCO DE TAXA DE JUROS	36	1.287	1.481	1.379
INVESTIMENTOS EM NEGÓCIOS CONJUNTOS E COLIGADAS	13	6.184	4.836	3.251
<i>Coligadas</i>		1.987	1.594	1.592
<i>Instituições associadas</i>		4.197	3.242	1.659
ATIVOS COBERTOS POR CONTRATOS DE SEGURO OU RESSEGURO	15	341	331	331
ATIVOS TANGÍVEIS		22.974	23.286	25.320
Imobilizado tangível	16	20.650	20.770	19.335
<i>Para uso próprio</i>		8.279	7.860	7.949
<i>Cedidos em leasing operacional</i>		12.371	12.910	11.386
Investimentos imobiliários	16	2.324	2.516	5.985
<i>Das quais:cedido em arrendamento operacional</i>		1.332	1.567	4.777
<i>Promemória: adquirido em leasing financeiro</i>		96	115	195
ATIVOS INTANGÍVEIS		28.683	29.421	29.430
<i>Ágio</i>	17	25.769	26.724	26.960
<i>Outros ativos intangíveis</i>	18	2.914	2.697	2.470
ATIVOS DE IMPOSTOS		30.243	27.678	27.814
<i>Ativos de impostos correntes</i>		7.033	6.414	5.769
<i>Ativos de impostos diferidos</i>	27	23.210	21.264	22.045
OUTROS ATIVOS		9.766	8.447	7.675
<i>Contratos de seguros vinculados a pensões</i>	14	239	269	299
<i>Estoque</i>		1.964	1.116	1.013
<i>Outros ativos</i>	19	7.563	7.062	6.363
ATIVOS NÃO CORRENTES E GRUPOS ALIENÁVEIS DE ITENS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA	12	15.280	5.772	5.646
TOTAL DO ATIVO		1.444.305	1.339.125	1.340.260

(*) São apresentados única e exclusivamente para fins comparativos (Nota 1.d).

As Notas 1 a 54 descritas no Memorial e nos Anexos inclusos são partes integrantes do balanço consolidado em 31 de dezembro de 2017

GRUPO SANTANDER
BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2017, 2016 E 2015
(Milhões de euros)

PASSIVO	Nota	2017	2016 (*)	2015 (*)
PASSIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO		107.624	108.765	105.218
Derivativos	9	57.892	74.369	76.414
Posições em títulos de curto prazo	9	20.979	23.005	17.362
Depósitos		28.753	11.391	11.442
Bancos centrais	20	282	1.351	2.178
Instituições de crédito	20	292	44	77
Clientes	21	28.179	9.996	9.187
Instrumentos de dívida emitidos	22	-	-	-
Outros passivos financeiros	24	-	-	-
PASSIVOS FINANCEIROS DESIGNADOS EM VALOR JUSTO COM ALTERAÇÕES NOS RESULTADOS		59.616	40.263	54.768
Depósitos		55.971	37.472	51.394
Bancos centrais	20	8.860	9.112	16.486
Instituições de crédito	20	18.166	5.015	8.551
Clientes	21	28.945	23.345	26.357
Instrumentos de dívida emitidos	22	3.056	2.791	3.373
Outros passivos financeiros	24	589	-	1
<i>Promemória: passivos subordinados</i>	23	-	-	-
PASSIVOS FINANCEIROS PELO CUSTO AMORTIZADO		1.126.069	1.044.240	1.039.343
Depósitos		883.320	791.646	795.679
Bancos centrais	20	71.414	44.112	38.872
Instituições de crédito	20	91.300	89.764	109.209
Clientes	21	720.606	657.770	647.598
Instrumentos de dívida emitidos	22	214.910	226.078	222.787
Outros passivos financeiros	24	27.839	26.516	20.877
<i>Promemória: passivos subordinados</i>	23	21.510	19.902	21.153
DERIVATIVOS – HEDGE ACCOUNTING	11	8.044	8.156	8.937
ALTERAÇÕES DO VALOR JUSTO DOS ITENS COBERTOS DE UMA CARTEIRA COM COBERTURA DO RISCO DE TAXA DE JUROS	36	330	448	174
PASSIVOS ABRANGIDOS POR CONTRATOS DE SEGURO OU RESSEGURO	15	1.117	652	627
PROVISÕES	25	14.489	14.459	14.494
<i>Pensões e outras obrigações de benefícios definidos pós-emprego</i>		6.345	6.576	6.356
<i>Outras remunerações de funcionários a longo prazo</i>		1.686	1.712	1.916
<i>Obrigações legais e passivos contingentes</i>		3.181	2.994	2.577
<i>Compromissos e garantias concedidos</i>		617	459	618
<i>Outras provisões</i>		2.660	2.718	3.027
PASSIVOS DE IMPOSTOS		7.592	8.373	7.725
<i>Passivos de impostos correntes</i>		2.755	2.679	2.160
<i>Passivos de impostos diferidos</i>	27	4.837	5.694	5.565
OUTROS PASSIVOS	26	12.591	11.070	10.221
PASSIVOS INCLuíDOS EM GRUPOS ALIENÁVEIS DE ITENS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA		-	-	-
TOTAL DO PASSIVO		1.337.472	1.236.426	1.241.507
FUNDOS PRÓPRIOS	30	116.265	105.977	102.402
CAPITAL	31	8.068	7.291	7.217
<i>Capital desembolsado</i>		8.068	7.291	7.217
<i>Capital não desembolsado exigido</i>		-	-	-
<i>Promemória: capital não integralizado</i>		-	-	-
PRÊMIO DE EMISSÃO	32	51.053	44.912	45.001
INSTRUMENTOS DE PATRIMÔNIO DISTINTOS DE CAPITAL		525	-	-
<i>Componente de patrimônio líquido dos instrumentos financeiros compostos</i>		-	-	-
<i>Outros instrumentos de patrimônio emitidos</i>		525	-	-
OUTROS ITENS DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO	34	216	240	214
GANHOS ACUMULADOS	33	53.437	49.953	46.429
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	33	-	-	-
OUTRAS RESERVAS	33	(1.602)	(949)	(669)
<i>Reservas ou perdas acumuladas de investimentos em negócios conjuntos e associados.</i>		724	466	291
<i>Outras</i>		(2.326)	(1.415)	(960)
(-) AÇÕES PRÓPRIAS	34	(22)	(7)	(210)
LUCRO ATRIBUÍVEL À CONTROLADORA		6.619	6.204	5.966
(-) DIVIDENDOS PROPOSTOS	4	(2.029)	(1.667)	(1.546)
OUTRO RESULTADO GLOBAL ACUMULADO		(21.776)	(15.039)	(14.362)
ITENS QUE NÃO SERÃO RECLASSIFICADOS NOS RESULTADOS	29	(4.034)	(3.933)	(3.166)
<i>Prejuízos ou (-) lucros atuariais em planos de pensão de benefícios definidos</i>		(4.033)	(3.931)	(3.165)
<i>Ativos não correntes e grupos alienáveis de itens que foram classificados como mantidos para venda</i>		-	-	-
<i>Participações em outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em negócios conjuntos e associadas</i>		(1)	(2)	(1)
<i>Outros ajustes de avaliação</i>		-	-	-
ITENS QUE PODEM SER RECLASSIFICADOS NOS RESULTADOS		(17.742)	(11.106)	(11.196)
<i>Coberturas de investimentos líquidos em negócios no exterior (parte efetiva)</i>	29	(4.311)	(4.925)	(3.597)
<i>Diferenças de variação cambial</i>	29	(15.430)	(8.070)	(8.383)
<i>Derivativos utilizados como hedge. Coberturas de fluxos de caixa (parte efetiva)</i>	29	152	469	171
<i>Ativos financeiros disponíveis para venda</i>	29	2.068	1.571	844
<i>Instrumentos de dívida</i>		1.154	423	98
<i>Instrumentos de patrimônio</i>		914	1.148	746
<i>Ativos não correntes e grupos alienáveis de itens que foram classificados como mantidos para venda</i>		-	-	-
<i>Participação em outras receitas e despesas reconhecidas em investimentos em negócios conjuntos e associadas</i>	29	(221)	(151)	(231)
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES (participações não controladores)	28	12.344	11.761	10.713
<i>Outro resultado global acumulado</i>		(1.436)	(853)	(1.227)
<i>Outros elementos</i>		13.780	12.614	11.940
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		106.833	102.699	98.753
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.444.305	1.339.125	1.340.260
PROMEMÓRIA: EXPOSIÇÕES FORA DE BALANÇO				
GARANTIAS CONCEDIDAS	35	49.117	44.434	39.834
COMPROMISSOS CONTINGENTES CONCEDIDOS	35	237.970	231.962	221.738

(*) São apresentados única e exclusivamente para fins comparativos (Nota 1.d).

As Notas 1 a 54 descritas no Relatório e nos Anexos são partes integrantes do balanço consolidado em 31 de dezembro de 2017

GRUPO SANTANDER
BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2017, 2016 E 2015
(Milhões de reais)

ATIVO	Nota	2017	2016 (*)	2015 (*)
CAIXA E DEPÓSITOS EM BANCO CENTRAL E OUTROS BANCOS		440.972	262.275	335.240
ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO		498.432	508.355	631.000
Derivativos	9	227.421	247.143	330.811
Instrumentos de patrimônio	8	84.832	49.731	78.581
Instrumentos de dívida	7	144.419	167.828	189.560
Empréstimos e adiantamentos		41.760	43.653	32.048
Bancos centrais	6	-	-	-
Instituições de crédito	6	6.740	11.048	5.829
Clientes	10	35.020	32.605	26.219
<i>Promemória: emprestados ou entregues como garantia com direito de venda ou penhora</i>		202.185	130.857	146.710
ATIVOS FINANCEIROS EM VALOR JUSTO COM ALTERAÇÕES NOS RESULTADOS		138.180	108.434	194.212
Instrumentos de patrimônio	8	3.705	1.874	2.716
Instrumentos de dívida	7	13.844	11.656	16.027
Empréstimos e adiantamentos		120.631	94.904	175.469
Bancos centrais	6	0	-	-
Instituições de crédito	6	39.288	34.541	113.842
Clientes	10	81.343	60.363	61.627
<i>Promemória: emprestados ou entregues como garantia com direito de venda ou penhora</i>		22.908	6.945	-
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA		529.474	400.593	526.182
Instrumentos de patrimônio	8	19.031	18.824	20.907
Instrumentos de dívida	7	510.443	381.769	505.275
<i>Promemória: emprestados ou entregues como garantia com direito de venda ou penhora</i>		171.150	82.264	115.303
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS		3.587.580	2.881.632	3.605.254
Instrumentos de dívida	7	69.696	45.410	47.028
Empréstimos e adiantamentos		3.517.884	2.836.222	3.558.226
Bancos centrais	6	104.401	95.961	74.752
Instituições de crédito	6	157.195	121.522	161.421
Clientes	10	3.256.288	2.618.739	3.322.053
<i>Promemória: emprestados ou entregues como garantia com direito de venda ou penhora</i>		32.367	27.424	7.317
ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	7	53.599	49.634	18.777
<i>Promemória: emprestados ou entregues como garantia com direito de venda ou penhora</i>		27.794	8.539	-
DERIVATIVOS – HEDGE ACCOUNTING	11	33.915	35.599	33.317
ALTERAÇÕES DO VALOR JUSTO DOS ITENS COBERTOS DE UMA CARTEIRA COM COBERTURA DO RISCO DE TAXA DE JUROS	36	5.112	5.080	5.946
INVESTIMENTOS EM NEGÓCIOS CONJUNTOS E COLIGADAS	13	24.567	16.591	14.017
<i>Coligadas</i>	13	7.894	5.468	6.864
<i>Instituições associadas</i>	13	16.673	11.123	7.153
ATIVOS ABRANGIDOS POR CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO	15	1.356	1.135	1.427
ATIVOS TANGÍVEIS:		91.277	79.882	109.173
Imobilizado tangível		82.042	71.252	83.367
<i>Para uso próprio</i>	16	32.893	26.963	34.274
<i>Cedidos em leasing operacional</i>	16	49.149	44.289	49.093
Investimentos imobiliários	16	9.235	8.630	25.806
<i>Das quais:cedido em arrendamento operacional</i>		5.292	5.374	20.597
<i>Promemória: adquirido em leasing financeiro</i>		381	394	841
ATIVOS INTANGÍVEIS		113.955	100.926	126.893
<i>Ágio</i>	17	102.376	91.675	116.243
<i>Outros ativos intangíveis</i>	18	11.579	9.251	10.650
ATIVOS DE IMPOSTOS		120.154	94.950	119.925
<i>Ativos de impostos correntes</i>		27.944	22.005	24.874
<i>Ativos de impostos diferidos</i>	27	92.210	72.945	95.051
OUTROS ATIVOS		38.792	28.970	33.092
<i>Contratos de seguros vinculados a pensões</i>	14	948	922	1.289
<i>Estoque</i>		7.804	3.827	4.368
<i>Outros ativos</i>	19	30.040	24.221	27.435
ATIVOS NÃO CORRENTES E GRUPOS ALIENÁVEIS DE ITENS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA	12	60.707	19.801	24.344
TOTAL DO ATIVO		5.738.072	4.593.857	5.778.799

(*) São apresentados única e exclusivamente para fins comparativos (Nota 1.d).
As Notas 1 a 54 descritas no Relatório e nos Anexos são partes integrantes do balanço consolidado em 31 de dezembro de 2017

GRUPO SANTANDER
BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2017, 2016 E 2015
(Milhões de reais)

PASSIVO	Nota	2017	2016 (*)	2015 (*)
PASSIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO		427.578	373.117	453.669
Derivativos	9	230.000	255.123	329.474
Posições em títulos de curto prazo	9	83.348	78.919	74.860
Depósitos		114.230	39.076	49.335
Bancos centrais	20	1.120	4.633	9.391
Instituições de crédito	20	1158	151	332
Clientes	21	111.952	34.292	39.612
Instrumentos de dívida emitidos	22	-	-	-
Outros passivos financeiros	24	-	-	-
PASSIVOS FINANCEIROS DESIGNADOS EM VALOR JUSTO COM ALTERAÇÕES NOS RESULTADOS		236.851	138.124	236.142
Depósitos		222.369	128.549	221.595
Bancos centrais	20	35.201	31.258	71.083
Instituições de crédito	20	72.172	17.205	36.869
Clientes	21	114.996	80.086	113.643
Instrumentos de dívida emitidos	22	12.143	9.573	14.543
Outros passivos financeiros	24	2.339	2	4
<i>Promemória: passivos subordinados</i>	23	-	-	-
PASSIVOS FINANCEIROS PELO CUSTO AMORTIZADO		4.473.759	3.582.266	4.481.334
Depósitos		3.509.343	2.715.742	3.430.728
Bancos centrais	20	283.721	151.326	167.604
Instituições de crédito	20	362.725	307.935	470.876
Clientes	21	2.062.097	2.256.401	2.732.248
Instrumentos de dívida emitidos	22	853.816	775.562	960.591
Outros passivos financeiros	24	110.600	90.962	90.015
<i>Promemória: passivos subordinados</i>	23	85.457	68.274	91.205
DERIVATIVOS – HEDGE ACCOUNTING	11	31.956	27.979	38.534
ALTERAÇÕES DO VALOR JUSTO DOS ITENS COBERTOS DE UMA CARTEIRA COM COBERTURA DO RISCO DE TAXA DE JUROS	36	1311	1.536	750
PASSIVOS ABRANGIDOS POR CONTRATOS DE SEGURO OU RESSEGURO	15	4.439	2.237	2.703
PROVISÕES	25	57.566	49.600	62.494
<i>Pensões e outras obrigações de benefícios definidos pós-emprego</i>		25.208	22.559	27.405
<i>Outras remunerações de funcionários a longo prazo</i>		6.700	5.872	8.261
<i>Obrigações legais e passivos contingentes</i>		12.640	10.270	11.111
<i>Compromissos e garantias concedidos</i>		2449	1.576	2.665
<i>Outras provisões</i>		10.569	9.323	13.052
PASSIVOS DE IMPOSTOS		30.161	28.722	33.308
<i>Passivos de impostos correntes</i>		10.946	9.189	9.313
<i>Passivos de impostos diferidos</i>	27	19.215	19.533	23.995
OUTROS PASSIVOS	26	50.022	37.973	44.061
PASSIVOS INCLuíDOS EM GRUPOS ALIENÁVEIS DE ITENS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA		-	-	-
TOTAL DO PASSIVO		5.313.643	4.241.554	5.352.995
FUNDOS PRÓPRIOS	30	310.634	272.580	258.463
CAPITAL	31	21.195	18.277	18.016
<i>Capital desembolsado</i>		21.195	18.277	18.016
<i>Capital não desembolsado exigido</i>		-	-	-
<i>Promemória: capital não integralizado</i>		-	-	-
PRÊMIO DE EMISSÃO	32	129.805	106.783	107.097
INSTRUMENTOS DE PATRIMÔNIO DISTINTOS DE CAPITAL		2.085	-	-
<i>Componente de patrimônio líquido dos instrumentos financeiros compostos</i>		-	-	-
<i>Outros instrumentos de patrimônio emitidos</i>		2.085	-	-
OUTROS ITENS DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO	34	641	630	531
GANHOS ACUMULADOS	33	145.308	131.976	119.011
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	33	-	-	-
OUTRAS RESERVAS	33	(4.808)	(2.446)	(1.398)
<i>Reservas ou perdas acumuladas de investimentos em negócios conjuntos e associados.</i>		2.633	1.625	965
<i>Outras</i>		(7.441)	(4.071)	(2.363)
(-) AÇÕES PRÓPRIAS		(87)	(23)	(904)
LUCRO ATRIBUÍVEL À CONTROLADORA		23.789	23.767	21.746
(-) DIVIDENDOS PROPOSTOS	4	(7.294)	(6.384)	(5.636)
OUTRO RESULTADO GLOBAL ACUMULADO		64.754	39.378	121.150
ITENS QUE NÃO SERÃO RECLASSIFICADOS NOS RESULTADOS	29	(16.029)	(13.494)	(13.648)
<i>Prejuízos ou (-) lucros atuariais em planos de pensão de benefícios definidos</i>		(16.023)	(13.486)	(13.644)
<i>Ativos não correntes e grupos alienáveis de itens que foram classificados como mantidos para venda</i>		-	-	-
<i>Participações em outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em negócios conjuntos e associadas</i>		(6)	(8)	(4)
<i>Outros ajustes de avaliação</i>		-	-	-
ITENS QUE PODEM SER RECLASSIFICADOS NOS RESULTADOS		80.783	52.872	134.798
<i>Coberturas de investimentos líquidos em negócios no exterior (parte efetiva)</i>	29	(17.127)	(16.895)	(15.507)
<i>Diferenças de variação cambial</i>	29	89.971	63.288	146.926
<i>Derivativos utilizados como hedge. Coberturas de fluxos de caixa (parte efetiva)</i>	29	694	1.609	738
<i>Ativos financeiros disponíveis para venda</i>	29	8.213	5.387	3.638
<i>Instrumentos de dívida</i>		4.583	1.449	421
<i>Instrumentos de patrimônio</i>		3.630	3.938	3.217
<i>Ativos não correntes e grupos alienáveis de itens que foram classificados como mantidos para venda</i>		-	-	-
<i>Participação em outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em negócios conjuntos e associadas</i>	29	(878)	(517)	(997)
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES (participações não controladores)	28	49.041	40.345	46.191
<i>Outro resultado global acumulado</i>		11.610	7.026	15.968
<i>Outros elementos</i>		37.431	33.319	30.223
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		424.429	352.303	425.804
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.738.072	4.593.857	5.778.799
PROMEMÓRIA: EXPOSIÇÕES FORA DE BALANÇO				
GARANTIAS CONCEDIDAS	35	195.137	152.432	171.752
COMPROMISSOS CONTINGENTES CONCEDIDOS	35	945.432	795.746	956.068

(*) São apresentados única e exclusivamente para fins comparativos (Nota 1.d).
As notas explicativas de 1 a 54 em anexo são parte integrante do balanço condensado consolidado em 31 de dezembro de 2017.

GRUPO SANTANDER
CONTAS DE RESULTADOS CONSOLIDADAS CORRESPONDENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017, 2016 E 2015
(Milhões de euros)

	Nota	(Débito)/Crédito		
		2017	2016(*)	2015(*)
Receitas de juros	38	56.041	55.156	57.198
Despesas de juros	39	(21.745)	(24.067)	(24.386)
Margem de juros		34.296	31.089	32.812
Receitas de dividendos	40	384	413	455
Resultado de instituições avaliadas pelo método da equivalência patrimonial	13 e 41	704	444	375
Receitas de comissões	42	14.579	12.943	13.042
Despesas por comissões	43	(2.982)	(2.763)	(3.009)
Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros não avaliados em valor justo com alterações nos resultados, líquidos	44	404	869	1.265
Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros mantidos para negociação, líquidos	44	1.252	2.456	(2.312)
Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados, líquidos	44	(85)	426	325
Ganhos ou perdas resultantes de derivativos, líquidos	44	(11)	(23)	(48)
Diferenças de câmbio, líquidas	45	105	(1.627)	3.156
Outras receitas operacionais	46	1.618	1.919	1.971
Outras despesas operacionais	46	(1.966)	(1.977)	(2.235)
Receitas de ativos abrangidos por contratos de seguro ou resseguro	46	2.546	1.900	1.096
Despesas de passivos abrangidos por contratos de seguro ou resseguro	46	(2.489)	(1.837)	(998)
Margem bruta		48.355	44.232	45.895
Despesas administrativas		(20.400)	(18.737)	(19.302)
<i>Despesas com pessoal</i>	47	<i>(12.047)</i>	<i>(11.004)</i>	<i>(11.107)</i>
<i>Outras despesas administrativas</i>	48	<i>(8.353)</i>	<i>(7.733)</i>	<i>(8.195)</i>
Amortização	16 e 18	(2.593)	(2.364)	(2.418)
Provisões ou reversão de provisões	25	(3.058)	(2.508)	(3.106)
Provisão para perdas ou reversão da provisão de ativos financeiros não avaliados em valor justo com alterações nos resultados		(9.259)	(9.626)	(10.652)
<i>Ativos financeiros avaliados por custo</i>		<i>(8)</i>	<i>(52)</i>	<i>(228)</i>
<i>Ativos financeiros disponíveis para venda</i>		<i>(10)</i>	<i>11</i>	<i>(230)</i>
<i>Empréstimos e recebíveis</i>	10	<i>(9.241)</i>	<i>(9.557)</i>	<i>(10.194)</i>
<i>Ativos financeiros mantidos até o vencimento</i>		<i>-</i>	<i>(28)</i>	<i>-</i>
Resultado operacional		13.045	10.997	10.417
Provisão para perdas com investimentos em negócios conjuntos ou associadas	17 e 18	(13)	(17)	(1)
Provisão ou reversão com valor de ativos não financeiros		(1.260)	(123)	(1.091)
<i>Ativos tangíveis</i>	16	<i>(72)</i>	<i>(55)</i>	<i>(128)</i>
<i>Ativos intangíveis</i>	17 e 18	<i>(1.073)</i>	<i>(61)</i>	<i>(701)</i>
<i>Outros</i>		<i>(115)</i>	<i>(7)</i>	<i>(262)</i>
Ganhos ou perdas com a alienação de ativos não financeiros e participações, líquidos	49	522	30	112
<i>Das quais: investimentos em subsidiárias, joint-ventures e coligadas</i>		<i>431</i>	<i>15</i>	<i>91</i>
Outros ajustes negativos		-	22	283
Ganhos ou perdas procedentes de ativos não correntes disponíveis para vendas de operações descontinuadas	50	(203)	(141)	(173)
Ganhos ou perdas antes de impostos		12.091	10.768	9.547
Despesas ou receitas de impostos sobre os ganhos das atividades continuadas	27	(3.884)	(3.282)	(2.213)
Ganhos ou perdas depois de impostos		8.207	7.486	7.334
Ganhos ou perdas depois de impostos procedentes de atividades descontinuadas	37	-	-	-
Resultado do período		8.207	7.486	7.334
<i>Atribuível a acionistas não controladores (participações não controladoras)</i>	28	<i>1.588</i>	<i>1.282</i>	<i>1.368</i>
<i>Atribuível aos proprietários da controladora</i>		<i>6.619</i>	<i>6.204</i>	<i>5.966</i>
Lucro por ação				
<i>Básico</i>	4	<i>0,404</i>	<i>0,401</i>	<i>0,397</i>
<i>Diluído</i>	4	<i>0,403</i>	<i>0,399</i>	<i>0,396</i>

(*) São apresentados única e exclusivamente para fins comparativos (Nota 1.d).

As Notas 1 a 54 descritas no Relatório e os Anexos são parte integrante da demonstração do resultado consolidada correspondente ao exercício anual findo em 31 de dezembro de 2017.

GRUPO SANTANDER
CONTAS DE RESULTADOS CONSOLIDADAS CORRESPONDENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017, 2016 E 2015
(Milhões de reais)

	Nota	(Débito)/Crédito		
		2017	2016(*)	2015(*)
Receitas de juros	38	201.421	211.286	208.480
Despesas de juros	39	(78.157)	(92.194)	(88.884)
Margem de juros		123.264	119.092	119.596
Receitas de dividendos	40	1.381	1.584	1.658
Resultado de instituições avaliadas pelo método da equivalência patrimonial	13 e 41	2.529	1.701	1.367
Receitas de comissões	42	52.399	49.582	47.536
Despesas por comissões	43	(10.719)	(10.586)	(10.967)
Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros não avaliados em valor justo com alterações nos resultados, líquidos	44	1.452	3.328	4.611
Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros mantidos para negociação, líquidos	44	4.498	9.408	(8.427)
Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados, líquidos	44	(306)	1.632	1.185
Ganhos ou perdas resultantes de derivativos, líquidos	44	(39)	(87)	(175)
Diferenças de câmbio, líquidas	45	377	(6.232)	11.503
Outras receitas operacionais	46	5.814	7.352	7.185
Outras despesas operacionais	46	(7.068)	(7.576)	(8.146)
Receitas de ativos abrangidos por contratos de seguro ou resseguro	46	9.151	7.279	3.995
Despesas de passivos abrangidos por contratos de seguro ou resseguro	46	(8.944)	(7.038)	(3.638)
Margem bruta		173.789	169.439	167.283
Despesas administrativas		(73.324)	(71.777)	(70.354)
<i>Despesas com pessoal</i>	47	(43.301)	(42.154)	(40.484)
<i>Outras despesas administrativas</i>	48	(30.023)	(29.623)	(29.870)
Amortização	16 e 18	(9.320)	(9.056)	(8.814)
Provisões ou reversão de provisões	25	(10.990)	(9.607)	(11.321)
Provisão para perdas ou reversão da provisão de ativos financeiros não avaliados em valor justo com alterações nos resultados		(33.277)	(36.873)	(38.825)
<i>Ativos financeiros avaliados por custo</i>		(28)	(200)	(831)
<i>Ativos financeiros disponíveis para venda</i>		(36)	42	(838)
<i>Empréstimos e recebíveis</i>	10	(33.213)	(36.609)	(37.156)
<i>Ativos financeiros mantidos até o vencimento</i>		-	(106)	-
Resultado operacional		46.878	42.126	37.969
Provisão para perdas com investimentos em negócios conjuntos ou associadas	17 e 18	(48)	(65)	(4)
Provisão ou reversão com valor de ativos não financeiros		(4.528)	(470)	(3.976)
<i>Ativos tangíveis</i>	16	(257)	(212)	(467)
<i>Ativos intangíveis</i>	17 e 18	(3.858)	(233)	(2.554)
<i>Outros</i>		(413)	(25)	(955)
Ganhos ou perdas com a alienação de ativos não financeiros e participações, líquidos	49	1.878	113	409
<i>Das quais: investimentos em subsidiárias, joint-ventures e coligadas</i>		1.550	55	332
Outros ajustes negativos		-	86	1.031
Ganhos ou perdas procedentes de ativos não correntes disponíveis para vendas de operações descontinuadas	50	(731)	(541)	(631)
Ganhos ou perdas antes de impostos		43.449	41.249	34.798
Despesas ou receitas de impostos sobre os ganhos das atividades continuadas	27	(13.957)	(12.573)	(8.066)
Ganhos ou perdas depois de impostos		29.492	28.676	26.732
Ganhos ou perdas depois de impostos procedentes de atividades descontinuadas	37	-	2	-
Resultado do período		29.492	28.678	26.732
<i>Atribuível a acionistas não controladores (participações não controladoras)</i>	28	5.703	4.911	4.986
<i>Atribuível aos proprietários da controladora</i>		23.789	23.767	21.746
Lucro por ação				
<i>Básico</i>	4	1,451	1,534	1,441
<i>Diluído</i>	4	1,446	1,530	1,439

(*) São apresentados única e exclusivamente para fins comparativos (Nota 1.d).

As Notas 1 a 54 descritas no Relatório e os Anexos são parte integrante da demonstração do resultado consolidada correspondente ao exercício anual findo em 31 de dezembro de 2017.

GRUPO SANTANDER
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE CONSOLIDADA CORRESPONDENTE AOS
EXERCÍCIOS ANUAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017, 2016 E 2015

(Milhões de euros)

	Nota	2017	2016(*)	2015(*)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		8.207	7.486	7.334
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS DO RESULTADO ABRANGENTE		(7.320)	(303)	(4.076)
Itens que não serão reclassificados nos resultados	29	(88)	(806)	445
Prejuízos ou (-) lucros atuariais em planos de pensão de benefícios definidos		(157)	(1.172)	695
Ativos não correntes e grupos alienáveis de itens mantidos para venda		-	-	-
Participação em outras receitas e despesas reconhecidas dos investimentos em negócios conjuntos e coligadas		1	(1)	-
Outros ajustes de avaliação		-	-	-
Imposto de renda relativo aos itens que não serão reclassificados		68	367	(250)
Itens que podem ser reclassificados nos resultados	29	(7.232)	503	(4.521)
Cobertura de investimentos líquidos em negócios no Exterior (parte efetiva)		614	(1.329)	(27)
<i>Ganhos ou (-) perdas de valor contabilizados no patrimônio líquido</i>		614	(1.330)	(27)
<i>Transferido a resultados</i>		-	1	-
<i>Outras reclassificações</i>		-	-	-
Conversão de divisas		(8.014)	676	(3.518)
<i>Ganhos ou (-) perdas por diferenças de câmbio contabilizadas no patrimônio líquido</i>		(8.014)	682	(3.518)
<i>Transferido a resultados</i>		-	(6)	-
<i>Outras reclassificações</i>		-	-	-
Cobertura de fluxos de caixa		(441)	495	(91)
<i>Ganhos ou (-) perdas de valor contabilizados no patrimônio líquido</i>		501	6.231	(105)
<i>Transferido a resultados</i>		(942)	(5.736)	14
<i>Transferido pelo montante escriturado inicial dos derivativos</i>		-	-	-
<i>Outras reclassificações</i>		-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda		683	1.326	(1.216)
<i>Ganhos ou (-) perdas de valor contabilizados no patrimônio líquido</i>		1.137	2.192	(555)
<i>Transferido a resultados</i>		(454)	(866)	(661)
<i>Outras reclassificações</i>		-	-	-
Ativos não correntes e grupos alienáveis de itens mantidos para venda		-	-	-
<i>Ganhos ou (-) perdas de valor contabilizados no patrimônio líquido</i>		-	-	-
<i>Transferido a resultados</i>		-	-	-
<i>Outras reclassificações</i>		-	-	-
Participação em outras receitas e despesas reconhecidas dos investimentos em negócios conjuntos e coligadas		(70)	80	(147)
Imposto de renda relativo aos itens que podem ser reclassificados nos resultados		(4)	(745)	478
Resultado global total do exercício		887	7.183	3.258
<i>Atribuível a acionistas não controladores (participações não controladoras)</i>		1.005	1.656	796
<i>Atribuível aos proprietários da controladora</i>		(118)	5.527	2.462

(*) São apresentados única e exclusivamente para fins comparativos (Nota 1.d).

As Notas 1 a 54 descritas no Relatório e os Anexos são parte integrante da demonstração do resultado abrangente consolidada correspondente ao exercício anual findo em 31 de dezembro de 2017.

GRUPO SANTANDER
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE CONSOLIDADA CORRESPONDENTE AOS
EXERCÍCIOS ANUAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017, 2016 E 2015

(Milhões de reais)

	Nota	2017	2016(*)	2015(*)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		29.492	28.678	26.732
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS DO RESULTADO ABRANGENTE		29.960	(90.714)	94.598
Itens que não serão reclassificados nos resultados	29	(316)	(3.088)	1.622
Prejuízos ou (-) lucros atuariais em planos de pensão de benefícios definidos		(564)	(4.490)	2.533
Ativos não correntes e grupos alienáveis de itens mantidos para venda		-	-	-
Participação em outras receitas e despesas reconhecidas dos investimentos em negócios conjuntos e coligadas		4	(4)	-
Outros ajustes de avaliação		-	-	-
Imposto de renda relativo aos itens que não serão reclassificados		244	1.406	(911)
Itens que podem ser reclassificados nos resultados	29	30.276	(87.626)	92.976
Cobertura de investimentos líquidos em negócios no Exterior (parte efetiva)		2.207	(5.091)	(98)
Ganhos ou (-) perdas de valor contabilizados no patrimônio líquido		2.207	(5.095)	(98)
Transferido a resultados		-	4	-
Outras reclassificações		-	-	-
Conversão de divisas		27.463	(86.963)	96.632
Ganhos ou (-) perdas por diferenças de câmbio contabilizadas no patrimônio líquido		27.463	(86.940)	96.632
Transferido a resultado		-	(23)	-
Outras reclassificações		-	-	-
Cobertura de fluxos de caixa		(1.585)	1.896	(332)
Ganhos ou (-) perdas de valor contabilizados no patrimônio líquido		1.801	23.869	(383)
Transferido a resultados		(3.386)	(21.973)	51
Transferido pelo montante escriturado inicial dos derivativos		-	-	-
Outras reclassificações		-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda		2.457	5.080	(4.432)
Ganhos ou (-) perdas de valor contabilizados no patrimônio líquido		4.087	8.397	(2.023)
Transferido a resultados		(1.630)	(3.317)	(2.409)
Outras reclassificações		-	-	-
Ativos não correntes e grupos alienáveis de itens mantidos para venda		-	-	-
Ganhos ou (-) perdas de valor contabilizados no patrimônio líquido		-	-	-
Transferido a resultados		-	-	-
Outras reclassificações		-	-	-
Participação em outras receitas e despesas reconhecidas dos investimentos em negócios conjuntos e coligadas		(252)	306	(536)
Imposto de renda relativo aos itens que podem ser reclassificados nos resultados		(14)	(2.854)	1.742
Resultado global total do exercício		59.452	(62.036)	121.330
Atribuível a acionistas não controladores (participações não controladoras)		10.287	(4.031)	16.018
Atribuível aos proprietários da controladora		49.165	(58.005)	105.312

(*) São apresentados única e exclusivamente para fins comparativos (Nota 1.d).

As Notas 1 a 54 descritas no Relatório e os Anexos são parte integrante da demonstração do resultado abrangente consolidada correspondente ao exercício anual findo em 31 de dezembro de 2017.

GRUPO SANTANDER
DEMONSTRAÇÕES CONDENSADAS CONSOLIDADAS DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CORRESPONDENTES AOS
EXERCÍCIOS ANUAIS FINDOS EM 31 de dezembro de 2017, 2016 E 2015
(Milhões de euros)

	Capital	Prêmio de emissão	Instrumentos de patrimônio emitidos excluindo capital	Outros elementos do patrimônio líquido	Ganhos acumulados	Reservas de revalorização	Outras reservas	(-) Ações próprias	Resultado atribuível aos proprietários da controladora	(-) Dividendos propostos	Outro resultado global acumulado	Participação de acionistas não controladores (participações não controladores)		Total
												Outros resultados globais acumulados	Outros elementos	
Saldo de abertura em 31/12/2016 (*)	7.291	44.912	-	240	49.953	-	(949)	(7)	6.204	(1.667)	(15.039)	(853)	12.614	102.699
Efeitos da correção de erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos das alterações nas políticas contábeis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de abertura em 31/12/2016 (*)	7.291	44.912	-	240	49.953	-	(949)	(7)	6.204	(1.667)	(15.039)	(853)	12.614	102.699
Resultado global total do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	6.619	-	(6.737)	(583)	1.588	887
Outras variações do patrimônio líquido	777	6.141	525	(24)	3.484	-	(653)	(15)	(6.204)	(362)	-	-	(422)	3.247
Emissão de ações ordinárias	777	6.141	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-	543	7.467
Emissão de ações preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Emissão de outros instrumentos de patrimônio	-	-	525	-	-	-	-	-	-	-	-	-	592	1.117
Exercício ou vencimento de outros instrumentos de patrimônio emitidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conversão de dívida em patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10)	(10)
Dividendos (ou remunerações aos acionistas)	-	-	-	-	(802)	-	-	-	-	(2.029)	-	-	(665)	(3.496)
Compra de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	(1.309)	-	-	-	-	-	(1.309)
Venda ou cancelamento de ações próprias	-	-	-	-	-	-	26	1.294	-	-	-	-	-	1.320
Reclassificação de instrumentos financeiros do patrimônio líquido ao passivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de instrumentos financeiros do passivo ao patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências entre componentes do patrimônio líquido	-	-	-	-	4.286	-	251	-	(6.204)	1.667	-	-	-	-
Aumento ou (-) diminuição do patrimônio líquido resultante de combinações de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(39)	(39)
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	(72)	-	-	-	-	-	-	-	-	24	(48)
Outros aumentos ou (-) diminuições do patrimônio líquido	-	-	-	48	-	-	(936)	-	-	-	-	-	(867)	(1.755)
Saldo de fechamento em 31/12/17	8.068	51.053	525	216	53.437	-	(1.602)	(22)	6.619	(2.029)	(21.776)	(1.436)	13.780	106.833

(*) São apresentados, única e exclusivamente, para efeitos comparativos. (Nota 1.d)

As Notas 1 a 54 descritas no Relatório e os Anexos são parte integrante da demonstração total das mutações do patrimônio líquido consolidado correspondente ao exercício anual findo em 31 de dezembro de 2017.

GRUPO SANTANDER
DEMONSTRAÇÕES CONDENSADAS CONSOLIDADAS DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CORRESPONDENTES AOS
EXERCÍCIOS ANUAIS FINDOS EM 31 de dezembro de 2017, 2016 E 2015
(Milhões de reais)

	Capital	Prêmio de emissão	Instrumentos de patrimônio emitidos excluindo capital	Outros elementos do patrimônio líquido	Ganhos acumulados	Reservas de revalorização	Outras reservas	(-) Ações próprias	Resultado atribuível aos proprietários da controladora	(-) Dividendos propostos	Outro resultado global acumulado	Participação de acionistas não controladores (participações não controladores)		Total
												Outros resultados globais acumulados	Outros elementos	
Saldo de abertura em 31/12/2016 (*)	18.277	106.783	-	630	131.976	-	(2.446)	(23)	23.767	(6.384)	39.378	7.026	33.319	352.303
Efeitos da correção de erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos das alterações nas políticas contábeis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de abertura em 31/12/2016 (*)	18.277	106.783	-	630	131.976	-	(2.446)	(23)	23.767	(6.384)	39.378	7.026	33.319	352.303
Resultado global total do exercício	-	-	-	-	-	-	0	-	23.789	-	25.376	4.584	5.703	59.452
Outras variações do patrimônio líquido	2.918	23.022	2.085	11	13.332	-	(2.362)	(64)	(23.767)	(910)	-	-	(1.591)	12.674
Emissão de ações ordinárias	2.918	23.022	-	-	-	-	27	-	-	-	-	-	2.048	28.015
Emissão de ações preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Emissão de outros instrumentos de patrimônio	-	-	2.085	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.055	4.140
Exercício ou vencimento de outros instrumentos de patrimônio emitidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conversão de dívida em patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(33)	(33)
Dividendos (ou remunerações aos acionistas)	-	-	-	-	(3.074)	-	-	-	-	(7.294)	-	-	(2.320)	(12.688)
Compra de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	(4.706)	-	-	-	-	-	(4.706)
Venda ou cancelamento de ações próprias	-	-	-	-	-	-	94	4.651	-	-	-	-	-	4.745
Reclassificação de instrumentos financeiros do patrimônio líquido ao passivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de instrumentos financeiros do passivo ao patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências entre componentes do patrimônio líquido	-	-	-	-	16.406	-	977	-	(23.767)	6.384	-	-	-	-
Aumento ou (-) diminuição do patrimônio líquido resultante de combinações de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(144)	(144)
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	(238)	-	-	-	-	-	-	-	-	83	(155)
Outros aumentos ou (-) diminuições do patrimônio líquido	-	-	-	249	-	-	(3.460)	(9)	-	-	-	-	(3.280)	(6.500)
Saldo de fechamento em 31/12/17	21.195	129.805	2.085	641	145.308	-	(4.808)	(87)	23.789	(7.294)	64.754	11.610	37.431	424.429

(*) São apresentados, única e exclusivamente, para fins comparativos. (Nota 1.d.)
As Notas 1 a 54 descritas no Relatório e os Anexos são parte integrante da demonstração total das mutações do patrimônio líquido consolidado correspondente ao exercício anual findo em 31 de dezembro de 2017.

GRUPO SANTANDER
DEMONSTRAÇÕES CONDENSADAS CONSOLIDADAS DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CORRESPONDENTES AOS
EXERCÍCIOS ANUAIS FINDOS EM 31 de dezembro de 2017, 2016 E 2015
(Milhões de euros)

	Capital	Prêmio de emissão	Instrumentos de patrimônio emitidos excluindo capital	Outros elementos do patrimônio líquido	Ganhos acumulados	Reservas de revalorização	Outras reservas	(-) Ações próprias	Resultado atribuível aos proprietários da controladora	(-) Dividendos propostos	Outro resultado global acumulado	Participação de acionistas não controladores (participações não controladores)		Total
												Outros resultados globais acumulados	Outros elementos	
Saldo de abertura em 31/12/2015 (*)	7.217	45.001	-	214	46.429	-	(669)	(210)	5.966	(1.546)	(14.362)	(1.227)	11.940	98.753
Efeitos da correção de erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos das alterações nas políticas contábeis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de abertura em 31/12/2015 (*)	7.217	45.001	-	214	46.429	-	(669)	(210)	5.966	(1.546)	(14.362)	(1.227)	11.940	98.753
Resultado global total do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	6.204	-	(677)	374	1.282	7.183
Outras variações do patrimônio líquido	74	(89)	-	26	3.524	-	(280)	203	(5.966)	(121)	-	-	(608)	(3.237)
Emissão de ações ordinárias	74	(89)	-	-	-	-	15	-	-	-	-	-	534	534
Emissão de ações preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Emissão de outros instrumentos de patrimônio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercício ou vencimento de outros instrumentos de patrimônio emitidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conversão de dívida em patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22)	(22)
Dividendos (ou remunerações aos acionistas)	-	-	-	-	(722)	-	-	-	-	(1.667)	-	-	(800)	(3.189)
Compra de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	(1.380)	-	-	-	-	-	(1.380)
Venda ou cancelamento de ações próprias	-	-	-	-	-	-	15	1.583	-	-	-	-	-	1.598
Reclassificação de instrumentos financeiros do patrimônio líquido ao passivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de instrumentos financeiros do passivo ao patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências entre componentes do patrimônio líquido	-	-	-	-	4.246	-	174	-	(5.966)	1.546	-	-	-	-
Aumento ou (-) diminuição do patrimônio líquido resultante de combinações de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(197)	(197)
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	(79)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(79)
Outros aumentos ou (-) diminuições do patrimônio líquido	-	-	-	105	-	-	(484)	-	-	-	-	-	(123)	(502)
Saldo de fechamento em 31/12/2016 (*)	7.291	44.912	-	240	49.953	-	(949)	(7)	6.204	(1.667)	(15.039)	(853)	12.614	102.699

(*) São apresentados, única e exclusivamente, para fins comparativos. (Nota 1.d.)
As Notas 1 a 54 descritas no Relatório e os Anexos são parte integrante da demonstração total das mutações do patrimônio líquido consolidado correspondente ao exercício anual findo em 31 de dezembro de 2017.

GRUPO SANTANDER
DEMONSTRAÇÕES CONDENSADAS CONSOLIDADAS DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CORRESPONDENTES AOS
EXERCÍCIOS ANUAIS FINDOS EM 31 de dezembro de 2017, 2016 E 2015
(Milhões de reais)

	Capital	Prêmio de emissão	Instrumentos de patrimônio emitidos excluindo capital	Outros elementos do patrimônio líquido	Ganhos acumulados	Reservas de revalorização	Outras reservas	(-) Ações próprias	Resultado atribuível aos proprietários da controladora	(-) Dividendos propostos	Outro resultado global acumulado	Participação de acionistas não controladores (participações não controladores)		Total
												Outros resultados globais acumulados	Outros elementos	
Saldo de abertura em 31/12/2015 (*)	18.016	107.097	-	531	119.011	-	(1.398)	(904)	21.746	(5.636)	121.150	15.968	30.223	425.804
Efeitos da correção de erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos das alterações nas políticas contábeis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de abertura em 31/12/2015 (*)	18.016	107.097	-	531	119.011	-	(1.398)	(904)	21.746	(5.636)	121.150	15.968	30.223	425.804
Resultado global total do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	23.767	-	(81.772)	(8.942)	4.911	(62.036)
Outras variações do patrimônio líquido	261	(314)	-	99	12.965	-	(1.048)	881	(21.746)	(748)	-	-	(1.815)	(11.465)
Emissão de ações ordinárias	261	(314)	-	-	-	-	53	-	-	-	-	-	2.332	2.332
Emissão de ações preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Emissão de outros instrumentos de patrimônio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercício ou vencimento de outros instrumentos de patrimônio emitidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conversão de dívida em patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(81)	(81)
Dividendos (ou remunerações aos acionistas)	-	-	-	-	(2.632)	-	-	-	-	(6.384)	-	-	(3.065)	(12.081)
Compra de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	(5.288)	-	-	-	-	-	(5.288)
Venda ou cancelamento de ações próprias	-	-	-	-	-	-	57	6.066	-	-	-	-	-	6.123
Reclassificação de instrumentos financeiros do patrimônio líquido ao passivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de instrumentos financeiros do passivo ao patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências entre componentes do patrimônio líquido	-	-	-	-	15.597	-	513	-	(21.746)	5.636	-	-	-	-
Aumento ou (-) diminuição do patrimônio líquido resultante de combinações de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(755)	(755)
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	(303)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(303)
Outros aumentos ou (-) diminuições do patrimônio líquido	-	-	-	402	-	-	(1.671)	103	-	-	-	-	(246)	(1.412)
Saldo de fechamento em 31/12/2016 (*)	18.277	106.783	-	630	131.976	-	(2.446)	(23)	23.767	(6.384)	39.378	7.026	33.319	352.303

(*) São apresentados, única e exclusivamente, para fins comparativos. (Nota 1.d.)
As Notas 1 a 54 descritas no Relatório e os Anexos são parte integrante da demonstração total das mutações do patrimônio líquido consolidado correspondente ao exercício anual findo em 31 de dezembro de 2017.

GRUPO SANTANDER
DEMONSTRAÇÕES CONDENSADAS CONSOLIDADAS DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CORRESPONDENTES AOS
EXERCÍCIOS ANUAIS FINDOS EM 31 de dezembro de 2017, 2016 E 2015
(Milhões de euros)

	Capital	Prêmio de emissão	Instrumentos de patrimônio emitidos excluindo capital	Outros elementos do patrimônio líquido	Ganhos acumulados	Reservas de revalorização	Outras reservas	(-) Ações próprias	Resultado atribuível aos proprietários da controladora	(-) Dividendos propostos	Outro resultado global acumulado	Participação de acionistas não controladores (participações não controladores)		Total
												Outros resultados globais acumulados	Outros elementos	
Saldo de abertura em 31/12/2014 (*)	6.292	38.611	-	265	41.860	-	(700)	(10)	5.816	(471)	(10.858)	(655)	9.564	89.714
Efeitos da correção de erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos das alterações nas políticas contábeis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de abertura em 31/12/2014 (*)	6.292	38.611	-	265	41.860	-	(700)	(10)	5.816	(471)	(10.858)	(655)	9.564	89.714
Resultado global total do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	5.966	-	(3.504)	(572)	1.368	3.258
Outras variações do patrimônio líquido	925	6.390	-	(51)	4.569	-	31	(200)	(5.816)	(1.075)	-	-	1.008	5.781
Emissão de ações ordinárias	925	6.390	-	-	-	-	120	-	-	-	-	-	320	7.755
Emissão de ações preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Emissão de outros instrumentos de patrimônio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	890	890
Exercício ou vencimento de outros instrumentos de patrimônio emitidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conversão de dívida em patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20)	(20)
Dividendos (ou remunerações aos acionistas)	-	-	-	-	(673)	-	-	-	-	(1.546)	-	-	(461)	(2.680)
Compra de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	(3.225)	-	-	-	-	-	(3.225)
Venda ou cancelamento de ações próprias	-	-	-	-	-	-	16	3.025	-	-	-	-	-	3.041
Reclassificação de instrumentos financeiros do patrimônio líquido ao passivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de instrumentos financeiros do passivo ao patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências entre componentes do patrimônio líquido	-	-	-	-	5.242	-	103	-	(5.816)	471	-	-	-	-
Aumento ou (-) diminuição do patrimônio líquido resultante de combinações de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	761	761
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	(188)	-	-	-	-	-	-	-	-	107	(81)
Outros aumentos ou (-) diminuições do patrimônio líquido	-	-	-	137	-	-	(208)	-	-	-	-	-	(589)	(660)
Saldo de fechamento em 31/12/15 (*)	7.217	45.001	-	214	46.429	-	(669)	(210)	5.966	(1.546)	(14.362)	(1.227)	11.940	98.753

(*) São apresentados, única e exclusivamente, para fins comparativos. (Nota 1.d.)

As Notas 1 a 54 descritas no Relatório e os Anexos são parte integrante da demonstração total das mutações do patrimônio líquido consolidado correspondente ao exercício anual findo em 31 de dezembro de 2017.

GRUPO SANTANDER
DEMONSTRAÇÕES CONDENSADAS CONSOLIDADAS DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CORRESPONDENTES AOS
EXERCÍCIOS ANUAIS FINDOS EM 31 de dezembro de 2017, 2016 E 2015
(Milhões de reais)

	Capital	Prêmio de emissão	Instrumentos de patrimônio emitidos excluindo capital	Outros elementos do patrimônio líquido	Ganhos acumulados	Reservas de revalorização	Outras reservas	(-) Ações próprias	Resultado atribuível aos proprietários da controladora	(-) Dividendos propostos	Outro resultado global acumulado	Participação de acionistas não controladores (participações não controladores)		Total
												Outros resultados globais acumulados	Outros elementos	
Saldo de abertura em 31/12/2014 (*)	15.027	86.908	-	613	104.877	-	(1.397)	(31)	18.135	(1.468)	37.584	4.936	23.756	288.940
Efeitos da correção de erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos das alterações nas políticas contábeis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de abertura em 31/12/2014 (*)	15.027	86.908	-	613	104.877	-	(1.397)	(31)	18.135	(1.468)	37.584	4.936	23.756	288.940
Resultado global total do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	21.746	-	83.566	11.032	4.986	121.330
Outras variações do patrimônio líquido	2.989	20.189	-	(82)	14.134	-	(1)	(873)	(18.135)	(4.168)	-	-	1.481	15.534
Emissão de ações ordinárias	2.989	20.189	-	-	-	-	415	-	-	-	-	-	1.057	24.650
Emissão de ações preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Emissão de outros instrumentos de patrimônio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.014	3.014
Exercício ou vencimento de outros instrumentos de patrimônio emitidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conversão de dívida em patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(69)	(69)
Dividendos (ou remunerações aos acionistas)	-	-	-	-	(2.453)	-	-	-	-	(5.636)	-	-	(1.584)	(9.673)
Compra de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	(11.754)	-	-	-	-	-	(11.754)
Venda ou cancelamento de ações próprias	-	-	-	-	-	-	58	10.881	-	-	-	-	-	10.939
Reclassificação de instrumentos financeiros do patrimônio líquido ao passivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de instrumentos financeiros do passivo ao patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências entre componentes do patrimônio líquido	-	-	-	-	16.587	-	80	-	(18.135)	1.468	-	-	-	-
Aumento ou (-) diminuição do patrimônio líquido resultante de combinações de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.774	2.774
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	(685)	-	-	-	-	-	-	-	-	390	(295)
Outros aumentos ou (-) diminuições do patrimônio líquido	-	-	-	603	-	-	(554)	-	-	-	-	-	(4.101)	(4.052)
Saldo de fechamento em 31/12/15 (*)	18.016	107.097	-	531	119.011	-	(1.398)	(904)	21.746	(5.636)	121.150	15.968	30.223	425.804

(*) São apresentados, única e exclusivamente, para fins comparativos. (Nota 1.d.)
As Notas 1 a 54 descritas no Relatório e os Anexos são parte integrante da demonstração total das mutações do patrimônio líquido consolidado correspondente ao exercício anual findo em 31 de dezembro de 2017.

GRUPO SANTANDER
DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADAS GERADAS
NOS EXERCÍCIOS ANUAIS FINDOS EM 31 de dezembro de 2017, 2016 E 2015

(Milhões de euros)

	Nota	2017	2016 (*)	2015 (*)
A. FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		40.188	21.823	5.678
Resultado do exercício		8.207	7.486	7.334
Ajustes para obter os fluxos de caixa das atividades operacionais:		23.927	22.032	20.614
Amortização		2.593	2.364	2.418
Outros ajustes		21.334	19.668	18.196
Aumento/(diminuição) líquida nos ativos operacionais:		18.349	17.966	69.587
Ativos financeiros mantidos para negociação		(18.114)	6.234	866
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados		3.085	(12.882)	2.376
Ativos financeiros disponíveis para venda		2.494	(7.688)	15.688
Empréstimos e recebíveis		32.379	27.938	53.880
Outros ativos operacionais		(1.495)	4.364	(3.223)
Aumento/(diminuição) líquida nos passivos operacionais -		30.540	13.143	49.522
Passivos financeiros mantidos para negociação		1.933	8.032	(2.655)
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados		19.906	(13.450)	(8.011)
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado		12.006	21.765	58.568
Outros passivos financeiros		(3.305)	(3.204)	1.620
Cobranças/(Pagamentos) por impostos sobre ganhos		(4.137)	(2.872)	(2.205)
B. FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(4.008)	(13.764)	(6.218)
Investimentos:		10.134	18.204	10.671
Ativos tangíveis	16	7.450	6.572	7.664
Ativos intangíveis	18	1.538	1.768	1.572
Investimentos em negócios conjuntos e coligadas	13	8	48	82
Instituições dependentes e outras unidades de negócio		838	474	1.353
Ativos não correntes e passivos classificados como mantidos para venda		-	-	-
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		300	9.342	-
Outros pagamentos relacionados a atividades de investimento		-	-	-
Alienações:		6.126	4.440	4.453
Ativos tangíveis	16	3.211	2.608	2.386
Ativos intangíveis	18	-	-	2
Investimentos em negócios conjuntos e coligadas	13	883	459	422
Instituições dependentes e outras unidades de negócio		263	94	565
Ativos não correntes e passivos classificados como mantidos para venda	12	1.382	1.147	940
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		387	132	138
Outras cobranças relacionadas a atividades de investimento		-	-	-
C. FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		4.206	(5.745)	8.960
Investimentos:		7.783	9.744	7.248
Dividendos	4	2.665	2.309	1.498
Passivos subordinados	23	2.007	5.112	2.239
Amortização de instrumentos de patrimônio próprio		-	-	-
Aquisição de instrumentos de patrimônio próprio		1.309	1.380	3.225
Outros pagamentos relacionados a atividades de financiamento		1.802	943	286
Alienações:		11.989	3.999	16.208
Passivos subordinados	23	2.994	2.395	4.787
Emissão de instrumentos de patrimônio próprio		7.072	-	7.500
Alienação de instrumentos de patrimônio próprio		1.331	1.604	3.048
Outras cobranças relacionadas a atividades de financiamento		592	-	873
D. EFEITO DAS VARIAÇÕES DAS TAXAS DE CÂMBIO		(5.845)	(3.611)	(522)
E. AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES		34.541	(1.297)	7.898
F. CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO		76.454	77.751	69.853
G. CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO		110.995	76.454	77.751
PRÓ-MEMÓRIA				
COMPONENTES DE CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO				
Caixa		8.583	8.413	7.436
Saldos equivalentes ao caixa em bancos centrais		87.430	54.637	56.556
Outros ativos financeiros		14.982	13.404	13.759
Menos: Adiantamentos reembolsáveis à vista		-	-	-
TOTAL DE CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO		110.995	76.454	77.751
Do qual: caixa restrita		-	-	-

(*) São apresentados, única e exclusivamente, para fins comparativos. (Notas 1.d.)

As Notas 1 a 54 descritas no Relatório e os Anexos são parte integrante da demonstração do fluxo de caixa consolidada gerada no exercício anual findo em 31 de dezembro de 2017.

GRUPO SANTANDER
DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADAS GERADAS
NOS EXERCÍCIOS ANUAIS FINDOS EM 31 de dezembro de 2017, 2016 E 2015

(Milhões de reais)

	Nota	2017	2016 (*)	2015 (*)
A. FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		144.437	83.599	(15.754)
Resultado do exercício		29.492	28.678	26.732
Ajustes para obter os fluxos de caixa das atividades operacionais:		85.997	84.398	75.134
Amortização		9.320	9.056	8.814
Outros ajustes		76.677	75.342	66.320
Aumento/(diminuição) líquida nos ativos operacionais:		65.948	68.820	290.142
Ativos financeiros mantidos para negociação		(65.104)	23.880	3.734
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados		11.088	(49.348)	8.660
Ativos financeiros disponíveis para venda		8.963	(29.452)	57.181
Empréstimos e recebíveis		116.375	107.023	232.314
Outros ativos operacionais		(5.374)	16.717	(11.747)
Aumento/(diminuição) líquida nos passivos operacionais -		109.765	50.346	180.559
Passivos financeiros mantidos para negociação		6.948	30.770	(9.677)
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados		71.544	(51.525)	(29.199)
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado		43.151	83.375	213.473
Outros passivos financeiros		(11.878)	(12.274)	5.962
Cobranças/(Pagamentos) por impostos sobre ganhos		(14.869)	(11.003)	(8.037)
B. FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(14.405)	(52.722)	(22.663)
Investimentos:		36.425	69.733	38.895
Ativos tangíveis	16	26.777	25.174	27.934
Ativos intangíveis	18	5.527	6.773	5.730
Investimentos em negócios conjuntos e coligadas	13	28	184	299
Instituições dependentes e outras unidades de negócio		3.013	1.814	4.932
Ativos não correntes e passivos classificados como mantidos para venda		-	-	-
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		1.080	35.788	-
Outros pagamentos relacionados a atividades de investimento		-	-	-
Alienações:		22.020	17.011	16.232
Ativos tangíveis	16	11.542	9.990	8.698
Ativos intangíveis	18	-	-	7
Investimentos em negócios conjuntos e coligadas	13	3.172	1.758	1.538
Instituições dependentes e outras unidades de negócio		945	359	2.059
Ativos não correntes e passivos classificados como mantidos para venda	12	4.969	4.396	3.427
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		1.392	508	503
Outras cobranças relacionadas a atividades de investimento		-	-	-
C. FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		15.281	(22.893)	29.563
Investimentos:		27.811	38.215	26.007
Dividendos	4	9.394	9.830	4.992
Passivos subordinados		7.228	19.492	8.218
Amortização de instrumentos de patrimônio próprio		-	-	-
Aquisição de instrumentos de patrimônio próprio		4.706	5.288	11.755
Outros pagamentos relacionados a atividades de financiamento		6.483	3.605	1.042
Alienações:		43.092	15.322	55.570
Passivos subordinados		10.761	9.175	17.448
Emissão de instrumentos de patrimônio próprio		25.419	-	23.830
Alienação de instrumentos de patrimônio próprio		4.785	6.147	11.110
Outras cobranças relacionadas a atividades de financiamento		2.127	-	3.182
D. EFEITO DAS VARIAÇÕES DAS TAXAS DE CÂMBIO		33.384	(80.949)	119.119
E. AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES		178.697	(72.965)	110.265
F. CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO		262.275	335.240	224.975
G. CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO		440.972	262.275	335.240
COMPONENTES DE CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO				
Caixa		34.099	28.861	32.062
Saldos equivalentes ao caixa em bancos centrais		347.351	187.432	243.853
Outros ativos financeiros		59.522	45.982	59.325
Menos: Adiantamentos reembolsáveis à vista		-	-	-
TOTAL DE CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO		440.972	262.275	335.240
Do qual: caixa restrita		-	-	-

(*) São apresentados, única e exclusivamente, para fins comparativos. (Nota 1.d).

As Notas 1 a 54 descritas no Relatório e os Anexos são parte integrante da demonstração do fluxo de caixa consolidada gerada no exercício anual findo em 31 de dezembro de 2017.

Banco Santander, S.A. e empresas do Grupo Santander

Demonstrações Financeiras Consolidadas correspondentes ao exercício anual findo em 31 de dezembro de 2017

1. Introdução, bases de apresentação da demonstração financeira consolidada e outras informações

a) Introdução

O Banco Santander, S.A. (doravante Banco ou Banco Santander) é uma instituição de direito privado, sujeita às normas e regulamentos das instituições bancárias operantes na Espanha. Os Estatutos sociais e demais informações públicas sobre o Banco podem ser consultados no site www.santander.com e em sua sede, situada em Paseo de Pereda, nº 9-12, Santander, Espanha.

Além das operações que realiza diretamente, o Banco é líder de um grupo de instituições dependentes, dedicadas a diversas atividades e que constituem, junto deste, o Grupo Santander (doravante Grupo ou Grupo Santander). Consequentemente, o Banco tem a obrigação de elaborar, além de suas próprias demonstrações financeiras individuais, as demonstrações financeiras anuais consolidadas do Grupo, que incluem também as participações em negócios conjuntos e investimentos em instituições associadas.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo correspondentes ao exercício de 2015 foram aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas do Banco realizada em 18 de março de 2016. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo correspondentes ao exercício de 2016 foram aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas do Banco realizada em 7 de abril de 2017. As demonstrações anuais consolidadas do Grupo, as do Banco e as de quase todas as instituições integradas no Grupo correspondentes ao exercício de 2017 se encontram pendentes de aprovação por parte de suas respectivas assembleias gerais de acionistas. Não obstante, o Conselho de Administração do Banco entende que essas demonstrações anuais consolidadas serão aprovadas sem modificações significativas.

b) Bases de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

De acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002, todas as sociedades regidas pelo Direito de um estado-membro da União Europeia e cujos valores mobiliários sejam negociados em um mercado regulado de algum dos Estados que a compõem deverão apresentar suas demonstrações financeiras consolidadas correspondentes aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2005, conforme as Normas Internacionais de Informação Financeira (doravante NIIF) que tenham sido adotadas previamente pela União Europeia, doravante, NIIF-UE.

Com o objetivo de adaptar o regime contábil das instituições de crédito espanholas às novas normas, o Banco da Espanha publicou a Circular 4/2004, de 22 de dezembro, sobre Normas de Informação Financeira Pública e Reservada e Modelos de Demonstrações Financeiras.

A política do Banco Santander, S.A. é apresentar, para utilização nos diferentes mercados, suas demonstrações financeiras usando o Euro como moeda de expressão. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas para atender os requisitos e as disposições específicas estabelecidos pela Instrução nº 480/2009 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) do Brasil, em decorrência da negociação de valores mobiliários em mercados regulados do Brasil, que exige a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Informação Financeira emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), em reais e em português do Brasil. Portanto, estas demonstrações financeiras consolidadas podem não ser adequadas para outros propósitos.

As demonstrações financeiras anuais consolidadas do Grupo correspondentes ao exercício 2017 foram elaboradas pelos administradores do Banco (preparadas de acordo com os requisitos e disposições específicas estabelecidos na Instrução nº 480/2009 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) do Brasil, foram elaboradas pelo Banco e aprovadas na reunião de seu Conselho de Administração de 13 de fevereiro de 2018) de acordo com o estabelecido pelas Normas Internacionais de Informação Financeira adotadas pela União Europeia e levando em consideração a Circular 4/2004 do Banco de Espanha, bem como a norma mercantil aplicável ao Grupo, adotando os princípios de consolidação, políticas contábeis e critérios de avaliação descritos na Nota 2 do relatório dessas demonstrações financeiras anuais consolidadas, de forma que refletem a imagem fiel do patrimônio e da situação financeira do Grupo em 31 de dezembro de 2017 e dos resultados de suas operações, das receitas e despesas reconhecidas, das mutações em seu patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, todos eles consolidados, que foram produzidos no exercício de 2017. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas a partir dos registros de contabilidade mantidos pelo Banco e por cada uma das instituições que fazem parte do Grupo, e incluem os ajustes e reclassificações necessários para homogeneizar as políticas contábeis e critérios de avaliação aplicados pelo Grupo.

As notas das demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em euros (moeda funcional do Banco e moeda de expressão do Grupo) e em reais. Os montantes apresentados em reais foram incluídos exclusivamente para atender os requisitos da Instrução nº 480/2009 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) do Brasil e as modificações posteriores (Ver Nota 2.a).

As notas das demonstrações financeiras consolidadas contêm informações adicionais àquelas apresentadas no balanço, nas demonstrações do resultado, na demonstração do resultado abrangente, na demonstração total das mutações do patrimônio líquido e na demonstração do fluxo de caixa, todas na forma consolidada. Nelas, são fornecidas descrições narrativas ou a discriminação de tais demonstrações de forma clara, relevante, confiável e comparável.

Adoção de novas normas e interpretações feitas

Em 2017, as seguintes modificações entraram em vigor e passaram a ser adotadas na União Europeia:

- Modificação da NIC (Norma Internacional de Contabilidade) 12 Modificação no reconhecimento de Ativos por Impostos diferidos (obrigatória para períodos anuais que comecem a partir de 1 de janeiro de 2017) esclarece que a existência de uma diferença temporária dedutível depende unicamente de uma comparação do valor em livros de um ativo e sua base fiscal no fim do período informado, e não é afetado pelas possíveis mudanças futuras no valor em livros ou na norma esperada de recuperação do ativo.
- Modificação da NIC 7 Iniciativa sobre informações a divulgar (obrigatória para períodos anuais com início em 1 de janeiro de 2017, cujo principal objetivo é melhorar a apresentação e o detalhamento nas demonstrações financeiras. Para isso, foram introduzidas algumas modificações nos passivos produzidos por atividades de financiamento, incluindo tanto os derivados de fluxos de caixa quanto os que não implicam fluxos de caixa.

Não foram observados efeitos significativos nas demonstrações financeiras anuais consolidadas do Grupo em decorrência da aplicação das normas contábeis mencionadas.

Além disso, na data da elaboração destas demonstrações financeiras anuais consolidadas, encontram-se em vigor as seguintes normas, cuja data efetiva é posterior a 31 de dezembro de 2017:

- NIIF 9 Instrumentos financeiros - Classificação e avaliação, coberturas e depreciações (obrigatória para períodos anuais com início em 1 de janeiro de 2018). A NIIF 9 estabelece os requisitos de reconhecimento e mensuração tanto dos instrumentos financeiros como de determinados tipos de contratos de compra e venda de itens não financeiros. Os requisitos mencionados devem ser aplicados de forma retrospectiva, ajustando o balanço de abertura em 1 de janeiro de 2018, não sendo necessária uma nova expressão das demonstrações financeiras comparativas. Os principais aspectos contidos na nova norma são:

(a) critério de classificação dos ativos financeiros depende tanto do modelo de negócio para sua gestão como das características de seus fluxos contratuais. Com base no que precede, o ativo será avaliado a custo amortizado, a valor justo com mutações em outro resultado global ou em valor justo com mutações no resultado do período. Além disso, a NIIF 9 estabelece a opção de designar um instrumento a valor justo através dos resultados sob determinadas condições. O Grupo Santander utiliza os seguintes critérios para a classificação de instrumentos financeiros de dívida:

- Custo amortizado: instrumentos financeiros sob um modelo de negócio cujo objetivo é cobrar os fluxos de principal e juros, sobre os quais não existem vendas significativas não justificadas e o valor justo não é um elemento chave na gestão destes ativos. Nesse sentido, consideram-se vendas não justificadas aquelas distintas das relacionadas com um aumento do risco de crédito, do ativo, necessidades de financiamento não previstas (cenários de estresse de liquidez), inclusive quando são significativas em valor, no caso de deixar de cumprir os critérios de crédito especificados na política de investimento. Adicionalmente, as características dos seus fluxos contratuais representam substancialmente um “contrato básico de financiamento”.
- Valor justo com mutações em outro resultado global: instrumentos financeiros englobados em um modelo de negócio cujo objetivo se alcança através de créditos dos fluxos de principal e juros e da venda de tais ativos, sendo o valor justo um elemento chave na gestão destes ativos. Adicionalmente, as características dos seus fluxos contratuais representam substancialmente um “contrato básico de financiamento”.
- Valor justo através do resultado do período: instrumentos financeiros incluídos em um modelo de negócio cujo objetivo não se alcança através dos mencionados anteriormente, sendo o valor justo um elemento chave na gestão destes ativos, e instrumentos financeiros cujas características dos seus fluxos contratuais não representam substancialmente um “contrato básico de financiamento”.

A principal atividade do Grupo Santander é a concessão de operações de banco comercial, não concentrando sua exposição em torno de produtos financeiros complexos. O principal objetivo do Grupo é buscar uma implementação homogênea da classificação de instrumentos financeiros nas carteiras estabelecidas de acordo com a NIIF 9; para isso, foram desenvolvidos guias de critérios para permitir uma classificação homogênea em todas as unidades do Grupo. Adicionalmente, o Grupo realizou uma análise das suas carteiras sob esses critérios com o objetivo de associar os instrumentos financeiros à sua carteira correspondente de acordo com a NIIF 9. De acordo com a análise efetuada, o Grupo Santander conclui que:

- A maior parte dos ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis sob a NIC 39 continuará sendo contabilizada a custo amortizado conforme a NIIF 9. Como consequência da análise das características dos fluxos contratuais dos instrumentos financeiros, serão reclassificados cerca de 0,3% do total do saldo em 31 de dezembro de 2017 sob a NIC 39, em valor justo através do resultado do período. Como resultado da definição dos modelos de negócio para a gestão dos ativos, serão reclassificados cerca de 0,2% sobre o total do saldo em 31 de dezembro de 2017 sob a NIC 39, em valor justo com mutações no resultado global.

- Em geral, os instrumentos de dívida classificados como ativos financeiros disponíveis para venda serão contabilizados em valor justo com mutações no resultado global. Como consequência da análise das características dos fluxos contratuais dos instrumentos financeiros, serão reclassificados cerca de 0,2% do total do saldo em 31 de dezembro de 2017 sob a NIC 39, em valor justo com mutações através do resultado. Como resultado da definição dos modelos de negócio para a gestão dos ativos, serão reclassificados cerca de 5,1% sobre o total do saldo em 31 de dezembro de 2017 sob a NIC 39 a custo amortizado.

Contudo, não se considera significativo o impacto patrimonial das reclassificações comentadas anteriormente.

Os ativos disponíveis para venda são contabilizados conforme a NIIF 9 em valor justo com mutações no resultado, a menos que a instituição opte, no caso de ativos não negociáveis, por classificá-los de forma irrevogável em valor justo com alterações em outro resultado integral.

Os critérios estabelecidos pela a NIC 39 para a classificação e avaliação de passivos financeiros são mantidos substancialmente de acordo com a NIIF 9. Não obstante, na maior parte dos casos, as alterações no valor justo dos passivos financeiros designados em valor justo através do resultado, provocadas pelo risco de crédito da instituição, são registradas no patrimônio líquido.

Em 12 de outubro de 2017, o IASB (International Accounting Standard Board - Junta Internacional de Padrões Contábeis) publicou um esclarecimento sobre o tratamento de certas opções de pré-pagamento em relação à avaliação dos fluxos contratuais de principal e juros dos instrumentos financeiros, estando atualmente pendente de doação pela União Europeia. No entanto, o Grupo não estima um impacto significativo no período de transição até tal adoção.

- (b) Modelo de provisão para perdas por risco de crédito: a principal novidade com respeito à norma atual consiste em que o novo padrão contábil introduz o conceito de perda esperada em relação ao modelo atual (NIC 39) fundamentado na perda incorrida.

- Perímetro de aplicação: o modelo de provisão para perdas de ativos da NIIF 9 se aplica aos ativos financeiros avaliados a custo amortizado, aos instrumentos de dívida avaliados em valor justo com mutações em outro resultado global, a créditos por leasing, bem como às garantias concedidas e aos compromissos não avaliados em valor justo.
- Utilização de soluções práticas na NIIF 9: a NIIF 9 abrange uma série de soluções práticas que podem ser empregadas pelas instituições a fim de facilitar sua implementação. Contudo, para alcançar uma implementação completa e de alto nível da norma, e seguindo as melhores práticas do mercado, estas soluções práticas não serão utilizadas de forma generalizada:
 - Presunção refutável de aumento significativo do risco a partir de 30 dias de inadimplência: este limite é utilizado como um indicador adicional, mas não como um indicador primário do aumento significativo do risco. Adicionalmente, existem alguns casos no Grupo em que foi refutado seu uso por estudos que evidenciam uma baixa correlação do aumento significativo do risco com este limite de atraso.
 - Ativos com baixo risco de crédito na data de relatório: em general, o Grupo analisa a existência de aumento significativo do risco em todos seus instrumentos financeiros.

- Metodologia de cálculo da provisão para perdas: a carteira de instrumentos financeiros sujeitos a provisão será dividida em três categorias ou fases, atendendo à fase em que se encontre cada instrumento referente ao seu nível de risco de crédito:
 - Fase 1: são os instrumentos financeiros nos quais não se identifica um aumento significativo do risco desde seu reconhecimento inicial. Nesse caso, a provisão para perdas reflete as perdas de crédito esperadas, que resultam de possíveis inadimplências no decorrer dos 12 meses seguintes à data de relatório.
 - Fase 2: se tiver ocorrido um aumento significativo do risco desde a data em que foi reconhecido inicialmente, sem que a perda tenha se materializado, o instrumento financeiro se enquadrará nesta fase. Neste caso, a provisão para perdas reflete as perdas esperadas por defaults ao longo da vida residual do instrumento financeiro.
 - Fase 3: um instrumento financeiro é classificado nesta fase quando mostra sinais efetivos de perda como resultado de um ou mais eventos já ocorridos que serão materializados em uma perda. Neste caso, a provisão para perda reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual estimada do instrumento financeiro.

Adicionalmente, a provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual estimada daqueles instrumentos financeiros que tenham se originado ou adquiridos com a perda do valor do crédito.

A metodologia requerida para a quantificação da perda esperado por eventos de crédito se baseia em uma consideração não tendenciosa e ponderada pela probabilidade de ocorrência de um leque de até cinco possíveis cenários futuros que possam impactar a cobrança dos fluxos de caixa contratuais, considerando sempre tanto o valor temporal do dinheiro como todas as informações disponíveis e relevantes sobre fatos passados, condições atuais e previsões de evolução dos fatores macroeconômicos que se demonstrem relevantes para estimar este valor (por exemplo: PIB (Produto Interno Bruto), custo de vida, índice de desemprego, etc.).

Para avaliar os parâmetros empregados para estimar as provisões para perda [EAD (Exposure at Default), PD (Probability of Default), LGD (Loss Given Default) e taxa de desconto], o Grupo se baseou em sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo de parâmetros tanto no âmbito regulatório quanto para efeitos de gestão. O Grupo é consciente das diferenças existentes entre tais modelos e os requisitos da NIIF 9 em matéria de provisões para perda. Como consequência, o Grupo tem concentrado seus esforços na adaptação a tais particularidades no desenvolvimento dos modelos de provisões para perda sob a NIIF 9.

- Determinação de aumento significativo do risco de crédito: para determinar se um instrumento financeiro teve aumento de risco de crédito desde o reconhecimento inicial, procedendo com sua classificação na Fase 2, o Grupo considera os seguintes critérios:

Critérios quantitativos	Analisa-se e quantifica-se as mudanças do risco de um descumprimento durante toda a vida esperada do instrumento financeiro com respeito ao seu nível de crédito em seu reconhecimento inicial. Para determinar se essa mudança é significativa, enquadrando o instrumento dentro da Fase 2, cada unidade do Grupo definiu os limites quantitativos a considerar em cada uma das suas carteiras, tendo em conta as diretrizes corporativas e assegurando uma interpretação consistente entre as diferentes regiões.
Critérios qualitativos	Adicionalmente aos critérios quantitativos indicados, utilizam-se diversos indicadores, que estão alinhados com os empregados pelo Grupo na gestão ordinária do risco de crédito (p.e. posições irregulares por mais de 30 dias, refinanciamentos, etc.). Cada unidade do Grupo definiu tais indicadores qualitativos, para cada uma das suas carteiras, em função das particularidades e práticas ordinárias de gestão, em linha com as políticas atualmente em vigor. O uso destes critérios qualitativos se complementa com a utilização de uma experiência avaliação especializada.

- Definição de default: a definição implementada para fim de cálculo de provisões para perda é consistente com a utilizada pelo Grupo para o desenvolvimento dos modelos avançados para o cálculo das necessidades de capital regulatório.
- Utilização de informação presente, passada e futura: a estimativa das perdas esperadas requer um alto componente de avaliação especializada e deve ser apoiada por informação passada, presente e futura. Neste sentido, as estimativas de perda esperada consideram múltiplos cenários macroeconômicos, cuja probabilidade se avalia considerando fatos passados, a situação presente e tendências futuras sobre fatores macroeconômicos como o PIB ou o índice de desemprego.
- O Grupo já utiliza informações futuras em processos regulatórios e de gestão interna, incorporando diversos cenários. Neste sentido, o Grupo tem aproveitado sua experiência na gestão de informações futuras, mantendo a consistência com as informações usadas nos demais processos.

- Vida esperada do instrumento financeiro: para a estimativa levam-se em conta todos os termos contratuais (p.ex. pagamentos antecipados, duração, opções de compra, etc.), sendo o período contratual (incluindo as opções de ampliação) o período máximo a considerar para avaliar as perdas com crédito esperadas. No caso de instrumentos financeiros com vencimento contratual não definido e com componente de saldo disponível (p.ex. cartões de crédito), a vida esperada se estima considerando o período durante o qual a instituição está exposta ao risco de crédito e a eficácia das práticas de gestão que mitigam tal exposição.
 - Registro das perdas: a principal novidade com respeito à norma atual consiste em que, no caso dos ativos mensurados em valor justo com modificações em outro resultado global, reflete a parte das modificações no valor justo devido a prejuízos de crédito esperados na demonstração do resultado do exercício em que ocorre a variação, refletindo o restante da avaliação em outro resultado global.
- (c) Hedge Accounting: a NIIF 9 inclui novos requisitos de contabilidade de hedge accounting que têm dois objetivos: simplificar os requisitos atuais e alinhar a contabilidade de hedge accounting com a gestão de riscos, permitindo uma maior variedade de instrumentos financeiros de derivativos que poderiam ser considerados como instrumentos de hedge. Além disso, são necessários detalhamentos adicionais que proporcionem informações úteis sobre o efeito do hedge accounting nas demonstrações financeiras, bem como a estratégia de gestão de riscos da instituição. O tratamento das macrocoberturas está sendo desenvolvido como um projeto separado da NIIF 9. As instituições têm a opção de continuar aplicando o estabelecido pela NIC 39 com respeito aos hedge accounting até a conclusão desse projeto. De acordo com a análise efetuada até a presente data, o Grupo espera continuar aplicando a NIC 39 nas seus hedge accounting.

Transição

A NIIF 9 foi adotada pela União Europeia. Os critérios estabelecidos por essa norma para a classificação e avaliação, bem como a provisão para perdas dos ativos financeiros serão aplicados de forma retroativa ajustando o balanço de abertura na data da primeira aplicação (1º de janeiro de 2018). Esta nova norma internacional está em consonância com as diretrizes de risco de crédito da EBA (European Banking Authority) e com a Circular 4/2017 do Banco de Espanha.

O Grupo Santander calculou um impacto sobre o índice de capital ordinário (Common Equity Tier 1 - CET 1) fully loaded de -20p.b. O Grupo aplicará um período progressivo de transição durante 5 anos, de acordo com o Regulamento (UE) 2017/2395 do Parlamento Europeu e do Conselho, razão pela qual se modifica o Regulamento (UE) 575/2013 no referente às disposições transitórias para mitigar o impacto da introdução da NIIF 9 nos fundos próprios, que suporia um impacto do modelo de provisão para perdas da NIIF 9 na CET 1 de -1p.b durante o período de 1 de janeiro 2018 a 31 de dezembro de 2018, com 5% do impacto total. O aumento das provisões para provisão para perdas atinge aproximadamente 2.200 milhões de euros (8.740 milhões de reais).

As principais causas deste impacto são, fundamentalmente, a necessidade de registrar as provisões para provisão por toda a vida dos instrumentos nos quais se tenha identificado um aumento significativo do risco desde seu reconhecimento inicial, assim como a necessidade de considerar a informação prospectiva na previsão das provisões para perda.

Estratégia de implementação da NIIF 9 e governança

O Grupo estabeleceu um projeto global e multidisciplinar com o objetivo de adaptar seus processos à nova norma de classificação de instrumentos financeiros, hedge accounting e estimativa da provisão para perda com risco de crédito, para que esses processos sejam aplicados de forma homogênea em todas as unidades do Grupo e, ao mesmo tempo, adaptados às particularidades de cada unidade.

Para isso, o Grupo tem trabalhado desde 2016 na definição de um modelo interno objetivo e na análise do conjunto de modificações necessárias para adaptar as classificações contábeis e os modelos de estimativa da provisão para perdas do risco de crédito vigente em cada unidade em relação ao que foi previamente definido, culminando este processo durante o exercício 2017.

Quanto à estrutura de governança do projeto, o Grupo organizou uma reunião periódica de gestão do projeto e uma equipe de trabalho para realizar as respectivas tarefas, garantindo o envolvimento das equipes responsáveis correspondentes e a coordenação com todas as áreas geográficas.

Neste sentido, as principais divisões que têm se envolvido no mais alto nível no projeto e, portanto, representadas nos órgãos de governança do projeto mencionados anteriormente, são as de Riscos, Intervenção Geral e Controle de Gestão, bem como Tecnologia e Operações. Também se contou com a participação da divisão de Auditoria Interna, através de contatos regulares sobre o status do projeto.

A estrutura de governança implementada atualmente tanto em nível corporativo quanto em cada uma das unidades cumpre os requisitos da NIIF 9 e de outras referências normativas relacionadas (p.ex. Diretrizes de Risco de Crédito da EBA).

Principais fases e metas do projeto

Em relação à entrada em vigor desta nova norma internacional, o Grupo informou nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício 2016 sobre o avanço e as principais metas alcançadas naquela data no plano de implementação para a adoção desta norma. A presente nota contém uma atualização dessa informação incluída nas contas anuais consolidadas do exercício 2016.

O trabalho do Grupo Santander incluiu a avaliação dos instrumentos financeiros afetados pelos requisitos de classificação e mensuração da NIIF 9 e o desenvolvimento de uma metodologia de perdas para apoiar o cálculo da provisão para perdas esperadas.

O Grupo elaborou as principais políticas contábeis e um marco metodológico que serve de referência para os avanços das implementações realizadas nas diferentes unidades locais. Essa regulamentação interna foi aprovada pelos órgãos corporativos pertinentes antes da entrada em vigor da Norma.

Quanto aos avanços na classificação e avaliação, o Grupo vem realizando, desde 2016, uma análise de seu estoque de produtos, com foco principalmente naqueles produtos que podem provocar uma mudança na metodologia de contabilização, motivado tanto pelo modelo de negócio afetado quanto pelo descumprimento do teste SPPJ (Somente pagamento de principal e juros).

Adicionalmente, com as informações de 2017, o Grupo concluiu a análise anterior e revisou novos produtos neste período de tempo, analisando suas estratégias de gestão de ativos (identificando seus correspondentes Modelos de Negócio) e ampliando a revisão do estoque de produtos.

Neste momento, as unidades locais do Grupo concluíram o desenvolvimento dos modelos de perda da totalidade de suas carteiras. Este grau de implementação das metodologias de perda permite analisar as causas do impacto em cada uma das carteiras e o impacto de cada unidade material do Grupo e consolidar um impacto em nível de grupo.

O Grupo iniciou na segunda metade do exercício 2017 o cálculo paralelo de provisões para perda de acordo com a NIIF 9, de maneira formal. Isso independentemente de que, de modo preliminar, já estivesse sendo realizado um cálculo paralelo consolidado que usava para acompanhamento, compreensão de comportamento e impacto. Com os resultados preliminares obtidos no cálculo da provisão para perda até o momento, o Grupo cumpriu os requisitos de informação do segundo QIS (Quantitative Impact Study - Estudo de Impacto Quantitativo) da EBA.

Completo-se o processo de governança do desenvolvimento, validação e aprovação dos modelos que foi implementado com o início dos trabalhos de validação dos primeiros modelos, tanto pela equipe de Validação Interna Corporativa quanto pelas unidades de Validação Interna dos países onde existem.

Mesmo assim, dada a importância do entorno de controle nos processos, concluiu-se o desenvolvimento corporativo do modelo de governança do processo de cálculo de provisões para perda, bem como dos aspectos relacionados com a classificação de instrumentos financeiros. O modelo proposto inclui um projeto de referência dos controles a implantar nos novos avanços realizados na implementação da nova norma. Além disso, como parte da proposta de modelo de governança, definiu-se um processo de revisão periódica dos principais elementos, incluindo, entre outros, os seguintes âmbitos:

- Modelos de negócio definidos em cada unidade do Grupo
 - Critérios quantitativos e qualitativos definidos para o aumento significativo do risco
 - Cenários macroeconômicos definidos para o cálculo das provisões para perda.
 - Adequação dos modelos para o cálculo das provisões para perda.
- NIIF 15 Receitas procedentes de contratos com clientes (obrigatória para períodos anuais com início em 1 de janeiro de 2018) - nova norma de reconhecimento de receitas com clientes. Substitui as seguintes normas e interpretações vigentes atualmente: NIC 18 - Receitas de operações em continuidade, NIC 11 - Contratos de construção, CINIIF 13 - Programas de fidelização de clientes, CINIIF 15 - Acordos para a construção de imóveis, CINIIF 18 - Transferências de ativos procedentes de clientes e SIC-31 - Receitas- Permutas de serviços de publicidade. De acordo com a NIIF 15, o modelo central de reconhecimento de receitas é estruturado em torno dos cinco passos a seguir: identificar o contrato com o cliente, identificar as obrigações separadas do contrato, determinar o preço da transação, distribuir o preço da transação entre as obrigações identificadas e contabilizar as receitas ou à medida que as obrigações são satisfeitas.
 - Esclarecimentos para a NIIF 15 sobre receitas procedentes de contratos com clientes.

Da aplicação da mencionada Norma contábil e dos seus Esclarecimentos não se derivam efeitos significativos nas contas anuais consolidadas do Grupo em decorrência da aplicação da norma contábil mencionada.

- Modificação para a NIIF 4 “Contratos de seguros” aplicando a NIIF 9 “Instrumentos Financeiros” (obrigatória para períodos anuais que comecem a partir de 1 de janeiro de 2018). O objetivo da modificação é dar a todas as empresas que emitem contratos de seguros a opção de reconhecer em outros resultados globais, em lugar de utilidade ou perdas, a volatilidade que poderia surgir quando é aplicada a NIIF 9, para os novos contratos antes da adoção da norma de seguros e dar às empresas cujas atividades estão relacionadas em sua maioria com seguros uma isenção temporária opcional da aplicação da NIIF 9 até o ano 2021. As entidades que diferirem a aplicação da NIIF 9 continuarão aplicando a norma existente de Instrumentos Financeiros NIC 39.

Não se aplica o diferimento da citada norma ao não se cumprirem as condições requeridas para tanto.

- A NIIF 16 Leasings financeiros substitui as NIC 17, CINIIF (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Informação Financeira) 4, SIC (Standard Interpretations Committee - Comitê de Interpretações Padronizadas) -15 e SIC-27, e foi adotada pela União Europeia em 31 de outubro de 2017 mediante o Regulamento (UE) 2017/1986. A data de entrada em vigor é para os períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro de 2019. O Grupo Santander não fez uso da possibilidade de adoção antecipada.

A NIIF16 estabelece os princípios para o reconhecimento, a avaliação, a apresentação e o desenvolvimento dos leasings, com o objetivo de garantir que tanto arrendatário quanto arrendador facilitem informações relevantes que apresentem uma imagem fiel dessas operações. A Norma prevê um único modelo de contabilidade para o arrendatário, segundo o qual esse deve reconhecer os ativos e passivos correspondentes a todos os leasings, a menos que o prazo do leasing seja de 12 meses ou inferior ou que o valor do ativo subjacente seja baixo.

Os arrendadores continuam classificando os leasings como operacionais ou financeiros, e o foco da NIIF 16 com respeito à contabilidade do arrendador segue sendo essencialmente o anterior, previsto na NIC 17.

A Norma inclui orientações sobre uma série de questões, como as isenções opcionais em sua aplicação ou a identificação de uma operação de leasing.

Definição de leasing

Um contrato é de leasing ou contém uma operação de leasing quando transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma contraprestação. O controle se transfere quando o cliente tem tanto o direito de controlar o uso do ativo identificado quanto o direito de obter praticamente a totalidade dos benefícios econômicos derivados de tal uso.

Contabilidade do arrendatário

O arrendatário reconhece um ativo por direito de uso e um passivo por leasing.

O ativo por direito de uso se avalia inicialmente pelo montante do passivo por leasing mais todos os custos diretos e indiretos incorridos pelo arrendatário.

Uma vez iniciado o leasing, o arrendatário avalia o ativo pelo direito de uso, utilizando um modelo de custos (salvo se forem aplicáveis condições específicas), menos a amortização acumulada.

O passivo por leasing se avalia inicialmente pelo valor atual das cotas vincendas ao longo da duração do leasing, descontadas de uma taxa implícita no leasing caso se possa determiná-la facilmente; o arrendatário aplicará sua taxa de juros implícita do endividamento.

Os pagamentos variáveis do leasing que dependem de um índice ou de uma taxa se incluem na avaliação inicial do passivo por leasing e se avaliam inicialmente aplicando o índice ou a taxa na data de início, enquanto os demais pagamentos variáveis do leasing se reconhecem na conta de resultados no período em que ocorre o evento ou a condição que desencadeia o pagamento, a menos que os custos se incluam no valor contábil de outro ativo em conformidade com a Norma.

Contabilidade do arrendador

Os arrendadores classificam cada leasing como operacional ou financeiro. Um leasing se classifica como financeiro se transfere praticamente a totalidade dos riscos e benefícios derivados da propriedade de um ativo subjacente. Os demais leasings se classificam como operacionais.

O arrendador reconhece os ativos adquiridos em regime de leasing financeiro como contas a receber com um valor equivalente ao investimento líquido no leasing no momento do início do leasing.

Operações de venda e leasing posterior (sale and lease back)

Para determinar se a transferência de um ativo se contabiliza como venda, o Banco aplicará os requisitos da NIIF 15 a fim de determinar se foi cumprida uma obrigação.

Se a transferência de um ativo cumprir os requisitos da NIIF 15 para ser contabilizada como venda, o vendedor avaliará o ativo pelo direito de uso na proporção de um valor contábil anterior que se refere ao direito de uso retido. Por conseguinte, o vendedor só reconhecerá o montante do lucro ou do prejuízo relacionado com os direitos transferidos ao comprador.

As operações de venda e leasing posterior anteriores à data de entrada em vigor da Norma não terão efeito retroativo com respeito ao reconhecimento do lucro no momento inicial de tais operações.

Ao permitir a NIIF 16 tratamentos contábeis alternativos em primeira aplicação, o Grupo, do ponto de vista de arrendatário, deverá tomar uma série de decisões contábeis que influirão no valor do ativo e do passivo a reconhecer e, portanto, nos índices financeiros.

- A opção 1 consiste em refazer demonstrações comparativas como se sempre tivessem sido aplicadas aos contratos de leasing ativos (aplicação retroativa completa, conforme a NIC 8). A diferença entre o direito de uso e o passivo por leasing se contabiliza contra as reservas na abertura do exercício 2019.
- A opção 2 não refaz demonstrações comparativas. No caso de leasings que anteriormente eram operacionais, o passivo em 1 de janeiro de 2019 é calculado descontando os fluxos de caixa futuros remanescentes utilizando a taxa de juros da dívida do arrendatário na data da primeira aplicação. O ativo é avaliado como o passivo (ajustado por qualquer pagamento antecipado ou pagamento anterior à data da primeira aplicação). Se não houver diferença entre as massas patrimoniais, esta opção não terá efeito em fundos próprios, refletindo seu impacto como um custo maior (amortização e custo financeiro) ao longo da vida do leasing. No caso de leasings que anteriormente eram financeiros, são mantidos os ativos e passivos reconhecidos conforme a NIC 17.
- A opção 3 é semelhante à opção 2, mas com a diferença de que o ativo é avaliado em janeiro de 2019 como se a NIIF 16 tivesse sido aplicada desde o início do contrato (porém descontando os fluxos da taxa de juros da data da primeira aplicação). Calcula-se o ativo no início de 1 de janeiro de 2019 e contabiliza-se o valor que falta amortizar. O passivo se calcula em janeiro de 2019, da mesma maneira que a opção 2. A diferença entre o passivo por leasing e o direito de uso se reconhece contra a conta de reservas em janeiro 2019.

O Grupo está avaliando os efeitos decorrentes da aplicação da NIIF 16.

- Melhorias nas NIIF Ciclo 2014-2016 – introduzem modificações menores na norma NIIF 12.

Finalmente, na data de elaboração destas demonstrações financeiras anuais consolidadas, as seguintes Normas, cujas datas efetivas são posteriores a 31 de dezembro de 2017, estavam pendentes de adoção:

- Modificação à NIIF 2 Classificação e avaliação das transações com pagamentos baseados em ações - As emendas se relacionam com as seguintes áreas: (a) A contabilidade para os efeitos que as condições para a consolidação da concessão têm nas transações de pagamento baseado em ações liquidado em numerário.(b) A classificação das transações de pagamento baseado em ações com características de liquidação líquida para as obrigações de retenção de impostos; e (c) A contabilidade para a modificação dos termos e condições do pagamento baseado em ações que modificam a transação de liquidada em numerário para liquidada em patrimônio.
- Melhorias nas NIIF Ciclo 2014-2016 – introduzem modificações menores nas normas NIIF 1 e NIC 28.
- Interpretação CINIIF 22 Transações e contraprestações antecipadas em moeda estrangeira - Quando uma instituição recebe um adiantamento para reconhecer as receitas associadas na conta de resultados, reconhece tanto a contraprestação recebida como um passivo não monetário (receitas diferidas ou passivos por contratos) na demonstração da posição financeira com a taxa de câmbio à vista, de acordo com a NIC 21 Efeitos das variações nas taxas de câmbio da moeda estrangeira. Quando as receitas diferidas são reconhecidas posteriormente como receitas na demonstração dos resultados, questiona-se se sua mensuração deve refletir: o valor com o qual foi reconhecida originalmente a receita diferida, ou seja, quando a contraprestação foi originalmente recebida; ou o valor da contraprestação recebida é convertido com a taxa de câmbio vigente na data em que o elemento não monetário é gerado como receita na demonstração dos resultados, gerando um lucro ou perda cambial que reflete a diferença entre o valor da contraprestação recebida traduzido para (i) a taxa de câmbio à vista vigente no momento de seu recebimento e (ii) para a taxa de câmbio à vista vigente quando se reconhece na demonstração dos resultados como receita ou como custo.
- Modificação NIC 40 Transferências de investimentos imobiliários - introduzem modificações nos requisitos existentes ou trazem alguma orientação complementar sobre a aplicação de tais requisitos.
- CINIIF 23 Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda – aplica-se à determinação do lucro ou perda fiscal, bases tributárias, perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e alíquotas de impostos, quando há incerteza sobre os tratamentos dos impostos segundo a NIC 12.
- NIIF 17 Contratos de seguros – nova norma contábil integral para contratos de seguros, que abrange reconhecimento, medição, apresentação e divulgação.
- Modificação na NIC 28 Investimentos em Coligadas e joint-ventures – modificações nos juros de longo prazo em uma coligada ou negócio conjunto e NIIF 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas – vendas ou aportes de ativos entre um investidor e suas coligadas ou joint-ventures.

Atualmente, o Grupo está analisando os possíveis impactos decorrentes dessas novas normas.

Não existe nenhum princípio contábil ou critério de avaliação que, ao causar um efeito significativo nas demonstrações financeiras anuais consolidadas do exercício 2017, tenha deixado de ser aplicado na sua elaboração.

c) Estimativas realizadas

Os resultados consolidados e a determinação do patrimônio consolidado são sensíveis aos princípios e políticas contábeis, critérios de avaliação e estimativas seguidos pelos administradores do Banco para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Os principais princípios e políticas contábeis e critérios de avaliação são indicados na Nota 2.

Nas demonstrações financeiras consolidadas utilizaram-se ocasionalmente estimativas realizadas pela alta administração do Banco e das instituições consolidadas para quantificar alguns dos ativos, passivos, receitas, despesas e compromissos registrados. Basicamente, estas estimativas, realizadas em função da melhor informação disponível, referem-se a:

- As provisões para perdas de determinados ativos – ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos e recebíveis, ativos não correntes e grupos alienáveis de elementos classificados como mantidos para venda, investimentos, ativos tangíveis e ativos intangíveis (ver Notas 6, 7, 8, 10, 12, 13, 16, 17 e 18);
- As premissas empregadas no cálculo dos passivos e compromissos por remunerações pós-emprego e outras obrigações; (Ver Nota 25);
- A vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis (Ver Notas 16 e 18);
- Avaliação dos ágios consolidados (Ver Nota 17);
- Provisões e consideração de passivos contingentes (Ver Nota 25);
- Valor justo de determinados ativos e passivos não negociados (Ver Notas 6, 7, 8, 9, 10, 11, 20, 21 e 22);
- A recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos (Ver Nota 27); e
- O valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos em combinações de negócios (Ver Nota 3).

Embora estas estimativas tenham sido realizadas com base nas melhores informações disponíveis no encerramento do exercício 2017, é possível que acontecimentos que possam ocorrer no futuro obriguem a modificá-las (para cima ou para baixo) nos próximos exercícios, o que seria realizado, se for o caso, de forma prospectiva reconhecendo os efeitos da alteração da estimativa na demonstração do resultado consolidada.

d) Informações relativas aos exercícios 2016 e 2015

Em 19 de novembro de 2015 foi publicada a Circular 5/2015, de 28 de outubro, da Comissão Nacional do Mercado de Valores, que adaptava os modelos estabelecidos no anexo II da Circular 1/2008, de 30 de janeiro, para as instituições de crédito, aos novos modelos previstos pela Circular 5/2014, de 28 de novembro, do Banco de Espanha, para os exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2016. A adaptação desta Circular modificou a discriminação e a apresentação de determinadas seções das demonstrações financeiras, não sendo significativas estas alterações. As informações do exercício de 2015 foram reelaboradas em 2016 de acordo com essa Circular, de forma que pudesse ser comparada.

Além disso, as informações da Nota 4 relativas às ações em circulação nos exercícios 2016 e 2015 foram reformuladas devido ao aumento de capital descrito na Nota 31.a, em conformidade com a norma aplicável.

Portanto, as informações contidas nestas contas anuais consolidadas correspondentes aos exercícios de 2016 e 2015 são apresentadas, única e exclusivamente, para efeitos de comparação com as informações relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2017.

Além disso, é preciso considerar o impacto da aquisição do Banco Popular Español, S.A. (Ver Nota 3) na comparação das cifras, principalmente no balanço, correspondentes aos exercícios 2016 e 2015.

Para interpretar a evolução dos saldos relativos a 31 de dezembro de 2017, é necessário considerar o efeito da taxa de juros derivada do volume de saldos em moeda estrangeira mantido pelo Grupo em virtude de sua diversidade geográfica (Ver Nota 51.b) e a valorização / (desvalorização) verificada pelas distintas moedas em relação ao euro no exercício de 2017 considerando as taxas de câmbio no encerramento de 2017: peso mexicano (-7,98%), dólar (-12,11%), real (-13,65%), libra (-3,50%), peso chileno (-3,98%) e zloty polonês (5,59%); assim como a evolução das taxas de câmbio médias entre períodos comparáveis: peso mexicano (-3,07%), dólar (-1,88%), real (6,58%), libra (-6,74%), peso chileno (2,18%) e zloty polonês (2,49%).

e) Gestão de capital

i. Capital regulatório e econômico

A gestão de capital dentro do Grupo é realizada em dois níveis: regulatório e econômico.

O objetivo é assegurar a solvência do Grupo, garantindo a suficiência de capital econômico assim como o cumprimento dos requisitos regulatórios, e o uso eficiente do capital.

Para isso, elaboramos, analisamos e reportamos periodicamente aos órgãos governamentais relevantes as cifras de capital regulatório e econômico, bem como as métricas associadas RORWA (*Return on Risk-Weighted Assets*), RORAC (*Return on Risk-Adjusted Capital*) e a criação de valor de cada unidade de negócio.

Além disso, no âmbito do processo de autoavaliação do capital (Pilar II do Basileia), o Grupo utiliza um modelo de mensuração de capital econômico com o objetivo de assegurar a suficiência do capital disponível para suportar todos os riscos de sua atividade em diversos cenários econômicos, com o nível de solvência decidido pelo Grupo e, ao mesmo tempo, avalia-se também, nos diversos cenários, o cumprimento dos níveis de capital regulatório.

Para poder administrar adequadamente o capital do Grupo, é fundamental estimar e analisar as necessidades futuras, antecipando os diferentes momentos do ciclo. As projeções de capital regulatório e econômico baseiam-se nas informações orçamentárias (balanço, demonstração de resultados, etc.) dos cenários macroeconômicos, definidos pelo serviço de estudos do Grupo. Em função destas estimativas, planejam-se medidas de gestão (emissões, securitizações, etc.) necessárias para alcançar os objetivos de capital.

Também são simulados determinados cenários de estresse para avaliar a disponibilidade de capital diante de situações adversas. Estes cenários são estabelecidos a partir de variações acentuadas em variáveis macroeconômicas (PIB, taxas de juros, despesas com moradia, etc.) que refletem crises históricas que podem ocorrer novamente ou situações de estresse plausíveis, ainda que improváveis.

A seguir, apresentamos uma breve descrição do marco regulatório a que está sujeito o Grupo Santander em termos de capital.

Em dezembro de 2010, o Comitê de Supervisão Bancária publicou um novo marco regulatório global para as normas internacionais de capital (Basileia III) que reforçava os requisitos estabelecidos nos marcos anteriores, conhecidos como Basileia I, Basileia II e Basileia 2.5, aumentando a qualidade, consistência e transparência da base de capital e melhorando a cobertura do risco. Em 26 de junho de 2013, o marco legal do Basileia III foi incorporado no ordenamento europeu por meio da Diretiva 2013/36 (doravante CRD IV), revogando as Diretivas 2006/48 e 2006/49; e o Regulamento 575/2013 sobre os requisitos prudenciais das instituições de crédito e as empresas de investimentos (doravante CRR).

A CRD IV foi transposta para a norma espanhola mediante a lei 10/2014 de ordenação, supervisão e solvência de instituições de crédito e seu posterior desenvolvimento regulamentar mediante o Real Decreto lei 84/2015 e a Circular 2/2016 do Banco de Espanha, que completa sua adaptação ao ordenamento jurídico espanhol. Esta Circular derroga em sua maior parte a Circular 3/2008 (embora seja mantida sua vigência nos aspectos em que a Circular 5/2008, sobre recursos próprios mínimos e informações de remissão obrigatória das sociedades de garantia recíproca, remete ao regime estabelecido naquela), sobre determinação e controle dos recursos próprios; e uma seção da Circular 2/2014, relativa ao exercício de diversas opções regulatórias contidas no CRR. A CRR é aplicável diretamente nos Estados-membros a partir de 1º de janeiro de 2014 e revoga todas as normas de nível inferior que impliquem requisitos adicionais de capital.

A CRR contempla um calendário de implementação gradual que permite uma adaptação progressiva aos novos requisitos na União Europeia. Esses calendários foram incorporados à regulamentação espanhola mediante a aprovação da Circular 2/2014 do Banco de España, afetando tanto as novas deduções quanto as emissões e elementos de fundos próprios que, com esta nova regulamentação, deixam de ser elegíveis como tais. Em março de 2016 o BCE publicou a regulamentação 2016/445/UE, na qual se modificam alguns calendários estabelecidos na CBE 2/2014, em especial o calendário de DTAs (Deferred Tax Assets - Ativos com Impostos Diferidos). Também estão sujeitos a uma implementação gradual os colchões de capital previstos na CRD IV, sendo aplicados pela primeira vez em 2016 e que devem estar totalmente implementados em 2019.

O marco regulatório Basileia baseia-se em três pilares. O Pilar I determina o capital mínimo exigido, incluindo a possibilidade de utilizar classificações e modelos internos para o cálculo das exposições ponderadas por risco. O objetivo é que os requisitos regulatórios sejam mais sensíveis aos riscos que as instituições realmente suportam no desempenho de seus negócios. O Pilar II estabelece um sistema de revisão pela autoridade supervisora para melhorar a gestão interna dos riscos e de autoavaliação da idoneidade do capital em função do perfil de risco. Por último, o Pilar III define os elementos que se referem à informação e disciplina de mercado.

Em 23 de novembro de 2016, a Comissão Europeia publicou uma versão preliminar da nova CRR e CRD IV, onde incorpora distintos padrões de Basileia, como o Fundamental Review of the Trading Book para Risco de Mercado, o Net Stable Funding Ratio para risco de liquidez e o SA-CCR para o cálculo da EAD por risco de contraparte, assim como introduz modificações relacionadas com o tratamento das câmaras de contrapartida central, do MDA (Montante Máximo Distribuível), Pilar II e índice de alavancagem, entre outras. Como novidade mais relevante, é implementado o Term Sheet da TLAC (Total Loss-Absorbing Capacity - Capacidade Total de Absorção de Perdas) emitido pela FSB (Financial Stability Board - Junta de Estabilidade Financeira) no marco de capital, de tal forma que as entidades sistêmicas terão que cumprir os requisitos de MREL (Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities - Requisitos mínimos de fundos próprios e Obrigações Elegíveis)/TLAC no Pilar I, enquanto as não sistêmicas só terão que cumprir MREL no Pilar II que a autoridade de resolução irá decidindo caso a caso.

A Single Resolution Board (SRB) publicou sua política de Minimum Required Eligible Liabilities (MREL) para o ano 2017. Para o ciclo de planejamento de resolução de 2017, a SRB está em transição dos objetivos informativos da MREL para, no futuro, estabelecer objetivos consolidados vinculantes de MREL específicos para cada banco, tanto no ponto de entrada único (SPE) quanto no ponto de entrada múltiplo (MPE), para a maioria dos bancos grandes e complexos, incluídas todas as instituições globais de importância sistêmica (G-SII).

A política de MREL da SRB para 2017 se baseia em um enfoque gradual para alcançar os objetivos finais (target level) de MREL em um prazo de vários anos, e seu descumprimento poderia resultar na consideração de que a entidade não pode se resolver. Em relação com o critério de subordinação, a SRB considera que as instituições de importância sistêmica global (G-SIIs) têm que cumprir, no mínimo, um nível de subordinação igual ao 13,5% dos ativos ponderados pelo risco - ou risk-weighted assets (RWA) - mais o Buffer Combinado.

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo cumpriu os requisitos mínimos de capital requeridos na normativa vigente. (Ver Nota 54).

ii. Plano de implementação de modelos avançados e autorização supervisora

O Grupo Santander continua com sua proposta de adotar, de forma progressiva durante os próximos anos, o enfoque avançado de modelos internos (AIRB) para praticamente todos os bancos do Grupo, até cobrir uma porcentagem de exposição líquida da carteira de crédito superior a 90%. O compromisso assumido perante o supervisor continua implicando a adaptação dos modelos avançados nos dez mercados-chave onde o Grupo Santander está presente.

Com este objetivo, o Santander continuou, em 2017, com o projeto de implementação gradual das plataformas tecnológicas e desenvolvimentos metodológicos necessários que permitirão a aplicação progressiva dos modelos internos avançados para o cálculo de capital regulatório no restante das unidades do Grupo.

O Grupo Santander conta com a autorização do órgão supervisor para o uso de enfoques avançados para o cálculo de requisitos de capital regulatório por risco de crédito para a matriz e as principais filiais de Espanha, Reino Unido, Portugal, e determinadas carteiras na Alemanha, México, Brasil, Chile, países nórdicos (Suécia, Finlândia, Noruega), França e Estados Unidos.

Durante 2017, obteve-se a autorização das carteiras soberanas, Instituições (método FIRB) e Financiamento Especializada (Slotting) em Chile, Hipotecas e a maior parte da carteira do Santander Consumer Alemanha, bem como as carteiras de dealers do PSA França e PSA UK (método FIRB).

Em relação ao resto de riscos contemplados explicitamente no Pilar I de Basileia, em risco de mercado se conta com a autorização para o uso de modelos internos nas atividades de tesouraria no Reino Unido, Espanha, Chile, Portugal e México.

Quanto a risco operacional, o Grupo Santander utiliza atualmente o enfoque padrão de cálculo de capital regulatório previsto na CRR. Em 2017, o Banco Central Europeu autorizou a utilização do Método Padrão Alternativo para o cálculo dos requisitos de capital em nível consolidado no Banco Santander México, adicionalmente à aprovação que se realizou em 2016 no Brasil.

f) Impacto ambiental

Dadas as atividades às quais se dedicam as sociedades do Grupo, este não tem responsabilidades, despesas, ativos nem provisões ou contingências de natureza ambiental que pudessem ser significativos em relação ao patrimônio, à situação financeira e aos seus resultados, consolidados. Por este motivo, não se incluem informações específicas relativas a questões ambientais nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

g) Eventos subsequentes

De 1 de janeiro de 2018 até a data de elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas não ocorreram fatos relevantes posteriores.

h) Outras informações

Referendum UK

Em 23 de junho de 2016, o Reino Unido realizou um referendo não vinculante sobre seu pertencimento à União Europeia (UE), no qual a maioria votou a favor de sair da UE. Imediatamente após este resultado, os mercados bursáteis e cambiais do Reino Unido e mundiais iniciaram um período de elevada volatilidade, incluindo uma forte desvalorização da libra, ao qual se soma agora a contínua incerteza com relação ao processo, aos prazos de negociação da saída do Reino Unido e sua relação futura com a UE.

Em 29 de março de 2017, em virtude do Artigo 50(2) do Tratado da União Europeia, o Reino Unido notificou sua intenção de abandonar a UE. Com isso, foi iniciado um período de negociação de dois anos, que determinará os novos termos da relação do Reino Unido com a UE. Após esse período, cessará o pertencimento do Reino Unido à UE. A previsão é de que essas negociações ocorram em paralelo com negociações bilaterais independentes com diversos países e contrapartes multilaterais com os quais o Reino Unido mantém atualmente acordos comerciais por pertencer à União Europeia. Os prazos e o processo dessas negociações, assim como os termos resultantes das futuras relações econômicas, comerciais e legais do Reino Unido, são incertos.

Embora o impacto do Referendo em longo prazo não implique nenhuma modificação imediata nas operações e estrutura atuais, causou volatilidade nos mercados, incluindo a desvalorização da libra esterlina, e a previsão é de que continuará causando incerteza econômica que poderia afetar adversamente os resultados, a situação financeira e as perspectivas. Os termos e o calendário de saída do Reino Unido da UE ainda estão pendentes de confirmação, e não é possível determinar o impacto total que o referendo, a saída do Reino Unido da UE e/ou qualquer assunto relacionado podem ter nas condições econômicas gerais do Reino Unido (incluindo o rendimento do mercado imobiliário e do setor bancário do Reino Unido) e, conseqüentemente, o impacto que a saída pode ter nos resultados, nas condições financeiras e nas perspectivas. Além disso, existe a incerteza se, após a saída da UE, será possível continuar proporcionando os serviços financeiros transfronteiriços no Reino Unido para os membros da UE.

Os acontecimentos políticos do Reino Unido descritos acima, junto com mudanças na estrutura e nas políticas governamentais, poderiam resultar em uma maior volatilidade dos mercados e mudanças no panorama fiscal, monetário e regulatório em que o Grupo opera, e poderia ter efeitos desfavoráveis em sua disponibilidade e condições de financiamento e, em nível mais geral, em seu negócio, situação financeira e resultados operacionais.

Bônus de securitização

Em 13 de julho de 2017, o Banco Santander e o Banco Popular Español, S.A., S.A. (doravante, Banco Popular) comunicaram a decisão de lançar uma ação comercial com a finalidade de fidelizar clientes minoritários de suas redes afetados pela resolução do Banco Popular (a “Ação de Fidelização”).

Em virtude da Ação de Fidelização, os clientes que reuniram determinadas condições e foram afetados pela resolução do Banco Popular poderiam receber, sem desembolso algum de sua parte, valores negociáveis emitidos pelo Banco Santander com um montante nominal equivalente ao investimento em ações ou em determinados títulos subordinados do Banco Popular (com determinados limites) dos quais eram titulares na data da resolução do Banco Popular. Para participar dessa ação, era necessário que o cliente renunciasse às ações judiciais contra o Grupo.

A Ação de Fidelização se realizaria mediante a entrega ao cliente de obrigações perpétuas contingentemente amortizáveis (“Bônus de Fidelização”) do Banco Santander, S.A.

Os Bônus de Fidelização darão direito a um cupom em dinheiro, discricional, não acumulativo, a pagar por trimestres vencidos.

Os Bônus de Fidelização são valores perpétuos. No entanto, poderão ser amortizados totalmente a critério do Banco Santander, S.A., com autorização prévia do Banco Central Europeu, em qualquer das datas de pagamento do cupom, após transcorridos sete anos de sua emissão.

De acordo com as condições estipuladas na emissão dos Bônus de Fidelização, relativas à discricionariedade na remuneração por parte do Banco e outros aspectos, este instrumento financeiro se considera um instrumento de patrimônio conforme a norma aplicável.

Em 12 de setembro de 2017, foi informado que os Bônus de Fidelização foram aprovados pela CNMV e lançados em seus registros. O período de aceitação da oferta começou em 13 de setembro de 2017 e terminou em 7 de dezembro de 2017.

Em 15 de dezembro de 2017, o Grupo informou que uma vez finalizado o período de aceitação, as aceitações da oferta alcançaram 77,88% do montante total, razão pela qual o valor nominal dos bônus entregues aos clientes atingiu 764 milhões de euros (3.035 milhões de reais), cujo valor de mercado no momento da concessão foi de 525 milhões de euros (2.085 milhões de reais). (Ver Nota 3).

2. Princípios e políticas contábeis e critérios de avaliação aplicados

Os seguintes princípios e políticas contábeis e critérios de avaliação foram aplicados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

a) Transações em moeda estrangeira

i. Moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação do Banco é o euro. Além disso, a moeda de apresentação do Grupo é o euro.

ii. Critérios de conversão dos saldos em moeda estrangeira

A conversão para euros dos saldos em moeda estrangeira é realizada em duas fases consecutivas:

- Conversão da moeda estrangeira para a moeda funcional (moeda do contexto econômico principal em que a instituição opera); e

- Conversão para euros dos saldos mantidos nas moedas funcionais das instituições cuja moeda funcional não for o euro.

Conversão da moeda estrangeira para a moeda funcional

As transações em moeda estrangeira realizadas pelas instituições consolidadas (ou avaliadas pelo método da participação) não radicadas em países da União Monetária são registradas inicialmente em suas respectivas moedas. Posteriormente, os saldos monetários em moeda estrangeira são convertidos para suas respectivas moedas funcionais utilizando a taxa de câmbio do encerramento do exercício.

Além disso:

- Os itens não monetários avaliados pelo seu custo histórico são convertidos para a moeda funcional com a taxa de câmbio da data da aquisição.
- Os itens não monetários avaliados pelo seu valor justo são convertidos com a taxa de câmbio da data em que tal valor justo foi determinado.
- As receitas e despesas são convertidas com as taxas de câmbio médias do período para todas as operações pertencentes a este. Ao aplicar esse critério, o Grupo considera se durante o exercício ocorreram variações significativas nas taxas de câmbio que, devido à sua relevância nas demonstrações em seu conjunto, que tornasse necessária a aplicação de taxas de câmbio na data da transação ao invés de taxas de câmbio médias.
- As operações de compra e venda a prazo de divisas contra divisas e de divisas contra euros que não cobrem posições patrimoniais são convertidas com as taxas de câmbio estabelecidas na data de encerramento do exercício pelo mercado de divisas a prazo para o vencimento correspondente.

Conversão das moedas funcionais para euros

Os saldos das demonstrações financeiras anuais das instituições consolidadas (ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial) cuja moeda funcional for distinta do euro são convertidos para euros da seguinte forma:

- Os ativos e passivos, aplicando a taxa de câmbio no encerramento do exercício.
- As receitas e despesas, aplicando as taxas de câmbio médias do exercício.
- O patrimônio líquido, com as taxas de câmbio históricas.

Montantes expressos em milhões de reais

Com o propósito de apresentar as demonstrações financeiras consolidadas em reais, em conformidade com os requisitos da Instrução nº 480/2009 da Comissão do Mercado de Valores (CVM) do Brasil e modificações posteriores (Ver Nota 1.b), os saldos foram convertidos a reais, conforme segue:

- Os ativos, passivos e Outro resultado global acumulado, aplicando a taxa de câmbio no encerramento do exercício.
- As receitas e despesas, aplicando a taxa de câmbio média do exercício. Neste sentido, cabe mencionar que a aplicação dessa taxa de câmbio ou a correspondente na data de cada transação não leva a diferenças significativas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- O patrimônio líquido inicial (exceto Outro resultado global acumulado) e a participação de acionistas sem direito a voto, aplicando a taxa de câmbio de 1 de janeiro de 2011 (data da primeira conversão a reais). A conversão de todas as movimentações posteriores é realizada com a taxa de câmbio histórica.

Todas as diferenças surgidas da conversão anterior são registradas na seção relativa ao patrimônio Outro resultado global acumulado - Itens que podem ser reclassificados nos resultados - Conversão em divisas.

- A conversão dos fluxos de caixa é realizada aplicando a taxa de câmbio média do exercício.

iii. Registro das diferenças de câmbio

As diferenças de câmbio decorrentes da conversão dos saldos denominados em moeda estrangeira para a moeda funcional são geralmente registradas com o valor líquido, no capítulo Diferenças de câmbio, líquidas, da demonstração do resultado consolidada, com exceção das diferenças de câmbio verificadas em instrumentos financeiros classificados pelo valor justo com alterações em lucros e prejuízos, que são registradas na demonstração do resultado consolidada sem diferenciá-las das demais variações que o valor justo possa sofrer e das diferenças de câmbio que surgiram nas seções não monetárias cujo valor justo é ajustado em contrapartida no patrimônio líquido, que são registradas na seção Outro resultado global acumulado - Itens que podem ser reclassificados nos resultados - Conversão em divisas.

As diferenças de câmbio decorrentes da conversão para euros das demonstrações financeiras denominadas nas moedas funcionais das instituições cuja moeda funcional for distinta do euro são registradas na seção relativa ao patrimônio Outro resultado abrangente - Itens que podem ser reclassificados nos resultados - Conversão de divisas do balanço consolidado, ao passo que as que se originam da conversão para euros das demonstrações financeiras de instituições avaliadas pelo método da participação são registradas como parte do saldo da seção relativa ao patrimônio Outro resultado abrangente - Itens que podem ser reclassificados nos resultados - Participação em outras receitas e despesas reconhecidas dos investimentos em negócios conjuntos e coligadas até a baixa no balanço do elemento ao qual correspondem, quando serão registrados nos resultados.

As diferenças de câmbio resultantes de lucros ou prejuízos atuariais ao converter a euros as demonstrações financeiras denominadas nas moedas funcionais das instituições cuja moeda funcional for distinta do euro são registradas na seção de patrimônio Outro resultado global acumulado - Itens que podem ser reclassificados nos resultados - Prejuízos ou (-) lucros atuariais em planos de pensões de benefícios definidos.

iv. Instituições radicadas em países com altas taxas de inflação

Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, nenhuma das moedas funcionais das instituições consolidadas e associadas radicadas no exterior correspondia a economias consideradas altamente inflacionárias, conforme os critérios estabelecidos pelas Normas Internacionais de Informação Financeira adotadas na União Europeia. Consequentemente, no fechamento contábil dos três últimos exercícios não foi preciso ajustar as demonstrações financeiras de nenhuma instituição consolidada ou associada para corrigi-las dos efeitos da inflação.

v. Exposição ao risco da taxa de câmbio

O Grupo cobre parte dessas posições de caráter permanente por meio de instrumentos financeiros derivativos da taxa de câmbio (Ver Nota 36). Além disso, o Grupo administra o risco de câmbio de forma dinâmica, cobrindo sua posição de caráter temporário (com impacto potencial nos resultados) procurando limitar o impacto das depreciações das moedas e, por sua vez, otimizando o custo financeiro das coberturas.

As tabelas a seguir mostram a sensibilidade da demonstração do resultado consolidada e do patrimônio líquido consolidado às variações provocadas sobre as posições de câmbio derivadas da totalidade dos itens do Grupo em moeda estrangeira com variações percentuais de 1% das diversas moedas estrangeiras nas quais o Grupo mantém saldos significativos.

Indicamos, a seguir, o efeito estimado no patrimônio atribuído ao Grupo e na demonstração do resultado consolidada, decorrente de uma valorização de 1% na taxa de câmbio do euro em relação à divisa correspondente:

Divisa	Milhões de euros					
	Efeito no patrimônio líquido			Efeito no resultado consolidado		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Dólares americanos	(157,9)	(187,1)	(167,2)	(1,4)	(4,5)	(8,7)
Pesos chilenos	(29,0)	(27,9)	(23,7)	(1,8)	(4,2)	(5,0)
Libras esterlinas	(176,6)	(184,9)	(194,2)	(3,1)	(10,0)	(13,0)
Pesos mexicanos	(16,0)	(16,2)	(19,7)	(1,2)	(5,4)	(5,9)
Reais	(93,1)	(122,3)	(93,1)	(6,5)	(6,3)	(13,6)
Zlotys poloneses	(34,5)	(31,5)	(32,8)	(1,5)	(3,3)	(3,9)

Divisa	Milhões de reais					
	Efeito no patrimônio líquido			Efeito no resultado consolidado		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Dólares americanos	(627,3)	(641,8)	(720,9)	(5,0)	(17,2)	(31,7)
Pesos chilenos	(115,2)	(95,7)	(102,2)	(6,5)	(16,1)	(18,2)
Libras esterlinas	(701,6)	(634,3)	(837,3)	(11,1)	(38,3)	(47,4)
Pesos mexicanos	(63,6)	(55,6)	(84,9)	(4,3)	(20,7)	(21,5)
Reais	(369,9)	(419,6)	(401,4)	(23,4)	(24,1)	(49,6)
Zlotys poloneses	(137,1)	(108,1)	(141,4)	(5,4)	(12,6)	(14,2)

Da mesma forma, indicamos, a seguir, o efeito estimado no patrimônio do Grupo e na demonstração do resultado consolidada, decorrente de uma desvalorização de 1% na taxa de câmbio do euro em relação à divisa correspondente:

Divisa	Milhões de euros					
	Efeito no patrimônio líquido			Efeito no resultado consolidado		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Dólares americanos	161,1	190,8	170,5	1,5	4,5	8,8
Pesos chilenos	29,6	28,4	24,1	1,8	4,3	5,1
Libras esterlinas	180,2	188,7	198,2	3,2	10,2	13,2
Pesos mexicanos	16,3	16,5	20,1	1,2	5,5	6,0
Reais	95,0	124,7	94,9	6,6	6,5	13,8
Zlotys poloneses	35,2	32,1	33,4	1,5	3,3	4,0

Divisa	Milhões de reais					
	Efeito no patrimônio líquido			Efeito no resultado consolidado		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Dólares americanos	640,0	654,5	735,1	5,4	17,2	32,1
Pesos chilenos	117,6	97,4	103,9	6,5	16,5	18,6
Libras esterlinas	715,9	647,3	854,6	11,5	39,1	48,1
Pesos mexicanos	64,8	56,6	86,7	4,3	21,1	21,9
Reais	377,4	427,8	409,2	23,7	24,9	50,3
Zlotys poloneses	139,8	110,1	144,0	5,4	12,6	14,6

Os dados anteriores foram obtidos da seguinte forma:

- Efeito no patrimônio líquido: de acordo com a política contábil pormenorizada na Nota 2.a.iii, são registradas no patrimônio líquido as diferenças de câmbio que ocorrem ao converter a euros as demonstrações financeiras denominadas nas moedas funcionais das instituições do Grupo cuja moeda funcional for diferente do euro. O possível efeito que uma variação das taxas de câmbio da divisa correspondente divisa teria no patrimônio do Grupo foi, portanto, determinado aplicando-se a mencionada variação ao valor líquido dos ativos-passivos de cada unidade, (incluindo, se for o caso, o ágio correspondente) e considerando o efeito compensatório dos hedges associados aos investimentos líquidos no exterior.
- Efeito no resultado consolidado: o efeito foi determinado aplicando uma variação das taxas de câmbio médias do exercício utilizadas, conforme indicado na Nota 2.a.ii, para converter a euros as receitas e despesas das instituições consolidadas cuja moeda funcional for distinta do euro, considerando, se for o caso, o efeito compensatório das diferentes operações de hedge existentes.

Nas estimativas realizadas para obter os dados mencionados, consideraram-se os efeitos das variações das taxas de câmbio isoladas do efeito da evolução de outras variáveis cujas variações afetariam o patrimônio líquido e a demonstração do resultado consolidada, como variações nas taxas de juros das moedas de referência ou outros fatores de mercado. Para isso, as variáveis distintas da evolução da taxa de câmbio da moeda estrangeira foram mantidas constantes em relação às respectivas posições em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

b) Princípios de consolidação

i. Instituições dependentes

Consideram-se instituições dependentes aquelas sobre as quais o Banco tem capacidade de exercer controle. O Banco controla uma instituição quando está exposto ou tem direito a rendimentos variáveis procedentes da implicação da instituição participada e tem a capacidade de influir nesses rendimentos com seu poder sobre a instituição participada.

As demonstrações financeiras das instituições dependentes são consolidadas com as do Banco aplicando-se o método de integração global. Consequentemente, todos os saldos e efeitos das transações efetuadas entre as sociedades consolidadas são eliminados no processo de consolidação.

No momento da aquisição do controle de uma sociedade dependente, seus ativos, passivos e passivos contingentes são registrados com seus valores justos na data de aquisição. As diferenças positivas entre o custo de aquisição e os valores justos dos ativos líquidos identificáveis adquiridos são reconhecidos como ágio (Ver Nota 17). As diferenças negativas são imputadas a resultados na data de aquisição.

Além disso, a participação de terceiros no patrimônio do Grupo é apresentada no capítulo participação de acionistas não controladores (participações não controladores) no balanço consolidado (Ver Nota 28). Os resultados do exercício são apresentados no capítulo Resultado atribuível à participação de acionistas não controladores da demonstração do resultado consolidada.

A consolidação dos resultados gerados pelas sociedades adquiridas em um exercício é realizada levando-se em consideração, unicamente, os relativos ao período compreendido entre a data de aquisição e o encerramento desse exercício. Analogamente, a consolidação dos resultados gerados pelas empresas das quais perdeu-se o controle em um exercício é realizada levando-se em consideração, unicamente, os relativos ao período compreendido entre o início do exercício e a data de alienação.

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo controlava as seguintes empresas sobre as quais mantém uma porcentagem de participação direta em seu capital social inferior a 50%: (i) Luri 1, S.A. e (ii) Luri 2, S.A., além das instituições estruturadas consolidadas. As porcentagens de participação sobre o capital social das sociedades mencionadas são de 31% e 30%, respectivamente (Ver Anexo I). Embora o Grupo mantenha menos da metade dos direitos de voto, as administra e, conseqüentemente, exerce o controle dessas instituições. O objeto social das duas instituições é a aquisição e outros procedimentos gerais sobre propriedades imobiliárias, incluindo a locação e a compra e venda de imóveis. O impacto da consolidação dessas sociedades é intangível nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Nos anexos, são fornecidas informações relevantes sobre as instituições dependentes.

ii. Participação em negócios conjuntos (coligadas)

São considerados negócios conjuntos os que, não sendo instituições dependentes, são controlados conjuntamente por duas ou mais instituições não vinculadas entre si. Isso torna-se patente por meio de acordos contratuais em que duas ou mais instituições têm participação em instituições, de tal forma que as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime de todas as instituições que compartilham o controle.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as coligadas são avaliadas pelo método da participação, ou seja, pela fração de seu líquido patrimonial que representa a participação do Grupo em seu capital, uma vez considerados os dividendos recebidos delas e outras eliminações patrimoniais. No caso de transações com uma coligada, os lucros ou prejuízos correspondentes são eliminados na porcentagem de participação do Grupo em seu capital.

Nos anexos, são fornecidas informações relevantes sobre as coligadas.

iii. Instituições associadas

São instituições sobre as quais o Banco tem a capacidade de exercer influência significativa, mas não o controle ou controle conjunto. Considera-se que o Banco exerce influência significativa se possuir 20% ou mais do poder de voto da instituição participada.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as instituições associadas são avaliadas pelo método da participação, ou seja, pela fração de seu líquido patrimonial que representa a participação do Grupo em seu capital, uma vez considerados os dividendos recebidos delas e outras eliminações patrimoniais. No caso de transações com uma instituição associada, os lucros ou prejuízos correspondentes são eliminados na porcentagem de participação do Grupo em seu capital.

Existem certos investimentos em instituições que, embora o Grupo possua 20% ou mais de seus direitos de voto, não são consideradas instituições associadas porque o Grupo carece de capacidade para exercer influência significativa sobre elas. Esses investimentos não são significativos para o Grupo e estão registrados na seção Ativos financeiros disponíveis para venda.

Nos anexos, são fornecidas informações relevantes sobre as instituições associadas.

iv. Instituições estruturadas

Nos casos em que o Grupo constitui instituições ou tem participação nelas com o objetivo de permitir o acesso a seus clientes a determinados investimentos ou para a transferência de riscos ou outros fins, também denominadas instituições estruturadas, uma vez que os direitos de voto ou similares não constituem o fator decisivo para determinar quem controla a instituição, determina-se, de acordo com critérios e procedimentos internos e considerando o estabelecido na norma de referência, se existe controle, conforme descrito anteriormente e, portanto, se devem ser ou não objeto de consolidação. Especificamente, para as instituições às quais se aplica (fundos de investimento e fundos de pensões, principalmente), o Grupo analisa os seguintes fatores:

- Porcentagem de participação mantida pelo Grupo, estabelecendo-se, de forma geral, 20% como limite.
- Identificação do administrador do fundo, verificando se é uma empresa controlada pelo Grupo, uma vez que este aspecto poderia afetar a capacidade de gerir as atividades relevantes.
- Existência de acordos e/ou pactos entre investidores que possam fazer com que a tomada de decisões requeira a participação conjunta destes, não sendo, nesse caso, o administrador do fundo quem toma as decisões.
- Existência de direitos de exclusão atualmente exercitáveis (possibilidade de retirar o administrador de seu posto) visto que a existência desses direitos pode ser uma limitação ao poder do administrador sobre o fundo, concluindo que administrador atua como um agente dos investidores.
- Análise do regime de remunerações do administrador do fundo, considerando que um regime de remuneração proporcional ao serviço prestado geralmente não cria uma exposição de tal importância para indicar que o administrador esteja atuando como principal. Pelo contrário, se a remuneração não estiver de acordo com o serviço prestado, poderia provocar uma exposição que levaria o Grupo a uma conclusão diferente.

Entre as instituições estruturadas também se encontram os denominados Fundos de securitização de ativos, que são consolidados nos casos em que, estando expostas a rendimentos variáveis, determina-se que o Grupo manteve o controle.

A exposição associada a instituições estruturadas não consolidadas não é significativa em relação às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

v. Combinações de negócios

São consideradas combinações de negócios as operações mediante as quais se produz a união de duas ou mais instituições ou unidades econômicas em uma única instituição ou grupo de sociedades.

As combinações de negócios pelas quais o Grupo adquire o controle de uma instituição são registradas contabilmente da seguinte forma:

- O Grupo realiza a estimativa do custo da combinação de negócios, que normalmente corresponderá à contraprestação entregue, definido como o valor justo na data de aquisição dos ativos entregues, dos passivos incorridos em relação aos antigos proprietários do negócio adquirido e dos instrumentos de patrimônio emitidos, se for o caso, pela instituição adquirente. Nos casos em que o valor da contraprestação a ser entregue não esteja fechado definitivamente na data de aquisição e dependa de eventos futuros, qualquer contraprestação contingente é reconhecida como parte da contraprestação entregue e medida pelo valor justo na data de aquisição. Mesmo assim, os custos associados à operação não fazem parte, para este fim, do custo da combinação de negócios.
- Estima-se o valor justo dos ativos, passivos e passivos contingentes da instituição ou negócio adquirido, incluindo os ativos intangíveis que possam não estar registrados pela instituição adquirida, os quais são incluídos no balanço consolidado por esses valores, assim como o valor da Participação de acionistas sem direito a voto (participações não controladores) e o valor justo das participações prévias na instituição adquirida.
- A diferença entre tais categorias é registrada conforme indicado na seção m) desta Nota 2 se for positiva. Se essa diferença for negativa, ela é registrada no capítulo Ágio negativo reconhecido nos resultados da demonstração do resultado consolidada.

O ágio é avaliado e registrado somente uma vez, ao adquirir o controle de um negócio.

vi. Alterações nos níveis de participação mantidos em sociedades dependentes

As aquisições e alienações que não geram uma mudança de controle são contabilizadas como operações patrimoniais em Outras reservas, sem reconhecer nenhum lucro ou prejuízo na demonstração do resultado e sem voltar a avaliar o ágio reconhecido inicialmente. A diferença entre a contraprestação entregue ou recebida e a redução ou aumento da Participação de acionistas não controladores (participações não controladores), respectivamente, são reconhecidos nas reservas.

Da mesma forma, quando se perde o controle de uma empresa dependente, os ativos, passivos e a Participação de acionistas não controladores (participações não controladores), assim como outros itens que possam estar reconhecidos em Outro resultado global acumulado dessa empresa, são eliminados do balanço consolidado, registrando o valor justo da contraprestação recebida, bem como de qualquer investimento remanescente. A diferença entre esses dois valores é reconhecida na demonstração do resultado.

vii. Aquisições e alienações

Na Nota 3, são fornecidas informações sobre as aquisições e alienações mais significativas que realizadas nos três últimos exercícios.

c) Definições e classificação dos instrumentos financeiros

i. Definições

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro em uma instituição e, simultaneamente, a um passivo financeiro ou instrumento de capital em outra instituição.

Um instrumento de capital ou de patrimônio líquido consiste em um negócio jurídico que evidencia uma participação residual nos ativos da instituição que o emite, uma vez deduzidos todos os seus passivos.

Um derivativo financeiro é um instrumento financeiro cujo valor se altera em resposta às alterações em uma variável observável de mercado (como uma taxa de juros, de câmbio, preço de um instrumento financeiro ou um índice de mercado, incluindo as notas de risco), cujo investimento inicial é muito baixo em relação a outros instrumentos financeiros com resposta semelhante às alterações nas condições de mercado, e sua liquidação ocorre, geralmente, em uma data futura.

Os instrumentos financeiros híbridos são contratos que incluem, simultaneamente, um contrato principal diferente de um derivativo, junto com um derivativo financeiro, denominado derivativo implícito, que não pode ser transferido individualmente e que faz com que alguns dos fluxos de caixa do contrato híbrido variem da mesma forma que faria no derivativo implícito considerado de forma isolada.

Os instrumentos financeiros compostos são contratos que geram, para seu emissor, um passivo financeiro e um instrumento de capital próprio simultaneamente (por exemplo, os títulos conversíveis que outorgam ao detentor o direito de conversão para instrumentos de patrimônio do emissor).

As participações preferentes contingentemente conversíveis em ações ordinárias computáveis para fins de recursos próprios, como capital de nível 1 adicional (*Additional Tier 1*) ("PPCC") - participações perpétuas, com possibilidade de compra por parte do emissor em determinadas circunstâncias, cuja remuneração é discricionária, e que serão convertidas em um número variável de novas ações ordinárias, caso o Banco ou seu grupo consolidável apresentem um nível de capital inferior a uma determinada porcentagem (*trigger event*), conforme a definição de ambos os termos nos prospectos de emissão correspondentes - são contabilizadas pelo Grupo como instrumentos compostos. O componente de passivo reflete a obrigação do emissor de entregar um número variável de ações e o componente de capital reflete a discricionariedade do emissor para pagar os cupons associados. Para fazer a atribuição inicial, o Grupo estima o valor justo do passivo como o valor que teria que entregar se o *trigger event* ocorresse imediatamente e, por conseguinte, o componente de capital, calculado como valor residual, é zero. Devido à mencionada discricionariedade no pagamento dos cupons, estes são deduzidos diretamente do patrimônio.

Da mesma forma, as obrigações permanentes contingentemente amortizáveis, com possibilidade de compra pelo emitente em determinadas circunstâncias, cuja remuneração é discricionária, e que serão amortizadas, total ou parcialmente, de forma permanente, no caso de o Banco ou seu grupo consolidado apresentar um índice de capitalização inferior a uma certa porcentagem (*trigger event*), tal e como se define nos correspondentes informativos de emissão, são contabilizadas pelo Grupo como instrumentos de capital.

As operações indicadas a seguir não são consideradas, para fins contábeis, como instrumentos financeiros:

- Os investimentos em negócios conjuntos e associadas em coligadas e associadas (Ver Nota 13).
- Os direitos e obrigações decorrentes de planos de benefícios para funcionários (A opção 2 não refaz demonstrações comparativas (Ver Nota 25).
- Os direitos e obrigações decorrentes dos contratos de seguro (Ver Nota 15).
- Os contratos e obrigações relativos a remunerações para funcionários com base em instrumentos de patrimônio próprio (Ver Nota 34).

ii. Classificação dos ativos financeiros para fins de avaliação

Os ativos financeiros são apresentados em grupo, em primeiro lugar, dentro das diferentes categorias em que se classificam para gestão e avaliação, a menos que devam ser apresentados como Ativos não correntes mantidos para venda, ou correspondam a Caixa, depósitos em Bancos Centrais e outros depósitos à vista, alterações no valor justo dos itens cobertos de uma carteira com cobertura do risco de taxa de juros, Derivativos - Hedge Accounting e Investimentos em negócios conjuntos e coligadas, que são mostrados de forma independente.

Os ativos financeiros são incluídos para fins de avaliação em uma das seguintes carteiras:

- Ativos financeiros mantidos para negociação (em valor justo com alterações em lucros e prejuízos): Ativos financeiros adquiridos visando benefício a curto prazo, das variações de preços, e os derivativos financeiros que não se consideram de hedge contábil.
- Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados: Ativos financeiros híbridos que não fazem parte de ativos financeiros mantidos para negociação e que são avaliados em sua totalidade pelo valor justo, e aqueles que, por não pertencerem a ativos financeiros mantidos para negociação, são incluídos nesta carteira com o objetivo de obter informações mais relevantes, seja porque com isso se eliminam ou se reduzem significativamente inconsistências no reconhecimento ou avaliação (também denominadas assimetrias contábeis) que surgiriam na avaliação de ativos ou passivos, ou pelo reconhecimento de lucros ou prejuízos com diferentes critérios, seja porque existe um grupo de ativos financeiros, ou de ativos e passivos financeiros administrados e cujo rendimento é avaliado com base em seu valor justo, de acordo com uma estratégia de gestão do risco ou de investimento documentado e são fornecidas informações de tal grupo, também com base no valor justo, ao pessoal-chave da direção do Grupo. Os ativos financeiros poderão ser incluídos nesta carteira somente na data de aquisição ou emissão.
- Ativos financeiros disponíveis para venda: Instrumentos de dívida não classificados como investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis ou em valor justo com alterações em lucros e prejuízos e os Instrumentos de patrimônio emitidos por instituições distintas das dependentes, associadas ou coligadas, sempre que não tenham sido considerados como ativos financeiros mantidos para negociação ou como ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados.
- Empréstimos e recebíveis: Abrangem o investimento procedente da atividade típica de crédito, como os valores efetivos dispostos e pendentes de amortização por parte dos clientes a título de empréstimo ou os depósitos feitos para outras instituições, independentemente de sua instrumentação jurídica, e os instrumentos de dívida não listados, assim como as dívidas contraídas pelos compradores de bens ou usuários de serviços que façam parte dos negócios do Grupo.

Geralmente, a intenção das sociedades consolidadas é manter os empréstimos e créditos que têm concedidos até o vencimento final, razão pela qual são apresentados no balanço consolidado com seu custo amortizado (que abrange as correções necessárias para refletir as perdas estimadas em sua recuperação).

- Ativos financeiros mantidos até o vencimento: Instrumentos de dívida negociados que têm uma data de vencimento precisa e com pagamentos em datas e quantias fixas ou predetermináveis e sobre os quais exista a intenção e a capacidade demonstrada de mantê-los até o vencimento.

iii. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de apresentação, de acordo com sua natureza no balanço consolidado, nas seguintes seções:

- Caixa, depósitos em Bancos centrais e outros Depósitos à vista: Saldos em numerário e saldos devedores com disponibilidade imediata com origem em depósitos mantidos em bancos centrais e entidades de crédito.

- Empréstimos e adiantamentos: Saldos devedores de todos os créditos ou empréstimos concedidos pelo Grupo, com exceção daqueles instrumentados em títulos, direitos de cobrança das operações de leasing financeiro, assim como outros saldos devedores de natureza financeira a favor do Grupo, como cheques a cargo de instituições de crédito, saldos a receber das câmaras e órgãos liquidadores decorrentes de operações em bolsa e em mercados organizados, as fianças concedidas em numerário, os dividendos passivos exigidos, as comissões por garantias financeiras a receber e os saldos devedores por transações que não tenham origem em operações e serviços bancários, como a cobrança de aluguéis e similares. São classificados em função do setor institucional a que pertença o devedor em:
 - Bancos Centrais: Créditos de qualquer natureza, incluindo os depósitos e operações do mercado monetário em nome do Banco de Espanha ou de outros bancos centrais.
 - Instituições de crédito: Créditos de qualquer natureza, incluindo os depósitos e operações do mercado monetário, em nome de instituições de crédito.
 - Clientes: Abrange os demais créditos, incluindo as operações do mercado monetário realizadas por intermédio de instituições de contrapartida central.
- Instrumentos de dívida: Títulos de dívida e demais valores mobiliários que constituam uma dívida para seu emissor, com uma remuneração consistente em juros, e que sejam instrumentados em títulos ou em forma escritural.
- Instrumentos de patrimônio: Instrumentos financeiros emitidos por outras instituições, como ações, que tenham a natureza de instrumentos de patrimônio para o emissor, a menos que se tratem de participações em instituições dependentes, coligadas e associadas. Esta seção inclui as participações em fundos de investimento.
- Derivativos: Inclui o valor justo a favor do Grupo dos derivativos financeiros que não façam parte de coberturas contábeis, incluindo os derivativos implícitos segregados de instrumentos financeiros híbridos.
- Alterações do valor justo dos itens cobertos de uma carteira com cobertura do risco de taxa de juros: Capítulo de contrapartida dos valores descontados na demonstração do resultado consolidada com origem na valorização das carteiras de instrumentos financeiros que se encontram eficazmente cobertos do risco de taxa de juros por meio de derivativos utilizados como hedge em valor justo.
- Derivativos – hedge accounting inclui o valor justo dos derivativos a favor do Grupo, incluindo os derivativos implícitos segregados de instrumentos financeiros híbridos, designados como instrumentos de hedge em coberturas contábeis.

iv. Classificação dos passivos financeiros para fins de avaliação

Os passivos financeiros são apresentados em grupo, em primeiro lugar, dentro das diferentes categorias em que se classificam para a respectiva gestão e avaliação, a menos que devam ser apresentados como Passivos associados a ativos não correntes mantidos para venda, ou correspondam a Derivativos - Hedge Accounting, alterações do valor justo dos itens cobertos de uma carteira com hedge do risco de taxa de juros, os quais são apresentados de forma independente.

Os passivos financeiros são incluídos para fins de avaliação em alguma das seguintes carteiras:

- Passivos financeiros mantidos para negociação (em valor justo com alterações em lucros e prejuízos): Passivos financeiros emitidos visando o benefício, a curto prazo, das variações de preços, os derivativos financeiros que não são considerados de hedge contábil e os passivos financeiros originados pela venda garantida de ativos financeiros adquiridos temporariamente ou recebidos por empréstimo (posições curtas).
- Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados Os passivos financeiros são incluídos nesta categoria quando se obtém informações mais relevantes, seja porque com isso se eliminam ou se reduzem significativamente inconsistências no reconhecimento ou avaliação (também denominadas assimetrias contábeis) que surgiriam na avaliação de ativos ou passivos, ou pelo reconhecimento de lucros ou perdas com diferentes critérios, seja porque existe um grupo de passivos financeiros, ou de ativos e passivos financeiros administrados e cujo rendimento é avaliado com base em seu valor justo, de acordo com uma estratégia de gestão do risco ou de investimento documentado e são fornecidas informações desse grupo, também com base no valor justo, ao pessoal-chave da direção do Grupo. Os passivos poderão ser incluídos nesta carteira somente na data de emissão ou de origem.
- Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado: Passivos financeiros que não se incluem em nenhuma das categorias anteriores e que respondem às atividades típicas de captação de fundos das instituições financeiras, independentemente da forma de instrumentalização e de seu vencimento.

v. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são incluídos, para fins de apresentação, de acordo com sua natureza no balanço consolidado, nas seguintes seções:

- Depósitos: inclui os montantes dos saldos reembolsáveis recebidos em numerário pela instituição, incluindo os que tiverem natureza de passivos subordinados (montante dos financiamentos recebidos que, para fins de prioridade de créditos, se situam atrás de todos os credores comuns), com exceção dos instrumentos de dívida. Inclui também as fianças e consignações em numerário recebidas cujo valor pode ser investido livremente. Os depósitos são classificados em função do setor institucional a que pertença o credor em:
 - Bancos centrais: Depósitos de qualquer natureza, incluindo os créditos recebidos e operações do mercado monetário recebidos do Banco de Espanha ou de outros bancos centrais.
 - Instituições de crédito: Depósitos de qualquer natureza, incluindo os créditos e operações do mercado monetário em nome de instituições de crédito.
 - Clientes: Abrange os demais depósitos, incluindo o valor das operações do mercado monetário realizadas por intermédio de instituições de contrapartida central.
- Instrumentos de dívida emitidos: Inclui o montante das obrigações e demais dívidas representadas por títulos negociáveis, incluindo aqueles cuja natureza for de passivos subordinados (montante dos financiamentos recebidos que, para fins de prioridade de créditos, se situam atrás de todos os credores comuns. Além disso, inclui o valor dos instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo que, devido à sua natureza jurídica de capital, não cumprem os requisitos para serem classificados como patrimônio líquido, como determinadas ações preferenciais emitidas). Esta seção inclui o componente que tiver a consideração de passivo financeiro dos títulos emitidos que sejam instrumentos financeiros compostos.

- Derivativos: Inclui o valor justo com saldo desfavorável para o Grupo dos derivativos, incluindo os derivativos implícitos que tenham se separado do contrato principal, que não fazem parte de hedge contábeis.
- Posições em títulos de curto prazo: Montante dos passivos financeiros originados pela venda garantida de ativos financeiros adquiridos temporariamente ou recebidos em empréstimo.
- Outros passivos financeiros: Inclui o valor das obrigações a pagar cuja natureza seja de passivos financeiros não incluídas em outros itens e os passivos por contratos de garantia financeira, a menos que tenham sido classificados como perdas.
- Alterações do valor justo dos itens cobertos de uma carteira com cobertura do risco de taxa de juros: Capítulo de contrapartida dos valores descontados na demonstração do resultado consolidada com origem na valorização das carteiras de instrumentos financeiros que se encontram eficazmente cobertos do risco de taxa de juros por meio de derivativos utilizados como hedge em valor justo.
- Derivativos – hedge accounting inclui o valor justo dos derivativos contrário ao Grupo, incluindo os derivativos implícitos segregados de instrumentos financeiros híbridos, designados como instrumentos de hedge contábil.

d) Avaliação e registro de resultados dos ativos e passivos financeiros

Geralmente, os ativos e passivos financeiros são registrados inicialmente com seu valor justo que, salvo evidência em contrário, é o preço da transação. Para os instrumentos que não são avaliados pelo valor justo com alterações em lucros e prejuízos, faz-se um ajuste com os custos da transação. Posteriormente, e em cada fechamento contábil, passa-se a avaliá-los de acordo com os critérios a seguir:

i. Avaliação dos ativos financeiros

Os ativos financeiros, exceto os empréstimos e recebíveis, os investimentos mantidos até o vencimento e os instrumentos de patrimônio não negociados cujo valor justo não pode ser determinado de forma confiável (assim como os derivativos financeiros que têm como ativo subjacente estes instrumentos de patrimônio e cuja liquidação é feita mediante a respectiva entrega) são avaliados pelo seu valor justo sem deduzir nenhum custo de transação pela sua venda.

Entende-se por valor justo de um instrumento financeiro, em uma determinada data, o preço que se receberia pela venda de um ativo ou se pagaria para transferir um passivo por meio de uma transação ordenada entre participantes no mercado. A referência mais objetiva e habitual do valor justo de um instrumento financeiro é o preço que se pagaria por este em um mercado ativo, transparente e vasto (preço de negociação ou preço de mercado). Em 31 de dezembro de 2017, não havia nenhum investimento significativo em instrumentos financeiros negociados que não tenha sido registrado com o valor de negociação como consequência de que seu mercado não pode ser considerado como ativo.

Quando não existe preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, a fim de estimar o valor justo, recorre-se ao estabelecido em transações recentes de instrumentos análogos e, em sua ausência, a modelos de avaliação suficientemente comparados pela comunidade financeira internacional, levando-se em consideração as peculiaridades específicas do instrumento a avaliar e, especialmente, os diferentes tipos de risco associados ao instrumento.

Todos os derivativos são registrados no balanço com o valor justo desde a data de negociação. Se o valor justo for positivo, será registrado como um ativo e, se for negativo, será registrado como um passivo. Na data de negociação, entende-se que, salvo evidência em contrário, o valor justo é igual ao preço da transação. As alterações no valor justo dos derivativos desde a data de negociação são registradas em contrapartida na demonstração do resultado consolidada, no capítulo Ganhos ou perdas resultantes de hedge accounting (líquidos). Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em mercados organizados incluídos nas carteiras de negociação é incorporado à cotação diária e se, excepcionalmente, não for possível determinar sua cotação em uma determinada data, passa-se a avaliá-los com métodos semelhantes aos utilizados para avaliar os derivativos negociados em mercados não organizados.

O valor justo desses derivativos é incorporado à soma dos fluxos de caixa futuros com origem no instrumento, descontados na data da avaliação (valor atual ou fechamento teórico), utilizando-se, no processo de avaliação, métodos reconhecidos pelos mercados financeiros: valor atual líquido, modelos de determinação de preços de opções, entre outros métodos.

Os Empréstimos e recebíveis e a Carteira de Investimentos mantidas até o vencimento são avaliados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. Entende-se por custo amortizado o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro corrigido (para mais ou para menos, conforme o caso) pelos reembolsos de principal e da parte imputada sistematicamente na demonstração do resultado consolidada, da diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso correspondente no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui também as correções em seu valor motivadas pelas perdas que tenham sofrido. Nos empréstimos e recebíveis cobertos em operações de hedge de valor justo, são registradas as variações verificadas no valor justo relacionadas ao risco ou aos riscos cobertos em tais operações de hedge.

A taxa de juros efetiva é a taxa de atualização que iguala exatamente o valor inicial de um instrumento financeiro à totalidade de seus fluxos de caixa estimados por todas as categorias ao longo de sua vida remanescente. Para os instrumentos financeiros com taxa de juros fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual estabelecida no momento de sua aquisição, mais as comissões e custos de transação (se for o caso) que, por sua natureza, façam parte do rendimento financeiro. Nos instrumentos financeiros com taxa de juros variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de rendimento vigente para todas as categorias até a primeira revisão da taxa de juros de referência que venha a ocorrer.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não pode ser determinado de forma confiável e os derivativos financeiros que têm como ativo subjacente estes instrumentos e que são liquidados mediante a respectiva entrega, são mantidos com o custo de aquisição, corrigido, se for o caso, pelos prejuízos por perdas que tiverem sofrido.

Os valores com os quais estão registrados os ativos financeiros representam, em todos os aspectos significativos, o nível máximo de exposição ao risco de crédito do Grupo em cada data de apresentação das demonstrações financeiras. Por outro lado, o Grupo conta com garantias e outras melhoras de crédito para reduzir sua exposição ao risco de crédito, que consistem, principalmente, em garantias hipotecárias, monetárias, de instrumentos de patrimônio e pessoais, bens cedidos em *leasing* e locação, ativos adquiridos com pacto de recompra, empréstimos de valores e derivativos de crédito.

ii. Avaliação dos passivos financeiros

Geralmente, os passivos financeiros são avaliados a seu custo amortizado, conforme definido anteriormente, exceto os incluídos nos capítulos Passivos financeiros mantidos para negociação, passivos financeiros em valor justo com alterações em lucros e prejuízos e os passivos financeiros designados como itens cobertos em hedge de valor justo (ou como instrumentos de hedge) que são avaliados em seu valor justo.

iii. Técnicas de avaliação

O quadro a seguir resume os valores justos, no encerramento de cada um dos exercícios indicados, dos ativos e passivos financeiros indicados a seguir, classificados de acordo com as diferentes metodologias de avaliação seguidas pelo Grupo para determinar seu valor justo:

	Milhões de euros								
	2017			2016			2015		
	Cotações publicadas em mercados ativos (Nível 1)	Modelos Internos (Nível 2 e 3)	Total	Cotações publicadas em mercados Ativos (Nível 1)	Modelos Internos (Nível 2 e 3)	Total	Cotações publicadas em mercados Ativos (Nível 1)	Modelos Internos (Nível 2 e 3)	Total
Ativos Financeiros mantidos para negociação	58.215	67.243	125.458	64.259	83.928	148.187	65.849	80.497	146.346
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	3.823	30.959	34.782	3.220	28.389	31.609	3.244	41.799	45.043
Ativos financeiros disponíveis para venda (1)	113.258	18.802	132.060	89.563	25.862	115.425	92.284	27.962	120.246
Derivativos – Hedge accounting (ativo)	-	8.537	8.537	216	10.161	10.377	271	7.456	7.727
Passivos financeiros mantidos para negociação	21.828	85.796	107.624	20.906	87.859	108.765	17.058	88.160	105.218
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	769	58.847	59.616	-	40.263	40.263	-	54.768	54.768
Derivativos – Hedge accounting (passivo)	8	8.036	8.044	9	8.147	8.156	400	8.537	8.937
Passivos abrangidos por contratos de seguros ou resseguro	-	1.117	1.117	-	652	652	-	627	627

	Milhões de reais								
	2017			2016			2015		
	Cotações publicadas em mercados Ativos (Nível 1)	Modelos Internos (Nível 2 e 3)	Total	Cotações publicadas em mercados Ativos (Nível 1)	Modelos Internos (Nível 2 e 3)	Total	Cotações publicadas em mercados Ativos (Nível 1)	Modelos Internos (Nível 2 e 3)	Total
Ativos financeiros mantidos para negociação	231.282	267.150	498.432	220.440	287.915	508.355	283.922	347.078	631.000
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	15.183	122.997	138.180	11.046	97.388	108.434	13.987	180.225	194.212
Ativos financeiros disponíveis para venda (1)	449.965	74.698	524.663	307.245	88.720	395.965	397.901	120.563	518.464
Derivativos – Hedge accounting (ativo)	-	33.915	33.915	742	34.857	35.599	1.169	32.148	33.317
Passivos financeiros mantidos para negociação	86.719	340.859	427.578	71.718	301.399	373.117	73.550	380.119	453.669
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	3.058	233.793	236.851	-	138.124	138.124	-	236.142	236.142
Derivativos – Hedge accounting (passivo)	30	31.926	31.956	31	27.948	27.979	1.726	36.808	38.534
Passivos abrangidos por contratos de seguros ou resseguro	-	4.439	4.439	-	2.237	2.237	-	2.703	2.703

- (1) Além dos instrumentos financeiros avaliados em valor justo apresentados na tabela anterior, em 31 de dezembro 2017, 2016 e 2015, existiam instrumentos de patrimônio registrados na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda avaliados a seu custo no valor de 1.211, 1.349 e 1.790 milhões de euros (4.811, 4.628 e 7.718 milhões de reais), respectivamente (Ver Nota 51.c).

Os instrumentos financeiros em valor justo e determinados pelas cotações publicadas em mercados ativos (Nível 1) compreendem dívida pública, dívida privada, derivativos negociados em mercados organizados, ativos securitizados, ações, posições em títulos de curto prazo e títulos de renda fixa emitidos.

Nos casos em que as cotações não possam ser observadas, a Administração faz a melhor estimativa do preço que o mercado estabeleceria utilizando, para isso, seus próprios modelos internos. Na maioria das vezes, esses modelos internos empregam dados baseados em parâmetros observáveis de mercado, como informações significativas (Nível 2) e, em limitadas ocasiões, utilizam informações significativas não observáveis em dados de mercado (Nível 3). Para apurar essas estimativas, utilizamos diversas técnicas, incluindo a extrapolação de dados observáveis do mercado. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no momento inicial é o preço da transação, salvo quando o valor de tal instrumento possa ser obtido de outras transações realizadas no mercado com o mesmo instrumento ou similar, ou quando possa ser avaliado usando uma técnica de avaliação onde as variáveis utilizadas incluam somente dados observáveis no mercado, principalmente taxas de juros.

O Grupo desenvolveu um processo formal para a avaliação sistemática e a gestão de instrumentos financeiros, implementado globalmente em todas as unidades do Grupo. O esquema de gestão desse processo distribui responsabilidades entre duas divisões independentes: a Tesouraria (responsável pelo desenvolvimento, marketing e gestão diária dos produtos financeiros e os dados de mercado) e Riscos (assume a validação periódica dos modelos de avaliação e os dados de mercado, o processo de cálculo das métricas de risco, as políticas de aprovação de novos procedimentos, a gestão do risco de mercado e a implementação de políticas de ajustes de avaliação).

A aprovação de um novo produto implica uma sequência de diferentes passos (pedido, desenvolvimento, validação, integração nos sistemas corporativos e revisão da qualidade) antes de sua implementação. Este processo assegura que os sistemas de avaliação foram devidamente revisados e que são estáveis antes de serem utilizados.

As seções a seguir detalham os produtos e as famílias de derivativos mais importantes, com as respectivas técnicas de avaliação e informações, por tipo de ativo.

Renda fixa e inflação

A tipologia de ativos de renda fixa inclui instrumentos simples, como *forwards* de taxas de juros, *swaps* de taxas de juros e *cross currency swaps*, avaliados por meio do valor atual líquido dos fluxos futuros estimados descontados, levando em conta o *spreads basis* (*swap* e a *cross currency*) determinados em função da frequência de pagamentos e a divisa de cada perna do derivativo. As opções simples (*vanilla*), incluindo *caps* e *floors* e *swaptions*, são avaliadas utilizando o modelo de Black&Scholes, que é um dos modelos de referência na indústria. Para a avaliação de derivativos mais exóticos, utilizam-se modelos mais complexos, que são geralmente aceitos como padrão entre as instituições.

Estes modelos de avaliação se alimentam de dados de mercado observáveis, como taxas de juros de depósitos, taxas futuras, taxas de *cross currency swaps* e *constant maturity swaps*, como também de *spreads basis*, a partir dos quais são calculadas diferentes curvas de taxas de juros, dependendo da frequência de pagamentos e das curvas de desconto para cada divisa. No caso das opções, as volatilidades implícitas também constituem informações do modelo. Estas volatilidades são observáveis no mercado, tanto para opções *caps* e *floors* como para *swaptions*, realizando-se interpolações e extrapolações de volatilidades a partir das faixas negociadas, utilizando modelos geralmente aceitos na indústria. A avaliação de derivativos mais exóticos pode exigir o uso de dados ou parâmetros não observáveis, como a correlação (entre taxas de juros e entre tipos de ativos), as taxas de reversão para a média e as taxas de pagamento antecipado, que geralmente são definidos a partir de dados históricos ou mediante calibração.

Os ativos relacionados à inflação incluem títulos de renda fixa e *swaps* vinculados à inflação cupão zero ou anual, avaliados com o método do valor atual por meio de estimativa *forward* (a futuro) e desconto. Os derivativos sobre índices de inflação são avaliados com modelos padrão ou modelos mais complexos sob medida, conforme o caso. As informações de avaliação destes modelos consideram os *spreads* de *swaps* vinculados à inflação observáveis no mercado e estimativas de sazonalidade na inflação, a partir dos quais se calcula uma curva de inflação *forward*. Além disso, as volatilidades implícitas extraídas de opções de inflação cupom zero e anual são também utilizadas para a avaliação de derivativos mais complexos.

Renda variável e taxa de câmbio

Os produtos mais importantes nesses tipos de ativos são os contratos *forward* e futuros, incluindo também os derivativos simples (*vanilla*), listados e OTC (*Over-The-Counter*), sobre subjacentes individuais e cestas de ativos. As opções simples (*vanilla*) são avaliadas utilizando o modelo Black-Scholes padrão, enquanto os derivativos mais exóticos, que impliquem rendimentos a futuro, rendimento médio ou características digitais, barreira ou de possibilidade de recompra (*callables*) são avaliados empregando modelos geralmente aceitos pela indústria ou modelos sob medida, conforme o caso. Para derivativos sobre ações ilíquidas, a cobertura é feita considerando as restrições de liquidez nos modelos.

As informações dos modelos de renda variável (*equity*) consideram curvas de taxas de juros, preços à vista, dividendos, custo de financiamento do ativo (*repo margin spreads*), volatilidades implícitas, correção entre ações e índices e correlação cruzada entre ativos. As volatilidades implícitas são obtidas de cotações de mercado de opções simples (*vanilla*) *call* e *put* dos tipos europeu e americano. Por meio de diversas técnicas de interpolação e extrapolação, são obtidas superfícies contínuas de volatilidade para ações ilíquidas. Os dividendos são estimados geralmente para médio e longo prazo. Quanto às correlações, estas são obtidas, quando possível, implicitamente a partir de cotações de mercado de produtos dependentes da correlação; nos demais casos, realizam-se *proxies* para correlações entre subjacentes de referência ou são obtidas a partir de dados históricos.

As informações dos modelos de taxa de câmbio incluem a curva de taxas de juros de cada divisa, a taxa de câmbio à vista e as volatilidades implícitas, bem como a correlação entre ativos desse tipo. As volatilidades são obtidas de opções europeias *call* e *put* negociadas nos mercados, tais como opções *at-the-money*, *risk reversal* ou *butterfly*. A gestão dos pares de divisas ilíquidos é feita, geralmente, usando dados de pares líquidos dos quais é possível decompor a divisa ilíquida. Para produtos mais exóticos, os parâmetros não observáveis do modelo podem ser estimados ajustando-os a preços de referência proporcionados por outras fontes de mercado sem cotação.

Crédito

O instrumento mais habitual desse tipo é o *Credit Default Swap* (CDS), usado para cobrir a exposição do crédito frente a um terceiro elemento. Além disso, também se dispõe de modelos para produtos *first-to-default* (FTD), *n-to-default* (NTD) e *single-tranche collateralized debt obligation* (CDO). Estes produtos são avaliados com modelos-padrão na indústria, que estima a probabilidade de inadimplência de um emissor individual (para os CDS) ou a probabilidade de inadimplência conjunta de mais de um emissor para os FTD, NTD e CDO.

As informações relativas à avaliação são a curva de taxas de juros, a curva de *spreads* CDS e a taxa de recuperação. A curva de *spreads* CDS é obtida no mercado para índices e emissores individuais importantes. Para emissores menos líquidos, a curva de *spreads* é estimada usando *proxies* ou outros instrumentos vinculados ao crédito. Geralmente, as taxas de recuperação são estabelecidas para os valores padrão. Para CDOs listados de *tranches* individuais, a correlação de inadimplência conjunta de vários emissores é obtida do mercado implicitamente. Para os FTD, NTD e CDO sob medida, a correlação é estimada por meio de *proxies* (instrumentos negociados semelhantes aos instrumentos a avaliar) ou dados históricos, quando não houver outra alternativa possível.

Ajuste à avaliação por risco de contraparte ou inadimplência

O *Credit Valuation Adjustment* (CVA) é um ajuste para a avaliação dos derivativos OTC (*Over The Counter*) como consequência do risco associado à exposição creditícia que se assume com cada contrapartida.

O cálculo de CVA é realizado levando em consideração a exposição potencial com cada contrapartida em cada prazo futuro. O CVA para uma determinada contrapartida é igual à soma do CVA para todos os prazos. Para calculá-lo, consideram-se as seguintes informações:

- Exposição esperada: incluindo, para cada operação, o valor de mercado atual (*MtM*) bem como o risco potencial futuro (*Add-on*) a cada prazo. Consideram-se atenuantes como colaterais e contratos de *netting*, como também um fator de declínio temporário para os derivativos com pagamentos intermediários.
- Severidade: porcentagem de prejuízo final assumida no caso de evento de crédito/inadimplência da contrapartida.
- Probabilidade de inadimplência/*default* para os casos em que não haja informações de mercado (curva de *spread* negociada por meio de CDS, etc.) utilizam-se *proxies* gerados a partir de empresas com CDS negociados do mesmo setor e mesmo rating externo que a contrapartida.
- Curva de fatores de desconto.

O *Debt Valuation Adjustment* (DVA) é um ajuste para a avaliação semelhante ao CVA; porém, neste caso, como consequência do risco próprio do Grupo que assume suas contrapartidas nos derivativos OTC.

No período findo em dezembro de 2017, foram registrados ajustes de CVA no valor de 322,5 milhões de euros (1.281,4 milhões de reais) (-49,9% em relação ao fechamento de dezembro de 2016) e ajustes de DVA no valor de 219,6 milhões de euros (872,5 milhões de reais) (-43,7%) frente ao fechamento de 2016. A diminuição se deve aos *spreads* de crédito, que se reduziram em porcentagens maiores que 40% nos prazos mais líquidos, e às reduções na exposição das principais contrapartidas.

Além disso, o ajuste do valor justo de financiamento do Grupo (FFVA) é calculado aplicando as margens de financiamento futuro do mercado à exposição de financiamento futuro esperado de qualquer componente não garantido da carteira de derivativos OTC. Isto inclui o componente não garantido dos derivativos garantidos, além dos derivativos que não estão totalmente garantidos. A exposição de financiamento futura esperada é calculada mediante uma metodologia de simulação, quando disponível. O impacto do FFVA não é significativo para as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Durante o exercício 2017 o Grupo não realizou transferências significativas de instrumentos financeiros entre níveis distintos dos incluídos na tabela de movimentos de nível 3.

Ajustes de avaliação por risco de modelo

Os modelos de avaliação anteriormente descritos não incluem subjetividade significativa, visto que tais metodologias podem ser ajustadas e calibradas, se for o caso, mediante o cálculo interno do valor justo e posterior comparação com o preço correspondente negociado ativamente. Contudo, podem ser necessários ajustes de avaliação quando os preços negociados de mercado não estiverem disponíveis para fins de comparação.

As fontes de risco estão associadas a parâmetros de modelo incertos, emissores subjacentes ilíquidos, dados de mercado de baixa qualidade ou fatores de risco não disponíveis (em algumas ocasiões, a melhor alternativa possível é usar modelos limitados com risco controlável). Nessas situações, o Grupo calcula e aplica ajustes de avaliação de acordo com a prática geral do setor. A seguir, são descritas as principais fontes de risco de modelo:

Nos mercados de renda fixa, entre os riscos de modelo, incluem-se a correlação entre índices de renda fixa, a modelização do *basis*, o risco de calibração de parâmetros de modelo e o tratamento de taxas de juros próximas a zero ou negativas. Outras fontes de risco emanam da estimativa de dados de mercado, como as volatilidades ou as curvas de taxas de juros, tanto as de estimativa como as de desconto de fluxos.

Nos mercados de renda variável, os riscos de modelo incluem a modelização do *skew forward* e o impacto de taxas de juros estocásticas, a correlação e a modelização multicurva. Além disso, outras fontes de risco surgem da gestão de cobertura de pagamentos digitais, da opção de cancelamento antecipado (*callable*) e barreira. Também devem ser consideradas fontes de risco aquelas provenientes da estimativa de dados de mercado como dividendos e a correlação para opções *quanto* e *composite* sobre cestas.

Para instrumentos financeiros específicos vinculados a empréstimos hipotecários para moradia garantidos por instituições financeiras no Reino Unido (que são regulados e financiados parcialmente pelo governo) e derivativos sobre subjacentes imobiliários, a principal fonte de informação é o Halifax House Price Index (HPI). Nesses casos, os pressupostos de risco incluem as estimativas do crescimento futuro e a volatilidade do HPI, a taxa de mortalidade e *spreads* de crédito implícitos.

Os mercados afetados pela inflação estão expostos ao risco de modelo devido à incerteza relativa à modelização da estrutura de correlação entre diferentes índices de inflação (IPCs). Outra fonte de risco pode proceder do *spread bid-offer* dos *swaps* vinculados à inflação.

Os mercados de divisas estão expostos ao risco de modelo pela modelização do *skew forward*, e o impacto da modelização de taxas de juros estocásticas e a correlação para instrumentos de diversos ativos. Pode também surgir o risco de dados de mercado, por iliquidez de pares concretos de divisas.

A fonte de risco de modelo mais importante nos derivativos de crédito provém da estimativa da correlação entre probabilidades de inadimplência de diferentes emissores subjacentes. Para emissores subjacentes ilíquidos, é provável que o *spread* CDS não esteja bem definido.

A seguir, apresentamos os instrumentos financeiros em valor justo cuja avaliação baseia-se em modelos internos (Nível 2 e Nível 3) em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

	Milhões de euros			
	Valores justos calculados utilizando modelos internos em 31/12/2017			
	Nível 2	Nível 3		
			Técnicas de avaliação	Principais hipóteses
ATIVOS:	124.178	1.363		
Ativos financeiros mantidos para negociação	66.806	437		
Instituições de crédito	1.696	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Clientes (c)	8.815	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Instrumentos de dívida e de patrimônio	335	32	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Derivativos	55.960	405		
Swaps	44.766	189	Método do Valor Atual, Gaussian Copula (b)	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX, Basis, Liquidez
Opções sobre taxas de câmbio	463	5	Modelo Black-Scholes	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX, Liquidez
Opções sobre taxas de juros	4.747	162	Modelo Black, modelos avançados multifatoriais de taxas de juros	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX, Liquidez
Futuros sobre taxas de juros	2	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Opções sobre índices e valores	1.257	5	Modelo Black-Scholes	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX e equity, Dividendos, Correlação, Liquidez, HPI
Outros	4.725	44	Método do Valor atual, Modelos avançado de volatilidade das ações e outros	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX e EQ, Dividendos, Correlação, Liquidez, HPI, Crédito, Outros
Derivativos – hedge accounting	8.519	18		
Swaps	7.896	18	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX, Crédito, Basis
Opções sobre taxas de câmbio	-	-	Modelo Black-Scholes	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX, Liquidez
Opções sobre taxas de juros	13	-	Modelo Black	Preços de Mercado FX, Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade
Outros	610	-	Método do valor atual, Modelos avançados de volatilidade das ações e outros	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX, Crédito, Liquidez, Outros
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	30.677	282		
Instituições de crédito	9.889	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Clientes (c)	20.403	72	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX, HPI
Instrumentos de dívida e de patrimônio	385	210	Método do Valor Atual	Preços de Mercado FX, Curvas de taxa de juros
Ativos financeiros disponíveis para venda	18.176	626		
Dívida e Instrumentos de patrimônio	18.176	626	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX e EO, Dividendos, Crédito, Outros
PASSIVOS:	153.600	196		
Passivos financeiros mantidos para negociação	85.614	182		
Bancos centrais	282	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Instituições de crédito	292	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Clientes	28.179	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Instrumentos de dívida emitidos	-	-		
Derivativos	56.860	182		
Swaps	45.041	100	Método do Valor Atual, Gaussian Copula (b)	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX, Basis, Liquidez, HPI
Opções sobre taxas de câmbio	497	9	Modelo Black-Scholes	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX, Liquidez
Opções sobre taxas de juros	5.402	19	Modelo Black, modelos avançados multifatoriais de taxas de juros	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX, Liquidez
Opções sobre índices e valores	1.527	41	Modelo Black-Scholes	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Futuros sobre taxas de juros e renda variável	1	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX e EQ, Dividendos, Correlação, Liquidez, HPI
Outros	4.392	13	Método do Valor atual, Modelos avançados de volatilidade das ações e outros	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX e EQ, Dividendos, Correlação, HPI, Crédito, Outros
Posições em títulos de curto prazo	1	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX e patrimônio líquido
Derivativos – hedge accounting	8.029	7		
Swaps	7.573	7	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX, Crédito, Basis
Opções sobre taxas de câmbio	-	-		
Opções sobre taxas de juros	287	-	Modelo Black	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX e liquidez
Outros	169	-	Método do Valor atual, Modelos avançados de volatilidade das ações e outros	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX, Crédito, Liquidez, Outros
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	58.840	7		
Passivos abrangidos por contratos de seguros ou resseguro	1.117	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
			Ver Nota 15	

	Milhões de reais		Técnicas de avaliação	Principais hipóteses
	Valores justos calculados utilizando modelos internos em 31/12/2017			
	Nível 2	Nível 3		
ATIVOS:	493.339	5.421		
Ativos financeiros mantidos para negociação	265.413	1.737		
Instituições de crédito	6.738	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Clientes (c)	35.021	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Instrumentos de dívida e de patrimônio	1.331	127	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Derivativos	222.323	1.610		
	177.851	751	Método do Valor Atual, Gaussian Copula (b)	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX, Basis, Liquidez
Swaps	1.839	20		Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX, Liquidez
Opções sobre taxas de câmbio	18.859	644	Modelo Black-Scholes	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX, Liquidez
Opções sobre taxas de juros			Modelo Black, modelos avançados multifatoriais de taxas de juros	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX, Liquidez
Futuros sobre taxas de juros	8	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
	4.994	20		Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX e equity, Dividendos, Correlação, Liquidez, HPI
Opções sobre índices e valores	18.772	175	Modelo Black-Scholes	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX e EQ, Dividendos, Correlação, Liquidez, HPI, Crédito, Outros
Outros			Método do Valor atual , Modelos avançado de volatilidade das ações e outros	
Derivativos – hedge accounting	33.843	72		
Swaps	31.370	72	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX, Crédito, Basis
Opções sobre taxas de câmbio	-	-		Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX, Liquidez
Opções sobre taxas de juros	52	-	Modelo Black-Scholes	Preços de Mercado FX, Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade
Outros	2.421	-	Modelo Black	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX, Crédito, Liquidez, Outros
		-	Método do valor atual, Modelos avançados de volatilidade das ações e outros	
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	121.872	1.125		
Instituições de crédito	39.288	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Clientes (c)	81.054	290	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX, HPI
Instrumentos de dívida e de patrimônio	1.530	835	Método do Valor Atual	Preços de Mercado FX, Curvas de taxa de juros
Ativos financeiros disponíveis para venda	72.211	2.487		
Dívida e instrumentos de patrimônio	72.211	2.487	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX e EO, Dividendos, Crédito, Outros
PASSIVOS:	610.238	779		
Passivos financeiros mantidos para negociação	340.136	723		
Bancos centrais	1.120	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Instituições de crédito	1.160	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Clientes	111.952	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Instrumentos de dívida emitidos	-	-		
Derivativos	225.900	723		
	178.943	397	Método do Valor Atual, Gaussian Copula (b)	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX, Basis, Liquidez, HPI
Swaps	1.975	36		Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX, Liquidez
Opções sobre taxas de câmbio	21.462	75	Modelo Black-Scholes	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX, Liquidez
Opções sobre taxas de juros			Modelo Black, modelos avançados multifatoriais de taxas de juros	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX, Liquidez
Opções sobre índices e valores	6.067	163	Modelo Black-Scholes	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Futuros sobre títulos e taxas de juros	4	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX e EQ, Dividendos, Correlação, Liquidez, HPI
	17.449	52	Método do Valor atual, Modelos avançados de volatilidade das ações e outros	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX e EQ, Dividendos, Correlação, HPI, Crédito, Outros
Outros				
Posições em títulos de curto prazo	4	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX e patrimônio líquido
Derivativos – hedge accounting	31.898	28		
Swaps	30.087	28	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX, Crédito, Basis
Opções sobre taxas de câmbio	-	-		
Opções sobre taxas de juros	1.140	-	Modelo Black	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX e liquidez
Outros	671	-	Método do Valor atual, Modelos avançados de volatilidade das ações e outros	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX, Crédito, Liquidez, Outros
		-		
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	233.765	28	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Passivos abrangidos por contratos de seguros ou resseguro	4.439	-	Ver Nota 15	

	Milhões de euros				Técnicas de avaliação
	Valores justos calculados utilizando modelos internos				
	31/12/2016		31/12/2015		
	Nível 2	Nível 3	Nível 2	Nível 3	
ATIVOS:	146.991	1.349	155.233	2.481	
Ativos financeiros mantidos para negociação	83.587	341	79.547	950	
Instituições de crédito	3.220	-	1.352	-	Método do Valor Atual
Clientes (c)	9.504	-	6.081	-	Método do Valor Atual
Instrumentos de dívida e de patrimônio	798	40	650	43	Método do Valor Atual
Derivativo	70.065	301	71.464	907	
Swaps	53.499	55	52.904	54	Método do Valor Atual, Gaussian Copula (b)
Opções sobre taxas de câmbio	524	2	1.005	-	Modelo Black-Scholes
Opções sobre taxas de juros	5.349	173	8.276	619	Modelo Black, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Futuros sobre taxas de juros	1.447	-	84	-	Método do Valor Atual
Opções sobre índices e valores	1.725	26	1.585	120	Modelo Black-Scholes
Outros	7.521	45	7.610	114	Método do Valor atual, Simulação Montecarlo e outros
Derivativos – hedge accounting	10.134	27	7.438	18	
Swaps	9.737	27	6.437	18	Método do Valor Atual
Opções sobre taxas de câmbio	-	-	-	-	Modelo Black-Scholes
Opções sobre taxas de juros	13	-	19	-	Modelo Black
Outros	384	-	982	-	NA
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	28.064	325	41.285	514	
Instituições de crédito	10.069	-	26.403	-	Método do Valor Atual
Clientes (c)	17.521	74	14.213	81	Método do Valor Atual
Instrumentos de dívida e de patrimônio	474	251	669	433	Método do Valor Atual
Ativos financeiros disponíveis para venda	25.206	656	26.963	999	
Dívida e Instrumentos de patrimônio	25.206	656	26.963	999	Método do Valor Atual
PASSIVOS:	136.835	86	151.768	324	
Passivos financeiros mantidos para negociação	87.790	69	87.858	302	
Bancos centrais	1.351	-	2.178	-	Método do Valor Atual
Instituições de crédito	44	-	76	-	Método do Valor Atual
Clientes	9.996	-	9.187	-	Método do Valor Atual
Instrumentos de dívida emitidos	-	-	-	-	
Derivativos	73.481	69	74.893	302	
Swaps	57.103	1	55.055	1	Método do Valor Atual, Gaussian Copula (b)
Opções sobre taxas de câmbio	413	-	901	-	Modelo Black-Scholes
Opções sobre taxas de juros	6.485	21	9.240	194	Modelo Black, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções sobre índices e valores	1.672	46	2.000	107	Modelo Black-Scholes
Futuros sobre taxas de juros e renda variável	1.443	-	101	-	Método do Valor Atual
Outros	6.365	1	7.596	-	Método do Valor atual, Simulação Montecarlo e outros
Posições em títulos de curto prazo	2.918	-	1.524	-	Método do Valor Atual
Derivativos – hedge accounting	8.138	9	8.526	11	
Swaps	6.676	9	7.971	11	Método do Valor Atual
Opções sobre taxas de câmbio	-	-	-	-	
Opções sobre taxas de juros	10	-	12	-	Modelo Black
Outros	1.452	-	543	-	NA
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	40.255	8	54.757	11	Método do Valor Atual
Passivos abrangidos por contratos de seguros ou resseguro	652	-	627	-	Ver Nota 15

	Milhões de reais				Técnicas de avaliação
	Valores justos calculados utilizando modelos internos				
	31/12/2016		31/12/2015		
	Nível 2	Nível 3	Nível 2	Nível 3	
ATIVOS:	504.253	4.627	669.317	10.697	
Ativos financeiros mantidos para negociação	286.746	1.169	342.982	4.096	
Instituições de crédito	11.046	-	5.829	-	Método do Valor Atual
Clientes (c)	32.603	-	26.219	-	Método do Valor Atual
Instrumentos de dívida e de patrimônio	2.738	137	2.803	185	Método do Valor Atual
Derivativo	240.359	1.032	308.131	3.911	
Swaps	183.528	189	228.106	233	Método do Valor Atual, Gaussian Copula (b)
Opções sobre taxas de câmbio	1.798	7	4.333	-	Modelo Black-Scholes
Opções sobre taxas de juros	18.350	593	35.684	2.669	Modelo Black, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Futuros sobre taxas de juros	4.964	-	362	-	Método do Valor Atual
Opções sobre índices e valores	5.918	89	6.834	517	Modelo Black-Scholes
Outros	25.801	154	32.812	492	Método do Valor atual, Simulação Montecarlo e outros
Derivativos – hedge accounting	34.764	93	32.070	78	
Swaps	33.403	93	27.754	78	Método do Valor Atual
Opções sobre taxas de câmbio	-	-	-	-	Modelo Black-Scholes
Opções sobre taxas de juros	45	-	82	-	Modelo Black
Outros	1.316	-	4.234	-	NA
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	96.273	1.115	178.009	2.216	
Instituições de crédito	34.541	-	113.842	-	Método do Valor Atual
Clientes (c)	60.106	254	61.282	349	Método do Valor Atual
Instrumentos de dívida e de patrimônio	1.626	861	2.885	1.867	Método do Valor Atual
Ativos financeiros disponíveis para venda	86.470	2.250	116.256	4.307	
Dívida e instrumentos de patrimônio	86.470	2.250	116.256	4.307	Método do Valor Atual
PASSIVOS:	469.414	294	654.377	1.395	
Passivos financeiros mantidos para negociação	301.163	236	378.818	1.301	
Bancos centrais	4.635	-	9.391	-	Método do Valor Atual
Instituições de crédito	151	-	328	-	Método do Valor Atual
Clientes	34.291	-	39.610	-	Método do Valor Atual
Instrumentos de dívida emitidos	-	-	-	-	
Derivativos	252.076	236	322.915	1.301	
Swaps	195.892	3	237.382	4	Método do Valor Atual, Gaussian Copula (b)
Opções sobre taxas de câmbio	1.417	-	3.883	-	Modelo Black-Scholes
Opções sobre taxas de juros	22.247	72	39.838	836	Modelo Black, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções sobre índices e valores	5.736	158	8.626	461	Modelo Black-Scholes
Futuros sobre taxas de juros e renda variável	4.950	-	435	-	Método do Valor Atual
Outros	21.834	3	32.751	-	Método do Valor atual, Simulação Montecarlo e outros
Posições em títulos de curto prazo	10.010	-	6.574	-	Método do Valor Atual
Derivativos – hedge accounting	27.917	31	36.761	47	
Swaps	22.902	31	34.369	47	Método do Valor Atual
Opções sobre taxas de câmbio	-	-	-	-	
Opções sobre taxas de juros	34	-	53	-	Modelo Black
Outros	4.981	-	2.339	-	NA
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	138.097	27	236.095	47	Método do Valor Atual
Passivos abrangidos por contratos de seguros ou resseguro	2.237	-	2.703	-	Ver Nota 15

- (a) Inclui, principalmente, empréstimos a curto prazo e aquisições temporárias de ativos com clientes corporativos (principalmente empresas de corretagem e investimento).
- (b) Inclui derivativos de risco de crédito com um valor justo líquido de zero milhões de euros em 31 de dezembro de 2017 (zero milhão de reais) (-1 e 46 milhões de euros em valor justo líquido em 31 de dezembro 2016 e 2015, respectivamente (-3 e 200 milhões de reais). Estes ativos e passivos são avaliados utilizando o Modelo Standard de Gaussian Copula.
- (c) Inclui empréstimos hipotecários com garantia de imóveis, a instituições financeiras no Reino Unido (que estão reguladas e parcialmente financiadas pelo Governo). O valor justo desses empréstimos foi obtido utilizando variáveis observáveis no mercado, incluindo transações atuais de mercado de valor e garantias similares fornecidas pela UK Housing Association. Visto que existe envolvimento por parte do Governo nestas instituições, os *spreads* de risco de crédito foram mantidos estáveis e são homogêneos nesse setor. Os resultados decorrentes do modelo de avaliação são comparados com transações atuais de mercado.

Instrumentos financeiros de Nível 3

A seguir, são descritos os principais instrumentos financeiros do Grupo avaliados com dados não observáveis de mercado que constituem informações significativas dos modelos internos (Nível 3):

- Instrumentos (empréstimos, instrumentos de dívida e derivativos) vinculados ao HPI (*Home Price Index*) na carteira do Santander UK. Mesmo quando as técnicas de avaliação destes instrumentos possam ser as mesmas utilizadas para avaliar produtos similares (valor atual no caso dos empréstimos e instrumentos de dívida, Black-Scholes para derivativos), os principais fatores usados na avaliação destes instrumentos são a taxa HPI à vista, seu crescimento e volatilidade, as taxas de mortalidade, os quais não são sempre observáveis no mercado e, portanto, esses instrumentos seriam considerados ilíquidos.
 - Taxa HPI à vista: em alguns instrumentos, é utilizada a taxa NSA HPI à vista, diretamente observável e publicada mensalmente. Em outros, em que há a necessidade de utilizar as taxas HPI regionais (que são publicadas trimestralmente), são realizados ajustes para refletir a diferente composição de ambas as taxas e adequá-las à composição regional da carteira do Santander UK.
 - Taxa de crescimento HPI: nem sempre é diretamente observável no mercado, sobretudo com prazos longos; é estimada em função das cotações existentes. Para refletir a incerteza implícita em tais estimativas, são feitos ajustes com base na análise da volatilidade histórica do HPI, que incorporam reversões na média.
 - Volatilidade HPI: a volatilidade a longo prazo não é diretamente observável no mercado; porém, é estimada a partir de cotações a um prazo mais curto e efetuando um ajuste para refletir a incerteza existente, com base no desvio-padrão da volatilidade histórica em diferentes períodos de tempo.
 - Taxas de mortalidade: baseiam-se em tabelas oficiais publicadas, ajustadas para refletir a composição da carteira de clientes deste tipo de produtos no Santander UK.
- Derivativos sobre taxas de juros canceláveis (opção Bermuda) em que a principal informação não observável é a reversão à média das taxas de juros.
- Derivados de negociação sobre taxas de juros, tomando como subjacente as titularizações de ativos e com a velocidade de amortização (CPR, Conditional Prepayment Rate - Taxa de Pré-pagamento Condicional) como principal input não observável.

No exercício de 2016, o Grupo fez uma revisão de seus processos de avaliação de instrumentos financeiros com o propósito de aumentar o grau de observação de determinadas informações e parâmetros empregados em suas técnicas de avaliação. Como resultado desta revisão, passaram a contribuir os preços de derivativos de taxa de juros com opção de cancelamento do tipo Bermuda para EUR e USD, e correlações entre pares de ações para serviços de fixação de preços de consenso, o que permitiu incluir as informações obtidas diretamente, ou inferidas a partir de preços de instrumentos em seus processos internos de avaliação. Consequentemente, as informações não observáveis (o parâmetro de reversão à média das taxas de juros e as correlações entre ações, respectivamente) empregadas na avaliação de derivativos de taxa de juros com opção de cancelamento do tipo Bermuda EUR e USD e derivativos sobre cestas de ações passaram a ser parâmetros calibráveis e considerados como observáveis e, portanto, tais produtos foram reclassificados do Nível 3 para o Nível 2.

As avaliações obtidas pelos modelos internos poderiam ser diferentes se tivessem sido aplicados outros métodos ou outras hipóteses no risco de juros, nos diferenciais de risco de crédito, de risco de mercado, de risco de câmbio, ou em suas correlações e volatilidades correspondentes. Apesar disso, os administradores do Banco consideram que o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados no balanço consolidado, bem como os resultados gerados por estes instrumentos financeiros, são razoáveis.

O valor líquido registrado nos resultados do exercício de 2017 derivado de modelos de avaliação cujas informações significativas são dados não observáveis de mercado (Nível 3) alcança 116 milhões de euros (418 milhões de reais) de prejuízo (60 milhões de euros - 230 milhões de reais - de lucro em 2016 e 28 milhões de euros - 103 milhões de reais - de prejuízo em 2015).

A seguir, apresentamos o efeito, em 31 de dezembro de 2017, sobre o valor justo dos principais instrumentos financeiros classificados como de Nível 3 de uma variação razoável nas premissas empregadas na avaliação. Tais efeitos foram determinados aplicando as faixas prováveis de avaliação das principais informações não observáveis detalhadas na tabela a seguir:

Carteira/Instrumento	Técnicas de avaliação	Principais informações não observáveis	Faixa	Média ponderada	Impactos (em milhões de euros)	
					Cenário Desfavorável	Cenário Favorável
(Nível 3)						
Ativos financeiros mantidos para negociação						
Derivativos	Método do valor atual	Curvas sobre índices TAB (*)	(a)	(a)	(0,2)	0,2
		Taxas de longo prazo em MXN	(a)	(a)	(0,1)	0,1
	Método de valor atual, Black Scholes modificado	Taxa de crescimento prefixada do HPI	0%-5%	2,42%	(25,9)	27,7
		HPI à vista	n/a	772,64 (**)	(9,4)	9,4
		Volatilidade cambial a longo prazo	11%-21%	15,7%	(1,8)	0,3
	Modelo de curva gaussiana	Probabilidade de default	0%-5%	2,32%	(2,4)	2,1
	Modelos avançados multifatoriais de taxas de juros	Reversão para a média da taxa de juros	(2%)-2%	0,0%	(1,1)	1,1
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados						
Clientes	Conjunto ponderado por probabilidades (conforme taxas previstas de mortalidade) de opções europeias sobre HPI, usando o modelo de Black-Scholes	Taxa de crescimento prefixada do HPI	0%-5%	2,57%	(6,7)	6,3
Instrumentos de dívida e instrumentos de patrimônio	Conjunto ponderado por probabilidades (conforme taxas previstas de mortalidade) de HPI prefixadas, usando o modelo do valor atual	Taxa de crescimento prefixada do HPI	0%-5%	2,42%	(7,6)	8,2
		HPI à vista	n/a	772,64 (**)	(12,5)	12,5
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Instrumentos de dívida e instrumentos de patrimônio	Método do valor atual, outros	Índice de inadimplência e pagamento antecipado, custo de capital, taxa de crescimento de lucros a longo prazo	(a)	(a)	(3,0)	3,0
		Contingências por litígios	0%-100%	35%	(22,0)	11,8
Passivos financeiros mantidos para negociação						
Derivativos	Método de valor atual, Black Scholes modificado	Taxa de crescimento prefixada do HPI	0%-5%	2,32%	(9,4)	8,1
		HPI à vista	n/a	727,14 (**)	(9,2)	10,0
		Curvas sobre índices TAB (*)	(a)	(a)	-	-
	Modelos avançados multifatoriais de taxas de juros	Reversão para a média da taxa de juros	(2%)-2%	0,01	(0,6)	0,6
Derivativos – Contabilidade de Coberturas (Passivo)						
Derivativos utilizados como hedge	Modelos avançados multifatoriais de taxas de juros	Reversão para a média da taxa de juros	0,0001-0,03	0,01 (***)	-	-
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações no resultado	-	-	-	-	(b)	(b)

Carteira/Instrumento	Técnicas de avaliação	Principais informações não observáveis	Faixa	Média ponderada	Impactos (em milhões de reais)	
(Nível 3)					Cenário Desfavorável	Cenário Favorável
Ativos financeiros mantidos para negociação						
Derivativos	Método do valor atual	Curvas sobre índices TAB (*)	(a)	(a)	(0,8)	0,8
		Taxas de longo prazo em MXN	(a)	(a)	(0,4)	0,4
	Método de valor atual, Black Scholes modificado	Taxa de crescimento prefixada do HPI	0%-5%	2,42%	(102,9)	110
		HPI à vista	n/a	772,64 (**)	(37,3)	37,3
		Volatilidade cambial a longo prazo	11%-21%	15,7%	(7,2)	1,2
	Modelo de curva gaussiana	Probabilidade de default	0%-5%	2,32%	(9,5)	8,3
	Modelos avançados multifatoriais de taxas de juros	Reversão para a média da taxa de juros	(2%)-2%	0,0%	(4,4)	4,4
					-	-
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados						
Clientes	Conjunto ponderado por probabilidades (conforme taxas previstas de mortalidade) de opções europeias sobre HPI, usando o modelo de Black-Scholes	Taxa de crescimento prefixada do HPI	0%-5%	2,57%	(26,6)	25
Instrumentos de dívida e instrumentos de patrimônio	Conjunto ponderado por probabilidades (conforme taxas previstas de mortalidade) de HPI prefixadas, usando o modelo do valor atual	Taxa de crescimento prefixada do HPI	0%-5%	2,42%	(30,2)	32,6
		HPI à vista	n/a	772,64 (**)	(49,7)	49,7
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Instrumentos de dívida e instrumentos de patrimônio	Método do valor atual Outros	Índice de inadimplência e pagamento antecipado, custo de capital, taxa de crescimento de lucros a longo prazo	(a)	(a)	(11,9)	11,9
		Contingências por litígios	0%-100%	35%	(87,4)	46,9
					-	-
Passivos financeiros mantidos para negociação						
Derivativos	Método do valor atual Black Scholes modificado	Taxa de crescimento prefixada do HPI	0%-5%	2,32%	(37,3)	32,2
		HPI à vista	n/a	727,14 (**)	(36,6)	39,7
		Curvas sobre índices TAB (*)	(a)	(a)	-	-
	Modelos avançados multifatoriais de taxas de juros	Reversão para a média da taxa de juros	(2%) -2%	0,01	(2,4)	2,4
Derivativos – Contabilidade de Coberturas (Passivo)						
Derivativos utilizados como hedge	Modelos avançados multifatoriais de taxas de juros	Reversão para a média da taxa de juros	0,0001-0,03	0,01 (***)	-	-
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações no resultado	-	-	-	-	(b)	(b)

(*) TAB: "Taxa Ativa Bancária". Taxas médias de juros de depósitos para 30, 90, 180 e 360 dias, publicadas pela Associação de Bancos e Instituições Financeiras (ABIF) do Chile, em moeda nominal (peso chileno) e em termos reais, ajustadas pela inflação (Unidade de Fomento - UF).

(**) Há um índice de HPI nacional e índices regionais. O valor HPI à vista reflete a média ponderada dos índices que correspondam às posições de cada carteira. O impacto observado consiste em um movimento de 10%.

(***) Valor médio teórico do parâmetro. A alteração realizada no cenário favorável é de 0.0001 a 0.03. O cenário desfavorável não é considerado por não haver margem para um movimento de baixa a partir do nível do parâmetro atual.

(a) A simulação foi feita para as informações não observáveis descritas na coluna "Principais informações não observáveis" em cenários prováveis. A faixa e o valor médio ponderado empregados não são mostrados porque a simulação foi feita de forma conjunta para suas diferentes informações ou variantes (p.ex., a informação TAB consiste em curvas de vetor-prazo para as quais existem também curvas nominais e indexadas à inflação), não sendo possível detalhar o resultado de forma isolada por tipologia de informação. No caso da curva TAB, obtém-se resultado em face de movimentos de +/-100 pb para a sensibilidade conjunta a esse índice em CLP (peso chileno) e UF. O mesmo se aplica às taxas de juros em MXN (pesos mexicanos).

(b) O Grupo calcula o efeito potencial sobre a avaliação de cada um destes instrumentos de forma conjunta, não importando se sua avaliação individual seja positiva (Ativo) ou negativa (Passivo), detalhando tal efeito conjunto associado aos instrumentos correspondentes classificados no ativo do balanço consolidado.

Finalmente, apresentamos a seguir a movimentação dos instrumentos financeiros classificados no Nível 3 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015:

Milhões de euros	2016	Movimentação								2017
	Valor justo calculado com modelos internos (Nível 3)	Compras	Vendas	Emissões	Liquidações	Alterações em valor justo reconhecidas nos resultados	Alterações em valor justo reconhecidas no patrimônio	Reclassificações de níveis	Outros	Valor justo calculado com modelos internos (Nível 3)
Ativos financeiros mantidos para negociação	341	45	(21)	-	-	(129)	--	200	1	437
Instrumentos de dívida e de patrimônio	40	-	(7)	-	-	(1)	-	-	-	32
Derivativos	301	45	(14)	-	-	(128)	-	200	1	405
<i>Swaps</i>	55	1	(6)	-	-	(59)	-	200	(2)	189
<i>Opções sobre taxa de câmbio</i>	2	5	-	-	-	(2)	-	-	-	5
<i>Opções sobre taxa de juros</i>	173	-	-	-	-	(11)	-	-	-	162
<i>Opções sobre índices e valores</i>	26	-	(1)	-	-	(18)	-	-	(2)	5
<i>Outros</i>	45	39	(7)	-	-	(38)	-	-	5	44
Derivativos – Hedge accounting (Ativo)	27	-	(2)	-	-	(7)	-	-	-	18
<i>Swaps</i>	27	-	(2)	-	-	(7)	-	-	-	18
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	325	-	(9)	-	-	(20)	-	-	(14)	282
Clientes	74	-	(2)	-	-	3	-	-	(3)	72
Instrumentos de dívida	237	-	(7)	-	-	(21)	-	-	(10)	199
Instrumentos de patrimônio	14	-	-	-	-	(2)	-	-	(1)	11
Ativos financeiros disponíveis para venda	656	1	(239)	-	(5)	-	59	(6)	160	626
TOTAL DO ATIVO	1.349	46	(271)	-	(5)	(156)	59	194	147	1.363
Passivos financeiros mantidos para negociação	69	33	(3)	-	-	(38)	-	126	(5)	182
Derivativos	69	33	(3)	-	-	(38)	-	126	(5)	182
<i>Swaps</i>	1	-	-	-	-	(26)	-	126	(1)	100
<i>Opções sobre taxa de câmbio</i>	-	21	-	-	-	(11)	-	-	(1)	9
<i>Opções sobre taxa de juros</i>	21	-	-	-	-	(2)	-	-	-	19
<i>Opções sobre índices e valores</i>	46	-	(3)	-	-	-	-	-	(2)	41
<i>Outros</i>	1	12	-	-	-	1	-	-	(1)	13
Derivativos – Hedge accounting (Passivo)	9	-	-	-	-	(2)	-	-	-	7
<i>Swaps</i>	9	-	-	-	-	(2)	-	-	-	7
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	8	-	-	-	-	-	-	-	(1)	7
TOTAL DO PASSIVO	86	33	(3)	-	-	(40)	-	126	(6)	196

Milhões de euros	2015	Movimentação								2016
	Valor justo calculado com modelos internos (Nível 3)	Compras	Vendas	Emissões	Liquidações	Alterações em valor justo reconhecidas nos resultados	Alterações em valor justo reconhecidas no patrimônio	Reclassificações de níveis	Outros	Valor justo calculado com modelos internos (Nível 3)
Ativos financeiros mantidos para negociação	950	-	(157)	-	-	52	-	(489)	(15)	341
Instrumentos de dívida e de patrimônio	43	-	(5)	-	-	3	-	-	(1)	40
Derivativos	907	-	(152)	-	-	49	-	(489)	(14)	301
<i>Swaps</i>	54	-	-	-	-	(3)	-	-	4	55
<i>Opções sobre taxa de câmbio</i>	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2
<i>Opções sobre taxa de juros</i>	619	-	(52)	-	-	39	-	(433)	-	173
<i>Opções sobre índices e valores</i>	120	-	(30)	-	-	(3)	-	(56)	(5)	26
<i>Outros</i>	114	-	(70)	-	-	14	-	-	(13)	45
Derivativos – Hedge accounting (Ativo)	18	-	(4)	-	-	13	-	-	-	27
<i>Swaps</i>	18	-	(4)	-	-	13	-	-	-	27
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	514	-	(7)	-	(104)	6	-	(2)	(82)	325
Clientes	81	-	-	-	-	5	-	-	(12)	74
Instrumentos de dívida	283	-	(7)	-	-	1	-	-	(40)	237
Instrumentos de patrimônio	150	-	-	-	(104)	-	-	(2)	(30)	14
Ativos financeiros disponíveis para venda	999	37	(263)	-	(28)	-	(11)	(29)	(49)	656
TOTAL DO ATIVO	2.481	37	(431)	-	(132)	71	(11)	(520)	(146)	1.349
Passivos financeiros mantidos para negociação	302	-	(34)	-	-	10	-	(199)	(10)	69
Derivativos	302	-	(34)	-	-	10	-	(199)	(10)	69
<i>Swaps</i>	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
<i>Opções sobre taxa de juros</i>	194	-	(19)	-	-	1	-	(155)	-	21
<i>Opções sobre índices e valores</i>	107	-	(15)	-	-	8	-	(44)	(10)	46
<i>Outros</i>	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Derivativos – Hedge accounting (Passivo)	11	-	(3)	-	-	1	-	-	-	9
<i>Swaps</i>	11	-	(3)	-	-	1	-	-	-	9
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	11	-	-	-	-	-	-	-	(3)	8
TOTAL DO PASSIVO	324	-	(37)	-	-	11	-	(199)	(13)	86

Milhões de euros	2014	Movimentação								2015
	Valor justo calculado com modelos internos (Nível 3)	Compras	Vendas	Emissões	Liquidações	Alterações em valor justo reconhecidas nos resultados	Alterações em valor justo reconhecidas no patrimônio	Reclassificações de níveis	Outros	Valor justo calculado com modelos internos (Nível 3)
Ativos financeiros mantidos para negociação	1.191	-	(272)	-	-	24	-	(2)	9	950
Instrumentos de dívida e de patrimônio	85	-	(38)	-	-	(3)	-	(2)	1	43
Derivativos	1.106	-	(234)	-	-	27	-	-	8	907
<i>Swaps</i>	116	-	(63)	-	-	2	-	-	(1)	54
<i>Opções sobre taxa de juros</i>	768	-	(119)	-	-	(28)	-	-	(2)	619
<i>Opções sobre índices e valores</i>	111	-	(45)	-	-	51	-	-	3	120
<i>Outros</i>	111	-	(7)	-	-	2	-	-	8	114
Derivativos – hedge accounting (Ativo)	-	-	-	-	-	1	-	17	-	18
<i>Swaps</i>	-	-	-	-	-	1	-	17	-	18
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	680	7	(47)	-	-	(64)	-	-	(62)	514
Clientes	78	-	(5)	-	-	2	-	-	6	81
Instrumentos de dívida e de patrimônio	602	7	(42)	-	-	(66)	-	-	(68)	433
Ativos financeiros disponíveis para venda	716	18	(75)	-	(72)	-	271	139	2	999
TOTAL DO ATIVO	2.587	25	(394)	-	(72)	(39)	271	154	(51)	2.481
Passivos financeiros mantidos para negociação	536	4	(230)	-	-	(15)	-	-	7	302
Derivativos	536	4	(230)	-	-	(15)	-	-	7	302
<i>Swaps</i>	49	-	(47)	-	-	(1)	-	-	-	1
<i>Opções sobre taxa de juros</i>	294	-	(71)	-	-	(30)	-	-	1	194
<i>Opções sobre índices e valores</i>	193	4	(112)	-	-	16	-	-	6	107
Derivativos – hedge accounting (Passivo)	-	-	(16)	-	-	8	-	5	14	11
<i>Swaps</i>	-	-	(16)	-	-	8	-	5	14	11
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	16	-	(9)	-	-	(4)	-	-	8	11
TOTAL DO PASSIVO	552	4	(255)	-	-	(11)	-	5	29	324

Milhões de reais	2016	Movimentação								2017
	Valor justo calculado com modelos internos (Nível 3)	Compras	Vendas	Emissões	Liquidações	Alterações em valor justo reconhecidas nos resultados	Alterações em valor justo reconhecidas no patrimônio	Reclassificações de níveis	Outros	Valor justo calculado com modelos internos (Nível 3)
Ativos financeiros mantidos para negociação	1.169	162	(76)	-	-	(465)	-	719	228	1.737
Instrumentos de dívida e de patrimônio	137	-	(25)	-	-	(4)	-	-	19	127
Derivativos	1.032	162	(51)	-	-	(461)	-	719	209	1.610
<i>Swaps</i>	189	4	(22)	-	-	(212)	-	719	73	751
<i>Opções sobre taxa de câmbio</i>	7	18	-	-	-	(7)	-	-	2	20
<i>Opções sobre taxa de juros</i>	593	-	-	-	-	(40)	-	-	91	644
<i>Opções sobre índices e valores</i>	89	-	(4)	-	-	(65)	-	-	-	20
<i>Outros</i>	154	140	(25)	-	-	(137)	-	-	43	175
Derivativos – Hedge accounting (Ativo)	93	-	(7)	-	-	(25)	-	-	11	72
<i>Swaps</i>	93	-	(7)	-	-	(25)	-	-	11	72
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	1.115	-	(32)	-	-	(71)	-	-	113	1.125
Clientes	254	-	(7)	-	-	11	-	-	32	290
Instrumentos de dívida	813	-	(25)	-	-	(75)	-	-	78	791
Instrumentos de patrimônio	48	-	-	-	-	(7)	-	-	3	44
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.250	4	(859)	-	(18)	-	212	(22)	920	2.487
TOTAL DO ATIVO	4.627	166	(974)	-	(18)	(561)	212	697	1.272	5.421
Passivos financeiros mantidos para negociação	236	118	(11)	-	-	(136)	-	453	63	723
Derivativos	236	118	(11)	-	-	(136)	-	453	63	723
<i>Swaps</i>	3	-	-	-	-	(93)	-	453	34	397
<i>Opções sobre taxa de câmbio</i>	-	75	-	-	-	(40)	-	-	1	36
<i>Opções sobre taxa de juros</i>	72	-	-	-	-	(7)	-	-	10	75
<i>Opções sobre índices e valores</i>	158	-	(11)	-	-	-	-	-	16	163
<i>Outros</i>	3	43	-	-	-	4	-	-	2	52
Derivativos – Hedge accounting (Passivo)	31	-	-	-	-	(7)	-	-	4	28
<i>Swaps</i>	31	-	-	-	-	(7)	-	-	4	28
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	27	-	-	-	-	-	-	-	1	28
TOTAL DO PASSIVO	294	118	(11)	-	-	(143)	-	453	68	779

Milhões de reais	2015	Movimentação								2016
	Valor justo calculado com modelos internos (Nível 3)	Compras	Vendas	Emissões	Liquidações	Alterações em valor justo reconhecidas nos resultados	Alterações em valor justo reconhecidas no patrimônio	Reclassificações de níveis	Outros	Valor justo calculado com modelos internos (Nível 3)
Ativos financeiros mantidos para negociação	4.096	-	(602)	-	-	199	-	(1.874)	(650)	1.169
Instrumentos de dívida e de patrimônio	185	-	(19)	-	-	11	-	-	(40)	137
Derivativos	3.911	-	(583)	-	-	188	-	(1.874)	(610)	1.032
<i>Swaps</i>	233	-	-	-	-	(12)	-	-	(32)	189
<i>Opções sobre taxa de câmbio</i>	-	-	-	-	-	8	-	-	(1)	7
<i>Opções sobre taxa de juros</i>	2.669	-	(200)	-	-	149	-	(1.659)	(366)	593
<i>Opções sobre índices e valores</i>	517	-	(115)	-	-	(11)	-	(215)	(87)	89
<i>Outros</i>	492	-	(268)	-	-	54	-	-	(124)	154
Derivativos – Hedge accounting (Ativo)	78	-	(15)	-	-	50	-	-	(20)	93
<i>Swaps</i>	78	-	(15)	-	-	50	-	-	(20)	93
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	2.216	-	(27)	-	(398)	24	-	(8)	(692)	1.115
Clientes	349	-	-	-	-	19	-	-	(114)	254
Instrumentos de dívida	1.220	-	(27)	-	-	5	-	-	(385)	813
Instrumentos de patrimônio	647	-	-	-	(398)	-	-	(8)	(193)	48
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.307	142	(1.007)	-	(107)	-	(42)	(111)	(932)	2.250
TOTAL DO ATIVO	10.697	142	(1.651)	-	(505)	273	(42)	(1.993)	(2.294)	4.627
Passivos financeiros mantidos para negociação	1.301	-	(130)	-	-	39	-	(763)	(211)	236
Derivativos	1.301	-	(130)	-	-	39	-	(763)	(211)	236
<i>Swaps</i>	4	-	-	-	-	-	-	-	(1)	3
<i>Opções sobre taxa de juros</i>	836	-	(73)	-	-	4	-	(594)	(101)	72
<i>Opções sobre índices e valores</i>	461	-	(57)	-	-	31	-	(169)	(108)	158
<i>Futuros sobre títulos e taxas de juros</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Outros</i>	-	-	-	-	-	4	-	-	(1)	3
Derivativos – Hedge accounting (Passivo)	47	-	(11)	-	-	4	-	-	(9)	31
<i>Swaps</i>	47	-	(11)	-	-	4	-	-	(9)	31
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	47	-	-	-	-	-	-	-	(20)	27
TOTAL DO PASSIVO	1.395	-	(141)	-	-	43	-	(763)	(240)	294

Milhões de reais	2014	Movimentação								2015
	Valor justo calculado com modelos internos (Nível 3)	Compras	Vendas	Emissões	Liquidações	Alterações em valor justo reconhecidas nos resultados	Alterações em valor justo reconhecidas no patrimônio	Reclassificações de níveis	Outros	Valor justo calculado com modelos internos (Nível 3)
Ativos financeiros mantidos para negociação	3.836	-	(991)	-	-	87	-	(7)	1.171	4.096
Instrumentos de dívida e de patrimônio	274	-	(137)	-	-	(11)	-	(7)	66	185
Derivativos	3.562	-	(854)	-	-	98	-	-	1.105	3.911
<i>Swaps</i>	374	-	(230)	-	-	7	-	-	82	233
<i>Opções sobre taxa de juros</i>	2.473	-	(434)	-	-	(102)	-	-	732	2.669
<i>Opções sobre índices e valores</i>	357	-	(164)	-	-	186	-	-	138	517
<i>Outros</i>	358	-	(26)	-	-	7	-	-	153	492
Derivativos – Hedge accounting (Ativo)	-	-	-	-	-	3	-	62	13	78
<i>Swaps</i>	-	-	-	-	-	3	-	62	13	78
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	2.191	26	(171)	-	-	(233)	-	-	403	2.216
Clientes	253	-	(18)	-	-	7	-	-	107	349
Instrumentos de dívida e de patrimônio	1.938	26	(153)	-	-	(240)	-	-	296	1.867
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.306	66	(273)	-	(262)	-	988	507	975	4.307
TOTAL DO ATIVO	8.333	92	(1.435)	-	(262)	(143)	988	562	2.562	10.697
Passivos financeiros mantidos para negociação	1.727	15	(838)	-	-	(55)	-	-	452	1.301
Derivativos	1.727	15	(838)	-	-	(55)	-	-	452	1.301
<i>Swaps</i>	158	-	(171)	-	-	(4)	-	-	21	4
<i>Opções sobre taxa de juros</i>	947	-	(259)	-	-	(109)	-	-	257	836
<i>Opções sobre índices e valores</i>	622	15	(408)	-	-	58	-	-	174	461
Derivativos – Hedge accounting (Passivo)	-	-	(58)	-	-	29	-	18	58	47
<i>Swaps</i>	-	-	(58)	-	-	29	-	18	58	47
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	52	-	(33)	-	-	(14)	-	-	42	47
TOTAL DO PASSIVO	1.779	15	(929)	-	-	(40)	-	18	552	1.395

iv. Registro de resultados

Como norma geral, as variações do valor contábil dos ativos e passivos financeiros são registradas em contrapartida na demonstração do resultado consolidada; diferenciando-se entre as que se originam de juros acumulados e categorias similares (registrados nos capítulos Receitas de juros ou Despesas de juros conforme o caso); e as que correspondam a outras causas. Estas últimas são registradas no valor líquido, no capítulo Ganhos ou perdas por ativos ou passivos financeiros.

Os ajustes por alterações no valor justo originados por:

- Os Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados provisoriamente em Outro resultado global acumulado - Itens que podem ser reclassificados nos resultados - Ativos financeiros disponíveis para venda, a menos que se originem de diferenças de câmbio e, nesse caso, são registrados na seção relativa ao patrimônio Outro resultado global acumulado - Itens que podem ser reclassificados nos resultados. As diferenças de câmbio originadas de ativos financeiros monetários são reconhecidas no capítulo Diferenças de câmbio (líquido) da demonstração do resultado consolidada.
- Os itens descontados ou creditados nas seções de patrimônio Outro resultado global acumulado – Itens que podem ser reclassificados nos resultados - Ativos financeiros disponíveis para venda e Outro resultado global acumulado – Itens que podem ser reclassificados nos resultados – Conversão de divisas continuam fazendo parte do patrimônio líquido consolidado do Grupo até que não ocorra perda ou a baixa no balanço consolidado do ativo de onde se originam, quando são cancelados contra a demonstração do resultado consolidada.
- Os ganhos não realizados dos ativos disponíveis para venda classificados como Ativos não correntes à venda por pertencerem a um grupo de disposição ou de uma operação descontinuada são registrados em contrapartida na seção de patrimônio Outro resultado global acumulado - Itens que podem ser reclassificados nos resultados - Ativos não correntes e grupos alienáveis de itens que foram classificados como mantidos para venda.

v. Operações de hedge

As instituições consolidadas utilizam os derivativos financeiros com as seguintes finalidades: i) fornecer esses instrumentos aos clientes que os solicitam para a gestão de riscos de mercado e de crédito, ii) utilizá-los na gestão dos riscos das posições próprias das instituições do Grupo e de seus ativos e passivos (derivativos - hedge accounting), e iii) para utilizar as alterações de valor verificadas nesses derivativos em benefício próprio (derivativos).

Todo os derivativos financeiros que não reúnam as condições que permitam classificá-los como hedge são considerados, para fins contábeis, como derivativos de negociação.

Para que um derivativo financeiro seja considerado como hedge, deve necessariamente:

1. Cobrir um dos três tipos de risco a seguir:

- a. De variações no valor dos ativos e passivos devido a oscilações, entre outras, na taxa de juros e/ou taxa de câmbio à qual se encontre sujeita a posição ou saldo a cobrir (hedge de valores justos);
- b. De alterações nos fluxos de caixa estimados originadas nos ativos e passivos financeiros, compromissos e transações com alta probabilidade de realização (hedge de fluxos de caixa);

- c. O investimento líquido em um negócio no exterior (hedge de investimentos líquidos em negócios no exterior).
2. Eliminar, de forma eficaz, algum risco inerente ao elemento ou posição coberta durante todo o prazo previsto de hedge, o que implica que:
- a. No momento da contratação do hedge espera-se que, em condições normais, ela atue com um alto nível de eficácia (eficácia prospectiva).
 - b. Existam evidências suficientes de que a cobertura foi realmente eficaz durante toda a vida da posição ou do elemento hedgiado (eficácia retrospectiva). Para isso, o Grupo verifica se os resultados da cobertura oscilaram dentro de uma faixa de variação de 80% a 125% em relação ao resultado da seção de hedge.
3. Ter documentado adequadamente que a contratação do derivativo financeiro foi feita especificamente para servir como cobertura de determinados saldos ou transações e a forma como se pensava conseguir e medir esse hedge, sempre que esta forma seja coerente com as gestões dos próprios riscos implementados pelo Grupo.

As diferenças de avaliação dos hedges contábeis são registradas de acordo com os critérios a seguir:

- a. Nos hedges de valor justo, as diferenças verificadas tanto nos elementos de cobertura como nos elementos cobertos (no que se refere ao tipo de risco de hedges) são reconhecidas diretamente na demonstração do resultado consolidada.

Nos hedges do valor justo do risco de taxa de juros de uma carteira de instrumentos financeiros, os lucros ou prejuízos que surgem ao avaliar os instrumentos de cobertura são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado consolidada, ao passo que os lucros ou prejuízos decorrentes de variações no valor justo do montante hedgiado (atribuídos ao risco coberto) são reconhecidos na demonstração do resultado consolidada utilizando como contrapartida as seções Alterações do valor justo dos itens cobertos de uma carteira com hedge do risco de taxa de juros (ativo ou passivo), conforme o caso.

- b. Nos hedges dos fluxos de caixa, a parte eficaz da variação do valor do instrumento de cobertura é registrado transitoriamente na seção Outro resultado global acumulado - Itens que podem ser reclassificados nos resultados - Derivativos utilizados como hedge. Hedges dos fluxos de caixa (porção efetiva) até o momento em que as transações previstas sejam efetuadas, registrando-as, então, na demonstração do resultado consolidada, a menos que seja incluída no custo do ativo ou passivo não financeiro, caso as transações previstas terminem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros.
- c. Nos hedges de investimentos líquidos em negócios no exterior, as diferenças de avaliação encontradas na parte de cobertura eficaz dos elementos de cobertura são registradas provisoriamente na seção relativa ao patrimônio Outro resultado global acumulado - Itens que podem ser reclassificados nos resultados - Hedges de investimentos líquidos em negócios no exterior até que sejam registradas nos resultados os lucros ou prejuízos do item coberto.
- d. As diferenças na avaliação do instrumento de hedges correspondentes à parte ineficaz das operações de hedges de fluxos de caixa e de investimentos líquidos em negócios no exterior são lançadas diretamente na demonstração do resultado consolidada, na seção Ganhos ou perdas resultantes de hedge accounting (líquidos).

Se um derivativo atribuído como de hedges, seja em razão de sua finalização, inefetividade ou de qualquer outra causa, não cumprir os requisitos indicados anteriormente, para fins contábeis, tal derivativo passa a ser considerado como um derivativo de negociação.

Quando o hedges do valor justo é descontinuada, os ajustes previamente registrados no elemento coberto são imputados aos resultados utilizando o método da taxa juros efetiva recalculada na data em que deixa de estar coberto, devendo estar completamente amortizado no seu vencimento.

Quando os hedges de fluxos de caixa são interrompidas, o resultado acumulado do instrumento de cobertura reconhecido no capítulo relativo ao patrimônio Outro resultado global acumulado (enquanto o hedges era efetiva) continuará sendo reconhecido nesse capítulo até o momento em que ocorra a transação coberta, quando será registrado nos resultados, a menos que se antecipe que a transação não será efetuada e, nesse caso, será registrado imediatamente nos resultados.

vi. Derivativos implícitos em instrumentos financeiros híbridos

Os derivativos implícitos em outros instrumentos financeiros ou em outros contratos principais serão registrados separadamente como derivativos quando seus riscos e características não estiverem estritamente relacionados aos dos contratos principais, e sempre que esses contratos principais não se encontrem classificados nas categorias de Ativos (Passivos) financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados

e) Baixa do balanço dos ativos e passivos financeiros

O tratamento contábil das transferências de ativos financeiros é condicionado pelo nível e pela forma em que os riscos e benefícios associados aos ativos são transferidos a terceiros:

1. Se os riscos e benefícios forem transferidos substancialmente a terceiros (caso das vendas incondicionais, das vendas com pacto de recompra em seu valor justo na data da recompra, das vendas de ativos financeiros com uma opção compra adquirida ou de venda emitida profundamente *out of the money*, das securitizações de ativos em que o cedente não retém financiamentos subordinados nem concede nenhum tipo de melhora creditícia aos novos titulares e outros casos semelhantes), o ativo financeiro transferido é dado de baixa do balanço, reconhecendo-se, simultaneamente, qualquer obrigação ou direito retido ou criado como consequência da transferência.
2. Se os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido são retidos substancialmente (no caso de venda de ativos financeiros com pacto de recompra a um preço fixo ou ao preço de venda com juros, dos contratos de empréstimo de valores em que o mutuário tem a obrigação de devolvê-los ou ativos semelhantes e outros casos análogos) o ativo financeiro transferido não é dado de baixa do balanço e a avaliação continua sendo realizada com os mesmos critérios utilizados antes da transferência. Caso contrário, são reconhecidos contabilmente:
 - a. Um passivo financeiro associado com um valor igual a contraprestação recebida, que é avaliado posteriormente a seu custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos em valor justo com alterações em lucros e prejuízos.
 - b. Tanto os rendimentos do ativo financeiro transferido (mas não dado de baixa) como as despesas do novo passivo financeiro, sem compensar.

3. Se os riscos e lucros associados ao ativo financeiro transferidos não forem nem transferidos nem retidos (no caso de venda de ativos financeiros com uma opção de compra adquirida ou de venda emitida que não estejam profundamente nem *in the money* nem *out of the money*, das securitizações em que o cedente assume um financiamento subordinado ou outro tipo de melhoras creditícias por uma parte do ativo transferido e outros casos semelhantes) se diferencia entre:
- a. Se a instituição cedente não reter o controle do ativo financeiro transferido: é dado de baixa do balanço e se reconhece qualquer obrigação ou direito retido ou criado como consequência da transferência.
 - b. Se a instituição cedente manter o controle do ativo financeiro transferido: continua reconhecendo-o no balanço a um valor igual à sua exposição às variações de valor que possam ocorrer e reconhece um passivo financeiro associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será o custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for avaliado pelo seu custo amortizado, ou o valor justo dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for avaliado pelo seu valor justo.

Portanto, os ativos financeiros são dados de baixa do balanço somente quando os direitos sobre os fluxos de caixa que geram tenham sido extintos ou quando os riscos e benefícios implícitos tenham sido transferidos substancialmente a terceiros. Da mesma forma, os passivos financeiros são dados de baixa do balanço somente quando as obrigações geradas tenham sido extintas ou quando são adquiridos com a intenção de cancelá-los ou de recolocá-los.

f) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são objeto de compensação, ou seja, de apresentação no balanço consolidado no valor líquido, somente quando as instituições do Grupo tiverem tanto o direito, exigível legalmente, de compensar os montantes reconhecidos nos citados instrumentos, como a intenção de liquidar o valor líquido, ou de realizar o ativo e efetuar o pagamento do passivo de forma simultânea.

A seguir, apresentamos os detalhes referentes a ativos e passivos financeiros que foram compensados no balanço consolidado em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

	31 de dezembro de 2017		
	Milhões de euros		
	Montante bruto de ativos financeiros	Montante bruto de passivos financeiros compensados no balanço	Montante bruto de ativos financeiros apresentados no balanço
Ativos			
Derivativos	103.740	(37.960)	65.780
Aquisições temporárias de ativos	56.701	(7.145)	49.556
Total	160.441	(45.105)	115.336

	31 de dezembro de 2017		
	Milhões de reais		
	Montante bruto de ativos financeiros	Montante bruto de passivos financeiros compensados no balanço	Montante bruto de ativos financeiros apresentados no balanço
Ativos			
Derivativos	412.149	(150.813)	261.336
Aquisições temporárias de ativos	225.267	(28.386)	196.881
Total	637.416	(179.199)	458.217

	31 de dezembro de 2016		
	Milhões de euros		
	Montante bruto de ativos financeiros	Montante bruto de passivos financeiros compensados no balanço	Montante bruto de ativos financeiros apresentados no balanço
Ativos			
Derivativos	127.679	(45.259)	82.420
Aquisições temporárias de ativos	53.159	(2.213)	50.946
Total	180.838	(47.472)	133.366

	31 de dezembro de 2016		
	Milhões de reais		
	Montante bruto de ativos financeiros	Montante bruto de passivos financeiros compensados no balanço	Montante bruto de ativos financeiros apresentados no balanço
Ativos			
Derivativos	438.003	(155.261)	282.742
Aquisições temporárias de ativos	182.359	(7.592)	174.767
Total	620.362	(162.853)	457.509

	31 de dezembro de 2015		
	Milhões de euros		
	Montante bruto de ativos financeiros	Montante bruto de passivos financeiros compensados no balanço	Montante bruto de ativos financeiros apresentados no balanço
Ativos			
Derivativos	127.017	(42.566)	84.451
Aquisições temporárias de ativos	59.158	(2.066)	57.092
Total	186.175	(44.632)	141.543

	31 de dezembro de 2015		
	Milhões de reais		
	Montante bruto de ativos financeiros	Montante bruto de passivos financeiros compensados no balanço	Montante bruto de ativos financeiros apresentados no balanço
Ativos			
Derivativos	547.660	(183.532)	364.128
Aquisições temporárias de ativos	255.072	(8.908)	246.164
Total	802.731	(192.440)	610.291

	31 de dezembro de 2017		
	Milhões de euros		
	Montante bruto de passivos financeiros	Montante bruto de ativos financeiros compensados no balanço	Montante bruto de passivos financeiros apresentados no balanço
Passivos			
Derivativos	103.896	(37.960)	65.936
Cessões temporárias de ativos	110.953	(7.145)	103.808
Total	214.849	(45.105)	169.744

	31 de dezembro de 2017		
	Milhões de reais		
	Montante bruto de passivos financeiros	Montante bruto de ativos financeiros compensados no balanço	Montante bruto de passivos financeiros apresentados no balanço
Passivos			
Derivativos	412.769	(150.813)	261.956
Cessões temporárias de ativos	440.801	(28.386)	412.415
Total	853.570	(179.199)	674.371

	31 de dezembro de 2016		
	Milhões de euros		
	Montante bruto de passivos financeiros	Montante bruto de ativos financeiros compensados no balanço	Montante bruto de passivos financeiros apresentados no balanço
Passivos			
Derivativos	127.784	(45.259)	82.525
Cessões temporárias de ativos	82.543	(2.213)	80.330
Total	210.327	(47.472)	162.855

	31 de dezembro de 2016		
	Milhões de reais		
	Montante bruto de passivos financeiros	Montante bruto de ativos financeiros compensados no balanço	Montante bruto de passivos financeiros apresentados no balanço
Passivos			
Derivativos	438.363	(155.261)	283.102
Cessões temporárias de ativos	283.163	(7.592)	275.571
Total	721.526	(162.853)	558.673

	31 de dezembro de 2015		
	Milhões de euros		
	Montante bruto de passivos financeiros	Montante bruto de ativos financeiros compensados no balanço	Montante bruto de passivos financeiros apresentados no balanço
Passivos			
Derivativos	127.917	(42.566)	85.351
Cessões temporárias de ativos	97.169	(2.066)	95.103
Total	225.086	(44.632)	180.454

	31 de dezembro de 2015		
	Milhões de reais		
	Montante bruto de passivos financeiros	Montante bruto de ativos financeiros compensados no balanço	Montante bruto de passivos financeiros apresentados no balanço
Passivos			
Derivativos	551.540	(183.532)	368.008
Cessões temporárias de ativos	418.964	(8.908)	410.056
Total	970.504	(192.440)	778.064

Além disso, em 31 de dezembro de 2017 o Grupo tem compensados outros itens no valor de 1.645 milhões de euros (6.535 milhões de reais) (1.742 e 2.036 milhões de euros (5.976 e 8.777 milhões de reais) em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente).

Em 31 de dezembro de 2017 existiam 97.017 milhões de euros (385.439 milhões de reais) (110.445 milhões de euros (378.822 milhões de reais) em 31 de dezembro de 2016) em derivativos e repos no ativo do balanço e 153.566 milhões de euros (610.102 milhões de reais) (137.097 milhões de euros (470.311 milhões de reais) em 31 de dezembro de 2016) de derivativos e repos no passivo do balanço sujeitos a acordos de netting e colateral.

g) Provisão para perdas com ativos financeiros

i. Definição

Um ativo financeiro é considerado como reduzido por perda (e, conseqüentemente, corrige-se seu valor contábil para refletir o efeito de sua perda) quando existe uma evidência objetiva de que tenham ocorrido eventos que resultam em:

- No caso de instrumentos de dívida (créditos), um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros que foram estimados no momento da formalização da transação.
- No caso de instrumentos de patrimônio cujo valor contábil não pode ser recuperado completamente.

Como critério geral, a correção do valor contábil dos instrumentos financeiros em razão de sua perda é efetuada com base na demonstração do resultado consolidada do período em que tal perda se manifesta e a recuperação dos prejuízos por perda previamente registrada, se ocorrer, é reconhecida na demonstração do resultado consolidada do período em que a perda deixa de existir ou se reduz.

As operações classificadas como provisão para perda em razão de inadimplência são reclassificadas como normais se, em razão da cobrança de parte ou da totalidade dos montantes devidos, deixam de existir as razões para a classificação dessas operações como de perdas, ou seja, deixam de ter algum montante vencido com mais de 90 dias e o titular não tem outras operações classificadas como duvidosas por inadimplência, a menos que existam outras causas subjetivas para que sejam classificadas como tal. O refinanciamento de créditos duvidosos não implica sua reclassificação como créditos normais a menos que se constatem as seguintes circunstâncias: que tenha transcorrido o prazo mínimo de dois anos a partir da data do refinanciamento, que o titular tenha pago as contas acumuladas de principal e juros, e que o cliente não tenha nenhuma outra operação com valores vencidos de mais de 90 dias.

As seguintes garantias constituem garantias eficazes:

- a) Garantias hipotecárias sobre imóveis debitadas pela primeira vez, desde que se encontrem devidamente constituídas e registradas a favor da instituição. Os bens imóveis incluem:
 - i) Edifícios e itens de edifícios acabados, distinguindo entre:
 - Residências;
 - Escritórios e estabelecimentos comerciais e galpões polivalentes;
 - Outros edifícios, tais como galpões não polivalentes e hotéis.
 - ii) Solo urbano e urbanizável ordenado
 - iii) Outros bens imóveis em que se classificariam, entre outros, os edifícios e partes de edifícios em construção, tais como promoções em andamento e promoções descontinuadas, e outros terrenos, tais como propriedades rurais.
- b) Garantias penhoráveis sobre instrumentos financeiros, tais como depósitos em dinheiro, instrumentos de dívida de emissores com solvência comprovada ou instrumentos de patrimônio.

- c) Outro tipo de garantias reais, incluindo bens móveis recebidos em garantia e segundos e sucessivos créditos imobiliários, desde que a instituição demonstre sua eficácia. Para avaliar a eficácia dos segundos e sucessivos créditos imobiliários, a instituição aplicará critérios especialmente restritivos. Considerará, entre outros fatores, se os encargos anteriores estão ou não a favor da própria instituição e a relação entre o risco garantido por estas e o valor do imóvel.
- d) Garantias pessoais, bem como a inclusão de novos titulares, que cubram todo o montante da operação e que impliquem a responsabilidade direta e solidária perante a instituição de pessoas ou instituições cuja solvência patrimonial esteja comprovada o suficiente para assegurar o reembolso da operação nos termos acordados.

Os saldos correspondentes a ativos com provisão para perdas são mantidos no balanço, em sua totalidade, até que a recuperação desses montantes seja considerada remota pelo Grupo.

O Grupo considera remota a recuperação quando o devedor sofre uma diminuição notória e irrecuperável de sua solvência, quando se declara a fase de liquidação do concurso de credores ou quando transcorrem mais de 4 anos desde sua classificação como duvidoso em virtude da inadimplência ou, antes de alcançar essa idade, o montante não coberto por garantias eficazes se mantém com uma cobertura de risco de crédito de 100 % durante mais de dois anos, salvo quando contem com garantias reais eficazes que cubram ao menos 10 % do valor contábil bruto da operação.

No momento em que se considera remota a recuperação de um ativo financeiro, este é dado de baixa do balanço consolidado junto com sua provisão, sem prejuízo das ações que o Grupo possa realizar para tentar conseguir efetuar a cobrança até que seus direitos não tenham sido extintos definitivamente, seja por prescrição, renúncia ou outras causas.

ii. Instrumentos de dívida avaliados pelo seu custo amortizado

O Grupo conta com políticas, métodos e procedimentos para a cobertura do risco de crédito, tanto pela insolvência atribuída às contrapartes como por residência em um determinado país. Tais políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, estudo e documentação dos instrumentos de dívida, riscos e compromissos contingentes, assim como na identificação da perdas o e no cálculo dos montantes necessários para a cobertura do risco de crédito.

As provisões por perdas com instrumentos de dívida avaliados em seu custo amortizado representam a melhor estimativa, por parte da diretoria, dos prejuízos incorridos em tal carteira na data do balanço, tanto individual como coletivamente. Com o objetivo de determinar os prejuízos por perda, o Grupo faz um acompanhamento dos devedores, como indicamos a seguir:

- Individualmente: Instrumentos de dívida considerados significativos pelo Grupo em que exista alguma evidência de perda. Portanto, nesta categoria estão incluídos principalmente os clientes de bancos atacadistas - Corporações, Financiamento Especializado - bem como parte das maiores Empresas - Carteirizadas - e Promotores procedentes de bancos varejistas.

Na data do balanço patrimonial, o Grupo avalia se existem evidências de que um instrumento de dívida ou um grupo está reduzido por perda. Realiza-se uma análise específica para todos os devedores, com acompanhamento individual, que experimentaram um evento tal como:

- Operações que tenham algum montante vencido por principal, juros ou despesas pactados contratualmente, com mais de 90 dias de antiguidade.
- Estrutura econômica ou financeira significativamente inadequada, ou impossibilidade de obter financiamentos adicionais do titular.
- Atraso generalizado nos pagamentos ou fluxos de caixa insuficientes para atender as dívidas.

- O mutuante, por razões econômicas ou legais relacionadas com dificuldades financeiras do mutuário, outorga ao mutuário concessões ou vantagens que em outro caso não haveria outorgado.
- O mutuário entre em uma situação de insolvência ou em qualquer outra situação de reorganização financeira.

Nestas situações, realiza-se uma avaliação dos fluxos de caixa futuros esperados em relação ao ativo em questão, descontando a taxa de juros efetiva original do empréstimo concedido. O resultado é comparado com o valor contábil do ativo. As diferenças entre o valor contábil da operação e o valor atualizado da estimativa de fluxos de caixa serão analisadas e registradas como provisão para perdas.

- Coletivamente, nos demais casos: clientes denominados pelo Grupo como “padronizados”, e todos aqueles clientes considerados não significativos, agrupando os instrumentos que tenham características de risco de crédito semelhantes, que indiquem a capacidade dos devedores para pagar todos os montantes, principal e juros, de acordo com as condições contratuais. As características de risco de crédito consideradas para agrupar os ativos são, entre outras: tipo de instrumento, setor de atividade do devedor, área geográfica da atividade, tipo de garantia, antiguidade dos montantes vencidos e qualquer outro fator que seja relevante para a estimativa dos fluxos de caixa futuros. Nesta categoria estão incluídos, por exemplo, os riscos com particulares, empresários individuais, as empresas de bancos varejistas não “carteirizadas”, bem como os que, por seu valor, poderiam ser individualizados, mas sem a existência de perdas.

As provisões coletivas por perda estão sujeitas a incertezas em sua estimativa devida, em parte, em virtude da difícil identificação de prejuízos, uma vez que individualmente são insignificantes dentro da carteira. Os métodos de estimativa incluem o uso de análises estatísticas de informações históricas, complementados pela aplicação de pareceres significativos por parte da diretoria, com o objetivo de avaliar se as condições econômicas e de crédito atuais são de tal ordem que o nível de prejuízos incorridos será previsivelmente superior ou inferior que o decorrente da experiência.

Quando as tendências mais recentes relacionadas com fatores de riscos das carteiras não se refletirem totalmente nos modelos estatísticos como consequência de modificações nas condições econômicas, regulatórias e sociais, tais fatores são levados em consideração ajustando as provisões por perda a partir da experiência de outros prejuízos históricos. Sobre essas estimativas, o Grupo realiza testes retrospectivos e comparativos com referências do mercado para avaliar a razoabilidade do cálculo coletivo.

Os modelos internos do Grupo determinam os prejuízos por perdas dos instrumentos de dívida não avaliados pelo valor justo com alterações na demonstração do resultado, assim como dos riscos contingentes, levando em conta a experiência histórica de perda e as demais circunstâncias conhecidas no momento da avaliação. Para essa finalidade, os prejuízos por perda de crédito são os prejuízos incorridos na data de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas calculadas com procedimentos estatísticos.

O valor das demonstrações financeiras consolidadas verificadas por esses instrumentos coincide com a diferença entre seus respectivos valores contábeis e os valores atuais de seus fluxos de caixa futuros previstos. Na estimativa dos fluxos de caixa futuros dos instrumentos de dívida, consideram-se:

- Os montantes totais que se prevê obter durante a vida remanescente do instrumento, inclusive, se for o caso, daqueles que possam ter origem nas garantias que tiverem (uma vez deduzidos os custos necessários para sua adjudicação e venda posterior). O prejuízo por perda considera a estimativa da possibilidade de cobrança dos juros acumulados, vencidos e não pagos;

- Os diferentes tipos de risco a que cada instrumento está sujeito; e
- As circunstâncias em que as cobranças previsivelmente serão realizadas.

Posteriormente, esses fluxos de caixa são atualizados com a taxa de juros efetiva do instrumento (se a taxa prevista no contrato for fixa) ou com a taxa de juros efetiva prevista no contrato na data da atualização (quando esta for variável).

A quantificação do prejuízo incorrido é o produto de três fatores: exposição ao default (EAD), probabilidade de default (PD) e loss given default (LGD), parâmetros que também são usados para o cálculo do capital econômico e no cálculo do capital regulatório BIS (Bank for International Settlements) com base em modelos internos (Ver Nota 1.e), calculados (point-in-time) de cada fechamento contábil:

- Exposição ao impairment: é o valor do risco contraído estimado no momento do impairment da contraparte.
- Probabilidade de impairment: é a probabilidade de que a contraparte descumpra suas obrigações de pagamento de capital e/ou juros.

A mensuração da PD com o objetivo de calcular o prejuízo incorrido utiliza um horizonte temporal de um ano; ou seja, quantifica a probabilidade de impairment da contraparte no próximo ano em razão de um evento ocorrido na data de análise. A definição de impairment empregada é de inadimplência por um prazo de 90 dias ou mais, assim como os casos em que, sem haver inadimplência, houver dúvidas em relação à solvência da contrapartida (depreciados subjetivos).

- Loss given default: é o prejuízo se houver impairment. Depende principalmente da atualização das garantias associadas à operação dos fluxos futuros que se esperam recuperar.

O cálculo do prejuízo incorrido contempla, além dos aspectos mencionados anteriormente, o ajuste ao momento atual (point-in-time) dos fatores anteriores (PD e LGD) levando em consideração a experiência histórica e outras informações específicas que reflitam as condições atuais.

Além disso, para determinar a cobertura das provisões para perda de instrumentos de dívida avaliados a custo amortizado, o Grupo considera o risco nas contrapartes residentes em um determinado país por circunstâncias distintas do risco comercial habitual (risco soberano, risco de transferência ou riscos decorrentes da atividade financeira internacional).

Os instrumentos de dívida avaliados a custo amortizado e classificados como duvidosos se dividem, de acordo com os critérios indicados nas seções a seguir:

i. Ativos depreciados em razão da inadimplência da contraparte:

Os instrumentos de dívida, independentemente de seu titular ou garantia, que tiverem algum valor vencido com mais de 90 dias de antiguidade, considerando a antiguidade dos valores devidos, as garantias oferecidas e a situação econômica da contraparte e dos garantidores.

ii. Ativos depreciados por razões distintas da inadimplência da contraparte:

Os instrumentos de dívida que, se não houver razões para serem classificados como depreciados devido à inadimplência do titular, apresentarem dúvidas razoáveis sobre seu reembolso de acordo com as condições previstas no contrato, bem como as exposições fora do balanço não classificadas como duvidosas por motivo da inadimplência do titular, cujo pagamento por parte do Grupo for provável e sua recuperação duvidosa.

Estas informações são apresentadas com mais detalhes na Nota 54.c (Risco de crédito).

h) Aquisição (Cessão) temporária de ativos

As compras (vendas) de instrumentos financeiros com o compromisso de retrocessão não opcional a um preço determinado (repos) são registradas no balanço consolidado como um financiamento concedido (recebido) em função da natureza do devedor correspondente (credor), nas seções Empréstimos e adiantamentos (Bancos centrais, Instituições de crédito ou Clientes) e Depósitos (Bancos centrais, Instituições de crédito ou Clientes).

A diferença entre os preços de compra e venda é registrada como rendimentos financeiros durante a vida do contrato.

i) Ativos não correntes e grupos alienáveis de itens que foram classificados como mantidos para venda e Passivos incluídos em grupos alienáveis de itens que foram classificados como mantidos para venda

O capítulo Ativos não correntes e grupos alienáveis de itens que foram classificados como mantidos para venda cobre o valor contábil dos itens individuais ou em conjunto (grupo de disposição) ou que fazem parte de uma unidade de negócio que se deseja alienar (operações descontinuadas) cuja probabilidade de venda for muito alta, nas condições em que tais ativos se encontram atualmente, no prazo de um ano a contar desde a data a que se referem as demonstrações financeiras anuais. Portanto, a recuperação do valor contábil desses itens (que podem ser de natureza financeira e não financeira) previsivelmente ocorrerá com o preço a obter na alienação.

Especificamente, os ativos imobiliários ou outros não correntes recebidos pelas instituições consolidadas para atender, total ou parcialmente, as obrigações de pagamento de seus devedores são considerados Ativos não correntes mantidos para venda, a menos que as instituições consolidadas tenham decidido fazer um uso continuado desses ativos. Neste sentido, para que seja considerado no reconhecimento inicial desses ativos, o Grupo obtém, no momento de adjudicação, o valor justo do ativo correspondente mediante a solicitação de avaliação de agências externas.

O Grupo conta com uma política corporativa que garante a competência profissional e a independência e objetividade das agências de avaliação externas, conforme o estabelecido nas normas, que exige que as agências de avaliação cumpram os requisitos de independência, neutralidade e credibilidade para que o uso de suas estimativas não diminua a confiabilidade de suas avaliações. Tal política estabelece que todas as empresas e agências de avaliação e apuração com as quais o Grupo trabalhe na Espanha estejam inscritas no Registro Oficial do Banco da Espanha e que suas avaliações sejam realizadas conforme a metodologia estabelecida na OM (Ordem Ministerial) ECO/805/2003, de 27 de março. As principais empresas e agências com as quais o Grupo trabalhou, na Espanha, no exercício de 2017, são as seguintes: Eurovaloraciones, S.A., Ibertasa, S.A., Tinsa Tasaciones Inmobiliarias, S.A.U., Tasaciones Hipotecarias Renta, S.A., Krata, S.A. e Compañía Hispania de Tasaciones y Valoraciones, S.A. Da mesma forma, essa política estabelece que as diversas filiais no exterior trabalhem com empresas de avaliação que contem com experiência recente na localidade e tipo de ativo que estiver sendo avaliado, e que cumpram os requisitos relativos à independência estabelecidos na política corporativa verificando, entre outros, que a mencionada empresa não seja vinculada ao Grupo e que seu faturamento relativo a serviços prestados ao Grupo no último exercício não supere 15% do faturamento total da empresa de avaliação.

Simetricamente, o capítulo Passivos incluídos em grupos alienáveis de itens que foram classificados como mantidos para venda abrange os saldos credores com origem nos ativos ou nos grupos de disposição e nas operações descontinuadas.

Os ativos não correntes e grupos alienáveis de elementos que foram classificados como mantidos para venda são reconhecidos na data em que foram alocados nesta categoria e são avaliados, posteriormente, pelo menor valor entre seu valor justo menos os custos de venda e seu valor contábil. Os ativos não correntes e grupos alienáveis de itens que foram classificados como mantidos para venda não são amortizados enquanto permanecerem nesta categoria.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor justo menos os custos de venda dos ativos não correntes e grupos alienáveis de itens que foram classificados como mantidos para venda ultrapassava 613 milhões de euros (2.435 milhões de reais) do seu valor contábil; no entanto, esse ganho de capital não podia ser reconhecido no balanço de acordo com a norma aplicável.

A avaliação da carteira de ativos não correntes e grupos alienáveis de itens que foram classificados como mantidos para venda foi realizada cumprindo os requisitos das Normas Internacionais de Informação Financeira em relação à estimativa do valor justo de ativos tangíveis e do valor em uso de ativos financeiros.

O valor da carteira é determinado como a soma dos valores dos itens individuais que compõem a carteira, sem considerar nenhuma agrupação total ou em lotes com o propósito de corrigir os valores individuais.

No caso de ativos imobiliários recuperados situados na Espanha, que representam 91,53% do total de ativos imobiliários recuperados do Grupo, a avaliação da carteira é realizada aplicando, principalmente, os seguintes modelos:

- Modelo de Valor de Mercado utilizado na avaliação dos imóveis acabados de natureza residencial (principalmente imóveis residenciais e estacionamentos) e imóveis de natureza terciária (escritórios, estabelecimentos comerciais e galpões polivalentes). O valor de mercado atual dos imóveis é estimado com base em avaliações estatísticas obtidas tomando como referência as séries históricas de valores médios de mercado (preços de venda) distinguindo-se por localização e tipo dos bens. Além disso, para ativos individualmente significativos são realizadas avaliações individuais completas. As avaliações efetuadas com este método são consideradas como de Nível 2.
- Modelo de Valor de Mercado segundo a Evolução dos Valores de Mercado utilizado na atualização da avaliação das promoções em andamento. O valor de mercado atual dos imóveis é estimado com base em avaliações individuais completas de terceiros, calculadas a partir dos valores dos estudos de viabilidade e custos de desenvolvimento da promoção, bem como das despesas de venda, distinguindo por localização e tipo do bem. A avaliação dos ativos imobiliários em construção é realizada considerando a situação atual do imóvel e não considerando seu valor final. As avaliações efetuadas com este método são consideradas como de Nível 3.
- Modelo de Valor de Mercado de acordo com a Evolução Estatística dos Valores de Solos - Metodologia utilizada na avaliação de solos. Emprega-se um método de atualização estatística tomando como referência os índices publicados pelo Ministério do Fomento aplicados às últimas avaliações individualizadas realizadas por empresas e agências de avaliação independentes. As avaliações efetuadas com este método são consideradas como de Nível 2.

Além disso, as avaliações anteriores, deduzidas pelos custos de comercialização e venda, são comparadas com a experiência em venda de cada tipo de ativo a fim de confirmar que não existe uma diferença significativa entre o preço de venda e a avaliação realizada.

Os prejuízos por perda de um ativo, ou grupo de disposição, devidos a reduções de seu valor contábil até seu valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidos na seção Ganhos ou (–) prejuízos procedentes de ativos não correntes e grupos alienáveis de itens que foram classificados como mantidos para venda não admissíveis como atividades descontinuadas da demonstração do resultado consolidada. Os lucros de um ativo não corrente mantido para venda por aumentos posteriores do valor justo (menos os custos de venda) aumentam seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado consolidada até um montante igual ao dos prejuízos por perda anteriormente reconhecidos.

j) *Ativos abrangidos por contratos de seguro e resseguro e Passivos abrangidos por contratos de seguro ou resseguro*

Os contratos de seguros implicam a transferência de um risco determinado e quantificável em troca de um prêmio periódico ou único. Os efeitos sobre os fluxos de caixa do Grupo decorrerão de um desvio dos pagamentos previstos, de uma insuficiência no prêmio estabelecido, ou de ambos.

O Grupo controla o risco de seguro por meio do seguinte:

- Metodologia estrita no lançamento de produtos e no valor atribuído a estes.
- Utilização de modelos atuariais deterministas e estocásticos para a avaliação dos compromissos.
- Utilização do resseguro como técnica atenuante de riscos, em algumas diretrizes de qualidade do crédito de acordo com a política geral de riscos do Grupo.
- Esquema de atuação para os riscos de crédito.
- Gestão ativa de combinação de ativos e passivos.
- Aplicação da segurança nos processos.

O capítulo Ativos abrangidos por contratos de resseguro engloba os montantes que as instituições consolidadas têm direito a receber derivados dos contratos de resseguro que mantêm com terceiros e, mais especificamente, a participação do resseguro nas provisões técnicas constituídas pelas seguradoras consolidadas.

Pelo menos uma vez por ano verifica-se se esses ativos sofreram perdas (se existir uma evidência objetiva como resultado de um evento ocorrido após o reconhecimento inicial desse ativo, de que o Grupo pode não receber os montantes estabelecidos contratualmente, e se for possível quantificar, de forma confiável, o montante que não será recolhido). Nesse caso, registra-se a perda correspondente na demonstração do resultado consolidada dando de baixa tais ativos.

O capítulo Passivos por abrangidos por contratos de seguro ou resseguro engloba as provisões técnicas registradas por instituições consolidadas para cobrir reclamações decorrentes dos contratos de seguro vigentes no encerramento do exercício.

Os resultados das seguradoras em razão da atividade de seguros são registrados em função de sua natureza nos capítulos correspondentes da demonstração do resultado consolidada.

De acordo com as práticas contábeis generalizadas no setor de seguros, as instituições de seguros consolidadas imputam a resultados os montantes dos prêmios que emitem e debitam de suas contas de resultados o custo dos sinistros na sua liquidação final. Estas práticas contábeis obrigam as instituições seguradoras a acumular, no encerramento de cada exercício tanto os montantes creditados em suas demonstrações do resultado e não pagos nessa data como os custos incorridos não debitados nas demonstrações do resultado.

Pelo menos no encerramento de cada exercício verifica-se se a avaliação dos passivos por contratos de seguros ou resseguros reconhecidos no balanço consolidado é adequada, calculando a diferença entre os valores a seguir:

- As estimativas atuais de futuros fluxos de efetivo como consequência dos contratos de seguro das instituições consolidadas. Estas estimativas incluirão todos os fluxos de caixa contratuais e os relacionados, tais como custos de tramitação de reclamações; e
- O valor reconhecido no balanço consolidado de seus passivos por contratos de seguros ou resseguros (Ver Nota 15), líquido de qualquer gasto de aquisição diferido ou ativo intangível relacionado, tal como o montante satisfeito pela aquisição, nos pressupostos de compra pela instituição, dos direitos econômicos derivados de um conjunto de apólices de sua carteira a favor de um mediador.

Se nesse cálculo se obtém um valor positivo, essa deficiência será descontada na demonstração do resultado consolidada. Nos casos em que os prejuízos ou lucros não realizados dos ativos das seguradoras do Grupo afetem as avaliações dos passivos por contratos de seguro ou resseguros e/ou aos custos de aquisição diferidos a eles associados e/ou aos ativos intangíveis também associados, esses ganhos de capital ou perdas são reconhecidos diretamente no patrimônio. O ajuste correspondente no passivo por contratos de seguros (ou nos custos de aquisição diferidos ou nos ativos intangíveis) são reconhecidos de forma semelhante, no patrimônio.

A seguir, apresentamos os conceitos mais significativos que fazem parte das provisões técnicas (Ver Nota 15):

- Provisões de seguros de não vida:
 - i) Provisão para prêmios não consumidos: corresponde à parte dos prêmios cobrados no encerramento do exercício pendentes de imputar no período compreendido entre essa data e o término do período de cobertura.
 - ii) Provisões de risco em andamento: complementa a provisão para prêmios não consumidos na medida em que seu valor não seja suficiente para refletir a avaliação de todos os riscos e gastos a cobrir pelas seguradoras que correspondam ao período de cobertura não transcorrido na data de encerramento do exercício.
- Provisões de seguros de vida: representam o valor das obrigações líquidas adquiridas com o contratante dos seguros de vida. Estas provisões incluem:
 - i) Provisão para prêmios não consumidos e riscos em andamento: corresponde à parte dos prêmios cobrados no encerramento do exercício pendentes de imputar no período compreendido entre essa data e o término do período de cobertura.
 - ii) Provisões matemáticas: corresponde ao valor das obrigações das seguradoras, líquido das obrigações do contratante. Estas provisões são calculadas apólice por apólice utilizando um sistema de capitalização individual, tomando como base de cálculo o prêmio acumulado no exercício, e de acordo com as bases técnicas de cada modalidade de seguros atualizada, se for o caso, pelas tabelas de mortalidade locais.

- Provisão para pagamentos de benefícios: abrange o montante total das obrigações pendentes derivadas dos sinistros ocorridos antes da data de encerramento do exercício. Esta provisão é calculada como a diferença entre o custo total estimado ou exato dos sinistros pendentes de declaração, liquidação ou pagamento e o conjunto dos valores já pagos em razão de desses sinistros.
- Provisão para participação em rendimentos e estornos: abrange o valor dos rendimentos acumulados a favor dos contratantes, segurados ou beneficiários e o dos prêmios que caiba restituir aos contratantes ou segurados, se for o caso, se não tiverem sido atribuídos no encerramento do exercício. Este cálculo é realizado de acordo com o estabelecido em seus contratos individuais.
- Provisões técnicas para seguros de vida quando o risco do investimento é assumido pelos contratantes: são determinados com base nos índices estabelecidos como referência para determinar o valor econômico dos direitos dos contratantes dos tomadores do seguro.

k) Ativos tangíveis

Inclui o montante dos imóveis, terrenos, mobiliário, veículos, equipamentos de informática e outras instalações de propriedade das instituições consolidadas ou adquiridos em regime de leasing financeiro. Os ativos serão classificados em função de seu destino em:

i. Imobilizado tangível para uso próprio

O imobilizado para uso próprio (que inclui, entre outros, os ativos tangíveis recebidos pelas instituições consolidadas para a liquidação, total ou parcial, de ativos financeiros que representam direito de cobrança perante terceiros e aqueles que provavelmente serão de uso continuado e próprio, assim como os que estão sendo adquiridos em regime de leasing financeiro) é apresentado a seu custo de aquisição, menos a amortização acumulada correspondente e, se for o caso, os prejuízos acumulados resultantes da comparação do valor líquido de cada item com o valor recuperável correspondente.

A amortização é calculada, aplicando-se o método linear, sobre o custo de aquisição dos ativos menos seu valor residual, entendendo que os terrenos sobre os quais se assentam os edifícios e outras construções têm vida indefinida e que, portanto, não são objeto de amortização.

As provisões anuais a título de amortização dos ativos tangíveis são realizadas em contrapartida na demonstração do resultado consolidada e, basicamente, equivalem às porcentagens de amortização seguintes (determinados em função dos anos de vida útil estimada, como média, dos diferentes itens):

	Porcentagem média anual
Edifícios para uso próprio	2,0%
Mobiliário	7,7%
Instalações	7,0%
Equipamentos de escritório e mecanização	25,0%
Remodelação de escritórios alugados	7,0%

Em cada encerramento contábil, as instituições consolidadas verificam se existem indícios de que o valor líquido dos elementos de seu ativo tangível excede o valor recuperável correspondente e, nesse caso, reduzem o valor contábil do ativo em questão até o valor recuperável e ajustam os encargos futuros a título de amortização em proporção ao valor contábil ajustado e à sua nova vida útil remanescente, se for preciso realizar outra estimativa.

Da mesma forma, quando existem indícios relativos à recuperação do valor de um ativo tangível, as instituições consolidadas registram a reversão do prejuízo por depreciação contabilizado em períodos anteriores e, Consequentemente, ajustam os encargos futuros a título de amortização. Em hipótese alguma a reversão do prejuízo por depreciação de um ativo pode resultar no aumento de seu valor contábil sobre aquele que teria se não houvesse prejuízo por depreciação reconhecido em exercícios anteriores.

Além disso, pelo menos no final do exercício, é feita a revisão da vida útil estimada dos elementos do imobilizado tangível de uso próprio, a fim de detectar alterações significativas que, se houver, serão ajustadas mediante a revisão correspondente dos encargos na demonstração do resultado consolidada de exercícios futuros da provisão para amortização em virtude das novas vidas úteis.

As despesas de conservação e manutenção dos ativos tangíveis para uso próprio são descontadas nos resultados do exercício em que são incorridos, uma vez que não aumentam a vida útil dos ativos.

ii. Investimentos imobiliários

A seção Investimentos imobiliários abrange os valores líquidos dos terrenos, edifícios e outras construções mantidos tanto para locação como para obter ganho de capital com sua venda, como consequência dos aumentos que venham a ocorrer no futuro em seus respectivos preços de mercado.

Os critérios aplicados para o reconhecimento do custo de aquisição dos investimentos imobiliários para amortização, para estimar suas respectivas vidas úteis e para registrar seus possíveis prejuízos por depreciação coincide com os descritos em relação aos ativos tangíveis para uso próprio.

Periodicamente, o Grupo determina o valor justo dos elementos de investimentos imobiliários de forma que, no encerramento do exercício, o valor justo reflita as condições de mercado dos elementos de propriedades de investimento nessa data. O valor justo é determinado anualmente tomando como valores de referência as avaliações realizadas por especialistas independentes. A metodologia empregada na obtenção do valor justo dos investimentos imobiliários é determinada em função da situação do ativo. Assim, para imóveis pendentes de locação, as avaliações são realizadas de acordo com o método de comparação, e para os imóveis em regime de locação, as avaliações são feitas principalmente de acordo com o método de atualização de aluguéis e, excepcionalmente, pelo método de comparação.

No método de comparação, entre outros aspectos, analisa-se o segmento do mercado imobiliário de comparáveis e, com base em informações concretas sobre transações reais e ofertas firmes, obtém-se os preços atuais de compra e venda à vista desses imóveis. As avaliações efetuadas com este método são consideradas como de Nível 2.

O método de atualização de aluguéis consiste na atualização dos fluxos de caixa estimados ao longo da vida útil do imóvel levando em consideração fatores que possam afetar a quantia e sua obtenção efetiva, tais como: (i) as cobranças que normalmente são feitas em imóveis comparáveis; (ii) a ocupação atual e a probabilidade de ocupação futura; (iii) a inadimplência atual ou previsível das cobranças. As avaliações efetuadas com este método são consideradas como de Nível 3, ao utilizar informações não observáveis, como a ocupação atual e a probabilidade de ocupação futura e/ou a inadimplência atual ou previsível das cobranças.

iii. Ativos cedidos em arrendamento operacional

A seção Ativos cedidos em arrendamento operacional inclui o valor dos ativos diferentes dos terrenos e edifícios que se encontram cedidos em arrendamento operacional.

Os critérios aplicados para o reconhecimento do custo de aquisição dos ativos cedidos em arrendamento operacional para amortização, para estimar suas respectivas vidas úteis e para registrar seus possíveis prejuízos por depreciação coincide com os descritos em relação aos ativos tangíveis para uso próprio.

I) Contabilização das operações de arrendamento (leasing)

i. Leasing financeiro

São consideradas operações de leasing financeiro aquelas em que, substancialmente, todos os riscos e vantagens que recaem sobre o bem objeto do leasing são transferidas ao arrendatário.

Quando as instituições consolidadas atuam como arrendadoras de um bem, a soma dos valores atuais dos montantes que receberão do arrendatário, incluindo o preço de exercício da opção de compra do arrendatário na finalização do contrato quando o preço de exercício seja suficientemente inferior ao valor justo do bem na data da opção, de modo que seja razoavelmente provável que a opção será exercitada, é registrada como um financiamento prestado a terceiros e, por conseguinte, é incluída no capítulo Empréstimos e recebíveis do balanço consolidado.

Quando as instituições consolidadas atuam como arrendatárias, apresentam o custo dos ativos arrendados no balanço consolidado, segundo a natureza do bem objeto do contrato e, simultaneamente, um passivo no mesmo valor (que será o menor do valor justo do bem arrendado ou da soma dos valores atuais das quantias a pagar ao arrendador mais, se for o caso, o preço de exercício da opção de compra). Estes ativos são amortizados utilizando critérios similares aos aplicados ao conjunto dos ativos tangíveis de uso próprio.

Em ambos os casos, as receitas e despesas financeiras com origem nesses contratos são creditadas e debitadas, respectivamente, na demonstração do resultado consolidada, nos capítulos Receitas de juros ou Despesas de juros, respectivamente, de forma que o rendimento se mantém constante ao longo da vida dos contratos.

ii. Leasing operacional

Nas operações de leasing operacional, a propriedade do bem arrendado, e substancialmente todos os riscos e vantagens que recaem sobre o bem, permanecem no arrendador.

Quando as instituições consolidadas atuam como arrendadoras, apresentam o custo de aquisição dos bens arrendados na seção Ativo tangível (Ver Nota 16). Estes ativos são amortizados de acordo com as políticas adotadas para os ativos tangíveis similares para uso próprio e as receitas procedentes dos contratos de leasing são reconhecidas na demonstração do resultado consolidada de forma linear, no capítulo Outras receitas operacionais.

Quando as instituições consolidadas atuam como arrendatárias, os gastos do arrendamento incluindo incentivos concedidos, se for o caso, pelo arrendador, são descontados linearmente nas demonstrações do resultado consolidadas, no capítulo Outras despesas gerais administrativas.

iii. Vendas com arrendamento posterior

No caso de vendas a seu valor justo com leasing operacional posterior, os resultados gerados são registrados no momento da venda. No caso de leasing financeiro posterior, os resultados gerados são amortizados durante o período de arrendamento.

De acordo com o estabelecido na NIC17, ao determinar se uma venda com arrendamento posterior resulta em um leasing operacional, deve-se analisar, entre outros aspectos, se no início do leasing existem opções de compra que, por suas condições, seja possível prever com certeza razoável, que estas serão exercitadas assim como sobre quem recairão os prejuízos ou lucros derivados das flutuações em valor justo do montante residual do ativo correspondente.

m) Ativo intangível

São ativos não monetários identificáveis (susceptíveis de serem separados de outros ativos), ainda que sem aparência física, que surgem como consequência de um negócio jurídico ou que foram desenvolvidos pelas instituições consolidadas. Somente são reconhecidos contabilmente aqueles cujo custo pode ser estimado de maneira confiável e dos quais instituições consolidadas estimam provavelmente obter rendimentos econômicos no futuro.

Os ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção e, posteriormente, são avaliados pelo custo menos, se for o caso, a amortização acumulada correspondente e os prejuízos por depreciação verificados.

i. Ágio

As diferenças positivas entre o custo das participações no capital das instituições consolidadas e daquelas avaliadas pelo método da participação com respeito aos valores teórico e contábeis correspondentes adquiridos, ajustados na data da primeira consolidação, são imputadas da seguinte forma:

- Se forem atribuíveis a elementos patrimoniais concretos das sociedades adquiridas, aumentando o valor dos ativos (ou reduzindo o dos passivos) cujos valores justos forem superiores (inferiores) aos valores líquidos contábeis com os que figuram nos balanços das instituições adquiridas.
- Se forem atribuíveis a ativos intangíveis concretos, reconhecendo-os explicitamente no balanço consolidado sempre que seu valor justo dentro dos doze meses seguintes à data de aquisição puder ser determinado de maneira confiável.
- As diferenças restantes são registradas como ágio, que se atribui a uma ou mais unidades geradoras de caixa (estas são o grupo identificável menor ativos que, como consequência de seu funcionamento continuado, gera fluxos de caixa a favor do Grupo, independentemente daqueles procedentes de outros ativos ou grupo de ativos). As unidades geradoras de caixa representam os segmentos geográficos e/ou de negócios do Grupo.

O ágio (que é registrado somente quando adquiridos a título oneroso) representa, por tanto, pagamentos antecipados realizados pela instituição adquirente dos rendimentos econômicos futuros derivados dos ativos da instituição adquirida que não sejam identificáveis e reconhecidos de forma individual e separada.

Em cada encerramento contábil ou quando existam indícios de depreciação, passa-se a avaliar a existência de alguma depreciação que reduza seu valor recuperável a um valor inferior ao custo líquido registrado e, em caso afirmativo, realiza-se o oportuno saneamento, utilizando-se como contrapartida a seção Prejuízos por depreciação de outros ativos - Ágio e outro ativo intangível da demonstração do resultado consolidada.

Os prejuízos por depreciação relacionados ao ágio não são objeto de reversão posterior.

ii. Outro ativo intangível

Esta seção inclui o valor dos ativos intangíveis identificáveis, entre outras categorias, as listas de clientes adquiridas e os programas de computador.

Podem ser de vida útil indefinida (quando, com base nas análises feitas de todos os fatores relevantes, conclui-se que não existe um limite previsível do período durante o qual se espera que gerem fluxos de caixa líquidos a favor das instituições consolidadas) ou de vida útil definida (nos demais casos).

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, no entanto, em cada encerramento contábil ou sempre que existam indícios de depreciação, as instituições consolidadas revisam as respectivas vidas úteis remanescentes para se certificarem de que estas continuam sendo indefinidas ou, caso contrário, tomar as devidas medidas.

Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados em função desta, aplicando-se critérios semelhantes aos adotados para a amortização dos ativos tangíveis.

Os descontos nas demonstrações do resultado consolidadas pela amortização desses ativos são registrados no capítulo Amortização da demonstração do resultado consolidada.

Em ambos os casos, as instituições consolidadas reconhecem contabilmente qualquer prejuízo que tenha ocorrido no valor registrado desses ativos decorrente de sua depreciação, utilizando-se como contrapartida a seção Prejuízos por depreciação de outros ativos (líquido) da demonstração do resultado consolidada. Os critérios para o reconhecimento dos prejuízos por depreciação desses ativos e, se for o caso, das recuperações dos prejuízos por depreciação registrados em exercícios anteriores são semelhantes aos aplicados para os ativos tangíveis (Ver Nota 2.k).

Programas de computador desenvolvidos pelo Grupo

Os programas de computador desenvolvidos internamente são reconhecidos como ativos intangíveis quando, entre outros requisitos (basicamente a capacidade de utilizá-los ou vendê-los), esses ativos podem ser identificados e pode-se demonstrar sua capacidade de gerar rendimentos econômicos no futuro.

Os gastos incorridos durante a fase de investigação são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado consolidada do exercício em que são incorridos, não sendo possível incluí-los posteriormente no valor contábil do ativo intangível.

n) Outros ativos

O capítulo Outros ativos inclui o valor dos ativos não registrados em outras seções, detalhado no balanço consolidado em:

- Existências: Inclui o valor dos ativos, distintos dos instrumentos financeiros, que são mantidos para venda no curso normal do negócio, estão em processo de produção, construção ou desenvolvimento para essa finalidade, ou que serão consumidos no processo de produção ou de prestação de serviços. Esta seção inclui os terrenos e demais propriedades mantidos para venda na atividade de promoção imobiliária.

As existências são avaliadas pelo menor valor entre seu custo e seu valor líquido realizável, que é o preço estimado de venda das existências no curso normal do negócio, menos os custos estimados para terminar a produção e os necessários para efetuar sua venda.

O valor de qualquer ajuste de avaliação das existências, tais como danos, obsolescência, redução do preço de venda até seu valor líquido realizável, assim como os prejuízos de outra natureza, é reconhecido como gasto do exercício em que ocorre a depreciação ou o prejuízo. As recuperações de valor posteriores são reconhecidas na demonstração do resultado consolidada do exercício em que ocorrem.

O valor contábil das existências é dado de baixa do balanço e é registrado como um gasto no período em que se reconhece a receita procedente de sua venda.

- Outros: Inclui o saldo de todas as contas de acumulação de ativo, exceto as que correspondam a rendimentos e comissões financeiras, o valor líquido da diferença entre as obrigações por planos de pensões e o valor dos ativos do plano com saldo favorável para a instituição quando se deva apresentar por líquido no balanço, assim como o valor dos outros ativos não incluídos em outras seções.

o) Outros passivos

O capítulo Outros de passivos inclui o saldo de todas as contas de acumulação de passivo, exceto as que correspondam a rendimentos e o valor dos outros passivos não incluídos em outras categorias.

p) Provisões e passivos (ativos) contingentes

Ao elaborar as demonstrações financeiras anuais das instituições consolidadas, os administradores do Banco diferenciam entre:

- Provisões: saldos credores que cobrem obrigações presentes na data do balanço decorrentes de incidentes passados, dos quais podem derivar prejuízos patrimoniais para as instituições consolidadas, que se consideram prováveis quanto à sua ocorrência, concretos quanto à sua natureza, mas indeterminados quanto ao valor e/ou momento de cancelamento.
- Passivos contingentes: obrigações possíveis decorrentes de incidentes passados, cuja materialização está condicionada a que ocorra, o não, um ou mais eventos futuros independentes da vontade das instituições consolidadas. Incluem as obrigações atuais das instituições consolidadas, cujo cancelamento provavelmente não origine uma diminuição de recursos que incluem rendimentos econômicos. O Grupo não deve realizar o reconhecimento contábil de uma obrigação de caráter contingente. Pelo contrário, deverá informar a obrigação nas demonstrações financeiras, exceto quando a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos tiver uma probabilidade remota.
- Ativos contingentes: ativos possíveis decorrentes de incidentes passados, cuja existência está condicionada e deve ser confirmada quando ocorram ou não eventos incertos que não estejam totalmente sob o controle do Grupo. Os ativos contingentes não são reconhecidos no balanço consolidado nem na demonstração do resultado consolidada, mas são informados no relatório desde que seja provável o aumento de recursos que inclua benefícios econômicos por essa razão.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo abrangem todas as provisões significativas em relação às quais se estima que a probabilidade de atender a obrigação é maior do que o contrário. Conforme a norma contábil, os passivos contingentes não devem ser registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, mas devem ser informados.

As provisões (que se quantificam levando em consideração as melhores informações disponíveis sobre as causas e consequências do incidente e são estimadas novamente em cada encerramento contábil) são utilizadas para enfrentar as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas, realizando-se sua reversão, total ou parcial, quando tais obrigações deixam de existir ou diminuem.

As provisões são classificadas em função das obrigações cobertas em (Ver Nota 25):

- Fundo para pensões e obrigações similares: Inclui o valor de todas as provisões constituídas para cobrir as remunerações pós-emprego, incluindo os compromissos assumidos com o pessoal com aposentadoria antecipada e obrigações similares.
- Compromissos e garantias concedidos: Inclui o valor das provisões constituídas para cobrir riscos contingentes, entendidos como operações em que a instituição garanta obrigações de terceiros, decorrentes de garantias financeiras concedidas ou outro tipo de contratos, e de compromissos contingentes, entendidos como compromissos irrevocáveis que podem ocasionar o reconhecimento de ativos financeiros.
- Provisões para obrigações legais, passivos contingentes e outras provisões: Inclui o valor das provisões constituídas para cobrir contingências de natureza fiscal, legal, litígios e as demais provisões constituídas pelas instituições consolidadas. Entre outras categorias, esta seção compreende as provisões por reestruturação e ações ambientais, se for o caso.

q) Processos judiciais e/ou reclamações em andamento

No encerramento do exercício, encontravam-se em andamento vários processos judiciais e reclamações contra as instituições consolidadas decorrentes do desenvolvimento habitual de suas atividades (Ver Nota 25).

r) Instrumentos de patrimônio próprio

São considerados instrumentos de patrimônio próprio aqueles que cumprem as seguintes condições:

- Não incluem nenhum tipo de obrigação para a instituição emissora que implique: (i) entregar numerário ou outro ativo financeiro a terceiros; ou (ii) intercambiar ativos financeiros ou passivos financeiros com terceiros em condições potencialmente desfavoráveis para a instituição.
- Se podem ser ou serão liquidados com os próprios instrumentos de patrimônio da instituição emissora: (i) no caso de um instrumento financeiro diferente de derivativos, não implicará a obrigação de entregar um número variável de seus próprios instrumentos de patrimônio; ou (ii) no caso de um derivativo, desde que seja liquidado por uma quantia fixa em numerário ou outro ativo financeiro, em troca de um número fixo de seus próprios instrumentos de patrimônio.

Os negócios realizados com instrumentos de patrimônio próprio, incluindo a emissão e amortização, são registrados diretamente contra o patrimônio líquido.

As alterações de valor dos instrumentos classificados como de capital próprio não serão registradas nas demonstrações financeiras; as contraprestações recebidas ou entregues em troca desses instrumentos serão incluídas ou deduzidas diretamente do patrimônio líquido, incluindo os cupons associados às participações preferentes contingentemente conversíveis em ações ordinárias e cupons associados às obrigações permanentes contingentemente amortizáveis.

s) Remunerações ao pessoal baseadas em instrumentos de patrimônio

A entrega, a funcionários, de instrumentos de patrimônio próprio como contraprestação pelos seus serviços quando esses instrumentos são entregues uma vez terminado um período específico de serviços, é reconhecida como uma despesa com serviços (com o correspondente aumento de patrimônio líquido) contanto que sejam prestados pelos funcionários durante o período citado. Na data da concessão, avaliam-se os serviços recebidos (e o correspondente aumento de patrimônio líquido) em valor justo dos instrumentos de patrimônio concedidos. Se os instrumentos de patrimônio concedidos forem consolidados imediatamente, o Grupo reconhece totalmente, na data da concessão, a despesa com os serviços recebidos.

Quando, entre os requisitos previstos no acordo de remuneração, existirem condições externas de mercado (por exemplo, quando a cotação dos instrumentos de patrimônio alcança um determinado nível), o valor que finalmente ficará registrado no patrimônio líquido dependerá do cumprimento dos demais requisitos por parte dos funcionários (normalmente requisitos de permanência), independentemente de que tenham satisfeito ou não as condições de mercado. Se os requisitos do acordo forem cumpridos mas as condições externas de mercado não são satisfeitas, os valores previamente reconhecidos no patrimônio líquido não são revertidos, inclusive quando os funcionários não exercerem seu direito a receber os instrumentos de patrimônio.

t) Reconhecimento de receitas e despesas

A seguir, resumimos os critérios mais significativos utilizados pelo Grupo para o reconhecimento de suas receitas e despesas:

i. Receitas e despesas por remunerações e categorias similares

Em geral, as receitas e despesas por remunerações e categorias similares são reconhecidas contabilmente em função do período de pagamento, aplicando-se o método de taxa de juros efetiva. Os dividendos recebidos de outras sociedades são reconhecidos como receita a partir do momento em que as instituições consolidadas têm direito a recebê-los.

ii. Comissões, honorários e categorias similares

Estas receitas e despesas são reconhecidas na demonstração do resultado consolidada com critérios distintos, de acordo com a natureza. Os mais significativos são:

- Os vinculados a ativos e passivos financeiros avaliados em valor justo com alterações em lucros e prejuízos são reconhecidos no momento do pagamento.
- Os que se originam em transações ou serviços que se prolongam ao longo do tempo, durante a vida de tais transações ou serviços.
- Os que respondem a um evento singular, no momento em que ocorre o evento que os origina.

iii. Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas contabilmente de acordo com o critério acumulativo.

iv. Recebimentos e pagamentos diferidos no tempo

São reconhecidos contabilmente pelo valor resultante de atualizar financeiramente os fluxos de caixa previstos de acordo com as taxas de mercado.

v. Comissões na formalização de empréstimos

As comissões financeiras que surgem na formalização de empréstimos, principalmente as comissões de abertura, estudo e informação, são acumuladas e registradas nos resultados ao longo da vida do empréstimo. No caso das comissões de abertura, são registradas imediatamente na demonstração do resultado a parte correspondente aos custos diretos relacionados incorridos na formalização de tais operações.

u) Garantias financeiras

São consideradas garantias financeiras os contratos pelos quais uma instituição se obriga a pagar quantias concretas por conta de terceiros caso estes não o façam; independentemente da forma em que a obrigação estiver formulada: fiança, aval financeiro, contrato de seguro ou derivativo de crédito.

No momento do registro inicial, o Grupo contabiliza as garantias financeiras prestadas no passivo do balanço consolidado em seu valor justo, o qual, geralmente, equivale ao valor atual das comissões e rendimentos a receber por tais contratos ao longo de sua duração tendo como contrapartida o valor das comissões e rendimentos similares cobrados no início das operações e um crédito no ativo do balanço consolidado no valor atual das comissões e rendimentos pendentes de recebimento.

As garantias financeiras, independentemente de seu titular, instrumentação ou outras circunstâncias, são analisadas periodicamente com o objetivo de determinar o risco de crédito a que estão expostas e, se for o caso, estimar a necessidade de constituir provisão, que se determina com a utilização de critérios similares aos estabelecidos para quantificar os prejuízos por perdas verificados pelos instrumentos de dívida avaliados pelo seu custo amortizado, conforme explicado na seção g) anterior.

As provisões constituídas sobre estas operações são contabilizadas na seção Provisões - Provisões para riscos e compromissos contingentes do passivo do balanço consolidado (Ver Nota 25). O aprovisionamento e recuperação dessas provisões são registrados em contrapartida no capítulo Provisões ou reversão de provisões da demonstração do resultado consolidada.

Se for necessário constituir uma provisão específica por garantias financeiras, as correspondentes comissões pendentes de pagamento que se encontram registradas na seção Passivos financeiros a custo amortizado - Outros passivos financeiros do passivo do balanço consolidado são reclassificadas na provisão correspondente.

v) Patrimônios administrados e Fundos de investimento e de pensões administrados pelo Grupo

Os patrimônios gerenciados pelas sociedades consolidadas que são propriedade de terceiros não são incluídos no balanço consolidado. As comissões geradas por esta atividade são incluídas no saldo do capítulo Receitas de comissões da demonstração do resultado consolidada.

Os fundos de investimento e os fundos de pensões gerenciados pelas sociedades consolidadas não estão registrados no balanço consolidado do Grupo, pois seu patrimônio é propriedade de terceiros. As comissões acumuladas no exercício em razão dos diversos serviços prestados a estes fundos pelas sociedades do Grupo (serviços de gestão de patrimônios e depósito de carteiras) estão registradas no capítulo Receitas de comissões da demonstração do resultado consolidada.

Na Nota 2.b.iv são descritos os critérios e procedimentos internos para determinar se existe controle sobre as instituições estruturadas, entre as quais se encontram os fundos de investimento e os fundos de pensões.

w) Remunerações pós-emprego

Em conformidade com os acordos coletivos de trabalho vigentes e outros acordos, os bancos espanhóis pertencentes ao Grupo e algumas das demais instituições consolidadas (nacionais e estrangeiras) têm assumido o compromisso de complementar os benefícios dos sistemas públicos que correspondam a determinados funcionários e a seus sucessores nos casos de aposentadoria, incapacidade permanente ou falecimento e o atendimento social pós-emprego.

Os compromissos pós-emprego mantidos pelo Grupo com seus funcionários são considerados compromissos de prestação definida, quando se fazem contribuições de caráter predeterminado (registradas no capítulo Despesas de pessoal da demonstração do resultado consolidada) a uma instituição separada, sem ter obrigação legal nem efetiva de efetuar contribuições adicionais se a instituição separada não pudesse pagar as remunerações aos funcionários relativas aos serviços prestados no exercício atual e nos anteriores. Os compromissos pós-emprego que não cumprirem as condições anteriores são considerados como compromissos de benefício definido (Ver Nota 25).

Planos de contribuição definida

As contribuições efetuadas nesta categoria em cada exercício são registradas no capítulo Gastos de Pessoal da demonstração do resultado consolidada. As quantias pendentes de contribuição no encerramento de cada exercício são registradas, em seu valor atual, na seção Provisões - Aposentadorias e outras obrigações de prestações definidas pós-emprego.

Planos de benefício definido

O Grupo registra na seção Provisões - Pensões e outras obrigações similares de prestações definidas pós-emprego do passivo do balanço consolidado (ou no ativo, na seção Outros ativos, dependendo do sinal da diferença) o valor atual dos compromissos pós-emprego de benefício definido, líquidos do valor justo dos ativos do plano.

São considerados ativos do plano aqueles com os quais se liquidarão diretamente as obrigações e reúnem as seguintes condições:

- Não são propriedade das instituições consolidadas, mas sim de um terceiro separado legalmente e sem o caráter de parte vinculada ao Grupo.
- Somente estão disponíveis para pagar ou financiar remunerações pós-emprego e não podem retornar às instituições consolidadas, salvo quando os ativos que restam nesse plano são suficientes para cumprir todas as obrigações do plano ou da instituição relativas aos benefícios dos funcionários atuais ou passados ou para reembolsar os benefícios dos funcionários já pagos pelo Grupo.

Se o Grupo puder exigir das seguradoras o pagamento de uma parte ou da totalidade do desembolso requerido para cancelar uma obrigação por benefício definido, resultando praticamente certo que tal seguradora irá reembolsar algum ou todos os desembolsos exigidos para cancelar essa obrigação, mas a apólice de seguro não cumpre as condições para ser um ativo do plano, o Grupo registra seu direito ao reembolso no ativo do balanço consolidado no capítulo Contratos de seguros vinculados a pensões que, nos demais aspectos, é considerado como um ativo do plano.

O Grupo reconhecerá na demonstração do resultado os seguintes componentes:

- O custo dos serviços do período atual (entendido como o aumento do valor atual das obrigações decorrentes dos serviços prestados pelos funcionários no exercício) é reconhecido no capítulo Despesas de pessoal.
- O custo dos serviços passados, derivado de modificações introduzidas nas remunerações pós-emprego já existentes ou na introdução de novos benefícios incluindo o custo de reduções, é reconhecido no capítulo Provisões ou reversão de provisões.
- Os lucros ou prejuízos que surjam de uma liquidação no plano são registrados no capítulo Provisões ou reversão de provisões.
- Os juros líquidos sobre o passivo (ativo) líquido de compromissos de benefício definido - entendido como a alteração durante o exercício no passivo (ativo) líquido por benefícios definidos que surgirem com o passar do tempo -, são reconhecidos no capítulo Despesas de juros (Receitas de juros no caso de resultarem em receita) da demonstração do resultado consolidada.
- A reavaliação do passivo (ativo) líquido por prestações definidas é se reconhecida no capítulo relativo ao patrimônio Outro resultado global acumulado e inclui:
 - Os lucros e prejuízos atuariais gerados no exercício, decorrentes das diferenças entre premissas atuariais prévias e a realidade nas alterações nas premissas atuariais utilizadas.
 - O rendimento dos ativos afetados pelo plano, excluindo as quantias incluídas nos juros líquidos sobre o passivo (ativo) por prestações definidas.
 - Qualquer alteração nos efeitos do limite do ativo, excluindo as quantias incluídas nos juros líquidos sobre o passivo (ativo) por prestações definidas.

x) Outras remunerações a longo prazo

As outras remunerações a longo prazo, entendidas como os compromissos assumidos com o pessoal com aposentadoria antecipada (aqueles que deixaram de prestar serviços mas que, por não estarem legalmente aposentados, ainda têm direitos econômicos frente à instituição até que passem à situação legal de aposentados), os prêmios de antiguidade, os compromissos por viuvez e invalidez anteriores à aposentadoria que dependam da antiguidade do funcionário na instituição e outras categorias similares são registrados contabilmente, conforme aplicável, de acordo com o estabelecido anteriormente para os planos pós-emprego de benefícios definidos, exceto os lucros e prejuízos atuariais, que são reconhecidos no capítulo "Provisões ou reversão de provisões" da demonstração do resultado consolidada (Ver Nota 25).

y) Indenizações por rescisão

As indenizações por rescisão são registradas quando se dispõe de um plano formal e detalhado em que se identificam as modificações fundamentais a realizar, e sempre que esse plano tenha começado a ser executado ou que suas principais características tenham sido anunciadas publicamente, ou que se divulguem fatos objetivos sobre sua execução.

z) Imposto sobre rendimentos

As despesas com o imposto de renda espanhol e os impostos similares aplicáveis às instituições estrangeiras consolidadas são reconhecidas na demonstração do resultado consolidada, exceto quando sejam consequência de uma transação cujos resultados são registrados diretamente no patrimônio líquido e, nesse caso, o efeito fiscal correspondente é registrado no patrimônio.

As despesas com o imposto sobre rendimentos do exercício são calculadas mediante a soma do imposto atual que resulta da aplicação do tipo de gravame correspondente sobre o valor tributável do exercício (depois de aplicar as deduções admissíveis fiscalmente) e da variação dos ativos e passivos por impostos diferidos que sejam reconhecidos na demonstração do resultado consolidada.

Os ativos e passivos por impostos diferidos incluem as diferenças temporárias identificadas como os valores previstos como devido ou recuperáveis pelas diferenças entre o valor contábil dos elementos patrimoniais e suas correspondentes bases fiscais (valor fiscal), assim como os valores tributáveis negativos pendentes de compensação e os créditos por deduções fiscais não aplicadas fiscalmente. Tais valores são registrados aplicando a diferença temporária que corresponda ao tipo de gravame com que se espera recuperar ou liquidar.

O capítulo Ativos por impostos inclui o valor de todos os ativos de natureza fiscal, diferenciando-se entre: atuais (valores a recuperar por impostos nos próximos doze meses) e diferidos (engloba os valores dos impostos a recuperar em exercícios futuros, incluindo os derivados de valores tributáveis negativos ou de créditos por deduções ou bonificações fiscais pendentes de compensação).

O capítulo Passivos por impostos inclui o valor de todos os passivos de natureza fiscal, exceto as provisões por impostos, que se dividem em: atuais (abrange o valor a pagar pelo imposto sobre rendimentos relativo ao lucro fiscal do exercício e outros impostos nos próximos doze meses) e diferidos (compreende o valor dos impostos sobre rendimentos a pagar em exercícios futuros).

Os passivos por impostos diferidos nos casos de diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em instituições dependentes, associadas ou participações em negócios conjuntos, são reconhecidos exceto quando o Grupo é capaz de controlar o momento de reversão da diferença temporária e que, além disso, provavelmente não se reverterá em um futuro previsível.

Por sua vez, os ativos por impostos diferidos, identificados como diferenças temporárias, somente são reconhecidos caso se considere provável que as instituições consolidadas terão, no futuro, suficientes lucros fiscais que possam tornar efetivos e não procedam do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afeta nem o resultado fiscal nem o resultado contábil. Os outros ativos por impostos diferidos (valores tributáveis negativos e deduções pendentes de compensar) somente são reconhecidos caso se considere provável que as instituições consolidadas terão, no futuro, suficientes lucros fiscais que possam tornar efetivos.

As receitas ou despesas registradas diretamente no patrimônio são contabilizadas como diferenças temporárias.

No encerramento contábil realiza-se a revisão dos impostos diferidos, tanto ativos como passivos, para verificar se é necessário efetuar modificações de acordo com os resultados das análises.

aa) Prazos residuais das operações e taxas de juros médias

Na Nota 51, são fornecidas informações sobre os vencimentos dos itens que compõem os saldos de determinadas seções do balanço consolidado assim como as taxas de juros médias no encerramento do exercício.

ab) Demonstração do resultado abrangente consolidada

Apresentamos as receitas e despesas geradas pelo Grupo como consequência de sua atividade no exercício, distinguindo entre aqueles registrados como resultados na demonstração do resultado consolidada do exercício e as outras receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido consolidado.

Portanto, nesta demonstração apresentamos:

- a. O resultado consolidado do exercício.
- b. O valor líquido das receitas e despesas reconhecidas como Outro resultado global acumulado no patrimônio líquido que não será reclassificado a resultados.
- c. O valor líquido das receitas e despesas reconhecidas no patrimônio líquido que pode ser reclassificado a resultados.
- d. O imposto sobre os ganhos acumulados nas categorias indicadas nas letras b) e c) anteriores, salvo para os ajustes em outro resultado global derivados de participações em empresas associadas ou coligadas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, que são apresentados em valores líquidos.
- e. O total de receitas e despesas consolidadas reconhecidas, calculados como a soma das letras anteriores, mostrando separadamente o valor atribuído à Controladora e o correspondente à Participação de acionistas não controladores (participações não controladores).

O valor das receitas e despesas correspondente a Ativos não correntes e grupos alienáveis de itens mantidos para venda registrados diretamente contra o patrimônio líquido é apresentado nesta demonstração, independentemente de sua natureza, na rubrica Participação em outras receitas e despesas reconhecidas dos investimentos em negócios conjuntos e associadas.

Esta demonstração apresenta separadamente os itens de acordo com sua natureza, agrupando-os em itens que, de acordo com as normas contábeis aplicáveis, não serão reclassificados posteriormente a resultados e aqueles que serão reclassificados posteriormente a resultados ao cumprirem os requisitos que estabeleçam as normas contábeis correspondentes.

ac) Demonstrações totais de mutações no patrimônio líquido

Apresentamos todas as movimentações ocorridas no patrimônio líquido, incluindo aquelas decorrentes de alterações nos critérios contábeis e em correções de erros. Esta demonstração mostra, portanto, uma conciliação do valor contábil no início e no final do exercício de todos os itens que compõem o patrimônio líquido consolidado, agrupando as movimentações ocorridas em função de sua natureza nos itens a seguir:

- a. Ajustes por alterações em critérios contábeis e correções de erros: inclui as alterações no patrimônio líquido consolidado decorrentes da reexpressão retroativa dos saldos das demonstrações do resultado distinguindo os que se originam em alterações em critérios contábeis dos que correspondem à correção de erros.

- b. Receitas e despesas reconhecidas no exercício: abrange, de maneira agregada, o total dos itens registrados na demonstração de Receitas e despesas reconhecidas anteriormente indicadas.
- c. Outras variações no patrimônio líquido: abrange os outros itens registrados no patrimônio líquido consolidado, como aumentos ou reduções de capital, distribuição de resultados, operações com instrumentos de patrimônio próprios, pagamentos com instrumentos de patrimônio, transferências entre itens do patrimônio líquido e qualquer outro aumento ou diminuição do patrimônio líquido consolidado.

ad) Demonstrações de fluxo de caixa consolidadas

Nas demonstrações de fluxo de caixa consolidadas, as seguintes expressões são utilizadas com o sentido indicado abaixo:

- Fluxos de caixa: entradas e saídas de montantes em espécie e de seus equivalentes; sendo estes entendidos como os investimentos a curto prazo de liquidez elevada e baixo risco de alterações em seu valor, independentemente da carteira em que estejam classificados.

O Grupo considera como caixa ou equivalentes de caixa os saldos registrados nas contas Caixa, saldos em Caixa em Bancos Centrais e Outros Depósitos à vista do balanço consolidado.

- Atividades operacionais: atividades típicas das instituições de crédito, assim como outras atividades que não podem ser classificadas como de investimento ou de financiamento.
- Atividades de investimento: as de aquisição, alienação ou transferência por outros meios de ativos a longo prazo e outros investimentos não incluídos no caixa e seus equivalentes.
- Atividades de financiamento: atividades que provocam alterações no tamanho e na composição do patrimônio líquido e dos passivos que não fazem parte das atividades operacionais.

Em relação aos fluxos de caixa correspondentes aos juros recebidos e pagos, cabe destacar que não existem diferenças significativas entre aqueles e os registrados na demonstração do resultado, motivo pelo qual não são detalhados separadamente nas demonstrações de fluxo de caixa consolidadas; exceto os correspondentes aos passivos de fluxos de caixa das atividades de financiamento que, embora não sendo significativos, foram divulgados na Nota 23.b.

Além disso, os dividendos recebidos e entregues pelo Grupo são detalhados nas notas 4, 28 e 40, incluindo os dividendos satisfeitos à Participação de acionistas não controladores (participações de não controladores).

3. Grupo Santander

a) Banco Santander, S.A. e estrutura internacional do Grupo

O crescimento verificado no Grupo nas últimas décadas fez com que o Banco também atue, na prática, como uma instituição detentora de ações das diversas sociedades que compõem o Grupo, sendo os resultados do Banco cada vez menos representativos da evolução dos resultados do Grupo. Por esta razão, o Banco determina em cada exercício a quantia dos dividendos a distribuir a seus acionistas em função dos resultados obtidos em nível consolidado, levando em consideração a continuidade dos tradicionais altos níveis de capitalização do Grupo e que a gestão das operações tanto do Banco como do resto do Grupo seja efetuada com bases consolidadas (independentemente de imputar a cada sociedade o efeito patrimonial correspondente).

No âmbito internacional, os diferentes bancos e as demais sociedades dependentes, coligadas e associadas do Grupo estão integrados em uma estrutura formada por diversas sociedades detentoras de ações que, em última análise, são titulares das ações dos bancos e filiais no exterior.

Esta estrutura, totalmente controlada pelo Banco, tem como objetivo a otimização estratégica, econômico-financeira e fiscal da organização internacional, uma vez que permite definir as unidades mais adequadas em cada caso, para realizar operações de aquisição, venda ou participação em outras instituições internacionais, a modalidade de financiamento mais conveniente para essas operações e o canal mais adequado para transferir os lucros obtidos pelas distintas unidades operacionais do Grupo para a Espanha.

Nos anexos, são fornecidas informações relevantes sobre as empresas do Grupo que consolidam e sobre as avaliadas pelo método da participação.

b) Aquisições e vendas

A seguir, apresentamos um resumo das aquisições e vendas mais representativas de participações no capital de outras instituições, assim como outras operações societárias relevantes no Grupo nos três últimos exercícios:

i. Aquisição do Banco Popular Español, S.A.

Em 7 de junho de 2017 (a data de aquisição), o Grupo, como parte de sua estratégia de crescimento nos mercados onde está presente, adquiriu 100% do capital social do Banco Popular Español, S.A. (Banco Popular) no âmbito do esquema de resolução adotado pela Assembleia Única de Resolução ("SRB") e executado pelo FROB, a autoridade de resolução executiva espanhola, em conformidade com o Regulamento (UE) 806/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de julho, a Diretiva 2014/59/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014 e a Lei 11/2015, de 18 de junho, de recuperação e resolução de entidades de crédito e empresas de serviços de investimento.

No âmbito da execução de tal resolução:

- A totalidade das ações do Banco Popular em circulação no encerramento de 7 de junho de 2017 e das ações resultantes da conversão dos instrumentos de capital regulatório Additional Tier 1 emitidos pelo Banco Popular foi convertida em reservas indisponíveis.
- A totalidade dos instrumentos de capital regulatório Tier 2 emitidos pelo Banco Popular em ações do Banco Popular, todas as quais foram adquiridas pelo Banco Santander pelo preço de um euro.

A operação foi autorizada pelas diferentes autoridades reguladoras e de defesa de competência competentes nas jurisdições em que o Banco Popular tinha presença, encontrando-se pendente nesta data apenas a autorização regulatória relativa à aquisição indireta de algumas das filiais do Banco Popular domiciliadas nos Estados Unidos.

De acordo com a NIIF 3, o Grupo avaliou os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos a valor justo. Esse valor justo é provisório, de acordo com a norma aplicável, devido ao período transcorrido desde transação e à complexidade da sua avaliação. O detalhamento desse valor justo provisório dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos na data da combinação de negócios é o seguinte:

7 de junho de 2017	Milhões de euros
Caixa e depósitos em bancos centrais	1.861
Ativos financeiros disponíveis para venda	18.974
Depósitos em entidades de crédito	2.971
Clientes (*)	82.057
Investimentos em negócios conjuntos e coligadas	1.815
Ativo intangível (*)	133
Ativos de impostos (*)	3.945
Ativos não correntes mantidos para venda (*)	6.531
Outros ativos	6.259
Total do Ativo	124.546
Depósitos em bancos centrais	28.845
Depósitos de entidades de crédito	14.094
Depósitos de clientes	62.270
Débitos representados por títulos negociáveis e outros passivos financeiros	12.919
Provisões (***)	1.816
Outros passivos	4.850
Total do Passivo (**)	124.794
Valor dos ativos/(passivos) líquidos	(248)
Custo da combinação de negócios	-
Ágio	248

7 de junho de 2017	Milhões de reais
Caixa e depósitos em bancos centrais	6.996
Ativos financeiros disponíveis para venda	71.343
Depósitos em entidades de crédito	11.171
Clientes (*)	308.534
Investimentos em negócios conjuntos e coligadas	6.823
Ativo intangível (*)	500
Ativos de impostos (*)	14.833
Ativos não correntes mantidos para venda (*)	24.557
Outros ativos	23.534
Total do Ativo	468.291
Depósitos em bancos centrais	108.457
Depósitos de entidades de crédito	52.993
Depósitos de clientes	234.135
Débitos representados por títulos negociáveis e outros passivos financeiros	48.575
Provisões (***)	6.828
Outros passivos	18.237
Total do Passivo (**)	469.224
Valor dos ativos/(passivos) líquidos	(933)
Custo da combinação de negócios	-
Ágio	933

- (*) Os principais ajustes provisórios de valor justo são os seguintes (em milhões de euros):
- Clientes: para estimar o valor justo, foram consideradas perdas por um montante aproximado de 3.239 milhões de euros (12.179 milhões de reais), considerando, entre outros, o processo de vendas realizado pelo Banco.
 - Ativos não correntes à venda: a avaliação, considerando o processo de venda iniciado pelo Banco, resultou em uma redução de valor de 3.806 milhões de euros (14.311 milhões de reais), aproximadamente.
 - Ativos intangíveis: Inclui reduções de valor no montante aproximado de 2.469 milhões de euros (9.283 milhões de reais), incluídos, principalmente, na seção "Ativos intangíveis - Ágio".
 - Ativos por impostos: corresponde, principalmente, à redução de valor de valores tributáveis negativos e deduções, em um montante aproximado de 1.711 milhão de euros (6.433 milhões de reais).
- (**) Depois da análise e da conversão da dívida subordinada, a melhor estimativa disponível é que não existe um impacto significativo entre o valor justo e o valor contabilizado dos passivos financeiros.
- (***) Como consequência da resolução do Banco Popular Español, S.A. e de acordo com as informações disponíveis até o momento, inclui-se o custo estimado de 680 milhões de euros (2.557 milhões de reais) por potenciais compensações aos acionistas do Banco Popular Español, S.A., dos quais 535 milhões de euros (1.923 milhões de reais) foram aplicados na atividade de fidelização. (Ver Nota 1.h).

O ágio surge porque o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é inferior ao total da contraprestação paga na aquisição. Esse fundo corresponde ao negócio comercial na Espanha. Os ajustes provisionais do valor justo se basearam, entre outros, em diferentes metodologias e processos de avaliação comumente aceitos no mercado para carteiras de crédito e imobiliárias, bem como para investimentos financeiros.

Em cumprimento das normas contábeis vigentes, e de acordo com o parágrafo 45 da NIIF 3, “Combinações de negócios”, a entidade adquirente tem o prazo de um ano a partir da data de aquisição para realizar a avaliação da combinação de negócios e a colocação a valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. Neste sentido, as avaliações realizadas pelo Grupo são a melhor estimativa disponível na data de elaboração das presentes demonstrações financeiras consolidadas, pelo que têm caráter provisório e não podem ser consideradas definitivas. Contudo, o Grupo não espera que existam mudanças significativas no montante até a finalização do prazo de que dispõe para considerar a avaliação como definitiva. Além disso, desde a data de aquisição até 31 de dezembro de 2017 não ocorreram mudanças significativas no valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nesta combinação de negócios.

O montante aportado por este negócio ao lucro líquido atribuído do Grupo desde a data de aquisição, e o impacto no lucro líquido atribuído obtido pelo Grupo, resultante da operação se a transação fosse realizada em 1 de janeiro de 2017, não são materiais.

ii. Acordo de venda do negócio imobiliário do Banco Popular

Em relação aos negócios imobiliários do Banco Popular, em 8 de agosto de 2017 o Banco Santander comunicou a operação entre o Banco Popular e o fundo Blackstone relativa à aquisição pelo fundo de 51%, e portanto do controle, do citado negócio imobiliário integrado pela carteira de imóveis adjudicados, créditos duvidosos procedentes do setor imobiliário e outros ativos relacionados com esta atividade do Banco Popular e suas agências (incluindo ativos fiscais diferidos) registrados em determinadas datas concretas (31 de março ou 30 de abril de 2017).

O acordo foi celebrado depois que a Comissão Europeia autorizou sem impor restrições a aquisição do Banco Popular pelo Banco Santander para fins do direito da concorrência.

O fechamento da operação resultará na criação de uma sociedade em que o Banco Popular transferirá para o negócio constituído pelos ativos indicados 100% do capital da Aliseda Servicios de Gestión Inmobiliaria, S.L. (“Aliseda”) e outras sociedades filiais consideradas na operação. A avaliação atribuída aos ativos na Espanha (imóveis, créditos e ativos fiscais, sem incluir a Aliseda e o restante de sociedades filiais) é de aproximadamente 10.000 milhões de euros (39.730 milhões de reais) e fica sujeita à sua determinação final em função do volume de ativos remanescente na data do fechamento e da integração da Aliseda e das outras sociedades filiais. A gestão do patrimônio integrado na sociedade conjunta estará atribuída desde o fechamento à Blackstone.

A operação está submetida à obtenção das autorizações regulatórias pertinentes e de outras condições usuais neste tipo de transações, o mais tardar em 30 de março de 2018, estimando-se que essas autorizações e condições sejam obtidas e estejam cumpridas até essa data, encerrando-se no primeiro trimestre de 2018.

Em 31 de dezembro de 2017, de acordo com a NIIF 5, os ativos relacionados com esta transação foram classificados no título Ativos não correntes e grupos inalienáveis de elementos classificados como mantidos para a venda. Os resultados gerados por tais ativos durante o exercício 2017 não têm um impacto material na conta de resultados do Grupo. Uma vez obtidas as autorizações regulatórias pertinentes, a operação implicará a baixa desses ativos do balanço do Grupo, sem impacto material na conta de resultados.

iii. Aquisição da participação da DDFS LLC na Santander Consumer USA Holdings Inc. (SCUSA)

Em 2 de julho de 2015, o Grupo comunicou que havia alcançado um acordo para comprar a participação de 9,65% detida pela DDFS LLC na SCUSA.

Em 15 de novembro de 2017, depois de terem sido acordadas algumas modificações no contrato original e de terem sido obtidas as autorizações regulatórias pertinentes, o Grupo completou a aquisição dos ditos 9,65% das ações da SCUSA pelo valor total de 942 milhões de dólares (800 milhões de euros ou 2.875 milhões de reais), que implicam uma diminuição de 492 milhões de euros (1.904 milhões de reais) no saldo de juros minoritários e uma redução no item de Outras reservas no montante de 307 milhões de euros (1.185 milhões de reais). Após esta operação, a participação do Grupo na SCUSA sobe para 68,12% aproximadamente.

iv. Acordo relativo à Santander Asset Management

a) Aquisição de 50% do Santander Asset Management

Em 16 de novembro de 2016, após a desistência - acordada em 27 de julho de 2016 com o Grupo Unicredit - do projeto de integração da Santander Asset Management e da Pioneer Investments, o Grupo comunicou que havia alcançado um acordo com a Warburg Pincus ("WP") e a General Atlantic ("GA") pelo qual o Santander adquiriu dessas instituições, em 22 de dezembro de 2017, sua participação de 50% no Santander Asset Management.

O Grupo Santander desembolsou a quantia total de 545 milhões de euros (1.959 milhões de reais) e assumiu um financiamento de 439 milhões de euros, gerando a combinação de negócios um ágio de 1.173 milhões de euros (4.660 milhões de reais) e 320 milhões de euros (1.271 milhões de reais) de "ativos intangíveis – contratos e relações com clientes" identificados na atribuição preliminar do preço, sem existirem outros ajustes de valor nos ativos líquidos do negócio. Mesmo assim, a avaliação de mercado da participação prévia mantida não teve impacto material na conta de resultados do Grupo.

Considerando que a atividade principal do negócio é a gestão de ativos, o grosso dessa se registra fora do balanço. Os principais ativos líquidos adquiridos, adicionais aos ativos intangíveis previamente mencionados, são depósitos líquidos em instituições de crédito (181 milhões de euros - 719 milhões de reais) e ativos fiscais líquidos (176 milhões de euros - 699 milhões de reais). Dada sua natureza, o valor justo dos mesmos não difere do valor contábil registrado nos livros das empresas.

Em cumprimento das normas contábeis vigentes, e de acordo com o parágrafo 45 da NIIF 3, "Combinações de negócios", a entidade adquirente tem o prazo de um ano a partir da data de aquisição para realizar a avaliação da combinação de negócios e a colocação a valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. Neste sentido, as avaliações realizadas pelo Grupo são a melhor estimativa disponível na data de elaboração das presentes demonstrações financeiras consolidadas, pelo que têm caráter provisório e não podem ser consideradas definitivas. Contudo, o Grupo não espera que existam mudanças significativas no montante até a finalização do prazo de que dispõe para considerar a avaliação como definitiva.

O valor aportado por este negócio às receitas e ao lucro líquido atribuído do Grupo, tanto desde data de aquisição, quanto como se a transação tivesse sido realizada em 1 de janeiro de 2017, não é material.

b) Venda da participação no Allfunds Bank

Como parte da operação de aquisição de 50% do Santander Asset Management que não eram propriedade do Grupo Santander, o Santander, a WP e a GA concordaram em explorar várias alternativas para a venda de sua participação no Allfunds Bank, S.A. ("Allfunds Bank"), incluindo uma possível venda ou uma saída da Bolsa. Neste sentido, em 7 de março de 2017, o Banco anunciou que, junto com seus sócios no Allfunds Bank, havia alcançado um acordo para a venda de 100% do Allfunds Bank para fundos afiliados com o Hellman & Friedman, um fundo de capital de risco líder, e o GIC, fundo soberano de Singapura.

Em 21 de novembro de 2017 passado, o Grupo comunicou que havia fechado a venda, pelo Banco e seus sócios, de 100% do capital do Allfunds Bank, obtendo pela venda de sua participação de 25% no Allfunds Bank a quantia de 501 milhões de euros (1.801 milhões de reais), o que representa um lucro líquido de impostos de 297 milhões de euros (1.067 milhões de reais), que foi lançado por seu valor bruto na partida de ganhos ou perdas ao dar baixa em contas de ativos não financeiros e participações - líquidas - da conta de resultados.

v. Acordo com o Banque PSA Finance

O Grupo, por meio de sua subsidiária Santander Consumer Finance, S.A. e do Banque PSA Finance (unidade de financiamento de veículos do Grupo PSA Peugeot Citroën) firmou, em 2014, um acordo para desenvolver o negócio de financiamento de veículos e seguros em doze países europeus. Segundo as condições do acordo, o Grupo financiará tal negócio em determinadas circunstâncias e condições.

Em janeiro de 2015, foram obtidas as autorizações regulatórias correspondentes para o início das atividades na França e no Reino Unido e, assim, em 2 e 3 de fevereiro de 2015, o Grupo adquiriu 50% da Société Financière de Banque - SOFIB (atualmente PSA Banque France) e da PSA Finance UK Limited por 462 e 148 milhões de euros (1.391 e 445 milhões de reais), respectivamente.

Na data de 1 de maio, foram constituídas a PSA Insurance Europe Limited e a PSA Life Insurance Europe Limited (ambas são seguradoras com domicílio social em Malta) nas quais o grupo aporta 50% do capital no valor de 23 milhões de euros (79 milhões de reais). Em 3 de agosto de 2015, foram adquiridos 100% da PSA Gestão - Comércio e Aluguer de Veículos, S.A. (atualmente Santander Consumer Services, S.A. e com sede social em Portugal) e a carteira de empréstimos da filial do Banque PSA Finance em Portugal por 10 e 25 milhões de euros (38 e 95 milhões de reais), respectivamente. Em 1 de outubro de 2015, foi constituída a PSA Financial Services Spain, E.F.C., S.A. (empresa com domicílio social na Espanha), para a qual o Grupo aportou 181 milhões de euros (797 milhões de reais), o que representava 50% do capital (empresa que, por sua vez, ostenta 100% do capital da PSA Finance Suisse S.A., empresa com sede social na Suíça).

No exercício de 2016, foram obtidas dos reguladores as autorizações oportunas para iniciar as atividades nas outras áreas geográficas abrangidas pelo acordo-quadro (Itália, Holanda, Áustria, Bélgica, Alemanha, Brasil e Polónia). Em 2016, o desembolso do Grupo chegou a 464 milhões de euros (1.775 milhões de reais) para alcançar uma participação de 50% do capital de todas as estruturas criadas em cada área geográfica, com exceção da PSA Finance Arrendamento Mercantil S.A (atualmente Santander Finance Arredamiento Mercanti S.A.), em que foram adquiridos 100% do capital.

Durante 2016, os novos negócios adquiridos aportaram 79 milhões de euros (303 milhões de reais) ao resultado do Grupo. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido em 1 de janeiro de 2016, os resultados aportados ao Grupo em 2016 teriam sido de, aproximadamente, 118 milhões de euros (452 milhões de reais).

vi. Carfinco Financial Group Inc.

Em 16 de setembro de 2014, o Banco anunciou que havia chegado a um acordo para a aquisição da Carfinco Financial Group Inc. ("Carfinco"), sociedade canadense listada em Bolsa especializada no financiamento de automóveis.

Com o propósito de adquirir a Carfinco (atualmente Carfinco Financial Group Inc), foi criada a Santander Holding Canada Inc., empresa de propriedade do Banco Santander S.A., cuja participação é de 96,4%, com 3,6% de determinados membros do antigo grupo. Em 6 de março de 2015, a totalidade do capital da Carfinco foi adquirida, por intermédio da referida holding, por 209 milhões de euros (680 milhões de reais), gerando um ágio de 162 milhões de euros (528 milhões de reais).

Em 2015, este negócio aportou 6 milhões de euros (22 milhões de reais) ao resultado do Grupo. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido em 1 de janeiro de 2015, os resultados aportados ao Grupo em 2015 teriam sido de, aproximadamente, 7 milhões de euros (26 milhões de reais).

vii. Acordo Metrovacesa - Merlin

Em 21 junho de 2016, o Grupo comunicou um acordo com a Merlin Properties, SOCIMI, S.A., junto com os demais acionistas da Metrovacesa, S.A., para a integração no grupo Merlin, após cisão total da Metrovacesa, S.A. do negócio patrimonial alugado da Metrovacesa, S.A. na Merlin Properties, SOCIMI, S.A. e do negócio residencial alugado da Metrovacesa, S.A. na atual filial do grupo Merlin, Testa Residencial SOCIMI, S.A. (antes Testa Residencial, S.L.). O restante do patrimônio da Metrovacesa, S.A. não integrado no grupo Merlin como consequência da integração e que é constituído por um conjunto residual de solos para promoção e posterior leasing, seria transmitido a uma nova empresa com participação exclusiva dos atuais acionistas da Metrovacesa, S.A.

Em 15 de setembro de 2016, foram realizadas as Assembleias Gerais de Acionistas da Merlin Properties, SOCIMI, S.A. e da Metrovacesa, S.A., que aprovaram a operação.

Posteriormente, em 20 de outubro de 2016, foi outorgada a escritura de cisão total da Metrovacesa S.A. a favor das citadas empresas, e esta teve acesso ao Registro Mercantil em 26 de outubro de 2016.

Como resultado da integração, o Grupo Santander alcançou uma participação de 21,95% no capital social da Merlin Properties, SOCIMI, S.A. de 46,21% de forma direta no capital social da Testa Residencial, SOCIMI, S.A. e de 70,27% na Metrovacesa Promoção e Arrendamiento, S.A.

Os principais impactos no Balanço do Grupo consolidado dessa cisão em 31 de dezembro de 2016 foram: redução de cerca de 3.800 milhões de euros (14.557 milhões de reais) na seção de investimentos imobiliários (Ver Nota 16), diminuição de 621 milhões de euros (2.163 milhões de reais) na seção Participação de acionistas não controladores (Ver Nota 28) e um aumento na seção de investimento sem negócios conjuntos e associadas resultante da participação dos negócios recebidos nas associadas Merlin Properties e Testa Residencial, de 1.168 e 307 milhões de euros (4.007 e 1.053 milhões de reais), respetivamente. (Ver Nota 13.a).

viii. Banco Internacional do Funchal (Banif)

Em 21 de dezembro de 2015, o Grupo comunicou que o Banco de Portugal, como autoridade de resolução, havia decidido adjudicar ao Banco Santander Totta, S.A., filial portuguesa do Banco Santander S.A., o negócio comercial do BANIF- Banco Internacional de Funchal, S.A. e, com isso, os negócios e filiais desta instituição passaram a fazer parte do Grupo.

A operação foi realizada por meio da transferência de uma parte substancial (negócio de banco comercial) dos ativos e passivos do BANIF- Banco Internacional de Funchal, S.A., pelos quais o Grupo pagou 150 milhões de euros (648 milhões de reais).

A seguir, apresentamos o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos na data da combinação de negócios:

	Milhões de euros
Caixa e depósitos em bancos centrais	2.510
Depósitos em entidades de crédito	424
Instrumentos de dívida	1.824
Crédito a clientes	5.320
Outros ativos	218
Total do Ativo	10.296
Depósitos bancos centrais	2.110
Depósitos instituições de crédito	1.052
Depósitos clientes	4.430
Instrumentos de dívida emitidos	1.697
Outros passivos	574
Total do Passivo	9.863
Valor dos ativos líquidos	433
Contraprestação paga	150
Outros ajustes negativos na aquisição	283

	Milhões de reais
Caixa e depósitos em bancos centrais	10.848
Depósitos em entidades de crédito	1.832
Empréstimos e recebíveis - Crédito a clientes (*)	7.883
Ativo intangível	22.993
Outros ativos	942
Total do Ativo	44.498
Depósitos de entidades de crédito	9.119
Depósitos de clientes	4.547
Passivos subordinados	19.146
Instrumentos de dívida emitidos	7.334
Outros passivos	2.481
Total do Passivo	42.627
Valor dos ativos líquidos	1.871
Contraprestação paga	648
Outros ajustes negativos na aquisição	1.223

Uma vez que a compra foi efetuada no final de dezembro de 2015, estes negócios não contribuíram com resultados significativos para o resultado do Grupo nesse exercício.

ix. Aquisição do negócio de banco de varejo e banco privado do Deutsche Bank Polska, S.A.

Em 14 de dezembro de 2017, o Grupo comunicou que sua filial Bank Zachodni WBK, S.A., junto com o Banco Santander, S.A., havia chegado a um acordo com o Deutsche Bank, A.G. para a aquisição do negócio de banco de varejo e banco privado do Deutsche Bank Polska, S.A., excluindo a carteira de hipotecas em moeda estrangeira e incluindo a aquisição de ações da DB Securities, S.A. (Polônia), pelo valor estimado de 305 milhões de euros (1.212 milhões de reais) que será pago em dinheiro e ações do Bank Zachodni WBK, S.A. de nova emissão.

A operação, que está sujeita à obtenção das correspondentes autorizações regulatórias e à aprovação das Assembleias Gerais de Acionistas do Bank Zachodni WBK, S.A. e do Deutsche Bank Polska, S.A., não terá impacto significativo sobre os recursos próprios básicos CET1 fully loaded do Grupo.

c) Instituições off-shore

De acordo com a norma espanhola vigente, o Grupo Santander tem operações em 4 territórios off-shore. Jersey, Guernsey, Ilha de Man e Ilhas Caimã. Estas 4 jurisdições cumprem os padrões da OCDE no que tange à transparência e intercâmbio de informações com fins fiscais. O Santander opera com 3 filiais e 4 sucursais em territórios off-shore, que se regem segundo os regimes fiscais desses territórios. O Santander possui também 4 filiais em territórios off-shore com domicílio fiscal no Reino Unido, onde pagam impostos. O Grupo não tem presença em nenhum dos 9 territórios incluídos na lista negra atual da União Europeia, tampouco nos territórios não cooperativos em matéria fiscal detalhados pela OCDE em julho de 2017.

I) Filiais em territórios off-shore.

Até o presente, o Grupo tem 3 filiais domiciliadas em territórios off-shore, duas em Jersey - Whitewick Limited (instituição inativa) e Abbey National International Limited - e uma na Ilha de Man, ALIL Services Limited. Estas instituições contribuíram, em 2016, para os resultados consolidados do Grupo, com um lucro de aproximadamente 2,7 milhões de euros (9,7 milhões de reais). Durante o exercício 2017 foi liquidada 1 filial domiciliada na Ilha de Man.

II) Sucursais off-shore

Além disso, após a liquidação, em 2017, de uma filial nas Ilhas Cayman, o Grupo tem 4 filiais off-shore: 2 nas Ilhas Cayman, 1 na Ilha de Man e 1 em Jersey. Estas sucursais dependem das suas correspondentes matrizes estrangeiras (Ilhas Cayman) ou dos territórios onde se encontram (Jersey e Ilha de Man) e com elas integram seus balanços, contas de resultados e pagamento de tributos.

As citadas instituições contavam com um total de 138 funcionários em dezembro de 2017.

III) Filiais em territórios off-shore com domicílios fiscal no Reino Unido.

O Grupo também possui 4 filiais domiciliadas em territórios off-shore que não têm a consideração de instituições off-shore por serem domiciliadas, para propósitos fiscais, no Reino Unido e, portanto, estão sujeitas à legislação fiscal do Reino Unido durante o exercício para operar exclusivamente a partir deste país (estimava-se a liquidação de uma delas para 2018).

IV) Outros investimentos off-shore.

O Grupo administra, do Brasil, uma segregated portfolio company denominada Santander Brazil Global Investment Fund SPC nas Ilhas Cayman e, do Reino Unido, uma protected cell company em Guernsey denominada Guaranteed Investment Products 1 PCC, Limited. Mesmo assim, o Grupo também tem participação direta ou indireta em um número reduzido de investimentos financeiros com domicílio em paraísos fiscais, entre outros, o Olivant Limited, em Guernsey, instituição cuja liquidação ou venda se espera realizar em breve.

V) Impacto das próximas mudanças da legislação espanhola.

A Espanha firmou, em 2015, Acordos de Intercâmbio de Informações com Jersey, Guernsey e Ilha de Man, sendo que a entrada em vigor está prevista para 2018. Adicionalmente, espera-se que firme também com as Ilhas Cayman futuramente. Em princípio, todos estes territórios deixariam de ter a condição de paraíso fiscal para a legislação espanhola no momento em que tais acordos entrem em vigor e sempre e quando se indique de maneira expressa.

Espera-se que durante 2018 o governo espanhol atualize a lista de países e territórios que têm a qualificação de paraíso fiscal, depois da publicação pela OCDE e pela União Europeia de suas listas de jurisdições não cooperativas, das quais se tratará adiante, alinhando-se com elas.

VI) OCDE.

O Grupo não tem presença em territórios não cooperativos em matéria fiscal detalhados pela OCDE em julho de 2017. Neste sentido, cabe destacar que Jersey, Guernsey, Ilha de Man e Ilhas Cayman cumprem os padrões da OCDE em matéria de transparência e intercâmbio de informação com finalidade fiscal, uma vez que:

- Passaram com êxito a primeira etapa de avaliações do Fórum Global de Transparência Fiscal da OCDE quanto ao nível de transparência fiscal e aplicação eficaz do padrão de intercâmbio de informações mediante solicitação (padrão EOIR, na sigla em inglês).
- Comprometeram-se a implementar o padrão de intercâmbio automático de informações financeiras (o padrão AEOI na sigla em inglês) e seu mecanismo de intercâmbio, o denominado padrão comum de relatório (CRS - Common Reporting Standard, em inglês), esperando-se os primeiros intercâmbios de informações para 2017.
- Aderiram também à Convenção sobre Assistência Administrativa Mútua em matéria fiscal da OCDE e do Conselho da Europa (emendada pelo Protocolo de 2010).

VII) União Europeia

Em 5 de dezembro passado, a Comissão Europeia publicou uma série de listas de jurisdições não cooperativas em matéria fiscal (nas quais não figura nenhum estado membro da União Europeia): a lista negra, a cinza e uma série de territórios em período de graça.

A lista negra da Comissão Europeia, integrada inicialmente por 17 países, de acordo com uma série de critérios como a transparência fiscal, seus regimes de impostos de sociedades (se podem ser considerados daninhos), respeita os princípios da OCDE para evitar a erosão da base imponible e a transferência de lucros (mais conhecida pelo termo inglês anti-BEPS). Em 23 de janeiro de 2018, os ministros de Economia e Finanças da União Europeia (Ecofin) acordaram transferir 8 deles da lista negra para a cinza, devido aos compromissos assumidos por estas jurisdições para solucionar as deficiências identificadas pela UE. O Grupo não tem presença em nenhum dos 9 territórios que compõem atualmente a lista negra.

Além disso, existe uma lista de 8 países que, por terem sido afetados por furações no Caribe, receberam um período de graça até fevereiro de 2018 para enviar seus compromissos. Dentro desta lista, o Grupo somente tem presença em Bahamas, que deixou de ser considerado paraíso fiscal de acordo com a legislação espanhola, após a entrada em vigor, em 2011, do Acordo de Intercâmbio de Informação firmado com a Espanha. Nesta jurisdição, o Grupo conta com 7 filiais (1 delas em liquidação e 1 com domicílio fiscal nos EUA) e 1 agência em processo de encerramento.

Não obstante, deve-se ter em conta que, do ponto de vista da OCDE, Bahamas é um território amplamente cumpridor quanto à transparência e ao intercâmbio de informação com fins fiscais, sobretudo desde que, em dezembro de 2017, firmou a Convenção de Assistência Administrativa Mútua em matéria fiscal e se uniu ao Projeto BEPS da OCDE.

Por último, a lista cinza, composta inicialmente por 47 jurisdições e atualmente por 55, a quais, se bem que cumpram os critérios para estar na lista negra de paraísos fiscais, comprometeram-se a corrigir seus marcos legais para alinhá-los com os padrões internacionais. Nela se encontram os 4 territórios considerados off-shore pela legislação espanhola nos quais o Grupo tem presença (Jersey, Guernsey, Ilha de Man e Ilhas Cayman). Estas jurisdições terão até o fim de 2018 para cumprir os compromissos ou até 2019 se forem países em desenvolvimento sem centros financeiros internacionais. Adicionalmente, nessa lista incluem-se Hong Kong, Peru, Suíça, Uruguai e Panamá, que não são territórios off-shore que atendem à legislação espanhola e que se comprometeram a modificar sua legislação. O Grupo tem 2 filiais e 1 agência situadas em Hong Kong, 5 filiais no Peru (1 delas em liquidação), 6 filiais na Suíça, 13 filiais no Uruguai (7 das quais estão em liquidação) e 1 filial no Panamá com atividade bancária reduzida que já recebeu autorização da Superintendência de Bancos de Panamá para sua liquidação voluntária. Atualmente, estão em vigor na Espanha convênios para evitar a dupla imposição com cláusula de intercâmbio de informação com Hong Kong, Suíça, Uruguai e Panamá.

O Grupo tem estabelecidos os procedimentos e controles adequados (gestão do risco, planos de inspeção, verificação e revisão de relatórios periódicos) para evitar a existência de riscos de reputação e legais nestas instituições. O Grupo também mantém a política de reduzir o número de unidades.

Além disso, as demonstrações financeiras anuais das unidades *off-shore* do Grupo foram auditadas por empresas do grupo PwC (PricewaterhouseCoopers) em 2017 e 2016 (Deloitte em 2015).

4. Distribuição de resultados do Banco, sistema de remuneração aos acionistas e lucro por ação

a) Distribuição de resultados do Banco e Sistema de remuneração aos acionistas

A proposta de distribuição do lucro líquido do Banco do exercício atual que o Conselho de Administração submeterá à Assembleia Geral de Acionistas para aprovação é a seguinte:

	Milhões de euros
Primeiro e terceiro dividendo provisório e dividendo complementar Para a aquisição, com renúncia ao exercício, de direitos de atribuição gratuita aos acionistas que, no âmbito do programa Santander Dividendo Elección, optaram por receber em dinheiro a remuneração equivalente ao segundo dividendo provisório	2.898
	99
	2.997
<i>Dos quais:</i>	
<i>Aprovados em 31 de dezembro de 2017 (*)</i>	2.029
<i>Dividendo complementar</i>	968
Para reservas voluntárias	9
Lucro líquido do exercício	3.006

	Milhões de reais
Primeiro e terceiro dividendo provisório e dividendo complementar Para a aquisição, com renúncia ao exercício, de direitos de atribuição gratuita aos acionistas que, no âmbito do programa Santander Dividendo Elección, optaram por receber em dinheiro a remuneração equivalente ao segundo dividendo provisório	10.416
	356
	10.772
<i>Dos quais:</i>	
<i>Aprovados em 31 de dezembro de 2017 (*)</i>	7.294
<i>Dividendo complementar</i>	3.478
Para reservas voluntárias	32
Lucro líquido do exercício	10.804

(*) Registrados na seção Fundos próprios – Dividendos e remunerações.

Além dos citados 2.997 milhões de euros (10.772 milhões de reais), foram destinados como remuneração aos acionistas 543 milhões de euros (1.952 milhões de euros) em ações no âmbito do esquema de remuneração aos acionistas (Santander Dividendo Elección) aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 7 de abril de 2017, pelo qual o Banco ofereceu a possibilidade de optar por receber um montante equivalente ao segundo dividendo provisório do exercício de 2017 em dinheiro ou em ações novas.

A remuneração por ação para o exercício de 2017, proposta pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral de Acionistas, é de 0,22 euros (0,79 reais).

b) Lucro por ação de operações em continuidade e descontinuadas

i. Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é determinado dividindo o resultado líquido atribuído ao Grupo em um período, ajustado pelo montante depois dos impostos correspondente à remuneração registrada no patrimônio das participações preferenciais contingentemente conversíveis (Ver Nota 23) e das obrigações permanentes contingentemente amortizáveis, no caso pelo número médio ponderado das ações em circulação durante esse período, excluindo o número médio das ações em tesouraria mantidas ao longo desse tempo.

Em vista disso:

	2017	2016	2015
Resultado atribuído aos proprietários da controladora (milhões de euros)	6.619	6.204	5.966
Remuneração de participações preferenciais contingentemente conversíveis (PPCC) (milhões de euros) (Nota 23)	(395)	(334)	(276)
Efeito de diluição das alterações nos resultados do período decorrentes da conversão potencial de ações ordinárias	-	-	-
	6.224	5.870	5.690
<i>Do qual:</i>			
<i>Resultado de atividades descontinuadas (líquido de participação de acionistas não controladores)(milhões de euros)</i>	-	-	-
<i>Resultado de operações em continuidade (líquido de participação de acionistas não controladores e remuneração de PPCC) (milhões de euros)</i>	6.224	5.870	5.690
Número médio ponderado de ações em circulação	15.394.458.789	14.656.359.963	14.349.578.605
Número ajustado de ações	15.394.458.789	14.656.359.963	14.349.578.605
Lucro básico por ação (euros)	0,404	0,401	0,397
Lucro básico por ação de atividades descontinuadas (euros)	0,000	0,000	0,000
Lucro básico por ação de atividades continuadas (euros)	0,404	0,401	0,397

	2017	2016	2015
Resultado atribuível aos proprietários da controladora (milhões de reais)	23.789	23.767	21.746
Remuneração de participações preferenciais contingentemente conversíveis (PPCC) (milhões de reais) (Nota 23)	(1.450)	(1.279)	(1.063)
Efeito de diluição das alterações nos resultados do período decorrentes da conversão potencial de ações ordinárias	-	-	-
	22.339	22.488	20.683
<i>Do qual:</i>			
<i>Resultado de atividades descontinuadas (líquido de participação de acionistas não controladores)(milhões de reais)</i>	-	-	-
<i>Resultado de operações em continuidade (líquido de participação de acionistas não controladores e remuneração de PPCC) (milhões de reais)</i>	22.339	22.488	20.683
Número médio ponderado de ações em circulação	15.394.458.789	14.656.359.963	14.349.578.605
Número ajustado de ações	15.394.458.789	14.656.359.963	14.349.578.605
Lucro básico por ação (reais)	1,451	1,534	1,441
Lucro básico por ação de atividades descontinuadas (reais)	0,000	0,000	0,000
Lucro básico por ação de atividades continuadas (reais)	1,451	1,534	1,441

ii. Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é determinado dividindo o resultado líquido atribuído ao Grupo em um período, ajustado pelo montante depois dos impostos correspondente à remuneração registrada no patrimônio das participações preferenciais contingentemente conversíveis (Ver Nota 23) e das obrigações permanentes contingentemente amortizáveis, no caso pelo número médio ponderado das ações em circulação durante esse período, excluindo o número médio das ações em tesouraria e ajustados por todos os efeitos de diluição inerentes às ações ordinárias potenciais (opções sobre ações e dívida conversível).

Assim, o lucro diluído por ação foi determinado da seguinte forma:

	2017	2016	2015
Resultado atribuído aos proprietários da controladora (milhões de euros)	6.619	6.204	5.966
Remuneração de participações preferenciais contingentemente conversíveis (PPCC) (milhões de euros) (Nota 23)	(395)	(334)	(276)
Efeito de diluição das alterações nos resultados do período decorrentes da conversão potencial de ações ordinárias	-	-	-
	6.224	5.870	5.690
<i>Do qual:</i>			
<i>Resultado de atividades descontinuadas (líquido de participação de acionistas não controladores)(milhões de euros)</i>		-	-
<i>Resultado de operações em continuidade (líquido de participação de acionistas não controladores e remuneração PPCC) (milhões de euros)</i>	6.224	5.870	5.690
Número médio ponderado de ações em circulação	15.394.458.789	14.656.359.963	14.349.578.605
Efeito de diluição de Direitos sobre opções/ações	50.962.887	45.754.981	27.227.606
Número ajustado de ações	15.445.421.676	14.702.114.944	14.376.806.211
Lucro diluído por ação (euros)	0,403	0,399	0,396
Lucro diluído por ação de atividades descontinuadas (euros)	0,000	0,000	0,000
Lucro diluído por ação de atividades continuadas (euros)	0,403	0,399	0,396

	2017	2016	2015
Resultado atribuível aos proprietários da controladora (milhões de reais)	23.789	23.767	21.746
Remuneração de participações preferenciais contingentemente conversíveis (PPCC) (milhões de reais) (Nota 23)	(1.450)	(1.279)	(1.063)
Efeito de diluição das alterações nos resultados do período decorrentes da conversão potencial de ações ordinárias	-	-	-
	22.339	22.488	20.683
<i>Do qual:</i>			
<i>Resultado de atividades descontinuadas (líquido de participação de acionistas não controladores)(milhões de reais)</i>	-	-	-
<i>Resultado de operações em continuidade (líquido de participação de acionistas não controladores e remuneração PPCC) (milhões de reais)</i>	22.339	22.488	20.683
Número médio ponderado de ações em circulação	15.394.458.789	14.656.359.963	14.349.578.605
Efeito de diluição de Direitos sobre opções/ações	50.962.887	45.754.981	27.227.606
Número ajustado de ações	15.445.421.676	14.702.114.944	14.376.806.211
Lucro diluído por ação (reais)	1,446	1,530	1,439
Lucro diluído por ação de atividades descontinuadas (reais)	0,00	0,00	0,00
Lucro diluído por ação de atividades continuadas (reais)	1,446	1,530	1,439

A operação de aumento de capital descrita na Nota 31.a terá um impacto no lucro básico e diluído por ação dos exercícios anteriores devido à alteração do número de ações em circulação. Deste modo, a informação relativa aos exercícios de 2016 e 2015 foi reescrita conforme a norma aplicável.

5. Remunerações e outros benefícios do Conselho de Administração do Banco e da Administração

As seções a seguir desta Nota englobam informações tanto qualitativas como quantitativas, das remunerações dos membros do Conselho de Administração (executivos e não executivos) e da alta administração correspondentes aos exercícios 2017 e 2016.

a) Remunerações do Conselho de Administração

i. Alterações estatutárias

A Assembleia Geral de 22 de março de 2013 aprovou a modificação dos Estatutos, de forma que a remuneração dos conselheiros, em razão da condição como tais, passou a consistir em uma quantia fixa anual determinada pela Assembleia Geral. Tal quantia permanecerá vigente desde que a assembleia não decida sua modificação, embora o Conselho possa reduzir o valor nos anos em que assim considere justificado. A remuneração estabelecida pela Assembleia para os exercícios de 2017 e de 2016 foi de 6 milhões de euros (22 e 23 milhões de reais em 2015 e 2016, respectivamente), tendo dois componentes: (a) atribuição anual e (b) honorários de assistência.

A determinação concreta do valor que corresponde a cada um dos conselheiros conforme as categorias anteriores é estabelecida pelo Conselho de Administração. Para esse fim, consideram-se os cargos ocupados por cada conselheiro no próprio órgão colegiado, sua associação e assistência ao Conselho e aos diversos comitês e, se for o caso, outras circunstâncias objetivas avaliadas pelo Conselho.

O valor total acumulado pelo Conselho em 2017 a título de retenções estatutárias subiu para 4,7 milhões de euros (16,9 milhões de reais) 4,6 milhões de euros (17,6 milhões de reais) em 2016).

Atribuição anual

Os valores recebidos individualmente pelos conselheiros nos exercícios de 2017 e 2016, em função dos cargos ocupados no Conselho e por pertencerem às respectivas comissões, foram os seguintes:

	Euros	
	2017	2016
Membros do Conselho de Administração	87.500	85.000
Membros da Comissão Executiva	170.000	170.000
Membros do Comitê de Auditoria	40.000	40.000
Membros do Comitê de Nomeação	25.000	25.000
Membros do Comitê de Remuneração	25.000	25.000
Membros do Comitê de Supervisão de Riscos, Regulação e Cumprimento	40.000	40.000
Presidente do Comitê de Auditoria	50.000	50.000
Presidente do Comitê de Nomeação	50.000	50.000
Presidente do Comitê de Remuneração	50.000	50.000
Presidente do Comitê de Supervisão de Riscos, Regulação e Cumprimento	50.000	50.000
Conselheiro coordenador	110.000	110.000
Vice-presidentes não executivos	30.000	30.000

	Reais	
	2017	2016
Membros do Conselho de Administração	314.489	325.611
Membros da Comissão Executiva	611.007	651.223
Membros do Comitê de Auditoria	143.766	153.229
Membros do Comitê de Nomeação	89.854	95.768
Membros do Comitê de Remuneração	89.854	95.768
Membros do Comitê de Supervisão de Riscos, Regulação e Cumprimento	143.766	153.229
Presidente do Comitê de Auditoria	179.708	191.536
Presidente do Comitê de Nomeação	179.708	191.536
Presidente do Comitê de Remuneração	179.708	191.536
Presidente do Comitê de Supervisão de Riscos, Regulação e Cumprimento	179.708	191.536
Conselheiro coordenador	395.358	421.379
Vice-presidentes não executivos	107.825	114.922

Honorários de assistência

Os conselheiros recebem honorários pela sua assistência às reuniões do Conselho de Administração e de seus comitês, excluindo o Comitê Executivo, uma vez que não existem honorários de assistência para este comitê.

Conforme acordado pelo Conselho, segundo a proposta do Comitê de Remuneração, os valores dos honorários de assistência aplicáveis às reuniões do Conselho e aos seus comitês (excluindo o Comitê Executivo, para o qual não existem honorários) são os seguintes:

Honorários de assistência por reunião	Euros	
	2017	2016
<i>Conselho de Administração</i>	2.600	2.500
<i>Comitê de Auditoria e Comitê de Supervisão de Riscos, Regulação e Cumprimento</i>	1.700	1.700
<i>Demais comissões (excluindo a comissão executiva)</i>	1.500	1.500

Honorários de assistência por reunião	Reais	
	2017	2016
<i>Conselho de Administração</i>	9.345	9.577
<i>Comitê de Auditoria e Comitê de Supervisão de Riscos, Regulação e Cumprimento</i>	6.110	6.512
<i>Demais comissões (excluindo a comissão executiva)</i>	5.391	5.746

ii. Remunerações salariais

São recebidas pelos conselheiros executivos. De acordo com a política aprovada pela assembleia de acionistas, tal remuneração é composta por uma remuneração fixa (salário anual) e uma remuneração variável, que por sua vez, inclui um único incentivo, o denominado plano de remuneração variável diferida e condicionada a objetivos plurianuais, que estabelece o seguinte esquema de pagamentos.

- O pagamento de 40% do valor da remuneração variável, que é determinado no encerramento do exercício em função do cumprimento dos objetivos estabelecidos, é efetuado de forma imediata.
- Os 60% restantes ficam diferidos durante cinco anos, cujo pagamento é efetuado, se for o caso, em quintas partes, se ocorrerem as condições de permanência no grupo e de não concorrência das cláusulas de penalização (malus), atendendo ao seguinte esquema de pagamento:
 - O pagamento da primeira e da segunda parte (pagamento em 2019 e 2020) não está sujeito ao cumprimento de objetivos a longo prazo.
 - O pagamento da terceira, quarta e quinta parte (pagamento, conforme o caso, em 2021, 2022 e 2023) é vinculado também ao cumprimento de determinados objetivos relativos ao período 2017-2019 e às métricas e escalas associadas a tais objetivos. O cumprimento dos objetivos anteriores determina a porcentagem a ser aplicada no valor diferido nestas três anuidades, sendo o valor máximo determinado no encerramento do exercício de 2017.
- Da mesma forma, de acordo com a norma vigente de remuneração, as quantias que já foram pagas ficarão sujeitas à possível recuperação (clawback) por parte do Banco nos casos e durante o prazo previsto na política vigente em cada momento.

Tanto a parte de pagamento imediato (ou curto prazo) como a diferida e vinculada a objetivos a longo prazo são pagas 50% em numerário e os 50% restantes em ações do Santander.

iii. Detalhes individualizados

A seguir, indicamos os detalhes individualizados, por conselheiro do Banco, das remunerações a curto prazo e diferidas (não sujeitas a objetivos a longo prazo) correspondentes aos exercícios de 2017 e 2016:

Conselheiros	Milhares de euros															
	2017														2016	
	Atenções estatutárias						Remunerações salariais a curto prazo e diferidas (sem objetivos em longo prazo) dos conselheiros executivos	Outras remunerações (a)	Total	Total						
	Atribuição anual					Dietas do comitê e comissões										
	Conselho	Comitê executivo	Comitê de auditoria	Comitê de nomeação	Comitê de remuneração						Comissão de supervisão de riscos, regulação e cumprimento:					
Fixas												Variável pagamento imediato		Variável diferido		Total
							Em numerário	Em ações	Em numerário	Em ações						
Sra. Ana Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	88	170	-	-	-	-	44	2.500	1.370	1.370	822	822	6.884	689	7.874	7.279
Sr. José Antonio Álvarez Álvarez	88	170	-	-	-	-	44	2.000	916	916	550	550	4.932	1.203	6.436	6.006
Sr. Rodrigo Echenique Gordillo	88	170	-	-	-	-	38	1.500	714	714	428	428	3.785	201	4.281	3.824
Sr. Matías Rodríguez Inciarte (1)	80	155	-	-	-	-	41	1.568	698	698	419	419	3.803	188	4.266	4.474
Sr. Guillermo de la Dehesa Romero	118	170	-	25	25	40	95	-	-	-	-	-	-	-	473	461
Sr. Bruce Carnegie-Brown	378	170	-	25	25	40	94	-	-	-	-	-	-	-	731	721
Sr. Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca	88	170	-	25	25	40	97	-	-	-	-	-	-	106	550	945
Sr. Francisco Javier Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea (2)	88	-	-	-	-	-	36	-	-	-	-	-	-	-	124	115
Sra. Sol Daurella Comadrán	88	-	-	25	25	-	69	-	-	-	-	-	-	-	207	191
Sr. Carlos Fernández González	88	-	40	25	-	40	93	-	-	-	-	-	-	-	285	254
Sra. Esther Giménez-Salinas i Colomer	88	-	-	-	-	21	54	-	-	-	-	-	-	-	162	122
Sr. Ángel Jado Becerro de Bengoa (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	231
Sra. Belén Romana García	138	-	40	-	-	40	80	-	-	-	-	-	-	-	297	219
Sra. Isabel Tocino Biscarolasaga	80	155	36	-	23	36	87	-	-	-	-	-	-	-	418	442
Sr. Juan Miguel Villar Mir	88	-	19	-	-	19	44	-	-	-	-	-	-	-	170	235
Sra. Homaira Akbari (5)	88	-	21	-	-	-	51	-	-	-	-	-	-	-	159	32
Sr. Ramiro Mato García Ansorena	8	15	4	-	-	4	6	-	-	-	-	-	-	-	36	-
Total do exercício 2017	1.675	1.345	160	125	123	280	972	7.568	3.699	3.699	2.219	2.219	19.404	2.387	26.470	-
Total do exercício 2016	1.645	1.360	190	143	143	277	859	7.710	3.340	3.340	2.004	2.004	18.398	2.536	-	25.551

Conselheiros	Milhares de reais															Total
	2017														Total	
	Atenções estatutárias						Remunerações salariais a curto prazo e diferidas (sem objetivos em longo prazo) dos conselheiros executivos						Outras remunerações (a)	Total		
	Atribuição anual					Dietas do comitê e comissões										
	Conselho	Comitê executivo	Comitê de auditoria	Comitê de nomeação	Comitê de remuneração		Comissão de supervisão de riscos, regulação e cumprimento:	Fixas	Variável pagamento imediato		Variável diferido					
Em numerário									Em ações	Em numerário	Em ações					
Sra. Ana Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	314	611	-	-	-	-	156	8.985	4.924	4.924	2.954	2.954	24.742	2.475	28.299	27.893
Sr. José Antonio Álvarez Álvarez	314	611	-	-	-	-	156	7.188	3.293	3.293	1.976	1.976	17.726	4.325	23.132	23.008
Sr. Rodrigo Echenique Gordillo	314	611	-	-	-	-	136	5.391	2.566	2.566	1.540	1.540	13.603	723	15.388	14.646
Sr. Matías Rodríguez Inciarte (1)	287	557	-	-	-	-	147	5.636	2.510	2.510	1.506	1.506	13.667	675	15.333	17.133
Sr. Guillermo de la Dehesa Romero	422	611	-	90	90	144	342	-	-	-	-	-	-	-	1.699	1.766
Sr. Bruce Carnegie-Brown	1.357	611	-	90	90	144	337	-	-	-	-	-	-	-	2.629	2.762
Sr. Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca	314	611	-	90	90	144	348	-	-	-	-	-	-	381	1.978	3.622
Sr. Francisco Javier Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea (2)	314	-	-	-	-	-	131	-	-	-	-	-	-	-	445	441
Sra. Sol Daurella Comadrán	314	-	-	90	90	-	249	-	-	-	-	-	-	-	744	733
Sr. Carlos Fernández González	314	-	144	90	-	144	332	-	-	-	-	-	-	-	1.024	975
Sra. Esther Giménez-Salinas i Colomer	314	-	-	-	-	74	193	-	-	-	-	-	-	-	581	468
Sr. Ángel Jado Becerro de Bengoa (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	886
Sra. Belén Romana García	494	-	144	-	-	144	287	-	-	-	-	-	-	-	1.069	839
Sra. Isabel Tocino Biscarolasaga	287	557	131	-	82	131	314	-	-	-	-	-	-	-	1.501	1.692
Sr. Juan Miguel Villar Mir	314	-	70	-	-	70	158	-	-	-	-	-	-	-	612	899
Sra. Homaira Akbari (5)	314	-	74	-	-	-	184	-	-	-	-	-	-	-	572	122
Sr. Ramiro Mato García Ansorena	28	54	13	-	-	13	22	-	-	-	-	-	-	-	129	-
Total do exercício 2017	6.019	4.834	575	449	441	1.006	3.494	27.201	13.293	13.293	7.976	7.976	69.738	8.579	95.136	
Total do exercício 2016	6.302	5.210	728	548	548	1.061	3.291	29.535	12.795	12.795	7.677	7.677	70.478	9.715	-	97.885

- (1) Deixou de ser conselheiro em terça-feira, 28 de novembro de 2017. Neste quadro se mostra a informação de Remuneração até a data da sua saída do conselho. A informação de Remuneração por seu desempenho como diretor geral desde 28 de novembro de 2017 se encontra no anexo correspondente.
- (2) Todas as quantias recebidas foram reintegradas na Fundação Marcelino Botín.
- (3) Deixou de ser conselheiro em 27 de setembro de 2016.
- (4) Deixou de ser conselheira em 26 de novembro de 2017.
- (5) Nomeada conselheira com vigência a partir de 27 de setembro de 2016.
- (6) Nomeado conselheiro com vigência a partir de 2 de novembro de 2017.
- (a) Abrange, entre outras categorias, os custos decorrentes de seguros de vida e assistência médica que implicam custo para o Grupo correspondentes a conselheiros do Banco.

Por outro lado, indicamos a seguir os detalhes individualizados das remunerações salariais vinculadas a objetivos plurianuais dos conselheiros executivos, cujo pagamento será efetuado somente se ocorrerem as condições de permanência no grupo, não concorrência das cláusulas de penalização (*malus*) e o cumprimento dos objetivos definidos (ou, se for o caso, dos limites mínimos destes, com a conseguinte redução do valor acordado no final do exercício), conforme os termos descritos na Nota 47.

	Milhares de euros			
	2017			2016
	Remunerações salariais vinculadas a objetivos a longo prazo (2)		Total	Total
	Em numerário	Em ações		
Sra. Ana Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	863	863	1.726	1.518
Sr. José Antonio Álvarez Álvarez	577	577	1.154	1.026
Sr. Rodrigo Echenique Gordillo	450	450	900	760
Sr. Matías Rodríguez Inciarte (1)	440	440	880	904
Total do exercício	2.330	2.330	4.660	4.208

	Milhares de reais			
	2017			2016
	Remunerações salariais vinculadas a objetivos a longo prazo (1)		Total	Total (2)
	Em numerário	Em ações		
Sra. Ana Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	3.429	3.429	6.857	5.208
Sr. José Antonio Álvarez Álvarez	2.293	2.293	4.585	3.520
Sr. Rodrigo Echenique Gordillo	1.787	1.787	3.576	2.608
Sr. Matías Rodríguez Inciarte	1.748	1.748	3.496	3.102
Total do exercício	9.257	9.257	18.514	14.438

- (1) Deixou de ser conselheiro em 28 de novembro de 2017. Neste quadro encontra-se a remuneração salarial vinculada a objetivos de longo prazo, até sua saída do conselho. Esta remuneração por seu desempenho desde sua saída do conselho se encontra no anexo correspondente à alta direção.
- (2) Corresponde ao valor justo da importância máxima a receber em um total de 3 anos: 2021, 2022 e 2023, sujeito à permanência, com as exceções previstas, e à não concorrência de cláusulas de penalização (*malus*), bem como ao cumprimento dos objetivos definidos. O valor justo foi estimado na data de concessão do plano, levando em consideração diversos cenários possíveis de comportamento das diferentes variáveis estabelecidas no plano durante os períodos de avaliação (ver Nota 47).

Na seção e) desta Nota incluímos informações sobre as ações entregues decorrentes dos sistemas de remuneração diferida de exercícios anteriores cujas condições para a entrega foram cumpridas durante os exercícios correspondentes, assim como o número máximo das ações a receber em exercícios futuros associados aos planos de remuneração variável de 2017 e 2016 anteriormente indicados.

b) Remunerações dos membros do Conselho derivadas da representação do Banco

Conforme acordado pelo comitê executivo, todas as remunerações recebidas pelos conselheiros do Banco que o representem nos Conselhos de Administração de empresas listadas nas quais o Banco tem participação, que sejam imputadas a estas e que correspondam a nomeações acordadas a partir de 18 de março de 2002, são em benefício do Grupo. Nos exercícios 2017 e 2016, os conselheiros do Banco não receberam remunerações derivadas deste tipo de representações.

O Sr. Matías Rodríguez Inciarte recebeu 42 mil euros (151 mil reais) como conselheiro não executivo da U.C.I., S.A. nos exercícios de 2017 e 2016, respectivamente.

c) Benefícios pós-emprego e outros benefícios a longo prazo

No exercício de 2012, no âmbito das medidas tomadas pelo Grupo para reduzir os riscos decorrentes por manter compromissos de pensões na modalidade de benefício definido com determinados funcionários, que resultaram em um acordo com os representantes dos trabalhadores para transformar os compromissos de benefício definido derivados do acordo coletivo em planos de benefício definido, foram modificados os contratos dos conselheiros executivos e dos demais membros da alta direção do Banco – os altos dirigentes – que contavam com compromissos por pensões na modalidade de benefícios definidos para transformá-los em um sistema de previdência de benefício definido, que foi terceirizado para o Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A. Esse sistema outorga aos conselheiros executivos o direito de receber um benefício por aposentadoria por ocasião desta, estejam ou não ativos no Banco nesse momento, calculada com base nas contribuições ao referido sistema e que substituiu o direito a receber um complemento de pensão no caso da aposentadoria com que contavam até então, excluindo expressamente todas as obrigações do Banco frente aos conselheiros executivos distintas da conversão do sistema anterior no novo sistema de previdência implantado em 2012 e, se for o caso, das contribuições anuais descritas mais adiante¹. No caso de aposentadoria antecipada e até a data da aposentadoria, os conselheiros executivos que não tiverem exercido a opção de receber suas aposentadorias na forma de capital têm direito a receber uma atribuição anual.

O saldo inicial que correspondeu a cada um dos conselheiros executivos no novo sistema de previdência de benefício definido foi o correspondente ao valor de mercado dos ativos em que estavam materializadas as provisões correspondentes às respectivas obrigações acumuladas na data de transformação dos antigos compromissos por aposentadorias no novo sistema de previdência².

Desde 2013, o Banco faz anualmente contribuições ao sistema de previdência em benefício dos conselheiros executivos e altos dirigentes, proporcionalmente às suas respectivas bases de aposentadoria, até que abandonem o Grupo, ou até sua aposentadoria no Grupo, falecimento ou invalidez (incluindo, se for o caso, durante a aposentadoria antecipada). Não são feitas contribuições para os conselheiros executivos e altos dirigentes que haviam exercido, antes da transformação dos compromissos por pensões de benefícios definidos no sistema de previdência de benefício definido atual, a opção de receber seus direitos por aposentadorias na forma de capital³.

¹ Conforme o estabelecido nos contratos dos conselheiros executivos e membros da alta administração antes de sua modificação, o Sr. Matías Rodríguez Inciarte havia exercitado a opção de receber as aposentadorias a que tinha direito (ou quantias similares) na forma de capital (ou seja, em uma única contraprestação), o que fez com que deixasse de ter direito à aposentadoria desde então, ficando estabelecido o capital a receber, que se atualizaria conforme a taxa de juros combinada.

² No caso do Sr. Matías Rodríguez Inciarte, o saldo inicial foi o correspondente às quantias que haviam sido estabelecidas por ocasião do exercício, de sua parte, da opção de receber capital mencionada anteriormente, incluindo os juros que tais quantias haviam acumulado desde esse momento.

³ O Sr. Rodrigo Echenique Gordillo, nomeado como conselheiro executivo em 16 de janeiro de 2015, não participa do sistema de previdência nem tem direito a que o Banco faça contribuições a seu favor a esse título, sem prejuízo dos direitos por aposentadorias que lhe correspondiam antes de ser nomeado como conselheiro executivo. Em 2015, como consequência de sua nomeação como conselheiro executivo, foram introduzidas modificações no contrato do Sr. José Antonio Álvarez Álvarez com respeito aos compromissos por aposentadorias existentes no seu contrato de alto dirigente. A contribuição anual ao sistema de previdência social passou a ser calculada como 55% da soma de: (i) a remuneração anual fixa; e (ii) 30% da média aritmética do valor bruto das três últimas remunerações variáveis. A base de aposentadoria para os casos de falecimento e invalidez é de 100% de sua retribuição fixa. No seu contrato de alta direção, a contribuição anual era de 55,93% de sua remuneração fixa e a base de aposentadoria para os casos de falecimento e invalidez era de 100% de sua remuneração fixa.

De acordo com o previsto na norma relativa a remunerações, as contribuições realizadas cujo cálculo é feito sobre remunerações variáveis estão sujeitas ao regime de benefícios discricionais de aposentadoria. Conforme este regime, estas contribuições estão sujeitas a cláusulas e penalização (malus) e clawback, segundo a política vigente em cada momento e durante o mesmo período em que se difira a remuneração variável. Além disso, deverão investir em ações do Banco durante um período de cinco anos a contar a partir do momento em que os conselheiros executivos deixarem de exercer sua função no Grupo, como consequência ou não de sua aposentadoria. Transcorrido esse prazo, o valor investido em ações voltará a ser investido junto com o restante do saldo acumulado do conselheiro executivo, ou será efetuado o pagamento a ele ou aos seus beneficiários, no caso de haver ocorrido alguma contingência coberta pelo sistema de previdência.

A seguir, indicamos o saldo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 correspondente a cada um dos diretores executivos no sistema de previdência:

	Milhares de euros	
	2017	2016
Sra. Ana Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea ⁽¹⁾	45.798	43.156
Sr. José Antonio Álvarez Álvarez	16.151	15.107
Sr. Rodrigo Echenique Gordillo ⁽²⁾	13.957	14.294
Sr. Matías Rodríguez Inciarte ⁽³⁾	-	48.230
	75.906	120.787

	Milhares de reais	
	2017	2016
Sra. Ana Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea ⁽¹⁾	181.952	148.047
Sr. José Antonio Álvarez Álvarez ⁽²⁾	64.166	51.825
Sr. Rodrigo Echenique Gordillo ⁽³⁾	55.450	49.036
Sr. Matías Rodríguez Inciarte	-	165.453
	301.568	414.361

(1) Inclui os valores correspondentes ao período em que prestou serviços ao Banesto, terceirizados com outra seguradora.

(2) Conselheiro executivo desde 16 de janeiro de 2015. O Sr. Rodrigo Echenique Gordillo não participa do sistema de previdência nem tem direito a contribuições por parte do Banco a seu favor nesta categoria. São incluídos, para fins de comparação, os montantes a que tinha direito, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, antes de ser nomeado conselheiro executivo.

(3) Deixou de ser membro do conselho em terça-feira, 28 de novembro de 2017. O saldo que lhe corresponde no sistema de previdência em 31 de dezembro de 2017 consta no item de alta administração.

Os pagamentos realizados em 2017 aos membros do Conselho com direito a benefícios pós-emprego eram 0,9 milhão de euros (3,2 milhões de reais) (0,9 milhão de euros - 3,4 milhões de reais, em 2016).

Finalmente, os contratos dos conselheiros executivos que não haviam exercido a opção referida antes da transformação dos compromissos por pensões de benefícios definidos no atual sistema de previdência incluem um regime de previdência complementar para os casos de falecimento (viuvez e orfandade) e incapacidade permanente em ativo.

A seguir, apresentamos as provisões efetuadas nos exercícios de 2017 e 2016, a título de aposentadorias e benefícios complementares de viuvez, orfandade e invalidez permanente.

	Milhares de euros	
	2017	2016
Sra. Ana Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	2.707	2.521
Sr. José Antonio Álvarez Álvarez	2.456	2.249
	5.163	4.770

	Milhares de reais	
	2017	2016
Sra. Ana Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	9.730	9.657
Sr. José Antonio Álvarez Álvarez	8.829	8.615
	18.559	18.273

d) Seguros

O Grupo contratou seguros de vida a favor dos conselheiros do Banco, os quais terão direito a receber caso seja declarada sua invalidez, ou seus herdeiros, no caso de falecimento. Os prêmios pagos pelo Grupo estão incluídos na coluna Outras Remunerações do quadro mostrado na seção a.iii desta Nota. Além disso, o quadro a seguir fornece informações sobre o capital segurado com respeito aos conselheiros executivos do Banco:

	Capital segurado (Milhares de euros)	
	2017	2016
Sra. Ana Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	7.500	7.500
Sr. José Antonio Álvarez Álvarez	6.000	6.000
Sr. Rodrigo Echenique Gordillo	4.500	4.500
Sr. Matías Rodríguez Inciarte ⁽¹⁾	-	5.131
	18.000	23.131

	Capital segurado (Milhares de reais)	
	2017	2016
Sra. Ana Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	29.797	25.729
Sr. José Antonio Álvarez Álvarez	23.837	20.583
Sr. Rodrigo Echenique Gordillo	17.878	15.437
Sr. Matías Rodríguez Inciarte ⁽¹⁾	-	17.602
	71.512	79.351

(1) Deixou de ser conselheiro em 28 de novembro de 2015. O capital segurado em 31 de dezembro de 2017 atingia 5.131 milhões de euros (20.385 milhares de reais).

Durante os exercícios 2017 e 2016 o Grupo desembolsou a quantia total de 10,5 e 9,3 milhões de euros (37,7 e 35,6 milhões de reais), respectivamente, a título de prêmios de seguros de responsabilidade civil. Estes prêmios correspondem a várias apólices de seguros de responsabilidade civil que cobrem, entre outros, conselheiros, altos diretores e outros diretores e empregados do Grupo e o próprio Banco e suas filiais, ante várias classes de potenciais reclamações, sem que resulte possível desmembrar ou individualizar a quantia que corresponde a conselheiros e altos diretores.

Além disso, em 31 de dezembro de 2016 e 2017 não existiam compromissos de seguros de vida com outros conselheiros a cargo do Grupo.

e) Descrição de sistemas de remuneração variável diferida

A seguir, apresentamos informações sobre o número máximo de ações que corresponde a cada um dos conselheiros executivos no início e no encerramento dos exercícios de 2017 e 2016, por sua participação nos diferentes sistemas de remuneração variável diferida mediante os quais foi implementada parte de suas remunerações variáveis relativas tanto ao exercício de 2017 como aos exercícios anteriores, assim como as entregas, em ações ou dinheiro, realizadas em 2017 e 2016 uma vez cumpridas as condições para seu recebimento (ver Nota 47):

i) Plano de remuneração variável diferida e condicionada

De 2011 a 2015, as bonificações correspondentes aos conselheiros executivos e de determinados dirigentes (incluindo a alta administração) e funcionários que assumem riscos, que exercem funções de controle ou que recebem uma remuneração global que os incluam no mesmo nível de remuneração que o dos altos dirigentes e funcionários que assumem riscos (todos eles denominados como Grupo identificado) foram aprovadas pelo Conselho de Administração e implementadas, respectivamente, por meio de diversos ciclos do plano de remuneração variável diferida e condicionada. A aplicação desses ciclos, que implica a entrega de ações aos beneficiários do plano, foi autorizada pelas correspondentes assembleias gerais de acionistas.

O propósito desses planos é diferir uma parte da bonificação de seus beneficiários (60% no caso dos conselheiros executivos) durante um período de cinco anos (três nos planos aprovados até 2014) para seu pagamento, conforme o caso, em numerário e em ações do Santander, pagando também, no início, a outra parte de tal bonificação em numerário e em ações do Santander, de acordo com as regras a seguir.

O pagamento da remuneração diferida depende, além da permanência do beneficiário no Grupo Santander, de que não ocorra, a critério do Conselho de Administração, conforme a proposta do comitê de remuneração, nenhuma das seguintes circunstâncias, em relação ao exercício em questão, durante o período anterior a cada uma das entregas: (i) desempenho (*performance*) financeiro deficiente do Grupo; (ii) descumprimento, por parte do beneficiário, da norma interna, incluindo, particularmente aquela relativa a riscos; (iii) reelaboração material das demonstrações financeiras do Grupo, exceto quando resulte procedente de acordo com uma modificação da norma contábil; ou (iv) variações significativas do capital econômico ou do perfil de risco do Grupo. Isso, de acordo com o regulamento do ciclo do plano correspondente, em cada caso.

Em cada entrega será pago aos beneficiários um montante em numerário igual aos dividendos pagos no montante diferido em ações e os juros sobre o montante diferido em numerário. Nos casos de aplicação do programa *Santander Dividendo Elección*, será pago o preço oferecido pelo Banco pelos direitos de alocação gratuita correspondentes às ações citadas.

O número máximo de ações a entregar é calculado considerando a média ponderada do volume diário das cotações médias ponderadas correspondentes às quinze sessões de negociação anteriores à data em que o Conselho aprove a bonificação para os conselheiros executivos do Banco correspondente de cada um dos exercícios.

Este plano e o plano de *Performance Shares (ILP)* descrito a seguir foram incluídos no plano de remuneração variável diferida e vinculada a objetivos plurianuais, de acordo com os termos aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas realizada em 7 de abril de 2017.

ii) Plano de Performance Shares (ILP)

A seguir, indicamos o número máximo de ações a que terão direito os diretores executivos pela sua participação, como parte da remuneração variável do exercício 2015 e no ILP desse exercício (ver Nota 47).

	Número máximo de ações
	ILP 2015 ⁽¹⁾
Sra. Ana Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	187.070
Sr. José Antonio Álvarez Álvarez	126.279
Sr. Rodrigo Echenique Gordillo	93.540
Sr. Matías Rodríguez Inciarte ⁽²⁾	145.922
Total	406.899

(1) Por proposta da comissão de remuneração, o conselho de administração aprovou ajustar o número máximo de ações para mitigar o efeito diluidor do aumento do capital com direito preferencial de subscrição de julho de 2017 como se descreve iv) a seguir. As ações derivadas desse ajuste totalizam 5.967.

(2) Deixou de ser membro do conselho em 28 de novembro de 2015. O número máximo de ações correspondentes ao plano que se mantinham em 31 de dezembro de 2017 era de 145.922 ações, incluindo as aprovadas para mitigar o efeito diluidor do aumento do capital com direito preferencial de subscrição de julho de 2017.

O pagamento do ILP e sua quantia estão condicionados ao comportamento de determinadas métricas do Banco Santander entre 2015 e 2017, assim como ao cumprimento das outras condições do plano até o fim do período de pagamento (31 de dezembro de 2018). Assim, encerrado o exercício de 2018 se determinará o valor que, conforme o caso, caberá a cada diretor executivo em relação a este ILP (o Valor Pago do ILP).

A entrega de ações que deverá ser feita em 2019 aos diretores executivos (e à alta administração) em função do cumprimento dos objetivos plurianuais correspondentes depende, além da permanência do beneficiário no Grupo, com as exceções contidas no regulamento do plano, de que não ocorra, a critério do Conselho, conforme proposto pelo Comitê de Remuneração, nenhuma das seguintes circunstâncias durante o período anterior à entrega, como consequência de ações realizadas no exercício a que corresponda o plano: (i) desempenho deficiente (performance) financeiro do Grupo; (ii) descumprimento pelo beneficiário da norma interna, incluindo em especial à relativa a riscos; (iii) reformulação relevante das demonstrações financeiras do Grupo, exceto quando for realizada para estar em conformidade com uma modificação da norma contábil ou (iv) variações significativas do capital econômico ou perfil de risco do Grupo.

No caso do ILP de 2014, uma vez finalizados os exercícios de 2016 e 2017, será determinado o valor anual que, conforme o caso, corresponde a cada diretor executivo aplicando ao terço do valor acordado do ILP a porcentagem resultante da métrica correspondente (Ver Nota 47). Para os pagamentos de 2017 e 2018, o RTA de referência será o acumulado entre 1 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2016, e entre 1 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente. Em ambos os exercícios, não foi alcançada uma posição no ranking RTA que determine o pagamento do segundo terço e do terceiro terço, pelo que foram extintos.

iii) Plano de remuneração variável diferida e vinculada a objetivos plurianuais

Em 2016, com o objetivo de simplificar a estrutura retributiva, melhorar o ajuste por risco ex ante e aumentar a incidência dos objetivos a longo prazo, foram integrados em um único plano a bonificação (plano de remuneração variável diferida e condicionada) e o ILP. Em 2017 se aprovou o segundo ciclo correspondente ao mesmo plano. A remuneração variável dos conselheiros executivos e de determinados diretores (incluindo a alta administração) correspondente a 2017 foi aprovada pelo Conselho de Administração e implementada por intermédio do segundo ciclo do plano de remuneração variável diferida e vinculada a objetivos plurianuais. A aplicação do plano, que implica a entrega de ações aos beneficiários do plano, foi autorizada pela Assembleia Geral de Acionistas.

Conforme indicado na seção a.ii desta Nota, 60% do valor de remuneração variável ficará diferido durante cinco anos (três anos para determinados beneficiários, entre os quais não estão incluídos os conselheiros executivos), a ser pago, se for o caso, em quintas partes se ocorrerem as condições de permanência no Grupo e de não concorrência das cláusulas *malus*, atendendo ao seguinte esquema de pagamento:

- O pagamento da primeira e da segunda parte (pagamento em 2019 e 2020) não está sujeito ao cumprimento de objetivos a longo prazo.
- O pagamento da terceira, quarta e quinta parte é vinculado ao cumprimento de determinados objetivos relativos ao período 2017-2019 e às métricas e escalas associadas a tais objetivos. Estes objetivos são:
 - o crescimento do lucro consolidado por ação em 2019 em relação a 2016;
 - o comportamento relativo do retorno total para o acionista (RTA) do Banco no período 2017-2019 em relação aos RTAs ponderados de um grupo de referência de 17 instituições de crédito;
 - o cumprimento do objetivo de capital de nível 1 ordinário *fully loaded* para o exercício de 2019;

O nível de cumprimento dos objetivos anteriores determina a porcentagem a ser aplicada no valor diferido nestas três anuidades, sendo o valor máximo determinado no encerramento do exercício de 2017.

Tanto a parte de pagamento imediato (ou curto prazo) como a diferida (longo prazo e condicionada) são pagas 50% em numerário e os 50% restantes em ações do Santander.

O acúmulo das importâncias diferidas (sujeitos ou não a desempenho) está condicionado, além da permanência do beneficiário no Grupo, a que não ocorra durante o período anterior a cada uma das entregas nenhuma das circunstâncias que dão lugar à aplicação de penalizações segundo o registrado na política de remuneração do Grupo em seu capítulo relativo a penalizações e clawback. Igualmente, os valores já abonados do incentivo estarão sujeitos a sua possível recuperação (clawback) pelo Banco nos orçamentos e durante o prazo previsto em tal política, tudo isso nos termos e condições ali previstas.

A aplicação de penalizações e clawback se ativa em orçamentos nos quais concorra um deficiente desempenho financeiro da instituição em seu conjunto ou de uma divisão ou área concreta desta ou das exposições geradas pelo pessoal, devendo considerar-se, ao menos, os seguintes fatores:

- (i) As falhas significativas na gestão do risco cometidas pela instituição ou por uma unidade de negócio ou de controle de risco.
- (ii) O aumento sofrido pela instituição ou por uma unidade de negócio de suas necessidades de capital, não previstas no momento da geração das exposições.
- (iii) As sanções regulatórias ou condenações judiciais por fatos que puderam ser imputáveis à unidade ou ao pessoal responsável por eles. Igualmente, o descumprimento de códigos de conduta internos da instituição.

- (iv) As condutas irregulares individuais ou coletivas. Serão considerados especialmente os efeitos negativos derivados da comercialização de produtos inadequados e as responsabilidades das pessoas ou órgãos que tomarão essas decisões.

A aplicação de clawback será suplementado pela malus, de forma que terá lugar quando esta for considerada insuficiente para recolher os efeitos que o acontecimento deve ter na remuneração variável designada. A aplicação de *clawback* será decidida pelo Conselho de Administração por proposta do Comitê de Remuneração e não poderá ser recomendada uma vez que em 2024 termine o período de retenção correspondente à última entrega de ações relativa ao plano.

O número máximo de ações a ser entregue é calculado considerando a média ponderada do volume diário das cotações médias ponderadas correspondentes às quinze sessões de negociação anteriores à sexta-feira anterior (excluída) à data em que o Conselho aprovar a bonificação para os conselheiros executivos do Banco.

iv) Ações atribuídas por planos de remuneração variável diferida

O quadro a seguir mostra o número de ações do Santander atribuído a cada diretor executivo e pendente de entrega em 1 de janeiro de 2016, 31 de dezembro de 2016 e 2017, assim como as ações brutas que lhes foram entregues em 2016 e 2017, procedentes de pagamento imediato ou de pagamento diferido; neste caso, uma vez verificado pelo conselho, conforme a proposta do comitê de remuneração, que havia sido realizado o pagamento do terço correspondente de cada plano. São resultantes de cada um dos planos mediante os quais se implementaram as remunerações variáveis de remuneração variável e vinculada de 2012, 2013, 2014 e 2015 dos planos de remuneração variável diferida e vinculada a objetivos plurianuais de 2016 e 2017, conforme indicado no quadro:

A fim de mitigar o efeito diluidor (e, portanto, não vinculado ao desempenho do Grupo) da ampliação de capital com direitos de subscrição preferenciais do Banco, efetuada no mês de julho passado em determinados ciclos dos planos de remuneração diferida e incentivos a longo prazo, aprovou-se o aumento do número de ações a entregar aos seus beneficiários, considerando para isso uma avaliação dos direitos de subscrição preferenciais equivalentes ao seu valor teórico –, isto é, 0,1047 euros (0,416 reais) por direito. O efeito do aumento do número de ações se detalha na coluna correspondente do quadro a seguir.

Remuneração variável em ações	Número máximo de ações a entregar em 1 de janeiro de 2016	Ações entregues em 2016 (pagamento imediato r.variável 2015)	Ações entregues em 2016 (pagamento diferido remuneração variável 2014)	Ações entregues em 2016 (pagamento diferido remuneração variável 2013)	Ações entregues em 2016 (pagamento diferido remuneração variável 2012)	Remuneração variável 2016 (número máximo de ações a entregar)	Número máximo de ações a entregar em 31 de dezembro de 2016	Ações entregues em 2017 (pagamento imediato r.variável 2016)	Ações entregues em 2017 (pagamento diferido remuneração variável 2015)	Ações entregues em 2017 (pagamento diferido remuneração variável 2014)	Ações entregues em 2017 (pagamento diferido remuneração variável 2013)	Ações derivadas do aumento do capital de julho de 2017	Remuneração variável 2017 (número máximo de ações a entregar) ⁽¹⁾	Número máximo de ações a entregar em 31 de dezembro de 2017 ⁽⁴⁾
Remuneração variável do exercício 2012														
Sra. Ana Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	34.958				(34.958)									
Sr. José Antonio Álvarez Álvarez ⁽²⁾	24.046				(24.046)									
Sr. Matías Rodríguez Inciarte	41.529				(41.529)									
100.533					(100.533)									
Remuneração variável do exercício 2013														
Sra. Ana Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	66.241			(33.121)			33.120				(33.120)			
Sr. José Antonio Álvarez Álvarez ⁽²⁾	39.121			(19.560)			19.561				(19.561)			
Sr. Matías Rodríguez Inciarte	69.093			(34.546)			34.547				(34.547)			
174.455				(87.227)			87.228				(87.228)			
Remuneração variável do exercício 2014														
Sra. Ana Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	182.444		(60.814)				121.630			(60.814)		905		61.721
Sr. José Antonio Álvarez Álvarez ⁽²⁾	78.726		(26.242)				52.484			(26.242)		390		26.632
Sr. Matías Rodríguez Inciarte ⁽⁵⁾	139.088		(46.363)				92.725			(46.363)		690		47.052
400.258			(133.419)				266.839			(133.419)		1.985		135.405
Remuneração variável do exercício 2015														
Sra. Ana Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	528.834	(211.534)					317.300		(63.460)			3.777		257.617
Sr. José Antonio Álvarez Álvarez	351.523	(140.609)					210.914		(42.183)			2.511		171.242
Sr. Rodrigo Echenique Gordillo	260.388	(104.155)					156.233		(31.247)			1.860		126.846
Sr. Matías Rodríguez Inciarte	361.118	(144.447)					216.671		(43.334)			2.579		175.916
1.501.863		(600.745)					901.118		(180.224)			10.727		731.621
Remuneração variável do exercício 2016														
Sra. Ana Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea						592.043	592.043	(236.817)				5.286		360.512
Sr. José Antonio Álvarez Álvarez						399.607	399.607	(159.843)				3.568		243.332
Sr. Rodrigo Echenique Gordillo						295.972	295.972	(118.389)				2.643		180.226
Sr. Matías Rodríguez Inciarte						352.455	352.455	(140.982)				3.147		214.620
1.640.077						1.640.077	1.640.077	(656.031)				14.644		998.690
Remuneração variável do exercício 2017														
Sra. Ana Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea													574.375	574.375
Sr. José Antonio Álvarez Álvarez													384.118	384.118
Sr. Rodrigo Echenique Gordillo													299.346	299.346
Sr. Matías Rodríguez Inciarte ⁽⁵⁾													292.771	292.771
													1.550.610	1.550.610

(1) Quarenta por cento das ações indicadas para cada conselho correspondem à variável a curto prazo (ou de pagamento imediato). Os 60% restantes são diferidos para serem entregues, conforme o caso, em quintas partes nos cinco anos seguintes, sendo os três últimos sujeitos ao cumprimento de objetivos plurianuais.

(2) Número máximo de ações provenientes de sua participação nos planos correspondentes durante sua etapa como diretor geral.

(3) Deixou de ser membro do conselho em 08 de novembro de 2015. As ações correspondentes à sua retribuição variável entre essa data e a data em que deixou de ser diretor geral (2 de janeiro de 2016) está incluída na Nota 5.g

(4) Além disso, o Sr. Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca mantém o direito a um máximo de 199.234 ações provenientes de sua participação nos planos correspondentes durante sua etapa como diretor geral.

Além disso, o quadro a seguir mostra o numerário entregue em 2017 e 2016, seja procedente de pagamento imediato ou de pagamento diferido de planos de exercícios anteriores; neste caso, uma vez verificado pelo conselho, conforme a proposta do comitê de remuneração, que havia sido realizado o pagamento do terço correspondente de cada plano:

	Milhares de euros			
	2017		2016	
	Numerário pago (pagamento imediato r.variável 2016)	Numerário pago (terço pagamento diferido r. variável 2015, 2014 e 2013)	Numerário pago (pagamento imediato r.variável 2015)	Numerário pago (terço pagamento diferido r. variável 2014, 2013 e 2012)
Sra. Ana Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	1.205	825	840	826
Sr. José Antonio Álvarez Álvarez ⁽¹⁾	814	461	558	448
Sr. Rodrigo Echenique Gordillo	603	124	414	-
Sr. Matías Rodríguez Inciarte	718	690	574	784
	3.339	2.099	2.386	2.058

	Milhares de reais			
	2017		2016	
	Numerário pago (pagamento imediato r.variável 2016)	Numerário pago (terço pagamento diferido r. variável 2015, 2014 e 2013)	Numerário pago (pagamento imediato r.variável 2015)	Numerário pago (terço pagamento diferido r. variável 2014, 2013 e 2012)
Sra. Ana Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	4.331	2.965	2.882	2.834
Sr. José Antonio Álvarez Álvarez ⁽¹⁾	2.926	1.657	1.914	1.537
Sr. Rodrigo Echenique Gordillo	2.167	446	1.420	-
Sr. Matías Rodríguez Inciarte	2.581	2.480	1.969	2.690
	12.004	7.548	8.940	11.513

(1) Inclui a quantia paga correspondente a sua participação nos respectivos planos durante sua gestão como diretor geral.

v) Informações correspondentes aos antigos membros do Conselho de Administração

A seguir, apresentamos as informações sobre o número máximo de ações que corresponde a antigos membros do Conselho de Administração que deixaram seus cargos antes de 1 de janeiro de 2016 por terem participado dos diversos programas de remuneração variável pelos quais foi implementada parte de suas remunerações variáveis correspondentes aos exercícios nos quais eram membros executivos do Conselho de Administração. Além disso, incluímos informações sobre as entregas, em ações ou dinheiro, efetuadas em 2017 e 2016 a esses membros, uma vez cumpridas as condições para o recebimento (ver Nota 47):

Número máximo de ações a entregar (1)	2017	2016
Plano de remuneração variável diferida e condicionada (2013)	-	80.718
Plano de remuneração variável diferida e condicionada (2014)	101.537	200.097
Plano de remuneração variável diferida e condicionada (2015)	67.472	83.103
Plano de Performance Shares (ILP 2015)	51.447	50.693

Número de ações entregues	2017	2016
Plano de remuneração variável diferida e condicionada (2012)	-	120.297
Plano de remuneração variável diferida e condicionada (2013)	80.718	80.718
Plano de remuneração variável diferida e condicionada (2014)	100.049	100.049
Plano de remuneração variável diferida e condicionada (2015)	16.621	55.402

(1) Por proposta da comissão de remuneração, o conselho de administração aprovou ajustar o número máximo de ações para mitigar o efeito diluidor do aumento do capital com direito preferencial de subscrição de julho de 2017 como se descreve iv) a seguir. As ações derivadas desse ajuste totalizam 3.233.

Além disso, nos exercício de 2017 e 2016, foram pagos 1.224 e 1.931 milhares de euros (4.399 e 7.397 milhares de reais), respectivamente, correspondentes à parte diferida a pagar em numerário dos planos anteriores.

f) Créditos

Os riscos diretos do Grupo com os conselheiros do Banco junto aos avais prestados a estes são indicados a seguir. As condições destas operações equivalem às das transações realizadas em condições de mercado ou tiveram a aplicação das remunerações em espécie correspondentes:

	Milhares de euros					
	2017			2016		
	Empréstimos e Créditos	Avais	Total	Empréstimos e Créditos	Avais	Total
Sra. Ana Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	10	-	10	-	-	-
Sr. José Antonio Álvarez Álvarez	9	-	9	9	-	9
Sr. Bruce Carnegie-Brown	-	-	-	2	-	2
Sr. Matías Rodríguez Inciarte ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-
Sr. Rodrigo Echenique Gordillo	22	-	22	21	-	21
Sr. Javier Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	17	-	17	4	-	4
Sra. Sol Daurella Comadran	27	-	27	25	-	25
Sr. Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca	-	-	-	2	-	2
Sra. Belen Romana García	3	-	3	-	-	-
Sr. Guillermo de la Dehesa Romero	-	-	-	11	-	11
	88	-	88	74	-	74

	Milhares de reais					
	2017			2016		
	Empréstimos e Créditos	Avais	Total	Empréstimos e Créditos	Avais	Total
Sra. Ana Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	40	-	40	-	-	-
Sr. José Antonio Álvarez Álvarez	36	-	36	31	-	31
Sr. Bruce Carnegie-Brown	-	-	-	7	-	7
Sr. Matías Rodríguez Inciarte ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-
Sr. Rodrigo Echenique Gordillo	87	-	87	72	-	72
Sr. Javier Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	68	-	68	14	-	14
Sra. Sol Daurella Comadran	107	-	107	86	-	86
Sr. Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca	-	-	-	7	-	7
Sra. Belen Romana García	12	-	12	-	-	-
Sr. Guillermo de la Dehesa Romero	-	-	-	38	-	38
	350	-	350	255	-	255

(1) Deixou de ser conselheiro em novembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2017, os empréstimos e créditos alcançavam 13 milhares de euros (52 milhares de reais) (16 milhares de euros (55 milhares de reais) em 2016).

g) Alta Direção

Em 2017, o Conselho de Administração do Banco continuou com as modificações organizacionais iniciadas em 2016 com o objetivo de simplificar e tornar mais competitiva a organização do Grupo.

O quadro a seguir mostra os valores correspondentes à remuneração a curto prazo e diferida (excluindo a vinculada a objetivos plurianuais) dos membros que compõem a alta administração do Banco 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, excluindo aquelas correspondentes aos conselheiros executivos, que foram detalhadas anteriormente:

Exercício	Número de pessoas	Milhares de euros						
		Remunerações salariais a curto prazo e diferidas					Outras remunerações ⁽¹⁾	Total (3)
		Fixas	Remuneração variável pagamento imediato		Remuneração variável diferida			
			Em numerário	Em ações ⁽²⁾	Em numerário	Em ações		
2017	19	17.847	8.879	8.879	4.052	4.052	7.348	51.058
2016	18	17.258	8.126	8.126	3.745	3.745	4.430	45.430

Exercício	Número de pessoas	Milhares de reais						
		Remunerações salariais a curto prazo e diferidas					Outras remunerações ⁽¹⁾	Total
		Fixas	Remuneração variável pagamento imediato		Remuneração variável diferida			
			Em numerário	Em ações ⁽²⁾	Em numerário	Em ações		
2017	19	64.144	31.913	31.913	14.564	14.564	26.410	183.509
2016	18	66.111	31.128	31.128	14.346	14.346	16.970	174.030

(1) Abrange outras categorias de remuneração, tais como prêmios por seguros de vida no valor de 692 milhares de euros (2.487 milhares de reais) (557 milhares de euros - 2.210 milhares de reais em 2016), seguros de saúde e auxílios-residência.

(2) O valor de pagamento imediato em ações do exercício de 2017 corresponde a 1.430.143 ações Santander (1.596.248 ações Santander em 2016) e 225.564 ações do Banco Santander (México), S.A..

(3) Adicionalmente, e como consequência dos acordos de incorporação e compensação de remunerações a longo prazo e diferidas perdidas em anteriores empregos, foram aprovadas em 2017 compensações no montante de 4.650 milhares de euros (16.713 milhares de reais) e 648.457 ações do Banco Santander, S.A. Essas compensações estão parcialmente sujeitas a diferimento e/ou recuperação em determinados casos.

Por outro lado, indicamos a seguir os detalhes das remunerações salariais vinculadas a objetivos plurianuais dos membros que formavam a alta administração em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Estas remunerações poderão ser recebidas ou não, em função do cumprimento das condições estabelecidas para cada uma delas, nos prazos de diferimento correspondentes (ver Nota 47).

Exercício	Número de pessoas	Milhares de euros		
		Remunerações salariais a longo prazo (1)		
		Em numerário	Em ações	Total
2017	19	4.255	4.255	8.510
2016	18	3.933	3.933	7.866

Exercício	Número de pessoas	Milhares de reais		
		Remunerações salariais a longo prazo (1)		
		Em numerário	Em ações	Total
2017	19	16.904	16.904	33.809
2016	18	15.066	15.066	30.132

(1) Corresponde ao valor justo das anualidades máximas correspondentes a 2021, 2022 e 2023 do segundo ciclo do plano de remuneração variável diferida e vinculada a objetivos plurianuais (2020, 2021 e 2022 para o primeiro ciclo do plano de remuneração variável diferida vinculada a objetivos anuais pelo exercício 2016).

Além disso, os diretores gerais que, no exercício de 2017, deixaram de exercer suas funções e que, portanto, não faziam parte da alta administração no encerramento do exercício, receberam durante o ano remunerações salariais e outras por terem deixado de exercer suas funções no valor total de 5.237 milhares de euros (18.821 milhares de reais), mantendo também o direito a remunerações salariais diferidas e vinculadas a objetivos plurianuais no valor total de 999 milhares de euros (3.967 milhares de reais).

Os membros da alta administração (excluindo os conselheiros executivos) mantinham, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o direito de receber um número máximo de ações do Santander correspondente à parte diferida dos diferentes planos em vigor em cada data (ver Nota 47), conforme segue:

Número máximo de ações a entregar (1)	2017	2016
Plano de remuneração variável diferida e condicionada (2013)	-	271.996
Plano de remuneração variável diferida e condicionada (2014)	323.424	759.950
Plano de remuneração variável diferida e condicionada (2015)	1.296.424	1.981.670
Plano de <i>Performance Shares</i> (ILP 2015)	1.050.087	1.339.506
Plano de remuneração variável diferida e vinculada a objetivos plurianuais (2016)	1.854.495	1.954.431
Plano de remuneração variável diferida e vinculada a objetivos plurianuais (2017) (2)	1.779.302	-

(1) Por proposta da comissão de remuneração, o conselho de administração aprovou ajustar o número máximo de ações para mitigar o efeito diluidor do aumento do capital com direito preferencial de subscrição de julho de 2017 como se descreve iv) a seguir. As ações derivadas desse ajuste totalizam 66.339.

(2) Além disso, em 31 de dezembro de 2015, tinham direito a um máximo de 225.564 ações do Banco Santander (México), S.A.

Em 2017 e 2016, após o cumprimento das condições estabelecidas nos correspondentes sistemas retributivos de entrega diferida de ações correspondente a exercícios anteriores, além da bonificação em numerário dos valores correspondentes importes, foram entregues aos diretores gerais o seguinte número de ações do Santander:

Número de ações entregues	2017	2016
Plano de remuneração variável diferida e condicionada (2012)	-	251.445
Plano de remuneração variável diferida e condicionada (2013)	226.766	271.996
Plano de remuneração variável diferida e condicionada (2014)	318.690	379.978
Plano de remuneração variável diferida e condicionada (2015)	349.725	-

Conforme indicado na seção c) desta Nota, no exercício de 2012, foram modificados os contratos dos membros da alta administração do Banco que contavam com compromissos por pensões na modalidade de benefício definido para transformá-los em um sistema de previdência de contribuição definida, que foi terceirizado para o Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A. Esse novo sistema outorga aos altos dirigentes o direito de receber um benefício por aposentadoria como ocasião desta, estejam ou não ativos no Banco nesse momento, calculada com base nas contribuições ao referido sistema e que substituiu o direito a receber um complemento de pensão no caso da aposentadoria com que contavam até então, excluindo expressamente todas as obrigações do Banco com os dirigentes, distinta da conversão do sistema anterior no novo sistema de previdência implantado em 2012 e, se for o caso, das contribuições anuais a que tenham direito. No caso de aposentadoria antecipada e até a data da aposentadoria, os altos dirigentes nomeados antes de setembro de 2015 têm direito a receber uma atribuição anual.

Além disso, os contratos de alguns altos dirigentes incluem um regime de previdência complementar para os casos de falecimento (viuvez e orfandade) e incapacidade permanente em ativo.

Adicionalmente, conforme previsto na norma de remunerações, a partir de 2016 (inclusive), foi incluído nas contribuições ao sistema de previdência um componente de benefícios discricionais de pensão de, pelo menos, 15% do total. Conforme o regime correspondente a esses benefícios discricionais, as contribuições realizadas cujo cálculo é feito sobre remunerações variáveis estão sujeitas a cláusulas e penalização (malus) e clawback, segundo a política vigente em cada momento e durante o mesmo período em que se difira a remuneração variável.

Além disso, deverão investir em ações do Banco durante um período de cinco anos a contar a partir do momento em que os altos dirigentes deixarem de exercer sua função no Grupo, como consequência ou não de sua aposentadoria. Transcorrido esse prazo, o valor investido em ações voltará a ser investido junto com o restante do saldo acumulado do alto dirigente, ou será efetuado o pagamento a ele ou aos seus beneficiários, no caso de haver ocorrido alguma contingência coberta pelo sistema de previdência.

O saldo em 31 de dezembro de 2017 no sistema de previsão para aqueles que pertenceram à alta administração no exercício alcançava 118,7 milhões de euros (471,6 milhões de reais) (99,3 milhões de euros (341 milhões de reais) em 31 de dezembro de 2016).

O encargo líquido a resultados correspondente a compromissos por aposentadorias e benefícios complementares de viuvez, orfandade e invalidez permanente alcançou, no exercício de 2017, 14,5 milhões de euros (52,1 milhões de reais) (12,9 milhões de euros (49 milhões de reais) no exercício de 2016).

Em 2017, não há abonos em forma de pagamento único da atribuição anual por aposentadoria voluntária (6,7 milhões de euros (25,7 milhões de reais)).

Além disso, o capital segurado por seguros de vida e acidentes em 31 de dezembro de 2017 deste grupo alcançava 53,6 milhões de euros (213 milhões de reais) (59,1 milhões de euros (203 milhões de reais) em 31 de dezembro de 2016).

h) Benefícios pós-emprego dos antigos membros do Conselho de Administração e antigos diretores gerais

Os pagamentos e liquidações realizados nos exercícios de 2017 e 2016 a antigos membros do Conselho de Administração do Banco, distintos dos que figuram na seção c) desta Nota alcançavam 26,2 e 7,3 milhões de euros (94,2 e 28 milhões de reais), respectivamente. Além disso, os pagamentos e liquidações realizados no exercício de 2017 a antigos diretores gerais a esse título alcançavam 17,7 milhões de euros (63,6 milhões de reais) (134,7 milhões de euros) (516 milhões de reais) em 2016).

Os aportes para apólices de seguros que cobrem compromissos por pensões e prestações complementares de viuvez, orfandade e invalidez permanente para membros anteriores do Conselho de Administração do Banco, atingiram, no exercício 2017, 0,5 milhares de euros (1,8 milhares de reais) (0,66 milhares de euros (2,5 milhares de reais) no exercício 2016). Igualmente, os aportes para apólices de seguros que cobrem compromissos por pensões e prestações complementares de viuvez, orfandade e invalidez permanente para diretores gerais anteriores chegaram a 5,5 milhões de euros (19,8 milhões de reais) (6,6 milhões de euros (25,3 milhões de reais) em 2016).

No exercício de 2017, registrou-se na demonstração do resultado consolidada uma provisão de 0,5 milhares de euros (1,8 milhares de reais) ((provisão de 0,3 milhão de euros em 2016 (1,1 milhares de reais)) a título de compromissos por pensões e obrigações similares mantidos pelo Grupo com antigos membros do conselho de administração do Banco, sendo registrada uma liberação correspondente a ex-diretores gerais de 5,6 milhares de euros (20,1 milhares de reais) (0,5 milhares de euros (1,9 milhares de reais) de provisão no exercício de 2016).

Além disso, na seção Provisões - Fundo para pensões e obrigações similares do balanço consolidado em 31 de dezembro de 2017 se encontravam registrados 81,8 milhões de euros (325 milhões de reais), a título de compromissos por benefícios pós-emprego mantidos com antigos membros do Conselho de Administração do Banco (96,8 milhões de euros, equivalentes a 332,1 milhões de reais) em 31 de dezembro de 2016) e 175,8 milhões de euros, (698,4 milhões de reais) correspondentes a antigos diretores gerais (171 milhões de euros, equivalentes a 586,6 milhões de reais) no exercício de 2016).

i) Aposentadoria antecipada e aposentadoria

Os seguintes conselheiros executivos terão direito a aposentadoria antecipada caso deixem de exercer suas funções, se ainda não tiverem alcançado a idade para se aposentarem, de acordo com as condições a seguir.

Sra. Ana Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea terá direito a aposentadoria antecipada caso deixe de exercer sua função por motivos distintos de seu descumprimento. Nesse caso, terá direito a uma atribuição anual equivalente à soma de sua remuneração fixa e 30% da média de suas últimas remunerações variáveis, com, no máximo, três. Tal atribuição será reduzida em até 16% caso deixe de exercer sua função de forma voluntária antes dos 60 anos. Tal atribuição estará submetida a condições de penalizações e clawback em vigor durante o prazo de 5 anos. Sr. José Antonio Álvarez Álvarez terá direito a aposentadoria antecipada caso deixe de exercer sua função por motivos distintos de sua livre vontade ou seu descumprimento. Nesse caso, terá direito a uma atribuição anual equivalente à remuneração fixa que lhe corresponda como diretor geral. Tal atribuição estará submetida a condições de penalizações e clawback em vigor durante o prazo de 5 anos.

j) Rescisão

Os contratos dos conselheiros executivos e dos altos dirigentes são de duração indefinida. A extinção da relação por descumprimento de suas obrigações pelo conselheiro ou dirigente por sua livre vontade não dará direito a nenhuma compensação econômica. Em caso de rescisão do contrato pelo Banco por qualquer outro motivo distinto da aposentadoria antecipada, terão direito à indenização legal que, em seu caso, corresponda, sem prejuízo da compensação que lhe corresponda pelas obrigações de não competência, tal como se detalham na política de remunerações dos conselheiros.

No caso de término do contrato por parte do Banco, a Sra. Ana Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea deverá permanecer à disposição do Banco durante um período de 4 meses para assegurar uma adequada transição, recebendo, durante esse período, seu salário fixo.

Um membro da alta administração (não conselheiro) do Grupo, distinto daqueles cujos contratos foram modificados em 2012, conforme indicado, mantém um contrato que reconhece o direito do interessado, em determinados casos, a uma contribuição extraordinária ao seu sistema de previdência, se deixar de exercer suas funções por motivos que não sejam de sua própria vontade, aposentadoria, invalidez ou descumprimento grave de suas funções. Tal indenização é reconhecida como uma provisão por fundos de pensões e obrigações similares e como um gasto de pessoal somente quando se dissolve o vínculo que une o Banco com o dirigente antes da data normal de sua aposentadoria.

k) Informação sobre participações dos conselheiros em outras sociedades e conflitos de interesse

Nenhum dos membros do conselho nem suas pessoas vinculadas desenvolvem, por conta própria ou alheia, atividades que impliquem uma concorrência efetiva, seja real ou potencial, com as do Banco Santander, S.A. ou que, de qualquer outro modo, coloquem os conselheiros em um conflito permanente direto ou indireto com os interesses do Banco Santander, S.A.

Sem prejuízo do anterior, apresentamos, a seguir, as declarações dos conselheiros com respeito às suas participações no capital social de instituições não relacionadas com o Grupo cujo objeto social são atividades bancárias, financiamento ou crédito, assim como as funções de administração ou direção que, se for o caso, exercem nelas.

Administrador	Denominação social	Número de ações	Funções
Sra. Ana Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	Bankinter, S.A. *	5.179.932	-
Sr. Bruce Neil Carnegie-Brown	Moneysupermarket.com Group plc Lloyd's of London Ltd	- -	Presidente (1) Presidente (1)
Sr. Rodrigo Echenique Gordillo	Mitsubishi UFJ Financial Group	17.500	- -
Sr. Guillermo de la Dehesa Romero	Goldman, Sachs & Co. (The Goldman Sachs Group, Inc.)	19.546	-
Sr. Javier Botín-Sanz de Sautuola y O'Shea	Bankinter, S.A. JB Capital Markets Sociedad de Valores, S.A.	6.929.853 2.077.198	- Presidente
Sra. Esther Giménez-Salinas i Colomer	Gawa Capital Partners, S.L.	-	Conselheira (1)
D. Ramiro Mato García-Ansorena	BNP Paribas	13.806	-

(*) Participação indireta.

(1) Não executivo

Além disso, de acordo com o Regulamento do Conselho (artigo 40), o conselho, mediante informação prévia favorável do comitê de auditoria, deverá autorizar as operações que o Banco realize com conselheiros (a menos que sua aprovação corresponda por lei à assembleia geral), com exceção das operações que cumpram simultaneamente as condições a que refere a seção 2 do citado artigo 40.

Assim, as operações com partes vinculadas realizadas durante o exercício cumpriam as condições estabelecidas no regulamento do conselho de administração para não requerer o relatório prévio favorável da comissão de auditoria e a posterior autorização do conselho de administração.

Adicionalmente, no exercício de 2017, houve 86 nas quais, de acordo com o disposto no artigo 36.1 (b) (iii) do Regulamento do Conselho, os conselheiros se abstiveram de intervir e votar na deliberação de assuntos nas sessões do conselho de administração ou de seus comitês. Os detalhes dos 86 casos são os seguintes: em 27 ocasiões se deveram a propostas de nomeações, reeleição ou renúncia de conselheiros, bem como da designação de membros dos comitês do conselho ou em empresas do Grupo ou relacionadas com eles; em 25 ocasiões se tratavam de aspectos retributivos ou de concessão de empréstimos ou créditos; em 22 ocasiões quando debateram sobre propostas de investimento ou financiamento ou outras operações de risco a favor de empresas relacionadas com diversos conselheiros; em 12 ocasiões, a abstenção ocorreu quando foi feita a verificação anual do caráter dos conselheiros.

6. Empréstimos e adiantamentos de Bancos Centrais e Instituições de crédito

A composição dos saldos desta seção dos balanços consolidados, de acordo com a classificação, natureza e moeda das operações, é indicada a seguir:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
BANCOS CENTRAIS			
Classificação:			
Ativos financeiros mantidos para negociação	-	-	-
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	-	-	-
Empréstimos e recebíveis	26.278	27.973	17.337
	26.278	27.973	17.337
Natureza:			
Depósitos a prazo	17.359	14.445	9.958
Aquisição temporária de ativos	8.919	13.528	7.379
Ativos ajustados pela perda de valor recuperável	-	-	-
Correções de valor por perdas	-	-	-
<i>Das quais, por Risco-país</i>	-	-	-
	26.278	27.973	17.337
INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO			
Classificação:			
Ativos financeiros mantidos para negociação	1.696	3.221	1.352
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	9.889	10.069	26.403
Empréstimos e recebíveis	39.567	35.424	37.438
	51.152	48.714	65.193
Natureza:			
Depósitos a prazo	8.169	6.577	7.875
Aquisição temporária de ativos	21.765	20.867	37.744
Adiantamentos diferentes de empréstimos	21.232	21.281	19.580
Ativos ajustados pela perda de valor recuperável	4	4	13
Correções de valor por perdas	(18)	(15)	(19)
<i>Das quais, por Risco-país</i>	(10)	(12)	(12)
	51.152	48.714	65.193
Moeda:			
Euro	23.286	24.278	42.666
Libras	5.582	4.337	3.684
Dólares americanos	15.325	11.996	14.395
Real brasileiro	28.140	32.013	20.341
Outras moedas	5.097	4.063	1.444
TOTAL	77.430	76.687	82.530

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
BANCOS CENTRAIS			
Classificação:			
Ativos financeiros mantidos para negociação	-	-	-
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	-	-	-
Empréstimos e recebíveis	104.401	95.961	74.752
	104.401	95.961	74.752
Natureza:			
Depósitos a prazo	68.967	49.555	42.936
Aquisição temporária de ativos	35.434	46.406	31.816
Ativos ajustados pela perda de valor recuperável	-	-	-
Correções de valor por perdas	-	-	-
<i>Das quais, por Risco-país</i>	-	-	-
	104.401	95.961	74.752
INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO			
Classificação:			
Ativos financeiros mantidos para negociação	6.740	11.048	5.829
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	39.288	34.541	113.842
Empréstimos e recebíveis	157.195	121.522	161.421
	203.223	167.111	281.092
Natureza:			
Depósitos a prazo	32.455	22.565	33.954
Aquisição temporária de ativos	86.473	71.583	162.741
Adiantamentos diferentes de empréstimos	84.352	73.021	84.423
Ativos ajustados pela perda de valor recuperável	15	15	56
Correções de valor por perdas	(72)	(73)	(82)
<i>Das quais, por Risco-país</i>	(40)	(41)	(52)
	203.223	167.111	281.092
Moeda:			
Euro	92.513	83.286	183.963
Libras	22.177	14.878	15.884
Dólares americanos	60.885	41.152	62.067
Real brasileiro	111.797	109.821	87.704
Outras moedas	20.252	13.935	6.226
TOTAL	307.624	263.072	355.844

Os depósitos classificados na carteira “Mantidos para negociação” correspondem, principalmente, a aquisições temporárias de ativos de títulos de instituições estrangeiras, enquanto os classificados como Ativos Financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados correspondem a aquisições temporárias de ativos de títulos de instituições espanholas e estrangeiras.

Os depósitos em instituições de crédito classificados como “Empréstimos e recebíveis” são, principalmente, contas a prazo e fianças concedidas em numerário a instituições de crédito.

A Nota 51 apresenta os detalhes dos respectivos prazos de vencimento, bem como as taxas de juros médias para os classificados como “Empréstimos e recebíveis”.

7. Instrumentos de dívida

a) Composição do saldo

A composição dos saldos desta seção dos balanços consolidados, de acordo com a classificação, natureza e moeda das operações, é indicada a seguir:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Classificação:			
Ativos financeiros mantidos para negociação	36.351	48.922	43.964
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	3.485	3.398	3.717
Ativos financeiros disponíveis para venda (*)	128.481	111.287	117.187
Empréstimos e recebíveis	17.543	13.237	10.907
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	13.491	14.468	4.355
	199.351	191.312	180.130
Natureza:			
Dívida pública espanhola (*)	59.186	45.696	45.787
Dívida pública estrangeira	99.424	103.070	88.346
Emitidos por instituições financeiras	12.155	16.874	18.843
Outros títulos de renda fixa	28.299	25.397	27.227
Ativos ajustados pela perda de valor recuperável	1.017	773	218
Correções de valor por perdas	(730)	(498)	(291)
	199.351	191.312	180.130
Moeda:			
Euro	93.250	73.791	81.196
Libras	16.203	16.106	10.551
Dólares americanos	25.191	31.401	27.011
Outras moedas	65.437	70.512	61.663
Total Bruto	200.081	191.810	180.422
Correções de valor por perdas	(730)	(498)	(291)
	199.351	191.312	180.130

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Classificação:			
Ativos financeiros mantidos para negociação	144.419	167.828	189.560
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	13.844	11.656	16.027
Ativos financeiros disponíveis para venda (*)	510.443	381.769	505.275
Empréstimos e recebíveis	69.696	45.410	47.028
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	53.599	49.634	18.777
	792.001	656.297	776.667
Natureza:			
Dívida pública espanhola (*)	235.140	156.760	197.420
Dívida pública estrangeira	395.001	353.582	380.921
Emitidos por instituições financeiras	48.291	57.886	81.245
Outros títulos de renda fixa	112.429	87.127	117.396
Ativos ajustados pela perda de valor recuperável	4.041	2.651	940
Correções de valor por perdas	(2.901)	(1.709)	(1.255)
	792.001	656.297	776.667
Moeda:			
Euro	370.473	253.140	350.093
Libras	64.373	55.252	45.493
Dólares americanos	100.081	107.721	116.463
Outras moedas	259.975	241.893	265.873
Total Bruto	794.902	658.006	777.923
Correções de valor por perdas	(2.901)	(1.709)	(1.255)
	792.001	656.297	776.667

(*) O aumento produzido no exercício 2017 se deve principalmente à aquisição do Banco Popular.

Ao longo do exercício de 2016, o Santander UK Plc comprou uma carteira de títulos de dívida soberana inglesa que foi classificada como investimentos mantidos até o vencimento no valor de 7.765 milhões de euros (26.638 milhões de reais).

Em 2015, o Grupo reclassificou determinados instrumentos financeiros da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda para Investimentos mantidos até o vencimento Conforme a norma aplicável, para determinar o valor justo destes instrumentos, na data da transferência, consideraram-se seu custo inicial e os montantes reconhecidos até então em Outro resultado global acumulado no patrimônio líquido consolidado do Grupo foram mantidos no balanço consolidado, junto com os correspondentes aos demais ativos financeiros disponíveis para venda. Os instrumentos reclassificados passaram a ser avaliados posteriormente, a seu custo amortizado, e tanto a diferença deste com seu valor no vencimento como os montantes registrados anteriormente em Outro resultado global acumulado no patrimônio líquido serão reconhecidos na demonstração do resultado consolidada durante a vida residual do ativo financeiro utilizando o método da taxa de juros efetiva.

b) Detalhes

Os detalhes do saldo líquido de provisão para perdas em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, de Valores representativos de dívida em função da origem geográfica do emissor são apresentados a seguir:

	Milhões de euros											
	2017				2016				2015			
	Renda fixa privada	Renda fixa pública	Total	%	Renda fixa privada	Renda fixa pública	Total	%	Renda fixa privada	Renda fixa pública	Total	%
Espanha	5.272	59.186	64.458	32,33%	6.153	45.696	51.849	27,10%	7.387	45.787	53.174	29,52%
Reino Unido	4.339	10.717	15.056	7,55%	3.531	11.910	15.441	8,07%	3.746	6.456	10.202	5,66%
Portugal	3.972	7.892	11.864	5,95%	4.068	7.689	11.757	6,15%	3.889	9.975	13.864	7,70%
Itália	1.287	7.171	8.458	4,24%	1.035	3.547	4.582	2,40%	1.312	4.423	5.735	3,18%
Irlanda	3.147	2	3.149	1,58%	518	-	518	0,27%	342	-	342	0,19%
Polónia	772	6.619	7.391	3,71%	707	6.265	6.972	3,64%	802	5.470	6.272	3,48%
Resto Europa	7.195	1.733	8.928	4,48%	7.203	1.736	8.939	4,67%	7.912	3.133	11.045	6,13%
Estados Unidos	7.986	11.670	19.656	9,86%	10.559	13.058	23.617	12,34%	11.919	9.753	21.672	12,03%
Brasil	4.729	34.940	39.669	19,90%	5.364	39.770	45.134	23,59%	5.405	25.588	30.993	17,21%
México	461	9.478	9.939	4,99%	587	10.628	11.215	5,86%	723	15.296	16.019	8,89%
Chile	62	4.071	4.133	2,07%	1.315	3.643	4.958	2,59%	1.027	2.032	3.059	1,70%
Resto da América	755	913	1.668	0,84%	782	1.262	2.044	1,07%	762	1.611	2.373	1,32%
Resto do Mundo	764	4.218	4.982	2,50%	724	3.562	4.286	2,24%	771	4.609	5.380	2,99%
	40.741	158.610	199.351	100%	42.546	148.766	191.312	100%	45.997	134.133	180.130	100%

	Milhões de reais											
	2017				2016				2015			
	Renda fixa privada	Renda fixa pública	Total	%	Renda fixa privada	Renda fixa pública	Total	%	Renda fixa privada	Renda fixa pública	Total	%
Espanha	20.945	235.140	256.085	32,33%	21.108	156.760	177.868	27,10%	31.851	197.420	229.271	29,52%
Reino Unido	17.238	42.578	59.816	7,55%	12.113	40.857	52.970	8,07%	16.152	27.836	43.988	5,66%
Portugal	15.780	31.354	47.134	5,95%	13.995	26.377	40.332	6,15%	16.768	43.009	59.777	7,70%
Itália	5.113	28.490	33.603	4,24%	3.551	12.168	15.719	2,40%	5.657	19.071	24.728	3,18%
Irlanda	12.503	8	12.511	1,58%	1.777	-	1.777	0,27%	1.475	-	1.475	0,19%
Polónia	3.067	26.297	29.364	3,71%	2.425	21.492	23.917	3,64%	3.458	23.585	27.043	3,48%
Resto Europa	28.587	6.885	35.472	4,48%	24.711	5.956	30.667	4,67%	34.114	13.509	47.623	6,13%
Estados Unidos	31.728	46.364	78.092	9,86%	36.223	44.795	81.018	12,34%	51.391	42.052	93.443	12,03%
Brasil	18.788	138.813	157.601	19,90%	18.401	136.431	154.832	23,59%	23.305	110.328	133.633	17,21%
México	1.832	37.655	39.487	4,99%	2.014	36.459	38.473	5,86%	3.117	65.952	69.069	8,89%
Chile	246	16.174	16.420	2,07%	4.511	12.497	17.008	2,59%	4.428	8.761	13.189	1,70%
Resto da América	3.000	3.628	6.628	0,84%	2.682	4.329	7.011	1,07%	3.285	6.946	10.231	1,32%
Resto do Mundo	3.033	16.755	19.788	2,50%	2.484	12.221	14.705	2,24%	3.325	19.872	23.197	2,99%
	161.860	630.141	792.001	100%	145.955	510.342	656.297	100%	198.326	578.341	776.667	100%

Os detalhes do referido saldo, em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, em função do *rating* do emitente, são indicados a seguir:

	Milhões de euros											
	2017				2016				2015			
	Renda fixa privada	Renda fixa pública	Total	%	Renda fixa privada	Renda fixa pública	Total	%	Renda fixa privada	Renda fixa pública	Total	%
AAA	16.239	924	17.163	8,61%	18.916	1.008	19.924	10,41%	16.975	9.164	26.139	14,51%
AA	2.714	23.522	26.236	13,16%	1.632	29.639	31.271	16,35%	3.452	13.168	16.620	9,23%
A	4.373	8.037	12.410	6,23%	2.928	3.285	6.213	3,25%	7.379	9.120	16.499	9,16%
BBB	6.449	91.012	97.461	48,89%	7.579	66.955	74.534	38,96%	8.011	65.707	73.718	40,92%
Menos de BBB	2.393	35.109	37.502	18,81%	4.751	47.872	52.623	27,51%	2.575	35.573	38.148	21,18%
Sem <i>rating</i>	8.573	6	8.579	4,30%	6.740	7	6.747	3,53%	7.605	1.401	9.006	5,00%
TOTAL	40.741	158.610	199.351	100%	42.546	148.766	191.312	100%	45.997	134.133	180.130	100%

	Milhões de reais											
	2017				2016				2015			
	Renda fixa privada	Renda fixa pública	Total	%	Renda fixa privada	Renda fixa pública	Total	%	Renda fixa privada	Renda fixa pública	Total	%
AAA	64.516	3.671	68.187	8,61%	64.891	3.458	68.349	10,41%	73.191	39.512	112.703	14,51%
AA	10.782	93.451	104.233	13,16%	5.599	101.677	107.276	16,35%	14.884	56.776	71.660	9,23%
A	17.373	31.930	49.303	6,23%	10.045	11.269	21.314	3,25%	31.816	39.323	71.139	9,16%
BBB	25.621	361.582	387.203	48,89%	26.000	229.689	255.689	38,96%	34.541	283.309	317.850	40,92%
Menos de BBB	9.507	139.485	148.992	18,81%	16.298	164.225	180.523	27,51%	11.103	153.380	164.483	21,18%
Sem <i>rating</i>	34.061	22	34.083	4,30%	23.122	24	23.146	3,53%	32.791	6.041	38.832	5,00%
TOTAL	161.860	630.141	792.001	100%	145.955	510.342	656.297	100%	198.326	578.341	776.667	100%

A distribuição da exposição por nível do rating da tabela anterior foi afetada por várias revisões de ratings dos emissores soberanos realizadas nos últimos anos. Assim, as principais revisões durante 2017 foram de Portugal, que passou de BB+ a BBB-, e do Chile, de AA- a A+. Ainda assim, as principais revisões em 2016 foram o Reino Unido, que passou de AAA a AA; a Polónia, que passou de A a BBB+, e a Argentina, que não tinha rating e passou a B-. Durante 2015 o Brasil passou de BBB a BBB-.

Além disso, os detalhes do saldo de Renda fixa privada líquido de perdas em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 por tipo de instrumento financeiro são indicados a seguir:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Títulos hipotecários securitizados	2.458	1.584	2.110
Outros títulos de securitização	5.992	2.803	3.073
Dívida a taxa de juros variável	13.756	11.818	16.633
Dívida a taxa de juros fixa	18.535	26.341	24.181
Total	40.741	42.546	45.997

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Títulos hipotecários securitizados	9.765	5.434	9.098
Outros títulos de securitização	23.806	9.616	13.250
Dívida a taxa de juros variável	54.651	40.542	71.717
Dívida a taxa de juros fixa	73.638	90.363	104.261
Total	161.860	145.955	198.326

c) Correções de valor por provisão para perdas

A seguir, apresentamos um resumo das movimentações que afetaram os prejuízos por perdas dos valores representativos de dívida.

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Saldo no início do exercício	498	291	144
Provisões líquidas do exercício (*)	348	380	211
Das quais:			
Provisões com base nos resultados	386	423	223
Recuperação de provisões com base nos resultados	(38)	(43)	(12)
Diferenças de câmbio e outras categorias	(116)	(172)	(64)
Saldo no final do exercício	730	498	291
Do qual:			
Em função da área geográfica de localização do risco:			
União Europeia	30	40	34
América Latina	700	458	257
(*) Dos quais:			
Empréstimos e recebíveis	348	405	92
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	(25)	119

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Saldo no início do exercício	1.709	1.255	466
Provisões líquidas do exercício (*)	1.252	1.457	768
<i>Das quais:</i>			
<i>Provisões com base nos resultados</i>	1.387	1.622	820
<i>Recuperação de provisões com base nos resultados</i>	(135)	(165)	(52)
Diferenças de câmbio e outras categorias	(60)	(1.003)	21
Saldo no final do exercício	2.901	1.709	1.255
<i>Do qual:</i>			
<i>Em função da área geográfica de localização do risco:</i>			
<i>União Europeia</i>	119	138	147
<i>América Latina</i>	2.782	1.571	1.108
<i>(*) Dos quais:</i>			
<i>Empréstimos e recebíveis</i>	1.252	1.552	334
<i>Ativos financeiros disponíveis para venda</i>	-	(95)	434

d) Outras informações

A seguir, apresentamos os detalhes por prazos de vencimento da penhora dos Instrumentos de dívida sujeitos a determinados compromissos:

	Milhões de euros							
	2017							
	1 dia	1 semana	1 mês	3 meses	6 meses	1 ano	Mais de 1 ano	Total
Dívida pública	3.076	42.213	18.624	9.614	5.895	1.222	1.157	81.801
Outros instrumentos de dívida	810	853	529	689	257	804	4.039	7.981
Total	3.886	43.066	19.153	10.303	6.152	2.026	5.196	89.782

	Milhões de reais							
	2017							
	1 dia	1 semana	1 mês	3 meses	6 meses	1 ano	Mais de 1 ano	Total
Dívida pública	12.221	167.708	73.991	38.195	23.420	4.855	4.597	324.987
Outros instrumentos de dívida	3.218	3.389	2.102	2.737	1.021	3.194	16.047	31.708
Total	15.439	171.097	76.093	40.932	24.441	8.049	20.644	356.695

Não existem condições particulares relacionadas à penhora dos referidos ativos suscetíveis de detalhamento.

Na Nota 29, apresentamos os detalhes de Outro resultado global acumulado, registrados no Patrimônio líquido correspondentes aos Ativos financeiros disponíveis para venda.

Na Nota 51, apresentamos os detalhes dos prazos de vencimento dos Ativos financeiros disponíveis para venda e dos Empréstimos e recebíveis, assim como suas taxas de juros médias.

8. Instrumentos de patrimônio

a) Detalhes

Os detalhes do saldo desta seção dos balanços consolidados de acordo com sua classificação e natureza são os seguintes:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Classificação:			
Ativos financeiros mantidos para negociação	21.353	14.497	18.225
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	933	546	630
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.790	5.487	4.849
	27.076	20.530	23.704
Natureza:			
Ações de sociedades espanholas	4.199	3.098	2.479
Ações de sociedades estrangeiras	20.448	15.342	19.077
Participações no patrimônio de Fundos de Investimento	2.429	2.090	2.148
	27.076	20.530	23.704

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Classificação:			
Ativos financeiros mantidos para negociação	84.832	49.731	78.581
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	3.705	1.874	2.716
Ativos financeiros disponíveis para venda	19.031	18.824	20.907
	107.568	70.429	102.204
Natureza:			
Ações de sociedades espanholas	16.681	10.628	10.688
Ações de sociedades estrangeiras	81.237	52.631	82.254
Participações no patrimônio Fundos de Investimento	9.650	7.170	9.262
	107.568	70.429	102.204

Na Nota 29, apresentamos os detalhes de Outro resultado global acumulado registrados no Patrimônio líquido correspondentes aos Ativos financeiros disponíveis para venda, assim como as correções de valor por provisão para perdas.

b) Movimentações

As movimentações efetuadas no saldo da seção Ativos financeiros disponíveis para venda são indicadas a seguir:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Saldo no início do exercício	5.487	4.849	5.001
Adições (retiradas) líquidas	(331)	(294)	(392)
<i>Dos quais:</i>			
<i>Bank of Shanghai Co., Ltd.</i>	-	-	109
<i>Visa Europe, Ltd.</i>	-	(263)	-
Outro resultado global acumulado e outras categorias	(366)	932	240
Saldo no encerramento do exercício	4.790	5.487	4.849

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Saldo no início do exercício	18.824	20.907	16.107
Adições (retiradas) líquidas	(1.190)	(1.009)	(1.429)
<i>Dos quais:</i>			
<i>Bank of Shanghai Co., Ltd.</i>	-	-	378
<i>Visa Europe, Ltd.</i>	-	(901)	-
Outro resultado global acumulado e outras categorias	1.397	(1.074)	6.229
Saldo no encerramento do exercício	19.031	18.824	20.907

As principais aquisições e alienações realizadas nos três últimos exercícios são indicadas a seguir:

i. Bank of Shanghai Co., Ltd.

Em maio de 2014, o Grupo adquiriu 8% do Bank of Shanghai Co., Ltd., desembolsando 396 milhões de euros (1.275 milhões de reais).

Em junho de 2015, o Grupo subscreveu um aumento de capital da mesma instituição por 109 milhões de euros (378 milhões de reais), mantendo a mesma porcentagem de participação.

Em novembro de 2016, os títulos do Bank of Shanghai Co. Ltd. começaram a ser negociados, o que implicou, com o preço de fechamento em 31 de dezembro de 2017 e 2016, um ajuste de avaliação positivo de 340 e 675 milhões de euros (1.350 e 2.316 milhões de reais), respectivamente, em relação ao custo registrado em Outro resultado global acumulado - Itens que podem ser reclassificados nos resultados - Ativos financeiros disponíveis para venda.

ii. Visa Europe, Ltd.

Em 21 de junho de 2016, o Grupo alienou sua participação na empresa Visa Europe, Ltd., classificada como disponível para venda, obtendo ganhos líquidos de 227 milhões de euros (934 milhões de reais). (Ver Nota 44 Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros não avaliados em valor justo com alterações nos resultados, líquidos).

c) Notificações sobre a aquisição de participações

As notificações sobre a aquisição e venda de participações efetuadas pelo Banco no exercício de 2017, em cumprimento do disposto no artigo 155 da Lei de Sociedades de Capital e no artigo 125 da Lei do Mercado de Valores, são indicadas no Anexo IV.

9. Derivativos (ativo e passivo) e Posições em títulos de curto prazo

a) Derivativos

A seguir, apresentamos os detalhes do valor justo dos derivativos contratados pelo Grupo, classificados em função dos riscos inerentes (Ver Nota 36):

	Milhões de euros					
	2017		2016		2015	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo Devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Risco de juros	38.030	37.582	47.884	48.124	51.576	49.095
Risco de câmbio	16.320	18.014	21.087	23.500	21.924	23.444
Risco de preço	2.167	2.040	2.599	2.402	2.598	3.343
Outros riscos	726	256	473	343	626	532
	57.243	57.892	72.043	74.369	76.724	76.414

	Milhões de reais					
	2017		2016		2015	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Risco de juros	151.090	149.310	164.266	165.090	222.380	211.683
Risco de câmbio	64.837	71.568	72.339	80.617	94.530	101.083
Risco de preço	8.609	8.105	8.915	8.240	11.202	14.414
Outros riscos	2.885	1.017	1.623	1.176	2.699	2.294
	227.421	230.000	247.143	255.123	330.811	329.474

b) Posições em títulos de curto prazo

A seguir, apresentamos os detalhes dos passivos por títulos de curto prazo:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Por empréstimos:			
Instrumentos de dívida	2.447	2.250	3.098
<i>Dos quais, o Santander UK plc</i>	<i>1.557</i>	<i>1.319</i>	<i>1.857</i>
Instrumentos de patrimônio	1.671	1.142	990
<i>Dos quais, o Santander UK plc</i>	<i>1.500</i>	<i>991</i>	<i>905</i>
Por adiantamentos em cessões:			
Instrumentos de dívida	16.861	19.613	13.274
<i>Dos quais:</i>			
<i>Banco Santander S.A.</i>	<i>8.621</i>	<i>7.472</i>	<i>6.953</i>
<i>Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander México</i>	<i>46</i>	<i>1.872</i>	<i>1.290</i>
<i>Banco Santander (Brasil) S.A.</i>	<i>8.188</i>	<i>9.197</i>	<i>4.619</i>
Instrumentos de patrimônio	-	-	-
	20.979	23.005	17.362

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Por empréstimos:			
Instrumentos de dívida	9.722	7.718	13.357
<i>Dos quais, o Santander UK plc</i>	<i>6.186</i>	<i>4.525</i>	<i>8.007</i>
Instrumentos de patrimônio	6.638	3.918	4.269
<i>Dos quais, o Santander UK plc</i>	<i>5.959</i>	<i>3.400</i>	<i>3.902</i>
Por adiantamentos em cessões:			
Instrumentos de dívida	66.988	67.282	57.234
<i>Dos quais:</i>			
<i>Banco Santander S.A.</i>	<i>34.250</i>	<i>25.633</i>	<i>29.977</i>
<i>Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander México</i>	<i>183</i>	<i>6.423</i>	<i>5.563</i>
<i>Banco Santander (Brasil) S.A.</i>	<i>32.530</i>	<i>31.551</i>	<i>19.915</i>
Instrumentos de patrimônio	-	-	-
	83.348	78.918	74.860

10. Empréstimos e Adiantamentos a Clientes

a) Composição do saldo

A composição do saldo desta seção dos balanços consolidados atendendo sua classificação é a seguinte:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Ativos financeiros mantidos para negociação	8.815	9.504	6.081
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	20.475	17.596	14.293
Empréstimos e recebíveis	819.625	763.370	770.474
<i>Das quais:</i>			
<i>Sem considerar as provisões para perdas</i>	843.559	787.763	796.991
<i>Provisões para perdas</i>	(23.934)	(24.393)	(26.517)
<i>Das quais, por risco-país</i>	(18)	(15)	(12)
	848.915	790.470	790.848
Empréstimos e adiantamentos a clientes sem considerar as provisões para perdas	872.849	814.863	817.365

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Ativos financeiros mantidos para negociação	35.020	32.605	26.219
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	81.343	60.363	61.627
Empréstimos e recebíveis	3.256.288	2.618.739	3.322.053
<i>Das quais:</i>			
<i>Sem considerar as provisões para perdas</i>	3.351.375	2.702.419	3.436.386
<i>Provisões para perdas</i>	(95.087)	(83.680)	(114.333)
<i>Das quais, por risco-país</i>	(73)	(51)	(52)
	3.372.651	2.711.707	3.409.899
Empréstimos e adiantamentos a clientes sem considerar as provisões para perdas	3.467.738	2.795.387	3.524.232

Na Nota 51, apresentamos os detalhes dos prazos de vencimento dos empréstimos e recebíveis, assim como suas taxas de juros médias.

Na Nota 54 indicamos a exposição total do Grupo, em função da origem geográfica do emissor.

Não existem créditos a clientes de duração indeterminada com valores significativos.

b) Detalhes

A seguir, apresentamos os detalhes dos empréstimos e adiantamentos concedidos aos clientes do Grupo que abrangem a exposição ao risco de crédito do Grupo em sua atividade principal, sem considerar o saldo das correções de valor por depreciação, atendendo à modalidade e situação das operações, área geográfica de residência e modalidade da taxa de juros das operações:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Por modalidade e situação do crédito:			
Carteira comercial	29.287	23.894	18.486
Devedores com garantia real	473.936	454.677	481.221
Aquisição temporária de ativos	18.864	16.609	12.022
Outros devedores a prazo	257.441	232.288	217.829
Leasing financeiro	28.511	25.357	22.900
Devedores à vista	6.721	8.102	8.504
Devedores por cartões de crédito	21.809	21.363	20.270
Ativos ajustados pela perda de valor recuperável	36.280	32.573	36.133
	872.849	814.863	817.365
Por área geográfica do devedor:			
Espanha	227.446	161.372	167.856
União Europeia (exceto Espanha)	390.536	379.666	401.315
Estados Unidos da América e Porto Rico	75.777	87.318	88.737
Resto OCDE	74.463	74.157	69.519
Ibero-América	88.302	93.207	77.519
Resto do mundo	16.325	19.143	12.419
	872.849	814.863	817.365
Por modalidade da taxa de juros:			
A taxa de juros fixa	447.788	417.448	407.026
A taxa de juros variável	425.061	397.415	410.339
	872.849	814.863	817.365

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Por modalidade e situação do crédito:			
Carteira comercial	116.355	81.968	79.706
Devedores com garantia real	1.882.897	1.559.770	2.074.880
Aquisição temporária de ativos	74.943	56.977	51.835
Outros devedores a prazo	1.022.788	796.864	939.213
Leasing financeiro	113.272	86.987	98.738
Devedores à vista	26.702	27.794	36.667
Devedores por cartões de crédito	86.644	73.286	87.398
Ativos ajustados pela perda de valor recuperável	144.137	111.741	155.795
	3.467.738	2.795.387	3.524.232
Por área geográfica do devedor:			
Espanha	903.620	553.587	723.745
União Europeia (exceto Espanha)	1.551.557	1.302.443	1.730.350
Estados Unidos da América e Porto Rico	301.054	299.544	382.607
Resto OCDE	295.834	254.396	299.745
Ibero-América	350.815	319.747	334.238
Resto do mundo	64.858	65.670	53.547
	3.467.738	2.795.387	3.524.232
Por modalidade da taxa de juros:			
A taxa de juros fixa	1.779.017	1.432.055	1.754.974
A taxa de juros variável	1.688.721	1.363.332	1.769.258
	3.467.738	2.795.387	3.524.232

Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, o Grupo contava com 16.470,14.127 e 13.993 milhões de euros (65.432, 48.461 e 60.334 milhões de reais), respectivamente, de empréstimos e adiantamentos concedidos a Administrações públicas espanholas (cujo *rating* em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 era BBB) e com 18.577, 16.483 e 7.772 milhões de euros (73.804, 57.781 e 33.511 milhões de reais), respectivamente, concedidos ao Setor Público de outros países (em 31 de dezembro de 2017 esse montante era composto, em função do *rating* do emissor da seguinte maneira: 9,5% AAA, 50,0% AA, 0,9% A, 36,0% BBB e 3,7% inferior a BBB).

Sem considerar as Administrações Públicas, o montante relativo a empréstimos e adiantamentos em 31 de dezembro de 2017 alcançava 837.802 milhões de euros (3.328.502 milhões de reais), dos quais 801.640 milhões de euros (3.184.836 milhões de reais) se encontravam em situação não duvidosa. A seguir, indicamos a distribuição percentual desses créditos em função da qualidade creditícia da contraparte: 5,4% AAA, 14,2% AA, 19,7% A, 26,7% BBB e 34,1% inferior a BBB.

As classificações anteriores foram obtidas mediante a conversão das classificações internas de solvência (*rating*) dadas pelo Grupo aos clientes (Ver Nota 54) no ranking de classificações externas estabelecido pela Standard & Poors, para que seja mais fácil de compará-las.

A seguir, apresentamos a distribuição do empréstimo a clientes por atividade, líquido das provisões para perdas, em 31 de dezembro de 2017:

	Milhões de euros								
	Total	Sem garantia real	Com garantia real						
			Exposição líquida		Loan to value (a)				
			Do qual: Garantia imobiliária	Do qual: Outras garantias reais	Inferior ou igual a 40%	Superior a 40% e inferior ou igual a 60%	Superior a 60% e inferior ou igual a 80%	Superior a 80% e inferior ou igual a 100%	Superior a 100%
Administrações públicas	33.008	21.611	8.565	2.832	1.245	2.254	4.719	3.052	127
Outras sociedades financeiras e empresários individuais (atividade empresarial financeira)	35.036	10.930	1.166	22.940	862	887	331	21.347	679
Sociedades não financeiras e empresários individuais (atividade empresarial não financeira) (detalhado de acordo com a finalidade)	288.912	167.960	65.864	55.088	25.599	18.426	14.183	38.049	24.695
<i>Dos quais:</i>									
<i>Construção e promoção imobiliária (incluído solo)</i>	26.996	2.642	22.849	1.505	9.032	5.745	4.224	2.906	2.447
<i>Construção de obras civis</i>	3.422	2.100	441	881	128	294	158	281	461
<i>Grandes empresas</i>	137.775	98.670	11.729	27.376	5.275	3.823	3.194	15.592	11.221
<i>PMEs e empresários individuais</i>	120.719	64.548	30.845	25.326	11.164	8.564	6.607	19.270	10.566
Resto de particulares (detalhado de acordo com a finalidade)	473.075	112.566	318.635	41.874	83.202	100.972	98.556	45.293	32.486
<i>Dos quais:</i>									
<i>Moradia</i>	308.985	1.762	306.701	522	76.300	94.654	93.403	34.788	8.078
<i>Consumo</i>	144.846	106.219	2.592	36.035	3.590	4.036	3.150	5.207	22.644
<i>Outros fins</i>	19.244	4.585	9.342	5.317	3.312	2.282	2.003	5.298	1.764
Total(*)	830.031	313.067	394.230	122.734	110.908	122.539	117.789	107.741	57.987
<i>Promemória</i>									
<i>Operações refinanciadas e reestruturadas (**)</i>	36.164	8.494	16.694	10.976	3.495	3.377	3.704	4.431	12.663

	Milhões de reais								
	Total	Sem garantia real	Com garantia real						
			Exposição líquida		Loan to value (a)				
			Do qual: Garantia imobiliária	Do qual: Outras garantias reais	Inferior ou igual a 40%	Superior a 40% e inferior ou igual a 60%	Superior a 60% e inferior ou igual a 80%	Superior a 80% e inferior ou igual a 100%	Superior a 100%
Administrações públicas	131.137	85.858	34.028	11.251	4.946	8.955	18.748	12.125	505
Outras sociedades financeiras e empresários individuais (atividade empresarial financeira)	139.194	43.424	4.632	91.138	3.425	3.524	1.315	84.809	2.697
Sociedades não financeiras e empresários individuais (atividade empresarial não financeira) (detalhado de acordo com a finalidade)	1.147.818	667.288	261.671	218.859	101.702	73.204	56.348	151.164	98.112
<i>Dos quais:</i>									
<i>Construção e promoção imobiliária (incluído solo)</i>	107.252	10.496	90.777	5.979	35.883	22.824	16.782	11.545	9.722
<i>Construção de obras civis</i>	13.595	8.343	1.752	3.500	509	1.168	628	1.116	1.831
<i>Grandes empresas</i>	547.366	392.006	46.598	108.762	20.957	15.188	12.689	61.945	44.581
<i>PMEs e empresários individuais</i>	479.605	256.443	122.544	100.618	44.353	34.024	26.249	76.558	41.978
Resto de particulares (detalhado de acordo com a finalidade)	1.879.480	447.213	1.265.905	166.362	330.554	401.152	391.554	179.944	129.063
<i>Dos quais:</i>									
<i>Moradia</i>	1.227.566	7.000	1.218.492	2.074	303.133	376.051	371.081	138.209	32.092
<i>Consumo</i>	575.459	421.997	10.298	143.164	14.263	16.035	12.515	20.687	89.962
<i>Outros fins</i>	76.455	18.216	37.115	21.124	13.158	9.066	7.958	21.048	7.009
Total(*)	3.297.629	1.243.783	1.566.236	487.610	440.627	486.835	467.965	428.042	230.377
<i>Promemória Operações refinanciadas e reestruturadas (**)</i>	143.675	33.744	66.324	43.607	13.885	13.416	14.716	17.604	50.310

(*) Além disso, o Grupo concedeu adiantamentos a clientes no valor de 18.884 milhões de euros (75.022 milhões de reais) e, com isso, o total de empréstimos e adiantamentos a clientes alcança 848.915 milhões de euros (3.372.651 milhões de reais).

(**) Inclui o saldo líquido da provisão para perdas de valor acumulado ou perdas acumuladas em valor justo devidas ao risco de crédito.

(a) Coeficiente resultante da divisão do valor contábil das operações em 31 de dezembro de 2017 sobre o valor da última apuração ou avaliação disponível da garantia.

A Nota 54 inclui informações relativas à carteira refinanciada/reestruturada.

c) Perdas pelo valor recuperável de empréstimos e adiantamentos a clientes

A seguir, apresentamos as movimentações realizadas no saldo das provisões que cobrem as perdas pelo valor recuperável dos ativos que compõem os saldos das seções de Empréstimos e recebíveis - Clientes:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Saldo no início do exercício	24.393	26.517	27.217
Provisões líquidas com base nos resultados do exercício	10.513	10.734	11.477
<i>Das quais:</i>			
<i>Provisões com base nos resultados</i>	19.006	17.081	16.461
<i>Recuperação de provisões com base nos resultados</i>	(8.493)	(6.347)	(4.984)
Mudança de escopo	-	(136)	-
Eliminação de créditos incobráveis contra provisões	(13.522)	(12.758)	(12.361)
Diferenças de câmbio e outros movimentos	2.550	36	184
Saldo no encerramento do exercício	23.934	24.393	26.517
<i>Dos quais:</i>			
<i>Em função da situação do ativo:</i>			
<i>De ativos depreciados</i>	16.207	15.331	17.421
<i>Dos quais, por risco-país (Nota 54)</i>	18	15	12
<i>De outros ativos</i>	7.727	9.062	9.096
Saldo no encerramento do exercício	23.934	24.393	26.517
<i>Dos quais:</i>			
<i>Calculadas individualmente</i>	5.311	6.097	9.673
<i>Calculadas coletivamente</i>	18.623	18.296	16.844

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Saldo no início do exercício	83.680	114.333	87.659
Provisões líquidas com base nos resultados do exercício	37.787	41.118	41.833
<i>Das quais:</i>			
<i>Provisões com base nos resultados</i>	68.313	65.432	59.999
<i>Recuperação de provisões com base nos resultados</i>	(30.526)	(24.314)	(18.166)
Mudança de escopo	-	(521)	-
Eliminação de créditos incobráveis contra provisões	(48.600)	(48.873)	(45.054)
Diferenças de câmbio e outros movimentos	22.220	(22.377)	29.895
Saldo no encerramento do exercício	95.087	83.680	114.333
<i>Dos quais:</i>			
<i>Em função da situação do ativo:</i>			
<i>De ativos depreciados</i>	64.388	52.592	75.114
<i>Dos quais, por risco-país (Nota 2-.g)</i>	73	51	52
<i>De outros ativos</i>	30.699	31.088	39.219
Saldo no encerramento do exercício	95.087	83.680	114.333
<i>Dos quais:</i>			
<i>Calculadas individualmente</i>	21.099	20.916	41.706
<i>Calculadas coletivamente</i>	73.988	62.764	72.627

Além disso, foram registradas no exercício provisões com base em resultados de renda fixa no valor de 348 milhões de euros (1.252 milhão de reais) (405 e 92 milhões de euros (1.552 e 334 milhões de reais) em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente) e ativos recuperados no valor de 1.620 milhão de euros (5.826 milhões de reais) (1.582 e 1.375 milhões de euros (6.061 e 5.011 milhões de reais) em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente). Portanto, o montante registrado na seção de depreciação de valor de empréstimos e recebíveis alcança 9.241 milhões de euros (33.213 milhões de reais) (9.557 e 10.194 milhões de euros (36.609 e 37.156 milhões de reais) em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente).

d) Ativos depreciados e ativos com valores vencidos a receber

A seguir, apresentamos os detalhes das movimentações efetuadas no saldo dos ativos financeiros classificados como Empréstimos e recebíveis - Clientes e considerados como depreciados em razão de seu risco de crédito:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Saldo no início do exercício	32.573	36.133	40.372
Entradas líquidas	8.409	7.393	7.862
Transferências a baixa por prejuízo	(13.522)	(12.758)	(12.361)
Mudanças de perímetro	9.618	661	106
Diferenças de câmbio e outros	(798)	1.144	154
Saldo no encerramento do exercício	36.280	32.573	36.133

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Saldo no início do exercício	111.741	155.795	130.026
Entradas líquidas	30.223	28.321	28.656
Transferências a baixa por prejuízo	(48.600)	(48.873)	(45.054)
Mudanças de perímetro	36.156	2.531	386
Diferenças de câmbio e outros	14.617	(26.033)	41.781
Saldo no encerramento do exercício	144.137	111.741	155.795

Esse montante, uma vez deduzidas suas provisões correspondentes, representa uma melhor estimativa do Grupo em relação ao valor descontado dos fluxos que se espera recuperar dos ativos depreciados.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor total de Ativos baixados com prejuízo do Grupo alcançava 43.508 milhões de euros (172.852 milhões de reais) (40.473 e 36.848 milhões de euros (138.844 e 158.878 milhões de reais) em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente).

Além disso, a seguir, apresentamos os detalhes dos ativos financeiros classificados como na carteira de Empréstimos e adiantamentos a clientes e considerados como depreciados em razão de seu risco de crédito em 31 de dezembro de 2017, classificados de acordo com as áreas geográficas onde se encontram localizados os riscos, assim como em função do prazo transcorrido desde o vencimento do valor devido nessa data mais antigo de cada operação:

	Milhões de euros					
	Sem saldos vencidos ou vencidos até 90 dias	Com saldos vencidos e devidos				
		Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 270 dias	Entre 270 dias e 1 ano	Mais de 1 ano	Total
Espanha	6.012	938	793	814	9.643	18.200
União Europeia (exceto Espanha)	2.023	1.526	811	558	3.829	8.747
Estados Unidos da América e Porto Rico	1.221	641	42	50	192	2.146
Resto OCDE	1.523	563	166	128	378	2.758
América Latina (não OCDE)	945	1.309	709	578	888	4.429
Resto do mundo	-	-	-	-	-	-
	11.724	4.977	2.521	2.128	14.930	36.280

	Milhões de reais					
	Sem saldos vencidos ou vencidos até 90 dias	Com saldos vencidos e devidos				
		Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 270 dias	Entre 270 dias e 1 ano	Mais de 1 ano	Total
Espanha	23.885	3.727	3.151	3.234	38.307	72.304
União Europeia (exceto Espanha)	8.037	6.063	3.222	2.217	15.212	34.751
Estados Unidos da América e Porto Rico	4.851	2.547	167	199	763	8.527
Resto OCDE	6.051	2.237	660	509	1.502	10.959
América Latina (não OCDE)	3.754	5.201	2.817	2.296	3.528	17.596
Resto do mundo	-	-	-	-	-	-
	46.578	19.775	10.017	8.455	59.312	144.137

As mesmas informações referentes a 31 de dezembro de 2016 são apresentadas a seguir:

	Milhões de euros					
	Sem saldos vencidos ou vencidos até 90 dias	Com saldos vencidos e devidos				
		Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 270 dias	Entre 270 dias e 1 ano	Mais de 1 ano	Total
Espanha	4.845	508	360	625	7.009	13.347
União Europeia (exceto Espanha)	2.648	1.783	877	654	3.262	9.224
Estados Unidos da América e Porto Rico	805	833	38	61	242	1.979
Resto OCDE	1.601	481	145	158	474	2.859
América Latina (não OCDE)	1.242	1.059	1.131	677	1.055	5.164
Resto do mundo	-	-	-	-	-	-
	11.141	4.664	2.551	2.175	12.042	32.573

	Milhões de reais					
	Sem saldos vencidos ou vencidos até 90 dias	Com saldos vencidos e devidos				
		Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 270 dias	Entre 270 dias e 1 ano	Mais de 1 ano	Total
Espanha	16.621	1.743	1.235	2.144	24.043	45.786
União Europeia (exceto Espanha)	9.084	6.117	3.009	2.244	11.190	31.644
Estados Unidos da América e Porto Rico	2.762	2.858	130	209	830	6.789
Resto OCDE	5.492	1.650	497	542	1.626	9.807
América Latina (não OCDE)	4.261	3.633	3.880	2.322	3.619	17.715
Resto do mundo	-	-	-	-	-	-
	38.220	16.001	8.751	7.461	41.308	111.741

As mesmas informações referentes a 31 de dezembro de 2015 são apresentadas a seguir:

	Milhões de euros					
	Sem saldos vencidos ou vencidos até 90 dias	Com saldos vencidos e devidos				
		Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 270 dias	Entre 270 dias e 1 ano	Mais de 1 ano	Total
Espanha	6.623	894	622	551	8.329	17.019
União Europeia (exceto Espanha)	1.854	1.720	916	791	4.394	9.675
Estados Unidos da América e Porto Rico	1.305	135	58	29	257	1.784
Resto OCDE	721	894	232	194	1.237	3.278
América Latina (não OCDE)	1.418	995	666	477	766	4.322
Resto do mundo	8	2	-	-	45	55
	11.929	4.640	2.494	2.042	15.028	36.133

	Milhões de reais					
	Sem saldos vencidos ou vencidos até 90 dias	Com saldos vencidos e devidos				
		Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 270 dias	Entre 270 dias e 1 ano	Mais de 1 ano	Total
Espanha	28.556	3.855	2.682	2.376	35.912	73.381
União Europeia (exceto Espanha)	7.994	7.415	3.950	3.411	18.946	41.716
Estados Unidos da América e Porto Rico	5.627	582	250	125	1.108	7.692
Resto OCDE	3.109	3.855	1.000	836	5.334	14.134
América Latina (não OCDE)	6.114	4.290	2.871	2.057	3.303	18.635
Resto do mundo	34	9	-	-	194	237
	51.434	20.006	10.753	8.805	64.797	155.795

A seguir, apresentamos para cada classe de ativo depreciado, o valor bruto, provisões a eles associadas e informações relativas às garantias colaterais e/ou outras melhoras creditícias obtidas em 31 de dezembro de 2017:

	Milhões de euros		
	Valor bruto	Provisão constituída	Valor estimado colaterais (*)
Sem garantia real associada	15.127	9.303	-
Com garantia real imobiliária	17.534	5.128	11.945
Com outras garantias reais	3.619	1.776	1.168
Saldo no encerramento do exercício	36.280	16.207	13.113

	Milhões de reais		
	Valor bruto	Provisão constituída	Valor estimado colaterais (*)
Sem garantia real associada	60.098	36.957	-
Com garantia real imobiliária	69.661	20.373	47.456
Com outras garantias reais	14.378	7.058	4.640
Saldo no encerramento do exercício	144.137	64.388	52.096

(*) Abrange o valor estimado da garantia real associada a cada empréstimo. Consequentemente, não inclui outros fluxos de caixa que se pudesse obter, tais como os procedentes das garantias pessoais dos devedores.

Para classificar os ativos na tabela anterior, foram considerados os principais fatores considerados pelo Grupo ao determinar se um ativo se encontra depreciado tais como a existência de inadimplência - ativos depreciados por razões da inadimplência - ou de outras circunstâncias que façam pensar que não será possível recuperar a totalidade dos fluxos de caixa contratuais - ativos depreciados por razões distintas de inadimplência -, tais como a depreciação na situação econômico-financeira do devedor, a piora de sua capacidade para gerar recursos ou as dificuldades deste para ter acesso ao crédito.

Carteira em situação normal: valores vencidos a receber

Além disso, em 31 de dezembro de 2017, existiam ativos com valores vencidos a receber com antiguidade igual ou inferior a 90 dias, cujos detalhes são apresentados a seguir, em função da antiguidade do primeiro vencimento:

	Milhões de euros		
	Menos de 1 mês	De 1 a 2 meses	De 2 a 3 meses
Cientes	1.381	623	373
<i>Dos quais, Bancos Centrais</i>	-	-	-
<i>Dos quais, Administrações Públicas</i>	1	1	-
Total	1.381	623	373

	Milhões de reais		
	Menos de 1 mês	De 1 a 2 meses	De 2 a 3 meses
Cientes	5.487	2.475	1.482
-	-	-	-
<i>Dos quais, Administrações públicas</i>	4	4	-
Total	5.487	2.475	1.482

e) Securitizações

A seção Clientes inclui, entre outros, os empréstimos transmitidos a terceiros por meio da securitização sobre os quais se mantém, ainda que de forma parcial, os riscos e benefícios, razão pela qual e de acordo com a norma contábil aplicável, não podem ser dados de baixa do balanço. Os detalhes dos empréstimos securitizados, conforme a natureza do instrumento financeiro de que se originam, são apresentados a seguir, junto com os dos empréstimos securitizados dados de baixa do balanço por cumprirem os requisitos para isso (Ver Nota 2.e). A Nota 22, inclui informações sobre os passivos associados às operações de securitização.

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Dados de baixa do balanço	241	477	685
<i>Dos quais</i>			
<i>Ativos hipotecários securitizados</i>	241	477	685
Mantidos no balanço	91.208	100.675	107.643
<i>Dos quais</i>			
<i>Ativos hipotecários securitizados</i>	36.844	44.311	54.003
<i>Dos quais, do Reino Unido</i>	15.694	20.969	30.833
<i>Outros ativos securitizados</i>	54.364	56.364	53.640
Total	91.449	101.152	108.328

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Dados de baixa do balanço	957	1.636	2.954
<i>Dos quais</i>			
<i>Ativos hipotecários securitizados</i>	957	1.636	2.954
Mantidos no balanço	362.361	345.366	464.125
<i>Dos quais</i>			
<i>Ativos hipotecários securitizados</i>	146.378	152.009	232.845
<i>Dos quais, do Reino Unido</i>	62.351	71.934	132.943
<i>Outros ativos securitizados</i>	215.983	193.357	231.280
Total	363.318	347.002	467.079

Esta atividade responde à sua utilização como ferramenta de gestão do capital regulatório e como recurso para a diversificação das fontes de liquidez do Grupo. Nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, o Grupo não deu de baixa nenhuma das securitizações realizadas, correspondendo o saldo dado de baixa nas referidas datas, a securitizações realizadas em exercícios anteriores.

Os empréstimos dados de baixa do balanço, incluem ativos do Santander Bank National Association no valor aproximado de 113 milhões de euros (451 milhão de reais) em 31 de dezembro de 2017 (324 e 506 milhão de euros (1.111 e 2.182 milhões de reais) em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente) que foram vendidos, antes da sua incorporação no Grupo, no mercado secundário de empréstimos hipotecários (*multifamily loans*) tendo transferido seu controle e não retendo substancialmente os riscos e benefícios. O Grupo tem registrada uma obrigação na seção "Outros" passivos no valor de 1 milhões de euros (4 milhões de reais) em 31 de dezembro de 2017 (3 e 6 milhões de euros (10 e 27 milhões de reais) em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente), que representa o valor justo do risco de crédito retido.

Os empréstimos mantidos em balanço, incluem aqueles associados a securitizações em que o Grupo retém financiamentos subordinados e/ou concede algum tipo de melhora creditícia aos novos titulares.

Os empréstimos transmitidos por meio de securitização são, principalmente, empréstimos hipotecários, empréstimos a empresas e empréstimos ao consumidor.

11. Derivativos – hedge accounting

A seguir, apresentamos os detalhes, por tipos de riscos cobertos, do valor justo dos derivativos designados como de hedge contábil:

	Milhões de euros					
	2017		2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Coberturas do valor justo	3.607	6.968	4.678	5.696	4.620	5.786
<i>Dos quais: Coberturas de Carteiras</i>	1.058	1.920	1.525	2.329	426	2.168
Cobertura de fluxos de caixa	4.416	947	5.349	1.324	2.449	3.021
Coberturas de investimentos líquidos em negócios no exterior.	514	129	350	1.136	658	130
	8.537	8.044	10.377	8.156	7.727	8.937

	Milhões de reais					
	2017		2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Coberturas do valor justo	14.329	27.681	16.048	19.540	19.920	24.947
<i>Dos quais: Coberturas de Carteiras</i>	4.203	7.628	5.232	7.990	1.837	9.348
Cobertura de fluxos de caixa	17.544	3.762	18.350	4.542	10.560	13.026
Coberturas de investimentos líquidos em negócios no exterior.	2.042	513	1.201	3.897	2.837	561
	33.915	31.956	35.599	27.979	33.317	38.534

A descrição das principais coberturas do Grupo encontra-se na Nota 36.

12. Ativos não correntes e grupos alienáveis de itens que foram classificados como mantidos para venda

A seguir, apresentamos os detalhes do saldo deste capítulo dos balanços consolidados:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Ativo tangível	11.661	5.743	5.623
<i>Dos quais:</i>			
<i>Bens recuperados</i>	11.566	5.640	5.533
<i>Dos quais, ativos imobiliários na Espanha (Nota 54)</i>	10.533	4.902	4.983
<i>Procedentes do Banco Popular (Nota 3)</i>	5.943	-	-
<i>Outros ativos tangíveis mantidos para venda</i>	95	103	90
Outros ativos (*)	3.619	29	23
	15.280	5.772	5.646

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Ativo tangível	46.325	19.701	24.245
<i>Dos quais:</i>			
<i>Bens recuperados</i>	45.949	19.348	23.857
<i>Dos quais, ativos imobiliários na Espanha (Nota 54)</i>	41.847	16.816	21.485
<i>Procedentes do Banco Popular (Nota 3)</i>	23.611	-	-
<i>Outros ativos tangíveis mantidos para venda</i>	376	353	388
Outros ativos (*)	14.382	100	99
	60.707	19.801	24.344

(*) Inclui principalmente ativos do Banco Popular enquadrados na operação de venda do negócio imobiliário da Blackstone (Ver Nota 3).

Em 31 de dezembro de 2017, sem considerar os ativos do Banco Popular, as coberturas constituídas para o total de ativos não correntes à venda subiram a 50% (51% em 2016 e 51% em 2015). As previsões líquidas efetuadas nesses exercícios chegaram a 347, 241 e 253 milhões de euros, respectivamente (1.247, 923 e 1.166 milhões de reais, respectivamente) e as recuperações realizadas nesses exercícios alcançaram 41, 29 e 31 milhões de euros (148, 111 e 113 milhões de reais; respectivamente).

No exercício de 2017, o Grupo vendeu imóveis recuperados no valor de 1.295 milhão de euros (4.659 milhões de reais) cujo valor bruto alcançava 2.168 milhões de euros (7.794 milhões de reais), estando provisionados 968 milhões de euros (3.477 milhões de reais). As referidas vendas geraram lucros de 95 milhões de euros (342 milhões de reais).

Além disso, foram vendidos outros ativos tangíveis no valor de 87 milhões de euros (310 milhões de reais), gerando um lucro de 8 milhões de euros (26 milhões de reais) (Ver Nota 50).

13. Investimentos em negócios conjuntos e coligadas

a) Composição

Os detalhes do saldo desta seção (Ver Nota 2.b), de acordo com a sociedade que o origina, são os seguintes:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Instituições Associadas			
Merlin Properties, SOCIMI, S.A.	1.242	1.168	-
Zurich Santander Insurance América, S.L.	988	1.011	873
Testa Residencial, SOCIMI, S.A.	651	307	-
Allianz Popular, S.L.	438	-	-
Santander Insurance	358	325	301
Outras associadas	520	431	485
	4.197	3.242	1.659
Coligadas			
Wizink Bank, S.A.	1.017	-	-
Unión de Créditos Inmobiliarios, S.A., EFC	207	177	184
Aegon Santander Seguros (atualmente Santander Generales Seguros y Reaseguros, S.A. e Santander Vida Seguros y Reaseguros, S.A.)	186	197	240
SAM Investment Holdings Limited (*)	-	525	514
Outras coligadas	577	695	654
	1.987	1.594	1.592

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Instituições Associadas			
Merlin Properties, SOCIMI, S.A.	4.934	4.007	-
Zurich Santander Insurance América, S.L.	3.925	3.468	3.764
Testa Residencial, SOCIMI, S.A.	2.586	1.053	-
Allianz Popular, S.L.	1.740	-	-
Santander Insurance	1.422	1.115	1.298
Outras associadas	2.066	1.480	2.091
	16.673	11.123	7.153
Coligadas			
Wizink Bank, S.A.	4.040	-	-
Unión de Créditos Inmobiliarios, S.A., EFC	822	607	793
Aegon Santander Seguros (atualmente Santander Generales Seguros y Reaseguros, S.A. e Santander Vida Seguros y Reaseguros, S.A.)	739	676	1.035
SAM Investment Holdings Limited (*)	-	1.801	2.216
Outras coligadas	2.293	2.384	2.820
	7.894	5.468	6.864

(*)SAM Investment Holdings Limited passa a integrar o Grupo.

Das sociedades registradas no saldo anterior, em 31 de dezembro de 2017, a instituição Merlin Properties, SOCIMI, S.A. e a Compañía Española de Viviendas en Alquiler, S.A são as únicas listadas.

b) Movimentações

As movimentações efetuadas no saldo desta seção são apresentadas a seguir:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Saldo no início do exercício	4.836	3.251	3.471
Compras (vendas) e aumentos (reduções) de capital	1.893	(72)	(72)
<i>Dos quais:</i>			
<i>Wizink Bank, S.A.</i>	1.017	-	-
<i>Allianz Popular, S.L.</i>	438	-	-
Mudança de método de consolidação (Nota 3)	(582)	1.457	21
<i>Dos quais:</i>			
<i>Merlin e Testa</i>	-	1.475	-
<i>SAM Investment Holdings Limited</i>	(494)	-	-
Efeito da avaliação pelo método da participação (Nota 41)	704	444	375
Dividendos pagos e devoluções de prêmio	(376)	(305)	(227)
Diferenças de câmbio e outros movimentos	(291)	61	(317)
Saldo no encerramento do exercício	6.184	4.836	3.251

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Saldo no início do exercício	16.591	14.017	11.179
Compras (vendas) e aumentos (reduções) de capital	7.521	(247)	(310)
<i>Dos quais:</i>			
<i>Wizink Bank, S.A.</i>	4.040	-	-
<i>Allianz Popular, S.L.</i>	1.740	-	-
Mudança de perímetro de consolidação (Nota 3)	(2.312)	4.998	91
<i>Dos quais:</i>			
<i>Merlin e Testa</i>	-	5.060	-
<i>SAM Investment Holdings Limited</i>	(1.963)	-	-
Efeito da avaliação pelo método da participação (Nota 41)	2.529	1.701	1.367
Dividendos pagos e devoluções de prêmio	(1.494)	(1.046)	(979)
Diferenças de câmbio e outros movimentos	1.732	(2.832)	2.669
Saldo no encerramento do exercício	24.567	16.591	14.017

c) Correções de valor por depreciação

Nos exercícios 2017, 2016 e 2015, não houve evidências de depreciação significativas nas participações associadas do Grupo.

d) Outras informações

Apresentamos, a seguir, um resumo das informações financeiras das instituições associadas (obtidas das informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações financeiras anuais):

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Total ativos	63.093	55.791	42.510
Total passivos	(51.242)	(45.623)	(38.118)
Ativos líquidos	11.851	10.168	4.392
Investimentos em negócios conjuntos e associadas do Grupo nos ativos líquidos das instituições associadas	4.194	3.381	1.904
Ágio	1.990	1.455	1.347
Do qual:			
<i>Zurich Santander Insurance América, S.L.</i>	526	526	526
<i>Wizink Bank, S.A.</i>	553	-	-
<i>Allianz Popular, S.L.</i>	347	-	-
<i>Santander Insurance (Irlanda)</i>	205	205	205
Total investimentos em negócios conjuntos e associadas do Grupo	6.184	4.836	3.251
Total receitas	12.536	11.766	11.430
Total resultados	1.699	984	935
Participação do Grupo nos resultados das instituições associadas	704	444	375

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Total ativos	250.662	191.391	183.290
Total passivos	(203.579)	(156.510)	(164.353)
Ativos líquidos	47.083	34.881	18.937
Investimentos em negócios conjuntos e associadas do Grupo nos ativos líquidos das instituições associadas	16.661	11.600	8.209
Ágio	7.906	4.991	5.808
Do qual:			
<i>Zurich Santander Insurance América, S.L.</i>	2.090	1.804	2.268
<i>Wizink Bank, S.A.</i>	2.197	-	-
<i>Allianz Popular, S.L.</i>	1.379	-	-
<i>Santander Insurance (Irlanda)</i>	814	703	884
Total investimentos em negócios conjuntos e associadas do Grupo	24.567	16.591	14.017
Total receitas	45.056	45.072	41.661
Total resultados	6.106	3.769	3.408
Participação do Grupo nos resultados das instituições associadas	2.529	1.701	1.367

Apresentamos, a seguir, um resumo das informações financeiras do exercício de 2017 das principais instituições associadas e coligadas (obtidas das informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações financeiras anuais):

	Milhões de euros			
	Total ativo	Total passivo	Total receitas	Total resultados
Coligadas	25.789	(23.072)	3.833	330
<i>Dos quais:</i>				
<i>Unión de Créditos Inmobiliarios, S.A., EFC</i>	12.318	(11.905)	345	10
<i>Wizink Bank, S.A.</i>	5.235	(4.054)	947	73
<i>Aegon Santander Seguros (atualmente Santander Generales Seguros y Reaseguros, S.A. e Santander Vida Seguros y Reaseguros, S.A.)</i>	654	(424)	382	30
Associadas	37.304	(28.170)	8.703	1.369
<i>Dos quais:</i>				
<i>Zurich Santander Insurance América, S.L</i>	16.049	(15.105)	4.696	491
<i>Allianz Popular, S.L.</i>	1.053	(826)	481	38
<i>Santander Insurance (Irlanda)</i>	2.161	(1.852)	843	63
Total	63.093	(51.242)	12.536	1.699

	Milhões de reais			
	Total ativo	Total passivo	Total receitas	Total resultados
Coligadas	102.457	(91.663)	13.776	1.186
<i>Dos quais:</i>				
<i>Unión de Créditos Inmobiliarios, S.A., EFC</i>	48.938	(47.297)	1.240	36
<i>Wizink Bank, S.A.</i>	20.798	(16.106)	3.404	262
<i>Aegon Santander Seguros (atualmente Santander Generales Seguros y Reaseguros, S.A. e Santander Vida Seguros y Reaseguros, S.A.)</i>	2.597	(1.683)	1.373	108
Associadas	148.205	(111.916)	31.280	4.920
<i>Dos quais:</i>				
<i>Zurich Santander Insurance América, S.L</i>	63.761	(60.011)	16.878	1.765
<i>Allianz Popular, S.L.</i>	4.185	(3.282)	1.729	137
<i>Santander Insurance (Irlanda)</i>	8.585	(7.358)	3.030	226
Total	250.662	(203.579)	45.056	6.106

14. Contratos de seguros vinculados a pensões

Os detalhes do saldo deste capítulo dos balanços consolidados são os seguintes:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Ativos por contratos de seguros que cobrem obrigações por planos pós-emprego:			
Banco Santander S.A.	238	269	299
Banco Popular (Outras obrigações similares)	1	-	-
	239	269	299

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Ativos por contratos de seguros que cobrem obrigações por planos pós-emprego:			
Banco Santander S.A.	945	922	1.289
Banco Popular	3	-	-
	948	922	1.289

15. Passivos e ativos abrangidos por contratos de seguro ou resseguro

A seguir, apresentamos os detalhes do saldo destes capítulos dos balanços consolidados (Ver Nota 2.j):

	Milhões de euros								
	2017			2016			2015		
	Seguro direto e resseguro aceito	Resseguro cedido	Total (saldo credor)	Seguro direto e resseguro aceito	Resseguro cedido	Total (saldo credor)	Seguro direto e resseguro aceito	Resseguro cedido	Total (saldo credor)
Provisões técnicas para:									
Prêmios não consumidos e riscos em andamento	50	(41)	9	61	(46)	15	62	(39)	23
Seguros de vida	483	(151)	332	159	(138)	21	149	(136)	13
Benefícios	423	(115)	308	358	(98)	260	335	(112)	223
Participação em lucros e estornos	29	(11)	18	19	(8)	11	18	(9)	9
Outras provisões técnicas	132	(23)	109	55	(41)	14	63	(35)	28
	1.117	(341)	776	652	(331)	321	627	(331)	296

	Milhões de reais								
	2017			2016			2015		
	Seguro direto e resseguro aceito	Resseguro cedido	Total (saldo credor)	Seguro direto e resseguro aceito	Resseguro cedido	Total (saldo credor)	Seguro direto e resseguro aceito	Resseguro cedido	Total (saldo credor)
Provisões técnicas para:									
Prêmios não consumidos e riscos em andamento	199	(163)	36	209	(158)	51	267	(168)	99
Seguros de vida	1.919	(600)	1.319	546	(473)	73	643	(586)	57
Benefícios	1.681	(457)	1.224	1.228	(336)	892	1.444	(483)	961
Participação em lucros e estornos	115	(44)	71	65	(27)	38	78	(39)	39
Outras provisões técnicas	525	(92)	433	189	(141)	48	271	(151)	120
	4.439	(1.356)	3.083	2.237	(1.135)	1.102	2.703	(1.427)	1.276

16. Ativos tangíveis

a) Movimentações

As movimentações ocorridas neste capítulo nos balanços consolidados foram as seguintes:

	Milhões de euros			
	Para uso próprio	Ativos cedidos em arrendamento operacional	Investimentos imobiliários	Total
Custo:				
Saldos em 1 de janeiro de 2015	17.351	10.466	7.424	35.241
Adições (retiradas) líquidas por modificação do perímetro de consolidação	(22)	1	(27)	(48)
Adições/retiradas (líquidas)	878	3.857	(88)	4.647
Transferências, variações cambiais e outros	(765)	597	36	(132)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	17.442	14.921	7.345	39.708
Adições (retiradas) líquidas por modificação do perímetro de consolidação	(17)	287	(4.278)	(4.008)
Adições/retiradas (líquidas)	763	2.380	(64)	3.079
Transferências, variações cambiais e outros	(76)	650	462	1.036
Saldos em 31 de dezembro de 2016	18.112	18.238	3.465	39.815
Adições (retiradas) líquidas por modificação do perímetro de consolidação	1.740	205	-	1.945
Adições/retiradas (líquidas)	781	2.445	(100)	3.126
Transferências, variações cambiais e outros	(1.357)	(2.215)	(223)	(3.795)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	19.276	18.673	3.142	41.091
Amortização acumulada:				
Saldos em 1 de janeiro de 2015	(8.979)	(1.778)	(194)	(10.951)
Retiradas por modificação do perímetro de consolidação	(27)	-	5	(22)
Retiradas	423	196	11	630
Provisões	(1.161)	-	(11)	(1.172)
Transferências, variações cambiais e outros	296	(1.794)	(95)	(1.593)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(9.448)	(3.376)	(284)	(13.108)
Retiradas por modificação do perímetro de consolidação	5	(3)	121	123
Retiradas	311	457	29	797
Provisões	(1.079)	-	(10)	(1.089)
Transferências, variações cambiais e outros	-	(2.247)	(53)	(2.300)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(10.211)	(5.169)	(197)	(15.577)
Retiradas por modificação do perímetro de consolidação	-	-	-	-
Retiradas	478	639	8	1.125
Provisões	(1.165)	-	(25)	(1.190)
Transferências, variações cambiais e outros	(22)	(1.574)	25	(1.571)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(10.920)	(6.104)	(189)	(17.213)

	Milhões de euros			
	Para uso próprio	Cedidos em arrendamento operacional	Investimentos imobiliários	Total
Prejuízos por depreciação:				
Saldos em 1 de janeiro de 2015	(48)	(123)	(863)	(1.034)
Provisões do exercício	(5)	(37)	(109)	(151)
Liberações	3	-	20	23
Retiradas por modificação do perímetro de consolidação	5	-	(4)	1
Diferenças de câmbio e outros	-	1	(120)	(119)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(45)	(159)	(1.076)	(1.280)
Provisões do exercício	(12)	(43)	(62)	(117)
Liberações	1	1	60	62
Retiradas por modificação do perímetro de consolidação	1	-	309	310
Diferenças de câmbio e outros	14	42	17	73
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(41)	(159)	(752)	(952)
Provisões do exercício	(16)	(42)	(21)	(79)
Liberações	4	-	3	7
Retiradas por modificação do perímetro de consolidação	-	(2)	(1)	(3)
Diferenças de câmbio e outros	(24)	5	142	123
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(77)	(198)	(629)	(904)
Ativo tangível líquido:				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	7.949	11.386	5.985	25.320
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (*)	7.860	12.910	2.516	23.286
Saldos em 31 de dezembro de 2017	8.279	12.371	2.324	22.974

(*) A redução realizada em 2016 no saldo de Ativos tangíveis - Investimentos imobiliários é resultante, principalmente, da cisão e posterior desconsolidação da Metrovacesa, S.A. (Ver Nota 3).

	Milhões de reais			
	Para uso próprio	Cedidos em arrendamento operacional	Investimentos imobiliários	Total
Custo:				
SalDOS em 31 de dezembro de 2015	55.882	33.708	23.910	113.500
Adições (retiradas) líquidas por modificação do perímetro de consolidação	(80)	4	(98)	(174)
Adições/retiradas (líquidas)	3.200	14.058	(321)	16.937
Transferências, variações cambiais e outros	16.203	16.565	8.179	40.947
SalDOS em 31 de dezembro de 2015	75.205	64.335	31.670	171.210
Adições (retiradas) líquidas por modificação do perímetro de consolidação	(65)	1.099	(15.947)	(14.913)
Adições/retiradas (líquidas)	2.923	9.117	(245)	11.795
Transferências, variações cambiais e outros	(15.930)	(11.985)	(3.592)	(31.507)
SalDOS em 31 de dezembro de 2016	62.133	62.566	11.886	136.585
Adições (retiradas) líquidas por modificação do perímetro de consolidação	6.254	737	-	6.991
Adições/retiradas (líquidas)	2.807	8.787	(359)	11.235
Transferências, variações cambiais e outros	5.393	2.099	956	8.448
SalDOS em 31 de dezembro de 2017	76.587	74.189	12.483	163.259
Amortização acumulada:				
SalDOS em 31 de dezembro de 2015	(28.919)	(5.726)	(625)	(35.270)
Retiradas por modificação do perímetro de consolidação	(98)	-	18	(80)
Retiradas	1.542	714	40	2.296
Transferências, variações cambiais e outros	(9.030)	(9.544)	(618)	(19.192)
Provisões	(4.232)	-	(40)	(4.272)
SalDOS em 31 de dezembro de 2015	(40.737)	(14.556)	(1.225)	(56.518)
Retiradas por modificação do perímetro de consolidação	19	(11)	464	472
Retiradas	1.191	1.751	111	3.053
Transferências, variações cambiais e outros	8.631	(4.916)	13	3.728
Provisões	(4.133)	-	(39)	(4.172)
SalDOS em 31 de dezembro de 2016	(35.029)	(17.732)	(676)	(53.437)
Retiradas por modificação do perímetro de consolidação	-	-	-	-
Retiradas	1.717	2.297	29	4.043
Transferências, variações cambiais e outros	(5.889)	(8.816)	(12)	(14.717)
Provisões	(4.186)	-	(92)	(4.278)
SalDOS em 31 de dezembro de 2017	(43.387)	(24.251)	(751)	(68.389)

	Milhões de reais			
	Para uso próprio	Cedidos em arrendamento operacional	Investimentos imobiliários	Total
Prejuízos por depreciação:				
SalDOS em 1 de janeiro de 2015	(154)	(397)	(2.779)	(3.330)
Provisões do exercício	(18)	(135)	(398)	(551)
Liberações	11	-	73	84
Retiradas por modificação do perímetro de consolidação	18	-	(15)	3
Diferenças de câmbio e outros	(51)	(154)	(1.520)	(1.725)
SalDOS em 31 de dezembro de 2015	(194)	(686)	(4.639)	(5.519)
Provisões do exercício	(46)	(165)	(239)	(450)
Liberações	4	4	230	238
Retiradas por modificação do perímetro de consolidação	4	-	1.184	1.188
Diferenças de câmbio e outros	91	302	884	1.277
SalDOS em 31 de dezembro de 2016	(141)	(545)	(2.580)	(3.266)
Provisões do exercício	(56)	(149)	(77)	(282)
Liberações	14	-	11	25
Retiradas por modificação do perímetro de consolidação	-	(7)	(4)	(11)
Diferenças de câmbio e outros	(124)	(88)	153	(59)
SalDOS em 31 de dezembro de 2017	(307)	(789)	(2.497)	(3.593)
Ativo tangível líquido:				
SalDOS em 31 de dezembro de 2015	34.274	49.093	25.806	109.173
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (*)	26.963	44.289	8.630	79.882
SalDOS em 31 de dezembro de 2017	32.893	49.149	9.235	91.277

(*) A redução realizada em 2016 no saldo de Ativos tangíveis - Investimentos imobiliários é resultante, principalmente, da cisão e posterior desconsolidação da Metrovacesa, S.A. (Ver Nota 3).

b) Ativo tangível para uso próprio

Os detalhes, de acordo com sua natureza, dos itens que compõem o saldo desta seção dos balanços consolidados são os seguintes:

	Milhões de euros			
	Custo	Amortização acumulada	Provisão para Perdas	Saldo Líquido
Terrenos e edifícios	5.754	(1.892)	(45)	3.817
Equipamentos de informática e instalações	4.984	(3.927)	-	1.057
Mobiliário e veículos	6.374	(3.561)	-	2.813
Obras em andamento e outras categorias	330	(68)	-	262
Saldos em 31 de dezembro de 2015	17.442	(9.448)	(45)	7.949
Terrenos e edifícios	5.713	(1.967)	(41)	3.705
Equipamentos de informática e instalações	5.225	(4.161)	-	1.064
Mobiliário e veículos	6.963	(4.023)	-	2.940
Obras em andamento e outras categorias	211	(60)	-	151
Saldos em 31 de dezembro de 2016	18.112	(10.211)	(41)	7.860
Terrenos e edifícios	5.892	(2.014)	(77)	3.801
Equipamentos de informática e instalações	5.608	(4.422)	-	1.186
Mobiliário e veículos	7.213	(4.391)	-	2.822
Obras em andamento e outras categorias	563	(93)	-	470
Saldos em 31 de dezembro de 2017	19.276	(10.920)	(77)	8.279

	Milhões de reais			
	Custo	Amortização acumulada	Provisão para Perdas	Saldo Líquido
Terrenos e edifícios	24.809	(8.158)	(194)	16.457
Equipamentos de informática e instalações	21.490	(16.932)	-	4.558
Mobiliário e veículos	27.483	(15.354)	-	12.129
Obras em andamento e outras categorias	1.423	(293)	-	1.130
Saldos em 31 de dezembro de 2015	75.205	(40.737)	(194)	34.274
Terrenos e edifícios	19.600	(6.747)	(141)	12.712
Equipamentos de informática e instalações	17.923	(14.274)	-	3.649
Mobiliário e veículos	23.886	(13.802)	-	10.084
Obras em andamento e outras categorias	724	(206)	-	518
Saldos em 31 de dezembro de 2016	62.133	(35.029)	(141)	26.963
Terrenos e edifícios	23.413	(8.002)	(307)	15.104
Equipamentos de informática e instalações	22.280	(17.570)	-	4.710
Mobiliário e veículos	28.656	(17.447)	-	11.209
Obras em andamento e outras categorias	2.238	(368)	-	1.870
Saldos em 31 de dezembro de 2017	76.587	(43.387)	(307)	32.893

Como parte do saldo líquido em 31 de dezembro de 2017 que figura no quadro anterior, existem itens no valor aproximado de:

- 5.455 milhões de euros (21.673 milhões de reais) (5.906 e 5.870 milhões de euros (20.260 e 25.310 milhões de reais) em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente) correspondentes a imobilizado tangível de propriedade das instituições e filiais do Grupo radicadas em outros países.

c) Investimentos imobiliários

O valor justo dos investimentos imobiliários em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 alcançava 2.453, 2.583 e 6.097 milhões de euros (9.746, 8.861 e 26.288 de milhões de reais), respectivamente. A comparação do valor justo dos investimentos imobiliários em 31 de dezembro de 2017, com o valor líquido contábil gera ganhos latentes brutos de 128 milhões de euros (509 milhões de reais) (ganhos brutos de 67 e 112 milhão de euros (230 e 483 milhões de reais) em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente), para cada um desses exercícios, das quais as atribuídas ao Grupo são de 128 milhões de euros (509 milhões de reais) (ganhos brutos de 67 e 112 milhão de euros (230 e 483 milhões de reais), respectivamente).

As receitas decorrentes destes rendimentos provenientes das propriedades para investimento e os gastos diretos relacionados tanto com as propriedades para investimento que geraram rendimentos nos exercícios de 2017, 2016 e 2015 como com as propriedades para investimento que não geraram rendimentos durante esses exercícios não são significativos no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

d) Venda de imóveis

Nos exercícios de 2007 e 2008, o Grupo formalizou a venda de dez imóveis singulares, 1.152 agências do Banco na Espanha e de suas agências centrais (Cidade Financeira) para diversos compradores. Além disso, formalizou com essas sociedades contratos de leasing operacional (manutenção, seguros e tributos a cargo do Grupo) de tais imóveis por distintos prazos de cumprimento obrigatório (entre 12 e 15 anos para os imóveis singulares, entre 24 e 26 para as agências e 40 anos para a Cidade Financeira), com diferentes acordos de revisão das correspondentes rendas durante esses períodos e possíveis prorrogações. Aprovaram também opções de compra por parte do Grupo, em geral, no vencimento final do leasing pelo valor de mercado que dos imóveis nessa data, que será determinado, conforme o caso, por especialistas independentes.

As despesas com leasing reconhecidas pelo Grupo, no exercício de 2017, por tais contratos de leasing operacional alcançavam 330 milhões de euros (1.118 milhão de reais) (297 e 297 milhões de euros (1.138 e 1.083 milhões de reais) tanto em 2016 quanto em 2015). O valor atual dos pagamentos futuros mínimos que incorrerão ao Grupo durante o período de cumprimento obrigatório alcançava, em 31 de dezembro de 2017, 246 milhões de euros (978 milhões de reais) no prazo de um ano, 672 milhões de euros (2.671 milhões de reais) entre um e cinco anos e 1.461 milhão de euros (5.805 milhões de reais) em mais de cinco anos.

17. Ativos intangíveis – Ágio

Seguem abaixo os detalhes sobre o Ágio em função das unidades geradoras de caixa que o originam:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Santander UK plc	8.375	8.679	10.125
Banco Santander (Brasil) S.A.	4.988	5.769	4.590
Santander Consumer USA Inc.	2.007	3.182	3.081
Bank Zachodni WBK S.A.	2.473	2.342	2.423
Santander Bank, National Association	1.712	1.948	1.886
Santander Consumer Alemanha	1.217	1.217	1.217
Santander Asset Management	1.173	-	-
Banco Santander Totta, S.A.	1.040	1.040	1.040
Banco Santander - Chile	676	704	644
Santander Consumer Bank AS	518	537	546
Grupo Financiero Santander (México)	413	449	517
Outras sociedades (*)	1.177	857	891
Total Ágio	25.769	26.724	26.960

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Santander UK plc	33.275	29.774	43.656
Banco Santander (Brasil) S.A.	19.816	19.792	19.791
Santander Consumer USA Inc.	7.974	10.915	13.284
Bank Zachodni WBK S.A.	9.826	8.036	10.447
Santander Bank, National Association	6.802	6.683	8.132
Santander Consumer Alemanha	4.833	4.173	5.247
Santander Asset Management	4.660	-	-
Banco Santander Totta, S.A.	4.132	3.568	4.484
Banco Santander - Chile	2.685	2.415	2.777
Santander Consumer Bank AS	2.057	1.842	2.354
Grupo Financiero Santander (México)	1.641	1.540	2.229
Outras sociedades (*)	4.675	2.937	3.842
Total Ágio	102.376	91.675	116.243

(*) Em 31 de dezembro de 2017, inclui 248 milhões de euros (933 milhões de reais) do Banco Popular Español, S.A.

As movimentações foram as seguintes:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Saldo no início do exercício	26.724	26.960	27.548
Adições (Nota 3)	1.644	-	235
<i>Das quais:</i>			
<i>Santander Asset Management</i>	1.173	-	-
<i>Banco Popular Español, S.A.</i>	248	-	-
<i>Carfinco Financial Group Inc.</i>	-	-	162
Provisão para Perdas	(899)	(50)	(115)
<i>Das quais:</i>			
<i>Santander Consumer USA Holdings Inc.</i>	(799)	-	-
Retiradas por vendas ou mudanças de perímetro	-	(2)	(172)
Diferenças de câmbio e outras categorias	(1.700)	(184)	(536)
Saldo no encerramento do exercício	25.769	26.724	26.960

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Saldo no início do exercício	91.675	116.243	88.724
Adições (Nota 3)	6.400	-	857
<i>Das quais:</i>			
<i>Santander Asset Management</i>	4.660	-	-
<i>Banco Popular Español, S.A.</i>	933	-	-
<i>Carfinco Financial Group Inc.</i>	-	-	590
Provisão para Perdas	(3.231)	(192)	(418)
<i>Das quais:</i>			
<i>Santander Consumer USA Holdings Inc.</i>	(2.872)	-	-
Retiradas por vendas ou mudanças de perímetro	-	(8)	(627)
Diferenças de câmbio e outras categorias	7.532	(24.368)	27.707
Saldo no encerramento do exercício	102.376	91.675	116.243

O ágio do Grupo é gerado por unidades geradoras de caixa radicadas em países com divisas distintas do euro (principalmente no Reino Unido, Brasil, Estados Unidos, Polônia, Chile, Noruega, Suécia e México) e, Consequentemente, geram diferenças cambiais ao realizar a conversão para euros, com a taxa de câmbio de fechamento, do valor desse ágio expresso em moeda estrangeira. Assim, no exercício de 2017, ocorreu uma diminuição do ágio no valor de 1.704 milhões de euros (7.807 milhões de reais) por diferenças cambiais (Ver Nota 29.b), as quais, de acordo com a norma vigente, foram registradas na conta Outro resultado global acumulado – Itens que podem ser classificados nos resultados – Diferenças de câmbio mediante a demonstração resumida do resultado abrangente.

Pelo menos uma vez ao ano (e sempre que existam indícios de depreciação), o Grupo realiza uma análise da potencial perda de valor do ágio que tem registrado com respeito ao seu valor recuperável. O primeiro passo para realizar esta análise requer a identificação das unidades geradoras de caixa, que são os grupos identificáveis de ativos menores do Grupo que geram entradas de caixa que são, em grande parte, independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou de grupos de ativos.

O valor contábil de cada unidade geradora de caixa é determinado levando em consideração o valor contábil (incluindo quaisquer ajustes de valor justo surgido na combinação de negócios) da totalidade dos ativos e passivos, do conjunto de instituições jurídicas independentes que compõem a unidade geradora de caixa, junto com o ágio correspondente.

Tal valor contábil da unidade geradora de caixa é comparado com o valor recuperável a fim de determinar se existe depreciação.

Os administradores do Grupo avaliam a existência de algum indício que pudesse ser considerado como evidência de depreciação da unidade geradora de caixa mediante a revisão de informações, que inclui o seguinte: (i) diversas variáveis macroeconômicas que possam afetar o investimento (entre outras, dados populacionais, situação política e situação econômica, incluindo o nível de bancarização) e (ii) diversas variáveis microeconômicas que comparam o investimento do Grupo relativo ao setor financeiro do país onde principalmente realiza suas atividades (composição do balanço, recursos geridos totais, resultados, coeficiente de eficiência, coeficiente de solvência, rendimento sobre recursos próprios, entre outras).

Independentemente da existência ou não de indícios de depreciação, o Grupo calcula anualmente o valor recuperável de cada unidade geradora de caixa que tenha ágio atribuído e, para isso, utiliza cotações, se disponíveis, referências de mercado (múltiplos), estimativas internas ou avaliações feitas por especialistas independentes.

Em primeiro lugar, o Grupo determina o valor recuperável calculando o valor justo de cada unidade geradora de caixa a partir da cotação das unidades geradoras de caixa, se disponíveis, e do Price Earnings Ratio obtidos a partir de instituições locais comparáveis.

Além disso, o Grupo realiza estimativas do valor recuperável de determinadas unidades geradoras de caixa calculando seu valor em uso mediante o desconto de projeções de fluxos de caixa. As principais hipóteses utilizadas nesse cálculo são: (i) projeções de resultados baseadas nos orçamentos financeiros aprovados pelos administradores do Grupo que cobrem um período entre 3 e 5 anos (exceto se houver uma justificativa para utilizar um horizonte temporal maior), (ii) taxas de desconto determinadas como o custo de capital levando em consideração a taxa livre de risco mais um prêmio de risco em conformidade com o mercado e negócio em que operam e (iii) taxas de crescimento constantes com o propósito de extrapolar os resultados em perpetuidade, que não superam a taxa de crescimento média a longo prazo para o mercado em que a unidade geradora de caixa em questão opera.

As projeções de fluxos de caixa utilizadas pela diretoria do Grupo na obtenção dos valores em uso baseiam-se nos orçamentos financeiros aprovados tanto pelas diretorias locais das unidades correspondentes como pelos administradores do Grupo. O processo de cálculo do orçamento do Grupo é comum para todas as unidades geradoras de caixa. As diretorias locais elaboram seus orçamentos com base nas seguintes hipóteses-chave:

- a) Variáveis microeconômicas da unidade geradora de caixa: leva-se em consideração a estrutura de balanço existente, o *mix* de produtos oferecidos e as decisões comerciais tomadas pelas diretorias locais neste sentido.

- b) Variáveis macroeconômicas: os crescimentos estimados se sustentam na evolução do ambiente, considerando as evoluções esperadas no Produto Interno Bruto da localização geográfica da unidade e as previsões de comportamento de taxas de juros e taxas de câmbio. Esses dados são fornecidos pelo Serviço de Estudos do Grupo, os quais se baseiam em fontes de informação externas.
- c) Variáveis de comportamentos passados: Além disso, na projeção considera-se o comportamento diferencial passado (tanto positivo como negativo) da unidade geradora de caixa em relação ao mercado.

A seguir, apresentamos as principais hipóteses utilizadas para determinar o valor recuperável, no encerramento do exercício de 2017, das unidades geradoras de caixa mais significativas que foram avaliadas mediante o desconto de fluxos de caixa:

	Período projetado	Taxa de desconto (*)	Taxa de crescimento em perpetuidade nominal
Santander UK plc	5 anos	8,4%	2,5%
Banco Santander (Brasil) S.A.	5 anos	14,6%	8,3%
Santander Bank, National Association	3 anos	10,1%	3,7%
Santander Consumer Alemanha	3 anos	8,6%	2,5%
Santander Consumer USA Inc.	3 anos	10,7%	2,5%
Banco Santander Totta, S.A.	5 anos	10,0%	2,5%
Santander Consumer Bank AS	5 anos	9,0%	2,5%

(*) Taxa de desconto depois dos impostos.

Devido ao nível de incerteza dessas premissas, o Grupo realiza uma análise de sensibilidade utilizando mudanças razoáveis nas hipóteses-chave em que se baseia o valor recuperável das unidades geradoras de caixa com o propósito de confirmar se esse valor recuperável continua excedendo seu valor contábil. A análise de sensibilidade consistiu em ajustar +/- 50 pontos-base à taxa de desconto e +/-50 pontos-base à taxa de crescimento em perpetuidade. Após a análise de sensibilidade realizada, o valor em uso de todas as unidades geradoras de caixa continua excedendo seu valor contábil, se bem que:

- No caso do Santander Consumer USA, o Grupo registrou uma depreciação do valor do ágio no valor de 799 milhões de euros (2.872 milhões de reais) (504 milhões de euros líquidos (1.811 milhões de reais líquidos)). Essa depreciação foi estimado considerando a redução dos lucros da instituição com respeito às previsões realizadas em anos anteriores, consequência de mudanças na estratégia do negócios no longo prazo.
- No Santander UK, no exercício 2016 o valor em uso ficou próximo do seu valor contábil, motivado fundamentalmente pelo impacto do Referendum UK/UE de junho de 2016 em nas projeções empregadas na estimativa do seu valor em uso. Tais projeções foram reavaliadas durante o exercício 2017, observando-se um aumento do valor em uso com relação a 2016.

No caso do Santander Asset Management, apesar da sua recente aquisição e tomada de controle, em 22 de dezembro de 2017 (Ver Nota 3), o Grupo realizou um análise de recuperabilidade baseada na revisão do plano de negócio empregado para a execução da transação sem que haja identificado uma potencial depreciação.

O valor recuperável do Bank Zachodni WBK, Banco Santander Chile, S.A. e do Grupo Financiero Santander (México) foi determinado como o valor justo das referidas unidades geradoras de caixa obtido da negociação de suas ações no encerramento do exercício. Esse valor ultrapassava o valor contábil.

Com base no que foi mencionado anteriormente, e conforme as estimativas, projeções e análises de sensibilidade de que dispõem os administradores do Banco, no exercício 2017, o Grupo registrou na seção Perdas por depreciação de outros ativos (líquido) – Ágio e outros ativos intangíveis, depreciações de ágio totalizando 899 milhões de euros (3.231 milhões de reais) (50 e 115 milhões de euros nos exercícios de 2016 e 2015, respectivamente (192 e 418 milhões de reais nos exercícios de 2016 e 2015, respectivamente), dos quais 799 milhões de euros (2.872 milhões de reais) correspondem ao Santander Consumer USA e 100 milhões de euros (359 milhões de reais), correspondem aos negócios que o Grupo possui no Canadá, em ambos os casos motivado pela depreciação das expectativas de negócio projetadas.

18. Ativos intangíveis - Outros ativos intangíveis

A seguir, apresentamos os detalhes do saldo desta seção dos balanços consolidados e sua movimentação nos exercícios de 2017, 2016 e 2015:

	Vida útil estimada	Milhões de euros						
		31 de dezembro de 2016	Adições e retiradas líquidas	Mudança de perímetro	Amortização e depreciação	Aplicação de amortização e depreciação	Diferença de câmbio e outros	31 de dezembro de 2017
Com vida útil indefinida:								
Marcas		39	-	-	-	-	(4)	35
Com vida útil definida:								
Desenvolvimentos de informática	3-7 anos	6.558	1.470	42	-	(679)	(446)	6.945
Outros		1.245	68	436	-	(126)	(63)	1.560
Amortização acumulada		(4.848)	-	(64)	(1.403)	694	235	(5.386)
<i>Desenvolvimentos</i>		<i>(4.240)</i>	<i>-</i>	<i>(14)</i>	<i>(1.310)</i>	<i>627</i>	<i>216</i>	<i>(4.721)</i>
<i>Outros</i>		<i>(608)</i>	<i>-</i>	<i>(50)</i>	<i>(93)</i>	<i>67</i>	<i>19</i>	<i>(665)</i>
Provisão para Perdas		(297)	-	-	(174)	111	120	(240)
<i>Do qual: Provisão</i>					<i>(174)</i>			
		2.697	1.538	414	(1.577)	-	(158)	2.914

	Vida útil estimada	Milhões de reais						
		31 de dezembro de 2016	Adições e retiradas líquidas	Mudança de perímetro	Amortização e depreciação	Aplicação de amortização e depreciação	Diferença de câmbio e outros	31 de dezembro de 2017
Com vida útil indefinida: Marcas	3-7 anos	134	-	-	-	-	5	139
Com vida útil definida: Desenvolvimentos de informática		22.497	5.283	151		(2.440)	2.102	27.593
Outros		4.271	244	1.567		(453)	569	6.198
Amortização acumulada		(16.631)	-	(229)	(5.042)	2.494	(1.990)	(21.398)
<i>Desenvolvimentos</i>		(14.545)		(50)	(4.707)	2.253	(1.707)	(18.756)
<i>Outros</i>		(2.086)		(179)	(335)	241	(283)	(2.642)
Provisão para Perdas <i>Do qual: Provisão</i>		(1.020)		-	(627)	399	295	(953)
		9.251	5.527	1.489	(5.669)	-	981	11.579

	Vida útil estimada	Milhões de euros						
		31 de dezembro de 2015	Adições e retiradas líquidas	Mudança de perímetro	Amortização e depreciação	Aplicação de amortização e depreciação	Diferença de câmbio e outros	31 de dezembro de 2016
Com vida útil indefinida: Marcas	3-7 anos	49	1	-	-	(11)	-	39
Com vida útil definida: Desenvolvimentos de informática		5.411	1.726	-	-	(890)	311	6.558
Outros		1.306	41	(124)	-	-	22	1.245
Amortização acumulada		(3.873)	-	-	(1.275)	716	(416)	(4.848)
<i>Desenvolvimentos</i>		(3.353)	-	-	(1.168)	716	(435)	(4.240)
<i>Outros</i>		(520)	-	-	(107)	-	(19)	(608)
Provisão para Perdas <i>Do qual: Provisão</i>		(423)	-	-	(11)	185	(48)	(297)
		2.470	1.768	(124)	(1.286)	-	(131)	2.697

	Vida útil estimada	Milhões de reais						
		31 de dezembro de 2015	Adições e retiradas líquidas	Mudança de perímetro	Amortização e depreciação	Aplicação de amortização e depreciação	Diferença de câmbio e outros	31 de dezembro de 2016
Com vida útil indefinida: Marcas	3-7 anos	211	4	-	-	(42)	(39)	134
Com vida útil definida: Desenvolvimentos de informática		23.331	6.612	-	-	(3.409)	(4.037)	22.497
Outros		5.631	157	(475)	-	-	(1.042)	4.271
Amortização acumulada		(16.699)	-	-	(4.884)	2.743	2.209	(16.631)
<i>Desenvolvimentos</i>		(14.457)	-	-	(4.474)	2.743	1.643	(14.545)
<i>Outros</i>		(2.242)	-	-	(410)	-	566	(2.086)
Provisão para Perdas		(1.824)	-	-	(41)	708	137	(1.020)
<i>Do qual: Provisão</i>					(41)			
		10.650	6.773	(475)	(4.925)	-	(2.772)	9.251

	Vida útil estimada	Milhões de euros						
		31 de dezembro de 2014	Adições e retiradas líquidas	Mudança de perímetro	Amortização e depreciação	Aplicação de amortização e depreciação	Diferença de câmbio e outros	31 de dezembro de 2015
Com vida útil indefinida: Marcas	3-7 anos	61	-	(2)	-	(17)	7	49
Com vida útil definida: Desenvolvimentos de informática		5.350	1.481	(25)	-	(951)	(444)	5.411
Outros		1.294	87	-	-	(81)	6	1.306
Amortização acumulada		(3.623)	-	20	(1.246)	663	313	(3.873)
<i>Desenvolvimentos</i>		(3.096)	-	20	(1.138)	613	248	(3.353)
<i>Outros</i>		(527)	-	-	(108)	50	65	(520)
Provisão para Perdas		(229)	-	-	(586)	386	6	(423)
<i>Do qual: Provisão</i>					(586)			
		2.853	1.568	(7)	(1.832)	-	(112)	2.470

	Vida útil estimada	Milhões de reais						
		31 de dezembro de 2014	Adições e retiradas líquidas	Mudança de perímetro	Amortização e depreciação	Aplicação de amortização e depreciação	Diferença de câmbio e outros	31 de dezembro de 2015
Com vida útil indefinida: Marcas		197	-	(7)	-	(62)	83	211
Com vida útil definida: Desenvolvimentos de informática	3-7 anos	17.231	5.398	(91)	-	(3.466)	4.259	23.331
Outros		4.168	317	-	-	(295)	1.441	5.631
Amortização acumulada		(11.669)	-	73	(4.542)	2.417	(2.978)	(16.699)
<i>Desenvolvimentos</i>		(9.971)	-	73	(4.148)	2.235	(2.646)	(14.457)
<i>Outros</i>		(1.698)	-	-	(394)	182	(332)	(2.242)
Provisão para Perdas		(738)	-	-	(2.136)	1.406	(356)	(1.824)
<i>Do qual: Provisão</i>					(2.137)			
		9.189	5.715	(25)	(6.678)	-	2.449	10.650

No exercício de 2017, 2016 e 2015 ocorreram perdas por depreciação de 174, 11 e 586 milhões de euros (627, 41, 2.136 milhões de reais), respectivamente, registradas na seção Depreciação do valor ou (–) reversão da depreciação do valor de ativos não financeiros da demonstração do resultado consolidada. Essa depreciação correspondia, principalmente, à redução ou à perda de valor recuperável de determinados sistemas e aplicativos como consequência dos processos iniciados pelo Grupo, tanto de adaptação às diferentes mudanças regulatórias, quanto de transformação ou integração de negócios.

19. Outros ativos

A seguir, apresentamos a composição do saldo deste capítulo:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Operações em andamento	206	431	323
Ativos líquidos em planos de pensões (Nota 25)	604	521	787
Acumulação	2.326	2.232	1.976
Outros	4.427	3.878	3.277
	7.563	7.062	6.363

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Operações em andamento	817	1.477	1.393
Ativos líquidos em planos de pensões (Nota 25)	2.399	1.787	3.394
Acumulação	9.241	7.657	8.520
Outros	17.583	13.300	14.128
	30.040	24.221	27.435

20. Bancos de Bancos Centrais e Instituições de crédito

Indicamos, a seguir, a composição do saldo destas seções dos balanços consolidados de acordo com os critérios de classificação, de contrapartida, natureza e moeda:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
BANCOS CENTRAIS			
Classificação:			
Passivos financeiros mantidos para negociação	282	1.351	2.178
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	8.860	9.112	16.486
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado	71.414	44.112	38.872
	80.556	54.575	57.536
Natureza:			
Depósitos à vista	5	5	5
Depósitos a prazo	78.801	46.278	41.872
Cessões temporárias de ativo	1.750	8.292	15.659
	80.556	54.575	57.536
INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO			
Classificação:			
Passivos financeiros mantidos para negociação	292	44	77
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	18.166	5.015	8.551
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado	91.300	89.764	109.209
	109.758	94.823	117.837
Natureza:			
Depósitos à vista	6.444	4.220	4.526
Depósitos a prazo	54.159	61.321	71.244
Cessões temporárias de ativo	49.049	29.277	42.064
Depósitos subordinados	106	5	3
	109.758	94.823	117.837
Moeda:			
Euro	119.606	74.746	92.062
Libras	14.820	12.237	5.961
Dólares americanos	33.259	40.514	48.586
Real brasileiro	16.485	16.537	16.410
Outras moedas	6.144	5.364	12.354
	190.314	149.398	175.373

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
BANCOS CENTRAIS			
Classificação:			
Passivos financeiros mantidos para negociação	1.120	4.633	9.391
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	35.201	31.258	71.083
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado	283.721	151.326	167.604
	320.042	187.217	248.078
Natureza:			
Depósitos à vista	20	17	22
Depósitos a prazo	313.071	158.754	180.539
Depósitos disponíveis com pré-aviso	-	-	-
Cessões temporárias de ativo	6.951	28.446	67.517
	320.042	187.217	248.078
INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO			
Classificação:			
Passivos financeiros mantidos para negociação	1.158	151	332
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	72.172	17.205	36.869
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado	362.725	307.935	470.876
	436.055	325.291	508.077
Natureza:			
Depósitos à vista	25.602	14.477	19.515
Depósitos a prazo	215.166	210.363	307.182
Cessões temporárias de ativo	194.866	100.434	181.367
Depósitos subordinados	421	17	13
	436.055	325.291	508.077
Moeda:			
Euro	475.183	256.416	396.943
Libras	58.878	41.979	25.702
Dólares americanos	132.135	138.983	209.488
Real brasileiro	65.493	56.730	70.755
Outras moedas	24.408	18.400	53.267
	756.097	512.508	756.155

Os depósitos a custo amortizado em Bancos Centrais aumentaram devido, principalmente, à aquisição do Grupo Banco Popular no exercício 2017 e a que o Grupo aderiu nos últimos anos ao financiamento de longo prazo condicionado do Banco Central Europeu (LTRO (Long-Term Refinancing Operation), TLTRO (Targeted Longer-Term Refinancing Operation)), cujo montante em 31 de dezembro de 2017 alcança 58.550 de milhões de euros (232.613 milhões de reais).

Na Nota 51, apresentamos os detalhes dos prazos de vencimento dos passivos financeiros a custo amortizado, assim como suas taxas de juros médias.

21. Depósitos de Clientes

Indicamos, a seguir, a composição do saldo desta seção de acordo com os critérios de classificação, área geográfica e natureza:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Classificação:			
Passivos financeiros mantidos para negociação	28.179	9.996	9.187
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	28.945	23.345	26.357
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado	720.606	657.770	647.598
	777.730	691.111	683.142
Por área geográfica:			
Espanha	260.181	181.888	183.778
União Europeia (exceto Espanha)	318.580	295.059	311.314
Estados Unidos da América e Porto Rico	50.771	63.429	59.814
Resto OCDE	62.980	62.761	57.817
América Latina (não OCDE)	84.752	87.519	69.792
Resto do mundo	466	455	627
	777.730	691.111	683.142
Natureza:			
À vista			
Contas correntes	328.217	279.494	257.192
Contas poupança	189.845	180.611	180.415
Outros fundos à vista	7.010	7.156	5.489
A prazo			
Imposições a prazo fixo e outros fundos a prazo	195.285	176.581	196.965
Contas poupança - moradia	45	50	59
Depósitos a desconto	3	448	448
Passivos financeiros híbridos	4.295	3.986	5.174
Passivos subordinados	21	24	20
Cessão temporária de ativos	53.009	42.761	37.380
	777.730	691.111	683.142

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Classificação:			
Passivos financeiros mantidos para negociação	111.952	34.292	39.612
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	114.996	80.086	113.643
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado	2.862.897	2.256.481	2.792.248
	3.089.845	2.370.859	2.945.503
Por área geográfica:			
Espanha	1.033.675	623.968	792.396
União Europeia (exceto Espanha)	1.265.686	1.012.202	1.342.292
Estados Unidos da América e Porto Rico	201.710	217.593	257.900
Resto OCDE	250.213	215.300	249.290
América Latina (não OCDE)	336.709	300.235	300.922
Resto do mundo	1.852	1.561	2.703
	3.089.845	2.370.859	2.945.503
Natureza:			
À vista			
Contas correntes	1.303.969	958.803	1.108.935
Contas poupança	754.237	619.593	777.895
Outros fundos à vista	27.851	24.547	23.667
A prazo			
Imposições a prazo fixo e outros fundos a prazo	775.847	605.762	849.254
Contas poupança - moradia	180	172	254
Depósitos a desconto	14	1.538	1.932
Passivos financeiros híbridos	17.064	13.672	22.309
Passivos subordinados	85	81	86
Cessão temporária de ativos	210.598	146.691	161.171
	3.089.845	2.370.859	2.945.503

Na Nota 51, apresentamos os detalhes dos prazos de vencimento dos passivos financeiros a custo amortizado, assim como suas taxas de juros médias.

22. Instrumentos de dívida emitidos

a) Composição

A composição do saldo desta seção atendendo sua classificação e natureza é a seguinte:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Classificação:			
Passivos financeiros mantidos para negociação	-	-	-
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	3.056	2.791	3.373
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado	214.910	226.078	222.787
	217.966	228.869	226.160
Natureza:			
Bônus e títulos de dívida em circulação	176.719	183.278	182.073
Subordinados	21.382	19.873	21.131
Notas promissórias e outros títulos	19.865	25.718	22.956
	217.966	228.869	226.160

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Classificação:			
Passivos financeiros mantidos para negociação	-	-	-
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	12.143	9.573	14.543
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado	853.816	775.562	960.591
	865.959	785.135	975.134
Natureza:			
Bônus e títulos de dívida em circulação	702.086	628.733	785.043
Subordinados	84.951	68.176	91.111
Notas promissórias e outros títulos	78.922	88.227	98.980
	865.959	785.135	975.134

Apresentamos a seguir a distribuição do valor contábil por vencimentos dos passivos subordinados e dos bônus e títulos de dívida em circulação em 31 de dezembro de 2017:

	Milhões de euros				
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos subordinados	463	8	6	20.905	21.382
Bônus garantidos	14.439	21.338	22.638	27.857	86.272
Outros Bônus e títulos de dívida	19.376	33.214	21.446	16.411	90.447
Total bônus e títulos de dívida em circulação	33.815	54.552	44.084	44.268	176.719
Total de bônus e títulos de dívida em circulação e passivos subordinados	34.278	54.560	44.090	65.173	198.101

	Milhões de reais				
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos subordinados	1.839	32	24	83.056	84.951
Bônus garantidos	57.365	84.774	89.939	110.672	342.750
Outros Bônus e títulos de dívida	76.979	131.956	85.203	65.198	359.336
Total bônus e títulos de dívida em circulação	134.344	216.730	175.142	175.870	702.086
Total bônus e títulos de dívida em circulação e passivos subordinados	136.183	216.762	175.166	258.926	787.037

Na Nota 51, apresentamos os detalhes dos prazos de vencimento dos passivos financeiros a custo amortizado, assim como as taxas de juros médias desses exercícios.

b) Bônus e títulos de dívida em circulação

Os detalhes do saldo desta conta em função de sua moeda de emissão são os seguintes:

Moeda de emissão				31 de dezembro de 2017	
				Montante vivo da emissão em divisa (Milhões)	Taxa de juros anual %
	Milhões de euros				
	2017	2016	2015		
Euros	83.321	77.231	88.922	94.517	1,51%
Dólares americanos	48.688	48.134	46.463	56.841	2,67%
Libras esterlinas	13.279	15.098	16.757	11.181	2,69%
Reais	17.309	27.152	19.125	62.592	8,14%
Dólares de Hong Kong	-	40	74	-	-
Pesos chilenos	5.876	6.592	3.634	4.180.799	4,54%
Outras moedas	8.246	9.030	7.098		
Saldo no encerramento do exercício	176.719	183.278	182.073		

Moeda de emissão				31 de dezembro de 2017	
				Montante vivo da emissão em divisa (Milhões)	Taxa de juros anual %
	Milhões de reais				
	2017	2016	2015		
Euros	331.026	264.942	383.404	94.517	1,51%
Dólares americanos	193.433	165.124	200.335	56.841	2,67%
Libras esterlinas	52.756	51.792	72.251	11.181	2,69%
Reais	68.767	93.144	82.461	62.592	8,14%
Dólares de Hong Kong	-	138	319	-	-
Pesos chilenos	23.345	22.615	15.669	4.180.799	4,54%
Outras moedas	32.759	30.978	30.604		
Saldo no encerramento do exercício	702.086	628.733	785.043		

As movimentações ocorridas nas contas de Bônus e títulos de dívida em circulação foram as seguintes:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Saldo no início do exercício	183.278	182.073	178.710
Incorporação líquida de Sociedades ao Grupo	11.426	1.009	5.229
Das quais:			
Grupo Banco Popular	11.426	-	-
Banif - Banco Santander Totta SA	-	-	1.729
Auto ABS UK Loans PLC	-	-	1.358
Auto ABS DFP Master Compartment France 2013	-	-	550
Auto ABS2 FCT Compartment 2013-A	-	-	514
PSA Financial Services Spain, E.F.C., SA	-	-	401
Auto ABS FCT Compartment 2012-1	-	-	274
Auto ABS FCT Compartment 2013-2	-	-	205
PSA Finance Suisse, S.A.	-	-	200
Banca PSA Italia S.p.a.	-	500	-
PSA Bank Deutschland GmbH	-	497	-
Emissões	62.260	57.012	66.223
Das quais:			
Grupo Santander UK	7.625	12.815	16.279
Santander Consumer USA Holdings Inc.	11.242	11.699	11.330
Banco Santander (Brasil) S.A.	16.732	7.699	16.910
Santander Consumer Finance, S.A.	2.508	4.567	5.070
Banco Santander - Chile.	579	3.363	1.198
Santander Holding USA, Inc.	4.133	2.798	1.921
Banco Santander S.A. (inclui emitentes)	10.712	6.385	5.265
Banco Santander S.A. (México) Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero	118	1.840	1.874
Santander México			
Santander Consumer Bank AG	749	-	-
Santander Consumer Bank A.S.	1.117	1.537	1.328
PSA Financial Services, Spain, EFC, SA	-	726	-
SCF Rahoituspalvelut KIMI VI DAC	635	-	-
Société Financière de Banque – SOFIB (atualmente PSA Banque France)	1.032	-	-
Auto ABS French Lease Master Compartment 2016	-	635	-
Santander International Products, Plc.	588	371	402
Emisora Santander España, S.A. Unipersonal	67	158	745
Banco Santander Totta, S.A	1.999	-	749
Santander Bank, National Association	-	-	910
Amortizações e recompras	(66.871)	(59.036)	(69.295)
Das quais:			
Grupo Santander UK	(13.303)	(13.163)	(18.702)
Grupo Banco Popular	(983)	-	-
Santander Bank, National Association	(886)	-	-
Santander Consumer USA Holdings Inc.	(10.264)	(11.166)	(7.556)
Banco Santander (Brasil) S.A.	(23.187)	(7.579)	(14.718)
Banco Santander S.A. (inclui emitentes)	(8.973)	(12.837)	(18.581)
Santander Consumer Finance, S.A.	(1.618)	(4.117)	(2.838)
Santander Holdings USA, Inc.	(759)	(1.786)	(494)
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero			
Santander México	(224)	(1.453)	(789)
Banco Santander Totta, S.A.	(998)	(856)	(130)
Santander Consumer Bank AS	(337)	(710)	(163)
Banco Santander - (Chile)	(1.442)	(516)	(2.136)
Diferenças de câmbio e outros movimentos	(13.374)	2.219	1.206
Saldo no final do exercício	176.719	183.278	182.073

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Saldo no início do exercício	628.733	785.043	575.571
Incorporação líquida de Sociedades ao Grupo	41.067	3.865	19.060
Das quais:			
Grupo Banco Popular	41.067	-	-
Banif - Banco Santander Totta SA	-	-	6.300
Auto ABS UK Loans PLC	-	-	4.949
Auto ABS DFP Master Compartment France 2013	-	-	2.005
Auto ABS2 FCT Compartment 2013-A	-	-	1.874
PSA Financial Services Spain, E.F.C., SA	-	-	1.461
Auto ABS FCT Compartment 2012-1	-	-	998
Auto ABS FCT Compartment 2013-2	-	-	747
PSA Finance Suisse, S.A.	-	-	7 28
Banca PSA Italia S.p.a.	-	1.915	-
PSA Bank Deutschland GmbH	-	1.905	-
Emissões	223.772	218.399	241.374
Das quais:			
Grupo Santander UK	27.045	49.090	59.335
Santander Consumer USA Holdings Inc.	40.406	44.815	41.297
Banco Santander (Brasil), S.A.	60.137	29.494	61.635
Santander Consumer Finance, S.A.	9.014	17.496	18.480
Banco Santander - Chile	2.081	12.881	4.367
Santander Holding USA, Inc.	14.855	10.719	7.001
Banco Santander S.A. (inclui emitentes)	38.501	24.460	19.192
Banco Santander S.A. (México) Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero			
Santander México	424	7.050	6.831
Santander Consumer Bank AG	2.692	-	-
Santander Consumer Bank A.S.	4.015	5.887	4.840
PSA Financial Services, Spain, EFC, SA	-	2.782	-
SCF Rahoituspalvelut KIMI VI DAC	2.282	-	-
Société Financière de Banque – SOFIB (atualmente PSA Banque France)	3.709	-	-
Auto ABS French Lease Master Compartment 2016	-	2.433	-
Santander International Products, Plc.	2.113	1.420	-
Emisora Santander España, S.A. Unipersonal	241	604	2.716
Banco Santander Totta, SA	7.185	-	2.728
Santander Bank, National Association	-	-	3.318
Amortizações e recompras	(240.345)	(226.150)	(252.572)
Das quais:			
Grupo Santander UK	(47.813)	(50.423)	(68.166)
Grupo Banco Popular	(3.533)	-	-
Santander Bank, National Association	(3.184)	-	-
Santander Consumer USA Holdings Inc.	(36.890)	(42.773)	(27.541)
Banco Santander (Brasil), S.A.	(83.338)	(29.034)	(53.646)
Banco Santander S.A. (inclui emitentes)	(32.250)	(49.174)	(67.752)
Santander Consumer Finance, S.A.	(5.815)	(15.772)	(10.345)
Santander Holdings USA, Inc.	(2.728)	(6.843)	(1.800)
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero			
Santander México	(805)	(5.564)	(2.875)
Banco Santander Totta, SA	(3.587)	(3.280)	(473)
Santander Consumer Bank AS	(1.211)	(2.720)	(595)
Banco Santander - Chile	(5.183)	(1.977)	(7.785)
Diferenças de câmbio e outros movimentos	48.859	(152.425)	201.610
Saldo no final do exercício	702.086	628.733	785.043

c) Notas promissórias e outros títulos

Estas notas promissórias foram emitidas basicamente por Abbey National Treasury Services plc, Santander Consumer Finance, S.A., Santander UK plc, Inc, Banco Santander (México), S.A. Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander México, Bank Zachodni WBK S.A., Banco Santander, S.A. e Banco Popular Español, S.A.

d) Garantias

A seguir, apresentamos informações sobre os passivos garantidos por ativos financeiros:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Bônus de securitização	32.505	38.825	42.201
<i>Dos quais, Bônus de securitização hipotecária</i>	<i>4.034</i>	<i>8.561</i>	<i>14.152</i>
Outros títulos hipotecários	52.497	44.616	48.228
<i>Dos quais, cédulas hipotecárias</i>	<i>23.907</i>	<i>16.965</i>	<i>19.747</i>
Cédulas territoriais	1.270	592	1.567
	86.272	84.033	91.996

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Bônus de securitização	129.139	133.189	181.958
<i>Dos quais, Bônus de securitização hipotecária</i>	<i>16.027</i>	<i>29.369</i>	<i>61.019</i>
Outros títulos hipotecários	208.565	153.055	207.945
<i>Dos quais, cédulas hipotecárias</i>	<i>94.980</i>	<i>58.198</i>	<i>85.143</i>
Cédulas territoriais	5.046	2.031	6.756
	342.750	288.275	396.659

A seguir, são descritas as principais características dos ativos que garantem os passivos financeiros anteriores:

1. Bônus de securitização:

- a. Bônus de securitização hipotecária - garantidos por ativos hipotecários securitizados (Ver Nota 10.e) com vencimentos médios superiores a 10 anos que devem cumprir os seguintes requisitos: ser o primeiro crédito imobiliário destinado à aquisição do primeiro ou segundo imóvel residencial, estar dia com o pagamento, contar com um *loan to value* (LTV) inferior a 80% e contar com seguro de acidentes em vigor por um valor que cubra, pelo menos, o valor de avaliação. O valor dos passivos financeiros detalhados na tabela anterior é inferior ao saldo dos ativos que os garantem (ativos titularizados mantidos no balanço) principalmente porque o Grupo recompra parte dos bônus emitidos, não figurando nesses casos em seu passivo.
- b. Outros bônus de securitização - inclui bônus de securitização de ativos e notas promissórias emitidos por Fundos de securitização garantidos principalmente por créditos imobiliários que não cumprem os requisitos anteriores e outros empréstimos (principalmente, empréstimos pessoais com vencimento médio de 5 anos e empréstimos a PMEs com vencimento médio de 7 anos).

2. Outros títulos hipotecários: inclui principalmente, (i) cédulas hipotecárias que contam com um vencimento médio superior a 10 anos e estão garantidas por carteira de empréstimos e créditos hipotecários (incluídos em devedores com garantia real - Ver Nota 10.b-) que devem cumprir os seguintes requisitos: não estar classificadas em contencioso, contar com cálculos disponíveis realizados por instituições especializadas, contar com um *loan to value* inferior a 80% no caso de imóvel residencial e inferior a 60% para os outros bens e contar com seguro de acidentes suficiente, (ii) outros títulos de dívida, principalmente no Reino Unido - *covered bonds* - garantidos por créditos imobiliários e outros ativos, emitidos como parte da estratégia de liquidez do Grupo no Reino Unido.

O valor justo das garantias recebidas pelo Grupo (ativos financeiros e ativos não financeiros) que o Grupo está autorizado a vender ou penhorar sem que tenha havido inadimplência por parte do proprietário da garantia carece de importância relativa considerando as demonstrações financeiras do Grupo em seu conjunto.

e) Emissões do mercado de crédito imobiliário espanhol

Os membros do Conselho de Administração manifestam que as instituições do Grupo que operam no âmbito das emissões do mercado de crédito imobiliário espanhol dispõem e têm estabelecidas políticas e procedimentos expressos que abrangem todas as atividades realizadas e que garantem o cumprimento rigoroso da norma do mercado de crédito imobiliário aplicável a estas atividades para fins do disposto no Real Decreto 716/2009, de 24 de abril, pelo qual são abordados determinados aspectos da Lei 2/1981, de 25 de março, de regulação do mercado de crédito imobiliário, e pela aplicação deste, pelas Circulares 7/2010 e 5/2011 do Banco de Espanha, e outras normas do sistema de crédito imobiliário e financeiro. Além disso, a diretoria financeira define a estratégia de financiamento das instituições do Grupo.

As políticas de riscos aplicáveis a operações do mercado de crédito imobiliário preveem limites máximos de financiamento sobre o cálculo do bem objeto do crédito imobiliário (LTV), existindo também políticas específicas adaptadas a cada produto de crédito imobiliário que, em alguns casos, aplicam limites mais restritivos.

As políticas gerais definidas a esse respeito estabelecem uma análise, por intermédio de indicadores estipulados, que devem ser cumpridas, da capacidade de reembolso (taxa de esforço na admissão) de cada cliente em potencial. Esta análise deve determinar se a renda de cada cliente é suficiente para arcar com reembolsos das prestações da operação solicitada. Além disso, a análise de cada cliente deve incluir a conclusão sobre a estabilidade no tempo da renda considerada durante a vida da operação. O indicador mencionado, utilizado para medir a capacidade de reembolso (taxa de esforço na admissão) de cada cliente, considera principalmente a relação da dívida em potencial em relação à renda gerada, considerando tanto os reembolsos mensais correspondentes à operação solicitada como de outras operações e a renda mensal proveniente de salário como outras rendas justificadas adequadamente.

Quanto à verificação das informações e solvência do cliente, as instituições do Grupo contam com ferramentas e procedimentos especializados de comparação de documentos (Ver Nota 54).

Os procedimentos das instituições do Grupo preveem que cada crédito imobiliário originado no âmbito do mercado de crédito imobiliário deve contar com uma avaliação individual realizada por uma empresa de avaliação independente do Grupo.

Embora a Lei 41/2007 do mercado de crédito imobiliário preveja (art.5) que qualquer empresa de avaliação homologada pelo Banco de Espanha é suscetível de emitir relatórios válidos de avaliação, no âmbito deste mesmo artigo, as instituições do Grupo fazem uma série de verificações selecionando, dentre estas instituições, um grupo reduzido com o qual firma acordos de colaboração, com condições especiais e mecanismos de controle automatizados. A norma interna do Grupo especifica detalhadamente cada uma das empresas homologadas internamente, e também os requisitos e procedimentos de admissão e os controles estabelecidos para sua manutenção. Neste sentido, a norma regula o funcionamento de um comitê de empresas de avaliação, formado por diversas áreas do Grupo relacionadas com estas empresas, e cujo objetivo é regular e adaptar a norma interna e o procedimento da atividade das empresas de avaliação à situação do mercado e do negócio (Ver Nota 2.i).

Basicamente, as empresas que queiram colaborar com o Grupo devem contar com uma atividade relevante no mercado de crédito imobiliário e no âmbito territorial onde trabalham, superar filtros prévios de análise segundo critérios de independência, capacidade técnica e solvência (para garantir a continuidade de seu negócio) e, finalmente, passar em uma série de testes antes de sua homologação definitiva.

Além disso, para cumprir a norma “completamente”, as avaliações fornecidas pelo cliente são revisadas, independentemente da empresa que emitiu a avaliação, para verificar se ela se adequa formalmente, e se os requisitos, procedimentos e métodos empregados são adequados ao ativo avaliado com base na norma vigente e se os valores informados correspondem aos valores habituais do mercado.

A seguir, apresentamos informações requeridas pelas Circulares 7/2010 e 5/2011 do Banco de Espanha, aplicando o citado Real Decreto 716/2009, de 24 de abril:

Milhões de euros	2017	2016	2015
Valor nominal da carteira de empréstimos e créditos hipotecários pendentes de amortização que respaldam a emissão de cédulas e bônus hipotecários de acordo com o Real Decreto 716/2009 (excluindo os titularizados)	91.094	56.871	60.043
<i>Dos quais:</i>			
<i>Elegíveis e computáveis para dar cobertura à emissão de títulos hipotecários</i>	59.422	38.426	39.414
<i>Transferências de ativos mantidas no balanço: certificados hipotecários e outros ativos titularizados hipotecários</i>	18.202	19.509	21.417

Milhões de reais	2017	2016	2015
Valor nominal da carteira de empréstimos e créditos hipotecários pendentes de amortização que respaldam a emissão de cédulas e bônus hipotecários de acordo com o Real Decreto 716/2009 (excluindo os titularizados)	361.907	195.097	219.992
<i>Dos quais:</i>			
<i>Elegíveis e computáveis para dar cobertura à emissão de títulos hipotecários</i>	236.078	131.822	137.730
<i>Transferências de ativos mantidas no balanço: certificados hipotecários e outros ativos titularizados hipotecários</i>	72.315	66.924	62.938

Cédulas hipotecárias

As cédulas hipotecárias emitidas pelas instituições do Grupo são valores cujo capital e juros estão especialmente garantidos, sem necessidade de inscrição registral, por hipoteca sobre todas as que, em qualquer tempo, constem inscritas a favor do emitente e não estejam afetadas à emissão de bônus hipotecários e/ou sejam objeto de participações hipotecárias, e/ou certificados de transmissão de hipoteca, e, se existirem, pelos ativos de substituição aptos para servir de cobertura e pelos fluxos econômicos gerados pelos instrumentos financeiros derivados vinculados a cada emissão, sem prejuízo da responsabilidade patrimonial universal da instituição emitente.

As cédulas hipotecárias incorporam o direito de crédito de seu detentor em relação à instituição emissora, garantido conforme indicado no parágrafo anterior, e acompanham a execução para reclamar do emissor o pagamento após seu vencimento. Os titulares destes títulos têm o caráter de credores singularmente privilegiados, com a preferência que indica o número 3º do artigo 1.923 do Código Civil, frente a quaisquer outros credores, com relação à totalidade dos empréstimos e créditos hipotecários inscritos a favor do emitente, salvo os que sirvam de cobertura aos bônus hipotecários e/ou sejam objeto de participações hipotecárias e/ou certificados de transmissão de hipoteca.

No caso de insolvência, os detentores de cédulas gozariam do privilégio especial estabelecido no número 1º da seção 1 do artigo 90 da Lei 22/2003, de 9 de julho, de insolvência. Sem prejuízo do anterior, seriam atendidos durante o processo de insolvência, conforme o previsto no número 7º da seção 2 do artigo 84 da Lei de Insolvência, os pagamentos que correspondam por amortização de capital e juros das cédulas emitidas e pendentes de amortização na data da solicitação do processo de insolvência até o valor dos rendimentos recebidos pelo devedor dos empréstimos e créditos hipotecários e, conforme o caso, dos ativos de substituição que respaldem as cédulas e dos fluxos econômicos gerados pelos instrumentos vinculados às emissões (Disposição Final décima nona da Lei de Insolvência).

No caso de que, em virtude de uma defasagem temporal, as receitas recebidas pelo devedor forem insuficientes para atender os pagamentos mencionados no parágrafo anterior, o administrador judicial deveria satisfazê-los mediante a liquidação dos ativos de substituição afetados pela emissão e, se isto for insuficiente, deveria realizar operações de financiamento para cumprir o mandato de pagamento aos detentores de cédulas ou de bônus, substituindo-se o financiador na posição destes.

Se for necessário proceder conforme o estabelecido no número 3 do artigo 155 da Lei de Insolvência, o pagamento a todos os titulares de cédulas emitidas pelo emissor será efetuado de forma proporcional, independentemente das datas de emissão dos títulos.

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo tinha um saldo correspondente a cédulas hipotecárias ativas que atingia 23.907 milhões de euros (94.980 milhões de reais) (todas elas emitidas em euros), das quais 14.198 milhões de euros (56.406 milhões de reais) correspondem a emissões do Banco Santander, S.A. 9.209 milhões de euros (36.587 milhões de reais) correspondem a emissões do Grupo Banco Popular e 500 milhões de euros (1.987 milhões de reais) correspondem a emissões do Santander Consumer, S.A. Nas demonstrações financeiras anuais individuais de cada uma dessas empresas são detalhadas as emissões vivas em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Nas emissões de cédulas hipotecárias existe a possibilidade de amortização antecipada pelo emissor somente com o propósito de cumprir os limites relativos ao volume de cédulas hipotecárias em circulação estabelecidos pela norma reguladora do mercado crédito imobiliário.

Nenhuma das cédulas hipotecárias emitidas pelas instituições do Grupo tem ativos de substituição afetados.

23. Passivos subordinados

a) Composição

Os detalhes do saldo desta seção em função de sua moeda de emissão são os seguintes:

Moeda de emissão	Milhões de euros			31 de dezembro de 2017	
	2017	2016	2015	Montante vivo da emissão em divisa (Milhões)	Taxa de juros anual %
Euros	11.240	8.044	8.001	11.329	3,93%
Dólares americanos	8.008	9.349	9.174	11.996	5,51%
Libras esterlinas	874	949	851	250	8,94%
Real brasileiro	131	136	1.878	146	7,00%
Outras moedas	1.257	1.424	1.249		
Saldo no encerramento do exercício	21.510	19.902	21.153		
<i>Do qual, ações preferenciais</i>	<i>404</i>	<i>413</i>	<i>449</i>		
<i>Do qual, participações preferenciais</i>	<i>8.369</i>	<i>6.916</i>	<i>6.749</i>		

Moeda de emissão	Milhões de reais			31 de dezembro de 2017	
	2017	2016	2015	Montante vivo da emissão em divisa (Milhões)	Taxa de juros anual %
Euros	44.655	27.594	34.498	11.329	3,93%
Dólares americanos	31.815	32.072	39.556	11.996	5,51%
Libras esterlinas	3.472	3.257	3.669	250	8,94%
Real brasileiro	520	466	8.097	146	7,00%
Outras moedas	4.995	4.885	5.385		
Saldo no encerramento do exercício	85.457	68.274	91.205		
<i>Do qual, ações preferenciais</i>	<i>1.605</i>	<i>1.417</i>	<i>1.936</i>		
<i>Do qual, participações preferenciais</i>	<i>33.249</i>	<i>23.727</i>	<i>29.100</i>		

Na Nota 51, apresentamos os detalhes dos prazos de vencimento dos passivos subordinados no encerramento de cada exercício, assim como as taxas de juros médias nesses exercícios.

b) Movimentações

As movimentações ocorridas no saldo desta seção durante os três últimos exercícios são as seguintes:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Saldo no início do exercício	19.902	21.153	17.132
Incorporação líquida de sociedades ao Grupo (Nota 3)	11	-	-
Colocações	2.994	2.395	4.787
Das quais:			
Banco Santander, S.A. (inclui emitentes)	2.894	2.328	2.878
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander México	-	59	-
Santander UK Group Holdings plc	-	-	1.377
Santander UK plc	-	-	521
Société Financière de Banque – SOFIB (atualmente PSA Banque France)	78	-	-
Amortizações e recompras (*)	(870)	(2.812)	(1.029)
Das quais:			
Banco Santander (Brasil) S.A.	-	(716)	(60)
Santander Consumer Finance, S.A.	-	(70)	-
Santander UK plc	(60)	(51)	(466)
Bank Zachodni WBK S.A.	-	-	(237)
Banco Santander, S.A. (inclui emitentes)	(453)	(1.976)	(193)
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander México	-	-	(64)
Santander Bank, National Association	(285)	-	-
Santander Holdings USA, Inc.	(72)	-	-
Diferenças de câmbio e outros movimentos	(527)	(834)	263
Saldo no encerramento do exercício	21.510	19.902	21.153

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Saldo no início do exercício	68.274	91.205	55.177
Incorporação líquida de sociedades ao Grupo (Nota 3)	44	-	-
Colocações	10.761	9.175	17.448
<i>Das quais:</i>			
<i>Banco Santander, S.A. (inclui emitentes)</i>	<i>10.401</i>	<i>8.919</i>	<i>10.490</i>
<i>Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander México</i>	<i>-</i>	<i>225</i>	<i>-</i>
<i>Santander UK Group Holdings plc</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>5.019</i>
<i>Santander UK plc</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Société Financière de Banque – SOFIB (atualmente PSA Banque France)</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>1.899</i>
Amortizações e recompras (*)	(3.127)	(10.772)	(3.751)
<i>Das quais:</i>			
<i>Banco Santander (Brasil) S.A.</i>	<i>-</i>	<i>(2.742)</i>	<i>(219)</i>
<i>Santander Consumer Finance, S.A.</i>	<i>-</i>	<i>(268)</i>	<i>-</i>
<i>Santander UK plc</i>	<i>(216)</i>	<i>(194)</i>	<i>(1.699)</i>
<i>Bank Zachodni WBK S.A.</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>(864)</i>
<i>Banco Santander, S.A. (inclui emitentes)</i>	<i>(1.628)</i>	<i>(7.568)</i>	<i>(704)</i>
<i>Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander México</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>(233)</i>
<i>Santander Bank, National Association</i>	<i>(1.024)</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Santander Holdings USA, Inc.</i>	<i>(259)</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
Diferenças de câmbio e outros movimentos	9.505	(21.334)	22.331
Saldo no encerramento do exercício	85.457	68.274	91.205

(*) O saldo relativo a colocações e recompras (2.124 milhões de euros e 7.634 milhões de reais) junto com os juros pagos a título de remuneração destas emissões, incluindo PPCC (1.199 milhões de euros e 4.335 milhões de reais) está englobado no fluxo de caixa das atividades de financiamento.

c) Outras informações

Esta seção inclui participações preferenciais, bem como outros instrumentos financeiros emitidos pelas empresas consolidadas que, em razão de sua natureza jurídica de capital, não cumprem os requisitos para serem classificados como patrimônio líquido (ações preferenciais).

As ações preferenciais não têm direito a voto e não são acumulativas. Foram subscritas por terceiros alheios ao Grupo e, com exceção das ações do Santander UK plc mencionadas a seguir, as demais são amortizáveis conforme decisão do emissor, de acordo com as condições de cada emissão.

Em 31 de dezembro de 2017, o Santander UK plc tinha uma emissão subordinada, no valor de 200 milhões de libras esterlinas, que pode ser convertida, de acordo com a opção do Santander UK plc, em ações preferenciais do próprio Santander UK plc, ao preço de uma libra por ação.

As participações preferenciais se situam para fins de prioridade de créditos atrás dos credores comuns e dos depósitos subordinados. Sua retribuição está condicionada à obtenção de lucros distribuíveis suficientes, e às limitações impostas pela norma bancária espanhola sobre recursos próprios, e carecem de direitos políticos.

As demais emissões têm o caráter de subordinadas e, para fins de prioridade de créditos se situam atrás de todos os credores comuns das instituições emissoras.

Em 31 de dezembro de 2017, existiam as seguintes emissões conversíveis em ações do Banco:

Em 5 de março, 8 de maio e 2 de setembro de 2014, o Banco Santander, S.A., comunicou que sua comissão executiva havia realizado três emissões de participações preferenciais contingentemente conversíveis em ações ordinárias do Banco de nova emissão (as "PPCC"), no montante nominal de 1.500 milhão de euros, 1.500 milhão de dólares e 1.500 milhão de euros, respectivamente. A remuneração das "PPCC", cujo pagamento está sujeito a determinadas condições, sendo também discricionária, ficou estabelecida em 6,25% anual para os primeiros cinco anos (revisando-se a partir de então, aplicando uma margem de 541 pontos básicos sobre a taxa Mid-Swap a cinco anos (5 year Mid-Swap Rate)) para a emissão de março, em 6,375% anual os primeiros cinco anos (revisando-se a partir de então, aplicando uma margem de 478,8 pontos básicos sobre a taxa Mid Swap a cinco anos [5 year Mid-Swap Rate]) para a emissão de maio e em 6,25% anual para os primeiros sete anos, (revisando-se a partir de então, a cada cinco anos aplicando uma margem de 564 pontos básicos sobre a taxa Mid-Swap a cinco anos (5 year Mid-Swap Rate)) para a emissão de setembro.

Em 25 de março, 28 de maio e 30 de setembro de 2014, o Banco de Espanha aprovou a computabilidade dessas "PPCC" como capital de nível 1 (*additional tier 1*) de acordo com a nova norma europeia de recursos próprios do Regulamento Europeu 575/2013. As "PPCC" são perpétuas, embora possam ser amortizadas antecipadamente em determinadas circunstâncias e ser convertidas em ações ordinárias de nova emissão do Banco Santander se o Banco ou seu grupo consolidável apresentarem um índice inferior a 5,125% de capital de nível ordinário (*common equity Tier 1 ratio*), calculada conforme o citado regulamento 575/2013. As "PPCC" são negociadas na Global Exchange Market da Bolsa da Irlanda.

Além disso, em 29 de janeiro de 2014, o Banco Santander (Brasil) S.A. realizou uma emissão de notas subordinadas perpétuas nível 1 no montante nominal de 1.248 milhão de dólares norte-americanos, tendo o Grupo adquirido 89,6% da emissão. As notas são perpétuas e seriam convertidas em ações ordinárias do Banco Santander (Brasil) S.A. se o índice de capital de nível 1 ordinário (*common equity Tier 1 ratio*), calculado conforme o estabelecido pelo Banco Central do Brasil, fosse inferior a 5,125%.

Em 30 de dezembro de 2016, o Grupo Financiero Santander México, S.A.B. de C.V. realizou uma emissão de notas subordinadas perpétuas no montante nominal de 500 milhões de dólares norte-americanos, tendo o grupo adquirido 88,2% da emissão. As notas perpétuas são convertidas automaticamente em ações quando o Índice de Capital Regulatório (CET1) é igual ou inferior a 5.125% ao preço de conversão.

Em 25 de abril e em 29 de setembro de 2017, o Banco Santander, S.A. realizou a emissão de participações preferenciais contingentemente conversíveis em ações ordinárias do Banco de nova emissão (as "PPCC"), no montante nominal de 750 milhões de euros e 1.000 milhões de euros, respectivamente. A remuneração das PPCC, cujo pagamento está sujeito a certas condições e é discricionária, terminou fixada em 6,75% anuais para os primeiros cinco anos (revisando-se a partir de então e aplicando um margem de 680,3 pontos básicos sobre o tipo Mid-Swap a cinco anos (5 year Mid-Swap Rate)) para a emissão desembolsada em abril, e em 5,25% anuais nos primeiros seis anos (revisando-se a partir de então aplicando um margem de 499,9 pontos básicos sobre o tipo Mid-Swap a cinco anos (5 year Mid- Swap Rate)) para a emissão desembolsada em setembro.

Os juros acumulados pelos passivos subordinados no exercício de 2017 alcançaram 966 milhões de euros (3.474 milhões de reais) (945 e 934 milhões de euros (3.622 e 3.403 milhões de reais) nos exercícios de 2016 e 2015, respectivamente). No exercício de 2017, os juros das "PPCC" foram de 395 milhões de euros (1.450 milhões de reais) (334 e 276 milhões de euros (1.279 e 1.063 milhões de reais) nos exercícios de 2016 e 2015, respectivamente).

24. Outros passivos financeiros

A seguir, apresentamos a composição do saldo desta seção dos balanços consolidados:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Credores comerciais	1.559	1.230	1.264
Câmaras de compensação	767	676	708
Contas de arrecadação:			
Administrações públicas	3.212	2.790	2.489
Credores por factoring	290	180	194
Operações financeiras pendentes de liquidação	6.375	7.418	5.584
Outros passivos financeiros	16.225	14.222	10.639
	28.428	26.516	20.878

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Credores comerciais	5.244	3.547	5.450
Câmaras de compensação	3.047	2.318	3.053
Contas de arrecadação:			
Administrações públicas	12.759	9.572	10.732
Credores por factoring	1.150	618	836
Operações financeiras pendentes de liquidação	25.326	25.446	24.077
Outros passivos financeiros	65.413	49.463	45.871
	112.939	90.964	90.019

Na Nota 51, apresentamos os detalhes dos prazos de vencimento dos outros passivos financeiros no encerramento de cada exercício.

25. Provisões

a) Composição

A composição do saldo deste capítulo dos balanços consolidados é apresentada a seguir:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Pensões e outras obrigações de benefícios definidos pós-emprego	6.345	6.576	6.356
Outras remunerações de funcionários a longo prazo	1.686	1.712	1.916
Obrigações legais e passivos contingentes	3.181	2.994	2.577
Compromissos e garantias concedidos (Nota 2)	617	459	618
<i>Dos quais, por risco-país</i>	3	3	2
Outras provisões	2.660	2.718	3.027
Provisões	14.489	14.459	14.494

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Pensões e outras obrigações de benefícios definidos pós-emprego	25.208	22.559	27.405
Outras remunerações de funcionários a longo prazo	6.700	5.872	8.261
Obrigações legais e passivos contingentes	12.640	10.270	11.111
Compromissos e garantias concedidos (Nota 2)	2.449	1.576	2.665
<i>Dos quais, por risco-país</i>	<i>11</i>	<i>9</i>	<i>9</i>
Outras provisões	10.569	9.323	13.052
Provisões	57.566	49.600	62.494

b) Movimentações

A seguir, apresentamos as movimentações ocorridas no capítulo Provisões nos três últimos exercícios:

	Milhões de euros														
	2017					2016					2015				
	Pós- emprego	Longo prazo	Riscos e compromissos contingentes	Restante de provisões	Total	Pós- emprego	Longo prazo	Riscos e compromissos contingentes	Restante de provisões	Total	Pós- emprego	Longo prazo	Riscos e compromissos contingentes	Restante de provisões	Total
Saldos no início do exercício	6.576	1.712	459	5.712	14.459	6.356	1.916	618	5.604	14.494	7.074	2.338	654	5.310	15.376
Incorporação líquida de sociedades ao Grupo	59	184	146	1.365	1.754	11	8	(4)	13	28	16	1	8	162	187
Provisões com base nos resultados:	237	293	(49)	2.863	3.344	227	368	(40)	2.235	2.790	291	224	(1)	2.958	3.472
Despesas de juros (Nota 39)	175	23	-	-	198	170	31	-	-	201	228	42	-	-	270
Despesas de pessoal (Nota 47)	82	6	-	-	88	73	8	-	-	81	85	11	-	-	96
Provisões ou reversão de provisões	(20)	264	(49)	2.863	3.058	(16)	329	(40)	2.235	2.508	(22)	171	(1)	2.958	3.106
Provisões	2	264	606	3.855	4.727	24	377	226	3.024	3.651	9	217	238	3.632	4.096
Reversões	(22)	-	(655)	(992)	(1.669)	(40)	(48)	(266)	(789)	(1.143)	(31)	(46)	(239)	(674)	(990)
Outras provisões por contratos de seguros vinculados a aposentadorias	(7)	-	-	-	(7)	(3)	-	-	-	(3)	(18)	-	-	-	(18)
Variações de valor registradas contra o patrimônio	369	-	-	-	369	1.275	-	-	-	1.275	(575)	-	-	-	(575)
Pagamentos a aposentados e ao pessoal aposentado voluntariamente com lançamento a fundos internos	(355)	(498)	-	-	(853)	(367)	(603)	-	-	(970)	(347)	(667)	-	-	(1.014)
Benefícios pagos por liquidação	(260)	-	-	-	(260)	(20)	-	-	-	(20)	-	-	-	-	-
Prêmios de seguros pagos	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	(1)	(1)	-	-	-	(1)
Pagamentos a fundos externos	(273)	-	-	-	(273)	(852)	-	-	-	(852)	(146)	-	-	-	(146)
Fundos utilizados	-	-	(3)	(2.997)	(3.000)	-	-	(2)	(2.149)	(2.151)	-	-	-	(1.684)	(1.684)
Transferências, variações cambiais e outras movimentações	(1)	(5)	64	(1.102)	(1.044)	(50)	23	(113)	9	(131)	62	20	(43)	(1.142)	(1.103)
Saldos no fechamento do exercício	6.345	1.686	617	5.841	14.489	6.576	1.712	459	5.712	14.459	6.356	1.916	618	5.604	14.494

	Milhões de reais														
	2017					2016					2015				
	Pós- emprego	Longo prazo	Riscos e compromissos contingentes	Restante de provisões	Total	Pós- emprego	Longo prazo	Riscos e compromissos contingentes	Restante de provisões	Total	Pós- emprego	Longo prazo	Riscos e compromissos contingentes	Restante de provisões	Total
Saldos no início do exercício	22.559	5.872	1.576	19.593	49.600	27.405	8.261	2.665	24.163	62.494	22.783	7.530	2.106	17.102	49.521
Incorporação líquida de sociedades ao Grupo	212	661	525	4.906	6.304	42	31	(15)	50	108	58	4	29	590	681
Provisão com base nos resultados:	850	1.054	(178)	10.290	12.016	869	1.410	(153)	8.561	10.687	1.061	816	(4)	10.782	12.655
Despesas de juros (Nota 39)	627	83	-	-	710	650	119	-	-	769	831	153	-	-	984
Despesas de pessoal (Nota 47)	294	22	-	-	316	280	31	-	-	311	310	40	-	-	350
Provisões ou reversão de provisões	(71)	949	(178)	10.290	10.990	(61)	1.260	(153)	8.561	9.607	(80)	623	(4)	10.782	11.321
Provisões	7	949	2.177	13.856	16.989	92	1.444	866	11.583	13.985	33	791	867	13.239	14.930
Reversões	(78)	-	(2.355)	(3.566)	(5.999)	(153)	(184)	(1.019)	(3.022)	(4.378)	(113)	(168)	(871)	(2.457)	(3.609)
Outras provisões por contratos de seguros vinculados a aposentadorias	(25)	-	-	-	(25)	(11)	-	-	-	(11)	(66)	-	-	-	(66)
Variações de valor registradas contra o patrimônio	1.326	-	-	-	1.326	4.884	-	-	-	4.884	(2.096)	-	-	-	(2.096)
Pagamentos a aposentados e ao pessoal aposentado voluntariamente com lançamento a fundos internos	(1.276)	(1.790)	-	-	(3.066)	(1.406)	(2.310)	-	-	(3.716)	(1.265)	(2.431)	-	-	(3.696)
Benefícios pagos por liquidação	(934)	-	-	-	(934)	(77)	-	-	-	(77)	-	-	-	-	-
Prêmios de seguros pagos	-	-	-	-	-	(4)	-	-	-	(4)	(4)	-	-	-	(4)
Pagamentos a fundos externos	(981)	-	-	-	(981)	(3.264)	-	-	-	(3.264)	(532)	-	-	-	(532)
Fundos utilizados	-	-	(11)	(10.772)	(10.783)	-	-	-	(8.232)	(8.232)	-	-	-	(6.138)	(6.138)
Transferências, variações cambiais e outras movimentações	3.477	903	537	(808)	4.109	(5.879)	(1.520)	(921)	(4.949)	(13.269)	7.466	2.342	534	1.827	12.169
Saldos no fechamento do exercício	25.208	6.700	2.449	23.209	57.566	22.559	8.261	1.576	19.593	49.600	27.405	8.261	2.665	24.163	62.494

--

c) Pensões e outras obrigações de prestações definidas pós-emprego e Outras remunerações a empregados a longo prazo

A composição do saldo desta seção é indicada a seguir:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Provisões para planos pós-emprego - Instituições espanholas	4.274	4.701	4.822
Provisões para outras obrigações similares - Instituições espanholas	1.643	1.664	1.817
<i>Das quais: Aposentadorias antecipadas</i>	<i>1.630</i>	<i>1.644</i>	<i>1.801</i>
Provisões para planos pós-emprego – Santander UK plc	323	306	150
Provisões para planos pós-emprego - Outras entidades dependentes estrangeiras	1.748	1.569	1.384
Provisões para outras obrigações similares - Outras entidades dependentes estrangeiras	43	48	99
Pensões e outras obrigações de prestações definidas pós-emprego e Outras remunerações a empregados a longo prazo	8.031	8.288	8.272
<i>Das quais, por benefício definido</i>	<i>8.026</i>	<i>8.277</i>	<i>8.263</i>

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Provisões para planos pós-emprego - Instituições espanholas	16.980	16.127	20.791
Provisões para outras obrigações similares - Instituições espanholas	6.526	5.706	7.834
<i>Das quais: Aposentadorias antecipadas</i>	<i>6.474</i>	<i>5.640</i>	<i>7.765</i>
Provisões para planos pós-emprego – Santander UK plc	1.283	1.050	647
Provisões para planos pós-emprego - Outras entidades dependentes estrangeiras	6.945	5.382	5.967
Provisões para outras obrigações similares - Outras entidades dependentes estrangeiras	174	166	427
Pensões e outras obrigações de prestações definidas pós-emprego e Outras remunerações a empregados a longo prazo	31.908	28.431	35.666
<i>Das quais, por benefício definido</i>	<i>31.888</i>	<i>28.395</i>	<i>35.628</i>

i. Instituições espanholas – Planos pós-emprego e outras obrigações similares

Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, as instituições espanholas mantinham compromissos relativos a remunerações pós-emprego de contribuição definida e de benefício definido. Além disso, determinadas instituições consolidadas ofereceram a alguns de seus funcionários, em diferentes exercícios, a possibilidade de deixar de desempenhar suas funções antes de se aposentarem; por este motivo, em cada exercício são constituídos fundos para cobrir os compromissos adquiridos com o pessoal com aposentadoria antecipada - tanto em termos de salários como de outros encargos sociais - desde o momento de sua aposentadoria antecipada até a data de sua aposentadoria efetiva. Em dezembro de 2017, de forma paralela e simultânea, o Banco Santander e o Banco Popular firmaram um acordo com os representantes dos trabalhadores para implantar um plano de aposentadorias antecipadas e demissões incentivadas, ao qual se espera que acolham 1.100 empregados durante o mês de janeiro de 2018, alcançando a provisão constituída para cobrir estes compromissos a cifra de 248 milhões de euros (985 milhões de reais) (361 e 217 milhões de euros (1.238 e 936 milhões de reais) em 2016 e 2015, respectivamente).

Em outubro de 2017, o Banco e os representantes dos trabalhadores subscreveram um acordo para a supressão e compensação de determinados direitos passivos com origem em acordos de melhorias extraconvencionais. O efeito da liquidação dos mencionados compromissos se mostra nas tabelas incluídas a seguir sob o título prestações pagas por liquidação.

O montante das despesas incorridas pelas instituições espanholas nos exercícios de 2017, 2016 e 2015 a título de contribuições aos planos de contribuição definida alcançou 90, 93 e 99 milhões de euros (323, 356 e 361 milhões de reais), respectivamente, em cada exercício.

O montante dos compromissos de benefício definido foi determinado com base no trabalho realizado por atuários independentes, aplicando os seguintes critérios para quantificá-los:

1. Método de cálculo: unidade de crédito projetada, que contempla cada ano de serviço como gerador de uma unidade adicional de direito às contribuições e avalia cada unidade de forma separada.
2. Premissas atuariais utilizadas: não tendenciosas e compatíveis entre si. Especificamente, as premissas atuariais mais significativas consideradas em seus cálculos foram:

	Planos pós-emprego			Outras obrigações similares		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Taxa de juros técnica anual	1,40% e 1,38%	1,50%	1,75%	1,40%	1,50%	1,75%
Tabelas de mortalidade	B. Popular					
I.P.C. anual acumulativo	PERM/F-2000	PERM/F-2000	PERM/F-2000	PERM/F-2000	PERM/F-2000	PERM/F-2000
	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
Taxa anual de crescimento dos salários	B Popular 1,75% em 2018 e 1,25% nos outros	2,00% (*)	2,00% (*)	N/A	N/A	N/A
Taxa anual de revisão de aposentadorias da Seguridade Social	1,00%	1,00%	1,00%	N/A	N/A	N/A
Taxa anual de crescimento das prestações	N/A	N/A	N/A	De 0% a 1,50%	De 0% a 1,50%	De 0% a 1,50%

(*) Corresponde aos compromissos por benefício definido mantidos pelo Grupo.

A taxa de juros utilizada para atualizar os fluxos foi determinada tomando como referência títulos corporativos de alta qualidade (pelo menos, AA, em moeda euro), que coincidem com as durações dos compromissos. Da carteira de títulos considerada, são excluídos os títulos *callable*, *putable* e *sinkable*, que poderiam distorcer os índices.

As variações das principais premissas podem afetar o cálculo dos compromissos. Em 31 de dezembro de 2017, se a taxa de juros de desconto tivesse diminuído ou aumentado em 50 p.b., teria havido um aumento ou diminuição do valor atual das obrigações pós-emprego de +5,37% e - -4,92%, respectivamente, e um aumento ou diminuição no valor atual dos títulos a longo prazo de + 1,05% e 1,03%. Estas variações seriam parcialmente compensadas por aumentos ou diminuições no valor justo dos ativos e dos contratos de seguros vinculados a aposentadorias.

3. A idade estimada de aposentadoria de cada funcionário é a primeira a que têm direito para se aposentarem ou a pactada, conforme o caso.

O valor justo dos contratos de seguro foi determinado como o valor atual das obrigações de pagamento conexas, considerando as seguintes premissas:

	Planos pós-emprego			Outras obrigações similares		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Taxa de rendimento esperado dos ativos do plano	1,40%	1,50%	1,75%	N/A	N/A	N/A
Taxa de rendimento esperado dos direitos de reembolso	1,40%	1,50%	1,75%	N/A	N/A	N/A

Apresentamos a seguir a situação dos compromissos de benefício definido do exercício de 2017 e dos quatro anteriores:

	Milhões de euros									
	Planos pós-emprego					Outras obrigações similares				
	2017	2016	2015	2014	2013	2017	2016	2015	2014	2013
Valor atual das obrigações:										
Com o pessoal no ativo	138	50	48	62	50	-	-	-	-	-
Causadas pelo pessoal passivo	5.662	4.423	4.551	4.708	4.483	-	-	-	-	-
Com o pessoal com aposentadoria antecipada	-	-	-	-	-	1.647	1.644	1.801	2.220	2.149
Prêmios de antiguidade e outros compromissos	-	-	-	-	-	13	13	12	13	11
Outras	112	383	380	307	257	-	-	-	4	1
	5.912	4.856	4.979	5.077	4.790	1.660	1.657	1.813	2.237	2.161
Menos- Valor justo dos ativos do plano	1.640	157	157	167	157	17	-	-	-	-
Provisões - Fundos para aposentadorias	4.272	4.699	4.822	4.910	4.633	1.643	1.657	1.813	2.237	2.161
<i>Dos quais:</i>										
<i>Fundos internos para aposentadorias</i>	4.036	4.432	4.524	4.565	4.293	1.642	1.657	1.813	2.237	2.161
<i>Contratos de seguros vinculados a aposentadorias (Nota 14)</i>	238	269	299	345	342	1	-	-	-	-
<i>Ativos líquidos por aposentadorias não reconhecidos</i>	(2)	(2)	(1)	-	(2)	-	-	-	-	-

	Milhões de reais									
	Planos pós-emprego					Outras obrigações similares				
	2017	2016	2015	2014	2013	2017	2016	2015	2014	2013
Valor atual das obrigações:										
Com o pessoal no ativo	548	172	207	200	163	-	-	-	-	-
Causadas pelo pessoal passivo	22.495	15.173	19.623	15.163	14.604	-	-	-	-	-
Com o pessoal com aposentadoria antecipada	-	-	-	-	-	6.542	5.640	7.765	7.150	7.001
Prêmios de antiguidade e outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
compromissos	-	-	-	-	-	52	45	52	42	36
Outras	445	1.314	1.638	989	837	-	-	-	13	3
	23.488	16.659	21.468	16.352	15.604	6.594	5.685	7.817	7.205	7.040
Menos- Valor justo dos ativos do plano	6.516	539	677	538	512	68	-	-	-	-
Provisões - Fundos para aposentadorias	16.972	16.120	20.791	15.814	15.092	6.526	5.685	7.817	7.205	7.040
<i>Dos quais:</i>	<i>16.035</i>	<i>15.205</i>	<i>19.506</i>	<i>14.703</i>	<i>13.985</i>	<i>6.523</i>	<i>5.685</i>	<i>7.817</i>	<i>7.205</i>	<i>7.040</i>
<i>Fundos internos para aposentadorias</i>	<i>945</i>	<i>922</i>	<i>1.289</i>	<i>1.111</i>	<i>1.114</i>	<i>3</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Contratos de seguros vinculados a aposentadorias (Nota 14)</i>	<i>(8)</i>	<i>(7)</i>	<i>(4)</i>	<i>-</i>	<i>(7)</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>

Os montantes reconhecidos nas demonstrações do resultado com respeito a estes compromissos de benefício definido são apresentados a seguir:

	Milhões de euros					
	Planos pós-emprego			Outras obrigações similares		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Custo de serviços do período atual	16	11	12	1	1	2
Custo por juros (líquido)	79	91	100	21	27	37
Rendimento esperado dos contratos de seguro vinculados a aposentadorias	(4)	(5)	(6)	-	-	-
Provisões ou estorno de provisões:						
(Ganhos)/perdas atuariais reconhecidos no exercício	-	-	-	13	6	(8)
Custo de serviços passados	-	6	4	-	-	-
Custo por aposentadoria antecipada	-	6	4	248	355	213
Outros	(2)	(21)	(28)	-	(1)	(33)
	89	88	86	283	388	211

	Milhões de reais					
	Planos pós-emprego			Outras obrigações similares		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Custo de serviços do período atual	58	42	44	4	4	7
Custo por juros (líquido)	284	349	365	75	103	135
Rendimento esperado dos contratos de seguro vinculados a aposentadorias	(14)	(19)	(22)	-	-	-
Provisões ou estorno de provisões:						
(Ganhos)/perdas atuariais reconhecidos no exercício	-	-	-	47	23	(29)
Custo de serviços passados	-	23	15	-	-	-
Custo por aposentadoria antecipada	-	23	15	891	1.360	776
Outros	(7)	(80)	(102)	-	(4)	(120)
	321	338	315	1.017	1.486	769

Além disso, no exercício de 2017, a seção Outro resultado abrangente - Itens que não serão reclassificados nos resultados - Ganhos ou perdas atuariais em planos de pensões de benefícios definidos registrou um aumento de 41 milhões de euros (147 milhões de reais) com respeito aos compromissos de benefício definido (aumento de 141 e 145 milhões de euros (540 e 625 milhões de reais) em 2016 e 2015, respectivamente).

A movimentação do valor atual da obrigação acumulada por compromissos de benefício definido foi a seguinte:

	Milhões de euros					
	Planos pós-emprego			Outras obrigações similares		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Valor atual das obrigações no início do exercício	4.856	4.979	5.077	1.657	1.813	2.237
Incorporação líquida de sociedades ao Grupo	1.563	-	-	202	-	-
Custo de serviços do período atual	16	11	12	1	1	2
Custo por juros	94	95	105	21	27	37
Custo por aposentadoria antecipada	-	6	4	248	355	213
Efeito redução/liquidação	(2)	(21)	(28)	-	-	(33)
Benefícios pagos	(388)	(353)	(327)	(490)	(570)	(657)
Benefícios pagos por liquidação	(260)	-	-	-	-	(1)
Custo dos serviços passados	-	6	4	-	-	-
(Ganhos)/perdas atuariais	57	136	124	13	6	(8)
<i>(Ganhos)/perdas atuariais demográficas</i>	<i>(7)</i>	<i>15</i>	<i>24</i>	<i>10</i>	<i>(1)</i>	<i>(12)</i>
<i>(Ganhos)/perdas atuariais financeiras</i>	<i>64</i>	<i>121</i>	<i>100</i>	<i>3</i>	<i>7</i>	<i>4</i>
Diferenças de câmbio e outros	(24)	(3)	8	8	25	23
Valor atual das obrigações no fim do exercício	5.912	4.856	4.979	1.660	1.657	1.813

	Milhões de reais					
	Planos pós-emprego			Outras obrigações similares		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Valor atual das obrigações no início do exercício	16.659	21.468	16.352	5.685	7.817	7.205
Incorporação líquida de sociedades ao Grupo	5.618	-	-	726	-	-
Custo de serviços do período atual	58	42	44	4	4	7
Custo por juros	338	364	383	75	103	135
Custo por aposentadoria antecipada	-	23	15	891	1.360	776
Efeito redução/liquidação	(7)	(80)	(102)	-	-	(120)
Benefícios pagos	(1.395)	(1.352)	(1.192)	(1.761)	(2.184)	(2.395)
Benefícios pagos por liquidação	(934)	-	-	-	-	(4)
Custo dos serviços passados	-	23	15	-	-	-
(Ganhos)/perdas atuariais	205	521	452	47	23	(29)
<i>(Ganhos)/perdas atuariais demográficas</i>	<i>(25)</i>	<i>57</i>	<i>87</i>	<i>36</i>	<i>(4)</i>	<i>(44)</i>
<i>(Ganhos)/perdas atuariais financeiras</i>	<i>230</i>	<i>464</i>	<i>365</i>	<i>11</i>	<i>27</i>	<i>15</i>
Diferenças de câmbio e outros	2.946	(4.350)	5.501	927	(1.438)	2.242
Valor atual das obrigações no fim do exercício	23.488	16.659	21.468	6.594	5.685	7.817

A movimentação do valor justo dos ativos do plano e de contratos de seguros vinculados a aposentadorias foi a seguinte:

Ativos do plano

	Milhões de euros					
	Planos pós-emprego			Outras obrigações similares		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	157	157	167	-	-	-
Incorporação líquida de sociedades ao Grupo	1.507	-	-	18	-	-
Rendimento esperado dos ativos do plano	15	4	5	-	-	-
Benefícios pagos	(58)	(8)	(17)	(1)	-	-
Contribuições/(resgates)	3	9	1	-	-	-
Ganhos/(perdas) atuariais	24	(2)	(3)	-	-	-
Diferenças de câmbio e outros	(8)	(3)	4	-	-	-
Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	1.640	157	157	17	-	-

	Milhões de reais					
	Planos pós-emprego			Outras obrigações similares		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	539	677	538	-	-	-
Incorporação líquida de sociedades ao Grupo	5.416	-	-	65	-	-
Rendimento esperado dos ativos do plano	54	15	18	-	-	-
Benefícios pagos	(208)	(31)	(62)	(4)	-	-
Contribuições/(resgates)	11	34	4	-	-	-
Ganhos/(perdas) atuariais	86	(8)	(11)	-	-	-
Diferenças de câmbio e outros	618	(148)	190	7	-	-
Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	6.516	539	677	68	-	-

Contratos de seguros vinculados a pensões

	Milhões de euros					
	Planos pós-emprego			Outras obrigações similares		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Valor justo dos contratos de seguro vinculados a aposentadorias no início do exercício	269	299	345	-	-	-
Incorporação líquida de sociedades ao Grupo	-	-	-	2	-	-
Rendimento esperado dos contratos de seguro	4	5	6	-	-	-
Benefícios pagos	(29)	(32)	(34)	(1)	-	-
Prêmios pagos	1	-	-	-	-	-
Ganhos/(perdas) atuariais	(7)	(3)	(18)	-	-	-
Valor justo dos contratos de seguro vinculados a aposentadorias no fim do exercício	238	269	299	1	-	-

	Milhões de reais					
	Planos pós-emprego			Outras obrigações similares		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Valor justo dos contratos de seguro vinculados a aposentadorias no início do exercício	922	1.289	1.111	-	-	-
Incorporação líquida de sociedades ao Grupo	-	-	-	7	-	-
Rendimento esperado dos contratos de seguro	14	19	22	-	-	-
Benefícios pagos	(104)	(123)	(124)	(4)	-	-
Prêmios pagos	4	-	-	-	-	-
Ganhos/(perdas) atuariais	(25)	(11)	(66)	-	-	-
Diferenças de câmbio	134	(252)	346	-	-	-
Valor justo dos contratos de seguro vinculados a aposentadorias no fim do exercício	945	922	1.289	3	-	-

Em virtude da transformação de compromissos de benefício definido a contribuição definida, na Espanha o Grupo não fez contribuições correntes significativas em 2017 a compromissos por aposentadorias de benefício definido.

Os ativos do plano e os contratos de seguros vinculados a aposentadorias estão instrumentados principalmente em apólices de seguros.

A tabela a seguir mostra a estimativa de benefícios a pagar em 31 de dezembro de 2017 para os próximos dez anos:

	Milhões de euros
2018	808
2019	703
2020	610
2021	523
2022	449
2023 a 2027	1.579

	Milhões de reais
2018	3.210
2019	2.793
2020	2.423
2021	2.078
2022	1.784
2023 a 2027	6.273

ii. Reino Unido

No encerramento de cada um dos três últimos exercícios, os negócios no Reino Unido mantinham compromissos relativos a remunerações pós-emprego de contribuição definida e de benefício definido. O montante das despesas incorridas nos exercícios de 2017, 2016 e 2015 a título de contribuições aos planos de contribuição definida alcançou 82, 81 e 90 milhões de euros (295, 310 e 328 milhões de reais), respectivamente, em cada exercício.

O montante dos compromissos de benefício definido foi determinado com base no trabalho realizado por atuários independentes, aplicando os seguintes critérios para quantificá-los:

1. Método de cálculo da unidade de crédito projetada, que contempla cada ano de serviço como gerador de uma unidade adicional de direito às contribuições e avalia cada unidade de forma separada.
2. Premissas atuariais utilizadas: não tendenciosas e compatíveis entre si. Especificamente, as premissas atuariais mais significativas consideradas em seus cálculos foram:

	2017	2016	2015
Taxa de juros técnica anual	2,49%	2,79%	3,74%
Tabelas de mortalidade	108/86 S2 Light	116/98 S1 Light TMC	116/98 S1 Light TMC
I.P.C. anual acumulativo	3,15%	3,12%	2,98%
Taxa anual de crescimento dos salários	1,00%	1,00%	1,00%
Taxa anual de revisão de aposentadorias	2,94%	2,92%	2,83%

A taxa de juros utilizada para atualizar os fluxos foi determinada tomando como referência títulos corporativos de alta qualidade (pelo menos, AA, em moeda libra), que coincidem com as durações dos compromissos. Da carteira de títulos considerada, são excluídos os títulos *callable*, *putable* e *sinkable*, que poderiam distorcer os índices.

As variações das principais premissas podem afetar o cálculo dos compromissos. Em 31 de dezembro de 2017, se a taxa de juros de desconto tivesse diminuído ou aumentado em 50 pontos básicos, teria havido um aumento ou diminuição do valor atual das obrigações de +/- 9,50%. Se a previsão de inflação tivesse aumentado ou diminuído em 50 p.b., teria havido um aumento ou diminuição do valor atual das obrigações de +/- -6,29%. Estas variações seriam parcialmente compensadas por aumentos ou diminuições no valor justo dos ativos.

Apresentamos a seguir a situação dos compromissos de benefício definido do exercício de 2017 e dos quatro anteriores:

	Milhões de euros				
	2017	2016	2015	2014	2013
Valor atual das obrigações	13.056	12.955	12.271	11.959	10.120
Menos -					
Valor justo dos ativos do plano	13.239	13.118	12.880	12.108	9.455
Provisões - Fundos para aposentadorias	(183)	(163)	(609)	(149)	665
<i>Dos quais:</i>					
Fundos internos para aposentadorias	323	306	150	256	806
Ativos líquidos por aposentadorias	(506)	(469)	(759)	(405)	(141)

	Milhões de reais				
	2017	2016	2015	2014	2013
Valor atual das obrigações	51.870	44.442	52.909	38.516	32.967
Menos - Valor justo dos ativos do plano	52.597	45.001	55.535	38.996	30.801
Provisões - Fundos para aposentadorias	(727)	(559)	(2.626)	(480)	2.166
<i>Dos quais:</i>					
<i>Fundos internos para aposentadorias</i>	<i>1.283</i>	<i>1.050</i>	<i>647</i>	<i>824</i>	<i>2.625</i>
<i>Ativos líquidos por aposentadorias</i>	<i>(2.010)</i>	<i>(1.609)</i>	<i>(3.273)</i>	<i>(1.304)</i>	<i>(459)</i>

Os montantes reconhecidos nas demonstrações do resultado com respeito a estes compromissos de benefício definido são apresentados a seguir:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Custo de serviços do período atual	36	31	39
Custo por juros (líquido)	(6)	(22)	(5)
	30	9	34

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Custo de serviços do período atual	129	119	142
Custo por juros (líquido)	(22)	(84)	(18)
	107	35	124

Além disso, no exercício de 2017, a seção Outro resultado abrangente - Itens que não serão reclassificados nos resultados - Ganhos ou perdas atuariais em planos de pensões de benefícios definidos registrou um aumento de 121 milhões de euros (435 milhões de reais) com respeito aos compromissos de benefício definido (aumento de 621 milhões de euros (2.379 milhões de reais) e redução de 435 milhões de euros (1.586 milhões de reais) em 2016 e 2015, respectivamente).

A movimentação do valor atual da obrigação acumulada por compromissos de benefício definido foi a seguinte:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Valor atual das obrigações no início do exercício	12.955	12.271	11.959
Incorporação líquida de sociedades ao Grupo	-	-	51
Custo de serviços do período atual	36	31	39
Custo por juros	347	407	466
Benefícios pagos	(445)	(332)	(342)
Provisões a cargo de funcionários e outros	20	20	25
Custo dos serviços passados	-	-	-
(Ganhos)/perdas atuariais	602	2.315	(656)
<i>(Ganhos)/perdas atuariais demográficas</i>	<i>(184)</i>	<i>(59)</i>	<i>(364)</i>
<i>(Ganhos)/perdas atuariais financeiras</i>	<i>786</i>	<i>2.374</i>	<i>(292)</i>
Diferenças de câmbio e outros	(459)	(1.757)	729
Valor atual das obrigações no fim do exercício	13.056	12.955	12.271

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Valor atual das obrigações no início do exercício	44.442	52.909	38.516
Incorporação líquida de sociedades ao Grupo	-	-	186
Custo de serviços do período atual	129	119	142
Custo por juros	1.247	1.559	1.699
Benefícios pagos	(1.599)	(1.272)	(1.247)
Provisões a cargo de funcionários e outros	72	77	91
Custo dos serviços passados	-	-	-
(Ganhos)/perdas atuariais	2.164	8.868	(2.391)
<i>(Ganhos)/perdas atuariais demográficas</i>	<i>(661)</i>	<i>(226)</i>	<i>(1.327)</i>
<i>(Ganhos)/perdas atuariais financeiras</i>	<i>2.825</i>	<i>9.094</i>	<i>(1.064)</i>
Diferenças de câmbio e outros	5.415	(17.818)	15.913
Valor atual das obrigações no fim do exercício	51.870	44.442	52.909

A movimentação do valor justo dos ativos do plano foi a seguinte:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	13.118	12.880	12.108
Incorporação líquida de sociedades ao Grupo	-	-	66
Rendimento esperado dos ativos do plano	353	429	471
Benefícios pagos	(445)	(332)	(342)
Contribuições	208	304	59
Ganhos/(perdas) atuariais	481	1.694	(222)
Diferenças de câmbio e outros	(476)	(1.857)	740
Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	13.239	13.118	12.880

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	45.001	55.535	38.996
Incorporação líquida de sociedades ao Grupo	-	-	241
Rendimento esperado dos ativos do plano	1.269	1.643	1.717
Benefícios pagos	(1.599)	(1.272)	(1.247)
Contribuições	748	1.165	215
Ganhos/(perdas) atuariais	1.729	6.489	(809)
Diferenças de câmbio e outros	5.449	(18.559)	16.422
Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	52.597	45.001	55.535

O Grupo espera fazer contribuições correntes semelhantes às de 2017 para estes compromissos.

Apresentamos a seguir as principais categorias dos ativos do plano como porcentagem total sobre os ativos do plano:

	2017	2016	2015
Instrumentos de patrimônio	20%	25%	23%
Instrumentos de dívida	46%	49%	53%
Propriedades	13%	12%	15%
Outras	21%	14%	9%

A tabela a seguir mostra a estimativa de benefícios a pagar em 31 de dezembro de 2017 para os próximos dez anos:

	Milhões de euros
2018	284
2019	285
2020	304
2021	327
2022	352
2023 a 2027	2.065

	Milhões de reais
2018	1.128
2019	1.132
2020	1.208
2021	1.299
2022	1.398
2023 a 2027	8.204

iii. Outras instituições dependentes estrangeiras

Algumas das instituições estrangeiras consolidadas assumiram com seu pessoal compromissos assimiláveis a remunerações pós-emprego.

Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, essas empresas mantinham compromissos relativos a remunerações pós-emprego de contribuição definida e de benefício definido. O montante das despesas incorridas nesses exercícios a título de contribuições aos planos de contribuição definida alcançou 99, 92 e 90 milhões de euros (356, 352 e 328 milhões de reais), respectivamente, em cada exercício.

Os fundamentos técnicos aplicados por estas instituições (taxas de juros, tabelas de mortalidade, e IPC anual acumulativo) são consistentes com as condições econômicas e sociais existentes nos países em que estão radicadas.

Especificamente, a taxa de desconto utilizada para atualizar os fluxos foi determinada tomando como referência títulos corporativos de alta qualidade, exceto no caso do Brasil onde, por não existir um mercado amplo de títulos corporativos, foi determinada tomando como referência os títulos emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, série B, para uma duração coincidente com a dos compromissos. No Brasil, a taxa de desconto utilizada foi entre 9,53% e 9,65%; o IPC de 4,00% e a tabela de mortalidade, a AT- 2000).

As variações das principais premissas podem afetar o cálculo dos compromissos. Em 31 de dezembro de 2017, se a taxa de juros de desconto tivesse diminuído ou aumentado em 50 pontos básicos, teria havido um aumento ou diminuição do valor atual das obrigações de +/- 5,14%. Estas variações seriam parcialmente compensadas por aumentos ou diminuições no valor justo dos ativos.

Apresentamos a seguir a situação dos compromissos assimiláveis a remunerações pós-emprego e outras remunerações a longo prazo do exercício de 2017 e dos quatro anteriores:

	Milhões de euros					
	2017	<i>Dos quais, correspondem aos negócios no Brasil:</i>	2016	2015	2014	2013
Valor atual das obrigações	9.534	7.046	9.876	8.337	10.324	9.289
Menos -						
<i>Das quais, com base nos participantes</i>	193	193	153	133	151	133
Valor justo dos ativos do plano	7.927	6.188	8.445	7.008	8.458	7.938
Provisões - Fundos para aposentadorias	1.414	665	1.278	1.196	1.715	1.218
<i>Dos quais:</i>						
<i>Fundos internos para aposentadorias</i>	1.787	994	1.613	1.478	1.999	1.512
<i>Ativos líquidos para aposentadorias</i>	(98)	(54)	(52)	(28)	(8)	(8)
<i>Ativo líquido para aposentadorias não reconhecidas</i>	(275)	(275)	(283)	(254)	(276)	(286)

	Milhões de reais					
	2017	<i>Dos quais, correspondem aos negócios no Brasil:</i>	2016	2015	2014	2013
Valor atual das obrigações	37.878	27.992	33.880	35.947	33.251	30.260
Menos -						
<i>Das quais, com base nos</i>						
<i>participantes</i>	767	767	525	573	486	433
Valor justo dos ativos do plano	31.493	24.584	28.971	30.216	27.241	25.859
Provisões - Fundos para aposentadorias	5.618	2.641	4.384	5.158	5.524	3.968
<i>Dos quais:</i>						
<i>Fundos internos para aposentadorias</i>	7.100	3.949	5.533	6.373	6.438	4.925
<i>Ativos líquidos para aposentadorias</i>	(389)	(215)	(178)	(121)	(26)	(26)
<i>Ativo líquido para aposentadorias não reconhecidas</i>	(1.093)	(1.093)	(971)	(1.094)	(888)	(931)

Os montantes reconhecidos na demonstração do resultado com respeito a estes compromissos são apresentados a seguir:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Custo de serviços do período atual	35	38	43
Custo por juros (líquido)	104	105	138
Provisão ou estorno de provisões:			
(Ganhos)/perdas atuariais reconhecidas no exercício	1	(9)	(1)
Custo de serviços passados	3	18	1
Custo por aposentadoria antecipada	-	(9)	-
Outros	(19)	(37)	(1)
	124	106	180

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Custo de serviços do período atual	125	146	157
Custo por juros (líquido)	373	402	503
Provisão ou estorno de provisões:			
(Ganhos)/perdas atuariais reconhecidas no exercício	4	(34)	(4)
Custo de serviços passados	11	69	4
Custo por aposentadoria antecipada	-	(34)	-
Outros	(68)	(142)	(4)
	445	407	656

Além disso, no exercício de 2017, a seção Outro resultado abrangente - Itens que não serão reclassificados nos resultados - Ganhos ou perdas atuariais em planos de pensões de benefícios definidos registrou um aumento de 207 milhões de euros (744 milhões de reais) com respeito aos compromissos de benefício definido (aumento de 513 milhões de euros - 1.973 milhões de reais) e redução de 285 milhões de euros (1.039 milhões de reais) em 2016 e 2015, respectivamente).

Em dezembro de 2011, as instituições financeiras de Portugal, entre as quais se encontra o Banco Santander Totta, S.A., fizeram uma transferência parcial dos compromissos por aposentadorias para a Seguridade Social. Como consequência disso, o Banco Santander Totta, S.A. transferiu os correspondentes ativos e passivos ficando registrado, em 31 de dezembro de 2011, na seção Provisões - Fundos para pensões e obrigações similares, o valor atual dos compromissos líquidos do valor justo dos correspondentes ativos do plano. Em 2016, foi aprovado o Acordo coletivo de trabalho do setor bancário, consolidando-se a divisão de responsabilidade dos compromissos de aposentadorias entre o Estado e os bancos.

Por outro lado, no quarto trimestre de 2017, o Grupo no Brasil atualizou o reconhecimento de suas obrigações de determinados benefícios de saúde conforme os termos estipulados no respectivo regulamento e que estabelece a cobertura deste benefício na mesma proporção entre o patrocinador e os associados. O efeito desta liquidação, junto com a correspondente aos negócios em Portugal, é apresentado nas tabelas a seguir, nas seções “benefícios pagos por liquidação”.

A movimentação do valor atual da obrigação acumulada foi a seguinte:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Valor atual das obrigações no início do exercício	9.876	8.337	10.324
Incorporação líquida de sociedades ao Grupo	165	171	26
Custo de serviços do período atual	35	38	43
Custo por juros	807	802	778
Custo por aposentadoria antecipada	-	(9)	-
Efeito redução/liquidação	(19)	(37)	(1)
Benefícios pagos	(716)	(690)	(639)
Benefícios pagos por liquidação	(24)	(1.352)	-
Provisões a cargo de funcionários	6	8	8
Custo dos serviços passados	3	18	1
(Ganhos)/perdas atuariais	404	1.269	(271)
<i>(Ganhos)/perdas atuariais demográficas</i>	<i>(140)</i>	<i>439</i>	<i>393</i>
<i>(Ganhos)/perdas atuariais financeiras</i>	<i>544</i>	<i>830</i>	<i>(664)</i>
Diferenças de câmbio e outros	(1.003)	1.321	(1.932)
Valor atual das obrigações no fim do exercício	9.534	9.876	8.337

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Valor atual das obrigações no início do exercício	33.880	35.947	33.251
Incorporação líquida de sociedades ao Grupo	593	655	95
Custo de serviços do período atual	125	146	157
Custo por juros	2.900	3.072	2.836
Custo por aposentadoria antecipada	-	(34)	-
Efeito redução/liquidação	(68)	(142)	(4)
Benefícios pagos	(2.573)	(2.643)	(2.329)
Benefícios pagos por liquidação	(86)	(5.179)	-
Provisões a cargo de funcionários	22	31	29
Custo dos serviços passados	11	69	4
(Ganhos)/perdas atuariais	1.452	4.861	(988)
<i>(Ganhos)/perdas atuariais demográficas</i>	<i>(503)</i>	<i>1.682</i>	<i>1.432</i>
<i>(Ganhos)/perdas atuariais financeiras</i>	<i>1.955</i>	<i>3.179</i>	<i>(2.420)</i>
Diferenças de câmbio e outros	1.622	(2.903)	2.896
Valor atual das obrigações no fim do exercício	37.878	33.880	35.947

A movimentação do valor justo dos ativos do plano foi a seguinte:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	8.445	7.008	8.458
Incorporação líquida de sociedades ao Grupo	166	154	9
Rendimento esperado dos ativos do plano	732	732	667
Benefícios pagos	(683)	(637)	(594)
Benefícios pagos por liquidação	(24)	(1.328)	-
Contribuições	94	559	109
Ganhos/(perdas) por liquidações	-	-	1
Ganhos/(perdas) atuariais	203	687	43
Diferenças de câmbio e outros	(1.006)	1.270	(1.685)
Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	7.927	8.445	7.008

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	28.971	30.216	27.241
Incorporação líquida de sociedades ao Grupo	597	590	33
Rendimento esperado dos ativos do plano	2.631	2.804	2.431
Benefícios pagos	(2.455)	(2.440)	(2.165)
Benefícios pagos por liquidação	(86)	(5.087)	-
Contribuições	338	2.141	397
Ganhos/(perdas) por liquidações	-	-	4
Ganhos/(perdas) atuariais	730	2.632	157
Diferenças de câmbio e outros	767	(1.885)	2.118
Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	31.493	28.971	30.216

Apresentamos a seguir as principais categorias dos ativos do plano como porcentagem total sobre os ativos do plano:

	2017	2016	2015
Instrumentos de patrimônio	6%	7%	12%
Instrumentos de dívida	84%	88%	84%
Propriedades	3%	1%	1%
Outras	7%	4%	3%

A tabela a seguir mostra a estimativa de benefícios a pagar em 31 de dezembro de 2017 para os próximos dez anos:

	Milhões de euros
2018	620
2019	636
2020	653
2021	670
2022	689
2023 a 2027	3.689

	Milhões de reais
2018	2.463
2019	2.527
2020	2.594
2021	2.662
2022	2.737
2023 a 2027	14.656

d) Obrigações legais e passivos contingentes e Outras provisões

O saldo das seções Obrigações legais e passivos contingentes e outras provisões do capítulo Provisões que, entre outras categorias, incluindo os correspondentes a provisões por reestruturação e litígios fiscais e legais, foi estimado aplicando procedimentos de cálculo prudentes e consistentes com as condições de incerteza inerentes às obrigações que cobrem, estando determinado o momento definitivo da saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para o Grupo por cada uma das obrigações em alguns casos em um prazo fixo de cancelamento e, em outros casos, em função dos litígios em andamento.

O saldo dessa seção por área geográfica é detalhado a seguir:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Constituídos em sociedades espanholas	1.666	1.148	1.332
Constituídos em outras sociedades da União Europeia	1.127	1.300	1.766
Constituídos em outras sociedades	3.048	3.264	2.506
<i>Dos quais:</i>			
<i>Brasil</i>	2.504	2.715	2.016
	5.841	5.712	5.604

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Constituídos em sociedades espanholas	6.621	3.938	5.743
Constituídos em outras sociedades da União Europeia	4.478	4.460	7.614
Constituídos em outras sociedades	12.110	11.195	10.806
<i>Dos quais:</i>			
<i>Brasil</i>	9.949	9.315	8.692
	23.209	19.593	24.163

A seguir, apresentamos os detalhes do saldo, em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, das seções Provisões para impostos e outras contingências legais e Demais provisões por cada tipo de provisão. Os tipos de provisões foram determinados por meio de agrupamento de itens de natureza similar:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Provisões para impostos	1.006	1.074	997
Provisões para processos trabalhistas (Brasil)	868	915	581
Provisões para outros processos de natureza jurídica	1.307	1.005	999
Provisão para compensação a clientes (<i>customer remediation</i>)	885	685	916
Provisões decorrentes do marco normativo	101	253	308
Provisão para reestruturação	360	472	404
Outros	1.314	1.308	1.399
	5.841	5.712	5.604

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Provisões para impostos	3.997	3.684	4.299
Provisões para processos trabalhistas (Brasil)	3.448	3.139	2.505
Provisões para outros processos de natureza jurídica	5.195	3.447	4.308
Provisão para compensação a clientes (<i>customer remediation</i>)	3.517	2.350	3.951
Provisões decorrentes do marco normativo	401	868	1.329
Provisão para reestruturação	1.431	1.621	1.742
Outros	5.220	4.484	6.028
	23.209	19.593	24.162

Além disso, apresentamos a seguir informações relevantes para cada um dos tipos de provisão mostrados na tabela anterior:

As provisões para impostos incluem provisões para processos de natureza fiscal.

As provisões para processos trabalhistas (Brasil) compreendem processos ajuizados por sindicatos, associações, promotorias e ex-funcionários que reclamam direitos trabalhistas a que, no seu entender, fazem jus, principalmente ao pagamento de horas extras e outros direitos de caráter trabalhista, incluindo litígios relativos ao pagamento de aposentadorias. O número e a natureza de tais processos, que são habituais em instituições bancárias no Brasil, justificam a classificação destas provisões em uma categoria ou tipo separado dos demais. O Grupo determina as provisões associadas a estes litígios em função da experiência anterior de pagamentos realizados em razão de litígios de natureza similar. Nos casos em que os litígios não se enquadram nos anteriores, é realizada uma avaliação individualizada, determinando o valor da provisão em função da situação de cada processo e da avaliação de riscos realizada pelos assessores jurídicos.

As provisões para outros processos de natureza legal incluem as provisões para processos judiciais, arbitrais ou administrativos (distintos daqueles incluídos em outras categorias ou tipos de provisão detalhados separadamente) iniciados contra as empresas do Grupo Santander.

Entre as provisões para compensações a clientes (*customer remediation*) inclui-se, principalmente, o custo estimado para efetuar pagamentos a título de correção de erros relativos a vendas de determinados produtos no Reino Unido e o montante estimado das cláusulas exclusivas do Banco Popular. No cálculo da provisão para indenizações a clientes, utiliza-se a melhor estimativa da provisão realizada pela Administração, que se baseia nas estimativas sobre o número de reclamações que serão recebidas e, das quais, o número daquelas que serão autorizadas, bem como o pagamento médio estimado por caso.

Dentro das provisões derivadas do marco normativo, incluem-se principalmente as relacionadas ao FSCS (Financial Services Compensation Scheme) e Bank Levy no Reino Unido, e na Polônia, as relacionadas com a Banking Tax.

As provisões para reestruturação incluem somente as despesas resultantes de processos de reestruturação efetuados pelas diferentes instituições do Grupo.

A Nota 25.e do relatório apresenta informações qualitativas sobre os principais litígios.

A política geral do Grupo consiste em registrar provisões para os processos de natureza fiscal e jurídica em que se avalia que o risco de perda é provável, e não se registram provisões quando o risco de perda é possível ou remoto. Os montantes a provisionar são calculados de acordo com a melhor estimativa do montante necessário para liquidar a ação judicial correspondente, com base, entre outros, em uma análise individualizada dos fatos e opiniões jurídicas dos assessores internos e externos ou levando em consideração a média histórica de perdas resultantes de demandas de tal natureza. A data definitiva da saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para o Grupo depende de cada uma das obrigações. Em alguns casos, as obrigações não têm um prazo fixo de liquidação e, em outros casos, dependem dos processos legais em andamento.

As variações verificadas nos saldos nas seções Obrigações legais e passivos contingentes e Demais provisões são detalhadas na Nota 25.d. Com respeito ao Brasil, os principais encargos nas demonstrações do resultado em dezembro de 2017 correspondem a 355 milhões de euros (1.275 milhões de reais) (201 e 289 milhões de euros (769 e 1.053 milhões de reais) em 2016 e 2015, respectivamente) provenientes de contingências civis e 505 milhões de euros (1.816 milhões de reais) (395 e 370 milhões de euros (1.512 e 1.348 milhões de reais) em 2016 e 2015, respectivamente) derivados de reclamações de natureza trabalhista. Esse aumento é compensado parcialmente pelo uso das provisões disponíveis, das quais 388 milhões de euros (1.394 milhões de reais) (284 e 241 milhões de euros (1.087 e 878 milhões de reais) em 2016 e 2015, respectivamente, correspondem a pagamentos de natureza trabalhista, 203 milhões de euros (730 milhões de reais) (239 e 273 milhões de euros (917 e 995 milhões de reais) em 2016 e 2015, respectivamente) a pagamentos de natureza civil. Por sua vez, no Reino Unido, destinaram-se 164 milhões de euros (589 milhões de reais) (179 e 689 milhões de euros (686 e 2.511 milhões de reais) em 2016 e 2015, respectivamente) de provisões para compensações a clientes, 106 milhões de euros (381 milhões de reais) (173 e 243 milhões de euros (663 e 886 milhões de reais) de provisão em 2016 e 2015, respectivamente) decorrentes do marco normativo (Bank Levy e FSCS) e 44 milhões de euros (158 milhões de reais) de reestruturação (129 e 56 milhões de euros - 494 e 204 milhões de reais) em 2016 e 2015, respectivamente), aumentos compensados pelo uso de 277 milhões de euros (996 milhão de reais) (355 e 227 milhões de euros - 1.360 e 827 milhão de reais) em 2016 e 2015, respectivamente) de provisões para compensações a clientes, 151 milhões de euros (543 milhões de reais) e marco normativo por Bank Levy e FSCS (169 e 233 milhões de euros (647 e 849 milhões de reais) em 2016 em 2015, respectivamente) do marco normativo (Bank Levy e FSCS) e 50 milhões de euros (180 milhões de reais) de reestruturação (49 e 41 milhões de euros (188 e 149 milhões de reais) em 2016 e 2015, respectivamente) de reestruturação. Também foram aprovisionados 99 milhões de euros (356 milhões de reais) derivados do marco normativo e pagos no ano na Polônia e 125 milhões de euros (449 milhões de reais) de reestruturação para negócios de Consumer. Quanto à Espanha, foi feita uma dotação de 425 milhões de euros (1.528 milhões de reais) de reestruturação (244 milhões de euros (935 milhões de reais) em 2016) relacionados em 2017 com o plano de integração relativo à compra do Banco Popular, que foi registrada, por sua natureza, parte em "Provisões para reestruturação" e parte em "Provisões para pensões e outras aposentadorias de benefícios definidos pós-emprego e Outras remunerações para funcionários a longo prazo", aumento compensado pelo uso de 162 milhões de euros (582 milhões de reais) (206 milhões de euros (789 milhões de reais em 2016). Além disso, incluem-se 223 milhões de euros (886 milhões de reais) de provisão para compensação para clientes derivadas de cláusula procedente apenas do Banco Popular.

e) Litígios e outros assuntos

i. Litígios de natureza fiscal

Em 31 de dezembro de 2017, os principais litígios de natureza fiscal que afetavam o Grupo eram os seguintes:

- Ações judiciais interpostas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e determinadas empresas de seu Grupo no Brasil questionando o aumento da alíquota de 9% a 15% na Contribuição social sobre o Lucro Líquido estabelecida pela Medida Provisória 413/2008, convalidada pela Lei 11.727/2008, existindo provisão no valor da perda estimada.

- Ações judiciais interpostas por Banco Santander, S.A. (atualmente Banco Santander (Brasil) S.A.) e outras instituições do Grupo para assegurar o direito de liquidar as Contribuições Sociais PIS e COFINS exclusivamente sobre as receitas resultantes de prestação de serviços. No caso do Banco Santander S.A. a ação judicial foi declarada improcedente, com recurso perante o Tribunal Regional Federal. Em setembro de 2007, sobreveio a resolução favorável do referido Tribunal, tendo recorrido a União Federal perante o Supremo Tribunal Federal. Em 23 de abril de 2015, foi publicada a decisão do Supremo Tribunal Federal, pela qual admitiu-se a trâmite o recurso extraordinário interposto pela União Federal em relação ao PIS e recusado o recurso extraordinário interposto pelo Ministério da Fazenda em relação ao COFINS. A decisão do Supremo Tribunal Federal em relação ao PIS continua pendente de decisão e, no que diz respeito ao COFINS, em 28 de maio de 2015, o pleno do Supremo Tribunal Federal recusou por unanimidade o recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público, assim como os embargos de declaração apresentados posteriormente pelo mesmo Ministério Público que, em 3 de setembro de 2015, admitiu que já não procede à interposição de nenhum recurso. No caso do Banco ABN AMRO Real S.A. (atualmente Banco Santander (Brasil) S.A.), obteve-se uma resolução favorável em março de 2007, com recurso da União Federal perante o Tribunal Regional Federal que, em setembro de 2009, proferiu um acórdão dando parcial provimento ao recurso interposto. O Banco Santander (Brasil) S.A. apresentou recurso perante o Supremo Tribunal Federal. A Lei 12.865/2013 estabeleceu um programa de pagamentos ou adiamentos de determinadas dívidas tributárias e de Seguridade Social, exonerando do pagamento dos juros de mora as entidades que aderiram ao programa e desistiram das ações judiciais interpostas. Em novembro de 2013, o Banco Santander (Brasil) S.A. aderiu parcialmente ao programa, porém somente no que diz respeito às ações judiciais interpostas pelo antigo Banco ABN AMRO Real S.A., em relação ao período compreendido entre setembro de 2006 e abril de 2009, bem como a respeito de outras ações menores interpostas por outras instituições do Grupo. Contudo, subsistem as ações judiciais interpostas pelo Banco Santander, S.A. e relativos aos períodos anteriores a setembro de 2006 do Banco ABN AMRO Real S.A., para os quais existe uma provisão no valor da perda estimada.
- O Banco Santander (Brasil) S.A. e outras empresas do Grupo no Brasil recorreram das liquidações emitidas pelas autoridades fiscais brasileiras questionando a dedução das perdas devido a empréstimos no imposto sobre lucros (IRPJ e CSLL) ao considerar que não se cumpriram os requisitos pertinentes de acordo com o previsto na legislação aplicável, sem que exista uma provisão no valor considerado como passivo contingente. Em agosto de 2017, o Banco e outras entidades do Grupo aderiram ao programa de parcelamento e pagamento de débitos tributários previsto na Medida Provisória 783/2017 em relação com distintos processos administrativos dos exercícios 1999 a 2005.
- O Banco Santander (Brasil) S.A. e outras empresas do Grupo no Brasil mantêm processos administrativos e judiciais contra vários municípios que exigem o pagamento do Imposto sobre Serviços sobre determinadas receitas de operações que não são classificadas como prestação de serviços. Não existe provisão no valor considerado como passivo contingente.
- Além disso, o Banco Santander (Brasil) S.A. e outras empresas do Grupo no Brasil mantêm processos administrativos e judiciais contra as autoridades fiscais em relação à contribuição à seguridade social de determinados itens que não são considerados como remuneração para efeitos trabalhistas. Existe provisão no valor da perda estimada.

- *Em dezembro de 2008, as autoridades fiscais brasileiras emitiram um auto de infração contra o Banco Santander (Brasil) S.A. relativo aos impostos sobre lucros (IRPJ e CSLL) dos exercícios 2002 a 2004.* As autoridades fiscais alegam que o Banco não cumpriu os requisitos legais necessários para poder deduzir a amortização do ágio resultante da aquisição do Banespa - atualmente Banco Santander (Brasil) S.A. O Banco Santander (Brasil) S.A. recorreu do auto de infração perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) que, na sessão de 21 de outubro de 2011, decidiu de forma unânime anular o auto de infração. As autoridades fiscais recorreram desta decisão à instância administrativa superior. A Câmara Superior do CARF, em 11 de maio de 2017, em decisão dividida dirimida pelo voto de minerva do presidente, decidiu reverter a decisão, e julgou a favor das autoridades fiscais brasileiras. Esta decisão foi objeto de recurso de embargos de declaração, que foram desprovidos, razão pela qual se recorreu aos tribunais. Em junho de 2010, as autoridades fiscais brasileiras emitiram autos de infração sobre este mesmo aspecto em relação aos exercícios 2005 a 2007, com recurso perante o CARF e cuja resolução parcialmente estimatória de 8 de outubro de 2013 foi recorrida à instância administrativa superior. Durante 2017, em 4 de julho e 8 de novembro, a Câmara Superior do CARF decidiu a favor das autoridades fiscais brasileiras em relação a 2005 e parte de 2007. Esta decisão foi objeto de embargo de declaração. Em dezembro de 2013, as autoridades fiscais brasileiras emitiram o auto de infração correspondente ao exercício 2008, último exercício de amortização desse ágio. O Banco Santander (Brasil), S.A. recorreu do auto de infração mencionado, alcançando uma resolução favorável, e que foi objeto de recurso perante o CARF pelas autoridades fiscais brasileiras. O Grupo considera, de acordo com o parecer de seus advogados externos, que a posição das autoridades fiscais brasileiras não é correta, que existem sólidos argumentos de defesa para recorrer dos autos de infração e que, portanto, o risco de perda é remoto. Consequentemente, não foram registradas provisões por este litígio, visto que este assunto não deveria ter impacto na demonstração financeira consolidada.
- *Em maio de 2003, as autoridades fiscais brasileiras emitiram autos de infração contra a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (DTVM, atualmente Produban Serviços de Informática S.A.) e o Banco Santander Brasil, S.A. (atualmente Banco Santander (Brasil) S.A.) relativos à Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF) em relação a determinadas operações efetuadas pela DTVM na administração de recursos de seus clientes e pelos serviços de compensação prestados pelo Banco Santander Brasil, S.A. à DTVM em 2000, 2001 e nos dois primeiros meses de 2002.* As duas instituições recorreram dos autos de infração perante o CARF, obtendo uma resolução favorável no caso da DTVM e desfavorável no caso do Banco Santander Brasil, S.A. Ambas as resoluções foram objeto de recurso pelas partes perdedoras na Câmara Superior do CARF, com decisões desfavoráveis para o Banco Santander (Brasil), S.A. e a DTVM, em 12 e 19 de junho de 2015, respectivamente. Os dois casos foram objeto de recurso em um único processo perante o poder judiciário, sendo estabelecida uma provisão no valor da perda estimada.
- *Em dezembro de 2010, as autoridades fiscais brasileiras emitiram um auto de infração contra o Santander Seguros, S.A. (Brasil), atual Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência, S.A., como sucessor resultante da fusão do ABN AMRO Brasil Dois Participações, S.A. relativo ao imposto sobre lucros (IRPJ e CSLL) do exercício 2005.* As autoridades fiscais questionam o tratamento fiscal aplicado à venda das ações da Real Seguros, S.A. realizada nesse exercício. A entidade apresentou um recurso de reposição contra esse auto de infração e, posteriormente, um recurso perante o CARF, sendo que a União Federal e a Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência, S.A. recorreram da resolução parcialmente favorável. Como anterior entidade dominante do Santander Seguros S.A. (Brasil), o Banco Santander (Brasil) S.A. é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo. Não existe provisão em relação a este litígio por ser considerado um passivo contingente.

- Em junho de 2013, as autoridades fiscais brasileiras emitiram um auto de infração contra o Banco Santander (Brasil) S.A. como responsável pelo imposto sobre ganho de capital supostamente obtido no Brasil pela Sterrebeeck B.V., instituição não residente no Brasil, por ocasião da operação de “incorporação de ações” realizada em agosto de 2008. Como resultado da referida operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. adquiriu a totalidade das ações do Banco ABN AMRO Real S.A. e da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. mediante a entrega, aos sócios destas instituições, de novas ações do Banco Santander (Brasil) S.A., emitidas em um aumento de capital realizado para esse efeito. As autoridades fiscais alegam que, na citada operação, a Sterrebeeck B.V. gerou uma renda tributável no Brasil, devido à diferença entre o valor de emissão das ações do Banco Santander (Brasil) S.A. recebidas e o custo de aquisição das ações entregues na permuta. Em dezembro de 2014, o Grupo recorreu do auto de infração perante o CARF, uma vez que o recurso de reconsideração interposto perante a Delegacia da Receita Federal foi indeferido. O Grupo considera, de acordo com o parecer de seus advogados externos, que a posição das autoridades fiscais brasileiras não é correta, que existem sólidos argumentos de defesa para recorrer do auto de infração e que, portanto, o risco de perda é remoto. Consequentemente, o Grupo não registrou provisões por este litígio, visto que este assunto não deveria ter impacto na demonstração financeira consolidada.
- Em novembro de 2014, as autoridades fiscais brasileiras emitiram um auto de infração contra o Banco Santander (Brasil), S.A. em relação ao imposto sobre lucros (IRPJ e CSLL) do exercício 2009 questionando a dedutibilidade fiscal da amortização do ágio do Banco ABN AMRO Real S.A., aplicada antes da absorção deste banco pelo Banco Santander (Brasil), S.A. e admitindo aquelas praticadas após a mencionada fusão. O Banco Santander (Brasil) S.A., de acordo com o parecer de seus advogados externos, recorreu desse auto perante a Delegacia da Receita Federal, obtendo resolução favorável em julho de 2015. Tal resolução foi objeto de recurso pelas autoridades fiscais brasileiras perante o CARF, que decidiu a favor destas e, portanto, o Banco apresentou um recurso perante a Câmara Superior de Recursos Fiscais do CARF em novembro de 2016. Não existe provisão em relação a este litígio por ser considerado um passivo contingente.
- Além disso, o Banco Santander (Brasil) S.A. mantém recursos em relação a autos de infração iniciados pelas autoridades fiscais questionando a dedutibilidade fiscal da amortização do ágio gerado na aquisição do Banco Comercial e de Investimento Sudameris, S.A. Não existe provisão em relação a esta questão por ser considerada um passivo contingente.
- O Banco Santander (Brasil) S.A. e outras sociedades do Grupo no Brasil mantêm processos administrativos e judiciais contra as autoridades fiscais brasileiras pela não admissão de compensações de tributos com créditos derivados de outras categorias tributárias, sem que exista provisão pelo valor considerado como passivo contingente.

- Ação judicial interposta por Sovereign Bancorp Inc. (atualmente Santander Holdings USA Inc.) reclamando a aplicação de uma dedução por dupla tributação internacional sobre os impostos pagos no exterior nos exercícios 2003 a 2005 com respeito a um trust criado pela Santander Holdings USA, Inc. em relação a operações de financiamento com um banco internacional. A Santander Holdings USA Inc. considerava que, de acordo com a norma fiscal aplicável, tinha direito a abonar as citadas deduções, bem como os custos de emissão e financiamento associados. Além disso, se o resultado final desta ação fosse favorável aos interesses da Santander Holdings USA, Inc., seria efetuada a devolução dos montantes creditados pela instituição em relação a esta questão, correspondentes aos exercícios de 2006 e 2007. Em 13 de novembro de 2015, o juiz de distrito julgou a favor da Santander Holdings USA, Inc. ordenando a devolução dos montantes liquidados em relação aos exercícios de 2003 a 2005. O Governo dos Estados Unidos recorreu da sentença do Juiz de Distrito perante o Tribunal de Apelação e, em 16 de dezembro de 2016, esse Tribunal reformou a sentença do Juiz de Distrito no que tange à importância econômica da operação do trust e das deduções por dupla tributação reclamadas relativas a essa operação, remetendo o caso ao Juiz de Distrito para que se pronunciasse sobre certas questões dependentes de solução, incluindo a reclamação de devolução e a procedência da imposição de sanções. Em 16 de março de 2017, a Santander Holdings USA, Inc. solicitou ao Supremo Tribunal dos EUA a admissão a trâmite de um recurso contra a decisão do Tribunal de Apelação, e em 26 de junho de 2017 o Tribunal rejeitou a admissão, pelo que a remessa do processo ao Juiz de Distrito ordenada pelo Tribunal de Apelação deverá seguir seu curso. As partes se encontram à espera da decisão do Juiz de Distrito sobre a petição do Santander Holdings Inc. de realização de um juízo sumário relativo às questões pendentes de resolução. A perda estimada em relação a este litígio se encontra provisionada.
- Em 2007, a Comissão Europeia iniciou uma investigação no Reino da Espanha de ajudas do Estado em relação ao artigo 12.5 do antigo Texto Revisado da Lei do Imposto sobre Sociedades. A esse respeito, a Comissão adotou a Decisão 2011/5/CE de 28 de outubro de 2009, sobre as operações de aquisição na UE e a Decisão 2011/282/UE, de 12 de janeiro de 2011, sobre as operações de aquisição de empresas com participação não residentes na UE, declarando que a dedução regulamentada no artigo 12.5 constituía uma ajuda estatal ilegal. O Banco Santander e outras empresas recorreram destas decisões perante o Tribunal Geral da União Europeia. Em novembro de 2014, o Tribunal Geral proferiu uma sentença anulando essas decisões, sendo esta sentença objeto de recurso pela Comissão perante o Tribunal de Justiça. Em dezembro de 2016, o Tribunal de Justiça da União Europeia proferiu uma sentença aprovando o recurso de cassação e ordenando a devolução do expediente ao Tribunal Geral, que deverá proferir uma nova sentença analisando os demais motivos de anulação invocados pelos reclamantes que, por sua vez, poderá ser objeto de recurso perante o Tribunal de Justiça. O Grupo, de acordo com a assessoria de seus advogados externos, não registrou provisões por estes litígios, por considerá-los um passivo contingente.

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas existiam outros litígios fiscais menos significativos.

ii. Litígios de natureza legal

Em 31 de dezembro de 2017, os principais litígios de natureza legal que afetavam o Grupo eram os seguintes:

- Compensação a clientes (*customer remediation*): reclamações associadas à venda de determinados produtos financeiros (principalmente seguros de proteção de pagamentos - PPI) pelo Santander UK a seus clientes.

Em agosto de 2010, o FSA (agora FCA) publicou uma política (*Policy Statement*) sobre avaliação e compensação de reclamações por seguros de proteção de pagamentos (PPI). A política estabeleceu regras que alteraram as bases sobre como as instituições reguladas devem considerar e lidar com as reclamações relativas à venda de PPI e aumentou potencialmente o valor a pagar aos clientes cujas reclamações foram favoráveis.

Em novembro de 2015, o FCA publicou a consulta 15/39 (Normas e orientações sobre o pagamento das reclamações por seguros de proteção de pagamentos) que introduziu o conceito de comissão injusta em relação com o caso Plevin para a compensação a clientes, assim como um prazo para que os consumidores formulassem suas reclamações por PPI. Em 2 de agosto de 2016, o FCA lançou uma nova consulta (CP16/20: Normas e Guia sobre o pagamento referente a reclamações de seguros de proteção de pagamentos: comentários sobre a CP15/39 e nova consulta). O documento descrevia a proposta do FCA para abordar as reclamações relativas a PPI após a decisão do Tribunal Supremo do Reino Unido no caso Plevin v. Paragon Personal Finance Ltd (Plevin) e incluía uma recomendação para ampliar o período para fazer reclamações em dois anos, a partir de junho de 2017, período que era superior ao estabelecido na consulta CP 15/39 aberta pelo FCA em novembro de 2015. O documento também incluía propostas sobre o cálculo da compensação nas reclamações relacionadas com a Plevin, incluindo considerações sobre como a participação nos benefícios deveria se refletir no cálculo das comissões. A norma final (*Policy Statement 17/3 (Payment Protection Insurance Complaints: Comentários sobre CP16/20 e regras finais e orientação)*) publicados em 2 de março de 2017 vieram para confirmar que o período de dois anos para formular reivindicações começou em agosto de 2017. Também é necessário voltar a contatar proativamente os titulares das reivindicações rejeitadas sob a proteção do artigo 140 da Lei de Crédito ao Consumidor. Por último, a norma introduziu alguns esclarecimentos sobre a forma de cálculo da porcentagem de participação nos lucros. Essas alterações podem ter um impacto nas quantidades que se estimam pagar no futuro.

Por esta razão, registrou-se uma provisão em relação à venda de seguros de proteção de pagamentos (PPI) no Reino Unido. Tal provisão foi determinada com base nas seguintes variáveis:

- Volume de reclamações - número estimado de reclamações;
- Porcentagem de reclamações perdidas - porcentagem estimada de reclamações que são ou serão favoráveis para os clientes; e
- Custo médio - o pagamento estimado a ser efetuado por os clientes, incluindo compensação por perda direta mais juros.

Para o cálculo da provisão se considerou o seguinte:

- Análise completa das causas das reclamações, probabilidade de êxito, variações no mercado, possíveis atividades/ supervisões e orientações do FCA e como estas podem afetar a futuro;
- Atividade registrada com respeito ao número de reclamações recebidas;
- Nível de compensação pago aos clientes, em conjunto com uma previsão da probabilidade de que este se modifique no futuro;
- Impacto no nível de reclamações recebidas decorrentes dos contatos com clientes realizados por iniciativa do banco;
- Efeito que a cobertura por parte dos meios de comunicação pode ter na colocação de reclamações e o tempo limite estabelecido para fazer reclamações.

- Comissões e margem de lucro obtido da companhia de seguro durante a vida dos produtos.
- Com relação a uma carteira específica de PPI, uma análise dos fatos e circunstâncias mais importantes, inclusive as responsabilidades legais e regulatórias.

Estes critérios são mantidos sob revisão e regularmente são comparados e validados com as informações dos clientes (reclamações recebidas, nível de reclamações com êxito, impacto de modificações nas porcentagens de reclamações com êxito, bem como a avaliação dos clientes potencialmente afetados). A provisão registrada representa a melhor estimativa da exposição do Santander UK por PPI.

O fator mais relevante ao fazer o cálculo da provisão é o volume de reclamações. O percentual de reclamações que têm êxito baseia-se na experiência histórico e no custo médio das reclamações pode ser previsto com uma certeza razoável devido ao alto número de reclamações e ao caráter homogêneo dos clientes afetados. Para determinar a provisão, estimou-se o número total de reclamações que podem ser recebidas até agosto de 2019.

Comparação 2017-2016

A provisão restante para o pagamento de compensações e gastos relacionados a PPI chegou a £356m (401 milhões de euros) (1.593 milhões de reais). O total para o ano foi de £109m (124 milhões de euros) (447 milhões de reais) (2016: £144m (140 milhões de euros) (536 milhões de reais)) devido a um aumento nas reclamações futuras estimadas motivado pelo início da campanha publicitária sobre PPI exigida pelo FCA, compensado por uma redução esperada relacionada com a revisão de uma carteira específica de PPI. Continuamos revisando os níveis de provisão com relação à experiência recente de reclamações. Em 2016, foi registrada uma provisão de £114m (140 milhões de euros) (535 milhões de reais) em virtude da aplicação dos princípios publicados pelo FCA em agosto de 2016, e outra provisão no montante de £32m (37 milhões de euros) (147 milhões de reais) com relação a uma revisão do negócio passado.

Em linha com as expectativas, o custo mensal durante o ano aumentou em relação com 2016 depois da confirmação da data definitiva para a formulação de reclamações. Continuamos revisando o nível de provisões, atendendo ao volume de reclamações recebidas.

Comparação 2016-2015

Foi registrada uma provisão adicional no montante de £144m, que representava a melhor estimativa do impacto da decisão do caso Plevin e outra provisão no montante de £30m com relação a uma carteira específica e derivada de uma revisão do negócio passado. Com a consulta do FCA pendente de ser encerrada durante o primeiro trimestre de 2017, avaliamos a suficiência da provisão e aplicamos às estimativas feitas os princípios publicados no documento de consulta do FCA de agosto de 2016. Continuamos revisando os níveis de provisão com relação à experiência recente em reclamações e uma vez publicado o guia final do FCA, observamos que era possível que fossem exigidos mais ajustes de provisão relacionados com PPI em anos futuros.

Em linha com as expectativas, o custo mensal durante o ano, excluindo o impacto da atividade de revisão do negócio antigo, foi levemente superior à média de 2015.

O quadro a seguir apresenta os principais fatores para o cálculo das provisões e as estimativas futuras usadas, bem como a análise de sensibilidade diante de modificações futuras: O quadro reflete uma visão combinada de todos os produtos e carteiras minoritários e inclui a compensação por reclamações relacionadas com Plevin:

	Acumulado em 31 de dezembro de 2017	Previsões futuras (cifras não auditadas)	Análise de sensibilidade: aumentos/reduções de provisão
Reclamações recebidas de clientes ⁽¹⁾ (000)	1.623	660	25 = £9m
Reclamações recebidas por contato proativo (000)	487	127	25 = £5m
% de resposta a reclamações recebidas por contato proativo	54%	100%	1% - £0,3m
% de reclamações aceitas pela Instituição ⁽²⁾	47%	68%	1% - £2,6m
Compensação média por reclamação aceita⁽³⁾	£1.378	£564	£100 = £50 m

⁽¹⁾ Inclui todas as reclamações recebidas independente de ser esperado um pagamento; isto é, independente da probabilidade do Santander UK incorrer em responsabilidade. Exclui as reclamações não válidas em que o reclamante não possuía uma apólice PPI.

⁽²⁾ Inclui tanto as reclamações recebidas diretamente de clientes como os clientes contatados proativamente pela Instituição

⁽³⁾ A remuneração média por reclamação foi reduzida de um valor médio acumulado de £1.378 (1.222 euros) (4.857 reais) em 31 de dezembro de 2017, a um valor médio futuro de £564 m devido ao reflexo na provisão de casos relacionados com Plevin, bem como de uma mudança no tipo de reclamações, em uma proporção maior de storecards que tiveram tipicamente saldos médios inferiores.

- Delforca: Conflito originado por equity swaps contratados pela Gaesco (atualmente Delforca 2008, S.A.) sobre ações da Imobiliária Colonial, S.A. Na primeira arbitragem, proferiu-se um laudo favorável ao Banco, que logo foi anulado por questões relativas ao presidente do tribunal arbitral e a uma das provas instadas pela Delforca. Perante uma segunda arbitragem iniciada pelo Banco, e depois que este obteve judicialmente um embargo cautelar a seu favor (atualmente renunciado), a Delforca apresentou sua declaração de insolvência. Anteriormente, a Delforca e sua matriz, Mobiliaria Monesa, S.A., iniciaram outros processos reclamando danos e prejuízos em virtude da atuação do Banco perante tribunais de ordem civil em Madri, que logo foram arquivados e, atualmente, o Santander encontra-se suspenso por prejudicialidade.

No processo de insolvência, o Tribunal do Comércio 10 de Barcelona declarou a suspensão do processo de arbitragem, a resolução da convenção de arbitragem, a falta de reconhecimento do crédito contingente do Banco e o descumprimento do Banco, tendo desprovido a petição do Banco de concluir o processo por não existir situação de insolvência. Após os recursos de apelação propostos pelo Banco, a Audiência Provincial de Barcelona revogou todas essas decisões, com exceção da decisão relativa ao indeferimento da conclusão do processo de insolvência, o que ocasionou a retomada da arbitragem, em que foi determinado laudo parcial rechaçando as exceções processuais propostas pela Delforca, decisão que foi impugnada pela Delforca. A Delforca recorreu das resoluções em cassação que rejeitam a resolução da convenção de arbitragem e declaram o reconhecimento de crédito contingente a favor do Banco. Além disso, a Delforca e sua matriz demandaram, perante o Juiz do processo de insolvência, a devolução do depósito em garantia executado pelo Banco na liquidação dos swaps, estando estes processos em tramitação. O Banco não possui provisões registradas por este processo.

- Antigos funcionários do Banco do Estado de São Paulo S.A., Santander Banespa, Cia. de Arrendamento Mercantil: reclamação iniciada em 1998 pela associação de aposentados do Banespa (AFABESP) em nome de seus associados solicitando o pagamento de uma gratificação semestral contemplada inicialmente nos estatutos da instituição, caso esta última obtivesse rendimento, sendo sua distribuição aprovada por seu Conselho de Administração. A gratificação não foi paga em 1994 e 1995 por falta de lucro do banco e, a partir de 1996 e até o ano 2000, foi paga parcialmente, conforme deliberação do Conselho de Administração, tendo sido eliminada a referida cláusula em 2001. O Tribunal Regional do Trabalho determinou que o banco pagasse esta gratificação semestral em setembro de 2005, e o banco recorreu da resolução do Tribunal Regional perante o Tribunal Superior do Trabalho ("TST") e, posteriormente, perante o Supremo Tribunal Federal ("STF"). O primeiro confirmou a sentença condenatória proferida contra o banco, e o segundo não admitiu o recurso extraordinário interposto pelo banco mediante decisão monocrática de um dos ministros do citado Tribunal, mantendo-se também a sentença condenatória proferida contra o banco. O banco e a associação recorreram desta decisão, tendo sido admitido somente o recurso interposto pelo Banco, que será julgado pelo pleno do STF. Recentemente, o STF proferiu uma resolução sobre um assunto de uma terceira parte que defende uma das principais teses suportadas pelo Banco. O Banco não possui provisões registradas por este processo.
- Planos Econômicos: assim como as demais instituições do sistema bancário, o Santander Brasil é objeto de demandas de clientes, a maioria deles depositantes, bem como de ações civis coletivas da mesma natureza, ocasionadas por uma série de modificações legislativas relativas ao cálculo da inflação (planos econômicos), considerando os demandantes que seus direitos foram violados em razão da aplicação destes ajustes de forma imediata. Em abril de 2010, o Superior Tribunal da Justiça (STJ) fixou o prazo de prescrição destas ações civis coletivas em cinco anos, como defendiam os bancos, em lugar dos vinte anos reivindicados pelos demandantes, o que provavelmente reduzirá de forma significativa o número de ações e os valores reclamados. No que se refere ao mérito da causa, as resoluções têm sido, até o momento, adversas para os bancos, existindo dois processos interpostos perante o STJ e o Supremo Tribunal Federal (STF) com os quais se pretende resolver a questão de forma definitiva. Em agosto de 2010, o STJ pronunciou uma sentença na qual, embora desse razão aos demandantes sobre o fundo, excluía da reclamação um dos planos, reduzindo o valor da mesma e confirmando novamente o prazo de prescrição de cinco anos. Em seguida, o STF proferiu uma medida cautelar que, basicamente, suspende os processos em andamento, até que este órgão prolate uma decisão definitiva sobre o assunto. Atualmente, existem diversos recursos propostos perante o STF, em que se discutem várias questões relativas a estão adequadas.

No final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram um acordo com o objeto de por fim às disputas judiciais relacionadas com os Planos Econômicos. As discussões se concentraram em determinar a quantidade que se devia pagar a cada cliente afetado, de acordo com o saldo que tinha em poupança no momento do Plano. Finalmente, o valor total dos pagamentos dependerá da quantidade de adesões havidas e do número de poupadores que tenham demonstrado em juízo a existência da conta e saldo na data em que os índices foram alterados. Os termos do acordo firmado pelas partes foram submetidos à homologação do Supremo Tribunal Federal (STF), a quem corresponde a última palavra sobre a viabilidade do acordo. Considera-se que as provisões feitas para cobrir os riscos que poderiam decorrer de "planos econômicos", incluindo os resultantes do acordo pendente de aprovação pelo Supremo Tribunal Federal, são suficientes.

- Em dezembro de 2008, a Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos (SEC) suspendeu a empresa Bernard L. Madoff Investment Securities LLC (Madoff Securities) por suposta fraude. A exposição dos clientes do Grupo, por intermédio do subfundo Optimal Strategic US Equity (Optimal Strategic) era de 2.330 milhões de euros, dos quais 2.010 milhões de euros correspondiam a investidores institucionais e clientes de banco privado internacional, e os 320 milhões de euros restantes faziam parte das carteiras de investimentos de clientes de banco privado do Grupo na Espanha, que tinham a condição de investidores qualificados.

Na data destas demonstrações financeiras existiam determinadas demandas contra empresas do Grupo relacionadas a esta questão. O Grupo considera que sempre atuou com a diligência devida e que a venda desses produtos foi sempre transparente e de acordo com as normas aplicáveis e aos procedimentos estabelecidos. O risco de perda é, portanto, considerado remoto ou imaterial.

- No final do primeiro trimestre de 2013, foram publicadas determinadas notícias indicando que discutia-se, no setor público, a validade dos contratos de swap de taxas de juros firmados entre diversas instituições financeiras e empresas do setor público em Portugal, principalmente no setor de transporte público.

Entre os contratos sujeitos a esta discussão estavam os celebrados pelo Banco Santander Totta, S.A. com as empresas públicas Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (MdL), Metro do Porto, S.A. (MdP), Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. (STCP), e Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (Carris). Estes contratos foram firmados antes de 2008, ou seja, antes do surgimento da crise financeira, e estavam sendo executados sem nenhum incidente.

Diante desta situação, o Banco Santander Totta, S.A. tomou a iniciativa de solicitar a declaração judicial de validade dos contratos perante a jurisdição do Reino Unido, à qual se encontram sujeitos. As demandas correspondentes foram ajuizadas em maio de 2013.

Após o ajuizamento das demandas por parte do Banco, as quatro empresas (MdL, MdP, STCP e Carris) comunicaram ao Banco Santander Totta, S.A. que suspenderiam o pagamento dos valores devidos, de acordo com os termos dos contratos, até a decisão final da jurisdição do Reino Unido em relação aos processos. As empresas MdL, MdP e Carris suspenderam os pagamentos em setembro de 2013, e a STCP o fez em dezembro do mesmo ano. O Banco Santander Totta, S.A. estendeu cada uma das demandas para reivindicar os montantes devidos.

Em 29 de novembro de 2013, as empresas apresentaram suas defesas nas quais alegaram que, conforme a legislação portuguesa, os acordos são nulos e reclamaram o reembolso dos valores pagos.

Em 4 de março de 2016, o Tribunal proferiu uma resolução favorável ao Banco de todas as questões apresentadas e declarando todos os contratos de swap como válidos e vinculantes. As empresas de transporte impugnaram esta resolução. O Tribunal de Apelação indeferiu o recurso de apelação mediante uma resolução em 13 de dezembro de 2016, considerando também que contra esta não cabe recurso de cassação. As empresas de transporte interpuseram recurso contra esta decisão perante o Tribunal Supremo.

Em 2 de maio de 2017, as empresas de transporte portuguesas, o Banco Santander Totta, S.A. e a República Portuguesa chegaram a um acordo relativo a esses processos judiciais pelo qual se deram por extintos. As empresas de transporte desistiram do seu pedido de admissão de um recurso pendente perante a Suprema Corte inglesa. Este assunto está encerrado.

- Em abril de 2016, a Direção de Concorrência da Comissão Nacional dos Mercados e da Concorrência ("CNMC") iniciou uma investigação administrativa sobre várias instituições financeiras, incluindo o Banco Santander, relativas a possíveis práticas colusórias ou acordos de fixação de preços, assim como de troca de informações comercialmente sensíveis relacionadas a instrumentos financeiros derivativos empregados como hedge do risco de taxa de juros em empréstimos consorciados. De acordo com a Direção de Concorrência, esta conduta poderia constituir uma infração do artigo 1 da Lei 15/2007, de 3 de julho, de Defesa da Concorrência, assim como do artigo 101 do Tratado de Funcionamento da União Europeia. O procedimento está pendente de resolução pelo Conselho da CNMC. Caso haja uma resolução desfavorável, o Banco Santander poderia ficar exposto à imposição de sanções, que poderiam ser significativas, assim como a consequências acessórias, incluindo reclamações de responsabilidade civil e restrições ou limitações regulatórias às atividades do Santander. Os serviços jurídicos do banco consideram que não houve nenhuma infração, visto que a natureza sindicada das operações a que se referem o processo justificavam a atuação das instituições.
- Cláusulas solo: como consequência da aquisição do Banco Popular Español S.A., o Grupo está exposto a operações relevantes com cláusulas solo. As denominadas "cláusulas solo" ou de limitação mínima são aquelas em virtude das quais o prestatário aceita uma taxa de juros mínima a pagar ao prestamista, independentemente da taxa de juros de referência aplicável. O Banco Popular Espanhol S.A. tem "cláusulas solo" incluídas em determinadas operações de ativo com clientes. Em relação a este tipo de cláusulas, a situação do Banco Popular é descrita a seguir:

Em 21 de dezembro de 2016, o Tribunal de Justiça da União Europeia declarou contrária ao direito da União Europeia a doutrina estabelecida por meio da Sentença da Sala 1ª do Tribunal Supremo de 9 de maio de 2013, em virtude da qual era limitado o efeito retroativo da nulidade das cláusulas solo, de forma que só procedia a devolução dos montantes cobrados em aplicação destas cláusulas a partir de 9 de maio de 2013. Posteriormente, a Sentença da Sala 1ª do Tribunal Supremo de 24 de fevereiro de 2017, resolvendo um recurso de cassação de outra entidade, adaptou sua jurisprudência na matéria à Sentença do Tribunal de Justiça da União Europeia de 21 de dezembro de 2016 e, em particular, considerou que seu pronunciamento de 9 de maio de 2013, determinado no âmbito de uma ação coletiva, não causava efeito de coisa julgada em relação às demandas individuais que consumidores poderiam requerer.

Os pronunciamentos judiciais antes mencionados e a situação social em relação às cláusulas solo levaram o Governo espanhol a estabelecer, com a aprovação do Real Decreto-lei 1/2017, de 20 de janeiro, de medidas urgentes de proteção de consumidores em matéria de cláusulas solo, um procedimento voluntário e extrajudicial para que os consumidores que se considerem afetados pela eventual nulidade de uma cláusula solo possam reclamar sua devolução. Em todo caso, esta norma limita-se a estabelecer essa via extrajudicial de resolução de conflitos, mas não introduz nenhuma novidade que afete os critérios sobre a validade das cláusulas.

Em 2015 e 2016 o Banco Popular fez provisões extraordinárias que, depois da sentença do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 21 de dezembro de 2016, foram atualizadas com objetivo de cobrir o efeito da potencial devolução do excesso de juros cobrados por aplicação das cláusulas somente entre a data de contratação dos correspondentes empréstimos hipotecários e maio de 2013. O montante das provisões do Grupo em 31 de dezembro de 2017 para esse fim foi de 223 milhões de euros (886 milhões de reais). A esse título, depois da compra do Banco Popular, o Grupo utilizou provisões no montante de 238 milhões de euros (855 milhões de reais), principalmente, por devoluções realizadas como consequência do processo extrajudicial antes mencionado. O Grupo estima que o risco máximo associado às cláusulas solo que aplica em seus contratos com consumidores, empregando o cenário que considera mais severo e não provável, chegaria a aproximadamente 900 milhões de euros (3.576 milhões de reais) calculados inicialmente e sem levar em conta as devoluções realizadas. Considerando o montante provisionado antes referida e as devoluções já praticadas, o indicado risco máximo e não provável associado estaria coberto acima de 50%.

- Outros aspectos: considerando que a declaração em resolução do Banco Popular, a amortização e a conversão de seus instrumentos de capital e a posterior transmissão ao Banco Santander das ações resultantes da citada conversão em exercício do instrumento de resolução da venda do negócio da instituição, tudo isso conforme a norma do marco único de resolução citado na nota 3, não tem precedentes na Espanha nem em nenhum outro Estado membro da União Europeia, apresentaram-se recursos contra a decisão da Junta Única de Resolução, contra a decisão do FROB aprovada em execução da anterior, assim como reclamações frente ao Banco Popular Español, S.A., ao Banco Santander e outras instituições do Grupo Santander derivadas de ou vinculadas à aquisição do Banco Popular. Desde a aquisição do Banco Popular pelo Banco Santander, diversos investidores, assessores ou operadores financeiros anunciaram sua intenção de analisar e, se for o caso, confirmaram, a interposição de reclamações de diversas índoles em relação à referida aquisição. Em relação aos possíveis recursos ou reclamações, não é possível prever a totalidade das pretensões concretas que ocorreriam, nem suas implicações econômicas (particularmente quando é possível que as eventuais reclamações não quantifiquem suas pretensões, aleguem interpretações jurídicas novas, ou envolvam um elevadíssimo número de partes). O custo estimado das potenciais compensações aos acionistas do Banco Popular Español, S.A. foi registrado conforme explicado nas Notas 1.h e 3.

Neste contexto, é preciso considerar que o resultado dos processos judiciais é incerto, em particular, no caso de demandas com pedidos em montante indeterminado, de causas que se fundamentam em questões jurídicas sobre as quais não existem precedentes judiciais, de processos que envolvem um grande número de partes ou cujo andamento se encontra em uma fase bem preliminar.

O Banco e as demais empresas do Grupo são objeto de demandas e, portanto, estão envolvidos em processos judiciais decorrentes do curso normal dos seus negócios, incluindo processos derivados da atividade creditícia, das relações trabalhistas e de outras questões comerciais ou fiscais.

Com as informações disponíveis, o Grupo considera que estimou de forma confiável as obrigações associadas a cada processo e reconheceu, quando necessário, a necessidade de provisões adequadas que cubram razoavelmente os passivos que possam resultar, se for o caso, destas questões fiscais e legais. Além disso, considera que as responsabilidades que possam resultar de tais processos não terão, em conjunto, um efeito adverso significativo nos negócios, na situação financeira nem nos resultados das operações do Grupo.

26. Outros passivos

A composição do saldo deste capítulo dos balanços consolidados é:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Operações em andamento	811	994	744
Acumulação	6.790	6.507	6.562
Outros	4.990	3.569	2.915
	12.591	11.070	10.221

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Operações em andamento	3.220	3.411	3.208
Acumulação	26.975	22.323	28.293
Outros	19.827	12.239	12.560
	50.022	37.973	44.061

27. Situação fiscal

a) Grupo Fiscal Consolidado

De acordo com a norma vigente, o Grupo Fiscal Consolidado inclui o Banco Santander, S.A., como Controladora e, como controladas, as empresas dependentes espanholas que cumprem os requisitos exigidos para esse efeito pela norma reguladora da tributação sobre o lucro consolidado dos grupos de empresas. O Banco Popular e suas filiais espanholas são tributados em 2017, ainda assim em regime de consolidação fiscal, incorporando-se como dependentes do Grupo Fiscal Consolidado em 2018.

As demais empresas do Grupo apresentam suas declarações de impostos de acordo com as normas fiscais aplicáveis.

b) Exercícios sujeitos a inspeção fiscal

No exercício de 2015, foram notificados os acordos de liquidação das atas firmadas, parte em conformidade e parte em desconformidade que documentam os resultados das ações de comprovação dos exercícios 2005 a 2007 do Grupo Fiscal Consolidado. O Banco Santander, S.A., como Controladora do Grupo Fiscal Consolidado, considera que, de acordo com a assessoria de seus advogados externos, esses acordos de liquidação não deveriam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras anuais consolidadas, existindo sólidos argumentos de defesa nos recursos interpostos contra eles. Consequentemente, não foi registrada nenhuma provisão para essa categoria. Quanto às inspeções relativas a exercícios anteriores, em 2016 foi notificado o acordo de execução da sentença do Tribunal Supremo dos exercícios 2001 e 2002, sem causar um impacto significativo nas demonstrações financeiras anuais consolidadas.

Por outro lado, durante o exercício de 2014, foi iniciada no Grupo Fiscal Consolidado a comprovação da inspeção até o exercício de 2011, ficando sujeitos a revisão no Grupo Fiscal Consolidado os exercícios objeto de comprovação da inspeção, bem como os posteriores até o exercício de 2017 inclusive, com respeito aos principais impostos aplicáveis. Mesmo assim, em 2017 iniciou-se o procedimento de recuperação de ajudas correspondente à Decisão da CE de 15 de outubro de 2014, relativa à dedução do ágio financeiro em aquisições indiretas.

Quanto ao Banco Popular e as filiais integradas em seu próprio grupo de consolidação fiscal, permanecem sujeitos à revisão dos exercícios de 2010 a 2017, inclusive. Em 2017 iniciariam-se atividades de comprovação e investigação de alcance parcial relativas ao exercício 2016.

As outras instituições têm sujeitos a inspeção os exercícios correspondentes de acordo com sua norma fiscal.

Devido às possíveis diferentes interpretações que podem ser feitas das normas fiscais, os resultados das inspeções das autoridades fiscais para os anos sujeitos a verificação podem dar lugar a passivos por impostos de caráter contingente cujo importe não pode ser quantificado de forma objetiva. Não obstante, na opinião dos assessores fiscais do Grupo, a possibilidade de que tais passivos por impostos se materializem é remota e, de qualquer forma, a dívida tributária derivada deles não afetaria significativamente as demonstrações financeiras anuais consolidadas do Grupo.

c) Conciliação

Apresentamos a seguir a conciliação entre a despesa decorrente do Imposto sobre Sociedades aplicando a tributação aplicável na Espanha (30%) e a despesa registrada pelo citado imposto, bem como a taxa fiscal efetivo:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Resultado consolidado antes de impostos:			
Em operações em continuidade	12.091	10.768	9.547
De operações descontinuadas	-	-	-
	12.091	10.768	9.547
Imposto sobre Sociedades à tributação aplicável na Espanha (30%)	3.628	3.230	2.864
Efeito das diferentes alíquotas aplicáveis em cada país (*)	539	312	158
Dos quais:			
Brasil	656	396	300
Reino Unido	(78)	(63)	(146)
Estados Unidos	68	94	156
Chile	(48)	(54)	(60)
Pelo efeito do resultado dos resultados em empresas coligadas e multigrupo	(211)	(133)	(111)
Efeito da dedução do ágio no Brasil	(164)	(184)	(133)
Efeito da revisão de impostos diferidos	(282)	(20)	30
Reversão de passivos fiscais (**)	-	-	(1.071)
Diferenças permanentes	374	77	476
Imposto sobre os lucros do exercício	3.884	3.282	2.213
Taxa fiscal efetiva	32,12%	30,48%	23,18%
Dos quais:			
Operações em continuidade	3.884	3.282	2.213
Operações descontinuadas (Nota 37)	-	-	-
Dos quais:			
Impostos correntes	3.777	1.493	4.070
Impostos diferidos	107	1.789	(1.857)
Impostos pagos durante o exercício	4.137	2.872	2.205

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Resultado consolidado antes de impostos:			
Em operações em continuidade	43.449	41.249	34.798
De operações descontinuadas	-	-	-
	43.449	41.249	34.798
Imposto sobre Sociedades à tributação aplicável na Espanha (30%)	13.036	12.375	10.439
Efeito das diferentes alíquotas aplicáveis em cada país (*)	1.937	1.194	574
Dos quais:			
Brasil	2.358	1.515	1.093
Reino Unido	(280)	(241)	(533)
Estados Unidos	244	359	567
Chile	(173)	(209)	(219)
Pelo efeito do resultado dos resultados em empresas coligadas e multigrupo	(758)	(510)	(406)
Efeito da dedução do ágio no Brasil	(589)	(706)	(485)
Efeito da revisão de impostos diferidos	(1.014)	(77)	109
Reversão de passivos fiscais (**)	-	-	(3.902)
Diferenças permanentes	1.345	296	1.737
Imposto sobre os lucros do exercício	13.957	12.572	8.066
Taxa fiscal efetiva	32,12%	30,48%	23,18%
Dos quais:			
Operações em continuidade	13.957	12.572	8.066
Operações descontinuadas (Nota 37)	-	-	-
Dos quais:			
Impostos correntes	13.572	5.719	14.835
Impostos diferidos	385	6.853	(6.769)
Impostos pagos durante o exercício	14.869	11.002	8.037

(*) Calculado aplicando a diferença entre a tributação aplicável na Espanha e a tributação aplicável em cada jurisdição aos resultados aportados ao Grupo pelas instituições que operam em cada uma delas.

(**) Efeito da reversão dos passivos por impostos do Banco Santander (Brasil) S.A. associados ao litígio de natureza fiscal sobre as contribuições sociais PIS e COFINS (Ver Nota 25.e)

d) Impostos repercutidos no patrimônio líquido

Independentemente dos impostos sobre lucros repercutidos nas demonstrações do resultado consolidadas, o Grupo repercutiu em seu patrimônio líquido consolidado os seguintes montantes para as seguintes categorias em 2017, 2016 e 2015:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Créditos (débitos) líquidos ao patrimônio líquido			
Itens que não serão reclassificados nos resultados	60	364	(231)
Prejuízos ou (-) lucros atuariais em planos de pensão de benefícios definidos	60	364	(231)
Itens que podem ser reclassificados nos resultados	-	(694)	448
Cobertura de fluxos de caixa	108	(136)	51
Ativos financeiros disponíveis para venda	(97)	(552)	384
<i>Instrumentos de dívida</i>	(366)	(368)	418
<i>Instrumentos de patrimônio</i>	269	(184)	(34)
Participações em outras receitas e despesas reconhecidas dos investimentos em negócios conjuntos e coligadas	(11)	(6)	13
Total	60	(330)	217

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Créditos (débitos) líquidos ao patrimônio líquido			
Itens que não serão reclassificados nos resultados	238	1.249	(995)
Prejuízos ou (-) lucros atuariais em planos de pensão de benefícios definidos	238	1.249	(995)
Itens que podem ser reclassificados nos resultados	-	(2.381)	1.930
Cobertura de fluxos de caixa	429	(467)	219
Ativos financeiros disponíveis para venda	(385)	(1.893)	1.655
<i>Instrumentos de dívida</i>	(1.454)	(1.262)	1.802
<i>Instrumentos de patrimônio</i>	1.069	(631)	(147)
Participação em outras receitas e despesas reconhecidas dos investimentos em negócios conjuntos e coligadas	(44)	(21)	56
Total	238	(1.132)	935

e) Impostos diferidos

O saldo da seção Ativos por impostos dos balanços consolidados inclui os saldos devedores perante a Fazenda Pública correspondentes a impostos sobre lucros antecipados; por sua vez, o saldo da seção Passivos por impostos inclui o passivo correspondente aos diferentes impostos diferidos do Grupo.

Em 26 de junho de 2013, foi incorporado o marco legal de Basileia III no ordenamento europeu por meio da Diretiva 2013/36 (CRD IV) e do Regulamento 575/2013 sobre os requisitos prudenciais das instituições de crédito e as empresas de investimento (CRR), sendo aplicado diretamente nos Estados-membros a partir de 1 de janeiro de 2014, embora estabelecendo um calendário gradual quanto à aplicação e cumprimento dos diversos requisitos.

Essa norma estabelece que os ativos por impostos diferidos que dependem, quanto à sua utilização, da obtenção de benefícios futuros deverão ser deduzidos do capital regulatório.

Neste sentido, nos últimos anos, diversos países, no âmbito do Basileia III, modificaram seus regimes fiscais com respeito a determinados ativos por impostos diferidos, para que eles pudessem seguir computando como capital regulatório pois sua utilização não depende dos próprios benefícios futuros das instituições que os geram (daqui em diante denominados ativos por impostos monetizáveis).

Assim, a Itália gozava de um regime a este respeito introduzido pelo Decreto Legge nº 225 de 29 de dezembro de 2010, modificado pela Legge nº 10 de 26 de fevereiro de 2011.

Além disso, em 2013 no Brasil, mediante a Medida Provisória nº 608 de 28 de fevereiro de 2013, transformada na Lei Ordinária 12838/2013 e, na Espanha, mediante o Real Decreto-Lei 14/2013, de 29 de novembro, e confirmado pela Lei 27/2014 de 27 de novembro, foram estabelecidos regimes fiscais pelos quais determinados ativos por impostos diferidos – derivados de provisões de insolvências (no Brasil) e de provisões de insolvências, provisões de insolvências para bens recuperados, compromissos por aposentadorias e aposentadorias antecipadas (na Espanha) poderão ser convertidos, sob determinadas circunstâncias, em créditos frente à Fazenda Pública, não dependendo sua utilização dos benefícios futuros das instituições e ficando, portanto, isentos de dedução do capital regulatório.

Durante 2015, a Espanha concluiu sua regulação sobre ativos por impostos monetizáveis mediante a introdução de uma prestação patrimonial que implicará o pagamento de um valor de 1,5% anual por manter o direito à monetização e será aplicada sobre parte dos ativos por impostos diferidos que cumprem os requisitos legais para que tenham a consideração de monetizáveis gerados antes de 2016.

Da mesma forma, a Itália, mediante o Decreto de 3 de maio de 2016, introduziu uma comissão de 1,5% anual para manter a monetização de parte dos ativos por impostos diferidos.

Apresentamos a seguir os detalhes dos ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 atendendo à sua classificação ou não como ativos monetizáveis, bem como os passivos por impostos diferidos:

	Milhões de euros					
	2017		2016		2015	
	Monetizáveis (*)	Outros	Monetizáveis (*)	Outros	Monetizáveis (*)	Outros
Ativos de impostos:	11.046	12.164	9.649	11.615	8.887	13.158
Valores tributáveis negativos e deduções	-	4.457	-	4.934	-	4.808
Diferencias temporárias	11.046	7.707	9.649	6.681	8.887	8.351
<i>Dos quais:</i>						
Provisões não dedutíveis	-	2.336	-	1.645	-	1.631
Avaliação de instrumentos financeiros	-	530	-	1.042	-	2.231
Insolvências e bens recuperados	7.461	1.159	6.082	940	5.330	827
Aposentadorias	3.585	723	3.567	641	3.557	475
Avaliação de ativos tangíveis e intangíveis	-	1.077	-	537	-	686
Passivos de impostos:	-	4.837	-	5.694	-	5.565
Diferencias temporárias	-	4.837	-	5.694	-	5.565
<i>Dos quais:</i>						
Avaliação de instrumentos financeiros	-	1.207	-	1.105	-	896
Avaliação de ativos tangíveis e intangíveis	-	1.256	-	1.916	-	1.727
Investimentos em instituições do Grupo	-	808	-	1.265	-	1.249

	Milhões de reais					
	2017		2016		2015	
	Monetizáveis (*)	Outros	Monetizáveis (*)	Outros	Monetizáveis (*)	Outros
Ativos de impostos:	43.885	48.325	33.101	39.844	38.317	56.734
Valores tributáveis negativos e deduções	-	17.707	-	16.926	-	20.729
Diferencias temporárias	43.885	30.618	33.101	22.918	38.317	36.005
<i>Dos quais:</i>						
Provisões não dedutíveis	-	9.280	-	5.643	-	7.034
Avaliação de instrumentos financeiros	-	2.106	-	3.575	-	9.620
Insolvências e bens recuperados	29.642	4.605	20.864	3.225	22.980	3.564
Aposentadorias	14.243	2.872	12.237	2.199	15.337	2.050
Avaliação de ativos tangíveis e intangíveis	-	4.279	-	1.842	-	2.960
Passivos de impostos:	-	19.215	-	19.533	-	23.995
Diferencias temporárias	-	19.215	-	19.533	-	23.995
<i>Dos quais:</i>						
Avaliação de instrumentos financeiros	-	4.795	-	3.791	-	3.865
Avaliação de ativos tangíveis e intangíveis	-	4.990	-	6.573	-	7.446
Investimentos em instituições do Grupo	-	-	-	-	-	-
(Nota 3)	-	3.210	-	4.340	-	5.386

(*) Não deduzem do capital regulatório

(**) O Banco Popular solicitou a conversão de parte de seus ativos monetizáveis por ocorrerem as circunstâncias da legislação antes mencionada.

O Grupo somente reconhece ativos por impostos diferidos, surgidos por diferenças temporárias ou valores tributáveis negativos e deduções pendentes de compensação quando considera provável que as instituições consolidadas que os geraram terão, no futuro, ganhos fiscais suficientes contra os quais poderão torná-los efetivos.

No encerramento contábil realiza-se a revisão dos impostos diferidos, tanto ativos como passivos, para verificar se é necessário efetuar modificações de acordo com os resultados das análises.

Tais análises levam em consideração, entre outros, (i) os resultados gerados pelas diferentes instituições em exercícios anteriores, (ii) as projeções de resultados de cada instituição ou grupo fiscal, (iii) a estimativa da reversão das distintas diferenças temporárias em função de sua natureza e (iv) o período e os limites estabelecidos na legislação de cada país para a recuperação dos distintos ativos por impostos diferidos, concluindo, dessa forma, sobre a capacidade de cada instituição ou grupo fiscal para recuperar seus ativos por impostos diferidos registrados.

As projeções de resultados utilizadas nessa análise se baseiam nos orçamentos financeiros aprovados pelos administradores do Grupo para as distintas instituições, aplicando taxas de crescimento constantes, que não superam a taxa de crescimento média a longo prazo para o mercado em que as instituições consolidadas operam, para estimar os resultados dos exercícios posteriores considerados na análise.

A seguir apresentamos informações relevantes para os principais países que têm reconhecidos ativos por impostos diferidos:

Espanha

Os ativos por impostos diferidos reconhecidos no Grupo Fiscal Consolidado alcançam 10.494 milhões de euros (41.692 milhões de reais), dos quais 5.874 milhões de euros (23.337 milhões de reais) surgiram como consequência de diferenças temporárias monetizáveis com direito a conversão em um crédito contra a Fazenda Pública, conforme mencionado anteriormente. Do restante, 1.516 milhão de euros (6.023 milhões de reais) corresponde a outras diferenças temporárias e 3.104 milhões de euros (12.332 milhões de reais) correspondem a valores tributáveis negativos e deduções.

Por sua vez, os ativos por impostos diferidos reconhecidos pelo Grupo Popular alcançam 3.340 milhões de euros (13.269 milhões de reais), dos quais 2.036 milhões de euros (8.089 milhões de reais) surgiram como consequência de diferenças temporárias monetizáveis com direito a conversão em um crédito contra a Fazenda Pública, conforme mencionado anteriormente (que incluem os 486 milhões de euros (1.931 milhões de reais, cuja conversão já foi solicitada em 2017). O resto se deve principalmente a diferenças temporais.

O Grupo estima que os ativos por impostos diferidos registrados surgidos por créditos por valores tributáveis negativos e deduções ou por outras diferenças temporárias serão recuperados em um período máximo de 15 anos.

Brasil

Os ativos por impostos diferidos reconhecidos no Brasil alcançam 5.591 milhões de euros (22.212 milhões de reais), dos quais 2.939 milhões de euros (11.676 milhões de reais) surgiram como consequência de diferenças temporárias monetizáveis, 2.277 milhões de euros (9.046 milhões de reais) de outras diferenças temporárias e 375 milhões de euros (1.490 milhão de reais) correspondem a valores tributáveis negativos e deduções.

O Grupo estima que os ativos por impostos diferidos registrados surgidos por diferenças temporárias ou por valores tributáveis negativos serão recuperados em um prazo aproximado de 10 anos.

Estados Unidos

Os ativos por impostos diferidos reconhecidos nos Estados Unidos alcançam 1.205 milhão de euros (4.787 milhões de reais), dos quais 310 milhões de euros (1.232 milhão de reais) surgiram como consequência de diferenças temporárias e 895 milhões de euros (3.556 milhões de reais) correspondem a valores tributáveis e deduções.

O Grupo estima que os ativos por impostos diferidos surgidos por diferenças temporárias registrados serão recuperados antes de 2027. Com respeito aos créditos por valores tributáveis negativos e deduções registrados, serão recuperados antes de 2029.

México

Os ativos por impostos diferidos líquidos reconhecidos no México alcançam 651 milhões de euros (2.233 milhões de reais), dos quais, praticamente todos surgiram como consequência de diferenças temporárias.

O Grupo estima que praticamente todos os ativos por impostos diferidos surgidos por diferenças temporárias registrados serão recuperados em um prazo de 3 anos.

As movimentações efetuadas no saldo dos ativos e passivos por impostos diferidos nos últimos três exercícios são indicadas a seguir:

	Milhões de euros					
	Saldos em 31 de dezembro de 2016	(Débito)/crédito na conta de resultados	Diferenças de conversão de saldos em moeda estrangeira e outras categorias	(Débito)/crédito em na reserva de avaliação de ativos e passivos	Aquisições (líquidas) do exercício	Saldos em 31 de dezembro de 2017
Impostos diferidos ativos	21.264	(675)	(756)	(1)	3.378	23.210
Valores tributáveis negativos e deduções	4.934	(279)	(205)	-	7	4.457
Diferencias temporárias	16.330	(396)	(551)	(1)	3.371	18.753
<i>Das quais Monetizáveis</i>	<i>9.649</i>	<i>(185)</i>	<i>(455)</i>	<i>-</i>	<i>2.037</i>	<i>11.046</i>
Impostos diferidos passivos	(5.694)	568	414	19	(144)	(4.837)
Diferencias temporárias	(5.694)	568	414	19	(144)	(4.837)
	15.570	(107)	(342)	18	3.234	18.373

	Milhões de reais					
	Saldos em 31 de dezembro de 2016	(Débito)/crédito na conta de resultados	Diferenças de conversão de saldos em moeda estrangeira e outras categorias	(Débito)/crédito em na reserva de avaliação de ativos e passivos	Aquisições (líquidas) do exercício	Saldos em 31 de dezembro de 2017
Impostos diferidos ativos	72.945	(2.426)	8.275	(4)	13.420	92.210
Valores tributáveis negativos e deduções	16.926	(1.423)	2.176	-	28	17.707
Diferencias temporárias	56.019	(1.003)	6.099	(4)	13.392	74.503
<i>Das quais Monetizáveis</i>	<i>33.101</i>	<i>(665)</i>	<i>3.356</i>	<i>-</i>	<i>8.093</i>	<i>43.885</i>
Impostos diferidos passivos	(19.533)	2.041	(1.226)	75	(572)	(19.215)
Diferencias temporárias	(19.533)	2.041	(1.226)	75	(572)	(19.215)
	53.412	(385)	7.049	71	12.848	72.995

	Milhões de euros					
	Saldos em 31 de dezembro de 2015	(Débito)/crédito na conta de resultados	Diferenças de conversão de saldos em moeda estrangeira e outras categorias	(Débito)/crédito em na reserva de avaliação de ativos e passivos	Aquisições (líquidas) do exercício	Saldos em 31 de dezembro de 2016
Impostos diferidos ativos	22.045	(1.311)	1.355	(551)	(274)	21.264
Valores tributáveis negativos e deduções	4.808	194	110	-	(178)	4.934
Diferencias temporárias	17.237	(1.505)	1.245	(551)	(96)	16.330
<i>Das quais Monetizáveis</i>	<i>8.887</i>	<i>49</i>	<i>713</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>9.649</i>
Impostos diferidos passivos	(5.565)	(478)	98	(26)	277	(5.694)
Diferencias temporárias	(5.565)	(478)	98	(26)	277	(5.694)
	16.480	(1.789)	1.453	(577)	3	15.570

	Milhões de reais					
	Saldos em 31 de dezembro de 2015	(Débito)/crédito na conta de resultados	Diferenças de conversão de saldos em moeda estrangeira e outras categorias	(Débito)/crédito em na reserva de avaliação de ativos e passivos	Aquisições (líquidas) do exercício	Saldos em 31 de dezembro de 2016
Impostos diferidos ativos	95.051	(5.022)	(14.254)	(1.890)	(940)	72.945
Valores tributáveis negativos e deduções	20.729	743	(3.935)	-	(611)	16.926
Diferencias temporárias	74.322	(5.765)	(10.319)	(1.890)	(329)	56.019
<i>Das quais Monetizáveis</i>	<i>38.317</i>	<i>188</i>	<i>(5.404)</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>33.101</i>
Impostos diferidos passivos	(23.995)	(1.831)	5.432	(89)	950	(19.533)
Diferencias temporárias	(23.995)	(1.831)	5.432	(89)	950	(19.533)
	71.058	(6.853)	(8.822)	(1.979)	10	53.412

	Milhões de euros					
	Saldos em quarta-feira, 31 de dezembro de 2014	(Débito)/crédito na conta de resultados	Diferenças de conversão de saldos em moeda estrangeira e outras categorias	(Débito)/crédito em na reserva de avaliação de ativos e passivos	Aquisições (líquidas) do exercício	Saldos em 31 de dezembro de 2015
Impostos diferidos ativos	22.164	2.330	(2.831)	356	26	22.045
Valores tributáveis negativos e deduções	5.650	(449)	(399)	-	6	4.808
Diferencias temporárias	16.514	2.779	(2.432)	356	20	17.237
<i>Das quais Monetizáveis</i>	<i>8.444</i>	<i>1.199</i>	<i>(794)</i>	<i>38</i>	<i>-</i>	<i>8.887</i>
Impostos diferidos passivos	(4.527)	(473)	(200)	(73)	(292)	(5.565)
Diferencias temporárias	(4.527)	(473)	(200)	(73)	(292)	(5.565)
	17.637	1.857	(3.031)	283	(266)	16.480

	Milhões de reais					
	Saldos em quarta-feira, 31 de dezembro de 2014	(Débito)/crédito na conta de resultados	Diferenças de conversão de saldos em moeda estrangeira e outras categorias	(Débito)/crédito em na reserva de avaliação de ativos e passivos	Aquisições (líquidas) do exercício	Saldos em 31 de dezembro de 2015
Impostos diferidos ativos	71.384	8.492	13.528	1.535	112	95.051
Valores tributáveis negativos e deduções	18.197	(1.637)	4.143	-	26	20.729
Diferencias temporárias	53.187	10.129	9.385	1.535	86	74.322
Das quais Monetizáveis	27.195	4.370	6.588	164	-	38.317
Impostos diferidos passivos	(14.580)	(1.724)	(6.115)	(315)	(1.259)	(23.993)
Diferencias temporárias	(14.580)	(1.724)	(6.115)	(315)	(1.259)	(23.993)
	56.804	6.768	7.413	1.220	(1.147)	71.058

Ademais, o Grupo não reconheceu ativos por imposto diferido com relação às perdas fiscais, deduções por investimentos e outros incentivos de aproximadamente 7.550 milhões de euros (29.995 milhões de reais), dos quais 370 milhões (1.470 milhões de reais) estão sujeitos, entre outros requisitos, a limites temporais.

f) Reformas na norma fiscal

Em 2017 e em exercícios anteriores, foram aprovadas as seguintes reformas fiscais significativas:

No dia 22 de dezembro passado aprovou-se o “Tax Cuts and Jobs Act” (the 2017 Act) nos Estados Unidos. As principais alterações da mencionada legislação fiscal afetam a tributação corporativa nos Estados Unidos, em determinadas exclusões relacionadas com o negócio, as deduções e os créditos. Mesmo assim, também terá consequências tributárias internacionais para muitas empresas que operam em nível internacional. O principal impacto se deriva da redução da tributação estatal, que passaria de 35% a 21%, o que afeta tanto o saldo quanto a estimativa de recuperação dos ativos e passivos fiscais diferidos no próprio exercício 2017, assim como o lucro depois dos impostos a partir do exercício 2018. O impacto estimado no Grupo, por subsidiárias afetadas, que está contabilizado para 31 de dezembro de 2017, representou uma quantia não significativa no rendimento atribuído ao Grupo.

Em 29 de dezembro de 2017 foi publicada a Lei N ° 27430 de reforma do sistema tributário argentino, cujas principais medidas entraram em vigor em 1 de janeiro de 2018, e que não teve impacto sobre as contas do Grupo em 2017. Entre outras medidas, estabelece uma redução gradual do Imposto de Renda dos 35% aplicáveis até 2017, passando para 30% em 2018 e em 2019 e 13, até alcançar 25% em 2020 e adiante, que se complementa com uma retenção sobre dividendos de 7% para as distribuições com base nos exercícios de 2018 e 2019, e de 13% se as distribuições se basearem nos exercícios de 2020 em diante.

Na Espanha, foi aprovado em 2016 o Real Decreto-Lei 3-2016, pelo qual foram adotadas as seguintes medidas tributárias, entre outras, com vigência em 2016: (i) Reduz-se o limite para a integração de ativos por impostos diferidos monetizáveis, bem como para a compensação de valores tributáveis negativos (o limite se reduz de 70% a 25% do valor tributável), (ii) estabelece-se um novo limite de 50% da quota para a aplicação de deduções para evitar a dupla tributação, (iii) estabelece-se a obrigatoriedade de reversão das depreciações de participações que foram dedutíveis em exercícios passados por quintas partes, independentemente da recuperação de valor das empresas com participação, e (iv) estabelece-se a não dedutibilidade de prejuízos gerados na transmissão de participações realizadas a partir de 1 de janeiro de 2017.

Os efeitos desta reforma para o Grupo Fiscal Consolidado foram: (i) o saneamento, em 2016, de ativos por impostos diferidos devido a depreciações de participações não dedutíveis, em montante não significativo; (ii) a inclusão do valor tributável de 2016 e dos quatro exercícios seguintes de uma reversão mínima das depreciações de investimentos em participações que foram fiscalmente dedutíveis em exercícios anteriores a 2013, o que não terá efeito adverso nas demonstrações de 2016, visto que não existem restrições legais à disponibilidade das participações; (iii) a desaceleração do consumo de créditos por ativos devido a impostos diferidos monetizáveis e valores tributáveis negativos e (iv) a limitação da aplicação de deduções para evitar a dupla tributação. Tudo isso leva à previsão de um aumento do valor dos impostos a pagar na Espanha nos próximos anos pelo Grupo fiscal consolidado.

No Reino Unido foi aprovada em 2016 uma redução progressiva da alíquota do Imposto sobre Sociedades, dos 20% atuais até 17%, a partir de 1 de abril de 2020. A taxa aplicável a partir de 1 de abril de 2017 será de 19%. Mesmo assim, foi aprovado um acréscimo da alíquota geral do Imposto sobre Sociedades de 8% sobre o resultado das instituições bancárias. Esse acréscimo se aplica a partir de 1 de janeiro de 2016. Além disso, desde 2015, foi modificada a consideração de dedutível dos pagamentos por compensações a clientes.

No Brasil, em 2015, houve também um aumento temporário da alíquota da Contribuição Social Líquida (CSL), que passou de 15% a 20% (aplicável a partir de 31 de dezembro de 2018) e, com isso, a porcentagem de tributação do Imposto de Renda (25%) mais a da CSL alcançam 45%.

Na Polônia, foi aprovada a introdução de um imposto sobre determinados ativos de instituições bancárias com uma taxa de 0,0366% ao mês, que entrou em vigor em 2016.

Como consequência da reforma fiscal que se aprovou no Chile em 2012, a alíquota aplicável em 2017 foi de 25,5% (frente a 24% em 2016), e será de 27% a partir de 2018.

g) Outras informações

Em cumprimento da obrigação de informação estabelecida pelo Instrumento de Normas de Negociação de 2005 emitido pela Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido, indica-se que os acionistas do Banco residentes no Reino Unido terão direito a solicitar um crédito fiscal por impostos pagos no exterior com respeito às retenções que o Banco tenha efetuar sobre os dividendos a serem pagos a esses acionistas se a renda total do dividendo ultrapassar o valor de dividendos isentos, de 2.000 libras esterlinas para o exercício 2017/18. Para os acionistas do Banco residentes no Reino Unido e que mantenham sua participação no Banco por meio do Santander Nominee Service, serão proporcionadas diretamente informações sobre a quantidade retida, bem como qualquer outra informação que venha a ser necessária para o preenchimento de suas declarações fiscais no Reino Unido. Os demais acionistas do Banco residentes no Reino Unido deverão entrar em contato com seu banco ou corretora.

O Banco Santander S.A. faz parte do Fórum de Grandes Empresas e aderiu, em 2010, ao Código de Boas Práticas Tributárias na Espanha. Além disso, o Santander UK Plc. aderiu ao Code of Practice on Taxation for Banks del HMRC no Reino Unido, participando ativamente em ambos os casos nos programas de cumprimento cooperativo que estão sendo desenvolvidos por tais administrações tributárias.

28. Participação de acionistas não controladores (participações não controladores)

Engloba o valor líquido do patrimônio líquido das instituições dependentes atribuível a instrumentos de patrimônio que não pertencem, direta ou indiretamente, ao Banco, incluindo a parte que lhes foi atribuída do resultado do exercício.

a) Composição

Apresentamos a seguir os detalhes, por empresas do Grupo, do saldo da seção Patrimônio líquido - Participação de acionistas não controladores (participações não controladores):

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Bank Zachodni WBK S.A.	1.901	1.653	1.685
Banco Santander (Brasil) S.A.	1.489	1.784	1.190
Santander Consumer USA Holdings Inc.	1.479	1.963	1.506
Grupo PSA	1.305	1.149	801
Banco Santander - Chile.	1.209	1.204	1.037
Grupo Financiero Santander México, S.A.B. de C.V.	1.056	1.069	1.296
Grupo Metrovacesa	836	449	560
Demais sociedades (*)	1.481	1.208	1.270
	10.756	10.479	9.345
Lucro/(prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas não controladores	1.588	1.282	1.368
<i>Dos quais:</i>			
<i>Santander Consumer USA Holdings Inc.</i>	368	256	329
<i>Banco Santander (Brasil) S.A.</i>	288	194	296
<i>Banco Santander - Chile.</i>	264	215	191
<i>Grupo PSA</i>	206	171	122
<i>Grupo Financiero Santander México, S.A.B. de C.V.</i>	194	190	201
<i>Bank Zachodni WBK S.A.</i>	160	148	154
<i>Demais sociedades</i>	108	108	75
	12.344	11.761	10.713

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Bank Zachodni WBK S.A.	7.613	5.611	7.265
Banco Santander (Brasil) S.A.	6.023	6.041	5.131
Santander Consumer USA Holdings Inc.	6.016	6.632	6.493
Grupo PSA	5.261	4.003	3.454
Banco Santander - Chile.	4.905	4.045	4.471
Grupo Financiero Santander México, S.A.B. de C.V.	4.270	3.305	5.588
Grupo Metrovacesa	3.318	1.542	2.415
Demais sociedades (*)	5.932	4.255	6.388
	43.338	35.434	41.205
Lucro/(prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas não controladores	5.703	4.911	4.986
<i>Dos quais:</i>			
<i>Santander Consumer USA Holdings Inc.</i>	1.322	982	1.199
<i>Banco Santander (Brasil) S.A.</i>	1.036	742	1.079
<i>Banco Santander - Chile.</i>	951	824	696
<i>Grupo PSA</i>	740	655	445
<i>Grupo Financiero Santander México, S.A.B. de C.V.</i>	695	728	733
<i>Bank Zachodni WBK S.A.</i>	575	568	561
<i>Demais sociedades</i>	384	412	273
	49.041	40.345	46.191

(*) Inclui uma emissão de instrumentos de patrimônio perpétuos emitidos pelo Santander UK adquiridos por terceiros alheios ao Grupo.

b) Movimentações

As movimentações efetuadas neste capítulo são resumidas da seguinte forma:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Saldo no início do exercício	11.761	10.713	8.909
Outro resultado global acumulado	(583)	374	(572)
<i>Diferenças de câmbio</i>	(653)	360	(520)
<i>Cobertura de Fluxo de Caixa</i>	(11)	45	(1)
<i>Disponível para venda Renda Variável</i>	(2)	(30)	22
<i>Disponível para venda Renda Fixa</i>	71	38	(100)
<i>Outros</i>	12	(39)	27
Pró-memória Outro resultado global acumulado	-	-	6
Outros	1.166	674	2.376
<i>Lucro do exercício atribuído aos acionistas não controladores</i>	1.588	1.282	1.368
<i>Modificação de porcentagens de participação</i>	(819)	(28)	(168)
<i>Mudanças de perímetro</i>	(39)	(197)	761
<i>Dividendos pagos a acionistas não controladores</i>	(665)	(800)	(461)
<i>Variações de capital e outros itens</i>	1.101	417	876
Saldo no encerramento do exercício	12.344	11.761	10.713

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Saldo no início do exercício	40.345	46.191	28.692
Outro resultado global acumulado	4.584	(8.942)	11.032
<i>Diferenças de câmbio</i>	4.306	(8.989)	11.256
<i>Cobertura de Fluxo de Caixa</i>	(44)	154	(4)
<i>Disponível para venda Renda Variável</i>	(8)	(103)	95
<i>Disponível para venda Renda Fixa</i>	282	130	(431)
<i>Outros</i>	48	(134)	116
Pró-memória Outro resultado global acumulado	-	-	26
Outros	4.112	3.096	6.467
<i>Lucro do exercício atribuído aos acionistas não controladores</i>	5.703	4.911	4.986
<i>Modificação de porcentagens de participação</i>	(3.207)	(103)	(803)
<i>Mudanças de perímetro</i>	(144)	(755)	2.774
<i>Dividendos pagos a acionistas não controladores</i>	(2.320)	(3.065)	(1.584)
<i>Variações de capital e outros itens</i>	4.080	2.108	1.094
Saldo no encerramento do exercício	49.041	40.345	46.191

Em 2015, o Grupo adquiriu 50% da Société Financière de Banque - SOFIB (atualmente PSA Banque France), PSA Finance UK Limited e PSA Financial Services Spain, E.F.C., S.A. (Ver Nota 3) gerando um aumento no saldo da seção Participação de acionistas não controladores de 462, 148 e 181 milhões de euros (1.391, 445 e 811 milhões de reais, respectivamente). Além disso, a aquisição de 13,8% da Metrovacesa, S.A. do Banco Sabadell, S.A. gerou uma redução no saldo de Participação de acionistas não controladores de 271 milhões de euros (1.178 milhão de reais).

No exercício de 2016, houve uma redução de 621 milhões de euros (2.163 milhões de reais) na seção Participação de acionistas não controladores devido à operação da Metrovacesa, S.A. (Ver Nota 3).

Adicionalmente, foi realizada a incorporação ao Grupo das demais áreas geográficas abrangidas pelo acordo-quadro de PSA (Holanda, Bélgica, Itália, Alemanha, Brasil e Polônia) (Ver Nota 3), gerando um aumento do saldo da seção Participação de acionistas não controladores de 410 milhões de euros (1.548 milhão de reais).

Durante o ano de 2017, o Grupo concluiu a aquisição de 9,65% das ações do Santander Consumer EUA Holdings Inc. (Ver nota 3) o que significava 492 milhões de euros (1.904 milhões) no saldo de participações minoritárias.

As movimentações anteriores são apresentadas na demonstração total das mutações do patrimônio líquido consolidado.

c) Outras informações

Apresentamos a seguir um resumo das informações financeiras das instituições dependentes que têm Participação de acionistas não controladores (participações não controladores) significativa em 31 de dezembro de 2017:

	Milhões de euros (*)				
	Banco Santander (Brasil) S.A.	Banco Santander – Chile	Grupo Financiero Santander México, S.A.B. de C.V.	Bank Zachodni WBK S.A.	Santander Consumer USA Holdings Inc.
Total ativos	161.690	50.355	58.203	32.171	33.162
Total passivos	145.040	45.321	53.267	27.235	27.537
Ativos líquidos	16.650	5.034	4.936	4.936	5.625
Total margem bruta	14.273	2.523	3.460	1.419	4.257
Total resultados	2.887	859	904	432	585

	Milhões de reais (*)				
	Banco Santander (Brasil) S.A.	Banco Santander – Chile	Grupo Financiero Santander México, S.A.B. de C.V.	Bank Zachodni WBK S.A.	Santander Consumer USA Holdings Inc.
Total ativos	642.376	200.057	231.235	127.814	131.748
Total passivos	576.227	180.057	211.623	108.202	109.400
Ativos líquidos	66.149	20.000	19.612	19.612	22.348
Total margem bruta	51.301	9.068	12.436	5.102	15.300
Total resultados	10.376	3.088	3.250	1.554	2.104

(*) Informações elaboradas com os critérios de agrupação descritos na Nota 52 e, portanto, podem não coincidir com aquelas publicadas individualmente por cada instituição.

29. Outro resultado global acumulado

Os saldos do capítulo Outro resultado global acumulado incluem os montantes, líquidos do efeito fiscal, dos ajustes realizados nos ativos e passivos registrados transitoriamente no patrimônio líquido por meio da demonstração do resultado abrangente consolidada. Os montantes procedentes das instituições dependentes são apresentados em detalhes nas seções correspondentes, de acordo com sua natureza.

Com respeito à demonstração do resultado abrangente consolidada, cabe mencionar que esta apresenta separadamente os itens de acordo com sua natureza, agrupando-os em itens que, de acordo com as normas contábeis aplicáveis, não serão reclassificados posteriormente a resultados e aqueles que serão reclassificados posteriormente a resultados ao cumprirem os requisitos estabelecidos pelas normas contábeis correspondentes. Além disso, com respeito às seções que poderão ser reclassificadas a resultados, a demonstração do resultado abrangente consolidada inclui as variações dos Ajustes de avaliação, da seguinte forma:

Ganhos/(perdas) por avaliação: Engloba o montante das receitas, líquido de despesas originadas no exercício, reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os importes reconhecidos no patrimônio líquido no exercício são mantidos nesta seção ainda que, no mesmo exercício, sejam transferidos para demonstração do resultado ou para o valor inicial dos ativos ou passivos, ou sejam reclassificados a outra seção.

- Montantes transferidos para a demonstração do resultado: engloba o montante dos ganhos (perdas) por avaliação reconhecidas previamente no patrimônio líquido, mesmo que, no mesmo exercício, seja reconhecido na demonstração do resultado.
- Montantes transferidos ao valor inicial das seções cobertas engloba o montante dos ganhos (perdas) por avaliação reconhecidas previamente no patrimônio líquido, mesmo que, no mesmo exercício, seja reconhecido no valor inicial de ativos e passivos como consequência de coberturas de fluxos de caixa.
- Outras reclassificações: Engloba o montante das transferências realizadas no exercício entre as diferentes seções de Outro resultado global acumulado.

Os montantes destas seções são registrados com seu montante bruto e incluindo o montante de Outro resultado global acumulado correspondente à Participação de acionistas não controladores (participações não controladores), sendo mostrado em uma seção separada seu correspondente efeito tributável, exceto os correspondentes às instituições avaliadas pelo método da participação, que são apresentados líquidos do efeito tributável.

a) Itens que não serão reclassificados nos resultados - Ganhos ou (-) perdas atuariais em planos de pensões de benefícios definidos

O saldo da seção Outro resultado global acumulado - Itens que não serão reclassificados nos resultados - Ganhos ou perdas atuariais em planos de pensões de benefícios definidos abrange os lucros e perdas atuariais e o rendimento dos ativos sujeitos ao plano, menos os custos de administração e impostos próprios do plano e qualquer modificação nos efeitos do limite do ativo, excluindo os montantes incluídos nos juros líquidos sobre o passivo (ativo) líquido por benefícios definidos.

A variação é apresentada nas demonstrações do resultado abrangente consolidadas.

A provisão contra o patrimônio no exercício de 2017 alcança 157 milhões de euros (564 milhões de reais) - Ver Nota 25.b -, com os seguintes detalhes:

- Aumento de 41 milhões de euros (147 milhões de reais) nas perdas atuariais acumuladas correspondentes aos negócios do Grupo na Espanha, principalmente devido à evolução verificada pela taxa de desconto - redução de 1,50% a 1,40%.

- Aumento de 121 milhões de euros (435 milhões de reais) nas perdas atuariais acumuladas correspondentes aos negócios do Grupo no Reino Unido, principalmente devido à evolução verificada pelas principais premissas atuariais - redução da taxa de desconto de 2,79% para 2,49% e aumento da inflação de 3,12% para 3,15%.
- Aumento de 276 milhões de euros (992 milhões de reais) nos prejuízos atuariais acumulados correspondentes aos negócios do Grupo no Brasil, principalmente devido à redução da taxa de desconto (de 10,92% a 9,53% nos benefícios de aposentadorias e de 10,84% a 9,65% nos benefícios médicos), bem como a variações nas demais premissas.

Além disso, as diferenças na seção de lucros e prejuízos atuariais acumulados implicam uma redução de 281 milhões de euros (1.010 milhões de reais) como consequência da evolução das taxas de câmbio e outros efeitos, principalmente no Brasil (desvalorização do real) e no Reino Unido (desvalorização da libra).

b) Itens que podem ser reclassificados nos resultados - Hedge de investimentos líquidos no exterior e Conversão de divisas

A seção hedges de investimentos líquidos em negócios no exterior inclui o montante líquido das variações de valor dos instrumentos de cobertura em hedges de investimentos líquidos em negócios no exterior, na parte das variações consideradas como hedges eficaz (Ver Nota 11).

A seção Conversão de divisas inclui o montante líquido das diferenças cambiais com origem nas seções não monetárias cujo valor justo é ajustado em contrapartida no patrimônio líquido e das quais são geradas ao converter a euros os saldos das instituições consolidadas cuja moeda funcional for diferente do euro (Ver Nota 2.a).

A variação no exercício 2017 reflete o efeito negativo da desvalorização generalizada das principais divisas, especialmente do real e do dólar americano, ao passo que a variação de 2016 mostra o efeito negativo da forte desvalorização da libra esterlina e do efeito positivo da valorização do real.

Da variação do saldo nesses exercícios, um prejuízo de 1.704, 185 e 514 milhões de euros (7.807, 24.371 e 2.226 milhões de reais) nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente, correspondem à avaliação dos ágios.

Apresentamos a seguir os detalhes do saldo líquido de ambas as seções por países:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Saldo líquido no encerramento do exercício	(19.741)	(12.995)	(11.980)
<i>Das quais:</i>			
Real brasileiro	(11.056)	(8.435)	(10.679)
Libra esterlina	(3.732)	(2.996)	232
Peso mexicano	(2.230)	(1.908)	(1.497)
Peso argentino	(1.684)	(1.309)	(1.135)
Peso chileno	(866)	(614)	(711)
Dólar americano	555	2.849	2.342
Outros	(728)	(582)	(532)

c) *Itens que podem ser reclassificados nos resultados – Derivativos utilizados como hedge – hedges de fluxos de caixa (porção efetiva)*

Engloba os ganhos ou prejuízos atribuíveis ao instrumento de cobertura classificado como hedges eficaz. Tal montante permanecerá nessa seção até que seja registrado nas demonstrações do resultado nos períodos em que as seções cobertas afetem essa demonstração (Ver Nota 11).

Consequentemente, os montantes que impliquem prejuízos por avaliação serão compensados futuramente por ganhos gerados pelos instrumentos de hedges.

d) *Itens que podem ser reclassificados nos resultados - Ativos financeiros disponíveis para venda*

Inclui o montante líquido das variações de valor justo não realizadas dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda (ver Notas 7 e 8).

A seguir, apresentamos os detalhes da composição do saldo, em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 de Outro resultado global acumulado - Itens que podem ser reclassificados em resultado - Ativos financeiros disponíveis para venda em função do tipo de instrumento e da origem geográfica do emissor:

	Milhões de euros											
	31 de dezembro de 2017				31 de dezembro de 2016				31 de dezembro de 2015			
	Ganhos por avaliação	Perdas por avaliação	Ganhos/(Perdas) líquidos por avaliação	Valor justo	Ganhos por avaliação	Perdas por avaliação	Ganhos/(Perdas) líquidos por avaliação	Valor justo	Ganhos por avaliação	Perdas por avaliação	Ganhos/(Perdas) líquidos por avaliação	Valor justo
Instrumentos de dívida												
Dívida pública e de bancos centrais												
<i>Espanha</i>	660	(25)	635	48.217	610	(26)	584	32.729	641	(62)	579	35.283
<i>Resto da Europa</i>	306	(24)	282	20.244	50	(170)	(120)	16.879	283	(47)	236	20.310
<i>América Latina e outros</i>	404	(129)	275	39.132	167	(163)	4	35.996	42	(671)	(629)	32.185
Dívida privada	90	(128)	(38)	20.888	117	(162)	(45)	25.683	165	(253)	(88)	29.409
	1.460	(306)	1.154	128.481	944	(521)	423	111.287	1.131	(1.033)	98	117.187
Instrumentos de patrimônio												
Doméstico												
<i>Espanha</i>	5	(2)	3	1.373	48	(5)	43	1.309	66	(5)	61	1.140
Internacional												
<i>Resto da Europa</i>	166	(2)	164	979	284	(4)	280	1.016	438	(14)	424	1.338
<i>Estados Unidos</i>	14	(5)	9	560	21	-	21	772	14	(2)	12	980
<i>América Latina e outros</i>	744	(6)	738	1.878	811	(7)	804	2.390	251	(2)	249	1.391
	929	(15)	914	4.790	1.164	(16)	1.148	5.487	769	(23)	746	4.849
Dos quais:												
<i>Negociados</i>	828	(5)	823	2.900	999	(11)	988	3.200	436	(15)	421	1.986
<i>Não negociados</i>	101	(10)	91	1.890	165	(5)	160	2.287	333	(8)	325	2.863
	2.389	(321)	2.068	133.271	2.108	(537)	1.571	116.774	1.900	(1.056)	844	122.036

	Milhões de reais											
	31 de dezembro de 2017				31 de dezembro de 2016				31 de dezembro de 2015			
	Ganhos por avaliação	Perdas por avaliação	Ganhos/(Perdas) líquidos por avaliação	Valor justo	Ganhos por avaliação	Perdas por avaliação	Ganhos/(Perdas) líquidos por avaliação	Valor justo	Ganhos por avaliação	Perdas por avaliação	Ganhos/(Perdas) líquidos por avaliação	Valor justo
Instrumentos de dívida												
Dívida pública e de bancos centrais												
<i>Espanha</i>	2.622	(99)	2.523	191.561	2.093	(89)	2.004	112.277	2.764	(267)	2.497	152.130
<i>Resto da Europa</i>	1.216	(95)	1.121	80.427	172	(583)	(411)	57.903	1.220	(203)	1.017	87.570
<i>América Latina e outros</i>	1.605	(513)	1.092	155.468	573	(559)	14	123.484	181	(2.893)	(2.712)	138.772
Dívida privada	356	(509)	(153)	82.987	401	(559)	(158)	88.106	711	(1.091)	(380)	126.803
	5.799	(1.216)	4.583	510.443	3.239	(1.790)	1.449	381.770	4.876	(4.454)	422	505.275
Instrumentos de patrimônio												
Doméstico												
<i>Espanha</i>	20	(8)	12	5.455	165	(17)	148	4.491	285	(22)	263	4.915
Internacional												
<i>Resto da Europa</i>	660	(8)	652	3.889	974	(14)	960	3.485	1.889	(61)	1.828	5.769
<i>Estados Unidos</i>	55	(20)	35	2.226	72	-	72	2.648	60	(8)	52	4.225
<i>América Latina e outros</i>	2.955	(24)	2.931	7.461	2.782	(24)	2.758	8.199	1.082	(9)	1.073	5.998
	3.690	(60)	3.630	19.031	3.993	(55)	3.938	18.823	3.316	(100)	3.216	20.907
Dos quais:												
Negociados	3.290	(20)	3.270	11.521	3.427	(38)	3.389	10.977	1.880	(65)	1.815	8.563
Não negociados	400	(40)	360	7.510	566	(17)	549	7.846	1.436	(35)	1.401	12.344
	9.489	(1.276)	8.213	529.474	7.232	(1.845)	5.387	400.593	8.192	(4.554)	3.638	526.182

No encerramento de cada exercício, o Grupo faz uma avaliação em relação à existência ou não de evidência objetiva de que os instrumentos classificados na carteira de instrumentos disponíveis para venda (instrumentos de dívida e instrumentos de patrimônio) estão reduzidos por eventual perda.

Esta avaliação inclui, a título meramente exemplificativo, a análise das seguintes informações: i) situação econômica e financeira do emissor, existência de inadimplência ou atrasos nos pagamentos, análise de sua solvência, evolução de seus negócios, projeções a curto prazo, tendência observada em seus resultados e, conforme o caso, em sua política de distribuição de dividendos; ii) informações relacionadas ao mercado, tais como mudanças na situação econômica geral, mudanças no setor de atividade em que o emissor opera que possa afetar sua capacidade de pagamento; iii) mudanças no valor justo do título analisado, análise da origem dessas mudanças (intrínsecos ou como consequência da situação da incerteza geral sobre a economia ou sobre o país); e iv) relatórios de analistas independentes e previsões e outras informações independentes do mercado.

No caso dos instrumentos de patrimônio negociados, ao analisar as mudanças no valor justo do título, leva-se em consideração a duração e a significatividade da queda de cotação abaixo do custo para o Grupo. Como norma geral, para estes fins, o Grupo considera como significativa uma queda de 40% no valor do ativo ou durante 18 meses. Não obstante, cabe mencionar que o Grupo analisa individualmente os títulos que apresentam perdas, realizando um acompanhamento da evolução de sua negociação e registrando uma redução no valor recuperável assim que considerar que o valor recuperável poderia ser afetado, ainda que a porcentagem e o período da queda indicados não tenham sido alcançados.

Se, após a análise indicada anteriormente, o Grupo considerar que a presença de um ou mais destes fatores afeta a recuperação do custo do ativo, é feito o reconhecimento na demonstração do resultado de um prejuízo por depreciação com o montante da perda registrada na seção Outro resultado global acumulado do patrimônio. Da mesma forma, nos casos em que o Grupo não tem a intenção e/ou a capacidade de manter o investimento durante um período de tempo suficiente para recuperar o custo, o instrumento é depreciado até atingir seu valor justo.

No encerramento do exercício de 2017, o Grupo fez a análise descrita anteriormente, registrando no item provisão/reversão de ativos financeiros disponíveis para a venda da demonstração de resultados consolidada um montante de 10 milhões de euros (36 milhões de reais) correspondentes à redução no valor recuperável de instrumentos de patrimônio (14 milhões de euros (53 milhões de reais) em 2016 e 111 milhões de euros (404 milhões de reais) em 2015, assim como uma reversão de 25 milhões de euros (95 milhões de reais) em 2016, y a redução no valor recuperável de 119 milhões de euros (434 milhões de reais) em 2015 em instrumentos de dívida.

Em 31 de dezembro de 2017, as perdas registradas na seção Outro resultado global acumulado - Itens que podem ser reclassificados nos resultados – Ativos financeiros disponíveis para venda com origem nos instrumentos de capital, em mais de doze meses, não são significativas.

Em 31 de dezembro de 2017, as perdas registradas na seção Outro resultado global acumulado - Itens que podem ser reclassificados nos resultados – Ativos financeiros disponíveis para venda com origem nos instrumentos de capital, em mais de doze meses, não são significativas.

e) Itens que podem ser reclassificados nos resultados e Itens que não serão reclassificados nos resultados - Participações em outras receitas e despesas reconhecidas em investimentos em negócios conjuntos e associadas

Engloba os montantes de Outro resultado global acumulado registrados no patrimônio líquido procedentes das instituições associadas e coligadas.

Apresentamos a seguir as movimentações do saldo desta seção:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Saldo no início do exercício	(153)	(232)	(85)
Ganhos (perdas) por avaliação	(84)	79	(156)
Montantes líquidos transferidos a resultados	15	-	9
Saldo no encerramento do exercício	(222)	(153)	(232)
<i>Dos quais:</i>			
<i>Zurich Santander Insurance América, S.L.</i>	<i>(145)</i>	<i>(84)</i>	<i>(136)</i>

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Saldo no início do exercício	(525)	(1.001)	(272)
Ganhos (perdas) por avaliação	(300)	306	(569)
Montantes líquidos transferidos a resultados	52	-	33
Diferenças de câmbio	(111)	170	(193)
Saldo no encerramento do exercício	(884)	(525)	(1.001)
<i>Dos quais:</i>			
<i>Zurich Santander Insurance América, S.L.</i>	<i>(576)</i>	<i>(288)</i>	<i>(586)</i>

30. Fundos próprios

O capítulo Fundos próprios inclui os montantes do patrimônio líquido que correspondem a contribuições realizadas pelos acionistas, resultados acumulados reconhecidos por meio da demonstração do resultado consolidada; e componentes de instrumentos financeiros compostos com caráter de patrimônio líquido permanente. Os montantes procedentes das instituições dependentes são apresentados nas seções correspondentes, de acordo com sua natureza.

As movimentações dos Fundos próprios são apresentadas na demonstração total das mutações do patrimônio líquido. Além disso, as seções a seguir apresentam informações relevantes sobre determinadas seções desses Fundos próprios e sua movimentação durante o exercício.

31. Capital emitido

a) Movimentações

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social do Banco era representado por 12.584.414.659 ações, com um nominal total de 6.292 milhões de euros (15.027 milhões de reais).

Em 8 de janeiro de 2015, o Grupo comunicou que seu Conselho de Administração havia decidido realizar um aumento de capital mediante uma operação de colocação privada acelerada de ações (Accelerated Bookbuilt Offering) e com exclusão do direito de subscrição preferencial. O montante do mencionado aumento de capital alcançou 7.500 milhões de euros (23.830 milhões de reais), correspondendo 607 milhões de euros (1.928 milhão de reais) ao montante nominal das 1.213.592.234 novas ações emitidas e 6.893 milhões de euros (21.902 milhões de reais) ao prêmio de emissão.

Em 29 de janeiro de 2015, 29 de abril de 2015 e 4 de novembro de 2015, foram realizados aumentos de capital com distribuição gratuita de ações no valor de 131, 128 e 59 milhões de euros (395, 426 e 240 milhões de reais, respectivamente), para a implementação do programa Santander Dividendo Elección, mediante a emissão de 262.578.993, 256.046.919 e 117.859.774 ações (1,90%, 1,82% e 0,82% do capital social), respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social do Banco era representado por 14.434.492.579 ações, com um nominal total de 7.217 milhões de euros (18.016 milhões de reais).

Em 4 de novembro de 2016, foi realizado um aumento de capital com distribuição gratuita de ações no valor de 74 milhões de euros (261 milhões de reais), por intermédio do qual foi implementado o programa Santander Dividendo Elección, mediante a emissão de 147.848.122 ações (1,02% do capital social).

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social do Banco era representado por 14.582.340.701 ações, com nominal total de 7.291 milhões de euros (18.277 milhões de reais).

Como consequência da operação de aquisição do Banco Popular Español, S.A. descrita na Nota 3, e para reforçar e otimizar a estrutura de recursos próprios do Banco para dar cobertura adequada à referida aquisição, o Grupo, com data de 3 de julho de 2017, informou que o Comitê Executivo do Banco Santander, S.A. acordou aumentar o capital social deste último em um montante de 729 milhões de euros (2.734 milhões de reais), mediante a emissão e colocação em circulação de 1.458.232.745 novas ações ordinárias da mesma classe e série que as ações atualmente em circulação e com direito de subscrição preferencial para os acionistas.

A emissão das novas ações foi realizada por seu valor nominal de cinquenta centavos de euro (€ 0,50), mais um prêmio de emissão de 4,35 euros por ação, com o que a taxa de emissão total das novas ações foi de 4,85 euros por ação e o montante efetivo total do aumento de capital (incluindo nominal e prêmio de emissão) foi de 7.072 milhões de euros (26.520 milhões de reais).

Cada ação em circulação outorgou um direito de subscrição preferencial, durante o período de subscrição preferencial que ocorreu de 6 a 20 de julho de 2017, sendo necessários 10 direitos de subscrição preferencial para subscrever 1 ação nova.

Em 1 de novembro de 2017, foi realizado um aumento de capital com distribuição gratuita de ações no valor de 48 milhões de euros (184 milhões de reais), por intermédio do qual foi implementado o programa Santander Dividendo Elección, mediante a emissão de 95.580.136 ações (0,6% do capital social).

Portanto, o novo capital social do Banco Santander foi determinado como 8.068 milhões de euros (21.195 milhões de reais), representado por 16.136.153.582 ações de cinquenta centavos de euro de valor nominal cada uma, todas pertencentes a uma única classe e série.

As ações do Banco Santander são negociadas no Mercado Contínuo das Bolsas de Valores espanholas, e nos mercados de Nova York, Londres, Milão, Lisboa, Buenos Aires, México, São Paulo e Varsóvia, e têm todas as mesmas características, direitos e obrigações. A ação Santander é negociada na Bolsa de Londres por meio do Crest Depositary Interest (CDIs), representando cada CDI uma ação do Banco, na Bolsa de Nova York, por meio de American Depositary Receipts (ADRs), representando cada ADS uma ação do Banco, e na Bolsa de São Paulo, mediante os Brazilian Depositary Receipts (BDRs), representando cada BDR uma ação. Em 31 de dezembro de 2017, os únicos titulares que figuravam no registro de acionistas do Banco com uma participação superior a 3% eram: State Street Bank and Trust Company (13,32%); The Bank of New York Mellon Corporation (8,83%); Chase Nominees Limited (7,41%); EC Nominees Ltd. (3,43%), Société Générale, de 3,13%, Caceis Bank (3,13%); Clearstream Banking S.A. (3,10%) e BNP Paribas (3,03%).

Não obstante, o Banco entende que essas participações estão em custódia em nome de terceiros, não tendo nenhum destes, no conhecimento do Banco, uma participação superior a 3% no capital ou nos direitos de voto do Banco.

Em 31 de dezembro de 2017, tampouco figuravam no registro de acionistas do Banco titulares de ações residentes em paraísos fiscais com uma participação superior a 1% do capital social.

- (1) Limite contido no Real Decreto 1362 / 2007, de 19 de outubro, do qual se origina a Lei 24/1988, de 28 de julho, do Mercado de Ações, para definir o conceito de participação significativa.
- (2) No site da Comissão Nacional do Mercado de Ações (www.cnmv.es) figura uma comunicação de uma participação significativa realizada pela Blackrock, Inc. em 9 de agosto de 2017, onde se atribui uma participação indireta em direitos de votação atribuídos às ações do Banco de 5,94% e uma participação adicional de 0,158% através de instrumentos financeiros. No entanto, a instituição Blackrock, Inc. não figurava na data indicada, tampouco em 31 de dezembro de 2017, no registro de acionistas do Banco com mais de 3% dos direitos de voto.

b) Outras considerações

A assembleia geral de acionistas de 27 de março de 2015 resolveu delegar ao Conselho a faculdade de emitir títulos de renda fixa conversíveis e/ou permutáveis em ações do Banco no montante máximo total da emissão ou emissões de 10.000 milhões de euros (34.305 milhões de reais) ou seu equivalente em outra divisa. O prazo de que dispõem os administradores do Banco para executar este acordo termina em 27 de março de 2020.

A assembleia geral ordinária de acionistas de 18 de março de 2016 aprovou também um aumento de capital do Banco no valor nominal de 500 milhões de euros (1.715 milhões de reais), delegando ao conselho as mais amplas faculdades para que, no prazo de um ano contado desde a data de realização dessa assembleia, possa indicar a data e estabelecer as condições desse aumento. Se dentro do prazo estabelecido pela assembleia para a execução deste acordo o conselho não exercitar as faculdades a ele delegadas, estas não deixarão de ser válidas.

Além disso, a assembleia geral ordinária de acionistas de 7 de março de 2017 aprovou também delegar ao conselho de administração as mais amplas faculdades para que, no prazo de um ano contado desde a data de realização dessa assembleia, possa indicar a data e estabelecer as condições de um aumento de capital com emissão de novas ações no montante de 500 milhões de euros (1.896 milhões de reais). O aumento de capital será sem valor ou sem efeito se, no prazo de um ano, o conselho de administração não exercer os poderes que lhe são delegados.

Ainda assim, o capital adicional autorizado pela assembleia geral ordinária de acionistas de 7 de março de 2017 é de no máximo 3.645.585.175 milhões de euros. O prazo de que dispõem os administradores do Banco para executar e efetuar aumentos de capital até esse limite termina em 7 de abril de 2018. O acordo outorga ao Conselho a faculdade de excluir total ou parcialmente o direito de subscrição preferencial de acordo com o artigo 506 da Lei de Sociedades de Capital, embora esta faculdade esteja limitada até 1.458.234.070 euros.

Em 31 de dezembro de 2017, eram negociadas em mercados oficiais de títulos as ações do Banco Santander Río S.A.; Grupo Financiero Santander México, S.A.B. de C.V.; Banco Santander - Chile; Cartera Mobiliaria, S.A., SICAV; Santander Chile Holding S.A.; Banco Santander (Brasil) S.A.; Bank Zachodni WBK S.A. e Santander Consumer USA Holdings Inc.

Em 31 de dezembro de 2017, o número de ações do Banco de propriedade de terceiros administrado pelas sociedades gestoras (de carteira, de instituições de investimento coletivo e de fundos de pensões, principalmente) do Grupo e administradas conjuntamente alcançava 52 milhões de ações, representando 0,32% do capital social do Banco. Além disso, o número de ações do Banco de propriedade de terceiros aceitas em garantia alcança 217 milhões de ações (equivalente a 1,35% do capital social do Banco).

Em 31 de dezembro de 2017, os aumentos de capital em andamento existentes nas empresas do Grupo e os capitais adicionais autorizados pelas respectivas Assembleias Gerais de acionistas não eram significativos no contexto do Grupo (ver Anexo V).

32. Prêmio de emissão

Inclui o montante desembolsado pelos acionistas do Banco nas emissões de capital acima do nominal.

A Lei de Sociedades de Capital permite expressamente a utilização do saldo do prêmio de emissão para aumentar o capital social das instituições nas que figura registrada, não estabelecendo nenhuma restrição específica quanto à disponibilidade desse saldo.

A variação do saldo de Prêmio de emissão corresponde aos aumentos de capital detalhados na Nota 31.a). O aumento verificado em 2015 é resultante do aumento de capital realizado em 8 de janeiro de 2015 no valor de 6.893 milhões de euros 21.902 milhões de reais (ver Nota 31.a) e da redução de 318 milhões de euros (1.061 milhão de reais) para confrontar os aumentos de capital como consequência do programa Santander Dividendo Elección. A diminuição verificada em 2016 é resultante da redução de 74 milhões de euros (261 milhões de reais) para confrontar o aumento de capital como consequência do programa Santander Dividendo Elección. O aumento produzido em 2017 é resultante do aumento de capital realizado em 3 de julho de 2017, no valor de 6.343 milhões de euros (23.786 milhões de reais) (Ver Nota 31.a) e da redução de 48 milhões de euros (185 milhão de reais) para confrontar o aumento de capital com lançamento à conta de reservas, como consequência do programa Santander Dividendo Elección.

Além disso, nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, destinaram-se 154, 15 e 185 milhões de euros respectivamente (579, 52 e 652 milhões de reais), de Prêmio de emissão para a Reserva legal (Nota 33.b.i).

33. Ganhos acumulados e outras reservas

a) Definições

O saldo das seções Fundos próprios - Ganhos acumulados e Outras reservas inclui o montante líquido dos resultados acumulados (lucros ou perdas) reconhecidos em exercícios anteriores por meio da demonstração do resultado consolidada que, na distribuição do lucro, foram destinados ao patrimônio líquido, as despesas de emissões de instrumentos de patrimônio próprios e as diferenças entre o valor pelo qual são vendidas as ações próprias e seu preço de aquisição, bem como o montante líquido dos resultados acumulados em exercícios anteriores, gerados pelo resultado de ativos não correntes e grupos alienáveis de itens mantidos para venda, reconhecidos por meio da demonstração do resultado consolidada.

b) Composição

A composição do saldo das duas seções é indicada a seguir:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Reservas restritas	2.880	2.686	2.708
Legal	1.614	1.459	1.444
Para ações próprias	1.212	1.173	1.210
Revalorização Real Decreto Lei 7/1996	43	43	43
Reserva por capital amortizado	11	11	11
Reservas de livre disposição	11.368	11.285	11.486
Reservas voluntárias (*)	6.904	7.192	3.230
Reservas de consolidação atribuídas ao Banco	4.464	4.093	8.256
Reservas em sociedades dependentes	36.862	34.568	31.275
Resultado de instituições avaliadas pelo método da equivalência patrimonial	725	465	291
	51.835	49.004	45.760

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Reservas restritas	9.269	7.854	8.997
Legal	4.335	3.713	3.661
Para ações próprias	4.816	4.023	5.219
Revalorização Real Decreto Lei 7/1996	94	94	94
Reserva por capital amortizado	24	24	24
Reservas de livre disposição	27.613	26.956	26.663
Reservas voluntárias (*)	16.962	17.726	8.089
Reservas de consolidação atribuídas ao Banco	10.651	9.230	18.574
Reservas em sociedades dependentes	100.985	93.095	80.988
Resultado de instituições avaliadas pelo método da equivalência patrimonial	2.633	1.625	965
	140.500	129.530	117.613

(*) De acordo com a norma mercantil vigente na Espanha.

i. Reserva legal

De acordo com o Texto Revisado da Lei de Sociedades de Capital, as instituições espanholas que obtiverem lucros no exercício econômico deverão destinar 10% do lucro líquido do exercício à reserva legal. Estas provisões deverão ser feitas até que a reserva alcance 20% do capital social. A reserva legal poderá ser utilizada para aumentar o capital social na parte de seu saldo que exceda 10% do capital social já aumentado.

Nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, o Banco destinou 154, 15 e 185 milhões de euros (583, 52 e 652 milhões de reais), respectivamente, de Prêmio de emissão à Reserva legal.

Dessa forma, uma vez realizados os aumentos de capital descritos na Nota 31, o montante da Reserva legal alcançava novamente 20% da cifra de capital social, ficando tal Reserva totalmente constituída em 31 de dezembro de 2017.

ii. Reserva para ações próprias

De acordo com o Texto Revisado da Lei de Sociedades de Capital, foi constituída uma reserva indisponível equivalente ao montante pelo qual figuram contabilizadas as ações do Banco de propriedade de empresas dependentes. Esta reserva será de livre disposição quando desapareçam as circunstâncias que obrigaram sua constituição. Além disso, essa reserva cobre o saldo pendente dos empréstimos concedidos pelo Grupo com garantia de ações do Banco, bem como o montante equivalente aos créditos concedidos pelas empresas do Grupo a terceiros para a aquisição de ações próprias, mais o montante das ações próprias.

iii. Reserva de revalorização Real Decreto-Lei 7/1996, de 7 de junho

Esta reserva pode ser destinada, sem o acúmulo de impostos, a aumentar o capital social. Desde 1 de janeiro de 2007, o remanescente pode ser destinado a reservas de livre disposição sempre que tenha havido ganho monetário. Entender-se-á como realizado o ganho na parte correspondente à amortização praticada de forma contábil quando os itens patrimoniais atualizados tenham sido transmitidos ou dados de baixa nos livros de contabilidade.

Se o saldo desta conta estivesse disposto de forma distinta à prevista no Real Decreto-Lei, tal saldo passaria a estar sujeito a tributação.

iv. Reservas em sociedades dependentes

Apresentamos a seguir os detalhes desse saldo por empresas, atendendo à sua contribuição ao Grupo (considerando o efeito dos ajustes de consolidação):

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Banco Santander (Brasil) S.A. (Grupo Consolidado)	9.874	8.993	8.408
Grupo Santander UK	7.724	6.887	6.457
Grupo Santander Holdings USA	4.150	4.091	3.440
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander México	3.229	3.255	2.977
Banco Santander Totta, S.A. (Grupo Consolidado)	2.821	2.593	2.165
Banco Santander - Chile	2.764	2.630	2.534
Grupo Santander Consumer Finance	2.465	2.027	1.549
Banco Santander Río, S.A.	1.639	1.326	965
Bank Zachodni WBK S.A.	1.093	967	578
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	638	824	754
Banco Santander (Suisse) S.A.	381	354	346
Santander Investment, S.A.	202	349	367
Carteira Mobiliária, S.A., SICAV	-	377	363
Diferenças de câmbio, ajustes de consolidação e demais sociedades (*)	(118)	(105)	372
	36.862	34.568	31.275

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Banco Santander (Brasil) S.A. (Grupo Consolidado)	26.534	23.509	21.358
Grupo Santander UK	21.112	18.238	16.657
Grupo Santander Holdings USA	11.642	11.440	9.046
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander México	8.793	8.882	7.860
Banco Santander Totta, S.A. (Grupo Consolidado)	8.332	7.550	5.976
Banco Santander - Chile	7.186	6.726	6.373
Grupo Santander Consumer Finance	7.304	5.800	4.043
Banco Santander Río S.A.	4.803	3.728	2.401
Bank Zachodni WBK, S.A.	3.415	2.982	1.552
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	1.613	2.252	1.995
Banco Santander (Suisse) S.A.	970	877	848
Santander Investment, S.A.	449	954	1.020
Carteira Mobiliária, S.A., SICAV	-	1.043	992
Diferenças de câmbio, ajustes de consolidação e demais sociedades (*)	(1.168)	(886)	867
	100.985	93.095	80.988
Das quais, restritas	6.921	6.761	5.714

(*) Inclui o encargo das variações cambiais acumuladas na transição às Normas Internacionais de Informação Financeira.

34. Instrumentos de patrimônio emitidos excluindo capital e Ações próprias

a) Instrumentos de patrimônio emitidos excluindo capital

Inclui o montante correspondente a instrumentos financeiros compostos com natureza de patrimônio líquido, ao aumento deste por remunerações de pessoal, e outras categorias não registradas em outras seções de Fundos próprios.

Em 8 de setembro de 2017, o Banco Santander, S.A. realizou uma emissão de obrigações perpétuas contingentemente amortizáveis (os "Bônus de Fidelização"), totalizando um montante nominal de 981 milhões de euros (3.897 milhões de reais) - 686 milhões de euros de valor justo (2.725 milhões de reais), dos quais se encontram em poder de terceiros uma quantia que alcança 525 milhões de euros (2.086 milhões de reais).

b) Ações próprias

O saldo da seção Fundos próprios - Ações próprias inclui o montante dos instrumentos de patrimônio emitidos distintos de capital próprio em poder de todas as instituições do Grupo.

Os negócios realizados com instrumentos de patrimônio próprio, incluindo sua emissão e amortização, são registrados diretamente contra o patrimônio líquido, sendo que nenhum resultado pode ser reconhecido como consequência deles. Além disso, os custos de qualquer transação realizada sobre instrumentos de patrimônio próprio são deduzidos diretamente do patrimônio líquido, uma vez atenuado qualquer efeito fiscal relacionados a eles.

Em 21 de outubro de 2013 e 23 de outubro de 2014, o Conselho de Administração do Banco modificou a regulação da política de tesouraria para considerar os critérios recomendados pela CNMV, estabelecendo limites à média diária de contratação de compras e limites temporais. Além disso, estabelece-se um preço por ação máximo para as ordens de compra e um preço por ação mínimo para as ordens de venda.

A totalidade das ações do Banco de propriedade de empresas consolidadas alcança, em 31 de dezembro de 2017, 0,024 do capital social emitido (0,010% e 0,279% em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente).

O preço médio de compra de ações do Banco no exercício de 2017 foi de 5,48 euros por ação (19,69 reais por ação) e o preço médio de venda de ações do Banco nesse exercício foi de 5,63 euros (20,23 reais) por ação.

O efeito patrimonial, líquido de impostos, gerado por transações de compra e venda com ações emitidas pelo Banco chega a 26 milhões de euros de lucro (94 milhões de reais); (15 e 16 milhões de euros (57 e 58 milhões de reais) nos exercícios de 2016 e 2015, respectivamente).

35. Exposições fora do balanço

Os montantes registrados em exposições fora de balanço englobam os saldos representativos de direitos, obrigações e outras situações jurídicas que no futuro possam ter repercussões patrimoniais, bem como os outros saldos necessários para refletir todas as operações realizadas pelas instituições consolidadas, ainda que não comprometam seu patrimônio.

a) Garantias e compromissos contingentes concedidos

As garantias incluem as operações pelas quais uma instituição garante obrigações de uma terceira parte, surgidas como consequência de garantias financeiras concedidas pela instituição ou por outro tipo de contrato. Os compromissos contingentes incluem os compromissos irrevocáveis que poderiam dar lugar ao reconhecimento de ativos financeiros. Em seguida, apresentamos sua composição:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Garantias financeiras concedidas	14.499	17.244	14.648
<i>Avais financeiros</i>	14.287	17.244	14.648
<i>Derivativos de crédito vendidos</i>	212	-	-
Garantias não financeiras concedidas	31.396	24.477	23.047
<i>Avais técnicos</i>	30.273	23.684	22.526
<i>Avais canceláveis incondicionalmente</i>	1.123	793	521
Créditos documentários não recuperáveis	3.222	2.713	2.139
<i>Créditos documentários não recuperáveis</i>	3.222	2.713	2.139
	49.117	44.434	39.834

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Garantias financeiras concedidas	57.602	59.153	63.158
<i>Avais financeiros</i>	56.759	59.153	63.158
<i>Derivativos de crédito vendidos</i>	843	-	-
Garantias não financeiras concedidas	124.735	83.969	99.371
<i>Avais técnicos</i>	120.273	81.249	97.125
<i>Avais canceláveis incondicionalmente</i>	4.462	2.720	2.246
Créditos documentários não recuperáveis	12.800	9.310	9.223
<i>Créditos documentários não recuperáveis</i>	12.800	9.310	9.223
	195.137	152.432	171.752

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Compromissos de empréstimos concedidos	207.671	202.097	195.647
Outros compromissos	30.299	29.865	26.091
<i>Créditos documentários revocáveis</i>	674	254	261
<i>Compromissos de compra a prazo de ativos financeiros</i>	1.054	4.273	485
<i>Contratos convencionais de aquisição de ativos financeiros</i>	13.234	12.160	12.755
<i>Documentos entregues a câmaras de compensação</i>	12.030	12.656	12.251
<i>Outros compromissos contingentes</i>	3.307	522	339
	237.970	231.962	221.738

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Compromissos de empréstimos concedidos	825.058	693.292	843.570
Outros compromissos	120.374	102.454	112.498
<i>Créditos documentários revocáveis</i>	2.676	870	1.126
<i>Compromissos de compra a prazo de ativos financeiros</i>	4.189	14.660	2.091
<i>Contratos convencionais de aquisição de ativos financeiros</i>	52.578	41.716	54.996
<i>Documentos entregues a câmaras de compensação</i>	47.794	43.415	52.823
<i>Outros compromissos contingentes</i>	13.137	1.793	1.462
	945.432	795.746	956.068

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo tinha constituídas provisões para garantias e compromissos contingentes concedidos no valor de 617 milhões de euros (2.449 milhões de reais) (459 e 618 milhões de euros (1.576 e 2.665 milhões de reais) em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente) (Ver Nota 25). E uma exposição duvidosa no montante de 1.327 milhões de euros (5.270 milhões de reais) em 31 de dezembro de 2017 e, 1.078 e 968 milhões de euros (3.697 e 4.173 milhões de reais) em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente.

Uma parte significativa destes montantes chegará ao seu vencimento sem que se materialize nenhuma obrigação de pagamento para as empresas consolidadas e, portanto, o saldo conjunto destes compromissos não pode ser considerado como uma necessidade futura real de financiamento ou liquidez a conceder a terceiros pelo Grupo.

As receitas obtidas dos instrumentos de garantia são registradas no capítulo Receitas de comissões da demonstração do resultado consolidada, sendo seu cálculo efetuado aplicando a taxa estabelecida no contrato de que resultam sobre o montante nominal da garantia.

i. Garantias financeiras

Inclui los contratos de garantia financeira tais como avais financeiros, derivados de crédito vendidos, riscos por derivativos contratados por conta de terceiros e outros.

ii. Garantias não financeiras

Inclui outras garantias distintas das classificadas como financeiras, tais como os avais técnicos e os de importação e exportação de bens e serviços.

iii. Créditos documentários não recuperáveis

Inclui os compromissos irrevogáveis de pagamento adquiridos contra entrega de documentos.

iv. Compromissos de empréstimos concedidos

Compromissos firmes de concessão de crédito em condições e termos pré-estabelecidos, com exceção dos que cumpram a definição de derivativos por poderem ser liquidados em dinheiro ou mediante a entrega ou emissão de outro instrumento financeiro. Incluem os disponíveis em linhas de crédito e os depósitos a futuro.

v. Outros compromissos contingentes

Incluem todos os compromissos que poderiam dar lugar ao reconhecimento de ativos financeiros não incluídos nas partidas anteriores.

b) Recursos administrados fora de balanço

Apresentamos a seguir os detalhes dos recursos fora de balanço administrados pelo Grupo e por empresas controladas conjuntamente:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Fundo de investimento	135.749	129.930	109.028
Fundo de aposentadorias	11.566	11.298	11.376
Patrimônios administrados	19.259	18.032	20.337
	166.574	159.260	140.741

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Fundo de investimento	539.317	445.725	470.096
Fundo de aposentadorias	45.951	38.758	49.050
Patrimônios administrados	76.514	61.859	87.687
	661.782	546.342	606.833

c) Valores confiados em depósito por terceiros

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo tinha títulos de dívida e Instrumentos de patrimônio emitidos distintos do capital confiados em depósito por terceiros no valor de 997.061 milhões de euros (965.648 e 877.682 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente) (3.961.223, 3.312.655 e 3.784.301 milhões de reais, respectivamente).

36. Derivativos - Mantidos para negociação e de hedge accounting

Apresentamos a seguir os detalhes dos valores nominais e/ou contratuais dos derivativos mantidos pelo Grupo:

	Milhões de euros					
	2017		2016		2015	
	Valor nominal	Valor de mercado	Valor nominal	Valor de mercado	Valor nominal	Valor de mercado
De negociação:						
Risco de juros -						
Acordos sobre taxas de juros futuros	190.553	(15)	370.244	(64)	175.661	(59)
Permutas financeiras sobre taxa de juros	3.312.025	974	3.092.360	804	2.839.940	3.095
Opções e futuros e outros	540.424	(511)	565.635	(980)	505.655	(555)
Risco de crédito -						
Credit Default Swaps	25.136	68	38.827	37	54.056	46
Risco de câmbio -						
Compra e venda de divisas	236.805	(29)	259.336	1.102	250.596	80
Opções sobre divisas	43.488	(37)	36.965	112	35.772	104
Permutas financeiras sobre divisas	295.753	(1.628)	321.316	(3.627)	342.401	(1.704)
Derivativos sobre títulos e mercadorias e outros	70.325	529	76.523	290	90.662	(697)
	4.714.509	(649)	4.761.206	(2.326)	4.294.743	310
De cobertura:						
Risco de juros -						
Permutas financeiras sobre taxa de juros	157.042	(2.950)	155.047	(1.410)	175.199	(1.153)
Opções e futuros e outros	24.072	(284)	23.131	(4)	22.169	(54)
Risco de crédito -						
Credit Default Swaps	-	-	186	(1)	469	(5)
Risco de câmbio -						
Compra e venda de divisas	5.500	448	29.282	(1.066)	38.685	500
Opções sobre divisas	-	-	28	-	-	-
Permutas financeiras sobre divisas	67.933	3.256	51.045	4.691	59.472	(496)
Derivativos sobre títulos e mercadorias e outros	724	23	319	11	299	(2)
	255.271	493	259.038	2.221	296.293	(1.210)

	Milhões de reais					
	2017		2016		2015	
	Valor nacional	Valor de mercado	Valor nacional	Valor de mercado	Valor nacional	Valor de mercado
De negociação:						
Risco de juros -						
Acordos sobre taxas de juros futuros	757.048	(60)	1.270.122	(220)	757.398	(255)
Permutas financeiras sobre taxa de juros	13.158.344	3.870	10.608.341	2.758	12.244.969	13.345
Opções e futuros e outros	2.147.051	(2.030)	1.940.411	(3.362)	2.180.233	(2.393)
Risco de crédito -						
Credit Default Swaps	99.863	270	133.196	127	233.073	198
Risco de câmbio -						
Compra e venda de divisas	940.803	(115)	889.652	3.780	1.080.495	346
Opções sobre divisas	172.773	(147)	126.808	384	154.238	448
Permutas financeiras sobre divisas	1.174.997	(6.469)	1.102.275	(12.442)	1.476.330	(7.347)
Derivativos sobre títulos e mercadorias e outros	279.394	2.102	262.512	995	390.907	(3.005)
	18.730.273	(2.579)	16.333.317	(7.980)	18.517.643	1.337
De cobertura:						
Risco de juros -						
Permutas financeiras sobre taxa de juros	623.912	(11.720)	531.889	(4.837)	755.406	(4.971)
Opções e futuros e outros	95.636	(1.128)	79.351	(14)	95.586	(233)
Risco de crédito -						
Credit Default Swaps			638	(3)	2.022	(22)
Risco de câmbio -						
Compra e venda de divisas	21.851	1.780	100.452	(3.657)	166.798	2.156
Opções sobre divisas			96	-	-	-
Permutas financeiras sobre divisas	269.891	12.936	175.110	16.093	256.425	(2.138)
Derivativos sobre títulos e mercadorias e outros	2.876	91	1.094	38	1.289	(9)
	1.014.166	1.959	888.630	7.620	1.277.526	(5.217)

O valor nominal e/ou contratual dos contratos formalizados, indicados anteriormente, não implica o risco real assumido pelo Grupo, uma vez que a posição líquida nestes instrumentos financeiros resulta de sua compensação e/ou combinação. Esta posição líquida é utilizada pelo Grupo basicamente, para a hedge do risco da taxa de juros, do preço do ativo subjacente ou de câmbio, cujos resultados estão descritos no capítulo Resultado das operações financeiras das demonstrações do resultado consolidadas e, conforme o caso, aumentando ou compensando os resultados dos investimentos para os quais foram formalizados como hedges. (Ver Nota 11).

Além disso, para uma correta interpretação dos resultados gerados pelos Derivativos sobre títulos e mercadorias do quadro anterior é preciso considerar que correspondem, principalmente, a opções emitidas sobre títulos pelas quais foi recebido um prêmio que compensa seu valor de mercado negativo. Além disso, esse valor de mercado se encontra compensado por valores de mercado positivos gerados por posições simétricas da carteira de negociação do Grupo.

O Grupo administra a exposição ao risco de crédito destes contratos mantendo acordos de *netting* com as principais contrapartidas e recebendo ativos como colaterais de suas posições de risco (Ver Nota 2.f).

Apresentamos a seguir os valores nominal e justo dos Derivativos utilizados como hedge, em função da taxa de hedges:

	Milhões de euros					
	2017		2016		2015	
	Valor nominal	Valor justo	Valor nominal	Valor justo	Valor nominal	Valor justo
Hedges do valor justo	151.380	(3.361)	146.191	(1.018)	214.591	(1.166)
Hedges de fluxos de caixa	83.770	3.469	88.905	4.025	63.912	(572)
Hedges de investimentos líquidos em negócios no Exterior	20.121	385	23.942	(786)	17.790	528
	255.271	493	259.038	2.221	296.293	(1.210)

	Milhões de reais					
	2017		2016		2015	
	Valor nominal	Valor justo	Valor nominal	Valor justo	Valor nominal	Valor justo
Hedges do valor justo	601.417	(13.352)	501.508	(3.492)	925.252	(5.027)
Hedges de fluxos de caixa	332.810	13.782	304.989	13.808	275.569	(2.466)
Hedges de investimentos líquidos em negócios no Exterior	79.939	1.529	82.133	(2.696)	76.705	2.276
	1.014.166	1.959	888.630	7.620	1.277.526	(5.217)

A descrição dos principais hedges (incluindo os resultados do instrumento de cobertura e da seção hedges atribuível ao risco coberto):

Hedge contábil

O Grupo, dentro de sua estratégia de gestão de riscos financeiros e com a finalidade de reduzir assimetrias no tratamento contábil de suas operações, contrata derivativos utilizados como hedge sobre o risco de juros, taxa de câmbio ou *equity*, em função da natureza do risco coberto.

Com base em seu objetivo, o Grupo classifica seus hedges nas seguintes categorias:

- Hedges de fluxos de caixa: cobrem a exposição à variação dos fluxos de caixa associados a um ativo, passivo ou a uma transação prevista altamente provável. Assim, são cobertas emissões com taxa variável em divisas, emissões com taxa fixa em divisa não local, financiamento interbancário com taxa variável e ativos com taxa variável (bônus, créditos comerciais, crédito imobiliário, etc.).
- Hedges de valor justo: cobrem a exposição à variação no valor justo de ativos ou passivos, atribuível a um risco identificado e coberto. Assim, cobre-se o risco juros de ativos ou passivos (bônus, empréstimos, letras, emissões, depósitos, etc.) com cupons ou taxas fixas de juros, participações em instituições, emissões em divisas e depósitos ou outros passivos com taxa fixa.
- Hedges de investimentos líquidos no exterior: cobrem o risco de taxa de câmbio dos investimentos em instituições dependentes domiciliadas em um país fora da Zona do Euro.

i. Hedges de fluxos de caixa

O valor justo dos hedges de fluxos de caixa, líquido do impacto fiscal, é registrado na seção de Patrimônio líquido - Outro Resultado Abrangente - Itens que podem ser reclassificados nos resultados – Hedges de fluxos de caixa do Grupo. Apresentamos a seguir os detalhes dos prazos, a partir de 31 de dezembro de 2017, em que os montantes registrados em Patrimônio líquido - Outro Resultado Abrangente – Itens que podem ser reclassificados nos resultados – Hedges de fluxos de caixa serão revertidos para as demonstrações do resultado consolidadas dos próximos exercícios:

2017	Milhões de euros			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Saldos devedores (prejuízos)	57	69	26	152

2017	Milhões de reais			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Saldos devedores (prejuízos)	226	275	103	604

O valor líquido registrado como ajuste de valor do patrimônio líquido em 2017, pelos hedges de fluxos de caixa representa uma redução de 317 milhões de euros (1.005 milhões de reais).

O valor de mercado dos derivativos de macro hedge de fluxos de caixa representa uma perda de 41 milhões de euros (163 milhões de reais) em 31 de dezembro de 2017.

O valor líquido reclassificado no patrimônio líquido ao resultado por margem financeira do exercício de 2017 alcança -854 milhões de euros (- 3.069 milhões de reais).

O impacto nos resultados do exercício de 2017 decorrente da ineficácia das coberturas de fluxos de caixa do Grupo representa uma perda líquida de 103 milhões de euros (370 milhões de reais).

As principais instituições que contam com hedge de fluxos de caixa, sejam elas em macro hedge ou micro hedge, são:

- O Santander UK, com micro hedge sobre emissões com taxa fixa em divisa diferente de libras esterlinas, que cobrem taxa de juros e taxa de câmbio, e sobre crédito imobiliário em libras esterlinas com taxa variável.
- O Brasil, com hedge sobre Certificados de Depósitos Bancários por taxa de juros e posições ativas em divisa por taxa de câmbio.

ii. Hedge em valor justo

No Grupo, estão sendo feitas hedge de valor justo com derivativos por um nocional total de 151.380 milhões de euros (601.417 milhões de reais).

Do total de hedge de valor justo no Grupo, 68.927 milhões de euros (273.840 milhões de reais) estão incluídos em expedientes de macro hedge (79 % aprox. procedentes do Reino Unido) e 82.453 milhões de euros (327.577 milhões de reais) (28 % aprox. procedentes do Banco Santander e 26 % aprox. do Reino Unido) em expedientes de micro hedge.

No exercício de 2017, foram registrados ganhos líquidos de 92 milhões de euros (331 milhões de reais) (ganho de 178 milhões de euros (640 milhão de reais) dos itens de hedges e perdas de 86 milhões de euros (309 milhões de reais) dos derivativos utilizados como hedge) por operações de hedges de valor justo.

As principais instituições que contam com hedges de valor justo, sejam elas em macro hedges ou microcoberturas, são:

- O Banco Santander, com micro hedges sobre taxa de juros sobre emissões e títulos públicos, além de duas macro hedges sobre empréstimos e emissões,
- O Santander UK, com hedges sobre taxa de juros e taxa de câmbio sobre créditos imobiliários, empréstimos comerciais/corporativos e depósitos de passivo, bem como macro hedges de títulos vinculados à inflação e macro hedges de emissões com taxa fixa.

iii. *Hedges de taxas de câmbio (investimentos líquidos em negócios no exterior)*

O Grupo Santander assume como um objetivo prioritário na gestão do risco, minimizar (até o limite determinado pelos responsáveis pela Gestão Financeira do Grupo) o impacto no cálculo do índice de capital de seus investimentos permanentes incluídos dentro do perímetro de consolidação do Grupo, e cujas ações ou participações sociais estejam denominadas legalmente em uma divisa diferente da própria da matriz do Grupo. Para isso, contratam-se instrumentos financeiros (geralmente derivativos) de taxa de câmbio, que permitem imunizar o impacto no índice de capital diante de variações nas taxas de câmbio forward.

Em 31 de dezembro de 2017, o nocional dos instrumentos de cobertura desses investimentos representava um total equivalente a euros de 20.786 milhões de euros líquidos (82.581 milhões de reais), dos quais 19.445 milhões de euros (77.253 milhões de reais) correspondem a coberturas com produtos *Forex Swap* e *Forex Forwards*, e 1.341 milhões de euros (5.328 milhões de reais) a compras/vendas de divisas à vista (*Spot*).

Por divisas,

- O hedge do real inclui *Forex Forward Non Delivery* de hedge no valor de 7.010 milhões de euros (27.850 milhões de reais), com um ganho de 306 milhões de euros no exercício (1.216 milhões de reais).
- A posição em pesos mexicanos é coberta mediante *Forex Forward* e *Forex Swap*, por um nocional de 2.051 milhões de euros – 8.148 milhões de reais- (48.523 milhões de pesos mexicanos), e um ganho de 62 milhões de euros no exercício (207 milhões de reais).
- O hedge do zloty polonês é feita mediante *Forex Forward* y *Forex Swap*, por um nocional de 2.328 milhões de euros – 9.249 milhões de reais- (9.725 milhões de zlotys poloneses), e uma perda de 163 milhões de euros no exercício (648 milhões de reais).
- O hedge do peso chileno é feita mediante *Forex Forward Non Delivery*, por um montante de 2.994 milhões de euros – 11.895 milhões de reais- (2.206.000 milhões de pesos chilenos), e um ganho de 21 milhões de euros no exercício (83 milhões de reais).

- O hedge do peso colombiano é feita mediante *Forex Forward Non Delivery*, por um nocional de 13 milhões de euros – 52 milhões de reais- (46.973 milhões de pesos colombianos), e um ganho de 1 milhão de euros no exercício (4 milhões de reais).
- O hedge do investimento em coroas norueguesas é feita mediante *Forex Forward e Forex Swap*, no valor de 779 milhões de euros – 3.095 milhões de reais- (7.665 milhões de coroas norueguesas), e um ganho de 44 milhões de euros no encerramento do exercício (175 milhões de reais).
- A posição em yuan chinês é coberta com *Forex Forward Non Delivery*, no valor de 912 milhão de euros – 3.623 milhões de reais - (7.114 milhões de yuanes chineses). Esses instrumentos geram uma perda no encerramento do exercício de 16 milhões de euros (64 milhões de reais).
- O hedge da libra esterlina é feita com *Forex Swap* no valor de 3.359 milhões de euros – 13.345 milhões de reais - (2.980 milhões de libras esterlinas). Além disso, é feita o hedge do investimento nesta divisa com compras e/ou vendas à vista (*Spot*) desta divisa contra euros, no valor de 264 milhões de euros – 1.049 milhão de reais - (235 milhões de libras esterlinas), gerando em termos líquidos um ganho de 113 milhões de euros no encerramento do exercício (449 milhões de reais).

Os investimentos em dólares americanos, dólares canadenses e francos suíços são cobertos exclusivamente com compras/vendas destas divisas à vista em relação ao euro (*Spot*)

A posição coberta em dólares americanos alcança 987 milhões de euros – 3.921 milhão de reais - no encerramento do exercício (1.183 milhões de dólares americanos), com um ganho no exercício de 86 milhões de euros (342 milhões de reais).

Por outro lado, a posição coberta em dólares canadenses alcança 15 milhões de euros – 60 milhão de reais - no encerramento do exercício (23 milhões de dólares canadenses), com um ganho no exercício de 1 milhões de euros (4 milhões de reais).

Finalmente, a posição coberta em francos suíços alcança 75 milhões de euros – 298 milhões de reais - no encerramento do exercício (88 milhões de francos suíços), com um ganho de 6 milhões de euros neste exercício (24 milhões de reais).

Em 31 de dezembro de 2016, o nocional dos instrumentos de cobertura destes investimentos representava um total equivalente a euros de 21.680 milhões de euros líquidos (74.373 milhões de reais), dos quais 20.914 milhões de euros (71.745 milhões de reais) correspondem a hedges com produtos *Forex Swap e Forex Forwards*, e 766 milhões de euros (2.628 milhões de reais) a compras/vendas de divisas à vista (*Spot*).

Por divisas,

- O hedge do real inclui *Forex Forward Non Delivery* de cobertura no valor de 7.404 milhões de euros (25.400 milhões de reais), com um resultado negativo de 1.877 milhão de euros no exercício (6.439 milhões de reais).
- A posição em pesos mexicanos é coberta mediante *Forex Forward e Forex Swap*, por um nocional de 2.140 milhões de euros – 6.971 milhões de reais- (46.593 milhões de pesos mexicanos), e um ganho de 247 milhões de euros (847 milhões de reais).

- O hedge do zloty polonês é feita mediante *Forex Forward* e *Forex Swap*, por um nocional de 2.032 milhões de euros – 6.971 milhões de reais- (8.962 milhões de zlotys poloneses), e um ganho de 26 milhões de euros no exercício (89 milhões de reais).
- O hedge do peso chileno é feita mediante *Forex Forward Non Delivery*, por um nocional de 3.773 milhões de euros – 12.943 milhões de reais- (2.670.000 milhões de pesos chilenos), e uma perda de 447 milhões de euros no exercício (1.533 milhões de reais).
- O hedge do peso colombiano é feita mediante *Forex Forward Non Delivery*, por um nocional de 33 milhões de euros – 113 milhões de reais- (103.122 milhões de pesos colombianos), e uma perda de 5 milhões de euros no exercício (17 milhões de reais).
- O hedge do investimento em coroas norueguesas é feita mediante *Forex Forward* e *Forex Swap*, no valor de 892 milhões de euros – 3.060 milhões de reais- (8.107 milhões de coroas norueguesas), e uma perda de 53 milhões de euros no encerramento do exercício (182 milhões de reais).
- A posição em yuan chinês é coberta com *Forex Forward Non Delivery*, no valor de 1.123 milhão de euros – 3.852 milhões de reais - (8.221 milhões de yuanes chineses). Estes instrumentos geram um ganho no encerramento do exercício de 6 milhões de euros (21 milhões de reais).
- O hedge da libra esterlina é feita com *Forex Swap* no valor de 3.516 milhões de euros – 12.062 milhões de reais - (3.010 milhões de libras esterlinas). Além disso, é feita a cobertura do investimento nesta divisa com compras e/ou vendas à vista (*Spot*) desta divisa contra euros, no valor de 388 milhões de euros – 1.331 milhão de reais - (332 milhões de libras esterlinas), gerando em termos líquidos um ganho de 739 milhões de euros no encerramento do exercício (2.535 milhões de reais).

Os investimentos em dólares americanos, dólares canadenses e francos suíços são cobertos exclusivamente com compras/vendas destas divisas à vista em relação ao euro (*Spot*)

A posição coberta em dólares americanos alcança 304 milhões de euros – 1.043 milhão de reais - no encerramento do exercício (321 milhões de dólares americanos), com uma perda no exercício de 38 milhões de euros (130 milhões de reais).

Por outro lado, a posição coberta em dólares canadenses alcança 21 milhões de euros – 72 milhões de reais - no encerramento do exercício (30 milhões de dólares canadenses), com uma perda no exercício de 1 milhão de euros (3 milhões de reais).

Finalmente, a posição coberta em francos suíços alcança 53 milhões de euros – 182 milhões de reais - no encerramento do exercício (57 milhões de francos suíços), com uma perda de 1 milhão de euros nesse exercício (3 milhões de reais).

De acordo com a finalidade destas coberturas, cujo objetivo é cobrir a taxa *forward*, e para que o valor nocional dos instrumentos de hedge utilizados não exceda, em hipótese alguma, o valor da participação coberta e, além disso, as divisas dessas operações são as funcionais da matriz e do negócio no exterior, a efetividade destes hedges contábeis é total, não procedendo registro na demonstração do resultado por ineficácias durante o exercício de 2017.

37. Atividades descontinuadas

Nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, não houve descontinuidades de operações.

38. Receitas de juros

Este capítulo da demonstração do resultado consolidada compreende os juros acumulados no exercício por todos os ativos financeiros cujo rendimento, implícito ou explícito, é obtido ao aplicar o método da taxa de juros efetiva, independentemente de serem avaliados pelo seu valor justo, bem como as retificações de produtos como consequência de coberturas contábeis. Os juros são registrados com seu valor bruto, sem deduzir, se for o caso, as retenções de impostos realizadas na origem.

A seguir, detalhamos a origem das Receitas de juros mais significativas acumuladas nos três últimos exercícios:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
De empréstimos e adiantamentos, Bancos Centrais	1.881	2.090	1.392
De empréstimos e adiantamentos, Instituições de crédito	1.840	2.388	1.845
De instrumentos de dívida	7.141	6.927	7.361
De empréstimos e adiantamentos, Clientes	43.640	42.578	45.445
Outros juros	1.539	1.173	1.155
	56.041	55.156	57.198

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
De empréstimos e adiantamentos, Bancos Centrais	6.762	8.007	5.074
De empréstimos e adiantamentos, Instituições de crédito	6.612	9.148	6.725
De instrumentos de dívida	25.666	26.536	26.830
Empréstimos e adiantamentos, Crédito a Clientes	156.848	163.104	165.641
Outros juros	5.533	4.491	4.210
	201.421	211.286	208.480

A maior parte das Receitas de juros foi gerada por ativos financeiros do Grupo que são avaliados pelo custo amortizado ou pelo valor justo com alterações no patrimônio líquido.

39. Despesas de juros

Este capítulo da demonstração do resultado consolidada compreende os juros acumulados no exercício por todos os passivos financeiros com rendimento, implícito ou explícito, incluindo os procedentes de remunerações em espécie, que são obtidos ao aplicar o método da taxa de juros efetiva, independentemente de serem avaliados pelo seu valor justo, bem como as retificações de custo como consequência de hedges contábeis, e o custo por juros imputável aos fundos de aposentadorias constituídos.

A seguir, detalhamos a origem dos gastos por juros mais significativos acumulados nos três últimos exercícios:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Depósitos de Bancos Centrais	216	127	79
Depósitos de Instituições de crédito	2.045	1.988	2.277
Depósitos de clientes	11.074	12.886	12.826
Instrumentos de dívida emitidos e passivos subordinados:	6.651	7.767	7.899
<i>Débitos representados por valores negociáveis</i>	5.685	6.822	6.965
<i>Passivos subordinados (Nota 23)</i>	966	945	934
Fundos de aposentadorias constituídos (Nota 25)	198	201	270
Outras despesas de juros	1.561	1.098	1.035
	21.745	24.067	24.386

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Depósitos de Bancos Centrais	776	485	288
Depósitos de Instituições de crédito	7.374	7.615	8.299
Depósitos de clientes	39.779	49.360	46.749
Instrumentos de dívida emitidos e passivos subordinados:	23.905	29.754	28.791
<i>Débitos representados por valores negociáveis</i>	20.431	26.132	25.387
<i>Passivos subordinados (Nota 23)</i>	3.474	3.622	3.404
Fundos de aposentadorias constituídos (Nota 25)	710	769	984
Outras despesas de juros	5.613	4.211	3.773
	78.157	92.194	88.884

A maior parte das Despesas de juros foi gerada por passivos financeiros do Grupo que são avaliados a custo amortizado.

40. Receitas de dividendos

Inclui os dividendos e remunerações de instrumentos de patrimônio correspondentes a lucros gerados pelas instituições com participação após a aquisição da participação.

Os detalhes do saldo deste capítulo é:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Receitas de dividendos classificadas como:			
Ativos financeiros mantidos para negociação	234	217	266
Ativos financeiros disponíveis para venda	150	196	189
	384	413	455

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Receitas de dividendos classificadas como:			
Ativos financeiros mantidos para negociação	841	834	970
Ativos financeiros disponíveis para venda	540	750	688
	1.381	1.584	1.658

41. Resultado de instituições avaliadas pelo método da equivalência patrimonial

Compreende o montante dos ganhos ou prejuízos gerados no exercício pelas instituições associadas e coligadas, imputáveis ao Grupo.

Os detalhes do saldo deste capítulo é:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Zurich Santander Insurance América, S.L.	241	223	183
SAM Investment Holdings Limited	87	79	64
Wizink Bank, S.A.	36	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	19	12	28
Allianz Popular, S.L.	15	-	-
Demais sociedades	306	130	100
	704	444	375

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Zurich Santander Insurance América, S.L.	865	856	667
SAM Investment Holdings Limited	312	301	234
Wizink Bank, S.A.	129	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	69	45	102
Allianz Popular, S.L.	54	-	-
Demais sociedades	1.100	499	364
	2.529	1.701	1.367

42. Receitas de comissões

Compreende o montante de todas as comissões acumuladas no exercício, exceto as que são parte integrante da taxa de juros efetiva dos instrumentos financeiros.

Os detalhes do saldo deste capítulo é:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Por serviços de cobranças e pagamentos:			
Letras de câmbio	368	295	271
Contas à vista	1.490	1.191	1.074
Cartões	3.515	2.972	2.768
Ordens	449	431	412
Cheques e outros	154	133	134
	5.976	5.022	4.659
Por comercialização de produtos financeiros não bancários:			
Fundo de investimento	751	696	805
Fundo de aposentadorias	92	86	92
Seguros	2.517	2.428	2.350
	3.360	3.210	3.247
Por serviços de títulos:			
Asseguramento e colocação de títulos	374	282	252
Compra e venda de títulos	302	287	303
Administração e custódia	359	297	265
Gestão de patrimônio	251	201	222
	1.286	1.067	1.042
Outros:			
Compra de divisas	471	353	303
Garantias financeiras	559	505	494
Comissões de disponibilidade	283	286	314
Outras comissões	2.644	2.500	2.983
	3.957	3.644	4.094
	14.579	12.943	13.042

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Por serviços de cobranças e pagamentos:			
Letras de câmbio	1323	1.130	988
Contas à vista	5.355	4.562	3.915
Cartões	12.633	11.387	10.089
Ordens	1.614	1.651	1.502
Cheques e outros	554	509	488
	21.479	19.239	16.982
Por comercialização de produtos financeiros não bancários:			
Fundo de investimento	2.699	2.666	2.934
Fundo de aposentadorias	331	329	335
Seguros	9.047	9.301	8.565
	12.077	12.296	11.834
Por serviços de títulos:			
Asseguramento e colocação de títulos	1.344	1.080	919
Compra e venda de títulos	1.085	1.099	1.104
Administração e custódia	1.290	1.138	966
Gestão de patrimônio	902	770	809
	4.621	4.087	3.798
Outros:			
Compra de divisas	1.693	1.352	1.104
Garantias financeiras	2.009	1.935	1.801
Comissões de disponibilidade	1.017	1.096	1.144
Outras comissões	9.503	9.577	10.873
	14.222	13.960	14.922
	52.399	49.582	47.536

43. Despesas por comissões

Engloba o montante de todas as Despesas por comissões ou a pagar acumuladas no exercício, exceto as que são parte integrante da taxa de juros efetiva dos instrumentos financeiros.

Os detalhes do saldo deste capítulo é:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Comissões cedidas a terceiros	1.831	1.639	1.593
Cartões	1.391	1.217	1.201
Por cobrança e devolução de letras de câmbio	12	11	13
Demais comissões cedidas	428	411	379
Outras despesas por comissões	1.151	1.124	1.416
Corretagens operações ativas e passivas	49	47	43
Pela colocação de seguros e fundos de pensão	205	204	159
Outras despesas por comissões	897	873	1.214
	2.982	2.763	3.009

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Comissões cedidas a terceiros	6.580	6.278	5.805
Cartões	4.999	4.662	4.377
Por cobrança e devolução de letras de câmbio	43	42	47
Demais comissões cedidas	1.538	1.574	1.380
Outras despesas por comissões	4.139	4.308	5.162
Corretagens operações ativas e passivas	176	180	157
Pela colocação de seguros e fundos de pensão	738	780	579
Outras despesas por comissões	3.225	3.348	4.426
	10.719	10.586	10.967

44. Ganhos ou perdas por ativos ou passivos financeiros

Inclui o montante de Outro resultado global acumulado dos instrumentos financeiros, exceto os imputáveis a juros acumulados ao aplicar o método da taxa de juros efetiva e a correções de valor de ativos, bem como os resultados obtidos em sua compra/venda.

a) Detalhes

Os detalhes do saldo deste capítulo, em função da origem dos itens que o formam é:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Ganhos ou (-) perdas com ativos e passivos financeiros não avaliados em valor justo com alterações nos resultados, líquidos	404	869	1.265
<i>Dos quais Ativos financeiros disponíveis para venda</i>	472	861	891
<i>Instrumentos de dívida</i>	316	464	760
<i>Instrumentos de patrimônio</i>	156	397	131
Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros mantidos para negociação, líquidos (*)	1.252	2.456	(2.312)
Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados, líquidos (*)	(85)	426	325
Ganhos ou perdas resultantes de derivativos, líquidos	(11)	(23)	(48)
	1.560	3.728	(770)

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Ganhos ou (-) perdas com ativos e passivos financeiros não avaliados em valor justo com alterações nos resultados, líquidos	1.452	3.328	4.611
<i>Dos quais Ativos financeiros disponíveis para venda</i>	<i>1.696</i>	<i>3.296</i>	<i>3.248</i>
<i>Instrumentos de dívida</i>	<i>1.134</i>	<i>1.777</i>	<i>2.771</i>
<i>Instrumentos de patrimônio</i>	<i>562</i>	<i>1.519</i>	<i>477</i>
Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros mantidos para negociação, líquidos (*)	4.498	9.408	(8.427)
Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados, líquidos (*)	(306)	1.632	1.185
Ganhos ou perdas resultantes de derivativos, líquidos	(39)	(87)	(175)
	5.605	14.281	(2.806)

(*) Inclui o resultado líquido obtido por operações com instrumentos de dívida, instrumentos de capital, derivativos e posições curtas incluídos nesta carteira, uma vez que o Grupo administra o risco nesses instrumentos de forma conjunta.

Conforme explicado na Nota 45, os detalhes anteriores devem ser analisados em conjunto com o capítulo Variações cambiais, líquidas:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Diferenças de câmbio, líquidas	105	(1.627)	3.156

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Diferenças de câmbio, líquidas	377	(6.232)	11.503

b) Ativos e passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados:

O montante dos saldos ativos é indicado a seguir:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Empréstimos e adiantamentos	40.875	40.390	48.129
Instituições de crédito	11.585	13.290	27.755
Clientes	29.290	27.100	20.374
Instrumentos de dívida	39.836	52.320	47.681
Instrumentos de patrimônio	22.286	15.043	18.855
Derivativos	57.243	72.043	76.724
	160.240	179.796	191.389

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Empréstimos e adiantamentos	162.391	138.557	207.517
Instituições de crédito	46.028	45.589	119.671
Clientes	116.363	92.968	87.846
Instrumentos de dívida	158.263	179.484	205.587
Instrumentos de patrimônio	88.537	51.605	81.297
Derivativos	227.421	247.143	330.811
	636.612	616.789	825.212

O Grupo mitiga e reduz esta exposição mediante:

- Com respeito aos derivativos, existem acordos-quadro com uma parte significativa de instituições de crédito e clientes para a compensação por liquidação de posições devedoras e o estabelecimento de colaterais como garantia de inadimplência.

Em 31 de dezembro de 2017, a exposição real ao risco de crédito dos derivativos era de 34.887 milhões de euros (138.603 milhões de reais).

- Dentro das partidas das Instituições de crédito e Clientes, existem ativos adquiridos com pacto de recompra (repos) no montante de 28.563 millones de euros (113.479 millones de reales) em 31 de dezembro de 2017.

Além disso, ativos no valor de 2.602 milhões de euros (10.337 milhões de reais) contam com garantia hipotecária.

- Os instrumentos de dívida incluem 34.605 milhões de euros (137.482 milhões de reais) de Dívida Pública nacional e estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor da variação do valor justo dos ativos financeiros em valor justo com alterações nos resultados atribuível às variações de seu risco de crédito (*spread*) ocorridas durante o exercício não era significativo.

O montante dos saldos passivos é indicado a seguir:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Depósitos	(84.724)	(48.863)	(62.836)
Bancos centrais	(9.142)	(10.463)	(18.664)
Instituições de crédito	(18.458)	(5.059)	(8.628)
Clientes	(57.124)	(33.341)	(35.544)
Instrumentos de dívida emitidos	(3.056)	(2.791)	(3.373)
Posições em títulos de curto prazo	(20.979)	(23.005)	(17.362)
Derivativos	(57.892)	(74.369)	(76.414)
Outros passivos financeiros	(589)	-	(1)
	(167.240)	(149.028)	(159.986)

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Depósitos	(336.599)	(167.625)	(270.930)
<i>Bancos centrais</i>	(36.321)	(35.891)	(80.474)
<i>Instituições de crédito</i>	(73.330)	(17.356)	(37.201)
<i>Clientes</i>	(226.948)	(114.378)	(153.255)
Instrumentos de dívida emitidos	(12.143)	(9.573)	(14.543)
Posições em títulos de curto prazo	(83.348)	(78.918)	(74.860)
Derivativos	(230.000)	(255.123)	(329.474)
Outros passivos financeiros	(2.339)	(2)	(4)
	(664.429)	(511.241)	(689.811)

Em 31 de dezembro de 2017, o valor da variação do valor justo dos passivos financeiros em valor justo com alterações nos resultados atribuíveis às variações de seu risco de crédito ocorridas durante o exercício não era significativo.

45. Diferenças de câmbio, líquidas

Este capítulo engloba basicamente os resultados obtidos da compra e venda de divisas, as diferenças que surgem ao converter os itens monetários em moeda estrangeira para a moeda funcional e as procedentes de ativos não monetários em moeda estrangeira no momento de sua alienação.

O Grupo faz a gestão das divisas às quais está exposto junto com a contratação de instrumentos derivativos e, portanto, a evolução desta seção deve ser analisada de forma conjunta com o registrado em Ganhos ou perdas por ativos ou passivos financeiros (Ver Nota 44).

46. Outras receitas e Outras despesas operacionais

Estes capítulos da demonstração do resultado consolidada abrangem:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Atividade de seguros	57	63	98
Receitas de ativos abrangidos por contratos de seguros ou resseguros emitidos	2.546	1.900	1.096
<i>Dos quais:</i>			
<i>Prêmios de seguros e resseguros cobrados</i>	2.350	1.709	961
<i>Receitas de resseguros (Nota 15)</i>	196	191	135
Gastos de passivos abrangidos por contratos de seguros ou resseguros emitidos	(2.489)	(1.837)	(998)
<i>Dos quais:</i>			
<i>Prestações pagas, outros gastos relacionados e dotações líquidas a passivos por contratos de seguros</i>	(2.249)	(1.574)	(740)
<i>Prêmios de resseguros pagos</i>	(240)	(263)	(258)
Outras Receitas operacionais	1.618	1.919	1.971
Por serviços não financeiros	472	698	711
Outras receitas operacionais	1.146	1.221	1.260
<i>Dos quais: comissões compens. de ctes. diretos</i>	192	145	115
Outras despesas operacionais	(1.966)	(1.977)	(2.235)
Por serviços não financeiros	(302)	(518)	(590)
Outras despesas operacionais	(1.664)	(1.459)	(1.645)
<i>Dos quais: Fundo de Garantia de Depósitos e Resolução</i>	(848)	(711)	(769)
	(291)	5	(166)

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Atividade de seguros	207	241	357
Receitas de contratos de seguros e resseguros emitidos	9.151	7.279	3.995
<i>Dos quais:</i>			
<i>Prêmios de seguros e resseguros cobrados</i>	8.447	6.548	3.503
<i>Receitas de resseguros (Nota 15)</i>	704	731	492
Despesas de contratos de seguros e resseguros	(8.944)	(7.038)	(3.638)
<i>Dos quais:</i>			
<i>Prestações pagas, outros gastos relacionados e dotações líquidas a passivos por contratos de seguros</i>	(8.085)	(6.029)	(2.698)
<i>Prêmios de resseguros pagos</i>	(859)	(1.009)	(940)
Outras Receitas operacionais	5.814	7.352	7.185
Por serviços não financeiros	1.695	2.673	2.592
Outras receitas operacionais	4.119	4.679	4.593
<i>Dos quais: comissões compens. de ctes. diretos</i>	689	554	419
Outras despesas operacionais	(7.068)	(7.576)	(8.146)
Por serviços não financeiros	(1.088)	(1.985)	(2.150)
Outras despesas operacionais	(5.980)	(5.591)	(5.996)
<i>Dos quais: Fundo de Garantia de Depósitos e Resolução</i>	(3.047)	(2.723)	(2.803)
	(1.047)	17	(604)

A atividade de seguros é desenvolvida principalmente no ramo de seguros de vida, em sua modalidade de vida e poupança.

47. Despesas com pessoal

a) Composição

A composição das despesas de pessoal é:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Ordenados e salários	8.879	8.133	8.081
Seguridade Social	1.440	1.291	1.330
Provisões aos fundos de pensões de benefício definido (Nota 25)	88	81	96
Contribuições aos fundos de pensões de contribuição definida	271	266	279
Outras despesas de pessoal	1.369	1.233	1.321
	12.047	11.004	11.107

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Ordenados e salários	31.912	31.155	29.454
Seguridade Social	5.176	4.946	4.848
Provisões aos fundos de pensões de benefício definido (Nota 25)	316	311	350
Contribuições aos fundos de pensões de contribuição definida	975	1.020	1.017
Outras despesas de pessoal	4.922	4.722	4.815
	43.301	42.154	40.484

b) Número de funcionários

O número de funcionários do Grupo, distribuído por categorias profissionais, é o seguinte:

	Número médio de funcionários (**)		
	2017	2016	2015
Banco:			
Altos cargos (*)	64	76	93
Técnicos	21.327	20.291	20.909
Administrativos (**)	-	1.904	2.138
Serviços gerais (**)	-	13	22
	21.391	22.284	23.162
Resto da Espanha	12.703	6.925	6.922
Santander UK plc	19.079	19.428	20.069
Banco Santander (Brasil) S.A.	46.210	48.052	47.720
Demais sociedades	96.349	94.946	91.591
	195.732	191.635	189.464

(*) Categorias de diretor geral adjunto e superiores, incluindo a alta administração.

(**) Em 2017, deixam de existir as categorias de administrativos e serviços gerais, passando a ser técnicos todos os funcionários dessas categorias.

(***) Não inclui o pessoal afetado pelas atividades descontinuadas.

O número de funcionários, no encerramento dos exercícios 2017, 2016 e 2015 respectivamente, era de 202.251, 188.492 e 193.863.

A distribuição funcional por gênero (quadro de funcionários final), em 31 de dezembro de 2017, é apresentada a seguir:

	Distribuição funcional por gênero					
	Altos Diretores		Outros Diretores		Resto do pessoal	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Europa continental	978	290	6.557	2.908	27.009	33.287
Reino Unido	115	31	1.252	639	8.828	14.317
América	507	91	6.569	4.024	39.612	55.237
	1.600	412	14.378	7.571	75.449	102.841

As mesmas informações, referentes a 31 de dezembro de 2017, expressas em porcentagens, são apresentadas a seguir:

	Distribuição funcional por gênero					
	Altos Diretores		Outros Diretores		Resto do pessoal	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Europa continental	77%	23%	69%	31%	45%	55%
Reino Unido	79%	21%	66%	34%	38%	62%
América	85%	15%	62%	38%	42%	58%
	80%	20%	66%	34%	42%	58%

As relações de trabalho entre os funcionários e as diferentes empresas do Grupo estão regulamentadas pelos acordos coletivos correspondentes ou normas afins.

O número de funcionários do Grupo, distribuído por categorias profissionais, era o seguinte em 31 de dezembro de 2017:

	2017 (**)
Altos cargos (*)	4
Outros Diretores	65
Resto do pessoal	3.220
	3.289

(*) Categorias de subdiretor geral adjunto e superiores, incluindo a alta administração.

(**) Considera-se funcionário com deficiência aquele que é reconhecido pelo Estado ou pela Empresa em cada jurisdição em que o grupo opera e que tem direito a receber auxílio direto em dinheiro ou outras auxílios, como, por exemplo, a redução de impostos. No caso da Espanha, consideram-se funcionários com deficiência aqueles que têm um grau de incapacidade maior ou igual a 33%. A informação não inclui os funcionários nos Estados Unidos.

O número de funcionários com necessidades especiais, no final dos anos fiscais de 2016 e 2015, era de 2.941 (não inclui EUA) e 3.677, respectivamente.

Adicionalmente, o número médio de funcionários do Banco Santander, S.A. com necessidades especiais, iguais ou superiores a 33%, durante 2017, era de 209 (216 pessoas durante o exercício de 2016). No fechamento do exercício de 2017 totalizava 211 pessoas (213 pessoas no fechamento do exercício de 2016).

c) Sistemas de remuneração baseados em ações

A seguir são apresentados os principais sistemas de retribuição baseados em ações concedidos pelo Grupo e vigentes em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

i. Banco

A política de remuneração variável dos conselheiros executivos do Banco e de determinados diretores deste último e de outras empresas do Grupo inclui remunerações vinculadas às ações do Banco, cuja implementação exige, conforme a Lei e os Estatutos, acordos concretos da Assembleia Geral de Acionistas.

Se for necessário ou conveniente por razões legais, regulatórias ou outras de natureza análoga, poderão ser adaptados em casos concretos os mecanismos de entrega descritos a seguir, sem alterar o número máximo de ações vinculadas ao plano nem as condições essenciais das quais dependa a entrega. Tais adaptações poderão incluir a substituição da entrega de ações pela entrega de quantidades em dinheiro de valor equivalente.

Os planos que incluem remunerações vinculadas às ações denominam-se: (i) plano de ações de entrega diferida e condicionada, (ii) plano de remuneração variável diferida e condicionada, (iii) plano de *Performance Shares* e (iv) plano de ações de entrega diferida e vinculada a objetivos plurianuais. Suas características estão descritas nas seções seguir:

(i) Plano de ações de entrega diferida e condicionada

Em 2013, o Conselho de Administração do Banco, conforme proposta do comitê de nomeação e remuneração, aprovou o quarto ciclo do plano de ações de entrega diferida e condicionada mediante o qual se instrumentava o pagamento em ações dos diretores ou funcionários do Grupo, cuja retribuição variável ou bônus anual correspondente a 2013 fosse superior, com caráter geral, a 0,3 milhões de euros brutos, a fim de diferir uma parte dessa remuneração variável ou bônus durante um período de três anos a ser paga em ações Santander. Enquanto esse ciclo implicava a entrega de ações do Banco, a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas de 22 de março de 2013 aprovou a aplicação do quarto ciclo do plano de ações de entrega diferida e condicionada. Este ciclo não se aplica aos conselheiros executivos e demais membros da alta administração e outros diretores que são beneficiários do Plano de retribuição variável diferida e condicionada descrito a seguir.

O diferimento da bonificação em ações se estende por um período de três anos e será pago, se for o caso, em terços a partir do primeiro ano (2015). O montante em ações é calculado de acordo com os tranches da escala a seguir estabelecida pelo Conselho de Administração, em função do montante bruto da remuneração variável em dinheiro ou bônus anual correspondente ao exercício:

Bônus de referência (milhares de euros)	Porcentagem (diferido)
Menor ou igual a 300	0%
De mais de 300 a 600 (inclusive)	20%
Superior a 600	30%

O pagamento da remuneração diferida em ações fica condicionado, além da permanência no Grupo, às exceções previstas no regulamento do plano, a que não ocorra, durante o período anterior a cada uma das entregas, nenhuma das seguintes circunstâncias: (i) *performance* financeiro deficiente do Grupo; (ii) descumprimento, por parte do beneficiário, da norma interna, incluindo, particularmente aquela relativa a riscos; (iii) reelaboração material das demonstrações financeiras do Grupo, exceto quando resulte procedente de acordo com uma modificação da norma contábil; ou (iv) variações significativas do capital econômico ou do perfil de risco do Grupo.

(ii) Plano de remuneração variável diferida e condicionada

Em 2014 e 2015, o Conselho de Administração do Banco, conforme proposta do comitê de nomeação e remuneração em 2014 e do comitê de remuneração em 2015, aprovou o quarto e quinto ciclo do plano de remuneração variável diferida e condicionada para implementar o bônus correspondente aos exercícios de 2014 e 2015, respectivamente, dos conselheiros executivos e de determinados diretores (incluindo a alta administração) e funcionários que assumem riscos, que exercem funções de controle, ou que recebem uma remuneração global que os inclui no mesmo nível de remuneração que o dos altos dirigentes e funcionários que assumem riscos (todos eles denominados como Grupo identificado conforme o artigo 92(2) da Diretiva 2013/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, e sua norma de desenvolvimento no exercício 2014; e no exercício de 2015, conforme o artigo 32.1 da Lei 10/2014, de 26 de junho, de ordenação, supervisão e solvência de instituições de crédito e sua norma de desenvolvimento).

Em 2016 e 2017, e considerando as novidades regulatórias e as práticas internacionais em assuntos de remuneração, foi aprovado o sexto ciclo do plano de remuneração variável para o grupo identificado com exceção de conselheiros executivos e determinados dirigentes (incluída a alta administração) da primeira linha de responsabilidade do Grupo, para os quais foram aprovados o primeiro e o segundo ciclo de remuneração variável diferida e condicionada descritos no ponto (v) a seguir. Foram consideradas também as recomendações emitidas nas *Guidelines on sound remuneration policies under Articles 74(3) and 75(2) of Directive 2013/36/EU and disclosures under Article 450 of Regulation (EU) No. 575/2013*, publicadas pela Autoridade Bancária Europeia em 21 de dezembro de 2015.

Na medida em que esses ciclos implicavam a entrega de ações do Banco, as assembleias gerais de acionistas de 28 de março de 2014, 27 de março de 2015 e 7 de abril de 2017 aprovavam, respectivamente, a aplicação do quarto, quinto, sexto e sétimo ciclo do plano de remuneração variável diferida e condicionada.

O propósito desses ciclos é diferir uma parte da bonificação durante um período de três anos para o quarto, sexto e sétimo ciclo e em três ou cinco anos para seu pagamento, se for o caso, em numerário e em ações do Santander, pagando também, no início, a outra parte de tal remuneração variável em numerário e em ações do Santander, de acordo com as regras a seguir.

No caso do sexto ciclo, o bônus será pago de forma imediata em 60% (no início do exercício 2017) e diferido em 40% em um período de três anos. No caso dos ciclos quinto e quarto, serão pagos bônus com relação às seguintes porcentagens e períodos de diferimento:

2017 (sétimo ciclo)			
	Porcentagem de pagamento	Porcentagem de diferimento	Período de diferimento (*)
Beneficiários do Incentivo com remuneração variável total <i>target</i> (**) $\geq 2,7$ milhões €.	40%	60%	5 anos
Beneficiários do Incentivo com remuneração variável total <i>target</i> (**) $\geq 1,7$ milhões. € (< 2,7 milhões €).	50%	50%	5 anos
Outros beneficiários do incentivo.	60%	40%	3 anos

(*) Em alguns países, a porcentagem e o período de diferimento poderão ser diferentes para cumprir as normas locais ou os requisitos da autoridade competente em cada caso.

(**) Remuneração variável de referência para um cumprimento padrão (100% dos objetivos).

	2015 (quinto ciclo)		
	Porcentagem de pagamento imediato (*)	Porcentagem de diferimento (*)	Período de diferimento
Conselheiros executivos e membros do Grupo Identificado com remuneração variável total $\geq 2,6$ milhões de euros	40%	60%	5 anos
Diretores de divisão, <i>Country heads</i> de países que representam, pelo menos, 1% do capital econômico do Grupo, outros diretores do Grupo de perfil similar e membros do Grupo Identificado com remuneração variável total $\geq 1,7$ milhão de euros (< 2,6 milhões de euros)	50%	50%	5 anos
Demais beneficiários	60%	40%	3 anos

(*) Porcentagens e período de diferimento de aplicação geral. Em alguns países, as porcentagens a diferir podem ser superiores para determinadas categorias de diretores, resultando também em uma menor proporção de pagamento imediato, e o diferimento pode se estender.

	2014 (quarto ciclo)(*)		
	Porcentagem de pagamento imediato (*)	Porcentagem de diferimento (*)	
Conselheiros executivos e membros do Grupo Identificado com remuneração variável total $\geq 2,6$ milhões de euros	40%	60%	
Diretores de divisão, <i>Country heads</i> de países que representam, pelo menos, 1% do capital econômico do Grupo, outros diretores do Grupo de perfil similar e membros do Grupo Identificado com remuneração variável total $\geq 1,8$ milhão de euros (< 2,6 milhões de euros)	50%	50%	
Demais beneficiários	60%	40%	

(*) O período de diferimento é de 3 anos para todas as categorias.

(**) Porcentagens de aplicação geral. Em alguns países, as porcentagens a diferir podem ser superiores para determinadas categorias de diretores, resultando também em uma menor proporção de pagamento imediato.

Para os ciclos quarto, sexto e sétimo, o pagamento da porcentagem de diferimento do bônus que corresponder em cada caso será diferido durante um período de três anos e será pago por terços, dentro dos trinta dias seguintes aos aniversários da data inicial (data em que é satisfeita a porcentagem de pagamento imediato) nos anos de 2016, 2017 e 2018 para o quarto ciclo; nos anos de 2018, 2019 e 2020 para o sexto ciclo; e nos anos 2019, 2020 e 2021 para o sétimo ciclo, pagando 50% em dinheiro e 50% em ações, desde que se cumpram as condições descritas a seguir.

Para o quinto ciclo, o pagamento da porcentagem de diferimento do bônus que corresponder em cada caso em função do grupo ao qual pertença o beneficiário será diferido durante um período de três ou cinco anos e será pago por terços ou por quintos, conforme o caso, dentro dos trinta dias seguintes aos aniversários da data inicial em 2017, 2018 e 2019 e, se for o caso, 2020 e 2021, desde que se cumpram as condições descritas a seguir.

No caso dos ciclos quarto, quinto e sexto, o acréscimo da remuneração diferida depende, além da permanência do beneficiário no Grupo, com exceção do disposto no regulamento do plano, de que não ocorressem, a critério do conselho, conforme proposta do comitê de remuneração, nenhuma das seguintes circunstâncias durante o período anterior a cada uma das entregas, de acordo com as condições previstas em cada caso no regulamento do plano: (i) desempenho (*performance*) financeiro deficiente do Grupo; (ii) descumprimento, por parte do beneficiário, da norma interna, incluindo, particularmente aquela relativa a riscos; (iii) reelaboração material das demonstrações financeiras do Grupo, exceto quando resulte procedente de acordo com uma modificação da norma contábil; ou (iv) variações significativas do capital econômico ou perfil de risco do Grupo.

No caso do sétimo ciclo, o acréscimo de remuneração diferida é condicionado - além de a permanência do beneficiário no Grupo, com as exceções contidas nos regulamentos do plano, em que não concorram pressupostos em que se produza um deficiente desempenho financeiro da entidade como um todo ou de uma divisão ou área específica desta ou de exposições gerados pelos funcionários -, devendo considerar-se pelo menos os seguintes fatores: (i) as falhas significativas na gestão de risco cometidas pela entidade ou por uma unidade de negócio ou de controle de risco; (ii) o aumento sofrido pela entidade ou por uma unidade de negócio de suas necessidades de capital, não previsto no momento da geração das exposições; (iii) sanções regulamentares ou condenações judiciais por atos que poderiam ser atribuídos à unidade ou ao pessoal responsável por eles. Além disso, a não-conformidade com códigos internos de conduta da entidade; e (iv) as condutas irregulares, individuais ou coletivas, considerando em particular os efeitos negativos derivados da comercialização de produtos inadequados e as responsabilidades das pessoas ou órgãos que tomaram estas decisões.

Em cada entrega dos ciclos quarto, quinto e sexto, será pago aos beneficiários um montante em dinheiro igual aos dividendos pagos no montante diferido em ações e os juros sobre o montante que for pago em dinheiro. Nos casos de aplicação do programa Santander Dividendo Elección, será pago o preço oferecido pelo Banco pelos direitos de alocação gratuita correspondentes às ações citadas. No caso do sétimo ciclo e ao tempo de cada entrega do montante diferido em dinheiro pode ser pago ao beneficiário o montante correspondente ao ajuste do total diferido com a inflação até a data de pagamento de cada quantia em dinheiro correspondente.

O número máximo de ações a entregar é calculado considerando o valor resultante da aplicação dos impostos que corresponderem e a média ponderada do volume diário das cotações médias ponderadas da ação correspondentes às quinze sessões de negociação anteriores à data em que o conselho aprove a bonificação para os conselheiros executivos do Banco correspondente aos exercícios de 2014 e 2015 para o quarto e quinto ciclos, respectivamente. No caso dos ciclos sexto e sétimo, é determinado segundo o mesmo procedimento nas quinze sessões anteriores à sexta-feira anterior (excluída) na data em que seja acordado pelo conselho o bônus para os conselheiros executivos do Banco correspondente aos exercícios 2016 e 2017, respectivamente.

(iii) Plano de Performance Shares

Em 2014 e 2015, o Conselho de Administração do Banco aprovou o primeiro e o segundo ciclo, respectivamente, do plano de *Performance Shares* para implementar parte da remuneração variável dos conselheiros executivos e outros membros do Grupo Identificado, consistindo em um incentivo a longo prazo (ILP) em ações baseado na evolução do Banco durante um período plurianual. Além disso, o segundo ciclo também se aplica a outros funcionários do Banco não incluídos no Grupo Identificado e, em relação a eles, considera-se conveniente incluir em seu pacote remunerativo a potencial entrega de ações do Banco, com o objetivo de obter um melhor alinhamento dos interesses dos funcionários com os do Banco.

Enquanto esses planos implicavam a entrega de ações do Banco, as assembleias gerais de acionistas de 28 de março de 2014 e 27 de março de 2015 aprovaram a aplicação do primeiro e do segundo ciclo do plano, respectivamente.

Os valores máximos do plano e, conseqüentemente, o número máximo de ações que pode corresponder a um beneficiário neste plano são estabelecidos em 15% e 20% do bônus de referência dos beneficiários para os exercícios 2014 e 2015, respectivamente.

O Conselho de Administração, conforme proposta do comitê de remuneração, estipulou o valor do ILP de cada beneficiário para 2014 e 2015.

Para o segundo ciclo, a partir do valor de referência máximo (20%), o Conselho de Administração, conforme proposta do comitê de remuneração, estipulará o número de ações máximo cujo valor em Euros é denominado como o “Valor Acordado do ILP” considerando (i) o lucro por ação (BPA) do Grupo e (ii) a taxa de retorno sobre o capital tangível (“*return on tangible equity*” - RoTE, em inglês) do Grupo para o exercício de 2015 em relação aos orçamentados para esse exercício.

Ambos os itens tinham a mesma ponderação para estipular o ILP e cada um deles foi avaliado de acordo com as seguintes escalas de cumprimento de objetivos:

- Escala aplicável ao BPA do Grupo Santander em 2015 em relação ao orçamentado para esse exercício:

BPA em 2015 (% sobre o BPA 2015 orçamentado)	Coefficiente BPA 2015
$\geq 90\%$ $> 75\%$ mas $< 90\%$ $\leq 75\%$	1 $0,75 - 1$ (*) 0

(*) Aumento linear do Coeficiente BPA 2015 em função da porcentagem concreta que o BPA de 2015 represente em relação ao orçamentado dentro desta linha da escala.

- Escala aplicável ao RoTE do Grupo Santander do exercício 2015 em relação ao orçamentado para esse exercício:

RoTE em 2015 (% sobre o RoTE 2015 orçado)	Coefficiente RoTE 2015
$\geq 90\%$ $> 75\%$ mas $< 90\%$ $\leq 75\%$	1 $0,75 - 1$ (*) 0

(*) Aumento linear do Coeficiente RoTE 2015 em função da porcentagem concreta que o RoTE de 2015 represente em relação ao orçamentado dentro desta linha da escala.

Considerando o desempenho do Grupo no fim do exercício 2015, o coeficiente aplicável foi de 91,50%.

Para o primeiro ciclo, eram aplicadas as seguintes porcentagens a 15% do bônus de referência em função do comportamento relativo do Retorno Total do Acionista (RTA) do Banco em 2014 em relação a um Grupo de Referência:

Posição do Santander no ranking RTA	Porcentagem de ações ganhadas sobre máximo
1ª a 8ª	100%
9ª a 12ª	50%
13ª adiante	0%

Considerando a quarta posição do RTA do Banco, a porcentagem a aplicar foi de 100%.

Além disso, para o segundo ciclo, o valor acordado do ILP de cada beneficiário será diferido durante um período de três anos e será pago, se for o caso, no início do exercício de 2019 (previsivelmente no primeiro trimestre) em função do cumprimento dos objetivos plurianuais e das demais condições do plano. Assim, antes da data de pagamento do ILP, o Conselho de Administração, conforme proposta do comitê de remuneração, estipulará o valor que, se for o caso, cada beneficiário terá de receber partindo do valor acordado do ILP. Os Objetivos Plurianuais, suas métricas e escalas de cumprimento estão descritos a seguir:

- Comportamento relativo do crescimento do BPA do Grupo no período 2015-2017 em relação a um grupo de referência de 17 instituições de crédito:

Posição do crescimento do BPA do Santander 2015-2017	Coeficiente BPA
1ª a 5ª	1
6ª	0,875
7ª	0,75
8ª	0,625
9ª	0,50
10ª adiante	0

- RoTE do exercício 2017 do Grupo Santander:

RoTE em 2017 (%)	Coeficiente RoTE
≥ 12%	1
> 11% mas < 12%	0,75 – 1 (*)
≤ 11%	0

(*) Aumento linear do Coeficiente RoTE em função da porcentagem concreta, dentro desta linha da escala, do ROTE do Grupo Santander no exercício de 2017.

- Satisfação dos funcionários, medida pela inclusão ou não da empresa correspondente do Grupo em 2017 entre os “Top 3” dos melhores bancos para trabalhar.
 - o Escala de cumprimento em nível país:

Posição entre os melhores bancos para trabalhar em 2017	Coeficiente utilizado
1º a 3º	1
4º ou posterior	0

Escala de cumprimento em nível Grupo Santander:

Nº de mercados principais nos quais o Santander se situa no Top 3 de melhores bancos para trabalhar em 2017	Coefficiente utilizado
6 ou mais 5 ou menos	1 0

- Satisfação dos clientes, medida pela inclusão ou não da empresa correspondente do Grupo em 2017 entre os “Top 3” dos melhores bancos no índice de satisfação de clientes.

- o Escala de cumprimento em nível país:

Posição entre os melhores bancos segundo o índice de satisfação de clientes em 2017	Coefficiente clientes
1º a 3º 4º ou posterior	1 0

- o Escala de cumprimento em nível Grupo Santander:

Nº de Mercados Principais nos quais o Santander se situa em 2017 no Top 3 de melhores bancos no índice de satisfação de clientes	Coefficiente clientes
10 Entre 6 e 9 5 ou menos	1 0,2-0,8 (*) 0

(*) Aumento linear do Coeficiente Clientes, de modo que, dentro desta linha de escala, o coeficiente aumenta 0,2 por cada Principal Mercado adicional em que o índice de satisfação do cliente situa-se nos Top 3.

- Vinculação de clientes, considerando que os objetivos em nível de Grupo Santander são que, em 31 de dezembro de 2017, existam 17 milhões de clientes particulares vinculados e 1,1 milhão de clientes PMEs e empresas vinculados.

- Escalas de cumprimento em nível país:

Cientes particulares vinculados (% sobre orçamento para o mercado correspondente)	Coefficiente particulares	Cientes PMEs e empresas vinculados (% sobre orçamento para o mercado correspondente)	Coefficiente empresas
$\geq 100\%$ $> 90\%$ mas $< 100\%$ $\leq 90\%$	1 $0,5 - 1 (*)$ 0	$\geq 100\%$ $> 90\%$ mas $< 100\%$ $\leq 90\%$	1 $0,5 - 1 (*)$ 0

(*) Aumento linear do Coeficiente Particulares e do Coeficiente Empresas em função da porcentagem concreta, dentro destas linhas de cada escala, que o número de clientes vinculados de cada tipo represente em 31 de dezembro de 2017 sobre o orçamentado.

- Escalas de cumprimento em nível Grupo Santander:

Cientes particulares vinculados (milhões)	Coefficiente particulares	Cientes PMEs e empresas vinculados (milhões)	Coefficiente empresas
≥ 17 > 15 mas < 17 ≤ 15	1 $0,5 - 1 (*)$ 0	$\geq 1,1$ > 1 mas $< 1,1$ ≤ 1	1 $0,5 - 1 (*)$ 0

(*) Aumento linear do Coeficiente Pessoas Físicas e do Coeficiente Empresas em relação ao número de clientes vinculados de cada tipo em 31 de dezembro de 2017.

A partir das métricas e escalas de cumprimento anteriores e dos dados correspondentes no final de 2017, o montante acumulado do ILP para cada beneficiário (o "Valor Acumulado do ILP") será determinado ponderando os coeficientes anteriores em 0,25; 0,25; 0,2; 0,15; 0,075 e 0,075, respectivamente.

No caso do primeiro ciclo, o valor acordado do ILP de cada beneficiário será diferido por terços durante um período de três anos e será pago, se for o caso, no mês de junho dos anos de 2016, 2017 e 2018 em função do cumprimento dos objetivos plurianuais de RTA. Assim, para cada data de pagamento do ILP, o Conselho de Administração, conforme proposta do comitê de remuneração, estipulará o valor que, se for o caso, cada beneficiário terá de receber aplicando ao terço do valor acordado do ILP desse ano a porcentagem que resulte da seguinte tabela:

Posição do Santander no ranking RTA	Porcentagem de ações ganhadas sobre máximo
1ª a 4ª	100,0%
5ª	87,5%
6ª	75,0%
7ª	62,5%
8ª	50,0%
9ª adiante	0%

Para o pagamento do ano de 2016, o RTA de referência será o acumulado entre 1 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2015; para o pagamento do ano de 2017, RTA de referência será o acumulado entre 1 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2016; e para o pagamento do ano de 2018, o RTA de referência será o acumulado entre 1 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2017. Nos exercícios 2016 e 2017, não foi alcançada uma posição no ranking RTA que determine o pagamento do primeiro e do segundo terço, pelo que foram extintos.

A entrega de ações que deverá ser feita em cada data de pagamento do ILP em função do cumprimento do objetivo plurianual correspondente depende, além da permanência do beneficiário no Grupo, com exceção do disposto no regulamento do plano, de que não ocorressem, a critério do conselho, nenhuma das seguintes circunstâncias durante o período anterior a cada uma das entregas como consequência de ações realizadas em 2014 e 2015, respectivamente: (i) desempenho (*performance*) financeiro deficiente do Grupo; (ii) descumprimento, por parte do beneficiário, da norma interna, incluindo, particularmente aquela relativa a riscos; (iii) reelaboração material das demonstrações financeiras do Grupo, exceto quando resulte procedente de acordo com uma modificação da norma contábil; ou (iv) variações significativas do capital econômico ou perfil de risco do Grupo.

(iv) Plano de remuneração variável diferida e vinculada a objetivos plurianuais

Em 2016 e 2017, o Conselho de Administração do Banco, mediante proposta da comissão de remunerações, aprovou o primeiro ciclo do plano de remuneração variável diferida e vinculada a objetivos plurianuais que instrumenta a remuneração variável correspondente aos exercícios de 2016 e 2017 dos conselheiros executivos e de determinados dirigentes (incluída a alta administração) das primeiras linhas de responsabilidade do Grupo (dirigentes denominados Promontório e Faro, antes *Top Red*). Os ciclos do plano foram aprovados pelas assembleias gerais de 18 de março de 2016 e 7 de abril de 2017 com o objetivo de simplificar a estrutura de remuneração, melhorar o ajuste por risco *ex ante* e aumentar a incidência dos objetivos a longo prazo nas primeiras linhas dirigentes do Grupo. O plano considera também as recomendações emitidas nas *Guidelines on sound remuneration policies under Articles 74(3) and 75(2) of Directive 2013/36/EU and disclosures under Article 450 of Regulation (EU) No. 575/2013*, publicadas pela Autoridade Bancária Europeia em 21 de dezembro de 2015.

Este plano integra o bônus (plano de remuneração variável diferida e condicionada mencionado no ponto (iii) anterior e o ILP do ponto (iv) anterior e tem como propósito diferir uma parte da remuneração variável durante um período de três ou cinco anos para seu pagamento em dinheiro e em ações, vinculando uma parte do montante ao desempenho do Banco durante um período plurianual e pagando no início a outra parte da remuneração variável em dinheiro e em ações. Todo isso em conformidade com as regras detalhadas a seguir.

A remuneração variável dos beneficiários será paga com referência às seguintes porcentagens, em função do momento em que o bônus se produza e do grupo ao qual pertença o beneficiário:

	2016 e 2017 (primeiro e segundo ciclo)		
	Porcentagem de pagamento imediato (*)	Porcentagem de diferimento (*)	Período de diferimento (*)
Conselheiros executivos e membros do Coletivo Identificado com remuneração variável $target^{(**)}(***) \geq 2,7$ milhões de euros.	40%	60%	5 anos
Diretores de gerais, <i>country heads</i> de países que representam, pelo menos, 1% do capital econômico do Grupo e outros membros do Grupo Identificado com remuneração variável $target^{(**)}(***) \geq 1,7$ milhões de euros (< 2,7 milhões de euros)	50%	50%	5 anos
Outros beneficiários membros do grupo identificado	60%	40%	3 anos

(*) Em alguns países, a porcentagem e o período de diferimento poderão ser superiores para cumprir as normas locais ou os requisitos da autoridade competente em cada caso.

(**) Remuneração variável de referência para um cumprimento padrão (100% dos objetivos).

(***) No primeiro ciclo (2016), o montante quantitativo que se determina por si mesmo em uma ou outra categoria refere-se à remuneração total variável efetivamente aprovada no final do exercício e que não seja target ou de referência.

Cada beneficiário recebe em 2017 e 2018 (primeiro e segundo ciclo, respectivamente), em função do grupo ao qual pertença, a porcentagem de abono imediato que corresponda, por metades em dinheiro e em ações. O pagamento da porcentagem de diferimento da remuneração variável que corresponder em cada caso em função do grupo ao qual pertença o beneficiário será diferido durante um período de três ou cinco anos e será pago por terços ou por quintos, conforme o caso, dentro dos trinta dias seguintes aos aniversários da data inicial em 2018, 2019 e 2020 e, se for o caso, 2021 e 2022, para o primeiro ciclo, e nos anos 2019, 2020 e 2011 e, se for caso, 2022 e 2023 para o segundo ciclo, desde que se cumpram as condições descritas a seguir.

Em 2016, o acúmulo da remuneração diferida fica condicionado - além da permanência do beneficiário no Grupo, com exceção do disposto no regulamento do plano, de que não ocorressem, a critério do conselho, conforme proposta do comitê de remuneração, nenhuma das seguintes circunstâncias durante o período anterior a cada uma das entregas - de acordo com as condições previstas em cada caso no regulamento do plano: (i) desempenho (*performance*) financeiro deficiente do Grupo; (ii) descumprimento, por parte do beneficiário, da norma interna, incluindo, particularmente aquela relativa a riscos; (iii) reelaboração material das demonstrações financeiras do Grupo, exceto quando resulte procedente de acordo com uma modificação da norma contábil; ou (iv) variações significativas do capital econômico ou perfil de risco do Grupo.

Em 2017, o acúmulo de remuneração diferida é condicionado - além de a permanência do beneficiário no Grupo, com as exceções contidas nos regulamentos do plano, em que não concorram pressupostos em que se produza um deficiente desempenho financeiro da entidade como um todo ou de uma divisão ou área específica desta ou de exposições gerados pelos funcionários -, devendo considerar-se pelo menos os seguintes fatores: (i) as falhas significativas na gestão de risco cometidas pela entidade ou por uma unidade de negócio ou de controle de risco; (ii) o aumento sofrido pela entidade ou por uma unidade de negócio de suas necessidades de capital, não previsto no momento da geração das exposições; (iii) sanções regulamentares ou condenações judiciais por atos que poderiam ser atribuídos à unidade ou ao pessoal responsável por eles. Além disso, a não-conformidade com códigos internos de conduta da entidade; e (iv) as condutas irregulares, individuais ou coletivas, considerando em particular os efeitos negativos derivados da comercialização de produtos inadequados e as responsabilidades das pessoas ou órgãos que tomaram estas decisões.

Adicionalmente, o pagamento do diferimento correspondente à terceira anualidade de diferimento para o Grupo que difere em três anos e à terceira, quarta e quinta para o que difere em cinco anos, é condicionado ao cumprimento de determinados objetivos referidos ao período 2016-2018 e às métricas e escalas de cumprimento associadas aos objetivos plurianuais.

No caso de 2016 (primeiro ciclo, período 2016-2018), as métricas e o método de determinação da parte diferida sujeita a objetivo de longo prazo são os seguintes:

- (a) Cumprimento do objetivo de crescimento do lucro consolidado por ação (“BPA”) do Banco Santander em 2018 em relação a 2015, conforme a tabela a seguir.

Crescimento do BPA em 2018 (% sobre 2015)	Coefficiente BPA
≥ 25%	1
≥ 0% mas < 25%	0 – 1 ^(*)
< 0%	0

(*) Aumento linear do Coeficiente BPA em função da porcentagem concreta de crescimento do BPA de 2018 em relação ao BPA de 2015 dentro desta linha da escala.

- (b) Comportamento relativo do retorno total do acionista (“RTA”) do Banco no período 2016-2018 em relação aos RTAs ponderados de um grupo de referência de 35 instituições de crédito, atribuindo o Coeficiente RTA pertinente em função da posição do RTA do Banco dentro do Grupo de Referência.

Posição do RTA do Santander	Coefficiente RTA
Superar o percentil 66	1
Entre os percentis 33 e 66	0-1 ^(*)
Inferior à porcentagem 33	0

(*) Aumento proporcional do Coeficiente RTA em função do número de posições que subir no *ranking* dentro desta linha da escala.

O Grupo de Referência será composto pelas seguintes instituições: BBVA, CaixaBank, Bankia, Popular, Sabadell, BCP, BPI, HSBC, RBS, Barclays, Lloyds, BNP Paribas, Crédit Agricole, Deutsche Bank, Société Générale, Nordea, Intesa San Paolo, Unicredit, Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Banorte, Banco de Chile, M&T Bank Corp, Keycorp, Fifth Third Bancorp, BB&T Corp., Citizens, Crédit Acceptance Corp., Ally Financial Inc., PKO, PEKAO, Millenium, ING Polônia e mBank.

- (c) Cumprimento do objetivo de índice de capital de nível 1 ordinário (*common equity tier 1* ou “CET1”) *fully loaded* estabelecido para o exercício de 2018, sendo esse objetivo que, em 31 de dezembro de 2018, o índice de CET1 consolidado do Grupo Santander *fully loaded* seja superior a 11%. Se esse objetivo for cumprido, se atribuirá a esta métrica um coeficiente (“Coeficiente CET1”) de 1 e, se não for cumprido, o Coeficiente CET 1 será 0. Para a verificação do cumprimento desse objetivo não serão considerados possíveis aumentos do CET1 derivados de aumentos de capital (exceto os que instrumentem o programa Santander Dividendo Elección). Além disso, em 31 de dezembro de 2018, o CET1 poderá ser ajustado para eliminar os efeitos nele causados decorrentes das mudanças regulatórias que possam ocorrer em relação ao seu cálculo até essa data.

- (d) Cumprimento do objetivo de crescimento da rentabilidade ordinária sobre ativos ponderados por risco (*underlying return on risk-weighted assets* ou “RoRWA”) do Grupo Santander para o exercício de 2018 medido em relação ao exercício de 2015. O coeficiente correspondente (“Coeficiente RoRWA”) será obtido pela tabela a seguir:

Crescimento RoRWA em 2018 (% sobre 2015)	Coeficiente RoRWA
≥ 20%	1
≥ 10% mas < 20%	0,5 – 1 (*)
< 10%	0

(*) Aumento linear do Coeficiente RoRWA em função da porcentagem concreta de crescimento do RoRWA de 2018 em relação ao RoRWA de 2015 dentro desta linha da escala.

Para determinar o valor anual da Parte Diferida Sujeita a Objetivos que, nesse caso, corresponde a cada beneficiário nos exercícios de 2020 e, se for o caso, 2021 e 2022 (cada um desses pagamentos, uma “Anualidade Final”) e, sem prejuízo dos ajustes que possam ser feitos às cláusulas *malus*, aplica-se a seguinte fórmula:

$$\text{Anualidade Final} = \text{Valor} \times (0,25 \times A + 0,25 \times B + 0,25 \times C + 0,25 \times D)$$

onde:

- “Valor” corresponde a um quinto ou um terço, em função do perfil do beneficiário, do Montante Diferido do Incentivo A.
- “A” é o Coeficiente BPA resultante, conforme a escala do item (a) acima em função do crescimento do BPA em 2018 relativamente a 2015.
- “B” é o Coeficiente RTA resultante conforme a escala do item (b) acima em função do comportamento relativo do RTA do Banco no período 2016-2018 relativamente ao Grupo de Referência.
- “C” é o Coeficiente CET 1 resultante do cumprimento do objetivo do CET1 descrito no item (c) anterior.
- “D” é o Coeficiente RoRWA resultante conforme a escala do item (d) acima em função do nível de crescimento do RoRWA de 2018 frente ao de 2015.

No caso de 2017 (segundo ciclo, período 2017-2019), as métricas e o método de determinação da parte diferida sujeita a objetivo de longo prazo são os seguintes:

- (e) Cumprimento do objetivo de crescimento do lucro consolidado por ação (“BPA”) do Banco Santander em 2019 em relação a 2016. O coeficiente correspondente a este objetivo (o “Coeficiente BPA”) será obtido da tabela a seguir:

Crescimento do BPA em 2019 (% sobre 2016)	Coeficiente BPA
≥ 25%	1
≥ 0% mas < 25%	0 – 1 (*)
< 0%	0

(*) Aumento linear do Coeficiente BPA em função da porcentagem concreta de crescimento do BPA de 2019 em relação ao BPA de 2016 dentro desta linha da escala.

- (f) Desempenho relativo do retorno total do acionista ("RTA")⁴ do Banco no período 2017-2019 em relação aos RTAs ponderados de um grupo de referência de 17 instituições de crédito (o "Grupo de Referência"), atribuindo-se o Coeficiente RTA que se aplique em função da posição do RTA do Banco dentro do Grupo de Referência.

Posição do RTA do Santander	Coeficiente RTA
Superar o percentil 66	1
Entre os percentis 33 e 66	0-1 ^(*)
Inferior à porcentagem 33	0

(*) Aumento proporcional do Coeficiente RTA em função do número de posições que subir no *ranking* dentro desta linha da escala.

O Grupo de Referência será composto pelas seguintes instituições: Itaú, JP Morgan, Bank of America, BNP Paribas, HSBC, Standard Chartered, Citi, Société Générale, ING, Barclays, Wells Fargo, BBVA, Lloyds, UBS, Intesa San Paolo, Deutsche Bank e Unicredit.

- (g) Cumprimento do objetivo de capital de nível 1 ordinário *common equity tier* ou "CET1" para o *fully loaded* fixado para o exercício de 2019; O coeficiente correspondente a este objetivo (o "Coeficiente CET1") será obtido da tabela a seguir:

CET1 em 2019	Coeficiente CET1
$\geq 11,30\%$	1
$\geq 11\%$ mas $< 11,30\%$	0,5 – 1 ^(*)
$< 11\%$	0

Para a verificação do cumprimento desse objetivo não serão considerados possíveis aumentos do CET1 derivados de aumentos de capital (exceto os que instrumentem o programa Santander Dividendo Elección). Além disso, em terça-feira, 31 de dezembro de 2019, o CET1 poderá ser ajustado para eliminar os efeitos nele causados decorrentes das mudanças regulatórias que possam ocorrer em relação ao seu cálculo até essa data.

Para determinar o valor anual da parte diferida sujeita a objetivos que, nesse caso, corresponde a cada beneficiário nos exercícios de 2021, 2022 e 2023 (cada um desses pagamentos, uma "anuidade final") e, sem prejuízo dos ajustes que possam ser feitos às cláusulas penais, aplica-se a seguinte fórmula:

$$\text{Anuidade Final} = \text{Imp.} \times (1/3 \times A + 1/3 \times B + 1/3 \times C)$$

onde:

- "Quant." é o montante do incentivo equivalente a uma Anuidade (como este termo é definido na seção 4 abaixo).
- "A" é o Coeficiente BPA resultante, conforme a escala do item (a) acima em função do crescimento do BPA em 2019 relativamente a 2016.

- “B” é o Coeficiente RTA resultante conforme a escala do item (b) acima em função do comportamento relativo do RTA do Banco no período 2017-2019 relativamente ao Grupo de Referência.
- “C” é o Coeficiente CET 1 resultante do cumprimento do objetivo do CET1 para 2019, descrito no item (c) anterior.

Adicionalmente, os montantes pagos correspondentes a este plano estão sujeitos a cláusulas de recuperação ou *clawback* se ocorrerem as circunstâncias descritas anteriormente. A aplicação de *clawback* será supletória da de *malus*, de forma que terá lugar quando esta for considerada insuficiente para recolher os efeitos que o acontecimento deve ter na remuneração variável designada. A aplicação de *clawback* será decidida pelo conselho de administração por proposta da comissão de remunerações e não poderá ser proposta, no caso do primeiro ciclo (2016) após a realização do último pagamento em dinheiro ou em ações correspondente ao plano em 2022 ou, se for o caso, em 2020. No segundo ciclo, a aplicação de *clawback* não poderá ser proposta, uma vez que tenha expirado o período de retenção na fonte sobre o último pagamento em ações correspondentes ao plano em 2024 ou, se for o caso disso, em 2022.

O número máximo de ações a ser entregue é calculado considerando a média ponderada do volume diário das cotações médias ponderadas correspondentes às quinze sessões de negociação anteriores à sexta-feira anterior (excluída) à data em que o conselho aprovar a bonificação para os conselheiros executivos do Banco.

ii. Santander UK plc

Por outro lado, os planos de incentivos a longo prazo sobre ações do Banco concedidos pela diretoria do Santander UK plc aos seus funcionários são descritos a seguir:

	Número de Ações (milhares)	Preço de Exercício Libras (*)	Ano de concessão	Grupo	Número de pessoas(**)	Data de início do direito	Data de finalização do direito
Planos em vigor em 01/01/2015	19.122						
Opções concedidas (<i>Sharesave</i>)	14.074	3,13	2015	Funcionários	7.759	01/11/2015	01/11/2018
Opções exercitadas	(1.839)	3,75				01/11/2015	01/11/2020
Opções canceladas (líquido) ou não exercitadas	(6.595)	4,50					
Planos em vigor em 31/12/2015	24.762						
Opções concedidas (<i>Sharesave</i>)	17.296	4,91	2016	Funcionários	7.024	01/11/2016	01/11/2019
Opções exercitadas	(338)	3,67				01/11/2016	01/11/2021
Opções canceladas (líquido) ou não exercitadas	(12.804)	3,51					
Planos em vigor em 31/12/2016	28.916						
Opções concedidas (<i>Sharesave</i>)	3.916	4,02	2017	Funcionários	4.260	01/11/2017	01/11/2020
Opções exercitadas	(1.918)	3,77				01/11/2017	01/11/2021
Opções canceladas (líquido) ou não exercitadas	(3.713)	3,40					
Planos em vigor em 31/12/2017	27.201						

(*) A taxa de câmbio libra esterlina/euro em 31 de dezembro de 2017, 2016, 2015 e 2014 era de 1,12710, 1,16798, 1,36249 e 1,28386 por libra esterlina, respectivamente.

(**) Número de contas/contratos. Um funcionário pode ter mais de uma conta/contrato.

No exercício de 2008, o Grupo deu início a um plano voluntário de poupança para funcionários do Santander UK (*Savesave Scheme*), que consiste em em descontar dos funcionários que aderiram ao plano entre 5 e 500 libras esterlinas (entre 5 e 500 libras esterlinas em 2015, 2016 e 2017) por mês de sua folha de pagamento líquida durante três ou cinco anos e que, uma vez terminado este período, os funcionários poderão utilizar o montante economizado para exercer opções sobre ações do Banco a um preço de exercício resultante de reduzir até um máximo de 20% a média dos preços de compra e venda das ações do Banco durante as três sessões de negociação anteriores à aprovação do plano pelas autoridades fiscais britânicas (HMRC). Esta aprovação deve acontecer entre os 21 e 41 dias seguintes à publicação de resultados do primeiro semestre do Grupo. Este plano foi aprovado pelo Conselho de Administração, conforme proposta do comitê de nomeação e remunerações e, visto que implica a entrega de ações do Banco, sua aplicação foi autorizada pela Assembleia Geral de Acionistas realizada em 21 de junho de 2008. Além disso, o plano foi autorizado pelas autoridades fiscais do Reino Unido e teve início em setembro de 2008. Nos exercícios posteriores, as assembleias gerais de acionistas realizadas em 19 de junho de 2009, 11 de junho de 2010, 17 de junho de 2011, 30 de março de 2012, 22 de março de 2013, 28 de março de 2014, 27 de março de 2015, 18 de março de 2016 e 7 de abril de 2017, respectivamente, aprovaram a aplicação de planos previamente aprovados pelo conselho e com características similares ao aprovado em 2008.

iii. Valor justo

Para o cálculo do valor justo dos Planos de ações vinculados a objetivos procedeu-se da seguinte forma:

b) Plano de remuneração variável definida e vinculada a objetivos plurianuais para 2016 e 2017:

O valor justo do plano foi determinado, na data de concessão, com base no relatório de avaliação de um especialista independente. Em função do desenho do plano para 2016 e dos níveis de consecução de planos similares em instituições comparáveis, o especialista conclui que a faixa razoável para estimar o coeficiente de cumprimento inicial está em torno de 60% - 80% e, por isso, considerou-se que o valor justo é 70% do máximo.

c) Plano de Performance Shares 2015:

O valor justo do plano atual foi determinado, na data de concessão, com base no relatório de avaliação de um especialista independente. Em função do desenho do plano para 2015 e dos níveis de consecução de planos similares em instituições comparáveis, o especialista conclui que a faixa razoável para estimar o coeficiente de cumprimento inicial está em torno de 60% - 80% e, por isso, considerou-se que o valor justo é 70% do máximo. Portanto, como o nível máximo já foi determinado em 91,50%, o valor justo é 64,05% do valor máximo.

d) Plano de Performance Shares 2014:

- Considerou-se que os beneficiários não irão se retirar durante o período de cada plano.

O valor justo da posição relativa do RTA do Banco foi determinado, na data de concessão, baseado em um relatório de um especialista independente que fez sua avaliação utilizando um modelo de avaliação MonteCarlo, realizando 10.000 simulações para determinar o RTA de cada uma das empresas do grupo de comparação, considerando as variáveis indicadas a seguir. Os resultados (cada um representa a entrega de um número de ações) são ordenados em um *ranking* decrescente calculando a média ponderada e descontando o montante financeiramente com a taxa de juros livre de risco.

	PI14
Volatilidade esperada (*)	51,35%
Rentabilidade anual de dividendo baseada nos últimos anos	6,06%
Tipo de taxa livre de riscos (rentabilidade títulos do Tesouro (cupom zero) período do plano)	4,073%

(*) É determinado com base na volatilidade histórica do período correspondente (3 anos).

O resultado da aplicação do modelo de simulação gerou um valor percentual de 55,39% para o plano I-14. Essa avaliação, por se referir a uma condição de mercado, não é suscetível a ajuste desde a data de concessão.

f) Planos *Sharesave* do Santander UK:

Quanto ao valor justo de cada opção concedida pelo Santander UK, foi feita uma estimativa na data de concessão utilizando um modelo de Equação Diferencial Parcial euro-americano com os seguintes pressupostos:

	2017	2016	2015
Taxa de juros livre de risco	0,89%-1,08%	0,31%-0,41%	1,06%-1,37%
Aumento do dividendo	5,48%-5,51%	5,92%-6,21%	6,91%-7,36%
Volatilidade das ações subjacentes baseada na volatilidade histórica durante cinco anos	26,16%-26,31%	31,39%-32,00%	28,54%-29,11%
Durações previstas das opções concedidas	3 e 5 anos	3 e 5 anos	3 e 5 anos

48. Outras despesas gerais administrativas

a) *Detalhes*

Os detalhes do saldo deste capítulo é:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Imóveis e instalações e material	1.931	1.853	1.943
Tecnologia e sistemas	1.257	1.095	1.188
Relatórios técnicos	759	768	810
Publicidade	757	691	705
Comunicações	529	499	587
Tributos	583	484	529
Serviço de vigilância e transferência de fundos	443	389	413
Honorários e deslocamentos	217	232	278
Prêmios de seguros	78	69	74
Outras despesas administrativas	1.799	1.653	1.668
	8.353	7.733	8.195

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Imóveis e instalações e material	6.941	7.103	7.082
Tecnologia e sistemas	4.516	4.193	4.330
Relatórios técnicos	2.729	2.940	2.952
Publicidade	2.719	2.646	2.570
Comunicações	1.902	1.911	2.140
Tributos	2.097	1.854	1.928
Serviço de vigilância e transferência de fundos	1.593	1.489	1.505
Honorários e deslocamentos	780	889	1.013
Prêmios de seguros	282	264	270
Outras despesas administrativas	6.464	6.334	6.080
	30.023	29.623	29.870

b) Relatórios técnicos e outros

Incluídos no saldo de Relatórios técnicos, englobam os honorários correspondentes aos serviços prestados pelos auditores às diversas empresas do Grupo (detalhadas nos Anexos), conforme segue (dados correspondentes a PwC em 2017 e 2016, e Deloitte em 2015):

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
<i>Audit fees</i>	76,2	73,7	49,6
<i>Audit-related fees</i>	13,4	7,2	46,9
<i>Tax fees</i>	1,3	0,9	9,1
<i>All other fees</i>	3,1	3,6	12,6
Total	94,0	85,4	118,2

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
<i>Audit fees</i>	273,9	264,7	178,1
<i>Audit-related fees</i>	48,2	25,9	168,6
<i>Tax fees</i>	4,5	3,2	32,8
<i>All other fees</i>	11,1	12,9	45,3
Total	337,7	306,8	424,7

O item de *Audit fees* inclui os honorários correspondentes à auditoria das demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas do Banco Santander S.A., conforme o caso, das sociedades que integram o Grupo, a auditoria integrada preparada para fins de registro anual no Formato 20-F perante a *Securities and Exchange Commission* (SEC) dos Estados Unidos para as entidades obrigadas atualmente a isso, a auditoria de controle interno (SOx) para as entidades requeridas, a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho e Revisões limitadas trimestrais consolidadas para o regulador brasileiro em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro e os relatórios regulatórios obrigatórios requeridos do auditor correspondentes às distintas localizações do Grupo Santander.

Os principais itens incluídos em *Audit-related fees* correspondem a aspectos como a emissão de Comfort letters e outras revisões requeridas por diferentes normas em relação a aspectos como, por exemplo, Securitizações.

Os serviços contratados dos auditores do Grupo cumprem os requisitos de independência exigidos pela *Ley de Auditoría de Cuentas*, assim como as regras da *Securities and Exchange Commission* (SEC) e do *Public Accounting Oversight Board* (PCAOB) que se aplicam ao Grupo e em nenhum caso incluem a realização de trabalhos incompatíveis com a função de auditoria.

Por último, em 2017, o Grupo contratou serviços de outras firmas de auditoria distintas da PwC no valor de 115,6 milhões de euros (115,6 milhões de reais) (127,9 milhões de euros - 449,7 milhões de reais) de outras firmas de auditoria distintas da PwC em 2016 e da Deloitte em 2015, respectivamente).

c) Número de agências

O número de agências em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é o seguinte:

Número de agências (*)	Grupo	
	2017	2016
Espanha	4.681	2.911
Exterior	9.016	9.324
	13.697	12.235

(*) Inclui 1.777 Agências do Grupo Banco Popular

49. Ganhos ou perdas com a alienação de ativos não financeiros e participações, líquidos

Os detalhes do saldo deste capítulo é:

	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Ganhos:			
Por ativo tangível e intangível	134	131	104
Por participações	443	30	104
<i>Dos quais:</i>			
<i>Allfunds Bank, S.A. (Nota 3)</i>	425	-	-
	577	161	208
Prejuízos:			
Por ativo tangível e intangível	(43)	(116)	(83)
Por participações	(12)	(15)	(13)
	(55)	(131)	(96)
	522	30	112

	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Ganhos:			
Por ativo tangível e intangível	481	504	379
Por participações	1.592	113	379
Dos quais:			
<i>Allfunds Bank, S.A. (Nota 3)</i>	1.528	-	-
	2.073	617	758
Prejuízos:			
Por ativo tangível e intangível	(153)	(446)	(302)
Por participações	(42)	(58)	(47)
	(195)	(504)	(349)
	1.878	113	409

50. Ganhos ou perdas procedentes de ativos não correntes disponíveis para vendas de operações descontinuadas

Os detalhes do saldo deste capítulo é o seguinte:

Saldo líquido	Milhões de euros		
	2017	2016	2015
Ativo tangível	(195)	(141)	(171)
<i>Depreciação (Nota 12)</i>	(306)	(212)	(222)
<i>Resultado de venda</i>	111	71	51
Outros ganhos e outros prejuízos	(8)	-	(2)
	(203)	(141)	(173)

Saldo líquido	Milhões de reais		
	2017	2016	2015
Ativo tangível	(701)	(542)	(623)
<i>Depreciação (Nota 12)</i>	(1.099)	(812)	(809)
<i>Resultado de venda</i>	398	270	186
Outros ganhos e outros prejuízos	(30)	1	(8)
	(731)	(541)	(631)

51. Outras informações

a) Prazos residuais das operações e taxas de juros médias

Apresentamos seguir os detalhes por vencimentos dos saldos de determinadas seções do balanço consolidado:

	31 de dezembro de 2017								
	Milhões de euros								Taxa de juros média
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
Ativo:									
Caixa, saldos em Bancos Centrais e outros depósitos à vista	110.995	-	-	-	-	-	-	110.995	0,53%
Ativos financeiros disponíveis para venda -	326	2.467	1.646	11.497	22.447	11.164	78.934	128.481	
Valores representativos de dívida	326	2.467	1.646	11.497	22.447	11.164	78.934	128.481	4,34%
Empréstimos e recebíveis	57.000	58.686	53.218	96.689	119.541	112.786	405.093	903.013	
Instrumentos de dívida	249	1.381	997	2.073	2.317	1.656	8.870	17.543	3,06%
Empréstimos e adiantamentos	56.751	57.305	52.221	94.616	117.224	111.130	396.223	885.470	
Bancos Centrais	-	3.948	1.446	4.811	-	-	16.073	26.278	5,10%
Instituições de crédito	18.242	4.198	3.445	5.708	5.694	939	1.341	39.567	1,26%
Clientes	38.509	49.159	47.330	84.097	111.530	110.191	378.809	819.625	5,44%
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	-	-	1.902	122	294	11.173	13.491	1,52%
	168.321	61.153	54.864	110.088	142.110	124.244	495.200	1.155.980	4,61%
Passivo:									
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado:	537.604	75.161	87.939	130.672	136.487	83.542	74.664	1.126.069	
Depósitos	527.499	59.325	66.667	100.658	81.169	39.719	8.283	883.320	
Bancos Centrais	450	2.015	681	2.715	42.988	22.565	-	71.414	0,24%
Instituições de Crédito	20.870	15.263	13.350	25.406	6.501	5.247	4.663	91.300	2,40%
Clientes	506.179	42.047	52.636	72.537	31.680	11.907	3.620	720.606	2,00%
Instrumentos de dívida emitidos(*)	105	11.927	11.638	29.286	54.202	43.395	64.357	214.910	2,56%
Outros passivos financeiros	10.000	3.909	9.634	728	1.116	428	2.024	27.839	
	537.604	75.161	87.939	130.672	136.487	83.542	74.664	1.126.069	1,98%
Diferença ativo menos passivo	(369.283)	(14.008)	(33.075)	(20.584)	5.623	40.702	420.536	29.911	

	31 de dezembro de 2017								
	Milhões de reais								Taxa de juros média
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
Ativo:									
Caixa, saldos em Bancos Centrais e outros depósitos à vista	440.972	-	-	-	-	-	-	440.972	0,53%
Ativos financeiros disponíveis para venda -	1.295	9.801	6.539	45.676	89.180	44.353	313.599	510.443	
Instrumentos de dívida	1.295	9.801	6.539	45.676	89.180	44.353	313.599	510.443	4,34%
Empréstimos e recebíveis	226.455	233.154	211.430	384.136	474.925	448.088	1.609.392	3.587.580	
Instrumentos de dívida	989	5.487	3.961	8.236	9.205	6.579	35.239	69.696	3,06%
Empréstimos e adiantamentos	225.466	227.667	207.469	375.900	465.720	441.509	1.574.153	3.517.884	
Bancos Centrais	-	15.685	5.745	19.114	-	-	63.857	104.401	5,10%
Instituições de crédito	72.474	16.678	13.687	22.677	22.622	3.731	5.326	157.195	1,26%
Clientes	152.992	195.304	188.037	334.109	443.098	437.778	1.504.970	3.256.288	5,44%
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	-	-	7.556	485	1.168	44.390	53.599	1,52%
	668.722	242.955	217.969	437.368	564.590	493.609	1.967.381	4.592.594	4,61%
Passivo:									
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado:	2.135.847	298.607	349.374	519.145	542.249	331.904	296.633	4.473.759	
Depósitos	2.095.701	235.692	264.862	399.903	322.476	157.800	32.909	3.509.343	
Bancos Centrais	1.788	8.005	2.706	10.786	170.787	89.649	-	283.721	0,24%
Instituições de Crédito	82.914	60.638	53.038	100.935	25.828	20.846	18.526	362.725	2,40%
Clientes	2.010.999	167.049	209.118	288.182	125.861	47.305	14.383	2.862.897	2,00%
Instrumentos de dívida emitidos(*)	417	47.385	46.237	116.350	215.339	172.404	255.684	853.816	2,56%
Outros passivos financeiros	39.729	15.530	38.275	2.892	4.434	1.700	8.040	110.600	
	2.135.847	298.607	349.374	519.145	542.249	331.904	296.633	4.473.759	1,98%
Diferença ativo menos passivo	(1.467.125)	(55.652)	(131.405)	(81.777)	22.341	161.705	1.670.748	118.835	

(*) Inclui notas promissórias, certificados de depósito e outras emissões de dívida a curto prazo.

A exposição líquida do Grupo tomada com o Banco Central Europeu (BCE) é de 34.820 milhões de euros (138.336 milhões de reais) em 31 de dezembro de 2017, em virtude de que o Grupo, nos últimos exercícios, recorreu ao financiamento a longo prazo condicionado do Banco Central Europeu (LTRO, TLTRO). (Ver Nota 20.)

	31 de dezembro de 2016								
	Milhões de euros								Taxa de juros média
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
Ativo:									
Caixa, saldos em Bancos Centrais e outros depósitos à vista	76.454	-	-	-	-	-	-	76.454	0,98%
Ativos financeiros disponíveis para venda -	200	5.986	2.007	5.442	23.574	13.900	60.178	111.287	
Instrumentos de dívida	200	5.986	2.007	5.442	23.574	13.900	60.178	111.287	4,33%
Empréstimos e recebíveis	52.512	48.420	56.725	85.521	113.387	93.816	389.623	840.004	
Instrumentos de dívida	248	1.628	708	2.246	2.125	1.918	4.364	13.237	6,31%
Empréstimos e adiantamentos	52.264	46.792	56.017	83.275	111.262	91.898	385.259	826.767	
Bancos Centrais	-	941	11.499	1.117	-	23	14.393	27.973	6,54%
Instituições de crédito	16.632	4.938	2.210	2.220	4.435	1.268	3.721	35.424	1,96%
Clientes	35.632	40.913	42.308	79.938	106.827	90.607	367.145	763.370	5,79%
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	-	-	123	2.075	342	11.928	14.468	1,70%
	129.166	54.406	58.732	91.086	139.036	108.058	461.729	1.042.213	5,12%
Passivo:									
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado:	480.075	95.583	67.282	125.774	115.591	69.467	90.468	1.044.240	
Depósitos	471.494	79.446	42.583	86.006	69.775	34.505	7.837	791.646	
Bancos Centrais	422	2.007	633	101	20.027	20.922	-	44.112	0,26%
Instituições de Crédito	16.649	16.357	10.603	23.313	13.540	5.560	3.742	89.764	3,97%
Clientes	454.423	61.082	31.347	62.592	36.208	8.023	4.095	657.770	2,25%
Instrumentos de dívida emitidos(*)	642	12.861	14.225	39.465	43.985	34.520	80.380	226.078	3,68%
Outros passivos financeiros	7.939	3.276	10.474	303	1.831	442	2.251	26.516	
	480.075	95.583	67.282	125.774	115.591	69.467	90.468	1.044.240	2,57%
Diferença ativo menos passivo	(350.909)	(41.177)	(8.550)	(34.688)	23.445	38.591	371.261	(2.027)	

	31 de dezembro de 2016								
	Milhões de reais								Taxa de juros média
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
Ativo:									
Caixa, saldos em Bancos Centrais e outros depósitos à vista	262.275	-	-	-	-	-	-	262.275	0,98%
Ativos financeiros disponíveis para venda -	686	20.535	6.885	18.672	80.871	47.681	206.439	381.769	
Instrumentos de dívida	686	20.535	6.885	18.672	80.871	47.681	206.439	381.769	4,33%
Empréstimos e recebíveis	180.143	166.105	194.595	293.380	388.974	321.836	1.336.599	2.881.632	
Instrumentos de dívida	851	5.585	2.429	7.705	7.290	6.580	14.970	45.410	6,31%
Empréstimos e adiantamentos	179.292	160.520	192.166	285.675	381.684	315.256	1.321.629	2.836.222	
Bancos Centrais	-	3.228	39.447	3.832	-	79	49.375	95.961	6,54%
Instituições de crédito	57.056	16.940	7.581	7.616	15.214	4.350	12.765	121.522	1,96%
Clientes	122.236	140.352	145.138	274.227	366.470	310.827	1.259.489	2.618.739	5,79%
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	-	-	422	7.118	1.173	40.921	49.634	1,70%
	443.104	186.640	201.480	312.474	476.963	370.690	1.583.959	3.575.310	5,12%
Passivo:									
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado:	1.646.897	327.898	230.812	431.467	396.536	238.306	310.350	3.582.266	
Depósitos	1.617.460	272.540	146.082	295.043	239.364	118.369	26.884	2.715.742	
Bancos Centrais	1.448	6.885	2.172	346	68.703	71.772	-	151.326	0,26%
Instituições de Crédito	57.114	56.113	36.374	79.975	46.449	19.074	12.836	307.935	3,97%
Clientes	1.558.898	209.542	107.536	214.722	124.212	27.523	14.048	2.256.481	2,25%
Instrumentos de dívida emitidos(*)	2.202	44.120	48.799	135.385	150.891	118.421	275.744	775.562	3,68%
Outros passivos financeiros	27.235	11.238	35.931	1.039	6.281	1.516	7.722	90.962	
	1.646.897	327.898	230.812	431.467	396.536	238.306	310.350	3.582.266	2,57%
Diferença ativo menos passivo	(1.203.793)	(141.258)	(29.332)	(118.993)	80.427	132.384	1.273.609	(6.956)	

(*) Inclui notas promissórias, certificados de depósito e outras emissões de dívida a curto prazo.

	31 de dezembro de 2015								Taxa de juros média
	Milhões de euros								
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
Ativo:									
Caixa, saldos em Bancos Centrais e outros depósitos à vista	77.751	-	-	-	-	-	-	77.751	0,79%
Ativos financeiros disponíveis para venda -	172	4.268	2.389	11.899	18.718	18.537	61.204	117.187	
Instrumentos de dívida	172	4.268	2.389	11.899	18.718	18.537	61.204	117.187	3,87%
Empréstimos e recebíveis	27.870	57.666	49.852	82.485	111.322	102.462	404.499	836.156	
Instrumentos de dívida	15	1.383	1.083	1.143	1.764	1.241	4.278	10.907	5,40%
Empréstimos e adiantamentos	27.855	56.283	48.769	81.342	109.558	101.221	400.221	825.249	
Bancos Centrais	-	6.305	5.007	2.120	47	3.835	23	17.337	7,45%
Instituições de crédito	6.879	11.974	4.115	5.294	3.897	1.240	4.039	37.438	1,55%
Clientes	20.976	38.004	39.647	73.928	105.614	96.146	396.159	770.474	5,99%
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	-	-	-	2.013	140	2.202	4.355	2,39%
	105.793	61.934	52.241	94.384	132.053	121.139	467.905	1.035.449	5,22%
Passivo:									
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado:	407.925	140.331	68.991	123.214	147.349	49.975	101.558	1.039.343	
Depósitos	403.579	122.234	47.277	88.263	88.808	14.462	31.056	795.679	
Bancos Centrais	1.580	3.874	2.348	-	31.070	-	-	38.872	0,17%
Instituições de Crédito	7.043	30.187	11.801	31.843	15.926	6.295	6.114	109.209	2,64%
Clientes	394.956	88.173	33.128	56.420	41.812	8.167	24.942	647.598	2,48%
Instrumentos de dívida emitidos(*)	134	13.142	14.900	34.303	57.880	34.998	67.430	222.787	3,70%
Outros passivos financeiros	4.212	4.955	6.814	648	661	515	3.072	20.877	
	407.925	140.331	68.991	123.214	147.349	49.975	101.558	1.039.343	2,56%
Diferença ativo menos passivo	(302.132)	(78.397)	(16.750)	(28.830)	(15.296)	71.164	366.347	(3.894)	

	31 de dezembro de 2015								Taxa de juros média
	Milhões de reais								
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
Ativo:									
Caixa, saldos em Bancos Centrais e outros depósitos à vista	335.240	-	-	-	-	-	-	335.240	0,79%
Ativos financeiros disponíveis para venda -	742	18.402	10.301	51.305	80.706	79.926	263.893	505.275	
Instrumentos de dívida	742	18.402	10.301	51.305	80.706	79.926	263.893	505.275	3,87%
Empréstimos e recebíveis	120.167	248.638	214.948	355.650	479.988	441.786	1.744.077	3.605.254	
Instrumentos de dívida	65	5.963	4.670	4.928	7.606	5.351	18.445	47.028	5,40%
Empréstimos e adiantamentos	120.102	242.675	210.278	350.722	472.382	436.435	1.725.632	3.558.226	
Bancos Centrais	-	27.185	21.589	9.141	203	16.535	99	74.752	7,45%
Instituições de crédito	29.660	51.628	17.743	22.826	16.803	5.347	17.414	161.421	1,55%
Clientes	90.442	163.862	170.946	318.755	455.376	414.553	1.708.119	3.322.053	5,99%
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	-	-	-	8.679	604	9.494	18.777	2,39%
	456.149	267.040	225.249	406.955	569.373	522.316	2.017.464	4.464.546	5,22%
Passivo:									
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado:	1.758.850	605.065	297.468	531.261	635.324	215.478	437.888	4.481.334	
Depósitos	1.740.111	527.037	203.844	380.563	382.913	62.356	133.904	3.430.728	
Bancos Centrais	6.812	16.704	10.124	-	133.964	-	-	167.604	0,17%
Instituições de Crédito	30.367	130.157	50.882	137.297	68.668	27.142	26.363	470.876	2,64%
Clientes	1.702.932	380.176	142.838	243.266	180.281	35.214	107.541	2.792.248	2,48%
Instrumentos de dívida emitidos(*)	578	56.664	64.244	147.904	249.561	150.901	290.739	960.591	3,70%
Outros passivos financeiros	18.161	21.364	29.380	2.794	2.850	2.221	13.245	90.015	
	1.758.850	605.065	297.468	531.261	635.324	215.478	437.888	4.481.334	2,56%
Diferença ativo menos passivo	(1.302.701)	(338.025)	(72.219)	(124.306)	(65.951)	306.838	1.579.576	(16.788)	

(*) Inclui notas promissórias, certificados de depósito e outras emissões de dívida a curto prazo.

Além disso, apresentamos a seguir os vencimentos de contratos não descontados dos passivos financeiros a custo amortizado existentes.

	31 de dezembro de 2017							
	Milhões de euros							
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado:								
Depósitos	526.059	57.490	89.249	99.780	64.977	32.365	8.157	878.077
Bancos centrais	451	2.018	23.801	2.719	27.138	15.385	-	71.512
Instituições de crédito	20.378	14.903	13.035	24.807	6.348	5.123	4.553	89.147
Clientes	505.230	40.569	52.413	72.254	31.491	11.857	3.604	717.418
Instrumentos de dívida emitidos	1.486	11.735	11.387	28.412	52.989	42.888	63.648	212.545
Outros passivos financeiros	10.001	3.908	9.634	728	1.116	428	2.024	27.839
	537.546	73.133	110.270	128.920	119.082	75.681	73.829	1.118.461

	31 de dezembro de 2017							
	Milhões de reais							
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado:								
Depósitos	2.089.980	228.402	354.577	396.416	258.147	128.583	32.407	3.488.512
Bancos centrais	1.792	8.017	94.559	10.802	107.817	61.123	-	284.110
Instituições de crédito	80.960	59.208	51.787	98.556	25.220	20.353	18.089	354.172
Clientes	2.007.228	161.177	208.232	287.058	125.111	47.107	14.318	2.850.230
Instrumentos de dívida emitidos	5.904	46.622	45.239	112.878	210.520	170.390	252.867	844.420
Outros passivos financeiros	39.733	15.526	38.275	2.892	4.434	1.700	8.041	110.602
	2.135.617	290.550	438.092	512.186	473.101	300.673	293.315	4.443.534

	31 de dezembro de 2016							
	Milhões de reais							
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado:								
Depósitos	467.529	95.231	49.246	68.830	66.255	34.781	7.765	789.637
Bancos centrais	422	2.006	633	101	20.021	20.916	-	44.099
Instituições de crédito	16.676	15.789	15.500	20.057	12.364	5.517	3.736	89.639
Clientes	450.431	77.436	33.113	48.672	33.870	8.348	4.029	655.899
Instrumentos de dívida emitidos	623	13.582	12.705	38.119	42.201	34.022	78.094	219.346
Outros passivos financeiros	7.939	3.645	10.097	305	1.837	442	2.251	26.516
	476.091	112.458	72.048	107.254	110.293	69.245	88.110	1.035.499

	31 de dezembro de 2016							
	Milhões de reais							
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado:								
Depósitos	1.603.858	326.690	168.938	236.121	227.288	119.316	26.638	2.708.850
Bancos centrais	1.448	6.882	2.172	346	68.682	71.752	-	151.282
Instituições de crédito	57.207	54.164	53.173	68.806	42.415	18.926	12.816	307.507
Clientes	1.545.204	265.644	113.594	166.969	116.191	28.638	13.821	2.250.062
Instrumentos de dívida emitidos	2.137	46.593	43.585	130.767	144.771	116.712	267.901	752.466
Outros passivos financeiros	27.235	12.504	34.638	1.046	6.302	1.516	7.722	90.963
	1.633.230	385.787	247.161	367.935	378.360	237.545	302.261	3.552.279

	31 de dezembro de 2015							
	Milhões de euros							
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado:								
Depósitos	401.813	121.750	47.094	87.916	88.558	14.406	30.927	792.465
Bancos centrais	1.579	3.872	2.347	-	31.053	-	-	38.851
Instituições de crédito	7.021	30.094	11.765	31.745	15.877	6.275	6.095	108.873
Clientes	393.213	87.784	32.982	56.171	41.628	8.131	24.832	644.741
Instrumentos de dívida emitidos	130	12.806	14.511	33.375	56.340	33.975	65.299	216.435
Outros passivos financeiros	4.212	4.955	6.814	648	661	515	3.072	20.877
	406.155	139.511	68.419	121.939	145.559	48.896	99.298	1.029.777

	31 de dezembro de 2015							
	Milhões de reais							
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado:								
Depósitos	1.732.497	524.949	203.057	379.067	381.837	62.116	133.349	3.416.871
Bancos centrais	6.808	16.695	10.120	-	133.891	-	-	167.514
Instituições de crédito	30.272	129.756	50.727	136.876	68.458	27.058	26.281	469.428
Clientes	1.695.416	378.498	142.210	242.191	179.488	35.058	107.068	2.779.929
Instrumentos de dívida emitidos	561	55.216	62.565	143.904	242.920	146.489	281.549	933.203
Outros passivos financeiros	18.161	21.364	29.380	2.794	2.850	2.221	13.246	90.015
	1.751.219	601.530	295.002	525.764	627.607	210.825	428.143	4.440.089

A seguir, apresentamos os detalhes dos vencimentos contratuais dos outros ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2017:

	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Milhões de euros em 31 de dezembro de 2017							
ATIVOS FINANCEIROS							
Ativos financeiros mantidos para negociação	11.147	5.887	21.896	24.178	19.563	42.787	125.458
Derivativos	4.026	1.691	5.352	17.233	14.895	14.046	57.243
Instrumentos de patrimônio	-	-	-	-	-	21.353	21.353
Instrumentos de dívida	4.253	1.706	11.850	6.529	4.662	7.351	36.351
Empréstimos e adiantamentos	2.868	2.490	4.694	416	6	37	10.511
Instituições de crédito	1.216	1	63	416	-	-	1.696
Clientes	1.652	2.489	4.631	-	6	37	8.815
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	9.998	4.485	5.032	3.402	3.922	7.943	34.782
Instrumentos de patrimônio	-	-	-	-	-	933	933
Instrumentos de dívida	19	120	850	667	579	1.250	3.485
Empréstimos e adiantamentos	9.979	4.365	4.182	2.735	3.343	5.760	30.364
Bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-
Instituições de crédito	7.341	2.020	183	32	77	236	9.889
Clientes	2.638	2.345	3.999	2.703	3.266	5.524	20.475
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	4.790	4.790
Instrumentos de patrimônio	-	-	-	-	-	4.790	4.790
Derivativos – hedge accounting	255	162	519	1.113	1.583	4.905	8.537
Alterações do valor justo dos itens cobertos de uma carteira com hedges do risco de taxas de juros	57	6	33	151	59	981	1.287
TOTAL DE ATIVOS FINANCEIROS	21.457	10.540	27.480	28.844	25.127	61.406	174.854

Milhões de reais em 31 de dezembro de 2017	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
ATIVOS FINANCEIROS							
Ativos financeiros mantidos para negociação	44.286	23.385	86.994	96.059	77.722	169.986	498.432
Derivativos	15.995	6.718	21.263	68.465	59.176	55.804	227.421
Instrumentos de patrimônio	-	-	-	-	-	84.832	84.832
Instrumentos de dívida	16.897	6.778	47.079	25.939	18.522	29.204	144.419
Empréstimos e adiantamentos	11.394	9.889	18.652	1.655	24	146	41.760
Instituições de crédito	4.831	-	254	1.655	-	-	6.740
Clientes	6.563	9.889	18.398	-	24	146	35.020
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	39.721	17.818	19.992	13.516	15.581	31.552	138.180
Instrumentos de patrimônio	-	-	-	-	-	3.705	3.705
Instrumentos de dívida	75	477	3.377	2.650	2.300	4.965	13.844
Empréstimos e adiantamentos	39.646	17.341	16.615	10.866	13.281	22.882	120.631
Bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-
Instituições de crédito	29.165	8.025	727	127	306	938	39.288
Clientes	10.481	9.316	15.888	10.739	12.975	21.944	81.343
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	19.031	19.031
Instrumentos de patrimônio	-	-	-	-	-	19.031	19.031
Derivativos – hedge accounting	1.013	644	2.062	4.422	6.289	19.485	33.915
Alterações do valor justo dos itens cobertos de uma carteira com hedges do risco de taxas de juros	226	24	131	600	234	3.897	5.112
TOTAL DE ATIVOS FINANCEIROS	85.246	41.871	109.179	114.597	99.826	243.951	694.670

Milhões de euros em 31 de dezembro de 2017	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS							
Passivos financeiros mantidos para negociação	38.976	4.073	7.177	17.913	16.989	22.496	107.624
Derivativos	3.698	2.070	5.951	15.634	14.897	15.642	57.892
Posições em títulos de curto prazo	8.060	468	1.226	2.279	2.092	6.854	20.979
Depósitos:	27.218	1.535	-	-	-	-	28.753
Bancos centrais	282	-	-	-	-	-	282
Instituições de crédito	292	-	-	-	-	-	292
Clientes	26.644	1.535	-	-	-	-	28.179
Instrumentos de dívida emitidos	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros a valor justo com alterações nos resultados	30.152	5.166	1.635	1.251	1.120	20.292	59.616
Depósitos:	30.083	4.730	1.065	191	425	19.477	55.971
Bancos centrais	6.038	2.077	745	-	-	-	8.860
Instituições de crédito	16.521	1.485	63	-	97	-	18.166
Clientes	7.524	1.168	257	191	328	19.477	28.945
Instrumentos de dívida emitidos	69	436	570	471	695	815	3.056
Outros passivos financeiros	-	-	-	589	-	-	589
Derivativos – hedge accounting	40	79	180	493	677	6.575	8.044
Alterações do valor justo dos itens cobertos de uma carteira com hedges do risco de taxa de juros	-	-	(2)	(1)	31	302	330
TOTAL DE PASSIVOS FINANCEIROS	69.168	9.318	8.990	19.656	18.817	49.665	175.614

Milhões de reais em 31 de dezembro de 2017	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS							
Passivos financeiros mantidos para negociação	154.846	16.181	28.514	71.166	67.495	89.376	427.578
Derivativos	14.692	8.224	23.643	62.112	59.184	62.145	230.000
Posições em títulos de curto prazo	32.022	1.859	4.871	9.054	8.311	27.231	83.348
Depósitos:	108.132	6.098	-	-	-	-	114.230
Bancos centrais	1.120	-	-	-	-	-	1.120
Instituições de crédito	1.158	-	-	-	-	-	1.158
Clientes	105.854	6.098	-	-	-	-	111.952
Passivos financeiros a valor justo com alterações nos resultados	119.791	20.525	6.496	4.969	4.449	80.621	236.851
Depósitos:	119.517	18.793	4.231	759	1.688	77.381	222.369
Bancos centrais	23.988	8.253	2.960	-	-	-	35.201
Instituições de crédito	65.637	5.900	250	-	385	-	72.172
Clientes	29.892	4.640	1.021	759	1.303	77.381	114.996
Instrumentos de dívida emitidos	274	1.732	2.265	1.871	2.761	3.240	12.143
Outros passivos financeiros	-	-	-	2.339	-	-	2.339
Derivativos – hedge accounting	159	314	715	1.959	2.690	26.119	31.956
Alterações do valor justo dos itens cobertos de uma carteira com hedges do risco de taxa de juros	-	-	(8)	(4)	123	1.200	1.311
TOTAL DE PASSIVOS FINANCEIROS	274.796	37.020	35.717	78.090	74.757	197.316	697.696

Milhões de euros em 31 de dezembro de 2017	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
POSIÇÕES FORA DO BALANÇO							
Compromissos de empréstimos concedidos	87.280	14.165	54.069	32.664	34.011	15.781	237.970
Garantias financeiras concedidas	17.065	5.059	12.599	10.502	2.326	1.566	49.117
POSIÇÕES FORA DO BALANÇO	104.345	19.224	66.668	43.166	36.337	17.347	287.087

Milhões de reais em 31 de dezembro de 2017	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
POSIÇÕES FORA DO BALANÇO							
Compromissos de empréstimos concedidos	346.755	56.276	214.811	129.771	135.122	62.697	945.432
Garantias financeiras concedidas	67.798	20.099	50.055	41.723	9.241	6.221	195.137
POSIÇÕES FORA DO BALANÇO	414.553	76.375	264.866	171.494	144.363	68.918	1.140.569

Com base na experiência do Grupo, não são realizadas saídas de caixa nem de outros ativos financeiros antes da data de vencimento contratual que possam afetar as informações detalhadas anteriormente.

b) Equivalência em euros dos ativos e passivos

Os detalhes dos principais saldos do balanço consolidado mantidos em moeda estrangeira, atendendo a natureza das seções que o integram são os seguintes:

	Equivalência em milhões de euros					
	2017		2016		2015	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Caixa, saldos em espécie em Bancos Centrais e outros depósitos à vista	67.025	-	60.423	-	65.886	-
Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação	82.004	76.459	100.083	70.958	93.699	66.576
Ativos e passivos financeiros designados a valor justo com alterações nos resultados	7.322	21.766	6.965	16.667	7.367	21.546
Ativos e passivos financeiros disponíveis para venda	65.691	-	68.370	-	68.012	-
Empréstimos e recebíveis	553.301	-	571.829	-	569.013	-
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	11.490	-	12.272	-	2.342	-
Investimentos em negócios conjuntos e coligadas	1.121	-	1.308	-	1.191	-
Ativo tangível	15.971	-	16.957	-	15.005	-
Ativo intangível	23.499	-	26.338	-	26.377	-
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado	-	638.680	-	678.542	-	668.014
Passivos abrangidos por contratos de seguros	-	58	-	61	-	1
Outros	23.695	20.989	27.961	23.169	23.622	22.626
	851.119	757.952	892.506	789.397	872.514	778.763

	Equivalência em milhões de reais					
	2017		2016		2015	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Caixa, saldos em espécie em Bancos Centrais e outros depósitos à vista	266.284	-	207.281	-	284.081	-
Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação	325.794	303.763	343.335	243.421	404.002	287.056
Ativos e passivos financeiros designados a valor justo com alterações nos resultados	29.088	86.473	23.893	57.176	31.764	92.900
Ativos e passivos financeiros disponíveis para venda	260.983	-	234.543	-	293.247	-
Empréstimos e recebíveis	2.198.210	-	1.961.659	-	2.453.413	-
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	45.649	-	42.099	-	10.098	-
Investimentos em negócios conjuntos e coligadas	4.454	-	4.487	-	5.135	-
Ativo tangível	63.452	-	58.171	-	64.697	-
Ativo intangível	93.359	-	90.353	-	113.730	-
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado	-	2.537.412	-	2.327.738	-	2.880.276
Passivos abrangidos por contratos de seguros ou resseguro	-	232	-	209	-	4
Outros	94.139	83.389	95.920	79.481	101.851	97.557
	3.381.412	3.011.269	3.061.741	2.708.025	3.762.018	3.357.793

c) Valor justo dos ativos e passivos financeiros não registrados em valor justo

Os ativos financeiros de propriedade do Grupo são registrados no balanço consolidado em anexo com seu valor justo, com exceção de Caixa, Saldos em caixa em Bancos Centrais e outros Depósitos à vista, dos Empréstimos e recebíveis, da carteira de Investimentos mantidos até o vencimento, dos instrumentos de patrimônio cujo valor de mercado não pode ser estimado de forma confiável e dos derivativos financeiros que têm estes instrumentos como ativo subjacente e cuja liquidação é feita mediante sua entrega.

Da mesma forma, com exceção dos passivos mantidos para negociação e dos avaliados em valor justo e dos derivativos financeiros (exceto os que têm como ativo subjacente instrumentos de patrimônio cujo valor de mercado não pode ser estimado de forma adequada), os passivos financeiros do Grupo são registrados no balanço consolidado em anexo pelo seu custo amortizado.

Apresentamos a seguir uma comparação entre o valor com o qual estão registrados os instrumentos financeiros do Grupo que são avaliados com um critério distinto do valor justo e seu valor justo correspondente no encerramento do exercício:

i) Ativos financeiros avaliados com critério distinto do valor justo

Ativo	Milhões de euros														
	2017					2016					2015				
	Valor registrado	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor registrado	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor registrado	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e adiantamentos	885.470	895.645	-	141.839	753.806	826.767	833.819	-	127.224	706.595	825.249	830.840	-	158.010	672.830
Instrumentos de dívida	31.034	31.094	10.994	13.688	6.412	27.705	27.417	11.529	11.678	4.210	15.262	15.071	4.310	9.333	1.428
	916.504	926.739	10.994	155.527	760.218	854.472	861.236	11.529	138.902	710.805	840.511	845.911	4.310	167.343	674.258

Ativo	Milhões de reais														
	2017					2016					2015				
	Valor registrado	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor registrado	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor registrado	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e adiantamentos	3.517.884	3.558.308	-	563.512	2.994.796	2.836.222	2.860.417	-	436.443	2.423.974	3.558.226	3.582.333	-	681.289	2.901.044
Instrumentos de dívida	123.295	123.533	43.678	54.381	25.474	95.044	94.054	39.550	40.063	14.442	65.805	64.982	18.583	40.242	6.157
	3.641.179	3.681.841	43.678	617.893	3.020.270	2.931.266	2.954.471	39.550	476.506	2.438.416	3.624.031	3.647.315	18.583	721.531	2.907.201

ii) Passivos financeiros avaliados com critério distinto do valor justo

Passivo	Milhões de euros														
	2017					2016					2015				
	Montante registrado	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Montante registrado	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Montante registrado	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Depósitos	883.320	883.880	-	177.147	706.733	791.646	792.172	-	90.271	701.901	795.679	795.301	-	109.491	685.810
Instrumentos de dívida e	242.749	248.891	52.896	139.301	56.694	252.594	255.758	43.306	186.356	26.096	243.664	246.540	62.359	162.823	21.178
Outros passivos financeiros	1.126.069	1.132.771	52.896	316.448	763.427	1.044.240	1.047.930	43.306	276.627	727.997	1.039.343	1.041.841	62.539	272.314	706.988

Passivo	Milhões de reais														
	2017					2016					2015				
	Montante registrado	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Montante registrado	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Montante registrado	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Depósitos	3.509.343	3.511.567	-	703.788	2.807.779	2.715.742	2.717.546	-	309.675	2.407.871	3.430.728	3.429.099	-	472.092	2.957.007
Instrumentos de dívida e	964.416	988.819	210.151	553.428	225.240	866.524	877.377	148.561	639.294	89.522	1.050.606	1.063.006	269.649	702.044	91.313
Outros passivos financeiros	4.473.759	4.500.386	210.151	1.257.216	3.033.019	3.582.266	3.594.923	148.561	948.969	2.497.393	4.481.334	4.492.105	269.649	1.174.136	3.048.320

Os principais métodos de avaliação e informações utilizados para estimar, em 31 de dezembro de 2017, o valor justo dos ativos e passivos financeiros da tabela anterior são indicados a seguir:

- Empréstimos e recebíveis: O valor justo foi estimado utilizando a técnica do valor atual. Para a estimativa, foram considerados fatores tais como o vencimento esperado da carteira, taxas de juros de mercado, *spreads* de nova concessão de operações, ou *spreads* de mercado (se disponíveis).
- Investimentos mantidos até o vencimento O valor justo foi determinado com base em cotações de mercado para esses instrumentos.
- Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado:
 - i) Depósitos: Foi assimilado o valor justo dos depósitos de curto prazo por seu valor contábil. Na estimativa de depósitos de longo prazo, foram considerados principalmente fatores tais como o vencimento esperado das operações e o custo de financiamento atual do Grupo em operações similares. Também foram utilizadas taxas de juros de mercado oferecidas para depósitos com vencimentos similares.
 - ii) Instrumentos de dívida emitidos e Passivos subordinados: O valor justo foi determinado com base em cotações de mercado para tais instrumentos (quando disponíveis) ou mediante a técnica do valor atual, aplicando geralmente taxas de juros e *spreads* de mercado e utilizando alguma informação significativa não baseada em dados de mercado observáveis em algumas ocasiões.

Além disso, o valor justo de Caixa, Saldos em caixa em Bancos Centrais e outros Depósitos à vista foi assimilado ao seu valor contábil por se tratar, principalmente, de saldos a curto prazo.

Além disso, em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, existiam instrumentos de patrimônio no valor de 1.211, 1.349 e 1.790 milhões de euros (4.811, 4.628 e 7.715 milhões de reais), respectivamente (Ver Nota 2.d), registrados na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, avaliados pelo seu custo no balanço consolidado, uma vez que não é possível estimar seu valor justo de forma confiável, pois correspondem a participações em instituições que não negociam em mercados organizados e, em consequência, as informações não observáveis são significativas.

d) Exposição do Grupo nos países periféricos da Europa

Apresentamos a seguir os detalhes, em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, por tipos de instrumentos financeiros, da exposição do Grupo a riscos soberanos dos países periféricos da Europa, e das posições curtas mantidas com eles, levando em consideração o critério estabelecido pela *European Banking Authority* (EBA) (Ver Nota 54):

Risco soberano por país do emitente/devedor em 31 de dezembro de 2017 (*)									
	Milhões de euros								
	Instrumentos de dívida					Crédito a clientes (**)	Exposição direta líquida total (****)	MtM Derivativos (***)	
	Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	Posições em títulos de curto prazo	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros mantidos até o vencimento			Risco direto	Risco indireto (CDS)
Espanha	6.940	(2.012)	37.748	1.585	1.906	16.470	62.637	(21)	-
Portugal	208	(155)	5.220	232	3	3.309	8.817	-	-
Itália	1.962	(483)	4.613	-	-	16	6.108	(5)	5
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Risco soberano por país do emitente/devedor em 31 de dezembro de 2017									
	Milhões de reais								
	Instrumentos de dívida					Crédito a clientes (**)	Exposição direta líquida total	MtM Derivativos (***)	
	Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	Posições em títulos de curto prazo	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros mantidos até o vencimento			Risco direto	Risco indireto (CDS)
Espanha	27.572	(7.993)	149.969	6.297	7.572	65.434	248.851	(83)	-
Portugal	826	(616)	20.739	922	12	13.146	35.029	-	-
Itália	7.795	(1.919)	18.327	-	-	64	24.267	(20)	20
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(*) Informação preparada com critérios EBA. Além disso, existe dívida pública no balanço de seguradoras no valor de 11.673 milhões de euros (46.376 milhões de reais) (dos quais 10.079, 1.163 e 431 milhões de euros (40.043, 4.620 e 1.712 milhões de reais) correspondem à Espanha, Portugal e Itália, respectivamente) e exposições fora de balanço que não de derivativos – compromissos e riscos contingentes - no valor de 3.596 milhões de euros (14.287 milhões de reais) (3.010, 146 e 440 milhões de euros (11.958, 580 e 1.748 milhões de reais) com Espanha, Portugal e Itália respectivamente).

(**) São apresentados sem considerar as correções de valor constituídas (31 milhões de euros - 123 milhões de reais).

(***) Derivativos diferentes de CDS referem-se à exposição dos derivativos em função da localização da contrapartida, independentemente da localização do subjacente. CDS refere-se à exposição dos CDS em função da localização do subjacente.

(****) Dentro das exposições diretas no Balanço, incluem-se 19.601 milhões de euros (77.873 milhões de reais) correspondentes ao Banco Popular e concentrados principalmente em valores representativos da dívida do Bando Popular.

Risco soberano por país do emitente/devedor em 31 de dezembro de 2016									
	Milhões de euros								
	Instrumentos de dívida					Crédito a clientes (**)	Exposição direta líquida total	MtM Derivativos (***)	
	Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	Posições em títulos de curto prazo	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros mantidos até o vencimento			Risco direto	Risco indireto (CDS)
Espanha	8.943	(4.086)	23.415	1.516	1.978	14.127	45.893	(176)	-
Portugal	154	(212)	5.982	214	4	930	7.072	-	-
Itália	2.211	(758)	492	-	-	7	1.952	(2)	2
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Risco soberano por país do emitente/devedor em 31 de dezembro de 2016									
	Milhões de reais								
	Instrumentos de dívida					Crédito a clientes (**)	Exposição direta líquida total	MtM Derivativos (***)	
	Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	Posições em títulos de curto prazo	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros mantidos até o vencimento			Risco direto	Risco indireto (CDS)
Espanha	30.679	(14.019)	80.326	5.201	6.785	48.463	157.435	(604)	-
Portugal	528	(730)	20.522	734	15	3.190	24.259	-	-
Itália	7.585	(2.601)	1.689	-	-	24	6.697	(7)	7
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(*) Informação preparada com critérios EBA. Além disso, existe dívida pública no balanço de seguradoras no valor de 10.502 milhões de euros (36.027 milhões de reais) (dos quais 9.456, 717 e 329 milhões de euros (32.439, 2.460 e 1.129 milhões de reais) correspondem à Espanha, Portugal e Itália, respectivamente) e exposições fora de balanço que não de derivativos – compromissos e riscos contingentes - no valor de 5.449 milhões de euros (18.693 milhões de reais) (5.349, 91 e 9 milhões de euros (18.350, 312 e 31 milhões de reais) com Espanha, Portugal e Itália respectivamente).

(**) São apresentados sem considerar as correções de valor constituídas (27 milhões de euros - 93 milhões de reais).

(***) Derivativos diferentes de CDS referem-se à exposição dos derivativos em função da localização da contrapartida, independentemente da localização do subjacente. CDS refere-se à exposição dos CDS em função da localização do subjacente.

Risco soberano por país do emitente/devedor em 31 de dezembro de 2015									
	Milhões de euros								
	Instrumentos de dívida						Exposição direta líquida total	MtM Derivativos (***)	
	Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	Posições em títulos de curto prazo	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Crédito a clientes (**)		Risco direto	Risco indireto (CDS)
Espanha	7.647	(2.446)	26.443	1.032	2.025	13.993	48.694	(217)	-
Portugal	278	(174)	7.916	916	-	1.071	10.007	-	1
Itália	3.980	(1.263)	-	-	-	-	2.717	(4)	4
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	6	-

Risco soberano por país do emitente/devedor em 31 de dezembro de 2015									
	Milhões de reais								
	Instrumentos de dívida						Exposição direta líquida total	MtM Derivativos (***)	
	Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	Posições em títulos de curto prazo	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Crédito a clientes (**)		Risco direto	Risco indireto (CDS)
Espanha	32.972	(10.598)	114.014	4.450	8.731	60.334	209.903	(936)	-
Portugal	1.199	(750)	34.131	3.950	-	4.618	43.148	-	4
Itália	17.161	(5.446)	-	-	-	-	11.715	(17)	17
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	26	-

(*) Informação preparada com critérios EBA. Além disso, existe dívida pública no balanço de seguradoras no valor de 11.273 milhões de euros (48.606 milhões de reais - dos quais 9.892, 605 e 776 milhões de euros, equivalentes a 42.651, 2.609 e 3.346 milhões de reais, correspondem a Espanha, Portugal e Itália, respectivamente) e exposições fora de balanço que não de derivativos – compromissos e riscos contingentes - no valor de 3.134 milhões de euros (13.513 milhões de reais) (3.045 e 89 milhões de euros - 13.129 e 384 milhões de reais) com Espanha e Portugal, respectivamente).

(**) São apresentados sem considerar as correções de valor constituídas (31 milhões de euros - 134 milhões de reais).

(***) Derivativos diferentes de CDS referem-se à exposição dos derivativos em função da localização da contrapartida, independentemente da localização do subjacente. CDS refere-se à exposição dos CDS em função da localização do subjacente.

Por outro lado, discriminamos a seguir os outros riscos a que o Grupo está sujeito nos países mencionados com outras contrapartes (setor privado, bancos centrais e outras instituições públicas não consideradas como risco soberano) em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

Risco com as outras contrapartes por país do emitente/devedor em 31 de dezembro de 2017 (*)										
	Milhões de euros									
	Depósitos em bancos centrais	Aquisições temporárias de ativos	Instrumentos de dívida				Crédito a clientes (Nota 10) (*)	Exposição direta líquida total	Derivativos (***)	
			Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros mantidos até o vencimento				
								Derivativos excluindo CDSs	CDSs	
Espanha	36.091	6.932	623	4.784	2.880	-	210.976	262.286	2.299	2
Portugal	761	178	160	764	4.007	106	35.650	41.626	1.416	-
Itália	17	2.416	438	1.010	-	-	10.015	13.896	211	5
Grécia	-	-	-	-	-	-	56	56	30	-
Irlanda	-	-	20	476	584	-	1.981	3.061	79	-

Risco com as outras contrapartes por país do emitente/devedor em 31 de dezembro de 2017 (*)										
	Milhões de reais									
	Depósitos em bancos centrais	Aquisições temporárias de ativos	Instrumentos de dívida				Crédito a clientes (Nota 10) (*)	Exposição direta líquida total	Derivativos (***)	
			Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros mantidos até o vencimento			Derivativos excluindo CDSs	CDSs
Espanha	143.386	27.540	2.475	19.006	11.442	-	838.187	1.042.036	9.134	8
Portugal	3.023	707	636	3.035	15.919	421	141.634	163.375	5.626	-
Itália	68	9.599	1.740	4.013	-	-	39.789	55.209	838	20
Grécia	-	-	-	-	-	-	222	222	119	-
Irlanda	-	-	79	1.891	2.320	-	7.870	12.160	314	-

(*) Além disso, o Grupo conta com exposições fora do balanço diferentes de derivativos - compromissos e riscos contingentes - no valor de 81.072, 8.936, 4.310, 200 e 714 milhões de euros (322.091, 35.502, 17.123, 795 e 2.837 milhões de reais) dos quais o Grupo Banco Popular 15.460 milhões de euros (61.421 milhões de reais) com contrapartes na Espanha, Portugal, Itália, Grécia e Irlanda, respectivamente.

(**) São apresentados sem considerar os ajustes por valorização nem as correções de valor por depreciação constituídas de 10.653 milhões de euros (42.323 milhões de reais), sendo que aproximadamente 3.986 milhões de euros (15.836 milhões de reais) procedem da exposição do Grupo Banco Popular.

(***) Derivativos diferentes de CDS referem-se à exposição dos derivativos em função da localização da contrapartida, independentemente da localização do subjacente. CDS refere-se à exposição dos CDS em função da localização do subjacente.

(****) - Dentro das exposições diretas no Balanço, incluem-se 83.625 milhões de euros e 332.234 milhões de reais correspondentes ao Banco Popular concentrados principalmente em créditos a clientes.

Risco com as outras contrapartes por país do emissor/devedor em 31 de dezembro de 2016 (*)										
	Milhões de euros									
	Depósitos em bancos centrais	Aquisições temporárias de ativos	Instrumentos de dívida				Crédito a clientes (Nota 10) (*)	Exposição direta líquida total	Derivativos (**)	
			Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros mantidos até o vencimento			Derivativos excluindo CDSs	CDSs
Espanha	9.640	8.550	1.223	4.663	711	-	147.246	172.033	2.977	(16)
Portugal	655	-	84	426	3.936	240	28.809	34.150	1.600	-
Itália	26	-	818	732	-	-	6.992	8.568	161	6
Grécia	-	-	-	-	-	-	47	47	34	-
Irlanda	-	-	45	396	77	-	985	1.503	690	-

Risco com as outras contrapartes por país do emissor/devedor em 31 de dezembro de 2016 (*)										
	Milhões de reais									
	Depósitos em bancos centrais	Aquisições temporárias de ativos	Instrumentos de dívida				Crédito a clientes (Nota 10) (*)	Exposição direta líquida total	Derivativos (***)	
			Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros mantidos até o vencimento			Derivativos excluindo CDSs	CDSs
Espanha	33.070	29.331	4.196	15.996	2.439	-	505.127	590.159	10.213	(55)
Portugal	2.247	-	288	1.461	13.502	823	98.831	117.152	5.489	0
Itália	89	-	2.806	2.511	-	-	23.986	29.392	552	21
Grécia	-	-	-	-	-	-	161	161	117	-
Irlanda	-	-	154	1.358	264	0	3.379	5.155	2.367	-

(*) Além disso, o Grupo conta com exposições fora do balanço diferentes de derivativos - compromissos e riscos contingentes - no valor de 64.522, 6.993, 3.364, 268 e 369 milhões de euros (221.343, 23.989, 11.540, 919 e 1.266 milhões de reais) com contrapartes na Espanha, Portugal, Itália, Grécia e Irlanda, respectivamente.

(**) São apresentados sem considerar Outro resultado global nem as correções de valor por depreciação constituídas em 8.692 milhões de euros (29.818 milhões de reais).

(***) Derivativos diferentes de CDS referem-se à exposição dos derivativos em função da localização da contrapartida, independentemente da localização do subjacente. CDS refere-se à exposição dos CDS em função da localização do subjacente.

Risco com as outras contrapartes por país do emissor/devedor em 31 de dezembro de 2015 (*)										
	Milhões de euros									
	Depósitos em bancos centrais	Aquisições temporárias de ativos	Instrumentos de dívida				Crédito a clientes (Nota 10) (*)	Exposição direta líquida total	Derivativos (***)	
			Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis				Derivativos excluindo CDSs	CDSs
Espanha	2.349	15.739	1.545	4.166	1.143		153.863	178.805	3.367	(42)
Portugal	2.938	-	159	992	2.999		29.928	37.016	1.729	-
Itália	5	-	167	813	-		6.713	7.698	35	5
Grécia	-	-	-	-	-		44	44	32	-
Irlanda	-	-	63	239	40		734	1.076	300	-

Risco com as outras contrapartes por país do emissor/devedor em 31 de dezembro de 2015 (*)									
Milhões de reais									
	Depósitos em bancos centrais	Aquisições temporárias de ativos	Instrumentos de dívida			Crédito a clientes (Nota 10) (*)	Exposição direta líquida total	Derivativos (***)	
			Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis			Derivativos excluindo CDSs	CDSs
Espanha	10.128	67.862	6.662	17.963	4.928	663.411	770.954	14.517	(181)
Portugal	12.668	-	686	4.277	12.931	129.041	159.603	7.455	-
Itália	22	-	720	3.505	-	28.944	33.191	151	22
Grécia	-	-	-	-	-	190	190	138	-
Irlanda	-	-	272	1.030	172	3.165	4.639	1.294	-

(*) Além disso, o Grupo conta com exposições fora do balanço diferentes de derivativos - compromissos e riscos contingentes - no valor de 64.159, 6.374, 3.746, 17 e 387 milhões de euros (276.634, 27.483, 16.152, 73 e 1.669 milhões de reais) com contrapartes em Espanha, Portugal, Itália, Grécia e Irlanda, respectivamente.

(**) São apresentados sem considerar Outro resultado abrangente nem as correções de valor por depreciação constituídas (11.641 milhões de euros - 50.192 milhões de reais).

(***) Derivativos diferentes de CDS referem-se à exposição dos derivativos em função da localização da contrapartida, independentemente da localização do subjacente. CDS refere-se à exposição dos CDS em função da localização do subjacente.

A seguir, apresentamos informações sobre os valores nominais correspondentes aos CDS descritos nas tabelas anteriores correspondentes a 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

31/12/2017							
Milhões de euros							
		Valor nominal			Valor justo		
		Comprado	Vendido	Líquido	Comprado	Vendido	Líquido
Espanha	Soberania	-	-	-	-	-	-
	Outros	324	499	(175)	(3)	5	2
Portugal	Soberania	25	128	(103)	(1)	1	-
	Outros	1	1	-	-	-	-
Itália	Soberania	25	450	(425)	-	5	5
	Outros	225	201	24	(3)	8	5

31/12/2017							
Milhões de reais							
		Valor nominal			Valor justo		
		Comprado	Vendido	Líquido	Comprado	Vendido	Líquido
Espanha	Soberania	-	-	-	-	-	-
	Outros	1.287	1.982	(695)	(12)	20	8
Portugal	Soberania	99	508	(409)	(4)	4	-
	Outros	4	4	-	-	-	-
Itália	Soberania	99	1.787	(1.688)	-	20	20
	Outros	894	799	95	(12)	32	20

31/12/2016							
Milhões de euros							
		Valor nocional			Valor justo		
		Comprado	Vendido	Líquido	Comprado	Vendido	Líquido
Espanha	Soberania	-	-	-	-	-	-
	Outros	534	751	(217)	(3)	(13)	(16)
Portugal	Soberania	28	290	(262)	1	(1)	-
	Outros	-	6	(6)	-	-	-
Itália	Soberania	78	503	(425)	-	2	2
	Outros	317	362	(45)	(1)	7	6

31/12/2016							
Milhões de reais							
		Valor nocional			Valor justo		
		Comprado	Vendido	Líquido	Comprado	Vendido	Líquido
Espanha	Soberania	-	-	-	-	-	-
	Outros	1.832	2.576	(744)	(10)	(45)	(55)
Portugal	Soberania	96	995	(899)	3	(3)	-
	Outros	-	21	(21)	-	-	-
Itália	Soberania	268	1.726	(1.458)	-	7	7
	Outros	1.087	1.241	(154)	(3)	24	21

31/12/2015							
Milhões de euros							
		Valor nocional			Valor justo		
		Comprado	Vendido	Líquido	Comprado	Vendido	Líquido
Espanha	Soberania	-	-	-	-	-	-
	Outros	724	991	(267)	(3)	(39)	(42)
Portugal	Soberania	28	187	(159)	-	1	1
	Outros	71	77	(6)	-	-	-
Itália	Soberania	183	448	(265)	(1)	5	4
	Outros	553	618	(65)	3	2	5

31/12/2015							
Milhões de reais							
		Valor nocional			Valor justo		
		Comprado	Vendido	Líquido	Comprado	Vendido	Líquido
Espanha	Soberania	-	-	-	-	-	-
	Outros	3.122	4.273	(1.151)	(13)	(168)	(181)
Portugal	Soberania	121	806	(685)	-	4	4
	Outros	306	332	(26)	-	-	-
Itália	Soberania	789	1.932	(1.143)	(5)	22	17
	Outros	2.384	2.665	(281)	13	9	22

52. Informações segmentadas por áreas geográficas e por negócios

As informações por segmentos de negócio constitui uma ferramenta básica para o acompanhamento e a gestão das diferentes atividades do Grupo.

a) Áreas geográficas

No nível principal de segmentação, derivado da gestão do Grupo, existem cinco segmentos: quatro áreas operacionais e o Centro Corporativo. As áreas operacionais abrangem todos os negócios que o Grupo desenvolve nelas, a saber: Europa continental, Reino Unido, América Latina e Estados Unidos, baseados na localização dos ativos.

A área da Europa continental incorpora todos os negócios realizados na região. A área do Reino Unido inclui os negócios desenvolvidos pelas diferentes unidades e sucursais do Grupo ali presentes. A área da América Latina reúne todas as atividades financeiras que o Grupo desenvolve por meio de seus bancos e sociedades filiais na região. Nos Estados Unidos, inclui a holding (SHUSA) e os negócios do Santander Bank, Santander Consumer USA, Banco Santander Porto Rico, a unidade especializada do Banco Santander International e a sucursal de Nova York.

O Centro corporativo engloba os negócios de gestão centralizada relativos às participações financeiras, à gestão financeira da posição estrutural de câmbio, realizada desde o âmbito do Comitê de Gestão de Ativos e Passivos corporativo do Grupo, bem como à gestão da liquidez e dos recursos próprios por meio de emissões.

A elaboração das informações financeiras de cada segmento operacional é realizada a partir da agregação das unidades que existem no Grupo. A informação de base corresponde tanto aos dados contábeis das unidades jurídicas integradas em cada segmento como à disponível nos sistemas de informação de gestão. Em todos os casos, as demonstrações financeiras estão homogeneizadas aos critérios contábeis utilizados pelo Grupo.

Consequentemente, a somatória das demonstrações do resultado dos diferentes segmentos coincide com a demonstração do resultado consolidada. Quanto ao balanço, o necessário processo de abertura das diferentes unidades de negócio, que estão incluídas em um único balanço consolidado, implica refletir os diferentes montantes emprestados e empréstimos tomados entre elas como maior volume dos ativos e passivos de cada negócio. Estes montantes, correspondentes à liquidez intergrupo, são eliminados na coluna eliminações intergrupo da tabela seguinte, a fim de conciliar os montantes aportados por cada unidade de negócio ao balanço do Grupo consolidado.

Não existem clientes localizados em lugar diferente à localização dos ativos do Grupo que gerem receitas superiores a 10% das receitas ordinárias.

O balanço e a demonstração do resultado consolidada das diferentes áreas geográficas são mostrados a seguir:

Balanco (resumido)	Milhões de euros						
	2017						
	Europa Continental	Reino Unido	América Latina	Estados Unidos	Centro corporativo	Eliminações intergrupo	Total
Total do Ativo	694.697	361.230	290.818	114.388	133.353	(150.181)	1.444.305
Créditos a clientes	382.855	243.616	146.133	71.963	5.326	(978)	848.915
Caixa, Bancos Centrais e Instituições de Crédito	128.185	56.762	55.935	13.300	400	(66.157)	188.425
Instrumentos de dívida	100.188	26.188	57.364	13.843	1.768	-	199.351
Outros ativos financeiros (*)	39.918	24.690	14.226	3.368	2.117	-	84.319
Outras contas de ativo	43.551	9.974	17.160	11.914	123.742	(83.046)	123.295
Total do Passivo	651.724	344.926	262.267	99.189	46.501	(67.135)	1.337.472
Depósitos de clientes	354.272	230.504	141.543	51.189	222	-	777.730
Bancos Centrais e Instituições de Crédito	172.987	27.833	39.212	15.884	1.533	(67.135)	190.314
Instrumentos de dívida emitidos	61.214	61.112	34.434	26.176	35.030	-	217.966
Outros Passivos Financeiros (**)	45.920	21.167	36.084	2.503	1.625	-	107.299
Outras contas de passivo	17.331	4.310	10.994	3.437	8.091	-	44.163
Total do Patrimônio Líquido	42.973	16.304	28.551	15.199	86.852	(83.046)	106.833
Outros recursos de clientes administrados (***)	74.314	8.657	80.732	2.871	-	-	166.574
Fundo de investimento	52.320	8.543	74.435	452	-	-	135.750
Fundo de aposentadorias	11.566	-	-	-	-	-	11.566
Patrimônios administrados	10.428	114	6.297	2.419	-	-	19.258

(*) Inclui Derivativos e Instrumentos de Patrimônio.

(**) Inclui Derivados, Posições Curtas e Outros passivos financeiros.

(***) Engloba Depósitos de clientes, Instrumentos de dívida emitidos e Outros recursos de clientes administrados.

O Centro Corporativo atua na qualidade de *holding* do Grupo. Consequentemente, gerencia todos os recursos próprios (capital e reservas de todas as unidades) e determina sua imputação a todas as unidades. O capital e as reservas do Grupo são designados inicialmente a esta área e, a seguir, são imputados de acordo com as políticas corporativas, às unidades de negócio. Essa imputação é apresentada como um ativo do Centro Corporativo (incluído no capítulo Outras contas de ativo) e como um passivo de cada unidade de negócio (incluído no capítulo Capital, reservas, resultado do exercício e Outro resultado abrangente). Portanto, a imputação é refletida no balanço líquido de ajustes por eliminações intragrupo a fim de não duplicar saldos e de obter o balanço consolidado total do Grupo.

Balanço (resumido)	Milhões de reais						
	2017						
	Europa Continental	Reino Unido	América Latina	Estados Unidos	Centro corporativo	Eliminações intergrupo	Total
Total do Ativo	2.759.961	1.435.131	1.155.390	454.453	529.790	(596.653)	5.738.072
Créditos a clientes	1.521.044	967.862	580.572	285.902	21.160	(3.889)	3.372.651
Caixa, Bancos Centrais e Instituições de Crédito	509.264	225.510	222.224	52.840	1.589	(262.831)	748.596
Instrumentos de dívida	398.037	104.042	227.901	54.997	7.024	-	792.001
Outros ativos financeiros (*)	158.592	98.091	56.518	13.381	8.407	-	334.989
Outras contas de ativo	173.024	39.626	68.175	47.333	491.610	(329.933)	489.835
Total do Passivo	2.589.234	1.370.356	1.041.960	394.068	184.746	(266.721)	5.313.643
Depósitos de clientes	1.407.487	915.769	562.336	203.369	884	-	3.089.845
Bancos Centrais e Instituições de Crédito	687.260	110.578	155.785	63.105	6.090	(266.721)	756.097
Instrumentos de dívida emitidos	243.197	242.792	136.803	103.995	139.172	-	865.959
Outros Passivos Financeiros (**)	182.436	84.094	143.358	9.944	6.455	-	426.287
Outras contas de passivo	68.854	17.123	43.678	13.655	32.145	-	175.455
Total do Patrimônio Líquido	170.727	64.775	113.430	60.385	345.044	(329.932)	424.429
Outros recursos de clientes administrados (***)	295.238	34.393	320.740	11.406	-	-	661.777
Fundo de investimento	207.858	33.940	295.723	1.796	-	-	539.317
Fundo de aposentadorias	45.951	-	-	-	-	-	45.951
Patrimônios administrados	41.429	453	25.017	9.610	-	-	76.509

(*) Inclui Derivativos e Instrumentos de Patrimônio.

(**) Inclui Derivados, Posições Curtas e Outros passivos financeiros.

(***) Engloba Depósitos de clientes, Instrumentos de dívida emitidos e Outros recursos de clientes administrados.

Balanco (resumido)	Milhões de euros						
	2016						
	Europa Continental	Reino Unido	América Latina	Estados Unidos	Centro corporativo	Eliminações intergrupo	Total
Total do Ativo	520.134	354.960	320.768	137.391	132.154	(126.282)	1.339.125
Créditos a clientes	297.214	251.251	152.187	85.389	4.429	-	790.470
Caixa, Bancos Centrais e Instituições de Crédito	77.232	36.643	67.400	16.970	2.640	(47.744)	153.141
Instrumentos de dívida	80.639	28.045	63.314	17.940	1.374	-	191.312
Outros ativos financeiros (*)	40.689	26.819	18.696	3.566	2.803	-	92.573
Outras contas de ativo	24.360	12.202	19.171	13.526	120.908	(78.538)	111.629
Total do Passivo	486.644	337.945	291.454	120.741	47.387	(47.745)	1.236.426
Depósitos de clientes	269.934	212.113	143.747	64.460	857	-	691.111
Bancos Centrais e Instituições de Crédito	105.152	21.590	47.585	22.264	552	(47.745)	149.398
Instrumentos de dívida emitidos	53.064	71.108	47.436	26.340	30.921	-	228.869
Outros Passivos Financeiros (**)	49.042	27.913	41.395	2.907	2.633	-	123.890
Outras contas de passivo	9.452	5.221	11.291	4.770	12.424	-	43.158
Total do Patrimônio Líquido	33.490	17.015	29.314	16.650	84.767	(78.537)	102.699
Outros recursos de clientes administrados (***)	65.834	8.564	81.034	3.828	-	-	159.260
Fundo de investimento	46.229	8.446	74.554	701	-	-	129.930
Fundo de aposentadorias	11.298	-	-	-	-	-	11.298
Patrimônios administrados	8.307	118	6.480	3.127	-	-	18.032

(*) Inclui Derivativos e Instrumentos de Patrimônio.

(**) Inclui Derivados, Posições Curtas e Outros passivos financeiros.

(***) Engloba Depósitos de clientes, Instrumentos de dívida emitidos e Outros recursos de clientes administrados.

Balanco (resumido)	Milhões de reais						
	2016						
	Europa Continental	Reino Unido	América Latina	Estados Unidos	Centro corporativo	Eliminações intergrupo	Total
Total do Ativo	1.784.318	1.217.689	1.100.396	471.315	453.347	(433.208)	4.593.857
Créditos a clientes	1.019.594	861.914	522.078	292.927	15.194	-	2.711.707
Caixa, Bancos Centrais e Instituições de Crédito	199.259	52.503	166.765	3.740	589	(159.784)	263.072
Instrumentos de dívida	204.797	168.044	217.199	61.543	4.714	-	656.297
Outros ativos financeiros (*)	135.830	95.756	64.137	12.233	9.616	-	317.572
Outras contas de ativo	224.838	39.472	130.217	100.872	423.234	(273.424)	645.209
Total do Passivo	1.665.650	1.159.213	999.834	414.091	162.550	(159.784)	4.241.554
Depósitos de clientes	926.008	727.654	493.125	221.128	2.944	-	2.370.859
Bancos Centrais e Instituições de Crédito	356.140	73.956	163.241	76.270	2.685	(159.784)	512.508
Instrumentos de dívida emitidos	182.036	243.936	162.728	90.358	106.077	-	785.135
Outros Passivos Financeiros (**)	168.239	95.756	142.006	9.972	9.032	-	425.005
Outras contas de passivo	33.227	17.911	38.734	16.363	41.812	-	148.047
Total do Patrimônio Líquido	118.668	58.476	100.562	57.224	290.797	(273.424)	352.303
Outros recursos de clientes administrados (***)	225.844	29.379	277.986	13.133	-	-	546.342
Fundo de investimento	158.587	28.976	255.757	2.405	-	-	445.725
Fundo de aposentadorias	38.758	-	-	-	-	-	38.758
Patrimônios administrados	28.499	403	22.229	10.728	-	-	61.859

(*) Inclui Derivativos e Instrumentos de Patrimônio.

(**) Inclui Derivados, Posições Curtas e Outros passivos financeiros.

(***) Engloba Depósitos de clientes, Instrumentos de dívida emitidos e Outros recursos de clientes administrados.

Balço (resumido)	Milhões de euros						
	2015						
	Europa Continental	Reino Unido	América Latina	Estados Unidos	Centro corporativo	Eliminaões intergrupo	Total
Total do Ativo	538.645	383.155	267.885	130.584	148.134	(128.143)	1.340.260
Créditos a clientes	287.252	282.673	133.139	84.190	3.594	-	790.848
Caixa, Bancos Centrais e Instituições de Crédito	92.414	38.509	51.275	11.527	17.536	(50.980)	160.281
Instrumentos de dívida	85.665	20.308	50.085	19.693	4.379	-	180.130
Outros ativos financeiros (*)	46.681	32.871	15.489	3.187	2.200	-	100.428
Outras contas de ativo	26.633	8.794	17.897	11.987	120.425	(77.163)	108.573
Total do Passivo	506.132	365.979	248.208	119.263	63.618	(50.980)	1.252.220
Depósitos de clientes	263.462	231.947	122.413	60.115	5.205	-	683.142
Bancos Centrais e Instituições de Crédito	132.688	23.610	42.395	26.170	1.490	(50.980)	175.373
Instrumentos de dívida emitidos	51.103	74.260	39.526	23.905	37.366	-	226.160
Outros Passivos Financeiros (**)	49.798	29.000	30.417	2.772	2.668	-	114.655
Outras contas de passivo	9.081	7.162	13.457	6.301	16.889	-	52.890
Total do Patrimônio Líquido	32.513	17.176	19.677	11.321	84.516	(77.163)	88.040
Outros recursos de clientes administrados (***)	64.433	9.703	59.065	7.540	-	-	140.741
Fundo de investimento	44.393	9.564	54.426	645	-	-	109.028
Fundo de aposentadorias	11.376	-	-	-	-	-	11.376
Patrimônios administrados	8.664	139	4.639	6.895	-	-	20.337

(*) Inclui Derivativos e Instrumentos de Patrimônio.

(**) Inclui Derivados, Posições Curtas e Outros passivos financeiros.

(***) Engloba Depósitos de clientes, Instrumentos de dívida emitidos e Outros recursos de clientes administrados.

Balanco (resumido)	Milhões de reais						
	2015						
	Europa Continental	Reino Unido	América Latina	Estados Unidos	Centro corporativo	Eliminações intergrupo	Total
Total do Ativo	2.322.473	1.652.047	1.155.036	563.040	638.718	(552.515)	5.778.799
Créditos a clientes	1.238.545	1.218.799	574.051	363.000	15.504	-	3.409.899
Caixa, Bancos Centrais e Instituições de Crédito	328.167	60.722	153.163	4.511	29.091	(219.810)	355.844
Instrumentos de dívida	369.367	87.562	215.951	84.910	18.881	-	776.671
Outros ativos financeiros (*)	201.279	141.730	66.784	13.741	9.486	-	433.020
Outras contas de ativo	185.115	143.234	145.087	96.878	565.756	(332.705)	803.365
Total do Passivo	2.167.897	1.577.183	1.051.673	506.310	269.742	(219.810)	5.352.995
Depósitos de clientes	1.135.965	1.000.088	527.809	259.198	22.443	-	2.945.503
Bancos Centrais e Instituições de Crédito	572.113	101.799	182.786	112.832	6.435	(219.810)	756.155
Instrumentos de dívida emitidos	220.343	320.183	170.430	103.072	161.106	-	975.134
Outros Passivos Financeiros (**)	214.710	125.039	131.149	11.952	11.504	-	494.354
Outras contas de passivo	24.766	30.074	39.499	19.256	68.254	-	181.849
Total do Patrimônio Líquido	154.576	74.864	103.363	56.730	368.976	(332.705)	425.804
Outros recursos de clientes administrados (***)	282.809	31.793	231.247	60.984	-	-	606.833
Fundo de investimento	201.161	31.193	211.429	26.313	-	-	470.096
Fundo de aposentadorias	49.050	-	-	-	-	-	49.050
Patrimônios administrados	32.598	600	19.818	34.671	-	-	87.687

(*) Inclui Derivativos e Instrumentos de Patrimônio.

(**) Inclui Derivados, Posições Curtas e Outros passivos financeiros.

(***) Engloba Depósitos de clientes, Instrumentos de dívida emitidos e Outros recursos de clientes administrados.

Demonstração do resultado (consolidada)	Milhões de euros					
	2017					
	Europa continental	Reino Unido	América Latina	Estados Unidos	Centro corporativo	Total
MARGEM DE JUROS	9.270	4.364	15.944	5.569	(851)	34.296
Receitas de dividendos	274	1	44	20	45	384
Resultado de instituições avaliadas pelo método da equivalência patrimonial	378	32	369	(11)	(64)	704
Comissões líquidas	4.171	1.003	5.490	971	(38)	11.597
Outras receitas (*)	626	282	1.012	(29)	(226)	1.665
Outros resultados operacionais	(256)	34	(386)	401	(84)	(291)
MARGEM BRUTA	14.463	5.716	22.473	6.921	(1.218)	48.355
Gastos de administração e amortizações	(7.688)	(2.862)	(8.694)	(3.274)	(475)	(22.993)
Provisões ou reversão de provisões	(990)	(429)	(1.145)	(174)	(320)	(3.058)
Provisã ou reversão da provisão para ativos financeiros não avaliados em valor justo com alterações nos resultados	(1.111)	(205)	(5.014)	(2.878)	(51)	(9.259)
RESULTADO DA ATIVIDADE OPERACIONAL	4.674	2.220	7.620	595	(2.064)	13.045
Provisão ou reversão com valor de ativos não financeiros	(189)	(50)	(112)	(27)	(895)	(1.273)
Outros resultados e provisões	(115)	14	(31)	16	435	319
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	4.370	2.184	7.477	584	(2.524)	12.091
Imposto sobre os lucros	(1.158)	(661)	(2.380)	116	199	(3.884)
RESULTADO DO EXERCÍCIO PROCEDENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	3.212	1.523	5.097	700	(2.325)	8.207
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	3.212	1.523	5.097	700	(2.325)	8.207
Lucro atribuído a minoritários	381	25	813	368	(1)	1.588
LUCRO ATRIBUÍDO AO GRUPO	2.831	1.498	4.284	332	(2.326)	6.619

(*) Inclui Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros não avaliados em valor justo com alterações nos resultados, líquidos, Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros mantidos para negociação, líquidos, Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados, líquidos, Ganhos ou perdas resultantes de hedge accounting, líquidos, e Diferenças de câmbio, líquidas.

Demonstração do resultado (consolidada)	Milhões de reais					
	2017					
	Europa continental	Reino Unido	América Latina	Estados Unidos	Centro corporativo	Total
MARGEM DE JUROS	33.318	15.685	57.305	20.016	(3.059)	123.265
Receitas de dividendos	985	4	158	72	162	1.380
Resultado de instituições avaliadas pelo método da equivalência patrimonial	1.359	115	1.326	(40)	(230)	2.530
Comissões líquidas	14.991	3.605	19.732	3.490	(137)	41.681
Outras receitas (*)	2.250	1.014	3.637	(104)	(816)	5.981
Outros resultados operacionais	(920)	122	(1.387)	1.441	(306)	(1.049)
MARGEM BRUTA	51.982	20.544	80.772	24.875	(4.385)	173.788
Gastos de administração e amortizações	(27.632)	(10.283)	(31.248)	(11.767)	(1.711)	(82.644)
Provisões ou reversão de provisões	(3.558)	(1.542)	(4.115)	(625)	(1.150)	(10.991)
Provisão ou reversão da provisão para ativos financeiros não avaliados em valor justo com alterações nos resultados	(3.993)	(737)	(18.021)	(10.344)	(183)	(33.278)
RESULTADO DA ATIVIDADE OPERACIONAL	16.799	7.979	27.387	2.139	(7.429)	46.875
Provisão ou reversão com valor de ativos não financeiros	(679)	(180)	(403)	(97)	(3.217)	(4.575)
Outros resultados e provisões	(413)	50	(111)	58	1.563	1.147
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	15.706	7.850	26.874	2.099	(9.082)	43.446
Imposto sobre os lucros	(4.162)	(2.376)	(8.554)	417	719	(13.956)
RESULTADO DO EXERCÍCIO PROCEDENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	11.544	5.474	18.319	2.516	(8.364)	29.490
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	11.544	5.474	18.319	2.516	(8.364)	29.490
Lucro atribuído a minoritários	1.369	90	2.922	1.323	(4)	5.700
LUCRO ATRIBUÍDO AO GRUPO	10.175	5.384	15.397	1.193	(8.360)	23.790

(*) Inclui Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros não avaliados em valor justo com alterações nos resultados, líquidos, Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros mantidos para negociação, líquidos, Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados, líquidos, Ganhos ou perdas resultantes de hedge accounting, líquidos, e Diferenças de câmbio, líquidas.

Demonstração do resultado (consolidada)	Milhões de euros											
	2016						2015					
	Europa continental	Reino Unido	América Latina	Estados Unidos	Centro corporativo	Total	Europa continental	Reino Unido	América Latina	Estados Unidos	Centro corporativo	Total
MARGEM DE JUROS	8.161	4.405	13.345	5.917	(739)	31.089	8.006	4.942	13.752	6.116	(4)	32.812
Receitas de dividendos	272	1	78	30	32	413	277	1	57	48	72	455
Resultado de instituições avaliadas pelo método da equivalência patrimonial	168	16	309	2	(51)	444	120	10	285	3	(43)	375
Comissões líquidas	3.497	1.031	4.581	1.102	(31)	10.180	3.417	1.091	4.452	1.086	(13)	10.033
Outras receitas (*)	818	319	806	22	136	2.101	1.186	302	517	231	150	2.386
Outros resultados operacionais	(110)	44	(355)	460	(34)	5	(178)	37	(308)	316	(33)	(166)
MARGEM BRUTA	12.806	5.816	18.764	7.533	(687)	44.232	12.828	6.383	18.755	7.800	129	45.895
Gastos de administração e amortizações	(6.781)	(2.967)	(7.692)	(3.197)	(464)	(21.101)	(6.735)	(3.357)	(7.906)	(3.025)	(697)	(21.720)
Provisões ou reversão de provisões	(444)	(276)	(800)	(72)	(916)	(2.508)	(352)	(351)	(831)	(164)	(1.408)	(3.106)
Provisão ou reversão da provisão de ativos financeiros não avaliados em valor justo com alterações nos resultados	(1.383)	(58)	(4.912)	(3.187)	(86)	(9.626)	(2.083)	(107)	(5.108)	(3.103)	(251)	(10.652)
RESULTADO DA ATIVIDADE OPERACIONAL	4.198	2.515	5.360	1.077	(2.153)	10.997	3.658	2.568	4.910	1.508	(2.227)	10.417
Provisão ou reversão com valor de ativos não financeiros	(36)	(64)	(42)	(35)	37	(140)	(172)	(9)	20	-	(931)	(1.092)
Outros resultados e provisões	(150)	1	59	(6)	7	(89)	(120)	5	78	16	243	222
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	4.012	2.452	5.377	1.036	(2.109)	10.768	3.366	2.564	5.008	1.524	(2.915)	9.547
Imposto sobre os lucros	(1.083)	(736)	(1.363)	(355)	255	(3.282)	(887)	(556)	(1.219)	(517)	966	(2.213)
RESULTADO DO EXERCÍCIO PROCEDENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	2.929	1.716	4.014	681	(1.854)	7.486	2.479	2.008	3.789	1.007	(1.949)	7.334
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	2.929	1.716	4.014	681	(1.854)	7.486	2.479	2.008	3.789	1.007	(1.949)	7.334
Lucro atribuído a minoritários	330	36	628	286	2	1.282	261	37	596	329	145	1.368
LUCRO ATRIBUÍDO AO GRUPO	2.599	1.680	3.386	395	(1.856)	6.204	2.218	1.971	3.193	678	(2.094)	5.966

(*) Inclui Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros não avaliados em valor justo com alterações nos resultados, líquidos, Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros mantidos para negociação, líquidos, Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados, líquidos, Ganhos ou perdas resultantes de hedge accounting, líquidos, e Diferenças de câmbio, líquidas.

Demonstração do resultado (consolidada)	Milhões de reais											
	2016						2015					
	Europa continental	Reino Unido	América Latina	Estados Unidos	Centro corporativo	Total	Europa continental	Reino Unido	América Latina	Estados Unidos	Centro corporativo	Total
MARGEM DE JUROS	31.262	16.873	51.124	22.660	(2.827)	119.092	29.181	18.014	50.126	22.292	(17)	119.596
Receitas de dividendos	1.043	3	298	114	126	1.584	1.009	3	210	174	262	1.658
Resultado de instituições avaliadas pelo método da equivalência patrimonial	643	60	1.186	7	(195)	1.701	442	34	1.037	10	(156)	1.367
Comissões líquidas	13.396	3.953	17.547	4.221	(121)	38.996	12.454	3.977	16.227	3.958	(47)	36.569
Outras receitas (*)	3.132	1.223	3.089	91	514	8.049	4.324	1.101	1.883	840	549	8.697
Outros resultados operacionais	(420)	169	(1.363)	1.761	(130)	17	(647)	131	(1.117)	1.153	(124)	(604)
MARGEM BRUTA	49.056	22.281	71.881	28.854	(2.633)	169.439	46.763	23.260	68.366	28.427	467	167.283
Gastos de administração e amortizações	(25.975)	(11.365)	(29.465)	(12.252)	(1.776)	(80.833)	(24.553)	(12.233)	(28.816)	(11.025)	(2.541)	(79.168)
Provisões ou reversão de provisões	(1.700)	(1.057)	(3.066)	(275)	(3.509)	(9.607)	(1.282)	(1.278)	(3.027)	(601)	(5.133)	(11.321)
Provisão ou reversão da provisão de ativos financeiros não avaliados em valor justo com alterações nos resultados	(5.298)	(223)	(18.817)	(12.208)	(327)	(36.873)	(7.594)	(390)	(18.617)	(11.311)	(913)	(38.825)
RESULTADO DA ATIVIDADE OPERACIONAL	16.083	9.636	20.533	4.119	(8.245)	42.126	13.334	9.359	17.906	5.490	(8.120)	37.969
Provisão ou reversão com valor de ativos não financeiros	(138)	(245)	(160)	(133)	141	(535)	(627)	(32)	64	(1)	(3.384)	(3.980)
Outros resultados e provisões	(576)	3	224	(17)	24	(342)	(438)	20	285	63	879	809
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	15.369	9.394	20.597	3.969	(8.080)	41.249	12.269	9.347	18.255	5.552	(10.625)	34.798
Imposto sobre os lucros	(4.150)	(2.821)	(5.219)	(1.359)	976	(12.573)	(3.234)	(2.026)	(4.445)	(1.881)	3.520	(8.066)
RESULTADO DO EXERCÍCIO PROCEDENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	11.219	6.573	15.378	2.610	(7.104)	28.676	9.035	7.321	13.810	3.671	(7.105)	26.732
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	11.219	6.573	15.378	2.610	(7.102)	28.678	9.035	7.321	13.810	3.671	(7.105)	26.732
Lucro atribuído a minoritários	1.264	135	2.407	1.097	8	4.911	951	136	2.174	1.199	526	4.986
LUCRO ATRIBUÍDO AO GRUPO	9.955	6.438	12.971	1.513	(7.110)	23.767	8.084	7.185	11.636	2.472	(7.631)	21.746

(*) Inclui Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros não avaliados em valor justo com alterações nos resultados, líquidos, Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros mantidos para negociação, líquidos, Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados, líquidos, Ganhos ou perdas resultantes de hedge accounting, líquidos, e Diferenças de câmbio, líquidas.

A seguir, apresentamos uma distribuição das Receitas ordinárias nos segmentos geográficos utilizados pelo Grupo. Para efeitos do disposto no quadro a seguir, são consideradas receitas ordinárias aquelas registradas nos capítulos Receitas de juros, Receitas de dividendos, Receitas de comissões, Outras receitas (sem considerar diferenças de câmbio, líquidas) e Outras receitas operacionais das demonstrações consolidadas correspondentes a 2017, 2016 e 2015:

	Receitas ordinárias (Milhões de euros)								
	Receitas ordinárias procedentes de clientes externos			Receitas ordinárias entre segmentos			Total receitas ordinárias		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Europa continental	19.041	16.567	17.653	504	236	422	19.545	16.803	18.075
Reino Unido	8.837	9.626	10.970	(130)	390	416	8.707	10.016	11.386
América Latina	37.623	36.972	32.927	230	54	(776)	37.853	37.026	32.151
Estados Unidos	8.663	9.322	9.364	186	281	157	8.849	9.603	9.521
Centro corporativo	18	1.672	982	4.018	4.507	6.643	4.036	6.179	7.625
Ajustes e eliminações de receitas ordinárias entre segmentos	-	-	-	(4.808)	(5.468)	(6.862)	(4.808)	(5.468)	(6.862)
	74.182	74.159	71.896	-	-	-	74.182	74.159	71.896

	Receitas ordinárias (Milhões de reais)								
	Receitas ordinárias procedentes de clientes externos			Receitas ordinárias entre segmentos			Total receitas ordinárias		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Europa continental	68.436	63.464	64.344	1.811	905	1.540	70.247	64.369	65.884
Reino Unido	31.762	36.876	39.987	(467)	1.493	1.515	31.295	38.369	41.502
América Latina	135.223	141.630	120.010	827	208	(2.827)	136.050	141.838	117.183
Estados Unidos	31.136	35.712	34.132	669	1.078	570	31.805	36.790	34.702
Centro corporativo	63	6.403	3.580	14.444	17.265	24.214	14.504	23.668	27.794
Ajustes e eliminações de receitas ordinárias entre segmentos	-	-	-	(17.281)	(20.949)	(25.012)	(17.281)	(20.949)	(25.012)
	266.620	284.085	262.053	-	-	-	266.620	284.085	262.053

b) Negócios

No nível secundário das informações segmentadas, o Grupo está organizado entre negócios de bancos comerciais; *Santander Global Corporate Banking* e o segmento relativo à atividade imobiliária Espanha, cuja soma equivale à das áreas operacionais geográficas do nível principal. Adicionando as informações por negócios do centro corporativo, alcança-se o total do Grupo.

A área de banco comercial contém todos os negócios bancários de clientes, incluindo os de consumo, exceto os de bancos corporativos, que são administrados por meio do *Santander Global Corporate Banking*. Além disso, estão incluídos neste negócio os resultados das posições de cobertura realizadas em cada país, tomadas no âmbito do Comitê de Gestão de Ativos e Passivos de cada um deles. A área do *Santander Global Corporate Banking* reflete os rendimentos derivados do negócio de bancos corporativos globais, bancos de investimentos e mercados em todo o mundo, incluindo as tesourarias com gestão global (sempre depois da distribuição proveniente de clientes de Bancos Comerciais), assim como o negócio de renda variável. A atividade imobiliária Espanha inclui os créditos de clientes principalmente com atividade de promoção imobiliária, e que contam com um modelo de gestão especializado, os ativos imobiliários da Metrovacesa, bem como a participação que o Grupo possui no SAREB e os ativos recuperados em venda e aluguel.

Apresentamos a seguir a demonstração do resultado consolidada:

Demonstração do resultado (consolidado)	Milhões de euros				
	2017				
	Banco comercial	Santander Global Corporate Banking	Atividade imobiliária Espanha	Centro corporativo	Total
MARGEM DE JUROS	32.704	2.478	(35)	(851)	34.296
Receitas de dividendos	77	262	-	45	384
Resultado de instituições avaliadas pelo método da equivalência patrimonial	781	(13)	-	(64)	704
Comissões líquidas	10.007	1.627	1	(38)	11.597
Outras receitas (*)	667	1.224	-	(226)	1.665
Outros resultados operacionais	(210)	(26)	29	(84)	(291)
MARGEM BRUTA	44.026	5.552	(5)	(1.218)	48.355
Gastos de administração e amortizações	(20.323)	(1.988)	(207)	(475)	(22.993)
Provisões ou reversão de provisões	(2.718)	(24)	4	(320)	(3.058)
Provisão ou reversão da provisão de ativos financeiros não avaliados em valor justo com alterações nos resultados	(8.440)	(690)	(78)	(51)	(9.259)
RESULTADO DA ATIVIDADE OPERACIONAL	12.545	2.850	(286)	(2.064)	13.045
Perdas líquidas por provisão de outros ativos	(206)	(51)	(121)	(895)	(1.273)
Outros resultados não financeiros	(74)	5	(47)	435	319
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	12.265	2.804	(454)	(2.524)	12.091
Imposto sobre os lucros	(3.417)	(802)	136	199	(3.884)
RESULTADO DO EXERCÍCIO PROCEDENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	8.848	2.002	(318)	(2.325)	8.207
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	-	-
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	8.848	2.002	(318)	(2.325)	8.207
Atribuível a acionistas não controladores (participações não controladores)	1.421	181	(15)	1	1.588
LUCRO ATRIBUÍVEL À CONTROLADORA	7.427	1.821	(303)	(2.326)	6.619

(*) Inclui Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros não avaliados em valor justo com alterações nos resultados, líquidos, Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros mantidos para negociação, líquidos, Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados, líquidos. Ganhos ou perdas resultantes de derivativos, líquidos, e Diferenças de câmbio, líquidas.

Demonstração do resultado (consolidado)	Milhões de reais				
	2017				
	Banco comercial	Santander Global Corporate Banking	Atividade imobiliária Espanha	Centro corporativo	Total
MARGEM DE JUROS	117.543	8.906	(126)	(3.059)	123.265
Receitas de dividendos	277	942	-	162	1.380
Resultado de instituições avaliadas pelo método da equivalência patrimonial	2.807	(47)	-	(230)	2.530
Comissões líquidas	35.967	5.848	4	(137)	41.681
Outras receitas (*)	2.397	4.399	-	(816)	5.981
Outros resultados operacionais	(755)	(93)	104	(306)	(1.049)
MARGEM BRUTA	158.236	19.955	(18)	(4.385)	173.788
Gastos de administração e amortizações	(73.044)	(7.145)	(744)	(1.711)	(82.644)
Provisões ou reversão de provisões	(9.769)	(86)	14	(1.150)	(10.991)
Provisão ou reversão da provisão de ativos financeiros não avaliados em valor justo com alterações nos resultados	(30.335)	(2.480)	(280)	(183)	(33.278)
RESULTADO DA ATIVIDADE OPERACIONAL	45.089	10.243	(1.028)	(7.429)	46.875
Perdas líquidas por provisão de outros ativos	(740)	(183)	(435)	(3.217)	(4.575)
Outros resultados não financeiros	(266)	18	(169)	1.563	1.147
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	44.082	10.078	(1.632)	(9.082)	43.446
Imposto sobre os lucros	(12.281)	(2.883)	489	719	(13.956)
RESULTADO DO EXERCÍCIO PROCEDENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	31.801	7.196	(1.143)	(8.364)	29.490
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	-	-
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	31.801	7.196	(1.143)	(8.364)	29.490
Atribuível a acionistas não controladores (participações não controladores)	5.107	651	(54)	(4)	5.700
LUCRO ATRIBUÍVEL À CONTROLADORA	26.694	6.545	(1.089)	(8.360)	23.790

(*) Inclui Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros não avaliados em valor justo com alterações nos resultados, líquidos, Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros mantidos para negociação, líquidos, Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados, líquidos. Ganhos ou perdas resultantes de hedge accounting, líquidos, e Diferenças de câmbio, líquidas.

Demonstração do resultado (consolidado)	Milhões de euros									
	2016					2015				
	Banco comercial	Santander Global Corporate Banking	Atividade imobiliária Espanha	Centro corporativo	Total	Banco comercial	Santander Global Corporate Banking	Atividade imobiliária Espanha	Centro corporativo	Total
MARGEM DE JUROS	29.090	2.781	(43)	(739)	31.089	30.027	2.830	(41)	(4)	32.812
Receitas de dividendos	131	250	-	32	413	124	259	-	72	455
Resultado de instituições avaliadas pelo método da equivalência patrimonial	505	(7)	(3)	(51)	444	434	(6)	(10)	(43)	375
Comissões líquidas	8.745	1.465	1	(31)	10.180	8.621	1.425	-	(13)	10.033
Outras receitas (*)	663	1.293	9	136	2.101	1.346	739	151	150	2.386
Outros resultados operacionais	(79)	43	75	(34)	5	(194)	24	37	(33)	(166)
MARGEM BRUTA	39.055	5.825	39	(687)	44.232	40.358	5.271	137	129	45.895
Gastos de administração e amortizações	(18.475)	(1.951)	(211)	(464)	(21.101)	(18.730)	(2.058)	(235)	(697)	(21.720)
Provisões ou reversão de provisões	(1.547)	(40)	(5)	(916)	(2.508)	(1.656)	(51)	9	(1.408)	(3.106)
Provisão ou reversão da provisão de ativos financeiros não avaliados em valor justo com alterações nos resultados	(8.713)	(660)	(167)	(86)	(9.626)	(9.462)	(688)	(251)	(251)	(10.652)
RESULTADO DA ATIVIDADE OPERACIONAL	10.320	3.174	(344)	(2.153)	10.997	10.510	2.474	(340)	(2.227)	10.417
Perdas líquidas por provisão de ativos não financeiros	(97)	(59)	(21)	37	(140)	2	(37)	(126)	(931)	(1.092)
Outros resultados e provisões	(22)	22	(96)	7	(89)	117	4	(142)	243	222
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	10.201	3.137	(461)	(2.109)	10.768	10.629	2.441	(608)	(2.915)	9.547
Imposto sobre os lucros	(2.799)	(876)	138	255	(3.282)	(2.663)	(695)	179	966	(2.213)
RESULTADO DO EXERCÍCIO PROCEDENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	7.402	2.261	(323)	(1.854)	7.486	7.966	1.746	(429)	(1.949)	7.334
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	7.402	2.261	(323)	(1.854)	7.486	7.966	1.746	(429)	(1.949)	7.334
Atribuível a acionistas não controladores (participações não controladores)	1.105	172	3	2	1.282	1.112	120	(9)	145	1.368
LUCRO ATRIBUÍVEL À CONTROLADORA	6.297	2.089	(326)	(1.856)	6.204	6.854	1.626	(420)	(2.094)	5.966

(*) Inclui Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros não avaliados em valor justo com alterações nos resultados, líquidos, Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros mantidos para negociação, líquidos, Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados, líquidos. Ganhos ou perdas resultantes de derivativos, líquidos, e Diferenças de câmbio, líquidas.

Demonstração do resultado (consolidado)	Milhões de reais									
	2016					2015				
	Banco comercial	Santander Global Corporate Banking	Atividade imobiliária Espanha	Centro corporativo	Total	Banco comercial	Santander Global Corporate Banking	Atividade imobiliária Espanha	Centro corporativo	Total
MARGEM DE JUROS	111.436	10.653	(170)	(2.827)	119.092	109.451	10.313	(151)	(17)	119.596
Receitas de dividendos	502	957	-	125	1.584	450	946	-	262	1.658
Resultado de instituições avaliadas pelo método da equivalência patrimonial	1.934	(26)	(12)	(195)	1.701	1.579	(20)	(36)	(156)	1.367
Comissões líquidas	33.499	5.613	5	(121)	38.996	31.419	5.196	1	(47)	36.569
Outras receitas (*)	2.542	4.952	40	515	8.049	4.904	2.692	552	549	8.697
Outros resultados operacionais	(303)	164	286	(130)	17	(699)	85	134	(124)	(604)
MARGEM BRUTA	149.610	22.313	149	(2.633)	169.439	147.104	19.212	500	467	167.283
Gastos de administração e amortizações	(70.776)	(7.473)	(808)	(1.776)	(80.833)	(68.269)	(7.502)	(856)	(2.541)	(79.168)
Provisão ou reversão de provisões	(5.924)	(153)	(21)	(3.509)	(9.607)	(6.037)	(185)	34	(5.133)	(11.321)
Provisão ou reversão da provisão de ativos financeiros não avaliados em valor justo com alterações nos resultados	(33.381)	(2.528)	(637)	(327)	(36.873)	(34.487)	(2.507)	(918)	(913)	(38.825)
RESULTADO DA ATIVIDADE OPERACIONAL	39.529	12.159	(1.317)	(8.245)	42.126	38.311	9.018	(1.240)	(8.120)	37.969
Perdas líquidas por provisão de outros ativos	(368)	(226)	(82)	141	(535)	9	(134)	(471)	(3.384)	(3.980)
Outros resultados não financeiros	(85)	85	(366)	24	(342)	422	15	(507)	879	809
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	39.076	12.018	(1.765)	(8.080)	41.249	38.742	8.899	(2.218)	(10.625)	34.798
Imposto sobre os lucros	(10.720)	(3.355)	526	976	(12.573)	(9.706)	(2.534)	654	3.520	(8.066)
RESULTADO DO EXERCÍCIO PROCEDENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	28.356	8.663	(1.239)	(7.104)	28.676	29.036	6.365	(1.564)	(7.105)	26.732
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	28.356	8.663	(1.239)	(7.102)	28.678	29.036	6.365	(1.564)	(7.105)	26.732
Atribuível a acionistas não controladores (participações não controladores)	4.233	659	11	8	4.911	4.055	440	(35)	526	4.986
LUCRO ATRIBUÍVEL À CONTROLADORA	24.123	8.004	(1.250)	(7.110)	23.767	24.981	5.925	(1.529)	(7.631)	21.746

(*) Inclui Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros não avaliados em valor justo com alterações nos resultados, líquidos, Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros mantidos para negociação, líquidos, Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados, líquidos. Ganhos ou perdas resultantes de derivativos, líquidos, e Diferenças de câmbio, líquidas.

53. Partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas ao Grupo, além das instituições controladas, associadas e coligadas, o pessoal-chave da administração do Banco (membros do Conselho de Administração, diretores gerais e familiares próximos), assim como instituições sobre as quais o pessoal-chave possa exercer uma influência ou controle significativo.

A seguir, são indicados os saldos do balanço e os valores das contas de resultado do Grupo correspondentes a operações com partes relacionadas, distinguindo entre instituições associadas e multigrupo, membros do Conselho de Administração do Banco, diretores gerais do Banco e outras partes relacionadas, que pertencem ao giro ou tráfego ordinário do Grupo. As condições das transações com as partes relacionadas equivalem às das transações realizadas em condições de mercado ou que tiveram a aplicação das remunerações em espécie correspondentes, se for o caso:

	Milhões de euros											
	2017				2016				2015			
	Entidades associadas e multigrupo	Membros do conselho de administração	Diretores gerais	Outras vinculadas	Entidades associadas e multigrupo	Membros do conselho de administração	Diretores gerais	Outras vinculadas	Entidades associadas e multigrupo	Membros do conselho de administração	Diretores gerais	Outras vinculadas
Ativo:	6.048	-	21	300	5.884	-	22	307	6.542	-	28	573
Empréstimos e adiantamentos:												
Instituições de crédito	472	-	-	-	223	-	-	-	8	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a Clientes	5.081	-	21	279	5.209	-	22	286	5.997	-	28	293
Instrumentos de dívida	473	-	-	21	452	-	-	21	537	-	-	280
Outros	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo:	748	19	14	63	824	27	10	124	1.122	25	16	103
Passivos financeiros: Entidades de crédito	309	-	-	-	155	-	-	-	501	-	-	-
Passivos financeiros: Clientes	414	19	14	63	669	27	10	124	620	25	16	103
Débitos representados por valores negociáveis	4	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Outros	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas e ganhos:	1.020	-	-	14	609	-	-	13	802	-	-	24
Receitas de juros	57	-	-	8	67	-	-	10	98	-	-	17
Despesas de juros	(3)	-	-	-	(15)	-	-	(1)	(15)	-	-	-
Ganhos ou perdas por ativos ou passivos financeiros	302	-	-	-	15	-	-	-	73	-	-	-
Receitas de comissões	735	-	-	6	561	-	-	4	664	-	-	8
Despesas por comissões	(71)	-	-	-	(19)	-	-	-	(18)	-	-	(1)
Outros:	3.881	7	3	597	4.146	1	3	846	4.123	2	4	2.682
Riscos contingentes e outros	6	6	1	352	19	-	-	139	46	-	-	191
Compromissos contingentes	301	1	2	60	17	1	3	417	95	2	4	132
Instrumentos financeiros derivados	3.574	-	-	185	4.110	-	-	290	3.982	-	-	2.359

	Milhões de reais											
	2017				2016				2015			
	Entidades associadas e multigrupo	Membros do conselho de administração	Diretores gerais	Outras vinculadas	Entidades associadas e multigrupo	Membros do conselho de administração	Diretores gerais	Outras vinculadas	Entidades associadas e multigrupo	Membros do conselho de administração	Diretores gerais	Outras vinculadas
Ativo:	24.027	-	83	1.191	20.185	-	75	1.053	28.206	-	121	2.470
Empréstimos e adiantamentos:												
Instituições de crédito	1.875	-	-	-	765	-	-	-	34	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a Clientes	20.186	-	83	1.108	17.869	-	75	981	25.857	-	121	1.263
Instrumentos de dívida	1.879	-	-	83	1.551	-	-	72	2.315	-	-	1.207
Outros	87	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo:	2.972	75	56	250	2.827	93	34	425	4.837	108	69	444
Passivos financeiros:												
Entidades de crédito	1.228	-	-	-	532	-	-	-	2.160	-	-	-
Passivos financeiros: Clientes	1.645	75	56	250	2.295	93	34	425	2.673	108	69	444
Débitos representados por valores negociáveis	16	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-
Outros	83	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas e ganhos:	3.666	-	-	51	2.333	-	-	49	2.922	-	-	87
Receitas de juros	205	-	-	29	257	-	-	38	357	-	-	62
Despesas de juros	(11)	-	-	-	(57)	-	-	(4)	(55)	-	-	-
Ganhos ou perdas por ativos ou passivos financeiros	1.085	-	-	-	57	-	-	-	266	-	-	-
Receitas de comissões	2.642	-	-	22	2.149	-	-	15	2.420	-	-	29
Despesas por comissões	(255)	-	-	-	(73)	-	-	-	(66)	-	-	(4)
Outros:	15.419	28	12	2.371	14.222	3	10	2.903	17.777	9	17	11.564
Riscos contingentes e outros	24	24	4	1.398	65	-	-	477	198	-	-	824
Compromissos contingentes	1.196	4	8	238	58	3	10	1.431	410	9	17	569
Instrumentos financeiros derivados	14.199	-	-	735	14.099	-	-	995	17.169	-	-	10.171

Além dos detalhes apresentados anteriormente, existiam contratos de seguros vinculados a pensões no valor de 239 milhões de euros (948 milhões de reais) em 31 de dezembro de 2017 (269 e 299 milhões de euros (922 e 1.289 milhões de reais) em 31 de dezembro de 2016 e 2015).

54. Gestão do risco

a) Pilares da função de riscos

O modelo de gestão e controle de riscos do Grupo se baseia nos princípios que se indicam a seguir, os quais, além de estar alinhados com a estratégia e o modelo de negócio do Grupo, levam em conta os requisitos de reguladores e supervisores, assim como as melhores práticas do mercado:

- Uma gestão avançada e integral dos riscos com foco em *forward-looking*, que permite manter um perfil de risco médio-baixo, através do apetite de risco definido pelo conselho de Banco Santander, e da identificação e avaliação de todos os riscos.
- Linhas de defesa que permitem gerenciar o risco em sua origem, seu controle e supervisão, assim como uma avaliação independente.
- Um modelo de filiais autônomas sob um governo robusto baseado em uma estrutura clara de comitês, que mantém a independência entre as funções de gestão e controle de riscos.
- Uma adequada gestão da informação e infraestrutura tecnológica que permitem a identificação, evolução, gestão e comunicação de todos os riscos aos níveis adequados.
- Uma cultura de riscos integrada em toda a organização, que abrange uma série de atitudes, valores, habilidades e normas para atuação frente a todos os riscos.
- Todos os riscos são gerenciados pelas unidades que os geram.

1. Mapa de riscos

O mapa de riscos abrange as principais categorias de risco em que o Grupo tem exposições atuais e/ou potenciais mais significativas, facilitando esta identificação.

O mapa de riscos inclui os seguintes:

- Risco de crédito: é o risco de perda financeira produzida pelo descumprimento ou depreciação da qualidade de crédito de um cliente ou terceiro que o Grupo financiou ou pelo qual assumiu uma obrigação contratual.
- Risco de mercado: aquele em que se incorre como consequência da possibilidade de mudanças nos fatores de mercado que afetem o valor das posições nas carteiras de negociação.
- Risco de liquidez: é o risco de o Grupo não dispor dos ativos financeiros líquidos necessários para cumprir suas obrigações no vencimento ou de só poder obtê-los a um alto custo.
- Risco estrutural: é o risco derivado da gestão das distintas partidas do balanço, tanto na carteira bancária quanto em relação com as atividades de seguros e pensões.
- Risco de capital: é o risco de o Grupo não dispor do capital suficiente, em quantidade ou qualidade, para cumprir seus objetivos de negócio internos, requisitos regulatórios ou expectativas do mercado.

- Risco operacional: define-se como o risco de sofrer perdas devido à inadequação ou a falhas dos processos, pessoas e sistemas internos, ou ainda em virtude de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal.
- Risco de cumprimento e conduta é o que surge de práticas, processos ou comportamentos que não são adequados ou que descumprem as normas internas, a legislação ou os requisitos de supervisão.
- Risco reputacional: define-se como o risco de um impacto econômico negativo, atual ou potencial, devido a uma percepção subestimada do Grupo por parte dos funcionários, clientes, acionistas/investidores e sociedade em general.
- Risco de modelo: é o risco de perda derivado de previsões imprecisas, que possam levar o Grupo a tomar decisões subótimas ou de uso inadequado de um modelo.
- Risco estratégico é o risco de perdas ou prejuízos derivados de decisões estratégicas, ou de sua má implementação, que afetem os juros de longo prazo dos nossos principais grupos de interesse, ou de uma incapacidade para adaptar-se à evolução do entorno.

2. Governança de riscos

Para o bom desenvolvimento da função de riscos, o Grupo conta com uma governança robusta, que vela por uma adequada e eficiente tomada de decisões de riscos e pelo controle efetivo desses dentro do apetite de risco definido.

O *Group Chief Risk Officer* (GCRO), responsável por esta função no Grupo, realiza um trabalho de assessoria e *challenge* à linha executiva e se reporta de forma independente à comissão de supervisão de riscos, regulamentação e cumprimento, assim como ao conselho.

2.1. Linhas de defesa

O Grupo segue um modelo de gestão e controle de riscos baseado em três linhas de defesa.

As funções de negócio e todas as funções de apoio que geram exposição a um risco constituem a primeira linha de defesa frente a este. Essas funções são responsáveis por estabelecer um entorno de gerenciamento dos riscos gerados em sua atividade, que assegure que permaneçam dentro do apetite aprovado e dos limites definidos.

A segunda linha de defesa é constituída pela função de controle de riscos e pela função de cumprimento e conduta. Estas funções supervisionam e questionam de maneira independente as atividades de gerenciamento de riscos realizadas pela primeira linha de defesa.

É responsabilidade destas funções velar para que os riscos se administrem de acordo com o apetite de risco definido pela alta direção e promover em todo o Grupo uma sólida cultura de risco. Deve, também, facilitar orientação, conselho e avaliação especializada em todas as matérias relevantes relativas ao risco.

Auditoria interna como terceira linha de defesa. Em seu trabalho de última camada de controle, avalia de forma regular que as políticas, métodos e procedimentos sejam adequados e estejam implementados de forma efetiva no gerenciamento e controle de todos os riscos.

A função de controle de riscos, a função de cumprimento e a função de auditoria interna contam para o desempenho de suas funções com o nível de separação e independência suficiente, entre si e em relação às outras que controlam ou supervisionam, e têm acesso ao Conselho de Administração e/ou suas comissões por intermédio dos responsáveis máximos.

2.2- Estrutura de comitês de riscos

A responsabilidade em matéria de controle e gestão de riscos e, em especial, pela determinação do apetite por risco do Grupo, recai em última instância no conselho de administração, do qual emanam as faculdades que são delegadas em comissões e comitês, que se dividem em órgãos de controle independente e órgãos de tomada de decisões. O conselho apoia-se na comissão de supervisão de riscos, regulação e cumprimento, como comitê independente de controle e supervisão de riscos. Adicionalmente o comitê executivo do Grupo dedica atenção especial ao gerenciamento de todos os riscos.

Os seguintes órgãos formam o nível superior de governança de riscos:

Órgãos para o controle independente

Comissão de supervisão de riscos, regulação e cumprimento:

Esta comissão tem como missão apoiar o Conselho em matéria de supervisão e controle de riscos, na definição das políticas de riscos do Grupo, nas relações com as autoridades supervisoras e em matéria de regulação e cumprimento, sustentabilidade e governança corporativa.

É presidida por um conselheiro independente e composta por conselheiros externos ou não executivos, com uma representação majoritária de conselheiros independentes.

Comitê de controle de riscos (CCR):

Este órgão colegiado ocupa-se do controle efetivo dos riscos, assegurando que sejam administrados de acordo com o nível de apetite por risco aprovado pelo Conselho, considerando em todas as ocasiões uma visão integral de todos os riscos incluídos no marco geral de riscos. Isso implica identificação e acompanhamento de riscos atuais e potenciais e seu impacto no perfil de risco do Grupo.

Este comitê é presidido pelo *Group Chief Risk Officer* (GCRO) e está composto por executivos da instituição. Estão representadas, entre outras, a função de riscos, que exerce a presidência, e as funções de cumprimento e conduta, financeira, de intervenção geral e de controle de gestão. Participa de forma periódica os responsáveis por funções de risco (CROs) das instituições locais com o fim de reportar, entre outros, o perfil de risco das distintas instituições.

O comitê de controle de riscos reporta-se à comissão de supervisão de riscos, regulação e cumprimento, e a assessora em sua função de apoio ao Conselho.

Órgãos para a tomada de decisões

Comitê executivo de riscos (CER):

É o órgão colegiado responsável pelo gerenciamento de todos os riscos, de acordo com as faculdades atribuídas pelo conselho de administração.

Intervem na tomada de decisões de assunção de riscos no mais alto nível, garantindo que estejam dentro dos limites determinados no apetite por risco do Grupo, e informam sobre sua atividade ao Conselho ou a suas comissões, quando necessário.

Este comitê é presidido pelo conselheiro delegado e composto pelos conselheiros executivos e pela alta direção da Instituição, estando representadas, entre outras, as funções de riscos, financeira e de cumprimento e conduta. O CRO do Grupo tem direito de veto sobre as decisões deste comitê.

2.3. Relação do Grupo com as filiais na gestão de riscos

Respeito ao alinhamento das unidades com o centro corporativo

O modelo de gestão e controle de riscos compartilha, em todas as unidades do Grupo, alguns princípios básicos através dos marcos corporativos. Emanam do próprio Grupo e há adesão das instituições filiais através dos seus respectivos órgãos de administração, configurando as relações entre as filiais e o Grupo, incluindo a participação deste na tomada de decisões relevantes, mediante sua validação.

Respeitando esses princípios e fundamentos comuns, cada unidade adapta sua gestão de riscos à sua realidade local, de acordo com os marcos corporativos e documentos de referência fornecidos pela corporação, o que permite reconhecer um modelo de gestão de riscos no Grupo.

Respeito à estrutura de comitês

Os órgãos de governança das entidades filiais são estruturados atendendo também aos requisitos locais regulatórios e legais, e à dimensão e complexidade de cada filial, sendo coerentes com os da matriz, de acordo com o estabelecido no marco de governança interno, facilitando assim a comunicação, os relatórios e o controle efetivo.

Os órgãos de governança das instituições filiais são estruturados atendendo também aos requisitos locais regulatórios e legais e à dimensão e complexidade de cada filial, sendo coerentes com os da matriz, de acordo com o estabelecido no marco de governança interno, facilitando assim a comunicação, os relatórios e o controle efetivo.

Os órgãos de administração das filiais, de acordo com o marco de governança interno estabelecido pelo Grupo, contam com seu próprio modelo de faculdades de riscos (quantitativas e qualitativas), devendo seguir os princípios de atuação contidos nos marcos e modelos de referência desenvolvidos em nível corporativo.

Considerando sua capacidade de visão integral e agregada de todos os riscos, o Grupo reserva-se as faculdades de validação e questionamento das operações e políticas de gestão nas distintas subsidiárias, na medida em que afetam o perfil de risco do Grupo.

3. Processos e ferramentas de gestão

3.1. Apetite por risco e estrutura de limites

O apetite por risco é definido no Grupo como a quantia e tipologia dos riscos que se considera razoável assumir na execução de sua estratégia de negócios, de modo que o Grupo possa manter sua atividade ordinária frente à ocorrência de eventos inesperados. Para isso, são considerados cenários severos, que poderiam ter um impacto negativo em seus níveis de capital, liquidez, rentabilidade e/ou no preço de sua ação.

O conselho de administração é o órgão responsável pelo estabelecimento e atualização anual do apetite por risco do Grupo, do acompanhamento de seu perfil de risco efetivo, e de assegurar a consistência entre ambos.

O apetite por risco é formulado para o conjunto do Grupo, assim como para cada uma de suas principais unidades de negócio, de acordo com uma metodologia corporativa adaptada às circunstâncias de cada unidade/mercado. Em nível local, os conselhos de administração das correspondentes filiais são os responsáveis por aprovar as respectivas propostas de apetite por risco, uma vez que tenham sido validadas pelo Grupo.

Princípios corporativos do apetite por risco

O apetite por risco no Grupo é regido em todas as entidades pelos seguintes princípios:

- Responsabilidade do conselho e da alta administração. O conselho de administração do Grupo é o responsável máximo por determinar o apetite por risco e seu suporte normativo, assim como supervisionar seu cumprimento.
- Visão integral do risco, contraste e questionamento do perfil de risco. O apetite por risco deve considerar todos os riscos significativos aos quais o Grupo está exposto, facilitando uma visão agregada do perfil de risco através do uso de métricas quantitativas e indicadores qualitativos.
- Estimativa futura de riscos. O apetite por risco deve considerar o perfil de risco desejável no momento atual e a médio prazo, considerando tanto as circunstâncias mais prováveis como cenários de estresse.
- Vinculação com os planos estratégicos e de negócios e integração na gestão (plano trienal, orçamento anual, ICAAP, ILAAP e planos de crise e recuperação). O apetite por risco é um referencial no planejamento estratégico e de negócios.
- Coerência no apetite por risco das diversas unidades e linguagem de riscos comum a toda a organização.
- Revisão periódica, contraste contínuo e adaptação a melhores práticas e requisitos regulatórios.

Estrutura de limites, acompanhamento e controle

A formulação do exercício de apetite por risco é anual e inclui uma série de métricas e limites sobre as métricas (limites de apetite por risco ou *statements*), que expressam em termos quantitativos e qualitativos a exposição de risco máxima que cada instituição do Grupo e o Grupo em seu conjunto estão dispostos a assumir.

O cumprimento dos limites do apetite por risco é objeto de acompanhamento contínuo. As funções especializadas de controle informam no mínimo trimestralmente ao conselho e à sua comissão especializada em riscos sobre a adequação do perfil de risco em relação ao apetite por risco autorizado.

A vinculação dos limites de apetite por risco com os limites utilizados na gestão das unidades de negócio e das carteiras representa um elemento essencial para obter a efetividade do apetite por risco como ferramenta de gestão de risco.

Eixos do apetite por risco

O apetite por risco é expressado através de limites sobre métricas quantitativas e indicadores qualitativos que medem a exposição ou perfil de risco do Grupo por tipo de risco, carteira, segmento e linha de negócio, tanto nas condições atuais como estressadas. Essas métricas e os limites de apetite por risco articulam-se em cinco grandes eixos que definem o posicionamento que a alta administração do Santander deseja adotar ou manter no desenvolvimento de seu modelo de negócios:

- A volatilidade na demonstração de resultados que o Grupo esteja disposto a assumir.
- A posição de solvência que o Grupo quer manter.
- A posição de liquidez mínima de que o Grupo queira dispor.
- Os níveis máximos de concentração que o Grupo considera razoável assumir.
- Riscos não financeiros e transversais.

3.2. Risk Identification and Assessment (RIA)

O Grupo continua evoluindo na identificação e avaliação dos distintos tipos de risco e envolvendo as diferentes linhas de defesa em sua execução com o fim de reforçar uma gestão de riscos avançada e proativa, estabelecendo padrões de gestão que cumprem os requisitos regulatórios e estão alinhados com as melhores práticas de mercado, sendo também um mecanismo de transmissão da cultura de risco.

A função compreende todos os processos de identificação e avaliação de riscos, assim como sua integração no perfil de riscos do Grupo, suas unidades e atividades, permitindo ainda a atualização do mapa de riscos.

Além de identificar e avaliar o perfil de risco do Grupo por fator de risco e unidade, a RIA analisa sua evolução e identifica áreas de melhoria em cada um dos blocos que a compõem:

- Desempenho do risco que permite conhecer o risco residual por fator de risco através de um conjunto de métricas calibradas com base em padrões internacionais.
- Avaliação do ambiente de controle que mede a implementação do modelo de gestão objetivo estabelecido de acordo com padrões avançados.
- Análise prospectiva da unidade com base em métricas de *stress* e/ou identificação e avaliação das principais ameaças no plano estratégico (Top Risks), estabelecendo planos de ação específicos para mitigar seus impactos potenciais e realizando um acompanhamento dos mesmos.

Durante 2017, a função evoluiu com base em três eixos principais, assegurando a simplificação, o fortalecimento da interação das comunidades de controle e a completude do perfil de risco.

- Atualização dos padrões de entorno do controle, considerando a evolução da indústria, os modelos internos de gestão e as expectativas regulatórias:
 - i) Desenvolveu-se uma arquitetura conceitual homogênea que permite realizar análises e avaliações consistentes por funções/unidades e que simplifica a execução/exploração de dados, assim como o relato à alta direção.
 - ii) Simplificação dos exercícios de avaliação do entorno de controle.
 - iii) Maior envolvimento dos diferentes integrantes das comunidades de controle com especial ênfase nas funções locais e corporativas de controle de riscos e auditoria interna.
 - iv) Priorização de áreas de melhoria identificadas de acordo com sua materialidade.
- Nova plataforma tecnológica para facilitar a exploração de dados e facilitar a execução dos processos:
 - i) Automatização de processos manuais.
 - ii) Acesso em tempo real à informação dos diferentes exercícios em todas as unidades.
 - iii) Solução tecnológica interna com segurança lógica e experiência do usuário melhoradas.
 - iv) Módulo de relato da informação que permite projetar e gerar relatórios *ad hoc*.
- Aumento do alcance do exercício por tipo de risco e região.

3.3. Análise de cenários

O Grupo realiza uma gestão avançada de riscos através da análise do impacto que diferentes cenários do ambiente no que o Banco opera poderiam provocar. Esses cenários são expressos tanto em termos de variáveis macroeconômicas como de outras variáveis que afetam a gestão.

A análise de cenários é uma ferramenta robusta e de grande utilidade para a gestão em todos os níveis, já que permite avaliar a resistência do Grupo em ambientes ou cenários estressados, assim como implementar conjuntos de medidas que diminuam o perfil de risco do Grupo nesses cenários. O objetivo é maximizar a estabilidade da demonstração de resultados e dos níveis de capital e liquidez.

A robustez e consistência dos exercícios de análise de cenários baseiam-se nos seguintes pilares:

- O desenvolvimento e a integração de modelos matemáticos que estimem a evolução futura de métricas (como, por exemplo, as perdas de crédito), baseando-se tanto em informação histórica (interna do Grupo e externa do mercado), assim como em modelos de simulação.
- A incorporação de critério especializado e conhecimento das carteiras, questionando e contrastando o resultado dos modelos.
- O *backtesting* ou contraste periódico do resultado dos modelos contra os dados observados, que assegure a adequação dos resultados.
- A governança de todo o processo, abarcando os modelos, os cenários, os pressupostos e o racional dos resultados e seu impacto na gestão

A partir do 1 de janeiro de 2018 os processos, modelos e metodologias de análise de cenários incorporam os novos requisitos normativos das provisões (IFRS 9).

A análise de cenários está integrada em vários processos chave da Instituição:

- Usos regulatórios: em que são realizados exercícios de análise de cenários em conformidade com as diretrizes definidas pelo regulador europeu ou cada um dos distintos supervisores locais.
- Exercícios internos de autoavaliação de capital (ICAAP) ou liquidez (ILAAP) em que, embora o regulador possa impor determinados requisitos, o Grupo desenvolve sua própria metodologia para avaliar seus níveis de capital e liquidez perante diferentes cenários de estresse. Estas ferramentas permitem planejar a gestão de capital e liquidez.
- Apetite por riscos: contém métricas estressadas sobre as quais são estabelecidos níveis máximos de perdas (ou mínimos de liquidez) que o Grupo não deseja ultrapassar.
- Gerenciamento diário de riscos: em diferentes processos/exercícios:
 - Processo orçamentário e de planejamento estratégico na geração de políticas comerciais de admissão de risco, na análise global de riscos pela alta administração ou em análises específicas sobre o perfil de atividades ou carteiras.
 - Identificação de riscos potenciais (*Top risks*). Depois de um processo sistemático de identificação e avaliação de todos os riscos a que o Grupo está exposto, selecionam-se os *Top risks* e se estabelece o perfil de risco da Instituição. Cada *Top risk* é associado a um cenário macroeconômico ou idiossincrásico. Com o fim de avaliar o impacto desses riscos para o grupo, utilizam-se modelos internos e metodologias para análise de cenários e stress test.
 - *Recovery plano* que se realiza anualmente e estabelece as medidas que o Banco terá à disposição para sobreviver a uma crise financeira muito severa. O plano prevê uma serie de cenários de estresse financeiro e macroeconômico, com diversos graus de severidade, que incluem eventos idiossincrásicos e/ou sistêmicos de relevância para a Instituição.

3.4. Risk Reporting Framework (RRF)

Nos últimos exercícios, o Grupo desenvolveu e implementou as melhorias estruturais e operacionais necessárias para reforçar e consolidar a visão integral dos riscos, baseada em informação completa, precisa e recorrente, permitindo em consequência que a alta administração do Grupo avalie e decida. Neste contexto, o plano estratégico de transformação de riscos está alinhado com os requisitos regulatórios, e assim se declarou na revisão realizada pelo supervisor europeu quanto ao cumprimento dos padrões abrangidos na norma BCBS (Basel Committee on Banking Supervision's Standard) 239.

Durante 2017, o Grupo trabalhou na consolidação do modelo integral de gestão da informação e de dados, assim como na implantação e renovação dos sistemas tecnológicos, permitindo, desta maneira, manter uma equilibrada taxonomia de reporting que cobre todas as áreas de risco significativas dentro da organização, em consonância com a dimensão, o perfil de risco e a atividade do Grupo.

Neste sentido, os relatórios que a alta direção recebe mensalmente para o gerenciamento do risco e a correspondente tomada de decisões são de 3 tipos: relatório de riscos do Grupo, relatório de riscos de cada unidade e relatório por fator de risco.

b) Risco de Crédito

1. Introdução ao tratamento do risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perda financeira produzida pela inadimplência ou pela depreciação da qualidade de crédito de um cliente ou terceiro, que o Grupo financiou ou pelo qual assumiu uma obrigação contratual.

A segmentação do ponto de vista de gestão do risco de crédito baseia-se na distinção entre três tipos de clientes:

- O segmento de indivíduos inclui todas as pessoas físicas, com exceção daquelas com uma atividade empresarial. Este segmento, por sua vez, divide-se em subsegmentos por nível de rendas, o que permite uma gestão do risco adequada ao tipo de cliente.
- O segmento de PMEs, empresas e instituições inclui as pessoas jurídicas e as pessoas físicas com atividade empresarial. Também inclui as entidades do setor público em geral e as entidades do setor privado sem fins lucrativos.
- O segmento de *Santander Global Corporate Banking* (SGCB) está composto por clientes corporativos, instituições financeiras e soberanos, que compõem uma lista fechada, revisada anualmente. Esta lista é determinada em função de uma análise completa da empresa (negócio, países em que opera, tipos de produtos que utiliza, volume de receitas que representa para o Banco, antiguidade na relação com o cliente, etc).

O perfil do Grupo é principalmente varejista, sendo que 85% do risco total é gerado pelo negócio de banco comercial.

2. Principais magnitudes e evolução

A seguir, são mostradas as principais magnitudes relacionadas com o risco de crédito derivado da atividade com clientes:

Principais magnitudes do risco de crédito derivado da atividade com clientes

	Risco de crédito com clientes ¹ (milhões de euros)			Índice de inadimplência (%)			Índice de cobertura (%)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Europa continental	337.768	331.706	321.395	4,50	5,92	7,27	58,0	60,0	64,2
Espanha	172.176	172.974	173.032	4,72	5,41	6,53	45,9	48,3	48,1
Santander Consumer Finance	92.589	88.061	76.688	2,50	2,68	3,42	101,4	109,1	109,1
Portugal	32.816	30.540	31.922	5,71	8,81	7,46	59,1	63,7	99,0
Polónia	24.391	21.902	20.951	4,57	5,42	6,30	68,2	61,0	64,0
Reino Unido	247.625	255.049	282.182	1,33	1,41	1,52	32,0	32,9	38,2
América Latina	165.683	173.150	151.302	4,50	4,81	4,96	84,6	87,3	79,0
Brasil	83.076	89.572	72.173	5,29	5,90	5,98	92,6	93,1	83,7
México	28.939	29.682	32.463	2,69	2,76	3,38	97,5	103,8	90,6
Chile	40.406	40.864	35.213	4,96	5,05	5,62	58,2	59,1	53,9
Argentina	8.085	7.318	6.328	2,50	1,49	1,15	100,1	142,3	194,2
Estados Unidos	77.190	91.709	90.727	2,79	2,28	2,13	170,2	214,4	225,0
Porto Rico	2.944	3.843	3.924	7,13	7,13	6,96	55,2	54,4	48,5
Santander Bank	44.237	54.040	54.089	1,21	1,33	1,16	102,2	99,6	114,5
SC EUA	24.079	28.590	28.280	5,86	3,84	3,66	212,9	328,0	337,1
Total do Grupo, excluindo o Banco Popular	832.655	855.510	850.909	3,38	3,93	4,36	70,8	73,8	73,1
Banco Popular	88.313	-	-	10,75	-	-	48,7	-	-
Total Grupo	920.968	855.510	850.909	4,08	3,93	4,36	65,2	73,8	73,1

	Risco de crédito com clientes ¹ (milhões de reais)			Índice de inadimplência (%)			Índice de cobertura (%)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Europa continental	1.341.918	1.137.916	1.385.758	4,50	5,92	7,27	58,0	60,0	64,2
Espanha	684.039	593.387	746.060	4,72	5,41	6,53	45,9	48,3	48,1
Santander Consumer Finance	367.845	302.094	330.657	2,50	2,68	3,42	101,4	109,1	109,1
Portugal	130.376	104.767	137.639	5,71	8,81	7,46	59,1	63,7	99,0
Polónia	96.903	75.135	90.333	4,57	5,42	6,30	68,2	61,0	64,0
Reino Unido	983.788	874.947	1.216.683	1,33	1,41	1,52	32,0	32,9	38,2
América Latina	658.243	593.992	652.369	4,50	4,81	4,96	84,6	87,3	79,0
Brasil	330.055	307.277	311.190	5,29	5,90	5,98	92,6	93,1	83,7
México	114.971	101.826	139.971	2,69	2,76	3,38	97,5	103,8	90,6
Chile	160.531	140.185	151.826	4,96	5,05	5,62	58,2	59,1	53,9
Argentina	32.120	25.104	27.283	2,50	1,49	1,15	100,1	142,3	194,2
Estados Unidos	306.670	314.608	391.189	2,79	2,28	2,13	170,2	214,4	225,0
Porto Rico	11.697	13.182	16.920	7,13	7,13	6,96	55,2	54,4	48,5
Santander Bank	175.749	185.383	233.214	1,21	1,33	1,16	102,2	99,6	114,5
SC EUA	95.663	98.079	121.936	5,86	3,84	3,66	212,9	328,0	337,1
Total do Grupo, excluindo o Banco Popular	3.308.055	2.934.827	3.668.866	3,38	3,93	4,36	70,8	73,8	73,1
Banco Popular	350.859	-	-	10,75	-	-	48,7	-	-
Total Grupo	3.658.914	2.934.827	3.668.866	4,08	3,93	4,36	65,2	73,8	73,1

(1) Inclui créditos brutos a clientes, avais e cartas de crédito.

O risco se encontra diversificado entre as principais regiões geográficas onde o Grupo está presente⁵: Europa Continental, 41%; Reino Unido, 30%; América Latina, 20%; e Estados Unidos, 9%, com um adequado equilíbrio entre mercados maduros e emergentes.

Quanto a sua evolução durante 2017, da mesma forma que o perímetro, o risco de crédito com clientes diminui 3%, principalmente em função dos Estados Unidos, RU e Brasil (devido ao efeito das taxas de câmbio). O crescimento em moeda local é generalizado em todas as unidades, à exceção de Estados Unidos e Espanha.

Esses níveis de investimentos, junto com uma queda da inadimplência para 28.104 milhões de euros (11.564 milhões de reais) -16% em relação a 2016), reduzem o índice de inadimplência do Grupo para 3,38% (-55 p.b. em relação a 2016).

Para a cobertura desta inadimplência, o Grupo contabilizou provisões para insolvências de 8.997 milhões de euros (32.337 milhões de reais) (-5,5% em relação a dezembro de 2016), uma vez deduzidos os falidos recuperados. Esta queda se materializa em uma queda do custo de crédito até 1,12%, que supõe 6 p.b. menos que o ano anterior.

Detalhamento das principais geografias

3.1. Reino Unido

O risco de crédito com clientes no Reino Unido foi de 247.625 milhões de euros (983.789 milhões de reais) em dezembro de 2017, representando 30% do total do Grupo.

Carteira hipotecária

Por sua relevância, não apenas para o Santander UK, mas também para o conjunto do investimento de crédito do Grupo, é necessário ressaltar a carteira de empréstimos hipotecários, cujo montante no fim de dezembro de 2017 era 174.930 milhões de euros (694.979 milhões de reais).

⁵ Não inclui o Popular

Esta carteira é composta por operações de empréstimos hipotecários para aquisição de moradia, concedidos tanto a clientes novos como aos já existentes, sempre com status de primeira hipoteca, já que não são originadas operações que impliquem segundas ou sucessivas cargas sobre os imóveis hipotecados.

Geograficamente, a exposição de crédito é mais predominante na zona sudeste do país, em especial a zona metropolitana de Londres.

Todas as propriedades são avaliadas de forma independente antes da aprovação de cada nova operação, de acordo com os princípios estabelecidos pelo Grupo em sua gestão de riscos.

Para os empréstimos hipotecários já concedidos em carteira, é realizada uma atualização trimestral do valor dos imóveis em garantia, por parte de uma agência independente, mediante um sistema de avaliação automática, de acordo com as práticas habituais do mercado e em cumprimento da legislação vigente.

3.2. Espanha

Visão geral da carteira

O risco de crédito total (incluindo avais e cartas de crédito) na Espanha (sem incluir a unidade de atividade imobiliária, que é comentada adiante, nem o Banco Popular) é 172.176 milhões de euros (684.038 milhões de reais) (20,7% do total do Grupo), mostrando um adequado nível de diversificação, tanto em sua visão de produto como de segmento de clientes.

Durante 2017, continua o crescimento das novas produções nas principais carteiras dos segmentos de particulares e empresas, apoiado na melhoria da situação econômica e nas diversas estratégias implementadas pela Instituição. O risco de crédito total apresenta em termos anuais uma diminuição de 0,5%, consequência principalmente do menor financiamento às administrações públicas e um ritmo de amortizações ainda superior ao do crescimento das novas produções no subsegmento de autônomos (outros créditos a particulares). Os demais segmentos de particulares e empresas voltam à senda do crescimento.

A taxa de inadimplência para o total da carteira é 4,72%, 69 p.b. inferior ao encerramento de 2016, consequência da evolução descendente da inadimplência. Essa melhora deve-se principalmente à diminuição das entradas brutas em inadimplência, 19% inferiores a 2016, à normalização de diversas posições reestruturadas e às vendas de carteiras.

Carteira para as famílias para aquisição de moradia

O crédito concedido às famílias para aquisição de moradia na Espanha no fim de 2017 é 64.588 milhões de euros (256.602 milhões de reais). Desses, 99,18% contam com garantia hipotecária.

Em milhões de euros	31/12/2017	
	Valor bruto	<i>Dos quais: Com descumprimentos/duvidosos</i>
Empréstimos para aquisição de moradia	64.588	2.594
<i>Sem hipoteca imobiliária</i>	532	147
<i>Com hipoteca imobiliária</i>	64.056	2.447

Em milhões de reais	31/12/2017	
	Valor bruto	<i>Dos quais: com descumprimentos /duvidosos</i>
Empréstimos para aquisição de moradia	256.602	10.306
<i>Sem hipoteca imobiliária</i>	2.114	584
<i>Com hipoteca imobiliária</i>	254.488	9.722

A carteira de hipotecas para famílias para moradia na Espanha apresenta características que mantêm seu perfil de risco em um nível médio-baixo e com uma expectativa limitada a expectativa de perda adicional:

- Todas as hipotecas pagam principal desde o primeiro dia da operação.
- Há prática habitual de amortização antecipada, com o que a vida média da operação é muito inferior à contratual.
- Alta qualidade do colateral concentrada quase exclusivamente em financiamento de primeira casa.
- O índice de esforço médio mantém-se em 28,2%.
- 79,8% da carteira têm um LTV inferior a 80% calculado como risco total sobre o montante da última avaliação disponível.

Detalhamento do crédito com garantia hipotecaria aos lares para aquisição de moradia, segundo a porcentagem que representa o risco total sobre o montante da última avaliação disponível (loan to value)

Em milhões de euros	31/12/2017					
	Valor em livros bruto sobre o valor da última apuração (<i>Loan to value</i>)					
	Inferior ou igual a 40%	Superior a 40% e inferior a 60%	Superior a 60% e inferior a 80%	Superior a 80% e inferior e igual a 100%	Superior a 100%	Total
Valor bruto	14.430	17.434	19.232	7.899	5.061	64.056
<i>os quais: com descumprimentos/duvidosos</i>	224	354	591	504	774	2.447

Em milhões de reais	31/12/2017					
	Valor em livros bruto sobre o valor da última apuração (<i>Loan to value</i>)					
	Inferior ou igual a 40%	Superior a 40% e inferior a 60%	Superior a 60% e inferior a 80%	Superior a 80% e inferior e igual a 100%	Superior a 100%	Total
Valor bruto	57.329	69.264	76.407	31.382	20.106	254.488
<i>s quais: com descumprimentos/duvidosos</i>	890	1.406	2.348	2.002	3.076	9.722

As políticas de crédito limitam o *loan to value* máximo a 80% para hipotecas sobre primeira residência e 70% no caso de hipotecas sobre segunda residência.

Carteira de empresas

O risco de crédito assumido diretamente com PME e empresas, 96.726 milhões de euros (384.283 milhões de reais), constitui o segmento mais relevante dentro de investimentos de crédito na Espanha, representando 56% do total.

95% da carteira correspondem a clientes aos quais foi designado um analista, que faz acompanhamento contínuo do cliente durante todas as fases do ciclo de risco.

Em 2017, o índice de inadimplência desta carteira foi de 4,88%.

Atividade imobiliária

O Grupo administra esta atividade de forma diferenciada, por uma parte a carteira de risco imobiliário resultado da crise do setor de anos anteriores e, por outra, os negócios novos que sejam identificados como viáveis. Nos dois casos, o Grupo tem equipes especializadas que não apenas se enquadram dentro das áreas de riscos, mas também complementam sua gestão e abrangem todo o ciclo de vida destas operações: sua gestão comercial, seu tratamento jurídico e a eventualidade da gestão de recuperação.

A estratégia do Grupo nos últimos anos baseou-se em reduzir a exposição proveniente da crise imobiliária. A seguir, é mostrada a evolução dos créditos brutos de clientes destinados à promoção imobiliária:

	Milhões de euros		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício	5.515	7.388	9.349
Ativos adjudicados	(27)	(28)	(62)
Banco Popular (Perímetro)	2.934	-	-
Reduções ⁽¹⁾	(1.620)	(1.415)	(1.481)
Incobráveis	(330)	(430)	(418)
Saldo no final do exercício	6.472	5.515	7.388

	Milhões de reais		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício	18.919	31.855	30.110
Ativos adjudicados	(97)	(107)	(226)
Reduções ⁽¹⁾	(5.823)	(5.419)	(5.398)
Banco Popular (Perímetro)	10.545	-	-
Incobráveis	(1.186)	(1.649)	(1.524)
Diferenças de câmbio	3.355	(5.761)	8.893
Saldo no final do exercício	25.713	18.919	31.855

(1) Inclui vendas de carteira, recuperações e sub-rogações por terceiros.

O índice de inadimplência desta carteira encerra em 29,96% (frente a 61,87% em dezembro de 2016) como consequência de um maior peso dos saldos duvidosos dentro da carteira problemática e sobretudo da forte redução de investimentos neste segmento, e conta com a distribuição que aparece na seguinte tabela. A cobertura da exposição imobiliária duvidosa na Espanha foi 38,73%.

	31/12/2017		
	Montante em livros bruto	Excedente da exposição bruta sobre o montante máximo recuperável das garantias reais eficazes	Provisão para perdas acumulada
Milhões de euros			
Financiamento à construção e promoção imobiliária (incluindo solo) (negócios na Espanha)	6.472	1.513	1.131
<i>Do qual: Com descumprimentos/duvidosos</i>	<i>1.939</i>	<i>708</i>	<i>751</i>
Pró-memória: Ativos falidos	3.133		

	31/12/2017		
	Montante em livros bruto	Excedente da exposição bruta sobre o montante máximo recuperável das garantias reais eficazes	Provisão para perdas acumulada
Milhões de reais			
Financiamento à construção e promoção imobiliária (incluindo solo) (negócios na Espanha)	25.713	6.011	4.493
<i>Do qual: Com descumprimentos/duvidosos</i>	<i>7.703</i>	<i>2.813</i>	<i>2.984</i>
Pró-memória: Ativos falidos	12.447		

Pró-memória: Dados do balanço consolidado público	31/12/2017
Milhões de euros	Valor contábil
Empréstimos a clientes, excluídas Administrações Públicas (negócios na Espanha) (montante em livros)	235.140
Total ativo (negócios totais) (montante em livros)	1.444.305
Provisão para exposições classificadas normais (negócios na Espanha)	1.289

Pró-memória: Dados do balanço consolidado público	31/12/2017
Milhões de reais	Valor contábil
Empréstimos a clientes, excluídas Administrações Públicas (negócios na Espanha) (montante em livros)	934.189
Total ativo (negócios totais) (montante em livros)	5.738.079
Provisão para exposições classificadas normais (negócios na Espanha)	5.121

No encerramento do exercício, esta carteira apresenta a seguinte concentração:

	Crédito: Valor bruto
Milhões de euros	31/12/2017
1. Sem garantia hipotecária	664
2. Com garantia hipotecária	5.808
2.1 Edifícios e outras construções terminados	3.684
2.1.1 Moradia	1.726
2.1.2 Resto	1.958
2.2 Edifícios e outras construções em construção	995
2.2.1 Moradia	562
2.2.2 Resto	433
2.3 Solo	1.129
2.3.1 Solo urbano consolidado	900
2.3.2 Resto de solo	229
Total	6.472

	Crédito: Valor bruto
Milhões de reais	31/12/2017
1. Sem garantia hipotecária	2.638
2. Com garantia hipotecária	23.075
2.1 Edifícios e outras construções terminados	14.636
2.1.1 Moradia	6.857
2.1.2 Resto	7.779
2.2 Edifícios e outras construções em construção	3.953
2.2.1 Moradia	2.233
2.2.2 Resto	1.720
2.3 Solo	4.486
2.3.1 Solo urbano consolidado	3.576
2.3.2 Resto de solo	910
Total	25.713

Políticas e estratégias estabelecidas para a gestão desses riscos

As políticas vigentes para a gestão desta carteira são revisadas e aprovadas periodicamente pela alta direção do Grupo. O Banco administra esta atividade de forma diferenciada, por uma parte a carteira de risco imobiliário resultado da crise do setor de anos anteriores e, por outra, os negócios novos que sejam identificados como viáveis.

Nos dois casos, o Grupo tem equipes especializadas que não apenas se enquadram dentro das áreas de riscos, mas também complementam sua gestão e abrangem todo o ciclo de vida destas operações: sua gestão comercial, seu tratamento jurídico e a eventualidade da gestão recuperatória.

Como já foi comentado neste mesmo ponto, a gestão antecipativa sobre esses riscos permitiu ao Grupo uma redução significativa de sua exposição proveniente da crise imobiliária, contando com uma carteira granular, diversificada territorialmente, em que o financiamento de segunda residência é muito baixo no conjunto da carteira.

O financiamento hipotecário em solos não urbanos representa uma porcentagem reduzida da exposição hipotecária em solos, sendo o resto solos já qualificados como urbanos ou urbanizáveis, com desenvolvimento ou venda permitido.

No caso dos projetos de financiamento de moradia cuja obra já tenha sido finalizada, a importante redução de exposição apoia-se em diferentes ações. Junto aos canais especializados de comercialização já existentes, foram realizadas campanhas apoiadas em equipes de gestores específicos para esta função que, no caso da rede Santander, estiveram tuteladas diretamente pela Área de recuperações e gestão de ativos, em que a gestão direta com promotores e adquirentes aplicando critérios de redução dos preços de venda e adaptação das condições da financiamento às necessidades dos compradores permitiram realizar as sub-rogações dos empréstimos já vigentes. Estas sub-rogações permitem diversificar o risco em um segmento de negócio que apresenta um índice de inadimplência claramente inferior.

No caso de projetos em fase de construção que apresentem algum tipo de dificuldade, o critério seguido é o de garantir a finalização da obra com o objetivo de dispor de edifícios concluídos para comercialização no mercado. Com esse objetivo, são realizadas análises individualizadas de cada projeto de forma a adotar para cada um dos casos o conjunto de medidas mais efetivas (estruturas de pagamento para fornecedores que garantam a finalização da obra, estabelecimento de calendários de disposição específicos, etc.).

Por outro lado, para a nova produção de negócio imobiliário pós-crise, os processos de admissão são administrados por equipes especializadas que trabalham em coordenação direta com as equipes comerciais, contando com políticas e critérios claramente definidos:

- Promotores com um perfil de solvência amplo e experiência contrastada no mercado.
- Projetos de nível médio-alto, dirigidos a bolsões de demanda contrastadas e em populações relevantes.
- Critérios estritos dos parâmetros próprios das operações: financiamento exclusivo para o custo de construção, porcentagens de vendas acreditadas elevadas, financiamento de primeira residência, etc.
- Projetos rentáveis e com elevado envolvimento das empresas para seu desenvolvimento.
- Financiamento de solo restrito e tratado com caráter excepcional.

Adicionalmente ao controle permanente realizado pelas equipes de acompanhamento de riscos do Grupo, existe uma unidade técnica especializada no acompanhamento e controle desta carteira em relação com os avanços de obra, o cumprimento de planos e o controle das vendas, assim como com a validação e controle dos desembolsos por certificações. Para esta função, o Grupo dispõe de ferramentas específicas criadas para esse fim. Todas as distribuições hipotecárias, disposições de quantidade por qualquer tipo de conceito, modificações dos períodos de carência, etc. são autorizadas de forma centralizada.

Imóveis adjudicados

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo líquido desses ativos é 4.592 milhões de euros (18.243 milhões de reais), resultando de um montante bruto de 9.711 milhões de euros (38.581 milhões de reais) e provisões constituídas de 5.119 milhões de euros (20.338 milhões de reais), das quais 2.776 milhões de euros (11.030 milhões de reais), correspondem a depreciação desde o momento da adjudicação.

O seguinte quadro mostra o detalhamento no encerramento de 2017 dos ativos adjudicados pelos negócios na Espanha:

Milhões de euros	31/12/2017			
	Montante em livros bruto	Provisão para perdas acumulada	Do que: provisão desde o momento da adjudicação	Valor líquido contábil
Ativos imobiliários procedentes de financiamentos destinados a empresas de construção e promoção imobiliária	6.775	3.821	2.343	2.954
<i>Dos quais:</i>				
<i>Edifícios concluídos</i>	1.953	942	781	1.011
<i>Moradia</i>	991	446	311	545
<i>Outros</i>	962	496	470	466
<i>Edifícios em construção</i>	406	151	51	255
<i>Moradia</i>	405	151	51	254
<i>Outros</i>	1	-	-	1
<i>Solo</i>	4.416	2.728	1.511	1.688
<i>Terrenos urbanizados</i>	1.406	879	287	527
<i>Resto de solo</i>	3.010	1.849	1.224	1.161
Ativos imobiliários procedentes de financiamentos hipotecários a famílias para aquisição de moradia	1.824	863	379	961
Resto de ativos imobiliários adjudicados ou recebidos em pagamento de dívidas	1.112	435	54	677
Total ativos imobiliários	9.711	5.119	2.776	4.592

Milhões de reais	31/12/2017			
	Montante em livros bruto	Provisão para perdas acumulada	Do que: provisão desde o momento da adjudicação	Valor líquido contábil
Ativos imobiliários procedentes de financiamentos destinados a empresas de construção e promoção imobiliária	26.916	15.181	9.309	11.735
<i>Dos quais:</i>				
<i>Edifícios concluídos</i>	7.759	3.743	3.103	4.016
<i>Moradia</i>	3.937	1.772	1.236	2.165
<i>Outros</i>	3.822	1.971	1.867	1.851
<i>Edifícios em construção</i>	1.613	600	203	1.013
<i>Moradia</i>	1.609	600	203	1.009
<i>Outros</i>	4	-	-	4
<i>Solo</i>	17.544	10.838	6.003	6.706
<i>Terrenos urbanizados</i>	5.586	3.492	1.140	2.904
<i>Resto de solo</i>	11.958	7.346	4.863	4.612
Ativos imobiliários procedentes de financiamentos hipotecários a famílias para aquisição de moradia	7.247	3.429	1.506	3.818
Resto de ativos imobiliários adjudicados ou recebidos em pagamento de dívidas	4.418	1.728	215	2.690
Total ativos imobiliários	38.581	20.338	11.030	18.243

Além disso os ativos imobiliários incluídos no acordo de venda (Ver nota 3b.ii) atingem um valor líquido contábil de 5.944 milhões de euros (23.614 milhões de reais) (cujo montante bruto atinge 16.134 milhões de euros - 64.099 milhões de reais).

Nos últimos anos, o Grupo considerou a adjudicação como uma ferramenta eficiente na resolução de créditos devidos. Na contabilização inicial desses ativos adjudicados, o Grupo toma como referência o menor valor entre o montante em livros da dívida (líquido de provisões) e o valor justo do bem adjudicado (descontando os custos de venda estimados). Posteriormente a seu reconhecimento inicial, o ativo é avaliado ao menor valor entre seu valor justo (menos os custos de venda) e o montante inicialmente considerado.

O valor justo deste tipo de ativos é determinado pelo valor de mercado (avaliação) ajustado com descontos obtidos segundo metodologias internas de avaliação baseadas na experiência de vendas da entidade em bens de características similares.

A gestão de ativos imobiliários em balanço é realizada através de sociedades especializadas na venda de imóveis que se complementa com a estrutura da rede comercial. A venda é realizada com níveis de redução de preços em conformidade com a situação do mercado.

A seguir, é mostrado o movimento ocorrido nos imóveis adjudicados:

	Milhares de milhões de euros (*)		
	2017	2016	2015
Entradas brutas	1,4	1,3	1,7
Saídas	(1,9)	(1,3)	(1,1)
Diferença	(0,5)	-	0,6

	Milhares de milhões de reais (*)		
	2017	2016	2015
Entradas brutas	5,0	5,0	6,2
Saídas	(7,0)	(5,0)	(4,0)
Diferenças de câmbio e outros	-	-	12,1
Diferença	(2,0)	-	14,3

(*) Sem considerar a operação de Blackstone (Ver Nota 3).

3.3. Estados Unidos

O Santander Holdings USA, (SHUSA) cujo risco de crédito alcançava 77.190⁶ milhões de euros no encerramento de 2017 (306.668 milhões de reais), 9% do total do Grupo, compõe, por sua vez, as seguintes unidades de negócio:

- **Santander Bank, National Association.**: Com um investimento de crédito, incluindo risco de firma, que atinge 44.237 milhões de euros (175.749 milhões de reais) (57% do total dos EUA). Sua atividade concentra-se em banco comercial com um balanço distribuído entre banco de particulares, com 38%, e empresas, com 62%. Um dos principais objetivos estratégicos para esta unidade é o plano de transformação com foco no cumprimento de todos os projetos de caráter regulatório, assim como a evolução de seu modelo de banco comercial para uma solução integral para os clientes.

O investimento de crédito no Santander Bank conta com uma elevada proporção de créditos com garantia real, 59% do total, tanto em forma de hipotecas a particulares como de crédito a empresas, o que explica suas reduzidas taxas de inadimplência e custo de crédito. O investimento de crédito reduziu-se, ao longo de 2017, em 16%, o que se explica pelo desinvestimento em ativos não

⁶ Inclui 11 milhões de euros de investimento sob a Holding

estratégicos, pela busca da otimização do balanço, pela melhora da rentabilidade e pela evolução das taxas de câmbio.

- **Santander Consumer USA Holdings Inc. (SCUSA):** financeira de automóveis, com um investimento de crédito que alcança 24.079 milhões de euros (95.663 milhões de reais) (31% do total dos EUA), a que se deve agregar a carteira de leasing de veículos por 9.439 milhões de euros (37.500 milhões de reais). Sua atividade apóia-se principalmente na relação comercial existente com o grupo *Fiat Chrysler Automobiles* (FCA) iniciada em 2013 e mediante a qual a SC USA tornou-se a financeira preferencial para os veículos da marca Chrysler nos EUA.

A unidade de SC USA apresenta indicadores de riscos superiores ao resto das unidades dos EUA devido à natureza de seu negócio, baseado no financiamento de automóveis, seja mediante empréstimo o leasing. Eles abarcam um amplo espectro quanto ao perfil de crédito de seus clientes, buscando a otimização do risco assumido e sua rentabilidade associada. Deste modo, os custos de crédito são superiores aos observados em outras unidades do Grupo, embora sejam compensados pelas receitas obtidas.

- **Resto dos negócios nos EUA:** O Banco Santander Puerto Rico (BSPR) é o banco comercial que opera em Porto Rico. Conta com um investimento, no encerramento de dezembro de 2016, de 2.944 milhões de euros (11.696 milhões de reais) ou 4% do total do investimento nos Estados Unidos. O Santander Investment Securities (SIS), Nova York, é a sociedade dedicada ao negócio de banco atacadista, com um investimento, no encerramento de setembro de 2016, de 2.451 milhões de euros (9.738 milhões de reais) (3% do total dos Estados Unidos). O Banco Santander International (BSI), Miami, por último, tem foco no negócio de banco privado, com um investimento, no encerramento de setembro de 2016, de 3.471 milhões de euros (13.790 milhões de reais), 4% do total dos Estados Unidos.

3.4. Brasil

O risco de crédito do Brasil foi 83.076 milhões de euros (330.053 milhões de reais), registrando uma queda de 7% em relação ao exercício 2016, motivada pela desvalorização do real brasileiro. Deste modo, o Santander Brasil representa 10% do total do investimento de crédito do Grupo.

No encerramento de dezembro de 2017, registrou-se em moeda local um crescimento aproximado de 7,5%. Tal crescimento apresenta maior intensidade nos segmentos de varejo, com um perfil de risco mais conservador, impulsionando ao mesmo tempo a vinculação e fidelização de nossos clientes assim como a captação de negócio a través de canais digitais.

Com relação à taxa de inadimplência, situava-se no encerramento de 2017 em 5,29% (-61 pb com relação ao encerramento do exercício anterior). Esta queda é motivada por um gerenciamento preventivo dos riscos em nossas carteiras, junto da melhora das perspectivas macroeconômicas e a implantação de determinadas reformas estruturais que foram bem recebidas pelo mercado.

As perspectivas são otimistas, visto que a economia retomou o crescimento, com o avanço do PIB impulsionado pelo consumo privado e pelas exportações. Isto indica um fato relevante, assim como uma mudança de tendência depois de vários anos de recessão. Adicionalmente, houve uma reativação do investimento, apoiada na melhora da confiança empresarial. Por outro lado, o nível de inflação se encontra abaixo da meta central do governo, que permitiu ao Comitê de Política Monetária reduzir significativamente a taxa de juros oficial (SELIC). O índice de desemprego, embora se encontre em um nível elevado, mostra também sinais de recuperação.

4 Outras perspectivas do risco de crédito

4.1. Risco de crédito por atividades em mercados financeiros

Neste item, é incorporado o risco de crédito gerado na atividade de tesouraria com clientes, principalmente com entidades de crédito. O operacional é desenvolvido tanto através de produtos de financiamento em mercado monetário com diferentes instituições financeiras como através de produtos com risco de contraparte destinados a prestar serviço aos clientes do Grupo.

Conforme é definido no Capítulo Sexto da CRR (Regulamento (UE) No.575/2013), o risco de crédito de contraparte é o risco de que o cliente em uma operação possa incorrer em inadimplemento antes da liquidação definitiva dos fluxos de caixa dessa operação. Inclui os seguintes tipos de operações: instrumentos derivativos, operações com compromisso de recompra, operações de empréstimo de valores ou matérias-primas, operações com liquidação diferida e operações de financiamento de garantias com reposição da margem.

Para medir a exposição, convivem duas metodologias, uma de *mark-to-market – MtM* (valor de reposição em derivativos), mais uma exposição potencial futura (*add-on*) e outra, para algumas regiões e alguns produtos, que incorpora o cálculo de exposição por simulação de Montecarlo. Adicionalmente, calcula-se o capital em risco ou a perda inesperada, ou seja, a perda que, depois de subtraída a perda esperada, constitui o capital econômico, líquido de garantias e recuperação.

No fechamento dos mercados, são recalculadas as exposições ajustando todas as operações a seu novo horizonte temporal, é ajustada a exposição potencial futura e são aplicadas as medidas de mitigação (*netting*, *colateral*, etc.), de forma que as exposições possam ser controladas diariamente em relação aos limites aprovados pela alta administração. O controle do risco é realizado com um sistema integrado e em tempo real que permite conhecer em cada momento o limite de exposição disponível com qualquer contraparte, em qualquer produto e prazo e em qualquer unidade do Grupo.

4.2. Risco de concentração

O controle do risco de concentração constitui um elemento essencial de gestão. O Grupo realiza um acompanhamento contínuo do grau de concentração das carteiras de risco de crédito em diferentes dimensões relevantes: por país, por setor e por grupos de clientes.

O conselho de administração, através do apetite por risco, determina os níveis máximos de concentração. Em linha com o apetite por risco, o comitê executivo de riscos estabelece as políticas de risco e revisa os níveis de exposição apropriados para a adequada gestão do grau de concentração das carteiras de risco de crédito.

O Grupo está sujeito à regulamentação sobre “Grandes Riscos” contida na parte quarta da CRR (Regulamento UE No.575/2013), segundo a qual a exposição contraída por uma entidade em relação a um cliente ou um grupo de clientes vinculados entre si será considerada “grande exposição” quando seu valor for igual ou superior a 10% de seu capital calculável. Adicionalmente, para limitar as grandes exposições, nenhuma entidade poderá assumir frente a um cliente ou grupo de clientes vinculados entre si uma exposição cujo valor exceda 25% de seu capital admissível, depois de considerar o efeito da redução do risco de crédito contido na norma.

No encerramento de dezembro, depois de aplicar técnicas de mitigação do risco, nenhum grupo alcança os limites anteriormente mencionados. Por sua parte, a exposição de crédito regulatória com os 20 maiores grupos dentro do âmbito de grandes riscos representava, em dezembro de 2017, 4,7% do risco de crédito disposto com clientes (investimento mais riscos de firma).

A divisão de Riscos colabora estreitamente com a divisão Financeira na gestão ativa das carteiras de crédito que, entre seus eixos de atuação, contempla a redução da concentração das exposições mediante diversas técnicas, como a contratação de derivativos de crédito de cobertura ou operações de titularização, com o fim último de otimizar a relação retorno-risco da carteira total.

O detalhamento em 31 de dezembro de 2017 da concentração de riscos do Grupo por atividade e área geográfica das contrapartes é incluído a seguir:

Milhões de euros	31/12/2017				
	Total	Espanha	Resto União Europeia	América	Resto do mundo
Bancos centrais e entidades de crédito	243.319	56.369	95.749	81.566	9.635
Administrações públicas	196.358	76.011	49.208	66.537	4.602
<i>Das quais:</i>					
<i>Administração Central</i>	166.926	62.707	37.416	62.244	4.559
<i>Outras Administrações Públicas</i>	29.432	13.304	11.792	4.293	43
Outras sociedades financeiras e empresários individuais (atividade empresarial financeira)	81.392	16.250	39.440	19.393	6.309
Sociedades não financeiras e empresários individuais (atividade empresarial não financeira) (detalhado de acordo com a finalidade)	377.314	128.818	113.384	124.118	10.994
<i>Dos quais:</i>					
<i>Construção e promoção imobiliária (incluído solo)</i>	30.451	8.179	5.003	17.077	192
<i>Construção de obras civis</i>	5.399	3.769	1.180	448	2
<i>Grandes empresas</i>	206.250	54.517	65.606	76.691	9.436
<i>PMEs e empresários individuais</i>	135.214	62.353	41.595	29.902	1.364
Restante das famílias (detalhado de acordo com a finalidade)	477.882	89.821	272.612	107.659	7.790
<i>Dos quais:</i>					
<i>Moradia</i>	309.068	63.355	207.575	37.539	599
<i>Consumo</i>	145.619	16.288	62.584	62.248	4.499
<i>Outros fins</i>	23.195	10.178	2.453	7.872	2.692
Total	1.376.265	367.269	570.393	399.273	39.330

Milhões de reais	31/12/2017				
	Total	Espanha	Resto União Europeia	América	Resto do mundo
Bancos centrais e entidades de crédito	966.682	223.948	380.401	324.054	38.279
Administrações públicas	780.110	301.984	195.498	264.345	18.283
<i>Das quais:</i>					
<i>Administração Central</i>	663.180	249.129	148.650	247.289	18.112
<i>Outras Administrações Públicas</i>	116.930	52.855	46.848	17.056	171
Outras sociedades financeiras e empresários individuais (atividade empresarial financeira)	323.362	64.560	156.691	77.046	25.065
Sociedades não financeiras e empresários individuais (atividade empresarial não financeira) (detalhado de acordo com a finalidade)	1.499.031	511.781	450.463	493.109	43.678
<i>Dos quais:</i>					
<i>Construção e promoção imobiliária (incluído solo)</i>	120.978	32.494	19.876	67.845	763
<i>Construção de obras civis</i>	21.450	14.974	4.688	1.780	8
<i>Grandes empresas</i>	819.411	216.591	260.646	304.686	37.488
<i>PMEs e empresários individuais</i>	537.192	247.722	165.253	118.798	5.419
Restante das famílias (detalhado de acordo com a finalidade)	1.898.571	356.850	1.083.061	427.719	30.941
<i>Dos quais:</i>					
<i>Moradia</i>	1.227.897	251.703	824.675	149.139	2.380
<i>Consumo</i>	578.530	64.711	248.640	247.305	17.874
<i>Outros fins</i>	92.144	40.436	9.746	31.275	10.687
Total	5.467.756	1.459.123	2.266.114	1.586.273	156.246

(*) A definição de risco para fins deste quadro inclui os seguintes itens do balanço público: empréstimos e adiantamentos em entidades de crédito, empréstimos e adiantamentos: a clientes, valores representativos de dívida, instrumentos de patrimônio, derivativos, derivativos de cobertura, participações e garantias concedidas.

4.4. Risco soberano e frente às outras administrações públicas

Como critério geral, no Grupo é considerado risco soberano ou contraído por operações com o banco central (incluído o encaixe regulatório), o risco emissor do Tesouro ou entidade similar (carteira de dívida do Estado) e o derivado de operações com entidades públicas com as seguintes características: seus fundos provenham unicamente das receitas orçamentárias do Estado, tenham reconhecimento legal de entidades diretamente integradas no setor Estado, e desenvolvam atividades que não tenham caráter comercial.

Este critério, empregado historicamente pelo Grupo, apresenta algumas diferenças em relação ao solicitado pela *European Banking Authority* (EBA) para seus exercícios periódicos de estresse. As mais significativas são que o critério da EBA não inclui o risco contraído com os bancos centrais, as exposições mantidas em empresas de seguros, nem as exposições indiretas via garantias ou outros instrumentos. Por outro lado, inclui administrações públicas em geral (incluindo regionais e locais) e não apenas o setor Estado.

A exposição ao risco soberano (segundo critério aplicado no Grupo) deriva-se principalmente das obrigações às quais estão sujeitos os bancos filiais de constituição de determinados depósitos nos correspondentes bancos centrais, da constituição de depósitos com os excedentes de liquidez e de carteiras de renda fixa mantidas dentro da estratégia de gestão do risco de juros estrutural do balanço e em livros de negociação nas tesourarias. A ampla maioria dessas exposições é materializada em moeda local e financiada sobre a base dos depósitos de clientes captados localmente, também denominados em moeda local.

O detalhamento, em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, em função de como o Grupo administra cada carteira, da exposição do Grupo a riscos soberanos, líquido das posições curtas mantidas com os mesmos, considerando o critério estabelecido pela *European Banking Authority* (EBA), anteriormente descrito, é o seguinte:

País	31-12-2017				
	Milhões de euros				
	Carteira				Exposição direta líquida total
	Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados (*)	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros mantidos até o vencimento	
Espanha	4.928	37.748	18.055	1.906	62.637
Portugal	53	5.220	3.541	3	8.817
Itália	1.479	4.613	16	-	6.108
Grécia	-	-	-	-	-
Irlanda	-	-	-	-	-
Resto zona euro	(1.192)	497	81	-	(614)
Reino Unido	2	1.751	7.236	7.414	16.403
Polônia	1.034	5.566	40	-	6.640
Resto da Europa	172	358	40	-	570
Estados Unidos	2.548	2.616	765	-	5.929
Brasil	3.202	20.201	1.171	2.720	27.294
México	1.780	5.152	2.586	-	9.518
Chile	428	2.985	312	-	3.725
Resto da América	147	424	940	-	1.511
Resto do mundo	3.422	512	920	-	4.854
Total	18.003	87.643	35.703	12.043	153.392

País	31-12-2017				
	Milhões de reais				
	Carteira				Exposição direta líquida total
	Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados por valor justo com alterações em resultados(*)	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros mantidos até o vencimento	
Espanha	19.578	149.969	71.731	7.572	248.851
Portugal	211	20.739	14.068	12	35.029
Itália	5.876	18.327	64	-	24.267
Grécia	-	-	-	-	-
Irlanda	-	-	-	-	-
Resto zona euro	(4.736)	1.975	322	-	(2.439)
Reino Unido	8	6.957	28.748	29.455	65.167
Polónia	4.108	22.113	159	-	26.380
Resto da Europa	683	1.422	159	-	2.265
Estados Unidos	10.123	10.393	3.039	-	23.555
Brasil	12.721	80.257	4.652	10.806	108.436
México	7.072	20.468	10.274	-	37.814
Chile	1.700	11.859	1.240	-	14.799
Resto da América	584	1.685	3.735	-	6.003
Resto do mundo	13.595	2.034	3.655	-	19.284
Total	71.524	348.197	141.844	47.846	609.411

(*) inclui Posições curtas.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017, o Grupo mantinha exposições diretas líquidas em derivativos cujo valor justo era (1.681) milhões de euros ((6.678) milhões de reais), assim como exposição indireta líquida em derivativos cujo valor justo era 15 milhões de euros (60 milhões de reais).

País	31-12-2016				
	Milhões de euros				
	Carteira				Exposição direta líquida total
	Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados (*)	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros mantidos até o vencimento	
Espanha	9.415	23.415	11.085	1.978	45.893
Portugal	(58)	5.982	1.143	4	7.072
Itália	1.453	492	7	-	1.952
Grécia	-	-	-	-	-
Irlanda	-	-	-	-	-
Resto zona euro	(1.171)	751	79	-	(341)
Reino Unido	475	1.938	7.463	7.764	17.639
Polónia	287	5.973	30	-	6.290
Resto da Europa	-	502	289	-	791
Estados Unidos	1.174	3.819	720	-	5.713
Brasil	4.044	16.098	1.190	2.954	24.286
México	2.216	5.072	3.173	-	10.461
Chile	428	2.768	330	-	3.525
Resto da América	134	497	541	-	1.172
Resto do mundo	1.903	889	683	-	3.475
Total	20.300	68.197	26.732	12.701	127.930

País	31-12-2016				
	Milhões de reais				
	Carteira				Exposição direta líquida total
	Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados por valor justo com alterações em resultados(*)	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros mantidos até o vencimento	
Espanha	32.299	80.326	38.026	6.785	157.435
Portugal	(200)	20.522	3.923	15	24.259
Itália	4.983	1.689	25	-	6.697
Grécia	-	-	-	-	-
Irlanda	-	-	-	-	-
Resto zona euro	(4.016)	2.576	271	-	(1.169)
Reino Unido	1.628	6.648	25.600	26.634	60.511
Polônia	985	20.490	104	-	21.579
Resto da Europa	-	1.723	991	-	2.713
Estados Unidos	4.028	13.101	2.471	-	19.599
Brasil	13.974	55.223	4.081	10.135	83.314
México	7.601	17.401	10.886	-	35.888
Chile	1.469	9.495	1.130	-	12.094
Resto da América	461	1.706	1.855	-	4.022
Resto do mundo	6.529	3.050	2.342	-	11.921
Total	69.741	233.949	91.703	43.569	438.863

(*) inclui Posições curtas.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2016, o Grupo mantinha exposições diretas líquidas em derivativos cujo valor justo era (2.505) milhões de euros ((8.593) milhões de reais), assim como exposição indireta líquida em derivativos cujo valor justo era 2 milhões de euros (7 milhões de reais).

País	31-12-2015				
	Milhões de euros				
	Carteira				Exposição direta líquida total
	Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados (*)	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros mantidos até o vencimento	
Espanha	8.954	26.443	11.272	2.025	48.694
Portugal	104	7.916	1.987	-	10.007
Itália	2.717	-	-	-	2.717
Grécia	-	-	-	-	-
Irlanda	-	-	-	-	-
Resto zona euro	(211)	143	69	-	1
Reino Unido	(786)	5.808	141	-	5.163
Polônia	13	5.346	42	-	5.401
Resto da Europa	120	312	238	-	670
Estados Unidos	280	4.338	475	-	5.093
Brasil	7.274	13.522	947	2.186	23.929
México	6.617	3.630	272	-	10.519
Chile	193	1.601	3.568	-	5.362
Resto da América	155	1.204	443	-	1.802
Resto do mundo	3.657	1.687	546	-	5.890
Total	29.087	71.950	20.000	4.211	125.248

País	31-12-2015				
	Milhões de reais				
	Carteira				Exposição direta líquida total
	Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados por valor justo com alterações em resultados(*)	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros mantidos até o vencimento	
Espanha	38.608	114.014	48.601	8.731	209.954
Portugal	448	34.132	8.567	-	43.147
Itália	11.715	-	-	-	11.715
Grécia	-	-	-	-	-
Irlanda	-	-	-	-	-
Resto zona euro	(910)	616	298	-	4
Reino Unido	(3.389)	25.042	608	-	22.261
Polônia	56	23.050	181	-	23.287
Resto da Europa	517	1.346	1.026	-	2.889
Estados Unidos	1.207	18.704	2.048	-	21.959
Brasil	31.363	58.304	4.083	9.425	103.175
México	28.531	15.651	1.173	-	45.355
Chile	832	6.903	15.384	-	23.119
Resto da América	668	5.191	1.911	-	7.770
Resto do mundo	15.768	7.274	2.354	-	25.396
Total	125.414	310.227	86.234	18.156	540.031

(*) Inclui Posições curtas.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2015, o Grupo mantinha exposições diretas líquidas em derivativos cujo valor justo era (2.070) milhões de euros ((8.925) milhões de reais), assim como exposição indireta líquida em derivativos cujo valor justo era 25 milhões de euros (108 milhões de reais). Por outro lado, o Grupo não tem exposição em carteiras a vencimento.

5. Ciclo de risco de crédito

No âmbito exclusivo de risco de crédito, o comitê de Controle de Risco de Crédito é o órgão colegiado responsável por supervisionar e e controlar o risco de crédito do Grupo. Seu objetivo é ser um instrumento para o controle efetivo do risco de crédito, assegurando e assessorando o Chief Risk Officer e o Comitê de Controle de Riscos que o risco de crédito seja gerenciado segundo o nível de apetite de risco aprovado pelo conselho de administração.

Especificamente ao risco de crédito, os processos se articulam em três fases interrelacionadas entre si, incorporando os resultados desde a fase de pós-venda até o estudo do risco e o planejamento de pré-venda.

Cada uma destas fases está associada a modelos de decisão específicos estabelecidos para a tomada de decisões de acordo com os objetivos de negócio e as políticas de crédito definidas pela Instituição.

5.1. Planejamento

Identificação

A identificação do risco de crédito é um componente essencial para realizar uma gestão ativa e um controle efetivo das carteiras. A identificação e a classificação dos riscos externos e internos para cada um dos negócios permite adotar medidas corretivas e mitigantes.

Plano Estratégico Comercial

Os planos estratégicos comerciais (PEC) constituem o instrumento básico para gestão e controle das carteiras de crédito do Grupo. É uma ferramenta elaborada conjuntamente entre a área comercial e a de riscos, que define o conjunto de estratégias comerciais, políticas de risco e meios e infraestruturas necessárias para a consecução do orçamento anual. Estes três elementos se consideram de forma conjunta, garantindo uma visão holística da carteira objeto de planejamento e permitindo articular o mapa de todas as carteiras de crédito do Grupo.

O planejamento permite fixar os objetivos de negócio e projetar planos de ação concretos que, amparados pelo apetite de risco definido pela Instituição, permitem a consecução de tais objetivos, usando os meios (modelos, recursos e sistemas) adequados.

A integração na gestão do PEC facilita em todo momento uma visão atualizada da qualidade de crédito das carteiras, avaliar o risco de crédito, realizar controles internos e acompanhamentos periódicos das estratégias planejadas, antecipar desvios e identificar mudanças significativas do risco e seu potencial impacto, assim como aplicar ações corretivas.

A aprovação dos PEC corresponde ao máximo comitê executivo de riscos de cada instituição, validando-se em nível corporativo no comitê executivo de riscos ou órgão equivalente. Os seguimentos recorrentes abrangidos no governo estabelecido em cada momento se realizam pelos mesmos organismos que os aprovam e validam.

Análise de cenários

A análise de cenários de risco de crédito permite à alta administração ter um melhor entendimento da evolução da carteira em condições de mercado e conjuntura em constantes mudanças, e é uma ferramenta fundamental para avaliar a suficiência das provisões constituídas e do capital em cenários de estresse.

Essas análises de cenários, normalmente com um horizonte temporal de três anos, são realizadas sobre todas as carteiras relevantes do Grupo. O processo para executá-las é estruturado com os seguintes passos principais:

- Definição de cenários de referência, tanto o central ou mais provável (cenário base) como cenários econômicos mais ácidos que, embora mais improváveis, possam ser possíveis (cenários de stress).
- Determinação do valor dos parâmetros de risco (probabilidade de default, perda em default) nos distintos cenários definidos.
- Adaptação da nova metodologia de previsão aos novos requisitos regulatórios (IFRS 9), com impacto na estimativa de perda esperada associada a cada um dos cenários propostos, assim como nas demais métricas relevantes de risco de crédito derivadas dos parâmetros obtidos (inadimplência, provisões, dotações, etc.).
- Análise e racional da evolução do perfil de risco de crédito em nível de carteira, segmento, unidade e Grupo em distintos cenários e em relação a exercícios anteriores.
- Integração de indicadores de gestão para complementar a análise de impacto ocasionado por fatores macroeconômicos nas métricas de riscos.
- Além disso, o processo se completa com um conjunto de controles e contrastes que asseguram a adequação das métricas e cálculos.

Todo o processo ocorre dentro de um marco corporativo de governança, adequando-se à crescente importância do mesmo e às melhores práticas do mercado, facilitando à alta direção do Grupo o conhecimento e a tomada de decisões.

5.2. Estudo do risco e processo de qualificação de crédito

De forma geral, o estudo do risco consiste em analisar a capacidade do cliente para honrar seus compromissos contratuais com o Grupo e com outros credores. Isso implica analisar sua qualidade de crédito e a evolução no curto e no médio prazo, suas operações de risco, sua solvência e a rentabilidade esperada em função do risco assumido.

Com este objetivo, o Grupo emprega modelos de decisão de crédito a clientes em cada um dos segmentos onde opera: SGCB (*Santander Global Corporate Banking*: soberano, instituições financeiras e empresas corporativas), empresas e instituições, PMEs e particulares.

Os modelos de decisão aplicados se articulam em torno de mecanismos de qualificação de crédito. Realiza-se um acompanhamento e um controle destes modelos e mecanismos para calibrar e ajustar com precisão as decisões e qualificações que atribuem. Dependendo do segmento, os mecanismos de qualificação podem ser fundamentalmente:

- *Rating*: resultado da aplicação de algoritmos matemáticos que incorporam um módulo quantitativo baseado em índices de balanço ou variáveis macroeconômicas, e um módulo qualitativo complementado com o critério especializado aportado pelo analista. Utilizam-se nos segmentos de SGCB, empresas e instituições e PMEs (com tratamento individualizado).
- *Scoring*: sistema de avaliação automática de solicitações de operações de crédito, de tal forma que se atribui automaticamente uma avaliação individualizada do cliente para proceder à tomada de decisões de crédito. Podem ser de dois tipos: de admissão ou de comportamento, utilizando-se nos segmentos de pessoas físicas e PMEs (com tratamento padronizado).

As qualificações resultantes são revisadas periodicamente, incorporando novas informações financeiras disponíveis e a experiência no desenvolvimento da relação bancária. Essas revisões são incrementadas para os clientes que alcancem determinados níveis nos indicadores previamente estabelecidos nos sistemas automáticos de alerta e nos clientes objeto de um acompanhamento mais intenso.

5.3. Estabelecimento de limites / pré-classificações e pré-aprovados

Trata-se de um processo que determina a disposição ao risco para cada cliente. O estabelecimento destes limites se realiza de forma conjunta entre as áreas de negócio e de riscos; devem ser aprovados pelo comitê executivo de riscos (ou comitês delegados) e abranger os resultados esperados do negócio em termos de risco - rentabilidade.

Em função do segmento se aplica um modelo de limites diferenciado:

- No caso de *grandes grupos corporativos*, utiliza-se um modelo de pré-classificação baseado em um sistema de medição e acompanhamento de capital econômico. O resultado da pré-classificação é o nível máximo de risco que se pode assumir com um cliente ou grupo em termos de montante ou prazo.
- No caso de *empresas e instituições* que cumprem determinados requisitos (alto know-how, *rating*, etc.), utiliza-se um modelo de pré-classificação mais simplificado.

- No caso de *PMEs e particulares*, em determinadas situações em que concorrem uma série de requisitos, estabelecem-se operações pré-aprovadas para clientes ou operações pré-concedidas para clientes potenciais (campanhas e políticas de fomento de uso de limites).

5.4. Tomada de decisão de operações

A fase de venda é constituída pelo processo de decisão. Tem por objeto a análise e a resolução de operações, sendo a aprovação por parte de riscos um requisito prévio antes da contratação de qualquer operação de riscos. Todas as decisões sobre riscos deverão considerar o apetite de risco, os limites e as políticas de gestão definidas no planeamento, assim como os elementos relevantes no equilíbrio entre risco e rentabilidade.

Em função do segmento, a tomada de decisões abrange diferentes procedimentos:

- No âmbito de *SGCB*, e em função da etapa prévia de estabelecimento de limites, haverá dois tipos de decisões: (1) automática, dentro dos limites autorizados, ao amparo de uma pré-classificação; (2) por requerimento de autorização de um analista ou do comitê de riscos (ainda que envolva quantia, prazo e outras condições dentro do limite pré-classificado).
- No âmbito de *empresas e instituições*, requer-se a autorização de um analista ou comitê de riscos (ainda que envolva quantia, prazo e outras condições dentro do limite pré-classificado).
- No âmbito de *particulares, e PMEs de menor faturamento*, facilitada-se a gestão de grandes volumes de operações de crédito com a utilização de modelos de decisão automáticos que qualificam o binômio cliente/operação.

Técnicas de mitigação do risco de crédito

O Grupo aplica diversas técnicas de mitigação do risco de crédito em função, entre outros fatores, do tipo de cliente e produto. Algumas são próprias de uma operação concreta (por exemplo, garantias imobiliárias), e outras se aplicam a conjuntos de operações (por exemplo, *netting* e garantia).

As diferentes técnicas de mitigação podem se agrupar nas seguintes categorias:

Garantias pessoais e derivativos de crédito

Esta tipologia de garantias corresponde às que posicionam um terceiro perante a necessidade de responder por obrigações adquiridas por outro frente ao Grupo. Inclui, por exemplo, fianças, avais, *stand-by letters of credit*, etc. Só podem ser reconhecidas, para fins de cálculo de capital, as garantias aportadas por terceiros que cumpram os requisitos mínimos estabelecidos pelo supervisor.

Os derivativos de crédito são instrumentos financeiros cujo objetivo principal consiste em cobrir o risco de crédito comprando proteção de um terceiro, pelo que o banco transfere o risco do emissor do subjacente. Os derivativos de crédito são instrumentos OTC (*over the counter*), ou seja, são negociados em mercados não organizados. As coberturas com derivativos de crédito, realizadas principalmente mediante *credit default swaps* (CDS), são contratadas com instituições financeiras de primeira linha.

Garantias reais

São os bens sujeitos ao cumprimento da obrigação garantida e que podem ser prestados não apenas pelo próprio cliente, mas também por um terceiro. Os bens ou direitos reais objeto de garantia podem ser financeiros (dinheiro, depósitos de valores, ouro, etc.) e não financeiros (imóveis, outros bens móveis, etc.). Desta forma, os diferentes tipos de garantia são:

- Garantia pignoratícia/ativos financeiros: instrumentos de dívida ou de patrimônio ou outros ativos financeiros recebidos em garantia.

Um caso muito relevante de garantia real financeira é o colateral, cujo objetivo final (como na técnica do *netting*) é reduzir o risco de contrapartida. O colateral é constituído por um conjunto de instrumentos com valor económico certo e com elevada liquidez que são depositados/transferidos por uma contraparte a favor de outra para garantir/reduzir o risco de crédito de contraparte que possa resultar das carteiras de operações de derivativos com risco existentes entre elas. As operações sujeitas a acordos de colateral são avaliadas periodicamente (normalmente dia a dia), aplicando os parâmetros definidos no contrato de forma a obter um montante de colateral (normalmente dinheiro em espécie ou valores) a pagar ou receber da contraparte.

- *Garantia hipotecária imobiliária*: ativos imobiliários em operações com garantia hipotecária, ordinária ou limitada. Existem processos de avaliação periódicos, baseados nos valores reais de mercado para os diferentes tipos de imóveis e que cumprem todos os requisitos estabelecidos pelos reguladores do Grupo e locais.
- Outras garantias reais: garantias reais distintas das descritas anteriormente.

Por norma geral, e do ponto de vista da admissão de riscos, será a capacidade de reembolso que primará na tomada da decisão, sem que isso represente um impedimento no requisito de um maior nível de garantias reais ou pessoais. Para o cálculo de capital regulatório, só são consideradas aquelas que cumprem os requisitos qualitativos mínimos descritos nos acordos de Basileia.

Na aplicação de técnicas de mitigação seguem-se os requisitos mínimos estabelecidos nas políticas de gestão de garantias: certeza jurídica (possibilidade de exigir juridicamente e em qualquer momento a liquidação das garantias), não existência de correlação positiva sustancial entre a contraparte e o valor do colateral, correta documentação de todas as garantias, disponibilidade dos documentos metodológicos utilizados para cada técnica de mitigação e adequado acompanhamento, rastreio e controle periódico dos bens/ativos objetos da garantia.

Determinação de um saldo líquido por contraparte

O conceito de *netting* refere-se à possibilidade de determinar um saldo líquido entre operações de um mesmo tipo, sob o guarda-chuva de um acordo-quadro, como o ISDA (International Swaps and Derivatives Association) ou similar.

Consiste na agregação dos valores de mercado positivos e negativos das operações de derivativos que o Santander tem com uma determinada contraparte, de modo que, em caso de *default*, esta deva (ou o Santander deva, se o líquido é negativo) um único montante líquido e não um conjunto de valores positivos ou negativos correspondentes a cada operação que tenha sido fechada.

Um aspecto importante dos contratos-quadro é que pressupõem uma obrigação jurídica única que engloba todas as operações que ampara. Isso é fundamental ao calcular os riscos de todas as operações cobertas pelo contrato com uma mesma contraparte.

5.5. Acompanhamento / Antecipação

Todos os clientes devem ser objeto de um acompanhamento contínuo e holístico, que permita detectar antecipadamente incidentes que possam ocorrer na evolução do risco e que afetem a qualidade de crédito dos clientes, de tal forma que seja possível estabelecer e executar ações concretas (predefinidas ou ad-hoc) que corrijam possíveis desvios com impactos negativos sobre a Instituição. Esta responsabilidade deve ser compartilhada entre as funções comerciais e de riscos.

O acompanhamento se realiza com equipes de riscos dedicadas (locais e globais), complementado com o trabalho de auditoria interna. Está baseado na segmentação de clientes:

- Nos segmentos de *empresas e instituição e PMEs com tratamento individualizado*, a função se concretiza na identificação e acompanhamento de firmas cuja situação merece uma maior intensidade no acompanhamento, nas revisões de *ratings* e no monitoramento contínuo de indicadores.
- Nos segmentos de *particulares, negócios e PMEs de menor faturamento*, realiza-se uma tarefa de acompanhamento mediante alertas automáticos dos principais indicadores com o objetivo de detectar desvios no comportamento da carteira de crédito em relação às previsões realizadas nos planos estratégicos.

Avaliação e controle de carteiras

Adicionalmente ao acompanhamento da qualidade de crédito dos clientes, o Grupo estabelece procedimentos de controle necessários para analisar as carteiras e sua evolução, assim como possíveis desvios com relação ao planejamento ou níveis de alerta aprovados.

A função se desenvolve através de uma visão integral e holística do risco de crédito, estabelecendo como principais eixos o controle por geografias, áreas de negócio, modelos de gestão, produtos, etc., facilitando a detecção antecipada de focos de atenção específicos, assim como a elaboração de planos de ação para corrigir eventuais depreciações.

Na análise das carteiras controlam-se, de forma permanente e sistemática, a evolução do risco de crédito em relação a orçamentos, limites e padrões de referência, avaliando os efeitos perante situações futuras, tanto exógenas como as provenientes de decisões estratégicas, com o objetivo de estabelecer medidas que situem o perfil e o volume da carteira de riscos dentro dos parâmetros fixados e em alinhamento com o apetite estabelecido pelo Grupo.

5.6. Gestão recuperatória

A atividade recuperatória é uma função relevante dentro do âmbito de gestão dos riscos do Grupo. Esta função é desenvolvida pela área de cobrança e recuperações, que define uma estratégia global e um enfoque integral da gestão recuperatória.

O Grupo conta com um modelo corporativo de gestão recuperatória que estabelece as diretrizes e pautas gerais de atuação que são aplicadas nos diferentes países, sempre considerando as particularidades locais que a atividade recuperatória precisa, seja por seu ambiente econômico, por seu modelo de negócios ou pela mescla de ambos.

A atividade recuperatória tem estado alinhada com a realidade social e econômica dos diferentes países e são utilizados, com os adequados critérios de prudência, diferentes mecanismos de gestão em função de sua antiguidade, garantias e condições das dívidas não pagas.

As áreas de recuperação são áreas de gestão direta de clientes, com o que este modelo corporativo tem um enfoque de negócios, cuja criação de valor de forma sustentável no tempo baseia-se na gestão eficaz e eficiente da cobrança. Os novos canais digitais ganham cada vez mais relevância na gestão da recuperação, desenvolvendo novas formas de relação com os clientes.

As diversas características dos clientes tornam necessária uma segmentação para realizar uma gestão recuperatória adequada. A gestão massiva para grandes coletividades de clientes com perfis e produtos semelhantes é realizada mediante processos com um alto componente tecnológico e digital, enquanto a gestão personalizada é orientada a clientes que, por seu perfil, requerem a designação de um gestor específico e uma análise mais individualizada.

A gestão de recuperação atua em quatro fases principais: irregularidade ou inadimplemento antecipado, recuperação de dívidas em atraso, recuperação de créditos falidos e gestão dos bens adjudicados.

O perímetro da gestão da função de recuperação inclui a gestão dos denominados ativos não produtivos (NPAs em suas siglas em inglês), que correspondem às carteiras de recuperação, de recuperação duvidosa, de falidos e de ativos adjudicados, nas quais o Grupo pode utilizar mecanismos de redução acelerada dessas carteiras, tais como vendas de carteiras de créditos ou de ativos adjudicados.

O Grupo mantém políticas concretas para desenvolver a gestão de recuperação, que englobam os princípios das diferentes estratégias de recuperação, assegurando sempre, no mínimo, a qualificação e a provisão requerida. Neste sentido, está sempre presente a busca de soluções alternativas à via jurídica para a cobrança das dívidas.

Em regiões com exposição ao risco imobiliário, conta-se com instrumentos eficientes de gestão de vendas, que permitem maximizar a recuperação e reduzir o saldo em estoque.

Carteira renegociada

O Grupo conta com uma política detalhada de renegociação de dívidas de clientes que é usada como referência nas diferentes transposições locais de todas as instituições financeiras que fazem parte do Grupo, e que compartilha os princípios estabelecidos tanto pelo Banco de España quanto pela Autoridade Bancária Europeia.

Esta política define a renegociação de dívidas como a modificação das condições de pagamento de uma operação que permitem que um cliente com dificuldades financeiras (atuais ou previsíveis) cumpra suas obrigações de pagamento, pois, não havendo tal modificação, existiria uma certeza razoável de ele não poder cumprir suas obrigações de pagamento. A modificação pode ser na mesma operação original ou por meio de uma nova operação que a substitui.

Mesmo assim, a política estabelece critérios rigorosos para a avaliação, a classificação e o acompanhamento destas operações, assegurando o máximo cuidado e diligência na sua concessão e vigilância. Neste sentido, a operação de recondução deve estar focada na recuperação dos montantes devidos; as obrigações de pagamento devem se adaptar às condições reais do cliente, e se forem estimadas quantias irrecuperáveis, será necessário reconhecer a perda o quanto antes.

Em hipótese alguma as renegociações serão utilizadas para atrasar o reconhecimento imediato das perdas ou para que seu uso desvie o oportuno reconhecimento do risco de inadimplência.

Adicionalmente, as políticas definem os critérios da classificação das operações recuperadas com o fim reconhecer os riscos adequadamente, tendo em conta que as operações devem permanecer classificadas como de risco duvidoso ou de vigilância especial durante um prazo prudente para assegurar uma razoável certeza da recuperação da capacidade de pagamento.

Com relação ao volume de recuperações, o total da carteira no encerramento de dezembro situa-se em 47.705 milhões de euros (189.527 milhões de reais).

Atendendo à qualificação de crédito, 42% da carteira recuperada se encontram classificados como de recuperação duvidosa, com uma cobertura de 58% da mesma (24% sobre a total carteira).

Com relação a sua evolução, em perímetro constante, o nível de recuperações do Grupo diminuiu 19,8%, em linha com a tendência de anos anteriores.

Os termos a seguir são usados na Circular 4/2016 da seguinte forma:

- Operação de refinanciamento: aquela que é concedida ou usada por razões relacionadas com dificuldades financeiras – atuais ou previsíveis – do titular para cancelar uma ou várias operações concedidas a este, ou pela qual essas operações são colocadas total ou parcialmente em dia com os pagamentos, com o objetivo de facilitar aos titulares das operações canceladas ou refinanciadas o pagamento de sua dívida (principal e juros) porque não possam, ou se preveja que não poderão, cumprir em prazo e forma as suas condições.
- Operação reestruturada: aquela que, por razões econômicas ou legais relacionadas com dificuldades financeiras, atuais ou previsíveis, do titular, tem suas condições financeiras modificadas com o objetivo de facilitar o pagamento da dívida (principal e interesses) porque o titular não possa, ou se preveja que não poderá, cumprir em prazo e forma as suas condições, ainda que a modificação estivesse prevista no contrato.

SALDOS VIGENTES DE REFINANCIAMENTOS E REESTRUTURAÇÕES

Montantes em milhões de euros, salvo número de operações, que está em unidades	31-12-2017													
	Total							De que: com incumprimento/duidosos						
	Sem garantia real		Com garantia real					Sem garantia real		Com garantia real				
	Número de operações	Montante em livros bruto	Número de operações	Montante em livros bruto	Montante máximo da garantia real que pode ser considerado		Imparidade de valor acumulado ou perdas acumuladas no valor justo devidas ao risco de crédito	Número de operações	Montante em livros bruto	Número de operações	Montante em livros bruto	Montante máximo da garantia real que pode ser considerado		Imparidade de valor acumulado ou perdas acumuladas no valor justo devidas ao risco de crédito
					Garantia imobiliária	Outras garantias reais						Garantia imobiliária	Outras garantias reais	
Instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações públicas	55	89	21	22	11	5	2	22	8	13	7	7	-	2
Outras sociedades financeiras e empresários Individuais (atividade empresarial financeira)	248	45	120	60	40	10	25	79	2	59	22	8	7	13
Sociedades não financeiras e empresários Individuais (atividade empresarial não financeira)	259.792	9.631	45.746	13.663	9.255	1.075	7.106	109.973	5.522	21.265	7.839	5.531	414	6.233
Das quais: financiamento à construção e promoção imobiliária (incluído solo)	1.259	236	2.861	2.612	2.125	30	1.111	803	130	2.099	1.718	1.363	24	847
Resto de particulares	1.919.831	4.568	878.272	19.627	9.480	3.896	4.408	755.948	1.819	126.086	4.834	3.234	428	2.864
Total	2.179.926	14.333	924.159	33.372	18.786	4.986	11.541	866.022	7.351	147.423	12.692	8.780	849	9.112
Financiamento classificado como ativos não correntes e grupos alienáveis de itens que foram classificados como mantidos para venda	2.921	1.255	4.110	4.893	2.140	69	3.497	2.895	1.253	4.000	4.853	2.102	69	3.496

Montantes em milhões de reais, salvo número de operações, que está em unidades	31-12-2017													
	Total							Do qual: com descumprimentos/duidosos						
	Sem garantia real		Com garantia real					Sem garantia real		Com garantia real				
	Número de operações	Montante em livros bruto	Número de operações	Montante em livros bruto	Montante máximo da garantia real que pode ser considerado		Imparidade de valor acumulado ou perdas acumuladas no valor justo devidas ao risco de crédito	Número de operações	Montante em livros bruto	Número de operações	Montante em livros bruto	Montante máximo da garantia real que pode ser considerado		Imparidade de valor acumulado ou perdas acumuladas no valor justo devidas ao risco de crédito
					Garantia imobiliária	Outras garantias reais						Garantia imobiliária	Outras garantias reais	
Instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações públicas	55	353	21	88	44	19	9	22	34	13	27	26	-	7
Outras sociedades financeiras e empresários Individuais (atividade empresarial financeira)	248	177	120	237	158	42	101	79	10	59	89	32	26	52
Sociedades não financeiras e empresários Individuais (atividade empresarial não financeira)	259.792	38.262	45.746	54.283	36.770	4.272	28.231	109.973	21.938	21.265	31.143	21.974	1.646	24.765
Das quais: financiamento à construção e promoção imobiliária (incluído solo)	1.259	939	2.861	10.378	8.442	118	4.413	803	516	2.099	6.826	5.416	94	3.367
Resto de particulares	1.919.831	18.149	878.272	77.978	37.665	15.479	17.511	755.948	7.226	126.086	19.167	12.848	1.700	11.378
Total	2.179.926	56.941	924.159	132.586	74.637	19.812	45.852	866.022	29.208	147.423	50.426	34.880	3.372	36.202
Financiamento classificado como ativos não correntes e grupos alienáveis de itens que foram classificados como mantidos para venda	2.921	4.985	4.110	19.440	8.502	276	13.892	2.895	4.980	4.000	19.280	8.352	275	13.888

As operações apresentadas nos quadros anteriores são classificadas, em 31 de dezembro de 2017, de acordo com suas características da seguinte forma:

- Duvidosas: são reclassificadas na categoria de risco duvidoso as operações que estejam apoiadas em um plano de pagamentos inadequado, incluam cláusulas contratuais que ampliem o reembolso da operação mediante pagamentos regulares ou apresentem montantes baixados do balanço porque foram estimados como irrecuperáveis.
- Normais: serão classificadas na categoria de risco normal as operações que não forem classificadas como duvidosas ou que foram reclassificadas da categoria de risco duvidoso ao cumprir os critérios específicos a seguir:
 - a) Que tenha transcorrido um período de um ano desde a data de refinanciamento ou reestruturação.
 - b) Que o titular tenha pago as parcelas acumuladas de principal e juros desde a data em que foi formalizada a reestruturação ou refinanciamento.
 - c) Que o titular não tenha nenhuma outra operação com montantes vencidos há mais de 90 dias na data de reclassificação para a categoria de risco normal.

A tabela anexa mostra o movimento durante o exercício 2017 na carteira reconduzida:

Milhões de euros	Exercício 2017
Saldo de abertura	37.365
Refinanciamentos e reestruturações do período	12.675
<i>Pró-memória Impacto registrado na demonstração do resultado do período</i>	2.406
Amortizações de dívida	(9.107)
Adjudicações	(950)
Baixa de Balanço (reclassificação a falidos)	(5.334)
Outras variações (*)	1.515
Saldo ao final do período	36.164

Milhões de reais	Exercício 2017
Saldo de abertura	128.182
Refinanciamentos e reestruturações do período	45.557
<i>Pró-memória Impacto registrado na demonstração do resultado do período</i>	8.647
Amortizações de dívida	(32.732)
Adjudicações	(3.413)
Baixa de Balanço (reclassificação a falidos)	(19.173)
Outras variações (*)	25.254
Saldo ao final do período	143.675

(*) Incorpora 7.020 milhões de refinanciamentos provenientes da aquisição do Grupo Banco Popular

Atendendo à classificação de crédito, 58% encontram-se em situação não duvidosa. Destaca o nível de garantias existentes (50% contam com garantia real) e a cobertura mediante provisões (24% sobre o total da carteira reconduzida e 45% sobre a carteira duvidosa).

d) Risco de Mercado de negociação e estruturais

1. Atividades sujeitas a risco de mercado e tipos de risco de mercado

O perímetro de atividades sujeitas a risco de mercado abarca as operações onde se assume risco patrimonial como consequência de mudanças nos fatores de mercado. São incluídos tanto os riscos da atividade de negociação (*trading*) como os riscos estruturais que também são afetados pelos movimentos dos mercados.

O risco surge da variação dos fatores de risco – taxa de juros, taxas de inflação, taxa de câmbio, renda variável, spread de crédito, preço de matérias-primas e volatilidade de cada um dos anteriores – assim como do risco de liquidez dos distintos produtos e mercados em que o Grupo opera e do risco de liquidez do balanço.

- O risco de taxa de juros é a possibilidade de que variações nas taxas de juros possam afetar de forma adversa o valor de um instrumento financeiro, uma carteira ou o Grupo em sua totalidade. Afeta, entre outros, os empréstimos, depósitos, títulos de dívida, a maioria de ativos e passivos das carteiras de negociação, assim como os derivativos.
- O risco de taxa de inflação é a possibilidade de que variações nas taxas de inflação possam afetar de forma adversa o valor de um instrumento financeiro, uma carteira ou o Grupo em sua totalidade. Afeta, entre outros, empréstimos, títulos de dívida e derivativos, cuja rentabilidade está vinculada à inflação ou a uma taxa de variação real.
- O risco de taxa de câmbio é definido como a sensibilidade do valor da posição em moeda diferente da moeda base a um movimento potencial das taxas de câmbio. Desta forma, uma posição longa ou comprada em uma moeda estrangeira produzirá uma perda se a moeda se depreciar frente à moeda base. Entre as posições afetadas por este risco estão os investimentos em filiais em moedas diferentes de euro, assim como empréstimos, valores e derivativos denominados em moeda estrangeira.
- O risco de renda variável é a sensibilidade do valor das posições abertas em títulos de renda variável perante movimentos adversos nos preços de mercado ou nas expectativas de dividendos futuros. Entre outros instrumentos, afeta posições em ações, índices de renda variável, bônus conversíveis e derivativos sobre subjacentes de renda variável (*put, call, equity swaps, etc.*).
- O risco de *spread* de crédito é o risco ou sensibilidade do valor das posições abertas em títulos de renda fixa ou em derivativos de crédito perante os movimentos nas curvas de *spread* de crédito ou nas taxas de recuperação (TR) associadas a emissores e taxas de dívida concretas. O *spread* é um diferencial entre instrumentos financeiros cotados com uma margem sobre outros instrumentos de referência, principalmente TIR de valores do Estado e taxas de juros interbancários.
- O risco de preço de matérias-primas é o derivado do efeito que tenham as mudanças potenciais nos preços de matérias-primas. A exposição no Grupo a este risco não é relevante e está concentrada em operações de derivativos sobre matérias-primas com clientes.
- O risco de volatilidade é o risco ou sensibilidade do valor da carteira perante mudanças na volatilidade dos fatores de risco: taxas de juros, taxas de câmbio, ações, *spreads* de crédito e matérias-primas. Incorre-se neste risco nos instrumentos financeiros que têm como variável em seu modelo de avaliação a volatilidade. O caso mais significativo são as carteiras de opções financeiras.

Todos esses riscos de mercado podem ser mitigados parcial ou totalmente com o uso de derivativos como opções, futuros, *forwards* e *swaps*.

Adicionalmente, há outros tipos de riscos de mercado, cuja cobertura é mais complexa. São os seguintes:

- Risco de correlação. É definido como a sensibilidade do valor da carteira perante mudanças na relação que existe entre fatores de risco (correlação), sejam do mesmo tipo (por exemplo, entre duas taxas de câmbio) ou de natureza distinta (por exemplo, entre uma taxa de juros e o preço de uma matéria-prima).
- Risco de liquidez de mercado. Risco de que uma Entidade do Grupo ou o Grupo em seu conjunto não seja capaz de desfazer ou fechar uma posição a tempo sem impacto no preço de mercado ou no custo da transação. O risco de liquidez de mercado pode ser causado pela redução do número de criadores de mercado ou de investidores institucionais, a execução de grandes volumes de operações e a instabilidade dos mercados, aumentando com a concentração existente em certos produtos e moedas.
- Risco de pagamento prévio ou cancelamento. Quando em determinadas operações a relação contratual permite, de forma explícita ou implícita, o cancelamento antecipado antes do vencimento sem negociação, existe o risco de que os fluxos de caixa tenham que ser reinvestidos a uma taxa de juros potencialmente mais baixa. Afeta principalmente empréstimos ou valores hipotecários.
- Risco de seguros. Aparece como consequência da participação de uma entidade no asseguramento de uma colocação de títulos ou outro tipo de dívida, assumindo o risco de passar a possuir parcialmente a emissão ou o empréstimo como consequência da não colocação do total entre os potenciais compradores.

Além dos riscos de mercado anteriores, também há que considerar o risco de liquidez do saldo. Neste caso, diferente do risco de liquidez de mercado, o risco de liquidez se define como a possibilidade de não cumprir as obrigações de pagamento pontualmente ou de fazê-lo com um custo excessivo. Entre as tipologias das perdas que se ocasionam por este risco, encontram-se perdas por vendas forçadas de ativos ou impactos na margem pela defasagem entre as provisões de saídas e entradas de caixa.

Por outro lado, o risco de pensões e o risco atuarial também dependem dos movimentos nos fatores de mercado.

Em função da finalidade de risco, as atividades se segmentam da seguinte forma:

- a) Negociação: atividade de serviços financeiros a clientes e atividade de compra-venda e posicionamento em produtos de renda fixa, renda variável e divisas, principalmente. A divisão de SGCB (Santander Global Corporate Banking) é a principal responsável pela gestão.
- b) Riscos estruturais de balanço: riscos de mercado inerentes no balanço, excluindo a carteira de negociação. As decisões de gestão desses riscos são tomadas através dos Assets and Liabilities Committee (ALCO) de cada país, em coordenação com o comitê ALCO do Grupo, e são executadas pela divisão de Gestão Financeira. O objetivo da gestão é dar estabilidade e recorrência à margem financeira da atividade comercial e ao valor econômico do Grupo, mantendo níveis adequados de liquidez e solvência. Esses riscos são:
 - Risco de interesse estrutural: surge devido às defasagens existentes nos vencimentos e reavaliação de todos os ativos e passivos do balanço.

- Risco de mudança estrutural/cobertura de resultados: risco de taxa de câmbio, porque a divisa em que os investimentos são realizados é diferente do euro tanto nas empresas consolidáveis como nas não consolidáveis (*taxa de câmbio estrutural*). Adicionalmente, são incluídas neste item as posições de cobertura de taxa de câmbio de resultados futuros geradas em moedas diferentes do euro (*cobertura de resultados*).
- Risco de renda variável estrutural: são incluídos neste item os investimentos através de participações de capital em empresas que não consolidam, financeiras e não financeiras, assim como pelas carteiras disponíveis para a venda formadas por posições em renda variável.

c) Risco de liquidez: na avaliação do risco de liquidez, consideram-se os seguintes tipos de riscos:

- Risco de financiamento (ou de liquidez no curto prazo): identifica a possibilidade de que as diferenças entre as estruturas de vencimentos dos ativos e passivos gerem um sobrecusto para a instituição, consequência de uma gestão inadequada ou de uma situação de mercado que possa afetar a disponibilidade ou o custo das fontes de financiamento.
- Risco de defasagem (ou de liquidez no curto prazo): identifica a possibilidade de que as diferenças entre as estruturas de vencimentos dos ativos e passivos gerem um sobrecusto para a instituição, consequência de uma gestão inadequada ou de uma situação de mercado que possa afetar a disponibilidade ou o custo das fontes de financiamento.
- Risco de contingência: identifica a possibilidade de não dispor de ferramentas de gestão adequadas para a obtenção de liquidez como consequência de um evento extremo que implique maiores necessidades de financiamento ou de garantias para obtê-lo.
- Risco de concentração: identifica a possibilidade de que a instituição tenha excesso de concentração em fontes de financiamento em termos de contrapartidas, prazos, produtos ou regiões, que possam ocasionar um problema caso esta concentração presuma uma possível não renovação do financiamento.
- Risco de mercado para efeitos de risco de liquidez: risco de perda de valor da base de ativos líquidos da instituição e de que a variação de valor das operações da instituição (derivativos e garantias, entre outros) possa implicar necessidades adicionais de garantias e, portanto, piorar a liquidez.
- Risco de *asset encumbrance* ou de excesso de ativos comprometidos em operações de financiamento e outros tipos de operações de mercado: risco de não dispor de suficientes ativos livres de encargos para fazer frente às necessidades de garantia ou margens ou para executar as ações previstas no plano de contingência de liquidez.

Riscos de pensões e atuariais

- Risco de pensões: risco assumido pela entidade em relação aos compromissos de pensões com seus empregados. Consiste na possibilidade de que o fundo não cubra esses compromissos no período de acumulação da prestação e a rentabilidade obtida pela carteira não seja suficiente e obrigue o Grupo a aumentar o nível de aportes.
- Risco atuarial: perdas inesperadas produzidas como consequência de um aumento nos compromissos com os tomadores do seguro, assim como as perdas derivadas de um aumento imprevisto nos gastos.

2. Risco de mercado de negociação ^(*)

O perfil de risco de negociação da Instituição manteve-se moderadamente baixo em 2017, em linha com os exercícios anteriores, porque historicamente a atividade do Grupo tem estado centrada em prestar serviço a seus clientes, na exposição limitada a ativos estruturados complexos e na diversificação geográfica e por fator de risco.

A metodologia padrão aplicada no Grupo Santander para a atividade de negociação é o Value at Risk (VaR), que mede a perda máxima esperada com um nível de confiança e um horizonte de tempo determinados. É utilizado como base o padrão de simulação histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, e são aplicados ajustes estatísticos que permitem incorporar de forma eficaz e rápida os acontecimentos mais recentes que condicionam os níveis de riscos assumidos. Concretamente, é usada uma janela temporal de dois anos, ou 520 dados diários, obtidos desde a data de referência de cálculo do VaR, voltando atrás no tempo. São calculadas diariamente duas cifras, uma aplicando um fator de decaimento exponencial que atribui menor peso às observações mais distantes no tempo em vigor e outra com pesos uniformes para todas as observações. O VaR reportado é o maior de ambos.

O detalhamento das métricas de riscos relacionados com os itens do balanço do Grupo em 31 de dezembro de 2017 é o seguinte:

Milhões de euros	Saldo em balanço	Métrica principal de Risco de Mercado		Principal fator de risco para balanço em “Outras”
		VaR	Outras	
Ativos sujeitos a risco de mercado	1.444.305	167.943	1.276.362	
Caixa e Depósitos em Bancos Centrais	110.995		110.995	Taxa de juros
Carteira de negociação	125.458	124.924	534	Taxa de juros, <i>spread</i> de crédito
Outros ativos financeiros em valor justo	34.782	34.500	282	Taxa de juros, <i>spread</i> de crédito
Ativos financeiros disponíveis para venda	133.271	-	133.271	Taxa de juros, Renda variável
Participações	6.184	-	6.184	Renda variável
Derivativos utilizados como hedge	8.537	8.519	18	Taxa de juros, taxa de câmbio
Empréstimos e Recebíveis	916.504	-	916.504	Taxa de juros
Outros ativos financeiros ¹	47.390	-	47.390	Taxa de juros
Outros ativos não financeiros ²	61.184	-	61.184	
Passivos sujeitos a risco de mercado	1.444.305	175.088	1.269.217	
Carteira de negociação	107.624	107.442	182	Taxa de juros, <i>spread</i> de crédito
Outros passivos financeiros com valor justo	59.616	59.609	7	Taxa de juros, <i>spread</i> de crédito
Derivativos utilizados como hedge	8.044	8.037	7	Taxa de juros, taxa de câmbio
Passivos financeiros a custo amortizado ³	1.126.399	-	1.126.399	Taxa de juros
Provisões	14.489	-	14.489	Taxa de juros
Outros passivos financeiros	8.709	-	8.709	Taxa de juros
Patrimônio	106.833	-	106.833	
Outros passivos não financeiros	12.591	-	12.591	

^(*) Não inclui o Popular. A carteira de trading do Popular representa menos de 1% do risco de mercado do Banco Santander, apresentando baixas atividade e complexidade.

Milhões de reais	Métrica principal de Risco de Mercado			Principal fator de risco para balanço em “Outras”
	Saldo em balanço	VaR	Outras	
Ativos sujeitos a risco de mercado	5.738.079	667.221	5.070.859	
Caixa e Depósitos em Bancos Centrais	440.972	-	440.972	Taxa de juros
Carteira de negociação	498.432	496.311	2.122	Taxa de juros, <i>spread</i> de crédito
Outros ativos financeiros em valor justo	138.185	137.065	1.120	Taxa de juros, <i>spread</i> de crédito
Ativos financeiros disponíveis para venda	529.472	-	529.472	Taxa de juros, Renda variável
Participações	24.568	-	24.568	Renda variável
Derivativos utilizados como hedge	33.917	33.845	72	Taxa de juros, taxa de câmbio
Empréstimos e Recebíveis	3.641.179	-	3.641.179	Taxa de juros
Outros ativos financeiros ¹	188.276	-	188.276	Taxa de juros
Outros ativos não financeiros ²	243.078	-	243.078	
Passivos sujeitos a risco de mercado	5.738.079	695.607	5.042.472	
Carteira de negociação	427.579	426.856	723	Taxa de juros, <i>spread</i> de crédito
Outros passivos financeiros com valor justo	236.848	236.821	28	Taxa de juros, <i>spread</i> de crédito
Derivativos utilizados como hedge	31.958	31.930	28	Taxa de juros, taxa de câmbio
Passivos financeiros a custo amortizado ³	4.475.071	-	4.475.071	Taxa de juros
Provisões	57.563	-	57.563	Taxa de juros
Outros passivos financeiros	34.600	-	34.600	Taxa de juros
Patrimônio	424.437	-	424.437	
Outros passivos não financeiros	50.023	-	50.023	

(1) Inclui: ajustes a macrocoberturas, ativos não correntes à venda, ativos por resseguro e contratos de seguros vinculados a aposentadorias e ativos fiscais.

(2) Inclui: ativo intangível, ativo tangível e outros ativos.

(3) Ajustado por macrocoberturas.

Em 2017, o VaR flutuou entre 9,7 e 63,2 milhões de euros (35 e 227 milhões de reais, respectivamente) (11,1 e 32,9 milhões de euros (42,5 e 126 milhões de reais) em 2016). As variações mais significativas decorreram das mudanças na exposição à taxa de câmbio e taxa de juros, bem como à volatilidade do mercado.

O VaR médio em 2017, 21,5 milhões de euros (77 milhões de reais), foi ligeiramente superior ao assumido no ano anterior, 18,3 milhões de euros (70,1 milhões de reais).

Na tabela a seguir, são recolhidos os valores médios e últimos de VAR a 99% por fator de risco nos três últimos anos, assim como os valores mínimos e máximos, e o *expected shortfall* (ES) a 97,5% no encerramento de 2017.

Estatísticas de VaR e Expected Shortfall por fator de risco

Milhões de euros. VaR a 99% e ES a 97,5% com horizonte temporal de um dia.

Milhões de euros	2017					2016		2015	
	VaR (99%)				ES (97,5%)	VaR		VaR	
	Mín	Médio	Máx	Último	Último	Médio	Último	Médio	Último
Total	9,7	21,5	63,2	10,2	11,5	18,3	17,9	15,6	13,6
Efeito Diversificação	(2,1)	(8,0)	(39,9)	(7,6)	(7,9)	(10,3)	(9,6)	(11,1)	(5,8)
Taxa de Juros	7,7	16,2	70,4	7,9	10,0	15,5	17,9	14,9	12,7
Renda Variável	1,0	3,0	5,9	1,9	2,1	1,9	1,4	1,9	1,1
Taxa de Câmbio	2,1	6,6	15,7	3,3	2,8	6,9	4,8	4,5	2,6
Spread de Crédito	2,3	3,6	5,1	4,6	4,6	4,2	3,3	5,2	2,9
Matérias-primas	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1

Milhões de reais	2017					2016		2015	
	VaR (99%)				ES (97,5%)	VaR		VaR	
	Mín	Médio	Máx	Último	Último	Médio	Último	Médio	Último
Total	38,5	85,4	251,1	40,5	45,7	(70,0)	61,4	56,8	58,4
Efeito Diversificação	(8,3)	(31,8)	(158,5)	(30,2)	(31,4)	(39,4)	(32,9)	(40,6)	(24,9)
Taxa de Juros	30,6	64,4	279,7	31,4	39,7	59,3	61,6	54,5	54,7
Renda Variável	4,0	11,9	23,4	7,5	8,3	7,4	4,9	7,0	4,7
Taxa de Câmbio	8,3	26,2	62,4	13,1	11,1	26,4	16,4	16,5	11,1
Spread de Crédito	9,1	14,3	20,4	18,3	18,3	16,0	11,3	18,9	12,3
Matérias-primas	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,3	0,2	0,6	0,5

O Grupo continua tendo uma exposição muito limitada a instrumentos ou veículos estruturados complexos, reflexo da manutenção de uma cultura de gestão em que a prudência na gestão de riscos constitui um de seus principais sinais de identidade. Concretamente, no encerramento de 2017, o Grupo contava com:

- *Hedge Funds*: a exposição total não é significativa (32,6 milhões de euros ou 130 milhões de reais no encerramento de 2017), sendo toda indireta, atuando como contraparte em operações de derivativos. O risco com este tipo de contrapartes é analisado caso a caso, estabelecendo as porcentagens de colateralização em função das características e ativos de cada fundo.
- *Monolines*: a exposição a empresas seguradoras de bônus (denominadas *monolines*) em dezembro de 2017, era de 27,3 milhões de euros (108 milhões de reais), toda indireta, em virtude da garantia prestada por este tipo de instituições a diversas operações de financiamento ou securitização tradicional. A exposição nesse caso é ao duplo *default*, sendo os subjacentes primários de alta qualidade de crédito.

Sua origem deve-se principalmente à integração de posições de entidades adquiridas pelo Grupo, como Sovereign em 2009. Todas estas posições eram conhecidas no momento da compra, tendo sido devidamente provisionadas. Desde a integração no Grupo, estas posições reduziram-se notavelmente, com o objetivo final de sua eliminação do balanço.

A política do Grupo referente à aprovação de novas operações relacionadas com esses produtos continua sendo muito prudente e conservadora, e está sujeita a uma rigorosa supervisão por parte da alta administração do Grupo. Antes de autorizar a implementação de uma nova operação, produto ou subjacente, do ponto de vista da divisão de riscos, verifica-se:

- A existência de um modelo de avaliação adequado para o acompanhamento do valor de cada exposição, mark-to-market, mark-to-model ou mark-to-liquidity.

- A disponibilidade de dados observáveis no mercado (*inputs*) necessários para aplicar o modelo de valoração.

Sempre que forem cumpridos os dois pontos anteriores:

- A disponibilidade de sistemas adequados e devidamente adaptados para o cálculo e acompanhamento diário dos resultados, posições e riscos das novas operações propostas.
- O grau de liquidez do produto ou subjacente, para possibilitar sua cobertura no momento em que for considerado oportuno.

Medidas de calibração e contraste

As perdas reais podem diferir das pronosticadas pelo VaR por distintas razões relacionadas com as limitações desta métrica, que são detalhadas mais à frente no item de metodologias. Por isso, o Grupo realiza regularmente análises e testes de contraste da bondade do modelo de cálculo do VaR, com o objetivo de confirmar sua confiabilidade.

O teste mais importante consiste nos exercícios de *backtesting*, analisados tanto em nível local como global, seguindo em todos os casos a mesma metodologia. O exercício de *backtesting* consiste em comparar as medições de VaR prognosticadas, dado um determinado nível de confiança e horizonte temporal, com os resultados reais de perdas obtidos durante um horizonte temporal igual ao estabelecido. Isso permite, se for o caso, detectar anomalias no modelo de VaR da carteira em questão (por exemplo, deficiências na parametrização dos modelos de avaliação de determinados instrumentos, *proxies* pouco adequadas, etc.).

No Grupo, são calculados e avaliados três tipos de *backtesting*:

- *Backtesting* 'limpo': o VaR diário é comparado com os resultados obtidos sem considerar os resultados intradia nem as mudanças nas posições da carteira. Com este método, é contrastada a bondade dos modelos individuais utilizados para avaliar e medir os riscos das distintas posições.
- *Backtesting* sobre resultados completos: o VaR diário é comparado com os resultados líquidos do dia, incluindo os resultados da operativa intradia e os gerados por comissões.
- *Backtesting* sobre resultados completos sem margens (*markups*) nem comissões: o VaR diário é comparado com os resultados líquidos do dia, incluindo os resultados das operações intradia, mas excluindo os gerados por margens e comissões. Com este método, pretende-se ter uma ideia do risco intradia assumido pelas tesourarias do Grupo.

Quanto ao primeiro caso e à carteira total, em 2017 ocorreram duas exceções de *Value at Earnings* (VaE) de 99%: no dia 23 de maio (dia em que o lucro diário foi superior ao VaE), explicadas por fortes movimentos nas taxas de câmbio do euro e do dólar frente ao real, assim como pelas curvas das taxas de juros brasileiras, como consequência dos acontecimentos políticos do país, e, a segunda, no dia 28 de dezembro, por um movimento generalizado dos mercados favorável para as posições das carteiras.

Também ocorreu uma exceção de VaR de 99% no dia 18 de maio (dia no que a perda diária foi superior ao VaR), explicada pelo mesmo motivo que a exceção no VaE do mesmo mês.

O número de exceções produzidas é consistente com as hipóteses especificadas no modelo de cálculo de VaR.

3. Riscos estruturais de balanço (*)

3.1. Principais magnitudes e evolução

O perfil dos riscos de mercado inerentes no balanço do Grupo Santander, em relação com o volume de ativos e de recursos próprios, assim como com a margem financeira orçamentada, manteve-se em níveis moderados em 2017, em linha com os exercícios anteriores.

(*) Não inclui o Popular, com exceção da métrica de VaR.

VAR Estrutural

Com uma métrica homogênea como o VaR pode-se fazer um acompanhamento do risco de mercado total do balanço excluindo a atividade de negociação do Santander Global Corporate Banking, distinguindo entre renda fixa (considerando tanto taxa de juros como spread de crédito para as carteiras ALCO), taxa de câmbio e renda variável.

De forma geral, pode-se dizer que o VaR estrutural não é elevado em termos do volume de ativos ou de recursos próprios do Grupo:

VaR Estrutural

Milhões de euros. VaR a 99% com horizonte temporal de um dia.

	2017				2016		2015	
	Mín	Médio	Máx	Último	Médio	Último	Médio	Último
VaR Não Negociação	754,9	878,0	991,6	815,7	869,3	922,1	698,5	710,2
Efeito Diversificação	(258,9)	(337,3)	(407,5)	(376,8)	(323,4)	(316,6)	(509,3)	(419,2)
VaR Taxa de Juros*	280,9	373,9	459,6	459,6	340,6	327,2	350,0	264,2
VaR Taxa de Câmbio (*)	471,2	546,9	621,1	471,2	603,4	588,5	634,7	657,1
VaR Taxa de Variável	261,6	294,5	318,4	261,6	248,7	323,0	223,2	208,1

VaR Estrutural

Milhões de reais. VaR a 99% com horizonte temporal de um dia.

	2017				2016		2015	
	Mín	Médio	Máx	Último	Médio	Último	Médio	Último
VaR Não Negociação	2.999,1	3.488,2	3.939,5	3.240,7	3.329,3	3.153,4	2.546,1	3.062,2
Efeito Diversificação	(1.028,6)	(1.340,1)	(1.619,0)	(1.497,0)	(1.238,6)	(1.082,9)	(1.856,5)	(1.807,3)
VaR Taxa de Juros*	(1.116,0)	1.485,5	1.825,9	1.825,9	1.303,6	1.109,2	1.275,9	1.139,1
VaR Taxa de Câmbio (*)	(1.872,0)	2.172,8	2.467,6	1.872,0	2.311,6	2.019,0	2.313,4	2.833,3
VaR Taxa de Variável	(1.039,3)	(1.170,0)	1.265,0	1.039,3	952,6	1.108,1	813,4	897,1

(*) Inclui VaR por spread de crédito nas carteiras ALCO.

Risco de juros estrutural

- Europa e Estados Unidos**

Os balanços principais - Matriz, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos - em mercados maduros e em um contexto de taxas de juros baixas, costumam apresentar sensibilidades do valor patrimonial e da margem financeira positivas a aumentos nas taxas de juros.

Em qualquer caso, o nível de exposição em todos os países é moderado em relação com o orçamento anual e o montante de recursos próprios.

No encerramento de 2017, o risco sobre a margem financeira a um ano, medido como sensibilidade do mesmo perante variações paralelas do pior cenário entre ± 100 pontos básicos, concentrava-se nas curvas de taxas de juros da libra esterlina com 246 milhões de euros (884 milhões de reais), do euro, com 219 milhões de euros (787 milhões de reais), do dólar americano, com 190 milhões de euros (683 milhões de reais), e do zloty polonês, com 55 milhões de euros (198 milhões de reais), em todos os casos em risco de queda de taxas.

Na mesma data, o risco mais relevante sobre o valor econômico do patrimônio, medido como sensibilidade do mesmo perante variações paralelas do pior cenário entre ± 100 pontos básicos, era o da curva de juros do euro, com 4.902 milhões de euros (17.619 milhões de reais), seguido da curva do dólar com 626 milhões de euros (2.250 milhões de reais) e da curva da libra esterlina com 431 milhões de euros (1.549 milhões de reais) e do zloty polonês com 72 milhões de euros (259 milhões de reais), em todos os casos em risco de baixas de taxas, cenários atualmente muito pouco prováveis.

- **América Latina**

Os balanços costumam estar posicionados tanto em valor patrimonial como em margem financeira para reduções de taxas de juros, exceto no caso da margem financeira do México, porque investe a curto prazo seu excedente de liquidez em moeda local.

Durante 2017, foi mantido um nível de exposição moderado em todos os países em relação com o orçamento anual e o montante de recursos próprios.

No encerramento do ano, o risco sobre a margem financeira a um ano, medido como sensibilidade perante variações paralelas do pior cenário entre ± 100 pontos básicos, concentra-se em três países: Brasil (95 milhões de euros ou 341 milhões de reais), Chile (39 milhões de euros ou 140 milhões de reais) e México (91 milhões de euros ou 327 milhões de reais)).

Em relação ao risco sobre o valor patrimonial, medido como sensibilidade perante variações paralelas do pior cenário entre ± 100 pontos básicos, também está concentrado em Brasil (521 milhões de euros ou 1.873 milhões de reais), Chile (179 milhões de euros ou 643 milhões de reais) e México (91 milhões de euros ou 327 milhões de reais).

- **VaR de taxa de juros estrutural do balanço**

Além das sensibilidades aos movimentos de taxas de juros (não apenas são avaliados movimentos de ± 100 p.b., mas também de ± 25 , ± 50 , ± 75 para caracterizar melhor o risco nos países com níveis de taxas muito baixos), o Santander emprega outros métodos para o acompanhamento do risco de juros estrutural do balanço, entre eles a análise de cenários e o cálculo do VaR, utilizando uma metodologia similar à usada para as carteiras de negociação.

O risco de taxa de juros estrutural, medido em termos de VaR a 1 dia e a 99%, alcançou uma média de 373,9 milhões de euros (1.344 milhões de reais) em 2017. É destacável a elevada diversificação entre os balanços de Europa e EUA, e os da América Latina.

Risco de taxa de câmbio estrutural/Hedges de resultados

O risco de taxa de câmbio estrutural deriva-se das operações do Grupo em divisas, relacionado principalmente com os investimentos financeiros permanentes, os resultados e os hedges de ambos.

A gestão do risco de mudança é dinâmica, e trata de limitar o impacto no índice core capital dos movimentos das taxas de câmbio.

Em dezembro de 2017, as maiores exposições de caráter permanente (com seu potencial impacto no patrimônio) materializavam-se nesta data, nesta ordem, reais, libras esterlinas, dólares americanos, pesos chilenos e pesos mexicanos. O Grupo cobre parte dessas posições de caráter permanente por meio de instrumentos financeiros derivados da taxa de câmbio.

Adicionalmente, a Divisão Financeira em nível consolidado é responsável pela gestão do risco de mudança dos resultados e dividendos esperados do Grupo nas unidades cuja moeda base seja diferente do euro.

Risco de renda variável estrutural

O Grupo mantém posições de renda variável em seu balanço (*banking book*), adicionalmente às da carteira de negociação. Essas posições se mantêm como carteiras disponíveis para venda (instrumentos de capital) ou como participações, segundo a porcentagem ou o controle.

A carteira de renda variável disponível para venda do *banking book* no encerramento de 2017 está diversificada em valores de distintas regiões, sendo as principais Espanha, China, Estados Unidos, Marrocos e Países Baixos. Quanto aos setores, os investimentos estão fundamentalmente no setor de atividades financeiras e de seguros; outros sectores representados em menor medida são os de administração pública e de atividades profissionais, científicas e técnicas.

As posições de renda variável estruturais estão expostas a risco de mercado. Para essas posições, são realizados cálculos de VaR utilizando séries de preço de mercado ou *proxies*. No encerramento de 2017, o VaR de 99% em um dia foi de 261,4 milhões de euros (940 milhões de reais).

3.2. Metodologias

Risco de juros estrutural

O Grupo realiza análises de sensibilidade da margem financeira e do valor patrimonial perante variações nas taxas de juros. Esta sensibilidade está condicionada pelas defasagens nas datas de vencimento e de revisão nas taxas de juros dos diferentes itens do balanço.

Atendendo ao posicionamento de taxa de juros do balanço e à situação e perspectivas do mercado, são acordadas as medidas financeiras para adequar o posicionamento ao desejado pelo Grupo. Estas medidas podem abranger desde a tomada de posições em mercados até a definição das características de taxa de juros dos produtos comerciais.

As métricas usadas pelo Grupo para o controle do risco de juros nestas atividades são o gap de reprecificação, as sensibilidades da margem financeira e do valor patrimonial a variações nos níveis de taxas de juros, a duração dos recursos próprios e o valor em risco (VaR), para fins de cálculo de capital econômico.

Risco de taxa de câmbio estrutural/Cobertura de resultados

O acompanhamento destas atividades é realizado através de medidas de posição, VaR e resultados, com periodicidade diária.

Risco de renda variável estrutural

O acompanhamento destas atividades é realizado através de medidas de posição, VaR e resultados, com periodicidade mensal.

Sistema de controle de limites

Como já se assinalou para o risco de mercado de negociação, no marco do plano de limites anual são estabelecidos os limites para os riscos estruturais de balanço, respondendo ao nível de apetite por risco do Grupo.

Os principais são:

- Risco de juros estrutural do balanço:
 - Limite de sensibilidade da margem financeira a um ano.
 - Limite de sensibilidade do valor patrimonial.
- Risco de taxa de câmbio estrutural:
 - Posição líquida em cada divisa (para as posições de cobertura de resultados).

Em caso de ocorrer um excedente sobre um desses limites ou seus sublimites, os responsáveis pela gestão do risco devem explicar os motivos e facilitar o plano de ação para corrigi-lo.

Riscos de pensões e atuariais

4.1. Risco de pensões

Na gestão do risco dos fundos de pensões de empregados de prestação definida, o Grupo assume os riscos financeiros, de mercado, de crédito e de liquidez em que se incorre pelo ativo e o investimento do fundo, assim como os riscos atuariais derivados do passivo, as responsabilidades por pensões a seus empregados.

O objetivo do Grupo em matéria de controle e gestão do risco de pensões tem foco na identificação, medição, acompanhamento, mitigação e comunicação do risco. A prioridade do Grupo é, portanto, identificar e mitigar todos os focos de risco.

É por isso que, na metodologia utilizada pelo Grupo, são estimadas anualmente as perdas conjuntas em ativos e passivos em um cenário definido de estresse por mudanças nas taxas de juros, inflação, bolsas e imóveis, além de risco de crédito e operacional.

4.2. Risco atuarial

O risco atuarial é gerado por mudanças biométricas na esperança de vida dos segurados nos seguros de vida, por aumento no esperado das indenizações previstas nos seguros de não vida e, em qualquer caso, por mudanças não esperadas no comportamento dos tomadores de seguros no exercício das opcionalidades previstas nos contratos.

Assim, distinguimos os seguintes riscos atuariais:

- Risco de passivo de vida: risco de perda no valor do passivo dos seguros de vida provocado por flutuações nos fatores de risco que afetam os passivos:
 - Risco de mortalidade/longevidade: risco de perda por movimentos no valor do passivo como consequência de mudanças na estimativa das probabilidades de falecimento/sobrevivência dos segurados.

- Risco de mortalidade: risco de perda por movimentos no valor do passivo derivados de mudanças na estimativa da probabilidade de invalidez/incapacidade dos segurados.
- Risco de resgate/queda: risco de perda por movimentos no valor do passivo como consequência do cancelamento antecipado do contrato, mudanças no exercício do direito de resgate por parte dos tomadores, assim como das opções de aporte extraordinário e/ou suspensão de aportes.
- Risco de gastos: risco de perda por variação do valor do passivo em consequência de desvios negativos dos gastos previstos.
- Risco de catástrofe: perdas provocadas pela ocorrência de eventos catastróficos que aumentem o passivo de vida da entidade.
- Risco de passivo de não vida: risco de perda por variação do valor do passivo dos seguros de não vida provocado por flutuações nos fatores de risco que afetam esses passivos:
 - Risco de prima: perda que deriva da insuficiência de primas para atender os sinistros que possam ocorrer no futuro.
 - Risco de reserva: perda que deriva da insuficiência das reservas de sinistros, já incorridos mas não liquidados, incluídos os gastos derivados da gestão desses sinistros.
 - Risco de catástrofe: perdas provocadas pela ocorrência de eventos catastróficos que incrementem o passivo de não vida da entidade.

e) Risco de liquidez e financiamento

A gestão da liquidez estrutural busca financiar a atividade recorrente do Grupo em condições ótimas de prazo e custo, evitando assumir riscos de liquidez indesejados.

No Grupo, a gestão da liquidez está baseada nos seguintes princípios:

- Modelo de liquidez descentralizado.
- As necessidades derivadas da atividade a médio e longo prazo devem estar financiadas por instrumentos de médio e longo prazo.
- Elevada participação dos depósitos de clientes, derivada de um balanço de natureza comercial.
- Diversificação de fontes de financiamento atacadista por: instrumentos/investidores, mercados/moedas, e prazos.
- Limitada apelação ao financiamento atacadista a curto prazo.
- Disponibilidade de uma reserva de liquidez suficiente, que inclui a capacidade de desconto em bancos centrais para uso em situações adversas.
- Cumprimento dos requisitos regulatórios de liquidez exigidos em nível de Grupo e de filiais, como novo condicionante da gestão.

A aplicação efetiva desses princípios por parte de todas as entidades que constituem o Grupo exigiu o desenvolvimento de um marco de gestão único construído em torno a três pilares fundamentais:

- Um sólido modelo organizacional e de governança, que assegura o envolvimento da alta administração das subsidiárias na tomada de decisões e sua integração à estratégia global do Grupo. O processo de tomada de decisões relativo a todos os riscos estruturais, incluído o risco de liquidez e financiamento, é realizado através de comitês de ativos e passivos (ALCO) locais em coordenação com o ALCO Global. Este é o órgão autorizado pelo conselho de administração do Banco Santander de acordo com o marco corporativo de *Asset Liability Management* (ALM). Este modelo de governança foi reforçado ao ficar integrado no Marco de Apetite por Risco do Santander. Com este marco, é dada resposta à demanda de reguladores e participantes do mercado derivada da crise financeira para fortalecimento dos sistemas de gestão e controle de riscos das entidades.
- Uma análise de balanço e uma medição do risco de liquidez em profundidade, que apoia a tomada de decisões e seu controle. O objetivo é garantir que o Grupo mantenha os níveis adequados de liquidez para cobrir suas necessidades no curto e no longo prazo com fontes de financiamento estáveis, otimizando o impacto de seu custo sobre a demonstração de resultados, tanto em circunstâncias ordinárias como em situações de tensão. O Grupo tem um marco de gestão de risco de liquidez adequado, articulado através de um marco de apetite de risco conservador, estabelecido em cada região de acordo com sua estratégia comercial. Esse apetite de risco consiste na definição dos níveis máximos de tolerância para os fatores chave de risco utilizando métricas internas e regulatórias em condições normais e estressadas, o que estabelece os limites dentro dos quais as subsidiárias devem operar para atingir os seus objetivos estratégicos.
- Uma gestão adaptada na prática às necessidades de liquidez de cada negócio. Para isso, é elaborado anualmente, partindo das necessidades do negócio, um plano de liquidez. Esse assegura
 - uma estrutura de balanço sólida, com presença nos mercados atacadistas diversificada por produtos e vencimentos, com um recurso moderado aos mercados de curto prazo;
 - A manutenção de buffers de liquidez e uso limitado dos ativos do balanço.
 - o cumprimento das métricas regulatórias e daquelas incluídas na declaração de apetite por risco de cada instituição.

Ao longo do ano, é realizado o acompanhamento de todas as dimensões do plano.

O Grupo desenvolve o ILAAP (*Internal Liquidity Adequacy Assessment Processes*), que consiste em um processo interno de autoavaliação da adequação da liquidez e que deve estar integrado com os outros processos estratégicos e de gestão de riscos do Grupo. Tem foco em aspectos tanto quantitativos como qualitativos, e é usado como input para o SREP (*Supervisory Review and Evaluation Process*). O ILAAP avalia a liquidez tanto em circunstâncias ordinárias quanto sob cenários de tensão.

Estratégia de financiamento e evolução da liquidez em 2017

Nos últimos anos, a atividade de financiamento do Santander apoiou-se na extensão do modelo de gestão a todas as subsidiárias do Grupo, incluídas as novas incorporações, e, sobretudo, na adaptação da estratégia das subsidiárias às crescentes exigências, tanto dos mercados como dos reguladores.

Em termos gerais, são mantidas as tendências implementadas pelas filiais do Santander em suas estratégias de financiamento e gestão da liquidez. São as seguintes:

- Manter níveis adequados e estáveis de financiamento atacadista de médio e longo prazo.
- Garantir um volume suficiente de ativos descontáveis nos bancos centrais como parte da reserva de liquidez.

- Forte geração de liquidez do negócio comercial por menor crescimento do crédito e maior ênfase em captação de fundos de clientes.

Todos esses desenvolvimentos, com base em um sólido modelo de gestão de liquidez, possibilitaram que o Santander continue desfrutando atualmente de uma estrutura de financiamento muito robusta, cujas características básicas são:

- Elevada participação dos depósitos de clientes em um balanço de natureza comercial. Os depósitos de clientes são a principal fonte de financiamento do Grupo. Representam em torno de dois terços do passivo líquido do Grupo (ou seja, do balanço de liquidez) e correspondem a 92% dos créditos líquidos no encerramento de 2017. Além disso, são recursos de grande estabilidade dado sua origem fundamentalmente em atividade com clientes de varejo. O peso dos depósitos sobre os créditos líquidos aumentou com relação aos 87% que representava no encerramento de 2016. Na evolução da liquidez durante 2017 se incluem mais detalhes sobre esta variação.
- Financiamento atacadista diversificado com foco no médio e longo prazo e com peso muito reduzido no curto prazo. O financiamento atacadista de médio e longo prazo representa 18% do passivo líquido do Grupo, contra os 20% que representava no encerramento de 2016, e permite cobrir o restante dos créditos líquidos não financiados com depósitos de clientes (lacuna comercial).

Evolução da liquidez

No encerramento de 2017, o Grupo Santander apresenta:

- Um índice estável de créditos sobre ativo líquido (total do ativo menos derivados de negociação e saldos interbancários) de 75%, mantendo um valor similar ao dos últimos anos. Seu elevado nível em comparação com concorrentes europeus reflete o caráter comercial do balanço do Grupo Santander.
- Um índice de créditos líquidos sobre depósitos de clientes (índice LTD) de 109%, dentro de níveis muito confortáveis (inferiores a 120%). Esta estabilidade mostra um crescimento equilibrado entre ativos e passivos.
- Comportamento estável do índice que relaciona os depósitos de clientes e o financiamento a médio e longo prazo com o crédito líquido, situando-se em 115% no encerramento de 2017.
- Reduzida apelação no Grupo ao financiamento atacadista de curto prazo. Seu índice, em torno de 2%, está em linha com exercícios anteriores.
- Por último, o excedente estrutural do Grupo (ou seja, o excedente dos recursos estruturais de financiamento – depósitos, financiamento a médio e longo prazo, e capital – sobre as necessidades estruturais de liquidez – ativos fixos e créditos) aumentou durante 2017, alcançando um saldo médio de 156.927 milhões de euros (623.455 milhões de reais), cifra superior à do encerramento de 2016.

Atendimento antecipado dos coeficientes regulatórios

Dentro do seu modelo de gestão da liquidez, o Grupo Santander tem administrado nos últimos anos a implementação, o acompanhamento e o atendimento antecipado dos novos requisitos de liquidez estabelecidos pela regulamentação financeira internacional.

LCR (Liquidity Coverage Ratio)

Durante 2017 o requisito regulatório deste índice se fixou em 80%. A partir de 1 de janeiro de 2018, o requisito se eleva a 100%. Como consequência, o grupo, tanto em nível consolidado, quanto para as diferentes filiais, elevou o apetite de risco em relação a esta métrica de 100% em 2017 para 105% em 2018.

A posição de partida na liquidez a curto prazo unida à gestão autônoma do índice em todas as grandes unidades permitiram manter ao longo de todo o ano níveis de cumprimento superiores a 100%, tanto em nível consolidado como individual em todas elas. No encerramento de 2017, o índice LCR do Grupo é de 133%, superando folgadoamente o requisito regulatório. A seguir mostram detalhes por filiais, onde se verifica que todas superam o mínimo com folga.

NSFR (Net Stable Funding Ratio)

O coeficiente de financiamento estável líquido, cuja definição final foi aprovada pelo Comitê de Basileia em outubro de 2014, ainda não se encontra em vigor. Aguarda-se a transposição do requisito de Basileia na CRR, cuja publicação se espera para o segundo semestre de 2018. Como requisito regulatório, o NSFR é vinculante apenas a partir de dois anos após a aprovação da norma europeia.

Não obstante, o Grupo definiu um limite de gestão de 100% para esta métrica em nível consolidado e para praticamente a totalidade das suas filiais.

Em relação a isso, o Santander se beneficia de um elevado peso dos depósitos de clientes, que são mais estáveis, de algumas necessidades permanentes de liquidez derivadas da atividade comercial financiadas por instrumentos de médio e longo prazo, e de uma limitada apelação ao curto prazo. Tudo isso permite manter uma estrutura de liquidez equilibrada, o que se reflete em níveis do índice NSFR que, tanto em nível de Grupo como de suas principais subsidiárias, se situa acima de 100% no encerramento de 2017.

Especificamente, o NSFR da matriz encontra-se em 105%; Reino Unido, 121%; Brasil, 109%, e Estados Unidos, 110%.

Em resumo, a gestão e o modelo de liquidez permitem que o Santander antecipe o cumprimento das duas métricas regulatórias por parte do Grupo e de suas principais filiais, muito à frente dos requisitos legais.

Ativos comprometidos em operações de financiamento (*asset encumbrance*, em terminologia internacional)

Por último, merece ser destacado o moderado uso de ativos por parte do Grupo Santander como garantia nas fontes de financiamento estrutural do balanço.

Seguindo as diretrizes estabelecidas pela Autoridade Bancaria Europeia (EBA) em 2014, sob o conceito de ativos comprometidos em operações de financiamento (*asset encumbrance*) são incluídos tanto os ativos em balanço aportados como garantia em operações para obter liquidez como aqueles fora de balanço que foram recebidos e reutilizados com propósito similar, assim como outros ativos associados a passivos por motivos distintos de financiamento.

A seguir, é apresentado o relatório da informação do Grupo Santander requerida pela EBA no encerramento de dezembro de 2017:

Ativos comprometidos em balanço

Milhares de milhões de euros	Valor em livros de ativos comprometidos	Valor em livros de ativos não comprometidos
Empréstimos e adiantamentos	224,9	803,9
Instrumentos de patrimônio	16,3	10,8
Instrumentos de dívida	89,8	109,6
Outros ativos	18,6	170,5
Ativos	349,6	1.094,7

Milhares de milhões de reais	Valor em livros de ativos comprometidos	Valor em livros de ativos não comprometidos
Empréstimos e adiantamentos	893,5	3.193,6
Instrumentos de patrimônio	64,8	42,7
Instrumentos de dívida	356,8	435,4
Outros ativos	74,1	677,3
Ativos	1.388,9	4.349,1

Garantias recebidas comprometidas

Milhares de milhões de euros	Valor justo de garantias recebidas e comprometidas ou de dívida emitida pela própria entidade e comprometida	Valor justo das garantias recebidas ou da dívida emitida pela própria entidade disponíveis de ser comprometidas
Garantias recebidas	86,7	27,2
Empréstimos e adiantamentos	-	-
Instrumentos de capital	3,2	5,5
Instrumentos de dívida	81,6	21,7
Outras garantias recebidas	1,9	-
Instrumentos de dívida emitidos pela entidade distintos de cédulas ou de securitização	-	3,6

Milhares de milhões de reais	Valor justo de garantias recebidas e comprometidas ou de dívida emitida pela própria entidade e comprometida	Valor justo das garantias recebidas ou da dívida emitida pela própria entidade disponíveis de ser comprometidas
Garantias recebidas	344,3	108,1
Empréstimos e adiantamentos	-	0,2
Instrumentos de capital	12,6	21,7
Instrumentos de dívida	324,2	86,2
Outras garantias recebidas	7,6	-
Instrumentos de dívida emitidos pela entidade distintos de cédulas ou de securitização	-	14,1

Ativos e garantias recebidas comprometidos e passivos relacionados

Milhares de milhões de euros	Passivos, passivos contingentes ou empréstimos de valores associados aos ativos comprometidos	Ativos comprometidos e garantias recebidas, incluídos instrumentos de dívida emitidos pela entidade diferentes de bônus garantidos ou de securitização, comprometidos
Total de fontes de gravame (valor em livros)	330,7	436,3

Milhares de milhões de reais	Passivos, passivos contingentes ou empréstimos de valores associados aos ativos comprometidos	Ativos comprometidos e garantias recebidas, incluídos instrumentos de dívida emitidos pela entidade diferentes de bônus garantidos ou de securitização, comprometidos
Total de fontes de gravame (valor em livros)	1.313,8	1.733,4

Os ativos comprometidos em balanço chegam a 349,6 milhares de milhões de euros (1.388,9 milhares de milhões de reais), dos quais mais de 64% são empréstimos (hipotecários, corporativos, etc.). Por sua vez, os ativos comprometidos fora de balanço são de 86,7 milhares de milhões de euros (344,3 milhares de milhões de reais) e correspondem, em sua grande maioria, a títulos de dívida recebidos em garantia em operações de aquisição de ativos e que foram reutilizados. As duas categorias somam 436,3 milhares de milhões de euros (1.733,2 milhares de milhões de reais) de ativos comprometidos, que dão lugar a um volume de passivos associados aos mesmos de 330,7 milhares de milhões de euros (1.313,8 milhares de milhões de reais.).

No encerramento do exercício, o total de ativos comprometidos em operações de financiamento representa 28,0% do balanço ampliado do Grupo sob o critério EBA (total do ativo mais garantias recebidas: 1.558 milhares de milhões de euros em dezembro de 2017) (6.191 milhares de milhões de reais)). O aumento deste índice com respeito aos valores reportados em 2016 se deve à aquisição, em junho de 2017, do Banco Popular, cujos ativos estavam relativamente mais gravados que os do resto de Grupo Santander.

Por último, cabe destacar a diferente natureza das fontes de gravame, assim como seu papel no financiamento do Grupo:

- 45% do total dos ativos comprometidos correspondem a garantias aportadas em operações de financiamento de médio e longo prazo (com um vencimento residual superior a 1 ano) para financiar a atividade comercial do balanço. Isso situa o nível de ativos comprometidos em operações de financiamento, entendido como “estrutural”, em 13% do balanço ampliado em critério EBA.
- Os outros 55% correspondem a operações no mercado com um vencimento residual inferior a 1 ano ou a garantias aportadas em operações com derivativos e cuja finalidade não é financiar a atividade ordinária dos negócios, e sim a gestão eficiente da liquidez de curto prazo.

f) Risco operacional

O Grupo Santander define o risco operacional (RO), seguindo as diretrizes de Basileia, como o risco de sofrer perdas devido à inadequação ou a falhas dos processos, pessoas e sistemas internos, bem como por acontecimentos externos, contemplando, portanto, categorias de riscos como fraude, risco tecnológico e digital, jurídico ou de conduta, entre outros.

O risco operacional é inerente a todos os produtos, atividades, processos e sistemas, e é gerado em todas as áreas de negócio e de apoio. Por este motivo, é responsabilidade de todos os funcionários a gestão e o controle dos riscos gerados em seu âmbito de atuação.

Este capítulo se refere aos riscos operacionais em geral (também denominados no Santander como riscos não financeiros). Aspectos particulares de determinados fatores de risco se apresentam em maior detalhe em seções específicas.

O objetivo de Grupo em matéria de controle e gestão de RO se focaliza em identificar, avaliar e mitigar focos de risco, independentemente de terem produzido perdas ou não. A análise da exposição ao risco operacional contribui para o estabelecimento de prioridades na gestão desse risco.

Durante 2017, o Grupo continuou estimulando a melhoria do seu modelo de gestão por meio de diferentes iniciativas promovidas pela divisão de Riscos, destacando-se a finalização de projeto de transformação de AORM (Advanced Operational Risk Management). Este programa tem como objetivo elevar as capacidades de gestão de RO dentro de um enfoque de gestão avançada de risco, contribuindo com isso para a redução do nível de exposição futuro e das perdas que afetam a conta de resultados.

A gestão de RO no Grupo Santander se desenvolve atendendo aos seguintes elementos:

- Identificar o risco inerente a todas as atividades, produtos, processos e sistemas do Grupo.
- Definir o perfil objetivo do risco, com especificação das estratégias por unidade e horizonte temporal, por meio do estabelecimento do apetite e da tolerância ao RO, da estimativa anual de perdas e do seu acompanhamento.
- Medir e avaliar o ROI de forma objetiva, continuada e coerente com os padrões regulatórios e do setor.
- Realizar um acompanhamento contínuo das exposições ao risco, implementar procedimentos de controle e melhorar o ambiente de controle interno.
- Estabelecer medidas de mitigação que eliminem ou minimizem o risco.
- Elaborar relatórios periódicos sobre a exposição ao risco e o seu nível de controle para a alta administração e áreas/unidades do Grupo de Riscos que ajudem na priorização do gerenciamento do existentes, assim como informar o mercado e os órgãos reguladores.
- Definir e implementar a metodologia necessária para estimar o cálculo interno de capital em termos de perda esperada e inesperada.

Para cada um dos processos essenciais anteriormente indicados, é necessário:

- Definir e implementar sistemas que permitam monitorar e controlar as exposições ao risco, integrados na gestão diária do Grupo, aproveitando a tecnologia existente e procurando a automatização máxima das aplicações.
- Definir e documentar as políticas para gestão e controle do risco operacional, e implementar as metodologias e ferramentas de gestão deste risco, em conformidade com a normativa e as melhores práticas.
- Definir ferramentas, taxonomias e métricas comuns para toda a Organização.

Modelo de identificação, medição e avaliação do risco

Para realizar a identificação, medição e avaliação desse risco, o Grupo definiu um conjunto de técnicas/ferramentas corporativas, quantitativas e qualitativas, que se combinam para realizar um diagnóstico a partir dos riscos identificados e obter uma avaliação através da medição e avaliação da área/unidade.

A análise quantitativa deste risco é realizada fundamentalmente mediante ferramentas que registram e quantificam o nível de perdas potenciais associadas a eventos de risco operacional. A análise qualitativa trata de avaliar aspectos (cobertura/exposição) ligados ao perfil de risco, permitindo com isso capturar o ambiente de controle existente.

Implantação de modelo e iniciativas

No momento atual, encontram-se incorporadas ao modelo praticamente todas as unidades do Grupo, com um elevado grau de homogeneidade.

Em 2017, o Grupo concluiu seu processo de transformação com foco na gestão avançada de riscos operacionais (AORM). O objetivo do programa é, por um lado, consolidar o atual modelo de gestão de risco operacional atual e, por outro, alcançar as melhores práticas de mercado e alavancar o monitoramento de um perfil de risco operacional integrado e consolidado para conduzir, de forma proativa, a estratégia de negócio e as decisões táticas.

Sistema de informações de risco operacional

O Santander conta com um sistema de informações corporativo, que apoia as ferramentas de gestão de risco operacional e facilita as funções e necessidades de informação e *reporting* em níveis local e corporativo. O objetivo de *Heracles* é melhorar a tomada de decisões no processo de gestão de RO em toda a organização.

Este objetivo se concretiza assegurando que os responsáveis por riscos em qualquer parte da Organização disponham de uma visão completa do seu risco e contem com a informação de apoio necessária de maneira oportuna. Esta visão completa e oportuna se obtém como resultado da integração de vários programas, como a avaliação de riscos e controles, cenários, eventos e métricas, com um conjunto comum de taxonomias e padrões metodológicos. O resultado desta integração é um perfil de risco mais preciso e uma melhora significativa da eficiência, graças à economia de esforços redundantes e duplicidades.

Medidas de mitigação

De acordo com o modelo, o Grupo leva a cabo um acompanhamento das medidas de mitigação relacionadas com os principais focos de risco que foram identificados através das ferramentas internas de gestão de RO (base de dados interna de eventos, indicadores, autoavaliação, cenários, recomendações de auditoria, etc.) e outras fontes de informação externas (eventos externos e informativos da indústria).

Durante 2017, foi intensificada a importância da gestão ativa da mitigação, na qual intervêm tanto a primeira linha de defesa quanto a função de controle de risco operacional, que estabelece um controle adicional por meio das funções especialistas de negócios e suporte. Igualmente, o Grupo continuou impulsionando a implantação preventiva de políticas e procedimentos de gestão e controle de risco operacional. As medidas de mitigação mais relevantes centraram-se na melhoria da segurança dos clientes em sua operação habitual, na gestão da fraude externa, assim como na melhoria continuada dos processos e da tecnologia, e na gestão para uma venda de produtos e uma prestação de serviços adequadas.

Planos de cibersegurança e segurança da informação

Durante 2017, o Santander continuou mantendo uma total atenção perante os riscos relacionados com a cibersegurança, que afetam todos os tipos de empresas e instituições, incluindo as do setor financeiro. Esta situação, que gera preocupação em entidades e reguladores, impulsiona a adoção de medidas preventivas para estar preparados perante ataques desta natureza. Em nível técnico, entre outras cabe destacar uma melhora nas medidas de proteção contra ataques de denegação de serviço. O Grupo desenvolveu suas normas de ciber com a aprovação de um novo marco de ciber-segurança e do modelo de supervisão de ciber-riscos, assim como de diferentes políticas relacionadas a esta matéria.

Também foi definida a nova estrutura organizacional e reforçada a governança do Grupo para a gestão e o controle deste risco. Para isso, foram estabelecidos comitês específicos e incorporadas métricas de segurança digital no apetite de risco do Grupo. Estas métricas são monitorizadas e reportadas tanto nas distintas regiões como a nível Global.

Adicionalmente, foi reforçada a função de inteligência e análise do Grupo, mediante a contratação de novos serviços de monitorização de ameaças sobre as entidades. Mesmo assim, continua-se avançando nas atividades de mitigação relacionadas com a gestão de identidade e acessos em todas as regiões, com o respaldo da alta direção.

Avançou-se, por sua vez, nos mecanismos de registro, notificação e encaminhamento de incidentes para o *reporting* interno e para supervisores.

Plano de Continuidade de Negócios

O Grupo dispõe de um sistema de gestão de continuidade de negócios (SGCN) para garantir a continuidade dos processos de negócios de suas entidades em caso de desastre ou incidente grave.

Este objetivo básico concretiza-se em:

- Minimizar os possíveis danos nas pessoas e impactos financeiros e de negócios adversos para o Grupo, derivados de uma interrupção das operações normais do negócio.
- Reduzir os efeitos operacionais de um desastre, fornecendo uma série de guias e procedimentos predefinidos e flexíveis para uso na retomada e recuperação dos processos.
- Retomar as operações do negócio e funções de suporte associadas, sensíveis ao tempo, com o objetivo de conseguir a continuidade do negócio, a estabilidade dos ganhos e o crescimento planejado.
- Proteger a imagem pública e a confiança no Grupo Santander.
- Satisfazer as obrigações do Grupo para com seus empregados, clientes, acionistas e outras partes interessadas.

Em 2017, o Grupo continuou avançando na implementação e melhoria contínua de seu sistema de gestão de continuidade de negócios. Realizou-se uma revisão da metodologia para reforçar o governança de revisão e a renovação de estratégias e planos de continuidade, assegurando que se produzam no nível apropriado da organização, assim como para cumprir com os novos requisitos regulatórios e para dar cobertura a riscos emergentes (como o ciber-risco).

g) Risco de cumprimento e conduta

Alcance, missão, definições e objetivo

A função de cumprimento e conduta promove a adesão do Grupo Santander às normas, requisitos de supervisão e princípios e valores de boa conduta, mediante o estabelecimento de padrões, debatendo, aconselhando e informando, em interesse dos funcionários, clientes, acionistas e da sociedade em geral.

Seu alcance abrange todas as matérias relacionadas com o cumprimento regulatório, a prevenção de lavagem de capitais e financiamento do terrorismo, governança de produtos e proteção ao consumidor, e risco reputacional.

Cumprimento e conduta consolidou os avanços dos dois exercícios anteriores, e 2017 indicou uma evolução muito notável da função, tanto em nível corporativo, quanto nas diferentes unidades do Grupo, como parte de programa estratégico de cumprimento que se está desenvolvendo.

De acordo com a atual configuração corporativa das três linhas de defesa do Grupo Santander, cumprimento e conduta é uma função de controle independente de segunda linha, que depende do conselheiro delegado, reportando-se direta e periodicamente ao conselho de administração e a suas comissões, através do *Group Chief Compliance Officer (GCCO)*. Esta configuração está alinhada com os requisitos da regulação bancária e com as expectativas dos supervisores.

São definidos como riscos de cumprimento os seguintes:

- Risco de cumprimento e conduta: risco que surge de práticas, processos ou comportamentos que não são adequados ou que descumprem as normas internas, a legislação ou os requisitos de supervisão.
- Risco reputacional: risco de um impacto econômico negativo, atual ou potencial, devido a uma subestimação da percepção do banco por parte de funcionários, clientes, acionistas/investidores e sociedade em geral.

O objetivo do Grupo nesta matéria é minimizar a probabilidade de que ocorram descumprimentos e irregularidades e, caso ocorram, que sejam identificados, avaliados, reportados e solucionados rapidamente.

No controle desses riscos, participam ainda outras funções de controle (riscos e auditoria).

Controle e supervisão dos riscos de cumprimento

A responsabilidade primária pela gestão dos riscos de cumprimento e conduta está nas primeiras linhas, de forma conjunta entre as unidades de negócios que originam diretamente os riscos e a própria função de cumprimento e conduta, seja mediante a designação de atividades ou tarefas de cumprimento, seja diretamente em alguns casos.

Adicionalmente, corresponde à função estabelecer, impulsionar e alcançar a adesão das unidades aos marcos, políticas e padrões homogêneos em todo o Grupo. Para isso, em 2017 se desenvolveu a árvore normativa homogênea em todo o Grupo, assim como um procedimento para seu acompanhamento e controle sistemático.

Os relatórios para órgãos de governança e administração do Grupo Santander correspondem ao GCCO, que também é responsável por assessorar e informar, assim como promover o desenvolvimento da função. Tudo isso com independência do relatório que a função de riscos envia igualmente aos órgãos de governança e administração de todos os riscos do Grupo, nos quais também se integram os de cumprimento e conduta.

Ao longo de 2017, o novo modelo de cumprimento e conduta se consolidou e evoluiu, sobretudo no âmbito das diferentes unidades do Grupo. Para isso, a corporação estabeleceu os componentes essenciais para assegurar controle e supervisão contínuos, mediante o estabelecimento de sistemas sólidos de governança, sistemática de *reporting* e interações com tais unidades, de acordo com o modelo de governança Grupo-Filiais que o Grupo tem estabelecido.

Além disso, Auditoria Interna - dentro de suas funções de terceira linha de defesa- realiza as revisões e auditorias necessárias para comprovar que sejam aplicados os controles e elementos de supervisão adequados, assim como que sejam cumpridos as normas e procedimentos estabelecidos no Grupo.

Em 2017, procedeu-se com a revisão, atualização e simplificação dos marcos corporativos da função de cumprimento e conduta, que são os documentos de primeiro nível que regulam a função a que aderem os órgãos de administração das diferentes unidades:

- Marco geral de cumprimento. Marco de comercialização de produtos e serviços, e proteção ao consumidor.
- Marco de prevenção da lavagem de capitais e do financiamento do terrorismo.

Por sua parte, o Código Geral de Conduta reúne as normas de conduta e os princípios éticos que regem a atuação de todos os empregados do Grupo Santander e é complementado em determinados temas com as normas que constam em outros códigos e sua normativa de desenvolvimento interno.

Adicionalmente, o Código Geral de Conduta estabelece:

- As funções e as responsabilidades de cumprimento.
- As normas que regulam as consequências do seu descumprimento.
- A via para a remissão e tramitação de comunicações de atuações supostamente irregulares (*whistle-blowing channel*).

Corresponde à função de cumprimento e conduta, sob supervisão do comitê de Cumprimento e da comissão de Supervisão de Riscos, Regulação e Cumprimento (CSRRC), zelar pela efetiva implementação e acompanhamento do Código Geral de Conduta, já que o conselho é seu titular e dos marcos corporativos que desenvolvem esta função.

Governança e modelo organizacional

Ao longo de 2017 e de acordo com o mandato da função de cumprimento e conduta definido pelo Conselho, está-se avançando de forma muito notável no programa estratégico de cumprimento. Nos dois exercícios anteriores, definiram-se o alcance e os objetivos de tal modelo e procedeu-se a sua implantação no Grupo. Durante 2017 se executou a implantação do modelo no âmbito das diferentes unidades do Grupo, com o fim de alcançar no final de 2018 uma função de cumprimento e conduta alinhada com os melhores padrões da indústria financeira.

Governança

Como órgãos colegiados de cumprimento e conduta, encontram-se os comitês corporativos, que se detalham a seguir, com suas correspondentes réplicas em nível local:

O comitê de Cumprimento Regulatório é o órgão colegiado de governança em matéria de cumprimento regulatório. Suas funções principais são:

- i) Controlar e supervisionar o risco de cumprimento regulatório no Grupo, como segunda linha de defesa.
- ii) Definir o modelo de controle de risco de cumprimento regulatório no Grupo Santander sobre a base da normativa comum aplicável em vários países nos quais estamos presentes.

- iii) Decidir sobre as questões relevantes em matéria de cumprimento regulatório que possam implicar um risco potencial para o Grupo.
- iv) Interpretar o Código Geral de Conduta e os códigos especializados e realizar propostas para sua melhoria.

Em 2017, o comitê de Cumprimento Regulatório realizou quatro reuniões.

O comitê de Comercialização é o órgão colegiado de governança para a validação de produtos e serviços. Suas funções principais são:

- i) Validar novos produtos ou serviços apresentados por parte da matriz ou de qualquer filial/unidade do Grupo, antes do lançamento.
- ii) Estabelecer o modelo de controle do risco de comercialização no Grupo - incluindo os indicadores do *risk assessment* e propondo ao comitê de Cumprimento o apetite de risco em matéria de comercialização e proteção ao consumidor.
- iii) Estabelecer critérios de interpretação e aprovar os modelos de referência em desenvolvimento do marco corporativo de comercialização de produtos e serviços e proteção ao consumidor e de sua normativa de referência, assim como validar as adaptações locais dos modelos.
- iv) Avaliar e decidir sobre as questões relevantes em matéria de comercialização que possam resultar em um risco potencial para o Grupo, em função das faculdades que tenha outorgadas ou das atribuições que deva exercer por imperativo legal.

Durante o exercício 2017 realizaram-se 12 sessões do comitê corporativo de Comercialização, nas quais se apresentou um total de 148 propostas de produtos/serviços novos e modelos ou outros documentos de referência em matéria de comercialização, não se tendo aprovado uma delas.

O comitê de Acompanhamento e Proteção ao Consumidor é o órgão colegiado de governança do Grupo em matéria de acompanhamento de produtos e serviços, e avaliação de assuntos de proteção ao consumidor, em todas as unidades do Grupo. Suas funções principais são:

- i) Realizar um acompanhamento da comercialização de produtos e serviços por país e por tipo de produto, revisando toda a informação disponível, com foco nos produtos e serviços em acompanhamento especial, assim como nos custos de conduta, compensações a clientes, sanções.
 - ii) Realizar acompanhamento da metodologia comum de medição e relatórios de reclamações, baseada em análise causa-raiz, e na qualidade e suficiência das informações obtidas.
 - iii) Estabelecer e avaliar a efetividade das medidas corretivas quando forem identificados riscos em matéria de governança de produtos e proteção ao consumidor no Grupo.
- Identificar, administrar e comunicar de forma preventiva as problemáticas, eventos, situações relevantes e melhores práticas em matéria de comercialização e proteção ao consumidor de forma transversal no Grupo.

Durante 2017, realizaram-se 23 sessões do comitê de Atendimento e Proteção ao Consumidor.

O comitê de Prevenção de Lavagem de Capitais e Financiamento do Terrorismo é o órgão colegiado neste tema. Suas funções principais são:

- i) Controlar e supervisionar o risco de prevenção da lavagem de capitais e do financiamento do terrorismo (PBC/FT) no Grupo, como segunda linha de defesa.
- ii) Definir o modelo de controle do risco de PBC/FT no Grupo Santander.
- iii) Estabelecer os modelos de referência no desenvolvimento do marco de PBC/FT e sua normativa de desenvolvimento.
- iv) Seguir os projetos de melhoria e dos planos de transformação de PBC/FT e promover, nesse caso, medidas de estímulo ou correção.

Durante 2017, este comitê realizou quatro sessões.

O *steering committee* de risco reputacional. Em setembro de 2016 criou-se o órgão para garantir a correta implantação do modelo de gestão do risco reputacional.

Tal comitê é presidido pelo *Group Chief Compliance Officer*, cujas funções principais são:

- i) Impulsionar a implantação do modelo corporativo de risco reputacional.
- ii) Avaliar as fontes de risco reputacional e sua criticidade.
- iii) Definir planos de ação para a prevenção de risco reputacional.
- iv) Analisar eventos de risco reputacional.
- v) Definir processos de escala e *reporting* para a alta direção em matéria de risco reputacional.

Durante 2017, realizaram-se quatro sessões do comitê.

O comitê corporativo de Cumprimento e Conduta é o órgão colegiado de nível superior da função de cumprimento e conduta, que agrupa os objetivos dos comitês anteriores.

Sus funções principais são as seguintes:

- i) Acompanhar e avaliar o risco de cumprimento e conduta que possa ter impacto no Grupo Santander, como segunda linha de defesa.
- ii) Propor a atualização ou modificação do marco geral de cumprimento e dos marcos corporativos da função, para sua aprovação final pelo conselho de administração.
- iii) Revisar os eventos e situações relevantes dos riscos de cumprimento e conduta, as medidas adotadas e sua efetividade, e propor, quando necessário, seu encaminhamento ou traslado.
- iv) Estabelecer e avaliar as medidas corretivas quando forem identificados riscos nesta matéria no Grupo, seja por pontos fracos na gestão e controle estabelecidos, ou pelo surgimento de novos riscos.
- v) Seguir as novas regulamentações que apareçam ou as que forem modificadas, assim como estabelecer seu âmbito de aplicação no Grupo e, em cada caso, as medidas de adaptação ou mitigação necessárias.

Durante 2017, realizaram-se nove sessões do comitê corporativo de Cumprimento e Conduta.

Cumprimento regulatório

Para o adequado controle e supervisão dos riscos de cumprimento regulatório, estão estabelecidas as seguintes funções:

- Realizar a aplicação do Código Geral de Conduta e dos demais códigos e respectivas normativas de desenvolvimento. Assessorar na resolução das dúvidas que surjam em sua aplicação.
- Receber e tramitar as denúncias efetuadas pelos empregados através do canal de denúncias.
- Dirigir e coordenar as investigações sobre descumprimentos, podendo solicitar o apoio de Auditoria Interna e propor ao comitê de Irregularidades as sanções procedentes em cada caso.
- Controlar e supervisionar o risco de cumprimento relacionado com: (i) os eventos relativos aos funcionários (*Corporate Defense*); (ii) as normas que afetam a organização (*General Data Protection Regulation –GDPR–* e *Foreign Account Tax Compliance Act –FATCA*); (iii) o cumprimento de regulamentações específicas de mercados internacionais (principalmente *Volcker Rule*, *EMIR*, *Dodd-Frank* e *MiFID II*); (iv) a publicação de informação relevante do Grupo Santander; e (v) o desenvolvimento de políticas e normas que evitem o abuso de mercado.
- Difundir a informação relevante do Grupo para a Comissão Nacional de Mercado de Valores e demais organismos reguladores onde as ações do Santander são negociadas em bolsa.
- Supervisionar a atividade de treinamento obrigatório em matéria de cumprimento regulatório.

Governança de produtos e proteção ao consumidor

A função de governança de produtos e proteção ao consumidor define os elementos essenciais para uma adequada gestão e controle dos riscos de comercialização e proteção ao consumidor, entendendo-se estes como os derivados de práticas inadequadas na relação com os clientes, o trato e os produtos oferecidos ao cliente e sua adequação a cada cliente concreto.

Prevenção de lavagem de capitais e financiamento do terrorismo

Para o Grupo Santander, constitui um objetivo estratégico dispor de um sistema de prevenção de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo avançado e eficaz, permanentemente adaptado às regulamentações internacionais e com capacidade de fazer frente ao surgimento de novas técnicas por parte das organizações criminosas.

Risco reputacional

Durante 2017, avançou-se de forma muito relevante na implantação do modelo corporativo de gestão do risco reputacional, consolidando-se no Grupo.

A característica específica do risco reputacional, com origem em uma grande variedade de fontes, requer um foco e um modelo de gestão e controle exclusivos, diferente dos outros riscos. A gestão deste risco exige uma interação global não só com as funções de primeira linha de defesa, mas também com as de segunda linha e com as que gerenciam a relação com os grupos de interesse a fim de garantir a supervisão consolidada do risco, apoiando-se nos marcos de controle atuais de forma eficiente. Assim, a gestão do risco reputacional deve se integrar tanto nas atividades de negócio e de apoio quanto nos processos internos, permitindo às funções de controle e supervisão de risco integrá-la em suas atividades.

O modelo de risco reputacional se baseia, por tanto, em um enfoque eminentemente preventivo de gestão e controle de riscos, mas também em processos eficazes de identificação e gestão de alertas antecipados e de eventos, bem como em monitorização posterior de eventos e de riscos detectados.

h) Risco de modelo

O Grupo Santander conta com uma trajetória longa no uso de modelos para apoiar as decisões de diversa índole, com especial relevância na gestão dos distintos tipos de riscos.

Modelo é definido como um sistema, enfoque ou método quantitativo que aplica teorias, técnicas e pressupostos estatísticos, econômicos, financeiros ou matemáticos para transformar dados de entrada em estimativas quantitativas. Os modelos são representações simplificadas das relações do mundo real entre características, valores e pressupostos observados. Esta simplificação permite centrar a atenção nos aspectos concretos que são considerados mais importantes para a aplicação de um modelo determinado.

O uso dos modelos implica o surgimento do risco de modelo, que se define como o risco de perda derivado de previsões imprecisas, que possam causar que o Banco tome decisões sub-avaliadas ou de uso inadequado de um modelo.

Segundo esta definição, as fontes que geram esse risco são:

- O modelo em si mesmo, pela utilização de dados incorretos ou *incompletos* em sua construção, assim como pelo método de modelização utilizado e por sua implementação nos sistemas.
- O uso inadequado do modelo.

A materialização do risco de modelo pode acarretar perdas financeiras, tomada de decisões comerciais e estratégicas inadequadas ou dano para a reputação do Grupo.

O Grupo tem trabalhado na definição, gestão e controle do risco de modelo durante os últimos anos, e desde 2015 existe uma área específica, dentro de sua divisão de Riscos, para controlar esse risco.

As funções de gestão e controle de risco de modelo se desempenham tanto na corporação, quanto em cada uma das principais instituições do Grupo. Essas funções são regidas pelo modelo de gestão do risco de modelo, com princípios, responsabilidade e processos comuns em todo o Grupo, em que são detalhados aspectos relativos a organização, governança, gestão e validação de modelos, entre outros.

i) Risco estratégico

Para o Grupo Santander, o risco estratégico conta com um modelo de controle e gestão deste risco que serve de referência para as filiais do Grupo. Este modelo inclui a definição do risco, os princípios e processos essenciais de gestão e controle, assim como aspectos funcionais e de governança.

O risco estratégico é o risco de perdas ou prejuízos derivados de decisões estratégicas ou de sua má implementação, que afetem os juros de longo prazo dos nossos principais grupos de interesse, ou de uma incapacidade para adaptar-se à evolução do entorno.

O modelo de negócios da instituição é um elemento chave sobre o qual gira o risco estratégico. Deve ser viável e sustentável, capaz de gerar resultados em acordo com os objetivos do Banco e sustentáveis no tempo.

j) Risco de capital

O Grupo define o risco de capital como o risco de não dispor de capital suficiente, em quantidade ou qualidade, para cumprir seus objetivos de negócio internos, os requisitos regulatórios ou as expectativas do mercado.

A função de risco de capital, em sua condição de segunda linha de defesa, executa a função de controle e supervisão das atividades da primeira linha, principalmente através dos seguintes processos:

- Supervisionar as atividades de planejamento e adequação do capital a todos os elementos que o compõem (balanço, conta de resultado, ativos ponderados por risco e capital disponível).
- Supervisão contínua da quantificação do capital do Grupo, incluindo a de operações singulares com impacto no capital.

Através desta função se pretende realizar um acompanhamento completo e periódico do risco de capital, comprovando a adequada cobertura e a suficiência do capital, de acordo com o perfil de risco do Grupo.

O Grupo mantém uma posição de solvência confortável, acima dos níveis exigidos na normativa e pelo Banco Central Europeu.

No final de 2017, o BCE comunicou a cada entidade os requisitos prudenciais mínimos de capital para o ano seguinte. Em 2018, em nível consolidado, o Grupo Santander deve manter um índice mínimo de capital de 8,655% CET1 phase-in (sendo 4,5% o requisito do Pilar 1, 1,5% o requisito do Pilar 2R (*requirement*), 1,875% o requisito de reserva de conservação de capital, 0,75% o requisito de G-SIB e 0,03% o requisito de reserva de capital anticíclica). Adicionalmente, o Grupo Santander deve manter um índice mínimo de capital de 1,5% de Tier 1 *phase-in*, assim como um índice mínimo total de 12,155% *phase-in*.

Capital regulatório

Em 2017, foi alcançado o objetivo de solvência estabelecido. O índice CET1 *fully loaded* do Santander é 10,84% no encerramento do exercício, demonstrando sua capacidade de geração orgânica de capital. A conclusão das principais cifras entre o capital contábil e o regulatório é a seguinte:

Conciliação de Capital Contábil com Capital Regulatório (milhões de euros)

	2017	2016
Capital subscrito	8.068	7.291
Prêmios de emissão	51.053	44.912
Reservas	52.577	49.244
Ações próprias em carteira	(22)	(7)
Lucro atribuído	6.619	6.204
Dividendo distribuído	(2.029)	(1.667)
Fundos Próprios no Balanço Público	116.265	105.978
Ajustes de avaliação	(21.777)	(15.039)
Participação de acionistas não controladores	12.344	11.761
Total Patrimônio Líquido Balanço Público	106.832	102.700
Ágio e intangíveis	(28.537)	(28.405)
Ações e participações preferenciais computáveis	7.635	6.469
Dividendo não distribuído	(968)	(802)
Outros ajustes dos recursos próprios básicos ¹	(7.679)	(6.253)
Tier I (Phase-in)	77.283	73.709

(1) (*) Principalmente pelas participações de acionistas não controladores não computáveis e outras deduções e filtros prudenciais conforme a CRR.

Conciliação de Capital Contábil com Capital Regulatório (milhões de euros)

	2017	2016
Capital subscrito	21.195	25.012
Prêmios de emissão	129.805	154.071
Reservas	143.226	168.932
Ações próprias em carteira	(87)	(24)
Lucro atribuído	23.789	21.283
Dividendo distribuído	(7.294)	(5.719)
Fundos Próprios no Balanço Público	310.634	363.558
Ajustes de avaliação	64.754	(51.591)
Participação de acionistas não controladores	49.041	40.346
Total Patrimônio Líquido Balanço Público	424.429	352.312
Ágio e intangíveis	(113.373)	(97.433)
Ações e participações preferenciais computáveis	30.333	22.192
Dividendo não distribuído	(3.478)	(2.751)
Outros ajustes dos recursos próprios básicos ¹	(30.898)	(21.451)
Tier I (Phase-in)	307.013	252.859

(1) Principalmente pelas participações de acionistas não controladores não computáveis e outras deduções e filtros prudenciais conforme a CRR

A seguir, são mostrados os coeficientes de capital Phase-in e um detalhamento dos recursos próprios calculáveis do Grupo:

	2017	2016
Coeficientes de capital		
Capital ordinário calculável de nível 1 (milhões de euros)	74.173	73.709
Capital adicional calculável de nível 1 (milhões de euros)	3.110	-
Capital calculável de nível 2 (milhões de euros)	13.422	12.628
Ativos ponderados por risco (milhões de euros)	605.064	588.088
Coeficiente de capital ordinário de nível 1 (CET 1)	12,26%	12,53%
Coeficiente de capital adicional de nível 1 (AT 1)	0,51%	-
Coeficiente de capital de nível 1 (TIER 1)	12,77%	12,53%
Coeficiente de capital nível 2 (TIER 2)	2,22%	2,15%
Coeficiente de capital total	14,99%	14,68%

	2017	2016
Coeficientes de capital		
Capital ordinário calculável de nível 1 (milhões de reais)	294.656	252.528
Capital adicional calculável de nível 1 (milhões de reais)	12.357	-
Capital calculável de nível 2 (milhões de reais)	53.326	43.320
Ativos ponderados por risco (milhões de reais)	2.403.858	2.017.441
Coeficiente de capital ordinário de nível 1 (CET 1) (*)	12,26%	12,53%
Coeficiente de capital adicional de nível 1 (AT 1)	0,51%	-
Coeficiente de capital de nível 1 (TIER 1) (*)	12,77%	12,53%
Coeficiente de capital nível 2 (TIER 2) (*)	2,22%	2,15%
Coeficiente de capital total (*)	14,99%	14,68%

Recursos Próprios Calculáveis (milhões de euros)

	2017	2016
Common Equity Tier I	74.173	73.709
Capital	8.068	7.291
(-) Tesouraria e ações próprias financiadas	(22)	(10)
Prêmio de emissão	51.053	44.912
Reservas	52.241	49.234
Outras receitas retidas	(22.363)	(14.924)
Não Controladores	7.991	8.018
Lucro líquido de dividendos	3.621	3.735
Deduções e filtros prudenciais	(26.416)	(24.548)
Ágio e intangíveis	(22.829)	(21.585)
Outros	(3.586)	(2.963)
Additional Tier I	3.110	-
Instrumentos computáveis AT1	8.498	6.469
Excessos T1 pelas filiais	347	351
Valor residual intangíveis	(5.707)	(6.820)
Outros	(27)	-
Tier II	13.422	12.628
Instrumentos computáveis T2	9.901	9.039
Fundos genéricos e excesso insolvências IRB	3.823	3.493
Excessos T2 pelas filiais	(275)	96
Outros	(27)	-
Total recursos próprios computáveis	90.706	86.337

Recursos Próprios Calculáveis (milhões de reais)	2017	2016
Common Equity Tier I	294.656	252.859
Capital	21.195	25.012
(-) Tesouraria e ações próprias financiadas	(87)	(34)
Prêmio de emissão	129.805	(154.071)
Reservas	142.056	168.897
Outras receitas retidas	61.871	(51.197)
Não Controladores	31.746	27.506
Lucro líquido de dividendos	13.017	12.813
Deduções e filtros prudenciais	(104.947)	(84.212)
Ágio e intangíveis	(90.699)	(74.047)
Outros	(14.248)	(10.165)
Additional Tier I	12.357	-
Instrumentos computáveis AT1	33.761	22.192
Excessos T1 pelas filiais	1.377	1.204
Valor residual intangíveis	(22.675)	(23.396)
Outros	(107)	-
Tier II	53.326	43.320
Instrumentos computáveis T2	39.334	31.008
3Fundos genéricos e excesso de insolvências IRB	15.189	11.983
Excessos T2 pelas filiais	(1.091)	329
Outros	(107)	-
Total recursos próprios computáveis	360.338	296.179

Nota: O Banco Santander e suas filiais não participaram de nenhum programa de ajuda estatal.

Implementação de modelos

Em relação ao risco de crédito, o Grupo continua seu plano de implementação do enfoque avançado de modelos internos (AIRB) de Basileia II para praticamente todos os bancos do Grupo, até cobrir uma porcentagem de exposição líquida da carteira de crédito superior a 90%, de acordo com estes modelos. O cumprimento deste objetivo a curto prazo também é condicionado pelas aquisições de novas entidades, assim como pela necessidade de coordenação entre supervisores dos processos de validação dos modelos internos.

O Grupo está presente em geografias onde o marco legal entre supervisores é o mesmo, como ocorre em Europa através da Diretiva de Capital. No entanto, em outras jurisdições, o mesmo processo está sujeito ao marco de colaboração entre o supervisor de origem e de acolhida com leis distintas, o que na prática implica em adaptação a diferentes critérios e calendários para obter a autorização de uso de modelos avançados em base consolidada.

Atualmente, o Grupo conta com a autorização do órgão supervisor para o uso de enfoques avançados para o cálculo dos requisitos de capital regulatório por risco de crédito para a matriz e as principais filiais de Espanha, Reino Unido, Portugal, e determinadas carteiras na Alemanha, México, Brasil, Chile, países nórdicos (Suécia, Finlândia, Noruega), França e Estados Unidos. A estratégia de implementação de Basileia no Grupo tem foco em obter o uso de modelos avançados nas principais entidades de América e Europa. Em 2016, foi obtida a autorização das carteiras da IFIC de Portugal, e espera-se a finalização do processo de validação supervisora para as carteiras de instituições e soberanos do Chile, hipotecas e a maior parte de revolving do Santander Consumer Alemanha, bem como de *retail*, *dealers* e *fleets* da PSA UK.

Quanto a risco operacional, o Grupo utiliza atualmente o enfoque standard de cálculo de capital regulatório previsto na Diretiva Europeia de Capital. Em fevereiro de 2016, o Banco Central Europeu autorizou a utilização do método padrão alternativo para o cálculo dos requisitos de capital em nível consolidado no Banco Santander Brasil.

Em relação ao demais riscos contemplados explicitamente no Pilar I de Basileia, em risco de mercado este ano obtivemos autorização para o uso de seu modelo interno na atividade de negociação da tesouraria no Reino Unido, além dos já autorizados anteriormente em Espanha, Chile, Portugal e México.

Índice de alavancagem

O índice de alavancagem foi estabelecido dentro do marco regulatório de Basileia III como uma medição não sensível ao risco do capital requerido às instituições financeiras. O Grupo realiza o cálculo de acordo com o estabelecido na CRD IV e sua posterior modificação do Regulamento UE núm. 575/2013 de 17 de janeiro de 2015, cujo objetivo foi harmonizar os critérios de cálculo com os especificados nos documentos "Basel III leverage ratio framework" e "Disclosure requirements" do Comitê de Basileia.

Este índice é calculado como o quociente entre o Tier 1 dividido pela exposição de alavancagem. Esta exposição é calculada como a soma dos seguintes elementos:

- Ativo contábil, sem derivativos e sem elementos considerados como deduções no *Tier 1* (por exemplo, é incluído o saldo dos empréstimos, mas não os fundos de comércio).
- Contas de ordem (avais, limites de crédito concedidos sem utilizar, cartas de crédito, principalmente) ponderados pelos fatores de conversão de crédito.
- Inclusão do valor líquido dos derivativos (é feito um cálculo do líquido de lucros e perdas com uma mesma contraparte, subtraídos colaterais se cumprem determinados critérios), mais um acréscimo pela exposição potencial futura.
- Um acréscimo pelo risco potencial das operações de financiamento de valores.
- Por último, é incluído um acréscimo pelo risco dos derivativos de crédito (CDS).

As propostas da Comissão Europeia de modificação da CRR e da CRD IV de 23 de novembro de 2016 prevê um requisito obrigatório de índice de alavancagem de 3% do capital de nível 1 (Tier 1 Capital), que se agregaria aos requisitos de fundos próprios do artigo 92 da CRR. As propostas de modificação da Comissão também apontam para a possibilidade futura de introduzir um amortecedor de índice de alavancagem para as instituições sistêmicas globais.

Milhões de euros	31-12-2017	31-12-2016
Alavancagem		
Capital de nível 1	77.283	73.709
Exposição	1.463.090	1.364.889
Índice de alavancagem	5,28%	5,40%

Milhões de reais	31-12-2017	31-12-2016
Alavancagem		
Capital de nível 1	307.013	252.528
Exposição	5.812.712	4.681.875
Índice de alavancagem (*)	5,28%	5,40%

Entidades sistêmicas de importância global

O Grupo é uma das 30 entidades designadas como entidade sistêmica de importância global (G-SIB).

A designação como entidade globalmente sistêmica tem origem em uma medição estabelecida pelos reguladores (FSB e BCBS), com base em 5 critérios (tamanho, atividade interjurisdicional, interconexão com outras entidades financeiras, substituíbilidade e complexidade).

Esta designação obriga o Grupo Santander a cumprir os requisitos adicionais, que consistem principalmente em uma reserva capital (1%), em requisitos de TLAC (recursos com capacidade de absorção de perdas) na exigência de publicar informação relevante com maior frequência que outros bancos, em maiores exigências regulatórias para os órgãos de controle interno, em uma supervisão especial e na exigência de relatórios especiais a apresentar aos seus supervisores.

O cumprimento desses requisitos concede ao Grupo maior solidez que seus concorrentes domésticos.

Anexo I

Entidades dependentes do Banco Santander, S.A. (1)

Sociedade	Domicílio	% Partic. do Banco		Porcentagem de direitos de voto (k)		Atividade
		Direta	Indireta	Ano 2017	Ano 2016	
2 & 3 Triton Limited (d)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
A & L CF (Guernsey) Limited (n)	Guernsey	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
A & L CF December (1) Limited (j)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
A & L CF June (2) Limited (e)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
A & L CF June (3) Limited (e)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
A & L CF March (5) Limited (d)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
A & L CF September (4) Limited (f)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
Abbey Business Services (India) Private Limited (d)	Índia	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Abbey Covered Bonds (Holdings) Limited	Reino Unido	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Abbey Covered Bonds (LM) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	TITULARIZAÇÃO
Abbey Covered Bonds LLP	Reino Unido	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Abbey National Beta Investments Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Abbey National Business Office Equipment Leasing Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
Abbey National International Limited	Jersey	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCOS
Abbey National Nominees Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE VALORES
Abbey National PLP (UK) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Abbey National Property Investments	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Abbey National Treasury Services Investments Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Abbey National Treasury Services Overseas Holdings	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Abbey National Treasury Services plc	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCOS
Abbey National UK Investments	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Abbey Stockbrokers (Nominees) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE VALORES
Abbey Stockbrokers Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE VALORES
Ablasa Participaciones, S.L.	Espanha	18,94%	81,06%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Administración de Bancos Latinoamericanos Santander, S.L.	Espanha	24,11%	75,89%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Aevis Europa, S.L.	Espanha	68,80%	27,54%	96,34%	68,80%	CARTÕES
AFB SAM Holdings, S.L.	Espanha	1,00%	99,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Afisa S.A.	Chile	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	GESTORA DE FUNDOS
ALIL Services Limited	Ilha de Man	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Aliseda Participaciones Inmobiliarias, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Aliseda Real Estate, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Aliseda, S.A. Unipersonal	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Aljarafe Golf, S.A. (j)	Espanha	0,00%	89,41%	89,41%	89,41%	IMOBILIÁRIA
Aljardi SGPS, Lda.	Portugal	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Alliance & Leicester Cash Solutions Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Alliance & Leicester Commercial Bank plc	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Alliance & Leicester Investments (Derivatives) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Alliance & Leicester Investments (No.2) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Alliance & Leicester Investments Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Alliance & Leicester Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Alliance & Leicester Personal Finance Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Altamira Santander Real Estate, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Amazonia Trade Limited	Reino Unido	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
AN (123) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Andaluz de Inversiones, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Andara Retail, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
ANITCO Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Aquanima Brasil Ltda.	Brasil	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	COMÉRCIO ELETRÔNICO
Aquanima Chile S.A.	Chile	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Aquanima México S. de R.L. de C.V.	México	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	COMÉRCIO ELETRÔNICO
Aquanima S.A.	Argentina	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS

Sociedade	Domicílio	% Partic. do Banco		Porcentagem de direitos de voto (k)		Atividade
		Direta	Indireta	Ano 2017	Ano 2016	
Arcas - Sociedade Imobiliária Portuguesa, Lda. s)	Portugal	0,00%	99,90%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Arco Organización, S.L.	Espanha	0,00%	59,40%	59,40%	-	ATIVIDADES HOTELEIRAS
Argenline, S.A. (j) (p)	Uruguai	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Atlantes Azor No. 1	Portugal	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Atlantes Azor No. 2	Portugal	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Atlantes Mortgage No. 2	Portugal	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Atlantes Mortgage No. 3	Portugal	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Atlantes Mortgage No. 4	Portugal	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Atlantes Mortgage No. 5	Portugal	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Atlantes Mortgage No. 7	Portugal	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Atlantes Mortgage No.1 FTC	Portugal	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Atlantes Mortgage No.1 plc	Irlanda	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Atlantys Espacios Comerciales, S.L.	Espanha	0,00%	71,45%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Brasil	0,00%	89,67%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS FINANCEIROS
Auto ABS 2012-3 Fondo de Titulización de Activos	Espanha	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Auto ABS DFP Master Compartment France 2013	França	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Auto ABS French Lease Master Compartment 2016	França	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Auto ABS French Loans Master	França	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Auto ABS French LT Leases Master	França	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Auto ABS German Loans Master	França	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Auto ABS Italian Loans Master S.R.L.	Itália	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Auto ABS Spanish Loans 2016, Fondo de Titulización	Espanha	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Auto ABS Swiss Leases 2013 GmbH	Suíça	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Auto ABS UK Loans 2017 Holdings Limited	Reino Unido	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Auto ABS UK Loans 2017 Plc	Reino Unido	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Auto ABS UK Loans Holdings Limited	Reino Unido	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Auto ABS UK Loans PLC	Reino Unido	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Auto ABS2 FCT Compartment 2013-A (j)	França	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Auttar HUT Processamento de Dados Ltda.	Brasil	0,00%	79,36%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS TECNOLÓGICOS
Aviación Antares, A.I.E.	Espanha	99,99%	0,01%	100,00%	100,00%	LOCAÇÃO
Aviación Británica, A.I.E.	Espanha	99,99%	0,01%	100,00%	100,00%	LOCAÇÃO
Aviación Centaurus, A.I.E.	Espanha	99,99%	0,01%	100,00%	100,00%	LOCAÇÃO
Aviación Comillas, S.L. Unipersonal	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	LOCAÇÃO
Aviación Intercontinental, A.I.E.	Espanha	65,00%	35,00%	100,00%	65,00%	LOCAÇÃO
Aviación Laredo, S.L.	Espanha	99,00%	1,00%	100,00%	-	TRANSPORTE AÉREO
Aviación Oyambre, S.L. Unipersonal	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	LOCAÇÃO
Aviación RC II, A.I.E.	Espanha	99,99%	0,01%	100,00%	100,00%	LOCAÇÃO
Aviación Real, A.I.E.	Espanha	99,99%	0,01%	100,00%	100,00%	LOCAÇÃO
Aviación Regional Cantabria, A.I.E. (j)	Espanha	73,58%	0,00%	73,58%	73,58%	LOCAÇÃO
Aviación Scorpius, A.I.E.	Espanha	99,99%	0,01%	100,00%	100,00%	LOCAÇÃO
Aviación Suances, S.L.	Espanha	99,99%	0,01%	100,00%	-	TRANSPORTE AÉREO
Aviación Tritón, A.I.E.	Espanha	99,99%	0,01%	100,00%	100,00%	LOCAÇÃO
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Brasil	0,00%	89,67%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Banca PSA Italia S.p.a.	Itália	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	BANCOS
Banco Bandepe S.A.	Brasil	0,00%	89,67%	100,00%	100,00%	BANCOS
Banco de Albacete, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	BANCOS
Banco de Asunción, S.A. em liquidação voluntária (j)	Paraguai	0,00%	99,33%	99,33%	99,33%	BANCOS
Banco Madesant - Sociedade Unipessoal, S.A.	Portugal	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCOS
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.	Brasil	0,00%	53,80%	60,00%	60,00%	BANCOS
Banco Pastor, S.A. Unipersonal	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	BANCOS
Banco Popular Español, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	BANCOS
Banco PSA Finance Brasil S.A.	Brasil	0,00%	44,84%	50,00%	50,00%	FINANCEIRA
Banco S3 México, S.A., Institución de Banca Múltiple	México	0,00%	100,00%	100,00%	-	INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO
Banco Santander - Chile	Chile	0,00%	67,12%	67,18%	67,18%	BANCOS
Banco Santander (Brasil) S.A.	Brasil	13,91%	75,77%	90,24%	90,00%	BANCOS
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander México	México	0,00%	75,06%	99,99%	99,99%	BANCOS
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander México como Fiduciaria del Fideicomiso 100740	México	0,00%	75,06%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA

Sociedade	Domicílio	% Partic. do Banco		Porcentagem de direitos de voto (k)		Atividade
		Direta	Indireta	Ano 2017	Ano 2016	
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander México como Fiduciaria del Fideicomiso 2002114	México	0,00%	75,19%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander México como Fiduciaria del Fideicomiso GFSSLPT	México	0,00%	75,06%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Banco Santander (Panamá), S.A. (j)	Panamá	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCOS
Banco Santander (Suisse) SA	Suíça	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCOS
Banco Santander Bahamas International Limited	Bahamas	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCOS
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Portugal	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCOS
Banco Santander de Negocios Colombia S.A.	Colômbia	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Banco Santander International	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCOS
Banco Santander Perú S.A.	Peru	99,00%	1,00%	100,00%	100,00%	BANCOS
Banco Santander Puerto Rico	Porto Rico	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCOS
Banco Santander Río S.A.	Argentina	0,00%	99,30%	99,20%	99,20%	BANCOS
Banco Santander Totta, S.A.	Portugal	0,00%	99,85%	99,96%	99,95%	BANCOS
Banco Santander S.A.	Uruguai	97,75%	2,25%	100,00%	100,00%	BANCOS
Banif International Bank, Ltd (j)	Bahamas	0,00%	99,85%	100,00%	100,00%	BANCOS
Bank Zachodni WBK S.A.	Polónia	0,00%	69,34%	69,34%	69,41%	BANCOS
Bansa Santander S.A.	Chile	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Bansalud, S.L. (j)	Espanha	72,34%	12,00%	84,34%	84,34%	SERVIÇOS TECNOLÓGICOS
Bansamex, S.A.	Espanha	50,00%	0,00%	50,00%	50,00%	CARTÕES
BCLF 2013-1 B.V.	Holanda	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Besaya ECA Designated Activity Company	Irlanda	-	(b)	-	-	FINANCEIRA
Bilkreditt 3 Designated Activity Company (j)	Irlanda	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Bilkreditt 4 Designated Activity Company	Irlanda	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Bilkreditt 5 Designated Activity Company	Irlanda	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Bilkreditt 6 Designated Activity Company	Irlanda	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Bilkreditt 7 Designated Activity Company	Irlanda	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Bodegas Señorío de Nevada, S.L.	Espanha	0,00%	62,80%	62,80%	-	ALIMENTAÇÃO
Bonsucesso Tecnologia LTDA.	Brasil	0,00%	53,80%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
BPE Financiaciones, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	FINANCEIRA
BPE Representações y Participações, Ltda.	Brasil	0,00%	100,00%	100,00%	-	FINANCEIRA
BPP Asesores S.A.	Argentina	0,00%	100,00%	100,00%	-	FINANCEIRA
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Brasil	0,00%	53,80%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII	Brasil	0,00%	89,67%	100,00%	100,00%	FUNDO DE INVESTIMENTOS
BRS Investments S.A.	Argentina	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
BZ WBK F24 S.A.	Polónia	0,00%	69,34%	100,00%	99,99%	FINANCEIRA
BZ WBK Faktor Sp. z o.o.	Polónia	0,00%	69,34%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS FINANCEIROS
BZ WBK Finanse Sp. z o.o.	Polónia	0,00%	69,34%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS FINANCEIROS
BZ WBK Inwestycje Sp. z o.o.	Polónia	0,00%	69,34%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE VALORES
BZ WBK Leasing S.A.	Polónia	0,00%	69,34%	100,00%	100,00%	LEASING
BZ WBK Towarzystwo Funduszy Inwestycyjnych S.A.	Polónia	50,00%	34,67%	100,00%	100,00%	GESTORA DE FUNDOS
Caja de Emisiones con Garantía de Anualidades Debidas por el Estado, S.A.	Espanha	62,87%	0,00%	62,87%	62,87%	FINANCEIRA
Cántabra de Inversiones, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Cántabro Catalana de Inversiones, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Cantera de Albanilla, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Capital Street Delaware LP	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Capital Street Holdings, LLC	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Capital Street REIT Holdings, LLC	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Capital Street S.A.	Luxemburgo	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Carfax (Guernsey) Limited (n)	Guernsey	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	CORRETAGEM DE SEGUROS
Carfinco Financial Group Inc.	Canadá	96,42%	0,00%	96,42%	96,42%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Carfinco Inc.	Canadá	0,00%	96,42%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Casa de Bolsa Santander, S.A. de C.V., Grupo Financiero Santander México	México	0,00%	75,04%	99,97%	99,97%	SOCIEDADE DE VALORES
Cater Allen Holdings Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Cater Allen International Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE VALORES
Cater Allen Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCOS
Cater Allen Lloyd's Holdings Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Cater Allen Syndicate Management Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS DE ASSESSORIA

Sociedade	Domicílio	% Partic. do Banco		Porcentagem de direitos de voto (k)		Atividade
		Direta	Indireta	Ano 2017	Ano 2016	
CCAP Auto Lease Ltd.	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	LEASING
Centro de Capacitação Santander, A.C.	México	0,00%	75,06%	100,00%	100,00%	INSTITUIÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS
Cerebello Assets, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Certidesa, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	ARRENDAMENTO DE AERONAVES
Chrysler Capital Auto Funding I LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Chrysler Capital Auto Funding II LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Chrysler Capital Auto Receivables LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Chrysler Capital Auto Receivables Trust 2016-A	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Chrysler Capital Master Auto Receivables Funding 2 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Chrysler Capital Master Auto Receivables Funding 3 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	-	SEM ATIVIDADE
Chrysler Capital Master Auto Receivables Funding LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Club Zaudin Golf, S.A. (j)	Espanha	0,00%	85,07%	95,15%	95,15%	SERVIÇOS
Compagnie Generale de Credit Aux Particuliers - Credipar S.A.	França	0,00%	50,00%	100,00%	100,00%	BANCOS
Compagnie Pour la Location de Vehicules - CLV	França	0,00%	50,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Consulteam Consultores de Gestão, Lda.	Portugal	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Consumer Lending Receivables LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	TITULARIZAÇÃO
Corporación Financiera ISSOS, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Crawfall S.A. (g) (j)	Uruguai	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Dansk Auto Finansiering 1 Designated Activity Company (j)	Irlanda	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Darep Designated Activity Company	Irlanda	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	RESSEGUROS
Desarrollo de Infraestructuras de Castilla, S.A. Unipersonal	Espanha	0,00%	71,40%	100,00%	100,00%	ABASTECIMENTO DE ÁGUA
Digital Procurement Holdings N.V.	Holanda	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Diners Club Spain, S.A.	Espanha	75,00%	0,00%	75,00%	75,00%	CARTÕES
Dirección Estratega, S.C.	México	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Dirgenfin, S.L. en liquidación (j)	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA
Drive Auto Receivables Trust 2015-A	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Drive Auto Receivables Trust 2015-B	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Drive Auto Receivables Trust 2015-C	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Drive Auto Receivables Trust 2015-D	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Drive Auto Receivables Trust 2016-A	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Drive Auto Receivables Trust 2016-B	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Drive Auto Receivables Trust 2016-C	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Drive Auto Receivables Trust 2017-1	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Drive Auto Receivables Trust 2017-2	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Drive Auto Receivables Trust 2017-3	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Drive Auto Receivables Trust 2017-A	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Drive Auto Receivables Trust 2017-B	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Drive Auto Receivables Trust 2018-1	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	-	SEM ATIVIDADE
Eagle Hispania, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	FINANCEIRA
Edificaciones Nimec, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
EDT FTPYME Pastor 3 Fondo de Titulización de Activos	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	TITULARIZAÇÃO
Elbrus Properties, S.A. Unipersonal	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Electrolyser, S.A. de C.V.	México	0,00%	75,06%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Entidad de Desarrollo a la Pequeña y Micro Empresa Santander Consumo Perú S.A.	Peru	55,00%	0,00%	55,00%	55,00%	FINANCEIRA
Erestone S.A.S.	França	0,00%	90,00%	90,00%	90,00%	IMOBILIÁRIA
Eurobanco S.A. em liquidação (j)	Uruguai	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SEM ATIVIDADE
Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal	0,00%	99,98%	100,00%	-	SEGUROS
Evidence Previdência S.A.	Brasil	0,00%	89,67%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
FFB - Participações e Serviços, Sociedade Unipessoal, S.A.	Portugal	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Fib Realty Corporation	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	-	SEM ATIVIDADE
Finance Professional Services, S.A.S.	França	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Financeira El Corte Inglés, Portugal, S.F.C., S.A.	Portugal	0,00%	51,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Financiera El Corte Inglés, E.F.C., S.A.	Espanha	0,00%	51,00%	51,00%	51,00%	FINANCEIRA
Finespa, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
First National Motor Business Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
First National Motor Contracts Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING

Sociedade	Domicílio	% Partic. do Banco		Porcentagem de direitos de voto (k)		Atividade
		Direta	Indireta	Ano 2017	Ano 2016	
First National Motor Facilities Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
First National Motor Finance Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS DE ASSESSORIA
First National Motor Leasing Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
First National Motor plc	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
First National Tricity Finance Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Fomento e Inversiones, S.A. Unipersonal (l)	Espanha	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Fondo de Titulización de Activos PYMES Santander 9	Espanha	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Fondo de Titulización de Activos RMBS Santander 1	Espanha	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Fondo de Titulización de Activos RMBS Santander 2	Espanha	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Fondo de Titulización de Activos RMBS Santander 3	Espanha	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Fondo de Titulización de Activos Santander 2	Espanha	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Fondo de Titulización de Activos Santander Consumer Spain Auto 2013-1	Espanha	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Fondo de Titulización de Activos Santander Consumer Spain Auto 2014-1	Espanha	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 1	Espanha	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 2	Espanha	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 3	Espanha	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Fondo de Titulización de Activos Santander Hipotecario 7	Espanha	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Fondo de Titulización de Activos Santander Hipotecario 8	Espanha	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Fondo de Titulización de Activos Santander Hipotecario 9	Espanha	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Fondo de Titulización PYMES Santander 12	Espanha	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Fondo de Titulización RMBS Santander 4	Espanha	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Fondo de Titulización RMBS Santander 5	Espanha	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Fondo de Titulización Santander Consumer Spain Auto 2016-1	Espanha	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Fondo de Titulización Santander Consumer Spain Auto 2016-2	Espanha	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Fondo de Titulización Santander Consumo 2	Espanha	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Fondo de Titulización Santander Financiación 1	Espanha	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Fondos Santander, S.A. Administradora de Fondos de Inversión (en liquidación) (j)	Uruguai	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	GESTORA DE FUNDOS
Fortensky Trading, Ltd.	Irlanda	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Fórum de Negocios de Granada, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Fórum de Negocios de Motril, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Fórum de Negocios del Sur, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Fosse (Master Issuer) Holdings Limited	Reino Unido	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Fosse Funding (No.1) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	TITULARIZAÇÃO
Fosse Master Issuer PLC	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	TITULARIZAÇÃO
Fosse PECO Limited	Reino Unido	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Fosse Trustee (UK) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	TITULARIZAÇÃO
FTPYME Banesto 2, Fondo de Titulización de Activos	Espanha	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
FTPYME Santander 2 Fondo de Titulización de Activos	Espanha	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Fuencarral Agrupanorte, S.L. Unipersonal	Espanha	0,00%	71,45%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema V – Não padronizado	Brasil	-	(b)	-	-	FUNDO DE INVESTIMENTOS
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI – Não padronizado (s)	Brasil	-	(b)	-	-	FUNDO DE INVESTIMENTOS
Gamma, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	Portugal	0,00%	99,85%	100,00%	100,00%	TITULARIZAÇÃO
GC FTPYME Pastor 4 Fondo de Titulización de Activos	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	TITULARIZAÇÃO
General de Terrenos y Edificios Servicios Integrales, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
General de Terrenos y Edificios, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Geoban, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Gesban México Servicios Administrativos Globales, S.A. de C.V.	México	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Gesban Santander Servicios Profesionales Contables Limitada	Chile	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	INTERNET
Gesban Servicios Administrativos Globales, S.L.	Espanha	99,99%	0,01%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Gesban UK Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS DE COBRANÇAS e PAGAMENTOS
Gestión de Activos Castellana 40, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Gestión de Instalaciones Fotovoltaicas, S.L. Unipersonal	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
Gestora de Investimentos Ipanema S.A.	Brasil	0,00%	62,77%	100,00%	-	GESTORA DE FUNDOS
Gestora de Procesos S.A. em liquidação (j)	Peru	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Gestora Europea de Inversiones, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	SERVIÇOS
Gestora Patrimonial Calle Francisco Sancha 12, S.L.	Espanha	68,80%	27,54%	96,34%	68,80%	GESTÃO IMOBILIÁRIA E

Sociedade	Domicílio	% Partic. do Banco		Porcentagem de direitos de voto (k)		Atividade
		Direta	Indireta	Ano 2017	Ano 2016	
Banco Popular S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.	Brasil	0,00%	79,36%	88,50%	88,50%	SERVIÇOS DE PAGAMENTOS
Gieldokracja Spółka z o.o.	Polónia	0,00%	69,34%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Girobank Investments Ltd (j)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Global Carihuela Patrimonio No Estratégico, S.L. Unipersonal	Espanha	0,00%	71,40%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Gold Leaf Title Company	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	-	FINANCEIRA
Golden Bar (Securitisation) S.r.l.	Itália	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Golden Bar Stand Alone 2014-1	Itália	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Golden Bar Stand Alone 2015-1	Itália	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Golden Bar Stand Alone 2016-1	Itália	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Golden Bar Whole Loan Note VFN 2013-1	Itália	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Green Energy Holding Company, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Grupo Empresarial Santander, S.L.	Espanha	99,11%	0,89%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Grupo Financiero Santander México, S.A.B. de C.V.	México	74,97%	0,10%	75,10%	75,09%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Grupo A Toja Hoteles, S.L.	Espanha	0,00%	90,00%	90,00%	-	SOCIEDADE DE CARTEIRA
GTS El Centro Equity Holdings, LLC (c)	Estados Unidos	0,00%	81,90%	81,90%	81,90%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
GTS El Centro Project Holdings, LLC (c)	Estados Unidos	0,00%	81,90%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Guaranty Car, S.A. Unipersonal	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	AUTOMOÇÃO
Habitatrix, S.L.	Espanha	0,00%	71,45%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Hercepopular, S.L.	Espanha	0,00%	51,00%	51,00%	-	IMOBILIÁRIA
Hipototta No. 1 plc (j)	Irlanda	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Hipototta No. 4 FTC	Portugal	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Hipototta No. 4 plc	Irlanda	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Hipototta No. 5 FTC	Portugal	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Hipototta No. 5 plc	Irlanda	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Hispamer Renting, S.A. Unipersonal	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LOCAÇÃO
Holbah II Limited	Bahamas	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Holbah Santander, S.L. Unipersonal	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Holmes Funding Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	TITULARIZAÇÃO
Holmes Holdings Limited	Reino Unido	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Holmes Master Issuer plc	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	TITULARIZAÇÃO
Holmes Trustees Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	TITULARIZAÇÃO
Holneth B.V.	Holanda	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Ibérica de Compras Corporativas, S.L.	Espanha	97,17%	2,83%	100,00%	100,00%	COMÉRCIO ELETRÓNICO
IM Banco Popular MBS 2 Fondo de Titulização de Activos	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	TITULARIZAÇÃO
IM Grupo Banco Popular Consumo 1 Fondo de Titulização de Activos	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	TITULARIZAÇÃO
IM Grupo Banco Popular Empresas 7 Fondo de Titulização de Activos	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	TITULARIZAÇÃO
IM Grupo Banco Popular Leasing 3 Fondo de Titulização de Activos	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	TITULARIZAÇÃO
IM Grupo Banco Popular MBS 3 Fondo de Titulização de Activos	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	TITULARIZAÇÃO
Independence Community Bank Corp.	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Ingeniería de Software Bancario, S.L.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
Inmo Francia 2, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Inmobiliária Das Avenidas Novas, S.A.	Portugal	0,00%	71,45%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Inmobiliaria Viagracia, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Insurance Funding Solutions Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Integry Tecnologia e Serviços A H U Ltda.	Brasil	0,00%	79,36%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS TECNOLÓGICOS
Interfinance Holanda B.V.	Holanda	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Intermediacion e Servicios Tecnológicos, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	SERVIÇOS
Inversiones Capital Global, S.A. Unipersonal	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Inversiones Casado del Alisal, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Inversiones Inmobiliarias Alprosa, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Inversiones Inmobiliarias Canvives, S.A. Unipersonal	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Inversiones Inmobiliarias Cedaceros, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Inversiones Inmobiliarias Elencia, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Inversiones Inmobiliarias Gercebio, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Inversiones Inmobiliarias Inagua, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Inversiones Inmobiliarias Jeráguilas, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA

Sociedade	Domicílio	% Partic. do Banco		Porcentagem de direitos de voto (k)		Atividade
		Direta	Indireta	Ano 2017	Ano 2016	
Inversiones Inmobiliarias Linara, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Inversiones Inmobiliarias Popsol, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Inversiones Inmobiliarias Tamadaba, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Inversiones Inmobiliarias Tamdab, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Inversiones Inmobiliarias Valabia, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Inversiones Marítimas del Mediterráneo, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	SEM ATIVIDADE
Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.	Brasil	0,00%	62,77%	70,00%	-	SERVIÇOS DE COBRANÇA
Isban Argentina S.A.	Argentina	87,42%	12,58%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS FINANCEIROS
Isban Brasil S.A.	Brasil	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Isban Chile S.A.	Chile	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
Isban DE GmbH	Alemanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
Isban México, S.A. de C.V.	México	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
Isla dos Buques, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	FINANCEIRA
A Toja, S.A.	Espanha	0,00%	86,22%	86,22%	-	ATIVIDADES HOTELEIRAS
La Unión Resinera Española, S.A. em liquidação (j)	Espanha	76,79%	19,55%	96,35%	96,35%	QUÍMICA
Langton Funding (No.1) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	TITULARIZAÇÃO
Langton Mortgages Trustee (UK) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	TITULARIZAÇÃO
Langton PECO Limited	Reino Unido	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Langton Securities (2008-1) plc	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	TITULARIZAÇÃO
Langton Securities (2010-1) PLC	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	TITULARIZAÇÃO
Langton Securities (2010-2) PLC	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	TITULARIZAÇÃO
Langton Securities (2012-1) PLC (j)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	TITULARIZAÇÃO
Langton Securities Holdings Limited	Reino Unido	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Laparanza, S.A.	Espanha	61,59%	0,00%	61,59%	61,59%	EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA
As Albaryzas de Otura, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Limatesa Gestão de Servicios Integrales, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	FINANCEIRA
Liquidity Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FACTORING
Luri 1, S.A. (m)	Espanha	31,00%	0,00%	31,00%	31,00%	IMOBILIÁRIA
Luri 2, S.A. (j) (m)	Espanha	30,00%	0,00%	30,00%	30,00%	IMOBILIÁRIA
Luri 4, S.A. Unipersonal	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Luri 6, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS
MAC No. 1 Limited (i)	Reino Unido	-	(b)	-	-	SOCIEDADE DE CRÉDITOS HIPOTECÁRIOS
Manberor, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Marina Golf, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	EXPLORAÇÃO ESPORTIVA
Master Red Europa, S.L.	Espanha	68,80%	27,54%	96,34%	68,80%	CARTÕES
Mata Alta, S.L.	Espanha	0,00%	61,59%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Meglahe, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Merciver, S.L.	Espanha	99,90%	0,10%	100,00%	100,00%	ASSESSORIA FINANCEIRA
Merlion Aviation One Designated Activity Company	Irlanda	51,00%	0,00%	51,00%	51,00%	LOCAÇÃO
Metrovacesa Inmuebles y Promociones, S.L.	Espanha	0,00%	71,45%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Metrovacesa Promoción y Arrendamiento, S.A.	Espanha	0,00%	71,40%	99,93%	70,27%	PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA
Metrovacesa, S.A.	Espanha	35,90%	35,55%	71,45%	70,27%	PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA
Moneybit, S.L.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	-	SERVIÇOS
Mortgage Engine Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	-	SERVIÇOS FINANCEIROS
Motor 2012 Holdings Limited (j)	Reino Unido	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Motor 2012 PLC (j)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	TITULARIZAÇÃO
Motor 2014-1 Holdings Limited	Reino Unido	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Motor 2014-1 PLC (j)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	TITULARIZAÇÃO
Motor 2015-1 Holdings Limited	Reino Unido	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Motor 2015-1 PLC	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	TITULARIZAÇÃO
Motor 2016-1 Holdings Limited	Reino Unido	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Motor 2016-1 PLC	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	TITULARIZAÇÃO
Motor 2016-1M Ltd	Reino Unido	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Motor 2017-1 Holdings Limited	Reino Unido	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Motor 2017-1 PLC	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	-	TITULARIZAÇÃO

Sociedade	Domicílio	% Partic. do Banco		Porcentagem de direitos de voto (k)		Atividade
		Direta	Indireta	Ano 2017	Ano 2016	
Naviera Mirambel, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Naviera Trans Gas, A.I.E.	Espanha	99,99%	0,01%	100,00%	100,00%	LOCAÇÃO
Naviera Trans Iron, S.L.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	LEASING
Naviera Trans Ore, A.I.E.	Espanha	99,99%	0,01%	100,00%	100,00%	LOCAÇÃO
Naviera Trans Wind, S.L.	Espanha	99,99%	0,01%	100,00%	100,00%	LOCAÇÃO
Naviera Transcantábrica, S.L.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	-	LEASING
Naviera Transchem, S.L. Unipersonal	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	-	LEASING
Newcomar, S.L. em liquidação (j)	Espanha	40,00%	40,00%	80,00%	80,00%	IMOBILIÁRIA
Norbest AS	Noruega	7,94%	92,06%	100,00%	100,00%	INVESTIMENTOS MOBILIÁRIOS
Novimovest – Fundo de Investimento Imobiliário	Portugal	0,00%	79,40%	79,51%	79,08%	FUNDO DE INVESTIMENTOS
Nuberos Retail 1, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
NW Services CO.	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	COMÉRCIO ELETRÔNICO
Open Bank, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	BANCOS
Open Digital Services, S.L.	Espanha	99,97%	0,03%	100,00%	-	SERVIÇOS
Operadora de Carteras Gamma, S.A.P.I. de C.V.	México	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Optimal Investment Services SA	Suíça	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	GESTORA DE FUNDOS
Optimal Multiadvisors Ireland Plc / Optimal Strategic US Equity Ireland Euro Fund (c)	Irlanda	0,00%	54,18%	51,25%	51,25%	GESTORA DE FUNDOS
Optimal Multiadvisors Ireland Plc / Optimal Strategic US Equity Ireland US Dollar Fund (c)	Irlanda	0,00%	44,14%	51,62%	51,62%	GESTORA DE FUNDOS
Optimal Multiadvisors Ltd / Optimal Strategic US Equity Series (consolidado) (c)	Bahamas	0,00%	55,62%	56,10%	56,10%	GESTORA DE FUNDOS
Pandantan, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Parasant SA	Suíça	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Pastor Privada Investment 1, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Pastor Privada Investment 2, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Pastor Privada Investment 3, S.L.	Espanha	0,00%	50,00%	50,00%	-	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Pastor Vida, S.A. de Seguros e Reaseguros	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	SEGUROS
PBE Companies, LLC	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
PECOH Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	TITULARIZAÇÃO
Pereda Gestión, S.A.	Espanha	99,99%	0,01%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Phoenix C1 Aviation Designated Activity Company	Irlanda	51,00%	0,00%	51,00%	51,00%	LOCAÇÃO
Pingham International, S.A.	Uruguai	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Platja Amplaries, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Popular Banca Privada, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	BANCOS
Popular Bolsa S.V., S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	SOCIEDADE DE VALORES
Popular Capital, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	FINANCEIRA
Popular Consumer Finance, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	FINANCEIRA
Popular de Mediação, S.A. Unipersonal	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	CORRETAGEM DE SEGUROS
Popular de Participações Financieras, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO
Popular de Renting, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	LOCAÇÃO
Popular Gestão de Activos, S.A.	Portugal	0,00%	100,00%	100,00%	-	GESTÃO DE FUNDOS E CARTEIRAS
Popular Gestão Privada S.G.I.I.C., S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	GESTÃO DE FUNDOS E CARTEIRAS
Popular Operações, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	FINANCEIRA
Popular Seguros, S.A.	Portugal	0,00%	84,07%	84,07%	-	SEGUROS
Popularcompras, S.A. Unipersonal	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	INTERNET
Portal Universia Argentina S.A.	Argentina	0,00%	75,75%	75,75%	75,75%	INTERNET
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	INTERNET
Portal Universia, S.A.	Espanha	0,00%	89,45%	89,45%	89,45%	INTERNET
Premier Credit S.A.S.	Colômbia	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	ASSESSORIA FINANCEIRA
Prime Auto Issuance Notes Trust 2017-C	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Primestar Servicing, S.A.	Portugal	0,00%	79,88%	80,00%	-	IMOBILIÁRIA
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L.	Espanha	99,96%	0,04%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Produban Serviços de Informática S.A.	Brasil	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
Programa Multi Sponsor PMS, S.A. (j)	Espanha	50,00%	50,00%	100,00%	100,00%	PUBLICIDADE
Promoción Social de Viviendas, S.A.	Espanha	0,00%	91,84%	91,84%	-	IMOBILIÁRIA
Promociones Vallebramen, S.L.	Espanha	0,00%	71,45%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA

Sociedade	Domicílio	% Partic. do Banco		Porcentagem de direitos de voto (k)		Atividade
		Direta	Indireta	Ano 2017	Ano 2016	
PSA Bank Deutschland GmbH	Alemanha	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	BANCOS
PSA Banque France	França	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	BANCOS
PSA Consumer Finance Polska Sp. z o.o.	Polônia	0,00%	40,80%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
PSA Finance Belux S.A.	Bélgica	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	FINANCEIRA
PSA Finance Polska Sp. z o.o.	Polônia	0,00%	40,80%	50,00%	50,00%	FINANCEIRA
PSA Finance Suisse, S.A.	Suíça	0,00%	50,00%	100,00%	100,00%	LEASING
PSA Finance UK Limited	Reino Unido	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	FINANCEIRA
PSA Financial Services Nederland B.V.	Holanda	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	FINANCEIRA
PSA Financial Services Spain, E.F.C., S.A.	Espanha	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	FINANCEIRA
Punta Lima, LLC	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
Read Leaf Holding	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%		IMOBILIÁRIA
Recovery Team, S.L. Unipersonal	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%		FINANCEIRA
Retop S.A. (f)	Uruguai	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Riobank International (Uruguay) SAIFE (j)	Uruguai	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCOS
Roc Aviation One Designated Activity Company	Irlanda	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	LOCAÇÃO
Roc Shipping One Designated Activity Company	Irlanda	51,00%	0,00%	51,00%	51,00%	LOCAÇÃO
Roj Entretenimiento S.A.	Brasil	0,00%	84,83%	94,60%		SERVIÇOS
SAM Asset Management, S.A. de C.V., Sociedad Operadora de Fondos de Inversión	México	0,00%	100,00%	100,00%	50,00%	GESTORA DE FUNDOS
SAM Brasil Participações S.A.	Brasil	1,00%	99,00%	100,00%	50,50%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
SAM Finance Lux S.à r.l.	Luxemburgo	0,00%	100,00%	100,00%	50,00%	GESTORA
SAM Investment Holdings Limited (n)	Jersey	0,00%	100,00%	100,00%	50,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
SAM UK Investment Holdings Limited	Reino Unido	81,08%	18,92%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Sancap Investimentos e Participações S.A.	Brasil	0,00%	89,67%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Saninv - Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, S.A.	Portugal	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Santander (CF Trustee Property Nominee) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Santander (CF Trustee) Limited (d)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	GESTORA DE PATRIMÔNIOS
Santander (UK) Group Pension Schemes Trustees Limited (d)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	GESTORA DE PATRIMÔNIOS
Santander Agente de Valores Limitada	Chile	0,00%	67,44%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE VALORES
Santander Ahorro Inmobiliario 1, S.I.I., S.A.	Espanha	97,95%	0,58%	98,54%	73,41%	INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS
Santander Ahorro Inmobiliario 2, S.I.I., S.A.	Espanha	99,13%	0,78%	99,91%	95,22%	INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS
Santander Asset Finance (December) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
Santander Asset Finance plc	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
Santander Asset Management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.	Portugal	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	GESTORA DE FUNDOS
Santander Asset Management Chile S.A.	Chile	0,01%	99,94%	100,00%	100,00%	INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS
Santander Asset Management Luxembourg, S.A.	Luxemburgo	0,00%	100,00%	100,00%	50,00%	GESTORA DE FUNDOS
Santander Asset Management S.A. Administradora General de Fondos	Chile	0,00%	100,00%	100,00%	49,99%	GESTORA DE FUNDOS
Santander Asset Management UK Holdings Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	50,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Santander Asset Management UK Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	50,00%	GESTÃO DE FUNDOS E CARTEIRAS
Santander Asset Management, LLC	Porto Rico	0,00%	100,00%	100,00%	50,00%	GESTORA
Santander Asset Management, S.A., S.G.I.I.C.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	50,00%	GESTORA DE FUNDOS
Santander Back-Offices Globales Mayoristas, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Santander Banca de Inversión Colombia, S.A.S.	Colômbia	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS FINANCEIROS
Santander BanCorp	Porto Rico	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCOS
Santander Bank, National Association	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCOS
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	Brasil	0,00%	89,67%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Brasil	0,00%	100,00%	100,00%	50,50%	GESTORA
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.	Brasil	0,00%	100,00%	100,00%	50,00%	INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS
Santander Brasil, EFC, S.A.	Espanha	0,00%	89,67%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Capital Desarrollo, SGEIC, S.A. Unipersonal	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO
Santander Capital Structuring, S.A. de C.V.	México	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	COMÉRCIO
Santander Capitalização S.A.	Brasil	0,00%	89,67%	100,00%	100,00%	SEGUROS

Sociedade	Domicílio	% Partic. do Banco		Porcentagem de direitos de voto (k)		Atividade
		Direta	Indireta	Ano 2017	Ano 2016	
Santander Cards Ireland Limited	Irlanda	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	CARTÕES
Santander Cards Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	CARTÕES
Santander Cards UK Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Chile Holding S.A.	Chile	22,11%	77,72%	99,84%	99,83%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Santander Consulting (Beijing) Co., Ltd.	China	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	ASSESSORIA
Santander Consumer (UK) plc	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer ABS Funding 3 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Auto Receivables Funding 2011-A LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Auto Receivables Funding 2013-B2 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Auto Receivables Funding 2013-B3 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Auto Receivables Funding 2013-L1 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Auto Receivables Funding 2014-B2 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Auto Receivables Funding 2014-B5 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Auto Receivables Funding 2014-L1 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Auto Receivables Funding 2015-L1 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Auto Receivables Funding 2015-L2 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Auto Receivables Funding 2015-L3 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Auto Receivables Funding 2015-L4 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Auto Receivables Funding 2016-B1 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Auto Receivables Funding 2016-B2 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Auto Receivables Funding 2016-B3 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Auto Receivables Funding 2016-B4 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Auto Receivables Funding 2016-L1 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Auto Receivables Funding 2016-L2 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Auto Receivables Funding 2016-L3 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Auto Receivables Funding 2016-L4 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Auto Receivables Funding 2017-L1 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%		FINANCEIRA
Santander Consumer Auto Receivables Funding 2017-L2 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%		FINANCEIRA
Santander Consumer Auto Receivables Funding 2017-L3 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%		FINANCEIRA
Santander Consumer Auto Receivables Funding 2017-L4 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%		FINANCEIRA
Santander Consumer Auto Receivables Funding 2018-L1 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%		SEM ATIVIDADE
Santander Consumer Bank AG	Alemanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCOS
Santander Consumer Bank AS	Noruega	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Bank GmbH	Áustria	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCOS
Santander Consumer Bank S.A.	Polônia	0,00%	81,61%	100,00%	100,00%	BANCOS
Santander Consumer Bank S.A.	Bélgica	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCOS
Santander Consumer Bank S.p.A.	Itália	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCOS
Santander Consumer Banque S.A.	França	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCOS
Santander Consumer Chile S.A.	Chile	51,00%	0,00%	51,00%	51,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Credit Services Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Finance Benelux B.V.	Holanda	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Finance Global Services, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%		INFORMÁTICA
Santander Consumer Finance Media S.r.l. - em liquidação (j)	Itália	0,00%	65,00%	65,00%	65,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Finance Oy	Finlândia	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Finance, S.A.	Espanha	63,19%	36,81%	100,00%	100,00%	BANCOS
Santander Consumer Finance Sp. z o.o.	Polônia	0,00%	81,61%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Santander Consumer Funding 5 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Holding Austria GmbH	Áustria	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Santander Consumer Holding GmbH	Alemanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Santander Consumer International Puerto Rico LLC	Porto Rico	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Santander Consumer Leasing GmbH	Alemanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
Santander Consumer Mediación Operador de Banca-Seguros Vinculado, S.L.	Espanha	0,00%	94,61%	100,00%	100,00%	MEDIAÇÃO DE SEGUROS
Santander Consumer Multirent Sp. z o.o.	Polônia	0,00%	81,61%	100,00%	100,00%	LEASING
Santander Consumer Receivables 10 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Receivables 11 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Receivables 12 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Receivables 3 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Receivables 7 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA

Sociedade	Domicílio	% Partic. do Banco		Porcentagem de direitos de voto (k)		Atividade
		Direta	Indireta	Ano 2017	Ano 2016	
Santander Consumer Receivables Funding LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer Renting, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
Santander Consumer Services GmbH	Austria	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Santander Consumer Services, S.A.	Portugal	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer USA Holdings Inc.	Estados Unidos	0,00%	68,12%	68,12%	58,79%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Santander Consumer USA Inc.	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Consumo, S.A. de C.V., S.O.F.O.M., E.R., Grupo Financiero Santander México	México	0,00%	75,06%	100,00%	100,00%	CARTÕES
Santander Corredora de Seguros Limitada	Chile	0,00%	67,20%	100,00%	100,00%	CORRETAGEM DE SEGUROS
Santander Corredores de Bolsa Limitada	Chile	0,00%	83,23%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE VALORES
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	Brasil	0,00%	89,67%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE VALORES
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.	Brasil	0,00%	89,67%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Santander de Titulización S.G.F.T., S.A.	Espanha	81,00%	19,00%	100,00%	100,00%	GESTORA DE FUNDOS
Santander Drive Auto Receivables LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Drive Auto Receivables Trust 2013-3	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Santander Drive Auto Receivables Trust 2013-4	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Santander Drive Auto Receivables Trust 2013-5	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Santander Drive Auto Receivables Trust 2013-A	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Santander Drive Auto Receivables Trust 2014-1	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Santander Drive Auto Receivables Trust 2014-2	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Santander Drive Auto Receivables Trust 2014-3	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Santander Drive Auto Receivables Trust 2014-4	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Santander Drive Auto Receivables Trust 2014-5	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Santander Drive Auto Receivables Trust 2015-1	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Santander Drive Auto Receivables Trust 2015-2	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Santander Drive Auto Receivables Trust 2015-3	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Santander Drive Auto Receivables Trust 2015-4	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Santander Drive Auto Receivables Trust 2015-5	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Santander Drive Auto Receivables Trust 2015-S5	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Santander Drive Auto Receivables Trust 2015-S6	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Santander Drive Auto Receivables Trust 2015-S7	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Santander Drive Auto Receivables Trust 2016-1	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Santander Drive Auto Receivables Trust 2016-2	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Santander Drive Auto Receivables Trust 2016-3	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Santander Drive Auto Receivables Trust 2017-1	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Santander Drive Auto Receivables Trust 2017-2	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Santander Drive Auto Receivables Trust 2017-3	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Santander Drive Auto Receivables Trust 2018-1	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	-	SEM ATIVIDADE
Santander Energías Renovables I, S.C.R., S.A.	Espanha	59,66%	0,00%	59,66%	56,76%	SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO
Santander Envíos, S.A. (j)	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	ENVIOS/REMESSAS DE IMIGRANTES
Santander Equity Investments Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander España Merchant Services, Entidad de Pago, S.L.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	49,00%	SERVIÇOS DE PAGAMENTOS
Santander Estates Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Santander Factoring S.A.	Chile	0,00%	99,84%	100,00%	100,00%	FACTORING
Santander Factoring y Confirming, S.A., E.F.C.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	FACTORING
Santander FI Hedge Strategies	Irlanda	0,00%	89,67%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS
Santander Finance 2012-1 LLC	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS FINANCEIROS
Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A.	Brasil	0,00%	89,67%	100,00%	100,00%	LEASING
Santander Financial Exchanges Limited	Reino Unido	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Financial Services, Inc.	Porto Rico	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Fintech Limited	Reino Unido	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	TITULARIZAÇÃO
Santander Fund Administration, S.A. Unipersonal	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	GESTORA DE FUNDOS
Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior (o)	Brasil	0,00%	89,67%	100,00%	100,00%	FUNDO DE INVESTIMENTOS
Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior (g)	Brasil	0,00%	89,67%	100,00%	100,00%	FUNDO DE INVESTIMENTOS
Santander Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Contract i Referenciado DI (f)	Brasil	0,00%	89,67%	100,00%	100,00%	FUNDO DE INVESTIMENTOS

Sociedade	Domicílio	% Partic. do Banco		Porcentagem de direitos de voto (k)		Atividade
		Direta	Indireta	Ano 2017	Ano 2016	
Santander Fundo de Investimento Financeiro Curto Prazo (e)	Brasil	0,00%	89,67%	100,00%	100,00%	FUNDO DE INVESTIMENTOS
Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	Brasil	0,00%	89,67%	100,00%	100,00%	FUNDO DE INVESTIMENTOS
Santander Fundo de Investimento Renda Fixa Capitalization (e)	Brasil	0,00%	89,67%	100,00%	100,00%	FUNDO DE INVESTIMENTOS
Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (h)	Brasil	0,00%	82,76%	100,00%	100,00%	FUNDO DE INVESTIMENTOS
Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (o)	Brasil	0,00%	89,67%	100,00%	100,00%	FUNDO DE INVESTIMENTOS
Santander GBM Secured Financing Designated Activity Company	Irlanda	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Santander Gestión de Recaudación y Cobranzas Ltda.	Chile	0,00%	99,84%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS FINANCEIROS
Santander Global Consumer Finance Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Global Facilities, S.A. de C.V.	México	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	GESTÃO IMOBILIÁRIA
Santander Global Facilities, S.L.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Santander Global Property, S.L.	Espanha	97,34%	2,66%	100,00%	100,00%	INVESTIMENTOS MOBILIÁRIOS
Santander Global Services, S.A. (j)	Uruguai	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Santander Global Sport, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	EXPLORAÇÃO ESPORTIVA
Santander Guarantee Company	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
Santander Hipotecario 1 Fondo de Titulización de Activos	Espanha	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Santander Hipotecario 2 Fondo de Titulización de Activos	Espanha	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Santander Hipotecario 3 Fondo de Titulización de Activos	Espanha	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Santander Holding Internacional, S.A.	Espanha	99,95%	0,05%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Santander Holdings USA, Inc.	Estados Unidos	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Santander Inclusión Financiera, S.A. de C.V., S.O.F.O.M., E.R., Grupo Financiero Santander México	México	0,00%	75,06%	100,00%	-	FINANCEIRA
Santander Insurance Agency, Inc.	Porto Rico	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	CORRETAGEM DE SEGUROS
Santander Insurance Agency, U.S., LLC	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SEGUROS
Santander Insurance Services UK Limited	Reino Unido	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	GESTORA DE PATRIMÔNIO
Santander Intermediación Correduría de Seguros, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	CORRETAGEM DE SEGUROS
Santander International Products, Plc.	Irlanda	99,99%	0,01%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Inversiones S.A.	Chile	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Santander Investment Bank Limited	Bahamas	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCOS
Santander Investment Bolsa, Sociedad de Valores, S.A. Unipersonal	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE VALORES
Santander Investment Chile Limitada	Chile	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Investment I, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Santander Investment Limited	Bahamas	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SEM ATIVIDADE
Santander Investment Securities Inc.	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE VALORES
Santander Investment, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	BANCOS
Santander ISA Managers Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	GESTÃO DE FUNDOS E CARTEIRAS
Santander Lease, S.A., E.F.C.	Espanha	70,00%	30,00%	100,00%	100,00%	LEASING
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Brasil	0,00%	89,67%	99,99%	99,99%	LEASING
Santander Leasing, LLC	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
Santander Lending Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CRÉDITOS HIPOTECÁRIOS
Santander Mediación Operador de Banca-Seguros Vinculado, S.A.	Espanha	96,70%	3,30%	100,00%	100,00%	MEDIAÇÃO DE SEGUROS
Santander Merchant S.A.	Argentina	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Operações, S.L.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	-	SERVIÇOS
Santander Paraty Qif PLC	Irlanda	0,00%	89,67%	100,00%	100,00%	FUNDO DE INVESTIMENTOS
Santander Pensiones, S.A., E.G.F.P.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	50,00%	GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES
Santander Prime Auto Issuance Notes Trust 2017-A	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Santander Prime Auto Issuance Notes Trust 2017-B	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Santander Prime Auto Issuance Notes Trust 2017-C	Estados Unidos	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Santander Private Banking Gestión, S.A., S.G.I.I.C.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	GESTORA DE FUNDOS
Santander Private Banking s.p.a. in Liquidazione (j)	Itália	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Private Banking UK Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Santander Private Real Estate Advisory & Management, S.A.	Espanha	99,99%	0,01%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Santander Private Real Estate Advisory, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Santander Real Estate, S.G.I.I.C., S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	GESTORA DE FUNDOS

Sociedade	Domicílio	% Partic. do Banco		Porcentagem de direitos de voto (k)		Atividade
		Direta	Indireta	Ano 2017	Ano 2016	
Santander Retail Auto Lease Funding LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	-	-TITULARIZAÇÃO
Santander Retail Auto Lease Trust 2017-A	Estados Unidos	-	(b)	-	-	-TITULARIZAÇÃO
Santander Río Asset Management Gerente de Fondos Comunes de Inversión S.A.	Argentina	0,00%	100,00%	100,00%	50,00%	GESTORA DE FUNDOS
Santander Río Servicios S.A.	Argentina	0,00%	99,97%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS DE ASSESSORIA
Santander Río Trust S.A.	Argentina	0,00%	99,97%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Santander Río Valores S.A.	Argentina	0,00%	99,34%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE VALORES
Santander RSPE 11 LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	SEM ATIVIDADE
Santander S.A. Sociedade Securitizadora	Chile	0,00%	67,24%	100,00%	100,00%	GESTORA DE FUNDOS
Santander Secretariat Services Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Santander Securities LLC	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE VALORES
Santander Securities Services Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Brasil	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	GESTORA
Santander Securities Services Brasil Participações S.A.	Brasil	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Santander Securities Services Colombia S.A. Sociedad Fiduciaria	Colômbia	0,00%	100,00%	100,00%	-	FINANCEIRA
Santander Securities Services, S.A. Unipersonal	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCOS
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	SEGUROS
Santander Service GmbH	Alemanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Santander Servicios Corporativos, S.A. de C.V.	México	0,00%	75,06%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Santander Servicios Especializados, S.A. de C.V.	México	0,00%	75,06%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS FINANCEIROS
Santander Technology USA, LLC	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	COMPRA-VENTA METALES PRECIOSOS
Santander Tecnología y Operaciones A.E.I.E. (j)	Espanha	-	(b)	-	-	-SERVIÇOS
Santander Tecnología, S.L.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	-	-SERVIÇOS
Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal	0,00%	99,90%	100,00%	100,00%	SEGUROS
Santander Totta, SGPS, S.A.	Portugal	0,00%	99,90%	99,90%	99,90%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Santander Trade Services Limited	Hong Kong	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SEM ATIVIDADE
Santander UK Foundation Limited	Reino Unido	-	(b)	-	-	-SERVIÇOS BENEFICENTES
Santander UK Group Holdings plc	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander UK Investments	Reino Unido	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander UK Operations Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Santander UK plc	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	BANCOS
Santander UK Technology Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
Santander Vivienda, S.A. de C.V., S.O.F.O.M., E.R., Grupo Financiero Santander México	México	0,00%	75,06%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Santander Vivienda, S.A. de C.V., S.O.F.O.M., E.R., Grupo Financiero Santander México como Fiduciaria del Fideicomiso Bursa	México	-	(b)	-	-	-TITULARIZAÇÃO
Santotta-Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda. (j)	Portugal	0,00%	99,85%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Santusa Holding, S.L.	Espanha	69,76%	30,24%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
SC Austria Finance 2013-1 S.A.	Luxemburgo	-	(b)	-	-	-TITULARIZAÇÃO
SC Germany Auto 2011-1 UG (haftungsbeschränkt) (j)	Alemanha	-	(b)	-	-	-TITULARIZAÇÃO
SC Germany Auto 2011-2 UG (haftungsbeschränkt) (j)	Alemanha	-	(b)	-	-	-TITULARIZAÇÃO
SC Germany Auto 2013-1 UG (haftungsbeschränkt) (j)	Alemanha	-	(b)	-	-	-TITULARIZAÇÃO
SC Germany Auto 2013-2 UG (haftungsbeschränkt) (j)	Alemanha	-	(b)	-	-	-TITULARIZAÇÃO
SC Germany Auto 2014-1 UG (haftungsbeschränkt) (j)	Alemanha	-	(b)	-	-	-TITULARIZAÇÃO
SC Germany Auto 2014-2 UG (haftungsbeschränkt)	Alemanha	-	(b)	-	-	-TITULARIZAÇÃO
SC Germany Auto 2016-1 UG (haftungsbeschränkt)	Alemanha	-	(b)	-	-	-TITULARIZAÇÃO
SC Germany Auto 2016-2 UG (haftungsbeschränkt)	Alemanha	-	(b)	-	-	-TITULARIZAÇÃO
SC Germany Auto 2017-1 UG (haftungsbeschränkt)	Alemanha	-	(b)	-	-	-TITULARIZAÇÃO
SC Germany Consumer 2013-1 UG (haftungsbeschränkt) (i)	Alemanha	-	(b)	-	-	-TITULARIZAÇÃO
SC Germany Consumer 2014-1 UG (haftungsbeschränkt)	Alemanha	-	(b)	-	-	-TITULARIZAÇÃO
SC Germany Consumer 2015-1 UG (haftungsbeschränkt)	Alemanha	-	(b)	-	-	-TITULARIZAÇÃO
SC Germany Consumer 2016-1 UG (haftungsbeschränkt)	Alemanha	-	(b)	-	-	-TITULARIZAÇÃO
SC Germany Consumer 2017-1 UG (haftungsbeschränkt)	Alemanha	-	(b)	-	-	-TITULARIZAÇÃO
SC Germany Vehicles 2013-1 UG (haftungsbeschränkt)	Alemanha	-	(b)	-	-	-TITULARIZAÇÃO
SC Germany Vehicles 2015-1 UG (haftungsbeschränkt)	Alemanha	-	(b)	-	-	-TITULARIZAÇÃO
SC Poland Consumer 15-1 Sp. z o.o.	Polónia	-	(b)	-	-	-TITULARIZAÇÃO
SC Poland Consumer 16-1 Sp. z o.o.	Polónia	-	(b)	-	-	-TITULARIZAÇÃO
SCF Ajoneuvohallinta Limited (j)	Irlanda	-	(b)	-	-	-TITULARIZAÇÃO
SCF Ajoneuvohallinto I Limited	Irlanda	-	(b)	-	-	-TITULARIZAÇÃO
SCF Ajoneuvohallinto II Limited	Irlanda	-	(b)	-	-	-TITULARIZAÇÃO

Sociedade	Domicílio	% Partic. do Banco		Porcentagem de direitos de voto (k)		Atividade
		Direta	Indireta	Ano 2017	Ano 2016	
SCF Ajoneuvohallinto KIMI VI Limited	Irlanda	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
SCF Eastside Locks GP Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	-	GESTÃO IMOBILIÁRIA
SCF Rahoituspalvelut 2013 Designated Activity Company (j)	Irlanda	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
SCF Rahoituspalvelut I Designated Activity Company	Irlanda	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
SCF Rahoituspalvelut II Designated Activity Company	Irlanda	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
SCF Rahoituspalvelut KIMI VI Designated Activity Company	Irlanda	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
SCFI Ajoneuvohallinto Limited	Irlanda	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
SCFI Rahoituspalvelut Designated Activity Company	Irlanda	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Secur Finance 2013-I Designated Activity Company (q)	Irlanda	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Services and Promotions Delaware Corp.	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Services and Promotions Miami LLC	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Servicio de Alarmas Controladas por Ordenador, S.A.	Espanha	99,99%	0,01%	100,00%	100,00%	SEGURANÇA
Servicios Corporativos Seguros Serfin, S.A. de C.V. (j)	México	0,00%	85,30%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Servicios de Cobranza, Recuperación y Seguimiento, S.A. de C.V.	México	0,00%	85,00%	85,00%	85,00%	FINANCEIRA
Sheppards Moneybrokers Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS DE ASSESSORIA
Shiloh III Wind Project, LLC	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
Silk Finance No. 4	Portugal	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Sistema 4B, S.L. (consolidado)	Espanha	68,80%	27,54%	96,34%	68,80%	CARTÕES
Sobrinos de José Pastor Inversiones, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Sociedad Integral de Valoraciones Automatizadas, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	TRIBUTAÇÕES
Socur, S.A. (f)	Uruguai	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Sol Orchard Imperial 1 LLC (c)	Estados Unidos	0,00%	81,90%	100,00%	100,00%	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
Solarlaser Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
SOV APEX LLC	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Sovereign Capital Trust IX	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Sovereign Community Development Company	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Sovereign Delaware Investment Corporation	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Sovereign Lease Holdings, LLC	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS FINANCEIROS
Sovereign REIT Holdings, Inc.	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Sovereign Securities Corporation, LLC	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SEM ATIVIDADE
Sovereign Spirit Limited (n)	Bermudas	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	LEASING
SPAIN Revolving Funding LLC	Estados Unidos	0,00%	68,12%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Sterrebeek B.V.	Holanda	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Suleyado 2003, S.L. Unipersonal	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	Brasil	0,00%	89,67%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS DE PAGAMENTOS
Suzuki Servicios Financieros, S.L.	Espanha	0,00%	51,00%	51,00%	51,00%	INTERMEDIÇÃO
Svensk Autofinans 1 Limited	Irlanda	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Svensk Autofinans WH 1 Designated Activity Company	Irlanda	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO
Swesant SA	Suíça	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Taler Real Estate, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Taxagest Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Portugal	0,00%	99,85%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Teatinos Siglo XXI Inversiones S.A.	Chile	50,00%	50,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
The Alliance & Leicester Corporation Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
The National & Provincial Building Society Pension Fund Trustees Limited (d) (j)	Reino Unido	-	(b)	-	-	GESTORA DE PATRIMÔNIO
Tiffany Investments, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	FINANCEIRA
Time Retail Finance Limited (j)	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS
Tonopah Solar I, LLC	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
TOPSAM, S.A de C.V.	México	0,00%	100,00%	100,00%	50,00%	GESTORA DE FUNDOS
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda.	Brasil	0,00%	79,36%	100,00%	100,00%	TELEMARKETING
Tornquist Asesores de Seguros S.A. (j)	Argentina	0,00%	99,99%	99,99%	-	SERVIÇOS DE ASSESSORIA
Total Sunset Inc.	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	-	SEM ATIVIDADE
TotalBank	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	-	BANCOS
Totta (Ireland), PLC (h)	Irlanda	0,00%	99,85%	100,00%	100,00%	FINANCEIRA
Totta Urbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	Portugal	0,00%	99,85%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Trade Maps 3 Hong Kong Limited	Hong Kong	-	(b)	-	-	TITULARIZAÇÃO

Sociedade	Domicílio	% Partic. do Banco		Porcentagem de direitos de voto (k)		Atividade
		Direta	Indireta	Ano 2017	Ano 2016	
Trade Maps 3 Ireland Limited	Irlanda	-	(b)	-	-	ITILARIZAÇÃO
Trans Rotor Limited	Reino Unido	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	LOCAÇÃO
Transolver Finance EFC, S.A.	Espanha	0,00%	51,00%	51,00%	51,00%	LEASING
Trentis Retail, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Tuttle & Son Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SERVIÇOS DE COBRANÇAS e PAGAMENTOS
Universia Brasil S.A.	Brasil	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	INTERNET
Universia Chile S.A.	Chile	0,00%	86,72%	86,72%	86,60%	INTERNET
Universia Colombia S.A.S.	Colômbia	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	INTERNET
Universia Holding, S.L.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Universia México, S.A. de C.V.	México	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	INTERNET
Universia Perú, S.A.	Peru	0,00%	96,51%	96,51%	96,51%	INTERNET
Universia Puerto Rico, Inc. (j)	Porto Rico	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	INTERNET
Universia Uruguay, S.A.	Uruguai	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	INTERNET
Urbanizadora Española, S.A.	Espanha	0,00%	97,74%	97,74%	-	IMOBILIÁRIA
Vailen Management, S.L.	Espanha	0,00%	71,40%	100,00%	100,00%	IMOBILIÁRIA
Velázquez, 34, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
Vilamar Gestion, S.L.	Espanha	0,00%	100,00%	100,00%	-	IMOBILIÁRIA
W.N.P.H. Gestão e Investimentos Sociedade Unipessoal, S.A.	Portugal	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	GESTÃO DE CARTEIRAS
Wallcesa, S.A.	Espanha	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	INVESTIMENTOS MOBILIÁRIOS
Wave SME Holdings Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	-	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Wave SME Technology Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	-	SERVIÇOS TECNOLÓGICOS
Wave SME UK Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	100,00%	-	FINANCEIRA
Waypoint Insurance Group, Inc.	Estados Unidos	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA
Webcasas, S.A.	Brasil	0,00%	89,67%	100,00%	100,00%	INTERNET
Whitewick Limited	Jersey	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	SEM ATIVIDADE
WIM Servicios Corporativos, S.A. de C.V.	México	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	ASSESSORIA
WTW Shipping Designated Activity Company	Irlanda	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	LEASING

(1) Montante segundo os livros de cada sociedade provisórios na data de publicação destes anexos geralmente referente a 31 de dezembro de 2017, sem considerar, se for o caso, os dividendos intermediários efetuados no exercício. No montante em livros (custo líquido de provisão), ao valor de cada uma das detentoras foi aplicada a percentagem de propriedade do Grupo, sem considerar as depreciações dos ágios realizadas no processo de consolidação. Os dados das sociedades estrangeiras aparecem convertidos a euros à taxa de câmbio no encerramento do exercício.

(a) Empresas sobre as quais é mantido um controle efetivo.

(c) Dados em 31 de dezembro de 2017, últimas contas aprovadas.

(d) Dados em 31 de março de 2017, últimas contas aprovadas.

(m) Dados em 30 de junho 2017, últimas contas aprovadas.

(m) Dados em 30 de setembro de 2017, últimas contas aprovadas.

(m) Dados em 31 de julho de 2017, últimas contas aprovadas.

(m) Dados em 30 de novembro de 2017, últimas contas aprovadas.

(m) Dados em 31 de agosto de 2017, últimas contas aprovadas.

(j) Sociedade em liquidação em 31 de dezembro de 2017.

(k) Em conformidade com o Artigo 3 do Real Decreto 1159/ 2010, de 17 de setembro, pelo qual são aprovadas as normas para elaboração das contas anuais consolidadas, para determinar os direitos de voto foram agregados aos possuídos diretamente pela sociedade dominante os que correspondem às sociedades dominadas por esta, ou a outras pessoas que atuem em nome próprio mas por conta de alguma sociedade do grupo. Para esses fins, o número de votos que corresponde à sociedade dominante, em relação com as sociedades dependentes indiretamente dela, é o que corresponde à sociedade dependente que participe diretamente no capital social destas.

(l) Sociedade objeto de fusão por falta de inscrição registral.

(m) Ver Notas 2.b.ii y 2.b.iii

(n) Sociedade com Residência Fiscal no Reino Unido.

(o) Dados em 28 de fevereiro de 2017, últimas contas aprovadas disponíveis.

(p) Dados em 31 de maio de 2017, últimas contas aprovadas.

(q) Dados em 31 de janeiro de 2017, últimas contas aprovadas.

(r) Dados em 31 de dezembro de 2000, últimas contas aprovadas disponíveis.

(s) Dados em 31 de outubro de 2017, últimas contas aprovadas.

(1) As sociedades emittentes de ações e participações preferenciais são detalhadas no Anexo III, junto com outras informações relevantes.

Anexo II

Sociedades das quais o Grupo possui mais de 5% (g), entidades associadas ao Grupo Santander e entidades multigrupo.

Sociedade	Domicílio	% Partic. do Banco		Porcentagem de direitos de voto (f)		Atividade	Classe de sociedade
		Direta	Indireta	Ano 2017	Ano 2016		
3E1 Sp. z o.o (b)	Polónia	0,00%	12,89%	21,60%	21,60%	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	-
Administrador Financiero de Transantiago S.A.	Chile	0,00%	13,42%	20,00%	20,00%	SERVIÇOS DE COBRANÇAS e PAGAMENTOS	Associada
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal	0,00%	48,95%	49,00%	49,00%	SEGUROS	Coligadas
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	Portugal	0,00%	48,95%	49,00%	49,00%	SEGUROS	Coligadas
Aeroplan - Sociedade Construtora de Aeroportos, Lda. (e)	Portugal	0,00%	19,97%	20,00%	20,00%	SEM ATIVIDADE	-
Agua de Fuensanta, S.A. (e)	Espanha	36,78%	0,00%	36,78%	36,78%	ALIMENTAÇÃO	Associada
Alawwal Bank (consolidado) (b)	Arabia Saudí	0,00%	11,16%	11,16%	11,16%	BANCOS	-
Aliseda Servicios de Gestión Inmobiliaria, S.L.	Espanha	0,00%	49,00%	49,00%	-	IMOBILIÁRIA	-
Allianz Popular, S.L. (Consolidado)	Espanha	0,00%	40,00%	40,00%	-	SEGUROS	-
Anekis, S.A.	Espanha	24,75%	24,75%	49,50%	49,50%	PUBLICIDADE	Associada
Arena Communications Network, S.L.	Espanha	20,00%	0,00%	20,00%	20,00%	PUBLICIDADE	Associada
Attijariwafa Bank Société Anonyme (consolidado) (b)	Marrocos	0,00%	5,26%	5,26%	5,26%	BANCOS	-
Autopistas del Sol S.A. (b)	Argentina	0,00%	14,17%	14,17%	14,17%	CONCESSÃO DE RODOVIAS	-
Aviva Powszechnie Towarzystwo Emerytalne Aviva BZ WBK S.A. (b)	Polónia	0,00%	6,93%	10,00%	10,00%	GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES	-
Aviva Towarzystwo Ubezpieczeń na Życie S.A. (b)	Polónia	0,00%	6,93%	10,00%	10,00%	SEGUROS	-
Banco RCI Brasil S.A.	Brasil	0,00%	35,77%	39,89%	39,89%	LEASING	Coligadas
Bank of Beijing Consumer Finance Company	China	0,00%	20,00%	20,00%	20,00%	FINANCEIRA	Associada
Bank of Shanghai Co., Ltd. (consolidado) (b)	China	6,48%	0,00%	6,48%	6,48%	BANCOS	-
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A. (consolidado) (b)	Portugal	0,00%	25,77%	25,81%	25,81%	IMOBILIÁRIA	Associada
BZ WBK-Aviva Towarzystwo Ubezpieczeń na Życie S.A.	Polónia	0,00%	33,98%	49,00%	49,00%	SEGUROS	Associada
BZ WBK-Aviva Towarzystwo Ubezpieczeń Ogólnych S.A.	Polónia	0,00%	33,98%	49,00%	49,00%	SEGUROS	Associada
Cantabria Capital, SGEIC, S.A.	Espanha	50,00%	0,00%	50,00%	50,00%	GESTORA DE CAPITAL DE RISCO	Associada
Carnes Estellés, S.A. (e)	Espanha	21,41%	0,00%	21,41%	21,41%	ALIMENTAÇÃO	Associada
CCPT - ComprarCasa, Rede Serviços Imobiliários, S.A.	Portugal	0,00%	49,98%	49,98%	49,98%	SERVIÇOS IMOBILIÁRIOS	Coligadas
Centro de Compensación Automatizado S.A.	Chile	0,00%	22,37%	33,33%	33,33%	SERVIÇOS DE COBRANÇAS e PAGAMENTOS	Associada
Centro para el Desarrollo, Investigación y Aplicación de Nuevas Tecnologías, S.A. (b)	Espanha	0,00%	49,00%	49,00%	49,00%	TECNOLOGIA	Associada
CNP Santander Insurance Europe Designated Activity Company	Irlanda	49,00%	0,00%	49,00%	49,00%	CORRETAGEM DE SEGUROS	Associada
CNP Santander Insurance Life Designated Activity Company	Irlanda	49,00%	0,00%	49,00%	49,00%	CORRETAGEM DE SEGUROS	Associada
CNP Santander Insurance Services Ireland Limited	Irlanda	49,00%	0,00%	49,00%	49,00%	SERVIÇOS	Associada
Cobranza Amigable, S.A.P.I. de C.V.	México	0,00%	33,78%	39,74%	39,74%	SERVIÇOS DE COBRANÇA	Coligadas
Comder Contraparte Central S.A	Chile	0,00%	7,54%	11,23%	11,23%	SERVIÇOS FINANCEIROS	Associada
Companhia Promotora UCI	Brasil	0,00%	25,00%	25,00%	25,00%	SERVIÇOS FINANCEIROS	Coligadas
Compañía Española de Seguros de Crédito a la Exportación, S.A., Compañía de Seguros y Reaseguros (consolidado) (b)	Espanha	20,53%	0,55%	21,08%	21,08%	SEGUROS DE CRÉDITO	-
Compañía Española de Viviendas en Alquiler, S.A.	Espanha	0,00%	24,07%	24,07%	-	IMOBILIÁRIA	-
Condesa Tubos, S.L. (b)	Espanha	30,61%	0,00%	30,61%	30,61%	SERVIÇOS	-

Sociedade	Domicílio	% Partic. do Banco		Porcentagem de direitos de voto (f)		Atividade	Classe de sociedade
		Direta	Indireta	Ano 2017	Ano 2016		
Corridor Texas Holdings LLC (consolidado) (b)	Estados Unidos	0,00%	32,61%	32,61%	32,61%	SOCIEDADE DE CARTEIRA	-
Eko Energy Sp. z o.o (b)	Polónia	0,00%	13,13%	22,00%	22,00%	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	-
Euro Automatic Cash Entidad de Pago, S.L.	Espanha	0,00%	50,00%	50,00%	-	SERVIÇOS DE PAGAMENTOS	-
FAFER- Empreendimentos Urbanísticos e de Construção, S.A. (b) (e)	Portugal	0,00%	36,57%	36,62%	36,62%	IMOBILIÁRIA	-
Farma Wiatrowa Jablowo Sp. z o.o (b)	Polónia	0,00%	12,89%	21,60%	21,60%	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	-
FC2Egestión, S.L.	Espanha	50,00%	0,00%	50,00%	50,00%	GESTÃO AMBIENTAL	Coligadas
Federal Home Loan Bank of Pittsburgh (b)	Estados Unidos	0,00%	6,33%	6,33%	8,66%	BANCOS	-
Federal Reserve Bank of Boston (b)	Estados Unidos	0,00%	30,44%	30,44%	30,44%	BANCOS	-
FIDC RCI Brasil I – Financiamento de Veículos (c)	Brasil	-	(h)	-	-	TITULARIZAÇÃO	Coligadas
FIDC RN Brasil – Financiamento de Veículos	Brasil	-	(h)	-	-	TITULARIZAÇÃO	Coligadas
Fondo de Titulización RMBS Prado III	Espanha	-	(h)	-	-	TITULARIZAÇÃO	Coligadas
Fondo de Titulización de Activos RMBS Prado I	Espanha	-	(h)	-	-	TITULARIZAÇÃO	Coligadas
Fondo de Titulización de Activos UCI 11	Espanha	-	(h)	-	-	TITULARIZAÇÃO	Coligadas
Fondo de Titulización de Activos UCI 14	Espanha	-	(h)	-	-	TITULARIZAÇÃO	Coligadas
Fondo de Titulización de Activos UCI 15	Espanha	-	(h)	-	-	TITULARIZAÇÃO	Coligadas
Fondo de Titulización de Activos UCI 16	Espanha	-	(h)	-	-	TITULARIZAÇÃO	Coligadas
Fondo de Titulización de Activos UCI 17	Espanha	-	(h)	-	-	TITULARIZAÇÃO	Coligadas
Fondo de Titulización de Activos UCI 18	Espanha	-	(h)	-	-	TITULARIZAÇÃO	Coligadas
Fondo de Titulización Hipotecaria UCI 10	Espanha	-	(h)	-	-	TITULARIZAÇÃO	Coligadas
Fondo de Titulización Hipotecaria UCI 12	Espanha	-	(h)	-	-	TITULARIZAÇÃO	Coligadas
Fondo de Titulización RMBS Prado II	Espanha	-	(h)	-	-	TITULARIZAÇÃO	Coligadas
Fondo de Titulización RMBS Prado III	Espanha	-	(h)	-	-	TITULARIZAÇÃO	Coligadas
Fondo de Titulización RMBS Prado IV	Espanha	-	(h)	-	-	TITULARIZAÇÃO	Coligadas
Fortune Auto Finance Co., Ltd	China	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	FINANCEIRA	Coligadas
Friedrichstrasse, S.L.	Espanha	35,00%	0,00%	35,00%	35,00%	IMOBILIÁRIA	Associada
Generación Andina S.A.C.	Peru	0,00%	49,78%	49,78%	49,78%	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	Coligadas
Gestora de Inteligência de Crédito S.A.	Brasil	0,00%	17,93%	20,00%	-	SERVIÇOS DE COBRANÇA	Coligadas
Gire S.A.	Argentina	0,00%	57,92%	58,33%	58,33%	SERVIÇOS DE COBRANÇAS e PAGAMENTOS	Associada
Grupo Alimentario de Exclusivas, S.A. (e)	Espanha	40,53%	0,00%	40,53%	40,53%	ALIMENTAÇÃO	Associada
Grupo Financiero Ve Por Más, S.A. de C.V. (consolidado)	México	0,00%	24,99%	24,99%	-	SERVIÇOS FINANCEIROS	-
HCUK Auto Funding 2015 Ltd	Reino Unido	-	(h)	-	-	TITULARIZAÇÃO	Coligadas
HCUK Auto Funding 2016-1 Ltd	Reino Unido	-	(h)	-	-	TITULARIZAÇÃO	Coligadas
HCUK Auto Funding 2017-1 Ltd	Reino Unido	-	(h)	-	-	TITULARIZAÇÃO	Coligadas
HCUK Auto Funding 2017-2 Ltd	Reino Unido	-	(h)	-	-	TITULARIZAÇÃO	Coligadas
Hyundai Capital UK Limited	Reino Unido	0,00%	50,01%	50,01%	50,01%	FINANCEIRA	Coligadas
Iberalbión, A.I.E.	Espanha	0,00%	49,00%	49,00%	-	SERVIÇOS	-
IM Tarjetas 1 Fondo de Titulización de Activos	Espanha	0,00%	49,00%	49,00%	-	TITULARIZAÇÃO	-
Imperial Holding S.C.A. (e) (i)	Luxemburgo	0,00%	36,36%	36,36%	36,36%	INVESTIMENTO MOBILIÁRIO	-
Imperial Management S.à r.l. (b) (e)	Luxemburgo	0,00%	40,20%	40,20%	40,20%	SOCIEDADE DE CARTEIRA	-
Inbond Inversiones 2014, S.L. (b)	Espanha	40,00%	0,00%	40,00%	40,00%	ESTUDOS FINANCEIROS	Coligadas
Índice Iberoamericano de Investigación y Conocimiento, A.I.E.	Espanha	0,00%	51,00%	51,00%	51,00%	SISTEMA DE INFORMAÇÕES	Coligadas
Inmo Alemania Gestión de Activos Inmobiliarios, S.A.	Espanha	0,00%	20,00%	20,00%	20,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA	-
Inverlur Aguilas I, S.L.	Espanha	0,00%	50,00%	50,00%	-	IMOBILIÁRIA	-
Inverlur Aguilas II, S.L.	Espanha	0,00%	50,00%	50,00%	-	IMOBILIÁRIA	-
Inversiones en Resorts Mediterráneos, S.L. (e)	Espanha	0,00%	43,28%	43,28%	-	IMOBILIÁRIA	-
Inversiones Ibersuizas, S.A. (b)	Espanha	8,00%	17,42%	25,42%	-	SOCIEDADE DE CAPITAL DE	-

Sociedade	Domicílio	% Partic. do Banco		Porcentagem de direitos de voto (f)		Atividade	Classe de sociedade
		Direta	Indireta	Ano 2017	Ano 2016		
						RISCO	
Inversiones ZS América Dos Ltda	Chile	0,00%	49,00%	49,00%	49,00%	INVESTIMENTO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	Associada
Inversiones ZS América SpA	Chile	0,00%	49,00%	49,00%	49,00%	INVESTIMENTO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	Associada
Invico S.A. (b)	Polônia	0,00%	14,62%	21,09%	21,09%	COMÉRCIO	-
J.C. Flowers I L.P. (b)	Estados Unidos	0,00%	10,60%	4,99%	4,99%	SOCIEDADE DE CARTEIRA	-
J.C. Flowers II-A L.P. (b)	Canadá	0,00%	69,40%	4,43%	4,43%	SOCIEDADE DE CARTEIRA	-
JCF AIV P L.P. (b)	Canadá	0,00%	7,67%	4,99%	4,99%	SOCIEDADE DE CARTEIRA	-
JCF BIN II-A (d)	Mauritânia	0,00%	69,52%	4,43%	4,43%	SOCIEDADE DE CARTEIRA	-
JCF II-A AIV K L.P. (b)	Canadá	0,00%	69,52%	0,00%	0,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA	-
JCF II-A Special AIV K L.P. (b)	Canadá	0,00%	72,29%	4,99%	4,99%	SOCIEDADE DE CARTEIRA	-
Jupiter III L.P. k)	Canadá	0,00%	96,45%	4,99%	-	SOCIEDADE DE CARTEIRA	-
Luri 3, S.A.	Espanha	0,81%	9,19%	10,00%	10,00%	IMOBILIÁRIA	Coligadas
Lusimovest Fundo de Investimento Imobiliário	Portugal	0,00%	25,73%	25,77%	25,77%	FUNDO DE INVESTIMENTOS	Associada
Massachusetts Business Development Corp. (consolidado) (b)	Estados Unidos	0,00%	21,60%	21,60%	21,60%	FINANCEIRA	-
MB Capital Fund IV LLC (b)	Estados Unidos	0,00%	23,94%	23,94%	-	FINANCEIRA	-
Merlin Properties, SOCIMI, S.A. (consolidado) (b)	Espanha	16,86%	5,71%	22,57%	22,38%	IMOBILIÁRIA	Associada
New PEL S.à r.l. (b)	Luxemburgo	0,00%	7,67%	0,00%	0,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA	-
NIB Special Investors IV-A LP (b)	Canadá	0,00%	99,70%	4,99%	4,99%	SOCIEDADE DE CARTEIRA	-
NIB Special Investors IV-B LP (b)	Canadá	0,00%	95,80%	4,99%	4,99%	SOCIEDADE DE CARTEIRA	-
Norchem Holdings e Negócios S.A.	Brasil	0,00%	19,50%	29,00%	29,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA	Associada
Norchem Participações e Consultoria S.A.	Brasil	0,00%	44,84%	50,00%	50,00%	SOCIEDADE DE VALORES	Coligadas
Nowotna Farma Wiatrowa Sp. z o.o (b)	Polônia	0,00%	12,89%	21,60%	21,60%	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	-
Odc Ambievo Tecnologia e Inovação Ambiental, Indústria e Comércio de Insumos Naturais S.A.	Brasil	0,00%	18,10%	20,19%	23,08%	TECNOLOGIA	-
Olivant Limited (consolidado) (b)	Guernsey	0,00%	10,39%	10,39%	10,39%	SOCIEDADE DE CARTEIRA	-
Operadora de Activos Alfa, S.A. De C.V.	México	0,00%	49,98%	49,98%	49,98%	FINANCEIRA	Associada
Operadora de Activos Beta, S.A. de C.V.	México	0,00%	49,99%	49,99%	49,99%	FINANCEIRA	Associada
Operadora de Tarjetas de Crédito Nexus S.A.	Chile	0,00%	8,66%	12,90%	12,90%	CARTÕES	Associada
Parque Solar Páramo, S.L.	Espanha	92,00%	0,00%	25,00%	25,00%	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	Coligadas
Payever GmbH	Alemanha	0,00%	10,00%	10,00%	-	SOFTWARE	Associada
Pine Street Capital III (b)	Estados Unidos	0,00%	22,49%	22,49%	-	SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS	-
POLFUND - Fundusz Poręczeń Kredytowych S.A. (b)	Polônia	0,00%	34,67%	50,00%	50,00%	GESTORA	Associada
Prisma Medios de Pago S.A.	Argentina	0,00%	17,35%	17,47%	-	SERVIÇOS PARA EMPRESAS	Associada
Procapital - Investimentos Imobiliários, S.A. (b) (e)	Portugal	0,00%	39,96%	40,00%	40,00%	IMOBILIÁRIA	-
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	Brasil	0,00%	44,84%	50,00%	50,00%	SEGUROS	Coligadas
PSA Insurance Europe Limited	Malta	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	SEGUROS	Coligadas
PSA Life Insurance Europe Limited	Malta	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	SEGUROS	Coligadas
PSA UK Number 1 plc	Reino Unido	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	LEASING	Associada
Redbanc S.A.	Chile	0,00%	22,44%	33,43%	33,43%	SERVIÇOS	Associada
Redsys Servicios de Procesamiento, S.L. (b)	Espanha	13,53%	6,47%	20,00%	17,56%	CARTÕES	Associada
Retama Real Estate, S.A.	Espanha	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	SERVIÇOS	Coligadas
Rías Redbanc, S.A.	Uruguai	0,00%	25,00%	25,00%	25,00%	SERVIÇOS	-
Saite, S.A.	Espanha	0,00%	50,00%	50,00%	-	IMOBILIÁRIA	-
Saite-Cobal, S.A.	Espanha	0,00%	50,00%	50,00%	-	IMOBILIÁRIA	-
Santander Generales Seguros y Reaseguros, S.A.	Espanha	0,00%	49,00%	49,00%	49,00%	SEGUROS	Coligadas
Santander Vida Seguros y Reaseguros, S.A.	Espanha	0,00%	49,00%	49,00%	49,00%	SEGUROS	Coligadas
Saturn Japan II Sub C.V. (b)	Holanda	0,00%	69,30%	0,00%	0,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA	-

Sociedade	Domicílio	% Partic. do Banco		Porcentagem de direitos de voto (f)		Atividade	Classe de sociedade
		Direta	Indireta	Ano 2017	Ano 2016		
Saturn Japan III Sub C.V. (b)	Holanda	0,00%	72,72%	0,00%	0,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA	-
Servicios de Infraestructura de Mercado OTC S.A	Chile	0,00%	7,55%	11,25%	11,25%	SERVIÇOS	Associada
Sistemas Españoles de Tarjeta Inteligente, S.C. (b)	Espanha	0,00%	48,17%	50,00%	50,00%	SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	-
Sistemas Técnicos de Encofrados, S.A. Unipersonal (consolidado) (b)	Espanha	25,15%	0,00%	25,15%	-	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	-
Sociedade Conjunta para la emissão y gestão de meios de pago, E.F.C., S.A.	Espanha	0,00%	42,50%	42,50%	-	SERVIÇOS DE PAGAMENTOS	-
Sociedad de Garantía Recíproca de Santander, S.G.R. (b)	Espanha	25,50%	0,00%	25,50%	25,50%	SERVIÇOS FINANCEIROS	-
Sociedad de Gestión de Activos Procedentes de la Reestructuración Bancaria, S.A. (b)	Espanha	16,62%	5,60%	22,22%	16,62%	SERVIÇOS FINANCEIROS	-
Sociedad de Procedimientos de Pago, S.L. (b)	Espanha	13,60%	4,66%	18,26%	-	SERVIÇOS DE PAGAMENTOS	-
Sociedad Española de Sistemas de Pago, S.L. (b)	Espanha	16,24%	6,00%	22,24%	-	SERVIÇOS DE PAGAMENTOS	-
Sociedad Interbancaria de Depósitos de Valores S.A.	Chile	0,00%	19,66%	29,29%	29,29%	DEPÓSITO DE VALORES	Associada
Solar Energy Capital Europe S.à r.l. (consolidado) (b)	Luxemburgo	0,00%	33,33%	33,33%	33,33%	SOCIEDADE DE CARTEIRA	Coligadas
Stephens Ranch Wind Energy Holdco LLC (consolidado) (b)	Estados Unidos	0,00%	28,80%	28,80%	28,80%	EXPLORAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	-
Syntheo Limited	Reino Unido	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	SERVIÇOS DE PAGAMENTOS	Coligadas
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda.	Brasil	0,00%	17,77%	19,81%	19,81%	SEGURANÇA	Associada
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda.	Brasil	0,00%	17,77%	19,81%	19,81%	TELECOMUNICAÇÕES	Associada
Tecnologia Bancária S.A.	Brasil	0,00%	17,77%	19,81%	19,81%	CAIXAS AUTOMÁTICOS	Associada
Teka Industrial, S.A. (consolidado) (b)	Espanha	0,00%	9,42%	9,42%	9,42%	ELETRODOMÉSTICOS	-
Testa Residencial, SOCIMI, S.A. (consolidado)	Espanha	13,77%	24,97%	38,74%	46,21%	IMOBILIÁRIA	Associada
The OneLife Holding S.à r.l. (consolidado) (b)	Luxemburgo	0,00%	5,90%	0,00%	0,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA	-
Tonopah Solar Energy Holdings I, LLC (consolidado)	Estados Unidos	0,00%	26,80%	26,80%	26,80%	SOCIEDADE DE CARTEIRA	Coligadas
Trabajando.com Chile S.A.	Chile	0,00%	33,33%	33,33%	33,33%	SERVIÇOS	Associada
Transbank S.A.	Chile	0,00%	16,78%	25,00%	25,00%	CARTÕES	Associada
Trindade Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	0,00%	50,00%	50,00%	-	IMOBILIÁRIA	-
U.C.I., S.A.	Espanha	50,00%	0,00%	50,00%	50,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA	Coligadas
UCI Hellas Credit and Loan Receivables Servicing Company S.A.	Grécia	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	SERVIÇOS FINANCEIROS	Coligadas
UCI Holding Brasil Ltda	Brasil	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA	Coligadas
UCI Mediação de Seguros Unipessoal, Lda.	Portugal	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	CORRETAGEM DE SEGUROS	Coligadas
UCI Servicios para Profesionales Inmobiliarios, S.A.	Espanha	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	SERVIÇOS IMOBILIÁRIOS	Coligadas
Unicre-Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal	0,00%	21,83%	21,86%	21,50%	FINANCEIRA	Associada
Unión de Créditos Inmobiliarios, S.A., EFC	Espanha	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	SOCIEDADE DE CRÉDITOS HIPOTECÁRIOS	Coligadas
Urbanizadora Valdepolo I, S.A.	Espanha	0,00%	35,73%	50,00%	50,00%	IMOBILIÁRIA	-
Urbanizadora Valdepolo II, S.A.	Espanha	0,00%	35,73%	50,00%	50,00%	IMOBILIÁRIA	-
Urbanizadora Valdepolo III, S.A.	Espanha	0,00%	35,73%	50,00%	50,00%	IMOBILIÁRIA	-
Urbanizadora Valdepolo IV, S.A.	Espanha	0,00%	35,73%	50,00%	50,00%	IMOBILIÁRIA	-
Uro Property Holdings SOCIMI, S.A. (b)	Espanha	14,95%	0,00%	14,95%	14,96%	IMOBILIÁRIA	-
Valdica, S.A.	Espanha	0,00%	23,78%	33,31%	33,00%	IMOBILIÁRIA	-
VCFS Germany GmbH	Alemanha	0,00%	50,00%	50,00%	50,00%	MARKETING	Coligadas
Vector Software Factory, S.L. (consolidado) (b)	Espanha	0,00%	45,00%	45,00%	45,00%	INFORMÁTICA	Associada
Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditícios (c)	Brasil	-	(h)	-	-	TITULARIZAÇÃO	Coligadas
Webmotors S.A.	Brasil	0,00%	62,77%	70,00%	70,00%	SERVIÇOS	Coligadas
Wizink Bank, S.A.	Espanha	0,00%	49,00%	49,00%	-	BANCOS	-
WiZink Gestión, A.I.E.	Espanha	0,00%	49,00%	49,00%	-	FINANCEIRA	-
Wizink Mediador, Operador de Banca Seguros Vinculado, S.A.	Espanha	0,00%	49,00%	49,00%	-	FINANCEIRA	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	Brasil	0,00%	48,79%	48,79%	48,79%	SEGUROS	Associada

Sociedade	Domicílio	% Partic. do Banco		Porcentagem de direitos de voto (f)		Atividade	Classe de sociedade
		Direta	Indireta	Ano 2017	Ano 2016		
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	Brasil	0,00%	48,79%	48,79%	48,79%	SEGUROS	Associada
Zurich Santander Holding (Spain), S.L.	Espanha	0,00%	49,00%	49,00%	49,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA	Associada
Zurich Santander Holding Dos (Spain), S.L.	Espanha	0,00%	49,00%	49,00%	49,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA	Associada
Zurich Santander Insurance América, S.L.	Espanha	49,00%	0,00%	49,00%	49,00%	SOCIEDADE DE CARTEIRA	Associada
Zurich Santander Seguros Argentina S.A. (j)	Argentina	0,00%	49,00%	49,00%	49,00%	SEGUROS	Associada
Zurich Santander Seguros de Vida Chile S.A.	Chile	0,00%	49,00%	49,00%	49,00%	SEGUROS	Associada
Zurich Santander Seguros Generales Chile S.A.	Chile	0,00%	49,00%	49,00%	49,00%	SEGUROS	Associada
Zurich Santander Seguros México, S.A.	México	0,00%	49,00%	49,00%	49,00%	SEGUROS	Associada
Zurich Santander Seguros Uruguay, S.A.	Uruguai	0,00%	49,00%	49,00%	49,00%	SEGUROS	Associada

(a) Montante segundo os livros provisórios na data de publicação desses anexos de cada sociedade geralmente referidos a 31 de dezembro de 2017, exceto quando indicado em contrário por estarem os relatórios anuais pendentes de ser formulados. Os dados das sociedades estrangeiras aparecem convertidos a euros à taxa de câmbio no encerramento do exercício.

(b) Dados em 31 de dezembro de 2016 últimas contas aprovadas.

(m) Dados em 31 de março de 2017, últimas contas aprovadas.

Dados em 31 de setembro de 2016, Últimas contas aprovadas disponíveis.

(e) Sociedade em liquidação em 31 de dezembro de 2017.

(f) Em conformidade com o Artigo 3 do Real Decreto 1159/ 2010, de 17 de setembro, pelo qual são aprovadas as normas para elaboração das contas anuais consolidadas, para determinar os direitos de voto foram agregados aos possuídos diretamente pela sociedade dominante os que correspondem às sociedades dominadas por esta, ou a outras pessoas que atuem em nome próprio mas por conta de alguma sociedade do grupo. Para esses fins, o número de votos que corresponde à sociedade dominante, em relação com as sociedades dependentes indiretamente dela, é o que corresponde à sociedade dependente que participe diretamente no capital social destas.

(g) Excluídas as sociedades do Grupo detalhadas no anexo I, assim como aquelas que apresentam uma participação irrelevante em relação à imagem fiel que devem expressar as contas consolidadas (em conformidade com os artigos 48 do Código de Comercio e 260 da Lei de Sociedades de Capital).

(h) Empresas sobre as quais a sociedade não dependente participada pelo Grupo mantém um controle efetivo.

(i) Dados em segunda-feira, 31 de outubro de 2016, últimas contas aprovadas disponíveis.

(j) Dados em 30 de junho de 2017, últimas contas aprovadas.

(k) Sociedade criada recentemente, sem relatórios aprovados disponíveis.

Anexo III

Sociedades dependentes emissoras de ações e participações preferenciais

Sociedade	Domicílio	% Partic. do Banco		Atividade
		Direta	Indireta	
Abbey National Treasury (Structured Solutions) Limited	Reino Unido	0,00%	100,00%	FINANCEIRA
Emisora Santander España, S.A. Unipersonal	Espanha	100,00%	0,00%	FINANCEIRA
Pastor Participaciones Preferentes, S.A.	Espanha	0,00%	100,00%	FINANCEIRA
Sovereign Real Estate Investment Trust	Estados Unidos	0,00%	100,00%	FINANCEIRA

(a) Montante segundo os livros de cada sociedade em 31 de dezembro de 2017, convertidos para euros (no caso de sociedades estrangeiras) à taxa de câmbio no encerramento do exercício.

Anexo IV

Notificações sobre aquisição e venda de participações no capital no exercício 2017

(Art. 155 da Lei de Sociedades de Capital e Art. 125 da Lei do Mercado de Valores).

Com data 03-04-2017, foi registrada na CNMV a comunicação realizada pelo Banco Santander, em que se informava que a participação do Grupo Santander em ABENGOA, S.A. havia aumentado para 9,694% no dia 28.03.2017.

Com data 07-02-2017, foi registrada na CNMV a comunicação realizada pelo Banco Santander, em que se informava (Comunicação voluntária) que a participação do Grupo Santander em PROMOTORA DE INFORMACIONES, S.A. havia sido modificada de participação indireta para direta sem alteração da posição final (4,145%) no dia 01.02.2017.

Com data 07-04-2017, foi registrada na CNMV a comunicação realizada pelo Banco Santander, em que se informava que a participação do Grupo Santander em ABENGOA, S.A. havia diminuído para 3,876% no dia 04.04.2017.

Com data 07-04-2017, foi registrada na CNMV a comunicação realizada pelo Banco Santander, em que se informava que a participação do Grupo Santander em ABENGOA, S.A. havia diminuído para 2,414% no dia 06.04.2017.

COMUNICAÇÕES DECORRENTES DO AUMENTO DE CAPITAL EM VIRTUDE DO QUAL FORAM EMITIDAS AS AÇÕES REPRESENTATIVAS DE 100% DO CAPITAL SOCIAL DO BANCO POPULAR ESPAÑOL, S.A.U. ADQUIRIDAS PELO BANCO SANTANDER, S.A. COMO CONSEQUÊNCIA DA RESOLUÇÃO DO FROB DE 07.06.2017:

Com data 27-06-2017, foi registrada na CNMV a comunicação realizada pelo Banco Santander, em que se informava que a participação do Grupo Santander em ABENGOA, S.A. havia aumentado para 6,898% (>5%) no dia 20.06.2017.

Com data 27-06-2017, foi registrada na CNMV a comunicação realizada pelo Banco Santander, em que se informava que a participação do Grupo Santander em COMPAÑÍA ESPAÑOLA DE VIVIENDAS EN ALQUILER, S.A. havia aumentado para 24,068% (>20%) no dia 20.06.2017.

Com data 27-06-2017, foi registrada na CNMV a comunicação realizada pelo Banco Santander, em que se informava que a participação do Grupo Santander em NYESA VALORES CORPORACIÓN, S.A. havia aumentado para 13,223% (>10%) no dia 20.06.2017.

Com data 22-11-2017, foi registrada na CNMV a comunicação realizada pelo Banco Santander, em que se informava que a participação do Grupo Santander em ABENGOA, S.A. havia diminuído do limite de 5% para 4,9755% no dia 16.11.2017.

Anexo V

Outras informações dos bancos do Grupo

A) A seguir, são fornecidas determinadas informações sobre os itens de capital dos principais bancos do Grupo atendendo ao total de seus ativos.

1. Santander UK plc

a) Número de instrumentos financeiros de capital em poder do Grupo

Em 31 de dezembro de 2017, a sociedade era subsidiária do Banco Santander, S.A. e da Santusa Holding S.L. Em 12 de novembro de 2004, o Banco Santander S.A. adquiriu a totalidade do capital emitido, consistente em 1.485.893.636 ações ordinárias com valor nominal de 1 GBP. Em 21 de outubro de 2008, uma quantidade adicional de 10.000.000.000 de ações ordinárias por valor ao par de 1 GBP cada uma foi emitida para o Banco Santander, S.A. e uma quantidade adicional de 12.631.375.230 ações ordinárias com um valor nominal de 1 GBP foi emitida para o Banco Santander, S.A. em 9 de janeiro de 2009. Em 3 de agosto de 2010, 6.934.500.000 ações ordinárias com um valor nominal de 1 GBP foram emitidas para a Santusa Holding SL. Com efeito desde em 10 de janeiro de 2014, o Santander UK Group Holdings Limited, uma subsidiária do Banco Santander, S.A. e da Santusa Holding S.L., converteu-se no beneficiário efetivo de 31.051.768.866 ações com um valor nominal de 1 GBP por ação, representando este a totalidade do capital ordinário da Companhia, em virtude do acordo de intercâmbio de ações entre o Santander UK Group Holdings Limited, o Banco Santander S.A. e a Santusa Holding S.L. O Santander UK Group Holdings Ltd se converteu em proprietário legítimo do total do capital ordinário emitido pela Companhia em 1 de abril de 2015 e, em 25 de março de 2015, converteu-se em uma sociedade anônima, mudando seu nome de Santander UK Group Holdings Ltd para Santander UK Group Holdings plc. Adicionalmente, há 325.000.000 ações preferenciais de 10,375% e de 8,625% não acumulativas e não reembolsáveis com valor nominal de 1 GBP por ação, bem como 13.780 ações preferenciais a uma taxa de juros fixa/variável acumulativa com opção de recompra e valor nominal de 1 GBP. A titularidade legítima e o benefício da totalidade do capital preferencial emitido são mantidos por terceiros, não pelo Banco Santander, S.A.

b) Aumentos de capital em andamento

No há no momento aumentos de capital aprovados.

c) Capital autorizado pela assembleia de acionistas

Na Assembleia Geral ordinária realizada em 31 de março de 2016, decidiu-se autorizar incondicionalmente a Empresa a concluir as seguintes recompras de capital social:

(1) A companhia poderá recomprar seus próprias 8,625% de ações preferenciais nos seguintes termos:

A Empresa poderá recomprar até 125.000.000 de ações preferenciais a 8,625%;

(b) O menor preço que a Empresa pode pagar por 8,625% de ações preferenciais é 75% da média dos valores de mercado das ações preferenciais durante cinco dias úteis antes da realização da compra; e

(c) O maior preço (sem incluir os gastos) que a Empresa pode pagar por cada 8,625% de ações preferenciais é 125% da média dos valores de mercado das ações preferenciais durante cinco dias úteis antes da realização da compra.

Essa autorização começou em 31 de março de 2017 e terminará com a conclusão da próxima Assembleia Geral Anual da Companhia. A Companhia pode acordar, antes do término desta autorização, readquirir seu próprio de 8,625% de ações preferenciais, ainda que a compra possa se completar depois do término dessa autorização.

(2) Para recomprar seu próprio de 10,375% de ações preferenciais nos seguintes termos:

- (a) A Empresa poderá recomprar até 200.000.000 de ações preferenciais a 10,375%;
- (b) O menor preço que a Empresa pode pagar por 10,375% de ações preferenciais é 75% da média dos valores de mercado das ações preferenciais durante cinco dias úteis antes da realização da compra; e
- (c) O maior preço (sem incluir os gastos) que a Empresa pode pagar por cada 10,375% de ações preferenciais é 125% da média dos valores de mercado das ações preferenciais durante cinco dias úteis antes da realização da compra.

Essa autorização começou em 31 de março de 2017 e terminará com a conclusão da próxima Assembleia Geral Anual da Companhia. A Companhia pode acordar, antes do término desta autorização, readquirir seu próprio de 10,375% de ações preferenciais ainda que a compra possa se completar depois do término desta autorização.

(3) Para readquirir suas próprias Ações Preferenciais Não Acumuláveis Amortizáveis de Taxa Fixa / Variável Série A nos seguintes termos:

- (a) A Companhia pode comprar até 13.780 Ações Preferenciais Amortizáveis Não Acumuláveis da Série A;
- (b) O menor preço que a Companhia pode pagar pela Série A de Ações Fixas / Variáveis Amortizáveis não Acumuláveis é 75% da média dos valores de mercado das ações preferenciais durante cinco dias úteis antes da compra; e
- (c) O maior preço (sem incluir gastos) que a Companhia pode pagar para cada Ação Preferencial Não Acumulável Amortizável de Taxa Fixa / Variável Série A é de 125% da média dos valores de mercado das ações preferenciais durante cinco dias úteis antes da compra.

Essa autorização começou em 31 de março de 2017 e terminará com a conclusão da próxima Assembleia Geral Anual da Companhia. A Companhia pode acordar, antes do término desta autorização, readquirir suas próprias Ações Preferenciais Não Acumuláveis Amortizáveis de Taxa Fixa / Flutuante da Série A, ainda quando a compra possa se completar depois do término desta autorização.

d) Direitos incorporados às partes de fundador, certificados com direito a dividendos, obrigações conversíveis e títulos ou direitos similares

Não resulta de aplicação

e) Circunstâncias específicas que restringem a disponibilidade das reservas

Não resulta de aplicação.

f) Entidades alheias ao Grupo que, diretamente ou por meio de entidades dependentes, possuem uma participação igual ou superior a 10% do patrimônio líquido.

Não resulta de aplicação.

g) Instrumentos de capital admitidos para cotação

Não resulta de aplicação.

2. Abbey National Treasury Services plc

a) Número de instrumentos financeiros de capital em poder do Grupo

O Grupo possui ações ordinárias com um valor de 249.998.000 GBP através do Santander UK plc (249.997.999 ações ordinárias com valor nominal de 1 GBP cada uma) e Abbey National Nominees Limited (1 ação ordinária com valor nominal de 1 GBP).

Além disso, o Grupo é titular de 1.000 “*tracker shares*” (ações sem direito a voto mas com direitos econômicos preferenciais) pelo valor de 1.000 GBP e de 1.000 “*tracker shares B*” pelo valor de 1.000 GBP através do Santander UK plc e ambos com um valor nominal de 1,00 GBP cada uma.

b) Aumentos de capital em andamento

No há no momento aumentos de capital aprovados.

c) Capital autorizado pela assembleia de acionistas

Não resulta de aplicação.

d) Direitos incorporados às partes de fundador, certificados com direito a dividendos, obrigações conversíveis e títulos ou direitos similares

Não resulta de aplicação

e) Circunstâncias específicas que restringem a disponibilidade das reservas

Não resulta de aplicação.

f) Entidades alheias ao Grupo que, diretamente ou por meio de entidades dependentes, possuem uma participação igual ou superior a 10% do patrimônio líquido.

Não resulta de aplicação.

g) Instrumentos de capital admitidos para cotação

Não resulta de aplicação.

3. Banco Santander (Brasil) S.A.

a) Número de instrumentos financeiros de capital em poder do Grupo

O Grupo possui 3.440.170.512 ações ordinárias e 3.273.507.089 ações preferenciais através do Banco Santander S.A. e suas filiais Sterrebeeck B.V., Grupo Empresarial Santander, S.L. e Banco Madesant – Sociedade Unipessoal, S.A.

As ações que compõem o capital do Banco Santander (Brasil) S.A. não têm valor nominal e não existem desembolsos pendentes. No encerramento do ano o número de ações próprias que compõem a tesouraria é de 5.844.553 ordinárias e de 5.844.553 preferenciais, com um total de 11.689.106 ações.

De acordo com os estatutos sociais vigentes (Art. 5º, ponto 7º), as ações preferenciais não conferem direitos de voto a seus titulares, exceto em relação aos seguintes pressupostos:

Na transformação, fusão, consolidação ou cisão da empresa.

Na aprovação dos contratos entre a sociedade e os acionistas, diretamente através de terceiros, assim como outras sociedades em que os acionistas tenham algum interesse, sempre que, por disposição legal ou estatutária, sejam submetidos à assembleia geral.

Na avaliação dos bens utilizados para aumentar o capital da empresa.

A assembleia geral poderá, em qualquer momento, decidir sobre a conversão das ações preferenciais em ações ordinárias estabelecendo uma razão para a conversão.

Em compensação, dispõem das seguintes vantagens (Art. 5º, ponto 6º):

Recebem um dividendo superior em 10% ao atribuído às ações ordinárias.

Prioridade na distribuição de dividendos.

Participação em igualdade de condições às ações ordinárias nas ampliações de capital em consequência de capitalização de reservas e lucros, e na distribuição de ações bonificadas provenientes da capitalização de lucros em suspenso, reservas ou qualquer fundo.

Prioridade nos reembolsos de capital, em caso de dissolução da empresa.

Se houver uma oferta pública devido a uma transferência de controle da empresa, os titulares de ações preferenciais têm garantido o direito a vender ao mesmo preço pago pelas ações incluídas no bloco de controle, ou seja, ter igualdade de trato para os acionistas com direito a voto.

b) Aumentos de capital em andamento

Em 31 de dezembro de 2016, não havia aumentos de capital aprovados.

c) Capital autorizado pela assembleia de acionistas

A sociedade está autorizada a aumentar o capital social, com autorização do Conselho de Administração, até um limite de 9.090.909.090 de ações ordinárias ou preferenciais, sem guardar proporção alguma entre as diferentes classes de ações, respeitando-se o número máximo de ações preferenciais estabelecidas pela lei.

Atualmente, o capital social está constituído por 7.498.531.051 ações (3.818.695.031 ordinárias e 3.679.836.020 preferenciais).

d) Direitos incorporados às partes de fundador, certificados com direito a dividendos, obrigações conversíveis e títulos ou direitos similares

Na assembleia geral de 21 de dezembro de 2016, os acionistas acordaram aprovar os regulamentos referentes aos planos de diferimento, para os administradores, empregados em nível gerencial e outros empregados da empresa e de empresas sob seu controle. A entrega das ações está vinculada à consecução de determinados objetivos.

e) Circunstâncias específicas que restringem a disponibilidade das reservas

A única restrição à disponibilidade das reservas do Banco Santander (Brasil) S.A. é a referida à reserva legal (reservas restritas) que só pode ser utilizada para compensar perdas ou para aumentar o capital social.

A reserva legal está prevista no Art. 196 da lei das Sociedades Anônimas, estabelecendo-se que 5% do lucro será aplicado, antes de qualquer outro destino, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

f) Entidades alheias ao Grupo que, diretamente ou por meio de entidades dependentes, possuem uma participação igual ou superior a 10% do patrimônio líquido.

Não resulta de aplicação.

g) Instrumentos de capital admitidos para cotação

Todas as ações são admitidas para cotação na BM&FBOVESPA (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) e os certificados de depósito de ações ("Units") são admitidos para cotação na Bolsa de Nova York (NYSE).

4. Santander Bank, National Association

a) Número de instrumentos financeiros de capital em poder do Grupo

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo possuía 530.391.043 ações ordinárias, que conferem os mesmos direitos de voto e de aquisição de dividendos sobre o Santander Holdings USA, Inc (SHUSA). Esta sociedade de carteira e o Independence Community Bank Corp. (ICBC) possuem 1.237 ações ordinárias com um valor nominal de 1,00 dólar dos EUA e com os mesmos direitos de voto cada uma. Estas ações constituem 100% do capital social do Santander Bank, National Association (SBNA).

A SHUSA é titular de 80,84% da SBNA, e os 19,16% restantes pertencem à ICBC. A ICBC é uma sociedade 100% propriedade da SHUSA. Não há Assembleia Geral de Acionistas para as ações ordinárias da SBNA.

b) Aumentos de capital em andamento

Em 31 de dezembro de 2017, não havia aumentos de capital aprovados.

c) Capital autorizado pela assembleia de acionistas

Não resulta de aplicação.

d) Direitos incorporados às partes de fundador, certificados com direito a dividendos, obrigações conversíveis e títulos ou direitos similares

Não resulta de aplicação.

e) Circunstâncias específicas que restringem a disponibilidade das reservas

Não resulta de aplicação.

f) Entidades alheias ao Grupo que, diretamente ou por meio de entidades dependentes, possuem uma participação igual ou superior a 10% do patrimônio líquido

Não resulta de aplicação.

g) Instrumentos de capital admitidos para cotação

Não resulta de aplicação.

5. Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander México (o "Banco")

a) Número de instrumentos financeiros de capital em poder do Grupo

No dia 8 de dezembro de 2017 realizou-se a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas, que decidiu, entre outros, a fusão por absorção, tendo o Banco como sociedade incorporadora e o Grupo Financiero como sociedade incorporada, se bem que na data de 31 de dezembro essa fusão não estava inscrita no Grupo, no encerramento do exercício, através das sociedades Grupo Financiero Santander México, S.A.B. de C.V. ("Grupo Financiero") e Santander Global Facilities, S.A. de C.V. (México), possuía 80.848.278.413 ações ordinárias, que constituem em 99,99% do capital social do Banco.

b) Aumentos de capital em andamento

Mediante a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas celebrada em 8 de dezembro de 2017, na que se aprovou levar a cabo a reestruturação corporativa do grupo no México, consistente na fusão do Grupo e do Banco mencionada na seção a) anterior; também como consequência da fusão se aprovou:

- Um aumento de capital do Banco mediante a capitalização da conta denominada "Prêmio de venda de ações", aumentando a quantia do capital social em \$17.574.612.249,70 M.N., emitindo para tanto 175.746.122.497 ações representativas do capital social, com valor nominal de \$ 0,10 M.N. cada uma, das quais 147.353.683.122 ações correspondem à Serie "F", enquanto 28.392.439.375 ações correspondem à Serie "B".
- Levar a cabo uma concentração das ações do Banco (*split inverso*) mediante em aumento do valor nominal de \$0,10 M.N. (dez centavos, Moeda Nacional) por ação a \$ 3.780782962 M.N. (três pesos 780782962/1000000000 Moeda Nacional) por ação e, em consequência, a diminuição do número de ações em que se divide o capital social do Banco para 6.994.962.889 ações, com a finalidade de igualar o número de ações postas em circulação,
- Representativas do capital social do Banco, ao número de ações representativas do capital social do seu principal acionista Grupo Financiero para que o intercâmbio de ações derivado da fusão esteja na proporção de uma para uma.

c) Capital autorizado pela assembleia de acionistas

- Em vista disso, o capital do Banco alcança a quantia de \$ 26.446.436.510,56 M.N. (vinte e seis bilhões, quatrocentos e quarenta e seis milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, quinhentos e dez pesos e 56 centavos em Moeda Nacional) representado por um total de 6,994.962,889 (seis bilhões, novecentos e noventa e quatro milhões, novecentos e sessenta e dos mil e oitocentos e oitenta e nove) ações com valor nominal de \$ 3,780782962 M.N. (três pesos e 780782962/1000000000 Moeda Nacional) cada uma; dividido em 5.898.498.722 (cinco bilhões, oitocentos e noventa e oito milhões, quatrocentos e noventa e oito mil e setecentos e vinte e duas) ações da Série “F” e 1.096.464.167 (um bilhão, noventa e seis milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil e cento e sessenta e sete) ações da Série “B”. O capital social se integra da seguinte maneira:

O capital social subscrito pago pelo Banco é de \$ 25.660.152.628,14 M.N. (vinte e cinco bilhões, seiscentos e sessenta milhões, cento e cinquenta e dos mil, seiscentos vinte e oito pesos e 14 centavos em Moeda Nacional) representado por um total de 6.786.994.357 (seis bilhões, setecentos e oitenta e seis milhões, novecentos e noventa e quatro mil, trezentos e cinquenta e sete) ações com valor nominal de \$ 3,780782962 M.N. (três pesos e 780782962/1000000000 Moeda Nacional) cada uma; dividido em 5.690.530.190 (cinco bilhões, seiscentos e noventa milhões, quinhentos e trinta mil e cento noventa) ações da Série “F” e 1.096.464.167 (um bilhão, noventa e seis milhões, quatrocentos sessenta e quatro mil e cento sessenta e sete) ações da Série “B”.

O capital social autorizado da Sociedad é de \$ 786.283.882,42 M.N. (setecentos e oitenta e seis milhões, duzentos e oitenta e três mil, oitocentos e oitenta e dois pesos e 42 centavos M.N.), representado por 207.968.532 (duzentos e sete milhões, novecentos e sessenta e oito mil e quinhentas e trinta e duas) ações da Série “F”, com valor nominal de \$ 3,780782962 M.N. (três pesos e 780782962/1000000000 Moeda Nacional) cada uma, as quais se encontram depositadas na tesouraria da Sociedad.

d) Direitos incorporados às partes de fundador, bônus ou emissões de dívida, obrigações conversíveis e títulos ou direitos similares

(i) O Conselho de Administração em sua sessão realizada em 22 de outubro de 2015 considerou-se informado sobre a situação da emissão de dívida do Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander México, a mesma que havia sido ratificada previamente na sessão realizada em 17 de outubro de 2013, para a emissão de dívida por 6.500 milhões de dólares dos EUA, em mercados locais ou internacionais, especificando que seja dívida a prazo máximo de 15 anos, sênior ou subordinada, e sejam incluídos instrumentos de dívida que qualifiquem para efeitos de capital em conformidade com a legislação vigente, podendo ser instrumentados individualmente ou através de vários programas de emissão.

A emissão de dívida aprovada do Banco Santander México está atualmente nos termos descritos a seguir:

Instrumento	Taxa	Vigência	Montante	Disponível
Programa de Emissão de Certificados Bursáteis Bancários e Certificados de Depósito Bancário de Dinheiro a Prazo	Rotativo	19/fev/2021	\$ 55.000 milhões de pesos MXN	\$ 45.000 milhões MXN
Ata de bônus bancários estruturados privados	Não rotativo*	19/abril/2032	\$ 20.000 milhões de pesos MX	\$ 10.000 milhões MXN
Ata de bônus bancários estruturados com registro sem mediação de oferta pública		16/fev/2032	\$ 10.000 milhões MXN	\$ 10.000 milhões MXN
Bono Senior	Não Rotativo	09/nov/2022	\$ 1.000 milhões de dólares	N/A
Instrumentos de capital (Tier2 capital)	Não rotativo	30/jan/2024	\$ 1.300 milhões de dólares	N/A
Instrumentos de capital AT1	Não rotativo	Perpétuos	\$500 milhões de dólares	N/A

*A emissão de Bônus Bancários Estruturados Privados não é rotativa. Uma vez que se coloca o montante estabelecido na ata correspondente, emite-se uma nova ata pelo montante autorizado.

ii) O Conselho de Administração em sua sessão realizada em 27 de janeiro de 2011 aprovou as condições gerais para a emissão de dívida sênior em mercados internacionais. Em 18 de outubro de 2012, foi autorizada a emissão de 500 e 1.000 milhões de dólares e a um prazo de 5 a 10 anos. A emissão foi aprovada com a finalidade de obter recursos para financiar o aumento de ativos de negócios e a gestão de liquidez do Banco. Em virtude desses acordos adotados pelo Conselho de Administração, em 9 de novembro de 2012 foi emitida dívida no valor de 1.000 milhões de dólares dos EUA.

(iii) Em 27 de dezembro de 2013, o Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander México, emitiu um montante total de 1.300.000.000 dólares americanos em notas subordinadas que cumprem os requisitos de capital determinados pelos critérios Basileia III para o capital complementar/Tier 2 à taxa de 5.95% com vencimento em 30 de janeiro de 2024. A matriz do Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero, decidir comprar 975.000.000 de dólares americanos, ou seja, 75% do montante total das notas.

Essas notas foram oferecidas mediante uma colocação privada, unicamente a compradores institucionais qualificados, em conformidade com a regra 144A nos termos da lei de Valores Mobiliários dos EUA de 1933 (Securities Act of 1933) e suas posteriores modificações; e fora dos EUA nos termos da Regulamentação S, da lei de Valores.

A emissão foi aprovada com a finalidade de aumentar a eficiência da estrutura de capital da Instituição, adequar o perfil da Instituição, do ponto de vista de capitalização, ao dos concorrentes, assim como ter maior rentabilidade dos recursos próprios com a mesma solidez de capital e capacidade de crescimento dos ativos ponderados por risco.

(iv) Na assembleia geral de acionistas, realizada em 14 de maio de 2012, foi ratificado o acordo adotado na assembleia geral extraordinária de acionistas, realizada em 17 de março de 2009, que aprovou a constituição de um crédito coletivo sob sua responsabilidade no valor de 1.000.000.000 de dólares americanos, mediante a colocação de obrigações subordinadas, não preferenciais, não garantidas e não conversíveis em ações. Até a data, a emissão não foi realizada.

(v) Mediante a sessão do Conselho de Administração do Banco Santander México em 27 de outubro de 2016, foi aprovada a emissão de dívida de até 500 milhões de dólares ou seu equivalente em pesos, no México. Mediante a assembleia ordinária e extraordinária de acionistas do Banco Santander México, em 5 de dezembro de 2016, foi aprovado, entre outros, emitir um instrumento financeiro que cumpra os requisitos de capital regulatório previstos pelos critérios de Basileia III e que seja considerado capital básico não fundamental, no montante de até 500 milhões de dólares americanos. Em 29 de dezembro de 2016, o Banco Santander (México), S.A., Instituição de Banca Múltipla, Grupo Financiero Santander México, realizou uma emissão privada no exterior de obrigações subordinadas, não preferenciais, perpétuas e suscetíveis de ser convertidas em ações representativas do capital social, por um montante total de 500.000.000 de dólares americanos, que teve o caráter de emissão “espelho” (*back-to-back*), como garantia de liquidez das obrigações subordinadas não preferenciais, perpétuas e suscetíveis de ser convertidas em ações, emitidas pelo Grupo Financiero Santander México.

(vi) Devido à reestruturação corporativa a que se refere o inciso b) (“Ampliações de capital em curso”) do presente, que contemplou, entre outros, a fusão do Banco Santander México, como incorporador, e do Grupo Financiero Santander México, como incorporado, as obrigações subordinadas a que se refere o numeral (v) precedente foram adquiridas em sua totalidade pelo Banco Santander México em consequência da fusão; por conseguinte, as obrigações subordinadas do Banco Santander México se extinguíram por confusão de direitos e obrigações, uma vez que o Banco, como incorporador, reuniu a qualidade de devedor e credor em tais instrumentos no momento de se aperfeiçoar a fusão.

Com base no anterior, as obrigações subordinadas emitidas pelo Grupo Financiero Santander México, as mesmas que foram adquiridas por diversos investidores, continuarão vigentes em favor dos seus titulares e a cargo do Banco Santander México, conservando substancialmente os termos e condições do momento em que foram colocadas pelo Grupo Financiero, o antecessor, em virtude da sucessão a título universal derivada da fusão.

e) Circunstâncias específicas que restringem a disponibilidade das reservas

As instituições de banco múltiplo estão obrigadas a constituir ou incrementar suas reservas de capital previstas na lei de Instituições de Crédito e as disposições de caráter geral aplicáveis às instituições de crédito, a lei de Sociedades Mercantis e os estatutos sociais, a fim de manter sua solvência, proteger o sistema de pagamentos e o público poupador.

O Banco incrementa sua reserva legal anualmente com os resultados obtidos no exercício social (lucros).

O Banco deve constituir as diferentes reservas indicadas pelas disposições legais aplicáveis às instituições de crédito, determinadas em função da qualificação atribuída aos créditos e liberadas até que a qualificação do crédito que está sendo coberta melhore, ou no momento em que seja liquidada.

f) Entidades alheias ao Grupo que, diretamente ou por meio de entidades dependentes, possuem uma participação igual ou superior a 10% do patrimônio líquido.

Não resulta de aplicação.

g) Instrumentos de capital admitidos para cotação

Não resulta de aplicação.

6. Banco Santander Totta, S.A

a) Número de instrumentos financeiros de capital em poder do Grupo

O Grupo possui 1.256.172.043 ações ordinárias através de suas filiais: Santander Totta, SGPS, S.A. com 1.241.179.513 ações, Taxagest Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. com 14.593.315 ações, Banco Santander Totta, S.A. que possui uma tesouraria de 399.215 ações próprias, todas com valor nominal de 1 euro, com idênticos direitos políticos e econômicos, e totalmente subscritas e desembolsadas.

b) Ampliações de capital em andamento

Em 31 de dezembro de 2017, não havia aumentos de capital aprovados.

c) Capital autorizado pela assembleia de acionistas

Não resulta de aplicação.

d) Direitos incorporados às partes de fundador, certificados com direito a dividendos, obrigações conversíveis e títulos ou direitos similares

Não resulta de aplicação.

e) Circunstâncias específicas que restringem a disponibilidade das reservas

As reservas legal e de fusão têm uma utilização restrita pelo Art. 296 do Código de Sociedades Comerciais que se refere à absorção de perdas ou incorporação a capital.

As reservas de reavaliação de imobilizado são regulamentadas pelo Decreto-Lei 31/98, que se refere à absorção de perdas ou à incorporação a capital pelos importes em que o imobilizado subjacente seja amortizado ou vendido.

f) Entidades alheias ao Grupo que, diretamente ou por meio de entidades dependentes, possuem uma participação igual ou superior a 10% do patrimônio líquido.

Não resulta de aplicação.

g) Instrumentos de patrimônio admitidos a cotação

As ações do Banco Santander Totta, S.A. não têm cotação em Bolsa.

7. Santander Consumer Bank AG

a) Número de instrumentos financeiros de capital em poder do Grupo

Em 31 de dezembro de 2017, através do Santander Consumer Holding GmbH, o Grupo possui 30.002 ações ordinárias com valor nominal de 1.000 euros cada uma, todas conferem os mesmos direitos de voto.

b) Aumentos de instrumentos de capital em andamento

Não resulta de aplicação

c) Capital autorizado pela assembleia de acionistas

Não resulta de aplicação

d) Direitos incorporados às partes de fundador, certificados com direito a dividendos, obrigações conversíveis e títulos ou direitos similares

Não resulta de aplicação

e) Circunstâncias específicas que restringem a disponibilidade das reservas

Não resulta de aplicação.

f) Entidades alheias ao Grupo que, diretamente ou por meio de entidades dependentes, possuem uma participação igual ou superior a 10% do patrimônio líquido

Não resulta de aplicação.

g) Instrumentos de capital admitidos para cotação

Não resulta de aplicação.

8. Banco Santander - Chile

a) Número de instrumentos financeiros de capital em poder do Grupo

O Grupo mantém 67% de sua filial no Chile, que correspondem a um total de 126.593.017.845 ações ordinárias do Banco Santander-Chile através de suas filiais: Santander Chile Holding S.A. com 66.822.519.695 ações ordinárias, Teatinos Siglo XXI Inversiones S.A., com 59.770.481.573 ações ordinárias, e Santander Inversiones S.A., com 16.577 ações ordinárias totalmente subscritas e desembolsadas e com idênticos direitos políticos e econômicos.

b) Aumentos de capital em andamento

Em 31 de dezembro de 2017, não havia aumentos de capital aprovados.

c) Capital autorizado pela assembleia de acionistas

O capital em 31 de dezembro de 2017 era de 891.302.881.691 pesos chilenos.

d) Direitos incorporados às partes de fundador, certificados com direito a dividendos, obrigações conversíveis e títulos ou direitos similares

Não resulta de aplicação.

e) Circunstâncias específicas que restringem a disponibilidade das reservas

As remessas aos investidores estrangeiros correspondentes a investimentos acolhidas no Estatuto de Investimentos Estrangeiros, Decreto-lei N° 600 de 1974, e suas modificações, necessitam autorização prévia do Comitê de Investimentos Estrangeiros.

f) Entidades alheias ao Grupo que, diretamente ou por meio de entidades dependentes, possuem uma participação igual ou superior a 10% do patrimônio líquido

Não resulta de aplicação.

g) Instrumentos de capital admitidos para cotação

Todas as ações estão admitidas para cotação nas Bolsas de Valores do Chile e através de American Depositary Receipts (ADRs) na Bolsa de Nova York (NYSE).

9. Bank Zachodni WBK S. A.

a) Número de instrumentos financeiros de capital em poder do Grupo

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco Santander S.A. possuía 68.880.774 ações ordinárias com valor nominal de 10 *zlotys* (PLN) cada uma, todas conferindo os mesmos direitos de voto.

b) Aumentos de capital em andamento

No há aumentos de capital em curso no encerramento de 2017.

c) Capital autorizado pela assembleia de acionistas

Na assembleia geral de 17 de maio de 2017, devido ao cumprimento das condições do “*Incentive scheme V*”, os acionistas aprovaram um aumento de capital de 989.470 *zlotys* (PLN) mediante a emissão de 98.947 ações ordinárias série M com valor nominal de 10 *zlotys* (PLN).

d) Direitos incorporados às partes de fundador, certificados com direito a dividendos, obrigações conversíveis e títulos ou direitos similares

Na Assembleia Geral de 30 de junho de 2014, os acionistas decidiram aprovar o “*Incentive Scheme V*” como uma iniciativa para atrair, motivar e reter os funcionários do banco. A entrega das ações está vinculada à consecução de determinados objetivos no transcurso dos anos 2014 a 2016. O banco considera que o exercício desses direitos poderia dar lugar à emissão de não mais de 250.000 ações.

Na Assembleia Geral de 17 de maio de 2017, os acionistas decidiram aprovar o “*Incentive Scheme V*” como uma iniciativa para atrair, motivar e reter os funcionários do banco. A entrega das ações está vinculada à consecução de determinados objetivos no transcurso dos anos de 2017 a 2019. O banco considera que o exercício desses direitos poderia dar lugar à emissão de não mais de 250.000 ações.

e) Circunstâncias específicas que restringem a disponibilidade das reservas

Não resulta de aplicação.

f) Entidades alheias ao Grupo que, diretamente ou por meio de entidades dependentes, possuem uma participação igual ou superior a 10% do patrimônio líquido.

Não resulta de aplicação.

g) Instrumentos de capital admitidos para cotação

Todas as ações do Banco Zachodni WBK S.A. são cotadas na Bolsa de valores de Varsóvia.

B) A seguir, são incluídas as restrições impostas sobre a capacidade para acessar os ativos ou utilizá-los, assim como para liquidar os passivos do Grupo, como requer o parágrafo 13 da NIIF 12.

Em algumas jurisdições, foram estabelecidas limitações à distribuição de dividendos com base na nova normativa sobre solvência, muito mais rigorosa, mas neste momento não há informação sobre nenhum impedimento prático ou jurídico à transferência de fundos à matriz, em forma de dividendos, empréstimos ou antecipações, repatriação de capital ou outras formas, por parte de entidades dependentes do Grupo.

Anexo VI

Relatório bancário anual

A contribuição tributária total do Grupo em 2017 (impostos suportados diretamente pelo Grupo e arrecadação de impostos de terceiros gerados pelo desenvolvimento de sua atividade econômica) supera os 18.500 milhões de euros (66.500 milhões de reais), dos quais mais de 7.700 milhões de euros (27.700 milhões de reais) correspondem a impostos próprios (imposto de renda; IVA e outros impostos indiretos não recuperáveis; pagamentos à Seguridade Social por conta do empregador e demais impostos sobre a folha de pagamento; e outros impostos e tributos).

O presente Relatório Bancário Anual foi elaborado em cumprimento do disposto no artigo 89 da Diretiva 2013/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013 relativa ao acesso à atividade das entidades de crédito e à supervisão prudencial das entidades de crédito e empresas de investimentos, e sua transposição ao ordenamento jurídico espanhol mediante o artigo 87 da Lei 10/2014, de 26 de junho, de Ordenação, Supervisão e Solvência de Entidades de Crédito.

Em conformidade com o citado artigo, a partir de 1º de janeiro de 2015, as entidades de crédito devem remeter ao Banco de Espanha e publicar anualmente, como um relatório anexo às demonstrações financeiras auditadas de acordo com a normativa reguladora de auditoria de relatórios financeiros, especificando por países onde estejam estabelecidas as seguintes informações em base consolidada para cada exercício:

- a) Denominação, natureza e localização geográfica da atividade.
- b) Volume de negócios.
- c) Número de empregados equivalentes a tempo completo.
- d) Resultado bruto antes de impostos.
- e) Impostos sobre o resultado.
- f) Subvenções ou ajudas públicas recebidas.

A seguir, são detalhados os critérios utilizados para a elaboração do Relatório Bancário Anual do exercício 2017:

a) Denominação, natureza e localização geográfica da atividade

A mencionada informação está disponível nos Anexos I e III das presentes demonstrações anuais consolidadas do Grupo, em que são detalhadas as sociedades que operam em cada jurisdição, incluindo entre outras informações sua denominação, localização geográfica e natureza de sua atividade.

Como se pode observar nos Anexos, a principal atividade desenvolvida pelo Grupo nas distintas jurisdições em que opera é a de banco comercial. O Grupo opera principalmente em 10 mercados através de um modelo de filiais autônomas em capital e em liquidez, o que tem claras vantagens estratégicas e regulatórias, já que limita o risco de contágio entre unidades do Grupo, impõe uma camada dupla de supervisão global e local, e facilita a gestão e resolução de crises. O total de escritórios do Grupo é de 13.697 - a maior rede comercial de um banco internacional -, que atendem aos nossos clientes em todos os seus requisitos básicos financeiros.

b) Volume de negócios

Para fins do presente Relatório, é considerado volume de negócios a margem bruta, conforme definida e apresentada na demonstração de lucros e perdas consolidada que é parte das presentes demonstrações anuais consolidadas do Grupo.

c) Número de empregados equivalentes a tempo completo

Os dados de empregados equivalentes a tempo completo foram obtidos a partir do quadro de empregados médio de cada jurisdição.

d) Resultado bruto antes de impostos

Para fins o presente relatório, é considerado resultado bruto o resultado antes de impostos, conforme definido e apresentado na demonstração de lucros e perdas consolidada que é parte das presentes demonstrações anuais consolidadas do Grupo.

e) Impostos sobre o resultado

Na ausência de critério específico, foi incluído o montante dos impostos efetivamente pagos em relação aos tributos cujo efeito é registrado no item de imposto sobre lucros da demonstração de lucros e perdas consolidada.

Os impostos efetivamente pagos no exercício por cada uma das entidades de cada jurisdição incluem:

- Os pagamentos complementares relativos às liquidações do imposto sobre os resultados, normalmente de exercícios anteriores,
- As antecipações, adiantamentos e retenções ingressados ou suportados em relação ao imposto sobre o resultado do próprio exercício. No caso de impostos incidentes no exterior, dado seu montante escassamente representativo, optou-se por incluí-los na jurisdição da entidade que os suportou,
- As devoluções cobradas no exercício relativas a liquidações de exercícios anteriores cujo resultado foi a devolver,
- Conforme o caso, as liquidações por processos de inspeção e litígios relacionados com esses impostos.

Os montantes anteriores fazem parte da demonstração dos fluxos de caixa (4.137 milhões de euros (14.869 milhões de reais) no exercício 2017, o que representa uma taxa efetiva de 34,3%) e, portanto, diferem das despesas com impostos sobre os lucros registrado na conta de resultados consolidada (3.884 milhões de euros (13.957 milhões de reais) no exercício 2017, que representa uma taxa efetiva de 32,1%). Isso é assim na medida em que a normativa fiscal de cada país estabelece:

- o momento em que os impostos devem ser pagos e, normalmente, as datas de pagamento têm um desfasamento temporal em relação à data de geração da receita tributada pelo imposto.
- seus próprios critérios para o cálculo do imposto, estabelecendo restrições temporárias ou permanentes à dedução de gastos, isenções, bonificações ou diferimentos de determinadas receitas, etc. gerando as correspondentes diferenças entre o resultado contábil e o resultado fiscal que finalmente é tributado, ao que deve-se agregar a compensação de perdas fiscais de exercícios prévios, deduções e/ou bonificações da participação, etc. Além disso, em alguns casos são estabelecidos regimes especiais como pode ser a consolidação fiscal de sociedades da mesma jurisdição, etc.

f) Subvenções ou ajudas públicas recebidas

No contexto das informações solicitadas pela legislação vigente, este termo foi interpretado como qualquer ajuda ou subvenção em linha com o estabelecido no Guia de Ajudas de Estado da Comissão Europeia e, nesse contexto, as sociedades que constituem o Grupo não receberam subvenções ou ajudas públicas em 2017.

As informações correspondentes ao exercício 2017 são detalhadas a seguir:

Jurisdição	2017			
	Volume de negócios (milhões de euros)	Número de empregados	Resultado bruto antes de impostos (milhões de euros)	Impostos sobre o resultado (milhões de euros)
Alemanha	1.564	4.766	415	169
Argentina	1.734	8.679	521	143
Áustria	156	348	76	19
Bahamas	14	44	6	-
Bélgica	106	205	58	5
Brasil ¹	14.145	43.725	4.565	915
Canadá	50	186	8	5
Chile	2.535	11.445	1.104	245
China	80	211	17	(1)
Colômbia	19	139	2	2
Espanha ²	5.967	33.765	(173)	1.159
Estados Unidos ³	6.922	15.844	(70)	63
Dinamarca	164	216	93	17
Finlândia	99	157	65	13
França	534	921	290	124
Irlanda	60	4	38	-
Ilha de Man	9	-	4	-
Ilhas Cayman	-	-	-	-
Itália	404	824	202	54
Jersey	41	79	27	(2)
Luxemburgo	1	-	-	-
Malta	9	-	9	-
México ⁴	3.537	18.068	1.099	198
Noruega	296	482	180	56
Países Baixos	74	287	37	116
Panamá	3	5	2	-
Paraguai	-	-	-	-
Peru	61	165	38	7
Polónia	1.780	15.064	783	161
Portugal ⁵	1.332	7.078	534	22
Porto Rico	255	1.266	(62)	5
Reino Unido	5.706	24.484	1.956	574
Cingapura	3	10	(1)	-
Suécia	169	299	76	10
Suíça	123	222	45	11
Uruguai	401	1.654	147	47
Total Grupo Consolidado	48.353	190.642	12.091	4.137

(1) Inclui a informação correspondente a uma sucursal nas Ilhas Cayman cujos lucros são tributados integralmente no Brasil. O aporte desta sucursal ao lucro antes de impostos de 2017 é de 768 milhões de euros.

(2) Inclui o Centro Corporativo e, no caso do Banco Popular, informação desde 7 de junho de 2017. Até junho o Popular obteve uma devolução de impostos de 65 milhões de euros,

(3) Inclui a amortização do ágio do SCUSA (799 milhões de euros).

(4) Inclui a informação de uma sucursal nas Bahamas cujos lucros são tributados integralmente no México. Em 2017, o aporte desta sucursal ao lucro antes de impostos é de -10 milhões de euros.

(5) Inclui a informação correspondente à sucursal no Reino Unido, que é tributada tanto no Reino Unido como em Portugal. Em 2017, o aporte desta sucursal ao lucro antes de impostos é de 52 milhões de euros.

Jurisdição	2017			
	Volume de negócios (milhões de reais)	Número de empregados	Resultado bruto antes de impostos (milhões de reais)	Impostos sobre o resultado (milhões de reais)
Alemanha	5.621	4.766	1.492	607
Argentina	6.232	8.679	1.873	514
Áustria	561	348	273	68
Bahamas	50	44	22	-
Bélgica	381	205	208	18
Brasil ¹	50.839	43.725	16.407	3.289
Canadá	180	186	29	18
Chile	9.111	11.445	3.968	881
China	288	211	61	(4)
Colômbia	68	139	7	7
Espanha ²	21.446	33.765	(622)	4.166
Estados Unidos ³	24.879	15.844	(252)	226
Dinamarca	589	216	334	61
Finlândia	356	157	234	47
França	1.919	921	1.042	446
Irlanda	216	4	137	-
Ilha de Man	32	-	14	-
Ilhas Cayman	-	-	-	-
Itália	1.452	824	726	194
Jersey	147	79	97	(7)
Luxemburgo	4	-	-	-
Malta	32	-	32	-
México ⁴	12.713	18.068	3.950	712
Noruega	1.064	482	647	201
Países Baixos	266	287	133	417
Panamá	11	5	7	-
Paraguai	-	-	-	-
Peru	219	165	137	25
Polônia	6.398	15.064	2.814	579
Portugal ⁵	4.787	7.078	1.919	79
Porto Rico	917	1.266	(225)	18
Reino Unido	20.508	24.484	7.030	2.063
Cingapura	11	10	(4)	-
Suécia	607	299	270	36
Suíça	442	222	161	40
Uruguai	1.441	1.654	527	169
Total Grupo Consolidado	173.788	190.642	43.449	14.869

(1) Inclui a informação correspondente a uma sucursal nas Ilhas Cayman cujos lucros são tributados integralmente no Brasil. O aporte desta sucursal ao lucro antes de impostos de 2017 é de 2.760 milhões de reais.

(2) Inclui o Centro Corporativo e, no caso do Banco Popular, informação desde 7 de junho de 2017. Até junho o Popular obteve uma devolução de impostos de 234 milhões de reais.

(3) Inclui a amortização do ágio do SCUSA (2.872 milhões de reais).

(4) Inclui a informação de uma sucursal nas Bahamas cujos lucros são tributados integralmente no México. Em 2017, o aporte desta sucursal ao lucro antes de impostos é de - 36 milhões de reais.

(5) Inclui a informação correspondente à sucursal no Reino Unido, que é tributada tanto no Reino Unido como em Portugal. Em 2017, o aporte desta sucursal ao lucro antes de impostos é de 187 milhões de reais.

Em 31 de dezembro de 2017, o rendimento sobre ativos (ROA) do Grupo foi estimado em 0,58%.

Banco Santander, S.A. e empresas do Grupo Santander

Relatório de gestão consolidado correspondente ao exercício 2017

O presente relatório foi elaborado seguindo o guia de recomendações para a elaboração dos relatórios de gestão das entidades cotadas, publicada pela CNMV em setembro de 2013, sendo estruturado em conformidade com os nove itens indicados no mencionado guia. Inclui também as informações não financeiras e informações sobre diversidade, de acordo com o Real Decreto-Lei 18/2017.

1. SITUAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Descrição

No encerramento de 2017, o Grupo era o maior banco da zona do euro e o 14º do mundo em termos de capitalização de mercado: 88.410 milhões de euros.

Seu objeto social é a realização de todos os tipos de atividades, operações e serviços próprios do negócio bancário em geral. O modelo de negócio tem foco em produtos e serviços de banco comercial com o objetivo de atender as necessidades de seus 133 milhões de clientes, particulares, PMEs e empresas através de uma rede global de 13.697 agências, a maior entre os bancos internacionais, assim como de canais digitais, com o objetivo de facilitar a melhor qualidade de serviço e a maior flexibilidade. Conta com 1.444 milhares de milhões de euros em ativos e administra recursos de clientes no valor de 986 milhares de milhões de euros para todos os segmentos de clientes, tem mais de 4 milhões de acionistas e mais de 200.000 empregados. Das receitas, 89% têm origem em serviços de banco comercial e de varejo.

O Grupo tem uma grande diversificação e está presente em 10 mercados principais, onde tem uma participação de negócios significativa.

Dentro da organização, o conselho de administração é o órgão de decisão máximo do Grupo, salvo nas matérias reservadas à assembleia geral de acionistas. O Santander conta com um conselho altamente qualificado: a experiência, conhecimento, dedicação dos conselheiros e a diversidade em sua composição constituem seu principal ativo. Seu funcionamento e atuação são regidos pelos princípios de transparência, responsabilidade, justiça e eficácia, conciliando o interesse social com os legítimos interesses de nossos *stakeholders*.

Em linha com a visão e missão do Banco e no âmbito de sua função geral de supervisão, o conselho de administração adota as decisões que se referem às principais políticas e estratégias do Grupo, à cultura corporativa, à definição da estrutura societária e à promoção das políticas adequadas em termos de responsabilidade social corporativa. Além disso, em especial, no exercício de sua responsabilidade na gestão de todos os riscos, deve aprovar e monitorar o marco e o apetite por risco e seu alinhamento com os planos de negócios, de capital e de liquidez; assegurar os relatórios corretos por parte de todas as unidades, e vigiar o funcionamento das três linhas de defesa, garantindo a independência dos responsáveis por riscos, cumprimento e auditoria interna, e seu acesso direto ao conselho.

O conselho conta com 14 membros, dos quais três são executivos e onze externos. Desses últimos, oito são independentes, um é dominical e dois, a critério do conselho, não são dominicais nem independentes. Com relação à diversidade de gênero, há cinco mulheres no conselho de administração, das quais uma é a presidente executiva, e as demais são conselheiras externas independentes.

O conselho tem constituída um comitê executiva, com delegação de faculdades decisórias gerais. Além disso, o conselho conta com outros comitês com poderes de supervisão, informação, assessoria e proposta (os comitês de auditoria, supervisão de riscos, regulamentação e cumprimento; nomeações; remunerações; e inovação e tecnologia).

O modelo de governança corporativa segue determinados princípios para garantir a igualdade de direitos dos acionistas. Entre eles, destaca-se o princípio de uma ação, um voto, um dividendo. Não existem no Banco medidas estatutárias de blindagem e são implementadas medidas para fomentar a participação informada nas assembleias.

Além disso, é realizada uma política de máxima transparência, em particular, em matéria de remunerações. Este modelo de governança corporativa é reconhecido por índices de investimentos socialmente responsáveis. O Grupo permanece nos índices DJSI e FTSE4Good desde 2000 e 2002, respectivamente. Para ampliar as informações sobre a estrutura de administração da sociedade, pode-se reportar ao item C do Relatório Anual de Governança Corporativa.

Por outro lado, e com caráter periódico (habitualmente semanal), são realizadas reuniões presididas pelo diretor executivo (CEO) com a presença dos diretores gerais de divisão e responsáveis por países, em que é realizado um acompanhamento dos diferentes negócios, assim como dos temas relevantes que afetam a gestão diária do Grupo.



(1) Santander Consumer Finance (SCF) com presença na Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Itália, Holanda, Noruega, Polónia, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça e Reino Unido

(2) Divisão criada em setembro de 2017. O Grupo não disponibiliza informação detalhada no encerramento de 2017.

A estrutura das áreas de negócios operacionais no encerramento de 2017 é apresentada em dois níveis:

a) Negócios geográficos

Segmenta a atividade das unidades operacionais por áreas geográficas. Esta visão coincide com o primeiro nível de gestão do Grupo e reflete o posicionamento do Santander nas três áreas de influência monetária no mundo (euro, libra e dólar). Os segmentos incluídos são os seguintes:

- Europa continental. Incorpora todos os negócios realizados na região, assim como a unidade Atividade Imobiliária Espanha. Esse segmento abrange as seguintes unidades incluídas no relatório: Espanha, Polônia, Portugal, Santander Consumer Finance (que abrange todo o negócio na região, inclusive dos três países anteriores) e Atividade Imobiliária Espanha.
- Reino Unido. Abrange os negócios desenvolvidos pelas diversas unidades e agências do Grupo nesse país.
- América Latina. Reúne a totalidade das atividades financeiras que o Grupo desenvolve através dos seus bancos e sociedades filiais na região. São disponibilizadas informações sobre o Brasil, México, Chile, Argentina, Uruguai, Peru e Colômbia.
- E.U.A. Inclui a holding Santander Holdings USA (SHUSA) e suas subsidiárias Santander Bank, Banco Santander Puerto Rico, Santander Consumer USA, Banco Santander International e Santander Investment Securities, bem como a agência do Santander em Nova York.

Não existem clientes localizados em lugar diferente à localização dos ativos do Grupo que gerem receitas superiores a 10% das receitas ordinárias.

b) Negócios globais

A atividade das unidades operacionais é distribuída por tipo de negócio entre Banco Comercial e de Varejo, Santander Global Corporate Banking e a unidade Atividade Imobiliária Espanha.

- Banco Comercial e de Varejo. Abrange todos os negócios de banco de clientes, inclusive os de consumo, exceto os de banco corporativo que são administrados pelo SGCB. Foram incluídos também neste negócio os resultados das posições de cobertura realizadas em cada país, consideradas no âmbito da Comitê de Gestão de Ativos e Passivos de cada um deles.
- Santander Global Corporate Banking (SGCB). Reflete os rendimentos resultantes dos negócios de banco corporativo global, banco de investimento e mercados em todo o mundo, incluídas as tesourarias com gestão global (sempre depois da respectiva distribuição com clientes de Banco Comercial), bem como o negócio de renda variável.

Temporariamente é apresentado separadamente o perímetro adquirido do Grupo Popular e no encerramento de 2017 ainda não são disponibilizadas informações detalhadas da divisão de Wealth Management, criada no segundo semestre do exercício e que está previsto ser reportado a partir de 2018.

Além dos negócios operacionais descritos, tanto por áreas geográficas como por negócios, o Grupo conta com um Centro Corporativo que abrange os negócios de gestão centralizada referentes a participações financeiras, a gestão financeira da posição estrutural de câmbio, considerada a partir do âmbito da Comitê de Gestão de Ativos e Passivos corporativos do Grupo, bem como a gestão da liquidez e dos recursos próprios através de emissões.

Como *holding* do Grupo, administra o total de capital e reservas, as alocações de capital e liquidez com o restante dos negócios. A parte de saneamentos incorpora a amortização de ágios e não inclui os gastos dos serviços centrais do Grupo, que são contabilizados nas áreas, à exceção das despesas corporativas e institucionais relativas ao funcionamento do Grupo.

Por último, em 31 de dezembro, o Grupo dispõe de diversas unidades de apoio, como Riscos; *Compliance* e Conduta; Auditoria Interna; Presidência e Estratégia; Universidades; Comunicação, Marketing Corporativo e Estudos; Secretaria Geral e Recursos Humanos; Tecnologia e Operações; Intervenção Geral e Controle de Gestão; Financeiro; Planejamento Financeiro e Desenvolvimento Corporativo; Custos; e Santander Digital.

No último exercício foi criada a divisão Santander Digital mediante a integração das divisões anteriores de Comercial e de Varejo e Inovação, e a de Wealth Management, que integra principalmente a nova unidade corporativa de *private banking*, o negócio de gestão de ativos (Santander Asset Management) e *private banking* internacional em Miami e na Suíça.

A função de todas é que o Grupo seja um grupo coeso, eficiente e produtivo, e são as encarregadas de implementar as políticas corporativas do Grupo.

A preparação das demonstrações financeiras de cada unidade de negócio é feita a partir reunião das unidades operacionais básicas existentes no Grupo. A informação de base corresponde tanto aos dados contábeis das unidades jurídicas que integram cada negócio como àquela disponível nos sistemas de informação de gestão. Em todos os casos, aplicam-se os mesmos princípios gerais utilizados no Grupo.

Os dados das diversas unidades do Grupo apresentados abaixo foram preparados de acordo com esses critérios; portanto, podem não coincidir com aqueles publicados individualmente por cada entidade.

1.2 Visão e modelo de negócio

O Santander tem um modelo de negócios baseado no cliente que lhe permite cumprir a sua missão de contribuir para o progresso das pessoas e das empresas.

Nossa visão atual é ser o melhor banco comercial e de varejo, conquistando a confiança e a fidelidade de empregados, clientes, acionistas e da sociedade, e tudo isso com uma cultura corporativa que nos permite atuar como um banco Simples, Pessoal e Justo. Para o futuro, temos o objetivo de tornar-nos a melhor plataforma digital aberta de serviços financeiros.

Nosso modelo de negócio dispõe de pontos fortes para continuar crescendo e ter sucesso a longo prazo: escala, crescimento previsível e foco na inovação.

Essas bases nos permitem obter uma rentabilidade sustentável e elevada que permite aproveitar oportunidades de crescimento, aumentar o dividendo em dinheiro por ação e continuar acumulando capital.

- **Escala e potencial para crescer de maneira orgânica.** Nossa massa crítica nos proporciona eficiência, fontes de crescimento e novas oportunidades de negócio.
 - Somos líderes em quota de mercado em cinco dos nossos principais mercados e somos top 5 em nove deles em termos de satisfação do cliente.
 - Temos 133 milhões de clientes em mercados com uma população de mais de um bilhão de pessoas e contamos com mais de 17 milhões de clientes vinculados e mais de 25 milhões de clientes digitais, o que implica em um enorme potencial de crescimento orgânico através do aumento da vinculação e da digitalização.

Escala: Temos escala e potencial para crescer organicamente

Posição em cota de mercado de crédito¹



Últimos dados disponíveis

Nota*: A cota de mercado do Santander nos respectivos países é: México (13%), Chile (19%), Argentina (10%), Brasil (9%), Portugal (16%, incluindo o Popular), Reino Unido (10%), Espanha (18%, incluindo o Popular), SCF (10% em financiamentos de carros novos, incluindo operação PSA e não considerando a exclusividade financeira da marca) e Polónia (10%)

Nota***: As métricas de clientes excluem o Popular

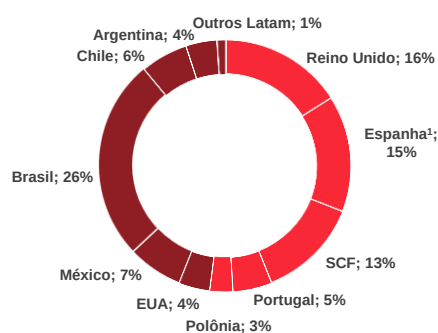
(1) Somente bancos privados para Portugal, Argentina e Brasil

(2) Hipotecas no Reino Unido (excluindo Social Housing), crédito ao consumidor e créditos comerciais (excluindo Instituições Financeiras) (3) Cota de mercado do SBNA nos estados onde o Grupo opera: 3% Cota de mercado do SC USA 3%

- **Crescimento previsível: diversificação em países e negócios que proporciona maiores lucros de maneira estável**
 - Nossa diversificação entre países e negócios nos permite maximizar os resultados ao longo do ciclo e é crucial para a nossa evolução favorável.
 - Geograficamente, temos uma distribuição equilibrada entre mercados maduros, que proporcionam estabilidade, e emergentes, que impulsionam o crescimento das receitas.
 - Por negócios, também temos uma distribuição adequada entre produtos para pessoas físicas, consumo, PME, empresas e grandes empresas.

Crescimento generalizado do lucro, bem diversificados por geografia

Lucro atribuível ordinário de 2017



(*) Excluindo o Centro Corporativo e as atividades de crédito imobiliário na Espanha
(1) Popular incluído (3%)

América



Europa



- **Foco na inovação para aumentar a fidelidade dos clientes e a excelência operacional**

- Nossa transformação tecnológica está contribuindo para aumentar o número de clientes vinculados e digitais.
- A digitalização do nosso negócio comercial nos permite disponibilizar aos nossos clientes produtos e serviços mais simples, personalizados e modernos, o que aumenta a sua satisfação e vinculação.

Estratégia e criação de valor

Para alcançar o propósito de ser o melhor banco comercial, o Grupo definiu objetivos ambiciosos, com prioridades estratégicas no âmbito de todos os nossos *stakeholders*, ou seja, empregados, clientes, acionistas e a sociedade. Foi definido também como alcançá-los, com indicadores claros para cada um deles.

- Com relação a **funcionários**, o Santander tem o objetivo de se um dos melhores bancos para se trabalhar, capaz de atrair e reter o melhor talento global. Para isso, está sendo desenvolvida uma estratégia de gestão de pessoas centrada em seis grandes linhas: Gestão do Talento; Conhecimento e Desenvolvimento; Remuneração e Benefícios; Experiência do empregado; Cultura e Tecnologia. A finalidade desta estratégia é que todos os empregados que constituem o Santander estejam motivados e comprometidos, a fim de contribuir para o progresso das pessoas e das empresas.
- Com relação a **clientes**, o objetivo principal é aumentar a qualidade da relação e, para isso, continuamos desenvolvendo soluções simples e personalizadas para reforçar a sua confiança e vinculação a longo prazo, para apoiar a internacionalização e o crescimento das empresas na nova economia digital. Estamos transformando nosso modelo comercial porque sabemos que nossos clientes nos exigem maior disponibilidade e proximidade através dos canais digitais, reforçando ao mesmo tempo a atenção e o tratamento pessoal que sempre caracterizou o Santander.

- Com relação a **acionistas**, o objetivo é oferecer uma rentabilidade atraente, crescente e sustentável para manter a sua confiança a longo prazo. Em 2017, o Banco avançou de forma significativa nas suas prioridades estratégicas e cumpriu os seus objetivos comerciais e financeiros, sem deixar de ser um dos mais rentáveis e eficientes do mundo.
- Com relação à **sociedade**, o Santander desenvolve a sua atividade de maneira responsável, contribuindo para o progresso econômico e social das comunidades em que está presente, levando em conta o seu impacto no meio ambiente e promovendo as relações estáveis com os seus principais grupos de interesse.

Uma peça chave da contribuição do Grupo para a sociedade é o programa Santander Universidades, símbolo de nosso compromisso social. O Banco Santander se diferencia das outras entidades bancárias por seu firme apoio à educação superior, e é a empresa privada que mais investe para apoiar a educação no mundo, segundo o primeiro estudo global publicado pela Fundação Varkey em colaboração com a UNESCO.

Em resumo, o Santander expressa uma cultura corporativa e um posicionamento internacional único e coerente com uma forma de atuar no setor bancário que contribui para o progresso das pessoas e empresas de forma Simples, Pessoal e Justa.

1.3 Contexto econômico, regulamentação e concorrência

A economia mundial registrou em 2017 um crescimento superior ao do ano anterior (3,7% vs. 3,2%), em um ambiente de melhoria da confiança global diante da redução da incerteza política, particularmente na Europa, condições financeiras favoráveis e um maior dinamismo do comércio internacional. Tanto as economias avançadas como as emergentes participaram dessa revitalização.

Zona do Euro (PIB: +2,4% em 2017 vs +1,8% em 2016). Destaca-se a revitalização econômica em 2017, com ampla base de componentes (demanda interna e exportações) e por países. A taxa de desemprego caiu para 8,8%, embora ainda acima dos níveis anteriores à crise. A inflação se manteve reduzida (1,5%), motivo pelo qual as taxas de juros do Banco Central Europeu (BCE) permaneceram sem alterações.

Na zona do euro, o BCE passou a mensagem de que não haverá aumento das taxas até concluir o programa de compras de dívida, que se estenderá pelo menos até setembro de 2018. Apesar disso, as surpresas positivas em crescimento e a redução do risco político propiciaram a valorização do euro frente ao dólar.

Espanha (PIB: +3,1% em 2017 vs +3,3% em 2016). O crescimento do PIB superou 3% pelo terceiro ano consecutivo. A saudável criação de empregos permitiu a queda da taxa de desemprego (16,6%). O crescimento é equilibrado, com ausência de pressões inflacionárias.

Polônia (PIB: +4,6% em 2017 vs +2,9% em 2016). Forte crescimento em 2017 em vista do dinamismo do consumo privado e do setor externo. Taxa de desemprego em mínimos históricos (4,7%) e inflação em 2,5%. O banco central manteve a sua taxa oficial estável em 1,5%.

Portugal (PIB: +2,6% em 2017 vs +1,5% em 2016). Significativa aceleração do crescimento em 2017 em função do impulso da demanda interna. Crescimento de emprego superior a 3% e forte redução da taxa de desemprego (8,5%). A inflação continuou moderada. O endividamento do setor privado continuou decrescendo e o déficit público encerrou em 1,5% do PIB.

Reino Unido (PIB: +1,7% em 2017 vs +1,9% em 2016). A economia resistiu bem à incerteza do Brexit, mas com certa desaceleração do crescimento. A taxa de desemprego se manteve em níveis de pleno emprego e a inflação, em torno de 3%, superou a meta de 2%. O Banco da Inglaterra elevou a taxa de juros oficial em 25 pontos-base em novembro, o que representou o seu primeiro aumento em mais de uma década, revertendo o ajuste à baixa ocorrido após o referendo. No encerramento do ano, a taxa de juros é de 0,5%.

Brasil (PIB: +1,0% em 2017 vs -3,6% em 2016). Gradual recuperação da economia ao longo de 2017, impulsionada pelo consumo e o investimento. Moderação da inflação chegando a taxas inferiores a 3%. O banco

central continuou reduzindo a taxa Selic até 7%.

México (PIB: +2,1% em 2017 vs +2,3% em 2016). A economia desacelerou devido a um menor crescimento da demanda interna. A inflação subiu para 6,8%, mas são mantidas as expectativas de moderação em 2018. O banco central aumentou a taxa de juros oficial em 150 pontos-base, chegando a 7,25%.

Chile (PIB: +1,5% em 2017 vs +1,6% em 2018). A economia se recuperou a partir de meados do ano. A inflação encerrou o ano em 2,3%, inferior ao objetivo de 3%, e o banco central baixou a taxa de juros oficial em 100 pontos-base, chegando a 2,5%.

Argentina (PIB: +3,0% em 2017 vs -2,2% em 2016). A recuperação econômica se consolidou ao longo do ano graças à solidez do investimento e do consumo privado. A inflação se estabilizou em torno de 2,0% mensal e o banco central aumentou a taxa de juros oficial em 400 pontos-base, chegando a 28,75%, reforçando o seu compromisso com a estabilidade de preços.

A evolução das divisas latino-americanas foi desigual no decorrer do ano. No primeiro semestre predominaram valorizações, refletindo as expectativas de recuperação nas principais economias do continente. Nos últimos meses, foram registradas desvalorizações diante da incerteza quanto aos efeitos que a regulamentação da política monetária do FED teria nessas economias.

Estados Unidos (PIB: +2,3% em 2017 vs +1,5% em 2016). Aceleração do crescimento econômico, com moderação da inflação subjacente até 1,5%. Queda da taxa de desemprego, chegando a 4,1%, que justifica o aumento em 75 pontos-base das taxas de juros dos fundos federais. O FED aumentou as taxas de juros em três oportunidades e, em outubro, começou a redução do seu balanço, um processo que levará vários anos para concluir. Contudo, o mercado aceitou bem essas ações graduais e antecipadas por parte do FED.

O ano transcorreu com tranquilidade para os mercados financeiros. A ausência de grandes sobressaltos favoreceu a assunção de riscos, o que respaldou as revalorizações nas bolsas, a subida dos preços das matérias-primas e uma melhora das condições de financiamento no mercado de dívida corporativa.

O ambiente bancário internacional continuou marcado pelo contínuo fortalecimento de balanços através de melhorias em solvência, na posição de liquidez e nos ativos improdutivos. Entretanto, nos países desenvolvidos, e especialmente na Europa, as entidades continuaram enfrentando importantes desafios para impulsionar a rentabilidade. Apesar do início da regulamentação da política monetária em algumas áreas, as taxas de juros continuam baixas, da mesma forma que os volumes de negócios; além disso, a pressão competitiva continua aumentando na maioria dos mercados, tanto entre as próprias entidades como pelas novas formas de financiamentos e novos concorrentes.

Em relação ao contexto fiscalizador e regulatório, durante 2017 a agenda foi marcada em nível internacional pelo início do debate Fintech e a conclusão do acordo de Basileia III, que entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, com uma implementação gradual até 2027 dos pisos de capital estabelecidos para limitar a poupança de capital gerada pela aplicação de modelos internos. Em nível europeu, destaca-se a proposta da Comissão Europeia para o marco de capital e resolução, e as medidas para avançar na integração do mercado de varejo europeu.

2. EVOLUÇÃO E RESULTADOS DOS NEGÓCIOS

	2017	2016
Balanço (milhões de euros)		
Ativo total	1.444.305	1.339.125
Crédito a clientes (líquido)	848.914	790.470
Depósitos de clientes	777.730	691.111
Recursos de clientes totais	985.703	873.618
Patrimônio líquido total	106.832	102.699
Resultados (milhões de euros)		
Margem de juros	34.296	31.089
Margem bruta	48.392	43.853
Margem líquida	25.473	22.766
Resultado ordinário antes dos impostos sobre o lucro *	13.550	11.288
Lucro líquido ordinário atribuível à Controladora *	7.516	6.621
Lucro líquido atribuível à Controladora	6.619	6.204
LPA**, rentabilidade e eficiência (%)		
Lucro ordinário atribuível por ação (euro) *	0,463	0,429
Lucro atribuível por ação (euro)	0,404	0,401
RoE	7,14	6,99
RoTE ordinário *	11,82	11,08
RoTE	10,41	10,38
RoA	0,58	0,56
RoRWA ordinário *	1,48	1,36
RoRWA	1,35	1,29
Eficiência (com amortizações)	47,4	48,1
Solvencia e inadimplência (%)		
CET1 fully-loaded	10,84	10,55
CET1 phased-in	12,26	12,53
Índice de inadimplência	4,08	3,93
Índice de cobertura	65,2	73,8
A ação e a capitalização		
Número de ações (milhões)	16.136	14.582
Cotação (euro) **	5,479	4,877
Valor de mercado (milhões de euros)	88.410	72.314
Recursos próprios tangíveis por ação (euro) **	4,15	4,15
Preço / recursos próprios tangíveis por ação (vezes) **	1,32	1,17
PER (preço / lucro por ação) (vezes) **	13,56	12,18
Outros dados		
Número de acionistas	4.029.630	3.928.950
Número de funcionários	202.251	188.492
Número de agências	13.697	12.235

(*).-Não inclui líquido de ganhos e saneamentos não recorrentes

(**).- Dados ajustados ao aumento de capital de Julho 2017.

2.1 Resumo do exercício

Em 2017, o Grupo Santander desenvolveu a sua atividade em um ambiente econômico mais positivo que nos últimos anos. Nesse ambiente, a solidez do nosso modelo de negócio nos permitiu obter crescimentos de dois dígitos do lucro ordinário no Grupo e na maioria das geografias. O RoTE se situa entre os melhores do setor e compatibilizamos o crescimento do balanço com a melhoria dos índices de capital e o maior pagamento de dividendos por ação.

No ano, as nossas **prioridades estratégicas** foram:

1. Prosseguir com o **processo de transformação comercial** tanto nos bancos tradicionais como através de novas unidades independentes sob o modelo de *start up*. Os três eixos principais do programa de transformação são:
 - Melhorar a vinculação dos nossos clientes através da oferta de soluções inovadoras, simples e personalizadas. Entre outras ações, continuamos apoiando a estratégia 123 em diversas geografias, temos uma estratégia global com o segmento de PME's adaptada às características locais de cada mercado, estamos crescendo muito no mercado de cartões, especialmente na Espanha e no Brasil, e criamos a divisão de Wealth Management para proporcionar um melhor serviço aos nossos clientes de *private banking* e gestão de ativos. Graças a esse processo de transformação, alcançamos uma cifra de 17,3 milhões de clientes vinculados (+13% no ano).
 - Impulsionar a transformação digital de canais, produtos e serviços. Iniciativas como *Digilosofia* na Espanha, Openbank banco 100% digital, *Superdigital* no Brasil, a plataforma de pagamentos *Cash Nexus*, Santander Pay, a nova plataforma global de *machine learning*, etc. estão impulsionando a transformação digital, melhorando significativamente a experiência do cliente, além de abrir novas fontes de receitas. Essa estratégia permitiu aumentarmos no ano em mais de quatro milhões o número de clientes digitais, que já superam os 25 milhões, bem como as transações digitais que se aproximam de 40% das transações totais.
 - Continuar melhorando a satisfação e experiência de nossos clientes com novos processos mais simples e eficientes, apoiados na multicanalidade. Encerramos o ano com sete unidades entre os três melhores bancos locais em termos de satisfação do cliente e fomos agraciados como o "Banco do ano Global" e o "Banco do Ano, América Latina" pela publicação *The Banker*, e "Melhor Banco do Mundo para as PME's" e "Melhor Banco na América Latina" pela *Euromoney*.
2. **Fortalecer a posição nos mercados em que operamos.** A operação mais destacada foi a aquisição do Banco Popular, que nos permitiu reforçar a posição de líder na Espanha e situar-nos como primeiro banco privado em termos de negócio doméstico em Portugal. Além disso, reforçamos a nossa posição em banco de varejo na Argentina, recomparamos uma participação minoritária nos Estados Unidos e fechamos um acordo para aquisição do negócio de banco comercial do Deutsche Bank na Polônia.
3. **Sair de negócios considerados como *non-core*.** As ações de maior destaque são a venda de TotalBank nos Estados Unidos e de 51% do negócio imobiliário do Banco Popular.

Do ponto-de-vista da **evolução do negócio**, o ano se caracterizou pelo **crescimento em atividade e resultados, o aumento de rentabilidade e o fortalecimento do balanço**.

1.- Crescimento

Crescimento da atividade. A evolução dos saldos no ano é impactada significativamente tanto pelas variações de taxas de câmbio, como pela alteração de perímetro.

O total de créditos aumentou 12% sem taxas de câmbio, muito apoiado na integração do Popular (+2% sem o seu aporte). Sem perímetro, oito das principais unidades apresentaram crescimento em comparação ao ano passado. Destacam-se a Argentina (+44%, apoiado em créditos ao consumidor e PME's), o Brasil (+7%, pela boa evolução de pessoas físicas e PME's), Portugal (+8%, em parte favorecido pelo crescimento do segmento institucional), SCF (+6% pelo bom desempenho do financiamento de veículos) e a Polônia (+5% devido a PME's e empresas).

O crescimento dos recursos de clientes, 17% sem taxas de câmbio, se beneficiou também da integração do Popular. Não levando em conta o Popular, os recursos aumentaram 8%, impulsionados principalmente por saldos à vista e fundos de investimento, crescendo em oito das principais geografias, com crescimento de dois dígitos na América Latina.

Crescimento dos resultados. O modelo de negócio do Santander e a diversificação geográfica entre mercados desenvolvidos e emergentes nos proporciona estabilidade e recorrência nos resultados.

Ao contrário do balanço, o impacto das taxas de câmbio nos resultados foi praticamente nulo.

O lucro ordinário antes de impostos atingiu 13.550 milhões de euros, 20% mais que em 2016. A solidez do Grupo se reflete nas principais linhas da DRE:

- Ano recorde de receitas, 48.392 milhões de euros (+10%), com crescimento de dois dígitos, tanto da margem de juros como das comissões, que representam em conjunto 95% das receitas totais.
- Estabilidade de custos ajustados pela inflação e pelo perímetro, apesar de maiores custos relacionados com a regulação e os investimentos em transformação. O Grupo Santander se mantém como um dos bancos mais eficientes do mundo, com um índice de eficiência de 47%.
- Melhoria contínua na qualidade de crédito refletida em uma queda de provisões de 4% e uma melhoria do custo de crédito de até 1,07%.

Na parte baixa da DRE registra-se uma maior carga fiscal, bem como a contabilização de alguns resultados não recorrentes positivos e negativos agrupados na linha de Líquido de ganhos e saneamentos que, em conjunto, reúnem um encargo líquido de impostos de 897 milhões de euros em 2017 com relação aos 417 milhões em 2016.

Assim, o Grupo Santander obteve um **lucro atribuível de 6.619 milhões de euros**, 7% superior a 2016. Excluindo o aporte do Banco Popular, que foi uma perda de 37 milhões de euros devido aos custos de integração, o resultado é de 6.656 milhões de euros.

2.- Rentabilidade

O aumento de rentabilidade e a criação de valor para os acionistas foram algumas das nossas principais prioridades.

Nossa capacidade de gerar lucros recorrentes e estáveis durante os últimos anos nos permitiu continuar acumulando capital, financiar o crescimento do negócio e aumentar a remuneração em espécie ao acionista.

Em 2017 o RoTE ordinário se situa em 11,8% e o RoRWA ordinário em 1,48%, ambos melhorando com relação a 2016. Aumentamos o lucro atribuível por ação em 1% (8% em termos ordinários) e o dividendo em espécie por ação em 11%.

A execução da nossa estratégia e o seu reflexo no negócio e resultados foi avaliada positivamente pelo mercado, tendo obtido um retorno total para o acionista (TSR, na sua sigla em inglês) de 17% no ano, acima do retorno oferecido pelos índices DJ Stoxx Banks e DJ Stoxx 50.

3.- Fortaleza

Geramos capital de maneira contínua trimestre a trimestre, aumentando 29 pontos-base no ano e alcançando um índice CET1 *fully loaded* de 10,84%, superior ao objetivo que havíamos definido. Isso nos deixa alinhados para alcançar a nossa meta de 11% em 2018.

Cumprimos com folga os requisitos regulatórios mínimos, encerrando o ano com um CET1 *phased-in* de 12,26%, com superávit folgado acima do mínimo exigido.

Com relação ao risco, o Santander mantém um perfil de risco médio-baixo e uma elevada qualidade dos seus ativos. A gestão de riscos proativa permitiu manter índices de qualidade do crédito entre os melhores do setor. O índice de inadimplência encontra-se em 4,08%, com aumento de 15 pontos-base pela entrada do Banco Popular, e a cobertura em 65%.

Sem considerar o Popular, o índice de inadimplência é de 3,38%, com melhoria de 55 pontos-base no ano, o que significa redução pelo quarto ano consecutivo.

Além disso, o custo do crédito continuou a melhorar, chegando a 1,07%, 11 pontos-base menos que em 2016.

Esta evolução positiva dos índices de qualidade do crédito está sendo registrada em praticamente todas as geografias do Grupo. O índice de inadimplência melhorou em oito delas e o custo do crédito em sete.

2.2 Resultados

A seguir, é detalhada a evolução dos resultados do exercício 2017 comparados com os de 2016.

Demonstrações consolidadas

Milhões de euros

	2017	2016
Receitas por juros	56.041	55.156
Despesas por juros	(21.745)	(24.067)
MARGEM DE JUROS	34.296	31.089
Receitas por dividendos	384	413
Resultado de instituições avaliadas pelo método da participação	704	444
Receitas por comissões	14.579	12.943
Despesas por comissões	(2.982)	(2.763)
Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros não valorizados por valor justo com alterações em resultados, líquidos	404	869
Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros mantidos para negociar, líquidos	1.252	2.456
Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros designados por valor justo com alterações em resultados, líquidos	(85)	426
Ganhos ou perdas resultantes de derivativos, líquidos	(11)	(23)
Diferenças de câmbio, líquidas	105	(1.627)
Outras receitas operacionais	1.618	1.919
Outras despesas operacionais	(1.966)	(1.977)
Receitas de ativos abrangidas por contratos de seguro ou resseguro	2.546	1.900
Despesas de passivos abrangidos por contratos de seguro ou resseguro	(2.489)	(1.837)
MARGEM BRUTA	48.355	44.232
Despesas administrativas	(20.400)	(18.737)
<i>Despesas com pessoal</i>	<i>(12.047)</i>	<i>(11.004)</i>
<i>Outras despesas administrativas</i>	<i>(8.353)</i>	<i>(7.733)</i>
Amortização	(2.593)	(2.364)
Provisões ou reversão de provisões	(3.058)	(2.508)
Provisão para perdas com ativos financeiros avaliados por valor justo com alterações em resultados	(9.259)	(9.626)
<i>Ativos financeiros avaliados ao custo</i>	<i>(8)</i>	<i>(52)</i>
<i>Ativos financeiros disponíveis para venda</i>	<i>(10)</i>	<i>11</i>
<i>Empréstimos e recebíveis</i>	<i>(9.241)</i>	<i>(9.557)</i>
<i>Ativos financeiros mantidos até o vencimento</i>	<i>—</i>	<i>(28)</i>
RESULTADO OPERACIONAL	13.045	10.997
Provisão para perdas com investimentos em negócios conjuntos ou associados	(13)	(17)
Provisão ou reversão com valor de ativos não financeiros	(1.260)	(123)
<i>Ativos tangíveis</i>	<i>(72)</i>	<i>(55)</i>
<i>Ativos intangíveis</i>	<i>(1.073)</i>	<i>(61)</i>
<i>Outros</i>	<i>(115)</i>	<i>(7)</i>
Ganhos ou perdas com a alienação de ativos não financeiros e participações, líquidos	522	30
Outros ajustes negativos	—	22
Ganhos ou perdas procedentes de ativos não correntes disponíveis para vendas de operações descontinuadas	(203)	(141)
GANHOS OU PERDAS ANTES DE IMPOSTOS	12.091	10.768
Despesas ou receitas por impostos	(3.884)	(3.282)
GANHOS OU PERDAS DEPOIS DE IMPOSTOS	8.207	7.486
Ganhos ou perdas depois de impostos procedentes de atividades descontinuadas	—	—
RESULTADO DO PERÍODO	8.207	7.486
Atribuível a interesses minoritários (participações não controladoras)	1.588	1.282
Atribuível aos proprietários da controladora	6.619	6.204

Na conta anterior, os ganhos e saneamentos considerados como não recorrentes são incluídos em cada uma das linhas da demonstração de resultados (DRE), onde foram registrados por natureza.

Para facilitar a explicação das variações entre os exercícios, é apresentada a seguir uma demonstração de resultados resumida, onde os ganhos e saneamentos não recorrentes são apresentados pelo seu valor líquido e de forma separada em uma linha logo antes do lucro atribuível ao Grupo (líquido de ganhos e saneamentos).

Em 2017, o impacto líquido negativo dos ganhos e saneamentos não recorrentes foi de 897 milhões de euros. Especificamente, os impactos positivos foram de 297 milhões de euros em vista dos ganhos obtidos com a venda de Allfunds Bank e 73 milhões como efeito da reforma fiscal nos Estados Unidos. Por outro lado, foram realizados encargos de 603 milhões de euros para saneamentos de ágios, 149 milhões nos Estados Unidos em virtude de furacões, a compra de uma participação no Santander Consumer USA e outros fundos, 385 milhões de euros de encargos relacionados com processos de integração (300 milhões no Popular e 85 milhões no Santander Consumer Finance) e 130 milhões de euros em virtude de saneamentos de participações e ativos intangíveis.

O impacto líquido negativo dos ganhos e saneamentos não recorrentes em 2016 foi de 417 milhões de euros. Especificamente, os ganhos foram 227 milhões de euros e corresponderam à venda da VISA Europe. Por outro lado, foram realizados encargos no montante conjunto de 644 milhões de euros, correspondentes a: custos de reestruturação (475 milhões), constituição de um fundo para cobrir eventuais reclamações relacionadas com produtos de seguros de proteção de pagamentos (PPI) no Reino Unido (137 milhões de euros) e reformulação dos dados da Santander Consumer USA (32 milhões).

Demonstração de resultados de gestão resumida

Milhões de euros

	2017	2016
Margem de juros	34.296	31.089
Comissões líquidas	11.597	10.180
Resultados líquidos de operações financeiras	1.703	1.723
Outras receitas	796	862
Margem bruta	48.392	43.853
Despesas totais	(22.918)	(21.088)
Despesas administrativas	(20.325)	(18.723)
Despesas de pessoal	(11.972)	(10.997)
Outras despesas administrativas	(8.353)	(7.727)
Amortização de ativos tangíveis e intangíveis	(2.593)	(2.364)
Margem líquida	25.473	22.766
Provisões para perdas com créditos	(9.111)	(9.518)
Perdas com outros ativos	(414)	(247)
Outros resultados e provisões	(2.398)	(1.712)
Resultado ordinário antes dos impostos sobre o lucro	13.550	11.288
Imposto de renda	(4.587)	(3.396)
Lucro líquido ordinário das operações continuadas	8.963	7.892
Resultado de operações descontinuadas (líquida)	—	0
Lucro líquido ordinário do período	8.963	7.893
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	1.447	1.272
Lucro líquido ordinário atribuível à Controladora	7.516	6.621
Líquido de ganhos e saneamentos	(897)	(417)
Lucro líquido atribuível à Controladora	6.619	6.204

Em 2017, o Grupo Santander desenvolveu a sua atividade em um ambiente econômico mais favorável que nos últimos anos, continuando as baixas taxas de juros nos países desenvolvidos a ser o fator mais desfavorável para a atividade bancária.

Nesse ambiente, a solidez do nosso modelo de negócio nos permitiu obter crescimentos de dois dígitos do lucro ordinário no Grupo e na maioria das geografias. O RoTE situa-se entre os melhores do setor e compatibilizamos o crescimento do balanço com a melhoria dos índices de capital e o maior pagamento de dividendos por ação.

No exercício 2017, o Grupo obteve um lucro atribuível de 6.619 milhões de euros, o que representa um aumento de 7% em relação ao lucro de 2016. Antes de considerar os resultados não recorrentes descritos acima e os impostos, que refletem o aumento da pressão fiscal, o resultado ordinário antes de impostos encontra-se em 13.550 milhões de euros, com um aumento anual de 20%.

Antes de analisar a evolução das linhas da demonstração de resultados, são detalhados alguns dos aspectos que afetaram a comparação entre os dois exercícios:

- A DRE de 2017 inclui os resultados gerados pelo Banco Popular. Desde a sua incorporação ao Grupo em 7 de junho passado, gerou uma perda de 37 milhões de euros, devido ao encargo de custos de integração de 300 milhões de euros realizado no terceiro trimestre, conforme anunciado no momento da integração.
- No conjunto do Grupo, a evolução das taxas de câmbio tem pouco impacto (inferior a um ponto percentual em nível de lucro atribuível). Contudo, a evolução é distinta por unidades: Brasil (+7 pontos percentuais); Polônia (+2 pontos percentuais); Chile (+2 pontos percentuais); Estados Unidos (-2 pontos percentuais); México (-3 pontos percentuais); Reino Unido (-7 pontos percentuais) y Argentina (-14 pontos percentuais).

Taxas de câmbio médios do período: Paridade 1 euro=moeda

	2017	2016
Dólar EUA	1,127	1,106
Libra	0,876	0,817
Real brasileiro	3,594	3,831
Peso mexicano	21,291	20,637
Peso chileno	731,538	747,500
Peso argentino	18,566	16,316
Zloti polonês	4,256	4,362

Detalhamento das principais linhas da demonstração de resultados

A seguir, são comentados os aspectos mais destacados da evolução da demonstração de resultados entre 2017 e 2016.

As receitas atingiram 48.392 milhões de euros, aumentando 10% com relação ao exercício de 2016, ao mesmo tempo em que sua qualidade melhorou, ao serem impulsionadas pelas receitas de clientes (+11%).

Nossa estrutura de receitas, em que a margem de juros e comissões representa 95% do total das receitas, continua permitindo um crescimento consistente e recorrente das mesmas.

A margem de juros totalizou 34.296 milhões de euros, com alta de 10% com relação a 2016.

A seguir, constam os saldos médios de balanço de cada ano, obtidos como a média dos meses do período, o que não difere significativamente de obter a média dos saldos diários, assim como os juros gerados. Estes últimos são os apresentados na demonstração de gestão. Por outro lado, a abertura entre doméstico e internacional se realiza com base no domicílio do cliente.

Balanço médio - ativos e receitas por juros

	2017			2016		
	Saldo médio	Juros	Taxa média	Saldo médio	Juros	Taxa média
(em milhões de euros, exceto percentagens)						
ATIVOS						
Caixa e depósitos em bancos centrais e depósitos em instituições de crédito						
Doméstico	59.335	119	0,20%	47.985	171	0,36%
Internacional	123.377	3.602	2,92%	115.435	4.307	3,73%
	182.712	3.721	2,04%	163.420	4.478	2,74%
Crédito a clientes						
Doméstico	220.067	4.828	2,19%	175.751	3.967	2,26%
Internacional	604.159	38.812	6,42%	605.758	38.611	6,37%
	824.226	43.640	5,29%	781.509	42.578	5,45%
Instrumentos de dívida						
Doméstico	73.166	1.315	1,80%	65.026	1.060	1,63%
Internacional	124.743	5.826	4,67%	116.163	5.867	5,05%
	197.909	7.141	3,61%	181.189	6.927	3,82%
Receitas por operações de cobertura						
Doméstico	—	2	—	—	56	—
Internacional	—	505	—	—	533	—
	—	507	—	—	589	—
Outros juros						
Doméstico	—	432	—	—	194	—
Internacional	—	600	—	—	390	—
	—	1.032	—	—	584	—
Total de ativos que incorrem em juros						
Doméstico	352.568	6.696	1,90%	288.762	5.448	1,89%
Internacional	852.279	49.345	5,79%	837.356	49.708	5,94%
	1.204.847	56.041	4,65%	1.126.118	55.156	4,90%
Outros ativos	202.834			211.543		
Ativos por operações descontinuadas	—			—		
Total de ativos médios	1.407.681	56.041		1.337.661	55.156	

O saldo médio dos ativos que remuneram juros em 2017 foi de 1.205 milhares de milhões de euros, 7% superior a 2016 (1.126 milhares de milhões de euros).

Este aumento ocorre em sua maior parte no seu componente nacional, que aumentou em todas as rubricas, condicionado pela incorporação do Banco Popular ao Grupo em junho.

A rentabilidade média do total dos ativos rentáveis baixou 25 pontos-base chegando a 4,65%. Essa evolução deve-se principalmente aos depósitos em bancos centrais e instituições de crédito do componente internacional que, em conjunto, reduziu a sua rentabilidade em 15 pontos-base, chegando a 5,79%. Por outro lado, o componente doméstico se manteve praticamente estável, com 1,90%.

Balanço médio - passivos e gastos por juros

PASIVO Y FONDOS PROPIOS

Depósitos de bancos centrais e instituições de crédito

Doméstico
Internacional

Depósitos de clientes

Doméstico
Internacional

Débitos representados por valores negociáveis

Doméstico
Internacional

Outros passivos que incorrem em juros

Doméstico
Internacional

Gastos derivados de operações de cobertura

Doméstico
Internacional

Outros juros

Doméstico
Internacional

Total passivos que incorrem em juros

Doméstico
Internacional

Outros passivos

Participações não dominantes

Fundos próprios

Passivos por operações descontinuadas

Total de passivos e fundos próprios médios

2017			2016		
Saldo médio	Juros	Taxa média	Saldo médio	Juros	Taxa média
(em milhões de euros, exceto percentagens)					
93.873	261	0,28%	76.322	256	0,34%
88.395	2.000	2,26%	85.284	1.858	2,18%
182.268	2.261	1,24%	161.606	2.114	1,31%
219.194	1.140	0,52%	177.028	936	0,53%
521.275	9.934	1,91%	502.366	11.949	2,38%
740.469	11.074	1,50%	679.394	12.885	1,90%
74.029	1.489	2,01%	71.402	1.484	2,08%
142.691	5.162	3,62%	150.412	6.284	4,18%
216.720	6.651	3,07%	221.814	7.768	3,50%
6.102	100	1,64%	6.470	117	1,81%
2.057	98	4,76%	1.988	84	4,23%
8.159	198	2,43%	8.458	201	2,38%
(27)			(166)		
(207)			(189)		
(234)			(355)		
399			286		
1.396			1.168		
1.795			1.454		
393.197	3.362	0,86%	331.220	2.913	0,88%
754.419	18.383	2,44%	740.052	21.154	2,86%
1.147.616	21.745	1,89%	1.071.272	24.067	2,25%
155.072			166.026		
12.356			11.622		
92.637			88.741		
—			—		
1.407.681	21.745		1.337.661	24.067	

O saldo médio dos passivos que remuneram juros foi de 1.148 milhares de milhões de euros em 2017, 7% superior a 2016 (1.071 milhares de milhões de euros). Da mesma maneira como ocorre com os saldos de ativo, o aumento deve-se, em sua maior parte, ao aumento das rubricas do componente doméstico, muito condicionado pela incorporação do Banco Popular.

O custo médio dos passivos que remuneram juros diminuiu 36 pontos-base para 1,89%. Da mesma forma que com relação ao ativo, isso se deve ao componente internacional que reduziu o seu custo em 42 pontos-base, chegando a 2,44%, nesse caso devido à menor taxa média dos depósitos de clientes e dos débitos representados por valores negociáveis. Por outro lado, o componente doméstico manteve-se praticamente estável, com uma taxa média de 0,86%.

As variações expressas no quadro seguinte nas receitas e custos são calculadas e atribuídas principalmente:

- à variação por volume, que é obtida aplicando a taxa de juros do período anterior à diferença entre os saldos médios do período atual e do período anterior.
- à variação por taxa de juros, que é obtida aplicando ao saldo médio do exercício anterior a diferença entre as taxas do período atual e do período anterior.

Ao separar entre receitas financeiras e custos financeiros, observa-se que:

- As receitas financeiras aumentaram 885 milhões de euros, como efeito dos maiores volumes (+2.111 milhões). Esse crescimento ocorre no componente doméstico, já que o internacional registra o impacto negativo das taxas.

Receitas de juros

Caixa e depósitos em bancos centrais e depósitos em instituições de crédito

Doméstico
Internacional

Crédito a clientes

Doméstico
Internacional

Instrumentos de dívida

Doméstico
Internacional

Receitas por operações de cobertura

Doméstico
Internacional

Outros juros

Doméstico
Internacional

Total de ativos que incorrem em juros

Doméstico
Internacional

2017/2016		
Aumento (diminuição por mudanças em		
Volume	Taxa	Variação líquida
(em milhões de euros)		
34	(86)	(52)
281	(986)	(705)
315	(1.072)	(757)
975	(114)	861
(102)	303	201
873	189	1.062
140	115	255
417	(458)	(41)
557	(343)	214
(54)	—	(54)
(28)	—	(28)
(82)	—	(82)
238	—	238
210	—	210
448	—	448
1.333	(85)	1.248
778	(1.141)	(363)
2.111	(1.226)	885

- Os encargos financeiros diminuíram 2.322 milhões de euros, como efeito das taxas (-3.302 milhões). A diminuição nos encargos deve-se também ao componente internacional, devido à variação das taxas.

Gastos por interesses

Depósitos de bancos centrais e instituições de crédito

Doméstico
Internacional

Depósitos de clientes

Doméstico
Internacional

Débitos representados por valores negociáveis

Doméstico
Internacional

Outros passivos que incorrem em juros

Doméstico
Internacional

Gastos derivados de operações de cobertura

Doméstico
Internacional

Outros juros

Doméstico
Internacional

Total de passivos que incorrem em juros

Doméstico
Internacional

2017/2016		
Aumento (diminuição por mudanças em		
Volume	Taxa	Variação
(em milhões de euros)		
53	(48)	5
69	73	142
122	25	147
220	(16)	204
436	(2.451)	(2.015)
656	(2.467)	(1.811)
54	(49)	5
(311)	(811)	(1.122)
(257)	(860)	(1.117)
(6)	(11)	(17)
3	11	14
(3)	—	(3)
139	—	139
(18)	—	(18)
121	—	121
113	—	113
228	—	228
341	—	341
573	(124)	449
407	(3.178)	(2.771)
980	(3.302)	(2.322)

O valor líquido é um aumento de 3.207 milhões de euros, dos quais 1.131 milhões correspondem à evolução dos volumes e 2.076 milhões à evolução das taxas.

Ao examinar a evolução da margem de juros por geografias, sem levar em conta as taxas de câmbio para uma melhor análise da evolução do negócio, os maiores aumentos ocorreram nos mercados emergentes, destacando-se o Brasil (+17%), o México (+13%), a Argentina (+58%) e a Polônia (+9%), em virtude dos maiores crescimentos em volumes, a que se aliam taxas de juros mais elevadas que nos mercados desenvolvidos, embora com evolução muito diferente (no México aumentaram enquanto no Brasil diminuíram significativamente). Por outro lado, as únicas reduções ocorrem na Espanha (sem o Popular) devido à pressão das taxas de juros e menores volumes, em Portugal, onde o ambiente de taxas é similar, a que se somam menores receitas pela carteira ALCO, e nos EUA, afetados pela queda de saldos na carteira de automóveis no Santander Consumer USA e pela alteração de mix para um menor perfil de risco. Sem considerar o Banco Popular, a margem aumenta 7%.

Com relação às comissões, atingiram 11.597 milhões de euros, com crescimento de dois dígitos originado na maior atividade e vinculação dos nossos clientes. É um crescimento que apresenta uma tendência de aceleração: em 2017, aumentou 14%, superando amplamente os crescimentos registrados tanto em 2016 (+8%) como em 2015 (+4%). Por negócios, subiram tanto as procedentes do Banco Comercial e de Varejo (86% do total de comissões) como as de Global Corporate Banking. Sem considerar o Banco Popular, as comissões aumentaram 11%.

Por geografias, crescimentos generalizados relacionados ao aumento de clientes vinculados em todas as unidades, à oferta de produtos de maior valor agregado e uma melhor experiência de nossos clientes.

Os resultados por operações financeiras, que representam apenas 3,5% das receitas, diminuíram 1%. O restante das receitas representa menos de 2% do total. Nessa linha, são incluídos os dividendos, que baixaram 29 milhões, os resultados por equivalência patrimonial, que melhoraram em 260 milhões e os “outros resultados de exploração”, que diminuíram em 296 milhões, em parte devido aos maiores aportes ao Fundo de Garantia de Depósitos, incluídos aqueles realizados pelo Banco Popular em 2017.

Os custos operacionais foram de 22.918 milhões de euros e registraram um aumento de 9%. Ajustados pela inflação e perímetro, mantêm-se praticamente inalterados, apesar de incorporar maiores custos relacionados com a regulação e investimentos em transformação. O Grupo Santander se mantém como um dos bancos mais eficientes do mundo, com um índice de eficiência de 47%.

Por unidades, continuamos realizando uma gestão muito ativa ao longo do ano, adaptando a base à realidade do negócio em cada mercado. Isso nos permitiu reduzi-los ou mantê-los estáveis em sete das dez unidades principais em termos reais e sem perímetro. As duas unidades em que subiram mais são o México, pelos significativos investimentos em infraestruturas e sistemas no âmbito do plano lançado ao final de 2016, e o Brasil, onde acompanham a dinâmica do negócio e os investimentos em transformação.

A evolução descrita de receitas e custos se reflete em uma melhoria de 70 pontos-base no índice de eficiência, que se situa em 47,4% (48,1% em 2016), o que nos mantém entre os melhores dentre os bancos comparáveis. Sem considerar o Popular, que nesse momento aporta proporcionalmente mais gastos, a eficiência melhorou atingindo 46,8%.

As provisões para créditos atingem 9.111 milhões de euros, 4% menos do que há um ano. Sem o Popular, a queda é de 5%. Por unidades, na moeda local de cada uma, verifica-se quedas significativas na Europa Continental e nos Estados Unidos, diminuindo também no conjunto da América Latina. O Reino Unido, por outro lado, aumentou devido à normalização de provisões e um caso pontual no GCB. Apesar disso, o seu custo do crédito continua sendo baixo, de 8 pontos-base, embora comparado com apenas 2 pontos-base em 2016.

O custo do crédito, por sua vez, manteve a sua tendência de melhoria, reflexo da estratégia seletiva de crescimento e de uma adequada política de gestão do risco. Passou de 1,18% no encerramento de 2016 para 1,07% no encerramento de 2017. Sem o Popular, 1,12%. Essa melhoria no ano registra-se em quase todas as unidades do Grupo, destacando-se o Brasil, Estados Unidos, Chile, Portugal, SCF e Polônia. Subiram, junto ao caso citado do Reino Unido, no México e Argentina.

O conjunto de outros resultados e saneamentos contabiliza uma cifra negativa de 2.812 milhões de euros, superior aos 1.959 milhões, também negativos, do ano passado. Nesse item, são contabilizadas provisões de natureza muito diversa, assim como ganhos, perdas e depreciação de ativos. Esta linha da DRE foi mais elevada neste exercício porque reforçamos o balanço e temos alguns encargos maiores que o habitual, principalmente no Brasil e Reino Unido.

O lucro ordinário antes de impostos atinge 13.550 milhões de euros após subir 20%, reflexo da boa evolução das receitas, do controle dos custos e do bom desempenho das provisões e do custo do crédito. Sem o Popular, aumento de 17%. Por geografias, oito aumentaram na sua moeda local e sete tiveram aumento de dois dígitos.

Os impostos aumentaram, elevando a pressão fiscal em algumas unidades, principalmente no Brasil, Espanha, Polónia, Chile e Argentina. Para o conjunto do Grupo, a taxa fiscal passou de 30% para cerca de 34%.

Os resultados atribuídos a minoritários subiram 14%. Por unidades, aumentos significativos no Santander Consumer Finance, em virtude do acordo com o Banque PSA, Brasil e Chile. Por outro lado, decréscimo no Santander Consumer USA, decorrente, por um lado, do menor lucro obtido e, por outro, da realização da compra de uma participação.

O lucro ordinário atribuível (antes do líquido de ganhos e saneamentos) encontra-se em 7.516 milhões de euros, com aumento de 14%. Sem o Popular, aumento de 10%.

Com esse lucro, o RoTE ordinário do Grupo é de 11,8% (+70 pontos-base no ano), o RoRWA ordinário de 1,48% em 2017 em comparação a 1,36% em 2016 e o lucro ordinário por ação é de 0,463 euros, 8% superior a 2016.

Por último, o lucro atribuível ao Grupo é de 6.619 milhões de euros no ano, 7% mais que em 2016. Sem o Popular, aumento também é de 7%.

O lucro por ação (LPA) aumentou 1% no ano, sendo de situando-se em 0,404 euros. O RoTE total é 10,41% (10,38% em 2016) e o RoRWA total é 1,35% (1,29% em 2016).

2.3 Balanço

A seguir, é apresentado o balanço resumido no encerramento de dezembro de 2017, comparado com o de encerramento de dezembro de 2016.

Balço patrimonial resumido consolidado

Milhões de euros

	2017	2016
Ativo		
Dinheiro, saldos em dinheiro em bancos centrais e outros depósitos à vista	110.995	76.454
Ativos financeiros mantidos para negociar	125.458	148.187
Instrumentos de dívida	36.351	48.922
Instrumentos de patrimônio	21.353	14.497
Empréstimos e abonos a clientes	8.815	9.504
Empréstimos e abonos a bancos centrais e entidades de crédito	1.696	3.221
Derivativos	57.243	72.043
Ativos financeiros por valor justo com alterações em resultados	34.782	31.609
Empréstimos e abonos a clientes	20.475	17.596
Empréstimos e abonos a bancos centrais e entidades de crédito	9.889	10.069
Outros (instrumentos de dívida e de patrimônio)	4.418	3.944
Ativos financeiros disponíveis para venda	133.271	116.774
Instrumentos de dívida	128.481	111.287
Instrumentos de patrimônio	4.790	5.487
Empréstimos e rubricas a receber	903.013	840.004
Instrumentos de dívida	17.543	13.237
Empréstimos e abonos a clientes	819.625	763.370
Empréstimos e abonos a bancos centrais e entidades de crédito	65.845	63.397
Investimentos mantidos até o vencimento	13.491	14.468
Investimentos em negócios conjuntos e associados	6.184	4.836
Ativos tangíveis	22.974	23.286
Ativos intangíveis	28.683	29.421
Ágio	25.769	26.724
Outros ativos intangíveis	2.914	2.697
Outros ativos	65.454	54.086
Total ativo	1.444.305	1.339.125
Passivo e patrimônio líquido		
Passivos financeiros mantidos para negociar	107.624	108.765
Depósitos de clientes	28.179	9.996
Obrigação por emissão de títulos	—	—
Depósitos captados junto à bancos centrais e à instituições de crédito	574	1.395
Derivativos	57.892	74.369
Outros	20.979	23.005
Passivos financeiros por valor justo com alterações em resultados	59.616	40.263
Depósitos de clientes	28.945	23.345
Obrigação por emissão de títulos	3.056	2.791
Depósitos captados junto à bancos centrais e à instituições de crédito	27.026	14.127
Outros	589	—
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado	1.126.069	1.044.240
Depósitos de clientes	720.606	657.770
Obrigação por emissão de títulos	214.910	226.078
Depósitos captados junto à bancos centrais e à instituições de crédito	162.714	133.876
Outros	27.839	26.516
Passivos abrangidos por contratos de seguro	1.117	652
Provisões	14.489	14.459
Outros passivos	28.557	28.047
Total passivo	1.337.472	1.236.426
Fundos próprios	116.265	105.977
Capital	8.068	7.291
Reservas	103.607	94.149
Lucro líquido atribuível à Controladora	6.619	6.204
Menos: dividendos e remunerações	(2.029)	(1.667)
Outro resultado global acumulado	(21.776)	(15.039)
Participação de acionistas não controladores	12.344	11.761
Patrimônio líquido total	106.833	102.699
Total passivo e patrimônio líquido	1.444.305	1.339.125

A evolução dos saldos no ano é impactada significativamente tanto pelas variações de taxas de câmbio das moedas em que o Grupo opera, como pela mudança de perímetro.

- No caso dos saldos, a incidência das taxas de câmbio finais, que afetam o balanço, foi maior que nas taxas médias, que afetam a DRE. Assim, o impacto negativo em torno de cinco pontos percentuais nos saldos com clientes para o conjunto do Grupo pela variação das taxas de câmbio, com incidência diferente por unidades: Polónia (+6 pontos percentuais); Reino Unido e Chile (-4 pontos percentuais); México (-8 pontos percentuais); Estados Unidos (-12 pontos percentuais); Brasil (-14 pontos percentuais) e Argentina (-38 pontos percentuais).
- Impacto perímetro positivo de dez pontos percentuais, decorrente da aquisição do Banco Popular no segundo trimestre do ano.

Taxas de câmbio finais do período: Paridade 1 euro=moeda

	2017	2016
Dólar EUA	1,199	1,054
Libra	0,887	0,856
Real brasileiro	3,973	3,431
Peso mexicano	23,661	21,772
Peso chileno	736,922	707,612
Peso argentino	22,637	16,705
Zloti polonês	4,177	4,410

Os créditos brutos a clientes do Grupo no encerramento do exercício de 2017 são de 872.849 milhões de euros, cifra 7% superior aos 814.863 milhões contabilizados no encerramento de 2016. Sem considerar o efeito das variações das taxas de câmbio nem a incorporação do Popular, e eliminando as operações compromissadas, os créditos cresceram 2%

Créditos a clientes

Milhões de euros

	2017	2016
Carteira comercial	29.287	23.894
Deudores com garantia real	473.936	454.676
Outros deudores a prazo	257.441	232.289
Arrendamentos financeiros	28.511	25.357
Deudores à vista	6.721	8.102
Deudores por cartões de crédito	21.809	21.363
Ativos deteriorados	36.280	32.573
Crédito bruto a clientes (sem operações compromissadas)	853.985	798.254
Operações compromissadas	18.864	16.609
Crédito bruto a clientes	872.849	814.863
Provisões para perdas - crédito	23.934	24.393
Crédito líquido a clientes	848.915	790.470

No encerramento de 2017, do total de créditos a clientes com vencimento superior a um ano, 57% estão referenciados a taxa variável e 43% restantes a taxa fixa. Em um detalhamento geográfico:

- No âmbito doméstico, 74% dos créditos são concedidos a taxa variável e 26% a taxa fixa.
- Dentre os créditos concedidos fora da Espanha, 51% são à taxa variável e 49% à taxa fixa.

Créditos com vencimento superior a um ano no encerramento de 2017
Milhões de euros

	Doméstico		Internacional		TOTAL	
	Importe	Peso sobre total (%)	Importe	Peso sobre total (%)	Importe	Peso sobre total (%)
Fixo	47.060	26%	229.871	49%	276.931	43%
Variável	133.557	74%	239.450	51%	373.007	57%
TOTAL	180.617	100%	469.321	100%	649.938	100%

Na nota 10.b das demonstrações consolidadas anexas, acompanha-se a distribuição por atividade do crédito à clientela.

Na sua evolução por unidades com relação a 2016, o crédito bruto sem operações compromissadas (sem considerar o impacto das variações das taxas de câmbio), registram-se aumentos em oito das dez principais, como segue:

- Os aumentos mais significativos ocorreram na Argentina (+44%, apoiado em créditos ao consumo e PMEs), Portugal (+8%, favorecido pelo aumento do segmento institucional) e Brasil (+7%, pela boa evolução de pessoas físicas).
- Crescimentos de 6% no Santander Consumer Finance, principalmente pelo crescimento da produção no segmento de automóveis e em cartões de crédito, e de 5% no México e Polônia, apoiado em PMEs e empresas. O Chile aumentou 3% com relação a pessoas físicas, alta renda e PMEs. Por último, o Reino Unido aumentou 1% devido a hipotecas residenciais e créditos a empresas, que foram compensados pela redução em empréstimos *non-core*.
- Redução de 2% na Espanha, devido a saldos institucionais e GCB, já que as PMEs cresceram levemente no ano, e de 4% nos Estados Unidos, principalmente em função da venda de uma carteira do Santander Consumer USA e a redução do GCB no Santander Bank.
- Com relação à Atividade Imobiliária na Espanha, e antes da incorporação do Banco Popular, os créditos sofreram uma redução de 56% em comparação ao ano anterior, tendo sido dada continuidade à estratégia dos últimos anos.

Com relação ao risco de crédito, no encerramento de 2017 o índice de inadimplência é de 4,08%, com cobertura de 65%, afetado pela incorporação do Banco Popular. Não considerando essa incorporação, o índice de inadimplência é de 3,38%, com redução de 55 pontos-base com relação a 2016, com uma cobertura de 71% (74% em 2016).

Em relação ao passivo, o total de recursos de clientes administrados, incluindo depósitos, fundos de investimento, fundos de pensões e patrimônios administrados, é de 985.703 milhões de euros, com um aumento de 13% com relação ao encerramento de 2016.

O total de depósitos, sem operações compromissadas, e fundos de investimento aumentou 12% em 2016. À taxa de câmbio constante e sem a incidência da incorporação do Popular o aumento é de 8%.

Por produtos e segundo a estratégia de vinculação e gestão do custo de financiamento, as contas à vista aumentaram 9%, apresentando crescimento em praticamente todos os países, e os fundos de investimento aumentaram 14%, também com crescimentos generalizados. Por outro lado, os saldos a prazo se mantiveram estáveis, com evolução distinta por unidades.

Por geografias, crescimento em oito das dez principais unidades, com a única redução nos Estados Unidos (-9%, em virtude de menores saldos institucionais), detalhado como segue:

- Crescimentos nas unidades latino-americanas (Argentina: +53%; Brasil: +24% e México: +6%), enquanto na Europa, Espanha aumentou 12% e Reino Unido, 3%.
- Crescimentos mais moderados no Santander Consumer Finance, Polônia e Portugal (+2% em cada um). Em todos eles priorizou-se a redução do custo frente ao crescimento de volume, motivo pelo qual os crescimentos dos saldos à vista foram compensados pelas quedas dos saldos a prazo.
- Por último, o Chile foi estável no ano.

Recursos de clientes

Milhões de euros

	2017	2016
Depósitos à vista	525.072	467.261
Depósitos à prazo	199.650	181.089
Fundos de investimento	165.413	147.416
Depósitos sem operações compromissadas + Fundos de investimento	890.135	795.766
Fundos de pensão	16.166	11.298
Patrimônios administrados	26.393	23.793
Subtotal	932.694	830.858
Operações compromissadas	53.009	42.761
Recursos de clientes	985.703	873.618

O índice de créditos líquidos sobre depósitos em dezembro de 2017 foi de 109%, frente aos 114% em dezembro de 2016. Mais informações no item sobre gestão de risco de liquidez e financiamento deste relatório.

Junto à captação de depósitos de clientes, o Grupo considera estratégico manter uma política seletiva de emissão nos mercados internacionais de renda fixa, procurando adaptar a frequência e volume das operações de mercado às necessidades estruturais de liquidez de cada unidade, bem como à receptividade de cada mercado. Mais informações no item 3 deste relatório (Liquidez e Capital).

Os ativos financeiros disponíveis para a venda eram de 133.271 milhões de euros em dezembro de 2017, com um aumento no ano de 16.497 milhões e 14%, principalmente pela maior posição em dívida pública espanhola decorrente da incorporação do Banco Popular.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Milhões de euros

	2017	2016
Instrumentos de dívida	128.481	111.287
Instrumentos de patrimônio	4.790	5.487
TOTAL	133.271	116.774

Informações sobre os ganhos e perdas por avaliação gerados pelos ativos financeiros disponíveis para a venda constam na nota 29.d das demonstrações financeiras anuais consolidadas anexas.

Por sua vez, os investimentos mantidos até o vencimento no encerramento de 2017 foram de 13.491 milhões de euros, com redução de 977 milhões com relação a 2016.

Os ágios são de 25.769 milhões de euros, cifra inferior em 955 milhões com relação aos 26.724 milhões em dezembro de 2016. Essa evolução deve-se principalmente às diminuições registradas nos Estados Unidos (devido à taxa de câmbio e depreciação realizada) e no Brasil (taxa de câmbio), parcialmente compensado pelo aumento resultante da recompra da Santander Asset Management.

Por último, os ativos tangíveis encontram-se em 22.975 milhões de euros, 1% inferiores aos de dezembro de 2016 (23.286 milhões).

2.4 Áreas de negócio

A seguir, comenta-se a evolução registrada pelas áreas de negócio, nas quais é apresentado temporariamente, em separado, o perímetro de aquisição do Grupo Popular que, tal como comentado anteriormente, foi integrado ao Grupo Santander em 7 de junho passado.

As variações apresentadas a seguir sobre a atividade das áreas de negócio referem-se ao crédito bruto a clientes sem operações compromissadas e aos recursos de clientes, considerando os depósitos sem operações compromissadas e os fundos de investimentos.

Europa continental (variações sem impacto de taxa de câmbio)

Europa continental incorpora todos os negócios realizados na região.

Estratégia

Em um ambiente de taxas de juros especialmente baixas, a estratégia do banco continua sendo a de continuar melhorando a vinculação de nossos clientes, ganhar cota de mercado, controlar custos e melhorar a qualidade do crédito. Para tanto, continuamos trabalhando para melhorar a experiência dos clientes e melhorar a eficiência através da transformação digital, simplificando os processos e comercializando produtos inovadores.

Como consequência dessa estratégia, os clientes vinculados aumentaram 18%, tanto em pessoas físicas (+20%) como em PMEs e empresas (+8%). O aumento da vinculação impulsionou as receitas de comissões, com um aumento de 11% sem contar as aquisições. Do mesmo modo, a estratégia digital aumenta os clientes digitais em 11%, com importantes crescimentos em grande parte das geografias da zona.

Além disso, 2017 foi um ano muito importante com relação ao crescimento inorgânico, destacando-se a incorporação do Banco Popular, a compra de 50% da Santander Asset Management e o acordo para a aquisição do negócio de varejo e de *private banking* do Deutsche Bank na Polónia, que se tornará efetivo em 2018 (uma vez obtidas as aprovações pertinentes). Após a aquisição do Banco Popular, o Banco Santander recuperou a liderança na Espanha e o Banco Santander Totta situa-se como o maior banco privado em Portugal em termos de ativos e créditos da atividade doméstica.

Atividade e resultados (dados sem o Popular)

Os créditos aumentam 2% na comparação anual, com aumentos em todas as unidades, salvo na Espanha (-2% devido aos saldos institucionais). Com relação a recursos, aumentaram 9% com crescimento em todas as unidades devido ao aumento tanto dos depósitos como dos fundos de investimento.

A Europa continental obteve um lucro atribuível de 2.868 milhões de euros, com crescimento de 18% com relação a 2016. Sem considerar o impacto dos resultados não recorrentes registrados tanto em 2017 como em 2016, o resultado atribuível ordinário foi de 2.953 milhões de euros, com crescimento anual de 13%.

Esse crescimento se apoia principalmente em maiores receitas de comissões (+11%), reflexo da maior vinculação dos clientes, e uma queda de 26% nas provisões de crédito, que se explica por uma dinâmica que pode ser observada nas principais unidades e que reflete a melhoria nos índices de inadimplência e no custo do crédito. A margem de juros, por sua vez, se repete com relação a 2016, afetada pelo ambiente de taxas de juros em mínimos históricos.

Todas as unidades aumentaram o lucro ordinário, sendo de dois dígitos na Espanha, SCF e Portugal e, em menor medida na Polónia, afetada por impostos mais altos e impactos regulatórios.

Espanha

Estratégia

A nossa estratégia comercial está concentrada principalmente em reforçar a vinculação e a experiência dos clientes, por meio da transformação digital.

Com relação a pessoas físicas, os clientes vinculados aumentaram 54%, apoiados na estratégia 1|2|3 e na nova estratégia de meios de pagamento. No âmbito da estratégia 1|2|3, concluímos a oferta comercial com o lançamento da conta *Smart* para clientes *millenials* e a conta *Zero*, 100% digital e sem comissões.

Com relação a empresas, destaca-se o crescimento em PMEs, a melhora da qualidade de clientes e o maior foco em produtos de valor agregado e de curto prazo.

Continuamos muito comprometidos com a transformação digital do banco. Nesse contexto, o lançamento da *Digilosofía* nos permite pôr em valor todas as nossas capacidades digitais, que presumem avanços significativos no processo de transformação. Assim, atingimos 3,2 milhões de clientes digitais, crescendo 15% com relação ao ano anterior e liderando o mercado de pagamentos por celular, sendo pioneiros no lançamento de uma solução de pagamentos internacionais baseada em tecnologia de *Distributed Ledger*.

Ocorreu também uma melhora continuada de processos chave como a abertura de contas, concessão de créditos, seguros e pagamentos internacionais, com a possibilidade de contratação digital de todos os nossos produtos através dos canais remotos.

Finalizamos o ano com 500 agências *SmartRed*: agências digitalmente integradas, inteligentes, simples e acessíveis.

Atividade e resultados (dados sem o Popular)

Sólida dinâmica comercial com bom desempenho da atividade de crédito, apesar do saldo registrar uma diminuição de 2%. A produção do crédito aumentou com relação a 2016, com evolução positiva nos principais segmentos e, especialmente, em pessoas físicas e PMEs.

Esse comportamento da atividade tem reflexo em um aumento do crédito em banco comercial e de varejo. O impulso de consumo, PMEs e outros produtos permitiu neutralizar a redução de saldos hipotecários.

Em recursos, mantivemos uma sólida estrutura de financiamento e liquidez reforçada pelo crescimento dos recursos de clientes (+12% anual). Os depósitos a prazo continuaram cedendo peso frente aos depósitos à vista que aumentaram 19% no ano. Os fundos de investimento cresceram 18%.

O lucro atribuível atingiu 1.180 milhões de euros, 46% mais que em 2016, no qual foram contabilizados ganhos de VISA Europe e custos de reestruturação. Sem a sua consideração, o lucro ordinário aumentou 15%, em virtude da evolução positiva de comissões, a contenção de custos e as necessidades menores de provisões, que compensaram a pressão sobre a margem de juros e menores resultados em função de operações financeiras.

A margem de juros continuou afetada pelas baixas taxas de juros, a reavaliação do ativo e a pressão competitiva de preços. Notável evolução das comissões, que subiram 16% e nas quais se destacam as procedentes de meios de pagamento e da transacionalidade dos clientes, bem como a contribuição de banco de atacado. Em conjunto, crescimento contido da margem bruta, que aumentou 2%.

Os custos apresentam uma redução de 1% anual, após absorção de custos associados a lançamentos do Openbank e o impacto perimetro pela integração de uma sociedade que faz a gestão de TPVs (terminais de ponto de venda). Isso foi consequência dos planos de eficiência de anos anteriores. O índice de eficiência ficou em 57%.

As provisões continuaram seu processo de normalização e contínua melhora do custo de crédito que reduziu até chegar a 0,33%.

Melhoria sustentada do perfil de riscos, com queda do índice de inadimplência, chegando a 4,72%, o que significa uma redução de 70 pontos-base durante o exercício.

Santander Consumer Finance (variações sem impacto de taxa de câmbio)

Estratégia

O SCF é líder em financiamento ao consumo na Europa com presença em 14 países e mais de 130.000 pontos de venda associados (concessionárias de automóveis e estabelecimentos comerciais). Além disso, conta com um importante número de acordos de financiamento com fabricantes de automóveis e motos e grupos de distribuição varejista.

Os focos de gestão do ano foram melhorar a eficiência do capital, a gestão dos acordos com o Banque PSA Finance (BPF) concluídos em 2016 (*joint-ventures* em 11 países), aumentar o financiamento de automóveis e incrementar o financiamento ao consumo, estendendo os acordos com os principais promotores, e potencializar os canais digitais.

Atividade e resultados

Com relação à atividade, continuamos avançando na assinatura e desenvolvimento de novos acordos, tanto com distribuidores de varejo, como com fabricantes, tratando de ajudá-los no processo de transformação comercial e, assim, aumentando a proposta de valor para o cliente final.

O crédito aumentou 6% no ano, com a nova produção crescendo 9% com relação ao ano de 2016, muito apoiada pelo negócio de automóveis. Por países, observou-se crescimentos generalizados em quase todas as unidades.

No passivo, destaca-se o aumento de 2% nos depósitos de clientes, elemento diferencial com relação aos concorrentes. Alia-se a isso uma elevada capacidade de recursos para o financiamento de atacado.

Com relação aos resultados, no ano de 2017, o lucro atribuível alcançou 1.168 milhões de euros, com aumento de 4% anual. Sem considerar o impacto dos resultados não recorrentes em 2017 (encargo de 85 milhões de euros realizado no terceiro trimestre para custos de integração, principalmente das redes comerciais na Alemanha) e em 2016 (quando foram contabilizados os ganhos obtidos de VISA Europe), o lucro ordinário aumentou 15% com relação a 2016.

Esse aumento foi favorecido por dois fatores: o atual ambiente de taxas de juros baixas, muito positivo para o negócio de consumo, tanto em termos de receitas como de provisões, e o baixo nível de custo do crédito.

As receitas aumentaram, principalmente, devido à margem de juros (80% das receitas), que aumentou 5% em relação ao ano anterior.

Os custos aumentaram (+4%) alinhado com o negócio e o índice de eficiência se encontra em torno de 44%, levemente melhor que no ano anterior.

As provisões diminuíram 32%, com forte melhora do custo do crédito (0,30%, contra 0,47% em 2016), que se situa em níveis muito baixos para o negócio de consumo. Isso foi possível, em parte, graças ao bom desempenho do risco de crédito e aos impactos positivos das vendas de carteira realizadas no exercício. Redução do índice de inadimplência de 18 pontos-base, chegando a 2,50%. A cobertura, por sua vez, é de 101%.

Por unidades, destaca-se o bom desempenho do lucro atribuível da Polônia (+35%), Espanha (+16%) e Itália (+12%).

Polônia (variações em moeda local)

Estratégia

O banco manteve em 2017 o objetivo de ser *bank of first choice* para os clientes.

Devido às mudanças no ambiente macroeconômico, atualizamos a estratégia 2017-2019, levando em conta tanto os desafios atuais e previstos que possam surgir no ambiente externo, como os objetivos de desenvolvimento do Grupo e outros fatores relevantes.

A estratégia promove uma cultura centrada no cliente, que se apoia na transformação digital e melhoria contínua do modelo de negócio e da oferta de produtos.

Entre as principais ações do Banco em 2017, destaca-se a implantação de novas ferramentas de CRM, visando a continuar respondendo e antecipando-nos às expectativas e necessidades dos nossos clientes. Além disso, foi dada atenção especial em que todos os produtos sejam simples e fáceis de entender pelos clientes, com condições e preços transparentes, incentivos e benefícios baseados na solidez da relação do cliente com o banco.

Em 14 de dezembro de 2017, o Banco anunciou a aquisição de Core Deutsche Bank Polska & DB Securities S.A. Espera-se concluir a operação no quarto trimestre de 2018, uma vez que tiverem sido obtidas todas as autorizações regulatórias. O Core DB Polska aportou créditos brutos no montante de 18.200 milhões de zlotys, depósitos de clientes de 10.400 milhões de zlotys e ativos sob gestão no valor de 6.900 milhões de zlotys (dados ao 30 de junho de 2017). Cabe destacar que os saldos adquiridos não incluem as hipotecas em moeda estrangeira.

Atividade e resultados

Os créditos subiram 5% anual apoiados tanto em empresas como em pessoas físicas.

Os recursos aumentaram 2% no ano. Dentre eles, destacam-se os aumentos nos depósitos de pessoas físicas e empresas, enquanto o prazo caiu.

Essa evolução mantém nossa sólida estrutura de financiamento, com um índice créditos/depósitos de 92%.

O lucro atribuível do ano atingiu os 300 milhões de euros, 3% menos que em 2016, afetado pela contabilização dos ganhos resultantes da venda de VISA Europe registrada em 2016 e pelos impostos mais altos em virtude da não dedutibilidade do aporte ao BFG (fundo de garantia polonês). Antes desses impactos, o lucro ordinário antes de impostos subiu 12%, com evolução muito boa das linhas mais recorrentes.

Aumentaram a margem de juros (+9%, apoiado no crescimento de volumes) e das comissões (+8%). O total de receitas subiu um pouco menos, 5%, devido aos menores resultados de operações financeiras procedentes da venda de carteiras ALCO.

Os custos subiram 2%, principalmente devido aos maiores gastos com pessoal, que aumentaram 3%. Por outro lado, as amortizações caíram 3%.

As provisões diminuíram 8% em vista da significativa melhoria da qualidade do crédito. O índice de inadimplência diminuiu para 4,57% (5,42% em dezembro de 2016) e o custo do crédito foi 0,62% (0,70% em dezembro de 2016).

Portugal

Estratégia

A atividade comercial continua muito focada em aproveitar a tendência de crescimento da economia do país. Isso se reflete no aumento da quota de mercado em pessoas físicas e empresas, no aumento da transacionalidade e no aumento anual do número de clientes vinculados e clientes digitais (+8% e +11%, respectivamente).

Em pessoas físicas, a atividade comercial seguiu apoiada no programa *Mundo 1|2|3*, com evolução muito positiva no número de contas, cartões de crédito e seguros de proteção.

Em empresas, o Banco mantém o seu principal foco no desenvolvimento de novas plataformas digitais como o novo app *Santander Totta Empresas*.

Em setembro, o Banco colocou no mercado mil milhões de euros em cédulas hipotecárias a 10 anos, sendo o primeiro Banco a lançar uma emissão com este prazo desde 2010 em Portugal.

Atividade e resultados (dados sem o Popular)

O crédito aumentou 8% em comparação a 2016, favorecido pelo crescimento no segmento institucional. Destaca-se também níveis de produção em hipotecas e empresa acima da cota de mercado do *stock*.

Os recursos aumentaram 2% com relação a dezembro, com evolução positiva, tanto em fundos de investimento como em depósitos, no âmbito de uma gestão que permitiu reduzir significativamente o custo financeiro.

Em resultados, o lucro atribuível atinge os 440 milhões de euros, 10% a mais que em 2016. Esse crescimento se apoia muito na redução de custos operacionais e provisões. Em receitas, o bom desempenho das comissões não compensa a redução da margem de juros e os menores resultados de operações financeiras.

A margem de juros diminuiu 5% porque o efeito positivo da redução do custo dos depósitos não compensou a diminuição de receitas de crédito e títulos, devido a um ambiente de taxas de juros em mínimos e ao menor peso da carteira de dívida pública no balanço do banco.

As comissões registraram um aumento de 9% em comparação a 2016, reflexo da maior vinculação e transacionalidade dos clientes. Os resultados de operações financeiras, por sua vez, apresentaram uma redução de 25%, devido aos menores resultados por venda de carteiras.

Os custos baixaram 7%, reflexo dos planos de otimização realizados nos últimos anos. Essa redução aliada à evolução das receitas leva a um índice de eficiência de 48%, melhor que o de 2016.

As provisões de crédito diminuíram, encerrando o ano com uma pequena liberação. Isso é reflexo da excelente evolução do índice de inadimplência, que melhorou significativamente no ano, encerrando o exercício em 5,71%, muito abaixo do máximo de 10,46% alcançado em junho de 2016, após a integração do Banif.

Atividade Imobiliária Espanha (dados sem o Popular)

O Grupo vem reportando a atividade *non-core* imobiliária em uma unidade independente, Atividade Imobiliária na Espanha, que inclui os créditos de clientes cuja atividade é principalmente de promoção imobiliária e que contam com um modelo de gestão especializado, a participação no SAREB, os ativos do fundo imobiliário anterior e os ativos recuperados.

A estratégia do Grupo nos últimos anos orientou-se à redução desses ativos, principalmente créditos e recuperados.

Os créditos líquidos são de 1.001 milhões de euros, com redução de 50% em relação a dezembro de 2016. Com isso, representam 0,1% dos créditos do Grupo e menos de 1% dos da Espanha.

A atividade imobiliária na Espanha encerra o exercício com um índice de inadimplência de 87% e cobertura de 48%. A cobertura dos ativos recuperados é de 58%.

Em resultados, perda de 303 milhões de euros em 2017, contra os 326 milhões do exercício anterior, principalmente pela menor necessidade de saneamentos.

Incluindo o Popular, e após o acordo para a venda de 51% do negócio imobiliário do Banco Popular à Blackstone, a exposição líquida em créditos e recuperados em dezembro de 2017 é de 5.665 milhões de euros, com uma cobertura de 52%.

Banco Popular

Estratégia

Conforme o plano inicial previsto, desde a data de incorporação ao Grupo Santander foram realizados significativos avanços na gestão, cumprindo o compromisso com o mercado e nossos acionistas.

- Iniciamos o processo de integração do banco, capturando as sinergias em custos para assim avançar na consecução de níveis ótimos de eficiência.
- A exposição imobiliária do negócio foi reduzida com o acordo de venda à Blackstone da carteira de imóveis recuperados, créditos duvidosos procedentes do setor e outros ativos relacionados a esta atividade.
- Em dezembro, fizemos um acordo para vender o TotalBank, banco comercial e de varejo com sede no estado da Flórida. Essa transação tem sua formalização prevista para o final de 2018, com um impacto positivo no nosso índice CET1 de cinco pontos-base.
- Por último, foi lançada uma ação comercial para clientes que eram acionistas do Banco Popular, a qual foi finalizada com êxito, com uma aceitação de 78% da oferta de subscrição dos bônus de fidelização.

Atividade e resultados

Com relação à evolução da atividade, desde princípios de junho, os depósitos de clientes, tanto à vista como a prazo, aumentaram significativamente, demonstração da recuperação da confiança do mercado. O *stock* de crédito, por sua vez, se estabilizou nos últimos meses, impulsionado pelo aumento da nova produção no quarto trimestre, graças à posição de liderança do Popular no segmento de PMEs. Essa tendência, mesmo que positiva, ainda é insuficiente para recuperar o volume de créditos anterior ao momento da aquisição.

O Banco Popular obteve desde 7 de junho um resultado atribuível de -37 milhões de euros, afetado pelos custos de integração que chegam a 300 milhões de euros. Sem esse extraordinário, o lucro encontra-se em 263 milhões de euros.

As receitas atingem 1.309 milhões de euros. A margem de juros foi afetada pela pressão das taxas, com o Euribor em mínimos históricos. Além disso, o quarto trimestre do ano foi impactado por menores carteiras ALCO e o aporte ao Fundo de Garantia de Depósitos (63 milhões de euros).

Os custos encontram-se em 873 milhões de euros, enquanto as provisões de crédito sobem para 114 milhões de euros no período consolidado.

Reino Unido (variações em moeda local)

Estratégia

Nosso foco continua sendo a vinculação de clientes, a excelência operacional e digital e um crescimento do lucro gradual e sustentado. Tudo isso aliado a ser o melhor banco para os nossos funcionários e a sociedade em geral.

- Continuamos nos apoiando na estratégia *Mundo 1|2|3* que já conta com 5,4 milhões de clientes. As contas correntes de pessoas físicas mantêm um bom ritmo de crescimento.
- Continuamos desenvolvendo a nossa proposta digital. Os clientes digitais continuam aumentando a ritmos em torno de 10%. Tudo isso tem reflexo nos níveis alcançados em 2017 de autorização de hipotecas e de abertura de contas correntes e cartões de crédito através de canais digitais.
- Os clientes pessoa física vinculados continuam aumentando, embora a um ritmo menor (+5%), em virtude das baixas taxas de juros em produtos de poupança, enquanto as PMEs e empresas vinculadas aumentaram 5%, graças, em parte, a nossa proposta internacional.

Esse desempenho foi obtido em um setor bancário que continua sendo muito competitivo no Reino Unido e que tem importantes mudanças regulatórias à vista.

Atividade e resultados

O crédito aumentou 1% no ano. Os maiores saldos em hipotecas residenciais e créditos a empresas no Reino Unido foram compensados pela diminuição controlada de empréstimos *commercial real estate*.

Os depósitos de clientes cresceram 3%, apoiados nas contas correntes de pessoas físicas, outros produtos *retail* e depósitos de empresas, parcialmente compensados pela redução em produtos de poupança.

Em relação a resultados, o lucro atribuível é de 1.498 milhões de euros, com redução de 3% em comparação a 2016, impactado pelo aumento das provisões específicas para o Global Corporate Banking, e por custos relacionados com a reforma bancária. Sem esses impactos, a DRE apresenta uma boa evolução, com rentabilidade elevada. O RoTE ordinário é de 10,3%.

A margem de juros aumentou 6% anual, apoiada na melhoria das margens do passivo, decorrente das alterações realizadas nas condições da conta 1|2|3. Por outro lado, a margem foi afetada pela pressão nos spreads da nova produção de crédito.

As comissões aumentaram 4% principalmente devido ao aumento das comissões transacionais em *Retail Banking* e em pagamentos internacionais e digitais de banco comercial e de varejo.

Os custos aumentaram 3% e se mantêm sob controle, apesar das pressões inflacionárias e de custos contabilizados referentes à reforma bancária no montante de 81 milhões de libras. Os maiores investimentos no crescimento do negócio e na melhoria dos canais digitais foram parcialmente compensados pela melhora da eficiência operacional.

A qualidade do crédito manteve-se sólida em todas as carteiras, favorecida pela boa gestão de riscos e o ambiente de baixas taxas de juros. O índice de inadimplência é de 1,33% em dezembro de 2017, abaixo dos 1,41% no encerramento de 2016.

América Latina (variações sem impacto da taxa de câmbio)

Estratégia

Entre as ações do ano, destacam-se os investimentos significativos em sistemas operacionais e infraestruturas digitais que visam a simplificar processos e aumentar a experiência do cliente, a sua vinculação, a transacionalidade e o número de clientes digitais. Em cada unidade são detalhadas as ações realizadas.

Durante 2017 os clientes vinculados aumentaram 16%, aumentando em todas as unidades. Esse crescimento corresponde tanto a pessoas físicas como empresas, que cresceram 16% e 15% respectivamente. Os clientes digitais, por sua vez, aumentaram 32%.

Atividade e resultados

Os créditos aumentaram 7%, destacando-se o Brasil e a Argentina. No México, por outro lado, optou-se por um crescimento mais seletivo e, no Chile, os segmentos de renda média-alta e PMEs continuam sendo prioritários, uma vez que teve início a recuperação do crescimento nos segmentos massivos no ano.

Os recursos, por sua vez, aumentaram 16%, com crescimento de dois dígitos nas principais unidades. Essa evolução deve-se ao aumento tanto em depósitos como em fundos de investimento.

O lucro atribuível é de 4.284 milhões, com aumento anual de 24%, alavancado nas receitas, e muito especialmente na margem de juros, reflexo do crescimento de volumes e da gestão de spreads em um ambiente diferenciado de taxas de juros. Nesse sentido, o Brasil reduziu a taxa Selic significativamente, enquanto no México estão aumentando. Teve influência também o crescimento de 17% das receitas de comissões em decorrência da maior vinculação. Os custos aumentaram, embora em menor medida (+10%), melhorando a eficiência em dois pontos percentuais, chegando a 39%.

As provisões, por sua vez, diminuíram 3% o que, aliando aos maiores volumes, pressupõe que o custo do crédito melhora.

O lucro aumentou consideravelmente em seis das sete unidades, destacando-se o Brasil, o maior contribuinte ao lucro do Grupo, com um aumento de 34%.

Brasil (variações em moeda local)

Estratégia

O Santander Brasil alcançou resultados historicamente destacados em 2017, com uma dinâmica de forte aceleração comercial, agilidade em inovações e serviços e maior eficiência operacional. Somam-se a isso os avanços para o fortalecimento da cultura interna: hoje somos uma organização mais alinhada com oferecer aos clientes a melhor experiência e, a partir daí, crescer de forma sustentável e rentável.

Nesse sentido, entre as ações do ano, destacam-se:

- Em cartões, mantivemos um forte crescimento do faturamento de crédito, aumentando a nossa cota. Além disso, continuamos com uma intensa agenda de associações e soluções inovadoras para os clientes.
- No negócio hipotecário, anunciamos a redução das taxas de juros, oferecendo uma taxa atraente, o que se refletiu em um aumento da produção de pessoas físicas, muito acima do mercado.
- Em financiamento ao consumo mantivemos nossa liderança e aumentamos a cota. A ferramenta digital +Negócios continua apoiando a expansão dos negócios com crescimento nas simulações de aquisição de veículos. Lançamos também a plataforma digital +Veze, centrada no segmento de bens e serviços (CDC).

- No lado passivo, lançamos o *Santander One*, uma ferramenta digital de assessoria financeira.
- Alinhados com a estratégia digital, realizamos a *Black Week*, promoção com condições especiais em produtos, tanto para clientes como para não clientes. Junto com o grande crescimento da vendas por *e-commerce*, a campanha permitiu que alcançássemos um recorde em produção de cartões e em crédito pessoal.

Tudo isso se traduz em estarmos continuando a aumentar de maneira sustentada a nossa base de clientes, tanto vinculados (+14%) como digitais (+34%).

Atividade e resultados

Os créditos apresentam um crescimento de 7% com relação a dezembro de 2016. Por segmentos, destaca-se financiamento ao consumo e PMEs.

Os recursos, por sua vez, mantêm taxas de dois dígitos (+24%), devido ao aumento dos depósitos a prazo e fundos de investimento, em parte por substituição de letras financeiras que têm um custo financeiro mais alto.

Com relação aos resultados, o lucro atribuível foi de 2.544 milhões de euros, com crescimento anual de 34%. Na sua evolução destaca-se:

- Forte aumento da margem de juros (+17%), principalmente com relação aos negócios com clientes. Ocorreram melhorias tanto na margem de crédito (pelo aumento dos volumes e spreads) como no passivo (reflexo do plano implementado).
- As receitas de comissões subiram 16% devido ao aumento da vinculação e maior transacionalidade. Destaca-se os cartões de crédito, conta corrente e seguros.
- Os custos aumentaram 7%, acompanhando a dinâmica do negócio e os investimentos em andamento. Da mesma forma, melhora a eficiência (-3,9 pontos percentuais), alcançando 35,6%.
- As provisões baixaram 6%, com boa evolução dos indicadores de qualidade do crédito: o custo do crédito reduziu em 53 pontos-base, chegando a 4,36%; a inadimplência melhorou 61 pontos-base, alcançando 5,29%; e a cobertura encontra-se em 93%.

México (variações em moeda local)

Estratégia

No exercício e no âmbito da estratégia de transformação comercial, foram realizados investimentos significativos em infraestrutura e sistemas que visam a melhorar a multicanalidade, aprofundar na estratégia digital, fortalecer o modelo de distribuição e lançar novas iniciativas comerciais.

Envidamos também esforços visando a atração de novos clientes e novas folhas de pagamento, cuja cota aumenta, a retenção dos existentes, com redução do índice de rotação, e o aumento de depósitos à vista de pessoas físicas.

Entre as iniciativas comerciais, destaca-se o *Santander Plus*, em que ampliamos os lucros com a finalidade de atrair e vincular um maior número de clientes.

Para reforçar a estratégia digital foram lançadas diversas iniciativas como o *Súper Wallet* (o novo aplicativo móvel que permite aos clientes a gestão centralizada dos seus cartões), o *SúperConnect* (modelo de atendimento único no México, desenvolvido para os clientes *Select*, cuja principal característica é ser 100% remoto) o *SúperDigital* (que permite abrir uma conta através de qualquer dispositivo, sem necessidade de comparecer na agência).

Por outro lado, continuamos nos consolidando no mercado das PMEs, aproveitando a nossa posição para atrair e vincular clientes pessoa física e tornando-nos o seu principal banco.

Como resultado, os clientes vinculados aumentaram 24%, chegando a 2,0 milhões, e os digitais aumentaram 52%, alcançando 1,9 milhão.

Atividade e resultados

Os créditos cresceram 5% anual, destacando-se o segmento de pessoas físicas, principalmente com relação a consumo e cartões de crédito. Os recursos, por sua vez, aumentaram 6%, com crescimento tanto em depósitos (5% à vista e 10% a prazo), como em fundos de investimento (+5%).

Em relação a resultados, o lucro atribuível ficou em 710 milhões de euros, com um aumento de 16% em relação a 2016.

As receitas aumentaram 11% anual, destacando-se um aumento de 13% na margem de juros, apoiado no crescimento do crédito e na contínua expansão dos depósitos, bem como nas maiores taxas de juros do sistema.

Os custos cresceram 12%, reflexo da execução das iniciativas estratégicas para posicionar-nos como o banco principal dos nossos clientes, dentre as quais figura o plano de investimentos de três anos anunciado ao mercado. Apesar disso, a eficiência manteve-se praticamente estável em 40%.

Com relação à qualidade do crédito, o índice de inadimplência melhorou sete pontos-base chegando a 2,69%, a cobertura ficou em 98% e o custo do crédito manteve-se em torno a 3%.

Chile (variações em moeda local)

Estratégia

No ano, continuamos concentrados nas inovações tecnológicas, na excelência digital e na experiência do cliente, dentro da cultura SPF do Grupo. Desde 2012 o Banco está concentrado principalmente nos segmentos de pessoas físicas de renda média-alta e PMEs, aos que se somou em 2017 a recuperação do crescimento no segmento massivo de pessoas físicas, que vinha diminuindo nos últimos anos.

Entre as principais ações no exercício destaca-se: o lançamento do novo cartão de crédito *World Member Limited*, orientado a clientes de alta renda; a implementação de agências *WorkCafé*, um espaço de *coworking* apoiado em uma plataforma tecnológica avançada que se traduz em agências mais produtivas e eficientes; e o desenvolvimento do banco digital e do aplicativo 2.0, com novas funcionalidades como o *onboarding* digital, que permite a um indivíduo tornar-se cliente por meio do aplicativo ou banco digital em poucos minutos.

Ao final do ano, foi lançado o modelo *Santander Life*, para o segmento massivo, apoiado em uma melhor perspectiva econômica no Chile e nas inovações tecnológicas que ajudam a reduzir o risco e os custos de abertura de novas contas.

Essas medidas se refletem em um aumento de 3% no número de clientes vinculados, bem como em um incremento das comissões vinculadas à transacionalidade. O número de clientes digitais, por sua vez, também aumentou 5%.

Atividade e resultados

Os créditos aumentaram 3% anual, com maior avanço nos segmentos de pessoas físicas de alta renda e PMEs. Por produtos, os maiores aumentos ocorreram em hipotecas e consumo.

Os recursos de clientes mantiveram-se estáveis no ano, pelo foco em melhorar o custo e o mix de passivo. Os depósitos à vista cresceram 4% e os fundos de investimento 2%, enquanto os depósitos a prazo diminuíram 4%.

O lucro atribuível do ano atingiu 586 milhões de euros, com um aumento de 12%

As receitas subiram 2%. Dentre elas, a margem de juros manteve-se estável devido à baixa inflação durante o ano, compensada, em parte, pelo melhor custo de financiamento. As comissões subiram 9% em função do aumento da vinculação no banco de varejo e o crescimento do negócio de *cash management* e assessoria no segmento de empresas e GCB.

Os custos subiram 2% principalmente devido a um aumento das amortizações, produto dos investimentos em agências e tecnologia realizadas no ano. Os custos com pessoal, por sua vez, aumentaram apenas 1% e os de administração se mantiveram estáveis. Apesar disso, a eficiência continua em torno a 41%.

As provisões de crédito caíram 12%, com uma sustentada melhoria na carteira de pessoas físicas. Os indicadores de qualidade do crédito melhoraram, ficando o custo do crédito em 1,21% (1,43% em 2016), o índice de inadimplência abaixo de 5% e a cobertura em 58%.

Argentina (variações em moeda local)

Estratégia

A estratégia continuou centrada no crescimento do negócio com clientes, com foco especial na vinculação e rentabilidade.

Em 31 de março de 2017 foi materializada a aquisição da rede de varejo do Citibank na Argentina, cuja integração foi concluída em cinco meses. Isso, aliado ao crescimento orgânico, coloca o Santander Río como primeiro banco privado da Argentina por cota de negócio (créditos+depósitos).

Além disso, deu-se continuidade ao plano de transformação de agências e foram lançados novos produtos como os créditos para financiar automóveis e hipotecários UVA indexados pela inflação.

No âmbito digital, o App Santander Río ampliou o seu número de usuários e durante o ano foram acrescentadas novas funcionalidades dentre as quais se destaca o fato de poder realizar pagamentos e transferências a destinatários sem necessidade de registro prévio em *Online Banking*.

Tudo isso teve reflexo no aumento de 20% em clientes vinculados e 30% nos digitais.

Atividade e resultados

Em relação à atividade, tanto os créditos como os depósitos subiram 44% anual, com um impacto aproximado de 14 e 20 pontos percentuais respectivamente, em virtude da incorporação do banco de varejo do Citibank. Destaca-se o crescimento em créditos ao consumo e em créditos hipotecários UVA.

O lucro atribuível foi de 359 milhões de euros, um aumento de 14% com relação a 2016.

A estratégia comercial, aliada aos maiores volumes (em parte pela entrada do Citibank) e uma eficaz gestão dos diferenciais, se reflete em um aumento da margem bruta de 44% com a margem de juros crescendo 58% e as comissões 43%.

Os custos de exploração subiram 49% devido, principalmente, à incorporação do Citibank. Sem isso, os custos aumentaram abaixo da receitas, apesar de abranger o efeito da revisão do acordo salarial, a ampliação da rede de agência e os investimentos em transformação e tecnologia. A eficiência ficou em 55,5%.

As provisões de crédito aumentaram em linha com o investimento. Manteve-se uma elevada qualidade do crédito, com um índice de inadimplência de 2,50%, uma cobertura de 100% e um custo de crédito de 1,85%.

Uruguai (variações em moeda local)

Estratégia

Em 2017 foi mantido como objetivo melhorar a qualidade do serviço e a vinculação dos nossos clientes através do lançamento de diversos produtos e serviços.

Assim, no primeiro trimestre do ano, foi lançado *Verano Select Experience*, uma nova forma de relacionamento com os clientes de renda alta e, dentro do processo de digitalização, foi lançado *Buzonera inteligente*, terminais de depósito com pagamento *online* e cheques por meio de imagem escaneada.

Criamos também o primeiro portal bancário do país especializado em hipotecas e desenvolvemos um *Asistente Virtual* que atende à primeira linha de todos os nossos canais digitais.

Continuamos avançando na estratégia de crescimento dos clientes digitais que chegaram a 176.000 (+42% anual), o que implica uma maior penetração digital.

Atividade e resultados

Com relação à atividade, o crédito aumentou 2% apoiado no consumo e cartões. Os depósitos, por sua vez, sofreram redução de 4% devido às saídas de depósitos de não residentes e à estratégia de melhorar a rentabilidade do passivo.

Em resultados, o lucro atribuível do ano é de 103 milhões de euros, 19% mais que em 2016, apoiado em um crescimento de receitas (+13%) que é praticamente o dobro do aumento dos custos (+7%).

O índice de eficiência continua a sua trilha de melhora, chegando a 48,5%, 2,9 pontos percentuais abaixo do ano anterior.

As provisões de crédito aumentaram 22%. O índice de inadimplência encontra-se em 2,84% e a cobertura em 130%, em níveis controlados e de acordo com o maior foco em banco de varejo.

Peru (variações em moeda local)

Estratégia

A atividade do Grupo é orientada para banco corporativo e para as grandes empresas do país, bem como a prestar serviço aos clientes globais do Grupo, apoiando o desenvolvimento das infraestruturas públicas no país.

Trata-se de um modelo de negócio especializado em que prevalece uma relação próxima aos clientes e a qualidade do serviço, aproveitando simultaneamente as sinergias operacionais e de negócio com outras unidades do Grupo.

Ao longo do ano continuamos consolidando a atividade da instituição financeira de crédito para veículos. Essa sociedade conta com um modelo de negócio especializado e focado no serviço que facilita aos clientes a aquisição de um veículo novo de diferentes marcas, por meio da maioria de concessionárias presentes no país.

Atividade e resultados

O crédito reduziu 2% anual pela desaceleração econômica e pela valorização da moeda local que afeta a evolução dos saldos em dólares. Por outro lado, os depósitos aumentaram 12%, potencializando a captação de novos clientes para diversificar as fontes de financiamento.

O lucro atribuível foi de 40 milhões de euros, 7% maior que em 2016. Por linhas, as receitas cresceram 4%, com bom desempenho da margem de juros e dos resultados de operações financeiras, e os custos aumentaram 5% com uma eficiência estável ao redor de 31%. Por último, recuperação de provisões devido a um índice de inadimplência muito baixo (0,65%) e uma cobertura em níveis elevados.

Colômbia (variações em moeda local)

Estratégia

O Grupo Santander na Colômbia está focado prioritariamente em clientes do segmento Global Corporate Banking, grandes empresas e empresas, combinando capacidades locais e globais, e em contínua criação de mais serviços e produtos para esses clientes. O Grupo Santander se concentra, assim, no desenvolvimento de soluções em tesouraria, coberturas de riscos, financiamento básico, *Project finance*, *M&A*, depósitos, contas e *confirming* entre outros.

Em 2017 o Banco iniciou a linha de financiamento de veículos com um modelo de negócio especializado e integral, prestando serviços à marca, ao importador, ao distribuidor e ao cliente final.

Atividade e resultados

O crédito a clientes encontra-se em 582 milhões de euros, 2% mais que em 2016. Os depósitos, por sua vez, chegam a 255 milhões de euros (+42%).

Em 2017 continuamos construindo as capacidades do Grupo e iniciamos a trilha de lucros no país, o que foi alcançado em um ambiente especialmente difícil para o setor financeiro pelo impacto da inadimplência e da queda da demanda interna.

O lucro atribuível subiu até 6 milhões de euros frente as perdas nos exercícios anteriores, decorrente principalmente de uma margem bruta que se encontra em 26 milhões de euros, após aumentar 36%, e de uma redução de 97% das provisões de crédito.

Estados Unidos (variações em moeda local)

Estratégia

2017 foi um ano importante para o Santander US do ponto-de-vista regulatório. A SHUSA foi aprovada nos testes de resistência do Fed, tanto no aspecto quantitativo como no qualitativo, ao não ter posto objeções ao seu Plano de capital. Isso permitirá ao país centrar-se em melhorar a sua rentabilidade, reduzir custos e otimizar a estrutura de capital.

O Santander Bank tem como objetivos melhorar a experiência do cliente e a oferta de produtos e canais digitais, o que nos está permitindo reduzir o gap em termos de qualidade de serviço com os concorrentes e aumentar no ano o número de clientes vinculados em 8% e os digitais em 5%. Está focado, ainda, em melhorar a rentabilidade do negócio. Como consequência desse processo, o custo de financiamento baixou e a eficiência melhorou no ano em 4 pontos percentuais.

No Santander Consumer USA, a estratégia se concentra na otimização do *mix* de ativos retidos no balanço, na melhoria do custo de financiamento e na obtenção do máximo valor do acordo com a Fiat Chrysler. Para tanto, o SC USA continuou priorizando o seu segmento *core*, isto é, *non-prime*, enquanto aumentava a cota de mercado no segmento *prime*. Também se está trabalhando em um maior peso do financiamento via depósitos para conseguir resultados mais previsíveis, desenvolvendo o balanço para um perfil de risco mais baixo, mas mantendo uma rentabilidade ajustada pelo risco similar à atual.

Atividade e resultados

Em relação à atividade, o crédito caiu 4% com relação a 2016 em virtude da venda de uma carteira no Santander Consumer USA e devido a menores produções no Santander Bank, aliado à redução de saldos do GCB dentro de uma disciplina de preços orientada a melhorar a rentabilidade.

Os recursos, por sua vez, caíram 9% anual devido à redução de saldos nos segmentos de Governo e GCB, o que implica em um aumento de peso dos depósitos *core* na estrutura de financiamento.

O lucro atribuível obtido em 2017 foi de 332 milhões de euros com redução de 7% em relação a 2016. Sem considerar os impactos não recorrentes em ambos os anos (relacionados a furacões, à compra de uma participação no SC USA e à reforma fiscal em 2017; e pelo *restatement* das contas do SC USA em 2016), o lucro atribuível ordinário registra um aumento de 5%, favorecido pelo menor peso dos minoritários.

As receitas baixaram, principalmente pela menor margem de juros no Santander Consumer USA, afetado pela alteração do mix de negócio para um perfil de menor risco, compensado parcialmente por menores provisões. Contudo, o Santander Bank aumentou, favorecido pela subida das taxas de juros e pelo menor custo de financiamento, em virtude dos esforços realizados para a otimização do seu balanço.

Os custos aumentaram devido a investimentos no Santander Consumer USA e na holding, já que no Santander Bank se mantiveram praticamente estáveis.

Por último, as provisões caíram 12% graças à alteração de mix da carteira e à redução de volumes do Santander Consumer USA.

Centro Corporativo

O centro corporativo registra em 2017 perdas de 2.326 milhões de euros contra 1.625 milhões, também negativos, em 2016.

Sem considerar os resultados não recorrentes registrados tanto em 2017 (436 milhões de euros líquidos negativos entre o saneamento de participações, ágios e outros ativos intangíveis, por um lado, e os ganhos pela venda de Allfunds, por outro) como em 2016 (186 milhões de euros negativos, principalmente por custos de reestruturação), a perda atribuída ordinária foi de 1.889 milhões de euros, contra 1.439 milhões de euros em 2016.

Essa evolução deve-se aos menores custos derivados da gestão centralizada dos distintos riscos (principalmente risco de câmbio e de juros), custos que aumentaram 6%, em parte pelo lançamento de projetos corporativos, e ao fato de que o conjunto de outros resultados e saneamentos contabiliza um montante negativo de 181 milhões de euros contra 75 milhões em 2016. Nesses últimos itens são registradas provisões de natureza muito diversa, bem como ganhos, perdas e depreciações de ativos financeiros. Além disso, foram recuperados menos impostos que em 2016.

Banco Comercial

O Santander mantém uma estratégia de transformação comercial clara e consistente. Os três eixos principais do programa de transformação são:

1. Melhorar a vinculação e satisfação dos nossos clientes.
2. Impulsionar a transformação digital de canais, produtos e serviços.
3. Continuar melhorando a satisfação e experiência dos nossos clientes, trabalhando na excelência operacional, com novos processos mais simples, eficientes e *omnichannel*.

Com relação a esses eixos cabe destacar as seguintes ações:

1. Em **vinculação**, a estratégia 1|2|3 continua se firmando na maioria das geografias e no encerramento de 2017 o número de clientes vinculados aumentou 13% em relação ao ano anterior.
 - Podemos destacar a conta 1|2|3 *Smart* na Espanha destinada ao público *millennials* (que pode ser contratada por pessoas entre 18 e 31 anos) com produtos e financiamento adaptados e a conta *Zero*, 100% digital e sem comissões, *Santander Plus* no México; ou *Mundo* 1|2|3 em Portugal.
 - Por outro lado, o Santander continua lançando produtos inovadores, adaptados aos clientes de cada país. Exemplo disso é o *Select Me* no México, que busca apoiar as mulheres no seu dia a dia e na sua vida profissional, ou o desenvolvimento de serviços e programas de valor agregado que contribuem para o crescimento das PMEs, como o novo modelo de negócio *ROF PyME*, também no México.
 - Com relação às PMEs, continuamos comprometidos com o seu crescimento a longo prazo. Nossa estratégia nesse segmento é manter uma iniciativa global que adaptamos às características locais em cada mercado. O resultado é um aumento nos índices de satisfação dos nossos clientes, bem como o reconhecimento externo de publicações especializadas.
 - No segmento de cartões estamos crescendo muito, destacando-se a Espanha e o Brasil.
 - A comercialização dos diversos programas de fidelização com companhias de aviação também continua tendo boa aceitação (*American Airlines* com *AAdvantage* no Brasil, *Santander Aeroméxico* no México e *WorldMember Limited* no Chile).
2. Em **estratégia digital** o número de clientes digitais aumentou 21% com relação a 2016. Dentre as operações realizadas, destacam-se:
 - O lançamento do Openbank, o primeiro banco espanhol 100% digital, com uma das plataformas mais completas, flexíveis e ágeis do setor; *Superdigital* no Brasil, plataforma de pagamento independente destinada à clientela mais jovem e que amplia as possibilidades de bancarização; *Súper Cuenta Digital* no México, onde nossos clientes podem abrir uma conta através de qualquer dispositivo com acesso à Internet, ou o lançamento no Chile do primeiro *onboarding* 100% digital do país.
 - Em pagamento por celular, lançamento do *Súper Wallet* no México, aplicação *mobile* que permite ao cliente a gestão centralizada de todos os seus cartões, enquanto na Espanha nos consolidamos como líderes em pagamentos pelo celular.
 - Outras iniciativas digitais são: o lançamento de *Digilosofía* na Espanha e, no Brasil, o *Consignado* 100% digital, contratado através do celular, *Web Casas*, uma plataforma digital para a contratação de crédito imobiliário e *Santander Pass*, uma pulseira com tecnologia NFC para pagamento por aproximação; na Polônia, a proposta *As I Want it Account* permite ao cliente decidir o que necessita e como pagar os produtos e serviços oferecidos.
3. Em **excelência operacional**, estamos trabalhando com novos processos mais simples, eficientes e multicanal. Destaca-se, entre outros:
 - No México, foi relançado o *Dinero Creciente*, com processos mais simples e taxas competitivas.
 - No Brasil, ampliamos a nossa equipe de gerentes comerciais para PMEs, uma vez que impulsionamos pacotes de produtos com condições personalizadas.
 - No Chile, estamos realizando aberturas de agências *WorkCafé*, modelo inovador de agências, com áreas de *coworking*, cafeteria e serviços financeiros.
 - No Reino Unido foram lançados novos processos digitais, o que tem favorecido a autorização online de hipotecas e a abertura de contas correntes e cartões de crédito através de canais digitais.

- Nos Estados Unidos foi lançado o cartão *Apple Pay* para clientes de varejo, e *Treasury Link*, plataforma de gestão de caixa para clientes comerciais.

Por outro lado, o *Santander InnoVentures* incorporou à sua carteira três novas empresas de tecnologia financeira, as empresas britânicas Pixoneye e Curve, e a norte-americana Gridspace, ampliando a sua orientação para a inteligência artificial como uma tecnologia que transformará o setor bancário nos próximos anos. Investimos também na empresa mexicana ePesos para promover a inclusão financeira.

Em relação aos resultados, o lucro atribuível em 2017 chegou a 7.463 milhões de euros, 18% mais que em 2016, sem a incidência das taxas de câmbio.

Os resultados se caracterizam pelo impulso da margem de juros (+8%), o bom desempenho das comissões (+10%) em praticamente todas as unidades, a disciplina dos custos e a redução de provisões.

Santander Global Corporate Banking (SGCB) (variações em moeda constante)

As principais linhas de ação ao longo do ano foram:

- Prioridade no uso eficiente do capital, mediante a sua rigorosa distribuição entre os distintos negócios e maior velocidade na rotação do balanço.
- Consolidação da liderança na América Latina e Península Ibérica em mercados de dívida, mercado de capitais, *project finance* e financiamento por meio de agências de crédito à exportação (ECAs). Importante crescimento na área *M&A* na maior parte das geografias, com foco especial no corredor Ásia - América Latina.
- Desenvolvimento de dois produtos no negócio de *Global Transaction Banking* (GTB): *Confirming* com base em pedidos de compra e o programa global de *Receivables Purchase Program*. Ambas as soluções permitem aos nossos clientes otimizar o uso de capital circulante.
- Fortalecimento da integração com as redes do Banco Comercial e da oferta de produtos de valor agregado aos seus clientes.
- Manutenção de níveis de eficiência líderes no setor, graças a um modelo de negócio centrado no cliente, que combina capacidades globais e locais na gestão do risco, capital e liquidez.

O lucro atribuível obtido em 2017 pelo Santander Global Corporate Banking foi de 1.821 milhões de euros, com aumento de 1%. Esses resultados estão apoiados na robustez e diversificação das receitas de clientes.

As receitas provenientes das atividades de Corporate Finance e Global Transaction Banking aumentaram, impulsionadas pelas comissões e resultados de operações financeiras, principalmente, em virtude do bom desempenho do Reino Unido, Europa continental e México. A evolução positiva de mercados mais que compensa a perda do DVA decorrente de contrair o custo do risco do Grupo Santander.

Os custos, por sua vez, cresceram 5%, enquanto as provisões se mantiveram estáveis.

2.5 Indicadores não financeiros

Em 24 de novembro de 2017, o Conselho de Ministros aprovou o Real Decreto-lei 18/2017, pelo qual foi transposto ao ordenamento jurídico espanhol a *Directiva* 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, que altera a *Directiva* 2013/34/UE no que diz respeito à divulgação de informações não financeiras e informações sobre diversidade.

A *Directiva* se aplica a instituições que sejam de interesse público, cujo número médio de trabalhadores no exercício seja superior a 500 e que durante dois exercícios consecutivos possam ser classificadas como grandes empresas.

Com relação a isso, a demonstração de informações não financeiras deverá conter uma breve descrição do modelo de negócio do grupo, das políticas e os resultados de sua aplicação, dos principais riscos vinculados às suas atividades, bem como informações relativas aos indicadores chave de resultados não financeiros em questões relativas ao meio ambiente, sociais, aos direitos humanos, à luta contra a corrupção e o suborno, e a diversidade.

O Grupo Santander inclui o conteúdo dessas informações no presente Relatório de Gestão que constitui parte do Relatório de auditoria e demonstrações financeiras anuais correspondentes ao exercício de 2017, aplicável ao Banco Santander S.A. e todas as suas entidades dependentes, listadas no dito documento.

Além disso, no seu Relatório de Sustentabilidade, documento em que relata as suas políticas sociais e ambientais, bem como o seu compromisso e desempenho em matéria de sustentabilidade, o Banco Santander apresenta informações detalhadas das suas ações de acordo com as questões descritas anteriormente. O dito relatório foi examinado em 2017 por PricewaterhouseCoopers Auditores, S.L, firma independente que também auditou as demonstrações financeiras anuais do Grupo no citado exercício.

No momento de reportar as informações não financeiras (principalmente o presente relatório de gestão e os relatórios anuais de sustentabilidade que o Grupo publica desde 2002 conforme o marco internacional de reporting do Global Reporting Initiative - GRI), o Banco Santander realizou uma análise de materialidade que lhe permitiu identificar os aspectos mais relevantes a serem informados aos seus grupos de interesse, conforme as diretrizes do GRI (para mais informações sobre a metodologia, consulte o Relatório de Sustentabilidade 2017).

Especificamente com relação à elaboração das informações não financeiras contidas no presente Relatório de Gestão, o Grupo considerou a Comunicado da Comissão Europeia de 5 de julho de 2017 sobre Diretrizes para a apresentação de relatórios não financeiros (Metodologia para a apresentação de informações não financeiras, 2017/C 215/01).

2.5.1 Modelo de negócio e gestão de riscos

A missão do Grupo Santander é contribuir para o progresso das pessoas e das empresas. Para tanto, conta com um modelo de negócio diferenciado que visa a satisfazer as necessidades de todo tipo de clientes: pessoas físicas de diversos níveis de renda; empresas de qualquer tamanho e setor; corporações privadas e instituições públicas.

As relações pessoais de longo prazo com os seus clientes são a base do negócio. Através da inovação, o Santander está transformando o seu modelo comercial para obter um número maior de clientes vinculados e digitais, o que impulsiona um negócio mais rentável e sustentável.

O Santander considera crucial a correta integração de critérios éticos, sociais e ambientais no desenvolvimento da sua atividade financeira.

Para tanto, cumprindo as melhores práticas internacionais de responsabilidade social corporativa, o Santander conta com uma sólida estrutura de governança em nível corporativo, motivo pelo qual o conselho se define como o órgão máximo de decisão do Grupo e que aprova, em caráter indelegável, as políticas e estratégias gerais do Grupo, inclusive as de sustentabilidade.

Conta ainda com políticas em sustentabilidade (política geral, gestão ambiental e mudança climática, direitos humanos e voluntariado) e outros setores (defesa, energia, *soft commodities* - produtos como óleo de palma, soja, madeira e pecuária) que estabelecem os critérios que devem orientar a atividade financeira relacionada com esses setores. Essas políticas são revisadas anualmente. Em 2017 foi aprovada uma nova política setorial sobre mineração e metalurgia.

O comitê de sustentabilidade, presidido pelo CEO e composto pelos diretores gerais das principais divisões do Banco, propõe as políticas e impulsiona as principais iniciativas de sustentabilidade do Grupo.

Por sua vez, a comissão de supervisão de riscos, regulamentação e conformidade supervisiona a política de responsabilidade social corporativa, velando pelo seu cumprimento e para que seja orientada à criação de valor do Banco.

A identificação de riscos não financeiros associados à sua atividade é uma prioridade para o Banco Santander.

O Banco tem implantados processos para a sua identificação, análise e avaliação nas operações sujeitas às políticas do Grupo e a compromissos externos, como os critérios dos Princípios do Equador, iniciativa a que o Banco aderiu desde 2009.

Nesse sentido, o Santander reconhece o direito das comunidades de usufruir de um meio ambiente limpo e saudável, comprometendo-se a atuar sob a premissa de minimização do impacto ambiental nas suas operações, o que significa:

- Alinhado ao compromisso assumido pelo Banco nos termos dos Princípios do Equador, comprometer-se a analisar, identificar e corrigir, durante o processo de análise de risco das atividades de financiamento e, em conformidade com os guias aprovados pela Corporação Financeira Internacional, os impactos negativos em matéria social e ambiental, inclusive aqueles relativos às comunidades locais.
- Nos processos de *due diligence* anteriores à formalização de acordos de financiamento, ou de qualquer outra natureza, e no âmbito dos Princípios do Equador e das políticas de gestão do risco social e ambiental, o Santander se compromete, como parte do seu processo de análise, a avaliar as políticas e práticas em matéria de direitos humanos de suas contrapartes.
- Desenvolver políticas específicas que regulamentem os requerimentos necessários para oferecer financiamento aos setores, atividades ou potenciais clientes que apresentem risco especial em questões sociais, ambientais ou de direitos humanos.

Nesse sentido, o Santander conta com um grupo de trabalho de risco social, ambiental e reputacional, presidido pelo *Chief Compliance Officer*, que avalia o risco das grandes operações nos ditos setores sensíveis e emite a correspondente recomendação aos comitês de riscos correspondentes.

Além disso, o Grupo faz parte dos principais índices de bolsa que analisam e avaliam as medidas adotadas pelas empresas para a sustentabilidade. Incluído no Dow Jones Sustainability Index (DJSI) desde o ano 2000, em 2017 colocou-se como o primeiro banco espanhol, o segundo europeu e o nono em nível mundial.

Além disso, o Grupo é signatário do *Carbon Disclosure Project (CDP)* desde 2007, iniciativa internacional de referência na apresentação de informações relativas à mudança climática das empresas, e cumpre desde 2012 o *CDP Water*.

2.5.2 Questões relativas ao meio ambiente

No seu objetivo de cumprir os compromissos estabelecidos no acordo celebrado em Paris em 2015, o Santander conta com o *Climate Finance Tax Force*, um grupo de trabalho cujo objetivo é estabelecer a posição e estratégia do Santander com relação à mudança climática, e identificar riscos e oportunidades de negócio na transição para uma economia de baixo carbono.

Além disso, o Santander assumiu ainda diversos compromissos internacionais, incluindo alguns relacionados com o meio ambiente como os Princípios do Equador, a adoção do *Soft Commodities Compact* promovido pela *Banking Environment Initiative* (BEI) e a assinatura da declaração do *European Financial Service Round Table* sobre mudança climática.

Ao longo de 2017, o Banco continuou desenvolvendo um enfoque estruturado para a sua estratégia de mudança climática, visando a envolver transversalmente as linhas de negócio e outras funções internas chave como a gestão de riscos e a continuar aportando um valor diferenciado aos seus clientes e incrementar o seu envolvimento com a conservação do meio ambiente.

As ações do Banco em matéria de meio ambiente concentram-se nas seguintes linhas de trabalho:

a) Redução de consumos e emissões

O Santander realiza desde 2009 a medição, o cálculo e o controle de sua *huella ambiental*, indicador global de ecoeficiência do Grupo Santander, das instalações de todo o Grupo.

A *huella ambiental* inclui os dados de consumo de energia elétrica, combustíveis, água e papel, dados de geração de resíduos e o desdobramento das emissões de gases de efeito estufa.

O Plano de Eficiência trienal 2016-2018 que estabelecia objetivos de redução de 9% de consumo elétrico e de redução de emissões, bem como de 4% no consumo de papel, foi concluído com êxito com um ano de antecedência.

Em 2017, o consumo de energia diminuiu 4,4%, as emissões de CO2 foram reduzidas em 12,9% e o consumo de papel em 11,6%.

A eletricidade verde representa 43% do total de eletricidade consumida no Grupo. No Reino Unido, Alemanha e Espanha corresponde a 100%.

Além disso, o Santander continua mantendo as certificações ambientais (ISO 14001 ou LEED) nos centros corporativos do Brasil, Chile, Espanha, México, Polônia e Reino Unido.

b) Integração de riscos sociais e ambientais na concessão de créditos

O Grupo considera primordiais os aspectos sociais e ambientais nos processos de análise de riscos e tomada de decisão nas suas operações de financiamento de acordo com as suas políticas gerais e setoriais de sustentabilidade, conforme já comentado.

Para isso, o Banco implantou processos para a análise e avaliação de ditos riscos nas operações sujeitas às políticas do Grupo e a compromissos externos como os critérios dos Princípios do Equador.

Para adaptar a implementação das políticas às diversas unidades locais foram criados grupos de trabalho de risco social, ambiental e reputacional nas principais geografias em que o Santander opera. Esses grupos, formados por representantes de diferentes áreas do Banco, são réplicas do grupo de trabalho corporativo criado em 2015. Além disso, esses grupos permitem compartilhar o conhecimento local, gerando valor agregado para o Banco.

c) Financiamento

O Banco Santander, no marco da sua estratégia com relação à mudança climática, desenvolve e disponibiliza produtos e serviços financeiros com valor ambiental agregado, através dos quais contribui para a transição a uma economia de baixo carbono.

Para tanto, o Banco está avançando em:

- O desenvolvimento de produtos e serviços que promovem a conservação do meio ambiente, progredindo deste modo na adaptação e mitigação diante da mudança climática.
- Identificar oportunidades de negócio e prevenção de riscos associados à mudança climática estabelecendo através da *Climate Finance Task Force*.
- Aplicar as recomendações do *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) do Financial Stability Board na elaboração da sua estratégia em mudança climática.

Os principais produtos e serviços em questões ambientais desenvolvidos pelo Banco são:

- Financiamento de projetos de energias renováveis:
 - Em 2017, o Banco Santander participou do financiamento de novos projetos de energias renováveis com uma capacidade instalada de aproximadamente 3.000 MW frente aos 4.000 MW do ano passado.
- Gestão de linhas de financiamento em eficiência energética em colaboração com entidades multilaterais:
 - No âmbito da eficiência energética, o Banco Santander canaliza a maior parte dos investimentos através de entidades multilaterais como o Banco Europeu de Investimentos (BEI) ou o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD). Essas entidades estão adaptando as suas agendas para reforçar progressivamente os seus investimentos nesse âmbito, o que representa uma importante oportunidade de negócio para o Banco Santander.
 - Em 2017 foram assinadas novas linhas de financiamento com o BEI e o EBRD, no montante total de 300 milhões de euros na Espanha e na Polónia, para projetos de eficiência energética e energias renováveis.

2.5.3 Questões sociais

O Banco Santander contribui para o desenvolvimento econômico e social através de iniciativas e programas que promovem a educação, o empreendedorismo, a empregabilidade e o bem-estar social.

O Banco Santander, através do seu programa Santander Universidades, mantém alianças estratégicas a longo prazo com universidades de todo o mundo, com mais de 1000 acordos com universidades e instituições acadêmicas em 21 países.

O Santander Universidades impulsiona diversas iniciativas como fator chave do progresso social e do crescimento das pessoas e das empresas. Em 2017 foi lançado o Santander X que aspira a tornar-se o maior ecossistema de empreendedorismo universitário.

O Santander recebe 25.000 candidaturas a cada ano para os Prêmios Santander de Empreendedorismo e, durante 2017, concedeu 40.000 bolsas de estudo e auxílios ao estudo, aportando 129 milhões de euros a universidades.

Além disso, o Banco investiu 55 milhões de euros em apoio a comunidades, por meio de numerosos programas locais. O Banco incentiva, ainda, a participação dos profissionais do Grupo como forma de promover a solidariedade, a motivação e o orgulho de pertencer, mantendo a proximidade e o vínculo com o ambiente. O Banco Santander desenvolve numerosos produtos e serviços com um forte componente social, como, por exemplo, os microcréditos.

Durante 2017, o Santander ajudou mais de 2 milhões de pessoas com os seus projetos sociais.

2.5.4 Questões relativas a recursos humanos

A 31 de dezembro de 2017, o Grupo Santander tinha 202.251 profissionais em todo o mundo, com uma idade média de 38 anos, dos quais 55% são mulheres e 45% homens.

O Santander tem o objetivo de ser um dos melhores bancos para trabalhar, capaz de atrair e reter o melhor talento em nível global que permita acelerar a transformação e contribuir para o progresso das pessoas e da sociedade.

A estratégia de recursos humanos centra-se em contar com a melhor equipe de profissionais: uma equipe diversificada, comprometida, com uma cultura comum (baseada nas condutas corporativas e na maneira de fazer as coisas simples, pessoais e justas) e preparada para prestar ao cliente um serviço diferenciado e de qualidade.

Para conseguir isso, o Santander está centrando sua estratégia de gestão de pessoas em seis grandes linhas estratégicas:

1. **Gestão do talento:** identificar os melhores profissionais em nível global e ajudá-los a crescer pessoal e profissionalmente em um ambiente global. Para tanto, estamos desenvolvendo uma nova estratégia para posicionar o banco como um "*employer of choice*" com empregados e candidatos externos, prestando atenção especial aos talentos digitais.
2. **Conhecimento e Desenvolvimento:** oferecer formação e desenvolvimento contínuo que potencializem as capacidades e habilidades dos empregados em um ambiente digital e em mudança.
3. **Remuneração e Benefícios:** estabelecer objetivos claros e recompensar não só os resultados obtidos, mas também como são alcançados.
4. **Experiência do funcionário:** promover o compromisso e a motivação das equipes através de iniciativas que estimulem prestar atenção, uma forma de trabalhar mais eficiente e colaboradora, na qual seja favorecida a conciliação pessoal e profissional, o reconhecimento, bem como a criação de um ambiente saudável.
5. **Sistemas:** aproveitar as vantagens da digitalização para administrar as pessoas de uma forma mais simples, pessoal e justa.
6. **Cultura:** conseguir que todo o Grupo compartilhe o *Santander Way*, uma cultura comum, baseada nos comportamentos e centrada na missão, visão e em uma forma de fazer as coisas que nos ajude a ser o banco de referência para nossos empregados, clientes, acionistas e para a sociedade em geral.

Iniciativas realizadas em 2017

Talento

- *MyContribution*: foi lançado um novo modelo corporativo de gestão do desempenho que reforça mais a cultura como alavanca da transformação. *MyContribution* equilibra os objetivos relativos a comportamentos (40%) e os objetivos funcionais e de negócio (60%). Esse novo modelo impulsiona uma mudança de mentalidade, direcionando o desempenho ao desenvolvimento profissional e à melhoria sustentável, baseando-se no compromisso, na meritocracia e na transparência. Com a finalidade de implantar o modelo, procedeu-se a uma comunicação e formação para responsáveis de equipes, como *Discover MyContribution*, um espaço de formação para os cargos de direção com ferramentas e materiais que facilitem a adoção do modelo.
- Planejamento da sucessão de líderes: avançamos no planejamento da sucessão das posições chave no Grupo para assegurar a sustentabilidade do negócio.
- Foi dada continuidade aos comitês de avaliação de talento (CVT), órgãos que se reúnem periodicamente e contam com o estímulo e a participação da alta administração (*country heads*, membros dos comitês de direção e diretores de funções corporativas). Foram analisados mais de 2.500 funcionários em cargos de direção e 49% têm um plano de desenvolvimento individualizado.
- Lançamos o ALPS (*Action Learning Programme Santander*), um programa de aprendizagem destinado a talentos administrativos. O ALPS combina o desenvolvimento de habilidades de liderança e resolução de problemas de negócio em um ambiente colaborador, contando com a participação da alta administração como patrocinador.
- Com relação à mobilidade internacional, continuamos incentivando o desenvolvimento dos empregados através de diversas ferramentas e programas, como:
 - *Global Job Posting*, a plataforma corporativa que oferece a todos os profissionais a possibilidade de se informar sobre cargos disponíveis em outros países, sociedades ou divisões, e se candidatar. Desde sua ativação em 2014, foram publicados mais de 2.700 cargos em nível global.
 - Foi lançada a 14ª edição do Mundo Santander, o programa de desenvolvimento corporativo em que os profissionais desenvolvem um projeto durante três meses em outro país, fomentando o intercâmbio das melhores práticas e ampliando sua visão global. Desde o começo do programa, participaram 1.726 empregados de 30 países diferentes.
 - Foram ministrados os dois primeiros módulos de formação do Programa *Talent in Motion* (TiM) destinado a acelerar o desenvolvimento de jovens com talento. Promove a mobilidade e proporciona aos participantes a oportunidade de contar com uma experiência internacional e ampliar a sua visão estratégica de Grupo através de uma designação a um país distinto ao de origem e em funções diferentes das do seu cargo de entrada no programa.

Experiência do funcionário:

- Pesquisa Global de Compromisso: esta pesquisa permite conhecermos o nível de compromisso e apoio organizacional da equipe, bem como identificar em que melhoramos e em que temos que continuar nos concentrando para ser mais simples, pessoais e justos. Os principais resultados em 2017 são:
 - Participação: 84%

- Nível de compromisso de 77%, colocando-nos acima das empresas de alto rendimento e do setor financeiro.
 - Avanço na implantação da cultura SPF: 81% (+9 pontos percentuais com relação a 2016) dos empregados percebe que as pessoas se comportam de uma maneira mais SPF e 92% (+1 ponto percentual acima de 2016) sabe o que tem que fazer para construir um Banco mais SPF.
- De 5 a 9 de junho foi celebrado o décimo aniversário da Semana Somos Santander. Essa iniciativa global tem por objetivo transmitir a cultura aos empregados e fomentar o orgulho de fazer parte. Nessa edição foram realizadas em todos os países diferentes ações como *Town Halls*, conferências, *workshops* centrados nos comportamentos corporativos.
 - O Santander está estimulando uma cultura de reconhecimento no Grupo através de iniciativas como *StarMe Up*, a primeira rede de reconhecimento global para incentivar a colaboração e reconhecer pessoas que apliquem no seu dia-a-dia os comportamentos corporativos. Até dezembro, 111.300 empregados de 31 países entregaram 763.000 estrelas aos seus colegas.
 - Continuamos implantando no Grupo o programa global de saúde e bem-estar *BeHealthy*. Esse programa é uma amostra do compromisso do Santander com a saúde dos seus empregados e em ajudá-los a adquirir hábitos saudáveis que permitam ficarem em forma, viverem melhor e atingirem o seu máximo potencial.
 - Em fevereiro realizou-se a Semana *BeHealthy*, uma semana em que todos os países organizaram iniciativas centradas nos quatro pilares do programa: *Know your numbers, Eat, Move, Be Balance*. Exemplo disso é o lançamento do *WellmeApp* na Argentina, o portal do México *Health Risk Assessment*, as *Bupa Sisu Health Stations* do Reino Unido ou os *Medicover Days* da Polônia.
 - Foi realizado também o segundo desafio *BeHealthy* que teve por objetivo conectar através dos passos dos funcionários os 66.000 quilômetros que separam os países onde o Santander está presente. O Banco doou um euro por quilômetro percorrido a um projeto solidário de Ação contra a Fome para combater a anemia infantil no Peru.
 - Novas Formas de Trabalho: estamos avançando na criação de uma nova forma de trabalhar no Banco, através de novos espaços nas agências, sem escritórios, com áreas que potencializam a colaboração, o intercâmbio de conhecimentos e dotadas de ferramentas tecnológicas que permitem estar em contato contínuo com as equipes de outros países. Essa iniciativa inclui o *Flexiworking*, a aposta do grupo visando a erradicar a cultura presencial e a trabalhar de forma mais flexível e eficiente.

Conhecimento e desenvolvimento

- Foi planejada uma nova estratégia de conhecimento e desenvolvimento global com o objetivo de potencializar a aprendizagem contínua de todos os empregados, cujo lema é "Nunca dejes de Aprender" "Nunca pare de Aprender". Com essa estratégia pretendemos disponibilizar a adoção de novas formas de aprendizagem que se baseiam na co-criação, na colaboração e em cultivar nosso desenvolvimento.
- Lançamos o *Global Knowledge Campus*, um novo espaço de formação para compartilhar conhecimento e boas práticas que ajudem todos os empregados do Grupo a contribuir para a mudança cultural e melhorar nosso desempenho no cargo de trabalho.
- Lançamos o *Leading by example*, um programa de formação que ajuda os líderes a definir que papel devem desempenhar para conseguir implantar a cultura do *Santander Way* e realizar a transformação.
- Foi realizado o *Santander Business Insights*, um ciclo de conferências que combina a visão interna com a externa para sensibilizar os nossos empregados da importância de aplicar as condutas no seu dia-a-dia.

Remuneração

Os princípios que regem a Remuneração no Grupo Santander são os seguintes:

- A Remuneração está alinhada com os interesses dos acionistas, centrada na criação de valor a longo prazo e é compatível com uma gestão de riscos rigorosa e com a estratégia, valores e interesses a longo prazo do Grupo.
- A remuneração fixa deve representar uma proporção considerável da remuneração total.
- A remuneração variável recompensa o rendimento por ter alcançado os objetivos acordados, com base no cargo e responsabilidades, com uma gestão de riscos prudente.
- A remuneração variável deve promover boas condutas e não incentivar a venda de um produto ou serviço se existe outro mais adequado para as necessidades do cliente.
- Deve conceder os benefícios adequados para apoiar os empregados.
- O pacote e a estrutura de remuneração em geral devem ser competitivos, de forma que facilite a atração e retenção dos empregados.
- É necessário evitar sempre os conflitos de interesses ao tomar decisões sobre remuneração, de forma que o Grupo ou qualquer de seus empregados não sejam influenciados por um interesse secundário.
- Não deve existir discriminação nas decisões de remuneração, com a exceção do rendimento.
- A estrutura e o valor da remuneração em cada país devem cumprir as leis e os regulamentos locais.

Partindo desses princípios, o Grupo impulsiona um sistema de remuneração total que abrange:

- A remuneração fixa, que reconhece e remunera o papel e nível de responsabilidade do cargo que o funcionário exerce.
- A remuneração variável a curto e longo prazo, que recompensa o desempenho considerando a meritocracia, a consecução dos objetivos do Grupo, em equipe ou individuais, assegurando uma gestão rigorosa dos riscos e o alinhamento com os objetivos a longo prazo.
- Os benefícios, incluindo planos de previdência, conforme a prática local nos países onde os empregados se encontram.

A remuneração fixa é fundamentalmente determinada pelos mercados locais. Os níveis de remuneração são determinados de acordo com as práticas locais e respeitam rigorosamente os acordos coletivos aplicáveis em cada geografia e sociedade.

Os esquemas corporativos de remuneração variável recompensam o cumprimento dos objetivos estratégicos do Grupo. Nos esquemas corporativos de bônus, dos quais participam mais de 8.000 pessoas de todas as geografias, leva-se em consideração o cumprimento dos objetivos estratégicos com relação à satisfação e vinculação dos clientes, à gestão dos riscos, à base de capital e à rentabilidade ajustada pelo risco. São avaliados tanto os aspectos quantitativos dos resultados obtidos como a maneira como esses objetivos são alcançados por meio de fatores qualitativos.

Além disso e conforme estabelecido na regulamentação europeia sobre remuneração, o Grupo identificou os tomadores de riscos significativos ("Material Risk Takers") e com eles seguiu uma política de diferimento entre 3 e 5 anos e de remuneração em ações (50% da remuneração variável). Além disso, a remuneração variável dos aproximadamente 1.250 Material Risk Takers no final de 2017, está sujeita à potencial redução ("malus") ou recuperação ("clawback").

A saúde e prevenção de riscos do trabalho

As políticas de saúde e prevenção de riscos do trabalho são incluídas em uma estratégia de sustentabilidade, que definimos em um Plano Simples, Pessoal, proporcionando um serviço de qualidade a cada empregado, que resulte na saúde de todo o coletivo, e Justo, contribuindo como fim último à saúde e ao bem-estar de nossos funcionários em particular e da sociedade em geral.

O Banco Santander dispõe de um plano de Prevenção de Riscos do Trabalho aprovado pela alta direção e à disposição de todos os empregados na Intranet Corporativa, com base a uma Cultura de Excelência mediante certificações de nossos Sistemas de Gestão, como a ISO 9001:2015 e a ISO 14001:2015.

Durante 2017, o Banco Santander continuou com seu objetivo de melhoria contínua nos diversos âmbitos de gestão da Saúde, Bem-estar e Prevenção de Riscos do Trabalho em todos os países em que está presente:

- *Estudio Santander por tu Corazón* (PESA), em coordenação com o Centro Nacional de Pesquisas Cardiovasculares, no qual colaboram mais de 4.000 empregados da Comunidade de Madri, e do qual já foram publicadas as primeiras conclusões nas publicações mais importantes sobre esse assunto.
- Projeto TANSNIP, sub-estudo do anterior, que tem como objetivo melhorar os hábitos de vida de um coletivo de 1.000 empregados do Grupo através de um programa personalizado, que inclui sessões motivacionais com uma equipe de psicólogos, disponibilização de ferramentas de medição de atividade e instalação voluntária de uma mesa de trabalho com grande amplitude de elevação, para reduzir o tempo de sedentarismo durante a jornada de trabalho.

	2017	2016
Pessoal		
Número de empregados	202.251	188.492
Idade média	38,0	37,7
Antiguidade média	10,3	9,3
Dirigentes	11,9%	12,9%
Atração		
CVs recebidos	965.828	860.253
Novas incorporações ao Grupo	23.871	21.525
Rotatividade		
Rotatividade anual	13,4%	14,7%
Formação		
Empregados formados	95,9%	94,5%
Horas de formação por empregado	39,6	34,1
Investimento total em formação (milhões de euros)	97,8	88,8
Gestão		
Empregados promovidos	9,8%	8,7%
Empregados em mobilidade internacional	513	613
Dirigentes em país de origem	89,6%	88,5%
Compromisso		
Índice global de compromisso	77%	78%
Remuneração		
Empregados com remuneração variável	100%	100%
Diversidade e igualdade		
% mulheres	55%	55%
Saúde e segurança no trabalho		
Taxa de absentismo	3,2%	3,6%

2.5.5 Questões relativas a direitos humanos

Alinhado com a sua cultura corporativa, o Santander se compromete a respeitar e promover os direitos humanos no seu âmbito de atuação e a prevenir, ou se for o caso, minimizar, qualquer vulnerabilidade causada diretamente pela sua atividade.

O Santander conta com uma política específica que reúne o compromisso do Banco Santander com os Direitos Humanos, tudo em conformidade com os mais altos padrões internacionais, em especial os Princípios Orientadores sobre empresas e os direitos humanos das Nações Unidas de 2011.

Essa política é de aplicação em todo o Grupo, o conselho de administração é o titular e está disponível em www.santander.com

Essa política de Direitos Humanos do Santander está alinhada com o Código Geral de Conduta do Banco e o restante das suas políticas em questões de responsabilidade social corporativa.

2.5.6 Questões relativas à erradicação da corrupção

Para o Grupo, dispor de um sistema de prevenção de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo avançado e eficaz, permanentemente adaptado às últimas regulamentações internacionais e com capacidade de fazer frente ao surgimento de novas técnicas por parte das organizações criminosas constitui-se um objetivo estratégico.

Conta também com um marco corporativo que estabelece os princípios de ação nessa questão e estabelece padrões mínimos de aplicação às unidades locais. Essas são encarregadas de dirigir e coordenar os procedimentos de prevenção de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, bem como de investigar e tramitar as comunicações de operações suspeitas e dos requisitos de informação solicitados pelos respectivos supervisores.

A seguir são apresentados os principais indicadores de atividade de 2017 para o perímetro inicial do Grupo Santander:

- Filiais controladas: 167
- Expedientes de investigação: 152.253
- Comunicação a autoridades: 41.204
- Formação de empregados: 166.322

Após a aquisição do Grupo Popular e até a total integração de procedimentos e organização, os principais indicadores são os seguintes:

- Filiais revisadas por meio de relatórios de auditoria interna: 16
- Expedientes de investigação na Espanha: 338
- Comunicação ao SEPBLAC: 136 mais 39 respostas a pedidos do SEPBLAC (*Servicio Ejecutivo de la Comisión de Prevención del Blanqueo de Capitales e Infracciones Monetarias de España*)
- Formação de funcionários: 8.799 funcionários na Espanha

Como signatário dos dez princípios do Pacto Mundial das Nações Unidas, o Santander se compromete a trabalhar contra a corrupção em todas as suas formas, inclusive a extorsão e o suborno.

Além disso, o Grupo Santander conta com canais de denúncias para empregados que constituem parte do código geral de conduta, e para fornecedores, concebidos para levar ao conhecimento da função de *compliance* e conduta as condutas inadequadas por parte dos empregados do Grupo, em questões relativas à corrupção e suborno que contrariem a regulamentação interna.

Em 2017 foram recebidas 1.300 denúncias, das quais aproximadamente um terço resultaram em procedimento disciplinar. O motivo mais comum das denúncias relaciona-se com assuntos de recursos humanos que representam cerca de três em cada quatro denúncias recebidas. O restante tem origem muito diversificada (por exemplo, atividade fraudulenta, conflitos de interesse, *miss-selling* e outros).

2.5.7 Questões relativas à diversidade

No seu compromisso de contribuir para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Banco Santander esforça-se cada dia em promover uma atitude aberta à diversidade, como forma de incrementar o seu capital humano.

O Banco Santander entende a diversidade como um elemento de enriquecimento do capital humano, que permite promover um ambiente de trabalho inclusivo e diversificado para encontrar soluções melhores e oferecer um maior valor agregado.

O conselho de administração do Banco Santander é um claro exemplo de diversidade em todos os seus âmbitos. Conta com diversidade de gênero (mais de um terço são mulheres), de nacionalidade (espanhola, britânica, estadunidense e mexicana) e com ampla representação setorial (financeiro, distribuição, tecnologia, infraestruturas ou a universidade).

Na gestão do talento de seus empregados, o Santander leva em conta todas as fontes de diversidade existentes, incluindo gênero, cor, idade, origem nacional, deficiência, cultura, educação, bem como experiências profissionais e de vida.

O Banco aprovou em 2017 princípios para a promoção da diversidade que servem de referência para todas as iniciativas nessa área, desenvolvidos nos diversos países em que o Grupo está presente. Esses princípios contemplam todas as fontes de diversidade mencionadas acima e serão aplicados a todas as etapas de gestão do talento no Banco (atração, formação, desenvolvimento profissional, remuneração, etc.).

As principais iniciativas fomentadas em 2017 são:

- Reino Unido. O Banco desenvolveu uma estratégia de diversidade e inclusão baseada em quatro pilares: o compromisso com os principais padrões, a conscientização e formação das equipes, a identificação e desenvolvimento do melhor talento com foco no talento feminino e o posicionamento como empresa inclusiva.
- Brasil. O Santander desenvolveu um portal de diversidade que define o compromisso do Banco e disponibiliza informações gerais tanto em nível interno como externo. Além disso, foram desenvolvidos planos específicos de ação para impulsionar a diversidade de gênero, de cor e funcional.
- Espanha. O Santander dispõe de um programa de *mentoring* do qual participaram 400 empregados em processos de instrução destinados a potencializar o talento feminino. E ainda, 48% das promoções realizadas em 2017 e 50% das incorporações júnior foram de mulheres.
- Polônia. O Bank Zachodni WBK firmou em 2017 a versão polonesa do *charter* de Diversidade incentivada pela União Europeia.
- Além disso, no início de 2018, o Banco Santander aderiu ao padrão de conduta incentivado pelas Nações Unidas para a proteção do coletivo LGTBI nas empresas.

O Banco Santander, por sua vez, obteve a pontuação mais alta das 104 empresas que participam do índice *Bloomberg Gender-Equality Index*, que, dentre outros aspectos, reconhece a boa gestão das entidades a favor da igualdade e diversidade de gênero no seu quadro de funcionários, seus clientes e na sociedade.

3. LIQUIDEZ E CAPITAL

3.1 Liquidez

Em primeiro lugar, é apresentada a Gestão da liquidez do Grupo, que inclui tanto os princípios em que se baseia como o marco em que se enquadra.

Em segundo lugar, é referenciada a estratégia de financiamento desenvolvida pelo Grupo e suas filiais, com especial incidência na evolução da liquidez em 2017. Em relação ao último exercício, é mostrada a evolução dos índices de gestão de liquidez e as tendências de negócios e de mercados que a orientaram.

Para finalizar, é incluída uma descrição qualitativa das perspectivas em termos de financiamento no próximo exercício para o Grupo e suas principais geografias.

As informações relativas ao financiamento do atacado, tanto a curto, como a médio e longo prazo, está expressa pelo seu valor nominal, e utilizando a taxa de câmbio de encerramento do exercício, exceto quando se indica o contrário.

3.1.1 Gestão da liquidez no Grupo Santander

A gestão da liquidez estrutural busca financiar a atividade recorrente do Grupo em condições ótimas de prazo e custo, evitando assumir riscos de liquidez indesejados.

No Santander, a gestão da liquidez está baseada nos seguintes princípios:

- Modelo de liquidez descentralizado.
- As necessidades derivadas da atividade de médio e longo prazo devem estar financiadas por instrumentos de médio e longo prazo.
- Elevada participação dos depósitos de clientes, derivada de um balanço de natureza comercial.
- Diversificação de fontes de financiamento de atacado por: instrumentos/investidores, mercados/moedas e prazos.
- Limitada apelação ao financiamento atacadista de curto prazo.
- Disponibilidade de uma reserva de liquidez suficiente, que inclui a capacidade de desconto em bancos centrais para uso em situações adversas.
- Cumprimento dos requisitos regulatórios de liquidez exigidos em nível de Grupo e de filiais, como novo condicionante da gestão.

A aplicação efetiva desses princípios por parte de todas as entidades que constituem o Grupo exigiu o desenvolvimento de um marco de gestão único construído em torno a três pilares fundamentais:

- Um sólido modelo organizacional e de governança, que assegura o envolvimento da alta administração das subsidiárias na tomada de decisões e sua integração à estratégia global do Grupo. O processo de tomada de decisões relativo a todos os riscos estruturais, incluído o risco de liquidez e financiamento, é realizado através de comitês de ativos e passivos (ALCO) locais em coordenação com o ALCO Global. Este é o órgão autorizado pelo conselho de administração do Banco Santander de acordo com o marco corporativo de Asset Liability Management (ALM). Este modelo de governança foi reforçado ao ficar integrado no Marco de Apetite por Risco do Santander. Com este marco, é dada resposta à demanda de reguladores e participantes do mercado derivada da crise financeira para fortalecimento dos sistemas de gestão e controle de riscos das entidades.
- Uma análise de balanço e uma medição do risco de liquidez em profundidade, que apoia a tomada de decisões e seu controle. O objetivo é garantir que o Grupo mantenha os níveis adequados de liquidez para cobrir suas necessidades no curto e no longo prazo com fontes de financiamento estáveis, otimizando o impacto de seu custo sobre a demonstração de resultados, tanto em circunstâncias ordinárias como em situações de tensão. O Grupo tem um marco de gestão de risco de liquidez adequado, articulado por meio de uma estrutura de apetite de risco conservador definido em cada geografia de acordo com a sua estratégia comercial. Esse apetite de risco consiste na definição dos níveis máximos de tolerância para os fatores chave de risco utilizando métricas internas e regulatórias em condições normais e estressadas, o que estabelece os limites dentro dos quais as subsidiárias devem operar para atingir os seus objetivos estratégicos.
- Uma gestão adaptada na prática às necessidades de liquidez de cada negócio. Para isso, é elaborado anualmente, partindo das necessidades do negócio, um plano de liquidez. Esse assegura
 - uma estrutura de balanço sólida, com presença nos mercados de atacado diversificada por produtos e vencimentos, com um recurso moderado aos mercados de curto prazo;
 - a manutenção de *buffers* de liquidez e uso limitado dos ativos do balanço.
 - o cumprimento das métricas, tanto regulatórias como as demais incluídas na declaração de apetite de risco de cada entidade.

Ao longo do ano, é realizado o acompanhamento de todas as dimensões do plano.

O Grupo desenvolve o ILAAP (*Internal Liquidity Adequacy Assessment Process*), que consiste em um processo interno de autoavaliação da adequação da liquidez, integrado aos demais processos estratégicos e de gestão de riscos do Grupo. Concentra-se em aspectos tanto quantitativos como qualitativos, e é usado como input para o SREP (*Supervisory Review and Evaluation Process*). O ILAAP avalia a liquidez tanto em circunstâncias ordinárias como sob cenários de tensão. No capítulo de Riscos é reunida uma breve descrição dos cenários considerados.

Como resultado do processo referido acima, é elaborado, uma vez por ano, a pedido do supervisor, um documento de avaliação que é entregue ao supervisor e cuja conclusão, assinada pelo Conselho de Administração, é que o Grupo apresenta em todas as circunstâncias uma estrutura sólida de liquidez e financiamento e processos internos apropriados para assegurar a adequação da liquidez. Essa conclusão é o resultado de uma análise realizada por cada uma das subsidiárias, conforme o modelo do Grupo de gestão local da liquidez.

O Grupo dispõe de governança robusta e adequada para a identificação, gestão, monitoramento e controle de risco de liquidez estabelecida através de marcos comuns, princípios conservadores, papéis claros e responsabilidades designadas, uma estrutura constituída de comitês, linhas de defesa locais efetivas e supervisão corporativa bem coordenada.

Além disso, são gerados relatórios frequentes e completos de monitoramento de liquidez para fins de gestão, controle, informação e direção. As informações mais relevantes são transmitidas periodicamente à alta administração, à Comissão Executiva e ao Conselho de Administração.

Nos últimos anos foi desenvolvido, tanto no Grupo como em cada uma das suas subsidiárias, o marco integral de gestão de situação especiais que centraliza a governança do banco nesses cenários. Essa governança integra os planos de contingência de liquidez que reúnem uma série de medidas de gestão viáveis, pré-avaliadas, com execução pautada, categorizadas, priorizadas e suficientes, tanto em termos de quantidade de liquidez como de tempo de execução para minimizar situações de tensão.

3.1.2 Estratégia de financiamento e evolução da liquidez em 2017

3.1.2.1 Estratégia e estrutura de financiamento

Nos últimos anos, a atividade de financiamento do Santander apoiou-se na extensão do modelo de gestão a todas as subsidiárias do Grupo, incluídas as novas incorporações, e, sobretudo, na adaptação da estratégia das subsidiárias às crescentes exigências, tanto dos mercados como dos reguladores.

- O Santander desenvolveu um modelo de financiamento baseado em subsidiárias autônomas, que são responsáveis pela cobertura de suas próprias necessidades de liquidez.
- Esta estrutura permite que o Santander aproveite seu modelo de negócios de banco comercial e de varejo para manter posições folgadas de liquidez em nível de Grupo e em suas principais unidades, inclusive em situações de estresse dos mercados.
- Nos últimos anos, foi necessário adaptar as estratégias de financiamento às novas tendências do negócio comercial, às condições dos mercados e aos novos requerimentos regulatórios.
- Em 2017, o Santander continuou melhorando em aspectos concretos sobre uma posição de liquidez muito confortável em nível de Grupo e de filiais, sem mudanças materiais nas políticas e práticas de gestão de liquidez e financiamento. Tudo isso permite enfrentar 2018 em uma boa situação inicial, sem restrições ao crescimento.

Em termos gerais, são mantidas as tendências implementadas pelas filiais do Santander em suas estratégias de financiamento e gestão da liquidez. São as seguintes:

- Manter níveis adequados e estáveis de financiamento do atacado de médio e longo prazo.
- Garantir um volume suficiente de ativos descontáveis nos bancos centrais como parte da reserva de liquidez.
- Forte geração de liquidez do negócio comercial por menor crescimento do crédito e maior ênfase em captação de fundos de clientes.

Todos esses desenvolvimentos, com base em um sólido modelo de gestão de liquidez, possibilitaram que o Santander continue desfrutando atualmente de uma estrutura de financiamento muito robusta, cujas características básicas são:

- Elevada participação dos depósitos de clientes em um balanço de natureza comercial. Os depósitos de clientes são a principal fonte de financiamento do Grupo. Representam um pouco mais de dois terços do passivo líquido do Grupo (ou seja, do balanço de liquidez) e correspondem a cerca de 92% dos créditos líquidos no encerramento de dezembro de 2017. Além disso, são recursos de grande estabilidade em função da sua origem fundamentalmente de atividade com clientes de varejo. O peso dos depósitos sobre os créditos líquidos aumentou com relação aos 87% que representavam no encerramento de 2016. Na evolução da liquidez durante 2017 está incluída uma explicação mais detalhada dessa variação.

Balanço de liquidez do Grupo Santander

% dezembro de 2017

Créditos a clientes líquidos	75%	Depósitos de clientes	69%
Ativos fixos e outros	9%	Securitizações	4%
Ativos financeiros	16%	Financiamento M/LP	14%
		Patrimônio e outros passivos	12%
		Financiamento de curto prazo	2%
Ativos	100%	Passivos	100%

- Financiamento de atacado diversificado por emissores, mercados e instrumentos, com foco no médio e longo prazo e com peso muito reduzido do curto prazo. O financiamento de atacado de médio e longo prazo representa 18% do passivo líquido do Grupo, contra os 20% que representava no encerramento de 2016, e permite cobrir o restante dos créditos líquidos não financiados com depósitos de clientes (lacuna comercial).

Este financiamento apresenta um adequado equilíbrio por instrumentos (aproximadamente, 43% dívida sênior, 23% securitizações e estruturados com garantias, 23% cédulas, e o restante são preferenciais e subordinados) e também por mercados, de forma que os que têm um maior peso em emissões são aqueles onde a atividade investidora é mais elevada.

A seguir são apresentados gráficos com a distribuição geográfica no Grupo dos créditos a clientes e do financiamento de atacado de médio e longo prazo para que se possa avaliar sua semelhança.

Créditos a clientes líquidos. Dezembro 2017

Milhões de euros e %

Zona do Euro	360.635	43%
Reino Unido	243.617	29%
Resto Europa	22.220	3%
EUA	71.963	9%
Brasil	70.454	8%
Resto América Latina	75.679	9%
Áreas operativas	844.568	100%

Financiamento atacadista M/LP. Dezembro 2017

Milhões de euros e %

Zona do Euro	90.401	45%
Reino Unido	53.466	27%
Resto Europa	473	0%
EUA	27.662	14%
Brasil	15.799	8%
Resto América Latina	11.523	6%
Áreas operativas	199.325	100%

Em comparação ao ano de 2016, destaca-se o aumento do peso relativo da Zona do euro com relação ao total de créditos a clientes, efeito que se deve em grande parte à incorporação ao Grupo Santander do antigo Grupo Banco Popular que operava fundamentalmente na Zona do euro. Analogamente aumentou o peso da Zona do Euro no financiamento de médio e longo prazo, tanto por efeito do Popular como da atividade emissora desenvolvida durante 2017.

A maior parte do financiamento de atacado de médio e longo prazo é constituído pelas emissões de dívida. Seu saldo vivo em mercado no encerramento de 2017 foi 153.961 milhões de euros nominais e apresenta um adequado perfil de vencimentos, com uma vida média de 5,0 anos, comparado favoravelmente com os 4,3 anos de vida média no encerramento de 2016.

A seguir, é apresentado seu detalhamento por instrumentos nos últimos três anos e seu perfil de vencimentos contratuais:

Emissões de dívida de médio e longo prazo. Grupo Santander

Milhões de euros

	Evolução saldo vivo em valor nominal		
	31.12.17	31.12.16	31.12.15
Preferenciais	10.365	8.515	8.491
Subordinados	12.049	11.981	12.262
Dívida sênior	85.962	89.568	83.630
Cédulas	45.585	39.513	45.010
Total	153.961	149.578	149.393

Emissões de dívida de médio e longo prazo. Grupo Santander
Milhões de euros

	Distribuição por vencimento contratual. Dezembro de 2017*							
	0-1 meses	1-3 meses	3-6 meses	6-9 meses	9-12 meses	12-24 meses	2-5 anos	mais de 5 anos
Preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	10.365
Subordinados	-	-	197	86	-	580	129	11.057
Dívida sênior	1.309	3.017	4.048	4.556	1.484	14.285	36.784	20.479
Cédulas	3.100	-	2.133	250	-	5.001	18.693	16.408
Total	4.409	3.017	6.377	4.891	1.484	19.866	55.606	58.310
								153.961

No caso de emissões com put a favor do tenedor, considera-se como data de vencimento a primeira data de troca da put em lugar do vencimento contratual original.

Nota: a totalidade de dívida senior emitida pelas filiais do Grupo não conta com garantias adicionais.

Em comparação com o ano passado, destaca-se a redução do volume de dívida de médio e longo prazo que vence no horizonte de um ano.

Adicionalmente às emissões de dívida, o financiamento atacadista de médio e longo prazo se completa com bônus de securitização colocados em mercado, financiamentos colateralizados e outros especiais por um montante conjunto de 45.364 milhões de euros e vencimento em 1,7 ano.

O financiamento de atacado dos programas de emissão de curto prazo é uma parte residual da estrutura financeira do Grupo (representa em torno a 2% do passivo líquido), que se relaciona com as atividades de tesouraria e está coberta em excesso por ativos financeiros líquidos.

No encerramento de 2017, seu saldo vivo é de 20.999 milhões de euros, distribuídos da seguinte maneira: diversos programas de certificados de depósitos e papel comercial do Reino Unido, 43%; European Commercial Paper, US Commercial Paper e programas domésticos da matriz, 17%; restante de programas de outras unidades, 40%.

Em 9 de novembro de 2015, o *Financial Stability Board* (FSB) publicou um conjunto de princípios e *term sheet* definitivos, que incluem uma exigência internacional de melhoria da capacidade de absorção de perdas dos G-SIIs. O requisito definitivo consiste na elaboração de princípios que determinem a capacidade de absorção de perdas e recapitalização dos G-SII em caso de resolução e um *term sheet* que detalhe a proposta da sua implementação de acordo com o requerimento acordado em nível internacional com relação à capacidade total de absorção de perdas (TLAC, na sua sigla em inglês) dos G-SIIs. Uma vez implementados nas jurisdições relevantes, esses princípios constituirão um novo requisito mínimo de TLAC para os G-SIIs.

A *Directiva 2014/59/EU* de 15 de maio de 2014 sobre a viabilidade e resolução de instituições de crédito e investimento (BRRD) também inclui o conceito de absorção de perdas e uma exigência de passivo elegível mínimo ou MREL (*Minimum Required Eligible Liabilities*) que se aplica a todas as instituições que operam na Europa, não apenas àquelas globalmente sistêmicas. Para mais detalhes, ver o item sobre gestão e adequação de capital.

As emissões de médio e longo prazo consideradas elegíveis para MREL/TLAC são as preferenciais e as subordinadas. Para que uma emissão *senior* seja elegível para MREL/TLAC depende da legislação de insolvências do país em que a entidade tem o seu domicílio. A título de exemplo, no caso da Espanha, a recente legislação criou uma nova categoria de instrumento, a *senior non-preferred*, instrumento que o Banco Santander foi pioneiro em emitir. Em outros países, caso do Reino Unido e Estados Unidos, a subordinação é estrutural e alcançada fazendo com que seja uma holding, proprietária do banco, que emita instrumentos sênior ordinários. É possível também a subordinação contratual incluindo uma cláusula no contrato que subordine a emissão a determinados passivos da entidade.

3.1.2.2. Evolução da liquidez em 2017

A evolução da liquidez em 2017 pode ser resumida nos seguintes aspectos:

- Os índices básicos de liquidez continuam em níveis confortáveis.
- Continuamos cumprindo antecipadamente os índices regulatórios.

- iii. Uso moderado de ativos comprometidos em operações de financiamento (*Asset Encumbrance*).

i. Índices básicos de liquidez em níveis confortáveis

A tabela mostra a evolução das métricas básicas de acompanhamento de liquidez em nível de Grupo nos últimos anos:

Métricas de acompanhamento. Grupo Santander

	31.12.17	31.12.16	31.12.15
Créditos líquidos sobre ativo líquido	75%	75%	75%
Índice créditos líquidos/depósitos (LTD)	109%	114%	116%
Depósitos de clientes e financiamento a médio e longo prazo sobre créditos líquidos	115%	114%	114%
Financiamento atacadista a curto prazo sobre passivo líquido	2%	3%	2%
Excedente estrutural de liquidez (% sobre passivo líquido)	15%	14%	14%

No encerramento de 2017, o Grupo Santander apresenta:

- Um índice estável de créditos sobre ativo líquido (total do ativo menos derivativos de negociação e saldos interbancários) de 75%, mantendo um valor similar ao dos últimos anos. Seu elevado nível em comparação com concorrentes europeus reflete o caráter comercial do balanço do Grupo Santander.
- Um índice de créditos líquidos sobre depósitos de clientes (índice LTD) de 109%, dentro de níveis muito confortáveis (inferiores a 120%). Esta estabilidade mostra um crescimento equilibrado entre ativos e passivos.
- Desempenho estável do índice que relaciona os depósitos de clientes mais o financiamento de médio e longo prazo com o crédito líquido, encontrando-se em 115% no encerramento de 2017.
- Reduzida apelação no Grupo ao financiamento de atacado de curto prazo. Seu índice, em torno a 2%, está em linha com exercícios anteriores.
- Por último, o excedente estrutural do Grupo (ou seja, o excedente dos recursos estruturais de financiamento – depósitos, financiamento de médio e longo prazo, e capital – sobre as necessidades estruturais de liquidez – ativos fixos e créditos –) aumentou durante 2017, alcançando um saldo médio de 156.927 milhões de euros, montante superior à do encerramento do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2017, o excedente estrutural encontrava-se em 163.957 milhões de euros em base consolidada. Esse excedente é composto por ativos de renda fixa (162.586 milhões) e de renda variável (22.958 milhões), parcialmente compensados pelo financiamento de atacado de curto prazo (-20.999 milhões) e pelos depósitos líquidos tomados de interbancários (-587 milhões). Em termos relativos, o seu volume total equivale a 15% do passivo líquido do Grupo, alinhado com o nível registrado em dezembro de 2016.

Após ver os índices em nível de Grupo, a seguir é apresentado o detalhamento dos índices de liquidez mais utilizados das principais unidades de gestão do Santander no encerramento de 2017:

Principais unidades e índices de liquidez

Dezembro 2017

	Índice LTD (créditos líquidos / depósitos)	(Depósitos + financiamento M/LP) sobre créditos líquidos
Espanha	79%	160%
Popular	117%	100%
Portugal	100%	115%
Santander Consumer Finance	254%	66%
Polónia	92%	111%
Reino Unido	106%	117%
Brasil	101%	122%
México	87%	123%
Chile	143%	95%
Argentina	76%	134%
EUA	141%	110%
Total Grupo	109%	115%

Com carácter geral, foram duas as chaves da evolução em 2017 da posição de liquidez do Grupo e suas subsidiárias (sem efeitos de taxa de câmbio):

1. Bom desempenho dos depósitos nas principais geografias em que o Grupo está presente, em particular, Espanha, Reino Unido e Brasil. Este comportamento propiciou uma redução do *gap* comercial, já que mais do que compensou o incremento do crédito.
2. A atividade emissora prosseguiu em bom ritmo, em especial por parte das unidades europeias, mas de forma mais seletiva na sua execução diante das menores necessidades do balanço. Em particular, foi dada prioridade àquelas que têm a ver com a construção dos requerimentos previsíveis de MREL e TLAC.

Em 2017, no conjunto do Grupo, o total captado de financiamento de médio e longo prazo chegou a 51.740 milhões de euros, avaliado às taxas de câmbio médio do ano.

Por instrumentos, as emissões de renda fixa a médio e longo prazo (dívida sênior, cédulas, subordinadas e preferenciais) são as que mais aumentaram, cerca de 15% chegando a 37.775 milhões de euros, principalmente pelo aumento das emissões de dívida sênior e preferenciais. As atividades relacionadas com securitizações e financiamento estruturado foram 13.965, aumentando 6% em relação a 2016.

Por geografias, os principais emissores de renda fixa a médio e longo prazo são a Espanha, seguida do Reino Unido e Santander Consumer Finance. O Santander Consumer Finance diversificou neste exercício ainda mais as fontes de financiamento e teve acesso pela primeira vez ao mercado de dívida sênior e *pfandbriefe* da Alemanha. Em comparação a 2016, são a Espanha e Portugal que registram os maiores aumentos. A Espanha, devido à necessidade de construir passivos elegíveis para MREL e TLAC, o que explica o fato de que as emissões de cédulas nesse exercício tenham sido limitadas, a favor de emissões de instrumentos não garantidos. Portugal, em decorrência das necessidades do Banco Popular Portugal, banco que foi vendido e integrado por fusão ao Santander Totta após o processo de resolução e venda do Banco Popular ao Santander, antigo proprietário das ações.

Os principais emissores de securitizações são o Santander Consumer Finance e os Estados Unidos, através da sua subsidiária de consumo Santander Consumer USA.

A seguir, é apresentado um maior detalhamento da sua distribuição por instrumentos e geografias:

Distribuição por instrumentos das emissões em 2017

Milhões de euros e %

Preferenciais	2.321	4%
Subordinados	1.282	2%
Dívidas sênior	28.992	56%
Cédulas	5.181	10%
Securitizações e outros	13.965	27%
TOTAL	51.740	100%

Distribuição por geografias das emissões em 2017

Milhões de euros e %

Reino Unido	9.537	18%
Espanha	14.336	28%
EUA	12.171	24%
Santander Consumer Finance	9.026	17%
Brasil	3.029	6%
Resto Europa	2.137	4%
Resto América Latina	1.505	3%
TOTAL	51.740	100%

Mantém-se com relação ao ano passado o peso das cédulas em 10% sobre o total emitido. Entretanto, ao contrário do ano passado em que os principais emissores foram o Santander e o Reino Unido, em 2017 os principais emissores foram Portugal e Reino Unido.

O Grupo Santander realiza regularmente reuniões de diversas naturezas com analistas, investidores e acionistas, nas quais divulga os seus planos estratégicos de financiamento para os próximos exercícios. Ao analisarmos a atividade emissora do ano nas principais geografias e a comparamos com o que foi transmitido ao mercado como planos no início de 2017, podemos concluir o seguinte:

- O Santander matriz colocou emissões de híbridos em um montante próximo a 3.000 milhões de euros, alinhado com as previsões; emissões de *senior non-preferred* em um volume de cerca de 10.000 milhões de euros, na faixa inferior da informação ao mercado. Concluiu o seu plano com emissões de *senior preferred* e cédulas em um pouco mais de mil milhões de euros.
- O Santander Consumer Finance realizou emissões de dívida *senior preferred* em um total alinhado com o divulgado ao mercado.
- O Reino Unido realizou emissões sênior a partir da sua holding em montante superior a 2.000 milhões de euros, alinhado com as previsões, e híbridos em montante inferior a mil milhões de euros, abaixo das previsões, devido a menores requerimentos. Concluiu o seu plano com instrumentos sênior e cédulas emitidas pelo banco em um total próximo a 4.000 milhões de euros.
- Os Estados Unidos tiveram acesso, a partir da sua holding, aos mercados para completar um montante em torno de 4.000 milhões em emissões sênior, cifra um pouco superior à divulgada ao mercado.

- O Grupo emitiu, avaliado pela taxa de câmbio médio do ano, 19.825 milhões de euros de bônus que são elegíveis para o MREL/TLAC, dos quais 16.222 milhões de euros correspondiam a *senior non-preferred* e emissões sênior computáveis, 2.321 milhões de euros a AT1 e 1.282 milhões a dívida subordinada.

Em resumo, o Grupo Santander manteve uma ampla capacidade de acesso aos diversos mercados em que opera, o que foi reforçado pela incorporação de novas unidades emissoras e novos produtos. Em 2017, foram realizadas emissões e securitizações em 14 divisas, em que participaram 22 emissores relevantes de 14 países, com um vencimento médio em torno a 5 anos, levemente superior ao do exercício passado.

ii. Cumprimento antecipado dos coeficientes regulatórios

Dentro de seu modelo de gestão da liquidez, o Grupo Santander tem administrado nos últimos anos a implementação, o acompanhamento e o cumprimento antecipado dos novos requisitos de liquidez estabelecidos pela regulamentação financeira internacional.

LCR (*Liquidity Coverage Ratio*)

Durante 2017 a exigência regulatória deste índice estava estabelecida em 80%. A partir de 1º de janeiro de 2018, o requerimento será elevado para 100%. Em decorrência disso, o grupo, tanto em nível consolidado como para as diversas subsidiárias, elevou o apetite de risco com relação a essa métrica de 100% em 2017 para 105% em 2018.

A boa posição de partida na liquidez a curto prazo aliada à gestão autônoma do índice em todas as grandes unidades permitiram manter ao longo de todo o ano níveis de cumprimento superiores a 100%, tanto em nível consolidado como individual em todas elas.

No encerramento de 2017, o índice LCR do Grupo é de 133%, superando folgadoamente o requisito regulatório. A seguir apresentamos o detalhamento por subsidiárias, onde se verifica que todas elas superaram o mínimo amplamente.

Liquidity Coverage Ratio

	31.12.17
Santander	130%
Popular	146%
Santander Consumer Finance	201%
Portugal	123%
Polônia	141%
Reino Unido	120%
EUA	118%
Brasil	126%
Chile	138%
México	188%
Grupo Santander	133%

NSFR (*Net Stable Funding Ratio*)

O coeficiente de financiamento estável líquido, cuja definição final foi aprovada pelo Comitê de Basileia em outubro de 2014, ainda não se encontra em vigor. Está sendo esperada a transposição do requisito de Basileia na CRR cuja publicação é esperada para o segundo semestre de 2018. Como requisito regulatório, o NSFR é vinculante apenas a partir de dois anos após a aprovação da norma europeia.

Contudo, o Grupo definiu um limite de gestão de 100% para essa métrica em nível consolidado e para a prática da totalidade de suas subsidiárias.

Em relação a isso, o Santander se beneficia de um elevado peso dos depósitos de clientes, que são mais estáveis, de algumas necessidades permanentes de liquidez derivadas da atividade comercial financiadas por instrumentos de médio e longo prazo, e de uma limitada apelação ao curto prazo. Tudo isso permite manter uma estrutura de liquidez equilibrada, o que se reflete em níveis do índice NSFR que, tanto em nível de Grupo como de suas principais subsidiárias, se situa acima de 100% no encerramento de 2017.

Especificamente, o NSFR da matriz encontra-se em 105%; Reino Unido, 121%; Brasil, 109%, e Estados Unidos, 110%.

Em resumo, a gestão e o modelo de liquidez permitem que o Santander antecipe o cumprimento de ambas métricas regulatórias por parte do Grupo e de suas principais subsidiárias, muito à frente dos requerimentos legais.

iii. Ativos comprometidos em operações de financiamento (*asset encumbrance*)

Por último, merece ser destacado o moderado uso de ativos por parte do Grupo Santander como garantia nas fontes de financiamento estrutural do balanço.

Seguindo as diretrizes estabelecidas pela Autoridade Bancária Europeia (EBA) em 2014, o conceito de ativos comprometidos em operações de financiamento (*asset encumbrance*) abrange tanto os ativos em balanço aportados como garantia em operações para obter liquidez, como aqueles fora de balanço que foram recebidos e reutilizados com propósito similar, bem como outros ativos associados a passivos por motivos diferentes de financiamento.

O detalhamento desses ativos consta na nota 54 das demonstrações financeiras anuais anexas.

3.1.3 Perspectivas de financiamento para 2018

O Grupo Santander inicia 2018 com uma cômoda situação de início e boas perspectivas para o financiamento no próximo exercício. Entretanto, persistem no ambiente fatores de incerteza relacionada com a regulação financeira.

Com vencimentos que podem ser assumidos nos próximos trimestres, ajudados pelo reduzido peso do curto prazo e uma dinâmica vital de emissões de médio e longo prazo similar à de anos anteriores, o Grupo administrará cada geografia, otimizando o uso da liquidez, de forma que seja possível manter uma estrutura de balanço sólida nas unidades e no Grupo.

No conjunto do Grupo, são previstas necessidades comerciais reduzidas em decorrência de que, na maioria dos casos, o crescimento do crédito será compensado em grande parte pelo aumento dos depósitos de clientes. As maiores exigências de liquidez procederão das unidades da Espanha, tanto do Santander como do Popular, Santander Consumer Finance e do Reino Unido.

Sem prejuízo do que antecede, em nível de Grupo, o Santander mantém seu plano de longo prazo de emitir passivos com capacidade de absorver perdas em caso de resolução, elegíveis ou não à capital. O plano que tem como objetivo reforçar de maneira eficiente os índices regulatórios atuais, também considera requerimentos regulatórios futuros. Especificamente, os principais TLAC e *term sheet* fazem com que o requisito mínimo do TLAC seja determinado para cada G-SII como o maior entre: (a) 16% dos ativos ponderados pelo risco a partir de 1º de janeiro de 2019 e 18% a partir de 1º de janeiro de 2022; (b) 6% da exposição do índice de alavancagem Tier 1 de Basileia III a partir de 1º de janeiro de 2019 e 6,75% a partir de 1º de janeiro de 2022. Embora atualmente o TLAC seja apenas um acordo internacional à espera de ser incluído nas regulações obrigatórias das diversas jurisdições (CRR no caso dos G-SIIs europeus), o Grupo já está realizando a sua incorporação, visando a cobrir os potenciais requisitos nos seus planos de financiamento.

Por outro lado, a entrada em vigor do requisito MREL estava prevista para antes de janeiro de 2016. Contudo, a *Commission Delegated Regulation* (EU) Nº 2016/1450 de 23 de maio de 2016 (o "MREL RTS") decidiu permitir às autoridades de resolução determinar os períodos de transição para cada entidade. Dentro da atual proposta da Comissão Europeia sobre a implantação dos requisitos TLAC, de acordo com a regulação europeia, entidades como o Banco Santander continuariam sujeitas a um requisito MREL específico (isto é, um Pilar II *add-on*), que poderia ser maior que o requisito do TLAC padrão (o que seria implementado como um requisito Pilar I para G-SIIs). Nesse sentido, esperamos que o *Single Resolution Board* ("SRB") comunique o requisito MREL baseado na regulamentação atual (BRRD) ao longo de 2018/2019. (Ver capítulo 1.6 de Gestão e adequação de capital).

Dentro dessa estratégia, o Santander planeja emitir em 2018 entre 2 e 3 mil milhões de instrumentos híbridos e entre 7 e 10 mil milhões de sênior *non-preferred*; o Santander Consumer Finance, por sua vez, emitiria entre 4 e 6 mil milhões de dívida sênior e continuará desenvolvendo o seu programa de *pfandbriefe* na Alemanha; o Reino Unido prevê emitir dívida sênior em um total entre 6 e 8 mil milhões de euros, tanto pela holding como pelo banco e completará o programa com 2 a 4 mil milhões de euros de cédulas hipotecárias; por último, os Estados Unidos consideram emitir entre 1 e 2 mil milhões de euros no próximo exercício.

As unidades, em especial o Santander Consumer Finance e Estados Unidos, através do Santander Consumer USA, projetaram securitizações cuja execução está intimamente ligada a que a produção de empréstimos seja conforme contemplado no orçamento.

Dentro desse marco geral, diversas unidades do Grupo aproveitaram as boas condições dos mercados no início do exercício de 2018 para fazer emissões, captando um volume superior a 7.000 milhões de euros no mês de janeiro e primeiros dias de fevereiro.

3.2 Capital

A gestão e adequação de capital no Grupo Santander visa a garantir a solvência da entidade e maximizar a sua rentabilidade, assegurando o cumprimento dos objetivos internos de capital, bem como os requerimentos regulatórios.

É uma ferramenta estratégica fundamental para a tomada de decisões em nível local e corporativo, e permite definir um marco comum de ação, estabelecendo uma definição e homogeneização de critérios, políticas, funções, métricas e processos relativos à gestão de capital.

O desenvolvimento da função de capital do Grupo é realizado em dois níveis:

- **Capital regulatório:** a gestão regulatória parte da análise da base de capital, dos índices de solvência sob critérios da regulamentação vigente e dos cenários utilizados no planejamento do capital. O objetivo é que a estrutura de capital seja o mais eficiente possível, tanto em termos de custo como de cumprimento dos requerimentos de reguladores. A gestão ativa do capital inclui estratégias de designação de capital e uso eficiente aos negócios, assim como securitizações, vendas de ativos, emissões de instrumentos de capital (ações preferenciais, dívida subordinada) e híbridos de capital.

- Capital econômico: o modelo de capital econômico tem por objetivo assegurar que o grupo tenha destinado adequadamente o capital de que dispõe com relação a todos os riscos a que está exposto em decorrência da sua atividade e do seu apetite de risco, tendo como finalidade otimizar a criação de valor do Grupo e das unidades de negócio que o integram.

A medição real econômica do capital necessário para uma atividade, junto com o seu retorno, permite assegurar a otimização de criação de valor, através da seleção das atividades que maximizam o ambiente do capital. Essa destinação é realizada sob diferentes cenários econômicos, tanto previstos como pouco prováveis, mas plausíveis, e com o nível de solvência definido pelo Grupo Santander.

Os exercícios de estresse de capital constituem uma ferramenta essencial na avaliação dinâmica dos riscos e da solvência das entidades bancárias.

Trata-se de uma avaliação a futuro (*forward-looking*), baseada em cenários tanto macroeconômicos como idiossincráticos que sejam de baixa probabilidade, mas plausíveis. Para tanto, é necessário contar com modelos de planejamento robustos, capazes de transferir os efeitos definidos nos cenários projetados, aos diferentes elementos que influenciam a solvência da Entidade.

O objetivo último dos exercícios de estresse de capital consiste em realizar uma avaliação completa dos riscos e da solvência das entidades que permita determinar possíveis exigências de capital, caso sejam necessárias, quando as entidades descumprirem os objetivos de capital definidos, tanto regulatórios como internos.

Desde a crise econômica de 2008, o Grupo Santander foi submetido a seis testes de resistência (exercícios de estresse) em que demonstrou sua robustez e sua solvência diante dos cenários macroeconômicos mais extremos e severos. Em todos, fica refletido que, graças principalmente ao modelo de negócios e à diversificação geográfica existente no Grupo Santander, o Banco Santander é capaz de continuar gerando lucro para seus acionistas e cumprindo os requisitos regulatórios mais rigorosos.

Os resultados dos distintos exercícios demonstraram que o modelo de negócios do Grupo Santander, baseado em banco comercial e de varejo e diversificação geográfica, permite que enfrente com maior robustez os mais severos cenários de crise internacional.

No ano de 2017, a Autoridade Bancária Europeia realizou o exercício de transparência 2017, em que foram publicadas informações de ativos ponderados pelo risco, capital, solvência e detalhamento de posições soberanas relativas a dezembro de 2016 e junho de 2017 para 132 bancos de 25 países europeus. O objetivo do exercício foi fomentar a transparência e o conhecimento das informações de capital e solvência dos bancos europeus, contribuindo para a disciplina de mercado e a estabilidade financeira da União. É preciso destacar que os resultados não incluem a ampliação de capital realizado pelo Grupo Santander com relação à aquisição do Grupo Banco Popular, estando, contudo, computados os ativos ponderados pelo risco do banco adquirido. Considerando a ampliação de capital, o índice CET1 teria se situado em 10,72%.

Internamente, o Grupo Santander tem definido um processo de estresse e planejamento de capital não apenas em resposta aos diferentes exercícios regulatórios, mas também como uma ferramenta chave integrada na gestão e na estratégia do Banco.

O processo interno de estresse e planejamento de capital tem como objetivo assegurar a suficiência de capital atual e futura, inclusive diante de cenários econômicos pouco prováveis, embora plausíveis. Para isso, a partir da situação inicial do Grupo (definida por suas demonstrações financeiras, sua base de capital, seus parâmetros de risco e seus índices regulatórios), são estimados os resultados previstos da Entidade para distintos ambientes de negócios (incluindo recessões severas, além de ambientes macroeconômicos esperados), obtendo-se os índices de solvência do Grupo projetados para um período habitualmente de três anos.

O processo planejado oferece uma visão integral do capital do Grupo para o horizonte de tempo analisado e em cada um dos cenários definidos. Incorpora na análise as métricas de capital regulatório, capital econômico e capital disponível.

O Grupo Santander realiza anualmente, desde 2008, exercícios internos de resistência, no âmbito do seu processo de auto-avaliação de capital (Pilar II). Em todos ficou demonstrada, do mesmo modo, a capacidade do Grupo Santander para fazer frente aos exercícios mais difíceis, tanto em nível global como nas principais geografias em que está presente.

Em termos regulatórios, os recursos próprios computáveis *phased-in* encontram-se em 90.706 milhões de euros, o que equivale a um índice de capital total de 14,99% e um *Common Equity Tier 1* (CET1) *phased-in* de 12,26%. Os índices mínimos exigidos pelo Banco Central Europeu para o Grupo Santander em base consolidada para o ano de 2018 são de 12,155% no índice de capital total e de 8,655% no CET1 *phased-in*.

A seguir são apresentadas as principais variações do capital regulatório:

Capital regulatório. Variações

Milhões de euros

Capital Core Tier I

Cifra inicial (31/12/2016)	73.709
Ações emitidas no ano e prêmio de emissão	6.917
Tesouraria e ações próprias financiadas	-13
Reservas	-728
Lucro atribuível líquido de dividendos	3.621
Outras receitas retidas	-7.438
Participação de acionistas não controladores	-28
Redução/(aumento) no ágio e outros intangíveis	-1.244
Outras deduções	-624
Cifra final (31/12/2017)	74.173

Capital Tier I adicional

Cifra inicial (31/12/2016)	—
Instrumentos computáveis AT1	2.029
Excessos T1 pelas filiais	-4
Valor residual intangíveis	1.112
Deduções	-27
Cifra final (31/12/2017)	3.110

Capital Tier II

Cifra inicial (31/12/2016)	12.628
Instrumentos computáveis T2	862
Fundos genéricos e excesso insolvências IRB	331
Excessos T2 pelas filiais	-371
Deduções	-27
Cifra final (31/12/2017)	13.423
Deduções ao capital total	
Cifra Final Capital Total (31/12/2017)	90.706

A seguir é apresentado um detalhamento geral dos RWA (ativos ponderados pelo risco) totais que compõem o denominador dos requisitos de capital em função do risco, bem como a sua distribuição por segmento geográfico:

Ativos ponderados por risco

Milhões de euros

	RWA		Capital mínimo
	31.12.17	31.12.16	31.12.17
Risco de crédito (excluindo risco de crédito de contraparte)	485.578	471.882	38.846
Do qual, com o método padrão (SA)	280.082	271.519	22.407
Do qual, com o método FIRB (Foundation Internal Rating Based)	30.964	25.570	2.477
Do qual, com o método AIRB (Advanced Internal Rating Based)	158.777	153.605	12.702
Do qual, Renda Variável IRB baixo o método simples ou IMA	15.755	21.187	1.260
Risco de Contraparte	14.667	13.867	1.173
Do qual, com o método de valoração a preço de mercado (IRB)	8.529	9.308	682
Do qual, com o método de valoração a preço de mercado (Estándar)	3.586	3.851	287
Do qual Risco por contribuições ao fundo para o default das CCPs	313	313	25
Do qual CVA	2.240	395	179
Risco de liquidação	1	1	0
Exposição de titulação emb banking book (after cap)	3.678	2.234	294
Do qual, com o método baseado em qualificações internas (IRB)	708	1.224	57
Do qual, com o método IRB baseado na fórmula supervisora (SFA)	1.774	112	142
Do qual, com o método padrão (SA)	1.196	898	96
Risco de mercado	24.161	26.079	1.933
Do qual, com o método padrão (SA)	9.702	11.864	776
Do qual, com o métodos baseados em modelos internos (IRB)	14.459	14.215	1.157
Risco operacional	61.217	61.084	4.897
Do qual, com o método padrão	61.217	61.084	4.897
Valores abaixo dos limites de dedução (sujeito a ponderação por risco de 250%)*	15.762	12.941	1.261
Ajuste mínimo («solo»)	—	—	—
Total	605.064	588.088	48.405

* Em 2017 os importes de participações financeiras significativas por embaixo das ombreiras de dedução incluem-se como Renda Variável IRB. Tem-se homogeneizado o critério para 2016.

Requerimentos de fundos próprios por segmento geográfico

Milhões de euros

	Total	Espanha	Reino Unido	Resto Europa	Brasil	América Latina	EUA	Resto do mundo
Risco de crédito (excluindo risco de crédito de contraparte)	39.529	11.344	6.264	7.951	4.963	4.412	4.503	92
Do qual método IRB	15.862	6.229	4.125	3.744	831	736	195	—
Administrações centrais e bancos centrais	57	55	—	—	—	2	—	—
Instituições	739	394	143	90	—	112	—	—
Empresas	8.698	4.253	1.306	1.489	831	622	195	—
Empresas - Financiamento especializada	1.422	555	550	197	—	121	—	—
Empresas - outros	5.748	2.931	545	842	831	403	195	—
Varejistas - Hipotecas empresas	101	42	0	59	—	—	—	—
Varejista - Hipotecas particulares	3.765	802	2.331	632	—	—	—	—
Varejista - Revolving	331	125	175	31	—	—	—	—
Resto Varejista Empresas	385	153	—	232	—	—	—	—
Resto Varejista particulares	1.787	406	170	1.210	—	—	—	—
Outras exposições	—	—	—	—	—	—	—	—
Do qual método padrão	22.407	3.986	2.118	4.191	4.054	3.671	4.308	79
Administrações centrais e bancos centrais	358	3	0	—	144	193	18	—
Governos regionais e autoridades locais	18	4	0	5	1	6	1	—
Entidades do sector público	32	0	—	5	—	15	12	—
Bancos multilaterais de desenvolvimento	—	—	—	—	—	—	—	—
Organizações internacionais	1	1	—	—	—	—	—	—
Instituições	482	98	25	48	78	70	162	1
Empresas	5.735	512	1.262	1.199	980	853	927	2
Varejistas	7.783	626	479	1.869	1.864	1.213	1.662	72
Exposições garantidas com bens imóveis	3.154	338	54	622	330	820	986	4
Exposições de alto risco	842	297	32	116	155	165	77	1
Exposições em situação de inadimplência	192	13	—	25	—	146	8	—
Bonos garantidos	36	—	33	3	—	—	—	—
Exposições em frente a instituições e empresas com qualificação creditícia a CP	0	0	—	—	—	—	—	—
Exposições em frente a instituições de investimento coletivo (IIC)	23	21	1	0	—	—	0	—
Renda variável	45	27	—	17	—	0	—	—
Outras exposições	3.705	2.046	232	280	502	190	454	0
Di qual Renda Variável	1.260	1.129	20	16	77	4	—	13
Método PD/LGD	211	115	11	12	67	4	—	2
Modelos internos	499	465	10	4	10	0	—	11
Método Simple	121	121	—	—	—	—	—	—
Exposições de renda variável sujeitas a ponderações de risco	429	429	—	—	—	—	—	—
Risco de Contraparte	491	157	173	48	36	41	14	21
Do qual, com o método de valoração a preço de mercado (Estándar)	287	37	117	45	32	21	14	21
Do qual Risco por contribuições ao fundo para o default das CCPs	25	13	11	—	0	0	—	—
Do qual CVA	179	107	45	3	4	20	0	—
Risco de liquidação	0	0	—	—	—	—	—	—
Exposição de titulação emb banking book (after cap)	294	129	68	47	—	8	42	0
Do qual, com o método baseado em qualificações internas (IRB)	57	57	—	—	—	—	—	—
Do qual, com o método IRB baseado na fórmula supervisora (SFA)	142	68	36	38	—	—	—	—
Do qual, com o método padrão (SA)	96	4	32	9	—	8	42	0
Risco de mercado	1.933	1.103	333	29	147	306	15	—
Do qual, com o método padrão (SA)	776	540	40	28	147	6	15	—
Do qual, com o métodos baseados em modelos internos (IRB)	1.157	563	293	0	—	300	—	—
Risco operacional	4.897	1.193	683	787	627	709	898	—
Do qual, com o método padrão	4.897	1.193	683	787	627	709	898	—
Valores abaixo dos limites de deudção (sujeito a ponderação por risco de 250%)*	1.261	543	11	120	362	177	45	3
Ajuste mínimo («solo»)	—	—	—	—	—	—	—	—
Total	48.405	14.470	7.532	8.982	6.135	5.653	5.517	116

* Incluindo risco de crédito contraparte

A tabela abaixo mostra as principais variações nos requisitos de capital por risco de crédito:

Variações de capital de risco de crédito*

Milhões de euros

	Ativos ponderados por risco	Requerimentos de capital
Cifra inicial (31/12/2016)	500.216	40.017
Tamanho do ativo	4.677	374
Qualidade do ativo		
Atualização do modelo	-7.407	-593
Metodologia e política		
Aquisições e enajenaciones	49.562	3.966
Variações de taxa de câmbio	-29.915	-2.393
Outros		
CIFRA FINAL (31/12/2017)	517.133	41.371

*Incluindo requerimentos de capital de renda variável, securitizações e risco de contraparte (excluindo CVA e CCP).

Em termos de *fully-loaded*, o CET1 passa de 10,55% em dezembro de 2016 para 10,84% em dezembro de 2017. O índice de capital total *fully-loaded*, por sua vez, encontra-se em 14,48%, após subir 61 pontos-base no ano.

Mais informações sobre recursos próprios, requerimentos e índices de solvência, assim como das políticas e critérios de gestão do Grupo podem ser encontradas na nota 1.e das demonstrações financeiras anuais consolidadas, bem como no relatório com relevância prudencial que é publicado anualmente.

4. RISCOS

A atividade do Grupo está exposta aos mesmos riscos enfrentados por outras instituições financeiras, que se ocorrerem podem ter um impacto adverso relevante.

Por sua diversificação geográfica, o Grupo é sensível às condições econômicas de Europa continental, Reino Unido, EUA, Brasil e outros países da América Latina.

A atividade ordinária do Grupo também está condicionada por outros fatores: forte concorrência, volatilidade dos mercados, caráter cíclico de alguns negócios, riscos de mercado, de liquidez, operacionais, perdas por litígios e procedimentos regulatórios e outros que possam afetar negativamente os resultados do Grupo, seu rating e/ou a seu custo de financiamento, incluindo os não identificados ou previstos nas políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco do Grupo.

A gestão de riscos é uma das funções chave para que o Santander continue sendo um banco sólido, seguro e sustentável, em que os empregados, clientes, acionistas e a sociedade possam confiar.

O modelo de gestão e controle de riscos do Grupo Santander baseia-se nos princípios indicados abaixo, que, além de estar alinhados com a estratégia e o modelo de negócio do Grupo, leva em conta os requisitos dos reguladores e supervisores, bem como as melhores práticas do mercado:

- Uma gestão avançada e integral dos riscos com foco *forward-looking*, que permite manter um perfil de risco médio-baixo, através do apetite de risco definido pelo conselho do Banco Santander e da identificação e avaliação de todos os riscos.

- Linhas de defesa que permitem administrar o risco na sua origem, seu controle e supervisão, bem como uma avaliação independente.
- Um modelo de subsidiárias autônomas que contam com administração robusta baseada em uma estrutura clara de comitês, que mantêm a independência das funções de gestão e controle de riscos.
- Uma adequada gestão da informação e infraestrutura tecnológica que permite a identificação, evolução, gestão e comunicação nos níveis adequados de todos os riscos.
- Uma cultura de riscos integrada em toda a organização, que abrange uma série de atitudes, valores, habilidades e pautas de ação frente a todos os riscos.
- Todos os riscos são administrados pelas unidades que os geram através de modelos e ferramentas avançadas.

Esses princípios, junto com um conjunto de ferramentas e processos chave interrelacionados no planejamento da estratégia do Grupo (apetite de risco, *risk identification and assessment*, análise de cenários, *risk reporting framework*, processos orçamentários...), constituem um marco de controle chave no momento de desenvolver o controle do perfil de risco.

A descrição dos principais riscos que o Grupo enfrenta, bem como as políticas e metodologia utilizadas para o seu controle, gestão e mitigação, são detalhados nas notas das demonstrações financeiras anuais consolidadas anexas, principalmente na nota 54. Entre outras, são incluídas informações sobre o risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco-país, risco de cumprimento e reputacional, adjudicações, reestruturações e refinanciamentos e concentração do risco.

Além disso, a alta administração do Banco considera que dentro dos riscos intrínsecos à atividade bancária, nos últimos anos, os riscos emergentes foram os relacionados com o ambiente macro, mudança regulatória e o risco reputacional e de conduta, cujo tratamento e ações minimizadoras também são desenvolvidos na nota 54 das demonstrações financeiras anuais consolidadas anexas.

5. CIRCUNSTÂNCIAS IMPORTANTES OCORRIDAS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

De 1º de janeiro de 2018 até a data de elaboração destas demonstrações financeiras anuais consolidadas não ocorreram fatos relevantes posteriores.

6. INFORMAÇÃO SOBRE A EVOLUÇÃO PREVISÍVEL

O relatório de gestão contém determinadas informações prospectivas que refletem os planos, previsões ou estimativas dos administradores, que se baseiam em pressupostos que consideram razoáveis. Contudo, o usuário deste relatório deve ter em conta que a informação prospectiva não pode ser considerada como uma garantia do desempenho futuro da entidade, no sentido de que tais planos, previsões ou estimativas estão submetidos a numerosos riscos e incertezas, que implicam que o desempenho futuro da entidade não tem por que coincidir com o inicialmente previsto. Esses riscos e incertezas estão descritos no item de Riscos deste relatório de gestão e na nota 54 das demonstrações financeiras anuais.

Estimamos que em 2018 a economia mundial crescerá em um ritmo aproximado a 3,9%, levemente acima dos 3,7% de 2017, e já claramente acima da faixa de 3-3,5% dos anos anteriores.

Essa consolidação da revitalização registrada em 2017 ocorrerá tanto nas economias avançadas como nas emergentes.

As economias avançadas crescerão novamente a um ritmo da aproximado a 2,3% graças a certa revitalização dos EUA, que compensará, talvez com certa folga, um crescimento na Zona do Euro levemente inferior ao de 2017. As condições de financiamento, o pacote fiscal dos EUA e a confiança dos agentes assim o sugerem.

Estima-se que as economias emergentes crescerão 4,9% em 2018, levemente acima do registro estimado para 2017 (4,7%). Essas projeções se baseiam na credibilidade das políticas econômicas, na recuperação dos preços das matérias-primas, nas boas condições financeiras globais, no controle da inflação e na leve moderação do crescimento da China.

Na América Latina, esperamos que seja consolidada a recuperação iniciada em 2017 e alcançado um crescimento aproximado a 2% apoiado em uma base muito ampla e já com o Brasil e a Argentina consolidando ritmos de crescimento mais consistentes à medida que reforçam a credibilidade de suas políticas. O México, afetado pela incerteza diante das negociações do NAFTA e o endurecimento da sua política monetária, provavelmente estabilize o seu crescimento, mas tudo aponta para que o resto da região cresça a ritmos um pouco superiores aos de 2017.

As políticas monetárias nas economias avançadas vão continuar apresentando uma clara diferença entre EUA, onde parece que ocorrerão de forma gradual novas subidas ao mesmo tempo que reduz gradualmente o seu balanço, e a Zona do Euro, onde o BCE os manterá nos seus níveis atuais e ainda (em ritmo inferior) continuará aumentando o seu balanço. No Reino Unido, é provável que o Banco da Inglaterra aumente levemente as suas referências na segunda metade do ano.

Espera-se que as taxas de juros a longo prazo aumentem gradualmente, uma vez que a expansão amadurece e a inflação suba de forma moderada, embora não esperemos aumentos substanciais, sobretudo na Europa, em função da sinalização da política monetária. As curvas de taxas de juros tenderão a ficar mais íngremes.

Nas economias emergentes também haverá uma evolução díspar de taxas de juros, embora em geral o percurso de baixa enfrentado por diversas economias da área nos últimos tempos chegue ao fim e, inclusive, possa se reverter. Em particular na América Latina, talvez à exceção do México que se antecipou na subida, é provável que em 2018 as taxas de juros se estabilizem ou mesmo subam, salvo na Argentina.

Em todo caso, o fato da inflação continuar sendo modesta, em parte por motivos de natureza estrutural, sugere que os aumentos de taxas de juros, onde ocorrerem, serão em geral moderados, dado o momento do ciclo em que nos encontramos.

O balanço de riscos de curto prazo está um pouco inclinado ao aumento, com nuances: no lado positivo, a melhoria da confiança de consumidores e empresas e as condições financeiras favoráveis – e quiçá um imprevisível repique da produtividade – podem levar a revisões do aumento das projeções; no lado negativo, a probabilidade de um choque de natureza geopolítica ou de economia política (em particular nos EUA e Europa) moderou-se, mas, se ocorresse levaria a uma revisão para uma baixa potencialmente mais pronunciada. Sobretudo em um momento em que as valorizações dos mercados são ajustadas, a aversão ao risco é mínima e a volatilidade surpreendentemente baixa.

O Grupo enfrenta esse ambiente com um ano que finaliza tendo cumprido os compromissos estabelecidos para o período, refletindo aumento dos clientes vinculados e digitais, de volumes em moeda local, do lucro e lucro por ação, melhora do custo do crédito, e tendo excedido o objetivo de capital estabelecido no início do ano.

A missão final e última é ser o melhor banco para indivíduos e empresas, ganhando a confiança e fidelidade duradoura dos empregados, clientes, acionistas e da sociedade. Continuará a transformação comercial do Grupo com o objetivo de melhorar a rentabilidade sobre o capital empregado.

A sólida posição do Banco Santander em 10 países chave nos permite estar em uma situação privilegiada para aproveitar as oportunidades que o ambiente nos oferece. Nos mercados maduros, a nossa ênfase consistirá em melhorar a rentabilidade, adaptando os modelos de negócio para aumentar a satisfação dos nossos clientes e ganhar participação no mercado. Nos emergentes, trataremos de utilizar as boas condições do mercado para ganhar quota e melhorar ainda mais a nossa eficiência operacional.

Em 2017 atingimos os objetivos que havíamos estabelecido e iniciamos 2018 com disposição para alcançar os anunciados no último *Group Strategy Update*.

Para ajudar a sua consecução, definimos as seguintes metas e prioridades de gestão:

- Melhorar a qualidade dos resultados da DRE em um ambiente com importante pressão nas margens, sobretudo em mercados desenvolvidos.
- Ganhar cota de mercado de forma sustentada, já que as nossas oportunidades de crescimento estão nos mercados em que já operamos.
- Continuar o plano de transformação comercial e digital sem afetar o índice de eficiência. Compensar o plano de investimentos com a aplicação de medidas de otimização de custos.
- Melhorar as principais métricas de riscos. Administrar as maiores provisões de crédito decorrentes do aumento de volumes previsto e do impacto da nova regulamentação contábil de reconhecimento de provisões (IFRS9).
- Administrar as emissões TLAC e os maiores custos financeiros pelos excessos de liquidez.

A seguir, são descritas brevemente as prioridades de gestão das principais unidades em 2018:

Europa

Espanha. Estima-se que o PIB cresça ao redor de 2,7% em 2018, acima do crescimento previsto para o conjunto da Zona do Euro, e a inflação continue sendo reduzida (inferior a 2%). O crédito deveria mostrar uma recuperação gradual ao longo do ano.

Nesse contexto, foram fixadas as seguintes prioridades:

- Firmar a nossa liderança na Espanha após a aquisição do Popular, combinando o melhor das duas entidades.
- Reforçar a nossa vantagem competitiva como banco de referência em PMEs com produtos de alto valor agregado, ao mesmo tempo mantendo a liderança do banco de atacado e grandes empresas.
- Incrementar a vinculação dos clientes, mantendo a estratégia 1|2|3 como alavanca para melhorar a relação a longo prazo e a satisfação do cliente.
- Manter uma rentabilidade sustentável com um modelo baseado na gestão avançada do risco, no planejamento do capital e na gestão.

No **Banco Popular**, por sua vez, as prioridades para 2018 são as seguintes:

- Avançar para a consecução dos objetivos apresentados no momento da aquisição.
- Otimizar a estrutura da entidade, melhorando o índice de eficiência. As economias em custos irão se refletindo nas linhas de resultados de forma progressiva, à medida em que o ano avançar.

- Continuar analisando as melhores alternativas para as *joint ventures* e negócios não estratégicos que continuam no nosso balanço, de forma que se enquadrem no modelo de negócio do Banco Santander.
- Aumentar a vinculação e satisfação dos clientes, de acordo com o processo de transformação comercial que estamos realizando em todas as unidades do Grupo.

O segmento imobiliário na Espanha manterá a estratégia de diminuição de ativos, reduzindo a exposição principalmente em créditos.

Santander Consumer Finance. Aproveitando seu posicionamento no mercado europeu de consumo, a área busca aproveitar seu potencial de crescimento. Suas prioridades terão foco em:

- Manter a nossa posição de liderança no mercado de financiamento de automóvel novo e crescer em financiamento de automóvel usado, gerando valor agregado aos fabricantes.
- Administrar de forma proativa os acordos de marca e o desenvolvimento de produtos digitais.
- Acompanhar os nossos parceiros nos seus planos de transformação, tanto na digitalização do processo de compra e financiamento de veículos, como em outros projetos estratégicos.
- Reorganizar o negócio da Alemanha sob uma mesma marca, com melhor eficiência e um melhor e mais completo atendimento ao cliente.
- Aumentar a digitalização através da colaboração com fintechs e assinaturas de acordos com os principais *retailers*.

Polônia. Esperamos que o crescimento econômico continue sendo muito significativo em 2018, cerca de 4%, respaldado na grande demanda externa e no consumo interno.

Os objetivos para o ano são:

- Transformar o Bank Zachodni WBK no banco de referência para os clientes.
- Crescer mais rápido que os concorrentes, apoiados na digitalização.
- Manter-nos como o banco mais rentável do país.
- Realizar as operações necessárias para encerrar a operação do Core Deutsche Bank Polska nas datas previstas e proceder à sua integração.

Portugal. O PIB começará a moderar o seu crescimento em 2018, estimando-se um crescimento de 1,8%. Prosseguirá a evolução favorável da atividade através da melhoria dos investimentos e das exportações, e continuará o avanço da desalavancagem do setor privado e público.

O Santander terá foco em:

- Integrar o Banco Popular, melhorando a sua eficiência.
- Reforçar a nossa posição como o maior banco privado em Portugal com aumento adicional de cota de mercado.
- Crescer em créditos, apoiados no segmento empresas e em recursos, principalmente nos de fora de balanço.

- Aprofundar a nossa transformação digital e a simplificação de processos, aumentando a vinculação.

Reino Unido. A economia moderará levemente a sua atividade, estando previsto um aumento do PIB de 1,4%. A incerteza relacionada com a evolução das negociações do Brexit sobre o período de transição e as relações comerciais entre o Reino Unido e a UE afetará o crescimento, a libra e, em última análise, a inflação. Espera-se que o Banco da Inglaterra suba outros 25 pontos-base a taxa de juros de referência, chegando a 75% no final do ano para levar a inflação cerca a 2%.

Considerando este ambiente, o banco continuará buscando a excelência e priorizando as necessidades dos clientes. Para isso, foram definidas as seguintes linhas estratégicas:

- Continuar concentrados na vinculação de clientes como alavanca do crescimento.
- Impulsionar as nossas plataformas *Investment Hub* e *Neo CRM*, bem como melhorar as relações transfronteiriças com clientes através dos corredores comerciais internacionais.
- Priorizar a excelência operacional e digital para proporcionar a melhor experiência aos nossos clientes.
- Aumentar nossos lucros de maneira previsível, ao mesmo tempo em que mantemos nossa solidez de balanço.

América

Brasil. Após retomar o crescimento em 2017, superando uma das maiores recessões das últimas décadas, a economia consolidará a sua recuperação em 2018, com um crescimento previsto superior a 3%.

Nesse contexto, as prioridades do Santander Brasil em 2018 são:

- Alcançar a excelência dos serviços, para que os clientes encontrem a melhor experiência no Santander Brasil.
- Continuar consolidando a liderança em termos de inovação de produtos e serviços digitais.
- Manter o ganho rentável de cota de mercado, com ofertas adequadas a cada perfil de cliente.
- Continuar impulsionando o crescimento recorrente, apoiado no aumento da atividade comercial, maior eficiência operacional e avanços na estratégia digital.

México. Esperamos uma estabilização do crescimento da economia em 2,1% em 2018 (2,1% em 2017), porém com um perfil trimestral de gradual recuperação, impulsionado pelas exportações e o consumo privado.

Neste ambiente, o Santander deve continuar fortalecendo o negócio para consolidar sua posição. Os aspectos essenciais de gestão em 2018 serão:

- Dar continuidade à transformação comercial e à inovação para ser o primeiro banco para os nossos clientes no México.
- Implementar um novo modelo de distribuição baseado em: estratégia de micro mercados, novo modelo comercial e novo design das agências.
- Prosseguir com o impulso à digitalização, modelos de atendimento remoto, experiência do cliente e melhoras em informações e análise.
- Continuar concentrados na captação de folhas de pagamento e potencializando a oferta do Santander Plus.

- Manter nossa liderança em serviços oferecidos a clientes corporativos de forma que a contribuição das receitas do banco nesse segmento continue se consolidando.

Chile. Espera-se uma recuperação em 2018 com um crescimento estimado próximo a 3%.

A estratégia do banco terá foco em:

- Continuar melhorando a qualidade do atendimento e a experiência de nossos clientes.
- Continuar transformando agência para o modelo *WorkCafé*.
- Impulsionar o nosso crescimento entre os clientes de renda massiva por meio do *Santander Life*.
- Crescer mais em créditos e poupança que nossos competidores, apoiados em um maior dinamismo da economia.
- Atingir altos níveis de eficiência e produtividade por meio de excelência na execução e incremento na digitalização.

Argentina. Consolidará a sua recuperação, com um crescimento esperado de 3,5%, em um ambiente de moderação da inflação e redução do déficit fiscal.

As prioridades de gestão do Banco Santander Río se concentrarão em:

- Rentabilizar o negócio adquirido do Citibank.
- Dar continuidade ao plano de transformação para um banco digital, melhorando a eficiência, vinculação e satisfação.
- Crescer em consumo, hipotecas, linhas de financiamento e comércio exterior, bem como em negócios com o setor público.
- Incrementar significativamente os recursos de clientes, especialmente em fundos e produtos de investimento.

Estados Unidos. Esperamos que o PIB registre o seu nono ano consecutivo de expansão, acelerando o seu crescimento para 2,5%, desde os 2,3% em 2017.

A gestão do Santander no país se concentrará em:

- Continuar progredindo em questões regulatórias no Santander US.
- Melhorar a experiência e vinculação do cliente com foco especial em produtos e conectividade global.
- Prosseguir com as iniciativas de redução de custos, integração de serviços centrais e obtenção de sinergias entre as entidades para melhorar a eficiência e impulsionar a rentabilidade.
- No Santander Bank, prosseguir com a otimização do balanço, ao mesmo tempo que crescem os volumes e melhoram as margens.
- No SC USA, manter a liderança em financiamento de veículos, assegurando um adequado perfil risco-rentabilidade no setor *non-prime* e aumentando a produção *prime* por meio da Chrysler.

7. ATIVIDADES DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

A inovação e o desenvolvimento tecnológico constituem um pilar estratégico do Grupo Santander, que tem o objetivo de responder aos novos desafios decorrentes da transformação digital com foco na excelência operacional e experiência do cliente.

Por outro lado, o Santander, como entidade sistêmica global, assim como suas subsidiárias individuais, estão sujeitos a crescentes exigências regulatórias que impactam no modelo de sistemas e na tecnologia subjacente, e obrigam a dedicar investimentos adicionais para garantir seu cumprimento e a segurança jurídica.

Em vista disso tudo, como em edições anteriores, o *ranking* elaborado pela Comissão Europeia (*The 2017 EU Industrial R&D Investment Scoreboard*, com dados do exercício de 2016) reconhece o esforço tecnológico da entidade, colocando-se o Grupo Santander como a primeira empresa espanhola e o primeiro banco mundial do estudo por investimento de recursos próprios em P&D.

Em 2017, o investimento tecnológico em P+D+i chegou a 1.470 milhões de euros (3% da margem bruta).

Estratégia tecnológica

O Grupo Santander parte de uma situação tecnológica sólida e robusta, reconhecida como uma das melhores entre as de bancos de implementação global, destacando por sua infraestrutura global com Centros de Processamento de Dados de última geração, o *Core Banking* comum *Partenon & Altair* e o potente modelo de Centros de Serviços compartilhados que permite especialização do conhecimento e explorar eficiências em todas as localizações.

A estratégia tecnológica do Grupo Santander continuou evoluindo, para facilitar a transformação digital do Grupo, levando em consideração as tendências tecnológicas do mercado (*Mobilidade, Cloud, Big Data, Cognitive, Social* e ecossistemas estendidos)

A evolução da plataforma tecnológica facilitará o desenvolvimento de novas capacidades de negócios no Grupo, graças às novas tecnologias:

- *Application Lifecycle Management (ALM)*: ferramentas para automatizar a gestão e implementação do software.
- *Data & Cognitive*: tratamento em massa de dados estruturados e não estruturados provenientes de diversas fontes (*BigData & Analytics*), e introdução de inteligência artificial e capacidades cognitivas.
- *Application Programming Interface (API) Management*: novas ferramentas para desenvolvimento, publicação e execução de APIs (internas ou para terceiros).
- Metodologias, processos e ferramentas: novas formas de trabalhar que habilitam um desenvolvimento ágil e colaborativo.

Infraestruturas

O Grupo dispõe de um conjunto reduzido de Centros de Processamento de Dados (CPDs) de elevada qualidade e estrategicamente localizados. São 5 pares de CPDs, World Class ou Tier IV (segundo normas do *Uptime Institute*) que estão próximos aos maiores volumes de negócios do Grupo: Boadilla del Monte e Cantabria na Espanha, Campinas no Brasil, Carlton Park no Reino Unido e Querétaro no México.

Esta infraestrutura global compartilhada (que está conectada entre si por um sistema de comunicações próprio - GSNET-), permite não apenas proporcionar altos níveis de qualidade e eficiência ao negócio e ao serviço aos clientes, mas que também assegura o cumprimento das exigências regulatórias e minimiza o risco operacional.

Da mesma forma, estamos aprofundando o desenvolvimento de infraestruturas *Cloud* com a finalidade de automatizar a provisão e gestão de infraestrutura, e melhorar a produtividade do desenvolvedor, habilitando a capacidade de consumir e implementar serviços de maneira rápida e automática, cujo foco atual é o desenvolvimento de soluções de mobilidade.

Segurança digital (cybersecurity)

O Santander considera a segurança digital uma das principais prioridades para o Grupo e um componente crucial para apoiar a visão do Grupo de "ajudar as pessoas e empresas a prosperar" e "oferecer excelentes serviços digitais aos nossos clientes".

Durante o ano de 2017, o Grupo Santander continuou fortalecendo as suas práticas de segurança digital e estabeleceu um novo marco global para a sua gestão. O novo marco foi aprovado pelo conselho do Grupo e define os princípios, papéis e responsabilidades para administrar a segurança digital de maneira proativa e global. Além disso, o novo marco de segurança digital se destaca pelos seguintes avanços:

- Incorporação de um novo *Global Chief Information Security Officer* com extensa experiência e reconhecimento internacional como responsável global da segurança digital no Grupo.
- Introdução de uma nova organização de segurança digital, implementando defesas globais e coordenadas através de todas as subsidiárias do Grupo.
- Lançamento de atividades de conscientização de empregados, incluindo campanhas regulares '*phishing* ético' para instruir os empregados do Santander sobre como identificar as ameaças cibernéticas de maneira prática e reforçar a ideia de que a segurança é responsabilidade de todos.
- Fortalecimento de controles preventivos de segurança digital, tais como controle de acessos, gestão de software malicioso e gestão de vulnerabilidades.
- Reforço das capacidades de monitoramento da atividade na infraestrutura de TI para detectar e reagir diante de possíveis intrusões.
- Realização de diversas simulações de crises cibernéticas para exercitar os planos de resposta e aumentar a preparação para cenários de crise.
- Execução de testes de '*hacking* ético' para avaliar e melhorar as defesas continuamente.
- Acompanhamento da segurança no nível máximo por meio do Conselho do Grupo e do Comitê de Segurança Digital do qual participam os principais executivos do Grupo

Eixos da digitalização

Além da nova plataforma tecnológica, da evolução da infraestrutura e das iniciativas de segurança digital já mencionadas, o Grupo Santander impulsionou sua transformação digital através dos seguintes eixos:

1. Melhora da experiência do cliente através dos canais (com foco no banco móvel e gestão remota dos clientes) e a digitalização dos processos.
2. Melhora da qualidade dos dados, seu tratamento e exploração (*Big Data & Analytics*, novas plataformas CRM...), bem como a introdução de Inteligência artificial e capacidades cognitivas.
3. Mudança cultural: novas formas de trabalhar por meio do uso de ferramentas e metodologias colaborativas e com foco em inovação.

Especificamente, as linhas de avanço mais destacadas por geografia em 2017 foram as seguintes:

1. Melhoria da experiência do cliente nos canais:

- O Grupo continuou impulsionando o desenvolvimento de aplicativos desenhados especificamente para *smartphones* e *tablets*. O objetivo é que os clientes do Grupo tenham acesso de maneira imediata e de qualquer ponto em que se encontrem aos serviços oferecidos pelo Banco. Além disso, foram celebrados importantes acordos com provedores de mobilidade para potencializar o uso de dispositivos móveis, tanto para os clientes como para os empregados do Grupo.

Entre os principais projetos no âmbito de *mobile banking*, encontram-se:

- Melhora da oferta existente em serviços e pagamentos por *mobile banking*, que permitem aos clientes a possibilidade de realizar pagamentos em comércio, sacar dinheiro em caixas eletrônicos e fazer transferências entre números de celular, entre outras funcionalidades. No Brasil, por exemplo, o aplicativo *Santander Way* evoluiu e permite agora que os clientes do Santander Brasil paguem suas contas pelo celular por meio da tecnologia NFC, pagamento por proximidade. Destaca-se também a ampliação do *Santander Wallet (super Wallet)* no México durante 2017. No Santander Espanha foi adicionado o serviço de pagamento por celular com *Samsung Pay*, tornando-se a única instituição que permite que os seus clientes paguem tanto com o sistema *Apple* como *Android*, o que lhe permite liderar o mercado de pagamentos por celular na Espanha. Além disso, continuou avançando nas funcionalidades dos caixas eletrônicos e melhorando a experiência dos clientes no seu uso. Entre as mais recentes novidades incluídas, destaca-se a possibilidade de utilizar o celular ou o relógio para operar os caixas eletrônicos.
- Além disso, em 2017 foram incorporados novos apps de *mobile banking* para a gestão de Seguros, como no Santander Río (o primeiro no seu país) e no Brasil, que permite aos seus clientes abrir, administrar e realizar o acompanhamento de um sinistro de seguro de casa através do aplicativo.
- Diversos apps de *mobile banking* do Grupo foram destacados nas suas respectivas geografias, como o Santander Chile (que lançou novas funcionalidades no seu app, como a administração de cartões, o acompanhamento de reclamações, ...etc., tornando-se o melhor avaliado pelo mercado no Chile, segundo o Estudo de Satisfação de Clientes 2017 realizado por GFK Adimark) e o app *mobile* de Bank Zachodni WBK que mais um ano foi reconhecido como o melhor aplicativo de banco móvel da Polónia, segundo os especialistas de Bankier.pl.
- Por último foram lançados novos apps no âmbito do Santander Universidades, destacando-se a Alemanha (*Santander Training* e *Santander Enterprising*) e o Brasil (*Academicxs*).

- Os sites de Internet dos diversos bancos do Grupo também continuaram melhorando, destacando-se durante 2017 o redesenho do site de pessoas físicas no Brasil e as novas ferramentas que foram adicionadas ao site do México (buscador inteligente, assistente virtual, chat assistido...) que asseguram uma experiência de usuário única através da simplicidade e melhoria da navegação. Em 2017 destacou-se também a intranet do Centro Corporativo que foi reconhecida como uma das dez melhores do mundo por Nielsen Norman Group, empresa de referência em análise e consultoria.
- O novo conceito de agência continuou a sua expansão, chegando a 1.000 agências transformadas em 6 países sob os conceitos de *SmartRed* no modelo de serviço e que oferece ao cliente uma experiência diferenciada a partir de um modelo mais ágil, simples e com tecnologia mais intuitiva. Especificamente, durante este ano foram transformadas 60 agências no Reino Unido, 60 no México, 100 no Brasil e 150 na Espanha. O *WorkCafé* do Chile também contou com uma grande aceitação como variante mais experimental.
- No âmbito da simplificação e redução da manualidade de processos (digitalização de processos) cabe destacar a evolução das técnicas de identificação de clientes e *Know your customer* (KYC), que estão impulsionando a implantação dos processos de *onboarding* sob o paradigma "digital First" no México, Polônia, Chile, Brasil, Espanha e Reino Unido. As novas técnicas biométricas permitem enriquecer esses processos e já estão sendo aplicadas na Polônia, Espanha, Brasil e Chile.

Em 2017 destaca-se ainda:

- O novo Openbank, como primeiro banco espanhol totalmente digital. A entidade online do Grupo Santander disponibiliza aos clientes uma carteira completa de produtos e serviços através de um aplicativo *mobile* e uma página web totalmente redesenhados.
 - O novo processo de abertura de contas digital para agências no Santander UK, que permite aos comerciais reduzir significativamente o tempo de processamento mediante o preenchimento automático de dados, a simplificação de telas e a eliminação de papel, entre outros.
 - O processo *onboarding* do Santander Chile, que é o primeiro "100% digital" do país. Além disso o Santander Chile desenvolveu um robusto sistema que permite que os executivos visitem seus clientes com um *tablet* que consolida toda a informação necessária para uma visita comercial.
 - Nessa mesma linha, o Santander Brasil lançou o *Superdigital*, uma evolução da *ContaSuper*, que traz uma proposta mais centrada no mercado financeiro, mais intuitiva e que propõe simplificar o uso do dinheiro tal como o conhecemos.
 - O restante dos bancos do Grupo continua melhorando os processos, como a Polônia, que lançou o *Kredit SME*, um processo em 5 "cliques" para a contratação de empréstimos a prazo para PMEs através do canal móvel e da Internet. Esse mesmo banco implantou com êxito a possibilidade de identificação remota do cliente ("Videoverification") para *onboarding* de novos clientes através de canais digitais, e disponibilizou aos seus clientes os processos de pós-venda em canais digitais, para execução direta *end-to-end* pelo cliente, eliminando a intervenção de *back office*.
 - A administração remota de clientes está obtendo excelentes resultados no Brasil e na Espanha, tendo sido lançada em dois novos países este ano: México (*Santander Connect*) e Portugal (*Santander Proximo*). Esses modelos combinam a qualidade dos nossos assessores com a comodidade de processos e comunicações totalmente digitais que preparam o banco para o futuro da gestão de clientes.
2. Melhoria da qualidade de dados, seu processamento e exploração (*Big Data & Analytics*, novas plataformas CRM...), bem como a introdução da Inteligência artificial e capacidades cognitivas, melhorando o conhecimento do cliente e a detecção de suas necessidades.

- Em 2017 os *chatbots* foram implantados em 6 países do Grupo, bem como no Centro Corporativo, melhorando a experiência e simplificando as gestões de clientes e empregados.
 - Além disso, em diversos bancos do Grupo foram realizados os primeiros projetos que aplicam Inteligência artificial, permitindo uma maior agilidade na tomada de decisões e melhor gestão de risco, como foram os casos do Reino Unido (créditos imediatos a PMEs) e Espanha (assistentes cognitivos para seguros e back office), entre outros.
3. Mudança cultural: uma mudança cultural não implica apenas uma transformação na maneira de se relacionar com os clientes e colaboradores: requer também inovação tanto nas ferramentas de trabalho como no processo para desenvolvê-las.
- O Grupo está impulsionando a adoção de metodologias Agile baseadas em Design Thinking, Scrum e DevOps, que implicam estreita colaboração entre negócio e tecnologia, com equipes multidisciplinares em busca de novos desenhos de experiência de cliente.

Essa inovadora maneira de abordar os projetos colheu muitos bons resultados nas geografias do Grupo, destacando-se a Espanha que foi agraciada com o prêmio Agile Best DevOps Finance Project pelo incentivo por parte das áreas de Tecnologia e Operações e de Negócio às metodologias ágeis dentro do Plano Estratégico de Seguros.

- Além disso, evoluíram os aplicativos destinados a empregados, com diversas funcionalidades dentre as quais se destaca o app de *feedback* contínuo e um aplicativo de reconhecimento entre pares, visando a reforçar as condutas corporativas que são a base da cultura do Grupo.

Por último, o Banco Santander está se posicionando no **ecossistema Fintech** (*Financial Technology*) como um banco inovador e de referência no setor, o que lhe permite ter um observatório para antecipar e participar das principais tendências digitais.

Para desenvolver essa estratégia, que vai além da digitalização da operação diária, o banco está trabalhando em aspectos mais inovadores e conta com um “Fundo de Venture Capital corporativo” (Santander InnoVentures) que investe e promove as associações estratégicas com *start-ups* relacionadas com o setor financeiro.

O Santander InnoVentures é o Fundo Corporativo de Venture Capital do Santander. Criado em julho de 2014, com uma dotação de 100 milhões de dólares, ampliado posteriormente, em 2016, com 100 milhões de dólares adicionais, tem como objetivo posicionar o Santander como um dos principais *players* da onda de transformação trazida pelo ecossistema FinTech.

Com Santander InnoVentures o objetivo é participar da revolução digital e fazer com que todos os nossos clientes em nível global possam se beneficiar das tecnologias e inovações mais recentes do setor financeiro.

O Fundo investe, por meio de participações minoritárias, no capital dessas *start-ups* e, por sua vez, as ajuda a criar acordos (comerciais e/ou estratégicos) no setor financeiro e a ter acesso a toda a experiência e especialistas do Grupo. Portanto, além de aportar capital, o Santander InnoVentures aporta escala e experiência às *start-ups* em que investe, ajudando-as assim a crescer e, ao mesmo tempo, aprendendo e promovendo a introdução de novas tecnologias nos negócios do Grupo e seus clientes. No início de 2018, o Santander InnoVentures tem em carteira 18 empresas em, dentre outros, pagamentos, *marketplace lending*, *e-advisory*, risco do cliente e análise e inteligência artificial.

O laboratório blockchain do Santander também cresceu chegando a 20 pessoas e explora usos potenciais das principais tecnologias de blockchain como Ethereum ou Hyperledger para melhorar drasticamente a eficiência, segurança e desempenho da infraestrutura do Banco, em especial, os âmbitos de pagamentos internacionais, mercados de capital, regulamentação, *compliance* e auditoria. O Santander tem desempenhado um papel chave na comunidade blockchain em geral ao fundar e lançar a Enterprise Ethereum Alliance em colaboração com as principais instituições financeiras e não financeiras do mundo, bem como com o lançamento de Alastria, a rede blockchain na Espanha.

8. AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE AÇÕES PRÓPRIAS

As operações de compra e venda de ações próprias, pela Sociedade ou por sociedades dominadas por ela, serão ajustadas ao previsto na normativa vigente e nos acordos relacionados da assembleia geral de acionistas.

O Banco, mediante resolução do conselho de administração de 23 de outubro de 2014, aprovou a atual política de tesouraria, considerando os critérios recomendados pela CNMV.

A operação sobre ações próprias buscará as seguintes finalidades:

- Facilitar no mercado das ações do Banco liquidez ou abastecimento de valores, conforme proceda, dando a esse mercado profundidade e minimizando eventuais desequilíbrios temporários entre a oferta e a demanda.
- Aproveitar em benefício do conjunto dos acionistas as situações de fragilidade no preço das ações em relação com as perspectivas de evolução a médio prazo.

As operações de tesouraria serão realizadas pelo Departamento de Investimentos e Participações, isolado como área separada do restante das atividades do Banco e protegido pelas correspondentes barreiras, de forma que não disponha de nenhuma informação privilegiada ou relevante. Será responsável pela gestão da tesouraria o diretor do departamento.

A operação sobre ações próprias estará sujeita às seguintes pautas gerais:

- Não responderá a um propósito de intervenção na livre formação de preços.
- Não poderá ser realizado se a unidade responsável pela sua execução dispuser de informação privilegiada ou relevante.
- Permitirá, se for o caso, a execução de programas de recompra e a aquisição de ações para cobrir obrigações do Banco ou do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2017, as ações em tesouraria eram 3.913.340, representativas de 0,024% do capital social na data; em 31 de dezembro de 2016 eram 1.476.897 ações, 0,010% do capital social na data.

As operações com ações próprias realizadas pelas sociedades consolidadas em interesse do Grupo durante o exercício de 2017 envolveram a aquisição de 239.028.959 ações, a um preço médio de compra de 5,48 euros por ação, o que representa um montante efetivo de 1.309,4 milhões de euros.

Com relação à venda, foram alienadas 236.592.516 ações, a um preço médio de venda de 5,63 euros por ação, resultando em um montante efetivo de 1.331,6 milhões de euros.

O efeito patrimonial líquido de impostos gerado por transações realizadas no exercício com ações emitidas pelo Banco foi 26 milhões de euros de lucro, que foram registrados no patrimônio líquido do Grupo em fundos próprios-reservas. O efeito no lucro por ação foi irrelevante.

Na nota 34 das demonstrações financeiras anuais consolidadas anexas e nos itens A.8 e A.9 do relatório anual de Governança Corporativa são ampliadas as informações relativas à política de tesouraria e à aquisição e alienação de ações próprias.

9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

9.1 Informações do mercado de ações

As ações do Santander são negociadas no mercado contínuo das Bolsas de Valores espanholas, e nos mercados de Nova York, Londres, Milão, Lisboa, Varsóvia, São Paulo, México e Buenos Aires.

Em 31 de dezembro de 2017, eram negociadas em mercados oficiais de valores as ações do Banco Santander Río S.A.; Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander México; Banco Santander - Chile; Cartera Mobiliaria, S.A., SICAV; Santander Chile Holding S.A.; Banco Santander (Brasil) S.A.; Bank Zachodni WBK S.A. e Santander Consumer USA Holdings Inc.

O número total de acionistas no encerramento do ano é de 4.029.630, dos quais 3.818.125 são acionistas europeus que controlam 77,94% do capital, 200.671 são americanos com 21,22% do capital e 10.834 são acionistas do resto do mundo, com 0,84% do capital social.

No encerramento de 2017, o Banco Santander ocupava, entre os bancos, a primeira posição na zona do euro e a 14ª do mundo por valor de mercado, com uma capitalização de 88.410 milhões de euros.

Convém destacar que o Banco Santander é a entidade mais líquida do EuroStoxx, por ter negociado 20.222 milhões de ações no exercício, em um valor efetivo de 113.665 milhões de euros e índice de liquidez de 133%. Diariamente, foram negociadas uma média de 79,3 milhões de ações no montante efetivo de 446 milhões de euros.

A evolução dos mercados durante 2017 foi positiva, em um contexto de otimismo pelos bons dados macroeconômicos e a previsibilidade na política monetária. Nesse ambiente, a ação Santander encerrou 2017 com uma cotação de 5,479 euros por título, o que representa um aumento de 12,3% no ano (com dados ajustados pela ampliação de capital realizada em julho de 2017).

O retorno total para o acionista em 2017, considerando a variação da cotação e a remuneração recebida (com reinvestimento do dividendo), foi de 16,6%, superior ao do principal índice de referência europeu, DJ Stoxx Banks, que registrou um retorno negativo de 12,0%.

A ação Santander

Acionistas e ações

	2017	2016
Acionistas (número)	4.029.630	3.928.950
Ações (milhões)	16.136,2	14.582,3

Cotação (euros)

Preço de fechamento*	5,479	4,877
Variação no preço	+12,3%	+8,8%
Máximo de período*	6,246	4,966
Data do máximo de período	08-05-17	16-12-16
Mínimo de período*	4,838	3,098
Data do mínimo de período	02-01-17	24-06-16
Média do período*	5,562	3,985
Capitalização em bolsa de fim de período (milhões)	88.410,0	72.313,8

Contratação

Volume total de títulos negociados (milhões)	20.222	25.882
Volume médio diário de títulos negociados (milhões)	79,3	100,7
Total efetivo negociado (milhões de euros)	113.665	104.214
Efetivo médio diário negociado (milhões de euros)	445,7	405,5

Índices

PER (preço / lucro por ação)* (vezes)	13,56	12,18
Preço / recursos próprios tangíveis por ação* (vezes)	1,32	1,17
Recursos próprios tangíveis por ação* (vezes)	4,15	4,15
RoTE ordinário	11,82	11,08

(*).- Dados ajustados ao aumento de capital de Julho 2017.

9.2 Política de dividendos

De acordo com os estatutos do Banco, em cada exercício é apresentada à aprovação da assembleia geral de acionistas a política de remuneração aos acionistas. Segundo essa política, o Banco remunera habitualmente os acionistas com caráter trimestral.

Com relação ao exercício de 2016, o banco remunerou seus acionistas, com encargos nos resultados do ano, com 0,21 euros por ação, em quatro pagamentos: três em dinheiro de 0,055 euros por ação em cada, e um, de 0,045 euros por ação, através do programa de remuneração denominado Santander Dividendo Elección, mediante o qual o acionista pode escolher a forma de receber o montante equivalente ao dividendo em dinheiro ou em ações Santander. A percentagem média de aceitação de recebimento em ações foi de 89,11%.

Em relação ao exercício de 2017, a intenção do conselho é que a remuneração com encargo no resultado do ano seja de 0,22 euros por ação, o que representa um aumento de 5% em relação a 2016. Já ocorreu remuneração com 0,06 euros por ação em dinheiro pelo primeiro e terceiro dividendos (agosto de 2017 e fevereiro de 2018, respectivamente) e com 0,04 euros por ação mediante o programa Santander Dividendo Elección (com um percentual de aceitação de recebimento em ações de 84,61%) pelo segundo (novembro de 2017). Está previsto o pagamento dos 0,06 euros por ação restantes em abril/maio em espécie.

Esta remuneração representa uma rentabilidade sobre a cotação média de 2017 de 3,9%.

Com isso, para o exercício 2017, o montante total pago em dinheiro será de 2.997 milhões de euros, frente aos 2.469 milhões do exercício de 2016.

Nos próximos exercícios, a evolução do dividendo será em conformidade com o crescimento dos resultados, com o objetivo de que a remuneração em espécie (*cash pay-out*) represente entre 30% e 40% do lucro recorrente.

O sistema de remuneração aos acionistas é detalhado na nota 4 das demonstrações financeiras anuais consolidadas anexas.

9.3 Gestão da qualificação de crédito

O acesso do Grupo aos mercados de financiamento de atacado, bem como o custo das emissões, depende em parte das classificações das agências de rating.

As agências de classificação revisam periodicamente os ratings do Grupo. A classificação da dívida depende de uma série de fatores endógenos da entidade (modelo de negócio, estratégia, capital, capacidade de geração de resultados, liquidez...) e de outros exógenos relacionados com o ambiente econômico geral, a situação do setor e do risco soberano das regiões onde opera.

Durante 2017, as agências DBRS, Fitch, Moody's e Standard & Poor's confirmaram o *rating* do Santander. A agência Scope, por sua vez, melhorou em abril o *rating* do Banco de A+ para AA-. Em todos os casos a perspectiva é estável.

No encerramento de 2017, o Banco Santander tem um rating acima do rating soberano do seu domicílio social com essas cinco agências. Essas classificações superiores ao rating soberano são reconhecimentos do modelo de negócio e da solidez financeira do Banco Santander.

Agências de Rating	Longo Prazo	Curto Prazo
DBRS	A	R-1 (baixo)
Fitch Ratings	A-	F2
Moody's	A3	P-2
Standard & Poor's	A-	A-2
Scope	AA-	S-1

9.4 Rede de agências

O Grupo conta com uma rede de 13.697 agências, o que o posiciona como o banco internacional com maior rede comercial. Dentre elas, a maior parte corresponde a agência universais, embora o Grupo conte também com agências que oferecem um atendimento especializado a determinados segmentos de clientes.

Entre estas últimas, destacam-se as destinadas ao negócio de consumo, tanto as correspondentes a Santander Consumer Finance na Europa, como as de entidades especializadas em países americanos. Junto a elas, existem agências destinadas a PMEs e empresas em distintos países, que foram reforçadas com a implementação durante os três últimos anos nas principais geografias do Grupo do programa *Advance*, assim como agências próprias ou espaços específicos dentro das agências universais para o segmento de renda alta *Select*. O Grupo também conta com agências especializadas de *private banking*, ou de coletivos específicos como Universidades.

No exercício, a rede registrou um aumento de 1.462 agências, pela integração ao Grupo das agências correspondentes ao Banco Popular, parcialmente compensada por diminuições nas unidades da Europa e Estados Unidos, basicamente em decorrência dos processos de melhoria de eficiência e digitalização, dentre os quais destacam-se aqueles realizados na Espanha, Portugal e Polônia. Estes movimentos estão sendo acompanhados pela remodelagem e especialização de agências para oferecer melhor serviço ao cliente.

O Grupo está avançando na digitalização, mas sem perder a essência de banco. As agências continuarão sendo um canal relevante para os clientes e estarão dedicadas à venda de produtos de maior complexidade e assessoramento.

MEDIDAS ALTERNATIVAS DE RENDIMENTO

A seguir, são apresentadas as informações relativas a medidas alternativas de rendimento a fim de cumprir as diretrizes da European Securities and Markets Authority, ESMA (Guidelines on Alternative Performance Measures). Essas informações não estão auditadas.

- O Grupo utiliza, para a gestão de seus negócios, os seguintes indicadores que permitem mensurar sua rentabilidade e eficiência, a qualidade de sua carteira de crédito, o volume de recursos próprios tangíveis por ação e o índice de créditos sobre depósitos, analisando sua evolução no tempo e comparando com os de seus concorrentes.
 - Os indicadores de **rentabilidade e eficiência** têm como objetivo mensurar o índice do resultado sobre o capital, capital tangível, ativos e ativos ponderados de risco, e o índice de eficiência permite mensurar a quantidade das despesas gerais administrativas (de pessoal e outros) e despesas por amortizações necessárias para gerar as receitas.
 - Os indicadores de **risco de crédito** permitem mensurar a qualidade da carteira de crédito e a porcentagem da carteira inadimplente que está coberta com provisões de crédito.
 - O indicador de **capitalização** calculado fornece informações sobre o volume de recursos próprios tangíveis por ação.
 - Além disso, estão incluídos **outros indicadores**. O índice de créditos sobre depósitos (Loan to Deposit, LTD) permite identificar a relação entre créditos a clientes (líquidos de fundos para insolvências) e depósitos de clientes e, portanto, avaliar em que proporção os créditos concedidos a clientes pelo Grupo estão financiados por depósitos de clientes. O Grupo utiliza também as magnitudes de créditos brutos a clientes sem aquisições temporárias de ativos (ATAs) e de depósitos de clientes sem cessões temporárias de ativos (CTAs). A fim de analisar a evolução do negócio tradicional de banco comercial de concessão de créditos e captação de depósitos, são deduzidas as ATAs e as CTAs, por serem principalmente produtos do negócio de tesouraria com alta volatilidade.
- Impacto das variações das taxas de câmbio nas variações da demonstração dos resultados

O Grupo apresenta, tanto do total do Grupo como das unidades de negócio, as variações reais produzidas na demonstração de resultados, bem como as variações excluindo o impacto da variação da taxa de câmbio (sem TC), entendendo que estas últimas facilitam uma melhor análise da gestão, pois permitem identificar os movimentos ocorridos nos negócios sem considerar o impacto da conversão de cada moeda local a euros.

Essas variações excluindo o impacto da taxa de câmbio são calculadas por meio da conversão das linhas das demonstrações dos resultados das diferentes unidades que compõem o Grupo para a nossa moeda de apresentação, o euro, utilizando, para todos os períodos apresentados, a taxa de câmbio média do exercício 2017. No item 2.2 deste documento figuram as taxas de câmbio médias das principais moedas com as quais o Grupo opera.

- Impacto das variações das taxas de câmbio nas variações do balanço

O Grupo apresenta, tanto do total do Grupo como das unidades de negócio, as variações reais produzidas no balanço e as variações excluindo o impacto da taxa de câmbio dos créditos a clientes (sem ATAs) e dos recursos de clientes, que englobam os depósitos de clientes (sem CTAs) e os fundos de investimento. O motivo é também facilitar a análise isolando a variação nesses saldos de balanço que não estão motivados pela conversão de cada moeda local a euros.

Essas variações excluindo o impacto da taxa de câmbio são calculadas por meio da conversão dos empréstimos e adiantamentos a clientes (sem ATAs) e dos recursos de clientes (sem CTAs) das diferentes unidades que compõem o Grupo para a nossa moeda de apresentação, o euro, utilizando, para todos os períodos apresentados, a taxa de câmbio do último dia útil do exercício 2017. No ítem 2.3 deste documento figuram as taxas de câmbio finais das principais moedas nas quais o Grupo opera.

- Impacto de determinados itens nas demonstrações do resultado consolidadas

No que se refere aos resultados, no ítem 2.2 deste documento figuram as demonstrações do resultado condensadas consolidadas de 2016 e 2017. Nessas demonstrações, todos os itens são incluídos em cada uma das linhas da demonstração em que foram registrados por natureza, incluindo os que, de acordo com a opinião do Grupo, distorcem a comparação da evolução do negócio entre ambos os períodos.

Por isso, também figuram no mesmo ítem deste documento as demonstrações dos resultados de gestão condensadas de 2017 e 2016, nas quais os valores desses itens, líquidos de impostos e dos acionistas não controladores correspondentes, são apresentados líquidos, separadamente em uma linha que o Grupo denomina “Líquido de ganhos e saneamentos”, e que figura justo antes do lucro atribuído ao Grupo. O Grupo considera que essas demonstrações permitem explicar de uma forma mais clara as variações dos resultados. Esses valores são subtraídos em cada uma das linhas da demonstração dos resultados, onde foram registrados por natureza.

Além disso, e a título de resumo, a tabela a seguir mostra uma reconciliação do lucro atribuível isolando esses resultados tanto em 2017 como em 2016, bem como o impacto do Banco Popular, desde o momento de sua aquisição, em 7 de junho de 2017.

Lucro atribuível ajustado. Período de doze meses finalizado ao 31 de dezembro

Milhões de euros

	2017	2016	% variación entre períodos
Lucro atribuível sem ajuste Grupo Santander	6.619	6.204	+7%
(-) Líquido de ganhos e saneamentos	(897)	(417)	+115%
Lucro atribuível ajustado Grupo Santander	7.516	6.621	+14%
(-) Lucro atribuível ajustado Banco Popular	263	—	—
Lucro atribuível ajustado sem Banco Popular	7.253	6.621	+10%

As definições e o método de cálculo de cada um dos indicadores mencionados anteriormente são mostrados a seguir:

Rentabilidade e Eficiência

Ratio	Fórmula	Relevância do uso
RoE (Return over equity)	$\frac{\text{Lucro líquido atribuível à Controladora}}{\text{Média de património neto* (sem interesses minoritários)}}$	Este índice mensura o rendimento que os acionistas obtêm dos fundos investidos na sociedade e, portanto, a capacidade que a empresa tem de remunerar seus acionistas.
RoTE (Return over tangible equity)	$\frac{\text{Lucro líquido atribuível à Controladora}}{\text{Média de património neto* (sem interesses minoritários) - ativos intangíveis}}$	É um indicador muito comum utilizado para avaliar a rentabilidade sobre o patrimônio tangível de uma empresa, pois mensura o rendimento que os acionistas obtêm dos fundos investidos na sociedade, uma vez deduzidos os ativos intangíveis.
RoTE ordinário	$\frac{\text{Lucro líquido ordinário atribuível à Controladora}}{\text{Média de património neto* (sem interesses minoritários) - ativos intangíveis}}$	Este indicador mensura a rentabilidade sobre os fundos próprios tangíveis de uma empresa procedentes de operações em continuidade, nas quais não será considerado o resultado das operações não recorrentes.
RoA	$\frac{\text{Lucro líquido do período}}{\text{Média de ativos totais}}$	A finalidade desta métrica, muito utilizada por analistas, é mensurar a rentabilidade obtida dos ativos totais da empresa. É um indicador que reflete a eficiência na gestão dos recursos totais da empresa para gerar lucros durante um período completo.
RoRWA	$\frac{\text{Lucro líquido do período}}{\text{Média de ativos ponderados por risco}}$	A rentabilidade ajustada ao risco é uma evolução do ROA. A diferença é que relaciona o lucro com os ativos ponderados por risco assumidos pelo banco.
RoRWA ordinário	$\frac{\text{Lucro líquido ordinário do período}}{\text{Média de ativos ponderados por risco}}$	Relaciona o lucro ordinário (sem considerar os não recorrentes) com os ativos ponderados por risco assumidos pelo banco.
Eficiência	$\frac{\text{Despesas totais**}}{\text{Margem bruta}}$	Um dos indicadores mais utilizados para fazer comparações sobre a produtividade de diferentes entidades financeiras. Mensura o nível de recursos utilizados para gerar as receitas operacionais do banco.

Risco de crédito

Ratio	Fórmula	Relevância do uso
Índice de inadimplência	$\frac{\text{Crédito a clientes e riscos contingentes non performing}}{\text{Risco total***}}$	O índice de inadimplência é uma variável muito importante na atividade das entidades financeiras, pois permite conhecer o nível de risco de crédito assumido por elas. Relaciona os riscos classificados contabilmente como duvidosos com o saldo total dos créditos concedidos, para o âmbito de clientes e riscos contingentes.
Índice de cobertura	$\frac{\text{Provisões para cobertura de perdas por deterioração de crédito a clientes e riscos contingentes}}{\text{Crédito a clientes e riscos contingentes non performing}}$	O índice de cobertura é uma métrica fundamental no setor financeiro, pois reflete o nível de provisões contábeis sobre o total dos ativos depreciados em razão de risco de crédito (ativos duvidosos). Portanto, é um bom indicador para mensurar a solvência da entidade no caso de inadimplência ou futuras inadimplências de clientes.
Custo de crédito	$\frac{\text{Provisões para perdas com créditos de 12 meses}}{\text{Carteira de crédito média}}$	Este índice relaciona o nível de provisões contábeis por risco de crédito em um período de tempo determinado, que são necessárias em função da carteira de empréstimos concedidos a clientes e, portanto, serve para mensurar qualidade do crédito da entidade.

Valor de mercado

Ratio	Fórmula	Relevância do uso
TNAV por ação Valor contábil tangível por ação	$\frac{\text{Valor contábil tangível****}}{\text{Número de ações sem valores próprios (milhões)}}$	É um índice muito comum utilizado para mensurar o valor contábil por ação da empresa, uma vez descontados os ativos intangíveis. É útil para avaliar a quantidade que cada acionista receberia se a empresa entrasse em liquidação e se seus ativos tangíveis fossem vendidos.

Outros indicadores

Ratio	Fórmula	Relevância do uso
Ratio de créditos sobre depósitos	$\frac{\text{Crédito a clientes (líquido)}}{\text{Depósitos de clientes}}$	É um indicador da liquidez de um banco, uma vez que mensura a relação entre os fundos de que dispõe em seus depósitos de clientes com respeito ao volume total de créditos concedidos a clientes.
Crédito sem "repos"	Crédito bruto a clientes (sem operações compromissadas)	A fim de analisar o negócio de banco comercial, são deduzidas as ATAs, por serem produtos do negócio de tesouraria com alta volatilidade.
Depósitos sem "repos"	Depósitos de clientes sem operações compromissadas	A fim de analisar o negócio de banco comercial, são deduzidas as CTAs, por serem produtos do negócio de tesouraria com alta volatilidade.

(*).- Patrimônio líquido = Capital e Reservas + Outro resultado abrangente + Lucro atribuível ao Grupo + Dividendos e retribuições

(**).- Despesas operacionais: Despesas gerais administrativas + amortizações

(***).- Risco Total = Saldos normais e duvidosos de Créditos a clientes e Garantias de clientes + Saldos duvidosos de Compromissos Contingentes de clientes.

(****).- Recursos próprios tangíveis = fundos próprios + outro resultado abrangente - ágio atribuível - outros ativos intangíveis

Por último, incluem-se a seguir os dados numéricos da cada um dos indicadores dos períodos conceituados:

Rentabilidade e eficiência

	2017 com Popular	2016
RoE	7,14%	6,99%
Lucro líquido atribuível à Controladora	6.619	6.204
Média de património neto (sem interesses minoritários)	92.638	88.744
RoTE	10,41%	10,38%
Lucro líquido atribuível à Controladora	6.619	6.204
Média de património neto (sem interesses minoritários) - ativos intangíveis	63.594	59.771
RoTE ordinário	11,82%	11,08%
Lucro líquido ordinário atribuível à Controladora	7.516	6.621
Média de património neto (sem interesses minoritários) - ativos intangíveis	63.594	59.771
RoA	0,58%	0,56%
Lucro líquido do período	8.205	7.508
Média de ativos totais	1.407.681	1.337.661
RoRWA	1,35%	1,29%
Lucro líquido do período	8.205	7.508
Média de ativos ponderados por risco	606.308	580.777
RoRWA ordinário	1,48%	1,36%
Lucro líquido ordinário do período	8.963	7.893
Média de ativos ponderados por risco	606.308	580.777
Eficiência (com amortizações)	47,4%	48,1%
Despesas totais	22.918	21.088
Margem bruta	48.392	43.853

Risco de crédito

	2017		2016
	sem Popular	com Popular	
Índice de inadimplência	3,38%	4,08%	3,93%
Crédito a clientes e riscos contingentes non performing (sem risco país)	28.104	37.596	33.643
Risco total	832.655	920.968	855.510
Índice de cobertura	70,8%	65,2%	73,8%
Provisões para cobertura de perdas por deterioração de crédito a clientes e riscos contingentes	19.906	24.529	24.835
Crédito a clientes e riscos contingentes non performing	28.104	37.596	33.643
Custo de crédito	1,12%	1,07%	1,18%
Provisões para perdas com créditos de 12 meses	8.997	9.111	9.518
Carteira de crédito média	803.488	853.479	806.595

Valor de mercado

	2017 com Popular	2016
TNAV (valor contábil tangível) por ação	4,15	4,15
Valor contábil tangível	66.985	61.517
Número de ações sem valores próprios (milhões)*	16.132	14.825

Outros

	2017		2016
	sem Popular	com Popular	
Ratio créditos sobre depósitos	109%	109%	114%
Crédito a clientes (líquido)	773.398	848.914	790.470
Depósitos de clientes	712.770	777.730	691.111

(*) - Em 2016, dado ajustado ao aumento de capital de Julho 2017.

Notas:

(1) - As médias que se incluem nos denominadores do RoE, RoTE, RoA e RoRWA são calculados considerando 13 meses, de dezembro a dezembro.

(2) - Nos períodos inferiores ao ano e se houver resultados que distorcem a comparação da evolução do negócio, o lucro utilizado para o cálculo do RoE e RoTE é o lucro ordinário atribuível anualizado, ao qual são somados aqueles resultados sem anualizar.

(3) - Nos períodos inferiores ao ano e se houver resultados que distorcem a comparação da evolução do negócio, o lucro utilizado para o cálculo do RoA e RoRWA é o resultado consolidado anualizado, ao qual são somados aqueles resultados sem anualizar.

(4) - Os ativos ponderados por risco incluídos no denominador do RoRWA são calculados de acordo com os critérios definidos pela norma CRR (Capital Requirements Regulation)

Banco Santander, S.A.

**Relatório de revisão especial dos auditores
independentes sobre as Demonstrações Financeiras
Consolidadas referente ao exercício findo em
31 de dezembro de 2017**

Relatório da revisão especial dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander, S.A.

- 1 Efetuamos uma revisão especial das demonstrações financeiras consolidadas Banco Santander, S.A. e controladas (“Banco”), na extensão descrita no parágrafo 3 a seguir, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) sob a responsabilidade da sua Administração, em atendimento às disposições previstas na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM 480/2009, em especial o artigo 27 da referida Instrução.
- 2 As demonstrações financeiras consolidadas do Banco, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), compreendendo o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, foram examinadas pelos auditores independentes do Banco, PricewaterhouseCoopers S.L., que emitiram relatório dos auditores independentes, sem ressalvas, com data de 16 de fevereiro de 2018. Nossa revisão especial foi efetuada levando-se em consideração as normas específicas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC aplicáveis a trabalhos dessa natureza.
- 3 Nossa revisão das demonstrações financeiras consolidadas, mencionadas no parágrafo 1 compreendeu:
 - (a) A leitura das demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander, S.A. e discussão com os Administradores do Banco sobre os critérios utilizados para a preparação das demonstrações financeiras consolidadas.
 - (b) A leitura do relatório dos auditores independentes, mencionado no parágrafo 2, e discussão com os auditores independentes do Banco, PricewaterhouseCoopers S.L. na Espanha, sobre os procedimentos de auditoria efetuados.

Nesse contexto, nossa revisão especial não representa um exame de acordo com as normas brasileiras ou internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não estamos em condições de emitir, e não emitimos, uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander, S.A. e controladas.

- 4 Com base em nossa revisão especial e em conformidade com os procedimentos descritos no parágrafo 3 acima, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander, S.A. e controladas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, expressas em Reais, para que as mesmas atendam às normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, especialmente o artigo 27, inciso I, alínea (b) da Instrução CVM 480/2009.

Ênfase

- 5 Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para o seguinte assunto que também foi objeto do parágrafo de ênfase dos auditores independentes do Banco, PricewaterhouseCoopers S.L.

Conforme descrito na Nota explicativa 1.b às demonstrações financeiras consolidadas, o Banco Santander, S.A. tem como política apresentar, para uso geral nos mercados em que atua, suas demonstrações financeiras consolidadas tendo como moeda de apresentação o Euro. As demonstrações financeiras consolidadas anexas, tendo como moeda de apresentação o Real, foram preparadas em atendimento específico às disposições contidas na Instrução CVM 480/2009, como parte do processo de negociação de valores mobiliários em mercados regulamentados no Brasil, que requer apresentação de demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") em Reais e em português do Brasil. Em vista disso, as presentes demonstrações financeiras consolidadas podem não ser adequadas para outros propósitos.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

**Banco Santander, S.A.
e empresas controladas
(GRUPO SANTANDER)**

Relatório de auditoria sobre
as demonstrações financeiras consolidadas
em 31 de dezembro de 2017

Relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras anuais consolidadas emitido pelo auditor independente

Aos acionistas e administradores do Banco Santander, S.A.:

Relatório sobre as demonstrações financeiras anuais consolidadas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras anuais consolidadas do Banco Santander, S.A. (a Controladora) e suas empresas controladas (o Grupo o Grupo Santander), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017, as demonstrações do resultado, as demonstrações do resultado abrangente, as demonstrações totais de mutações no patrimônio líquido, as demonstrações de fluxo de caixa, bem como as correspondentes notas explicativas, todas elas consolidadas, correspondentes ao exercício findo nessa data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anuais consolidadas em anexo expressam adequadamente, em todos os aspectos significativos, a posição patrimonial e financeira do Grupo Santander em 31 de dezembro de 2017, bem como de seus resultados e fluxos de caixa, todos eles consolidados, correspondentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Informação Financeira, emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

Base para opinião

Realizamos nossa auditoria de acordo com as normas que regem atividade de auditoria contábil vigente na Espanha. Nossas responsabilidades, de acordo com as citadas normas, estão descritas mais adiante na seção *Responsabilidades do auditor em relação à auditoria das demonstrações financeiras anuais consolidadas* do nosso Relatório.

Somos independentes do Grupo, em conformidade com as exigências éticas, incluindo as de independência, que se aplicam à nossa auditoria das demonstrações financeiras anuais consolidadas na Espanha, conforme exigido pelas normas que regem a atividade de auditoria contábil. Neste sentido, não prestamos serviços distintos dos de auditoria contábil nem ocorreram situações ou circunstâncias que, de acordo com o estabelecido nas citadas normas reguladoras, tenham afetado a necessária independência de forma a comprometê-la.

Consideramos que as evidências de auditoria que obtivemos proporciona uma base suficiente e adequada para a nossa opinião.

Principais Assuntos de auditoria

Os principais assuntos de auditoria são as assuntos que, conforme nosso julgamento profissional, foram mais significativas na nossa auditoria das demonstrações financeiras anuais consolidadas do período atual. Esses assuntos foram tratadas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras anuais consolidadas em seu conjunto, e na elaboração da nossa opinião sobre esses temas, e não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Principais Assuntos de auditoria	Como os assuntos foram conduzidos em nossa auditoria
<i>Provisão para perdas com empréstimos e recebíveis</i> A estimativa da provisão para perda com empréstimos e recebíveis por risco de crédito é umas das estimativas mais significativas e complexas na elaboração das demonstrações financeiras anuais consolidadas em anexo. A avaliação da perda por risco de crédito baseia-se em modelos que implicam um elevado componente de julgamento para determinar as perdas incorridas, considerando elementos tais como: • A classificação das diferentes carteiras de crédito em função de seu risco. • A identificação e classificação como tais dos ativos com redução no valor a ser recuperado. • A utilização de hipóteses significativas como frequências de inadimplência históricas, estimativa de fluxos de recuperação, avaliação de garantias, período estimado de identificação das perdas (emerge period), etc. • Elaboração de parâmetros para esses modelos tais como PI (Probabilities of impairment) e LGI (Loss given impairment). O negócio do Grupo concentra-se principalmente em produtos de banco comercial, com foco em dez mercados principais (Argentina, Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos, México, Polônia, Portugal e Reino Unido, e no negócio de financiamento ao consumo na Europa). Nesse contexto, o Grupo desenvolve um marco geral para seus modelos de risco, embora sejam consideradas as especificações de cada um dos mercados em cada região geográfica. Tais modelos internos permitem estimar tanto as provisões coletivas como as provisões para riscos estimadas de forma individualizada. Ver nota 10 das demonstrações financeiras anuais consolidadas	Nosso trabalho sobre a estimativa de provisão para perda com empréstimos e recebíveis por risco de crédito concentrou-se na análise, avaliação e verificação do controle interno, bem como na realização de testes de detalhes tanto sobre as provisões estimadas coletivamente como sobre as estimadas individualmente. Com respeito ao ambiente de controle interno, nos concentramos no planejamento e na aplicação dos controles dos seguintes processos: • Metodologias de cálculo, recalibrações e processos de backtesting realizados pela diretoria. • Cumprimento das normas e do funcionamento dos modelos internos aprovados pela diretoria. • Integridade das fontes de dados utilizadas nos cálculos e a adequação dos modelos de acordo com as circunstâncias. • Avaliação periódica de riscos e políticas de acompanhamento empregadas pelo Grupo. • Processo de revisão periódica dos devedores para a determinação de sua classificação e avaliação. Além disso, realizamos testes de detalhes que consistiram em: • Verificações relativas a: i) métodos de cálculo e segmentação; ii) taxas de prejuízos históricos na estimativa dos fluxos de caixa futuros e das taxas de desconto históricas iii) correta classificação de empréstimos nas categorias correspondentes. • Reexecução do cálculo de provisões coletivas para as principais carteiras. • Revisão de uma amostra de expedientes individualizados para avaliar sua adequada classificação e registro, seus modelos de desconto de fluxos de caixa e, se for o caso, da provisão para perdas correspondente. • Comparação dos prejuízos por perdas que efetivamente ocorreram com as estimativas em períodos anteriores. Não foram identificadas diferenças, fora de uma faixa razoável, nos testes descritos anteriormente.

Principais Assuntos de auditoria**Como os assuntos foram conduzidos em nossa auditoria***Detalhamento nas demonstrações anuais do impacto estimado da entrada em vigor da NIIF 9:*

Com relação à entrada em vigor em 2018 da nova NIIF 9 referente à Classificação e Avaliação de Instrumentos Financeiros, conforme descrito na Nota 1.b, o Grupo elaborou um plano de implementação para a adoção desta norma.

Esse plano abrange a realização de uma avaliação da população de instrumentos financeiros afetados pelos requisitos de classificação e mensuração da NIIF 9 e o desenvolvimento de uma metodologia de estimativa de perda dos empréstimos e recebíveis a cobrar por risco de crédito para a determinação das perdas esperadas. Nesta primeira aplicação da norma, o Grupo decidiu não adotar a nova norma relativa a hedge accounting, conforme detalhado na Nota 1.b e contemplado na própria NIIF 9.

Devido à sua relevância para o Grupo Santander, os administradores e a diretoria realizam um acompanhamento especial dos projetos de implementação realizados nas seguintes unidades de negócio: Brasil, Reino Unido, Estados Unidos, Portugal, Espanha, Polônia, Chile, México e nas principais regiões nas quais opera o Grupo Consumer.

Nesta linha, o Grupo concluiu a definição das principais premissas empregadas no processo de avaliação, classificação e provisões, tais como: os principais modelos de negócio empregados, definição de default, informação futura incluída nos modelos de provisões ou avaliação realizada para determinar o aumento significativo do risco de crédito.

Dessa forma, como uma exigência quanto ao detalhamento nas demonstrações financeiras anuais consolidadas e em linha com as exigências da NIC8, o Grupo realizou uma estimativa dos impactos da adoção dessas novas normas.

Ver Nota 1.b das demonstrações financeiras anuais consolidadas.

Para as áreas geográficas mencionadas, nosso trabalho concentrou-se na análise, avaliação e verificação do ambiente de controle interno e na realização de testes de detalhes, tudo isso referente ao detalhamento das informações financeiras relativas ao impacto estimado em virtude da entrada em vigor dessa nova norma em cada uma de suas áreas-chave: classificação, avaliação e provisão para perdas.

Com respeito ao ambiente de controle interno, em linha com as exigências da NIC8, nosso foco foi o planejamento e a aplicação dos controles relativos à apresentação e detalhamento das informações nas demonstrações financeiras anuais consolidadas. Destacam-se, entre outros, os controles de governança sobre os seguintes aspectos:

- Políticas contábeis e do marco metodológico desenvolvido pelo Grupo a fim de avaliar o cumprimento das novas normas.
- Análise das principais metodologias e variáveis de cálculo consideradas no processo de quantificação.

Além disso, realizamos testes de detalhes dos cálculos apresentados e detalhados na Nota 1.b:

- Obtenção de uma amostra de operações, realizando comprovações da sua adequada classificação, registro e avaliação, com base nos modelos de negócio analisados e avaliação quanto a se os fluxos contratuais dos ativos financeiros analisados se baseiam apenas em pagamentos de principal e juros (critério de SPPI – Solely Payments of Principal and Interest).
- Para as carteiras principais, verificações relativas a: i) Metodologia para a estimativa dos parâmetros de prejuízo esperado, ii) Informações históricas e prospectiva utilizada, iii) Critérios de classificação dos empréstimos por fases.
- Revisão dos cálculos da provisão para perdas incluindo as informações relativas a cenários e suas premissas.

Como resultado de nossos procedimentos, não temos observações a acrescentar, fora de uma faixa razoável.

Principais Assuntos de auditoria	Como os assuntos foram conduzidos em nossa auditoria

Avaliação do ágio

O Grupo realiza anualmente uma avaliação para determinar se existe a necessidade de redução do valor do ágio registrado.

A diretoria faz estimativas do valor recuperável das unidades geradoras de caixa mais representativas calculando seu valor em uso mediante o desconto de projeções de fluxos de caixa. Tais estimativas são inerentemente incertas e incluem um elevado nível de julgamento uma vez que se baseiam em premissas sobre aspectos como as taxas de desconto, projeções de resultados e as taxas de crescimento constantes a longo prazo utilizadas. Estas estimativas são sensíveis às variáveis e hipóteses utilizadas, existindo, em razão de sua natureza, riscos de incorreções na sua avaliação.

Devido à sua relevância para o Grupo Santander, a diretoria realiza um acompanhamento especial do ágio procedente das seguintes regiões geográficas: Brasil, Reino Unido e Estados Unidos.

Ver Notas 2 e 17 das demonstrações financeiras anuais consolidadas em anexo.

Documentamos, com a colaboração dos nossos especialistas em avaliações, o nosso entendimento e a nossa revisão do processo de estimativa efetuado pela diretoria.

Com respeito ao ambiente de controle interno, nos concentramos no planejamento e na aplicação dos controles dos seguintes processos:

- Critérios para a definição das unidades geradoras de caixa do Grupo.
- Metodologia da diretoria para estimar o teste de recuperabilidade do ágio, incluindo os controles de supervisão do seu processo e aprovações.
- Processo orçamentário no qual baseiam-se as projeções de resultados empregadas nos descontos de projeções de fluxos de caixa.
- Capacidade de previsão confiável da diretoria mediante a comparação das previsões de anos anteriores e as avaliações dos testes de recuperabilidade com os resultados obtidos.
- Revisão dos relatórios anuais de avaliação, tanto efetuados pelo Grupo como por especialistas externos, sobre a avaliação do teste de recuperabilidade do ágio.

Por outro lado, realizamos testes para comparar os descontos de projeções de fluxos de caixa utilizados pelo Grupo em sua estimativa, de acordo com as normas, práticas de mercado e as expectativas específicas do setor bancário. Esta avaliação incluiu a verificação de hipóteses, como as taxas de crescimento e as taxas de desconto.

Principais Assuntos de auditoria	Como os assuntos foram conduzidos em nossa auditoria

Além disso, realizamos os seguintes procedimentos:

- Verificação da exatidão matemática dos descontos de projeções de fluxos de caixa, incluindo a validação das informações essenciais com dados externos.
- Realização de uma análise de sensibilidade específica das informações essenciais, como as correspondentes a: i) projeções financeiras para os próximos exercícios; ii) o ritmo de crescimento previsto a longo prazo; e iii) a metodologia e as premissas no cálculo da taxa de desconto.
- Adicionalmente, revisamos a adequação das informações detalhadas nas demonstrações financeiras anuais consolidadas em anexo.

Como resultado dos procedimentos anteriores, consideramos que as estimativas da diretoria não se encontram fora de uma faixa razoável no contexto das circunstâncias nas quais foram elaboradas estas demonstrações financeiras anuais consolidadas.

Possibilidade de recuperação dos ativos por impostos diferidos

A avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos consiste em um exercício complexo e que requer um elevado nível de juízo e estimativa, com especial relevância para o Grupo em diversas áreas geográficas como Espanha, Estados Unidos, Brasil e México.

No âmbito de um modelo de recuperabilidade definido pelo Grupo, a diretoria de cada unidade de negócio estima as hipóteses que suportam os planos de negócio que se projetam em um horizonte temporal estabelecido nesse modelo.

Documentamos, com a colaboração dos nossos especialistas tributários, o nosso entendimento e a nossa revisão do processo de estimativa efetuado pela diretoria.

Com respeito ao ambiente de controle interno, nos concentramos no planejamento e na operatividade dos controles dos seguintes processos:

- Elaboração do plano de negócio na área geográfica, no âmbito do modelo definido para avaliar a estimativa sobre o registro, a avaliação e a recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos.
- Cálculo dos ativos fiscais diferidos.

Principais Assuntos de auditoria	Como os assuntos foram conduzidos em nossa auditoria
Nesse processo, existem considerações específicas e complexas que a diretoria leva em conta para avaliar tanto o reconhecimento como a posterior capacidade de recuperação dos ativos fiscais diferidos registrados. As considerações mais relevantes efetuadas pelo Grupo são as seguintes: - Garantir que as normas fiscais de cada país são aplicadas corretamente e que são registradas as diferenças temporárias que atendem a condição de serem dedutíveis. - Manter um ambiente de controle, aplicar os modelos e validar os cálculos derivados desse modelo para assegurar que tanto o registro como a avaliação do ativo fiscal e a conclusão sobre sua recuperabilidade são apropriados. - Revisar as projeções que fazem parte do modelo definido com base nas quais são estimados os ativos fiscais, a partir dos quais deduz-se que os ativos fiscais diferidos a recuperar em períodos futuros, relacionados com diferenças temporárias dedutíveis e com os valores tributáveis negativos pendentes de compensação, são efetivamente realizáveis. Ver Notas 2 das demonstrações financeiras anuais consolidadas em anexo.	Além disso, realizamos os seguintes testes de detalhes: - Revisão das premissas consideradas pelo Grupo em suas estimativas para o cálculo das diferenças temporárias dedutíveis, para avaliar se são completas e adequadas. - Revisão e análise das informações de base utilizadas pela diretoria para fazer a estimativa e o acompanhamento da posterior recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos, incluindo: - Revisão e reexecução paralela das projeções de lucro realizadas pela entidade e as hipóteses utilizadas, incluindo os detalhes das previsões econômicas e os indicadores utilizados para a análise (inflação, taxas de juros, etc); - Obtenção das informações de gestão necessárias que suportam o plano de negócio (orçamentos, previsões econômicas futuras, estimativas de produtos financeiros a contratar, etc.); - Avaliação da estratégia fiscal planejada pelo Grupo para a recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos. Como resultado dos procedimentos anteriores, não foram identificadas diferenças, fora de uma faixa razoável, nas estimativas realizadas pelo Grupo com respeito à recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos.

Avaliação dos compromissos de aposentadorias

A norma aplicável aos compromissos de aposentadorias é complexa e, além disso, a estimativa desses compromissos implica cálculos atuariais com um alto nível de julgamento, um elevado volume de dados, bem como a utilização de estimativas sobre diferentes premissas em diversas regiões geográficas.

Essas estimativas são especialmente relevantes em regiões geográficas como Espanha, Reino Unido, Brasil e Portugal.

Documentamos, com a colaboração dos nossos atuários, o nosso entendimento e a nossa revisão do processo de estimativa efetuado pela diretoria.

Com respeito ao ambiente de controle interno, nos concentramos no planejamento e na aplicação dos controles dos seguintes processos:

- Atualização dos bancos de dados do pessoal.
- Premissas e hipóteses utilizadas para estimar os compromissos de aposentadorias, incluindo sua revisão e a avaliação de evidências de modificações que possam tê-las afetado.

Principais Assuntos de auditoria	Como os assuntos foram conduzidos em nossa auditoria
Em suas estimativas, a diretoria leva em conta determinadas considerações para avaliar o reconhecimento dos compromissos de aposentadorias, entre as quais as mais relevantes são: - Garantir a correta aplicação da norma legal de cada país. - Manter e validar os cálculos para assegurar que a avaliação e o registro dos compromissos de aposentadorias são apropriados. - Revisar as principais premissas e hipóteses utilizadas nos cálculos e estimativas realizadas pelos atuários no encerramento anual. Ver Notas 2 e 25 das demonstrações financeiras anuais consolidadas em anexo.	- Critérios atuariais utilizados no processo de estimativa e cálculo dos compromissos de aposentadorias por cada região geográfica e pelo Grupo. Além disso, realizamos os seguintes testes de detalhes: - Validação das informações de base e hipóteses utilizadas pela diretoria para a estimativa dos compromissos de aposentadorias. - Obtenção de cartas de confirmação de entidades seguradoras que trabalham com o Grupo para comparar informações diferentes relativas às apólices de poupança assinadas com elas. - Revisão da avaliação realizada pelo Grupo para os ativos e passivos associados aos compromissos de aposentadorias. - Revisão dos relatórios atuariais elaborados pelos especialistas externos da diretoria do Grupo. Como resultado dos procedimentos anteriores, não foram identificadas diferenças, fora de uma faixa razoável, nas hipóteses e estimativas aplicadas pelo Grupo na determinação e apresentação dos compromissos de aposentadorias.

Provisões para litígios fiscais, legais e trabalhistas

O Grupo é parte em processos, tanto administrativos como judiciais, principalmente de natureza fiscal, legal e trabalhista, resultantes do andamento normal de sua atividade. Além disso, existem outras situações que ainda não estão sujeitas a nenhum processo judicial que, contudo, exigiram o registro de provisões, como os aspectos de conduta com clientes e de sua compensação. A estimativa das provisões por estas causas é uma das áreas que requer maior julgamento.

Geralmente, esses processos finalizam após um longo período de tempo, resultando em processos complexos de acordo com a legislação vigente nas diferentes jurisdições nas quais o Grupo opera.

Documentamos o nosso entendimento e a nossa revisão do processo de estimativa efetuado pela diretoria.

Com respeito ao ambiente de controle interno, nos concentramos no planejamento e na aplicação dos controles dos seguintes processos:

- Atualização dos bancos de dados contendo os litígios em andamento.
- Avaliação da correção das provisões constituídas por procedimentos regulatórios, legais ou fiscais e sua contabilização.

Principais assuntos de auditoria	Como os assuntos foram conduzidos em nossa auditoria
A diretoria do Grupo decide quando deve registrar uma provisão para esses casos com base em uma estimativa realizada aplicando procedimentos de cálculo prudentes e consistentes com as condições de incerteza inerentes às obrigações que cobrem. Dentro dessas provisões, destacam-se pela sua significância aquelas que correspondem a processos de natureza fiscal e trabalhista no Brasil, bem como as destinadas à compensação de clientes resultantes da comercialização de determinados produtos na Espanha e no Reino Unido, com base nas estimativas sobre o número de reclamações que poderão ser recebidas e, destas, o número de reclamações que serão admitidas, bem como o pagamento médio estimado por caso. Ver Notas 1.h, 2 e 10 das demonstrações financeiras anuais consolidadas em anexo.	Além disso, realizamos testes de detalhes que consistiram em: • Compreensão da política de classificação dos litígios e demandas, bem como a atribuição de provisão. • Acompanhamento de inspeções fiscais abertas. • Análise da razoabilidade da estimativa do resultado esperado dos processos fiscais, legais e trabalhistas mais significativos. • Avaliação das possíveis contingências em relação ao cumprimento das obrigações tributárias para todos os períodos abertos para inspeção. • Obtenção de cartas de confirmação de advogados e assessores fiscais externos que trabalham com o Grupo para comparar a avaliação do resultado esperado dos litígios, a totalidade das informações, o correto registro da provisão, bem como a identificação de potenciais passivos omitidos. • Examinar as comunicações com os reguladores, analisar as inspeções regulatórias em andamento e avaliar as repercussões de qualquer constatação de caráter normativo na auditoria. • Análise do registro, razoabilidade e movimentação de provisões contábeis. Especificamente para as provisões destinadas à compensação de clientes, nossos procedimentos concentraram-se em: • Avaliação do planejamento e teste da aplicação dos controles associados ao cálculo e à revisão da provisão para a compensação a clientes, incluindo o processo de aprovação das premissas e os resultados do modelo. • Avaliação da metodologia empregada pela diretoria, verificando se está alinhada com a prática do mercado, bem como com as recomendações de órgãos de supervisão. • Análise de sensibilidade sobre os resultados do modelo diante de possíveis variações nas premissas-chave.

Não foram identificadas diferenças, fora de uma faixa razoável, nos testes descritos anteriormente.

Principais assuntos de auditoria

Como os assuntos foram conduzidos em nossa auditoria

Sistemas de informação – controle de acessos

A atividade do Grupo depende muito dos sistemas de tecnologia da informação (TI) nas regiões geográficas nas quais opera e, portanto, um controle adequado é vital para garantir o correto processamento das informações.

Além disso, à medida que os sistemas se tornam mais numerosos e complexos, aumentam os riscos nos sistemas de informação da organização e, portanto, das informações processadas.

Nesse contexto, é imprescindível avaliar aspectos como a organização da Área de Tecnologia e Operações do Grupo, os controles de manutenção e o desenvolvimento dos aplicativos, da segurança física e lógica, e a exploração dos sistemas.

A esse respeito, a diretoria tem um plano de eficiência de sistemas que inclui aspectos como o controle de acessos nos sistemas, bancos de dados e aplicativos.

Com a colaboração dos nossos especialistas em sistemas de tecnologia da informação, nosso trabalho consistiu em revisar o controle interno dos sistemas e aplicativos que suportam a principal atividade do negócio com impacto nas informações financeiras do Grupo.

Para isso, executamos procedimentos para avaliar o planejamento e a eficiência operacional dos controles relacionados com:

- Funcionamento do marco de governança de TI.
- Controle de acesso e segurança lógica dos aplicativos, sistemas operacionais e bancos de dados que contêm as informações financeiras relevantes.
- Gestão de mudanças e desenvolvimento de aplicativos.
- Manutenção das operações de informática.

Durante nossa auditoria, detectamos incidentes relacionados com os controles de acesso no ambiente de determinados aplicativos.

O Grupo trabalhou em um plano de correção dos incidentes, que atualmente está sendo abordado, bem como na formalização de controles de mitigação.

Nesse contexto, nosso foco e plano de auditoria concentrou-se nos seguintes aspectos:

- Revisão do plano de correção e novos controles implementados pelo Grupo no exercício de 2017.
- Controles relativos à segregação de funções (autorizações de acesso) e acesso às transações críticas.
- Aumento das amostras dos controles de mitigação identificados pela direção.
- Ampliação das amostras analisadas sobre derivativos e outros ativos financeiros para confirmar sua existência e avaliação, bem como o funcionamento do marco de governança de TI.

Os resultados dos nossos procedimentos anteriores não demonstraram nenhum aspecto relevante que afete as informações financeiras incluídas nas demonstrações financeiras anuais consolidadas em anexo.

Principais assuntos de auditoria	Como os assuntos foram conduzidos em nossa auditoria
<i>Aquisição do Banco Popular Español</i>	
Em 7 de junho de 2017, a Controladora do Grupo comunicou publicamente a aquisição de 100% do capital social do Banco Popular Español, S.A. (Banco Popular) no âmbito do esquema de “resolução” adotado pela Assembleia Única de Resolução (“SRB”) e executado pelo Fundo de Reestruturação Ordenada Bancária (“FROB”). No âmbito da execução dessa “resolução”, o Banco Santander adquiriu todas as ações do Banco Popular por um euro. Anteriormente, o Banco Popular teve que realizar a amortização total de todas as suas ações em circulação no fechamento de 7 de junho de 2017 e das ações resultantes da conversão dos instrumentos de capital regulatório Additional Tier 1 emitidos por este banco, bem como a conversão da totalidade dos instrumentos de capital regulatório Tier 2 emitidos pelo Banco Popular em novas ações emitidas do Banco Popular. De acordo com a NIIF 3, o Grupo classificou os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos em valor justo provisório, para o qual a diretoria contratou um terceiro para obter uma avaliação independente. A entidade adquirente tem o prazo de um ano a partir da data de aquisição para realizar a avaliação definitiva da combinação de negócios e da colocação em valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. Ver Notas 2 das demonstrações financeiras anuais consolidadas em anexo.	Documentamos nosso entendimento e nossa avaliação do controle interno com foco no planejamento e na aplicação dos controles do processo de identificação e avaliação dos ativos adquiridos e os passivos assumidos em valor justo provisório efetuado pela diretoria. Além disso, realizamos procedimentos de auditoria para obter evidências de auditoria suficientes sobre os saldos na data de aquisição. Adicionalmente, com a colaboração dos nossos especialistas em avaliações, analisamos se a metodologia para determinar os valores justos, as hipóteses subjacentes e a exatidão matemática eram adequados. Particularmente, consideramos se foi adequada a atribuição do preço aquisição aos elementos adquiridos e assumidos. A entidade adquirente tem o prazo de um ano a partir da data de aquisição para realizar a avaliação definitiva da combinação de negócios e da colocação em valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. Neste sentido, as avaliações realizadas pelo Grupo são a melhor estimativa disponível na data de elaboração destas demonstrações financeiras anuais consolidadas e, portanto, têm caráter provisório e ainda não podem ser consideradas definitivas. O resultado dos procedimentos realizados corroboraram a avaliação preliminar da diretoria e da atribuição do preço de aquisição, bem como a adequação das informações divulgadas em relação a esta aquisição incluída nas demonstrações financeiras anuais consolidadas em anexo.

Ênfase

Conforme descrito na Nota explicativa 1.b às demonstrações financeiras consolidadas, o Banco Santander, S.A. tem como política apresentar, para uso geral nos mercados em que atua, suas demonstrações financeiras consolidadas tendo como moeda de apresentação o Euro. Os montantes convertidos para reais são incluídos exclusivamente para atender os requisitos da Instrução nº 480/2009 da Comissão de Valores Mobiliários do Brasil (“CVM”). Portanto, nossa auditoria considerou a conversão dos montantes em euros para reais. Esta questão não modifica nossa opinião.

Outras questões

As demonstrações financeiras consolidadas objeto deste relatório foram elaboradas exclusivamente para atender os requisitos da Instrução nº 480/2009 da Comissão de Valores Mobiliários do Brasil (CVM), em decorrência da negociação de valores mobiliários em mercados regulados do Brasil, que exige a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com a normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), em reais e em português do Brasil. Portanto, estas demonstrações financeiras consolidadas podem não ser adequadas para outros propósitos.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram auditadas por outro auditor, que emitiu relatório de auditoria, sem ressalvas, sobre tais demonstrações financeiras consolidadas, em 12 de fevereiro de 2016.

Responsabilidade dos administradores e do comitê de auditoria em relação às demonstrações financeiras anuais consolidadas

Os administradores da Controladora são responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras anuais consolidadas em anexo, de forma a expressar adequadamente a posição patrimonial e financeira e os resultados consolidados do Grupo, em conformidade com as Normas Internacionais de Informação Financeira, emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), e o controle interno que considerem necessário para permitir a preparação das demonstrações financeiras anuais consolidadas livres de incorreções materiais em virtude de fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras anuais consolidadas, os administradores da Controladora são responsáveis pela avaliação da capacidade do Grupo para continuar como empresa em funcionamento, indicando, conforme o caso, as questões relativas a uma empresa em funcionamento e utilizando o princípio contábil de empresa em funcionamento exceto se os citados administradores tiverem a intenção de liquidar o Grupo ou de cessar suas operações, ou se não existir outra alternativa realista.

O comitê de auditoria da Controladora é responsável pela supervisão do processo de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras anuais consolidadas.

Responsabilidades do auditor em relação à auditoria das demonstrações financeiras anuais consolidadas

Nossos objetivos são obter uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras anuais consolidadas em seu conjunto estão livres de incorreções materiais, em virtude de fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria com a nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não garante que uma auditoria realizada em conformidade com as normas que regem a atividade de auditoria contábil vigente na Espanha sempre detecte uma incorreção material, quando existir. As incorreções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou de forma agregada, for possível prever razoavelmente que influirão nas decisões econômicas tomadas pelos usuários com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas.

Como parte de uma auditoria em conformidade com as normas que regem a atividade de auditoria contábil vigente na Espanha, aplicamos nosso julgamento profissional e mantemos uma atitude de ceticismo profissional durante toda a auditoria. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de incorreção material nas demonstrações financeiras anuais consolidadas, devido a fraude ou erro, criamos e aplicamos procedimentos de auditoria para responder a esses riscos e obtemos evidência de auditoria suficiente e adequada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma incorreção material devido a fraude é mais elevado do que no caso de uma incorreção material devido a erro, uma vez que a fraude pode implicar colusão, falsificação, omissões deliberadas, manifestações intencionalmente errôneas, ou a evasão do controle interno.
- Obtemos conhecimento do controle interno relevante para a auditoria com o objetivo de criar procedimentos de auditoria que sejam adequados em função das circunstâncias, e não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controle interno do Grupo.
- Avaliamos se as políticas contábeis aplicadas são adequadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e as informações correspondentes divulgadas pelos administradores da Controladora.
- Concluimos se a utilização é adequada, pelos administradores da Controladora, do princípio contábil de uma empresa em funcionamento e, com base nas evidências obtidas da auditoria, concluimos se existe ou não uma incerteza material relacionada a fatos ou condições que possam gerar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo sobre sua continuidade operacional. Se concluimos que existe uma incerteza material, cabe fazer uma notificação no nosso relatório de auditoria sobre as correspondentes informações reveladas nas demonstrações financeiras anuais consolidadas ou, se tais revelações não forem adequadas, expressamos uma opinião modificada. Nossas conclusões baseiam-se nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, as condições ou fatos futuros podem ser a causa pela qual o Grupo deixe de ser uma empresa em funcionamento.
- Avaliamos a apresentação global, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras anuais consolidadas, incluindo as informações divulgadas, e se as demonstrações financeiras anuais consolidadas representam as transações e fatos subjacentes de forma a expressar a apresentação adequada.
- Obtemos evidências suficientes e adequadas em relação às informações financeiras das entidades ou atividades empresariais dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras anuais consolidadas. Somos responsáveis pela administração, supervisão e realização da auditoria do Grupo. Somos os únicos responsáveis pela nossa opinião de auditoria.

Mantemos contato com o comitê de auditoria da Controladora, entre outras questões, em relação ao alcance e ao momento de realização da auditoria planejada e às constatações significativas da auditoria, bem como qualquer deficiência significativa do controle interno que identificamos no transcurso da auditoria.

Também proporcionamos ao comitê de auditoria da Controladora uma declaração de que cumprimos as exigências éticas aplicáveis, incluindo as de independência, e estabelecemos contato para informar sobre as questões que razoavelmente possam representar uma ameaça para a nossa independência e, se for o caso, as correspondentes salvaguardas.



Entre as questões que foram objeto de comunicação ao comitê de auditoria da Controladora, determinamos aquelas que foram mais significativas na auditoria das demonstrações financeiras anuais consolidadas do período atual e que são, conseqüentemente, os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos no nosso relatório de auditoria salvo quando as disposições legais ou regulamentares proibam revelar publicamente a questão.

Relatório sobre outros requisitos legais e regulamentares

Relatório adicional para o comitê de auditoria da Controladora

A opinião expressada neste relatório é coerente com o manifestado no nosso relatório complementar para o comitê de auditoria da Controladora datado em 15 de fevereiro de 2018.

Período de contratação

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas realizada em 18 de março de 2016 nomeou-nos como auditores do Grupo por um período de três anos, contados a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Serviços prestados

Os serviços distintos da auditoria que foram prestados ao Grupo, estão descritos na Nota 48 das demonstrações financeiras consolidadas.

PricewaterhouseCoopers Auditores, S.L. (S0242)

Alejandro Esnal (19930)

16 de fevereiro de 2018

D E C L A R A Ç Ã O

Angel Santodomingo Martell, espanhol, casado, economista, titular da Cédula de Identidade para Estrangeiro RNE nº G033621-T, inscrito no CPF/MF sob o nº 237.035.738-05, com endereço comercial na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2.235, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, na qualidade de Representante Legal do Banco Santander, S.A. ("Companhia"), sociedade constituída e existente de acordo com as leis da Espanha, com sede em Santander (Cantabria), Paseo de Pereda, número 9-12, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.707.616/0001-10, declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que os membros do Conselho de Administração da Companhia:

- i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras anuais consolidadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; e
- ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras anuais consolidadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2018

Angel Santodomingo Martell



RELATÓRIO FINANCEIRO

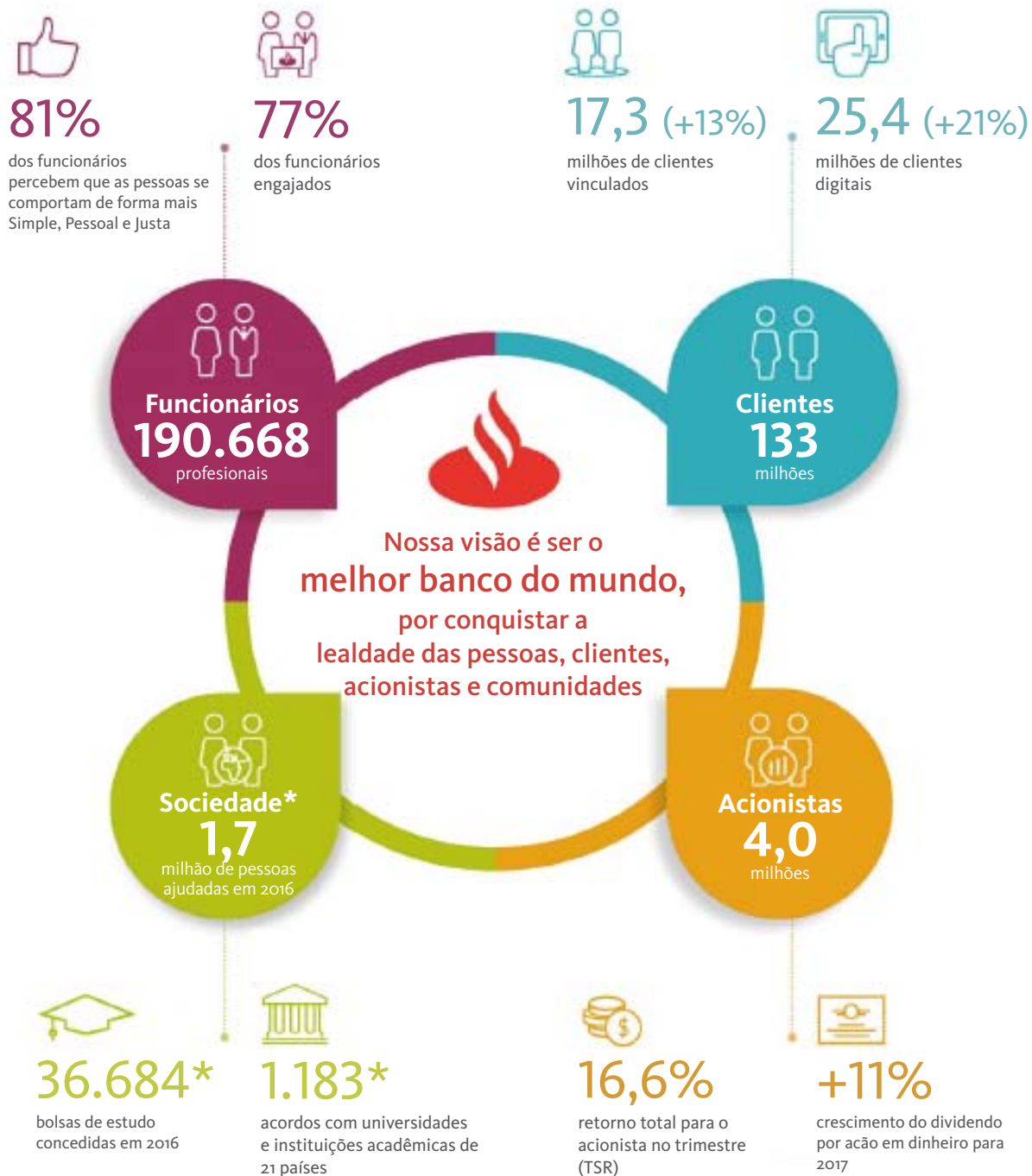
Janeiro - Dezembro 2017

Queremos contribuir
para que as pessoas e os
negócios prosperem



VISÃO SANTANDER

Simple | Pessoal | Justo



Nota: Dados Ex-Popular, exceto TSR e dividendo
(*) Dado de 2016

PRINCIPAIS INDICADORES

(incluindo Banco Popular)

■ Balanço (Milhões de euros)	Dez'17	Set'17	%	Dez'17	Dez'16	%	Dez'15
Ativo total	1.444.305	1.468.030	(1,6)	1.444.305	1.339.125	7,9	1.340.260
Crédito a clientes (líquido)	848.914	854.686	(0,7)	848.914	790.470	7,4	790.848
Depósitos de clientes	777.730	778.852	(0,1)	777.730	691.111	12,5	683.142
Recursos de clientes totais	985.703	988.386	(0,3)	985.703	873.618	12,8	849.403
Patrimônio líquido total	106.832	108.723	(1,7)	106.832	102.699	4,0	98.753

Nota: Recursos de clientes totais inclui depósitos de clientes, fundos de investimento, fundos de pensão, patrimônios administrados e prêmio de seguros.

■ Resultados (Milhões de euros)	4T'17	3T'17	%	2017	2016	%	2015
Margem de juros	8.607	8.681	(0,9)	34.296	31.089	10,3	32.189
Margem bruta	12.062	12.252	(1,5)	48.392	43.853	10,3	45.272
Margem líquida	6.101	6.486	(5,9)	25.473	22.766	11,9	23.702
Resultado ordinário antes dos impostos sobre o lucro*	3.375	3.591	(6,0)	13.550	11.288	20,0	10.939
Lucro líquido ordinário atribuível à Controladora*	1.924	1.976	(2,7)	7.516	6.621	13,5	6.566
Lucro líquido atribuível à Controladora	1.542	1.461	5,5	6.619	6.204	6,7	5.966

Variações sem taxa de câmbio: 4T'17/3T'17: M. de juros: +0,3%; M. bruta: -0,4%; Margem líquida: -4,5%; Lucro ordinário atribuível: -1,4%; Lucro atribuído: +6,9%
2017/2016: M. de juros: +10,2%; M. bruta: +10,2%; Margem líquida: +11,4%; Lucro ordinário atribuível: +14,3%; Lucro atribuído: +7,4%

■ LPA, rentabilidade e eficiência (%)	4T'17	3T'17	%	2017	2016	%	2015
Lucro ordinário atribuível por ação (euros) *	0,113	0,118	(4,5)	0,463	0,429	7,8	0,438
Lucro atribuível por ação (euros)	0,088	0,084	5,1	0,404	0,401	0,9	0,397
RoE	7,81	7,87		7,14	6,99		6,57
RoTE ordinário*	11,79	12,10		11,82	11,08		10,99
RoTE	11,21	11,31		10,41	10,38		9,99
RoA	0,61	0,61		0,58	0,56		0,54
RoRWA ordinário*	1,48	1,50		1,48	1,36		1,30
RoRWA	1,44	1,42		1,35	1,29		1,20
Eficiência (com amortizações)	49,4	47,1		47,4	48,1		47,6

■ Solvência e inadimplência (%)	Dez'17	Set'17	Dez'17	Dez'16	Dez'15
CET1 <i>fully-loaded</i>	10,84	10,80	10,84	10,55	10,05
CET1 <i>phased-in</i>	12,26	12,18	12,26	12,53	12,55
Índice de inadimplência	4,08	4,24	4,08	3,93	4,36
Índice de cobertura	65,2	65,8	65,2	73,8	73,1

■ A ação e a capitalização	Dez'17	Set'17	%	Dez'17	Dez'16	%	Dez'15
Número de ações (milhões)	16.136	16.041	0,6	16.136	14.582	10,7	14.434
Cotação (euro)**	5,479	5,907	(7,2)	5,479	4,877	12,3	4,483
Valor de mercado (milhões de euros)	88.410	94.752	(6,7)	88.410	72.314	22,3	65.792
Recursos próprios tangíveis por ação (euros)**	4,15	4,20		4,15	4,15		4,00
Preço / recursos próprios tangíveis por ação (vezes)**	1,32	1,41		1,32	1,17		1,12
PER (preço / lucro por ação) (vezes)**	13,56	12,77		13,56	12,18		11,30

■ Outros dados	Dez'17	Set'17	%	Dez'17	Dez'16	%	Dez'15
Número de acionistas	4.029.630	4.070.187	(1,0)	4.029.630	3.928.950	2,6	3.573.277
Número de funcionários	202.251	200.949	0,6	202.251	188.492	7,3	193.863
Número de agências	13.697	13.704	(0,1)	13.697	12.235	11,9	13.030

(*) Não inclui líquido de ganhos e saneamentos

(**) Dados ajustados a ampliação de capital realizado em julho de 2017

Nota: A informação financeira aqui contida tem sido aprovada pelo conselho de administração do Banco, prévio relatório favorável da comissão de auditoria.

De acordo às Diretrizes sobre Medidas Alternativas do Rendimento publicadas pela *European Securities and Markets Authority* em 5 de outubro de 2015 inclui-se ao final deste documento baixo o título "Medidas alternativas de rendimento" um glossário das definições e a conciliação com os conceitos apresentados nas demonstrações financeiras de certas medidas alternativas do rendimento utilizadas no presente documento.

Resultados Grupo Santander (inclui Banco Popular)

Milhões de euros

	4T'17	3T'17	Variação		2017	2016	Variação	
			%	% sem TC			%	% sem TC
Margem de juros	8.607	8.681	(0,9)	0,3	34.296	31.089	10,3	10,2
Comissões líquidas	2.949	2.888	2,1	3,2	11.597	10.180	13,9	13,4
Resultados líquidos de operações financeiras	421	422	(0,3)	0,5	1.703	1.723	(1,1)	0,4
Outras receitas	85	260	(67,4)	(65,9)	796	862	(7,6)	(6,5)
Rendimentos sobre instrumentos de capital	75	31	144,6	139,7	384	413	(7,1)	(7,9)
Resultados de equivalência patrimonial	223	188	19,0	19,9	704	444	58,5	57,3
Outras receitas/despesas operacionais (líquidos)	(213)	42	—	—	(291)	5	—	—
Margem bruta	12.062	12.252	(1,5)	(0,4)	48.392	43.853	10,3	10,2
Despesas totais	(5.961)	(5.766)	3,4	4,2	(22.918)	(21.088)	8,7	9,0
Despesas administrativas	(5.267)	(5.161)	2,1	2,9	(20.325)	(18.723)	8,6	8,8
Despesas de pessoal	(3.116)	(3.000)	3,9	4,6	(11.972)	(10.997)	8,9	9,0
Outras despesas administrativas	(2.151)	(2.161)	(0,5)	0,5	(8.353)	(7.727)	8,1	8,6
Amortização de ativos tangíveis e intangíveis	(694)	(605)	14,7	15,2	(2.593)	(2.364)	9,7	9,9
Margem líquida	6.101	6.486	(5,9)	(4,5)	25.473	22.766	11,9	11,4
Provisões para perdas com créditos	(2.181)	(2.250)	(3,1)	(1,4)	(9.111)	(9.518)	(4,3)	(5,6)
Perdas com outros ativos	(230)	(54)	325,9	320,0	(414)	(247)	67,7	68,9
Outros resultados e provisões	(315)	(591)	(46,7)	(44,5)	(2.398)	(1.712)	40,0	38,2
Resultado ordinário antes dos impostos sobre o lucro	3.375	3.591	(6,0)	(4,7)	13.550	11.288	20,0	20,7
Imposto de renda	(1.090)	(1.243)	(12,3)	(10,9)	(4.587)	(3.396)	35,1	36,0
Lucro líquido ordinário das operações continuadas	2.285	2.347	(2,6)	(1,4)	8.963	7.892	13,6	14,1
Resultado de operações descontinuadas (líquida)	—	—	—	—	—	0	(100,0)	(100,0)
Lucro líquido ordinário do período	2.285	2.347	(2,6)	(1,4)	8.963	7.893	13,6	14,1
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	362	371	(2,5)	(1,3)	1.447	1.272	13,8	13,1
Lucro líquido ordinário atribuível à Controladora	1.924	1.976	(2,7)	(1,4)	7.516	6.621	13,5	14,3
Líquido de ganhos e saneamentos	(382)	(515)	(25,7)	(25,7)	(897)	(417)	115,2	117,0
Lucro líquido atribuível à Controladora	1.542	1.461	5,5	6,9	6.619	6.204	6,7	7,4
LPA ordinário (euros)*	0,113	0,118	(4,5)		0,463	0,429	7,8	
LPA diluído ordinário (euros)*	0,111	0,119	(6,3)		0,461	0,428	7,8	
LPA (euros)*	0,088	0,084	5,1		0,404	0,401	0,9	
LPA diluído (euros)*	0,087	0,085	2,7		0,403	0,399	0,9	
Promemória:								
Ativos Totais Médios	1.460.976	1.458.196	0,2		1.407.681	1.337.661	5,2	
Recursos Próprios Médios	93.628	93.855	(0,2)		92.638	88.744	4,4	

(*) Dados ajustados a ampliação de capital realizado em julho de 2017

Líquidos de ganhos e saneamentos

Milhões de euros líquidos de impostos



Resultados por trimestres (inclui Banco Popular)

Milhões de euros

	2016				2017			
	1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T
Margem de juros	7.624	7.570	7.798	8.096	8.402	8.606	8.681	8.607
Comissões líquidas	2.397	2.549	2.597	2.637	2.844	2.916	2.888	2.949
Resultados líquidos de operações financeiras	504	366	440	412	573	286	422	421
Outras receitas	204	270	245	142	211	240	260	85
Rendimentos sobre instrumentos de capital	44	209	37	124	41	238	31	75
Resultados de equivalência patrimonial	83	112	119	130	133	160	188	223
Outras receitas/despesas operacionais (líquidos)	78	(51)	90	(112)	37	(157)	42	(213)
Margem bruta	10.730	10.755	11.080	11.288	12.029	12.049	12.252	12.062
Despesas totais	(5.158)	(5.227)	(5.250)	(5.453)	(5.543)	(5.648)	(5.766)	(5.961)
Despesas administrativas	(4.572)	(4.632)	(4.692)	(4.828)	(4.915)	(4.983)	(5.161)	(5.267)
Despesas de pessoal	(2.683)	(2.712)	(2.726)	(2.876)	(2.912)	(2.943)	(3.000)	(3.116)
Outras despesas administrativas	(1.889)	(1.920)	(1.966)	(1.952)	(2.002)	(2.039)	(2.161)	(2.151)
Amortização de ativos tangíveis e intangíveis	(586)	(595)	(558)	(626)	(629)	(665)	(605)	(694)
Margem líquida	5.572	5.528	5.831	5.835	6.486	6.401	6.486	6.101
Provisões para perdas com créditos	(2.408)	(2.205)	(2.499)	(2.406)	(2.400)	(2.280)	(2.250)	(2.181)
Perdas com outros ativos	(44)	(29)	(16)	(159)	(68)	(63)	(54)	(230)
Outros resultados e provisões	(389)	(515)	(376)	(432)	(707)	(785)	(591)	(315)
Resultado ordinário antes dos impostos sobre o lucro	2.732	2.779	2.940	2.838	3.311	3.273	3.591	3.375
Imposto de renda	(810)	(915)	(904)	(767)	(1.125)	(1.129)	(1.243)	(1.090)
Lucro líquido ordinário das operações continuadas	1.922	1.864	2.036	2.071	2.186	2.144	2.347	2.285
Resultado de operações descontinuadas (líquida)	—	0	(0)	0	—	—	—	—
Lucro líquido ordinário do período	1.922	1.864	2.036	2.072	2.186	2.144	2.347	2.285
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	288	338	341	305	319	395	371	362
Lucro líquido ordinário atribuível à Controladora	1.633	1.526	1.695	1.766	1.867	1.749	1.976	1.924
Líquido de ganhos e saneamentos*	—	(248)	—	(169)	—	—	(515)	(382)
Lucro líquido atribuível à Controladora	1.633	1.278	1.695	1.598	1.867	1.749	1.461	1.542
LPA ordinário** (euros)	0,106	0,099	0,110	0,114	0,120	0,112	0,118	0,113
LPA diluído ordinário** (euros)	0,106	0,098	0,110	0,114	0,120	0,111	0,119	0,111
LPA ** (euros)	0,106	0,082	0,110	0,103	0,120	0,112	0,084	0,088
LPA diluído** (euros)	0,106	0,081	0,110	0,103	0,120	0,111	0,085	0,087

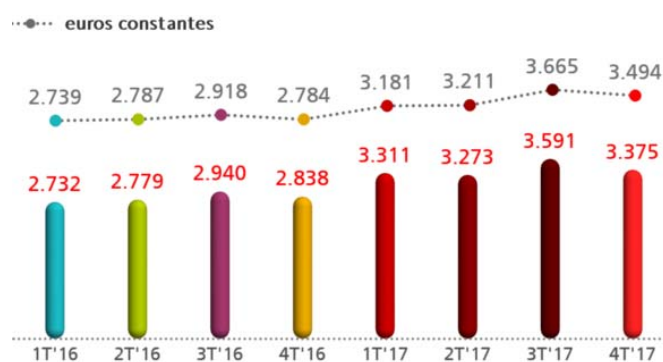
(*) Inclui

- No segundo trimestre de 2016, 227 milhões de euros pelo ganho da venda participação VISA Europe e -475 milhões de euros de custos de reestruturação.
- No quarto trimestre de 2016, constituição de provisões PPI no Reino Unido (-137 milhões de euros) e restatement Santander Consumer USA (-32 milhões de euros).
- No terceiro trimestre de 2017, custos de integração (Popular: -300 milhões de euros e Alemanha -85 milhões de euros) e saneamentos de participações e ativos intangíveis - 130 milhões de euros).
- No quarto trimestre de 2017, ganho da venda participação Allfunds Bank (297 milhões de euros), reforma fiscal em Estados Unidos (73 milhões de euros), saneamentos do ágio (-603 milhões de euros) e provisões por furacões, compra de uma participação em Santander Consumer USA e outros em Estados Unidos (-149 milhões de euros).

(**) Dados ajustados ao aumento de capital de Julho 2017.

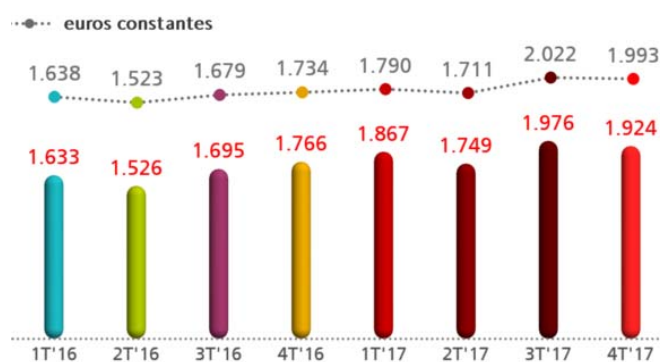
Resultado ordinário antes dos impostos (inclui Popular)

Milhões de euros



Lucro líquido ordinário atribuível (inclui Popular)

Milhões de euros



■ Resultados Grupo Santander (exclui Popular)

Milhões de euros

	4T'17	3T'17	Variação		2017	2016	Variação	
			%	% sem TC			%	% sem TC
Margem de juros	8.169	8.225	(0,7)	0,5	33.293	31.089	7,1	7,0
Comissões líquidas	2.820	2.760	2,2	3,3	11.308	10.180	11,1	10,6
Resultados líquidos de operações financeiras	429	413	4,0	4,6	1.702	1.723	(1,2)	0,4
Outras receitas	108	220	(50,9)	(49,6)	779	862	(9,6)	(8,6)
Rendimentos sobre instrumentos de capital	71	30	135,3	130,5	378	413	(8,4)	(9,2)
Resultados de equivalência patrimonial	182	140	30,3	31,3	609	444	37,2	36,2
Outras receitas/despesas operacionais (líquidos)	(145)	50	—	—	(209)	5	—	—
Margem bruta	11.526	11.617	(0,8)	0,4	47.082	43.853	7,4	7,3
Despesas totais	(5.571)	(5.379)	3,6	4,4	(22.045)	(21.088)	4,5	4,8
Despesas administrativas	(4.912)	(4.822)	1,9	2,8	(19.544)	(18.723)	4,4	4,7
Despesas de pessoal	(2.917)	(2.823)	3,3	4,1	(11.551)	(10.997)	5,0	5,2
Outras despesas administrativas	(1.994)	(1.999)	(0,2)	0,8	(7.993)	(7.727)	3,4	3,9
Amortização de ativos tangíveis e intangíveis	(660)	(557)	18,5	19,0	(2.501)	(2.364)	5,8	6,0
Margem líquida	5.955	6.239	(4,5)	(3,1)	25.038	22.766	10,0	9,5
Provisões para perdas com créditos	(2.114)	(2.212)	(4,4)	(2,7)	(8.997)	(9.518)	(5,5)	(6,8)
Perdas com outros ativos	(228)	(54)	322,3	316,5	(413)	(247)	67,1	68,3
Outros resultados e provisões	(309)	(598)	(48,4)	(46,2)	(2.380)	(1.712)	39,0	37,2
Resultado ordinário antes dos impostos sobre o lucro	3.305	3.375	(2,1)	(0,7)	13.248	11.288	17,4	18,0
Imposto de renda	(1.104)	(1.194)	(7,5)	(6,1)	(4.548)	(3.396)	33,9	34,8
Lucro líquido ordinário das operações continuadas	2.200	2.180	0,9	2,2	8.700	7.892	10,2	10,8
Resultado de operações descontinuadas (líquida)	—	—	—	—	—	0	(100,0)	(100,0)
Lucro líquido ordinário do período	2.200	2.180	0,9	2,2	8.700	7.893	10,2	10,8
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	361	371	(2,7)	(1,4)	1.447	1.272	13,8	13,0
Lucro líquido ordinário atribuível à Controladora	1.839	1.809	1,7	2,9	7.253	6.621	9,5	10,3
Líquido de ganhos e saneamentos	(382)	(215)	77,9	77,9	(597)	(417)	43,3	44,4
Lucro líquido atribuível à Controladora	1.457	1.594	(8,6)	(6,9)	6.656	6.204	7,3	8,0

(*) No ano 2017,

- em 4T, ganho da venda participação Allfunds Bank (300 milhões de euros), reforma fiscal em Estados Unidos (73 milhões de euros), saneamentos do ágio (-603 milhões de euros) e provisões por furacões, compra de uma participação em Santander Consumer USA e outros em Estados Unidos (-149 milhões de euros)
- em 3T, custos de integração em Alemanha (-85 milhões de euros) e saneamentos de participações e ativos intangíveis (-130 milhões de euros).

No ano 2016, ganho venda participação VISA Europe (227 milhões de euros), custos de reestruturação (-475 milhões de euros), constituição de um fundo para cobrir eventuais reclamações relacionadas a produtos de seguros de proteção de pagamentos (PPI) no Reino Unido (-137 milhões de euros) e restatement Santander Consumer USA (-32 milhões de euros).

● Resultados por trimestres (exclui Popular)

Milhões de euros

	2016				2017			
	1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T
Margem de juros	7.624	7.570	7.798	8.096	8.402	8.497	8.225	8.169
Comissões líquidas	2.397	2.549	2.597	2.637	2.844	2.885	2.760	2.820
Resultados líquidos de operações financeiras	504	366	440	412	573	287	413	429
Outras receitas	204	270	245	142	211	240	220	108
Rendimentos sobre instrumentos de capital	44	209	37	124	41	237	30	71
Resultados de equivalência patrimonial	83	112	119	130	133	154	140	182
Outras receitas/despesas operacionais (líquidos)	78	(51)	90	(112)	37	(151)	50	(145)
Margem bruta	10.730	10.755	11.080	11.288	12.029	11.910	11.617	11.526
Despesas totais	(5.158)	(5.227)	(5.250)	(5.453)	(5.543)	(5.552)	(5.379)	(5.571)
Despesas administrativas	(4.572)	(4.632)	(4.692)	(4.828)	(4.915)	(4.896)	(4.822)	(4.912)
Despesas de pessoal	(2.683)	(2.712)	(2.726)	(2.876)	(2.912)	(2.899)	(2.823)	(2.917)
Outras despesas administrativas	(1.889)	(1.920)	(1.966)	(1.952)	(2.002)	(1.997)	(1.999)	(1.994)
Amortização de ativos tangíveis e intangíveis	(586)	(595)	(558)	(626)	(629)	(656)	(557)	(660)
Margem líquida	5.572	5.528	5.831	5.835	6.486	6.358	6.239	5.955
Provisões para perdas com créditos	(2.408)	(2.205)	(2.499)	(2.406)	(2.400)	(2.272)	(2.212)	(2.114)
Perdas com outros ativos	(44)	(29)	(16)	(159)	(68)	(63)	(54)	(228)
Outros resultados e provisões	(389)	(515)	(376)	(432)	(707)	(765)	(598)	(309)
Resultado ordinário antes dos impostos sobre o lucro	2.732	2.779	2.940	2.838	3.311	3.258	3.375	3.305
Imposto de renda	(810)	(915)	(904)	(767)	(1.125)	(1.125)	(1.194)	(1.104)
Lucro líquido ordinário das operações continuadas	1.922	1.864	2.036	2.071	2.186	2.133	2.180	2.200
Resultado de operações descontinuadas (líquida)	—	0	(0)	0	—	—	—	—
Lucro líquido ordinário do período	1.922	1.864	2.036	2.072	2.186	2.133	2.180	2.200
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	288	338	341	305	319	395	371	361
Lucro líquido ordinário atribuível à Controladora	1.633	1.526	1.695	1.766	1.867	1.738	1.809	1.839
Líquido de ganhos e saneamentos*	—	(248)	—	(169)	—	—	(215)	(382)
Lucro líquido atribuível à Controladora	1.633	1.278	1.695	1.598	1.867	1.738	1.594	1.457

(*) Inclui

- No segundo trimestre de 2016, 227 milhões de euros pelo ganho da venda participação VISA Europe e -475 milhões de euros de custos de reestruturação.
- No quarto trimestre de 2016, constituição de provisões PPI no Reino Unido (-137 milhões de euros) e *restatement* Santander Consumer USA (-32 milhões de euros).
- No terceiro trimestre de 2017, custos de integração em Alemanha (-85 milhões de euros) e saneamentos de participações e ativos intangíveis (-130 milhões de euros).
- No quarto trimestre de 2017, ganho da venda participação Allfunds Bank (297 milhões de euros), reforma fiscal em Estados Unidos (73 milhões de euros), saneamentos do ágio (-603 milhões de euros) e provisões por furacões, compra de uma participação em Santander Consumer USA e outros em Estados Unidos (-149 milhões de euros).

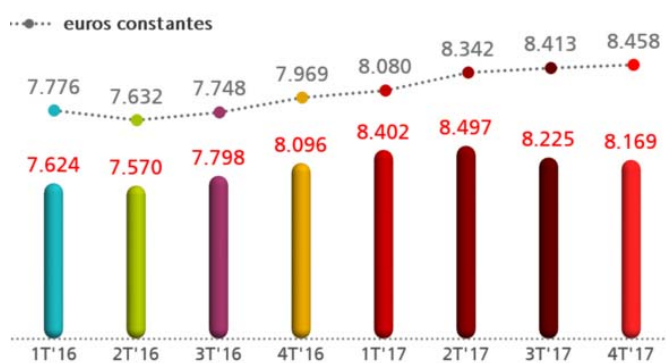
Comissões líquidas. Grupo consolidado

Milhões de euros

	4T'17	3T'17	Var. %	2017	2016	Var. %
Comissões por serviços	1.791	1.756	2,0	7.142	6.261	14,1
Fundos de investimento e pensão	193	183	5,3	762	757	0,6
Serviços de títulos	259	262	(0,9)	1.079	913	18,2
Seguros	577	560	3,1	2.325	2.249	3,4
Comissões líquidas Grupo (Ex-Popular)	2.820	2.760	2,2	11.308	10.180	11,1
Popular	129	128		288		
Comissões líquidas Grupo	2.949	2.888	2,1	11.597	10.180	13,9

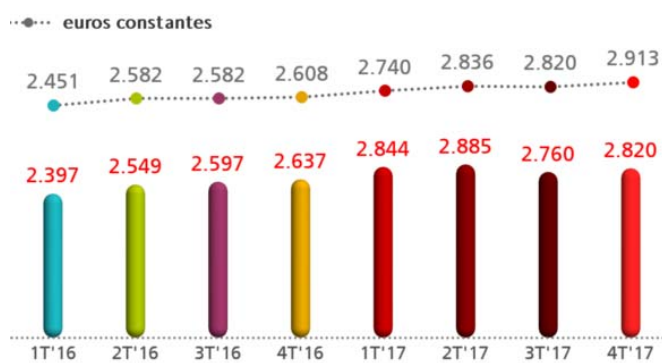
Margem de juros (Ex-Popular)

Milhões de euros



Comissões líquidas (Ex-Popular)

Milhões de euros



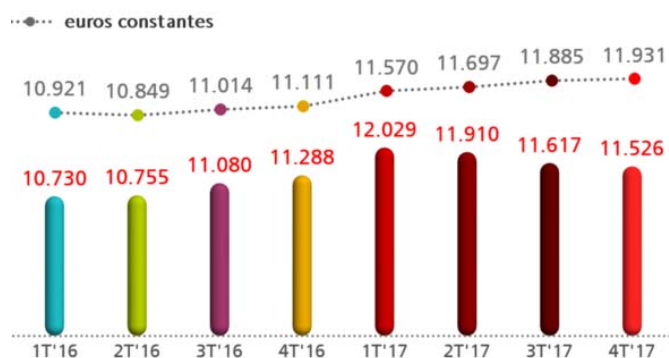
Despesas totais. Grupo consolidado

Milhões de euros

	4T'17	3T'17	Var. %	2017	2016	Var. %
Despesas de pessoal	2.917	2.823	3,3	11.551	10.997	5,0
Outras despesas administrativas	1.994	1.999	(0,2)	7.993	7.727	3,4
Tecnologia e sistemas	340	263	29,2	1.219	1.094	11,4
Comunicações	120	141	(15,0)	513	499	2,8
Publicidade	204	187	9,2	740	691	7,2
Imóveis e instalações	419	442	(5,3)	1.743	1.708	2,0
Impressos e suprimentos	33	31	4,5	131	146	(10,2)
Despesas tributárias	139	117	18,3	507	484	4,7
Outras despesas	740	817	(9,3)	3.140	3.105	1,1
Despesas administrativas	4.912	4.822	1,9	19.544	18.723	4,4
Amortizações	660	557	18,5	2.501	2.364	5,8
Despesas totais Grupo (Ex-Popular)	5.571	5.379	3,6	22.045	21.088	4,5
Popular	390	388		873		
Despesas totais Grupo	5.961	5.766	3,4	22.918	21.088	8,7

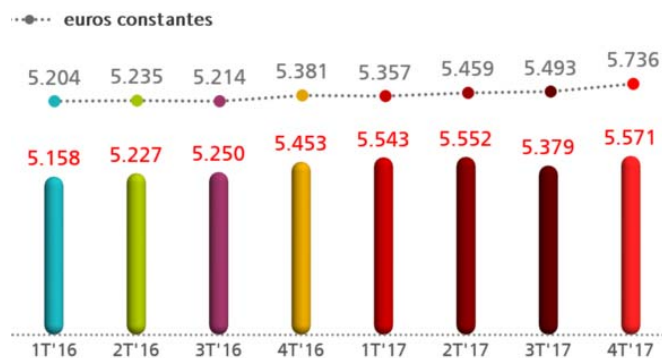
Margem bruta (Ex-Popular)

Milhões de euros



Despesas totais (Ex-Popular)

Milhões de euros



Meios operativos. Grupo consolidado

	Funcionários			Agências		
	31.12.17	31.12.16	Var.	31.12.17	31.12.16	Var.
Europa continental	56.640	57.259	(619)	4.538	4.805	(267)
dos quais: Espanha	22.916	23.017	(101)	2.843	2.911	(68)
Santander Consumer Finance	15.131	14.928	203	546	567	(21)
Polónia	11.572	12.001	(429)	576	658	(82)
Portugal	5.895	6.306	(411)	563	657	(94)
Reino Unido	25.971	25.688	283	808	844	(36)
América Latina	88.713	86.312	2.401	5.891	5.818	73
dos quais: Brasil	47.135	46.728	407	3.465	3.431	34
México	18.557	17.608	949	1.401	1.389	12
Chile	11.675	11.999	(324)	439	435	4
EUA	17.560	17.509	51	683	768	(85)
Áreas operacionais	188.884	186.768	2.116	11.920	12.235	(315)
Centro Corporativo	1.784	1.724	60			
Total Grupo (Ex-Popular)	190.668	188.492	2.176	11.920	12.235	(315)
Popular	11.583			1.777		
Total Grupo	202.251	188.492	13.759	13.697	12.235	1.462

Provisões para perdas com créditos. Grupo consolidado

Milhões de euros

	4T'17	3T'17	Var. %	2017	2016	Var. %
Para créditos	2.473	2.463	0,4	10.612	11.097	(4,4)
Para risco-país	(0)	2	—	5	3	69,0
Ativos em suspenso recuperados	(359)	(254)	41,5	(1.621)	(1.582)	2,5
Provisões para perdas com créditos Grupo (Ex-Popular)	2.114	2.212	(4,4)	8.997	9.518	(5,5)
Popular	68	38		114		
Provisões para perdas com créditos Grupo	2.181	2.250	(3,1)	9.111	9.518	(4,3)

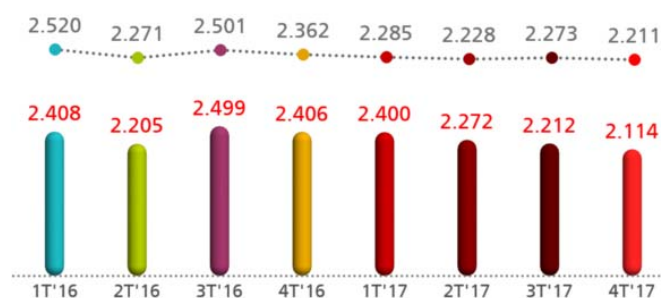
Taxas de câmbio: paridade 1 euro / moeda

	Câmbio médio (resultados)		Câmbio final (balanço)		
	2017	2016	31.12.17	30.09.17	31.12.16
Dólar EUA	1,127	1,106	1,199	1,181	1,054
Libra	0,876	0,817	0,887	0,882	0,856
Real brasileiro	3,594	3,831	3,973	3,764	3,431
Peso mexicano	21,291	20,637	23,661	21,461	21,772
Peso chileno	731,538	747,500	736,922	754,533	707,612
Peso argentino	18,566	16,316	22,637	20,729	16,705
Zloti polonés	4,256	4,362	4,177	4,304	4,410

Provisões para perdas com créditos (Ex-Popular)

Milhões de euros

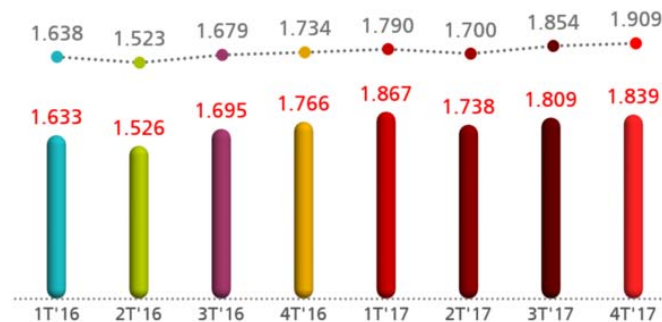
euros constantes



Lucro líquido ordinário atribuível (Ex-Popular)

Milhões de euros

euros constantes



Balço de Grupo Santander (inclui Banco Popular)

Milhões de euros

Ativo	31.12.17	31.12.16	Varição absoluta	%	31.12.15
Dinheiro, saldos em dinheiro em bancos centrais e outros depósitos à vista	110.995	76.454	34.541	45,2	77.751
Ativos financeiros mantidos para negociar	125.458	148.187	(22.729)	(15,3)	146.346
Instrumentos de dívida	36.351	48.922	(12.571)	(25,7)	43.964
Instrumentos de património	21.353	14.497	6.856	47,3	18.225
Empréstimos e abonos a clientes	8.815	9.504	(689)	(7,3)	6.081
Empréstimos e abonos a bancos centrais e entidades de crédito	1.696	3.221	(1.525)	(47,3)	1.352
Derivativos	57.243	72.043	(14.800)	(20,5)	76.724
Ativos financeiros por valor justo com alterações em resultados	34.781	31.609	3.172	10,0	45.043
Empréstimos e abonos a clientes	20.475	17.596	2.879	16,4	14.293
Empréstimos e abonos a bancos centrais e entidades de crédito	9.889	10.069	(180)	(1,8)	26.403
Outros (instrumentos de dívida e de património)	4.417	3.944	473	12,0	4.347
Ativos financeiros disponíveis para venda	133.271	116.774	16.497	14,1	122.036
Instrumentos de dívida	128.481	111.287	17.194	15,5	117.187
Instrumentos de património	4.790	5.487	(697)	(12,7)	4.849
Empréstimos e rubricas a receber	903.013	840.004	63.009	7,5	836.156
Instrumentos de dívida	17.543	13.237	4.306	32,5	10.907
Empréstimos e abonos a clientes	819.625	763.370	56.255	7,4	770.474
Empréstimos e abonos a bancos centrais e entidades de crédito	65.845	63.397	2.448	3,9	54.775
Investimentos mantidos até o vencimento	13.491	14.468	(977)	(6,8)	4.355
Investimentos em negócios conjuntos e associados	6.184	4.836	1.348	27,9	3.251
Ativos tangíveis	22.975	23.286	(311)	(1,3)	25.320
Ativos intangíveis	28.683	29.421	(738)	(2,5)	29.430
dos quais: ágio	25.769	26.724	(955)	(3,6)	26.960
Outros ativos	65.454	54.086	11.368	21,0	50.572
Total ativo	1.444.305	1.339.125	105.180	7,9	1.340.260

Passivo e património líquido

Passivos financeiros mantidos para negociar	107.624	108.765	(1.141)	(1,0)	105.218
Depósitos de clientes	28.179	9.996	18.183	181,9	9.187
Obrigação por emissão de títulos	—	—	—	—	—
Depósitos captados junto à bancos centrais e à instituições de crédito	574	1.395	(821)	(58,9)	2.255
Derivativos	57.892	74.369	(16.477)	(22,2)	76.414
Outros	20.979	23.005	(2.026)	(8,8)	17.362
Passivos financeiros por valor justo com alterações em resultados	59.617	40.263	19.354	48,1	54.768
Depósitos de clientes	28.945	23.345	5.600	24,0	26.357
Obrigação por emissão de títulos	3.056	2.791	265	9,5	3.373
Depósitos captados junto à bancos centrais e à instituições de crédito	27.027	14.127	12.900	91,3	25.037
Outros	589	—	589	—	1
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado	1.126.069	1.044.240	81.829	7,8	1.039.343
Depósitos de clientes	720.606	657.770	62.836	9,6	647.598
Obrigação por emissão de títulos	214.910	226.078	(11.168)	(4,9)	222.787
Depósitos captados junto à bancos centrais e à instituições de crédito	162.714	133.876	28.838	21,5	148.081
Outros	27.839	26.516	1.323	5,0	20.877
Passivos abrangidos por contratos de seguro	1.117	652	465	71,4	627
Provisões	14.490	14.459	31	0,2	14.494
Outros passivos	28.556	28.047	509	1,8	27.057
Total passivo	1.337.472	1.236.426	101.046	8,2	1.241.507
Fundos próprios	116.265	105.977	10.288	9,7	102.402
Capital	8.068	7.291	777	10,7	7.217
Reservas	103.608	94.149	9.459	10,0	90.765
Lucro líquido atribuível à Controladora	6.619	6.204	415	6,7	5.966
Menos: dividendos e remunerações	(2.029)	(1.667)	(362)	21,7	(1.546)
Outro resultado global acumulado	(21.777)	(15.039)	(6.738)	44,8	(14.362)
Participação de acionistas não controladores	12.344	11.761	583	5,0	10.713
Património líquido total	106.832	102.699	4.133	4,0	98.753
Total passivo e património líquido	1.444.305	1.339.125	105.180	7,9	1.340.260

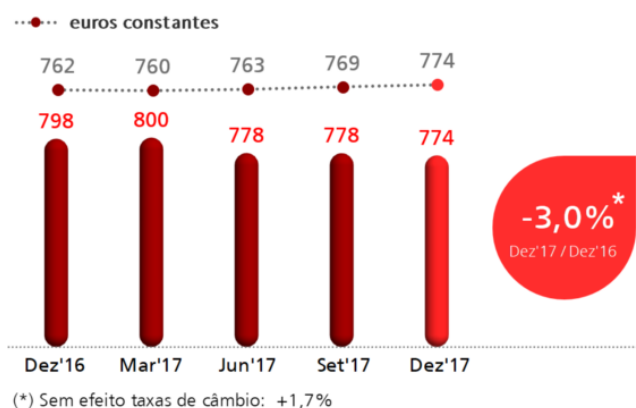
■ Crédito a clientes. Grupo consolidado

Milhões de euros

	31.12.17	31.12.16	Varição absoluta	%	31.12.15
Carteira comercial	25.680	23.894	1.786	7,5	18.486
Deudores com garantia real	434.384	454.676	(20.291)	(4,5)	481.221
Outros deudores a prazo	233.762	232.289	1.473	0,6	217.829
Arrendamentos financeiros	26.569	25.357	1.212	4,8	22.900
Deudores à vista	5.081	8.102	(3.020)	(37,3)	8.504
Deudores por cartões de crédito	21.792	21.363	428	2,0	20.270
Ativos deteriorados	27.175	32.573	(5.398)	(16,6)	36.133
Crédito bruto a clientes (sem operações compromissadas)	774.443	798.254	(23.811)	(3,0)	805.341
Operações compromissadas	18.378	16.609	1.769	10,7	12.024
Crédito bruto a clientes	792.821	814.863	(22.041)	(2,7)	817.366
Provisões para perdas - crédito	19.424	24.393	(4.969)	(20,4)	26.517
Crédito líquido a clientes Grupo (Ex-Popular)	773.398	790.470	(17.072)	(2,2)	790.848
Popular	75.516				
Crédito líquido a clientes Grupo	848.914	790.470	58.444	7,4	790.848

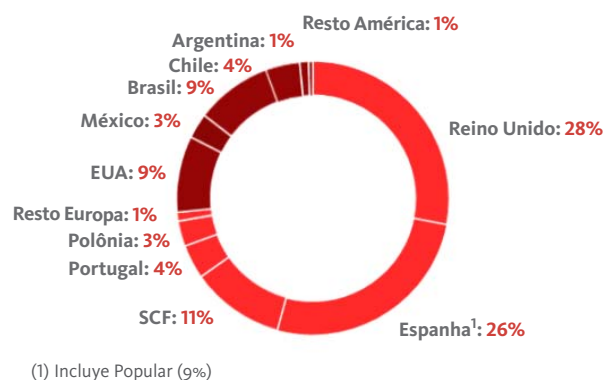
■ Crédito bruto a clientes (sem “repos”) (Ex-Popular)

Bilhões de euros



■ Crédito bruto a clientes (sem “repos”)

% sobre áreas operacionais. Dezembro 2017

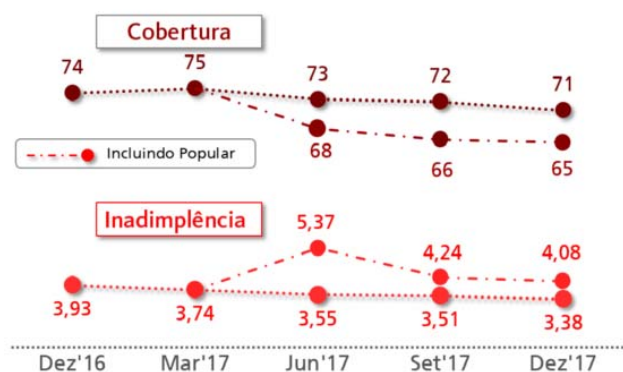


■ Evolução de ativos inadimplentes e duvidosos por trimestres (Ex-Popular)

Milhões de euros

	2016				2017			
	1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T
Saldo no início do período	37.094	36.148	36.291	34.646	33.643	32.158	29.745	29.434
Entradas líquidas	1.668	2.221	1.763	1.710	1.583	2.255	2.324	2.263
Aumento de escopo	13	664	21	36	18	—	—	—
Efeito de taxa de câmbio e outros	72	869	(44)	315	536	(854)	(150)	(305)
Baixa para prejuízo	(2.699)	(3.612)	(3.385)	(3.063)	(3.623)	(3.813)	(2.485)	(3.288)
Saldo no final do período	36.148	36.291	34.646	33.643	32.158	29.745	29.434	28.104

■ Inadimplência e cobertura. Total Grupo (%)



■ Gestão de risco de crédito. Dezembro 2017

	Inadimplência	Variação (p.b.)		cobertura
		trimestral	interanual	
Espanha	4,72	(27)	(69)	45,9
Ativ. Imob. Espanha	87,47	(317)	97	48,4
Consumer Finance	2,50	(10)	(18)	101,4
Polónia	4,57	(13)	(85)	68,2
Portugal	5,71	(122)	(310)	59,1
Reino Unido	1,33	1	(8)	32,0
Brasil	5,29	(3)	(61)	92,6
México	2,69	13	(7)	97,5
Chile	4,96	1	(9)	58,2
Argentina	2,50	16	101	100,1
Estados Unidos	2,79	23	51	170,2
Banco Popular	10,75	(42)	—	48,7

■ Gestão de risco de crédito (Ex-Popular)

Milhões de euros

	31.12.17	31.12.16	Var. %	31.12.15
Ativos inadimplentes e duvid.	28.104	33.643	(16,5)	37.094
Índice de inadimplência (%)	3,38	3,93		4,36
Provisões	19.906	24.835	(19,8)	27.121
Para ativos deteriorados	12.505	15.466	(19,1)	17.707
Para resto de ativos	7.401	9.369	(21,0)	9.414
Índice de cobertura (%)	70,8	73,8		73,1
Custo de crédito (%) **	1,12	1,18		1,25

■ Atividade imobiliária Grupo Santander*. Valor líquido

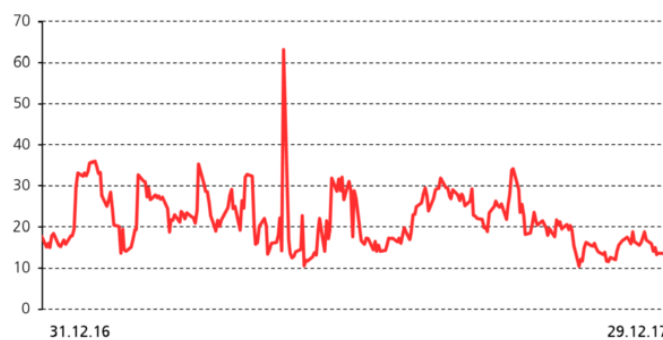
Milhões de euros

	Set'17	Dez'17
Ativos imobiliários	4.575	4.653
- Recuperados	3.372	3.455
- Arrendados	1.203	1.198
Créditos inadimplentes imobiliários	1.325	1.012
Ativos + créditos inadimplentes imobiliários	5.900	5.665

(*) Inclui Atividade Imobiliária na Espanha de Banco Santander e os ativos imobiliários de Banco Popular

■ Carteiras de negociação*. Evolução do VaR

Milhões de euros



(*) Atividade em mercados financeiros de Global Corporate Banking

■ Carteiras de negociação*. VaR por região

Milhões de euros

Quarto trimestre	2017		2016
	Médio	Último	Médio
Total	16,9	10,2	20,4
Europa	6,5	6,4	7,9
EUA e Asia	2,0	1,2	2,1
América Latina	16,6	8,4	16,6
Atividades Globais	0,4	0,2	0,5

(*) Atividade em mercados financeiros de Global Corporate Banking

■ Carteiras de negociação*. VaR por fator de mercado

Milhões de euros

Quarto trimestre	Mínimo	Médio	Máximo	Último
VaR total	9,7	16,9	29,1	10,2
Efecto diversificação	(3,5)	(7,7)	(11,3)	(7,6)
VaR taxa de juros	7,7	11,0	17,2	7,9
VaR renda variável	1,6	3,1	5,0	1,9
VaR taxa de câmbio	2,3	6,6	13,5	3,3
VaR spreads crédito	3,0	3,9	4,7	4,6
VaR commodities	—	—	—	—

(*) Atividade em mercados financeiros de Global Corporate Banking

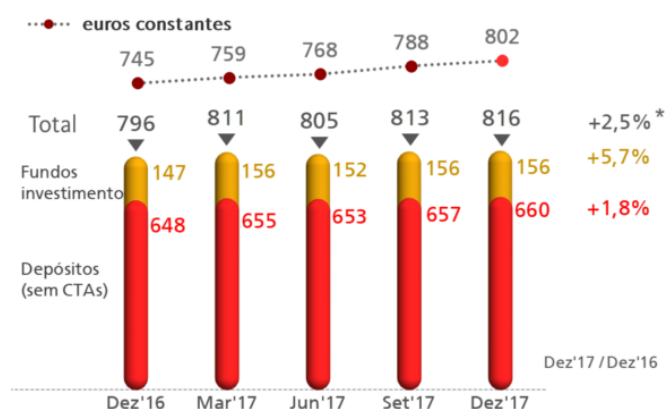
Recursos de clientes. Grupo consolidado

Milhões de euros

	31.12.17	31.12.16	Variação		31.12.15
			absoluta	%	
Depósitos à vista	486.716	467.261	19.455	4,2	443.096
Depósitos à prazo	173.046	181.089	(8.043)	(4,4)	202.666
Fundos de investimento	155.794	147.416	8.378	5,7	129.077
Depósitos sem operações compromissadas + Fundos de investimento	815.556	795.766	19.790	2,5	774.839
Fundos de pensão	11.566	11.298	268	2,4	11.376
Patrimônios administrados	24.203	23.793	410	1,7	25.808
Subtotal	851.326	830.858	20.468	2,5	812.023
Operações compromissadas	53.009	42.761	10.248	24,0	37.380
Recursos de clientes Grupo (Ex-Popular)	904.334	873.618	30.716	3,5	849.403
Popular	81.369				
Recursos de clientes Grupo	985.703	873.618	112.085	12,8	849.403

Recursos de clientes (Ex-Popular)

Bilhões de euros



(*) Sem efeito taxas de câmbio: +7,5%

Recursos de clientes

% sobre áreas operacionais. Dezembro 2017



(1) Inclui Popular (8%)

■ Fundos próprios computáveis (fully-loaded)*

Milhões de euros

	31.12.17	31.12.16	Variação absoluta	%	31.12.15
Capital	111.362	101.437	9.925	9,8	98.193
Lucro atribuído	6.619	6.204	415	6,7	5.966
Dividendos	(2.998)	(2.469)	(529)	21,4	(2.268)
Outras receitas retidas	(23.108)	(16.116)	(6.992)	43,4	(15.448)
Participação de acionistas não controladores	7.228	6.784	443	6,5	6.148
Ágio e intangíveis	(28.537)	(28.405)	(132)	0,5	(28.254)
Outras deduções	(5.004)	(5.368)	365	(6,8)	(5.633)
Core CET1	65.563	62.068	3.495	5,6	58.705
Participações preferenciais e outros computables T1	7.730	5.767	1.964	34,1	5.504
Tier 1	73.293	67.834	5.458	8,0	64.209
Fundos de insolvência genéricos e instrumentos T2	14.295	13.749	546	4,0	11.996
Fundos próprios computáveis	87.588	81.584	6.004	7,4	76.205
Ativos ponderados por risco	605.064	588.088	16.976	2,9	583.917
Índice de capital CET1	10,84	10,55	0,29		10,05
Índice de capital T1	12,11	11,53	0,58		11,00
Índice de capital total	14,48	13,87	0,61		13,05

(*) 31.12.17 inclui Popular

■ Fundos próprios computáveis. Dezembro 2017*

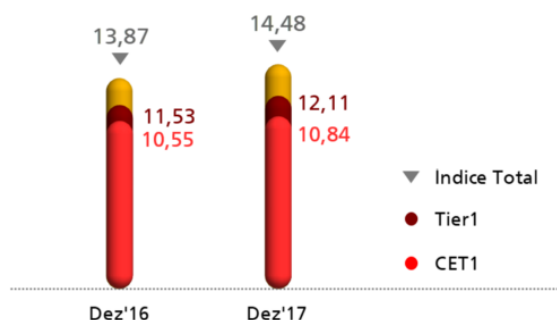
Milhões de euros

	Phased-in	Fully-loaded
CET1 (Capital Principal Nivel I)	74.173	65.563
Fundos próprios base	77.283	73.293
Fundos próprios computável	90.706	87.588
Ativos ponderados pelo risco	605.064	605.064
Índice de capital CET1	12,26	10,84
Índice de capital T1	12,77	12,11
Índice de capital total	14,99	14,48

(*) inclui Popular

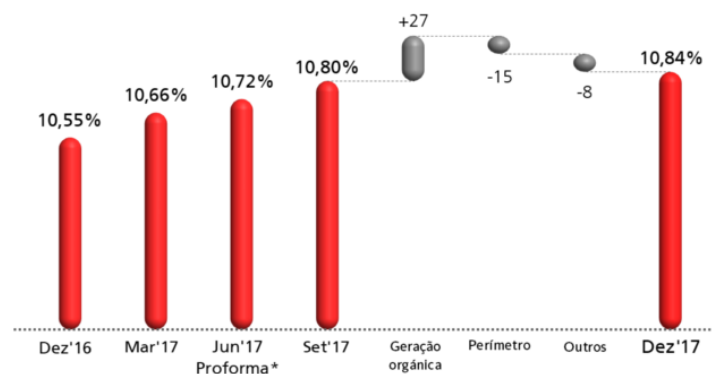
■ Índices de capital. Fully-loaded

%



■ CET1 fully loaded. Evolução

%



(*) Incluindo ampliação de capital de Julho 2017

A ação Santander. Dezembro 2017

Acionistas e contratação

Acionistas (número)	4.029.630
Ações (número)	16.136.153.582
Contratação efetiva média diária (nº de ações)	79.301.441
Liquidez da ação (em %) (Nº de ações contratadas no período / número de ações)	133

Cotação durante 2017

Máxima*	6,246
Mínima*	4,838
Fecho (29.12.17)	5,479
Valor de mercado (milhões) (29.12.17)	88.410

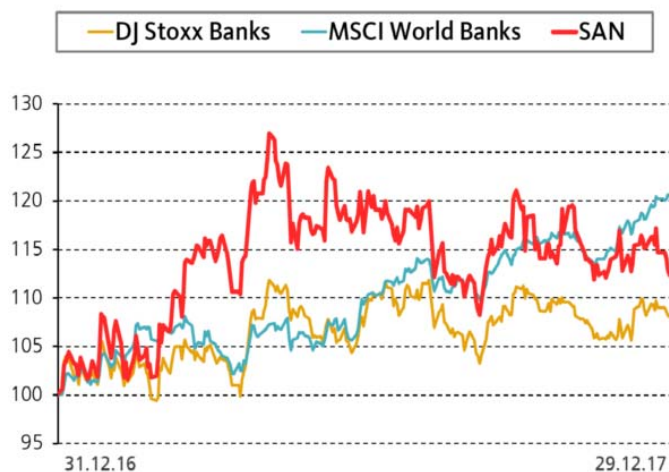
Indicadores na bolsa

Preço / Fundos próprios tangíveis por ação (vezes)	1,32
PER (cotação / LPA) (vezes)	13,56
Rentabilidade por dividendo (Yield)** (%)	3,92

(*) Dados ajustados a ampliação de capital realizado em julho de 2017

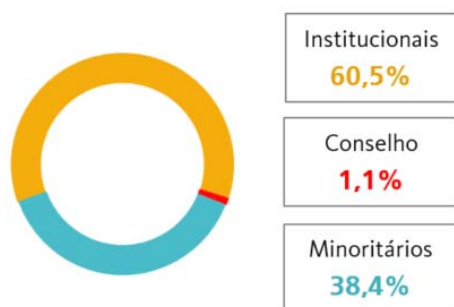
(**) Dividendo total com cargo ao exercício 2017 / cotação média 2017

Evolução comparada de cotações



Distribuição do capital social por tipo de acionista

%



Capital tangível por ação

Euros



(*) Ajustado a ampliação de capital realizado em julho de 2017

» DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS

No exercício de 2017, o Grupo Santander manteve os critérios gerais aplicados em 2016, bem como os segmentos de negócio com as seguintes exceções:

- No segundo trimestre de 2016, e para fins de comparação com o segundo trimestre de 2015, a contribuição ao FUR (Fundo Único de Resolução) no valor líquido de 120 milhões de euros, foi apresentada no item de "Líquido de ganhos e provisões", reclassificando-o a partir do item de "Outros resultados operacionais". Esta reclassificação foi retrocedida no quarto trimestre. Nas informações que apresentamos agora, e para facilitar a comparabilidade trimestral daqui por diante, a contribuição ao FUR é contabilizada no item de "Outros resultados operacionais". Esta modificação afeta a composição das contas do Grupo consolidado, Espanha, Santander Consumer Finance e Portugal, mas não o lucro atribuível.
- Alocação, às diferentes geografias e aos segmentos globais, dos ganhos e provisões não recorrentes que estavam sendo apresentados no Centro Corporativo. Essas mudanças correspondem ao segundo e/ou quarto trimestre de 2016 e afeta o lucro atribuível das unidades Espanha (-216 milhões de euros), Santander Consumer Finance (+25 milhões de euros), Polônia (+29 milhões de euros), Reino Unido (-30 milhões de euros), Estados Unidos (-32 milhões de euros) e o próprio Centro Corporativo (+231 milhões de euros). O lucro atribuível do total do Grupo não muda.
- Ajuste anual do perímetro do Modelo de Relação Global de clientes entre o Banco Comercial e o Global Corporate Banking. Esta alteração não causa impacto nos negócios por área geográfica.

A elaboração das demonstrações financeiras de cada unidade de negócio é feita a partir da união das unidades operacionais básicas existentes no Grupo. A informação de base corresponde tanto aos dados contábeis das unidades jurídicas que integram cada negócio como àquela disponível nos sistemas de informação de gestão. Em todos os casos, aplicam-se os mesmos princípios gerais utilizados no Grupo.

As áreas de negócio operacionais são apresentadas em dois níveis

- **Negócios geográficos.** Segmenta a atividade das unidades operacionais por áreas geográficas. Esta visão coincide com o primeiro nível de gestão do Grupo e reflete o posicionamento do Santander nas três áreas de influência monetária no mundo (euro, libra e dólar). Os segmentos incluídos são os seguintes:

 - **Europa continental.** Abrange todos os negócios realizados na região. Inclui informações financeiras detalhadas da Espanha, Portugal, Polónia e Santander Consumer Finance (que abrange todo o negócio na região, inclusive dos três países mencionados).
 - **Reino Unido.** Inclui os negócios desenvolvidos pelas diversas unidades e agências do Grupo nesta região.
 - **América Latina.** Reúne todas as atividades financeiras que o Grupo desenvolve por meio de seus bancos e sociedades subsidiárias na região. São detalhadas as contas do Brasil, México e Chile.
 - **E.U.A.** Inclui a entidade holding Santander Holding USA (SHUSA) e suas subsidiárias Santander Bank, Banco Santander Puerto Rico, Santander Consumer USA, Banco Santander International e Santander Investment Securities, bem como a agência do Santander em Nova York.
 - **Negócios globais.** A atividade das unidades operacionais é distribuída por tipo de negócio entre Banco Comercial, Santander Global Corporate Banking e a unidade Actividad Inmobiliaria España.
 - **Banco Comercial.** Abrange todos os negócios de banco de clientes, inclusive os de consumo, salvo os de banco corporativo que são administrados pelo SGCB. Foram incluídos também neste negócio os resultados das posições de cobertura realizadas em cada país, consideradas no âmbito da Comissão de Gestão de Ativos e Passivos de cada um deles.
 - **Santander Global Corporate Banking (SGCB).** Reflete os rendimentos resultantes dos negócios de banco corporativo global, banco de investimento e mercados em todo o mundo, incluídas as tesourarias com gestão global (sempre depois da respectiva distribuição com clientes de Banco Comercial), bem como o negócio de renda variável.

■ **Lucro líquido ordinário atribuível distribuição geográfica*. 2017**

Região	Porcentagem
Brasil	26%
Espanha ¹	15%
Reino Unido	16%
SCF	13%
Portugal	5%
Polónia	3%
EUA	4%
México	7%
Chile	6%
Argentina	4%
Outros América	1%

(1) Inclui Popular (3%)
 (*) Sobre áreas operacionais, sem incluir unidades de Atividade Imobiliária Espanha nem Centro Corporativo

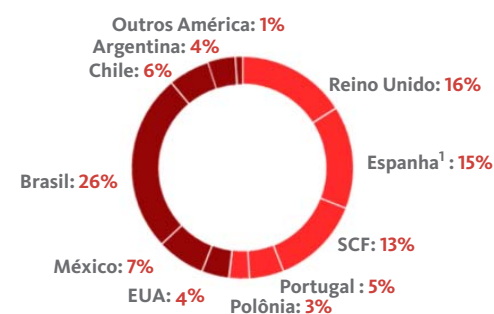
Temporariamente, o perímetro adquirido do Grupo Popular é apresentado separadamente.

Além dos negócios operacionais descritos, tanto por áreas geográficas como por negócios, o Grupo conta com um **Centro Corporativo** que abrange os negócios de gestão centralizada referentes a participações financeiras, a gestão financeira da posição estrutural de câmbio, considerada a partir do âmbito do Comitê de Gestão de Ativos e Passivos corporativo do Grupo, bem como a gestão da liquidez e dos recursos próprios através de emissões.

Como *holding* do Grupo, administra o total de capital e reservas, as alocações de capital e liquidez com o restante dos negócios. A parte de provisionamentos contempla provisões de natureza muito diversa e incorpora o deterioro de ágios. As despesas não incluem os gastos dos serviços centrais do Grupo que são atribuídos às áreas, à exceção dos gastos corporativos e institucionais relativos ao funcionamento do Grupo.

Os dados das diferentes unidades do Grupo relacionadas abaixo foram elaborados de acordo com os mesmos critérios utilizados para o Grupo, e podem não coincidir com aqueles publicados individualmente por cada entidade.

■ Lucro líquido ordinário atribuível
distribuição geográfica*. 2017



(1) Inclui Popular (3%)

(*) Sobre áreas operacionais, sem incluir unidades de Atividade Imobiliária Espanha nem Centro Corporativo

■ Margem líquida

Milhões de euros	4T'17	s/ 3T'17		2017	s/ 2016	
		%	% sem TC		%	% sem TC
Europa continental	1.506	(8,9)	(8,8)	6.338	5,2	4,9
dos quais: Espanha	528	(15,0)	(15,0)	2.434	5,3	5,3
Santander Consumer Finance	625	(3,9)	(3,5)	2.506	6,3	6,2
Polónia	218	4,5	3,9	814	10,8	8,1
Portugal	143	(14,9)	(14,9)	595	(4,0)	(4,0)
Reino Unido	623	(11,3)	(12,3)	2.855	0,2	7,4
América Latina	3.361	(2,4)	0,4	13.779	24,4	20,6
dos quais: Brasil	2.223	(3,3)	(0,5)	9.193	34,3	26,0
México	485	(9,6)	(3,5)	2.078	7,8	11,2
Chile	382	8,9	7,4	1.498	4,4	2,1
EUA	824	(4,3)	(4,2)	3.761	(13,2)	(11,6)
Áreas operacionais	6.314	(5,2)	(3,8)	26.734	10,1	9,7
Centro Corporativo	(359)	(14,3)	(14,3)	(1.696)	11,9	11,9
Total Grupo (Ex-Popular)	5.955	(4,6)	(3,1)	25.038	10,0	9,5
Popular	146			436		
Total Grupo	6.101	(5,9)	(4,5)	25.473	11,9	11,4

■ Lucro líquido atribuível à Controladora

Milhões de euros	4T'17	s/ 3T'17		2017	s/ 2016	
		%	% sem TC		%	% sem TC
Europa continental*	735	(2,0)	(1,9)	2.953	13,6	13,4
dos quais: Espanha*	265	(14,8)	(14,8)	1.180	15,4	15,4
Santander Consumer Finance*	311	0,6	1,0	1.254	14,7	14,6
Polónia*	81	6,7	6,1	300	10,4	7,7
Portugal	104	0,5	0,5	440	10,2	10,2
Reino Unido*	297	(21,2)	(22,0)	1.498	(10,9)	(4,4)
América Latina	1.114	4,2	6,7	4.284	26,5	24,0
dos quais: Brasil	642	(2,6)	0,2	2.544	42,5	33,7
México	178	(2,0)	4,1	710	12,9	16,5
Chile	146	2,3	1,2	586	14,1	11,7
EUA*	71	(24,4)	(23,5)	408	3,2	5,2
Áreas operacionais*	2.217	(3,2)	(2,1)	9.143	13,4	14,1
Centro Corporativo*	(378)	(21,3)	(21,3)	(1.889)	31,3	31,3
Total Grupo (Ex-Popular)*	1.839	1,7	2,9	7.253	9,5	10,3
Popular*	85			263		
Total Grupo*	1.924	(2,7)	(1,4)	7.516	13,5	14,3
Líquido de ganhos e saneamentos	(382)	(25,7)	(25,7)	(897)	115,2	117,0
Total Grupo	1.542	5,5	6,9	6.619	6,7	7,4

(*) Em unidades, lucro líquido ordinário atribuível (não inclui líquido de ganhos e saneamentos)

■ Créditos brutos a clientes sin ATAs

Milhões de euros	4T'17	s/ 3T'17		2017	s/ 2016	
		%	% sem TC		%	% sem TC
Europa continental	307.340	1,1	1,0	307.340	1,6	1,6
dos quais: Espanha	148.585	(0,2)	(0,2)	148.585	(1,6)	(1,6)
Santander Consumer Finance	92.431	3,9	4,4	92.431	5,3	6,2
Polónia	22.974	3,4	0,3	22.974	11,0	5,1
Portugal	31.296	0,3	0,3	31.296	7,8	7,8
Reino Unido	235.783	0,0	0,7	235.783	(2,8)	0,8
América Latina	151.542	(2,1)	2,3	151.542	(4,8)	6,7
dos quais: Brasil	74.341	(1,7)	3,8	74.341	(7,4)	7,2
México	26.962	(8,1)	1,3	26.962	(3,8)	4,6
Chile	38.249	2,6	0,2	38.249	(1,4)	2,7
EUA	75.389	(1,7)	(0,2)	75.389	(15,9)	(4,3)
Áreas operacionais	770.054	(0,2)	1,0	770.054	(3,0)	1,7
Total Grupo (Ex-Popular)	774.443	(0,4)	0,8	774.443	(3,0)	1,7
Popular	79.533	(0,0)	(0,0)	79.533		
Total Grupo	853.976	(0,4)	0,7	853.976	7,0	12,1

■ Recursos (depósitos de clientes sem repos + fundos de investimento)

Milhões de euros	4T'17	s/ 3T'17		2017	s/ 2016	
		%	% sem TC		%	% sem TC
Europa continental	352.726	3,3	3,1	352.726	9,3	9,0
dos quais: Espanha	251.196	4,6	4,6	251.196	11,7	11,7
Santander Consumer Finance	35.398	(1,1)	(0,6)	35.398	1,0	1,7
Polónia	27.803	3,6	0,6	27.803	7,4	1,7
Portugal	32.213	0,6	0,6	32.213	2,5	2,5
Reino Unido	210.305	1,2	1,8	210.305	(0,1)	3,5
América Latina	193.264	(4,6)	0,3	193.264	3,1	16,4
dos quais: Brasil	106.959	(5,4)	(0,1)	106.959	7,2	24,2
México	35.548	(8,0)	1,4	35.548	(2,4)	6,0
Chile	33.104	(0,3)	(2,7)	33.104	(4,2)	(0,2)
EUA	59.329	(2,6)	(1,1)	59.329	(20,0)	(9,0)
Áreas operacionais	815.624	0,3	1,8	815.624	2,6	7,6
Total Grupo (Ex-Popular)	815.849	0,3	1,8	815.849	2,5	7,5
Popular	74.286	(6,3)	(6,3)	74.286		
Total Grupo	890.135	(0,2)	1,1	890.135	11,9	17,3

Europa continental (Ex-Popular) (Milhões de euros)

Resultados	4T'17	s/ 3T'17		2017	s/ 2016	
		%	% sem TC		%	% sem TC
Margem de juros	2.066	(0,5)	(0,3)	8.267	1,3	1,0
Comissões líquidas	1.003	3,5	3,4	3.882	11,0	10,7
Resultados líquidos de operações financeiras	157	(10,1)	(10,2)	625	(23,5)	(23,7)
Outras receitas	49	(55,8)	(55,7)	379	14,6	15,4
Margem bruta	3.275	(1,6)	(1,6)	13.154	2,7	2,5
Despesas totais	(1.769)	5,4	5,5	(6.815)	0,5	0,3
Despesas administrativas	(1.646)	5,4	5,5	(6.343)	0,0	(0,2)
Despesas de pessoal	(837)	3,4	3,5	(3.277)	0,6	0,4
Outras despesas administrativas	(808)	7,6	7,7	(3.066)	(0,6)	(0,8)
Amortização de ativos tangíveis e intangíveis	(123)	5,4	5,5	(472)	7,7	7,3
Margem líquida	1.506	(8,9)	(8,8)	6.338	5,2	4,9
Provisões para perdas com créditos	(221)	(15,4)	(15,4)	(995)	(25,9)	(26,1)
Outros resultados e provisões	(119)	(36,3)	(36,3)	(726)	8,2	7,9
Resultado ordinário antes dos impostos sobre o lucro	1.166	(3,2)	(3,1)	4.617	15,1	14,7
Imposto de renda	(331)	(6,4)	(6,3)	(1.283)	18,4	18,1
Lucro líquido ordinário das operações continuadas	835	(1,9)	(1,8)	3.334	13,9	13,5
Resultado de operações descontinuadas (líquida)	—	—	—	—	—	—
Lucro líquido ordinário do período	835	(1,9)	(1,8)	3.334	13,9	13,5
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	100	(1,2)	(1,3)	381	15,5	14,4
Lucro líquido ordinário atribuível à Controladora	735	(2,0)	(1,9)	2.953	13,6	13,4
Líquido de ganhos e saneamentos*	(0)	(99,7)	(99,7)	(85)	(49,5)	(49,3)
Lucro líquido atribuível à Controladora	735	10,5	10,6	2.868	18,0	17,7

(*) No ano 2017, custos de integração na Alemanha. No ano 2016, ganho da venda participação VISA Europe.

Balanço

Crédito a clientes	307.339	1,4	1,3	307.339	3,4	3,5
Caixa, bancos centrais e entidades de crédito	114.658	0,9	0,9	114.658	48,5	49,0
Instrumentos de dívida	82.893	2,5	2,3	82.893	2,8	2,5
dos quais: disponíveis para venda	56.820	0,9	0,6	56.820	4,3	3,9
Outros ativos financeiros	38.234	3,4	3,4	38.234	(6,0)	(6,0)
Outros ativos	26.300	1,5	1,5	26.300	8,0	8,6
Total ativo	569.424	1,6	1,5	569.424	9,5	9,6
Depósitos de clientes	289.605	2,6	2,4	289.605	7,3	7,0
Bancos centrais e entidades de crédito	135.901	1,0	1,1	135.901	29,2	30,2
Obrigação por emissão de títulos	50.704	3,7	4,1	50.704	(4,4)	(4,0)
Outros passivos financeiros	43.558	(6,9)	(7,0)	43.558	(11,2)	(11,2)
Outros passivos	13.713	6,1	6,0	13.713	45,1	44,7
Total passivo	533.480	1,5	1,5	533.480	9,6	9,7
Patrimônio líquido total	35.944	1,7	1,6	35.944	7,3	7,4
Outros recursos de clientes sob gestão e comercializados	85.557	5,0	4,8	85.557	16,2	16,1
Fundos de investimento	64.401	5,8	5,6	64.401	19,2	18,9
Fundos de pensão	11.566	1,9	1,9	11.566	2,4	2,4
Patrimônios administrados	9.590	3,5	3,6	9.590	15,3	16,8

Promemória:

Créditos sem operações compromissadas	307.340	1,1	1,0	307.340	1,6	1,6
Recursos (dep. de clientes sem oper. compromis. + f. de investimento)	352.726	3,3	3,1	352.726	9,3	9,0

Indicadores (%) e outras informações

RoTE ordinário	9,53	(0,33)	9,83	1,32
Eficiência (com amortizações)	54,0	3,6	51,8	(1,1)
Índice de inadimplência	4,50	(0,45)	4,50	(1,42)
Índice de cobertura	58,0	(0,1)	58,0	(2,0)
Número de funcionários	56.640	(0,1)	56.640	(1,1)
Número de agências	4.538	(1,2)	4.538	(5,6)

■ Espanha (Ex-Popular) (Milhões de euros)

Resultados	4T'17	% s/ 3T'17	2017	% s/ 2016
Margem de juros	686	(5,5)	2.909	(5,5)
Comissões líquidas	562	10,3	2.067	16,1
Resultados líquidos de operações financeiras	121	0,9	429	(28,0)
Outras receitas	(0)	—	289	87,0
Margem bruta	1.368	(4,7)	5.694	1,5
Despesas totais	(841)	3,2	(3.259)	(1,1)
Despesas administrativas	(792)	2,7	(3.080)	(2,4)
Despesas de pessoal	(398)	(0,7)	(1.597)	(2,1)
Outras despesas administrativas	(394)	6,4	(1.482)	(2,7)
Amortização de ativos tangíveis e intangíveis	(49)	11,3	(180)	28,1
Margem líquida	528	(15,0)	2.434	5,3
Provisões para perdas com créditos	(110)	5,8	(513)	(12,3)
Outros resultados e provisões	(23)	(59,2)	(207)	(22,6)
Resultado ordinário antes dos impostos sobre o lucro	395	(14,3)	1.714	17,5
Imposto de renda	(128)	(12,0)	(518)	24,4
Lucro líquido ordinário das operações continuadas	267	(15,4)	1.197	14,7
Resultado de operações descontinuadas (líquida)	—	—	—	—
Lucro líquido ordinário do período	267	(15,4)	1.197	14,7
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	2	(57,4)	17	(18,2)
Lucro líquido ordinário atribuível à Controladora	265	(14,8)	1.180	15,4
Líquido de ganhos e saneamentos*	—	—	—	(100,0)
Lucro líquido atribuível à Controladora	265	(14,8)	1.180	46,4

(*) No ano 2016, ganho da venda participação VISA Europe e custos de reestruturação.

Balanço

Crédito a clientes	153.632	(0,0)	153.632	0,5
Caixa, bancos centrais e entidades de crédito	89.585	6,6	89.585	65,3
Instrumentos de dívida	61.836	2,5	61.836	6,5
dos quais: disponíveis para venda	42.780	0,5	42.780	10,5
Outros ativos financeiros	35.391	3,7	35.391	(6,2)
Outros ativos	10.354	(0,0)	10.354	9,3
Total ativo	350.798	2,4	350.798	12,3
Depósitos de clientes	193.639	3,9	193.639	9,5
Bancos centrais e entidades de crédito	79.146	4,3	79.146	52,0
Obrigação por emissão de títulos	16.713	1,8	16.713	(19,9)
Outros passivos financeiros	41.168	(7,8)	41.168	(12,3)
Outros passivos	7.883	12,0	7.883	88,3
Total passivo	338.549	2,5	338.549	12,5
Patrimônio líquido total	12.249	1,5	12.249	6,5
Outros recursos de clientes sob gestão e comercializados	77.221	4,9	77.221	15,9
Fundos de investimento	58.438	5,7	58.438	18,4
Fundos de pensão	10.563	1,5	10.563	2,0
Patrimônios administrados	8.221	3,3	8.221	18,6

Promemória:

Créditos sem operações compromissadas	148.585	(0,2)	148.585	(1,6)
Recursos (dep. de clientes sem oper. compromis. + f. de investimento)	251.196	4,6	251.196	11,7

Indicadores (%) e outras informações

RoTE ordinário	8,83	(1,70)	10,11	1,22
Eficiência (com amortizações)	61,4	4,7	57,2	(1,5)
Índice de inadimplência	4,72	(0,27)	4,72	(0,69)
Índice de cobertura	45,9	0,7	45,9	(2,4)
Número de funcionários	22.916	0,1	22.916	(0,4)
Número de agências	2.843	(0,5)	2.843	(2,3)

Santander Consumer Finance (Milhões de euros)

Resultados	4T'17	s/ 3T'17		2017	s/ 2016	
		%	% sem TC		%	% sem TC
Margem de juros	906	0,9	1,3	3.571	5,3	5,2
Comissões líquidas	204	(8,7)	(8,6)	878	1,9	1,8
Resultados líquidos de operações financeiras	3	—	—	3	—	—
Outras receitas	19	29,2	27,4	32	41,0	45,8
Margem bruta	1.132	(0,3)	0,1	4.484	5,2	5,1
Despesas totais	(506)	4,6	4,9	(1.978)	3,9	3,8
Despesas administrativas	(461)	4,9	5,2	(1.798)	4,6	4,5
Despesas de pessoal	(220)	7,3	7,6	(848)	4,7	4,6
Outras despesas administrativas	(240)	2,8	3,1	(951)	4,5	4,4
Amortização de ativos tangíveis e intangíveis	(46)	1,5	1,9	(180)	(3,0)	(3,1)
Margem líquida	625	(3,9)	(3,5)	2.506	6,3	6,2
Provisões para perdas com créditos	(58)	(34,9)	(34,7)	(266)	(31,4)	(31,5)
Outros resultados e provisões	(55)	85,1	85,1	(157)	(6,4)	(6,5)
Resultado ordinário antes dos impostos sobre o lucro	512	(3,6)	(3,3)	2.083	15,5	15,4
Imposto de renda	(138)	(13,9)	(13,5)	(588)	12,9	12,8
Lucro líquido ordinário das operações continuadas	373	0,8	1,1	1.495	16,6	16,5
Resultado de operações descontinuadas (líquida)	—	—	—	—	—	—
Lucro líquido ordinário do período	373	0,8	1,1	1.495	16,6	16,5
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	62	1,9	1,8	241	27,9	27,5
Lucro líquido ordinário atribuível à Controladora	311	0,6	1,0	1.254	14,7	14,6
Líquido de ganhos e saneamentos*	(0)	(99,7)	(99,7)	(85)	—	—
Lucro líquido atribuível à Controladora	311	38,6	39,1	1.168	4,5	4,4

(*) No ano 2017, custos de integração na Alemanha. No ano 2016, ganho da venda participação VISA Europe.

Balanço

Crédito a clientes	90.091	4,0	4,6	90.091	5,8	6,7
Caixa, bancos centrais e entidades de crédito	4.895	(8,4)	(7,6)	4.895	(31,5)	(30,3)
Instrumentos de dívida	3.220	(10,5)	(10,4)	3.220	(18,0)	(17,1)
dos quais: disponíveis para venda	3.220	(9,1)	(8,9)	3.220	(15,8)	(14,9)
Outros ativos financeiros	22	(8,0)	(7,5)	22	(43,5)	(41,8)
Outros ativos	3.508	(0,5)	(0,3)	3.508	5,2	5,7
Total ativo	101.735	2,7	3,2	101.735	2,1	3,0
Depósitos de clientes	35.443	(1,1)	(0,6)	35.443	1,1	1,8
Bancos centrais e entidades de crédito	23.342	6,5	6,9	23.342	(0,1)	0,9
Obrigação por emissão de títulos	28.694	5,4	6,0	28.694	2,9	4,0
Outros passivos financeiros	996	11,3	11,2	996	14,5	14,4
Outros passivos	3.637	(3,8)	(3,6)	3.637	10,9	11,3
Total passivo	92.112	2,7	3,2	92.112	1,8	2,7
Patrimônio líquido total	9.623	2,0	2,7	9.623	5,1	6,3
Outros recursos de clientes sob gestão e comercializados	8	2,6	2,6	8	4,9	4,9
Fundos de investimento	2	(0,5)	(0,5)	2	(13,4)	(13,4)
Fundos de pensão	6	3,3	3,3	6	10,6	10,6
Patrimônios administrados	—	—	—	—	—	—

Promemória:

Créditos sem operações compromissadas	92.431	3,9	4,4	92.431	5,3	6,2
Recursos (dep. de clientes sem oper. compromis. + f. de investimento)	35.398	(1,1)	(0,6)	35.398	1,0	1,7

Indicadores (%) e outras informações

RoTE ordinário	15,72	(0,25)	16,44	1,60
Eficiência (com amortizações)	44,7	2,1	44,1	(0,6)
Índice de inadimplência	2,50	(0,10)	2,50	(0,18)
Índice de cobertura	101,4	(2,9)	101,4	(7,7)
Número de funcionários	15.131	0,6	15.131	1,4
Número de agências	546	(0,5)	546	(3,7)

Polônia (Milhões de euros)

Resultados	4T'17	s/ 3T'17		2017	s/ 2016	
		%	% sem TC		%	% sem TC
Margem de juros	243	3,2	2,6	928	11,4	8,6
Comissões líquidas	116	1,9	1,3	443	10,8	8,1
Resultados líquidos de operações financeiras	13	(1,3)	(1,9)	52	(38,2)	(39,7)
Outras receitas	5	—	—	(3)	39,8	36,4
Margem bruta	378	5,5	4,9	1.419	8,0	5,4
Despesas totais	(160)	6,8	6,2	(605)	4,5	1,9
Despesas administrativas	(145)	7,9	7,3	(548)	5,1	2,5
Despesas de pessoal	(82)	2,8	2,2	(319)	5,4	2,9
Outras despesas administrativas	(63)	15,4	14,8	(229)	4,6	2,0
Amortização de ativos tangíveis e intangíveis	(14)	(3,2)	(3,8)	(58)	(0,8)	(3,2)
Margem líquida	218	4,5	3,9	814	10,8	8,1
Provisões para perdas com créditos	(40)	11,0	10,4	(137)	(5,2)	(7,5)
Outros resultados e provisões	(19)	(33,6)	(34,2)	(96)	16,8	13,9
Resultado ordinário antes dos impostos sobre o lucro	159	10,3	9,7	581	14,3	11,6
Imposto de renda	(43)	26,6	26,0	(148)	22,7	19,8
Lucro líquido ordinário das operações continuadas	116	5,3	4,7	432	11,7	9,0
Resultado de operações descontinuadas (líquida)	—	—	—	—	—	—
Lucro líquido ordinário do período	116	5,3	4,7	432	11,7	9,0
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	35	2,1	1,5	132	14,8	12,1
Lucro líquido ordinário atribuível à Controladora	81	6,7	6,1	300	10,4	7,7
Líquido de ganhos e saneamentos*	—	—	—	—	(100,0)	(100,0)
Lucro líquido atribuível à Controladora	81	6,7	6,1	300	(0,4)	(2,8)

(*) No 2016, ganho da venda participação VISA Europe e custos de reestruturação.

Balanço

Crédito a clientes	22.220	3,4	0,4	22.220	11,2	5,3
Caixa, bancos centrais e entidades de crédito	1.661	(10,0)	(12,6)	1.661	(17,8)	(22,2)
Instrumentos de dívida	6.786	14,0	10,6	6.786	7,7	2,0
dos quais: disponíveis para venda	5.959	7,6	4,5	5.959	3,2	(2,3)
Outros ativos financeiros	491	(14,5)	(17,0)	491	(8,5)	(13,3)
Outros ativos	1.014	10,4	7,1	1.014	7,8	2,1
Total ativo	32.171	4,5	1,4	32.171	8,0	2,3
Depósitos de clientes	24.255	4,7	1,6	24.255	6,5	0,8
Bancos centrais e entidades de crédito	952	(2,6)	(5,5)	952	15,5	9,4
Obrigação por emissão de títulos	821	16,6	13,2	821	62,8	54,2
Outros passivos financeiros	523	(2,4)	(5,3)	523	2,3	(3,1)
Outros passivos	684	(4,9)	(7,7)	684	(25,4)	(29,3)
Total passivo	27.235	4,3	1,3	27.235	6,7	1,0
Patrimônio líquido total	4.936	5,6	2,5	4.936	16,4	10,2
Outros recursos de clientes sob gestão e comercializados	4.007	5,6	2,5	4.007	25,2	18,5
Fundos de investimento	3.900	5,4	2,3	3.900	25,1	18,5
Fundos de pensão	—	—	—	—	—	—
Patrimônios administrados	108	12,7	9,4	108	28,4	21,7

Promemória:

Créditos sem operações compromissadas	22.974	3,4	0,3	22.974	11,0	5,1
Recursos (dep. de clientes sem oper. compromis. + f. de investimento)	27.803	3,6	0,6	27.803	7,4	1,7

Indicadores (%) e outras informações

RoTE ordinário	11,95	0,32	11,56	(0,00)
Eficiência (com amortizações)	42,2	0,5	42,6	(1,4)
Índice de inadimplência	4,57	(0,13)	4,57	(0,85)
Índice de cobertura	68,2	0,6	68,2	7,2
Número de funcionários	11.572	(1,0)	11.572	(3,6)
Número de agências	576	(2,7)	576	(12,5)

Portugal (Ex-Popular) (Milhões de euros)

Resultados	4T'17	% s/ 3T'17	2017	% s/ 2016
Margem de juros	181	2,0	697	(4,9)
Comissões líquidas	84	(0,2)	341	8,7
Resultados líquidos de operações financeiras	8	(75,8)	84	(25,4)
Outras receitas	8	(27,9)	24	(53,2)
Margem bruta	281	(7,8)	1.145	(5,3)
Despesas totais	(138)	0,9	(550)	(6,7)
Despesas administrativas	(128)	0,8	(512)	(7,1)
Despesas de pessoal	(80)	(1,6)	(326)	(3,9)
Outras despesas administrativas	(49)	5,1	(186)	(12,3)
Amortização de ativos tangíveis e intangíveis	(9)	1,9	(38)	0,3
Margem líquida	143	(14,9)	595	(4,0)
Provisões para perdas com créditos	12	—	12	—
Outros resultados e provisões	(1)	(87,3)	(35)	3,0
Resultado ordinário antes dos impostos sobre o lucro	155	8,8	573	7,5
Imposto de renda	(50)	31,3	(130)	(0,4)
Lucro líquido ordinário das operações continuadas	105	0,6	442	10,1
Resultado de operações descontinuadas (líquida)	—	—	—	—
Lucro líquido ordinário do período	105	0,6	442	10,1
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	1	25,0	2	(5,0)
Lucro líquido ordinário atribuível à Controladora	104	0,5	440	10,2
Líquido de ganhos e saneamentos	—	—	—	—
Lucro líquido atribuível à Controladora	104	0,5	440	10,2

Balanço

Crédito a clientes	30.210	1,2	30.210	10,5
Caixa, bancos centrais e entidades de crédito	4.517	(9,3)	4.517	83,7
Instrumentos de dívida	10.018	(0,5)	10.018	(13,8)
dos quais: disponíveis para venda	4.066	3,4	4.066	(28,5)
Outros ativos financeiros	1.602	0,1	1.602	(3,9)
Outros ativos	1.855	4,2	1.855	6,4
Total ativo	48.202	(0,2)	48.202	7,5
Depósitos de clientes	30.269	0,2	30.269	0,9
Bancos centrais e entidades de crédito	8.452	(3,0)	8.452	25,4
Obrigações por emissão de títulos	4.477	(0,4)	4.477	17,7
Outros passivos financeiros	327	3,6	327	(6,2)
Outros passivos	1.008	13,8	1.008	70,9
Total passivo	44.534	(0,2)	44.534	7,3
Patrimônio líquido total	3.668	0,5	3.668	10,1
Outros recursos de clientes sob gestão e comercializados	3.423	7,0	3.423	23,6
Fundos de investimento	1.944	8,3	1.944	35,4
Fundos de pensão	998	5,7	998	6,9
Patrimônios administrados	482	4,4	482	19,9

Promemória:

Créditos sem operações compromissadas	31.296	0,3	31.296	7,8
Recursos (dep. de clientes sem oper. compromis. + f. de investimento)	32.213	0,6	32.213	2,5

Indicadores (%) e outras informações

RoTE ordinário	11,32	(0,47)	12,70	(0,34)
Eficiência (com amortizações)	49,0	4,2	48,0	(0,7)
Índice de inadimplência	5,71	(1,22)	5,71	(3,10)
Índice de cobertura	59,1	(1,3)	59,1	(4,6)
Número de funcionários	5.895	(2,1)	5.895	(6,5)
Número de agências	563	(4,1)	563	(14,3)

Reino Unido (Milhões de euros)

Resultados	4T'17	s/ 3T'17		2017	s/ 2016	
		%	% sem TC		%	% sem TC
Margem de juros	1.048	(2,2)	(3,3)	4.363	(0,9)	6,2
Comissões líquidas	243	(1,1)	(2,3)	1.003	(2,8)	4,3
Resultados líquidos de operações financeiras	30	(51,9)	(52,1)	282	(11,5)	(5,1)
Outras receitas	23	33,0	31,7	68	11,1	19,2
Margem bruta	1.344	(3,8)	(4,9)	5.716	(1,7)	5,4
Despesas totais	(721)	3,9	2,6	(2.861)	(3,6)	3,4
Despesas administrativas	(626)	2,9	1,6	(2.513)	(5,4)	1,5
Despesas de pessoal	(339)	2,3	1,1	(1.358)	(4,3)	2,6
Outras despesas administrativas	(287)	3,6	2,3	(1.156)	(6,6)	0,1
Amortização de ativos tangíveis e intangíveis	(95)	10,5	9,2	(348)	11,9	20,0
Margem líquida	623	(11,3)	(12,3)	2.855	0,2	7,4
Provisões para perdas com créditos	(81)	22,6	22,4	(205)	251,3	276,7
Outros resultados e provisões	(101)	13,5	10,9	(466)	37,5	47,4
Resultado ordinário antes dos impostos sobre o lucro	441	(19,5)	(20,2)	2.184	(10,9)	(4,5)
Imposto de renda	(137)	(16,8)	(17,7)	(662)	(10,1)	(3,6)
Lucro líquido ordinário das operações continuadas	304	(20,6)	(21,4)	1.523	(11,3)	(4,8)
Resultado de operações descontinuadas (líquida)	—	—	—	—	—	—
Lucro líquido ordinário do período	304	(20,6)	(21,4)	1.523	(11,3)	(4,8)
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	7	23,3	21,2	25	(30,3)	(25,3)
Lucro líquido ordinário atribuível à Controladora	297	(21,2)	(22,0)	1.498	(10,9)	(4,4)
Líquido de ganhos e saneamentos*	—	—	—	—	(100,0)	(100,0)
Lucro líquido atribuível à Controladora	297	(21,2)	(22,0)	1.498	(9,2)	(2,7)

(*) No 2016, ganho da venda participação VISA Europe, custos de reestruturação e constituição de um fundo para cobrir eventuais reclamações relacionadas a produtos de seguros de proteção de pagamentos (PPI).

Balanço

Crédito a clientes	243.617	(1,3)	(0,7)	243.617	(3,0)	0,5
Caixa, bancos centrais e entidades de crédito	56.762	7,5	8,2	56.762	54,9	60,5
Instrumentos de dívida	26.188	1,1	1,8	26.188	(6,6)	(3,2)
dos quais: disponíveis para venda	9.887	(4,8)	(4,2)	9.887	(19,0)	(16,1)
Outros ativos financeiros	24.690	7,1	7,8	24.690	(7,9)	(4,6)
Outros ativos	9.974	(2,5)	(1,9)	9.974	(18,3)	(15,3)
Total ativo	361.230	0,7	1,3	361.230	1,8	5,5
Depósitos de clientes	230.504	1,4	2,0	230.504	8,7	12,6
Bancos centrais e entidades de crédito	27.833	(0,3)	0,3	27.833	28,9	33,6
Obrigação por emissão de títulos	61.112	0,5	1,2	61.112	(14,1)	(10,9)
Outros passivos financeiros	21.167	(3,7)	(3,1)	21.167	(24,2)	(21,4)
Outros passivos	4.310	2,7	3,4	4.310	(17,4)	(14,5)
Total passivo	344.926	0,8	1,4	344.926	2,1	5,8
Patrimônio líquido total	16.304	(2,2)	(1,6)	16.304	(4,2)	(0,7)
Outros recursos de clientes sob gestão e comercializados	8.657	2,2	2,8	8.657	1,1	4,7
Fundos de investimento	8.543	2,2	2,8	8.543	1,1	4,8
Fundos de pensão	—	—	—	—	—	—
Patrimônios administrados	114	(0,4)	0,2	114	(2,8)	0,7

Promemória:

Créditos sem operações compromissadas	235.783	0,0	0,7	235.783	(2,8)	0,8
Recursos (dep. de clientes sem oper. compromis. + f. de investimento)	210.305	1,2	1,8	210.305	(0,1)	3,5

Indicadores (%) e outras informações

RoTE ordinário	8,22	(2,37)	10,26	(0,30)
Eficiência (com amortizações)	53,6	3,9	50,1	(1,0)
Índice de inadimplência	1,33	0,01	1,33	(0,08)
Índice de cobertura	32,0	0,5	32,0	(0,9)
Número de funcionários	25.971	1,0	25.971	1,1
Número de agências	808	(1,5)	808	(4,3)

Latinoamérica (Milhões de euros)

Resultados	4T'17	s/ 3T'17		2017	s/ 2016	
		%	% sem TC		%	% sem TC
Margem de juros	4.005	0,6	3,4	15.944	19,5	15,8
Comissões líquidas	1.368	3,2	5,8	5.490	19,8	16,7
Resultados líquidos de operações financeiras	202	(20,1)	(17,2)	1.012	25,5	26,5
Outras receitas	(26)	—	—	27	(14,4)	(27,6)
Margem bruta	5.550	(0,7)	2,0	22.473	19,8	16,4
Despesas totais	(2.189)	2,0	4,6	(8.694)	13,0	10,3
Despesas administrativas	(1.984)	1,9	4,5	(7.877)	12,4	9,7
Despesas de pessoal	(1.104)	2,5	5,0	(4.366)	12,4	9,5
Outras despesas administrativas	(880)	1,3	4,0	(3.511)	12,5	10,0
Amortização de ativos tangíveis e intangíveis	(205)	2,6	5,2	(817)	19,3	15,8
Margem líquida	3.361	(2,4)	0,4	13.779	24,4	20,6
Provisões para perdas com créditos	(1.165)	(5,1)	(2,1)	(4.973)	1,3	(2,6)
Outros resultados e provisões	(243)	(24,3)	(20,9)	(1.329)	69,3	60,6
Resultado ordinário antes dos impostos sobre o lucro	1.953	3,2	5,7	7.477	39,1	36,2
Imposto de renda	(623)	0,5	3,2	(2.380)	74,6	70,8
Lucro líquido ordinário das operações continuadas	1.330	4,5	6,9	5.097	27,0	24,5
Resultado de operações descontinuadas (líquida)	—	—	—	—	—	—
Lucro líquido ordinário do período	1.330	4,5	6,9	5.097	27,0	24,5
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	216	5,7	7,9	814	29,5	26,9
Lucro líquido ordinário atribuível à Controladora	1.114	4,2	6,7	4.284	26,5	24,0
Líquido de ganhos e saneamentos	—	—	—	—	—	—
Lucro líquido atribuível à Controladora	1.114	4,2	6,7	4.284	26,5	24,0

Balanço

Crédito a clientes	146.133	(2,1)	2,2	146.133	(4,0)	7,6
Caixa, bancos centrais e entidades de crédito	55.934	0,2	5,9	55.934	(17,0)	(5,3)
Instrumentos de dívida	57.364	(7,7)	(2,1)	57.364	(9,4)	2,5
dos quais: disponíveis para venda	32.475	(8,9)	(3,6)	32.475	11,1	24,5
Outros ativos financeiros	14.226	0,1	6,2	14.226	(23,9)	(15,4)
Outros ativos	17.160	(3,2)	2,1	17.160	(10,5)	2,0
Total ativo	290.818	(2,8)	2,2	290.818	(9,3)	2,2
Depósitos de clientes	141.543	(3,4)	1,5	141.543	(1,5)	11,2
Bancos centrais e entidades de crédito	39.212	(4,1)	1,3	39.212	(17,6)	(7,6)
Obrigação por emissão de títulos	34.434	(1,7)	2,4	34.434	(27,4)	(18,5)
Outros passivos financeiros	36.084	1,3	7,1	36.084	(12,8)	(1,4)
Outros passivos	10.994	(3,5)	1,7	10.994	(2,6)	10,3
Total passivo	262.267	(2,7)	2,3	262.267	(10,0)	1,4
Patrimônio líquido total	28.550	(3,8)	1,0	28.550	(2,6)	10,1

Outros recursos de clientes sob gestão e comercializados	80.779	(5,6)	(0,7)	80.779	(0,9)	12,7
Fundos de investimento	74.482	(5,5)	(0,4)	74.482	(0,7)	13,1
Fundos de pensão	—	—	—	—	—	—
Patrimônios administrados	6.297	(6,1)	(3,9)	6.297	(2,8)	7,7

Promemória:

Créditos sem operações compromissadas	151.542	(2,1)	2,3	151.542	(4,8)	6,7
Recursos (dep. de clientes sem oper. compromis. + f. de investimento)	193.264	(4,6)	0,3	193.264	3,1	16,4

Indicadores (%) e outras informações

RoTE ordinário	18,80	0,66		18,04	2,48
Eficiência (com amortizações)	39,4	1,0		38,7	(2,3)
Índice de inadimplência	4,50	0,05		4,50	(0,31)
Índice de cobertura	84,8	(5,1)		84,8	(2,5)
Número de funcionários	88.713	1,3		88.713	2,8
Número de agências	5.891	1,3		5.891	1,3

Brasil (Milhões de euros)

Resultados	4T'17	s/ 3T'17		2017	s/ 2016	
		%	% sem TC		%	% sem TC
Margem de juros	2.530	0,3	2,9	10.078	25,0	17,3
Comissões líquidas	929	7,0	9,3	3.640	23,8	16,2
Resultados líquidos de operações financeiras	75	(31,7)	(28,0)	510	114,2	100,9
Outras receitas	(22)	—	—	46	(42,6)	(46,2)
Margem bruta	3.512	(0,8)	1,8	14.273	26,1	18,3
Despesas totais	(1.289)	3,6	6,1	(5.080)	13,5	6,5
Despesas administrativas	(1.165)	4,0	6,5	(4.571)	13,0	6,0
Despesas de pessoal	(635)	0,4	3,0	(2.565)	13,9	6,8
Outras despesas administrativas	(530)	8,7	11,1	(2.006)	11,9	4,9
Amortização de ativos tangíveis e intangíveis	(124)	(0,1)	2,5	(509)	18,7	11,4
Margem líquida	2.223	(3,3)	(0,5)	9.193	34,3	26,0
Provisões para perdas com créditos	(814)	(0,6)	2,0	(3.395)	0,5	(5,7)
Outros resultados e provisões	(211)	(21,3)	(18,1)	(1.186)	70,3	59,7
Resultado ordinário antes dos impostos sobre o lucro	1.198	(1,0)	1,8	4.612	66,4	56,1
Imposto de renda	(460)	(0,9)	1,9	(1.725)	123,2	109,4
Lucro líquido ordinário das operações continuadas	738	(1,1)	1,7	2.887	44,4	35,5
Resultado de operações descontinuadas (líquida)	—	—	—	—	—	—
Lucro líquido ordinário do período	738	(1,1)	1,7	2.887	44,4	35,5
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	97	10,0	12,5	343	60,7	50,8
Lucro líquido ordinário atribuível à Controladora	642	(2,6)	0,2	2.544	42,5	33,7
Líquido de ganhos e saneamentos	—	—	—	—	—	—
Lucro líquido atribuível à Controladora	642	(2,6)	0,2	2.544	42,5	33,7

Balanço

Crédito a clientes	70.454	(1,3)	4,2	70.454	(6,7)	8,1
Caixa, bancos centrais e entidades de crédito	34.920	(6,5)	(1,3)	34.920	(15,6)	(2,2)
Instrumentos de dívida	38.693	(10,9)	(5,9)	38.693	(9,0)	5,4
dos quais: disponíveis para venda	21.321	(13,0)	(8,2)	21.321	31,0	51,7
Outros ativos financeiros	5.798	(4,0)	1,4	5.798	(31,7)	(20,9)
Outros ativos	11.825	(4,8)	0,5	11.825	(13,5)	0,1
Total ativo	161.690	(5,2)	0,1	161.690	(10,9)	3,2
Depósitos de clientes	70.074	(5,6)	(0,4)	70.074	(3,3)	12,0
Bancos centrais e entidades de crédito	23.591	(5,8)	(0,6)	23.591	(13,4)	0,3
Obrigação por emissão de títulos	20.056	(6,2)	(1,0)	20.056	(36,7)	(26,7)
Outros passivos financeiros	23.783	(1,6)	3,8	23.783	(4,8)	10,3
Outros passivos	7.536	(6,0)	(0,8)	7.536	(0,3)	15,4
Total passivo	145.040	(5,1)	0,1	145.040	(11,5)	2,5
Patrimônio líquido total	16.650	(5,9)	(0,7)	16.650	(5,3)	9,7

Outros recursos de clientes sob gestão e comercializados	58.479	(6,0)	(0,7)	58.479	(1,9)	13,6
Fundos de investimento	54.779	(5,7)	(0,5)	54.779	(1,7)	13,8
Fundos de pensão	—	—	—	—	—	—
Patrimônios administrados	3.700	(9,1)	(4,0)	3.700	(5,1)	9,9

Promemória:

Créditos sem operações compromissadas	74.341	(1,7)	3,8	74.341	(7,4)	7,2
Recursos (dep. de clientes sem oper. compromis. + f. de investimento)	106.959	(5,4)	(0,1)	106.959	7,2	24,2

Indicadores (%) e outras informações

RoTE ordinário	17,19	(0,42)	16,91	3,07
Eficiência (com amortizações)	36,7	1,6	35,6	(3,9)
Índice de inadimplência	5,29	(0,03)	5,29	(0,61)
Índice de cobertura	92,6	(5,0)	92,6	(0,5)
Número de funcionários	47.135	1,9	47.135	0,9
Número de agências	3.465	1,3	3.465	1,0

México (Milhões de euros)

Resultados	4T'17	s/ 3T'17		2017	s/ 2016	
		%	% sem TC		%	% sem TC
Margem de juros	630	(7,8)	(1,8)	2.601	9,1	12,5
Comissões líquidas	181	(7,5)	(1,5)	749	5,4	8,7
Resultados líquidos de operações financeiras	39	56,1	65,9	150	0,4	3,6
Outras receitas	(20)	73,3	78,7	(40)	(6,7)	(3,8)
Margem bruta	830	(7,0)	(0,9)	3.460	8,0	11,5
Despesas totais	(345)	(3,1)	3,0	(1.382)	8,4	11,9
Despesas administrativas	(316)	(2,6)	3,5	(1.258)	7,7	11,1
Despesas de pessoal	(178)	9,3	15,6	(653)	7,7	11,1
Outras despesas administrativas	(138)	(14,6)	(8,8)	(606)	7,8	11,2
Amortização de ativos tangíveis e intangíveis	(30)	(7,7)	(1,8)	(124)	16,5	20,2
Margem líquida	485	(9,6)	(3,5)	2.078	7,8	11,2
Provisões para perdas com créditos	(187)	(22,1)	(16,2)	(905)	8,8	12,3
Outros resultados e provisões	(24)	469,4	484,7	(39)	31,1	35,2
Resultado ordinário antes dos impostos sobre o lucro	274	(6,3)	(0,2)	1.134	6,3	9,7
Imposto de renda	(49)	(18,9)	(13,0)	(230)	(6,9)	(3,9)
Lucro líquido ordinário das operações continuadas	225	(2,9)	3,2	904	10,3	13,8
Resultado de operações descontinuadas (líquida)	—	—	—	—	—	—
Lucro líquido ordinário do período	225	(2,9)	3,2	904	10,3	13,8
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	46	(6,3)	(0,1)	194	1,7	5,0
Lucro líquido ordinário atribuível à Controladora	178	(2,0)	4,1	710	12,9	16,5
Líquido de ganhos e saneamentos	—	—	—	—	—	—
Lucro líquido atribuível à Controladora	178	(2,0)	4,1	710	12,9	16,5

Balanço

Crédito a clientes	26.462	(9,0)	0,4	26.462	(3,1)	5,3
Caixa, bancos centrais e entidades de crédito	9.956	11,6	23,0	9.956	(25,5)	(19,0)
Instrumentos de dívida	13.676	(2,5)	7,5	13.676	(3,2)	5,2
dos quais: disponíveis para venda	6.971	(5,7)	3,9	6.971	(1,6)	6,9
Outros ativos financeiros	5.627	(4,6)	5,1	5.627	(27,1)	(20,8)
Outros ativos	2.481	(3,7)	6,2	2.481	(4,2)	4,1
Total ativo	58.203	(3,8)	6,1	58.203	(10,6)	(2,9)
Depósitos de clientes	30.392	(3,0)	6,9	30.392	5,1	14,2
Bancos centrais e entidades de crédito	8.247	(16,2)	(7,6)	8.247	(26,8)	(20,5)
Obrigação por emissão de títulos	5.168	4,8	15,5	5.168	(4,2)	4,1
Outros passivos financeiros	7.680	7,2	18,2	7.680	(39,3)	(34,0)
Outros passivos	1.779	(2,0)	8,0	1.779	(12,7)	(5,1)
Total passivo	53.267	(3,3)	6,6	53.267	(11,6)	(3,9)
Patrimônio líquido total	4.936	(8,7)	0,6	4.936	1,7	10,5

Outros recursos de clientes sob gestão e comercializados	9.919	(5,9)	3,8	9.919	(3,2)	5,3
Fundos de investimento	9.919	(5,9)	3,8	9.919	(3,2)	5,3
Fundos de pensão	—	—	—	—	—	—
Patrimônios administrados	—	—	—	—	—	—

Promemória:

Créditos sem operações compromissadas	26.962	(8,1)	1,3	26.962	(3,8)	4,6
Recursos (dep. de clientes sem oper. compromis. + f. de investimento)	35.548	(8,0)	1,4	35.548	(2,4)	6,0

Indicadores (%) e outras informações

RoTE ordinário	19,45	0,07	19,50	4,05
Eficiência (com amortizações)	41,6	1,7	39,9	0,1
Índice de inadimplência	2,69	0,13	2,69	(0,07)
Índice de cobertura	97,5	(12,8)	97,5	(6,3)
Número de funcionários	18.557	1,9	18.557	5,4
Número de agências	1.401	—	1.401	0,9

Chile (Milhões de euros)

Resultados	4T'17	s/ 3T'17		2017	s/ 2016	
		%	% sem TC		%	% sem TC
Margem de juros	492	11,7	10,0	1.907	2,3	0,1
Comissões líquidas	91	(2,2)	(3,4)	391	10,9	8,6
Resultados líquidos de operações financeiras	43	(35,8)	(35,6)	213	3,6	1,4
Outras receitas	4	14,0	13,2	12	—	—
Margem bruta	630	4,3	2,9	2.523	4,2	2,0
Despesas totais	(248)	(2,2)	(3,3)	(1.025)	3,9	1,7
Despesas administrativas	(218)	(4,4)	(5,4)	(918)	2,5	0,3
Despesas de pessoal	(144)	0,7	(0,4)	(574)	2,9	0,7
Outras despesas administrativas	(74)	(13,0)	(13,8)	(344)	1,9	(0,3)
Amortização de ativos tangíveis e intangíveis	(30)	17,4	15,8	(108)	17,9	15,4
Margem líquida	382	8,9	7,4	1.498	4,4	2,1
Provisões para perdas com créditos	(110)	1,9	0,5	(462)	(10,1)	(12,0)
Outros resultados e provisões	3	(72,7)	(71,8)	23	—	—
Resultado ordinário antes dos impostos sobre o lucro	276	8,3	6,9	1.059	18,4	15,9
Imposto de renda	(57)	26,5	24,5	(200)	25,7	23,0
Lucro líquido ordinário das operações continuadas	218	4,3	3,1	859	16,9	14,4
Resultado de operações descontinuadas (líquida)	—	—	—	—	—	—
Lucro líquido ordinário do período	218	4,3	3,1	859	16,9	14,4
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	72	8,5	7,2	273	23,2	20,6
Lucro líquido ordinário atribuível à Controladora	146	2,3	1,2	586	14,1	11,7
Líquido de ganhos e saneamentos	—	—	—	—	—	—
Lucro líquido atribuível à Controladora	146	2,3	1,2	586	14,1	11,7

Balanço

Crédito a clientes	37.153	2,5	0,1	37.153	(1,4)	2,7
Caixa, bancos centrais e entidades de crédito	4.321	8,3	5,8	4.321	(27,4)	(24,4)
Instrumentos de dívida	4.143	23,6	20,7	4.143	(22,5)	(19,3)
dos quais: disponíveis para venda	3.490	28,4	25,4	3.490	(27,1)	(24,1)
Outros ativos financeiros	2.789	24,1	21,2	2.789	12,7	17,4
Outros ativos	1.949	5,4	2,9	1.949	(5,6)	(1,7)
Total ativo	50.355	5,6	3,1	50.355	(5,9)	(2,0)
Depósitos de clientes	26.043	0,9	(1,5)	26.043	(4,7)	(0,7)
Bancos centrais e entidades de crédito	5.491	29,5	26,5	5.491	(23,4)	(20,3)
Obrigação por emissão de títulos	8.967	5,6	3,2	8.967	(11,9)	(8,2)
Outros passivos financeiros	3.598	9,0	6,5	3.598	28,8	34,1
Outros passivos	1.222	7,4	4,9	1.222	(0,3)	3,8
Total passivo	45.321	5,4	3,0	45.321	(6,9)	(3,0)
Patrimônio líquido total	5.034	6,9	4,4	5.034	4,4	8,7

Outros recursos de clientes sob gestão e comercializados	9.761	(4,3)	(6,5)	9.761	(1,4)	2,6
Fundos de investimento	7.163	(5,3)	(7,5)	7.163	(2,2)	1,9
Fundos de pensão	—	—	—	—	—	—
Patrimônios administrados	2.597	(1,4)	(3,7)	2.597	0,6	4,8

Promemória:

Créditos sem operações compromissadas	38.249	2,6	0,2	38.249	(1,4)	2,7
Recursos (dep. de clientes sem oper. compromis. + f. de investimento)	33.104	(0,3)	(2,7)	33.104	(4,2)	(0,2)

Indicadores (%) e outras informações

RoTE ordinário	17,62	(0,61)	17,89	0,72
Eficiência (com amortizações)	39,3	(2,6)	40,6	(0,1)
Índice de inadimplência	4,96	0,01	4,96	(0,09)
Índice de cobertura	58,2	(0,3)	58,2	(0,9)
Número de funcionários	11.675	0,0	11.675	(2,7)
Número de agências	439	8,1	439	0,9

■ Estados Unidos (Ex-Popular) (Milhões de euros)

Resultados	4T'17	s/ 3T'17		2017	s/ 2016	
		%	% sem TC		%	% sem TC
Margem de juros	1.273	(3,5)	(3,3)	5.569	(5,9)	(4,1)
Comissões líquidas	222	(1,4)	(1,3)	971	(11,9)	(10,2)
Resultados líquidos de operações financeiras	10	—	—	9	(58,0)	(57,2)
Outras receitas	91	13,4	11,8	410	(16,6)	(15,0)
Margem bruta	1.596	(0,5)	(0,5)	6.959	(7,6)	(5,8)
Despesas totais	(773)	4,0	3,9	(3.198)	(0,0)	1,9
Despesas administrativas	(693)	4,1	4,0	(2.875)	(0,3)	1,6
Despesas de pessoal	(396)	(0,0)	0,1	(1.664)	1,7	3,7
Outras despesas administrativas	(298)	10,2	9,7	(1.211)	(2,9)	(1,0)
Amortização de ativos tangíveis e intangíveis	(79)	3,0	3,0	(324)	2,4	4,4
Margem líquida	824	(4,3)	(4,2)	3.761	(13,2)	(11,6)
Provisões para perdas com créditos	(638)	0,5	0,4	(2.780)	(13,4)	(11,7)
Outros resultados e provisões	(31)	—	—	(90)	(0,4)	1,5
Resultado ordinário antes dos impostos sobre o lucro	155	(31,1)	(29,8)	892	(13,9)	(12,3)
Imposto de renda	(45)	(35,8)	(34,1)	(256)	(27,9)	(26,5)
Lucro líquido ordinário das operações continuadas	109	(29,0)	(27,8)	636	(6,6)	(4,9)
Resultado de operações descontinuadas (líquida)	—	—	—	—	—	—
Lucro líquido ordinário do período	109	(29,0)	(27,8)	636	(6,6)	(4,9)
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	39	(36,1)	(34,5)	228	(20,3)	(18,7)
Lucro líquido ordinário atribuível à Controladora	71	(24,4)	(23,5)	408	3,2	5,2
Líquido de ganhos e saneamentos*	(76)	—	—	(76)	133,6	138,1
Lucro líquido atribuível à Controladora	(5)	—	—	332	(8,4)	(6,7)

(*) No ano 2017, reforma fiscal, provisões por furacões, compra de uma participação em Santander Consumer USA e outros. No ano 2016, restatement Santander Consumer USA.

Balanço

Crédito a clientes	71.963	(1,7)	(0,2)	71.963	(15,7)	(4,1)
Caixa, bancos centrais e entidades de crédito	13.300	1,6	3,2	13.300	(21,6)	(10,8)
Instrumentos de dívida	13.843	(15,2)	(13,9)	13.843	(22,8)	(12,2)
dos quais: disponíveis para venda	11.775	(17,9)	(16,6)	11.775	(23,7)	(13,2)
Outros ativos financeiros	3.368	16,6	18,4	3.368	(5,5)	7,5
Outros ativos	11.914	(3,8)	(2,2)	11.914	(11,9)	0,2
Total ativo	114.388	(3,0)	(1,5)	114.388	(16,7)	(5,3)
Depósitos de clientes	51.189	(3,2)	(1,7)	51.189	(20,6)	(9,6)
Bancos centrais e entidades de crédito	15.884	1,3	2,9	15.884	(28,7)	(18,8)
Obrigação por emissão de títulos	26.176	(3,0)	(1,5)	26.176	(0,6)	13,1
Outros passivos financeiros	2.503	(8,0)	(6,5)	2.503	(13,9)	(2,0)
Outros passivos	3.437	(19,1)	(17,8)	3.437	(27,9)	(18,0)
Total passivo	99.189	(3,2)	(1,7)	99.189	(17,8)	(6,5)
Patrimônio líquido total	15.199	(1,4)	0,1	15.199	(8,7)	3,9

Outros recursos de clientes sob gestão e comercializados	16.432	(4,1)	(2,6)	16.432	(12,7)	(0,7)
Fundos de investimento	8.367	0,4	2,0	8.367	(15,9)	(4,3)
Fundos de pensão	—	—	—	—	—	—
Patrimônios administrados	8.065	(8,4)	(6,9)	8.065	(9,2)	3,3

Promemória:

Créditos sem operações compromissadas	75.389	(1,7)	(0,2)	75.389	(15,9)	(4,3)
Recursos (dep. de clientes sem oper. compromis. + f. de investimento)	59.329	(2,6)	(1,1)	59.329	(20,0)	(9,0)

Indicadores (%) e outras informações

RoTE ordinário	1,69	(1,31)	3,12	0,01
Eficiência (com amortizações)	48,4	2,1	46,0	3,5
Índice de inadimplência	2,79	0,23	2,79	0,51
Índice de cobertura	170,2	(17,3)	170,2	(44,2)
Número de funcionários	17.560	(0,0)	17.560	0,3
Número de agências	683	(1,6)	683	(11,1)

Centro Corporativo (Milhões de euros)

Resultados	4T'17	3T'17	%	2017	2016	%
Margem de juros	(223)	(220)	1,2	(851)	(739)	15,1
Comissões líquidas	(17)	(7)	158,2	(38)	(31)	21,3
Resultados líquidos de operações financeiras	30	(56)	—	(227)	(243)	(6,6)
Outras receitas	(28)	(17)	65,3	(104)	(52)	99,5
Margem bruta	(239)	(300)	(20,5)	(1.220)	(1.066)	14,5
Despesas totais	(120)	(118)	1,5	(476)	(450)	5,8
Margem líquida	(359)	(419)	(14,3)	(1.696)	(1.516)	11,9
Provisões para perdas com créditos	(8)	(22)	(62,2)	(45)	2	—
Outros resultados e provisões	(43)	(54)	(21,2)	(181)	(75)	142,8
Resultado ordinário antes dos impostos sobre o lucro	(410)	(494)	(17,1)	(1.923)	(1.589)	21,0
Imposto de renda	32	14	128,6	32	141	(77,1)
Lucro líquido ordinário das operações continuadas	(378)	(481)	(21,4)	(1.890)	(1.448)	30,5
Resultado de operações descontinuadas (líquida)	—	—	—	—	0	(100,0)
Lucro líquido ordinário do período	(378)	(481)	(21,4)	(1.890)	(1.448)	30,6
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	(0)	(0)	(35,1)	(1)	(9)	(86,0)
Lucro líquido ordinário atribuível à Controladora	(378)	(480)	(21,3)	(1.889)	(1.439)	31,3
Líquido de ganhos e saneamentos*	(306)	(130)	135,7	(436)	(186)	134,9
Lucro líquido atribuível à Controladora	(684)	(610)	12,1	(2.326)	(1.625)	43,1

(*) No 2017, saneamentos de participações e ativos intangíveis, ganho da venda participação Allfunds Bank e saneamentos do goodwill. No 2016, custos de reestruturação.

Balanço

Instrumentos de dívida	1.768	1.488	18,8	1.768	1.374	28,7
Ágio	25.769	25.855	(0,3)	25.769	26.724	(3,6)
Dotação capital ao resto do Grupo	83.045	85.441	(2,8)	83.045	78.537	5,7
Outros ativos financeiros	7.841	9.140	(14,2)	7.841	9.872	(20,6)
Outros ativos	14.929	14.485	3,1	14.929	15.648	(4,6)
Total ativo	133.353	136.408	(2,2)	133.353	132.154	0,9
Obrigação por emissão de títulos	35.030	36.213	(3,3)	35.030	30.922	13,3
Outros passivos financeiros	3.381	856	294,8	3.381	4.042	(16,4)
Outros passivos	8.092	9.088	(11,0)	8.092	12.422	(34,9)
Total passivo	46.502	46.157	0,7	46.502	47.387	(1,9)
Patrimônio líquido total	86.850	90.251	(3,8)	86.850	84.768	2,5

Outros recursos de clientes sob gestão e comercializados	2	3	(40,9)	2	—	—
Fundos de investimento	2	3	(40,9)	2	—	—
Fundos de pensão	0	0	—	0	—	—
Patrimônios administrados	—	—	—	—	—	—

Meios operativos

Número de funcionários	1.784	1.709	4,4	1.784	1.724	3,5

■ Banco Comercial (Milhões de euros)

Resultados	4T'17	s/ 3T'17		2017	s/ 2016	
		%	% sem TC		%	% sem TC
Margem de juros	7.812	(0,4)	0,7	31.701	8,0	7,9
Comissões líquidas	2.444	3,2	4,3	9.718	10,4	9,8
Resultados líquidos de operações financeiras	214	94,8	92,7	706	0,8	3,4
Outras receitas	50	(77,5)	(75,5)	631	14,0	17,1
Margem bruta	10.520	(0,2)	0,9	42.755	8,5	8,4
Despesas totais	(4.874)	3,3	4,2	(19.374)	4,7	4,9
Margem líquida	5.646	(3,1)	(1,8)	23.381	11,9	11,5
Provisões para perdas com créditos	(1.872)	(9,2)	(7,3)	(8.174)	(6,0)	(7,2)
Outros resultados e provisões	(425)	(19,8)	(18,2)	(2.387)	41,5	39,8
Resultado ordinário antes dos impostos sobre o lucro	3.349	3,5	4,4	12.820	22,0	22,7
Imposto de renda	(1.038)	1,5	2,6	(3.914)	35,6	36,5
Lucro líquido ordinário das operações continuadas	2.311	4,4	5,3	8.906	16,9	17,5
Resultado de operações descontinuadas (líquida)	—	—	—	—	—	—
Lucro líquido ordinário do período	2.311	4,4	5,3	8.906	16,9	17,5
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	331	2,0	3,1	1.282	16,2	15,9
Lucro líquido ordinário atribuível à Controladora	1.980	4,8	5,7	7.624	17,0	17,8
Líquido de ganhos e saneamentos*	(76)	(10,6)	(10,6)	(161)	(6,8)	(5,0)
Lucro líquido atribuível à Controladora	1.904	5,5	6,4	7.463	17,6	18,4
Promemoria :						
Créditos sem operações compromissadas	681.191	0,5	1,6	681.191	(1,6)	3,1
Recursos (dep. de clientes sem oper. compromis. + f. de investimento)	739.935	0,7	2,0	739.935	1,6	6,5

(*) No ano 2017, custos de integração, reforma fiscal em EUA e compra de uma participação em Santander Consumer USA. No ano 2016, ganho venda participação VISA Europe, custos de reestruturação, constituição de um fundo para cobrir eventuais reclamações relacionadas a produtos de seguros de proteção de pagamentos (PPI) no Reino Unido e restatement Santander Consumer USA.

■ Global Corporate Banking (Milhões de euros)

Resultados	4T'17	s/ 3T'17		2017	s/ 2016	
		%	% sem TC		%	% sem TC
Margem de juros	587	(3,8)	(2,0)	2.478	(2,0)	(2,5)
Comissões líquidas	393	(1,0)	0,1	1.627	15,7	15,9
Resultados líquidos de operações financeiras	186	(48,3)	(46,1)	1.224	(2,6)	(1,9)
Outras receitas	72	874,4	727,7	224	(22,7)	(23,9)
Margem bruta	1.239	(9,9)	(8,4)	5.552	1,3	1,2
Despesas totais	(519)	5,3	6,0	(1.988)	3,7	4,8
Margem líquida	719	(18,3)	(16,5)	3.564	0,0	(0,7)
Provisões para perdas com créditos	(207)	82,3	81,8	(690)	4,9	0,8
Outros resultados e provisões	(29)	28,8	29,6	(70)	(7,5)	(7,3)
Resultado ordinário antes dos impostos sobre o lucro	484	(35,1)	(32,9)	2.804	(0,9)	(0,9)
Imposto de renda	(133)	(39,3)	(36,8)	(802)	1,9	2,3
Lucro líquido ordinário das operações continuadas	350	(33,3)	(31,2)	2.002	(2,0)	(2,1)
Resultado de operações descontinuadas (líquida)	—	—	—	—	—	—
Lucro líquido ordinário do período	350	(33,3)	(31,2)	2.002	(2,0)	(2,1)
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	30	(38,4)	(35,4)	181	3,8	0,9
Lucro líquido ordinário atribuível à Controladora	320	(32,8)	(30,8)	1.821	(2,5)	(2,4)
Líquido de ganhos e saneamentos*	—	—	—	—	(100,0)	(100,0)
Lucro líquido atribuível à Controladora	320	(32,8)	(30,8)	1.821	0,7	0,8
Promemoria :						
Créditos sem operações compromissadas	87.015	(4,3)	(2,5)	87.015	(10,8)	(5,4)
Recursos (dep. de clientes sem oper. compromis. + f. de investimento)	75.642	(2,9)	(0,8)	75.642	13,8	19,9

(*) No 2016, custos de reestruturação.

Popular (Milhões de euros)

Resultados	4T'17	% s/ 3T'17	2017*
Margem de juros	438	(4,0)	1.003
Comissões líquidas	129	0,5	288
Resultados líquidos de operações financeiras	(8)	—	1
Outras receitas	(23)	—	17
Margem bruta	536	(15,6)	1.309
Despesas totais	(390)	0,5	(873)
Despesas administrativas	(355)	4,8	(781)
Despesas de pessoal	(199)	12,3	(421)
Outras despesas administrativas	(156)	(3,5)	(360)
Amortização de ativos tangíveis e intangíveis	(34)	(29,2)	(92)
Margem líquida	146	(40,9)	436
Provisões para perdas com créditos	(68)	77,0	(114)
Outros resultados e provisões	(8)	—	(20)
Resultado ordinário antes dos impostos sobre o lucro	71	(67,3)	302
Imposto de renda	14	—	(39)
Lucro líquido ordinário das operações continuadas	85	(49,1)	263
Resultado de operações descontinuadas (líquida)	—	—	—
Lucro líquido ordinário do período	85	(49,1)	263
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	0	—	0
Lucro líquido ordinário atribuível à Controladora	85	(49,5)	263
Líquido de ganhos e saneamentos**	—	(100,0)	(300)
Lucro líquido atribuível à Controladora	85	—	(37)

(*) Resultados consolidados em Grupo Santander desde o 7 de junho

(**) Custos de reestruturação.

Balanço

Crédito a clientes	75.516	(0,3)
Caixa, bancos centrais e entidades de crédito	14.025	(8,9)
Instrumentos de dívida	17.457	(7,2)
dos quais: disponíveis para venda	16.171	(3,1)
Outros ativos financeiros	1.709	(2,6)
Outros ativos	18.246	(0,1)
Total ativo	126.953	(2,3)
Depósitos de clientes	64.960	(7,0)
Bancos centrais e entidades de crédito	37.279	5,5
Obrigação por emissão de títulos	10.661	(1,8)
Outros passivos financeiros	2.460	15,3
Outros passivos	3.666	(27,1)
Total passivo	119.026	(3,4)
Patrimônio líquido total	7.927	16,8
Outros recursos de clientes sob gestão e comercializados	16.409	(2,6)
Fundos de investimento	9.619	(1,1)
Fundos de pensão	4.600	(2,0)
Patrimônios administrados	2.190	(9,9)
Promemória:		
Créditos sem operações compromissadas	79.533	(0,0)
Recursos (dep. de clientes sem oper. compromis. + f. de investimento)	74.286	(6,3)

Demonstrações resumidas consolidadas

Demonstrações resumidas - Balanços patrimoniais

NOTA: As informações financeiras de 2017 e 2016 (adjunt a) correspondem as Demonstrações Financeiras resumidas consolidadas correspondentes às referidas datas, de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade (NIC) 34, Informações Financeiras Intermediárias. As políticas e métodos contábeis utilizados em sua elaboração são as estabelecidas nas Normas Internacionais de Informação Financeira adotadas pela União Europeia (NIIF-EU), a Circular 4/2004 do Banco de España e as Normas Internacionais de Informação Financeira emitidas pelo International Accounting Standards Board ("NIIF-IASB").

■ Demonstrações resumidas consolidadas (Milhões de euros)

	2017	2016
Receitas por juros	56.041	55.156
Despesas por juros	(21.745)	(24.067)
MARGEM DE JUROS	34.296	31.089
Receitas por dividendos	384	413
Resultado de instituições avaliadas pelo método da participação	704	444
Receitas por comissões	14.579	12.943
Despesas por comissões	(2.982)	(2.763)
Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros não valorizados por valor justo com alterações em resultados, líquidos	404	869
Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros mantidos para negociar, líquidos	1.252	2.456
Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros designados por valor justo com alterações em resultados, líquidos	(85)	426
Ganhos ou perdas resultantes de derivativos, líquidos	(11)	(23)
Diferenças de câmbio, líquidas	105	(1.627)
Outras receitas operacionais	1.618	1.919
Outras despesas operacionais	(1.966)	(1.977)
Receitas de ativos abrangidas por contratos de seguro ou resseguro	2.546	1.900
Despesas de passivos abrangidos por contratos de seguro ou resseguro	(2.489)	(1.837)
MARGEM BRUTA	48.355	44.232
Despesas administrativas	(20.400)	(18.737)
Despesas com pessoal	(12.047)	(11.004)
Outras despesas administrativas	(8.353)	(7.733)
Amortização	(2.593)	(2.364)
Provisões ou reversão de provisões	(3.058)	(2.508)
Provisão para perdas com ativos financeiros avaliados por valor justo com alterações em resultados	(9.259)	(9.626)
Ativos financeiros avaliados ao custo	(8)	(52)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(10)	11
Empréstimos e recebíveis	(9.241)	(9.557)
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	—	(28)
RESULTADO OPERACIONAL	13.045	10.997
Provisão para perdas com investimentos em negócios conjuntos ou associados	(13)	(17)
Provisão ou reversão com valor de ativos não financeiros	(1.260)	(123)
Ativos tangíveis	(72)	(55)
Ativos intangíveis	(1.073)	(61)
Outros	(115)	(7)
Ganhos ou perdas com a alienação de ativos não financeiros e participações, líquidos	522	30
Outros ajustes negativos	—	22
Ganhos ou perdas procedentes de ativos não correntes disponíveis para vendas de operações descontinuadas	(203)	(141)
GANHOS OU PERDAS ANTES DE IMPOSTOS	12.091	10.768
Despesas ou receitas por impostos	(3.884)	(3.282)
GANHOS OU PERDAS DEPOIS DE IMPOSTOS	8.207	7.486
Ganhos ou perdas depois de impostos procedentes de atividades descontinuadas	—	—
RESULTADO DO PERÍODO	8.207	7.486
Atribuível a interesses minoritários (participações não controladoras)	1.588	1.282
Atribuível aos proprietários da controladora	6.619	6.204
LUCRO POR AÇÃO		
Básico	0,40	0,40
Diluído	0,40	0,40

Nota: A informação financeira aqui contida tem sido aprovada pelo conselho de administração do Banco, prévio relatório favorável da comissão de auditoria

Balanços patrimoniais consolidados (Milhões de euros)

ATIVO	31.12.17	31.12.16
Dinheiro, saldos em dinheiro em bancos centrais e outros depósitos à vista	110.995	76.454
Ativos financeiros mantidos para negociar	125.458	148.187
<i>Pró-memória: emprestados ou entregues como garantia com direito de venda ou penhora</i>	50.891	38.145
Ativos financeiros por valor justo com alterações em resultados	34.782	31.609
<i>Pró-memória: emprestados ou entregues como garantia com direito de venda ou penhora</i>	5.766	2.025
Ativos financeiros disponíveis para venda	133.271	116.774
<i>Pró-memória: emprestados ou entregues como garantia com direito de venda ou penhora</i>	43.079	23.980
Empréstimos e rubricas a receber	903.013	840.004
<i>Pró-memória: emprestados ou entregues como garantia com direito de venda ou penhora</i>	8.147	7.994
Investimentos mantidos até o vencimento	13.491	14.468
<i>Pró-memória: emprestados ou entregues como garantia com direito de venda ou penhora</i>	6.996	2.489
Derivativos - contabilidade de coberturas	8.537	10.377
Alterações do valor justo dos elementos cobertos de uma carteira com cobertura do risco de taxa de juros	1.287	1.481
Investimentos em negócios conjuntos e associados	6.184	4.836
Coligadas	1.987	1.594
Instituições associadas	4.197	3.242
Ativos abrangidos por contratos de seguro e resseguro	341	331
Ativos tangíveis	22.974	23.286
Imobilizado tangível	20.650	20.770
Para uso próprio	8.279	7.860
Cedidos em leasing operacional	12.371	12.910
Investimentos imobiliários	2.324	2.516
Dos quais: cedido em arrendamento operacional	1.332	1.567
<i>Pró-memória: adquirido em arrendamento financeiro</i>	96	115
Ativos intangíveis	28.683	29.421
Ágio	25.769	26.724
Outros ativos intangíveis	2.914	2.697
Ativos por impostos	30.243	27.678
Ativos por impostos correntes	7.033	6.414
Ativos por impostos diferidos	23.210	21.264
Outros ativos	9.766	8.447
Contratos de seguros vinculados a pensões	239	269
Existências	1.964	1.116
Resto dos outros ativos	7.563	7.062
Ativos não correntes e grupos alineáveis de elementos que foram classificados como mantidos para venda	15.280	5.772
TOTAL DO ATIVO	1.444.305	1.339.125

Balanços patrimoniais consolidados (Milhões de euros)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.17	31.12.16
Passivos financeiros mantidos para negociar	107.624	108.765
Passivos financeiros designados por valor justo com alterações em resultados	59.616	40.263
<i>Pró-memória: passivos subordinados</i>	—	—
Passivos financeiros pelo custo amortizado	1.126.069	1.044.240
<i>Pró-memória: passivos subordinados</i>	21.570	19.902
Derivativos - contabilidade de coberturas	8.044	8.156
Alterações do valor justo dos elementos cobertos de uma carteira com cobertura do risco de taxa de juros	330	448
Passivos abrangidos por contratos de seguros	1.117	652
Provisões	14.489	14.459
Pensões e outras obrigações de prestações definidas pós-emprego	6.345	6.576
Outras remunerações dos empregados a longo prazo	1.686	1.712
Questões processuais e litígios por impostos pendentes	3.181	2.994
Compromissos e garantias concedidos	617	459
Restantes provisões	2.660	2.718
Passivos por impostos	7.592	8.373
Passivos por impostos correntes	2.755	2.679
Passivos por impostos diferidos	4.837	5.694
Outros passivos	12.591	11.070
Passivos incluídos em grupos alineáveis de elemntos que foram classificados como mantidos para venda	—	—
TOTAL DO PASSIVO	1.337.472	1.236.426
Fundos próprios	116.265	105.977
Capital	8.068	7.291
Capital não desembolsado exigido	—	—
<i>Pró-memória: capital não exigido</i>	—	—
Prémio de emissão	51.053	44.912
Instrumentos de patrimônio emitidos distintos do capital	525	—
Componente de patrimônio líquido dos instrumentos financeiros compostos	—	—
Outros instrumentos de patrimônio emitidos	525	—
Outros elementos de patrimônio líquido	216	240
Ganhos acumulados	53.437	49.953
Reservas de revalorização	—	—
Outras reservas	(1.602)	(949)
(-) Ações próprias	(22)	(7)
Resultado atribuível aos proprietários da controladora	6.619	6.204
(-) Dividendos por contas	(2.029)	(1.667)
Outro resultado global acumulado	(21.776)	(15.039)
Elementos que não serão reclassificados em resultados	(4.034)	(3.933)
Prejuízos ou lucros atuariais em planos de pensão de benefícios definidos	(4.033)	(3.931)
Ativos não correntes e grupos alienáveis de elementos que foram classificados como mantidos para a venda	—	—
Participações em outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em negócios conjuntos e associados	(1)	(2)
Outros ajustes de avaliação	—	—
Elementos que podem ser reclassificados em resultados	(17.742)	(11.106)
Cobertura de investimentos líquidos em negócios no Exterior (parte efetiva)	(4.311)	(4.925)
Conversão em divisas	(15.430)	(8.070)
Derivativos utilizados como hedge Coberturas de fluxos de caixa (parte em dinheiro)	152	469
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.068	1.571
Instrumentos de dívida	1.154	423
Instrumentos de patrimônio	914	1.148
Ativos não correntes e grupos alienáveis de elementos que foram classificados como mantidos para a venda	—	—
Participação em outras receitas e despesas reconhecidas em investimentos em negócios conjuntos e associados	(221)	(151)
Interesses minoritários (participações não dominantes)	12.344	11.761
Outro resultado global acumulado	(1.436)	(853)
Outros elementos	13.780	12.614
PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL	106.833	102.699
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.444.305	1.339.125
<i>Pró-memória</i>		
Garantias concedidas	49.117	44.434
Compromissos contingentes concedidos	237.970	231.962

» Medidas Alternativas de Rendimento (MAR)

A seguir, são apresentadas as informações relativas a medidas alternativas de rendimento a fim de cumprir as diretrizes da European Securities and Markets Authority, ESMA (Guidelines on Alternative Performance Measures).

- O Grupo utiliza, para a gestão de seus negócios, os seguintes indicadores que permitem mensurar sua rentabilidade e eficiência, a qualidade de sua carteira de crédito, o volume de recursos próprios tangíveis por ação e o índice de créditos sobre depósitos, analisando sua evolução no tempo e comparando com os de seus concorrentes.
- Os indicadores de **rentabilidade e eficiência** têm como objetivo mensurar o índice do resultado sobre o capital, capital tangível, ativos e ativos ponderados de risco, e o índice de eficiência permite mensurar a quantidade das despesas gerais administrativas (de pessoal e outros) e despesas por amortizações necessárias para gerar as receitas.
- Os indicadores de **risco de crédito** permitem mensurar a qualidade da carteira de crédito e a porcentagem da carteira inadimplente que está coberta com provisões para insolvências.
- O indicador de **capitalização** calculado fornece informações sobre o volume de recursos próprios tangíveis por ação.
- Além disso, estão incluídos **outros indicadores**. O índice de créditos sobre depósitos (Loan to Deposit, LTD) permite identificar a relação entre créditos a clientes (líquidos de fundos para insolvências) e depósitos de clientes e, portanto, avaliar em que proporção os créditos concedidos a clientes pelo Grupo estão financiados por depósitos de clientes. O Grupo utiliza também as magnitudes de créditos brutos a clientes sem aquisições temporárias de ativos (ATAs) e de depósitos de clientes sem cessões temporárias de ativos (CTAs). A fim de analisar a evolução do negócio tradicional de banco comercial de concessão de créditos e captação de depósitos, são deduzidas as ATAs e as CTAs, por serem principalmente produtos do negócio de tesouraria com alta volatilidade.
- Impacto das variações das taxas de câmbio nas variações da demonstração dos resultados

O Grupo apresenta, tanto do total do Grupo como das unidades de negócio, as variações reais produzidas na demonstração de resultados, bem como as variações excluindo o impacto da variação da taxa de câmbio (sem TC), entendendo que estas últimas facilitam uma melhor análise da gestão, pois permitem identificar os movimentos ocorridos nos negócios sem considerar o impacto da conversão de cada moeda local a euros.

Essas variações excluindo o impacto da taxa de câmbio são calculadas por meio da conversão das linhas das demonstrações dos resultados das diferentes unidades que compõem o Grupo para a nossa moeda de apresentação, o euro, utilizando, para todos os períodos apresentados, a taxa de câmbio média do exercício 2017. Na página 9 deste documento figuram as taxas de câmbio médias das principais moedas com as quais o Grupo opera.

- Impacto das variações das taxas de câmbio nas variações do balanço

O Grupo apresenta, tanto do total do Grupo como das unidades de negócio, as variações reais produzidas no balanço e as variações excluindo o impacto da taxa de câmbio dos créditos a clientes (sem ATAs) e dos recursos de clientes, que englobam os depósitos de clientes (sem CTAs) e os fundos de investimento. O motivo é também facilitar a análise isolando a variação nesses saldos de balanço que não estão motivados pela conversão de cada moeda local a euros.

Essas variações excluindo o impacto da taxa de câmbio são calculadas por meio da conversão dos créditos a clientes (sem ATAs) e dos recursos de clientes (sem CTAs) das diferentes unidades que compõem o Grupo para a nossa moeda de apresentação, o euro, utilizando, para todos os períodos apresentados, a taxa de câmbio do último dia útil do exercício 2017. Na página 9 deste documento figuram as taxas de câmbio finais das principais moedas com as quais o Grupo opera.

- Impacto de determinados itens nas demonstrações do resultado consolidadas

Em relação aos resultados, na página 32 deste documento figuram as demonstrações do resultado condensadas consolidadas de 2016 e 2017. Nessas demonstrações, todos os itens são incluídos em cada uma das linhas da demonstração em que foram registrados por natureza, incluindo os que, de acordo com a opinião do Grupo, distorcem a comparação da evolução do negócio entre ambos os períodos.

Por isso, também figuram na página 4 deste documento as demonstrações dos resultados de gestão condensadas dos últimos trimestres de 2017 e dos abrangentes anuais de 2017 e 2016, nas quais os valores desses itens, líquidos de impostos e dos acionistas não controladores correspondentes, são apresentados líquidos, separadamente em uma linha que o Grupo denomina “Líquido de ganhos e saneamentos”, e que figura justo antes do lucro atribuído ao Grupo. O Grupo considera que essas demonstrações permitem explicar de uma forma mais clara as variações dos resultados. Esses valores são subtraídos em cada uma das linhas da demonstração dos resultados, onde foram registrados por natureza.

Além disso, e a título de resumo, a tabela a seguir mostra uma reconciliação do lucro atribuído isolando esses resultados tanto em 2017 como em 2016, bem como o impacto do Banco Popular, desde o momento de sua aquisição, em 7 de junho de 2017. Na página 4 inclui-se informação adicional sobre o "Líquido de ganhos e saneamentos".

Lucro atribuível ajustado. Período de doze meses finalizado ao 31 de dezembro

Milhões de euros

	2017	2016	% variação entre períodos
Lucro atribuível sem ajuste Grupo Santander	6.619	6.204	+7%
(-) Líquido de ganhos e saneamentos	(897)	(417)	+115%
Lucro atribuível ajustado Grupo Santander	7.516	6.621	+14%
(-) Lucro atribuível ajustado Banco Popular	263	—	—
Lucro atribuível ajustado sem Banco Popular	7.253	6.621	+10%

As definições e o método de cálculo de cada um dos indicadores mencionados anteriormente são mostrados a seguir.

Rentabilidade e Eficiência

Ratio	Fórmula	Relevância do uso
RoE (Return on equity)	$\frac{\text{Lucro líquido atribuível à Controladora}}{\text{Média de património líquido* (sem interesses minoritários)}}$	Este índice mensura o rendimento que os acionistas obtêm dos fundos investidos na sociedade e, portanto, a capacidade de que a empresa tem de remunerar seus acionistas.
RoTE (Return on tangible equity)	$\frac{\text{Lucro líquido atribuível à Controladora}}{\text{Média de património líquido* (sem interesses minoritários) - ativos intangíveis}}$	É um indicador muito comum utilizado para avaliar a rentabilidade sobre o património tangível de uma empresa, pois mensura o rendimento que os acionistas obtêm dos fundos investidos na sociedade, uma vez deduzidos os ativos intangíveis.
RoTE ordinário	$\frac{\text{Lucro líquido ordinário atribuível à Controladora}}{\text{Média de património líquido* (sem interesses minoritários) - ativos intangíveis}}$	Este indicador mensura a rentabilidade sobre os fundos próprios tangíveis de uma empresa procedentes de operações em continuidade, nas quais não será considerado o "líquido de ganhos e saneamentos".
RoA (Return on assets)	$\frac{\text{Lucro líquido do período}}{\text{Média de ativos totais}}$	A finalidade desta métrica, muito utilizada por analistas, é mensurar a rentabilidade obtida dos ativos totais da empresa. É um indicador que reflete a eficiência na gestão dos recursos totais da empresa para gerar lucros durante um período completo.
RoRWA (Return on risk weighted assets)	$\frac{\text{Lucro líquido do período}}{\text{Média de ativos ponderados por risco}}$	A rentabilidade ajustada ao risco é uma evolução do RoA. A diferença é que relaciona o lucro com os ativos ponderados por risco assumidos pelo banco.
RoRWA ordinário	$\frac{\text{Lucro líquido ordinário do período}}{\text{Média de ativos ponderados por risco}}$	Relaciona o lucro ordinário (sem considerar "líquido de ganhos e saneamentos") com os ativos ponderados por risco assumidos pelo banco.
Eficiência	$\frac{\text{Despesas totais**}}{\text{Margem bruta}}$	Um dos indicadores mais utilizados para fazer comparações sobre a produtividade de diferentes entidades financeiras. Mensura o nível de recursos utilizados para gerar as receitas operacionais do banco.

Risco de crédito

Ratio	Fórmula	Relevância do uso
Índice de inadimplência	$\frac{\text{Crédito a clientes e riscos contingentes non performing}}{\text{Risco total}^{***}}$	O índice de inadimplência é uma variável muito importante na atividade das entidades financeiras, pois permite conhecer o nível de risco de crédito assumido por elas. Relaciona os riscos classificados contabilmente como duvidosos com o saldo total dos créditos concedidos, para o âmbito de clientes e riscos contingentes.
Índice de cobertura	$\frac{\text{Provisões para cobertura de perdas por deterioração de crédito a clientes e riscos contingentes}}{\text{Crédito a clientes e riscos contingentes non performing}}$	O índice de cobertura é uma métrica fundamental no setor financeiro, pois reflete o nível de provisões contábeis sobre o total dos ativos depreciados em razão de risco de crédito (ativos duvidosos). Portanto, é um bom indicador para mensurar a solvência da entidade no caso de inadimplência ou futuras inadimplências de clientes.
Custo de crédito	$\frac{\text{Provisões para perdas com créditos de 12 meses}}{\text{Carteira de crédito média}}$	Este índice relaciona o nível de provisões contábeis por risco de crédito em um período de tempo determinado, que são necessárias em função da carteira de empréstimos concedidos a clientes e, portanto, serve para mensurar qualidade do crédito da entidade.

Valor de mercado

Ratio	Fórmula	Relevância do uso
TNAV por ação (Valor contábil tangível por ação)	$\frac{\text{Valor contábil tangível}^{****}}{\text{Número de ações sem valores próprios (milhões)}}$	É um índice muito comum utilizado para mensurar o valor contábil por ação da empresa, uma vez descontados os ativos intangíveis. É útil para avaliar a quantidade que cada acionista receberia se a empresa entrasse em liquidação e se seus ativos tangíveis fossem vendidos.

Outros indicadores

Ratio	Fórmula	Relevância do uso
Ratio de créditos sobre depósitos	$\frac{\text{Crédito a clientes (líquido)}}{\text{Depósitos de clientes}}$	É um indicador da liquidez de um banco, uma vez que mensura a relação entre os fundos de que dispõe em seus depósitos de clientes com respeito ao volume total de créditos concedidos a clientes.
Crédito sem “repos”	Crédito bruto a clientes (sem operações compromissadas)	A fim de analisar o negócio de banco comercial, são deduzidas as operações compromissadas, por serem produtos do negócio de tesouraria com alta volatilidade.
Depósitos sem “repos”	Depósitos de clientes sem operações compromissadas	A fim de analisar o negócio de banco comercial, são deduzidas as operações compromissadas, por serem produtos do negócio de tesouraria com alta volatilidade.

(*).- Patrimônio líquido = Capital e Reservas + Outro resultado abrangente + Lucro atribuível ao Grupo + Dividendos e retribuições

(**).- Despesas operacionais: Despesas gerais administrativas + amortizações

(***).- Risco Total = Saldos normais e duvidosos de Créditos a clientes e Garantias de clientes + Saldos duvidosos de Compromissos Contingentes de clientes.

(****).- Recursos próprios tangíveis = fundos próprios + outro resultado abrangente - ativos intangíveis

Por último, a seguir, apresentamos os dados numéricos de cada um dos indicadores dos períodos considerados. Nos indicadores relativos a risco de crédito, capitalização e outros, e por tratar-se de saldos ao final do período de referência, os dados do quarto trimestre coincidem com os do acumulado do ano:

			4T 17	3T 17			2017 com Popular	2016
Rentabilidade e eficiência								
RoE			7,81%	7,87%			7,14%	6,99%
Lucro líquido atribuível à Controladora			7.313	7.391			6.619	6.204
Média de património líquido* (sem interesses minoritários)			93.628	93.855			92.638	88.744
RoTE			11,21%	11,31%			10,41%	10,38%
Lucro líquido atribuível à Controladora			7.313	7.391			6.619	6.204
Média de património líquido* (sem interesses minoritários) - ativos intangíveis			65.253	65.363			63.594	59.771
RoTE ordinário			11,79%	12,10%			11,82%	11,08%
Lucro líquido ordinário atribuível à Controladora			7.696	7.906			7.516	6.621
Média de património líquido* (sem interesses minoritários) - ativos intangíveis			65.253	65.363			63.594	59.771
RoA			0,61%	0,61%			0,58%	0,56%
Lucro líquido do período			8.899	8.875			8.205	7.508
Média de ativos totais			1.460.975	1.458.196			1.407.681	1.337.661
RoRWA			1,44%	1,42%			1,35%	1,29%
Lucro líquido do período			8.899	8.875			8.205	7.508
Média de ativos ponderados por risco			616.761	624.895			606.308	580.777
RoRWA ordinário			1,48%	1,50%			1,48%	1,36%
Lucro líquido ordinário do período			9.142	9.390			8.963	7.893
Média de ativos ponderados por risco			616.761	624.895			606.308	580.777
Eficiência (com amortizações)			49,4%	47,1%			47,4%	48,1%
Despesas totais**			5.961	5.766			22.918	21.088
Margem bruta			12.062	12.252			48.392	43.853

(*)- Património líquido = Capital e Reservas + Outro resultado abrangente + Lucro atribuível ao Grupo + Dividendos e retribuições

(**)- Despesas operacionais: Despesas gerais administrativas + amortizações

(***)- Risco Total = Saldos normais e duvidosos de Créditos a clientes e Garantias de clientes + Saldos duvidosos de Compromissos Contingentes de clientes.

(****)- Recursos próprios tangíveis = fundos próprios + outro resultado abrangente - ativos intangíveis

(*****)- Em 2016, dado ajustado ao aumento de capital de Julho 2017.

Notas:

(1).- As médias que se incluem nos denominadores do RoE, RoTE, RoA e RoRWA são calculados considerando 4 meses no caso de dados trimestrais (de setembro a dezembro no quarto trimestre e de junho a setembro no terceiro trimestre), e 13 meses, de dezembro a dezembro, no caso dos dados acumulados do ano.

(2).- Nos períodos inferiores ao ano e se houver resultados que distorcem a comparação da evolução do negócio, o lucro utilizado para o cálculo do RoE e RoTE é o lucro ordinário atribuível anualizado, ao qual são somados aqueles resultados sem anualizar.

(3).- Nos períodos inferiores ao ano e se houver resultados que distorcem a comparação da evolução do negócio, o lucro utilizado para o cálculo do RoA e RoRWA é o resultado consolidado anualizado, ao qual são somados aqueles resultados sem anualizar.

(4).- Os ativos ponderados por risco incluídos no denominador do RoRWA são calculados de acordo com os critérios definidos pela norma CRR (Capital Requirements Regulation)

Este documento é uma tradução do original em espanhol. Se houver alguma diferença entre as informações publicadas nas versões em português e espanhol, consideram-se corretas as informações publicadas na versão em espanhol

NOTA

Informação importante

O Banco Santander, S.A. ("Santander") adverte que este relatório contém "declarações prospectivas", de acordo com o significado atribuído na U.S. Private Securities Litigation Reform Act de 1995. Declarações prospectivas podem ser identificadas através de várias palavras tais como "espera", "projeta", "antecipa", "deverá", "pretende", "probabilidade", "risco", "VaR", "RORAC", "RoRWA", "TNAV", "alvo", "objetivo", "meta", "estimativa", "futuro" e expressões similares. Essas declarações sobre o futuro são encontradas em vários pontos deste relatório e incluem, entre outras, afirmações sobre a evolução do desenvolvimento de nossos negócios e do desempenho econômico e de nossa política de remuneração de acionistas. Embora tais declarações sobre o futuro representem nossa avaliação e expectativas sobre o desenvolvimento de nossos negócios, alguns riscos, incertezas e outros fatores importantes podem fazer com que o desenvolvimento e resultados efetivos difiram significativamente de nossas expectativas. Esses fatores incluem, entre outros: (1) tendências gerais de mercado, macroeconômicas, governamentais e de regulamentação; (2) movimentos nos mercados de capitais, taxas de câmbio e taxas de juros, locais e estrangeiras; (3) pressões competitivas; (4) desenvolvimentos tecnológicos; e (5) alterações na situação financeira ou solvência de nossos clientes, devedores e contrapartes. Diversos fatores, inclusive aqueles retratados no Formulário 20-F apresentado à Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (a "SEC", Securities and Exchange Commission) – no item "Fatores de Risco - Principais Informações" e no Documento de Registro de Acciones apresentado à Comissão de Valores Mobiliários espanhola ("CMNV") – na seção "Fatores de Risco" poderiam afetar adversamente o desempenho de nossos negócios e financeiro. Outros fatores desconhecidos ou imprevisíveis poderiam fazer com que os resultados efetivos difiram de forma significativa dessas declarações sobre o futuro.

As declarações sobre o futuro referem-se apenas à data em que são apresentadas e baseiam-se em conhecimentos, informações disponíveis e opiniões em tal data, que podem mudar a qualquer momento. O Santander não assume qualquer obrigação de atualizar ou revisar qualquer declaração sobre o futuro, seja como resultado de novas informações, eventos futuros ou qualquer outro motivo.

As informações contidas neste relatório estão sujeitas a, e devem ser lidas em conjunto com, todas as outras informações disponíveis publicamente, incluindo, quando relevante, qualquer documento de divulgação mais completo publicado pelo Santander. Qualquer pessoa que adquira valores mobiliários a qualquer momento deve agir exclusivamente com base na sua própria avaliação sobre os méritos ou adequação dos valores mobiliários a suas finalidades e somente com base em informações disponíveis publicamente e após considerar todas as orientações profissionais ou de outro tipo que considere necessárias ou apropriadas nas circunstâncias, e sem se basear nas informações contidas na apresentação. Nenhuma atividade de investimento deverá ser tomada baseada nas informações que constam desta apresentação. Ao disponibilizar esta apresentação, o Santander não fornece orientação ou recomendação de comprar, vender ou de qualquer outra forma negociar com ações do Santander ou com quaisquer outros valores mobiliários ou investimentos.

Nem este relatório nem qualquer das informações nela incluídas constituem uma oferta de venda ou solicitação para uma oferta de compra de quaisquer valores mobiliários. Nenhuma oferta de valores mobiliários pode ser realizada nos EUA, exceto em conformidade com registro nos termos da Lei de Valores Mobiliários dos EUA de 1933, e suas alterações, ou uma isenção às determinações da mesma. Nada contido neste relatório tem a intenção de constituir um convite ou estímulo para realizar atividades de investimento para os fins da proibição sobre promoção financeira na Lei de Serviços e Mercados Financeiros do Reino Unido de 2000.

As declarações sobre desempenho histórico ou valorização financeira não têm a intenção de significar que o desempenho futuro, o preço das ações ou os lucros futuros (incluindo lucros por ação) para qualquer período necessariamente corresponderão ou excederão os de qualquer ano anterior. Nada neste relatório deve ser interpretado como uma previsão de lucros.

Os negócios incluídos em cada um de nossos segmentos geográficos e os princípios contábeis com base nos quais seus resultados são apresentados aqui podem diferir dos negócios incluídos e dos princípios contábeis aplicados localmente nas nossas subsidiárias de capital aberto nessas regiões. Portanto, os resultados de operações e tendências mostrados para nossos segmentos geográficos podem diferir substancialmente dos relativos às subsidiárias.

Relações com Investidores e Analistas

Ciudad Grupo Santander
Edificio Pereda, segundo andar
Avda de Cantabria, s/n
28660 Boadilla del Monte
Madrid (Espanha)
Tel: 34 (91) 259 65 14 / 34 (91) 259 65 20
Fax: 34 (91) 257 02 45
e mail: investor@gruposantander.com

Sede social:
Paseo Pereda, 9 12. Santander (Espanha)
Tel: 34 (942) 20 61 00

Sede operativa:
Ciudad Grupo Santander.
Avda. de Cantabria, s/n 28660 Boadilla del Monte. Madrid (Espanha)